Justiça
em números
2015

PODER JUDICIÁRIO

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNJ

Conselho Nacional de Justiça

Presidente	Ministro Ricardo Lewandowski
Corregedora Nacional de Justiça	Ministra Nancy Andrighi
Conselheiros	Ministro Lelio Bentes Corrêa Daldice Maria Santana de Almeida Luiza Cristina Fonseca Frischeisen Luiz Cláudio Silva Allemand Emmanoel Campelo de Souza Pereira Fabiano Augusto Martins Silveira
Secretário-Geral	Fabrício Bittencourt da Cruz
Diretor-Geral	Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes

Poder
Judiciário

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Departamento
de Pesquisas
Judiciárias

Justiça
em números

2015

ano-base 2014

Brasília, 2015

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora de Projetos	Fernanda Paixão Araujo Pinto
Diretora Técnica	Thamara Duarte Cunha Medeiros
Pesquisadores	Gabriela Azevedo
	Santiago Varella
Estatísticos	Filipe Pereira
	Igor Stemler
	Jaqueline Barbão
Apoio à Pesquisa	Danielly Queiros
	Pâmela Tieme Aoyama
	Pedro Amorim
	Ricardo Marques
	Raquel Wanderley da Cunha
Terceirizados	Aline Melo
	Mariana Cardoso
	Danilo Ferreira
	Monike Souza
Estagiária	Lourrana Freire
Organização	Fernanda Paixão Araujo Pinto
Diagramação/Capa	Ricardo Marques
Revisão	Equipe do DPJ

C775j

Justiça em números 2015: ano-base 2014/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2015.

Anual.
499 f:il.

I Poder Judiciário - estatística - Brasil. II Administração pública - estatística - Brasil.

CDU: 342.56:311(81)

Justiça em números

Apresentação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao cumprir sua função constitucional de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e ao se posicionar como instituição que prima pela transparência das informações, apresenta a 11ª edição do Relatório Justiça em Números, uma compilação dos dados de orçamento, produtividade, recursos humanos e estrutura dos tribunais brasileiros.

É certo que um diagnóstico aprimorado proporciona a límpida visualização do futuro, ao permitir que os passos sejam continuamente dados de forma segura e direcionada. Com base nesse material, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desenha as políticas judiciárias, de modo a cumprir sua missão precípua de contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.

O Relatório Justiça em Números 2015, ano-base 2014, é construído a partir dos dados fornecidos por 90 tribunais, divididos em cinco segmentos: Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, além dos Tribunais Superiores (exceto Supremo Tribunal Federal).

Esta edição demonstra de forma organizada as informações anuais e da série histórica, por meio de uma nova forma de visualização. As representações gráficas ganharam maior espaço na ilustração dos dados estatísticos, mas sem perda do conteúdo analítico, com o intuito de proporcionar ao leitor um formato leve e prático para a recepção e o escrutínio desse conjunto de dados. Além das análises segmentadas por tribunal e por ramo de justiça, o material também apresenta uma visão sistêmica do Poder Judiciário, ao trazer um capítulo específico contendo, de forma agregada, os principais indicadores da Justiça.

Os desafios são grandes. Embora nem sempre as condições sejam perfeitas, tenho a certeza de que o Judiciário está no rumo certo. É importante considerar que o número de demandas aumentou ao longo da década, em uma sociedade que credita ao Poder Judiciário, por vezes, o único meio de encontrar a almejada paz social. As sábias palavras do provérbio chinês: *"Você não pode mudar o vento, mas pode ajustar as velas do barco para chegar onde quer"* refletem o dia-a-dia dos magistrados e servidores brasileiros que, com muito esforço, diuturnamente tem buscado atingir elevados índices de produtividade e de eficiência, nesse honroso mister de proporcionar à sociedade um efetivo serviço de justiça.

Ministro Ricardo Lewandowski

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 METODOLOGIA DO RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 13

3 PODER JUDICIÁRIO 25
3.1 Estrutura do Poder Judiciário 27
3.2 Dados Globais do Poder Judiciário 29
3.2.1 Recursos Financeiros 29
3.2.2 Recursos Humanos 31
3.2.3 Litigiosidade 34
3.3 Justiça Digital 36
3.4 Análise Comparativa dos Indicadores de 1º e de 2º graus 37
3.5 Impacto da Execução 43
3.6 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 49
3.6.1 Assuntos mais recorrentes 49
3.6.2 Classes mais recorrentes 52
3.7 Infográfico do Poder Judiciário 55

4 JUSTIÇA ESTADUAL 59
4.1 Classificação dos Tribunais de Justiça por porte 61
4.2 Estrutura da Justiça Estadual 64
4.3 Dados Globais da Justiça Estadual 71
4.3.1 Recursos Financeiros 71
4.3.2 Recursos Humanos 72
4.3.3 Litigiosidade 75
4.4 Justiça Digital 77
4.5 Análise Comparativa dos Indicadores da 1ª e 2ª Instâncias 80
4.6 Impacto da Execução 91
4.7 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 98
4.7.1 Assuntos mais recorrentes 98
4.7.2 Classes mais recorrentes 101
4.8 Gestão e Desempenho da Justiça Estadual 104
4.8.1 Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus 104
4.8.2 Análises de Cenário 108
4.9 Síntese da Justiça Estadual 112
4.10 Infográficos da Justiça Estadual 113

5 JUSTIÇA DO TRABALHO 171
5.1 Classificação por porte 173
5.2 Estrutura da Justiça do Trabalho 176
5.3 Dados Globais da Justiça do Trabalho 178
5.3.1 Recursos Financeiros 178
5.3.2 Recursos Humanos 179
5.3.3 Litigiosidade 181
5.4 Justiça Digital 183
5.5 Análise Comparativa dos Indicadores de 1º e de 2º graus 186
5.6 Impacto da Execução 196
5.7 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 202
5.7.1 Assuntos mais recorrentes 202
5.7.2 Classes mais recorrentes 204
5.8 Gestão e Desempenho da Justiça do Trabalho 206
5.8.1 Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus 206

5.8.2 Análises de Cenário 210
5.9 Síntese da Justiça do Trabalho 214
5.10 Infográficos por Tribunal 215

6 JUSTIÇA FEDERAL 267
6.1 Estrutura da Justiça Federal 270
6.2 Dados Globais da Justiça Federal 275
6.2.1 Recursos Financeiros 275
6.2.2 Recursos Humanos 276
6.2.3 Litigiosidade 278
6.3 Justiça Digital 280
6.4 Análise Comparativa dos Indicadores de 1º e de 2º graus 282
6.5 Impacto da Execução 288
6.6 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 293
6.6.1 Assuntos mais recorrentes 293
6.6.2 Classes mais recorrentes 296
6.7 Gestão e Desempenho da Justiça Federal 300
6.7.1 Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus 300
6.7.2 Análises de Cenário 304
6.8 Síntese da Justiça Federal 308
6.9 Infográficos por Tribunal 309

7 JUSTIÇA ELEITORAL 323
7.1 Classificação por porte 325
7.2 Estrutura da Justiça Eleitoral 328
7.3 Dados Globais da Justiça Eleitoral 331
7.3.1 Recursos Financeiros 331
7.3.2 Recursos Humanos 333
7.3.3 Litigiosidade 335
7.4 Análise Comparativa dos Indicadores da 1ª e 2ª Instâncias 338
7.5 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 348
7.5.1 Assuntos mais recorrentes 348
7.5.2 Classes mais recorrentes 350
7.6 Síntese da Justiça Eleitoral 352
7.7 Infográficos por Tribunal 353

8 JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL 411
8.1 Dados Globais da Justiça Militar Estadual 413
8.1.1 Recursos Financeiros 413
8.1.2 Recursos Humanos 414
8.1.3 Litigiosidade 417
8.2 Análise Comparativa dos Indicadores da 1ª e 2ª Instâncias 419
8.3 Impacto da Execução 425
8.4 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 428
8.4.1 Assuntos mais recorrentes 428
8.4.2 Classes mais recorrentes 430
8.5 Síntese da Justiça Militar Estadual 432
8.6 Infográficos por Tribunal 433

9 TRIBUNAIS SUPERIORES 443
9.1 Superior Tribunal de Justiça 445

9.1.1 Dados Globais do Superior Tribunal de Justiça 445
9.1.1.1 Recursos Financeiros 445
9.1.1.2 Recursos Humanos 446
9.1.1.3 Litigiosidade 447
9.1.2 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 449
9.1.2.1 Assuntos mais recorrentes 450
9.1.2.2 Classes mais recorrentes 451
9.2 Justiça Militar da União 452
9.2.1 Dados Globais da Justiça Militar da União 452
9.2.1.1 Recursos Financeiros 452
9.2.1.2 Recursos Humanos 453
9.2.1.3 Litigiosidade 454
9.2.2 Análise Comparativa dos Indicadores do STM e das Auditorias Militares 456
9.3 Tribunal Superior Eleitoral 460
9.3.1 Dados Globais do Tribunal Superior Eleitoral 460
9.3.1.1 Recursos Financeiros 460
9.3.1.2 Recursos Humanos 461
9.3.1.3 Litigiosidade 462
9.3.2 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 463
9.3.2.1 Assuntos mais recorrentes 464
9.3.2.2 Classes mais recorrentes 465
9.4 Tribunal Superior do Trabalho 466
9.4.1 Dados Globais do Tribunal Superior do Trabalho 466
9.4.1.1 Recursos Financeiros 466
9.4.1.2 Recursos Humanos 467
9.4.1.3 Litigiosidade 468
9.4.2 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos 471
9.4.2.1 Assuntos mais recorrentes 471
9.4.2.2 Classes mais recorrentes 472
9.5 Infográficos dos Tribunais Superiores 473

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 482

11 REFERÊNCIAS 486

12 ANEXOS 489

1 Introdução

Como parte das celebrações dos dez anos da instalação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Relatório Justiça em Números deste ano traz ao leitor uma série de novidades na forma de exposição e na análise dos dados do Poder Judiciário, para fornecer subsídios à construção de soluções para o aperfeiçoamento dos serviços de justiça. Nada mais adequado que refletir as comemorações de uma década do CNJ também nesta publicação, pois o relatório simboliza seu dever constitucional de profissionalizar a gestão judiciária no Brasil. Em suas páginas, todos os anos, magistrados e gestores judiciários encontram indicadores que refletem, de modo agregado, os resultados do trabalho diário de administrar as serventias e de julgar número cada vez maior de processos, sobre temas cada vez mais complexos.

Em sua 11ª edição, este relatório também celebra uma década do rompimento com o histórico desconhecimento, em nível nacional, das características estruturais, orçamentárias e processuais dos tribunais. Os primeiros passos para ampliar o espectro dos diagnósticos institucionais[1] foram dados com a edição da Resolução CNJ 4/2005, aprovada na mesma sessão em que foi instituído o próprio regimento interno do Conselho[2]. Tal percurso de autoconhecimento, em dez anos tem sido aperfeiçoado, sendo o Relatório Justiça em Números hoje uma referência, seja para orientar a formulação de políticas judiciárias, seja para o escrutínio público e do mundo acadêmico. O desenvolvimento de pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional e o exercício de produzir diagnósticos acerca dos problemas conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário são objetivos legais que orientam a atuação do Departamento de Pesquisas Judiciárias, órgão de apoio ao Conselho Nacional de Justiça[3]. Prova da seriedade e do dinamismo com que são tratados os números da Justiça são as inovações que a cada ano são introduzidas, sempre no intuito de proporcionar maior clareza na demonstração dos números e de apresentar os resultados mais expressivos sobre os tribunais brasileiros.

Nesta edição, pela primeira vez, são apresentadas as informações sobre a estrutura do Poder Judiciário, com detalhamento das comarcas e varas instaladas por unidade da federação. A partir deste ano, o público terá ainda mais condições de avaliar a distribuição das serventias judiciais no território e todas as repercussões decorrentes na entrega da justiça aos cidadãos.

Outra novidade, há muito aguardada pelos leitores do Justiça em Números, é o tipo de demanda apresentada ao Judiciário ao longo de 2014. É a primeira ocasião em que será possível conhecer as classes processuais e os assuntos mais frequentemente demandados, com inúmeros reflexos no modo de se pensar a gestão da jurisdição no Brasil. Em decorrência da implantação das tabelas processuais unificadas, hoje todos os tribunais falam a mesma língua e, portanto, podem ter sua litigiosidade analisada comparativamente e em mais detalhes. A partir de mais esta inovação, passa a ser possível planejar a alocação de recursos também com base nos tipos processuais, o que amplia as condições de diversificar ações baseadas nas diferenças qualitativas da litigiosidade de cada tribunal.

1 O primeiro ato para atender à necessidade de instituir um banco de dados como instrumento de planejamento, gerência e transparência do Poder Judiciário foi de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, ao instituir o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ) no ano de 1989.

2 Em 16 de agosto de 2005.

3 Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006.

Não apenas há informações inéditas, como há enquadramentos novos para conteúdos já há mais tempo presentes nas edições do relatório. Tais reconfigurações analíticas permitem conclusões mais aprofundadas, por exemplo, sobre a Justiça Digital, sobre as diferenças entre o primeiro e o segundo graus de jurisdição, bem como sobre a comparação entre as fases de conhecimento e de execução e a evolução do tema na série histórica. Adicionalmente, encontram-se disponíveis resultados reunidos em uma seção específica sobre a gestão do desempenho, espaço em que os já conhecidos métodos de análise envoltória de dados (que geram o Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPCJus) são apresentados com maiores aprofundamentos.

Como se vê, o relatório deste ano primou pela ênfase nas principais fontes da atenção administrativa, pois ressalta a estrutura da Justiça, detalha a litigiosidade identificando classes e assuntos, além de permitir análises mais detidas nas principais linhas de ação do Judiciário Nacional atualmente, a saber, o processo judicial eletrônico (PJe), a priorização do primeiro grau, a distinção dos processos em conhecimento e execução, além de concentrar-se, como noutras edições, em compreender melhor e por meios científicos a produtividade comparada entre tribunais.

Não bastassem tais aprimoramentos, 2015 também foi o ano em que novidades foram pensadas para que, nas próximas edições, seguíssemos a trilha do aperfeiçoamento. Para tanto, a Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, após amplo e demorado processo colaborativo com os tribunais, alterou os anexos da Resolução CNJ 76/2009, ampliando o SIESPJ e as possibilidades analíticas para o relatório a ser divulgado já em 2016. Passar-se-á a dispor de informações ainda mais detalhadas, pois será possível conhecer o tempo do processo, até a sentença e até sua baixa definitiva. Saberemos de modo padronizado e contínuo quantos deles foram solucionados por meio da conciliação e quantos estão sobrestados ou suspensos por motivo de repercussão geral e recurso repetitivo. Ao identificá-los desta forma, poderemos qualificar a informação do congestionamento, pois não mais serão considerados atrasados os julgamentos de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. O relatório também fornecerá as condições para se conhecer quantos processos de segundo grau são originários e quantos tramitam em sede de recursos, além de aperfeiçoamentos nos glossários, com a exclusão de variáveis de difícil medição.

Além destes, há outros e não menos importantes avanços, que apenas reforçam o quanto o conhecimento é requisito fundamental da boa gestão. Se hoje as análises revelam rumos claros a serem seguidos, se hoje lançam luzes sobre os problemas fundamentais, em mais um ano ter-se-á ainda mais condições para o aprimoramento da gestão judiciária, feita sob os auspícios de evidências empíricas bem coletadas, bem documentadas e que atualmente são parte da rotina administrativa dos tribunais brasileiros.

Não é demais ressaltar que, a cada ocasião em que o Relatório Justiça em Números foi discutido com especialistas e autoridades de diversos países, seja em plenárias externas ou nas solenidades destinadas ao seu lançamento, já há alguns anos, ficou patente que o nível de sofisticação e os acertos estratégicos das decisões do Conselho Nacional de Justiça sobre os métodos e análises dos números da Justiça brasileira os deixam em posição de vanguarda, quando comparados aos principais centros internacionais dedicados à pesquisa judiciária.

E tal reconhecimento só reflete a primazia da gestão judiciária nacional, algo de difícil alcance antes da implantação do CNJ. A partir da instalação deste Conselho, abriram-se os horizontes mais amplos da litigiosidade e da gestão de recursos por meio de diagnósticos, fez-se bom uso deles ao traçar linhas de gestão claras e aplicáveis a todos os tribunais, mas também não se descuidou de aclarar os detalhes desta gestão, em consonância com o direito fundamental à informação, previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, por meio de políticas de transparência ativa e passiva.

Mais do que pôr a público o que é e o que se faz no Judiciário, ao longo de sua curta, porém intensa história, o CNJ buscou aproximar o cidadão da missão do Judiciário. É a concretização de uma inescapável sociedade da informação, que tende a se aprimorar e a aperfeiçoar continuamente os serviços públicos prestados. Se a democracia se exerce à luz do dia, o exemplo do CNJ reforça o cenário para que os vindouros tempos venham a se tornar mais radiantes.

2 Metodologia do Relatório Justiça em Números

O Relatório Justiça em Números é regido pela Resolução CNJ 76, de 12 de maio de 2009, e compõe o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ).

Os seguintes tribunais integram o SIESPJ:

- ✓ Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- ✓ Superior Tribunal Militar (STM);
- ✓ Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- ✓ Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- ✓ 5 Tribunais Regionais Federais (TRFs);
- ✓ 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs);
- ✓ 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs);
- ✓ 3 Tribunais de Justiça Militar (TJMs);
- ✓ 27 Tribunais de Justiça (TJs).

Os dados do SIESPJ devem ser obrigatoriamente informados pela Presidência dos Tribunais, os quais se regem pelos princípios da publicidade, eficiência, transparência, obrigatoriedade de informação dos dados estatísticos e presunção de veracidade.

A Presidência dos Tribunais é responsável pela fidedignidade da informação apresentada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pode delegar a magistrado ou a serventuário especializado integrante do Núcleo de Estatística a função de gerar, conferir e transmitir os dados estatísticos.

O SIESPJ abrange os indicadores estatísticos fundamentais do Judiciário dispostos nas seguintes categorias:

I - Insumos, dotações e graus de utilização:
  a) Receitas e despesas; e
  b) Estrutura;

II - Litigiosidade:
  a) Carga de trabalho;
  b) Taxa de congestionamento; e
  c) Recorribilidade e reforma de decisões;

III - Acesso à Justiça; e

IV - Perfil das Demandas.

Os dados referentes ao módulo de litigiosidade são informados semestralmente, enquanto os demais, anualmente. Os dados estatísticos anuais e do segundo semestre são transmitidos no período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte ao ano-base, e os do primeiro semestre, de 10 de julho a 31 de agosto do mesmo ano-base. O prazo para retificações dos dados é estabelecido no período entre 15 de março e 15 de abril e entre 15 de setembro e 15 de outubro. As falhas de fornecimento de dados devem ser corrigidas pelos tribunais no prazo de dez dias, a contar da notificação.

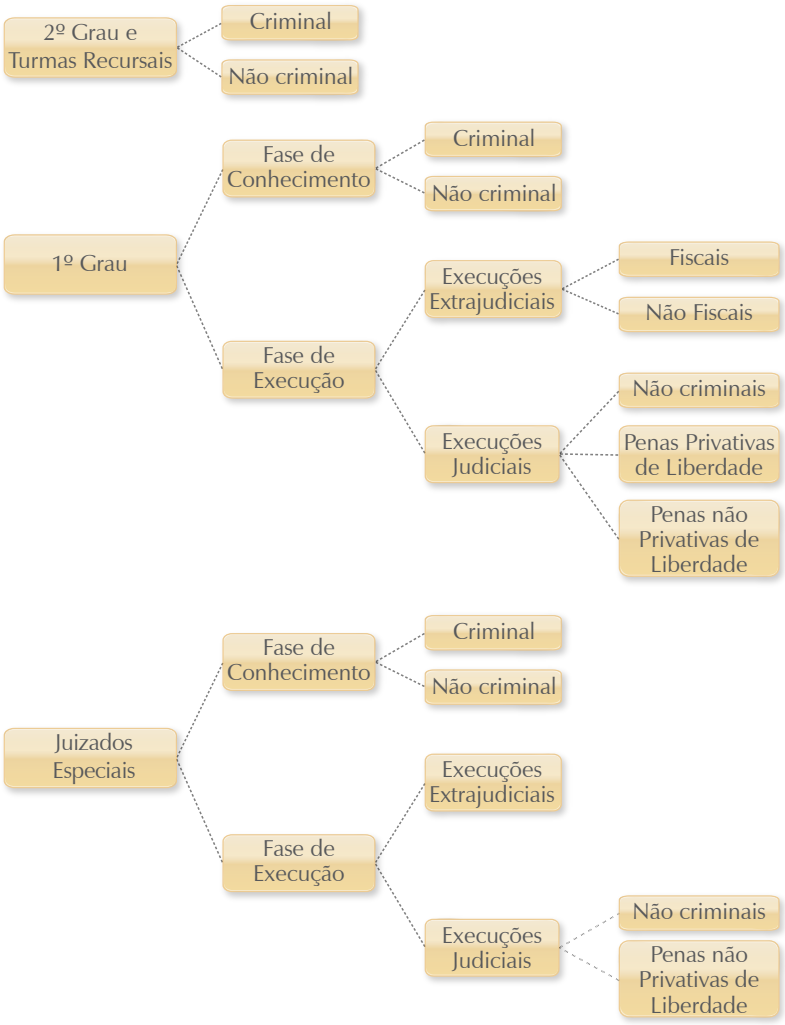
O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ recebe os dados estatísticos enviados pelos tribunais sob a supervisão da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento. A primeira edição do Relatório Justiça em Números ocorreu no ano de 2004 e ampliou os princípios norteadores do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ)[4], que serviu de balizamento para fundamentar a Resolução CNJ 15, editada em 20 de abril de 2006. Tal resolução representou um marco para a

4 O BNDPJ foi regulamentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2004 em decorrência da necessidade de se instituir um banco de dados que pudesse ser utilizado como instrumento de planejamento, gerência e transparência do Poder Judiciário.

metodologia de coleta de dados estatísticos nos tribunais das esferas federal, estaduais e trabalhistas e para a inauguração da série histórica em 2004, que perdurou até 2008.

Com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento do SIESPJ e dar prosseguimento ao processo de aprimoramento dos dados do Relatório Justiça em Números, foi editada a Resolução CNJ 76/2009, norma que tem norteado a coleta e a sistematização dos dados, a partir do ano de 2009, ponto inicial da série histórica vigente. Tal ato normativo manteve as categorias gerais estabelecidas pela Resolução CNJ 15/2006, porém introduziu importantes modificações, tais como: detalhamento dos dados de despesa e força de trabalho, cálculo da taxa de congestionamento e dos processos pendentes em relação à data de baixa (em vez da sentença), além do detalhamento dos dados de litigiosidade, quando aplicável ao ramo de justiça, na forma do diagrama constante na Figura 2.1.

Figura 2.1 - Tipologia dos dados de litigiosidade, conforme os anexos da Resolução CNJ 76/2009



Em 2011, concluiu-se a elaboração dos indicadores estatísticos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar da União e da Justiça Militar dos Estados, que passaram a constar nos anexos da Resolução CNJ 76/2009.

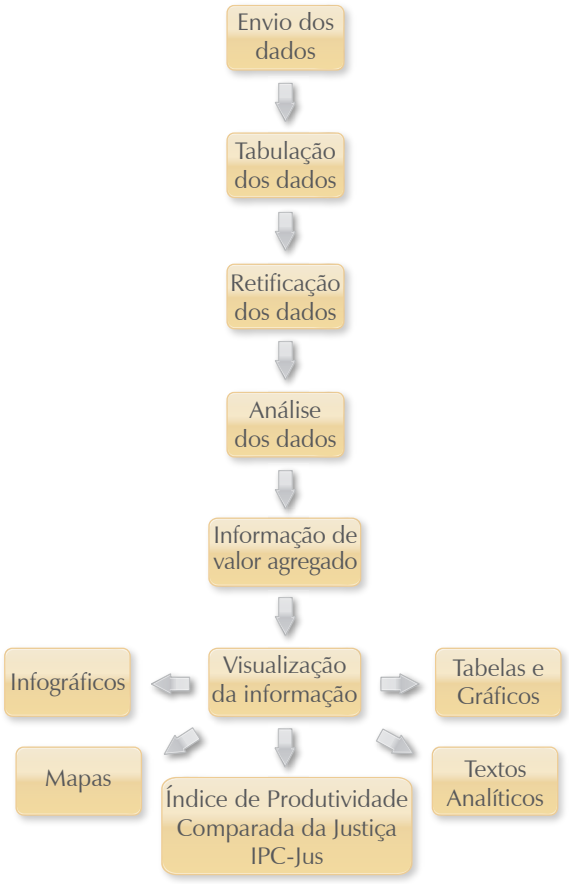
É importante considerar que avanços no detalhamento de dados que compõem esse relatório estão por vir. Em maio de 2015 os anexos da referida Resolução passaram por ampla reformulação e aqueles, já em vigor, passarão a ser publicados em 2016 com dados do ano-base 2015. Conduzida pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, a revisão contou com a participação dos Tribunais por meio de Consulta Pública e de Reuniões com o Comitê Gestor Nacional do Sistema de Estatística do Poder Judiciário.

Entre os principais destaques estão a inclusão do tempo de duração do processo, a criação de indicadores sobre conciliação e a criação da taxa de congestionamento líquida, que exclui o estoque suspenso ou sobrestado em razão de repercussão geral e recursos repetitivos. Além disso, os processos ingressados na segunda e terceira instâncias passarão a ser identificados entre originários e recursais.

Inspirado nas políticas de atenção ao primeiro grau, todas as variáveis relacionadas a despesas com recursos humanos passarão a ser segregadas por grau de jurisdição[5]. O Relatório de 2016 trará também a relação das unidades judiciárias de primeiro grau (ex.: varas e juizados especiais), com a indicação do número de processos e número de servidores.

Apresenta-se, na Figura 2.2, o fluxo do Relatório Justiça em Números desde o envio dos dados e da retificação realizada pelos tribunais até o formato atual do Relatório:

Figura 2.2 - Fluxo do Relatório Justiça em Números



O presente relatório conta com um *layout* inédito, com infográficos aprimorados, mais didáticos e mais informativos. Os infográficos foram originalmente lançados no Relatório de 2012 e, desde então, a mesma linha de apresentação vinha sendo mantida, com sutis variações. Esta é a primeira edição do Relatório Justiça em Números que contém modificações substanciais no que diz respeito à técnica de visualização da informação, a fim de aprimorar a leitura dos dados e criar meios que facilitem a melhor compreensão da informação pelos leitores.

Além do quesito visual, o Relatório Justiça em Números 2015 também inovou em conteúdo, ao abordar com mais detalhamento a estrutura do Poder Judiciário, indicando os quantitativos de varas e comarcas, além de suas respectivas competências. Essas informações foram correlacionadas com dados de litigiosidade e territoriais com o intuito de apresentar um retrato do Judiciário, em cada ramo de justiça.

5 Resoluções CNJ 194 de 26 de maio de 2014 e 195 de 03 de junho de 2014.

Outra novidade diz respeito ao diagnóstico do perfil das demandas de cada Tribunal e de cada ramo de justiça, com demonstração das classes e dos assuntos[6] mais frequentes. No caso dos assuntos, é possível identificar se os processos são de matéria de direito civil (e de que tipo, família, obrigações, etc.) ou se são de direito tributário, do consumidor, entre outros. Quanto às classes, foi possível saber se a demanda é essencialmente originária, recursal ou de medidas garantidoras, por exemplo. Outra novidade desta edição refere-se à análise de cenários, em um capítulo desenhado especialmente à análise da gestão e do desempenho da Justiça.

Em resumo, o relatório traz um retrato do Poder Judiciário, com indicadores e dados globais de litigiosidade, de insumos financeiros e de recursos humanos, com apresentação de séries históricas de 2009 a 2014 ou de 2011 a 2014, conforme as informações disponíveis para cada ramo, e também traz análises comparadas dos principais indicadores de litigiosidade por tribunal, distinguindo-se os índices alcançados no primeiro e no segundo graus de jurisdição. O relatório exibe ainda uma seção destinada à Justiça Digital, com o índice de virtualização dos processos e, ainda, uma seção destinada à análise específica da fase de execução dos processos de primeira instância.

As descrições das técnicas e metodologias utilizadas no presente relatório estão detalhadas a seguir.

2.1 Infográficos

Os infográficos são, por definição, um conjunto de recursos gráficos utilizados na apresentação e sintetização de dados, com o objetivo de facilitar a compreensão das informações. Neste relatório, o novo *layout* dos infográficos expressa de maneira ainda mais clara e intuitiva os seguintes dados: orçamento, força de trabalho, movimentação processual, indicadores de produtividade do tribunal (inclusive IPC-Jus), indicadores de produtividade dos magistrados e indicadores de produtividade dos servidores da área judiciária, além dos 10 assuntos mais recorrentes nos processos novos do ano de 2014, segundo as Tabelas Processuais Unificadas.

Na primeira parte dos infográficos encontram-se os dados para o ano-base de 2014 sobre o orçamento do tribunal e a força de trabalho, com as seguintes informações:

- Orçamento do tribunal: despesa total, com detalhe nas despesas com recursos humanos (remuneração, proventos e pensão; benefícios; encargos; terceirizados; estagiários e outras) e o restante das despesas com destaque para aquisições e contratos em informática.
- Força de trabalho:
  - Magistrados: quantitativo de cargos de magistrados existentes (criados por lei), separados em providos e vagos, com classificação dos cargos providos por instância (2º e 1º graus), considerando ainda os magistrados que atuam exclusivamente em uma unidade judiciária e os que acumulam funções em mais de uma unidade.
  - Servidores e auxiliares: quantitativo de cargos efetivos existentes (criados por lei), separados em providos e vagos, com classificação dos servidores da área judiciária por instância e discriminando ainda o total de servidores cedidos e da área administrativa, além do quantitativo de trabalhadores auxiliares (juízes leigos, conciliadores, terceirizados e estagiários).

Já em sua segunda parte, para cada informação são demonstrados por meio de tabelas infográficas e/ou gráficos-resumo de série histórica: a) o valor do dado no ano-base de 2014 e b) a variação em relação ao ano anterior, com o indicativo do aumento ou diminuição em percentuais ou pontos percentuais, a depender da variável. As informações foram divididas em:

- Movimentação processual: tem-se, por instância e segregados em processos de conhecimento e de execução: a) os casos novos; b) os processos julgados; c) os processos baixados; e, d) o estoque de processos existentes no início do ano-base. Além disso, com dados consolidados para o tribunal, tem-se a representação da série histórica do quantitativo de casos novos e de processos baixados.
- Indicadores de produtividade do tribunal: tem-se por instância e segregados em indicadores de conhecimento e de execução a) o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que representa o total de processos baixados por caso novo; e, b) a taxa de congestionamento, que representa o percentual de processos que não foram baixados durante o ano. Além disso, com dados consolidados para o tribunal, tem-se a representação do IAD e da taxa de congestionamento.

6 As Classes e Assuntos dos processos referem-se às Tabelas Processuais Unificadas, criadas pela Resolução CNJ 46/2007. Ressalte-se que um mesmo processo pode estar associado a mais de uma classe ou assunto, portanto, seus resultados não podem ser comparados com o número de processos novos nos tribunais.

- Indicadores de produtividade dos magistrados: tem-se por instância a) os casos novos por magistrado[7]; b) a carga de trabalho; c) os processos julgados por magistrado; e, d) o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), que representa o total de processos baixados por magistrado. Além disso, com dados consolidados para o tribunal, tem-se a representação da série histórica IPM.
- Indicadores de produtividade dos servidores da área judiciária: tem-se por instância a) os casos novos por servidor[8]; b) a carga de trabalho; e, c) o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS-Jud), que representa o total de processos baixados por servidor da área judiciária. Além disso, com dados consolidados para o tribunal, tem-se a representação da série histórica IPS-Jud.
- O Resultado do Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus), índice de eficiência que compara os tribunais considerando suas despesas, força de trabalho e total de processos, em relação ao que cada Tribunal foi capaz de produzir em número de processos baixados. Este resultado está apresentado em gráfico de série histórica, além de apresentar a posição em relação aos tribunais mais próximos, dentro do mesmo porte.
- Os 10 Assuntos mais recorrentes de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas.

2.2 Classificação dos Tribunais segundo o Porte

A classificação dos tribunais em portes tem por objetivo criar agrupamentos de forma a respeitar características distintas dentro do mesmo ramo de justiça. A separação é feita sempre em três grupos, quais sejam: grande porte, médio porte e pequeno porte. Os ramos de Justiça que contam com essa separação são: Justiça Estadual (27 tribunais), Justiça do Trabalho (24 tribunais) e Justiça Eleitoral (27 tribunais). Tendo em vista que a Justiça Federal é subdivida em apenas cinco regiões e que a Justiça Militar Estadual conta com apenas três tribunais, não faria sentido classificá-los conforme a metodologia.

Para a classificação dos tribunais em portes, utiliza-se a técnica estatística de análise multivariada[9] denominada análise de componentes principais. A partir da sua aplicação, passa a ser possível reduzir o número de dimensões em análise. No caso específico, quatro variáveis são sintetizadas em apenas um fator (escore) obtido por meio de uma combinação linear das variáveis originais. As quatro variáveis utilizadas no cálculo do escore foram: despesa total da Justiça, total de processos que tramitaram, total de magistrados e força de trabalho[10].

A seguir, apresenta-se a técnica estatística de análise de componentes principais, utilizada para cálculo dos escores, e, consequentemente, para a definição dos grupos.

Análise de Componentes Principais (ACP)

Trata-se de método de análise multivariada utilizada para resumir grande número de variáveis em poucas dimensões. É uma tentativa de compreender relações complexas impossíveis de serem trabalhadas com métodos univariados ou bivariados, permitindo, assim, visualizações gráficas e análises mais aprofundadas por parte do pesquisador.

Por meio de transformação ortogonal, um conjunto de informações possivelmente correlacionadas é reescrita por meio de fatores não correlacionados e gerados por meio de combinações lineares das variáveis originais.

Segundo Johnson & Wichern (2007), seja um vetor com p variáveis aleatórias denominadas $X' = \{X_1, X_2, ..., X_p\}$ com matriz de covariância dada por Σ, com autovalores $\lambda_1 \geq \lambda_2 \geq \ldots \geq \lambda_p \geq 0$, e matriz de correlação dada por p. Considere as seguintes combinações lineares:

$$Y_1 = \boldsymbol{a_1'X} = a_{11}X_1 + a_{12}X_2 + \cdots + a_{1p}X_p$$

$$Y_2 = \boldsymbol{a_2'X} = a_{21}X_1 + a_{22}X_2 + \cdots + a_{2p}X_p$$

$$\vdots$$

$$Y_p = \boldsymbol{a_p'X} = a_{p1}X_1 + a_{p2}X_2 + \cdots + a_{pp}X_p$$

7 Neste indicador relativo aos magistrados, consideram-se os casos novos de conhecimento e de execução extrajudicial, sem computar as execuções judiciais iniciadas.

8 Para este indicador referente aos servidores consideram-se os casos novos de conhecimento e de execução extrajudicial, sem computar as execuções judiciais iniciadas.

9 Técnica estatística voltada para casos em que se deseja sintetizar a informação fornecida por diversas variáveis/indicadores.

10 Por força de trabalho, devem ser entendidos os servidores efetivos, os requisitados e os servidores sem vínculo efetivo com a administração pública, assim como as demais categorias que integram a força de trabalho auxiliar, tais como terceirizados, estagiários, juízes leigos e conciliadores.

Com

$$Var(Y_i) = \boldsymbol{a}_i' \sum \boldsymbol{a}_i \,, \quad i = 1,2,\ldots,p$$

$$Cov(Y_i, Y_k) = \boldsymbol{a}_i' \sum \boldsymbol{a}_k \,, \quad i,k = 1,2,\ldots,p$$

Assim, as componentes principais (escores) são as combinações lineares não correlacionadas Y_1, Y_2,..., Y_p, cujas variâncias são as maiores possíveis. Dessa forma, a primeira componente principal é a que produz combinação linear com variância máxima, a segunda componente tem a segunda maior variância, e, assim, sucessivamente. Matematicamente, pode-se escrever:

Primeira componente principal = combinação linear $\boldsymbol{a'}_1\boldsymbol{X}$ que maximiza *Var*($\boldsymbol{a'}_1\boldsymbol{X}$), sujeito a $\boldsymbol{a'}_1\,\boldsymbol{a}_1 = 1$.

Segunda componente principal = combinação linear $\boldsymbol{a'}_2\boldsymbol{X}$ que maximiza *Var*($\boldsymbol{a'}_2\boldsymbol{X}$), sujeito a $\boldsymbol{a'}_2\,\boldsymbol{a}_2 = 1$ e *Cov*($\boldsymbol{a'}_1\boldsymbol{X}$, $\boldsymbol{a'}_2\boldsymbol{X}$)=0.

⋮

i-ésima componente principal = combinação linear $\boldsymbol{a'}_i\boldsymbol{X}$ que maximiza *Var*($\boldsymbol{a'}_i\boldsymbol{X}$), sujeito a $\boldsymbol{a'}_i\,\boldsymbol{a}_i = 1$ e Cov($\boldsymbol{a'}_i\boldsymbol{X}$, $\boldsymbol{a'}_k\boldsymbol{X}$)=0 para $k < i$.

Dessa forma, o vetor aleatório $\mathbf{X'} = \{X_1, X_2, \ldots, X_p\}$, com matriz de covariância associada dada por $\sum$ e com pares de autovalores-autovetores dados por $(\lambda_1, \boldsymbol{e}_1), \ldots, (\lambda_p, \boldsymbol{e}_p)$, onde $\lambda_1 \geq \lambda_2 \geq \ldots \geq \lambda_p \geq 0$, tem a *i*-ésima componente principal igual a:

$$Y_i = \boldsymbol{e}_i'\boldsymbol{X} = e_{i1}X_1 + e_{i2}X_2 + \cdots + e_{ip}X_p \,, com\ i = 1,2,\cdots,p$$

A partir de então tem-se:

$$Var(Y_i) = \boldsymbol{e}_i' \sum \boldsymbol{e}_i = \lambda_i \,, \quad i = 1,2,\ldots,p$$

$$Cov(Y_i, Y_k) = \boldsymbol{e}_i' \sum \boldsymbol{e}_k = 0, \quad i \neq k$$

Além disso, essa combinação resulta que:

$$\sigma_{11} + \sigma_{22} + \cdots + \sigma_{pp} = \sum_{i=1}^{p} Var(X_i) = \lambda_1 + \lambda_2 + \cdots + \lambda_p = \sum_{i=1}^{p} Var(Y_i)$$

Ou seja, a soma das variâncias das *p* componentes principais é igual à soma das variâncias das *p* variáveis originais. Consequentemente, a proporção de variância populacional explicada pela *k*-ésima componente principal é igual:

$$\begin{pmatrix}\text{Proporção do Total da variância explicada} \\ \text{pela } k\text{-ésima componente principal}\end{pmatrix} = \frac{\lambda_k}{\lambda_1 + \lambda_2 + \cdots + \lambda_p} \qquad , k = 1,2,\cdots p$$

Por esse resultado pode-se concluir que, quando um número pequeno de componentes (digamos, 1, 2 ou até 3, a depender da quantidade de variáveis em análise) consegue explicar uma proporção satisfatória da variância populacional, ou seja, cerca de 80% a 90% dos dados, o pesquisador pode utilizar os fatores para suas análises, ao invés das variáveis originais, sem perda de muita informação.

Considerando que as variáveis utilizadas neste modelo possuem escalas bastante distintas e para que todas pudessem ter o mesmo peso de influência no modelo, optou-se pelo uso dos dados padronizados pela distribuição normal, que se resume à substituição da matriz de covariância pela de correlação.

Uma ferramenta importante na interpretação de fatores é a rotação fatorial. Nela, os eixos dos fatores (escores) são rotacionados em torno da origem até que alguma outra posição seja alcançada. Conforme detalha Hair *et al*. (2005), existem diversos métodos de rotação fatorial. Neste trabalho, optou-se pela *varimax*, uma das técnicas mais empregadas, na qual a soma de variâncias das cargas da matriz fatorial é maximizada [11].

Utilizando essa técnica foi possível obter um escore único, por ramo de justiça, capaz de resumir todo o conteúdo das quatro variáveis, e com variância explicada de 98% nos tribunais da Justiça Estadual, de 97% nos tribunais da Justiça do Trabalho e de 87%

11 Mais detalhes sobre tipos de rotação e o método de componentes principais podem ser encontrados em Johnson & Wichern (2007), Hair et al. (2005) e Rencher (2002).

nos tribunais da Justiça Eleitoral. Os tribunais foram ordenados por meio do fator (escore) resultante da análise fatorial e posteriormente classificados em 3 grupos pré-definidos: pequeno, médio e grande porte.

2.3 Mapas

Os mapas foram desenvolvidos nas Justiças Estadual, Trabalhista, Federal, Eleitoral e Militar Estadual com a finalidade de representar, em perspectiva nacional, como se comportam algumas das variáveis de estrutura, quando correlacionadas com outros dados tais como litigiosidade e recursos humanos. Os indicadores constantes dos mapas foram:

- Habitantes por unidade judiciária de primeiro grau;
- Casos novos de primeiro grau por unidade judiciária;
- Casos novos por 100.000 habitantes;
- Magistrados por 100.000 habitantes;

Na Justiça Estadual e na Justiça Federal foi analisado o percentual de casos novos de juizados especiais em relação ao total de casos novos do primeiro grau. Essa análise foi comparada com a estrutura de juizados especiais instalada (percentual de juizados especiais em relação ao total de unidades judiciárias).

Na Justiça Estadual também diagnosticou-se o número de varas com competência exclusiva de infância e juventude, idoso e/ou família e de violência doméstica.

A Justiça Eleitoral conta com mapas específicos, relativos à população votante, quais sejam: proporção de eleitores em relação ao total de habitantes e número de eleitores por urna.

Por se tratar de um universo restrito a três tribunais, a Justiça Militar Estadual traz nos mapas apenas os indicadores de casos novos por 100.000 militares e de magistrados por 100.000 militares. Nesta figura, apresentam-se os dados dos três estados em que os tribunais estão situados, a saber: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Na Justiça Federal, por seu turno, a informação territorial valeu-se, além da divisão em cinco regiões, também da partição por seção judiciária. Cabe esclarecer que, quando apresentados os dados pelos cinco TRFs, computam-se os totais da Justiça, ou seja, a soma do 2º grau, do 1º grau, das turmas recursais, dos juizados especiais e das turmas regionais de uniformização. Já na apresentação por seção judiciária, apenas a primeira instância está considerada (1º grau, juizados especiais e turmas recursais).

Os dados representados em cada mapa estão dispostos em escalas com o mesmo número de divisões. Para tanto, calculou-se a amplitude do indicador (maior valor deduzido do menor valor) e dividiu-se por cinco. Esse resultado é o intervalo de cada grupo. Por exemplo, suponha um indicador em que o menor valor é de 1.000 e o maior, 5.000. Assim, a amplitude é de 4.000 (igual a 5.000 – 1.000). Dividindo-se a amplitude de 4.000 por 5, obtém-se que cada classe conterá um intervalo de 800. Dessa forma, a primeira classe abrangerá os tribunais cujo indicador está entre 1.000 (inclusive) e 1.800 (exclusive), a segunda classe de 1.800 a 2.600, e, assim, sucessivamente até a quinta classe.

A vantagem dessa abordagem é que ela permite identificar realmente aqueles tribunais que se destacam, nos grupos extremos, sob a ótica do indicador.

Escala Cartográfica

A escala cartográfica de todas as figuras deste relatório está na ordem de 1:5.000.000, ou seja, (um para cinco milhões). Isto significa que cada centímetro da escala numérica corresponde a cinco milhões de centímetros do território brasileiro, ou quinhentos quilômetros.

Em representação gráfica, a escala utilizada é simbolizada por uma linha horizontal com divisão exata da medida numérica. No caso da escala gráfica utilizada em todas as figuras deste relatório, a sua representação da distância existente na superfície real é: **0 500km.**

Destarte, a representação desta transposição de informações territoriais para o plano gráfico não está presente nas figuras dos diferentes ramos de justiça. Mas caso surja o interesse do leitor pelas distâncias entre as unidades da federação, basta se utilizar da escala gráfica apresentada no parágrafo anterior.

Por fim, a redução escalar é de caráter linear, e não de área. O espaço territorial representado pelas figuras deste relatório foi reduzido em cinco milhões de vezes horizontal e verticalmente.

2.4 O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)

As seções a seguir apresentam o detalhamento das fórmulas utilizadas no cálculo do IPC-Jus, bem como o mecanismo de construção dos gráficos de fronteira de quadrantes, forma ilustrativa muito útil para auxiliar na compreensão do resultado final do modelo DEA.

2.4.1 A construção do IPC-Jus

O Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) conta com uma enorme gama de variáveis encaminhadas pelos tribunais e posteriormente transformadas em indicadores pelo Conselho Nacional de Justiça. São muitos os indicadores que podem mensurar a eficiência de um tribunal, e o grande desafio da ciência estatística consiste em transformar dados em informações sintéticas, que sejam capazes de explicar o conteúdo dos dados que se deseja analisar. Para alcançar tal objetivo, optou-se por construir o IPC-Jus, uma medida de eficiência relativa dos tribunais, utilizando-se uma técnica de análise denominada DEA (do inglês, *Data Envelopment Analysis*) ou Análise Envoltória de Dados.

O método estabelece comparações entre o que foi produzido (denominado *output*, ou produto) considerando-se os recursos (ou insumos) de cada tribunal (denominados *inputs*). Trata-se de metodologia de análise de eficiência que compara o resultado otimizado com a eficiência de cada unidade judiciária em questão. Dessa forma, é possível estimar dados quantitativos sobre o quanto cada tribunal deve aumentar sua produtividade para alcançar a fronteira de produção, observando-se os recursos de que cada um dispõe, além de estabelecer um indicador de avaliação para cada unidade.

O método DEA foi desenvolvido por Charnes *et al*. (1978), inicialmente utilizado mais frequentemente na área de engenharia de produção. Recentemente, passou a ser aplicada no Brasil na área forense, com o intuito de medir o resultado de tribunais, como nos artigos de Adelar (2010) e Yeung e Azevedo (2009).

Trata-se de modelo simples (com poucas variáveis de *input* e *output*), e, ao mesmo tempo, muito explicativo. Além de selecionar as variáveis de insumos e produtos que comporão a análise, é preciso escolher o tipo de modelo a ser aplicado. Mello *et al*. (2005) detalham de forma bastante didática os tipos de modelos disponíveis.

Segundo os autores, os modelos DEA clássicos são o CCR (Charnes, Cooper e Rhodes; 1978) e o BCC (Banker, Charnes e Cooper; 1984). O modelo CCR, apresentado originalmente por Charnes et al. (1978), constrói uma superfície linear por partes não paramétrica, envolvendo os dados e trabalhando com retornos constantes de escala, isto é, qualquer variação nas entradas (*inputs*) produz variação proporcional nas saídas (*outputs*). Esse modelo também é conhecido por CRS – *Constant Returns to Scale*. O modelo BCC, apresentado por Banker et al. (1984), considera retornos variáveis de escala, isto é, substitui o axioma da proporcionalidade entre *inputs* e *outputs* pelo axioma da convexidade. Por isso, esse modelo também é conhecido como VRS – *Variable Returns to Scale*. Ao tratar a fronteira de produção de forma convexa, o modelo BCC permite que as unidades que operam com baixos valores de *inputs* tenham retornos crescentes de escala, enquanto as que operam com altos valores de *inputs* tenham retornos decrescentes de escala.

Na análise de eficiência dos Tribunais, adotou-se o modelo CCR, ou seja, com retornos constantes de escala. Além disso, o modelo é orientado ao *output*, o que significa que estamos interessados em identificar quanto o tribunal pode aumentar em termos de produto (maximizando o resultado), mantendo seus recursos fixos, já que a redução de orçamento e da força de trabalho muitas vezes não é viável.

Segundo Yeung e Azevedo (2009), o modelo CCR orientado ao *output* pode ser escrito como um problema de programação linear da seguinte forma:

$$\max_{\phi,\lambda,s^+,s^-} Z_0 = \phi + \varepsilon s^+ + \varepsilon s^-$$

Sujeito a

$$\phi Y_0 - Y\lambda + s^+ = 0$$

$$X\lambda + s^- = X_0$$

$$\lambda, s^+, s^- \geq 0$$

em que X_0 é o vetor de *inputs*, Y_0 é o vetor de *outputs* e ϕ representa o montante de *output* necessário para transformar uma unidade (DMU[12]) ineficiente em eficiente. A variável s^- mede o excesso de *inputs* de uma unidade ineficiente e s^+ mede a falta de *output*.

Neste trabalho, a técnica DEA foi aplicada aos dados do Relatório Justiça em Números com o objetivo de verificar a capacidade produtiva de cada tribunal, considerando-se os insumos disponíveis. A seleção das variáveis para a definição dos *inputs* foi feita com o intuito de contemplar a natureza dos três principais recursos utilizados pelos tribunais: os recursos humanos, os financeiros e os próprios processos. A princípio, foram testados métodos de seleção de variáveis, tais como o Método I-O *Stepwise* Exaustivo Completo, o Método Multicritério para Seleção de Variáveis e o Método Multicritério Combinatório Inicial para Seleção de Variáveis (SENRA, 2007). Entretanto, esses modelos favoreceram os *inputs* que tiveram maior correlação linear com o *output* (total de processos baixados), favorecendo-se em alguns casos variáveis semelhantes, como, por exemplo, número de servidores e, logo em seguida, a despesa com pessoal ativo. Sendo assim, o processo de seleção partiu da categorização das variáveis nos critérios definidos a seguir, permitindo-se a utilização em parte do Método Multicritério em conjunto com critérios subjetivos.

Os *inputs* foram divididos em:

a) **Exógeno (não controlável)**: relativos à própria demanda judicial, pois é essencial para o desenvolvimento do trabalho jurisdicional a existência de processos que tramitam nos tribunais. Sendo assim, os testes empreendidos levaram em consideração tanto o quantitativo de **casos pendentes**, quanto o de **casos novos**, revelando-se a soma desses, ou seja, o total de **processos que tramitaram** como variável explicativa para os resultados de eficiência.

b) **Endógeno (controlável)**:

   i. **Recursos financeiros:** utilizou-se a **despesa total de cada tribunal excluída a despesa com pessoal inativo**, tendo em vista que os recursos alocados com pessoal inativo não contribuem diretamente para a produção ou a produtividade dos tribunais;

   ii. **Recursos humanos:** como dados de força de trabalho, foram utilizados os números de **magistrados** e de **servidores** efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo, excluídos os cedidos a outros órgãos.

Com relação ao *output*, tem-se que a variável total de processos baixados é aquela que melhor representa o fluxo de saída dos processos do Judiciário sob a perspectiva do jurisdicionado que aguarda a resolução do conflito.

Sendo assim, o modelo do IPC-Jus considera o total de processos baixados com relação ao total de processos que tramitaram, o quantitativo de magistrados e servidores (efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo) e a despesa total do tribunal (excluídas as despesas com pessoal inativo).

Como resultado da aplicação do modelo DEA, tem-se um percentual, que varia de 0 (zero) a 100%, revelando que, quanto maior o valor, melhor o desempenho da unidade, pois significa que ela foi capaz de produzir mais (em baixa de processos) com menos recursos disponíveis (de pessoal, de processos e de despesas). Essa é a medida de eficiência do tribunal, também aqui denominada por IPC-Jus.

Adicionalmente, ao dividir o total de processos baixados de cada tribunal por seu respectivo percentual de eficiência alcançado, tem-se a medida do baixado ideal (ou *target*), que representa quanto o tribunal deveria ter baixado para alcançar a eficiência máxima (100%) no ano-base.

É importante esclarecer que o baixado ideal é uma métrica que analisa o passado e não o futuro, ou seja, significa que, caso o tribunal tivesse conseguido baixar a quantidade de processos necessários conforme o modelo comparativo teria, em 2014, alcançado

12 DMU representa cada unidade de produção analisada no modelo DEA. Do inglês, *Decision Making Unit*.

a curva de eficiência. Não significa, entretanto, que se o tribunal baixar essa mesma quantidade, ou até mais, no ano subsequente, o alcance da eficiência volte a ocorrer. Dessa forma, o IPC-Jus considera o resultado alcançado no passado com base nos recursos disponíveis naquele ano e coloca na fronteira aqueles que conseguiram produzir mais, com menos insumos. Portanto, as mudanças dos insumos e dos produtos dos demais tribunais no próximo ano irão realocar a curva da fronteira e, consequentemente, a posição do tribunal em face dos demais.

A metodologia DEA foi aplicada na Justiça Estadual, na Justiça Trabalhista e também na Justiça Federal. O modelo não contemplou a Justiça Militar Estadual porque ela conta com apenas três tribunais, resultando, assim, em um modelo com mais variáveis que unidades analisadas, o que é inadequado do ponto de vista metodológico.

Também não foi produzida modelagem na esfera da Justiça Eleitoral, tendo em vista que, neste caso, um relevante objetivo dos tribunais regionais consiste na realização das eleições e não somente na atividade jurisdicional na forma de baixa de processos (*output* do modelo).

Apesar de a Justiça Federal também conter número reduzido de tribunais (5), conforme já informado, esta edição do Justiça em Números contém as informações de primeiro grau desagregadas por seções judiciárias. Portanto, neste ramo de justiça, considerou-se como unidade de produção cada seção judiciária (UF), além do 2º grau de cada tribunal. Dessa forma, tem-se 32 unidades produtivas (DMUs) que foram comparadas por meio da aplicação do DEA. A eficiência consolidada do tribunal (TRF) foi calculada lançando-se mão da divisão da soma em todas DMUs do valor baixado realizado pela soma em todas DMUs do baixado ideal (target), ou seja:

$$Eficiência\ Total_j = \frac{\sum_{i=1}^{n_j} Baixado\ Real_i}{\sum_{i=1}^{n_j} Baixado\ Ideal_i}$$

onde j = {1,2,3,4,5}, representa cada TRF e n_j representa o número de unidades produtivas de cada TRF.

Esse mesmo método também foi utilizado para mensuração da eficiência total dos ramos de Justiça Estadual, Federal e do Trabalho.

2.4.2 Gráfico de quadrante e de fronteira

Os gráficos de quadrantes (ou *Gartner*) têm por objetivo identificar os tribunais em quatro grupos, em que são analisadas duas variáveis ou indicadores conjuntamente. Os dois eixos são cortados nos valores equivalentes à média de cada elemento analisado.

Além de cada um dos tribunais, também consta no gráfico o valor correspondente ao total do ramo de justiça. Neste caso, os cálculos são produzidos com base nas consolidações do ramo de justiça, somando-se as variáveis que compõem cada indicador, para, somente depois, aplicar a respectiva fórmula. Por esse motivo, o total do ramo pode diferir da média, que corresponde ao valor localizado no centro dos quadrantes.

Os gráficos de fronteira são utilizados para visualizar os resultados da técnica DEA quando apenas duas variáveis ou dois indicadores são utilizados. Para efeitos deste relatório, optou-se pela apresentação de dois indicadores em cada gráfico, compostos sempre por variáveis adotadas no modelo de DEA, a fim de facilitar a compreensão do leitor da metodologia proposta para análise da eficiência, além de permitir interpretações mais detalhadas de alguns indicadores disponíveis no Relatório Justiça em Números. Cada indicador contempla o *output*, isto é, o quantitativo de processos baixados e um dos *inputs*, isto é, total de processos em tramitação, de magistrados, de servidores e de despesa.

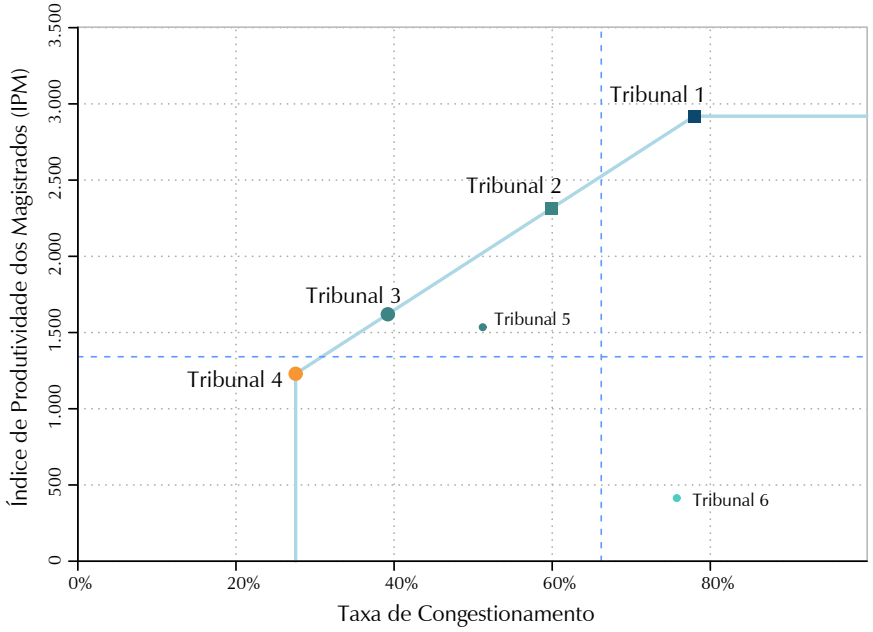
Os gráficos de quadrante estão apresentados em conjunto com o gráfico de fronteira, sem perda de informação. O gráfico é incrementado pela informação do porte dos tribunais, o que facilita a análise do seu comportamento diante dos demais.

Dessa forma, esses gráficos mostram, simultaneamente, quatro dimensões distintas, pois além dos dois indicadores e do porte, os tamanhos de cada ponto estão associados à eficiência do Tribunal, sendo que quanto maior o símbolo, maior a eficiência relativa (IPC-Jus).

Esses gráficos serão de grande utilidade para ajudar na compreensão do modelo multivariado, que considera simultaneamente todos esses insumos e o produto. Se uma unidade de produção alcança o valor máximo de insumo/produto, então ela é uma unidade

eficiente e está localizada na linha de produção do gráfico de fronteira. Além disso, cada quadrante traz uma interpretação singular sobre as unidades. No primeiro quadrante, estão as unidades cujas duas variáveis estão em níveis altos, no segundo quadrante encontram-se as unidades cuja variável representada na horizontal está em um menor nível e a variável representada na vertical está no maior nível. Já o terceiro quadrante detalha unidades com ambas as variáveis em menor nível e o quarto quadrante, as que tem maior nível na variável representada na horizontal e menor nível na variável da vertical. No Gráfico 2.1, apresenta-se um exemplo de gráfico de fronteira. Os tribunais que estão na linha azul são aqueles mais eficientes (tribunais 1 a 4). O tribunal 5, apesar de possuir taxa de congestionamento menor que do tribunal 2, também possui menor Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM). O tribunal 6 é o menos eficiente, nessa exemplificação, pois encontra-se mais afastado da linha de produção, e combina maior congestionamento com menor produtividade. As linhas pontilhadas horizontais e verticais representam, respectivamente, a média do IPM e da taxa de congestionamento. Nesse exemplo em particular, o segundo quadrante seria o que os tribunais deveriam visar, pois representam um maior IPM com uma menor taxa de congestionamento. Já o quarto quadrante representa o que deveria ser evitado, pois combina menor IPM com maiores taxas de congestionamento.

Gráfico 2.1 – Exemplo da Representação de um Gráfico de Quadrantes e de Fronteira



Os gráficos de fronteira e de quadrante foram produzidos para a Justiça Estadual, Trabalhista e Federal, ramos de Justiça em que o método DEA foi aplicado. Nos Tribunais Regionais Federais, os gráficos contemplam, além dos resultados dos 5 TRFs, também das 27 seções judiciárias e do 2º grau.

Por se tratar de uma análise complementar à modelagem DEA, utilizada no cálculo do IPC-Jus, os gráficos de quadrante e de fronteira não serão utilizados na Justiça Eleitoral e na Justiça Militar Estadual, pelos motivos já explicitados na subseção anterior.

Nos capítulos da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal serão apresentados em detalhes os resultados do IPC-Jus decorrentes da aplicação do método DEA, com os percentuais obtidos por tribunal, e ainda, nas duas primeiras, segundo o porte.

3 Poder Judiciário

Quem compõe:

Compõem o Poder Judiciário Nacional:

- Supremo Tribunal Federal (STF);
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Justiça Militar da União composta pelo Superior Tribunal Militar (STM) e pelas Auditorias Militares;
- 27 Tribunais de Justiça Estaduais (TJs);
- 5 Tribunais Regionais Federais (TRFs);
- 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT);
- 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e
- 3 Tribunais de Justiça Militar (TJMs).

Neste capítulo, serão analisadas as informações globais do Poder Judiciário Nacional, excluídos o Supremo Tribunal Federal e os Conselhos. É importante frisar que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme disciplina o art. 4.º da Resolução CNJ 76/2009.

Algumas informações apresentadas também consideram a soma dos quantitativos do 2º grau, do 1º grau, dos juizados especiais, das turmas recursais, das turmas regionais de uniformização[1], além dos tribunais superiores.

Em síntese, serão apresentados os principais dados e indicadores do Poder Judiciário, com informações abrangendo aspectos orçamentários, estruturais, de recursos humanos e de litigiosidade.

Na primeira seção será demonstrada, pela primeira vez, a estrutura das unidades judiciárias, com detalhamento dos quantitativos de varas e juizados especiais por Justiça, contando, ainda, com a técnica de visualização territorial.

A segunda seção traz um panorama global dos principais dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, segundo as três grandes vertentes que norteiam a pesquisa, quais sejam: a) Recursos Financeiros; b) Recursos Humanos e c) Litigiosidade.

Na terceira seção será apresentado um diagnóstico dos processos eletrônicos e seus avanços na série histórica.

Em consonância com a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, regulamentada pela Resolução CNJ 194/2014, a quarta seção traz comparações entre o 1º e o 2º graus de jurisdição.

A quinta seção se destina à análise dos processos de execução e seu impacto nos indicadores de produtividade, com particular atenção às execuções fiscais.

De forma inédita, a sexta seção permite uma análise mais detalhada das demandas existentes no Poder Judiciário, com segmentação dos casos novos por classe processual e por assunto.

Ao final do capítulo, apresentam-se os dados do Poder Judiciário na forma de infográficos.

1 Os juizados especiais e as Turmas Recursais fazem parte, a depender da matéria, das Justiças Estadual e Federal. As Turmas Regionais de Uniformização (TRU's) fazem parte apenas da Justiça Federal.

3.1 Estrutura do Poder Judiciário

O 1º grau do Poder Judiciário dispõe de uma estrutura de 14.985 cartórios judiciais, divididos entre varas de competência específica, acumuladas com juizados, varas específicas de juizados especiais, zonas eleitorais e auditorias militares estaduais e da União para atender a totalidade dos 5.570 municípios brasileiros.

O Estado de São Paulo apresenta, no cômputo geral, a maior concentração de habitantes por unidade judiciária, entretanto, quando analisados os indicadores dos ramos de justiça, os resultados são distintos. Por exemplo, os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, apresentaram altos indicadores na Justiça Estadual, porém contaram com menores índices nas demais justiças. Observa-se, também, que três dos estados com as maiores concentrações de habitantes por unidade judiciária da Justiça do Trabalho são Maranhão, Piauí e Paraná. Já na Justiça Federal esse indicador está mais concentrado em dois estados da Região Norte (Amazonas e Pará) e da Região Nordeste (Maranhão e Bahia).

Gráfico 3.1 – Unidades Judiciárias de 1º Grau por Justiça

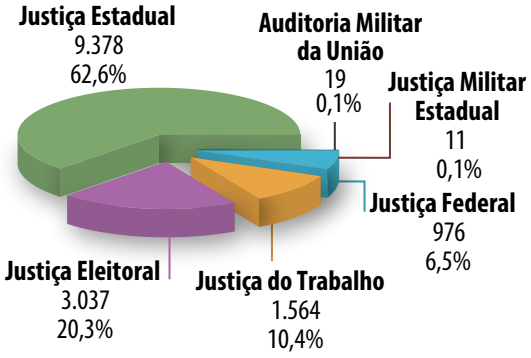
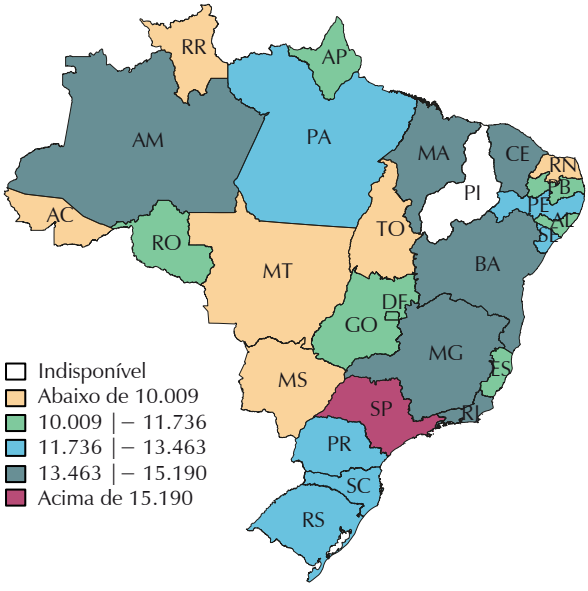


Figura 3.1 – Habitantes por Unidade Judiciária



✓ Os indicadores do Poder Judiciário são similares aos da Justiça Estadual, tendo em vista que esta possui quase 63% das unidades judiciárias.

Figura 3.2 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça Estadual

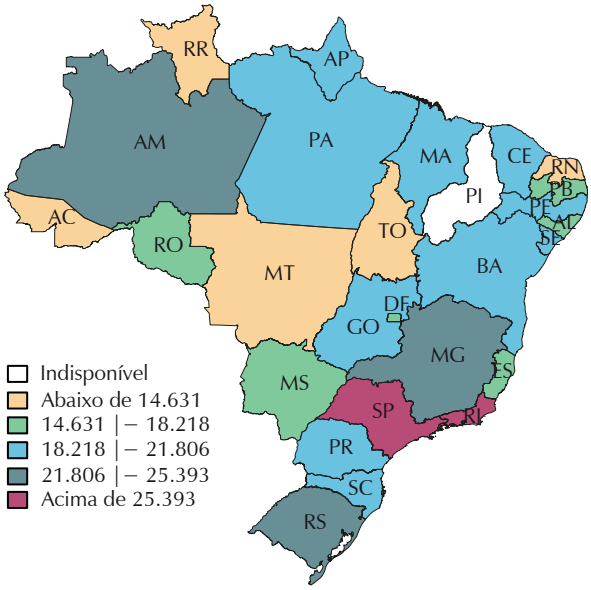


Figura 3.3 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça Eleitoral

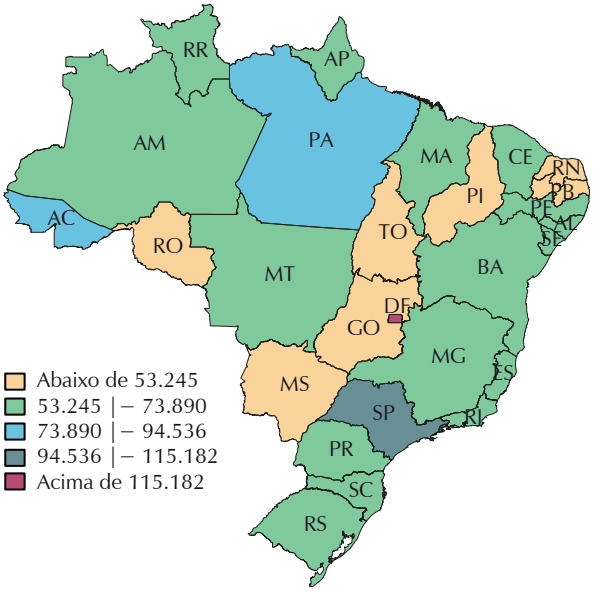


Figura 3.4 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça do Trabalho

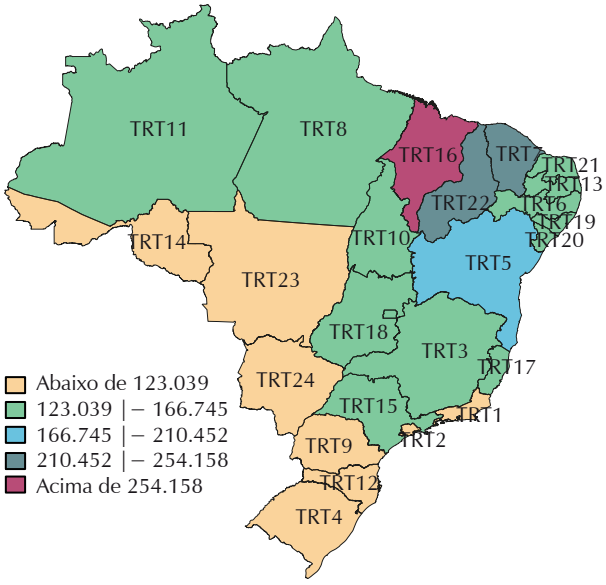
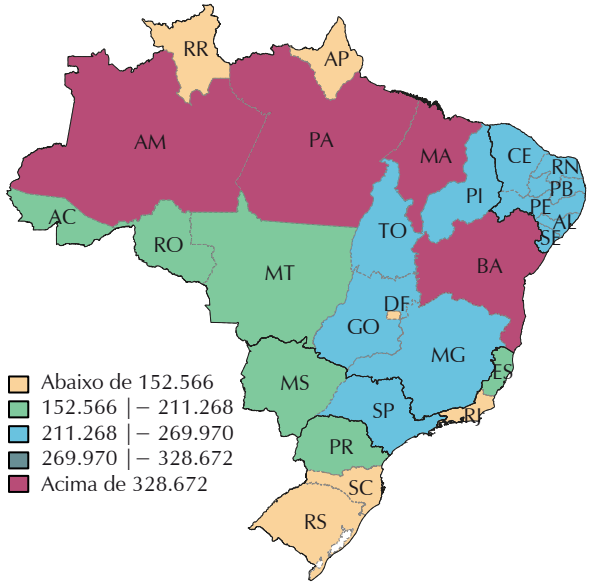


Figura 3.5 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça Federal



3.2 Dados Globais do Poder Judiciário

Esta seção destina-se a apresentar o panorama global do Poder Judiciário, segmentado entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

3.2.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais do Poder Judiciário somaram aproximadamente **R$ 68,4 bilhões**, o que representou um **crescimento de 4,3%** em relação ao ano de 2013, e de 33,7% no último sexênio[2]. Essa despesa equivale a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 2,3% dos gastos totais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios a um custo pelo serviço de justiça de **R$ 337 por habitante**. A Justiça Estadual é responsável por 55% da despesa total do Poder Judiciário (R$ 37,6 bilhões), em seguida está a Justiça do Trabalho, com 20,8% (R$ 14,2 bilhões), conforme o Gráfico 3.2.

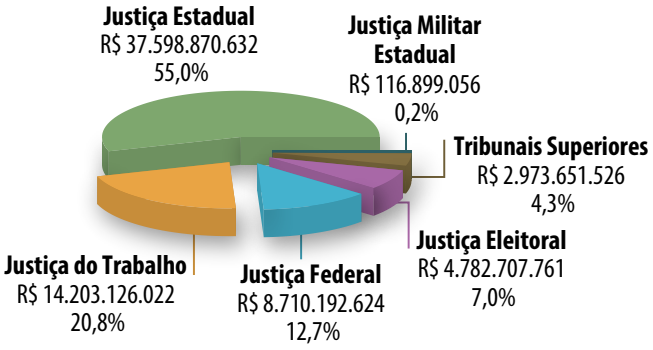
Os gastos com recursos humanos somam R$ 61,2 bilhões e são responsáveis por 89,5% do orçamento total, sendo que compreendem, além da remuneração com magistrados, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos reduziu em 0,3 pontos percentuais no último ano, tendo se mantido relativamente estável desde 2009, conforme aponta o Gráfico 3.3.

O percentual gasto com recursos humanos de cada justiça pode ser visualizado por intermédio do Gráfico 3.4, onde a Justiça do Trabalho apresenta o maior indicador, 93,5%, e os tribunais superiores o menor, 83,8%. Ao detalhar as despesas com Recursos Humanos, já que estas são as responsáveis pela maior parte do orçamento dos Tribunais, observa-se que 92,7% dos gastos destinam-se ao custeio de magistrados e servidores, ativos e inativos, abrangendo remuneração, proventos, pensões, encargos e benefícios. Considere-se que 2% das despesas com Recursos Humanos referem-se a outras despesas indenizatórias e 5,4% referem-se às despesas com terceirizados e estagiários (Gráfico 3.5).

Apesar da expressiva despesa do Poder Judiciário, os cofres públicos receberam em decorrência da atividade jurisdicional, durante o ano de 2014, cerca de R$ 26,9 bilhões, o que representou um retorno financeiro da ordem de 39,4% do total das despesas efetuadas, além das resoluções de créditos e solução de conflitos na esfera privada.

Computam-se nessa rubrica os recolhimentos com custas, incluindo as da fase de execução, emolumentos e eventuais taxas (R$ 8,7 bilhões, 32,5% do total da arrecadação), as receitas decorrentes do imposto *causa mortis* nos inventários/arrolamentos judiciais (R$ 3,6 bilhões, 13,3% da arrecadação), as receitas transferidas aos cofres públicos em decorrência da atividade de execução fiscal (R$ 12,2 bilhões, 45,3% da arrecadação), além de outras receitas (R$ 2,4 bilhões, 8,9% da arrecadação). Cabe esclarecer, todavia, que parte de tais arrecadações é realizada por meio do Judiciário, para uma finalidade de cobrança do Poder Executivo, como ocorre, por exemplo, nos processos de execução fiscal e nos impostos *causa mortis*, que podem, inclusive, incorrer extrajudicialmente, valores não computados neste Relatório.

Gráfico 3.2 – Despesa Total do Poder Judiciário por Justiça



2 Todos os valores monetários de 2009 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 3.3 - Série Histórica das Despesas do Poder Judiciário

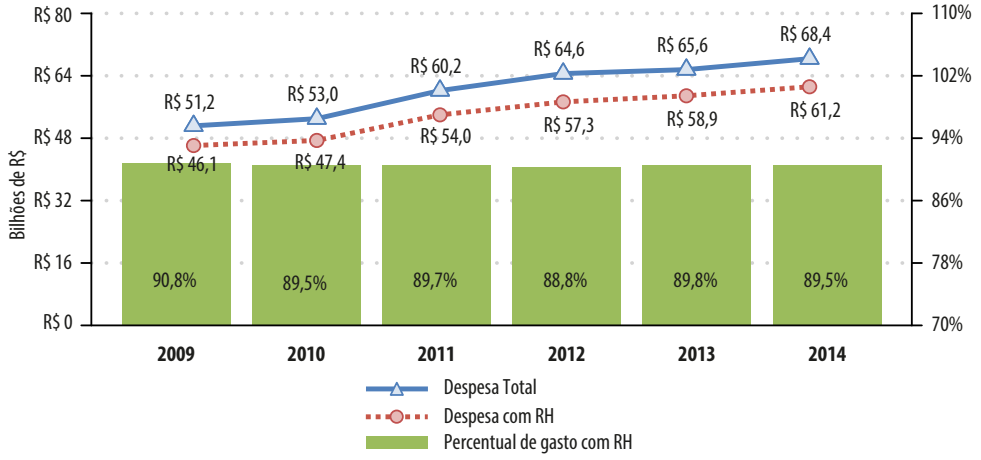


Gráfico 3.4 – Percentual gasto com Recursos Humanos por Justiça

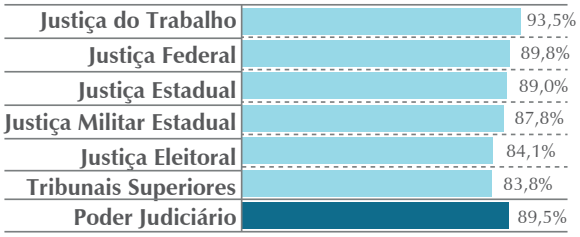


Gráfico 3.5 – As Despesas com Recursos Humanos no Poder Judiciário

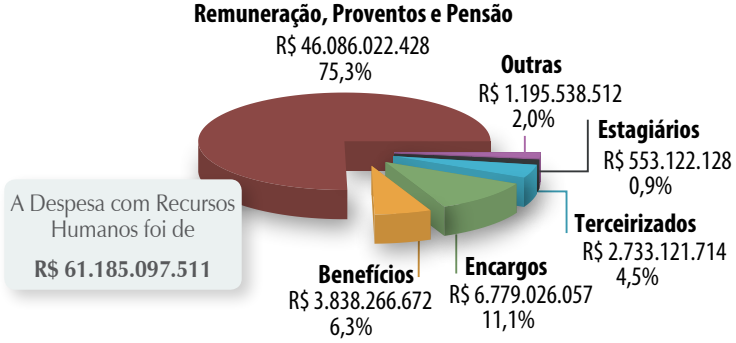
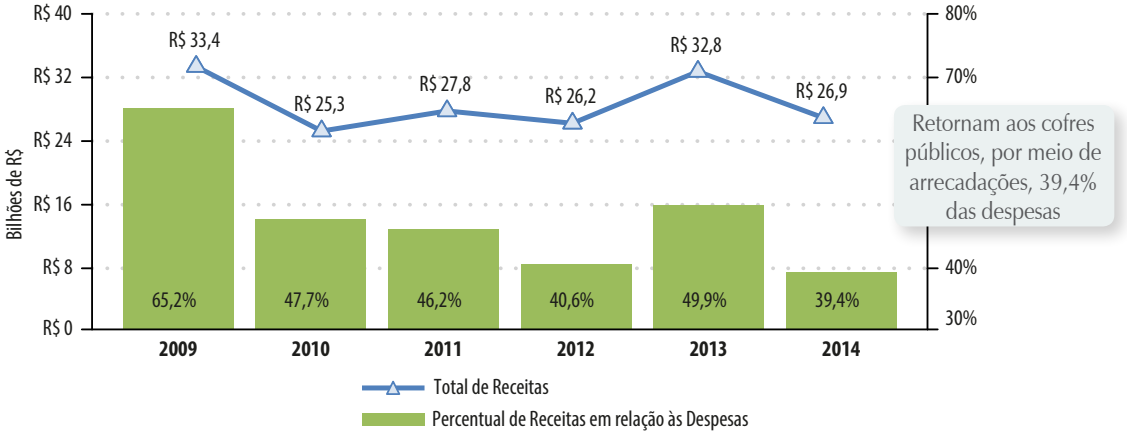


Gráfico 3.6 – Arrecadações do Poder Judiciário



3.2.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Magistrados, que abrange os ministros, desembargadores e juízes;

b) Servidores, que abrange o quadro efetivo, os requisitados e os cedidos de outros órgãos, pertencentes ou não à estrutura do Poder Judiciário, além dos comissionados sem vínculo efetivo. Excluem-se os servidores do quadro efetivo que estão requisitados ou cedidos para outros órgãos;

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrange os terceirizados e estagiários, além dos juízes leigos e os conciliadores da Justiça Estadual.

Em 2014, o Poder Judiciário contou com a atuação de **16.927 magistrados**, dos quais 11.631 (68,7%) atuavam na Justiça Estadual (Gráfico 3.7). Ao final do ano, eram 17.558 cargos de magistrados providos e 631 magistrados afastados da jurisdição, sendo que tais afastamentos podem ser em razão de licenças, convocações para instância superior, entre outras. Cumpre informar que existem, criados por lei, 22.451 cargos de magistrados no Poder Judiciário, estando vagos, ao final de 2014, **21,8% desses cargos** (Gráfico 3.10). O número de magistrados no Poder Judiciário tem aumentado desde o ano de 2009, com exceção da redução ocorrida em 2012, resultando em um crescimento de 5,2% em todo o período.

Do total de magistrados (16.927), são 77 ministros de Tribunais Superiores (0,45%)[3], 2.190 desembargadores (12,9%), 142 juízes substitutos de 2º grau[4] (0,8%) e 14.518 juízes de primeiro grau (85,8%). É interessante ainda constatar que os cargos vagos são basicamente de juízes de primeiro grau, pois, ao passo que no segundo grau existem 72 cargos de desembargadores criados por lei e não providos (3%), no primeiro grau tem-se 4.821 (24%).

Em relação aos servidores, ao final de 2014, o Poder Judiciário possuía uma equipe de **278.707 servidores**, sendo 245.335 do quadro efetivo os quais, excluídos os 4.306 que estavam requisitados e cedidos para outros órgãos, resultou em uma força de trabalho de 241.029 efetivos (87%). Somem-se, ainda, à equipe, 22.679 requisitados e cedidos de outros órgãos (8%) e 14.724 comissionados sem vínculo efetivo (5%). Cumpre informar a existência de **40.248 cargos criados por lei e ainda não providos**, que representam **14% dos cargos efetivos existentes**, percentual que apresenta redução desde 2011 (Gráfico 3.11). A Justiça Estadual detém 64,5% do total de servidores do Poder Judiciário, seguida da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal, com, respectivamente, 14,8% e 10,3% do total de servidores (vide Gráfico 3.08).

São 218.151 servidores lotados na área judiciária, que compõem 78% da força de trabalho, restando 22% na área administrativa. Dentre os que atuam diretamente com a tramitação do processo, 182.623 (84%) estão no primeiro grau de jurisdição, incluindo juizados especiais e turmas recursais, onde também estão 86% dos processos ingressados e 95% do acervo processual.

Por fim, o Poder Judiciário conta, ainda, com o apoio de **139.298 trabalhadores auxiliares**, que se dividem entre 70.830 terceirizados (51%), 60.241 estagiários (43%), 6.427 conciliadores (5%) e 1.800 juízes leigos (1%). A contratação de auxiliares tem crescido e chegou a acumular variação de 60% no sexênio, embora de apenas 2,4% entre 2013 e 2014. Tais variações foram devidas, principalmente, ao crescimento da contratação de estagiários e de terceirizados.

3 Incluídos os 33 Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os 27 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os 15 Ministros do Superior Tribunal Militar (STM), os 7 Ministros titulares e os 2 magistrados substitutos da classe jurista do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

4 Cargo existente apenas no âmbito da Justiça Estadual.

Figura 3.6 – Diagrama da Força de Trabalho no Poder Judiciário

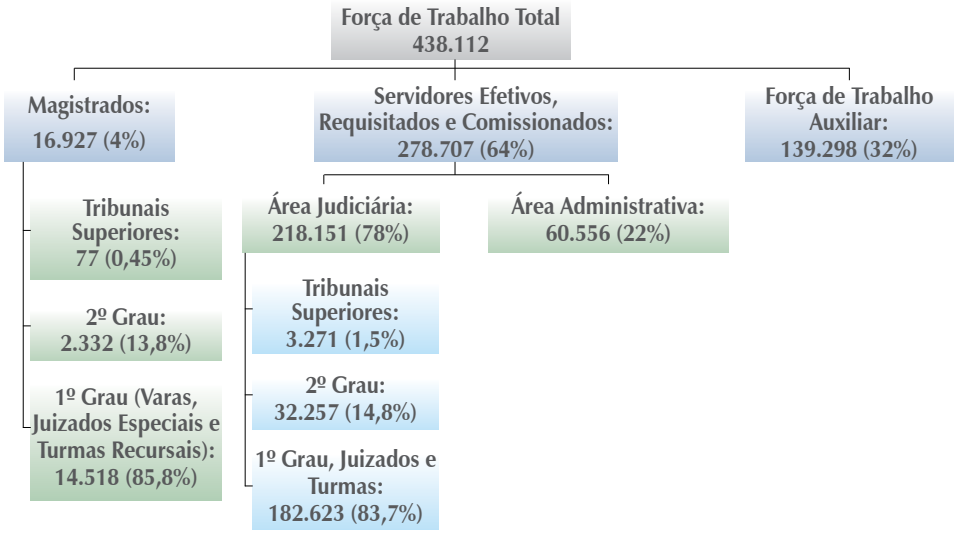


Gráfico 3.7 – Total de Magistrados no Poder Judiciário por Justiça

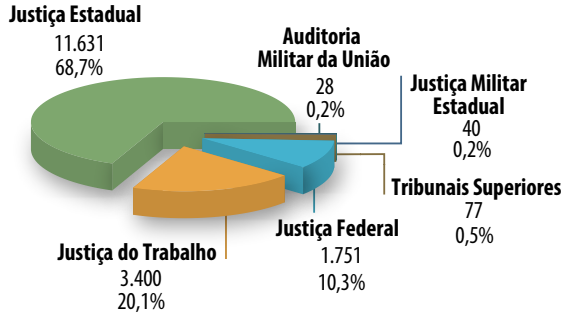


Gráfico 3.8 – Total de Servidores no Poder Judiciário por Justiça

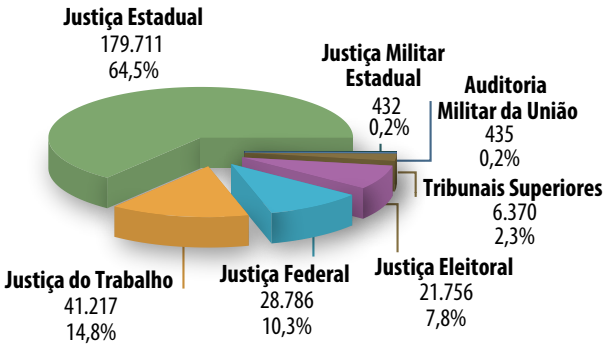
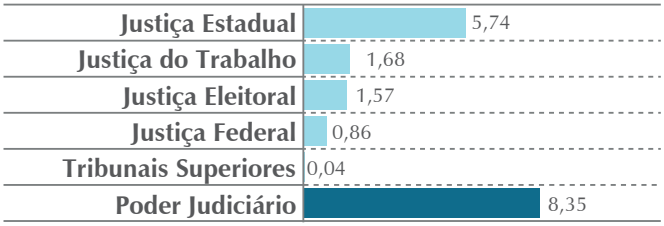
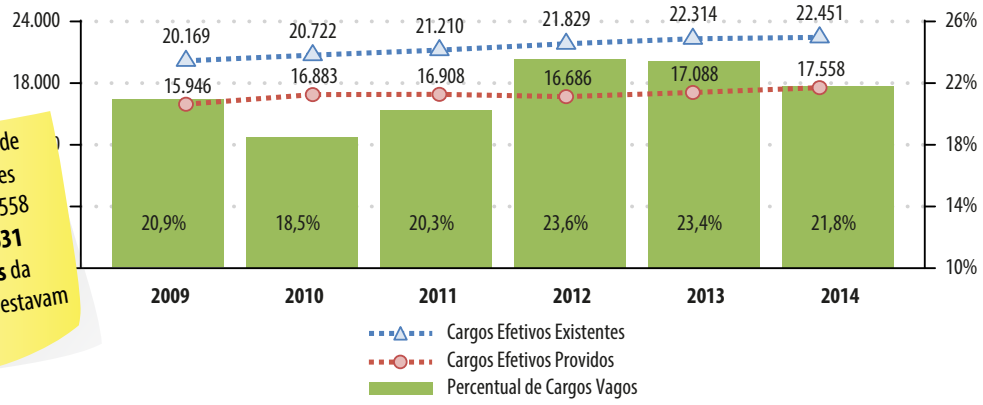


Gráfico 3.9 – Total de Magistrados por 100.000 habitantes por Justiça



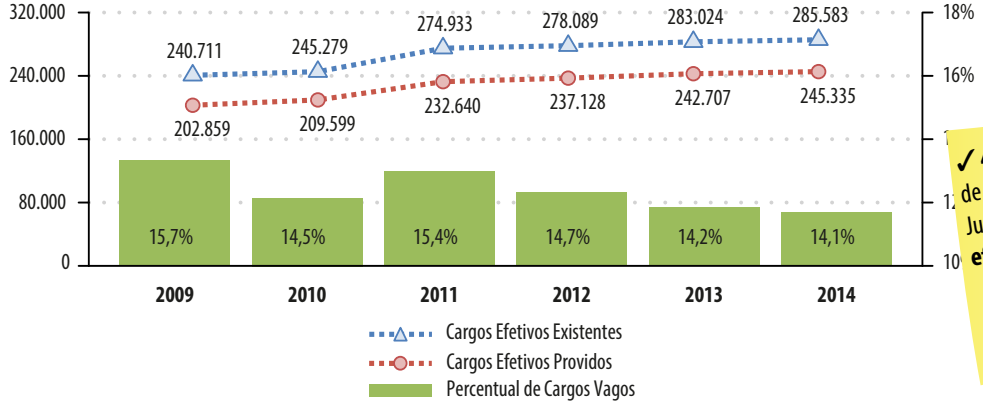
(*) Justiça Militar Estadual não disposta, pois o indicador relaciona o número de magistrados com o número de militares

Gráfico 3.10 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados no Poder Judiciário



✓ Dos 22.451 cargos de magistrados existentes ao final de 2014, 17.558 estavam providos, **631** estavam **afastados** da jurisdição e **4.893** estavam **vagos**.

Gráfico 3.11 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos no Poder Judiciário



✓ **40.248 cargos vagos** de servidores no Poder Judiciário, **14% dos cargos efetivos existentes.**

Gráfico 3.12 – Percentual de Cargos Vagos de Magistrados por Justiça

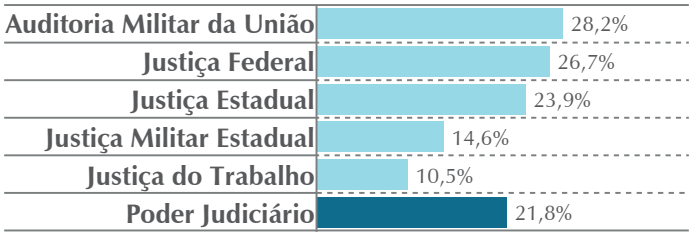
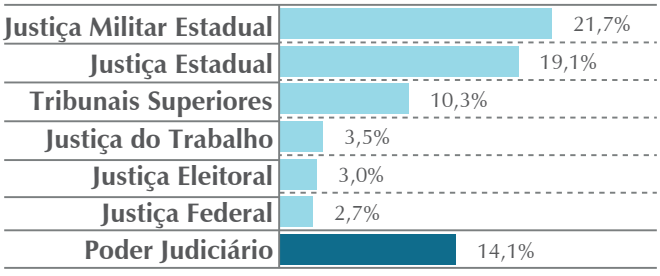


Gráfico 3.13 – Percentual de Cargos Vagos de Servidores por Justiça



3.2.3 Litigiosidade

Em 2014, o Poder Judiciário iniciou com um **estoque de 70,8 milhões de processos**, que tende a aumentar devido ao total de processos baixados ter sido inferior ao de ingressados (**Índice de Atendimento à Demanda - IAD de 98,7%**). Estima-se, portanto, que ao final de 2014 o estoque cresça em meio ponto percentual, ultrapassando, assim, 71,2 milhões de processos pendentes. Apesar deste cenário, desfavorável, houve aumento de 1,4% no total de processos baixados e que representa cerca de 28,5 milhões de processos em 2014. Já o número de casos novos aumentou em 1,1%, atingindo quase 28,9 milhões de processos ingressados durante o ano de 2014 (Gráfico 3.14). Como consequência do aumento do quantitativo de casos novos e de pendentes, a **Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário foi de 71,4% no ano de 2014**, com aumento de 0,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

O Gráfico 3.14 apresenta a série histórica da movimentação processual do Poder Judiciário e permite visualizar o aumento do acervo processual no período, visto que os casos pendentes (70,8 milhões) crescem continuamente desde 2009 e, atualmente, equivalem a quase 2,5 vezes do número de casos novos (28,9 milhões) e dos processos baixados (28,5 milhões). Dessa forma, mesmo que o Poder Judiciário fosse paralisado sem ingresso de novas demandas, com a atual produtividade de magistrados e servidores, seriam necessários quase 2 anos e meio de trabalho para zerar o estoque. Como historicamente o IAD não supera 100%, ou seja, a entrada de processos é superior à saída, a tendência é de crescimento do acervo. Além disso, apesar do aumento de 12,5% no total de processos baixados no período 2009-2014, os casos novos cresceram em 17,2%, fato que contribuiu para o acúmulo do estoque de processos.

A Justiça Estadual detém 70% dos casos novos e quase 81% do total de casos pendentes do Poder Judiciário (Gráficos 3.16 e 3.17). A partir desse resultado, verifica-se que os processos deste ramo de justiça tendem a permanecer mais tempo no estoque do que nos demais. Por outro lado, a Justiça do Trabalho se destaca por apresentar quase 14% dos casos novos e apenas 6,2% dos pendentes. Porém, considere-se que tal cenário é favorecido por este ramo de justiça não apresentar processos criminais e pelas execuções fiscais não representarem quantitativo significativo como ocorre nas Justiças Estadual e Federal. Tais resultados são refletidos no Gráfico 3.19, onde esses ramos de justiça apresentam as maiores taxas de congestionamento, com indicadores iguais ou superiores a 70%. Por outro lado, ao analisar apenas os processos de conhecimento de Varas e juizados especiais, tem-se que as taxas de congestionamento das Justiças Estadual e Federal caem, respectivamente, para 66% e 56%, enquanto que a taxa de congestionamento do Poder Judiciário na fase de execução é de quase 86%. Assim, verifica-se que o maior gargalo da litigiosidade do Poder Judiciário está na fase de execução, que abrange 51% do acervo. Enquanto estes processos permanecerem pendentes, o jurisdicionado não terá sua demanda atendida pela Justiça. Em face da relevância dessa fase processual, esse assunto será tratado mais adiante em seção específica.

Gráfico 3.14 – Série Histórica da Movimentação Processual

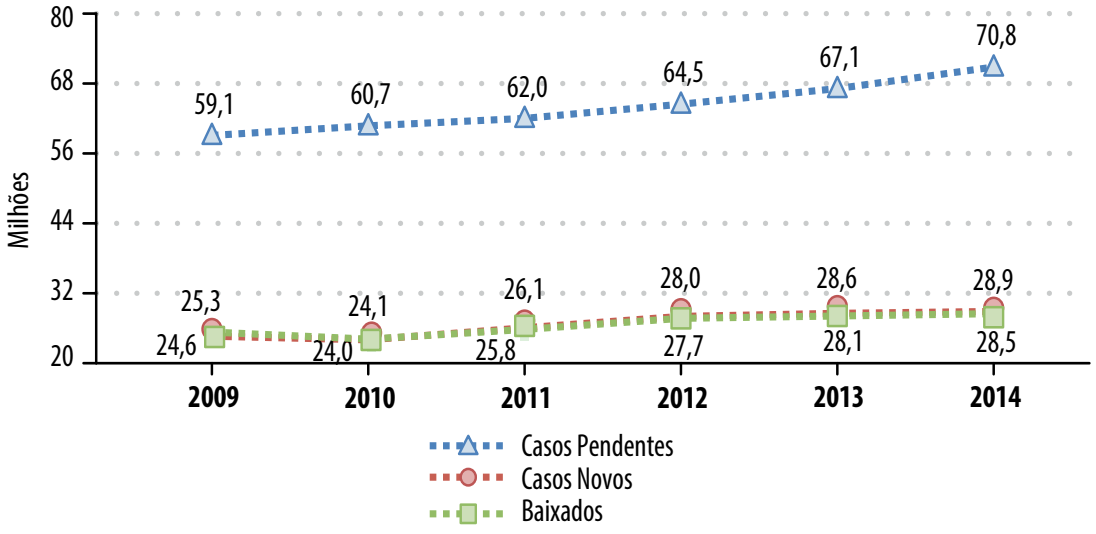


Gráfico 3.15 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões

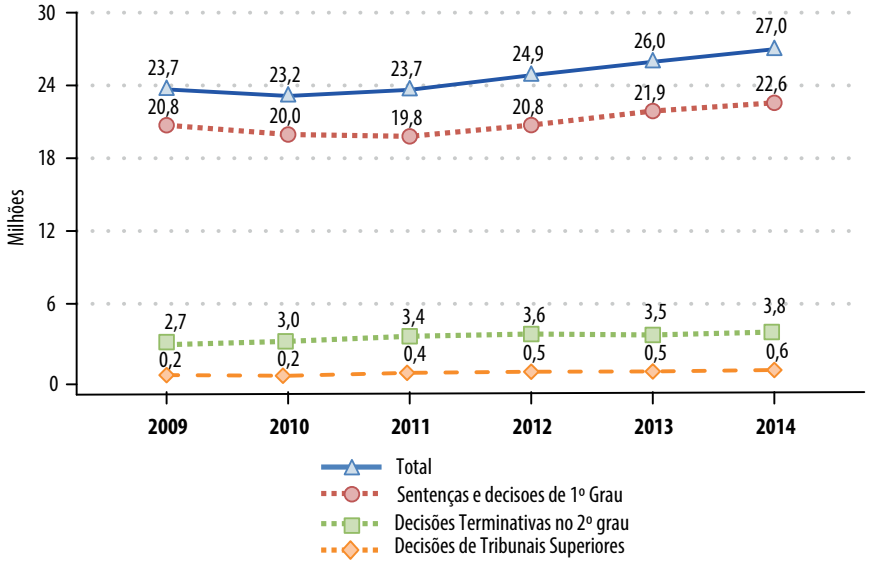


Gráfico 3.16 – Casos Novos por Justiça

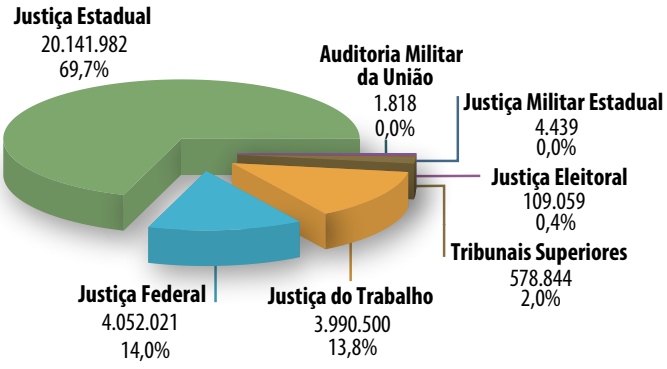


Gráfico 3.17 – Casos Pendentes por Justiça

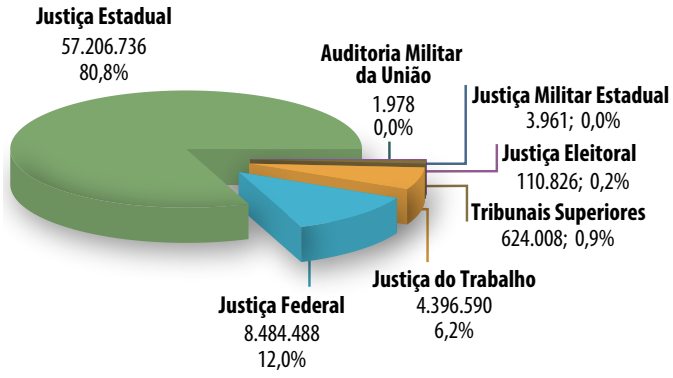
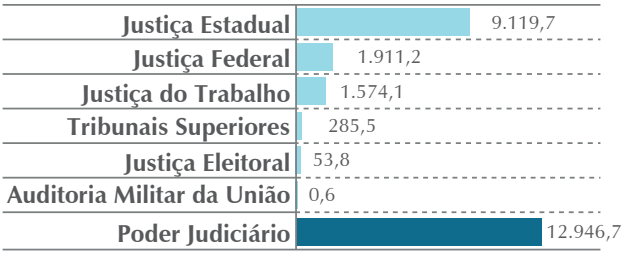
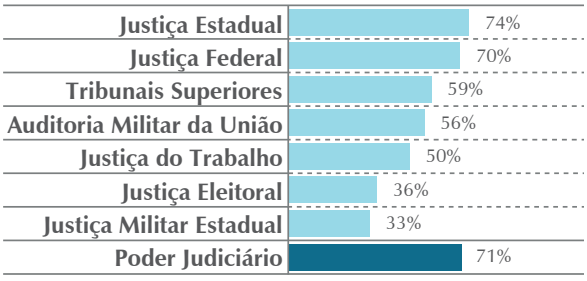


Gráfico 3.18 – Casos Novos por 100.000 Habitantes por Justiça



(*) Justiça Militar Estadual não computada, pois o indicador relaciona os magistrados com o número de militares.

Gráfico 3.19 – Taxa de Congestionamento por Justiça



3.3 Justiça Digital

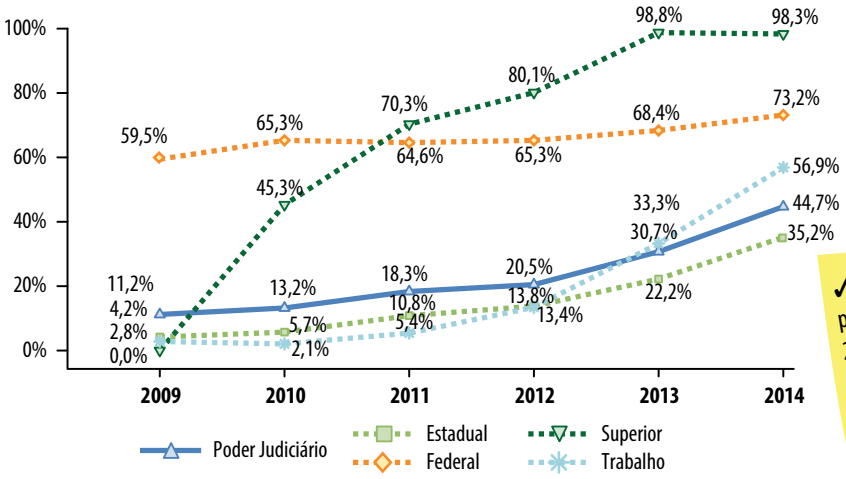
O indicador de casos novos eletrônicos é calculado considerando o total de casos novos ingressados eletronicamente em relação ao total de casos novos físicos e eletrônicos, desconsiderando as execuções judiciais iniciadas.

O Brasil caminha a passos largos no cenário mundial como um precursor na virtualização dos processos, visto que, conforme pode ser observado no Gráfico 3.20, o percentual de casos novos eletrônicos tem aumentado gradativamente desde o ano de 2009 no Poder Judiciário, atingindo quase 45% em 2014, o que implica um universo de 11,8 milhões de processos. Os tribunais superiores apresentaram, em média, índice de 98% de processos eletrônicos (Gráfico 3.21), sendo 100% de implantação no TST e 99,7% no STJ.

Com o advento das Tabelas Processuais Unificadas (TPU), instituída pela Resolução CNJ 46/2007, os códigos de classe, assunto e movimentos foram padronizados nacionalmente, sendo este o primeiro passo para viabilizar a criação de um sistema único de informações. Dessa forma, em junho de 2011, o CNJ, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lançou o sistema PJe – Processo Judicial eletrônico. Trata-se de ferramenta gratuita disponibilizada a todos os tribunais brasileiros, capaz de permitir a tramitação e acompanhamento processual, independentemente do ramo de justiça. Por meio da Resolução CNJ 185, de 18 de dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça instituiu formalmente o sistema PJe e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e seu funcionamento. A referida resolução determinou, ainda, que todos os tribunais constituíssem Comitês Gestores, com plano e cronograma de implantação do PJe.

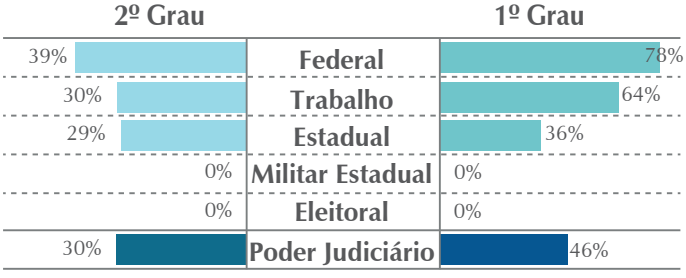
Por fim, além de fornecer as regras (TPUs) e o sistema (PJe) necessários para uma Justiça informatizada e uniforme, anualmente o CNJ produz e publica um diagnóstico completo sobre a gestão dos tribunais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, no qual cada tribunal recebe uma classificação, cujo nível pode ser atribuído como crítico, baixo, médio, satisfatório, aprimorado e excelência[5].

Gráfico 3.20 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos no Poder Judiciário por Justiça



✓ Crescimento de 14 pontos percentuais em 2014

Gráfico 3.21 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos no 2º e 1º grau por Justiça



5 O diagnóstico completo sobre a Tecnologia da Informação e Comunicação dos Tribunais encontra-se disponível em http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/459-rodape/acoes-e-programas/comite-de-gestao-de-tic.

3.4 Análise Comparativa dos Indicadores de 1º e de 2º graus

Uma das linhas de atuação do Conselho Nacional de Justiça refere-se à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ 194, de 26 de maio de 2014, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância dos tribunais brasileiros. No mesmo contexto, a Resolução CNJ 195, de 3 de junho de 2014, determinou que a distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus fosse proporcional à demanda e ao acervo processual.

Esta seção tem como objetivo central compreender o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis no Poder Judiciário, trazendo análises sobre os principais indicadores de desempenho, divididos de acordo com cada ramo de justiça, comparando-se o resultado do 1º grau e do 2º grau. Também é apresentado, para cada indicador, um gráfico da série histórica do consolidado do Poder Judiciário, segmentado pelos dois primeiros graus de jurisdição.

Diante de tais dados, espera-se compreender como os recursos humanos estão distribuídos, e ainda, como tal organização impacta nos resultados globais.

Para fins de consolidação, considerou-se como primeiro grau a soma do juízo comum, dos juizados especiais e das turmas recursais. No segundo grau, considera-se também as turmas regionais de uniformização da Justiça Federal. Os seguintes indicadores serão analisados:

- Casos Novos por Magistrado: indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de magistrados em atuação, não sendo computadas as execuções judiciais.
- Casos Novos por Servidor: indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de servidores da área judiciária em atuação, não sendo computadas as execuções judiciais.
- Carga de Trabalho por Magistrado: este indicador computa a média de efetivo trabalho de cada magistrado durante o ano de 2014. É calculado pela soma dos casos novos, dos casos pendentes (inicial), dos recursos internos novos, dos recursos internos pendentes (inicial), dos incidentes em execução novos e dos incidentes em execução pendentes (inicial). Após, divide-se pelo número de magistrados em atuação. Cabe esclarecer que na carga de trabalho todos os processos são considerados, inclusive as execuções judiciais[6].
- Carga de Trabalho por Servidor: mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores da área judiciária.
- IPM – Índice de Produtividade dos Magistrados: indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.
- IPS-Jud – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária: indicador que computa a média de processos baixados por servidor da área judiciária.
- IAD – Índice de Atendimento à Demanda: verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- Taxa de Congestionamento: indicador que compara o que não foi baixado com o que tramitou durante o ano-base (soma dos casos novos e dos casos pendentes iniciais).

Para as análises subsequentes é importante ressaltar que 86% dos processos ingressados, 95% do acervo processual e 84% dos servidores da área judiciária encontram-se no primeiro grau, conforme demonstrado no Gráfico 3.22.

Apesar de a distribuição da força de trabalho, aparentemente, estar equalizada por grau de jurisdição de acordo com a demanda processual, com diferença de apenas 2 pontos percentuais entre a proporção de casos novos e a proporção de servidores do 1º grau, ao observar tais dados por ramo de justiça e também por tribunal, diferentes resultados são obtidos. De forma consolidada, na Justiça do Trabalho está o maior déficit em relação à equalização da força de trabalho, apresentando alta diferença entre essas

6 Ao contrário dos casos novos por magistrado, que somente as execuções extrajudiciais e casos novos de conhecimento são computados.

duas relações, uma vez que possui apenas 72% dos servidores da área judiciária lotados no 1º grau, com 84% dos casos novos e 92% dos casos pendentes nesta instância. Informações mais detalhadas por tribunal e por segmento de justiça poderão ser encontradas nas seções específicas.

De forma global, denota-se que os indicadores por magistrado da Justiça Federal são maiores no 2º grau do que no 1º grau, apesar deste resultado, por servidor, ser o inverso. Os indicadores por tribunal (IAD e Taxa de Congestionamento), por sua vez, são mais agravados no 1º grau do que no 2º grau.

Na Justiça Estadual e na Justiça do Trabalho, a carga de trabalho e a produtividade dos magistrados e servidores são maiores no 1º grau em relação ao 2º grau, sendo que a taxa de congestionamento no 1º grau supera em quase 30 pontos percentuais a do 2º grau na Justiça Estadual e em 15 pontos percentuais na Justiça do Trabalho.

A Justiça Eleitoral é caracterizada pela sazonalidade de anos eleitorais. Os indicadores de litigiosidade sofrem significativas variações bienais, e até quadrienais, em virtude da diferença entre a dinâmica das eleições municipais e federais. Além disso, a composição do número de servidores por zona eleitoral segue um padrão nacional, definido em lei. Com isso em vista, não são indicadas análises sobre a equalização da força de trabalho neste ramo de justiça. Desse modo, os dados da Justiça Eleitoral por grau de jurisdição serão apresentados apenas para fins ilustrativos.

Na Justiça Militar Estadual não se observa grandes disparidades entre os dois primeiros graus de jurisdição, sendo este o ramo de justiça com a menor taxa de congestionamento de 1º grau e de 2º graus, e o único que supera 100% no Índice de Atendimento à Demanda (IAD) de 2º grau.

Cumpre ainda informar que, em relação à terceira instância (tribunais superiores), os indicadores demonstram 6.438 processos baixados por magistrado, 152 processos baixados por servidor da área judiciária, 17.962 na carga de trabalho do magistrado, 423 na carga de trabalho do servidor da área judiciária, 59% de taxa de congestionamento e 86% de IAD.

Gráfico 3.22 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau

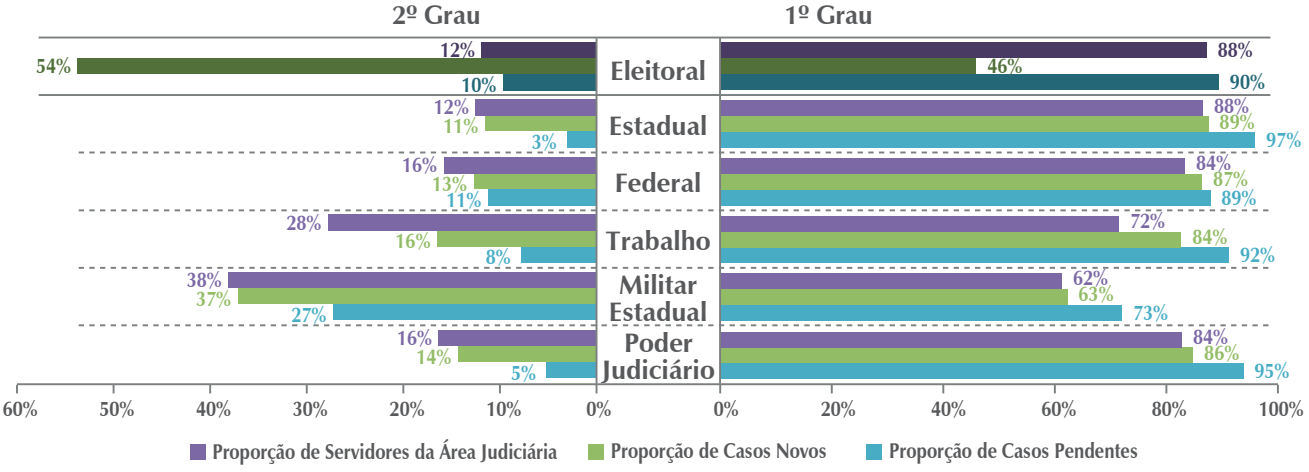
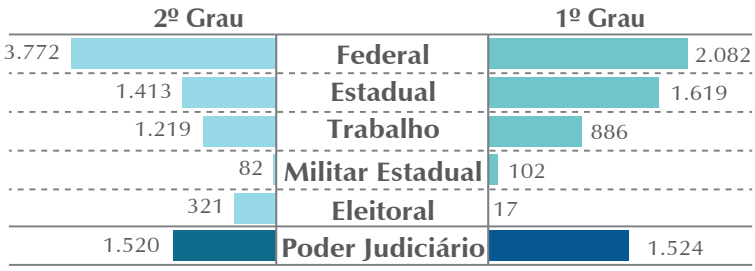
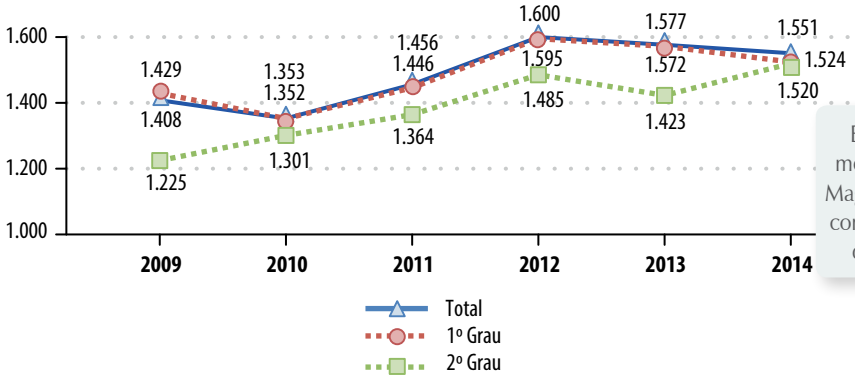


Gráfico 3.23 – Casos Novos por Magistrado no Poder Judiciário



Na Justiça Federal os casos novos por magistrado de 2º grau superam em 81% o índice de 1º grau

Gráfico 3.24 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado no Poder Judiciário



Em 2014, ingressaram em média 1.551 casos novos por Magistrado no Poder Judiciário, com valor semelhante entre as duas primeiras instâncias.

Gráfico 3.25 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário

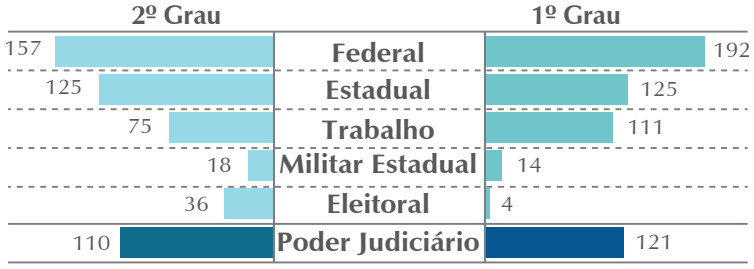


Gráfico 3.26 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário

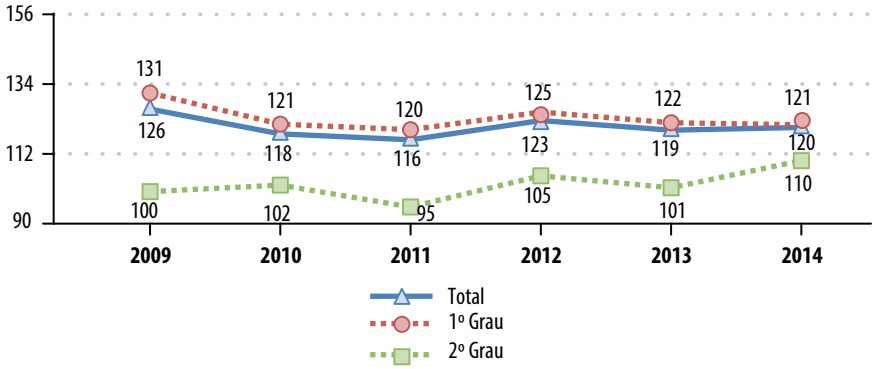
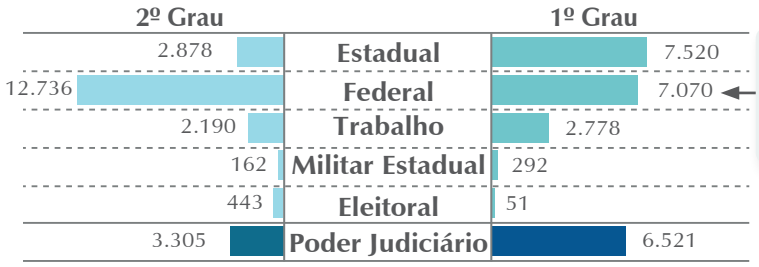
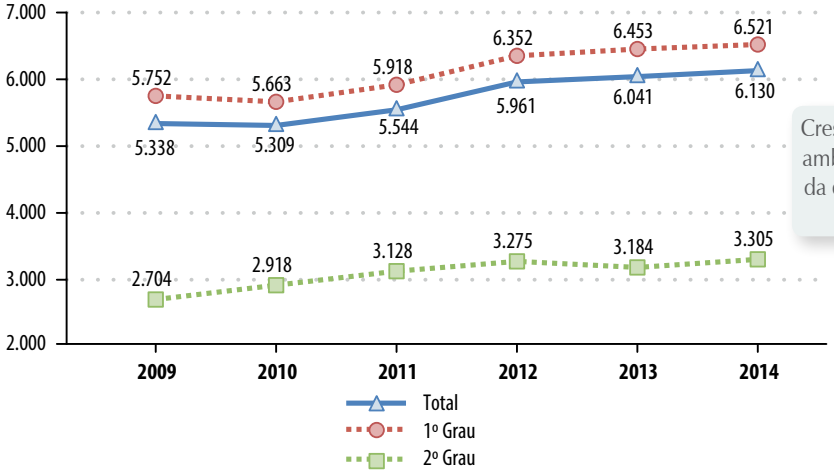


Gráfico 3.27 – Carga de Trabalho do Magistrado no Poder Judiciário



A maior diferença entre os dois primeiros graus de jurisdição está no segmento da Justiça Federal.

Gráfico 3.28 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado no Poder Judiciário



Crescimento, em 2014, em ambas as instâncias, apesar da queda aferida em 2013 no 2º grau.

Gráfico 3.29 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário

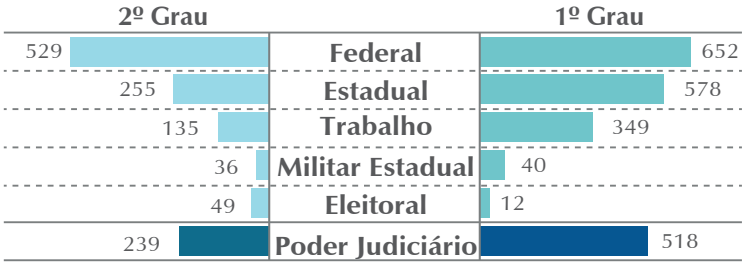
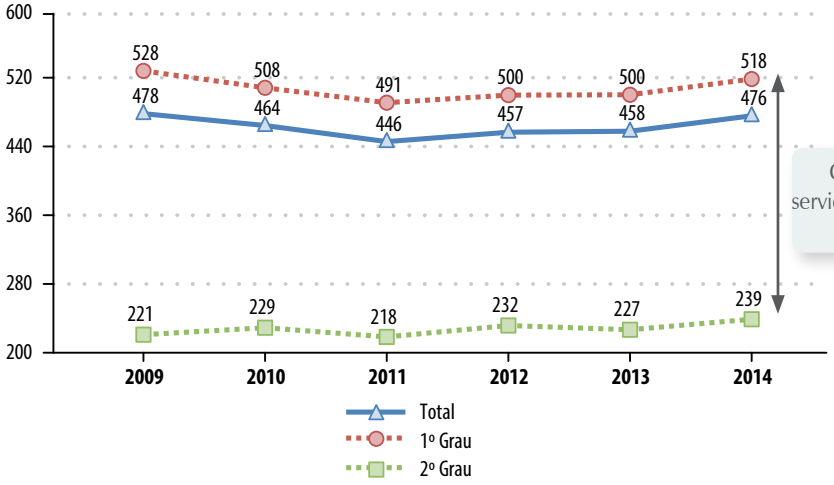


Gráfico 3.30 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário



Carga de trabalho do servidor de 1º grau é o dobro da carga de 2º grau.

Gráfico 3.31 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) no Poder Judiciário

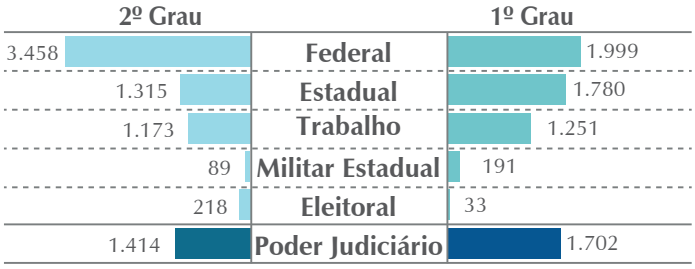


Gráfico 3.32 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) no Poder Judiciário

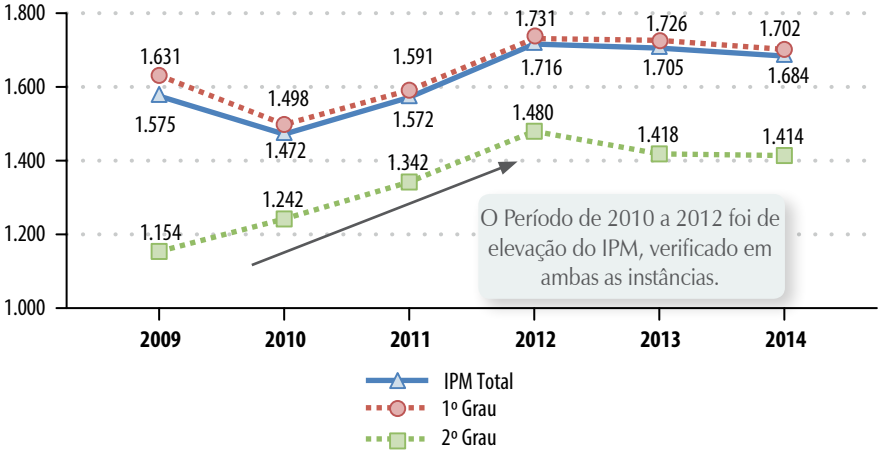


Gráfico 3.33 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) no Poder Judiciário

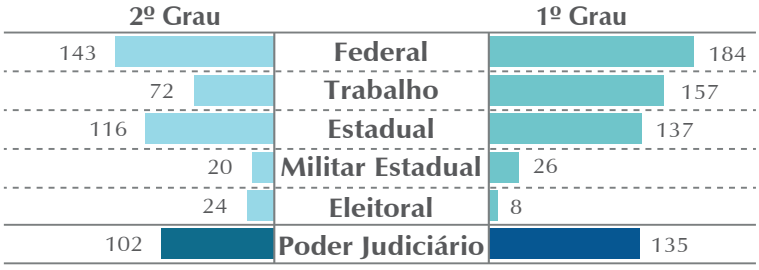


Gráfico 3.34 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) no Poder Judiciário

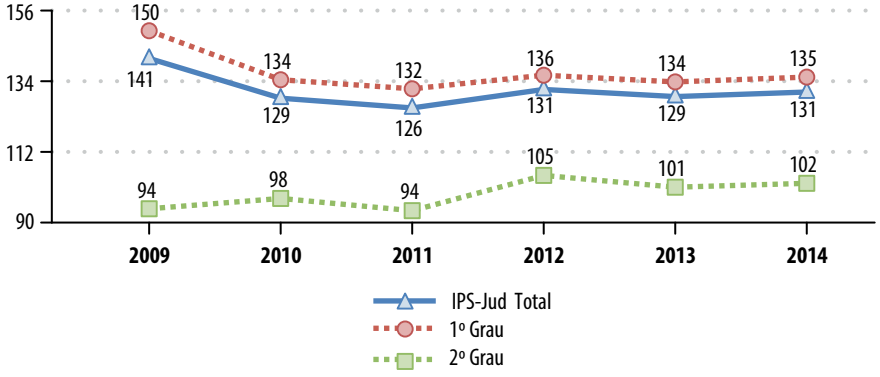


Gráfico 3.35 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Poder Judiciário

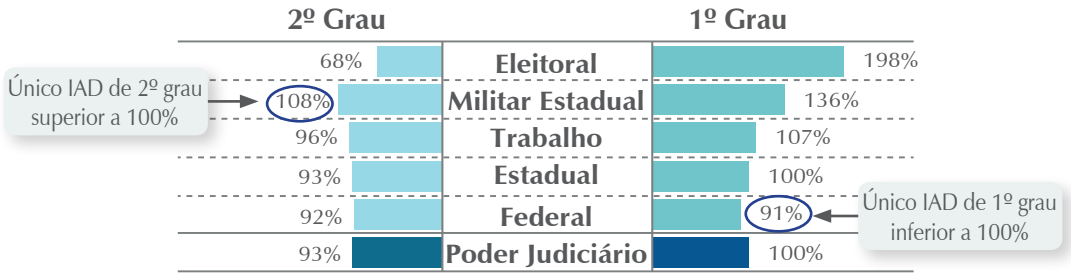


Gráfico 3.36 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda no Poder Judiciário

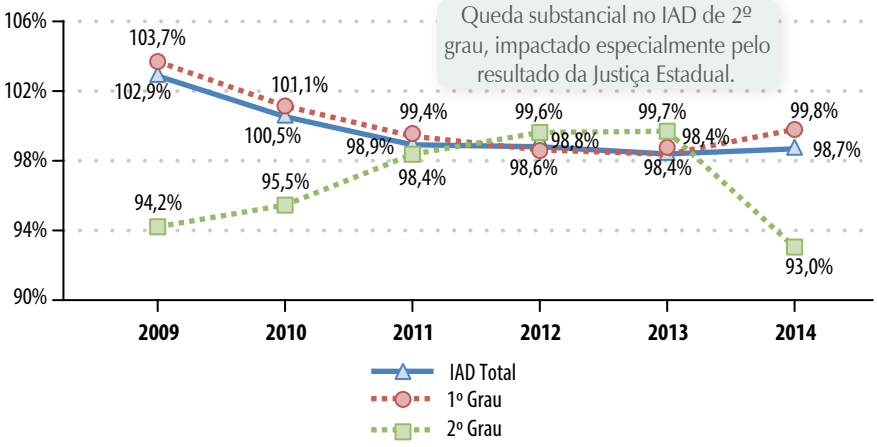
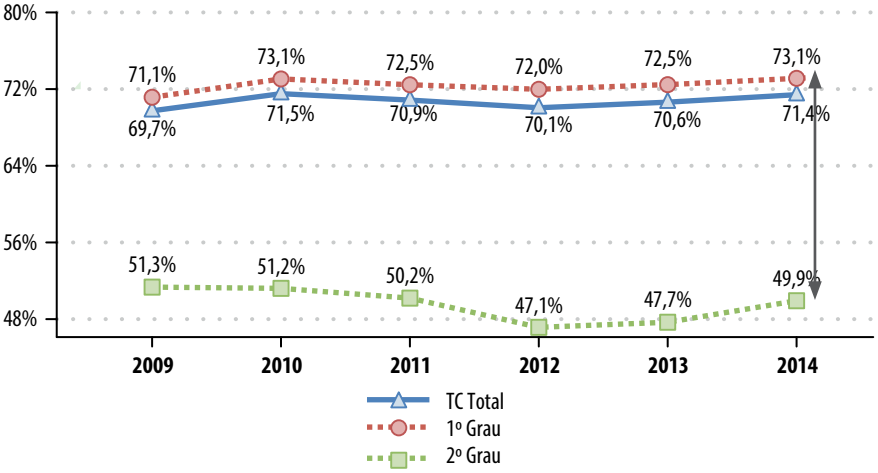


Gráfico 3.37 – Taxa de Congestionamento no Poder Judiciário

Gráfico 3.38 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento no Poder Judiciário



3.5 Impacto da Execução

Constava no Poder Judiciário um acervo de 70,8 milhões de processos, dentre os quais, mais da metade, 51%, eram referentes à fase de execução. Por essa razão desenvolveu-se o presente tópico que trata especificamente sobre os processos que tramitaram nesta fase processual. Dentre as execuções, consideram-se as execuções judiciais criminais (de pena privativa de liberdade e pena não-privativa de liberdade), as execuções judiciais não criminais e as execuções de títulos executivos extrajudiciais, segregadas entre fiscais e não fiscais.

Apesar de o acervo de execução compor 51% do acervo total, em relação aos casos novos e aos processos baixados o impacto da execução é menor, já que, nestas situações, ela representa 23% e 22% de seus respectivos totais. Em 2014, foram 6,6 milhões de execuções iniciadas e 6,1 milhões de execuções baixadas.

A maior parte do acervo de execução concentra-se na Justiça Estadual, com 82,5% dos processos. Na Justiça Federal estão 11,5% dos processos e na Justiça do Trabalho, 6%.

O Índice de Atendimento à Demanda, por sua vez, tem se mantido abaixo de 100%, patamar mínimo necessário para evitar aumento de estoque, tendo, em 2014, atingido o índice de 92% na execução. A elevada taxa de congestionamento na execução, de 86%, é responsável pela elevação em 10,6 pontos percentuais da taxa de congestionamento total do Poder Judiciário, pois, se forem desconsiderados tais processos, o índice poderia atingir 60,8%, ao invés dos atuais 71,4%.

Os processos de execução de título extrajudicial fiscal são os grandes responsáveis pela morosidade dos processos de execução, tendo em vista que representam aproximadamente 75% do total de casos pendentes de execução, com taxa de congestionamento de 91%, sendo que esta taxa se repete tanto no âmbito da Justiça Federal, quanto da Justiça Estadual. Desconsiderando tais processos, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário seria reduzida de 71,4% para 62,8% no ano de 2014 (Gráfico 3.43).

Dentre as execuções judiciais, tem-se 6,5 milhões de casos pendentes e 2,6 milhões de execuções iniciadas, com taxa de congestionamento de 70%. As execuções penais pendentes representam 19% do total das execuções judiciais, computadas tanto as execuções de penas privativas de liberdade (880 mil casos) quanto as execuções de penas não-privativas de liberdade (360 mil casos).

Gráfico 3.39 – Execuções Fiscais Pendentes por ramo de justiça

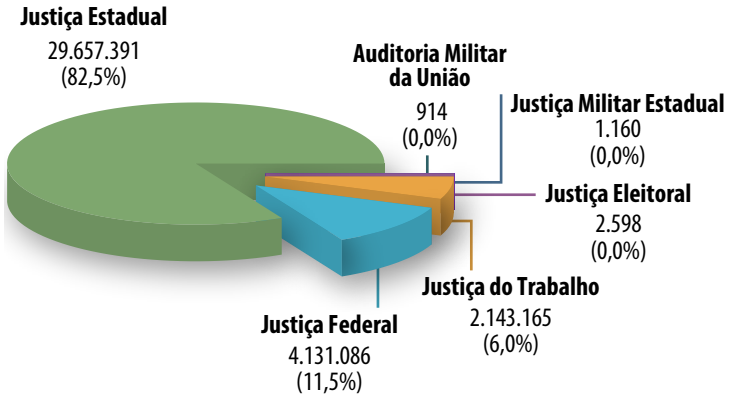


Gráfico 3.40 – Movimentação Processual do Poder Judiciário

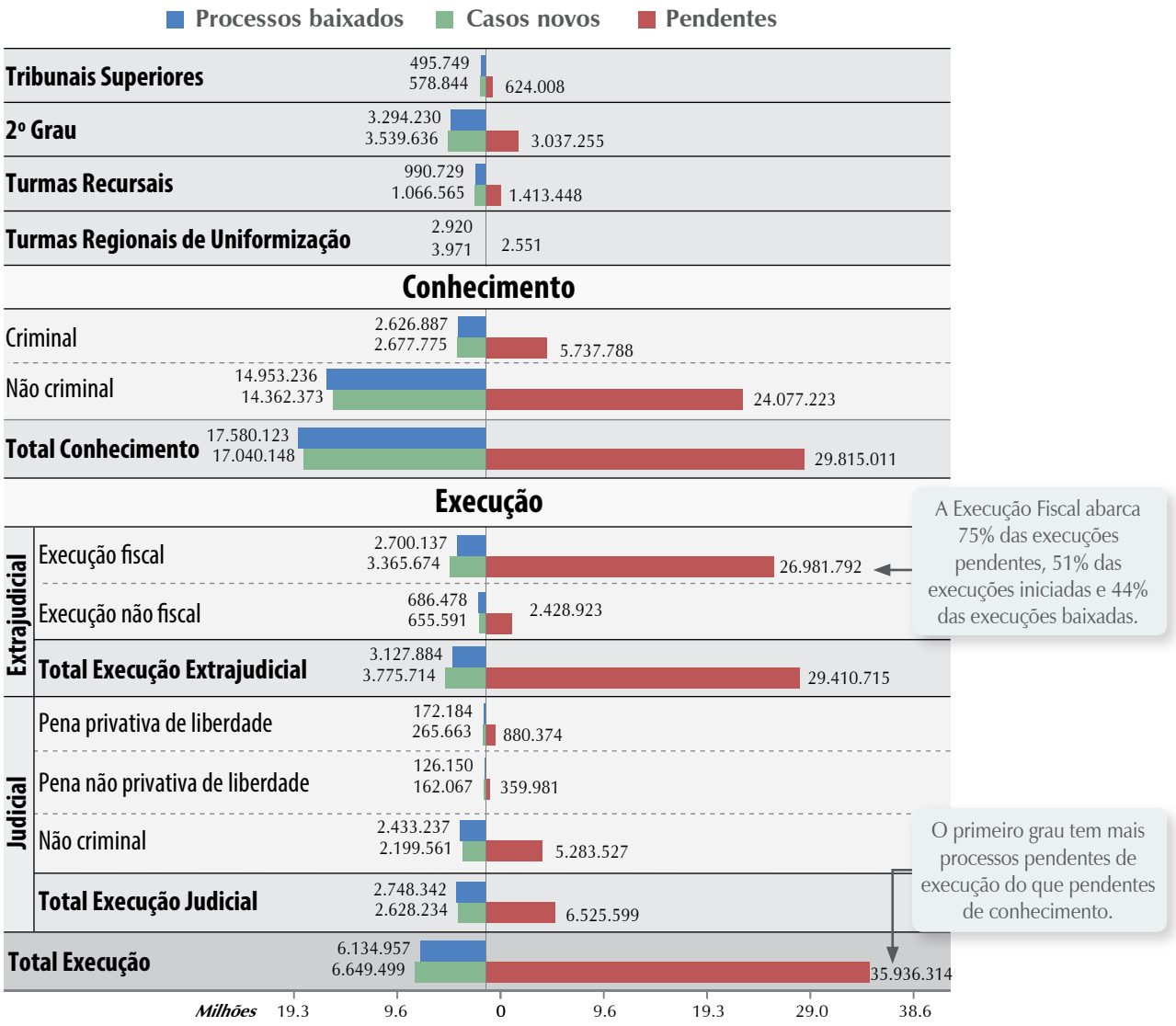


Gráfico 3.41 – Termômetro da Taxa de Congestionamento

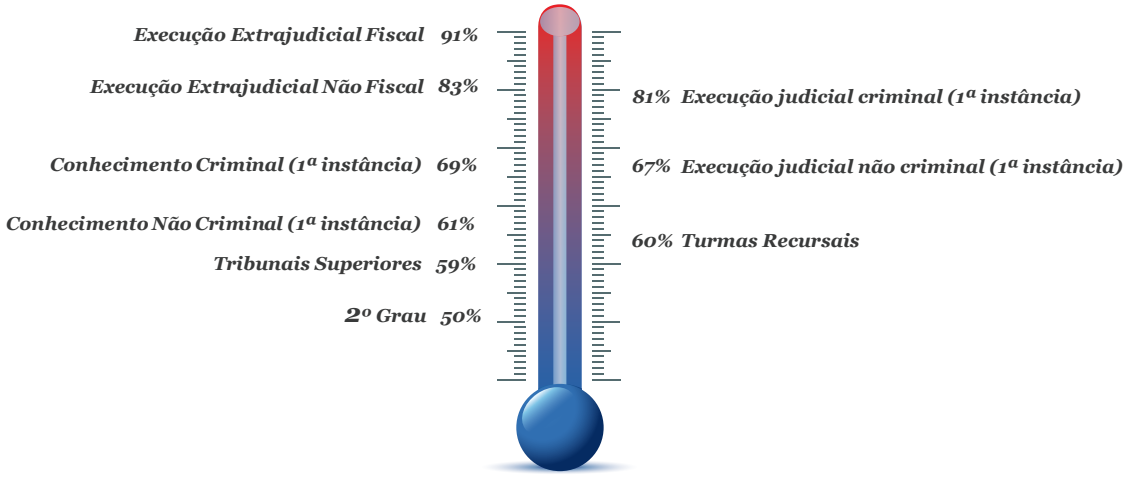


Gráfico 3.42 – Série Histórica das Execuções Iniciadas e Pendentes

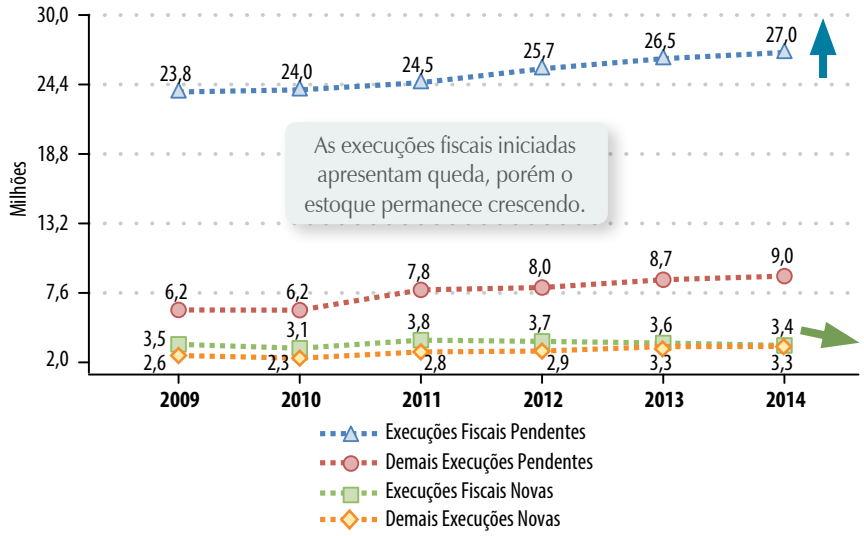


Gráfico 3.43 – Impacto da Execução Fiscal na Taxa de Congestionamento

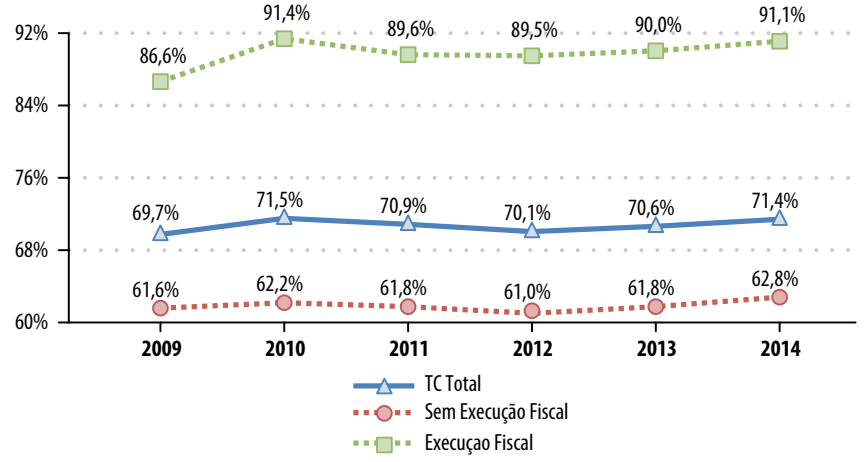
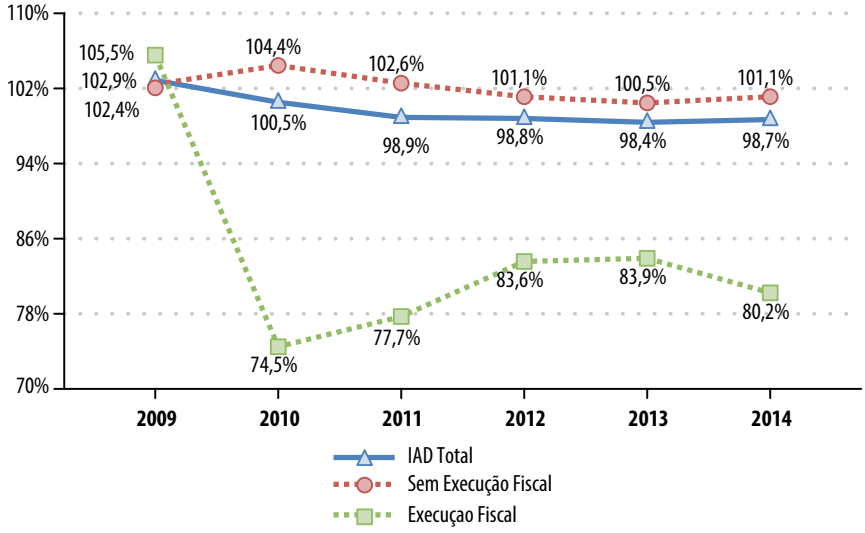


Gráfico 3.44 – Impacto da Execução Fiscal no Índice de Atendimento à Demanda



A seguir, serão apresentados indicadores de primeiro grau separados entre fase de conhecimento e fase de execução, a fim de verificar qual impacto esta fase produz nos principais indicadores de produtividade. Não estão considerados os processos de turmas recursais. Importante considerar adiante que se tratam de dados ilustrativos pois, diante das especificidades de cada ramo de justiça, não é adequada a análise comparativa entre os diferentes segmentos.

Gráfico 3.45 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento

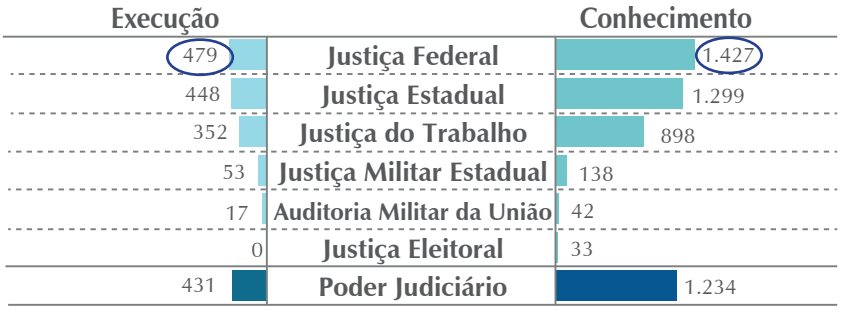


Gráfico 3.46 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados

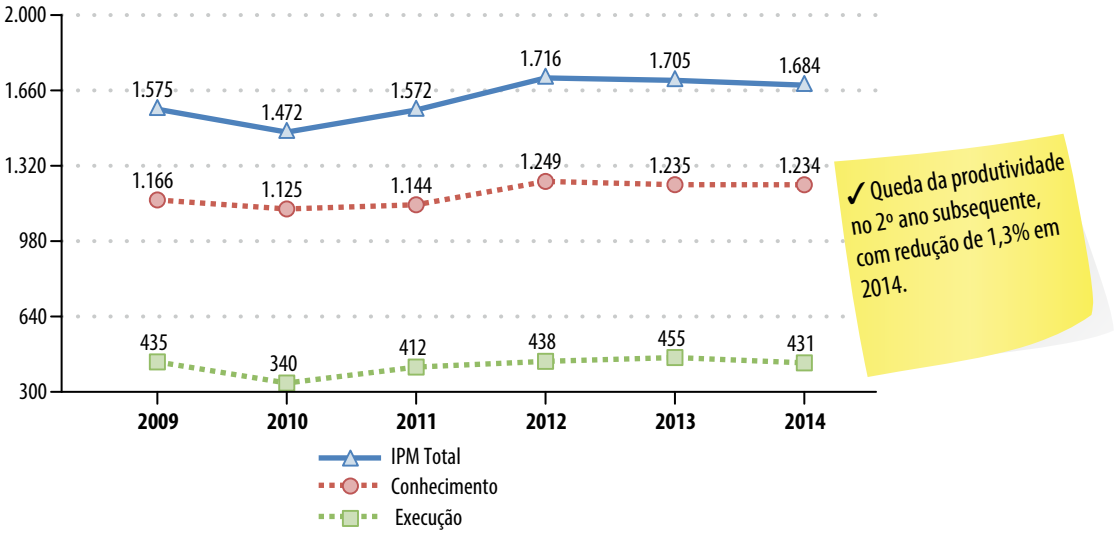


Gráfico 3.47 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento

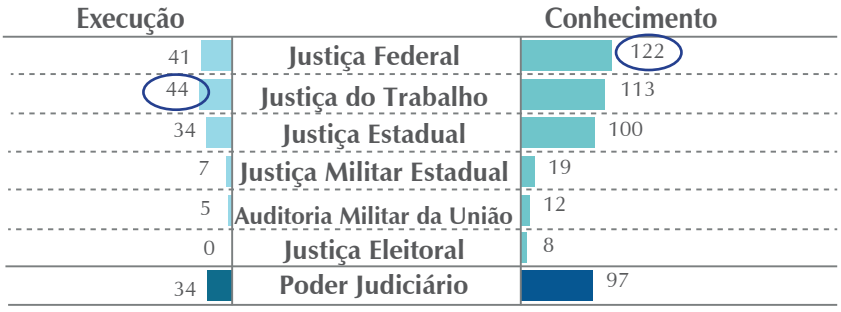


Gráfico 3.48 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária

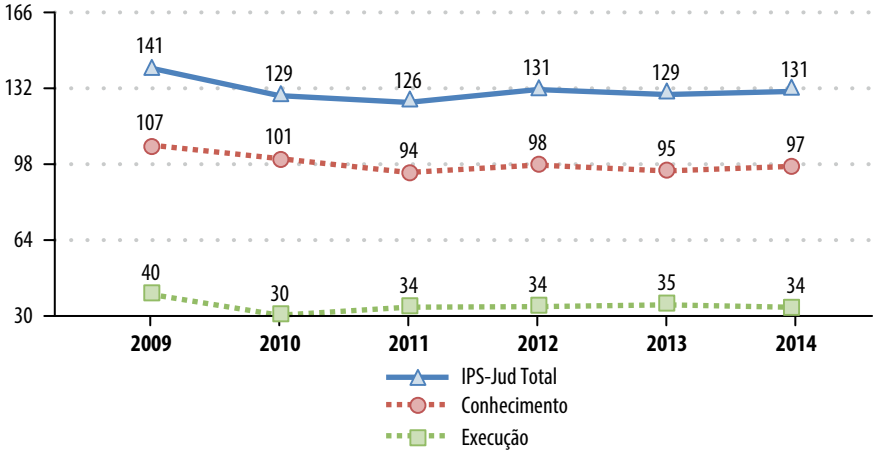


Gráfico 3.49 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento

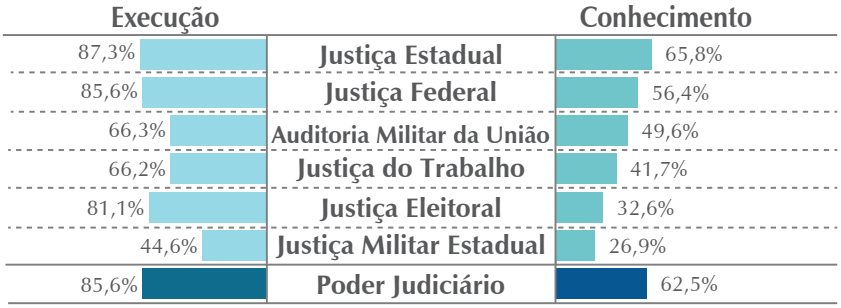
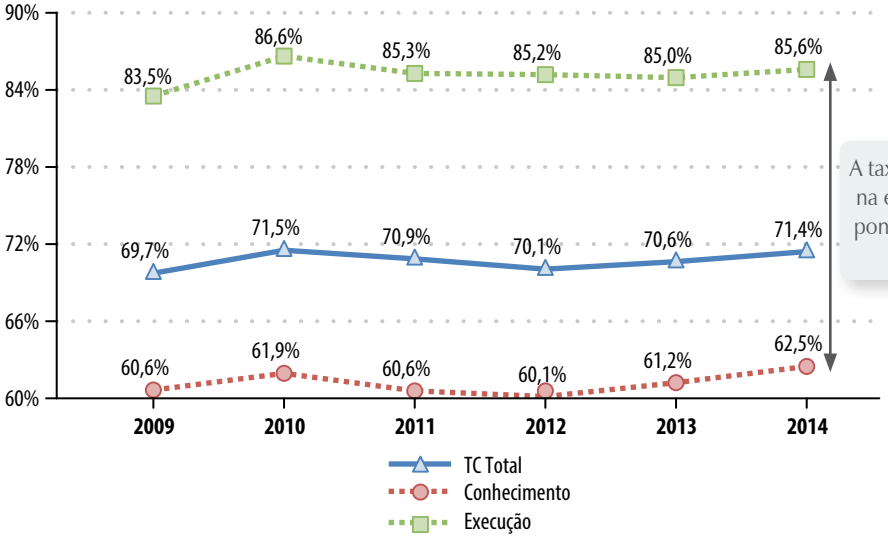
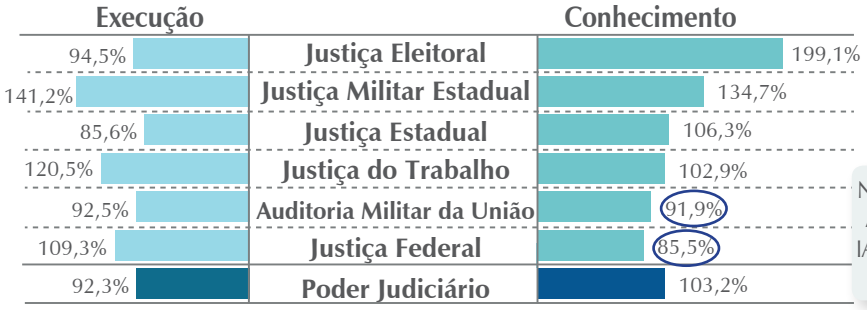


Gráfico 3.50 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento



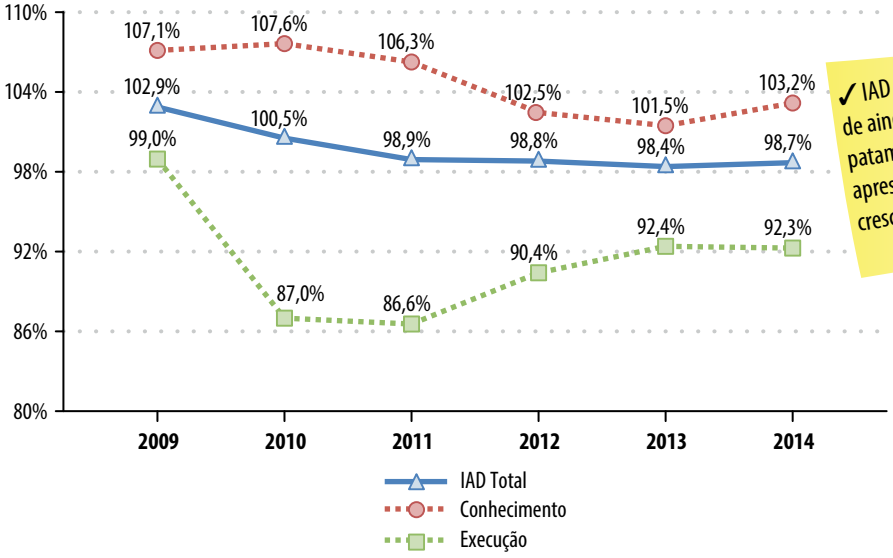
A taxa de congestionamento na execução supera em 14 pontos percentuais a TC no conhecimento.

Gráfico 3.51 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento



Na Justiça Federal e nas Auditorias Militares, o IAD de conhecimento é inferior a 100%.

Gráfico 3.52 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda



✓ IAD na execução, apesar de ainda não alcançar o patamar de 100%, tem apresentado comportamento crescente.

3.6 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Nesta seção serão apresentados os quantitativos de processos ingressados no ano de 2014 segmentados por classes e assuntos, segundo as Tabelas Processuais Unificadas, as quais foram instituídas pela Resolução CNJ 46, de 18 de dezembro de 2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente relatório. No cômputo do total de casos novos do Poder Judiciário algumas classes são excluídas, como é o caso dos precatórios judiciais, requisições de pequeno valor, embargos de declaração, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado, e portanto, todas são consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contabilizados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados no Poder Judiciário, mas tão somente a quantidade de processos cadastrados em determinada classe e/ou assunto.

3.6.1 Assuntos mais recorrentes

O universo da presente análise é composto por 79 Tribunais, sendo 3 Tribunais Superiores (TST, STJ, TSE), 25 Tribunais de Justiça, 20 Tribunais Regionais do Trabalho, 5 Tribunais Regionais Federais, 23 Tribunais Regionais Eleitorais, 3 Tribunais de Justiça Militar Estadual. Não prestaram as informações requeridas 2 Tribunais de Justiça (TJES e TJBA), 4 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT 8ª, TRT 10ª, TRT 14ª e TRT 16ª) e 4 Tribunais Regionais Eleitorais (TRE-AL, TRE-AM, TRE-MA e TRE-PA).

As tabelas processuais unificadas possuem 6 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, considerando a tabela de assuntos, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito Tributário" (nível 1), há a segmentação em outros grupos de assuntos, dentre estes o grupo "Crédito Tributário" (nível 2). Este grupo, por sua vez, é desmembrado em outros grupos, dentre estes o grupo "Extinção do Crédito Tributário" (nível 3), também segmentado, dando origem, por exemplo, ao grupo "Prescrição" (nível 4). Este último grupo também é desmembrado em outros grupos de assuntos dentre estes o grupo "Suspensão" (nível 5) que, por fim, é segmentado em diversos assuntos, tais como "Arquivamento Administrativo – Crédito de Pequeno Valor" (nível 6).

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil a tarefa de análise, visto que não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

As informações aqui referidas serão apresentadas de forma global e segmentada por grau de jurisdição, quais sejam: 2º grau, 1º grau exclusivo (sem acumular com turmas e juizados, no caso da Justiça Federal e Estadual), Turmas Recursais e juizados especiais.

Gráfico 3.53 – Assuntos mais demandados no Poder Judiciário.

1. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	5.281.354 (10,39%)
2. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	2.827.291 (5,56%)
3. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	2.039.288 (4,01%)
4. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	1.642.997 (3,23%)
5. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	1.258.733 (2,48%)
6. DIREITO CIVIL - Família/Alimentos	1.023.112 (2,01%)
7. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	842.560 (1,66%)
8. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	784.756 (1,54%)
9. DIREITO ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político - administrativa / Administração Pública/ FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	761.444 (1,50%)
10. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	714.364 (1,41%)
11. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	700.595 (1,38%)
12. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	687.621 (1,35%)
13. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	687.508 (1,35%)
14. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	673.809 (1,33%)
15. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	658.534 (1,30%)
16. DIREITO CIVIL - Família/Casamento	635.194 (1,25%)
17. DIREITO CIVIL - Coisas/Propriedade	626.812 (1,23%)
18. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	615.289 (1,21%)
19. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	609.494 (1,20%)
20. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	605.328 (1,19%)

✓ Apesar de a Justiça Estadual deter 71% dos casos novos do Poder Judiciário, o assunto mais demandado é matéria de direito trabalhista.

Gráfico 3.54 – Assuntos mais demandados no 2º Grau

1. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	512.457 (7,91%)
2. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	435.747 (6,72%)
3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	155.423 (2,40%)
4. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	141.776 (2,19%)
5. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	130.414 (2,01%)
6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	124.413 (1,92%)
7. DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	124.338 (1,92%)
8. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	117.920 (1,82%)
9. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	117.804 (1,82%)
10. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	109.897 (1,70%)
11. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	106.060 (1,64%)
12. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	105.021 (1,62%)
13. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação/Cumprimento/Execução/Valor da Execução/Cálculo/Atualização	93.936 (1,45%)
14. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Serviços/Saúde	75.651 (1,17%)
15. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	68.459 (1,06%)
16. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	63.825 (0,98%)
17. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	63.557 (0,98%)
18. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Candidatos	60.802 (0,94%)
19. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	59.761 (0,92%)
20. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	58.908 (0,91%)

Gráfico 3.55 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (Varas, Auditorias Militares e Zonas Eleitorais)

1. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	4.745.812 (13,95%)
2. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	1.914.647 (5,63%)
3. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	1.563.379 (4,59%)
4. DIREITO CIVIL - Família/Alimentos	978.962 (2,88%)
5. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	751.919 (2,21%)
6. DIREITO CIVIL - Família/Casamento	623.358 (1,83%)
7. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	609.181 (1,79%)
8. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	579.362 (1,70%)
9. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	563.348 (1,66%)
10. DIREITO CIVIL - Coisas/Propriedade	539.384 (1,59%)
11. DIREITO CIVIL - Família/Relações de Parentesco	536.897 (1,58%)
12. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	535.180 (1,57%)
13. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	515.927 (1,52%)
14. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	467.030 (1,37%)
15. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar/Liminar	436.752 (1,28%)
16. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	423.645 (1,25%)
17. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	421.366 (1,24%)
18. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	419.453 (1,23%)
19. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	401.191 (1,18%)
20. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	379.383 (1,11%)

✓ Os dois maiores assuntos coincidem no 1º grau e no 2º grau.

Gráfico 3.56 – Assuntos mais demandados nas Turmas Recursais

1. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	130.640 (9,56%)
2. DIREITO ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político - administrativa / Administração Pública/ FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	118.018 (8,64%)
3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	86.735 (6,35%)
4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	59.413 (4,35%)
5. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	58.010 (4,25%)
6. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	55.400 (4,05%)
7. DIREITO ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	53.040 (3,88%)
8. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI – Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI – Renda Mensal Inicial	43.948 (3,22%)
9. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	32.623 (2,39%)
10. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil	30.786 (2,25%)
11. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor	30.451 (2,23%)
12. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	29.416 (2,15%)
13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	29.027 (2,12%)
14. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	27.156 (1,99%)
15. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	26.291 (1,92%)
16. DIREITO CIVIL - Obrigações/Atos Unilaterais	25.114 (1,84%)
17. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Telefonia	23.884 (1,75%)
18. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI – Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/Reajustes e Revisões Específicos	23.684 (1,73%)
19. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	22.409 (1,64%)
20. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	21.533 (1,58%)

Gráfico 3.57 – Assuntos mais demandados nos Juizados Especiais

1. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	1.033.762 (12,39%)
2. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	669.356 (8,02%)
3. DIREITO ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político - administrativa / Administração Pública/ FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	576.744 (6,91%)
4. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	366.886 (4,40%)
5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	338.238 (4,05%)
6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	334.278 (4,01%)
7. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	313.522 (3,76%)
8. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	257.649 (3,09%)
9. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	241.426 (2,89%)
10. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	241.406 (2,89%)
11. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	214.342 (2,57%)
12. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	195.072 (2,34%)
13. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Financiamento de Produto	167.972 (2,01%)
14. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Rescisão do contrato e devolução do dinheiro	159.749 (1,91%)
15. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Telefonia	158.527 (1,90%)
16. DIREITO PENAL - Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	146.880 (1,76%)
17. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	130.205 (1,56%)
18. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	115.243 (1,38%)
19. DIREITO CIVIL - Obrigações/Adimplemento e Extinção	114.799 (1,38%)
20. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	111.398 (1,33%)

✓ Indenização por Dano Moral consta entre os dois principais assuntos dos juizados especiais, no âmbito do direito do consumidor e do direito civil.

3.6.2 Classes mais recorrentes

O universo da presente análise é composto por 79 Tribunais, sendo 3 Tribunais Superiores (TST, STJ, TSE), 25 Tribunais de Justiça, 20 Tribunais Regionais do Trabalho, 5 Tribunais Regionais Federais, 23 Tribunais Regionais Eleitorais, 3 Tribunais de Justiça Militar Estadual. Não prestaram as informações requeridas, 2 Tribunais de Justiça (TJES e TJBA), 4 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT 8ª, TRT 10ª, TRT 14ª e TRT 16ª) e 4 Tribunais Regionais Eleitorais (TRE-AL, TRE-AM, TRE-MA e TRE-PA).

As tabelas processuais unificadas possuem 6 níveis hierárquicos de classes. No grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho" (nível 1), há a segmentação entre, por exemplo, "processos de conhecimento", "processos de execução", "recursos", entre outros (nível 2). No próximo nível, no grupo de classes "processos de conhecimento", é possível saber o tipo de procedimento, se é de conhecimento, de cumprimento de sentença, de liquidação, etc. (nível 3). Após, os procedimentos de conhecimento são segregados pelo tipo, como procedimento do juizado especial cível ou ordinário ou sumário ou especial (nível 4). No próximo nível são classificados os procedimentos especiais, como de jurisdição contenciosa ou voluntária ou regidos por outros códigos, leis esparsas e regimentos (nível 5). Chegando ao sexto e último nível, é possível saber se o processo é de uma reclamação, uma ação civil pública, um *habeas corpus*, um mandado de injunção, etc.

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

Gráfico 3.58 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	12.445.702 (35,78%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	3.130.696 (9,00%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	2.085.152 (5,99%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	1.907.013 (5,48%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	1.889.663 (5,43%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	1.269.908 (3,65%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso Inominado	1.025.155 (2,95%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	1.000.645 (2,88%)
9. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	910.878 (2,62%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recursos Trabalhistas	888.574 (2,55%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	573.049 (1,65%)
12. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Requisição de Pequeno Valor	521.446 (1,50%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	476.352 (1,37%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	416.263 (1,20%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	410.845 (1,18%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	365.208 (1,05%)
17. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	306.802 (0,88%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	305.573 (0,88%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	298.701 (0,86%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	293.703 (0,84%)

✓ Procedimentos de conhecimento representam 36% das classes.

✓ Em um universo de 254 grupos de classes processuais, a execução fiscal aparece como a segunda mais recorrente.

Gráfico 3.59 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário no 2º grau

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	2.085.062 (27,97%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	1.882.996 (25,26%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recursos Trabalhistas	644.892 (8,65%)
4. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Requisição de Pequeno Valor	521.316 (6,99%)
5. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	440.056 (5,90%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	409.995 (5,50%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	224.981 (3,02%)
8. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação / Reexame Necessário	214.922 (2,88%)
9. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Agravo de Execução Penal	196.945 (2,64%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Petição	124.752 (1,67%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	122.551 (1,64%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Reexame Necessário	98.910 (1,33%)
13. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Precatório	61.789 (0,83%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	53.216 (0,71%)
15. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	50.627 (0,68%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Revisão Criminal	36.454 (0,49%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Recurso em Sentido Estrito	31.687 (0,43%)
18. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Candidatura	23.594 (0,32%)
19. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas	23.023 (0,31%)
20. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	20.364 (0,27%)

Gráfico 3.60 – Classes mais demandadas no 1º Grau (exceto Juizados e Turmas Recursais)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	7.331.723 (37,43%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	3.130.570 (15,98%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	1.763.187 (9,00%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	1.215.128 (6,20%)
5. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	886.477 (4,53%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	539.095 (2,75%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	427.303 (2,18%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	403.796 (2,06%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	362.934 (1,85%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	280.808 (1,43%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Auto de Prisão em Flagrante	255.415 (1,30%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Embargos	248.333 (1,27%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	235.589 (1,20%)
14. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Processo de Conhecimento	210.905 (1,08%)
15. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Processo de Apuração de Ato Infracional	206.287 (1,05%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Execução da Pena	198.107 (1,01%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumário	158.829 (0,81%)
18. PROCEDIMENTOS PRÉ–PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS - Reclamação Pré–processual	153.344 (0,78%)
19. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Execução de Medidas Sócio–Educativas	117.727 (0,60%)
20. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Procedimentos Investigatórios	113.362 (0,58%)

Gráfico 3.61 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário nas Turmas Recursais

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso Inominado	1.025.023 (76,56%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	142.597 (10,65%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	75.700 (5,65%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	36.212 (2,70%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	19.620 (1,47%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	13.809 (1,03%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	6.900 (0,52%)
8. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso de Medida Cautelar	2.531 (0,19%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	1.754 (0,13%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	1.330 (0,10%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial de Leis Esparsas	1.046 (0,08%)
12. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Processo de Conhecimento	966 (0,07%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Petição	723 (0,05%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Recurso de Sentença Criminal	611 (0,05%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Incidentes	599 (0,04%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Recursos	447 (0,03%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Incidentes	420 (0,03%)
18. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Incidentes	378 (0,03%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Exceções	354 (0,03%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Embargos de Declaração	350 (0,03%)

Gráfico 3.62 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário nos Juizados Especiais

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	4.970.818 (82,97%)
2. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	460.854 (7,69%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	145.662 (2,43%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	136.377 (2,28%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	69.326 (1,16%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	53.840 (0,90%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	22.209 (0,37%)
8. PROCEDIMENTOS PRÉ–PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS - Reclamação Pré–processual	19.978 (0,33%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	18.969 (0,32%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	17.837 (0,30%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumaríssimo	13.233 (0,22%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial de Leis Esparsas	12.749 (0,21%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	5.868 (0,10%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Procedimento Investigatório Criminal (PIC–MP)	4.099 (0,07%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumário	4.004 (0,07%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Petição	3.607 (0,06%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial do Código de Processo Penal	2.781 (0,05%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	2.142 (0,04%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Execução da Pena	1.949 (0,03%)
20. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Processo de Conhecimento	1.807 (0,03%)

✓ A segunda maior classe dos juizados especiais é de Processo Criminal / Procedimentos Investigatórios / Termo Circunstanciado.

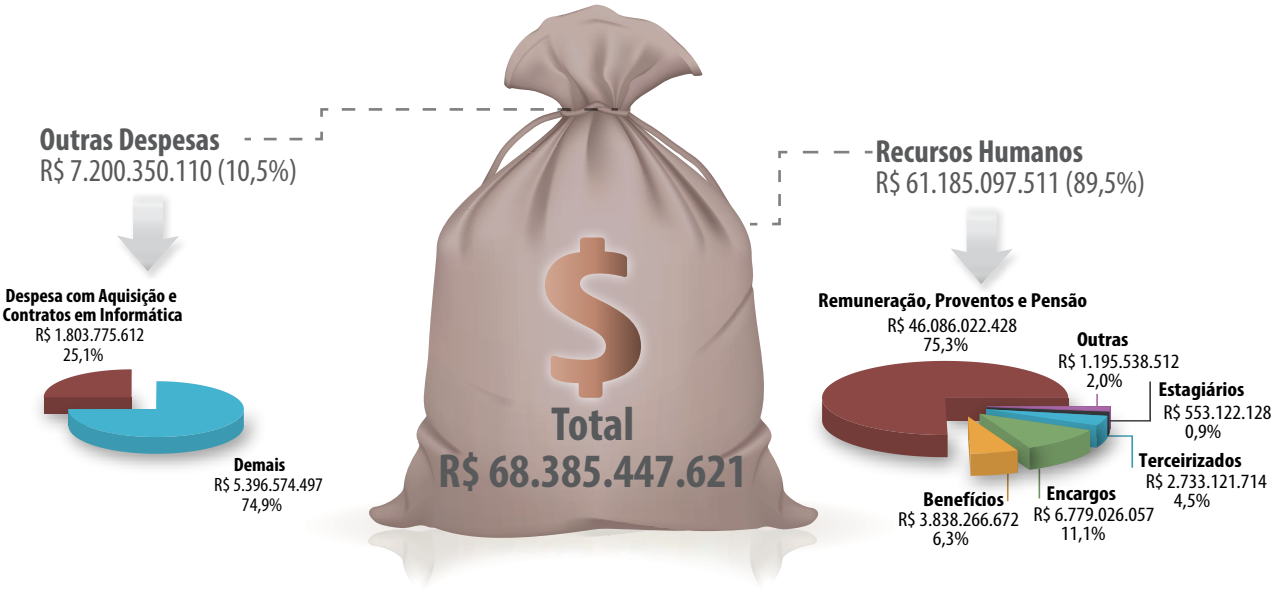
3.7 Infográfico do Poder Judiciário

O infográfico do Poder Judiciário contém dados de despesas, força de trabalho e informações sobre litigiosidade, com os quantitativos de processos ingressados, julgados, baixados e estoque, segregados entre processos de conhecimento e de execução. Também estão dispostos indicadores de desempenho do Tribunal e indicadores de produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária. Os dados de litigiosidade estão segregados por instância, quais sejam: tribunais superiores, 2º grau, 1º grau (apenas juízo comum), turmas recursais, juizados especiais e turmas regionais de uniformização.

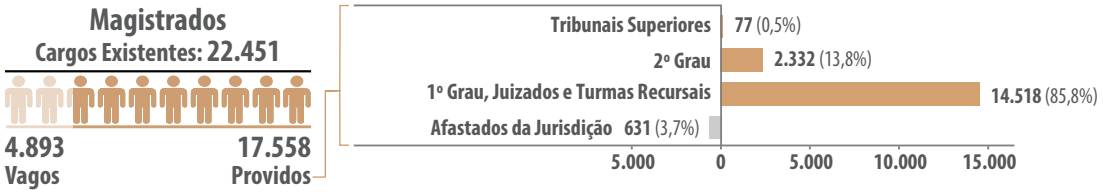
Por fim, apresenta-se os dez assuntos mais recorrentes, relativo aos processos ingressados no curso do ano de 2014. Neste quesito, é oportuno esclarecer que um mesmo processo pode ter vários assuntos, e que, neste caso, todos são contados, razão pela qual, tais valores distinguem-se do total de casos novos.

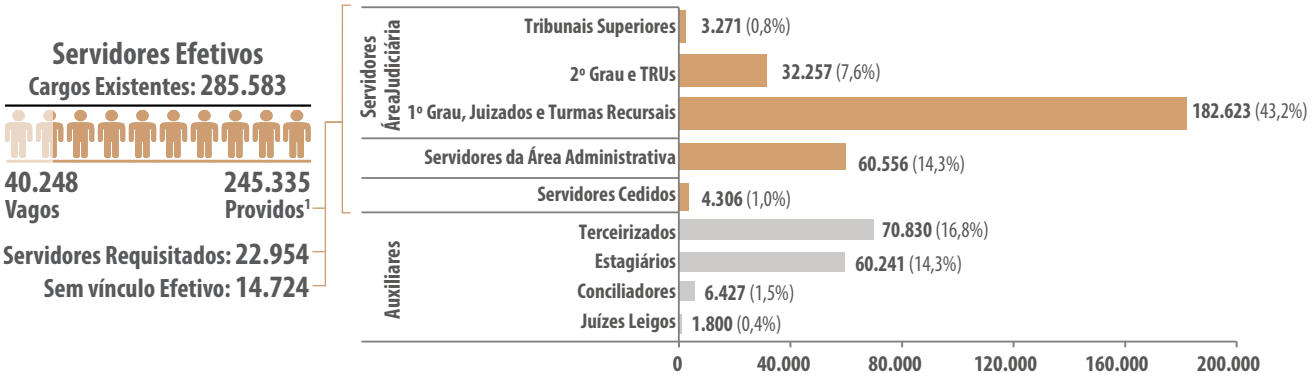
Total do Poder Judiciário
(exceto STF e Conselhos)

Despesas



Força de Trabalho

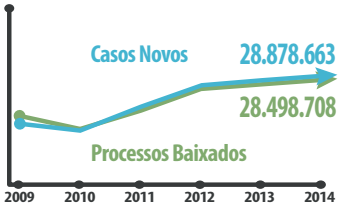


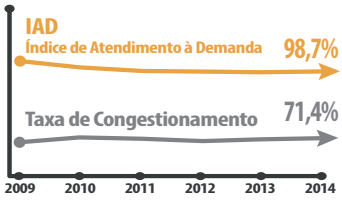


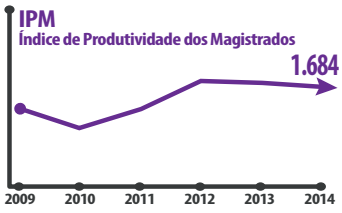
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

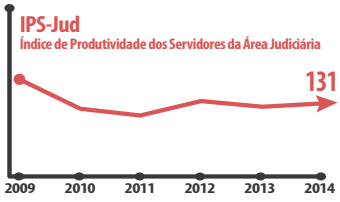
Litigiosidade

	Superiores	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual								
Casos Novos	578.844	3.539.636	16.970.913	1.066.565	6.718.734	3.971	**28.878.663**	↑1,1%
Conhecimento	-	-	10.945.610	-	6.094.538	-	**17.040.148**	↑0,8%
Execução	-	-	6.025.303	-	624.196	-	**6.649.499**	↓-2,7%
Julgados	641.964	3.763.166	15.406.636	1.076.895	6.108.840	-	**26.997.501**	↑4,0%
Conhecimento	-	-	9.926.849	-	5.428.648	-	**15.355.497**	↑0,9%
Execução	-	-	5.479.787	-	680.192	-	**6.159.979**	↑7,0%
Baixados	495.749	3.294.230	17.263.953	990.729	6.451.127	2.920	**28.498.708**	↑1,4%
Conhecimento	-	-	11.767.454	-	5.812.669	-	**17.580.123**	↑2,5%
Execução	-	-	5.496.499	-	638.458	-	**6.134.957**	↓-2,9%
Estoque	624.008	3.037.255	58.816.395	1.413.448	6.934.930	2.551	**70.828.587**	↑5,5%
Conhecimento	-	-	23.649.667	-	6.165.344	-	**29.815.011**	↑9,1%
Execução	-	-	35.166.728	-	769.586	-	**35.936.314**	↑2,3%
Indicadores de Produtividade								
IAD (Baixados/Cn)	85,6%	93,1%	101,7%	92,9%	96,0%	73,5%	**98,7%**	↑0,29p.p.
Conhecimento	-	-	107,5%	-	-	-	**103,2%**	↑1,71p.p.
Execução	-	-	91,2%	-	-	-	**92,3%**	↓-0,13p.p.
Taxa Congest.	58,8%	49,9%	77,2%	60,1%	52,6%	55,2%	**71,4%**	↑0,78p.p.
Conhecimento	-	-	66,0%	-	52,6%	-	**62,5%**	↑1,26p.p.
Execução	-	-	86,7%	-	54,2%	-	**85,6%**	↑0,64p.p.
Indicadores por Magistrado								
Casos novos	7.517	1.518	1.143	633	1.992	40	**1.551**	↓-1,6%
Carga de Trab.	17.962	3.302	6.061	1.568	4.387	66	**6.130**	↑1,5%
Proc. Julgados	8.337	1.614	1.196	639	1.920	-	**1.595**	↑1,2%
IPM (Baixados)	6.438	1.413	1.340	588	2.027	29	**1.684**	↓-1,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária								
Casos novos	177	110	90	695	263	331	**120**	↑0,7%
Carga de Trab.	#N/D	239	479	1.722	578	544	**476**	↑3,9%
IPS-Jud (Baixados)	152	102	106	645	267	243	**131**	↑1,1%









Assuntos mais recorrentes

DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	5.281.354
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	2.827.291
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	2.039.288
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	1.642.997
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	1.258.733
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	1.023.112
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	842.560
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	784.756
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-administrativa / Administração Pública/FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	761.444
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	714.364

4 Justiça Estadual

O que é a Justiça Estadual:

A Justiça Estadual, integrante da justiça comum (junto com a Justiça Federal), é responsável por julgar matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário – Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar. Ou seja, sua competência é residual.

Como ela se organiza:

Cada unidade da federação (estados e Distrito Federal) tem a atribuição de organizar a sua Justiça. Hoje, ela está presente em todas as unidades da federação, reunindo a maior parte dos casos que chega ao Judiciário, já que se encarrega das questões mais comuns e variadas, tanto na área cível quanto na criminal.

Como ela é formada:

Do ponto de vista administrativo, a Justiça Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição:

- ✓ 1º Grau: composto pelos juízes de Direito, pelas varas, pelos fóruns, pelos tribunais do júri (encarregado de julgar crimes dolosos contra a vida), pelos juizados especiais e suas Turmas Recursais.
- ✓ 2º Grau: é representado pelos Tribunais de Justiça (TJs). Nele, os magistrados são desembargadores, que têm entre as principais atribuições o julgamento de demandas de competência originária e de recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau.

O que são os juizados especiais?

Criados pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, têm competência para conciliação, processamento, julgamento e execução das causas cíveis de menor complexidade (causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, por exemplo) e das infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja, aquelas a que a lei defina pena máxima inferior ou igual a dois anos. Por sua vez, as turmas recursais, integradas por juízes em exercício no primeiro grau, são encarregadas de julgar recursos apresentados contra decisões dos juizados especiais.

Neste ano comemora-se os 20 anos de criação dos juizados especiais, por meio dos quais se instituiu um modelo de Justiça mais simples e célere para solução de determinados conflitos.

Neste capítulo, serão analisadas as informações enviadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. É importante frisar que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o art. 4.º da Resolução CNJ 76/2009.

Em resumo, serão apresentados dados e análises sobre os principais indicadores da Justiça Estadual, com informações abrangendo aspectos orçamentários, estruturais, de recursos humanos e de litigiosidade.

Na primeira seção, será apresentada a divisão dos tribunais em pequeno, médio e grande porte. Tal segmentação se faz necessária em razão das características distintas de cada um dos 27 Tribunais de Justiça.

A segunda seção traz um resumo da estrutura das unidades judiciárias de primeiro grau, onde serão apresentados os quantitativos de varas e juizados especiais, classificados pela competência. As análises contam com técnica de visualização territorial e, ainda, com algumas correlações entre estrutura, litigiosidade e aspectos demográficos.

Na terceira seção, será apresentado um panorama global dos principais dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, segundo as três grandes vertentes que norteiam a pesquisa, quais sejam: a) Recursos Financeiros; b) Recursos Humanos e c) Litigiosidade.

A quarta seção apresenta um diagnóstico dos processos eletrônicos e seus avanços na série histórica.

Em consonância com a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição regulamentada pela Resolução CNJ 194/2014, a quinta seção traz comparações entre o 1º e o 2º graus de jurisdição.

A sexta seção se destina à análise dos processos de execução e seu impacto nos indicadores de produtividade, com particular atenção, quanto às execuções fiscais e às execuções penais.

De forma inédita, a sétima seção permite uma análise mais detalhada das demandas existentes na Justiça Estadual, com segmentação dos casos novos por classe processual e por assunto.

A oitava seção trata da Gestão e do Desempenho da Justiça, com apresentação do indicador sintético IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça), o qual compara a eficiência relativa dos tribunais, segundo a técnica de análise de fronteira denominada por DEA (“*Data Envelopment Analysis*”). Também serão apresentados estudos de cenário, com o objetivo de comparar o desempenho atual dos tribunais com o desempenho esperado para estes órgãos, segundo um modelo retrospectivo.

Ao final do capítulo, apresenta-se uma síntese com os principais resultados observados seguido da disponibilização dos dados de cada tribunal e do total da Justiça, na forma de infográficos.

4.1 Classificação dos Tribunais de Justiça por porte

Em um universo de 27 Tribunais de Justiça com realidades muito distintas entre si, é recomendável realizar análises estatísticas comparativas observando-se tais diferenças, a fim de não incorrer em comparações desproporcionais entre tribunais de grande magnitude, como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com outros de menor dimensão econômica e demográfica, como Roraima, Acre e Amapá.

Dessa forma, considerando a diversidade entre as unidades da federação (estados e Distrito Federal), entre as regiões geográficas, e, consequentemente, entre os Tribunais de Justiça brasileiros, necessita-se, para fins de produção de análises mais equânimes e proporcionais, fazer comparações entre os órgãos que são de fato comparáveis, ou seja, cujos dados guardem maior similaridade entre si. Com esse intuito, a classificação dos tribunais por porte tem por objetivo criar grupos que respeitem características distintas dentro do mesmo ramo de justiça.

Para a classificação por porte dos Tribunais de Justiça, consideram-se as despesas totais, os casos novos, os casos pendentes, o número de magistrados, o número de servidores (efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo efetivo) e o número de trabalhadores auxiliares (terceirizados, estagiários, juízes leigos e conciliadores). A consolidação dessas informações forma um escore único, por tribunal, a partir do qual se procede o agrupamento em três categorias segundo o respectivo porte, quais sejam: tribunais de grande, médio ou pequeno porte. Detalhes técnicos estão disponíveis na seção "Metodologia", que contém informações sobre a técnica estatística empregada (*Análise de componentes principais*).

A seguir, a Tabela 4.1 apresenta os dados utilizados na análise de agrupamento, os escores obtidos, o *ranking*, bem como a classificação em grupos de cada um dos tribunais da Justiça Estadual. A Figura 4.1 demonstra a classificação por porte com visualização no território, ao passo que o Gráfico 4.1 apresenta além do *ranking* e do porte atuais, as evoluções na série histórica do sexênio 2009-2014.

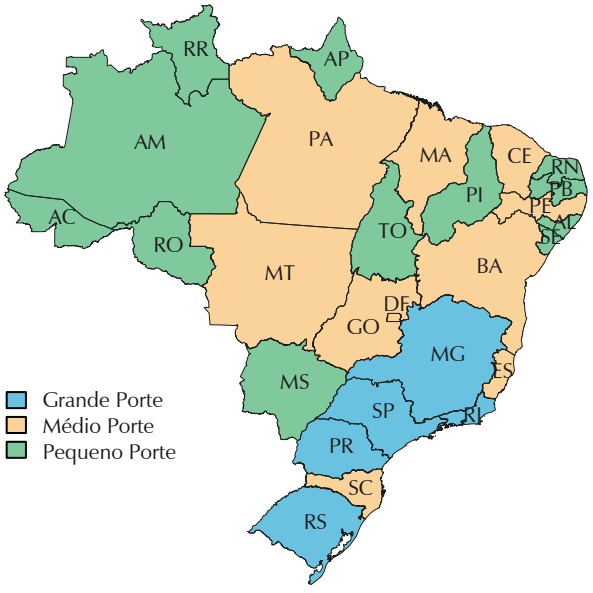
Entre os 5 tribunais de grande porte, observa-se a estabilidade histórica dos quatro maiores (TJSP, TJRJ, TJMG e TJRS), devendo ser ressaltada a considerável distância do TJSP em relação aos demais. O mesmo ocorre com os 4 menores tribunais (TJRR, TJAC, TJAP e TJTO) que permanecem estáveis em suas respectivas posições. Quanto aos demais TJs, apesar de algumas oscilações no *ranking* ocupado durante a série histórica de 2009-2014, a formação dos grupos não sofre qualquer alteração há 2 anos consecutivos.

Outro aspecto relevante é a simetria entre os portes, as regiões geográficas e os dados demográficos. Conforme ilustra a Figura 4.1, enquanto as regiões Sul e Sudeste são compostas basicamente por tribunais de grande porte (exceção TJSC, médio porte), a região Norte possui predominantemente tribunais de pequeno porte (exceção TJPA, médio porte). A região Nordeste, por sua vez, é distribuída de forma praticamente equânime entre pequeno e médio porte e a região Centro-Oeste apresenta predominância de tribunais de médio porte. Tem-se ainda, que, os 5 tribunais de grande porte concentram 51% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional e 43% da população brasileira, ao passo que no médio porte, 10 tribunais são responsáveis por 35% do PIB e por 40% da população, e no pequeno porte, 12 tribunais detêm 13% do PIB e 15% dos habitantes.

Tabela 4.1 - Classificação e Ranking da Justiça Estadual, ano base 2014

Grupo		Tribunal	*Escore**	Despesa Total da Justiça	Casos Novos + Pendentes	Número de Magistrados	Força de Trabalho (servidores e auxiliares)
1º Grupo: Grande Porte	1	TJ - São Paulo	4,303	8.362.824.642	26.152.101	2.566	66.365
	2	TJ - Rio de Janeiro	1,305	3.787.885.038	12.478.886	802	25.945
	3	TJ - Minas Gerais	1,163	4.006.678.907	6.055.765	1.045	26.286
	4	TJ - Rio Grande do Sul	0,509	2.437.884.531	4.638.089	758	15.488
	5	TJ - Paraná	0,421	1.884.504.300	4.086.878	823	14.862
2º Grupo: Médio Porte	1	TJ - Bahia	0,185	1.825.138.387	2.782.742	644	10.997
	2	TJ - Santa Catarina	0,164	1.366.627.568	3.257.147	627	12.677
	3	TJ - Distrito Federal e Territórios	-0,092	1.978.811.875	946.230	332	11.039
	4	TJ - Pernambuco	-0,034	1.142.716.592	2.201.382	407	9.462
	5	TJ - Goiás	-0,122	1.162.419.509	2.000.997	379	8.992
	6	TJ - Ceará	-0,233	1.063.447.947	1.484.885	378	5.313
	7	TJ - Espírito Santo	-0,292	870.241.683	1.376.530	364	7.256
	8	TJ - Pará	-0,236	904.212.677	922.916	310	6.628
	9	TJ - Mato Grosso	-0,303	897.989.144	1.298.556	241	6.977
	10	TJ - Maranhão	-0,303	877.673.581	916.017	275	7.151
3º Grupo: Pequeno Porte	1	TJ - Rio Grande do Norte	-0,431	693.791.203	745.087	214	4.100
	2	TJ - Paraíba	-0,429	526.791.506	731.749	233	4.819
	3	TJ - Mato Grosso do Sul	-0,432	634.827.009	811.056	192	4.811
	4	TJ - Sergipe	-0,493	425.585.634	979.009	153	3.859
	5	TJ - Amazonas	-0,513	559.794.039	809.497	139	2.554
	6	TJ - Rondônia	-0,514	455.505.854	547.271	140	3.923
	7	TJ - Piauí	-0,534	365.391.827	599.766	186	2.292
	8	TJ - Alagoas	-0,558	353.141.819	638.517	126	2.581
	9	TJ - Tocantins	-0,574	398.680.286	419.263	116	2.207
	10	TJ - Amapá	-0,638	218.477.976	165.227	73	2.044
	11	TJ - Acre	-0,643	229.014.869	170.176	66	1.844
	12	TJ - Roraima	-0,677	168.812.229	132.979	42	1.287

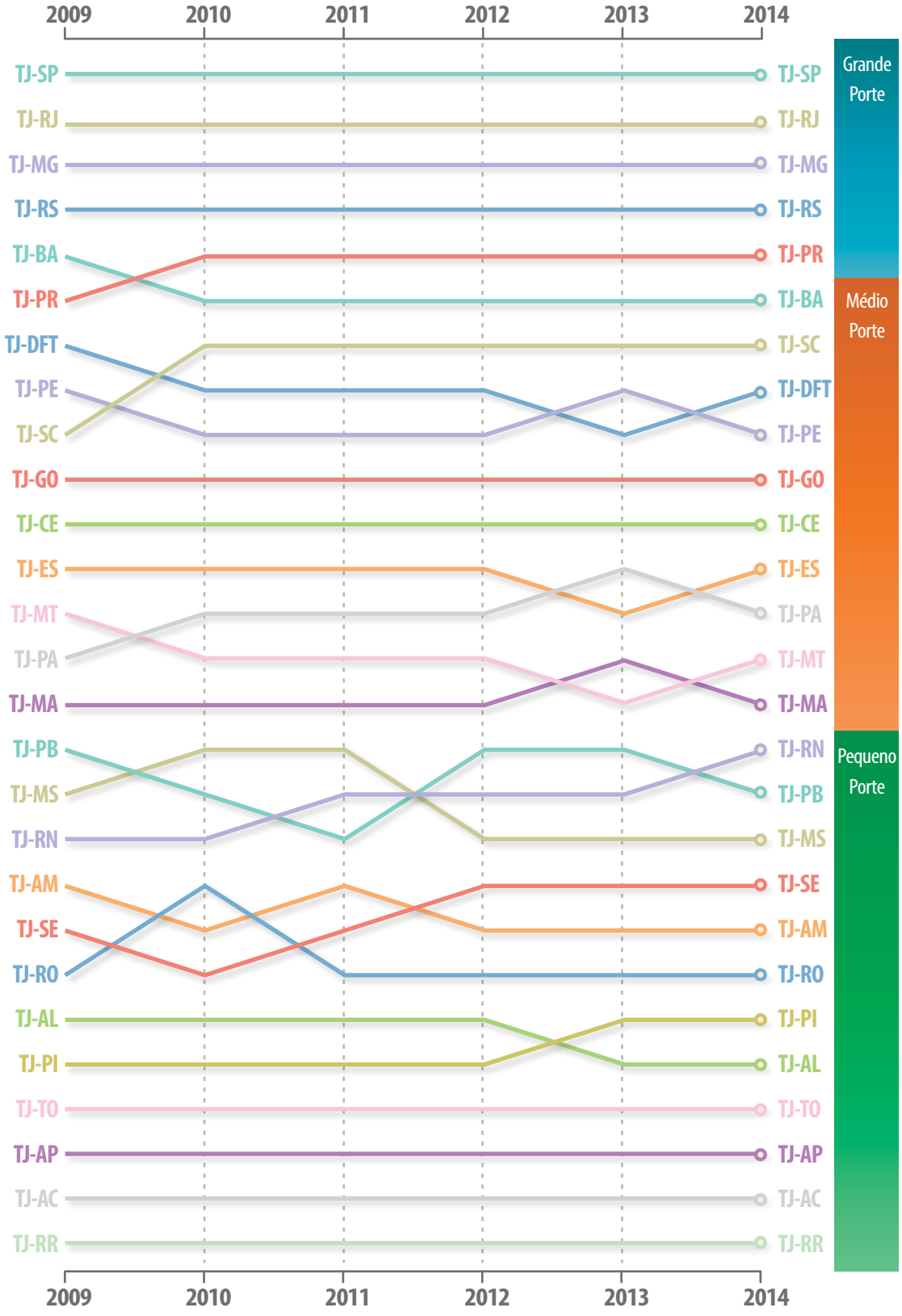
Figura 4.1 – Distribuição Territorial dos Tribunais de Justiça segundo o Porte



✓ As regiões Sul e Sudeste são compostas essencialmente por tribunais de grande porte.

✓ Com exceção do TJPA (médio porte), todos os demais tribunais da região Norte são de pequeno porte.

Gráfico 4.1 - Série Histórica do *Ranking* e da Classificação dos Tribunais, segundo o Porte



4.2 Estrutura da Justiça Estadual

O módulo "Estrutura" do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIEPJ) foi implementado em 2014. Os tribunais informaram, pela primeira vez, os quantitativos de comarcas e de varas existentes, complementados por alguns dados adicionais sobre a divisão segundo as competências.

Com base nas informações prestadas, a Justiça Estadual contava, ao final de 2014, com a estrutura de 2.620 comarcas, para atender aos 5.570 municípios brasileiros. Conforme os dados, 47% dos municípios são sedes de comarca. Do total de 9.378 unidades judiciárias de primeiro grau criadas e instaladas, 5.850 são varas sem juizados especiais adjuntos (62%), 1.994 varas com juizado especial adjuntos (21%) inclusive varas de juízo único, e 1.534 juizados especiais (16%).

Conforme ilustra o Gráfico 4.2, as unidades judiciárias possuem competências diversas, aqui classificadas da seguinte forma:

Varas

- ✓ Varas Exclusivas Cíveis: unidades judiciárias destinadas exclusivamente ao processamento de feitos de natureza cível de competência do juízo comum.
- ✓ Varas Exclusivas Criminais: unidades judiciárias destinadas exclusivamente ao processamento de feitos de natureza criminal de competência do juízo comum.
- ✓ Varas Cíveis e Criminais: unidades judiciárias que agregam competência cível e criminal de competência do juízo comum.
- ✓ Varas Exclusivas de Infância e Juventude: unidades judiciárias destinadas exclusivamente ao processamento de feitos envolvendo direito da infância e juventude.
- ✓ Varas de Infância e Juventude que acumulam idoso e/ou família: unidades judiciárias destinadas exclusivamente ao processamento de feitos envolvendo direito da infância e juventude do idoso e/ou de família.
- ✓ Varas Exclusivas de Violência Doméstica: unidades judiciárias destinadas exclusivamente ao processamento de feitos relacionados à Lei Maria da Penha.
- ✓ Varas Exclusivas de Execução Penal: unidades judiciárias destinadas exclusivamente ao acompanhamento da execução da pena.
- ✓ Outras Varas, não adjuntas a juizados especiais: outras unidades judiciárias, que não acumulem função de juizado especial, e que não se enquadrem em nenhuma das categorias acima.

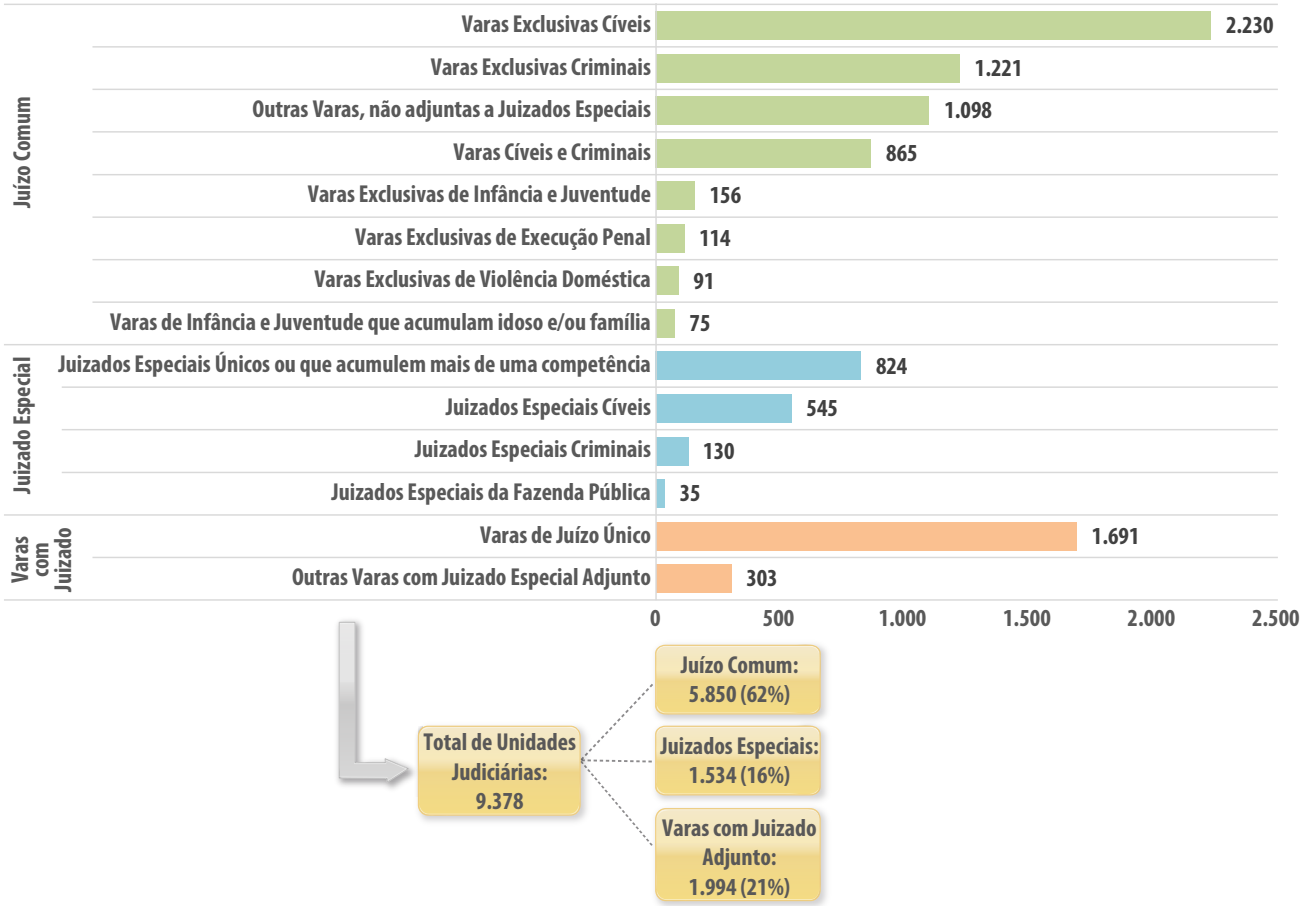
Varas com Juizado Adjunto

- ✓ Varas de Juízo Único: comarcas que contam com a instalação de apenas uma unidade judiciária, que processa feitos de todas as naturezas e competências da Justiça Estadual, inclusive de juizado especial.
- ✓ Outras Varas com juizado especial adjunto: unidades judiciárias que acumulam competência do juízo comum e do juizado especial, e que não sejam varas de juízo único na comarca.

Juizados Especiais

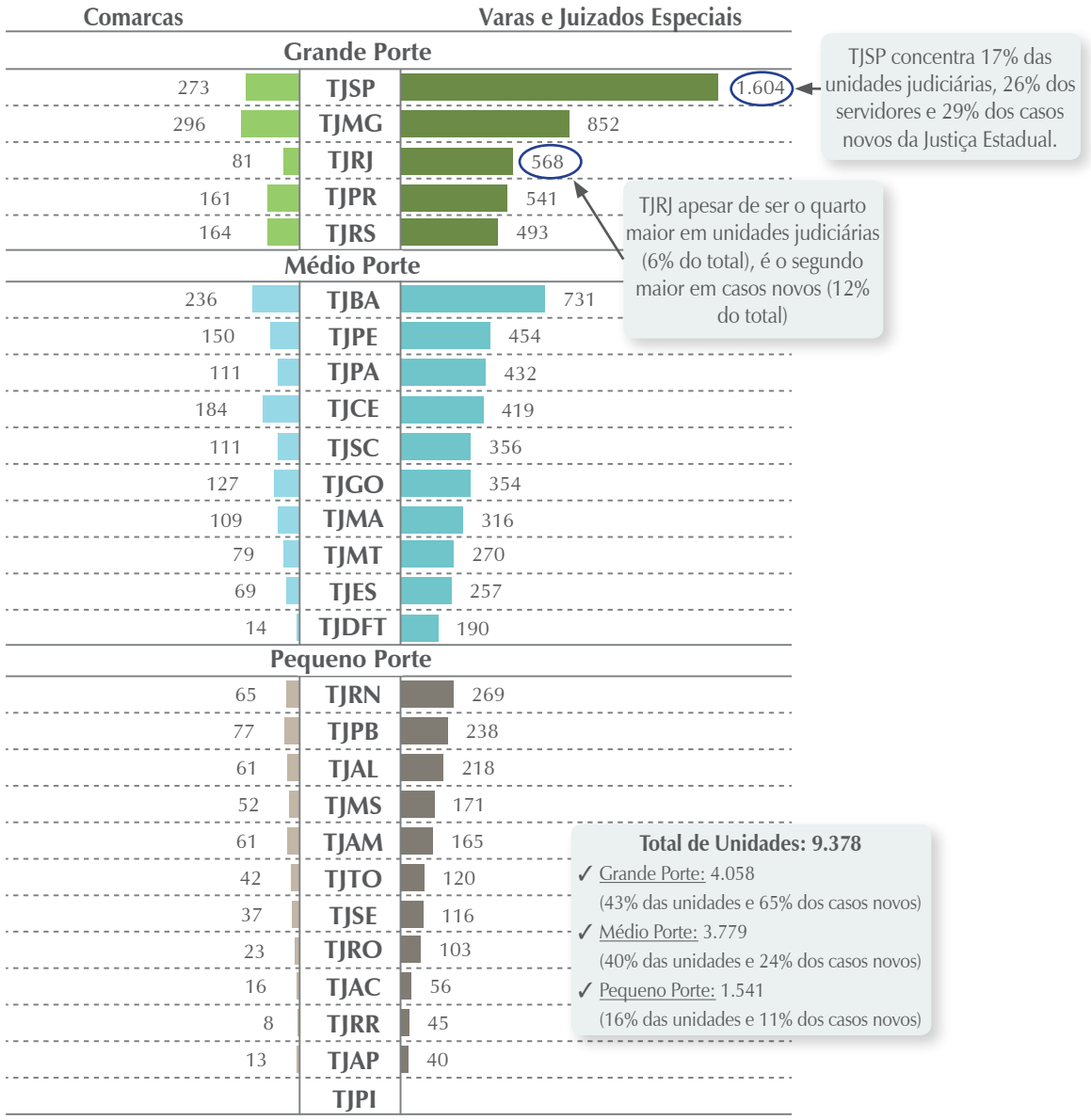
- ✓ juizados especiais Cíveis: unidades judiciárias com competência exclusiva para o processamento de feitos de natureza cível de juizado especial.
- ✓ juizados especiais Criminais: unidades judiciárias com competência exclusiva para o processamento de feitos de natureza criminal do juizado especial.
- ✓ juizados especiais da Fazenda Pública: unidades judiciárias com competência exclusiva para o processamento de feitos da fazenda pública do juizado especial.
- ✓ juizados especiais Únicos ou que acumulem mais de uma competência: unidades judiciárias com competência exclusiva para processamento de feitos de juizado especial, que acumulem naturezas cível e/ou criminal e/ou fazenda pública.

Gráfico 4.2 – Unidades Judiciárias de 1º Grau na Justiça Estadual



Em suma, nota-se uma relação bastante direta entre o número de unidades judiciárias e o porte do tribunal, conforme ilustra o Gráfico 4.3, com exceção do Distrito Federal, por sua característica peculiar em termos demográficos, e o Rio Grande do Norte, tribunal que fica no limiar quando feita a separação entre médio e pequeno porte.

Gráfico 4.3 – Número de Unidades Judiciárias (varas e Juizados) na Justiça Estadual, por Tribunal

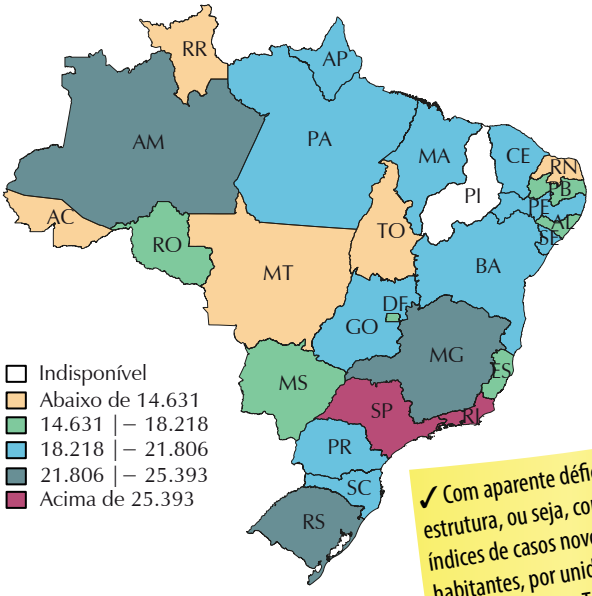


A seguir, serão apresentadas as informações de estrutura, na forma de indicadores e com visualização no território nacional.

Conforme pode ser analisado por intermédio da Figura 4.2 e da Figura 4.3, observa-se a existência de baixos índices de casos novos por unidade judiciária no TJAM, TJPA, TJBA e TJMT, os quais se justificam pela extensa abrangência territorial desses estados, já que estes se configuram entre os 5 maiores do Brasil em termos de área em quilômetros quadrados.

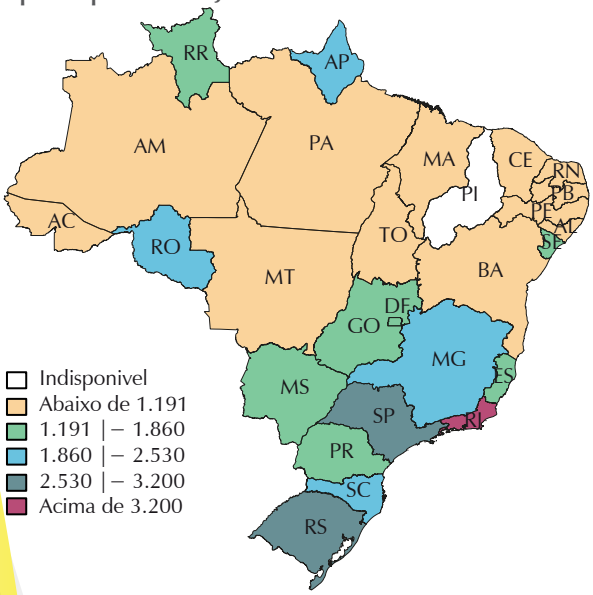
De forma geral, as regiões Norte e Nordeste apresentam baixos índices de casos novos por unidade judiciária, com valores inferiores ao patamar de 1.200 (menor classe). Por outro lado, o cenário se torna mais heterogêneo quando analisada a dimensão de habitantes correlacionada com o número de varas e juizados especiais.

Figura 4.2 – Habitantes por Unidade Judiciária



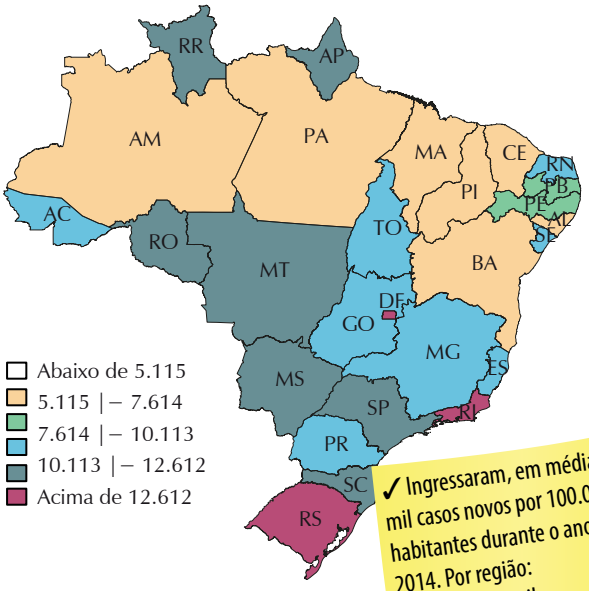
✓ Com aparente déficit de estrutura, ou seja, com altos índices de casos novos e de habitantes, por unidade judiciária, estão o TJRJ (situação mais crítica, com maior valor em ambos os indicadores), seguido de TJSP e TJRS.

Figura 4.3 – Casos Novos no Primeiro Grau e nos Juizados Especiais por Unidade Judiciária.



Observa-se que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste possuem mais de 10,6 mil casos novos por 100.000 habitantes, índice que equivale a mais do dobro do aferido nas regiões Norte e Nordeste (Figura 4.4). A maior demanda por habitante, combinada com o maior número de magistrados por 100 mil habitantes, estão nos Tribunais: TJDFT, TJSC, TJRR e TJAP. Em sentido inverso, a Região Nordeste combina menores valores em ambos os indicadores.

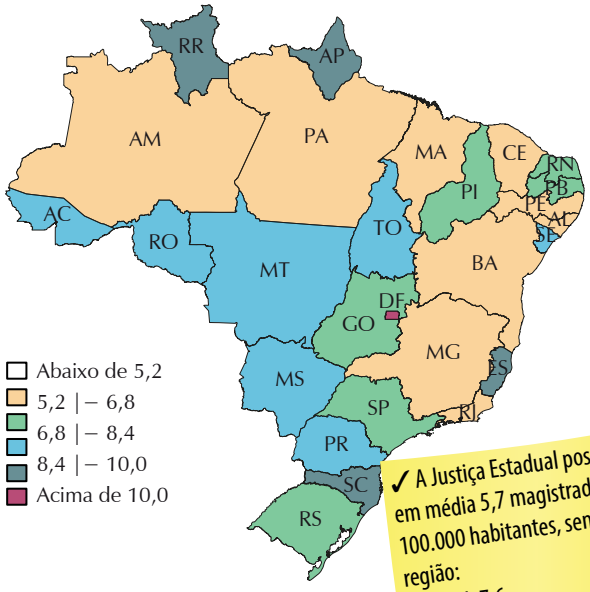
Figura 4.4 – Casos Novos por 100.000 habitantes



✓ Ingressaram, em média 9,1 mil casos novos por 100.000 habitantes durante o ano de 2014. Por região:

- Sul: 12,3 mil
- Sudeste: 11,4 mil
- Centro-Oeste: 10,6 mil
- Norte: 5,2 mil
- Nordeste: 4,8 mil

Figura 4.5 – Magistrados por 100.000 habitantes



✓ A Justiça Estadual possui em média 5,7 magistrados por 100.000 habitantes, sendo, por região:

- Sul: 7,6
- Centro-Oeste: 7,5
- Sudeste: 5,6
- Norte: 5,1
- Nordeste: 4,7

Mais especificamente sobre os juizados especiais, nota-se pela análise conjunta da Figura 4.6 com a Figura 4.7 que, globalmente, há uma relação desigual quando se compara o número de servidores com o número de processos. Enquanto os juizados especiais abarcam 28% dos casos novos da primeira instância, 14% dos servidores da área judiciária estão lotados em Juizados (exclusivos ou adjuntos). Por outro lado, por ser mais célere, a taxa de congestionamento nos Juizados é de 52%, contra 80% na justiça comum. Note-se que nos juizados estão concentrados apenas 10% do acervo total da primeira instância. O TJRJ, tribunal que apresenta alto grau de estrutura com alta demanda processual, concentra, nos juizados especiais,41% dos casos novos de primeira instância e apenas 13% dos servidores, capazes de dar vazão a 109% dos casos novos e, ainda, atingir uma taxa de congestionamento de 45% nos juizados, o que equivale a quase a metade do valor aferido no Juízo Comum (88%).

Em razão da existência dos mais diversos cenários quando se analisa conjuntamente a estrutura de recursos humanos disponível e a demanda processual de juizados não se pode falar estatisticamente em correlação significativa quando analisados esses dois quesitos. Por exemplo, enquanto existem tribunais com muita demanda nos juizados e pouca estrutura específica para tal finalidade (TJMT e TJRR), existem outros onde combina-se alto grau de estrutura e baixa demanda processual (TJAL) e, ainda existem aqueles que aliam um alto grau de estrutura com também alta demanda processual (TJRJ, TJRN e TJAP).

Figura 4.6 – Percentual de Casos Novos de Juizados Especiais em relação ao Total de Casos Novos no 1º Grau (Varas + Juizados)

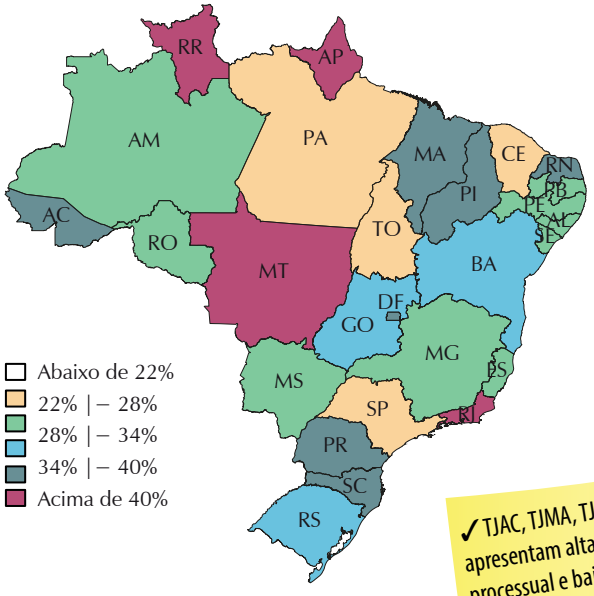
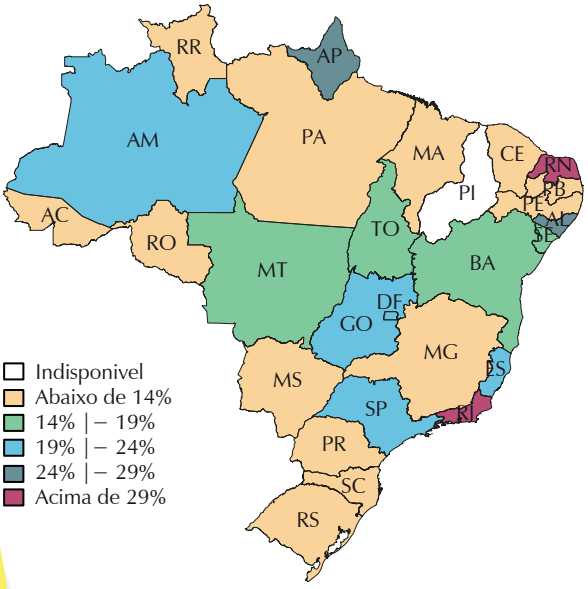


Figura 4.7 – Percentual de Juizados Especiais em relação ao total de Unidades Judiciárias do 1º Grau (Varas + Juizados)



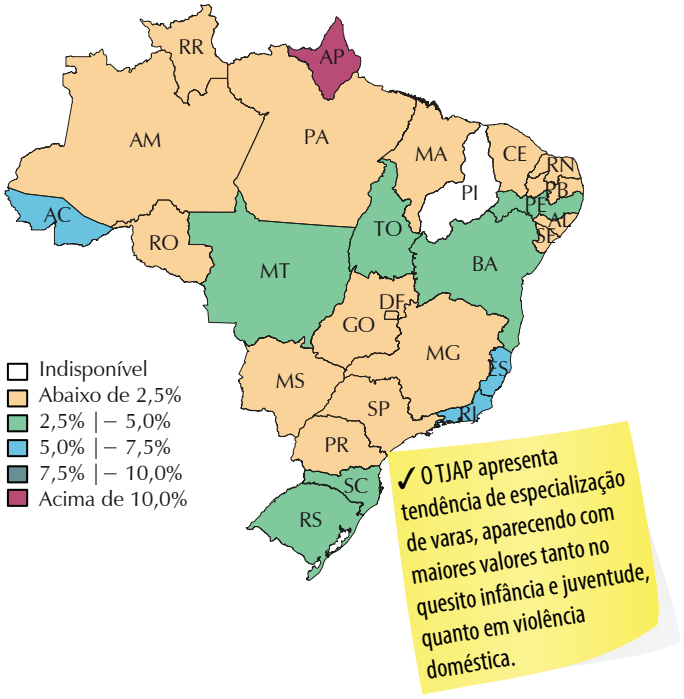
✓TJAC, TJMA, TJPR e TJSC apresentam alta demanda processual e baixa estrutura de Juizados.

As próximas figuras ilustram a tendência de especialização de varas nos quesitos infância, juventude, idoso e família e em relação às varas exclusivas para julgamento de processos relacionados à Lei Maria da Penha.

Existem no Judiciário nacional 156 varas exclusivas de infância e juventude e 75 varas de infância e juventude que acumulam competência com idoso e/ou família, o que representa 2,5% das unidades judiciárias instaladas com tal especialização. Alguns tribunais superam significativamente tal média, que é o caso do TJAP (13% das varas especializadas), TJES (7% das varas especializadas), TJRJ (6% das varas especializadas) e TJAC (5% das varas especializadas).

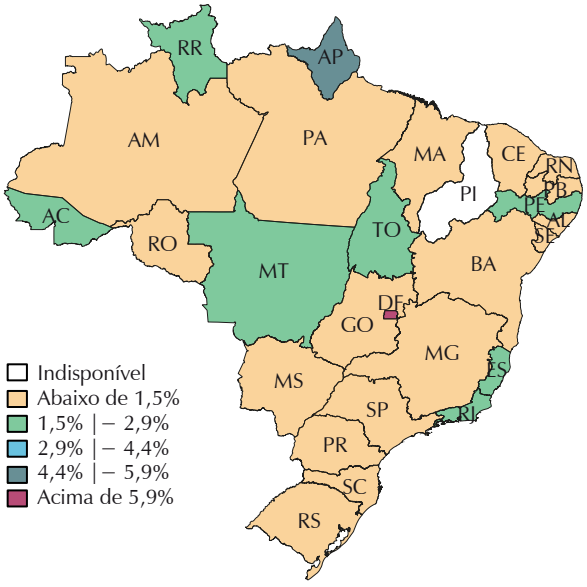
Estão instaladas 91 varas específicas para tratar feitos de violência doméstica, sendo que 14 delas estão concentradas no TJDFT, o que representa 7% do total das unidades do tribunal. O TJSP e o TJRJ dispõem de 10 varas com tal especialização, o que equivale a 0,6% e 1,8% de suas unidades judiciárias, respectivamente.

Figura 4.8 – Percentual de Unidades Judiciárias com Competência Exclusiva em Infância e Juventude ou em Infância e Juventude Cumulada com Idoso e Família



✓ O TJAP apresenta tendência de especialização de varas, aparecendo com maiores valores tanto no quesito infância e juventude, quanto em violência doméstica.

Figura 4.9 – Percentual de Unidades Judiciárias com Competência Exclusiva em Violência Doméstica

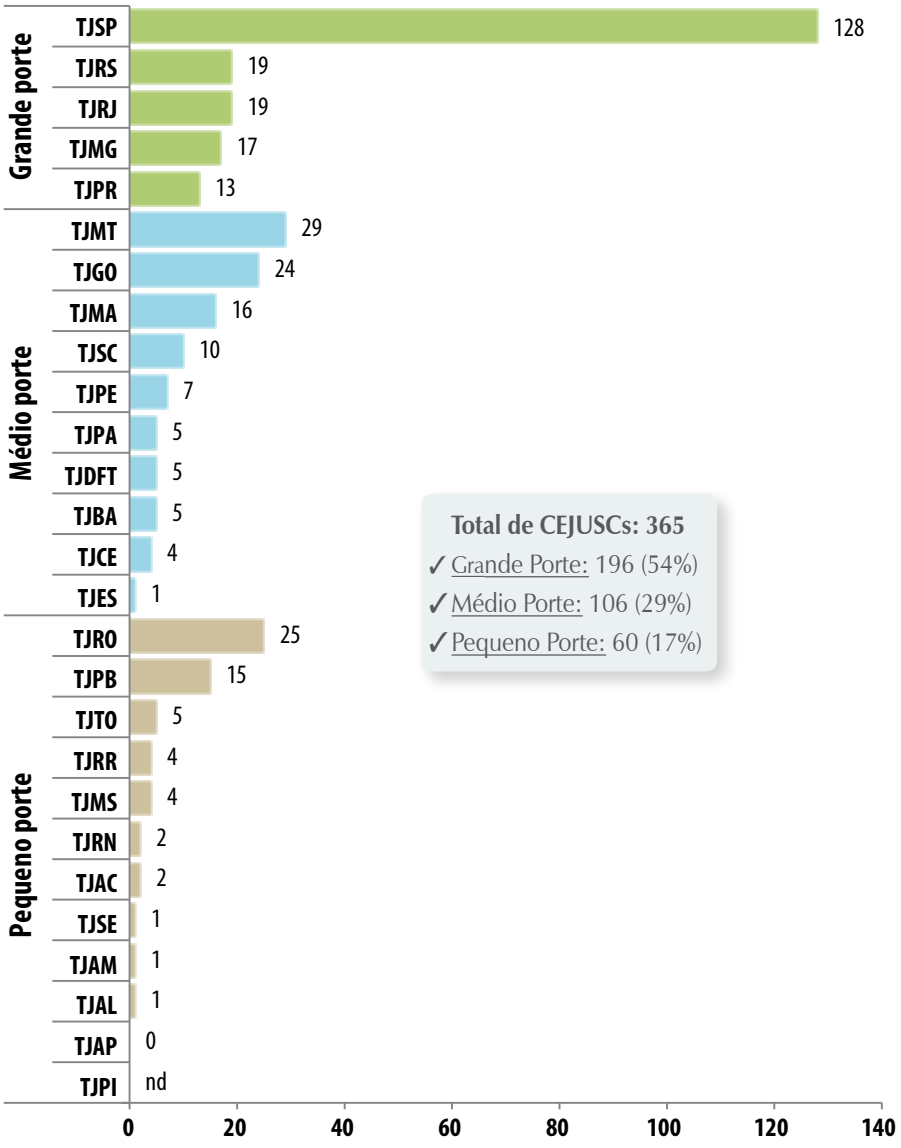


A Resolução CNJ 125, de 29 de novembro 2010, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário, instituiu os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, compostos por magistrados e servidores, com as atribuições de desenvolver, planejar, implementar, manter e aperfeiçoar ações voltadas ao cumprimento da política judiciária dos conflitos de interesse, entre outros. Em relação à estrutura para conciliação, ao final de 2014 a Justiça Estadual contava com 58 núcleos permanentes instalados. Cada tribunal da Justiça Estadual informou dispor de 1 núcleo, com exceção do TJPE e do TJAC que não possuem tal estrutura, e do TJCE e TJDFT que dispõem de 33 e de 2 núcleos respectivamente[1].

A resolução citada também instituiu os CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania -, que concentram a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores e dos órgãos por eles abrangidos. São ao todo 362 CEJUSCs, sendo 128 unidades instaladas apenas no estado de São Paulo (35%), conforme apresenta o Gráfico 4.4 a seguir.

1 Não está computado o TJPI, pois a informação não foi encaminhada.

Gráfico 4.4 – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), por Tribunal



4.3 Dados Globais da Justiça Estadual

Esta seção destina-se a apresentar um panorama global da Justiça Estadual, segmentado entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

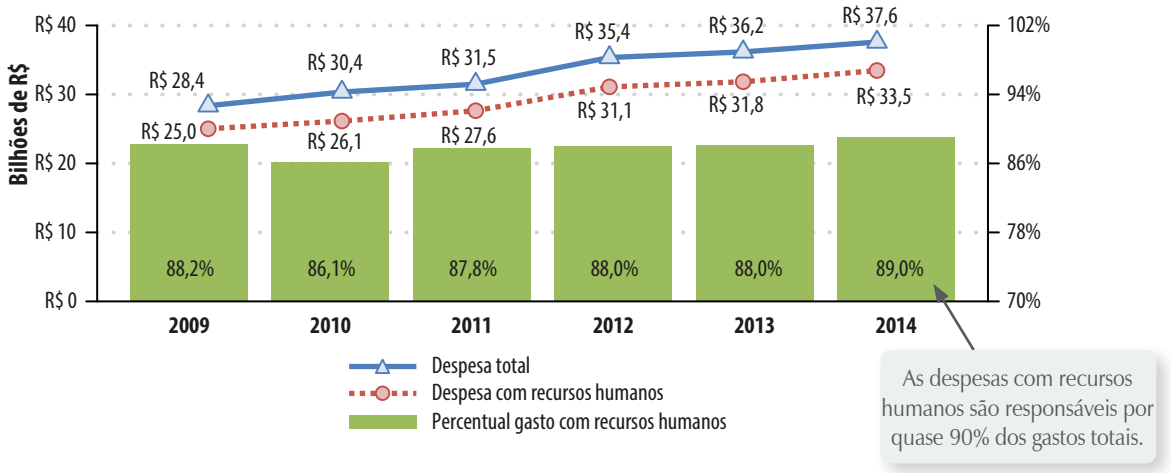
4.3.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais da Justiça Estadual somaram aproximadamente R$ 37,6 bilhões, o que representou um **crescimento de 4,0%** em relação ao ano de 2013, e de 32,6% no último sexênio[2]. Essa despesa equivale a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 5,2% dos gastos totais dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e a um custo pelo serviço de Justiça de **R$ 185 por habitante**. Os gastos com recursos humanos são responsáveis por 89% do orçamento total e compreendem, além da remuneração com magistrados, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos cresceu em 1 ponto percentual no último ano, tendo se mantido relativamente estável desde 2009 (à exceção do ano de 2010), conforme aponta o Gráfico 4.3.

Ao detalhar as despesas com recursos humanos, já que são responsáveis pela maior parte do orçamento dos tribunais, observa-se que 92% dos gastos destinam-se ao custeio de magistrados e servidores, ativos e inativos, abrangendo remuneração, proventos, pensões, encargos e benefícios. Além disto, 2,4% das despesas com recursos humanos referem-se a outras despesas indenizatórias. Apenas 5,7% referem-se às despesas com terceirizados e estagiários (Gráfico 4.6).

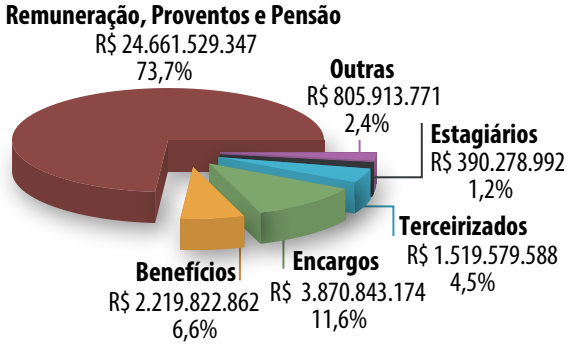
Apesar da expressiva despesa da Justiça Estadual, os cofres públicos receberam em decorrência da atividade jurisdicional durante o ano de 2014 cerca de R$ 14,3 bilhões, o que representou um retorno da ordem de 38% das despesas efetuadas. Computam-se nessa rubrica os recolhimentos com custas, incluindo as referentes à fase de execução, aos emolumentos e às eventuais taxas (R$ 8,3 bilhões, 58% da arrecadação), às receitas decorrentes do imposto *causa mortis* nos inventários/arrolamentos judiciais (R$ 3,6 bilhões, 25% da arrecadação) e às receitas transferidas aos cofres públicos em decorrência da atividade de execução fiscal (R$ 2,4 bilhões, 17% da arrecadação). Cabe esclarecer, todavia, que parte de tais arrecadações é realizada por atuação do judiciário para uma finalidade de cobrança do Poder Executivo, como ocorre, por exemplo, nos processos de execução fiscal e nos impostos *causa mortis*, que podem, inclusive, incorrer extrajudicialmente, em valores não computados neste relatório.

Gráfico 4.5 - Série Histórica das Despesas da Justiça Estadual



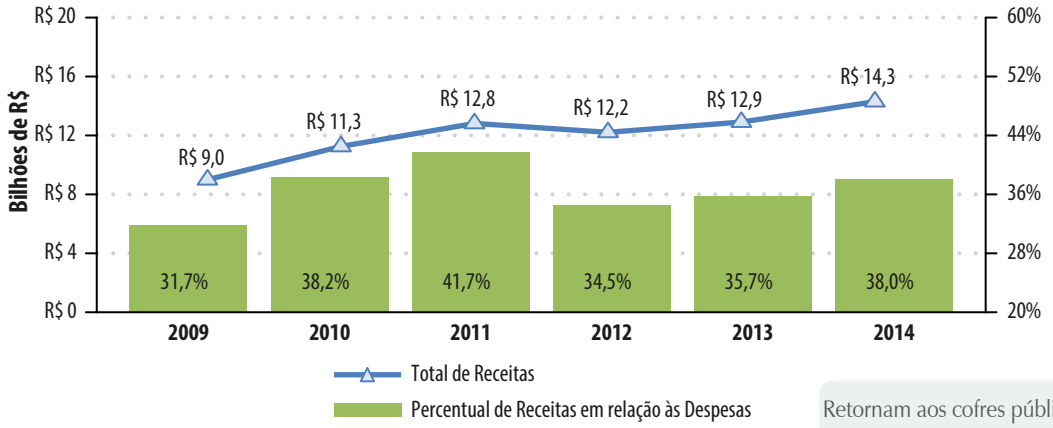
2 Todos os valores monetários de 2009 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 4.6 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Estadual



✓ Dentre as despesas com RH, 94,3% são efetuadas com magistrados e servidores (ativos e inativos). Apenas 5,7% destinam-se ao pagamento de terceirizados e estagiários.

Gráfico 4.7 – Arrecadações da Justiça Estadual



Retornam aos cofres públicos, por meio de arrecadações, 38% das despesas

4.3.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Magistrados, que abrangem os juízes de direito e os desembargadores;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados e os cedidos de outros órgãos, pertencentes ou não à estrutura do Poder Judiciário, além dos comissionados sem vínculo efetivo. Excluem-se os servidores do quadro efetivo que estão requisitados ou cedidos para outros órgãos;

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados, os estagiários, os juízes leigos e os conciliadores.

Em 2014, a Justiça Estadual contou com a atuação de **11.631 magistrados**. Ao final do ano, eram 12.077 cargos de magistrados providos e 446 magistrados afastados da jurisdição, sendo que tais afastamentos podem ocorrer em razão de licenças, convocações para instância superior, entre outras. Cumpre informar que existem, criados por lei, 15.878 cargos de magistrados na Justiça Estadual, com a existência de **23,9% de cargos vagos** (Gráfico 4.8). Desde 2009, o número de magistrados na Justiça Estadual tem se mantido constante, com um tênue crescimento de 2,7% em todo o período.

Do total de magistrados (11.631), 86% são juízes de direito (9.993), 13% são desembargadores (1.496) e 1% são juízes substitutos de 2º grau (142). É interessante ainda constatar que os cargos vagos são basicamente de juízes de direito, pois, ao passo que no segundo grau existem 39 cargos de desembargadores criados por lei e não providos (2,3%), no primeiro grau tem-se 3.762 (26,5%).

Em relação aos servidores, ao final de 2014, a Justiça Estadual possuía uma equipe de **179.711 servidores**, sendo 157.746 do quadro efetivo que, excluídos os 1.200 que estavam requisitados e cedidos para outros órgãos, resultou em uma força de trabalho de 156.546 efetivos (87,1%). Somem-se, ainda, à equipe, 9.048 requisitados e cedidos de outros órgãos (5,0%) e 14.117 comis-

sionados sem vínculo efetivo (7,9%). Cumpre informar a existência de **37.165 cargos criados por lei e ainda não providos**, que representam **24% dos cargos efetivos existentes**, percentual que apresenta leve redução desde 2011 (Gráfico 4.11).

São 148.436 os servidores lotados na área judiciária, que retém 82,6% da força de trabalho, restando 17,4% na área administrativa. Dentre os que atuam diretamente com a tramitação do processo, 129.921 (87,5%) estão no primeiro grau de jurisdição, incluindo juizados especiais e turmas recursais (Gráfico 4.12), onde também estão 88,5% dos processos ingressados e 97,0% do acervo processual.

Por fim, a Justiça Estadual conta, ainda, com o apoio de **92.048 trabalhadores auxiliares**, que se dividem entre 41.105 terceirizados (44,7%), 42.716 estagiários (46,4%), 6.427 conciliadores (7,0%) e 1.800 juízes leigos (2,0%). Esse tipo de contratação tem crescido e chegou a acumular uma variação de 46,3% no sexênio, mas de apenas 1,8% entre 2013 e 2014. Estas variações foram devidas, principalmente, ao crescimento tanto na contratação de estagiários quanto na de terceirizados.

Figura 4.10 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Estadual

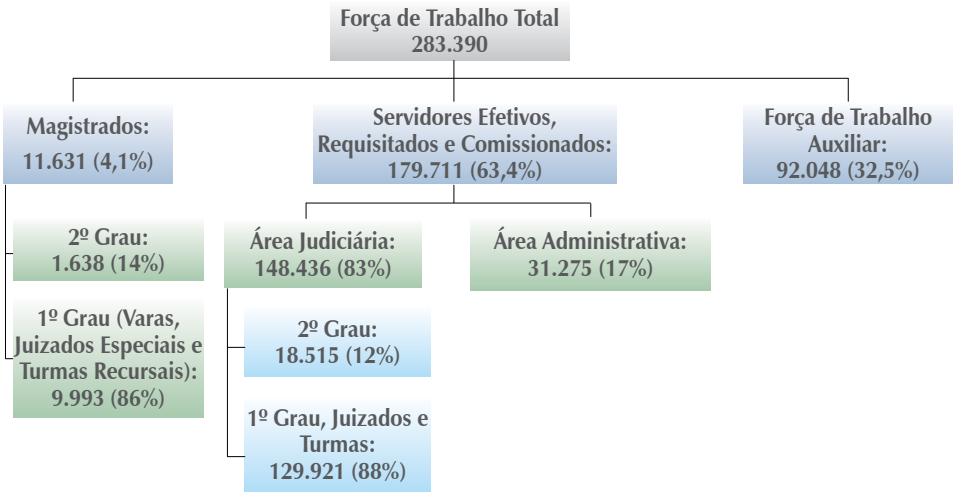
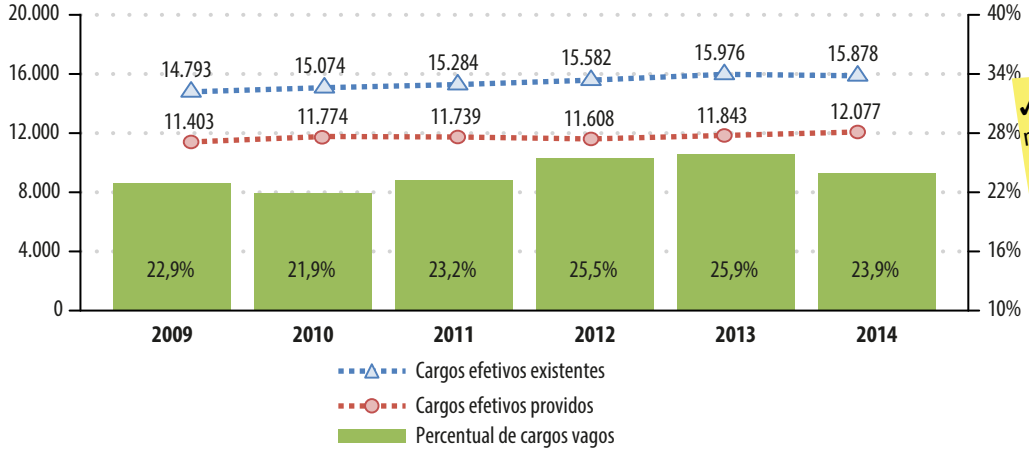


Gráfico 4.8 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Estadual



✓ Dos 15.878 cargos de magistrados existentes ao final de 2014, 11.631 estavam em efetiva atividade, 446 estavam afastados da jurisdição e 3.801 estavam vagos.

Gráfico 4.9 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Estadual

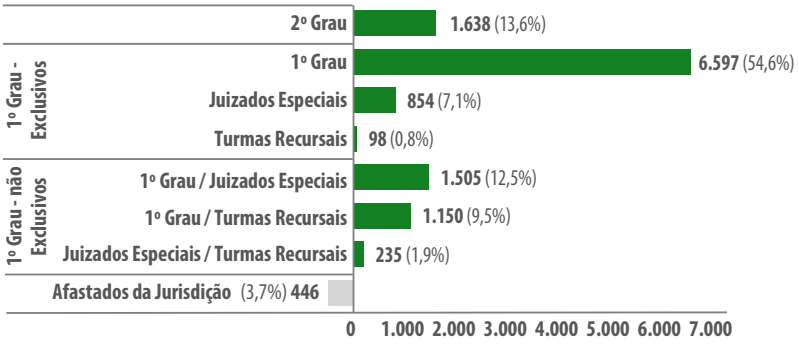


Gráfico 4.10 - Cargos de Magistrado Providos por Grau de Jurisdição

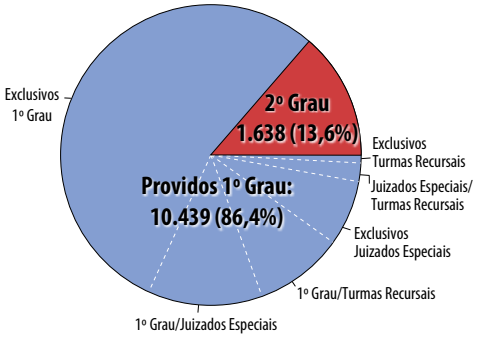


Gráfico 4.11 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Estadual

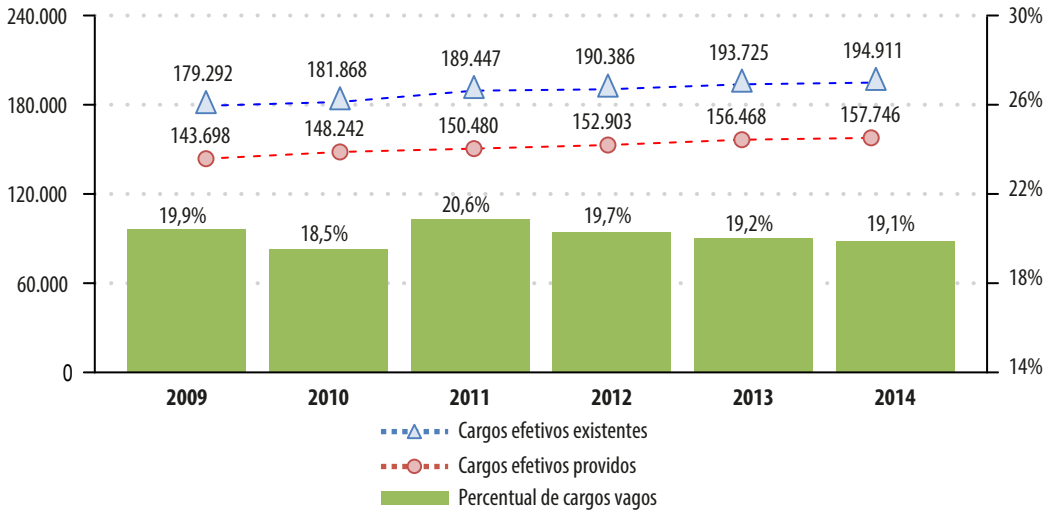


Gráfico 4.12 - Lotação dos Servidores

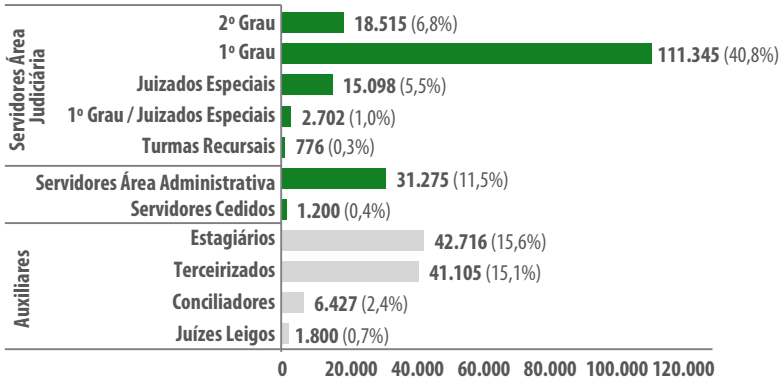
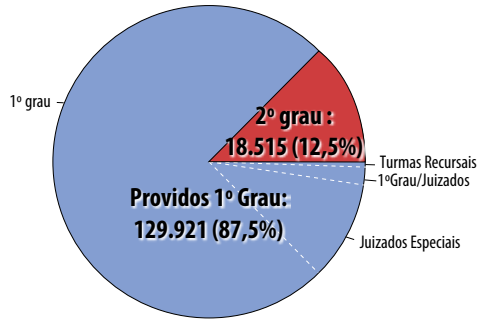


Gráfico 4.13 – Servidores da Área Judiciária por Grau de Jurisdição



4.3.3 Litigiosidade

Em 2014, a Justiça Estadual iniciou com um **estoque de 57,2 milhões de processos**. Mesmo com crescimento da produtividade dos magistrados (variação de 0,6% no IPM[3]) e dos servidores (variação de 1,6% no IPS-Jud[4]), estima-se que ao final de 2014 o estoque ainda cresça em 0,5%. Isso porque, mesmo com aumento de 2,6% no total de processos baixados, que atingiu cerca de 19,9 milhões de processos em 2014, não foi possível dar vazão equivalente à de processos ingressados, que foi de 20,1 milhões no último ano. A demanda de casos novos apresentou uma queda de 2,0% em relação a 2013, comportamento inverso ao observado no período 2009-2013, quando houve um aumento de 15,6% no total de casos novos. Esse comportamento ocasionou impacto positivo de 4,4 p.p. no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), aferido em 99%, e influenciou a manutenção da taxa de congestionamento da Justiça Estadual em 74,2%.

O Gráfico 4.14 apresenta a série histórica da movimentação processual da Justiça Estadual e permite visualizar o aumento do seu acervo processual, pois os casos pendentes (57,2 milhões) crescem continuamente desde 2009 e, atualmente, equivalem a quase o triplo dos casos novos (20,1 milhões) e dos processos baixados (19,9 milhões). Dessa forma, mesmo que o Poder Judiciário fosse paralisado sem ingresso de novas demandas, com a atual produtividade de magistrados e servidores seriam necessários quase 3 anos de trabalho para zerar o estoque. Como historicamente o índice de atendimento à demanda não supera 100%, ou seja, a entrada de processos é superior à saída, a tendência é de crescimento do acervo. Além disso, apesar do aumento de 9,2% no total de processos baixados no período 2009-2014, os casos novos cresceram em 13,3%, o que contribuiu para o acúmulo do estoque de processos.

Quanto ao Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) e ao Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud), constata-se que ocorreram sutis elevações em ambos os indicadores no último ano, na ordem de 0,6% e 1,6%, respectivamente. Em média, cada magistrado baixou o equivalente a 1.715 processos, sendo 1.299 na fase de conhecimento e 448 na fase de execução. Os servidores, por sua vez, baixaram em média 134 processos, sendo 100 na fase de conhecimento e 34 na fase de execução.

Apesar de 18 dos 27 tribunais (67%) conseguirem um Índice de Atendimento à Demanda (IAD) superior ao patamar de 100%, no consolidado, a Justiça Estadual como um todo ainda baixou menos processos do que a quantidade ingressada nos tribunais (IAD de 99%), o que contribui para o frequente aumento do estoque que tem sido observado ano após ano. Isso ocorre porque, mesmo com a maioria das cortes conseguindo dar vazão aos casos novos e parte do estoque, este mesmo feito não foi alcançado em três dos cinco tribunais de grande porte (TJMG com 88%, TJRS com 90% e TJSP com 92%), os quais, juntos detêm quase a metade dos casos novos e dos casos pendentes da Justiça.

Por outro lado, ao analisar apenas os processos de conhecimento de varas e juizados especiais, tem-se que o IAD (Índice de Atendimento à Demanda) nesta fase é de 106,3% ante 85,6% alcançado na fase de execução. Na taxa de congestionamento, a diferença entre as duas fases alcança 21 pontos percentuais (p.p), com índice de 65,8% no conhecimento e de 87,3% na execução. Assim, verifica-se que o maior gargalo da litigiosidade está na fase de execução, que abrange 51,8% do acervo. Enquanto estes processos permanecerem pendentes, o jurisdicionado não terá sua demanda atendida pela Justiça. Em virtude da relevância dessa fase processual, esse assunto será tratado mais adiante em seção específica.

3 Índice de Produtividade dos Magistrados calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de magistrados em atividade.

4 Índice de Produtividade dos Servidores calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de servidores da área judiciária.

Gráfico 4.14 – Série Histórica da Movimentação Processual

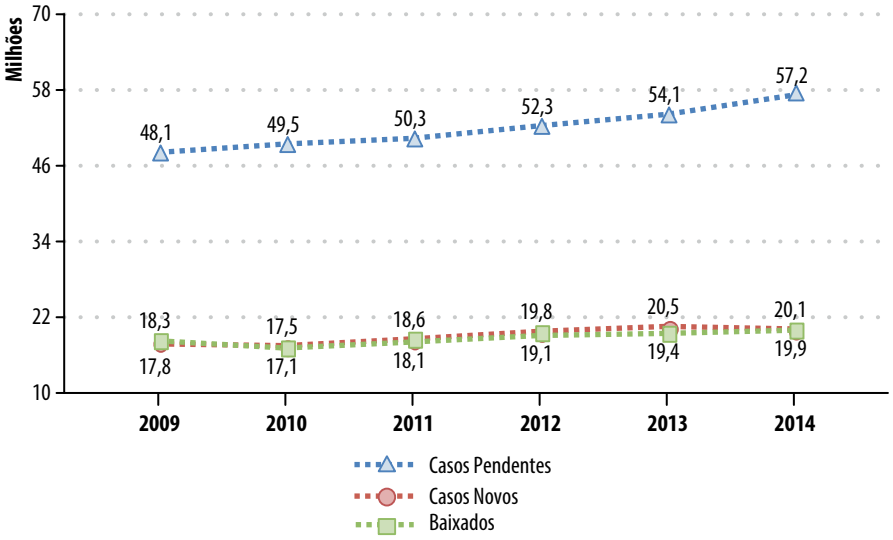
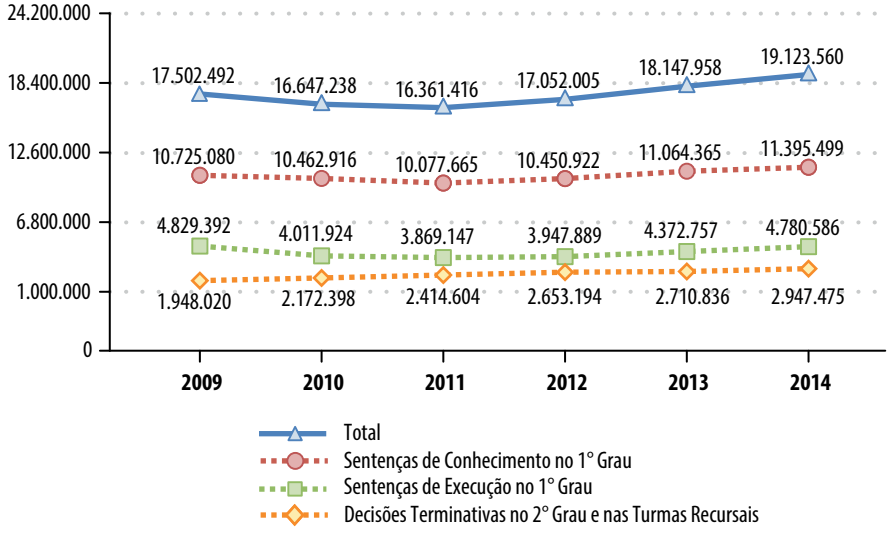


Gráfico 4.15 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões



4.4 Justiça Digital

O indicador de casos novos eletrônicos é calculado considerando-se o total de casos novos ingressados eletronicamente em relação ao total de casos novos físicos e eletrônicos e desconsiderando as execuções judiciais iniciadas.

O Brasil caminha a passos largos no cenário mundial como precursor na virtualização dos processos. Conforme pode ser observado no Gráfico 4.17, o percentual de casos novos eletrônicos tem aumentado gradativamente desde o ano de 2009 na Justiça Estadual, tanto no âmbito do 1º quanto no do 2º grau. Cerca de 35,2% dos casos novos de 2014 ingressaram eletronicamente, o que implica o universo de 6,5 milhões de processos. Destaca-se o Tribunal de Justiça do Tocantins, por ser o único com índice de 100% de virtualização tanto no 1º quanto no 2º grau, tendo, ainda, atingido esse percentual desde 2013.

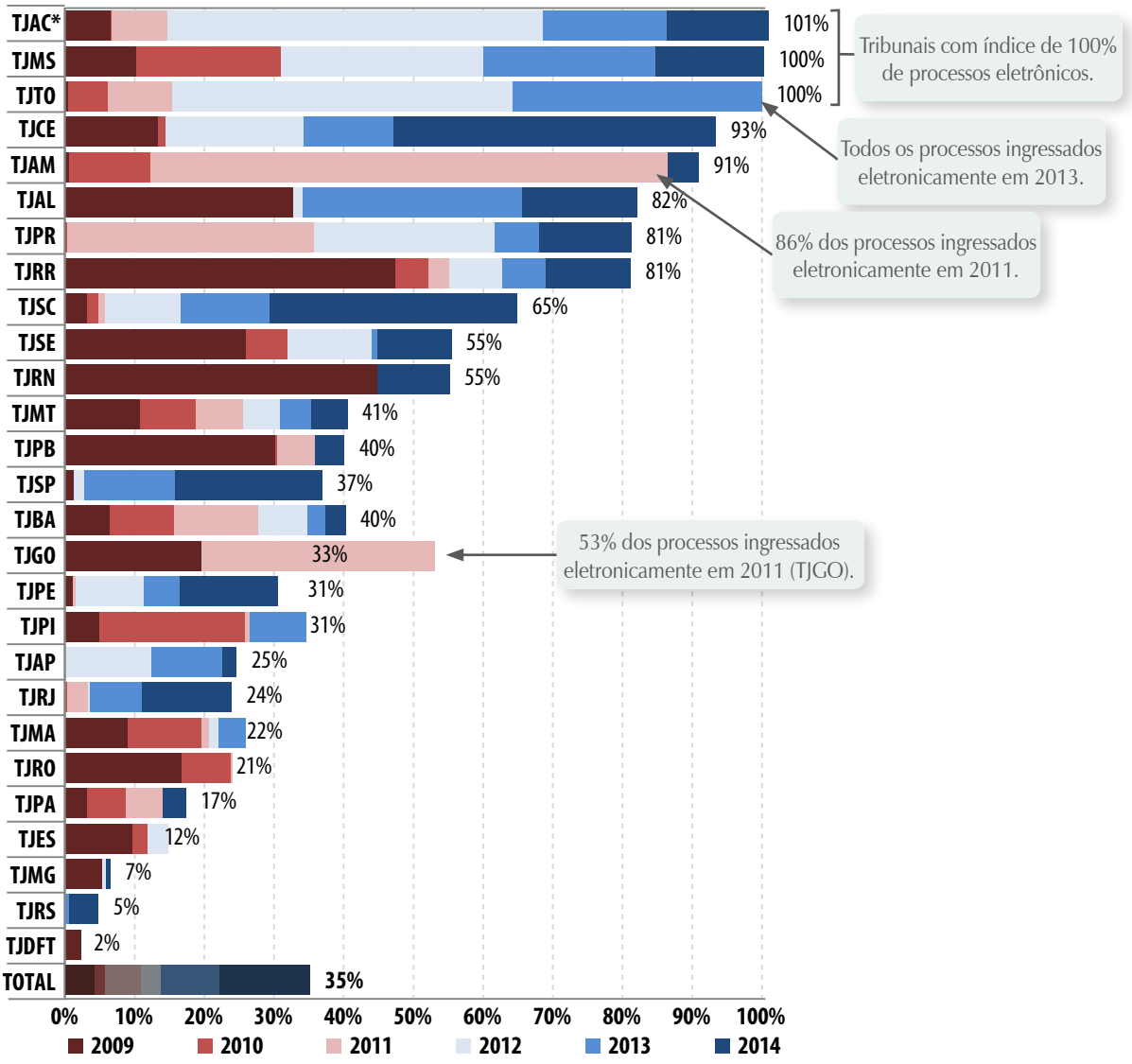
Interessante notar que parece existir uma relação inversa entre a implantação de processos novos eletrônicos e o porte do tribunal, pois em geral, tribunais de menor porte obtiveram maiores índices. Tal relação pode ser explicada considerando-se os custos de transição do processo convencional para o modelo de implantação desse novo tipo de processo.

Com o advento das Tabelas Processuais Unificadas (TPU), instituída pela Resolução CNJ 46/2007, os códigos de classe, assunto e movimentos foram padronizados nacionalmente, sendo este o primeiro passo para viabilizar a criação de um sistema único de informações. Dessa forma, em junho de 2011, o CNJ, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lançou o sistema PJe – Processo Judicial eletrônico. Trata-se de ferramenta gratuita disponibilizada a todos os tribunais brasileiros, capaz de permitir a tramitação e acompanhamento processual, independentemente do ramo de justiça. Por meio da Resolução CNJ 185, de 18 de dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça instituiu formalmente o sistema PJe e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e seu funcionamento. A referida resolução determinou, ainda, que todos os tribunais constituíssem comitês gestores, com plano e cronograma de implantação do PJe.

Por fim, além de fornecer as regras (TPUs) e o sistema (PJe) necessários para uma Justiça informatizada e uniforme, anualmente, o CNJ produz e publica um diagnóstico completo sobre a gestão dos tribunais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, no qual cada tribunal recebe uma classificação, cujo nível pode ser atribuído como crítico, baixo, médio, satisfatório, aprimorado e excelência[5].

5 O diagnóstico completo sobre a Tecnologia da Informação e Comunicação dos Tribunais encontra-se disponível em http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/459-rodape/acoes-e-programas/comite-de-gestao-de-tic.

Gráfico 4.16 – Evolução do Percentual de Casos Novos Eletrônicos



(*) TJAC: dado inconsistente, informou mais casos novos eletrônicos do que o total de casos novos.

Gráfico 4.17 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça Estadual

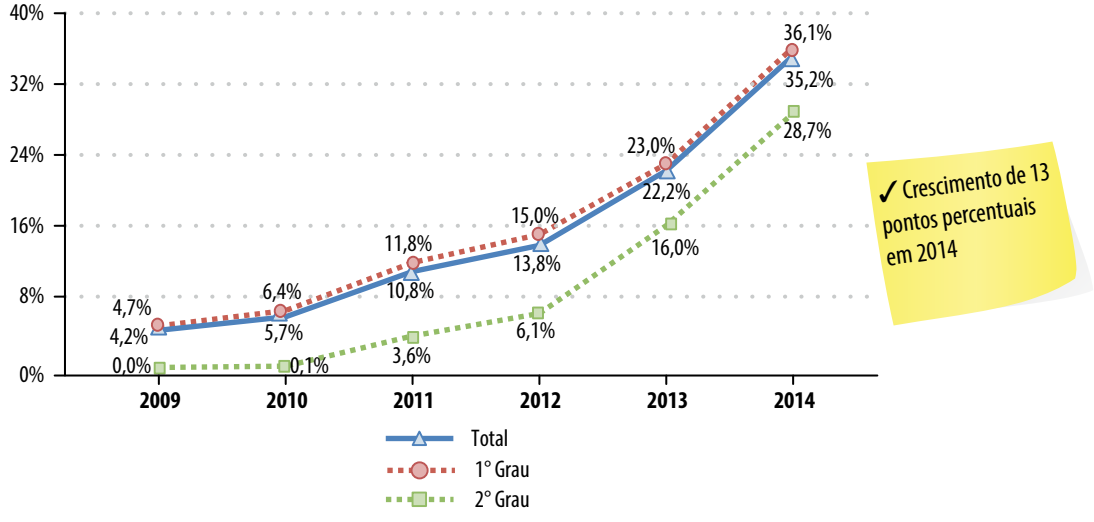
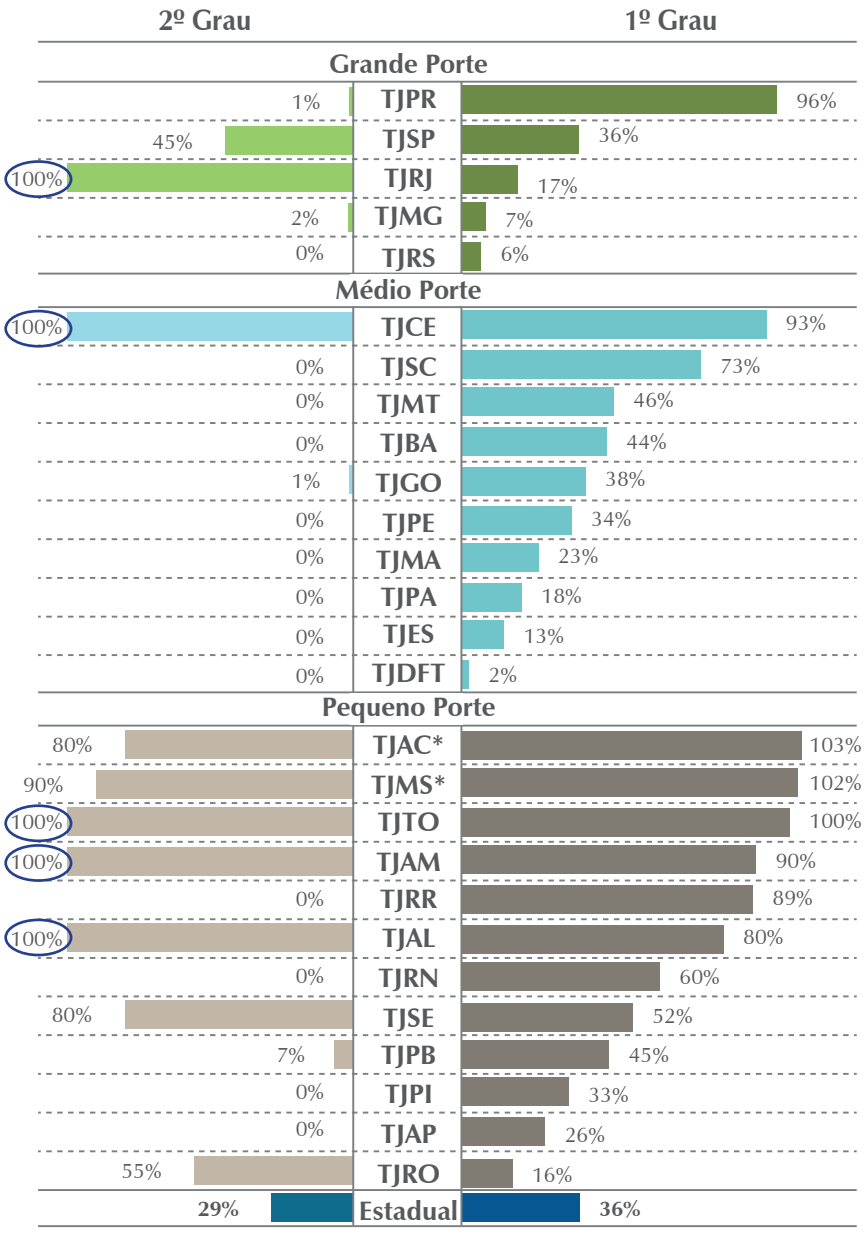


Gráfico 4.18 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos por Instância



(*) TJAC e TJMS: dados inconsistentes, informaram mais casos novos eletrônicos do que o total de casos novos.

4.5 Análise Comparativa dos Indicadores da 1ª e 2ª Instâncias

Uma das linhas de atuação do Conselho Nacional de Justiça refere-se à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ 194, de 26 de maio de 2014, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância dos tribunais brasileiros. Na mesma linha de atuação, a Resolução CNJ 195, de 3 de junho de 2014, determinou que a distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus fosse proporcional à demanda e ao acervo processual.

Esta seção tem como objetivo central compreender o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis na Justiça Estadual, trazendo análises sobre os principais indicadores de desempenho, segmentados de acordo com o porte de cada tribunal, comparando-se os resultados do 1º e do 2º graus. Também é apresentado, para cada indicador, um gráfico da série histórica do consolidado da Justiça Estadual, dividido por grau de jurisdição.

Diante de tais dados, espera-se compreender como os recursos humanos estão distribuídos nos tribunais, e ainda, como tal organização impacta os resultados globais.

Para fins de consolidação, considerou-se como primeiro grau a soma do juízo comum, dos juizados especiais e das turmas recursais. Os seguintes indicadores serão analisados:

- **Casos Novos por Magistrado:** indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de magistrados em atuação, não sendo computadas as execuções judiciais.
- **Casos Novos por Servidor:** indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de servidores da área judiciária em atuação, não sendo computadas as execuções judiciais.
- **Carga de Trabalho por Magistrado:** este indicador computa a média de efetivo trabalho de cada magistrado durante o ano de 2014. É calculado pela soma dos casos novos, dos casos pendentes (inicial), dos recursos internos novos, dos recursos internos pendentes (inicial), dos incidentes em execução novos e dos incidentes em execução pendentes (inicial). Após, divide-se pelo número de magistrados em atuação. Cabe esclarecer que na carga de trabalho todos os processos são considerados, inclusive as execuções judiciais[6].
- **Carga de Trabalho por Servidor:** mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores da área judiciária.
- **IPM – Índice de Produtividade dos Magistrados:** indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.
- **IPS-Jud – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária:** indicador que computa a média de processos baixados por servidor da área judiciária.
- **IAD – Índice de Atendimento à Demanda:** verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- **Taxa de Congestionamento:** indicador que compara o que não foi baixado com o que tramitou durante o ano-base (soma dos casos novos e dos casos pendentes iniciais).

Para as análises subsequentes é importante ressaltar que 88,5% dos processos ingressados e 97% do acervo processual encontram-se no primeiro grau, conforme demonstrado no Gráfico 4.19.

Os gráficos que serão apresentados adiante demonstram que, de forma global, o primeiro grau de jurisdição possui maior carga de trabalho, maior taxa de congestionamento, maiores índices de produtividade dos magistrados e dos servidores, além de possuir melhor índice de atendimento à demanda (IAD) do que aqueles observados no 2º grau. Isso significa que, apesar de os magistrados e servidores lotados neste grau de jurisdição produzirem mais e de possuírem maior carga de trabalho, tal esforço produtivo não

6 Ao contrário dos casos novos por magistrado, que somente as execuções extrajudiciais e casos novos de conhecimento são computados.

tem sido suficiente para desafogar este grau de jurisdição, pois a taxa de congestionamento permanece em altos patamares (em torno de 75%) desde 2010, sem qualquer tendência de queda ou crescimento.

Ao analisar cada um dos tribunais que compõem a Justiça Estadual, é oportuno esclarecer que existem diversidades e, portanto, comportamentos distintos são observados, conforme os resultados a seguir demonstrados.

Dentre os tribunais de grande porte, nota-se que o TJRJ alcançou altos índices de carga de trabalho, de casos novos por magistrado e de produtividade do magistrado em 1º grau, com significativas variações em relação a seus mesmos indicadores de 2º grau. Não obstante a elevada produtividade, o TJRJ apresenta alta taxa de congestionamento de 1º grau (81%) e relativamente baixa no 2º grau (32%). Há de se destacar, ainda, que o primeiro grau do TJRJ possui 99% de seu acervo processual, 92% de seus casos novos e 89% de seus servidores da área judiciária.

No médio porte está a maior discrepância em relação à distribuição dos servidores, pois, enquanto no TJMT apenas 6% dos servidores da área judiciária estão no 2º grau (com 94% no 1º grau), no TJDFT esse percentual atinge 19% no 2º grau, com 81% lotados em primeiro grau. O TJDFT e o TJPI são os tribunais com menor índice de equalização da força de trabalho em relação aos casos novos.

Quanto aos tribunais de pequeno porte, chamam atenção os Tribunais de Justiça dos estados de Sergipe e Mato Grosso do Sul, ambos com índices de produtividade de 2º grau superiores aos de 1º grau. Estes mesmos tribunais estão entre os que apresentaram maiores distorções da taxa de congestionamento, com uma diferença que supera a marca dos 50 pontos percentuais (p.p) entre as duas instâncias. O índice de atendimento à demanda de Sergipe no 2º grau (157%) é o maior dos índices de todos estados, considerados ambos os graus de jurisdição. Interessante complementar que o TJMS é um dos poucos tribunais que possuem proporção de casos novos no primeiro grau (85%) menor que a proporção de servidores (88%).

Gráfico 4.19 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º Grau x 1º Grau

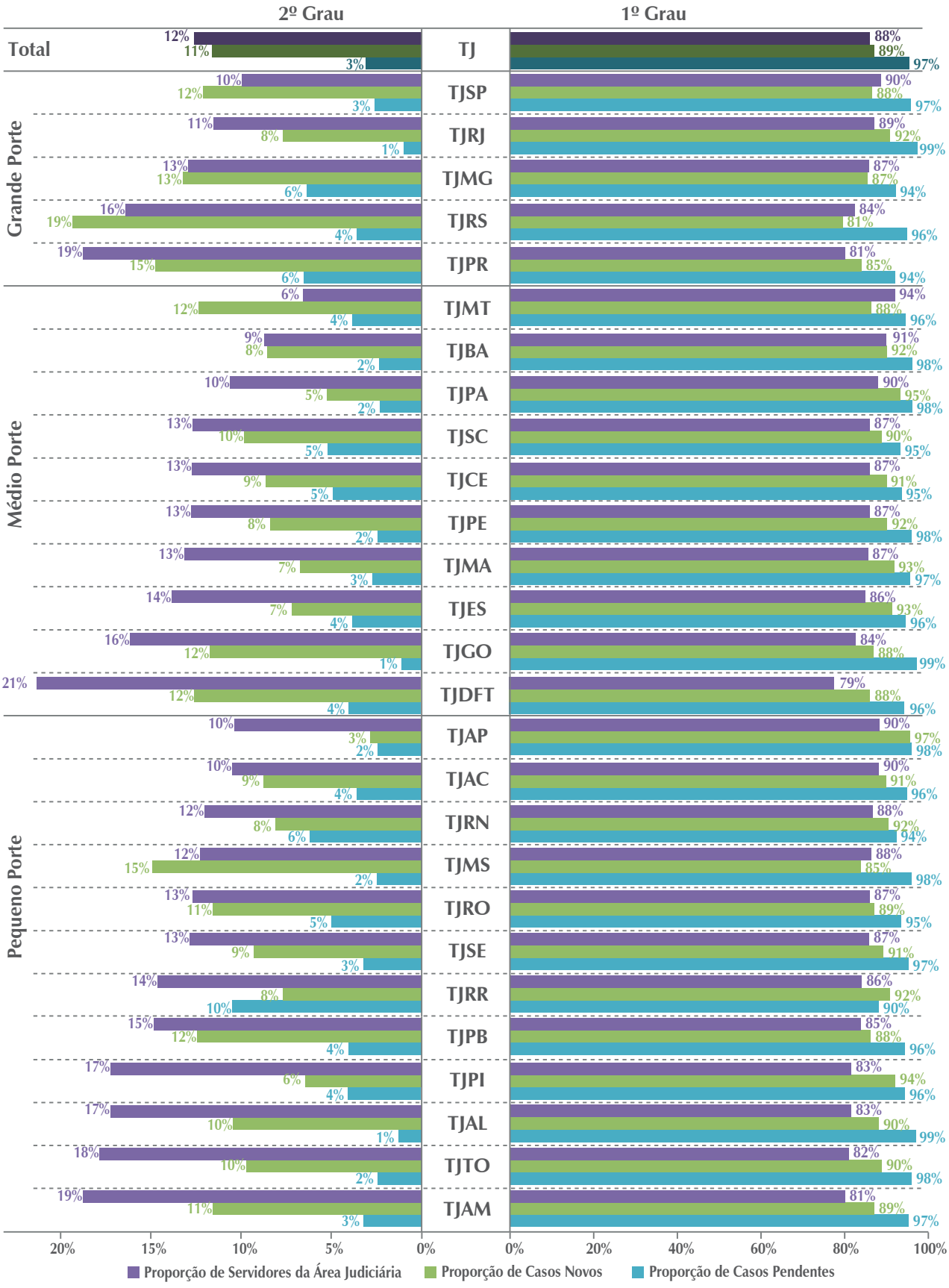


Gráfico 4.20 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Estadual

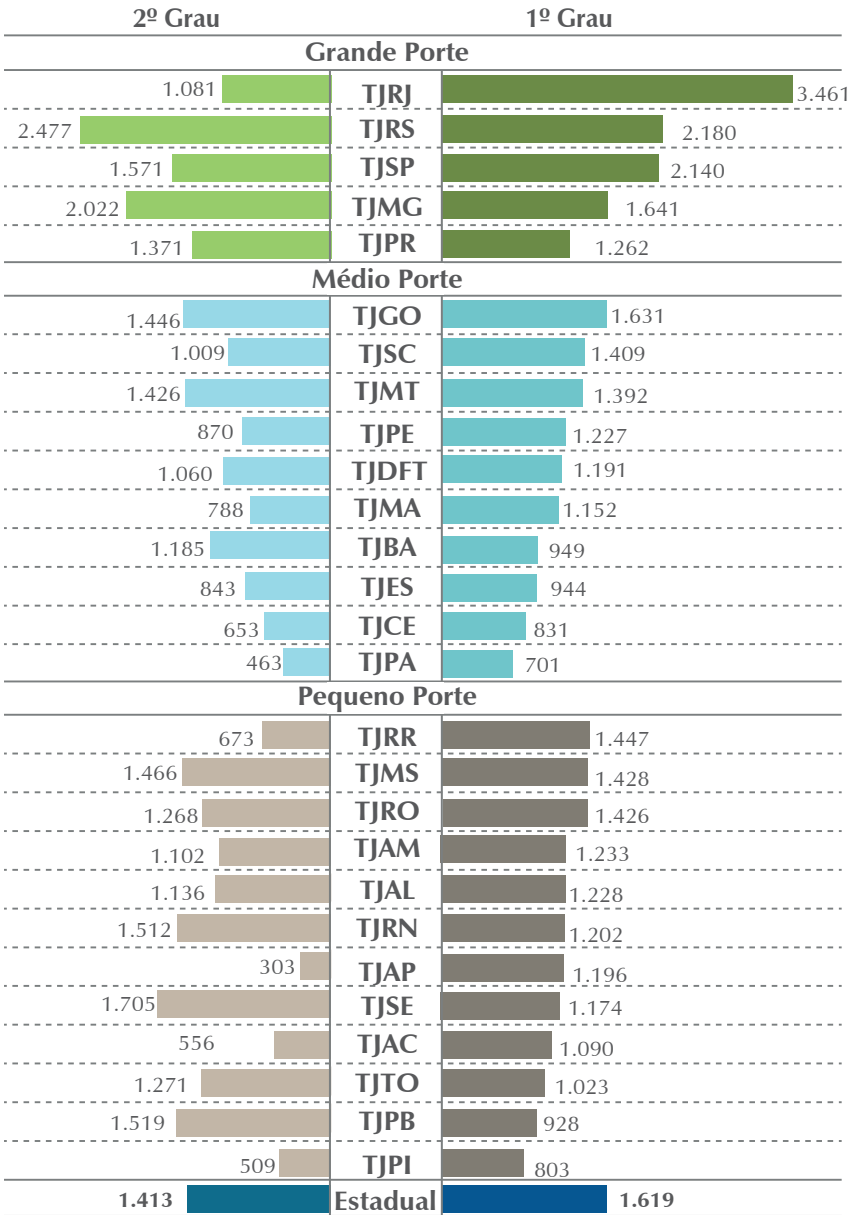


Gráfico 4.21 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Estadual

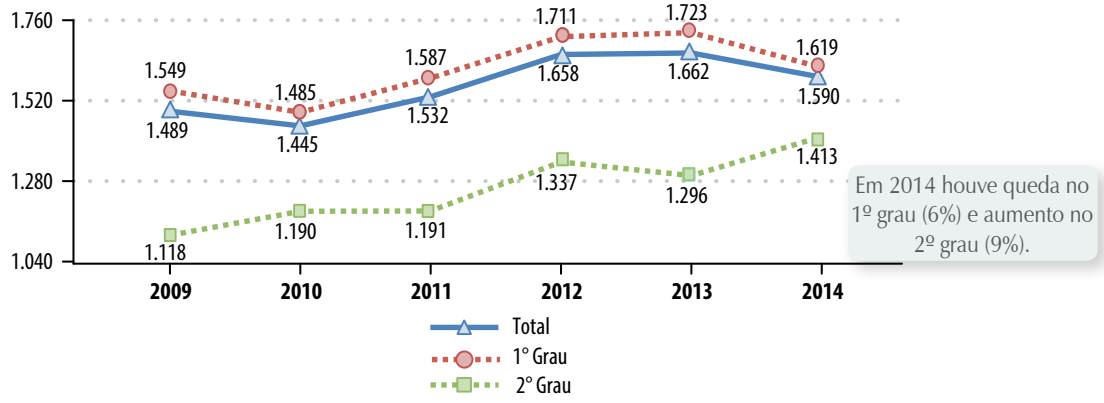
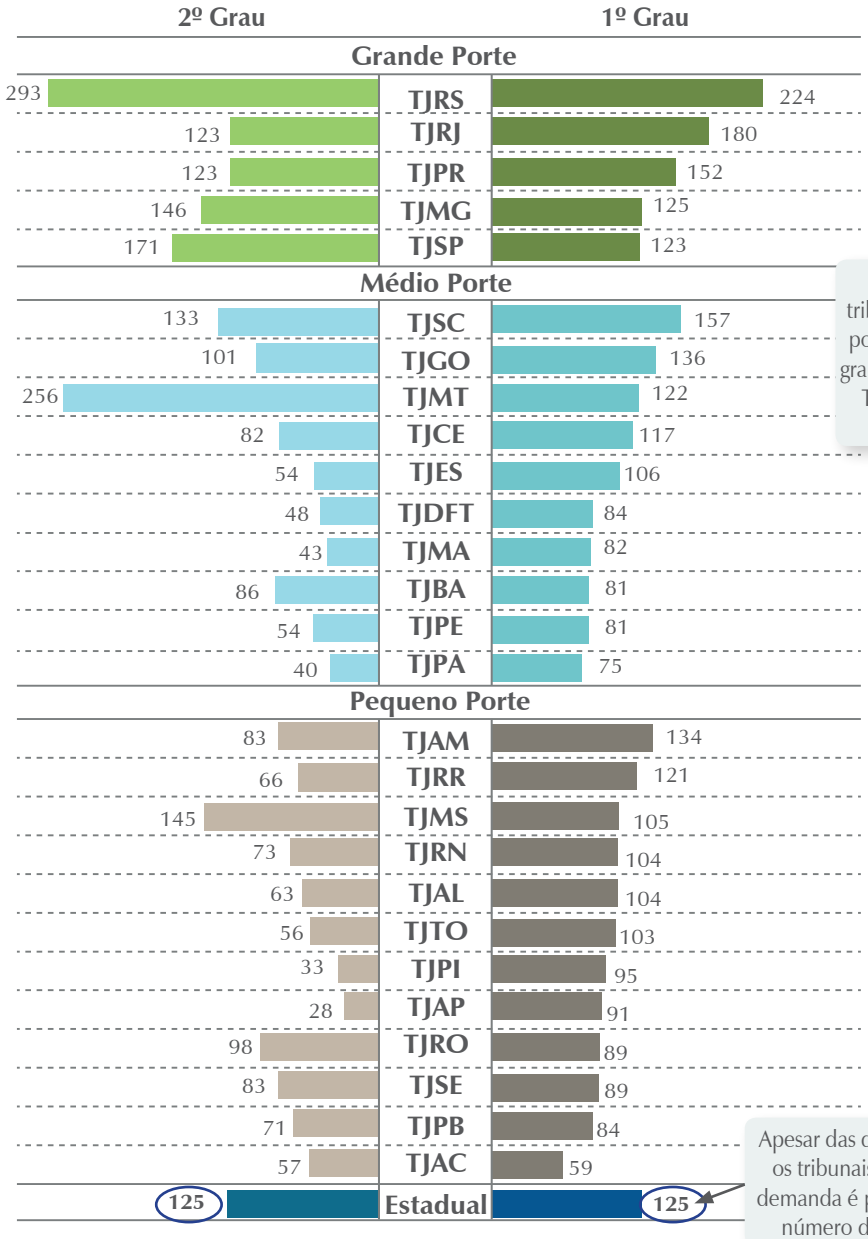


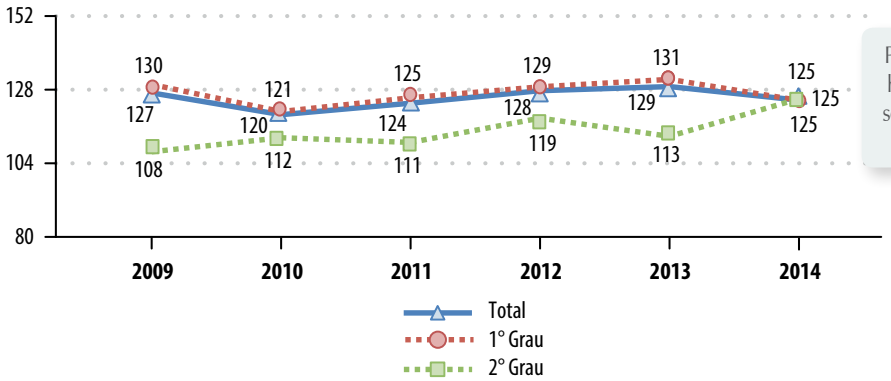
Gráfico 4.22 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual



Apenas em 7 dos 27 tribunais (26%) a demanda por servidor é maior no 2º grau do que no 1º. São eles: TJRS, TJSP, TJMG, TJBA, TJMT, TJMS e TJRO.

Apesar das diferenças entre os tribunais, na média, a demanda é proporcional ao número de servidores.

Gráfico 4.23 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual



Pela primeira vez na série histórica, a demanda por servidor foi igualada entre instâncias.

Gráfico 4.24 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Estadual

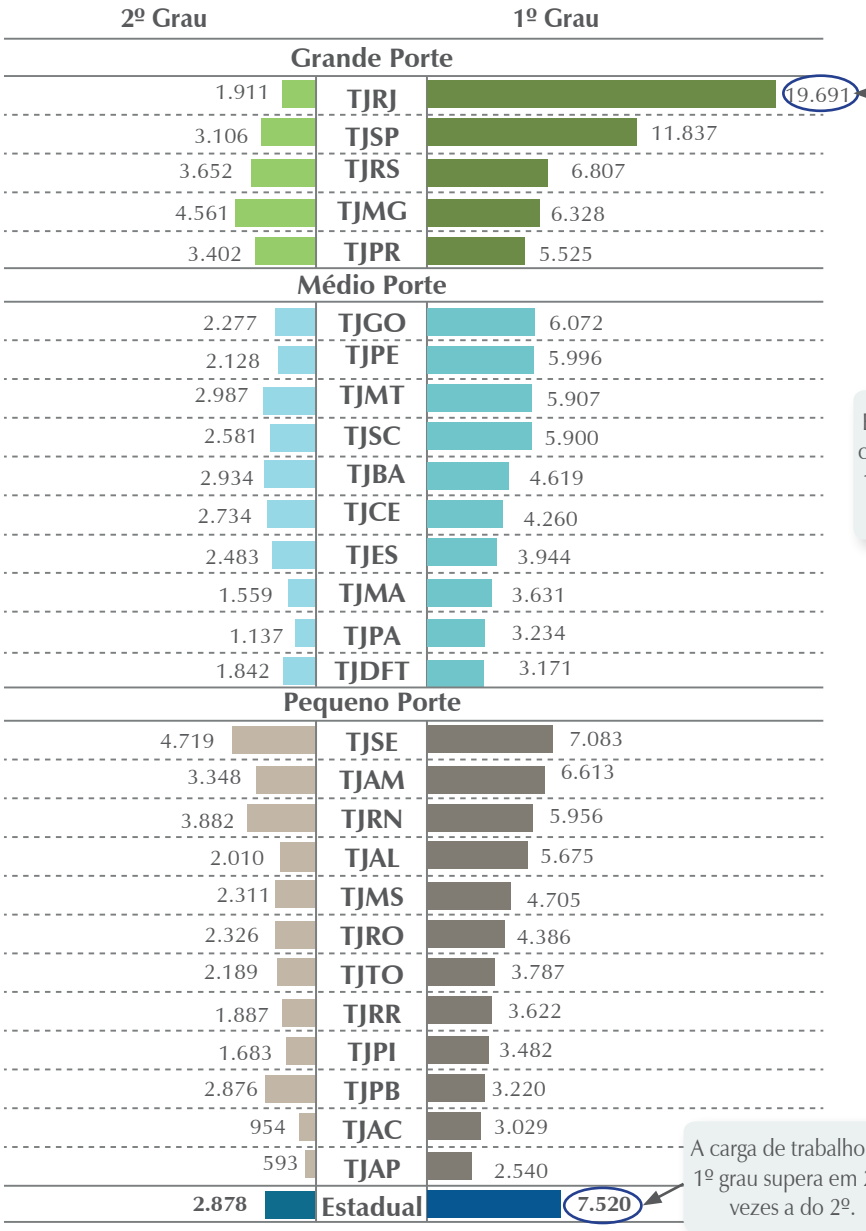


Gráfico 4.25 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Estadual

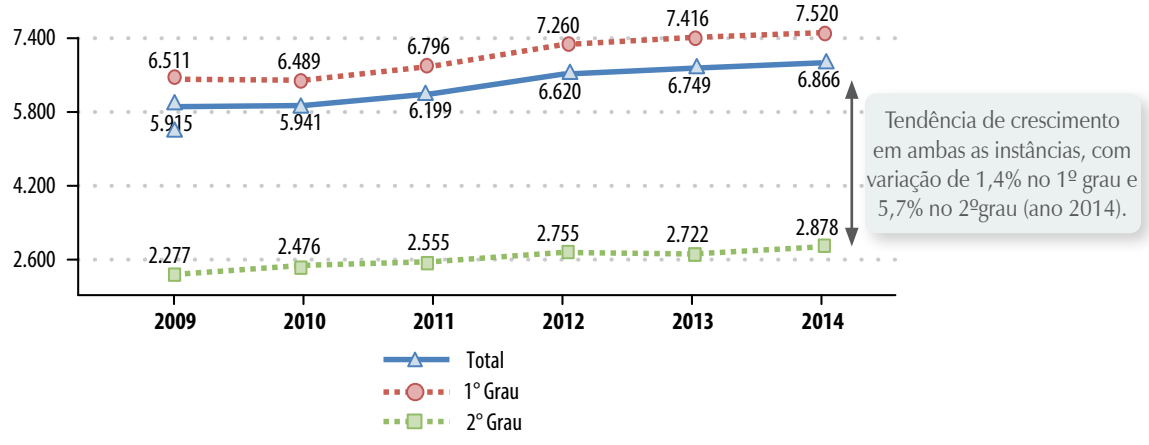
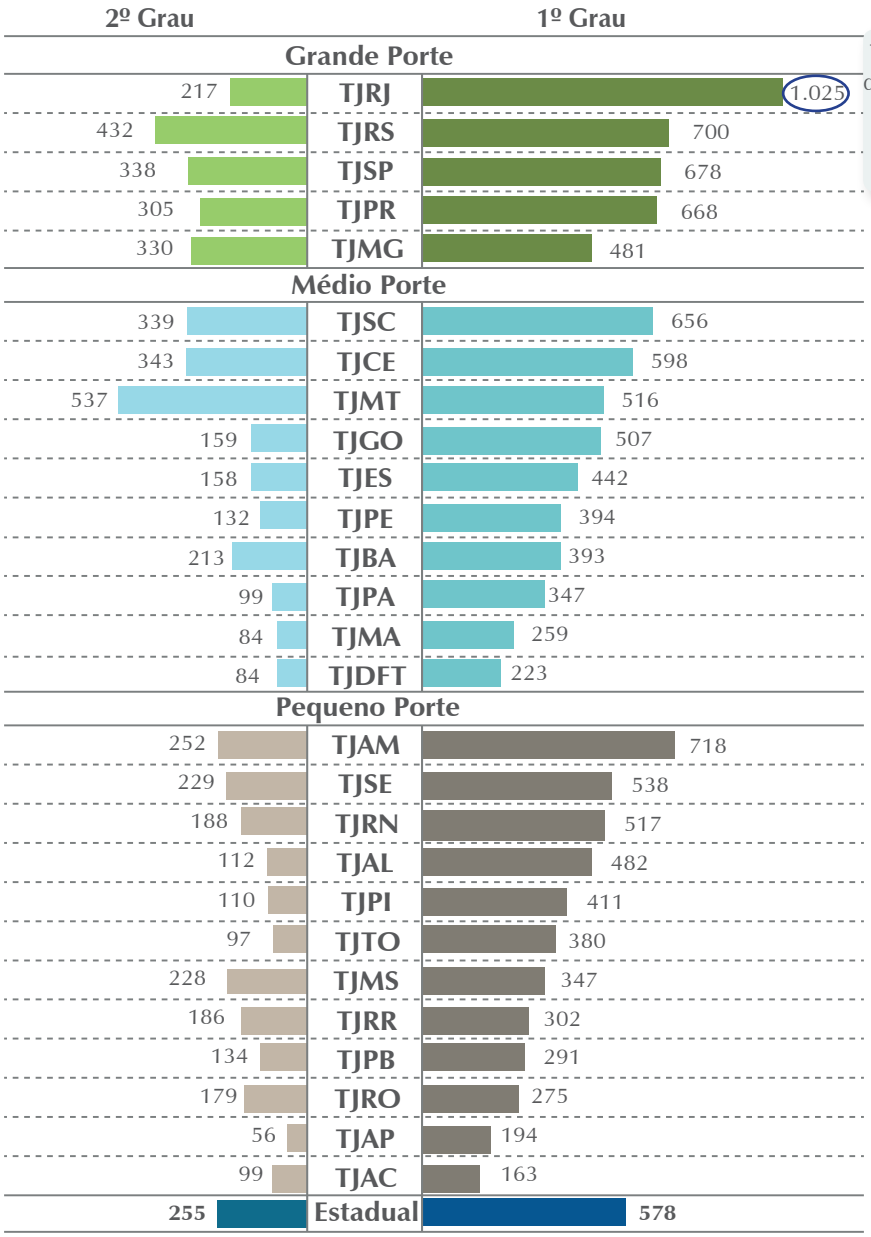
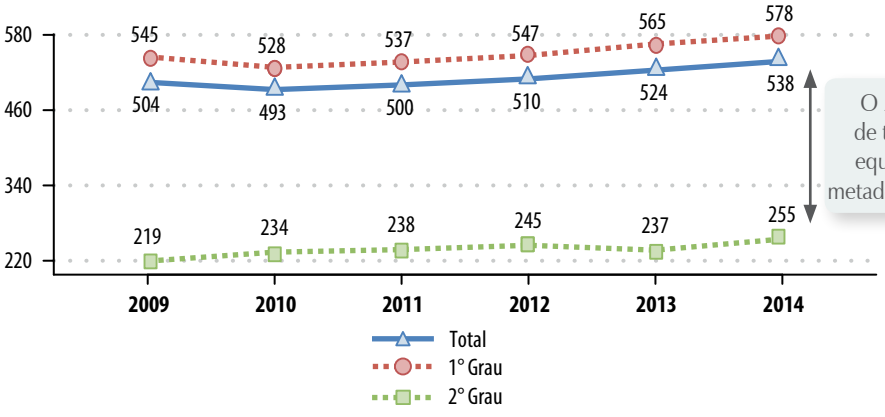


Gráfico 4.26 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual



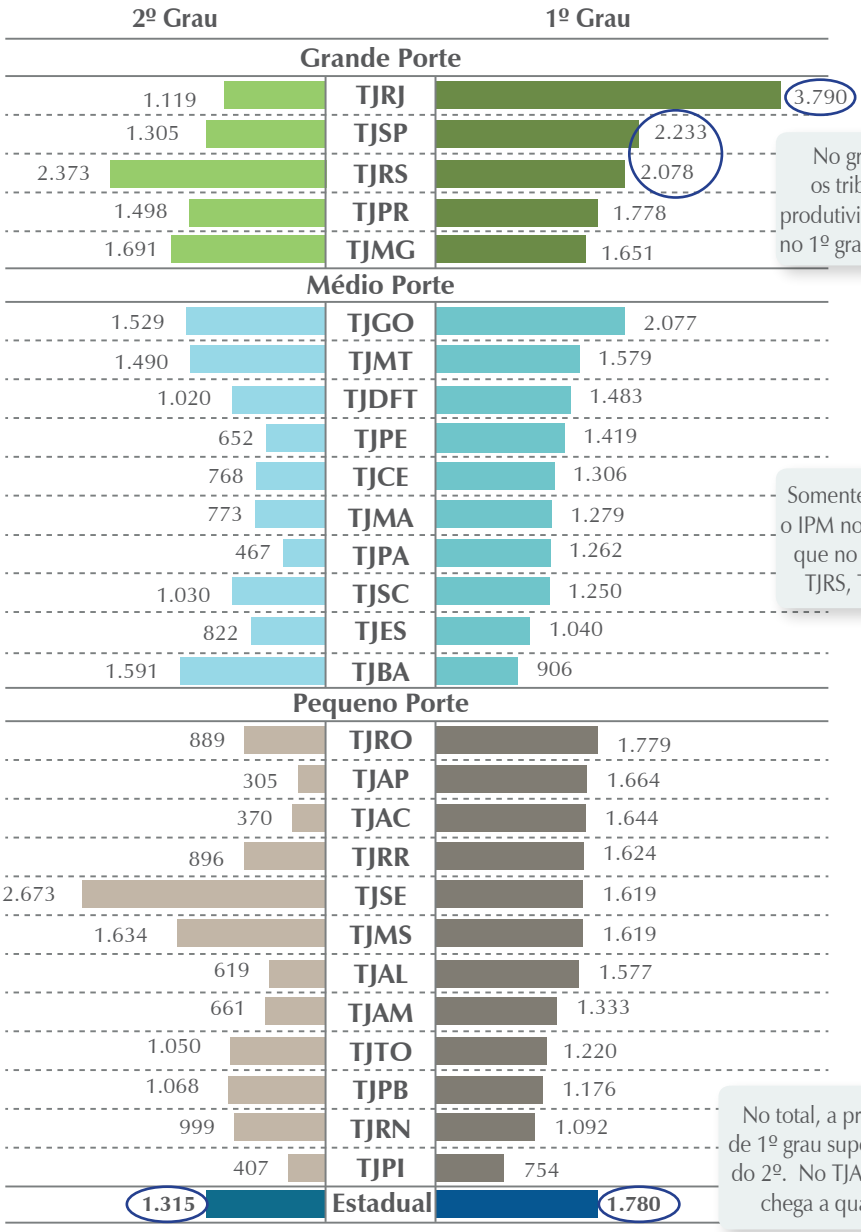
TJRJ: maior carga de trabalho do servidor de 1º grau e maior diferença entre instâncias (o 1º grau é quase o quíntuplo do 2º grau).

Gráfico 4.27 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual



O 2º grau possui carga de trabalho por servidor equivalente a menos da metade da aferida no 1º grau.

Gráfico 4.28 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Estadual

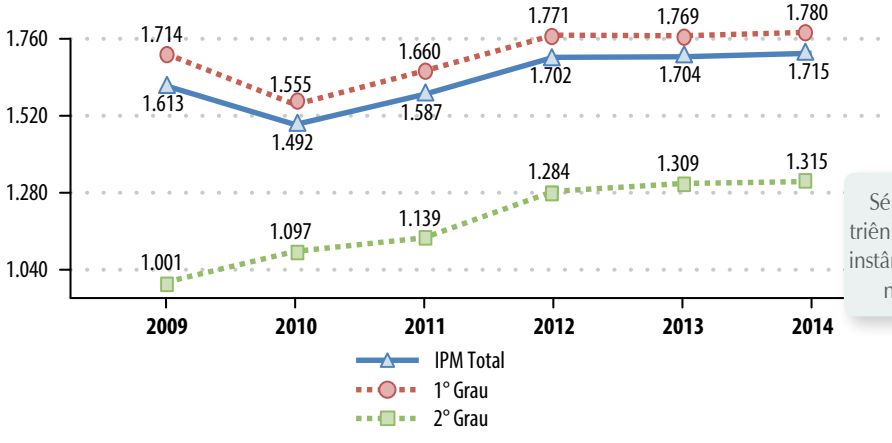


No grande porte estão os tribunais com maior produtividade por magistrado no 1º grau (TJRJ, TJSP e TJRS).

Somente em 5 tribunais o IPM no 2º grau é maior que no 1º (TJBA, TJSE, TJRS, TJMG e TJMS)

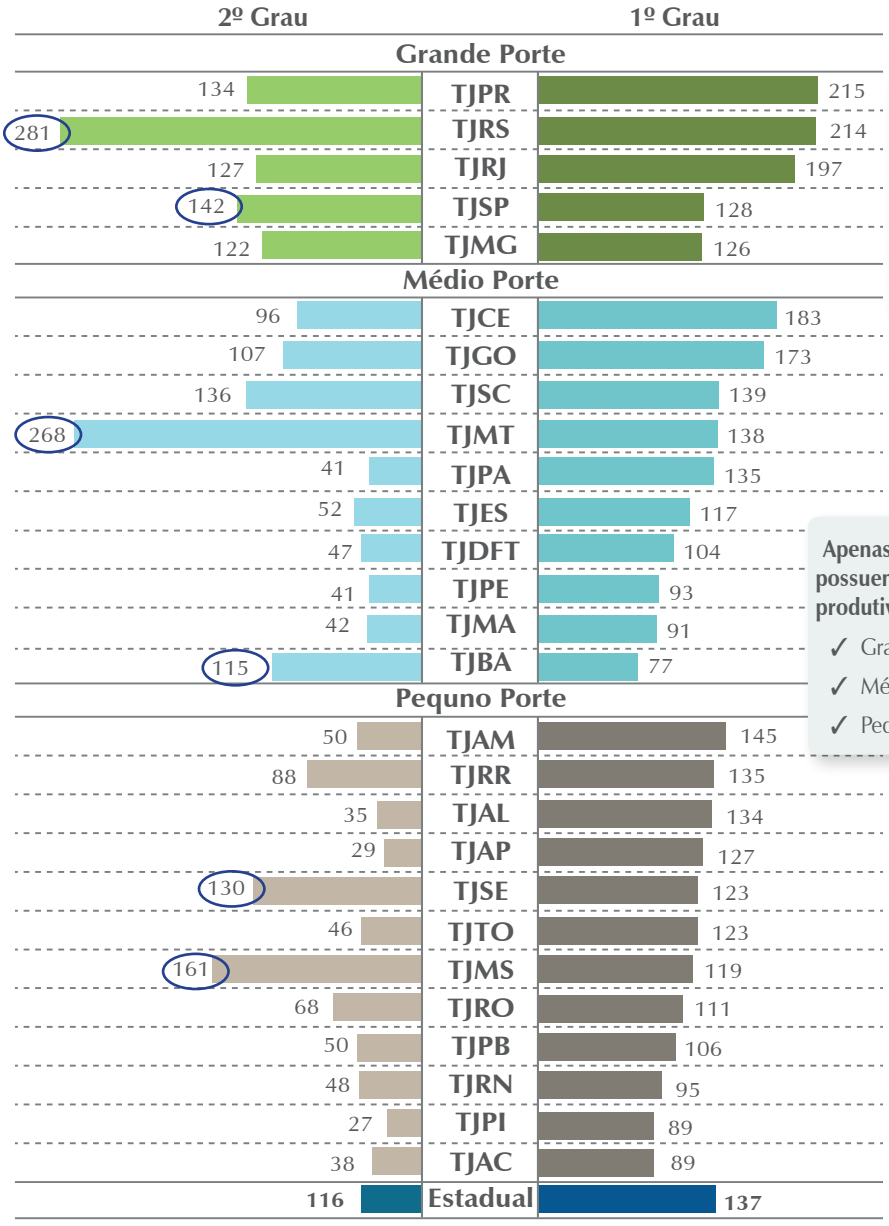
No total, a produtividade de 1º grau supera em 35% a do 2º. No TJAP a diferença chega a quase 450%.

Gráfico 4.29 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Estadual



Série quase constante no triênio 2012-14 em ambas as instâncias, com sutil aumento no último ano (0,6%).

Gráfico 4.30 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Estadual

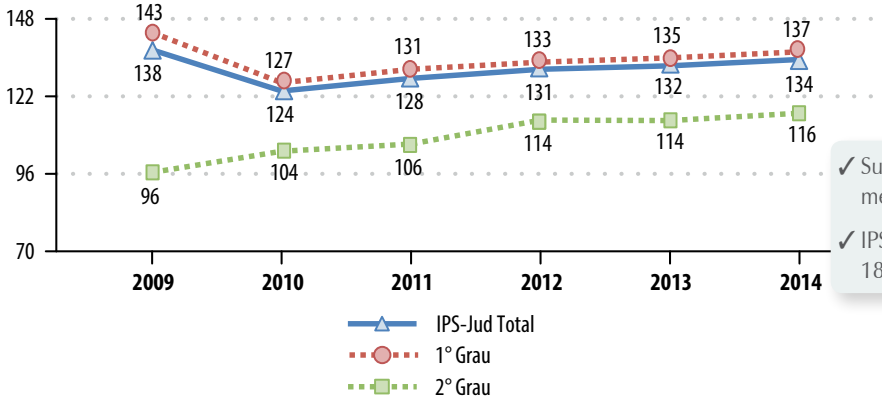


No 1º grau os índices tendem a ser mais homogêneos que no 2º grau, onde há maior disparidade, com IPS-Jud variando entre 27 (TJPI) a 281 (TJRS) processos baixados por servidor da área judiciária.

Apenas 6 dos 27 Tribunais de Justiça possuem servidores com maior produtividade no 2º grau que no 1º:

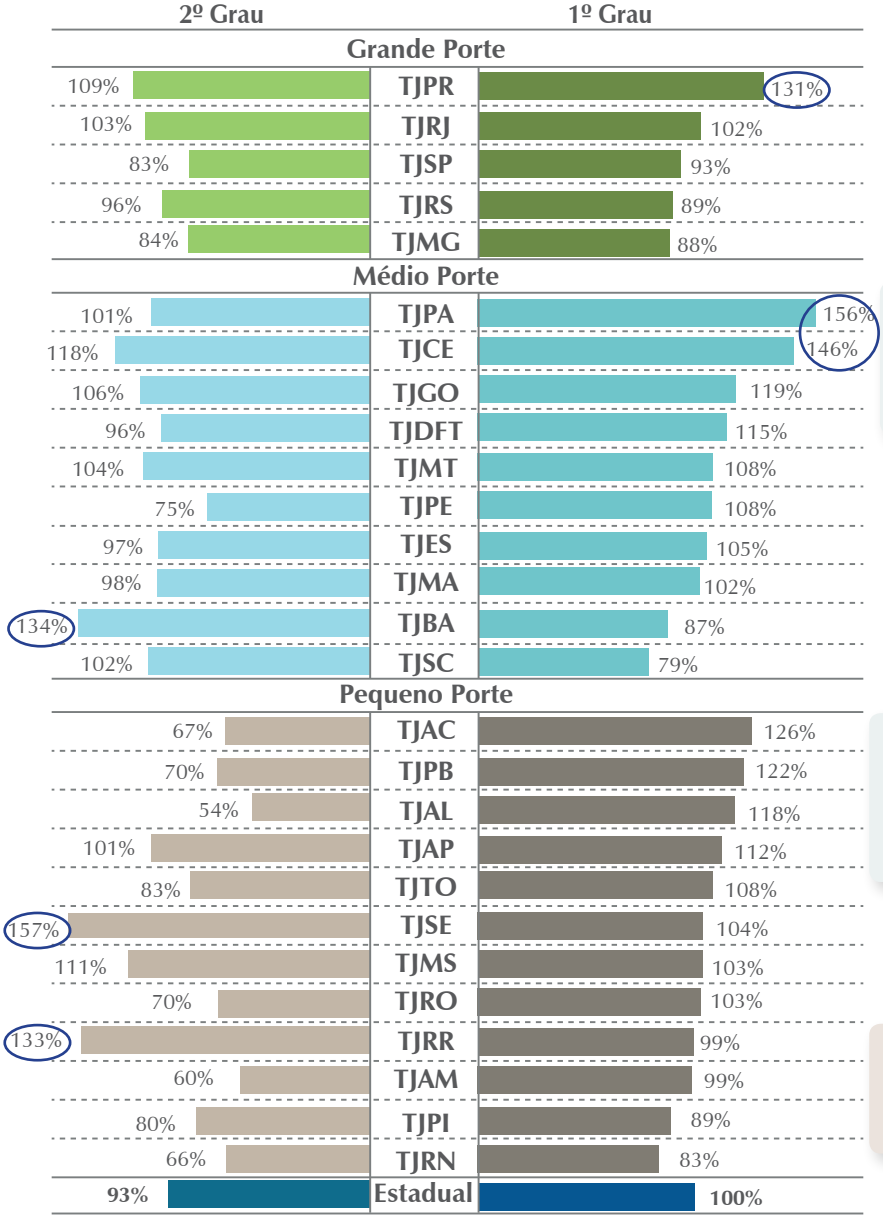
- ✓ Grande Porte: TJRS, TJSP
- ✓ Médio Porte: TJMT, TJBA
- ✓ Pequeno Porte: TJMS, TJSE

Gráfico 4.31 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Estadual



- ✓ Sutil elevação desde 2010, média de 2,1% ao ano.
- ✓ IPS-Jud do 1º grau supera em 18% o IPS-Jud do 2º grau.

Gráfico 4.32 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Estadual



✓ Em 21 Tribunais (78% dos casos) o IAD superou o patamar de 100% em, pelo menos, uma das instâncias

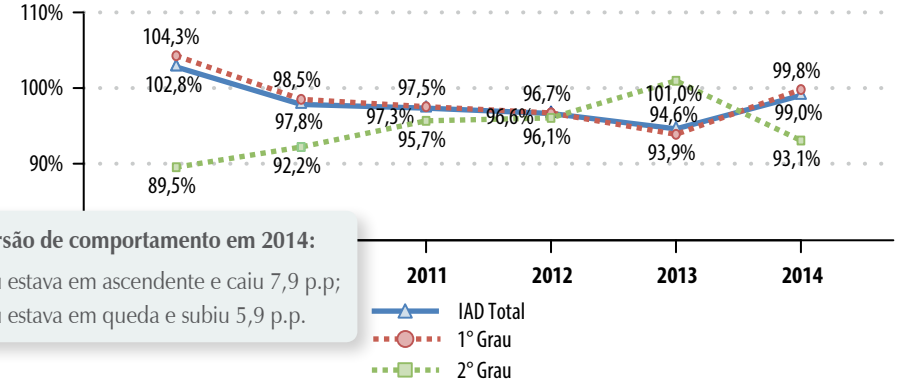
Destaques positivos, com IAD superior a 130%:

✓ 2º Grau: TJSE, TJBA e TJRR.

✓ 1º Grau: TJPA, TJCE e TJPR

Os menores índices estão nos TJSC, TJRN, TJMG e TJPI, todos abaixo de 90%.

Gráfico 4.33 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Estadual



Inversão de comportamento em 2014:

✓ 2º grau estava em ascendente e caiu 7,9 p.p;

✓ 1º grau estava em queda e subiu 5,9 p.p.

Gráfico 4.34 – Taxa de Congestionamento na Justiça Estadual

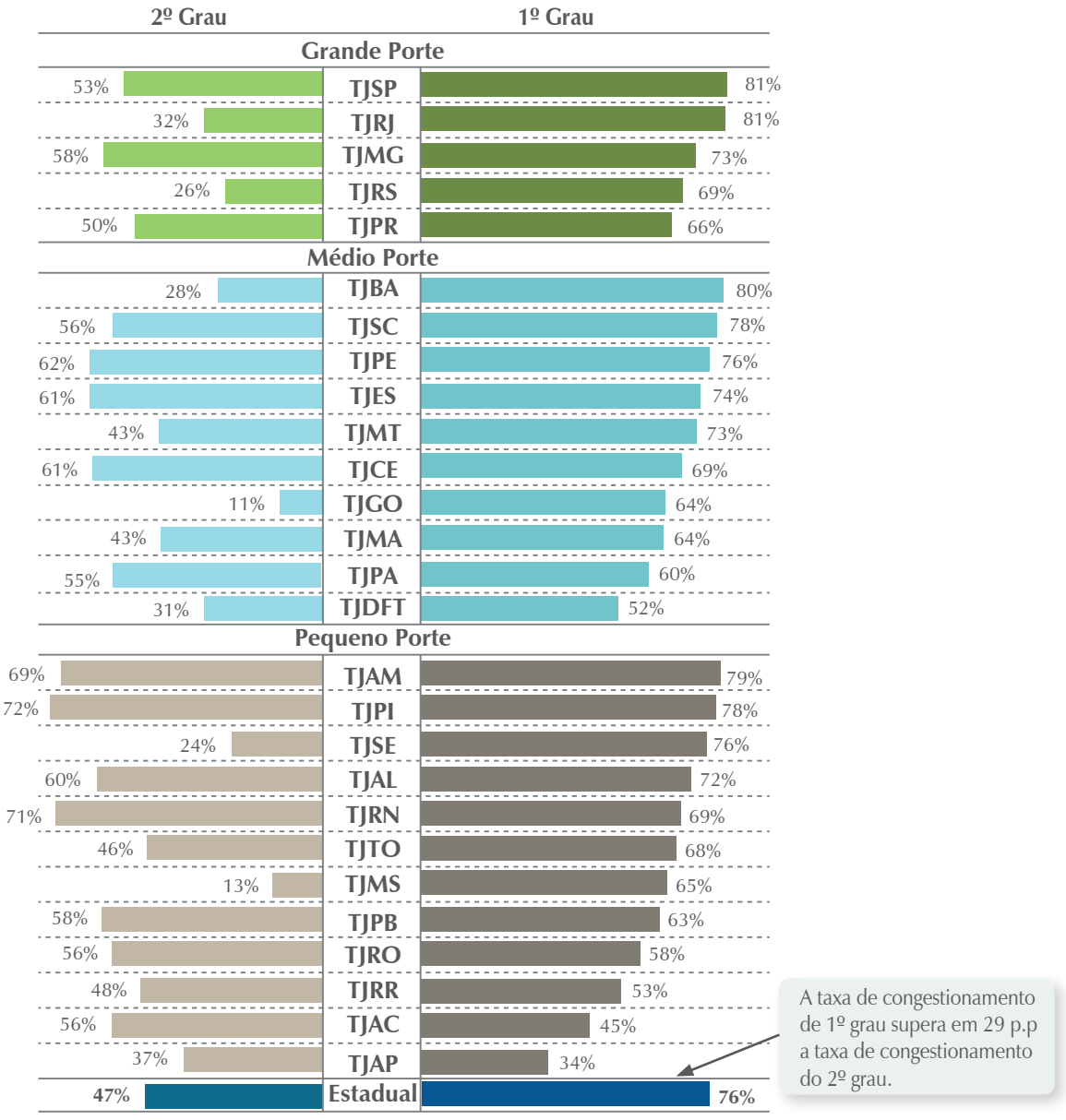
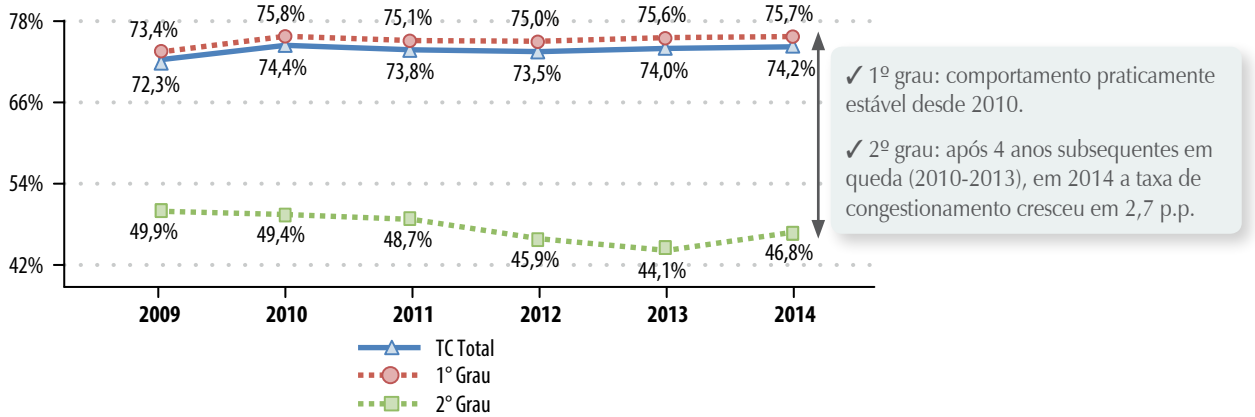


Gráfico 4.35 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Estadual



4.6 Impacto da Execução

Constava na Justiça Estadual um acervo de 57,2 milhões de processos que estavam pendentes de baixa no início do ano de 2014, dentre os quais, mais da metade (52%) se referiam à fase de execução. Por essa razão, desenvolveu-se um tópico que trata especificamente sobre os processos que tramitaram nesta fase processual. Dentre as execuções, consideram-se as execuções judiciais criminais (de pena privativa de liberdade e pena não-privativa de liberdade), as execuções judiciais não criminais e as execuções de títulos executivos extrajudiciais, segregadas entre fiscais e não fiscais.

As execuções iniciadas, por sua vez, representam 26% do total de casos novos, sendo, que, foram baixados 4,4 milhões de execuções no ano de 2014, o equivalente a somente 86% dos casos novos. Tal comportamento contribui para o aumento de casos pendentes no ano subsequente e, também, para a já elevada taxa de congestionamento da fase de execução no 1º grau (87%).

Os processos de execução de título extrajudicial fiscal são os grandes responsáveis pela morosidade dos processos de execução, tendo em vista que representam aproximadamente 79% do total de casos pendentes de execução e apresentam taxa de congestionamento de 91%, ou seja, de cada 100 processos de execução de título extrajudicial fiscal que tramitaram no ano de 2014, apenas 9 foram baixados. Desconsiderando estes processos, a taxa de congestionamento da Justiça Estadual cairia de 74,2% para 65,5% no ano de 2014 (Gráfico 4.39).

As execuções penais representam apenas 2% do total de casos pendentes da Justiça Estadual, entretanto, o quantitativo ultrapassa 1,2 milhão de processos. Computam-se tanto as execuções de penas privativas de liberdade (872 mil casos) quanto as execuções de penas não-privativas (323 mil casos). Além disso, houve um crescimento substancial de início de execuções desta natureza no ano de 2014, totalizando aumento de 26% em relação ao ano de 2013 e 71 % em relação a 2009.

Gráfico 4.36 – Movimentação Processual da Justiça Estadual

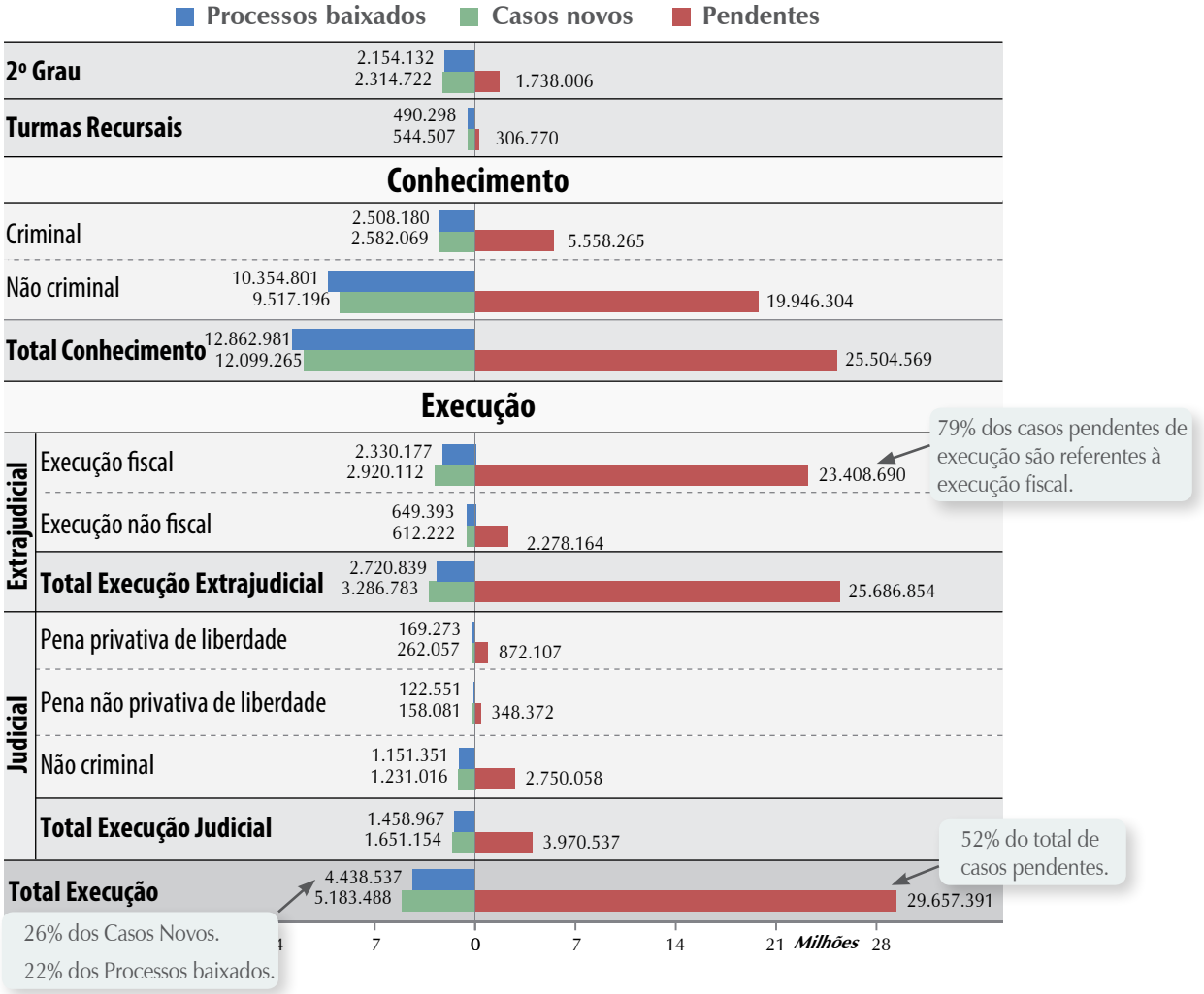


Gráfico 4.37 – Termômetro da Taxa de Congestionamento

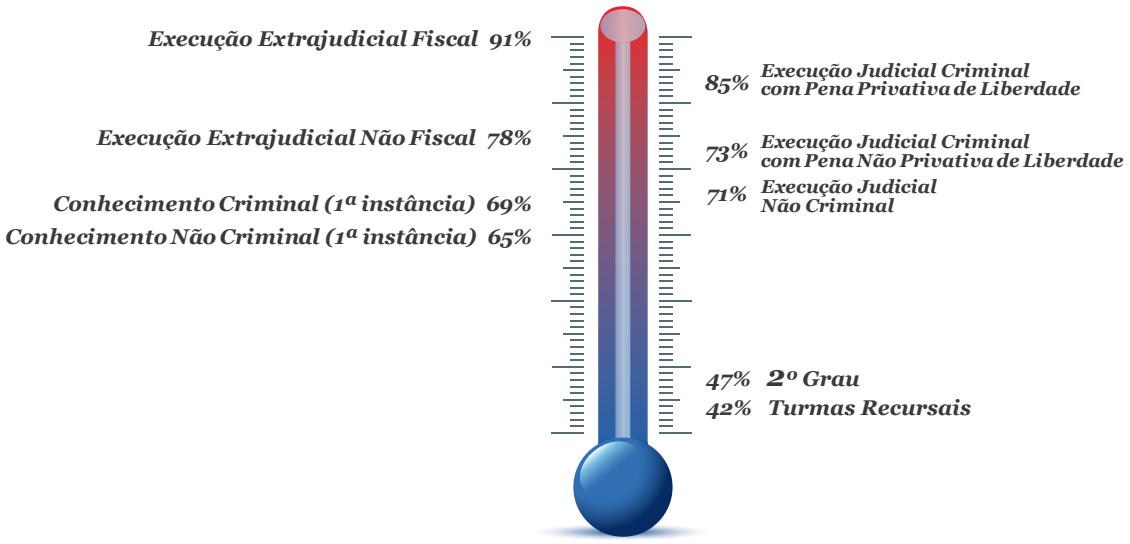


Gráfico 4.38 – Série Histórica das Execuções Iniciadas e Pendentes

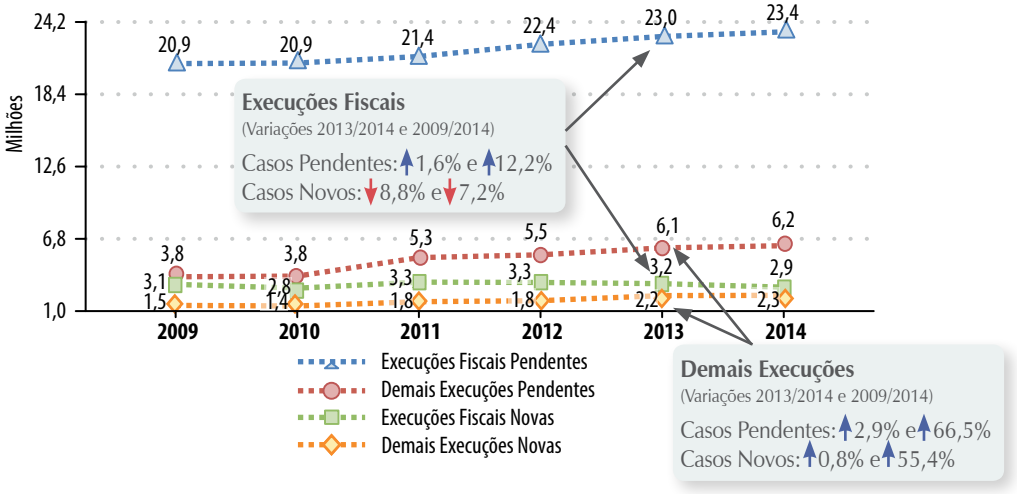


Gráfico 4.39 – Impacto da Execução Fiscal na Taxa de Congestionamento

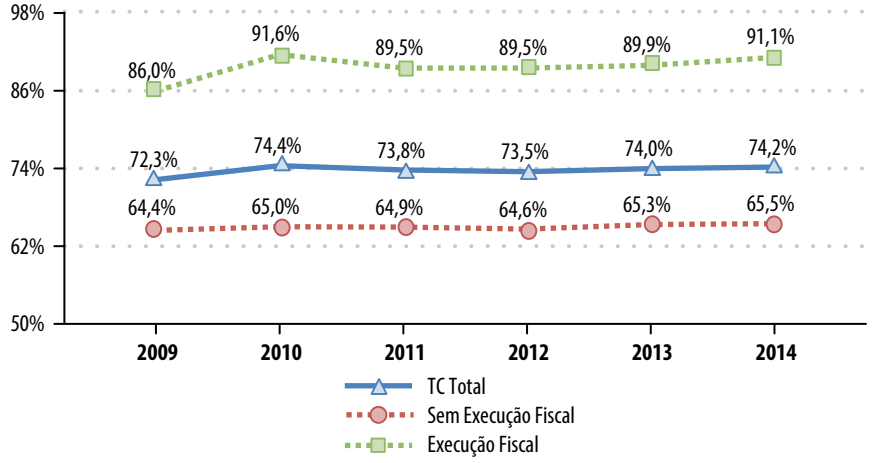


Gráfico 4.40 – Impacto da Execução Fiscal no Índice de Atendimento à Demanda

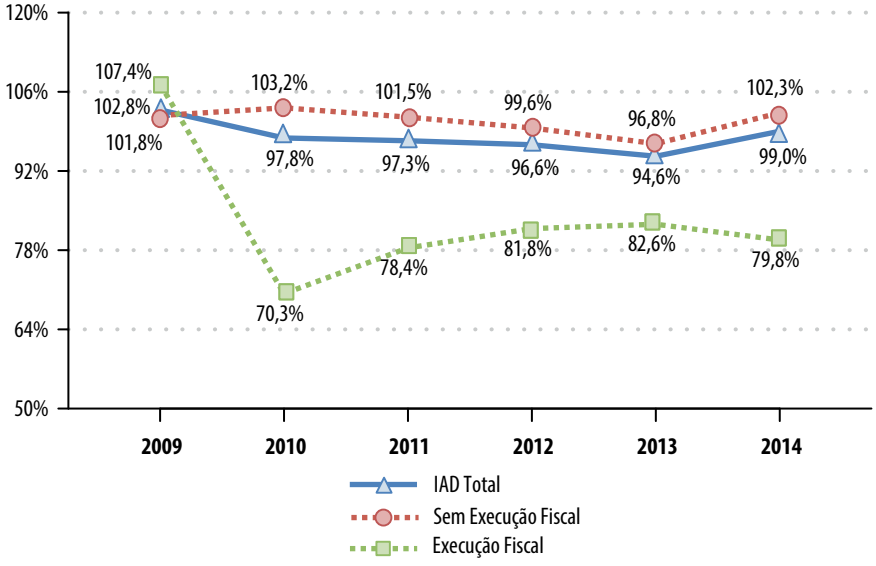
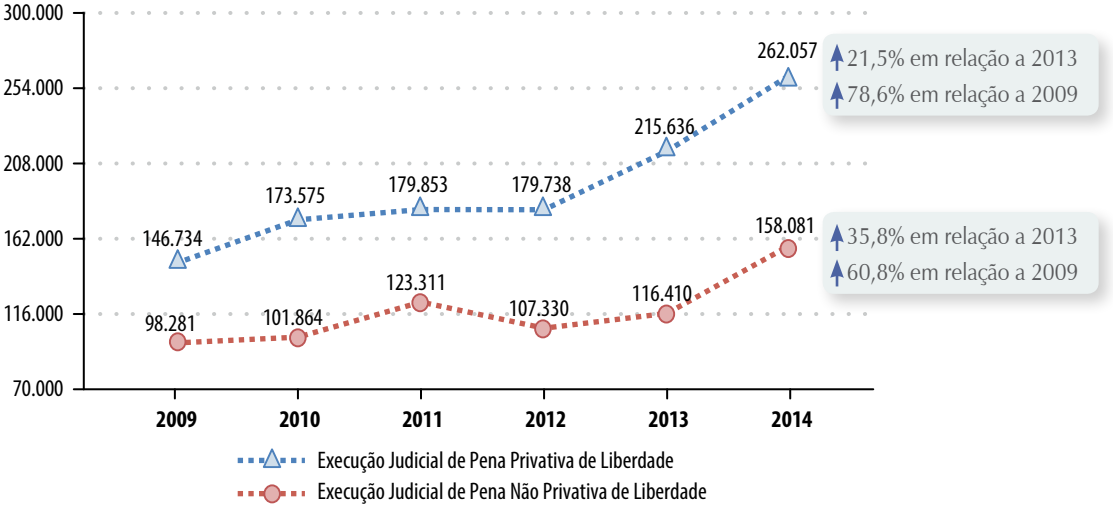
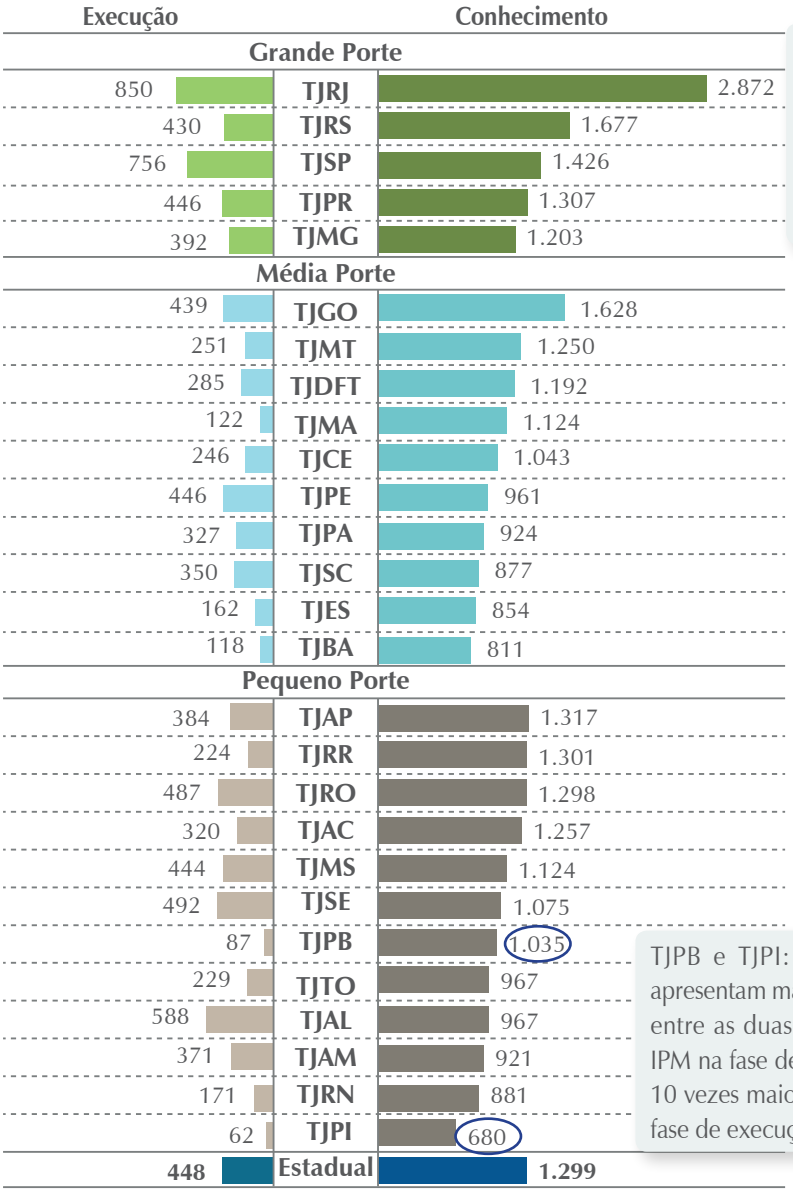


Gráfico 4.41 – Série Histórica das Execuções Penais Iniciadas



A seguir serão apresentados indicadores de primeiro grau separados entre fase de conhecimento e fase de execução, a fim de verificar as diferenças entre as duas fases nos principais indicadores de produtividade. Por primeiro grau considera-se, neste caso, a soma dos juizados especiais e das varas, excluindo-se as turmas recursais.

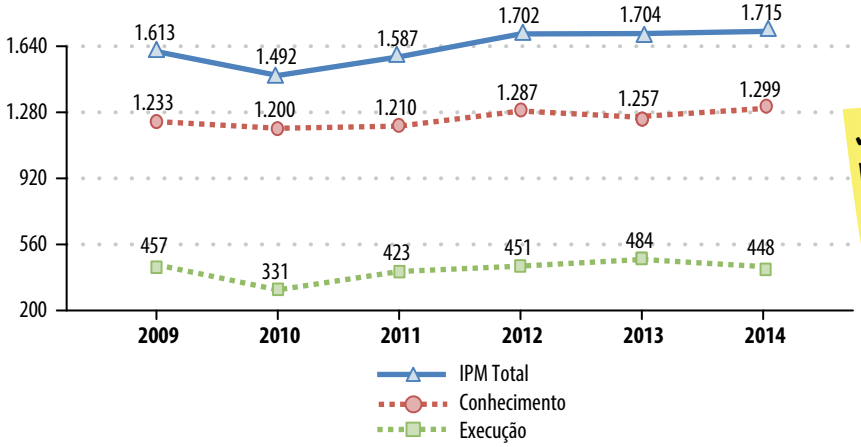
Gráfico 4.42 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento



Os magistrados do primeiro grau do TJRJ apresentam a maior produtividade da Justiça Estadual, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.

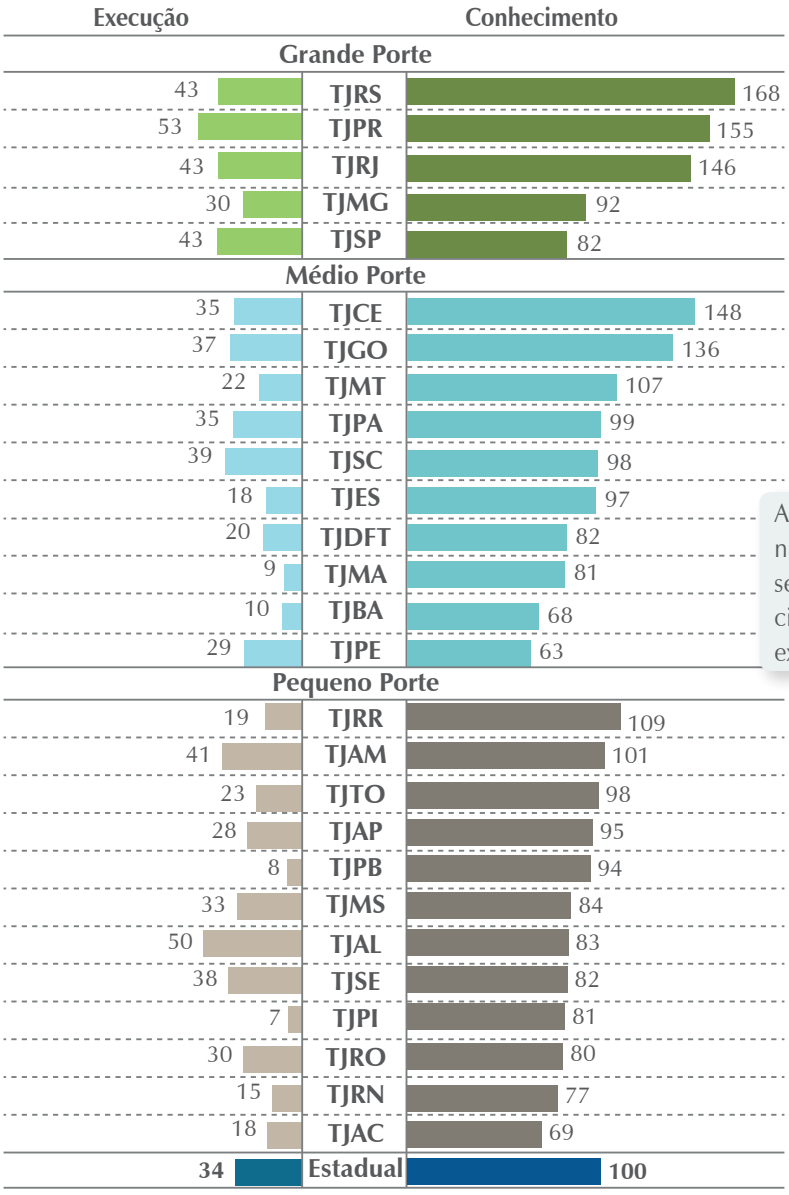
TJPB e TJPI: tribunais que apresentam maior disparidade entre as duas fases, sendo o IPM na fase de conhecimento 10 vezes maior que o IPM na fase de execução.

Gráfico 4.43 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados



✓ Desde 2009 a produtividade dos magistrados cresceu em 6,3%.

Gráfico 4.44 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento



A cada 4 processos baixados na primeira instância por servidor, 3 são de conhecimento e apenas 1 é de execução.

Gráfico 4.45 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária

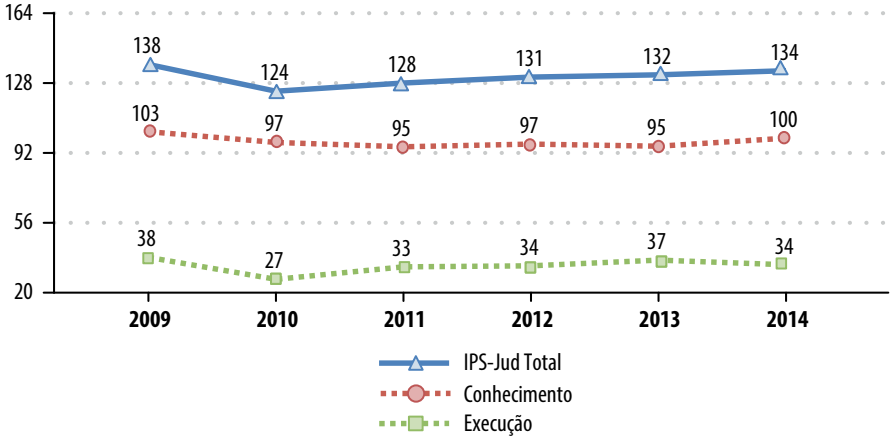
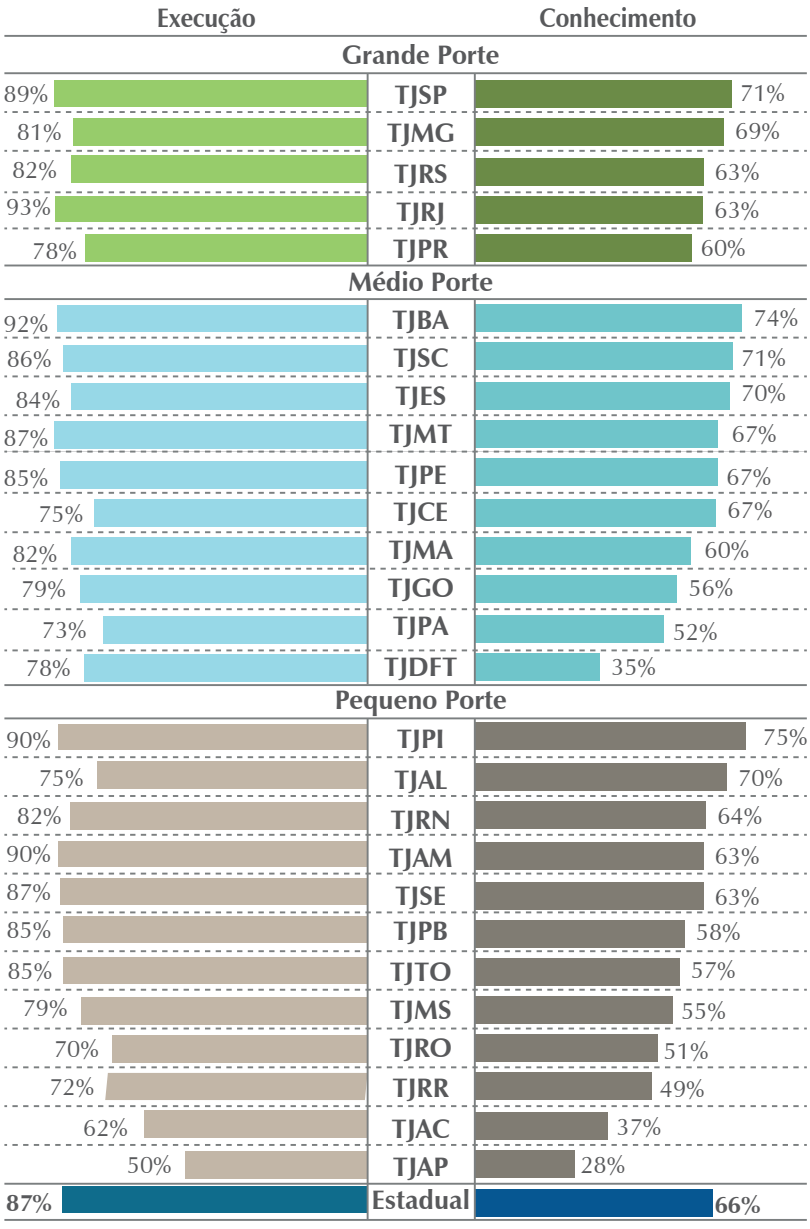


Gráfico 4.46 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento



Os únicos tribunais com diferença menores que 10 pontos percentuais (p.p) entre as taxas de congestionamento das duas fases são TJAL e TJCE. No Total, a diferença chega a 21 p.p.

Gráfico 4.47 – Série Histórica Taxa de Congestionamento

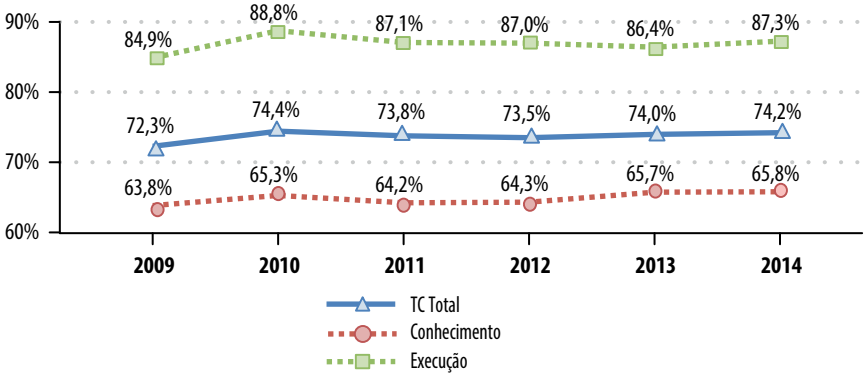
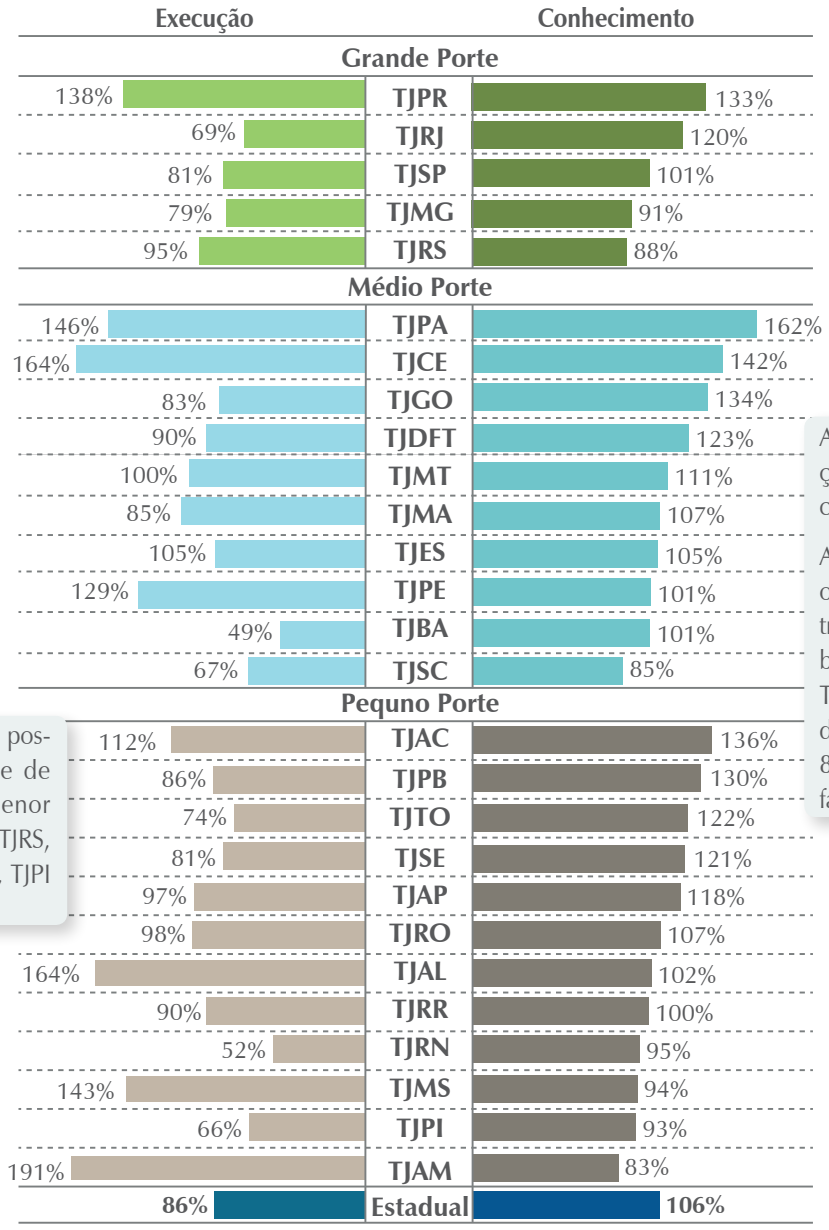


Gráfico 4.48 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no 1º Grau: Execução x Conhecimento

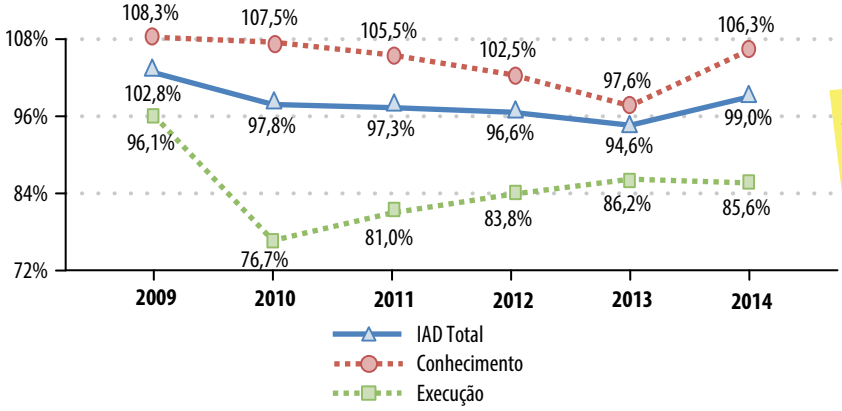


Apenas 7 tribunais possuem IAD na fase de conhecimento menor que 100% (TJMG, TJRS, TJSC, TJRN, TJMS, TJPI e TJAM)

Ao todo, 10 tribunais alcançaram IAD de 100% na execução.

Ainda assim, tendo em vista o forte impacto causado por tribunais de grande porte com baixo IAD na execução (TJRJ, TJSP e TJMG), a Justiça Estadual conseguiu baixar apenas 86% dos casos novos nesta fase.

Gráfico 4.49 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda



✓ O acúmulo do estoque justifica-se, especialmente, pelo desempenho na execução, com IAD historicamente abaixo de 100%. Ao contrário, no conhecimento, o IAD tem superado tal patamar.

4.7 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Nesta seção serão apresentados os quantitativos de processos ingressados no ano de 2014 segmentados por classes e assuntos, segundo as Tabelas Processuais Unificadas, as quais foram instituídas pela Resolução CNJ 46, de 18 de dezembro de 2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente relatório. No cômputo do total de casos novos da Justiça Estadual algumas classes são excluídas, como é o caso dos precatórios judiciais, requisições de pequeno valor, embargos de declaração, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado e, portanto, todas são consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contabilizados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados na Justiça Estadual, mas tão somente a quantidade de processos cadastrados em determinada classe e/ou assunto.

4.7.1 Assuntos mais recorrentes

O universo da presente análise é composto por 25 Tribunais de Justiça, dentre os 27 existentes, uma vez que o TJES e o TJBA não prestaram as informações requeridas.

As tabelas processuais unificadas possuem 6 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, considerando a Tabela de Assuntos, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito Tributário" (nível 1), há a segmentação em outros grupos de assuntos, dentre estes o grupo "Crédito Tributário" (nível 2). Este grupo, por sua vez, é desmembrado em outros grupos, dentre estes o grupo "Extinção do Crédito Tributário" (nível 3), também segmentado, dando origem, por exemplo, ao grupo "Prescrição" (nível 4). Este último grupo também é desmembrado em outros grupos de assuntos dentre estes o grupo "Suspensão" (nível 5) que, por fim, é segmentado em diversos assuntos, tais como "Arquivamento Administrativo – Crédito de Pequeno Valor" (nível 6).

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a análise, visto que não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos possam ser cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas a seguir abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

As informações aqui referidas serão apresentadas de forma global e de forma segmentada por grau de jurisdição, quais sejam: 2º grau, 1º grau exclusivo (justiça comum), turmas recursais e juizados especiais.

Gráfico 4.50 – Assuntos mais demandados na Justiça Estadual

1. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	2.646.751 (8,16%)
2. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	2.003.937 (6,18%)
3. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	1.374.609 (4,24%)
4. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	1.215.861 (3,75%)
5. DIREITO CIVIL - Família/Alimentos	1.022.017 (3,15%)
6. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	821.850 (2,53%)
7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	753.519 (2,32%)
8. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	701.166 (2,16%)
9. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	641.715 (1,98%)
10. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	635.782 (1,96%)
11. DIREITO CIVIL - Família/Casamento	634.439 (1,96%)
12. DIREITO CIVIL - Coisas/Propriedade	615.587 (1,90%)
13. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	611.097 (1,88%)
14. DIREITO CIVIL - Família/Relações de Parentesco	553.234 (1,71%)
15. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar/Liminar	503.204 (1,55%)
16. DIREITO PENAL - Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	486.014 (1,50%)
17. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	478.004 (1,47%)
18. DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	460.502 (1,42%)
19. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	424.117 (1,31%)
20. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	415.570 (1,28%)

✓ A Indenização por Dano Moral aparece entre os maiores assuntos tanto em Direito Civil quanto em Direito do Consumidor.

✓ Matérias de Direito Penal tais como Ameaça e Tráfico ilícito e uso de drogas aparecem entre os 20 assuntos mais recorrentes.

Gráfico 4.51 – Assuntos mais demandados no 2º Grau

1. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	416.358 (12,07%)
2. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	138.310 (4,01%)
3. DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	121.814 (3,53%)
4. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	117.106 (3,40%)
5. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	103.903 (3,01%)
6. DIR. ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	89.642 (2,60%)
7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	81.638 (2,37%)
8. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Serviços/Saúde	65.186 (1,89%)
9. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	56.142 (1,63%)
10. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Interpretação / Revisão de Contrato	52.285 (1,52%)
11. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	51.459 (1,49%)
12. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Telefonia	51.305 (1,49%)
13. DIREITO PENAL - Crimes contra o Patrimônio/Roubo Majorado	51.154 (1,48%)
14. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar/Liminar	51.012 (1,48%)
15. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	46.820 (1,36%)
16. DIREITO CIVIL - Obrigações/Adimplemento e Extinção	45.934 (1,33%)
17. DIR. ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	44.986 (1,30%)
18. DIREITO CIVIL - Família/Alimentos	42.839 (1,24%)
19. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	41.487 (1,20%)
20. DIREITO PENAL - Crimes contra o Patrimônio/Roubo	38.943 (1,13%)

✓ Direito Civil – Contratos é o assunto mais recorrente em 1º e 2º graus.

Gráfico 4.52 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (Varas)

1. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	1.845.503 (8,36%)
2. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	1.347.075 (6,10%)
3. DIREITO CIVIL - Família/Alimentos	978.962 (4,43%)
4. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	748.046 (3,39%)
5. DIREITO CIVIL - Família/Casamento	623.358 (2,82%)
6. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	576.997 (2,61%)
7. DIREITO CIVIL - Família/Relações de Parentesco	536.897 (2,43%)
8. DIREITO CIVIL - Coisas/Propriedade	534.303 (2,42%)
9. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	506.428 (2,29%)
10. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	462.214 (2,09%)
11. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar/Liminar	429.974 (1,95%)
12. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	414.047 (1,88%)
13. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	410.058 (1,86%
14. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	401.174 (1,82%
15. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	359.902 (1,63%
16. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	330.382 (1,50%
17. DIREITO PENAL - Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	326.636 (1,48%)
18. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Citação	298.314 (1,35%)
19. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais	285.122 (1,29%)
20. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	265.066 (1,20%)

✓ Dos 20 maiores assuntos nas varas 16 são de Direito Civil ou de Direito Processual Civil.

Gráfico 4.53 – Assuntos mais demandados nas Turmas Recursais

1. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	123.882 (18,96%)
2. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	45.954 (7,03%)
3. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	41.095 (6,29%)
4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	29.238 (4,47%)
5. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor	27.454 (4,20%)
6. DIREITO CIVIL - Obrigações/Atos Unilaterais	24.866 (3,81%)
7. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Telefonia	23.871 (3,65%)
8. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	23.375 (3,58%)
9. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil	22.099 (3,38%)
10. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	20.988 (3,21%)
11. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	18.441 (2,82%)
12. DIR. ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	14.298 (2,19%)
13. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	13.119 (2,01%)
14. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo	12.255 (1,88%)
15. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	9.418 (1,44%)
16. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Financiamento de Produto	9.014 (1,38%)
17. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Rescisão do contrato e devolução do dinheiro	9.011 (1,38%)
18. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Fornecimento de Energia Elétrica	7.743 (1,19%)
19. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Provas	5.601 (0,86%)
20. DIREITO CIVIL - Coisas	5.555 (0,85%)

Gráfico 4.54 – Assuntos mais demandados nos Juizados Especiais

1. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	1.014.903 (16,20%)
2. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	651.957 (10,41%
3. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	343.795 (5,49%
4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Obrigação de Fazer / Não Fazer	333.678 (5,33%
5. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	306.749 (4,90%)
6. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	256.942 (4,10%)
7. DIREITO CIVIL - Obrigações/Inadimplemento	240.203 (3,83%)
8. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	238.799 (3,81%)
9. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	194.524 (3,11%)
10. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Financiamento de Produto	167.204 (2,67%)
11. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Rescisão do contrato e devolução do dinheiro	159.377 (2,54%)
12. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Telefonia	158.477 (2,53%)
13. DIREITO PENAL - Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	146.805 (2,34%)
14. DIREITO CIVIL - Obrigações/Adimplemento e Extinção	114.105 (1,82%)
15. DIREITO PENAL - Contravenções Penais	107.633 (1,72%)
16. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor	107.348 (1,71%)
17. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	106.871 (1,71%)
18. DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Trânsito	101.541 (1,62%)
19. DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	71.267 (1,14%)
20. DIREITO CIVIL - Obrigações/Atos Unilaterais	68.320 (1,09%)

✓ Indenização por Dano Moral e por Dano Material estão entre os principais assuntos dos juizados especiais (4 dos 8 maiores assuntos)

✓ Nas matérias de Direito Penal mais recorrentes nos juizados especiais, destacam-se a ameaça, as contravenções penais e os crimes de trânsito. Tráfico ilícito e uso indevido de drogas surgem como assuntos recorrentes em quase todos os graus de jurisdição.

4.7.2 Classes mais recorrentes

O universo da presente análise é composto por 25 Tribunais de Justiça, dentre os 27 existentes, uma vez que o TJES e o TJBA não prestaram as informações requeridas.

As tabelas processuais unificadas possuem 6 níveis hierárquicos de classes. No grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho[7]" (nível 1), há a segmentação entre, por exemplo, "Processos de Conhecimento", "Processos de Execução", "Recursos", entre outros (nível 2). No próximo nível, no grupo de classes "Processos de Conhecimento", é possível saber o tipo de procedimento, se é de conhecimento, de cumprimento de sentença, de liquidação etc. (nível 3). Após, os procedimentos de conhecimento são segregados pelo tipo, como procedimento do juizado especial cível ou ordinário ou sumário ou especial (nível 4). No próximo nível, são classificados os procedimentos especiais, como de jurisdição contenciosa ou voluntária ou regidos por outros códigos, leis esparsas e regimentos (nível 5). Chegando ao sexto e último nível, é possível saber se o processo é de uma reclamação, uma ação civil pública, um *habeas corpus*, um mandado de injunção, etc.

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

Gráfico 4.55 – Classes mais demandadas na Justiça Estadual

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	8.084.391 (30,65%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	2.709.947 (10,28%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	1.828.097 (6,93%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	1.759.393 (6,67%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	1.661.798 (6,30%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	1.231.439 (4,67%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	999.012 (3,79%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	854.892 (3,24%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso Inominado	739.300 (2,80%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	530.048 (2,01%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	465.077 (1,76%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	410.803 (1,56%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	388.859 (1,47%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	348.673 (1,32%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	298.701 (1,13%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	274.611 (1,04%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Auto de Prisão em Flagrante	254.261 (0,96%)
18. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Processo de Conhecimento	214.702 (0,81%)
19. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Processo de Apuração de Ato Infracional	206.857 (0,78%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Agravo de Execução Penal	197.000 (0,75%)

✓ Carta Precatória Criminal é a 6ª Classe mais recorrente.

✓ Em 2014, foram quase 300 mil casos novos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha).

✓ Entre as 20 maiores classes processuais, observa-se a existência de processos de Auto de Prisão em Flagrante e apuração de ato infracional, ambos de natureza inquisitorial.

7 Na Justiça Estadual, apesar da nomenclatura, tal grupo de classes abrange apenas processos de natureza cível.

Gráfico 4.56 – Classes mais demandadas no 2º Grau na Justiça Estadual

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	1.828.007 (33,02%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	1.756.622 (31,73%)
3. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	428.905 (7,75%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	405.178 (7,32%)
5. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Agravo de Execução Penal	196.529 (3,55%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	154.111 (2,78%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação / Reexame Necessário	132.888 (2,40%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Petição	124.686 (2,25%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	108.671 (1,96%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Reexame Necessário	80.857 (1,46%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	50.425 (0,91%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	40.739 (0,74%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Revisão Criminal	36.057 (0,65%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Recurso em Sentido Estrito	30.461 (0,55%)
15. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Precatório	13.154 (0,24%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Cautelar Inominada Criminal	12.029 (0,22%)
17. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Incidentes	11.289 (0,20%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Correição Parcial	11.104 (0,20%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumário	10.992 (0,20%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Incidentes	9.897 (0,18%)

Gráfico 4.57 – Classes mais demandadas no 1º Grau (Varas)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	4.851.527 (30,53%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	2.709.821 (17,05%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	1.526.392 (9,60%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	1.176.906 (7,41%)
5. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	831.673 (5,23%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	538.989 (3,39%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	384.330 (2,42%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	381.835 (2,40%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	346.410 (2,18%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	280.808 (1,77%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Auto de Prisão em Flagrante	252.615 (1,59%)
12. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Processo de Conhecimento	210.905 (1,33%)
13. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Processo de Apuração de Ato Infracional	206.287 (1,30%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	204.640 (1,29%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Execução da Pena	186.747 (1,18%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Embargos	173.596 (1,09%)
17. PROCESSO CRIMINAL Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumário	157.911 (0,99%)
18. PROCEDIMENTOS PRÉ–PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS - Reclamação Pré–processual	144.520 (0,91%)
19. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Execução de Medidas Sócio–Educativas	117.727 (0,74%)
20. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Procedimentos Investigatórios	113.362 (0,71%)

Gráfico 4.58 – Classes mais demandadas nas Turmas Recursais da Justiça Estadual

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso Inominado	739.168 (89,38%)
2. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	36.088 (4,36%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	14.809 (1,79%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	13.807 (1,67%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	6.368 (0,77%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	1.678 (0,20%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	1.312 (0,16%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial de Leis Esparsas	1.043 (0,13%)
9. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Processo de Conhecimento	966 (0,12%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	894 (0,11%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Recurso de Sentença Criminal	611 (0,07%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Incidentes	557 (0,07%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Recursos	447 (0,05%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Incidentes	420 (0,05%)
15. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Incidentes	378 (0,05%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Exceções	352 (0,04%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Embargos de Declaração	350 (0,04%)
18. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Infracional/Execução de Medidas Sócio—Educativas	336 (0,04%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial do Código de Processo Penal	294 (0,04%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Petição	279 (0,03%)

Gráfico 4.59 – Classes mais demandadas nos Juizados Especiais da Justiça Estadual

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	3.109.384 (75,50%)
2. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	459.327 (11,15%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	145.634 (3,54%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	132.031 (3,21%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	69.326 (1,68%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	53.617 (1,30%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	22.087 (0,54%)
8. PROCEDIMENTOS PRÉ—PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS - Reclamação Pré—processual	19.978 (0,49%)
9. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	17.837 (0,43%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	16.193 (0,39%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumaríssimo	12.568 (0,31%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial de Leis Esparsas	12.115 (0,29%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	5.868 (0,14%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumário	3.999 (0,10%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Procedimento Investigatório Criminal (PIC—MP)	3.877 (0,09%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Petição	3.357 (0,08%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial do Código de Processo Penal	2.765 (0,07%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	2.046 (0,05%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Execução da Pena	1.946 (0,05%)
20. JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Seção Cível/Processo de Conhecimento	1.807 (0,04%)

✓ Reclamação pré-processual abrange menos de 0,5% dos casos dos Juizados.

✓ Nos Juizados, 15% dos casos referem-se ao Processo Criminal, sendo a maioria procedimentos investigatórios – termos circunstanciados.

4.8 Gestão e Desempenho da Justiça Estadual

4.8.1 Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é um indicador criado pelo Conselho Nacional de Justiça que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais. Trata-se de uma metodologia de análise que compara a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados ou DEA, do inglês *Data Envelopment Analysis*, conforme especificado na seção de metodologia.

Em resumo, este método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal. Como insumos, o índice agrega informações de litigiosidade, tais como o número de processos que ingressaram e o número de processos pendentes, bem como de recursos humanos (magistrados, servidores efetivos, requisitados e comissionados, excluídos os cedidos para outros órgãos) e financeiros (despesa total da Justiça excluída a despesa com inativos). Como produto, o índice avalia a quantidade de processos baixados. Ademais, o índice de eficiência é uma medida comparativa entre os tribunais, que, para sua mensuração, é sempre atribuído maior peso ao resultado das unidades que são mais parecidas. Dessa forma, por se tratar de um modelo orientado ao resultado, ponderado aos insumos e ao comparativo entre tribunais que se assemelham entre si, o DEA traz a grande vantagem de produzir um índice sintético capaz de comparar tribunais de magnitudes e estruturas totalmente distintas, ou seja, independentemente do porte dos tribunais.

A aplicação do modelo DEA tem por resultado um percentual que varia de 0 (zero) a 100%, sendo essa a medida de eficiência do tribunal, denominada por IPC-Jus. Quanto maior seu valor, melhor o desempenho da unidade, pois significa que ela foi capaz de produzir mais com menos recursos disponíveis. Os tribunais com melhor resultado são colocados na linha de fronteira e, por consequência, passam a ser considerados eficientes e se tornam a referência do ramo de justiça. Os demais, por sua vez, são comparados com os paradigmas mais semelhantes de forma ponderada. O IPC-Jus do tribunal será simplesmente a proporção do que ele conseguiu produzir em relação à proporção do que ele deveria ter produzido para atingir 100% de eficiência.

Cabe esclarecer, todavia, a obtenção de eficiência de 100% não significa que um tribunal não precisa melhorar, mas apenas que tal tribunal foi capaz de baixar mais processos quando comparado com os demais, que possuem recursos semelhantes. Assim, esse percentual serve para verificar a capacidade produtiva de cada tribunal e para estimar dados quantitativos sobre o quanto cada tribunal deveria ter aumentado sua produtividade, em termos de processos baixados, para alcançar a eficiência.

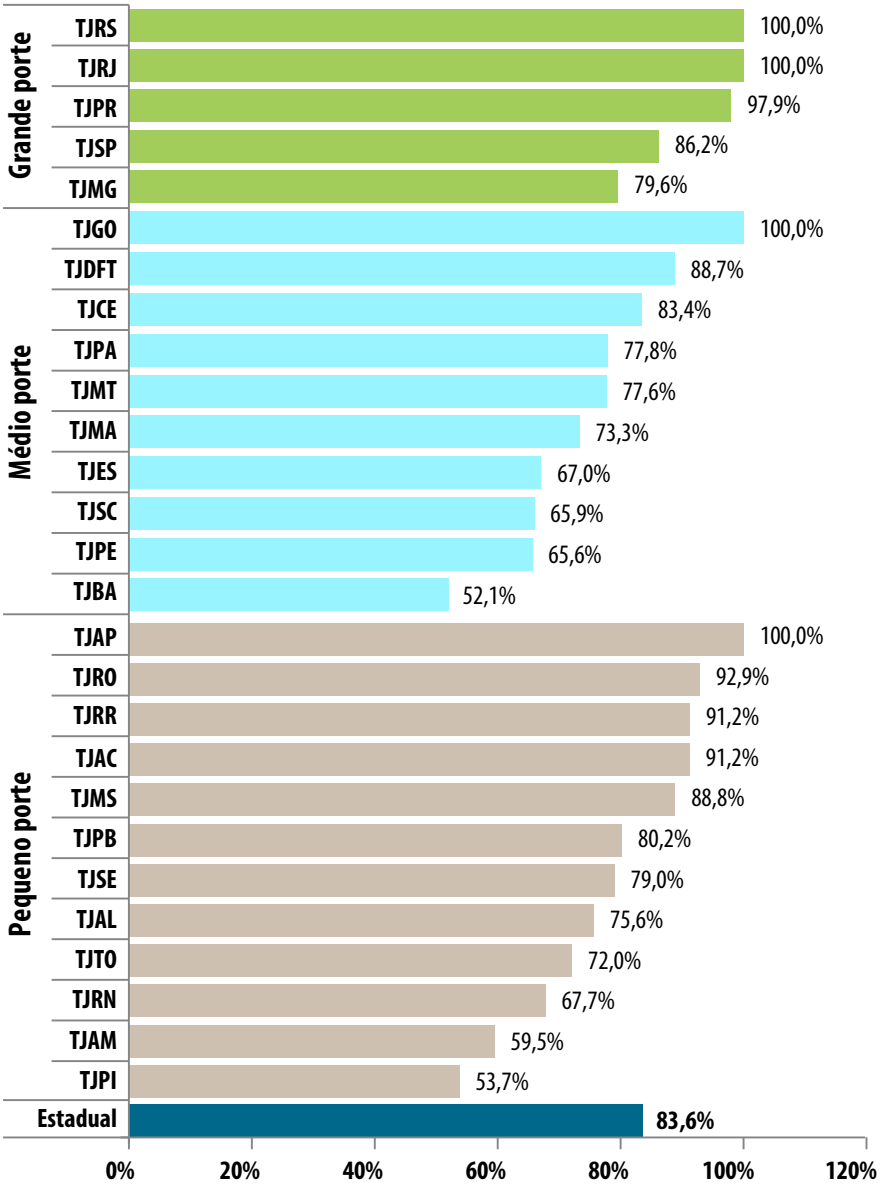
De acordo com o Gráfico 4.60, dentre os tribunais de grande porte, o TJRJ e o TJRS aparecem com maiores percentuais de eficiência, iguais a 100%, percentual que tem se mantido durante toda a série histórica desde 2009[8]. Nos demais tribunais de grande porte, o TJPR e o TJSP obtiveram, em 2014, eficiências de 98% e 86%, respectivamente. Todavia, estes tribunais apresentaram resultados de IPC-Jus maiores que no ano anterior, sendo que no passado, ambos já foram 100% eficientes. O único tribunal de grande porte que nunca atingiu eficiência máxima é o TJMG, sendo o menor percentual do agrupamento (80%) e o único a ficar abaixo do valor médio da Justiça Estadual, de 83%, porém apresentando uma série histórica ascendente.

Com relação aos tribunais de médio porte, apenas o TJGO alcançou eficiência máxima, confirmando a tendência de crescimento observada no ano anterior. Também o TJDFT (89%) e TJCE (83%) se destacam, tanto pela tendência de crescimento, quanto por serem os únicos, além do TJGO, cujo resultado foi superior ao patamar de 83%, índice médio da Justiça Estadual. O TJBA apresenta o menor IPC-Jus deste grupo de tribunais (52%), com uma tendência de queda da produtividade. Este tribunal, apesar de ser de médio porte, é o primeiro do *ranking* da classificação por porte, pois sua estrutura orçamentária e de servidores é próxima ao do TJPR (último no *ranking* de classificação no grupo de grande porte), ou seja, o TJBA se encontra em posição limiar na separação dos portes.

Quanto aos tribunais de pequeno porte, apenas o TJAP atingiu eficiência máxima, mantendo o resultado do ano anterior. Em destaque, por figurarem acima do índice médio da Justiça Estadual, estão TJRO (93%), TJRR (91%), TJAC (91%) e TJMS (89%). Apesar de configurar entre os 5 melhores tribunais em termos de eficiência, o TJAC quebrou em 2014 sua sequência de 4 anos seguidos (entre 2010 e 2013) com eficiência máxima e o TJMS apresentou uma recuperação da sua queda de eficiência em 2013, após 4 anos apresentando eficiência máxima. O menor resultado alcançado no grupo foi no TJPI, com IPC-Jus de apenas 54%, embora sua eficiência tenha crescido em 7 p.p. em relação ao ano anterior.

8 A série histórica do IPC-Jus poderá ser visualizada nos infográficos de cada tribunal.

Gráfico 4.60 – Resultado do IPC-Jus por Tribunal na Justiça Estadual



Para melhor compreensão dos resultados do IPC-Jus sugere-se análise dos gráficos a seguir que fazem o cruzamento, dois a dois, dos principais indicadores de produtividade que influenciam no cálculo da eficiência relativa. Cada um dos indicadores relaciona a variável de *output* (baixados) com uma de *input*. Os gráficos apresentam, simultaneamente, 4 dimensões distintas, pois além dos 2 indicadores, também demonstram, por meio de símbolo, a classificação de cada tribunal em relação ao seu porte associado, em que quanto maior o símbolo, mais eficiente o tribunal. Maiores descrições sobre a interpretação desse tipo de gráfico podem ser encontradas na seção sobre metodologia deste Relatório.

O Gráfico 4.61 apresenta a relação entre a taxa de congestionamento e a produtividade dos magistrados (IPM), isto é, o percentual de processos em tramitação que não foram resolvidos no ano de 2014 *versus* o total de processos baixados por magistrado. Nele, pode-se perceber que apenas o TJRJ (grande porte) e o TJAP (pequeno porte) constam na fronteira de eficiência. O primeiro apresentou o maior quantitativo de processos baixados por magistrado da Justiça Estadual, enquanto que o outro apresentou a menor taxa de congestionamento. Além disso, note que os tribunais presentes no segundo quadrante são aqueles que tiveram melhor desempenho, pois harmonizam alto IPM com baixa taxa de congestionamento. Já os que se encontram no quarto quadrante merecem maior atenção, pois estão em uma posição crítica, uma vez que se encontram mais distantes da fronteira e combinam alta taxa de congestionamento com baixo IPM. As situações mais preocupantes são as do TJPI (pequeno porte), que possui o menor

IPM da Justiça e a terceira maior taxa de congestionamento, e do TJBA (médio porte), que tem a maior taxa de congestionamento e o segundo menor IPM.

Já o Gráfico 4.62 traz a relação entre a produtividade dos servidores (IPS) e a taxa de congestionamento. Nesse gráfico, aparecem na fronteira de eficiência apenas o TJAP (pequeno porte), com a menor taxa de congestionamento da Justiça Estadual, e o TJRS (grande porte) com o maior IPS. Destacam-se ainda o TJPR (grande porte) e o TJGO (médio porte), no segundo quadrante, e o TJRJ (grande porte), que se encontra próximo à fronteira. Apenas 30% dos tribunais (8 em 27) possuem IPS acima da média, enquadrando-se nesta situação todos os 5 tribunais de grande porte. Isso significa que existem poucos tribunais grandes produzindo muito e muitos tribunais de pequeno ou médio porte produzindo, comparativamente, pouco. Faz-se necessário adotar medidas para viabilizar incrementos da produtividade dos TJs em questão.

A análise conjunta do Gráfico 4.61 e do Gráfico 4.62 permite que se reforcem os resultados negativos do TJPI (pequeno porte) e do TJBA (médio porte), sugerindo que os indicadores de produtividade de magistrados e de servidores podem ser melhorados. Estes tribunais, além do TJAL, TJAM, TJES, TJPE e TJRN, constam no quadrante de menor eficiência (4) tanto quando analisada a produtividade dos servidores quanto dos magistrados, pois possuem taxas de congestionamento acima da média aliadas às produtividades abaixo da média. Ao contrário, TJRS, TJPR e TJGO permaneceram no quadrante de melhor desempenho em ambas as visualizações.

Por fim, o Gráfico 4.63 pondera a taxa de congestionamento com a despesa total por baixado, descontando-se as despesas relativas ao pessoal inativo, tendo em vista que esta despesa não possui relação direta com a produtividade do tribunal. Como o objetivo é minimizar a despesa por processo baixado, houve inversão da linha de fronteira de eficiência em relação aos gráficos anteriores, sendo nesse caso o terceiro quadrante aquele de maior eficiência e o primeiro o de menor eficiência. Nota-se a permanência do TJAP (pequeno porte) e do TJRS (grande porte) na fronteira de eficiência, com a menor taxa de congestionamento e a menor despesa por processo baixado, respectivamente, e a grande proximidade do TJPR (grande porte) e do TJGO (médio porte) à curva. Além desses tribunais, ressaltem-se ainda o TJPB, o TJRO e o TJMS, todos de pequeno porte, que se encontram no quadrante de maior eficiência. Com destaque negativo, encontra-se novamente o TJBA (médio porte), devido à maior taxa de congestionamento e umas das mais altas despesas, além do TJDFT (médio porte), que possui a maior despesa por processo baixado da Justiça Estadual.

Gráfico 4.61 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Magistrados

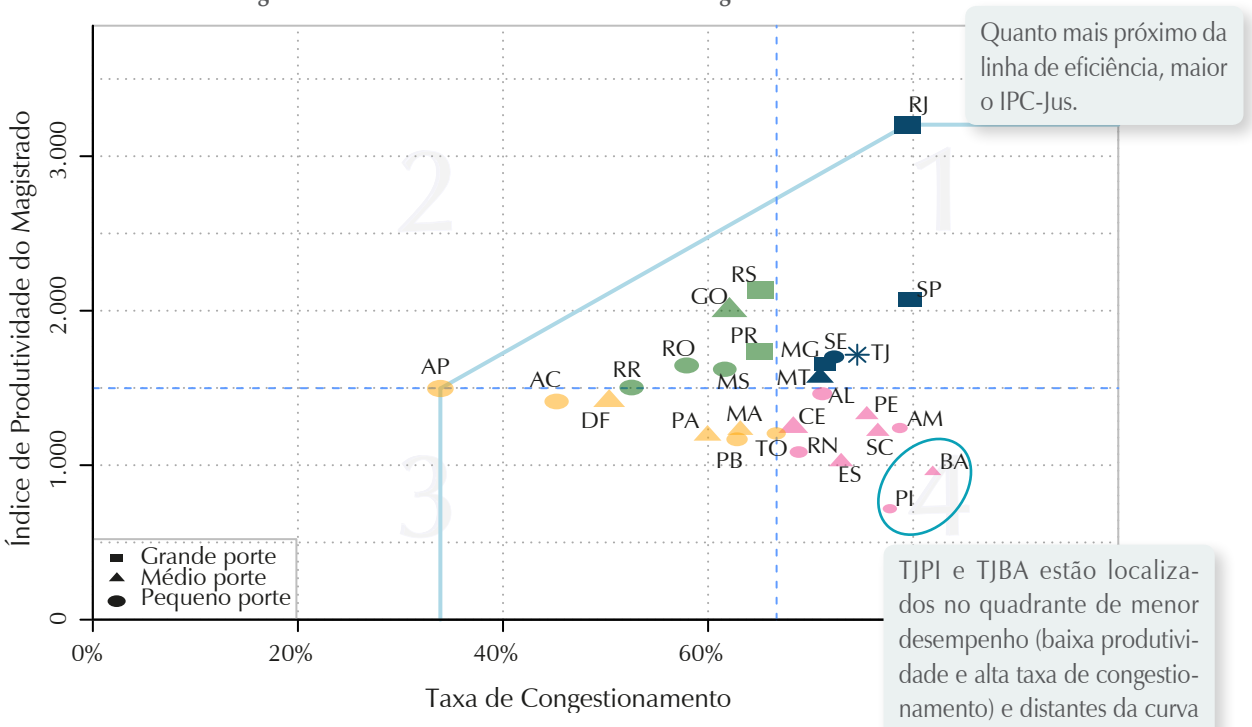


Gráfico 4.62 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Servidores

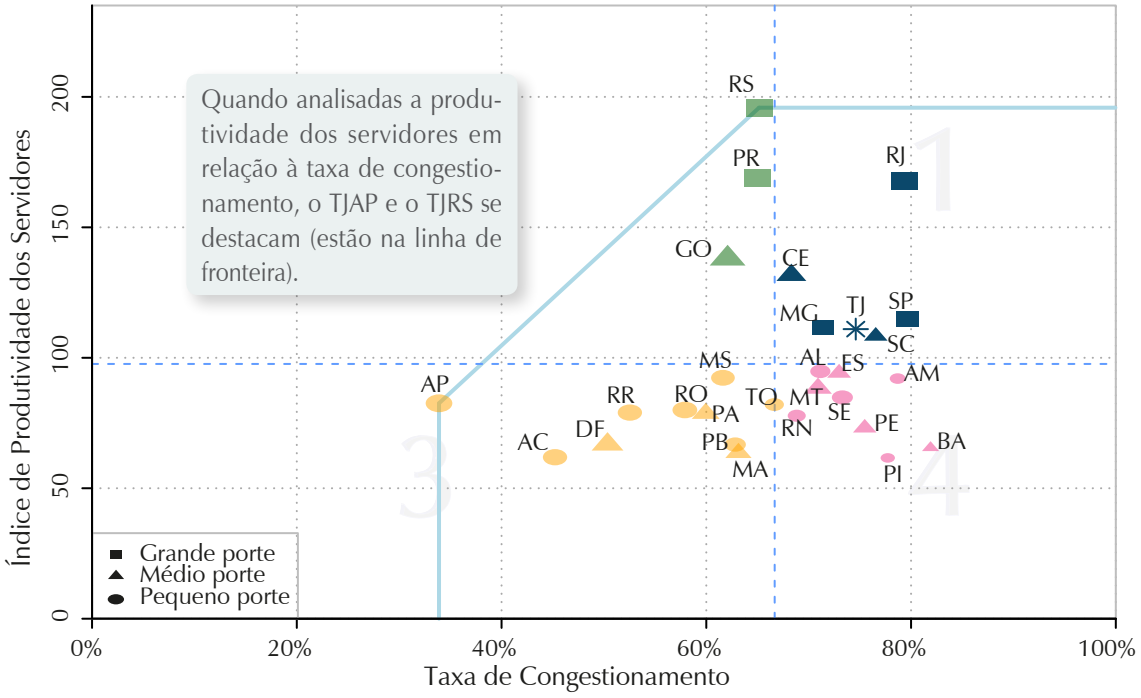
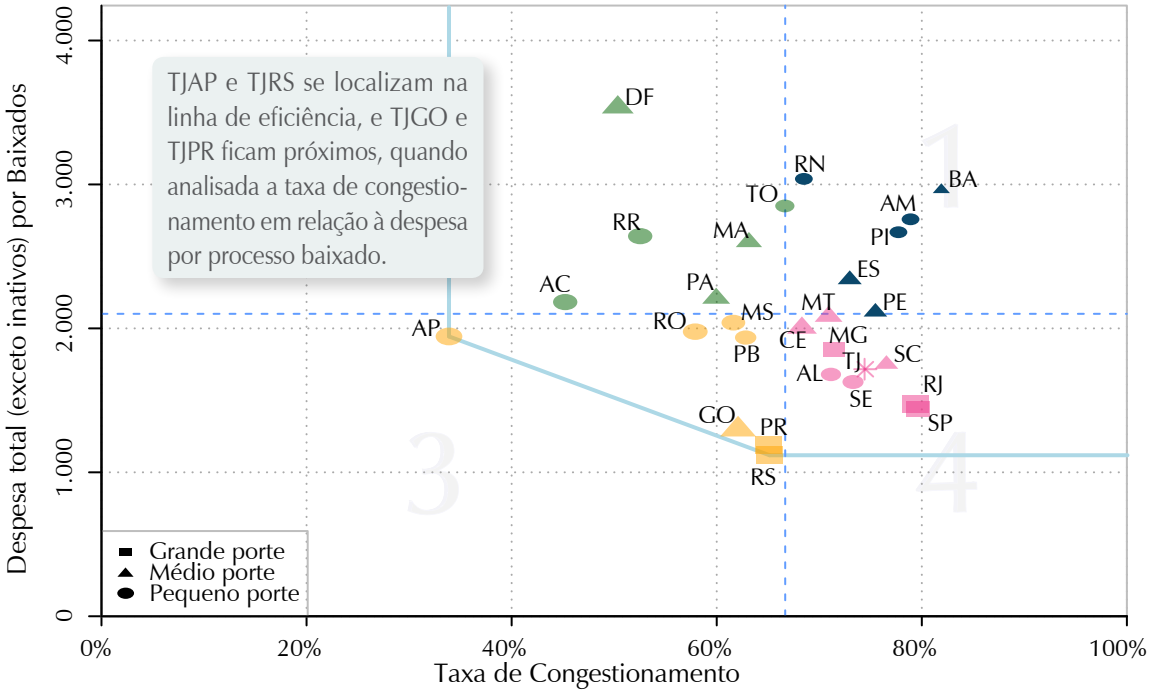


Gráfico 4.63 – Taxa de Congestionamento x Despesa Total (exceto inativos) por Processos Baixados



4.8.2 Análises de Cenário

Um dos resultados obtidos com base na aplicação do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus) consiste na mensuração de quanto o tribunal deveria ter baixado em número de processos para que, em 2014, pudesse alcançar a eficiência máxima. Dessa forma, esta seção destina-se a apresentar o resultado real e a simulação com os principais indicadores de desempenho, sendo o resultado simulado construído a partir da hipótese de que todos os tribunais são eficientes e alcançam 100% no IPC-Jus. Tal hipótese considera que todos os tribunais são homogêneos no sentido que são aptos a produzir proporcionalmente aos seus próprios insumos. Trata-se de uma situação de idealidade, pois significaria que todos os tribunais possuem produtividade semelhante, ponderada ao seu próprio porte.

Cabe lembrar que pela metodologia, um tribunal é considerado eficiente porque em relação aos demais conseguiu produzir mais com menos recursos. Entretanto, tal enquadramento, não significa que o tribunal que atinja seu máximo de produção não tenha como aperfeiçoar ainda mais seu desempenho. Mesmo os tribunais que atingiram o percentual máximo devem considerar a necessidade de aprimoramentos, já que o volume de processos que tramita na Justiça Estadual é muito elevado e o julgamento e a baixa dos processos de forma célere são pressupostos constitucionais para a prestação jurisdicional justa. Dessa forma, na simulação apresentada a seguir, não significa, por exemplo, que a taxa de 79% de congestionamento aferida no TJRJ seja satisfatória, mas sim que, em relação aos demais tribunais e aos seus insumos, o tribunal baixou, comparativamente, um alto quantitativo de processos. Se todos os tribunais conseguirem baixar significativamente a cada ano mais processos, o ótimo alcançado pela curva de eficiência se tornará cada vez mais próxima do ótimo subjetivo, que seria, de fato, um patamar mais satisfatório de taxas de congestionamento para o Poder Judiciário.

O comparativo será produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS)[9], no Índice de Atendimento à Demanda (IAD) e na Taxa de Congestionamento (TC), ou seja, caso o tribunal tivesse atingido aquela produtividade por magistrado constante no Gráfico 4.64 ou por servidor, constante no Gráfico 4.65, seu IPC-Jus seria de 100% e, como consequência, a taxa de congestionamento seria conforme observado no Gráfico 4.66.

Ao verificar a série histórica do quanto cada tribunal deveria ter baixado para atingir o índice de 100% no IPC-Jus, observa-se que, dentre os Tribunais de Justiça de grande porte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são referência, enquanto que São Paulo e Minas Gerais teriam que aumentar o número de processos baixados em, respectivamente, 16% e 26% no ano de 2014.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro se destaca ao analisar os índices de produtividade dos magistrados (IPM), de produtividade dos servidores (IPS) e de atendimento à demanda (IAD) e taxa de congestionamento (TC), uma vez que este tribunal apresentou no ano de 2014 o maior IPM, o terceiro maior IPS, IAD superior a 100% e mesmo assim obteve a terceira maior taxa de congestionamento da Justiça Estadual, tais indicadores demonstram que mesmo com alta produtividade, o TJRJ não consegue reduzir o resíduo processual de anos anteriores. Já o Tribunal de Justiça do Amapá atingiu o IPC-Jus de 100% com a menor taxa de congestionamento da Justiça e estoque inferior ao quantitativo de casos novos.

Caso os tribunais atingissem o índice de 100% no IPC-Jus do ano de 2014, as maiores alterações nos indicadores seriam dos Tribunais de Justiça da Bahia, Amazonas e Piauí, sendo que este último possui a menor produtividade dos magistrados da Justiça, e seria eficiente mesmo com produtividade inferior ao indicador da maioria dos demais tribunais.

9 Nesta situação hipotética a lotação do servidor não é considerada, ou seja, são computados tanto os servidores da área judiciária quanto os servidores da área administrativa.

Gráfico 4.64 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%.

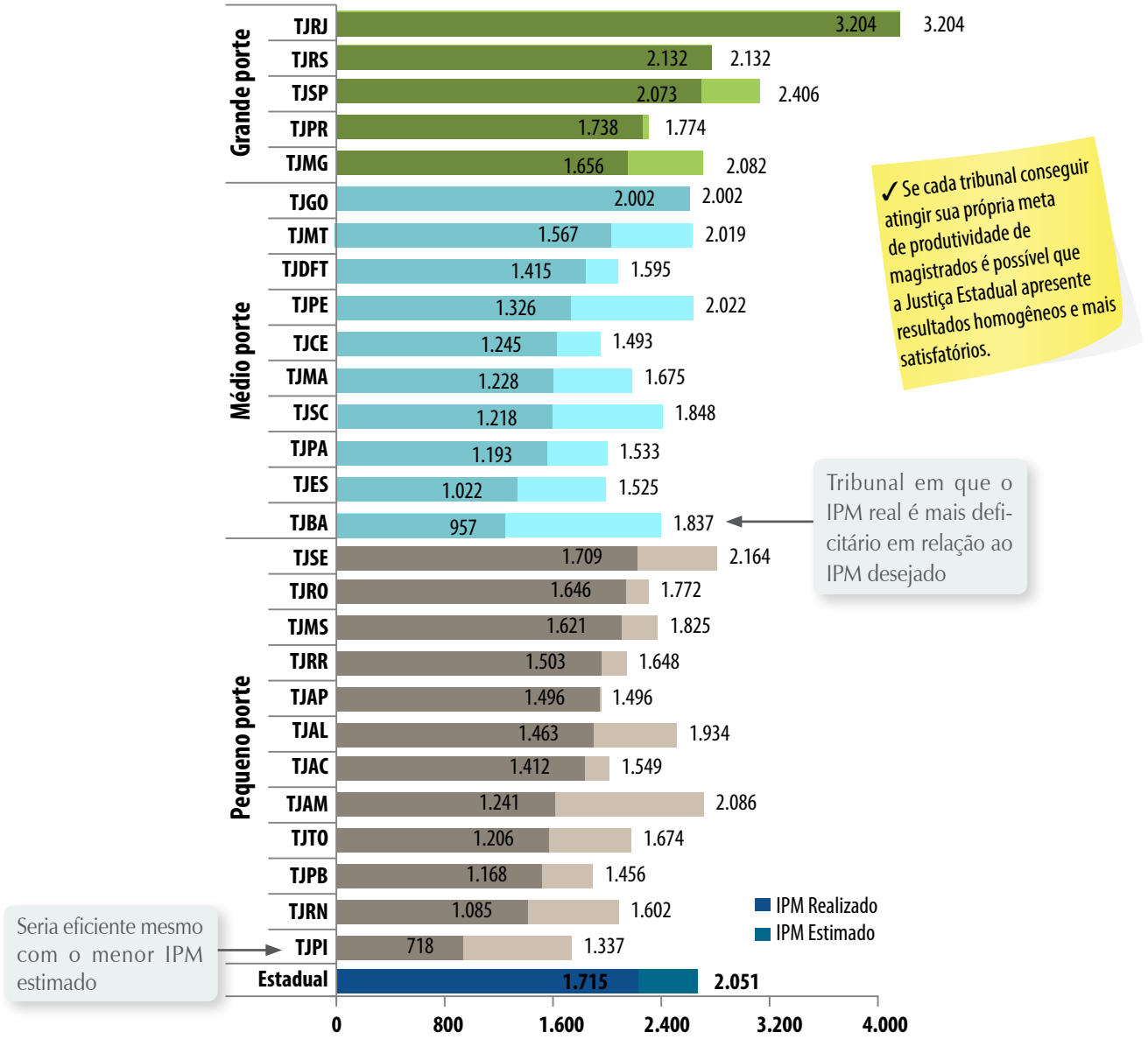


Gráfico 4.65 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%.

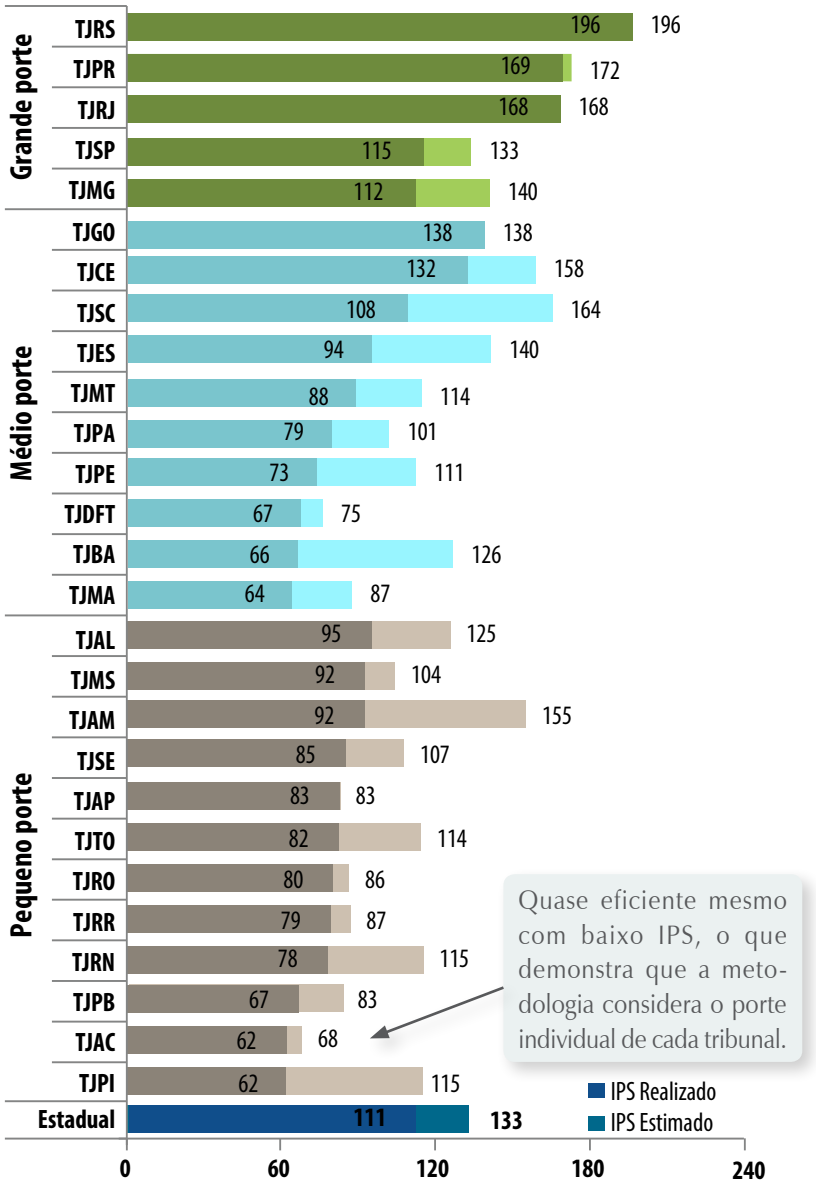
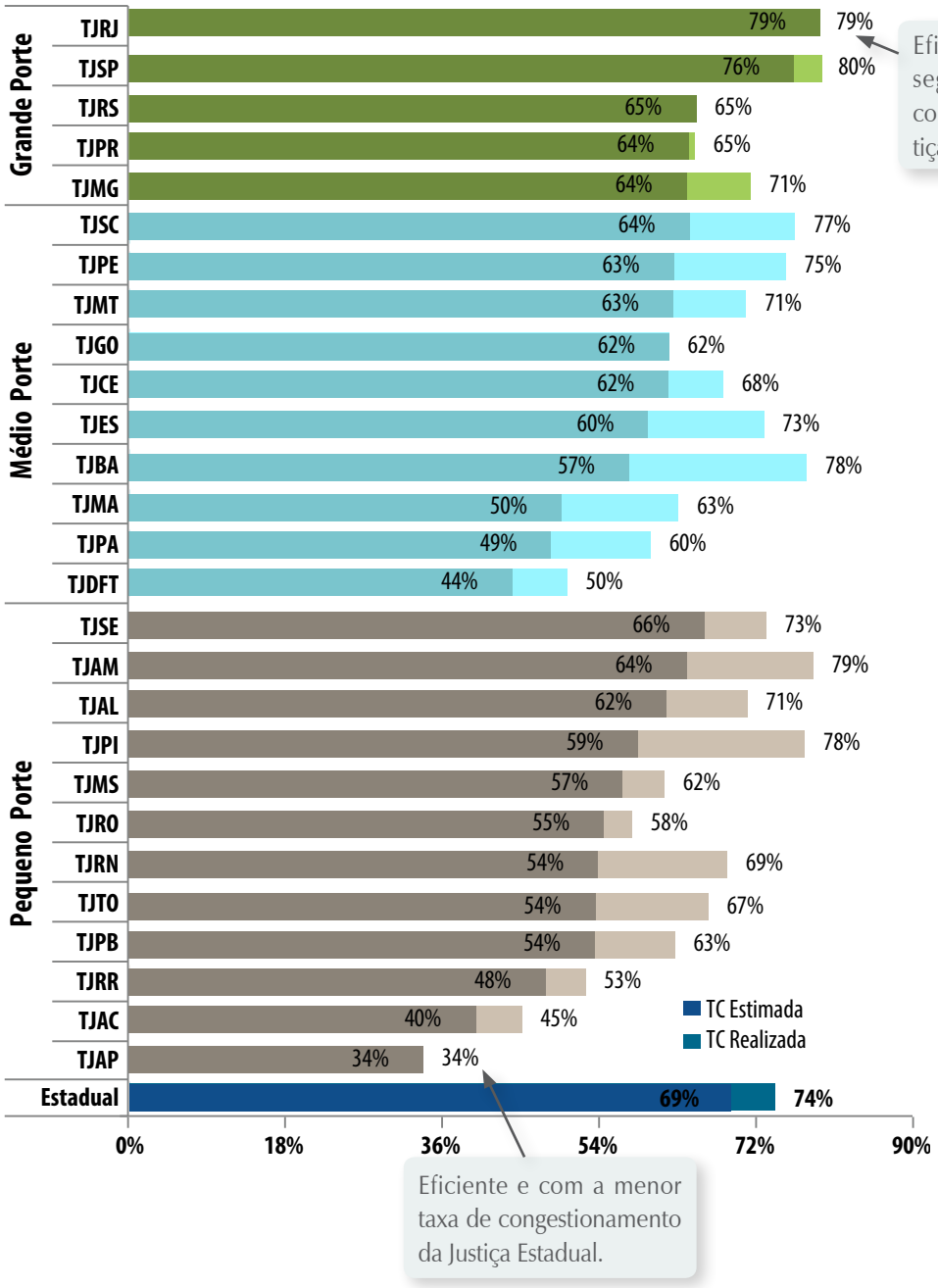


Gráfico 4.66 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100%.



4.9 Síntese da Justiça Estadual

A Justiça Estadual, composta por 27 tribunais, 2.620 comarcas e 9.378 unidades judiciárias de primeiro grau, subdividas em 5.850 varas, 1.534 juizados especiais e 1.994 varas com juizados adjuntos, recebeu, apenas no ano de 2014 um total de 20,1 milhões de processos. Tal quantitativo apresentou redução de 2,0% em relação a 2013, após três anos subsequentes (2010-2013) de crescimento médio anual da demanda, na ordem de 5,8%. Mesmo com queda nos casos novos e com aumento de 2,6% no total de processos baixados, a taxa de congestionamento manteve-se estável, em 74%, o que significa que, de cada 100 processos que tramitaram na Justiça Estadual durante o ano de 2014, apenas 26 foram baixados. Ao analisar os casos novos por grau de jurisdição, identifica-se que a queda na demanda deve-se ao primeiro grau, tanto no âmbito do juízo comum (-4,4%) quanto no dos juizados especiais (- 1,6%). No 2º grau, ao contrário, houve aumento de 10% na demanda.

Apesar da retração dos casos novos, a estrutura não parou de crescer, e, com uma despesa que alcança R$ 37,6 bilhões, um quadro de 11.631 magistrados e 271.759 trabalhadores[10] em atuação, tais valores registraram aumento de 4%, 1,9% e 0,5%, respectivamente. Todavia, cabe esclarecer que em relação aos servidores (efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo efetivo), pela primeira vez na série histórica houve pequena retração mensurada em 0,2%. O principal fator para esta redução relaciona-se à queda significativa do número de servidores de órgãos externos ao Poder Judiciário, que foram requisitados ou cedidos para os tribunais, que passou de 10.149 servidores em 2013 para 8.632 em 2014 (- 14,9%). Quanto ao número de magistrados, as pequenas elevações sentidas na série histórica não foram suficientes para acompanhar o crescimento populacional, pois o índice de 5,7 magistrados por cem mil habitantes caiu em 3% no sexênio e, ao revés, quando calculado este mesmo índice pelos cargos existentes (providos ou não), observa-se um crescimento de 1,3% no período, atingindo-se 7,8 cargos de magistrados existentes por cem mil habitantes em 2014. Conclui-se, portanto, que o aumento da estrutura foi criado, e resta tomar as medidas necessárias para o devido provimento dos cargos, haja vista a existência de 3.801 cargos vagos de magistrados (24% do total).

Com relação ao aumento de 4% nas despesas, esta ampliação justifica-se, basicamente, pelos gastos com recursos humanos que subiram em 5,1% no último ano, em 33,8% no sexênio[11] e que abrangem 89% das despesas total. Ao contrário, nas demais rubricas de despesas, houve redução de 4,6% no último ano, sendo que as despesas com aquisições e contratos na área de Tecnologia da Informação reduziram em 17% e 12%, respectivamente.

A produtividade da Justiça Estadual é relativamente alta e vem crescendo ano após ano, totalizando no ano de 2014 quase 20 milhões de baixas e 19,1 milhões de sentenças. Ao correlacionar tal informação com os 11.631 magistrados em atividade jurisdicional, obtém-se uma média anual de 1.715 processos baixados ao ano e de 1.644 sentenças, o que equivale a 7,1 processos baixados e a 6,9 sentenças proferidas por dia[12]. Ainda assim, os juízes e os desembargadores foram capazes de melhorar no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o qual registrou aumento de 0,6% no último ano e 6,3% no último sexênio. É importante, todavia, uma análise mais detalhada dos processos na fase de execução, pois, apesar de comporem 52% do acervo processual (29,7 milhões sob o total de 57,2 milhões de processos), a produtividade dos magistrados nesta fase equivale a aproximadamente um terço da produtividade aferida na fase de conhecimento (1.299 baixados por magistrado no conhecimento em relação a 488 baixados por magistrado na execução).

Outro aspecto relevante refere-se ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD). O IAD mede a relação dos processos baixados com os casos novos que é de 99% na Justiça Estadual, ao passo que na execução é de 86% e no conhecimento, 106%. O comportamento histórico de um IAD na execução abaixo do patamar de 100%[13] traz por consequência os subsequentes aumentos dos casos pendentes ocorridos ano após ano. Se a execução fiscal fosse excluída dos cálculos dos indicadores de produtividade, a taxa de congestionamento reduziria de 74,2% para 65,5% (-9 p.p - pontos percentuais) e o IAD passaria de 99% para 102,3% (+ 3 p.p).

Um aspecto importante é a disparidade identificada nos resultados entre os tribunais. As análises comparativas devem sempre ser produzidas com um olhar atento ao porte de cada tribunal, dadas suas peculiares características regionais e territoriais. Exatamente por este motivo, a técnica utilizada neste relatório para análise da eficiência relativa (DEA), pelo então denominado Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus), é capaz de comparar os diferentes TJs, pois mede quanto cada tribunal deveria baixar em número de processos, de forma ponderada aos recursos existentes. Se todos os tribunais fossem igualmente

10 Computada a força de trabalho auxiliar, composta por terceirizados, estagiários, juízes leigos e conciliadores.

11 Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA, Dez/2014.

12 Cálculo considerando um total de 240 dias úteis no ano, ou seja, 20 dias úteis por mês.

13 Patamar mínimo necessário para que o Tribunal seja capaz de baixar ao menos o equivalente ao quantitativo ingressado, e assim, evitar aumento do estoque.

produtivos, seria possível uma Justiça equilibrada e homogênea. Todavia, ocorre que, ao passo que no TJPI são baixados em média 718 processos por magistrado, no TJRJ, são 3.204, ou seja, uma diferença de 346% entre o mais e o menos produtivo. Mesmo se considerássemos que cada tribunal somente pode baixar o equivalente aos recursos que o mesmo dispõe[14], mesmo assim, alguns tribunais poderiam ampliar, em muito, sua produtividade.

O mesmo ocorre na visão do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud), com valores que vão desde 78 baixados por servidor (TJPI) a 225 (TJRS). Tal indicador obteve aumento de 1,6% no último ano, apesar da retração de 2,3% no acumulado do sexênio. Resultado impactado, predominantemente, pelo primeiro grau[15], na qual estão 97% dos casos pendentes e 89% dos casos novos.

Na Justiça Estadual encontra-se a maior parte dos processos, pois concentra 81% do acervo do Poder Judiciário. Resultados positivos ou negativos neste ramo de justiça impactam, diretamente, todas as análises globais da Justiça brasileira.

Mais especificamente, nos cinco tribunais de grande porte (TJSP, TJRJ, TJMG, TJRS e TJPR) concentram-se 70% dos processos da Justiça Estadual e 57% dos processos de todo o Poder Judiciário. Cabe esclarecer, ainda, que este é o grupo de porte dos Tribunais de Justiça que apresenta maior eficiência média da Justiça Estadual, sendo que, dos cinco tribunais com maiores IPC-Jus, três são de grande porte (TJRS e TJRJ com 100% de eficiência e TJPR com 98%), e, portanto, com menor margem de aumento de produtividade sem, necessariamente, tendo aumentado suas respectivas estruturas.

4.10 Infográficos da Justiça Estadual

Os infográficos da Justiça Estadual contém dados de despesas, força de trabalho e informações sobre litigiosidade, com os quantitativos de processos ingressados, julgados, baixados e estoque, segregados entre processos de conhecimento e de execução. Também estão dispostos indicadores de desempenho do tribunal e indicadores de produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária. Os dados de litigiosidade estão segregados por instância, quais sejam: 2º grau, 1º grau (apenas juízo comum), turmas recursais e juizados especiais.

Apresenta-se, ainda, o resultado do Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) na série histórica do tribunal, bem como sua posição em *ranking* em relação aos quatro tribunais de mesmo porte em posições mais similares.

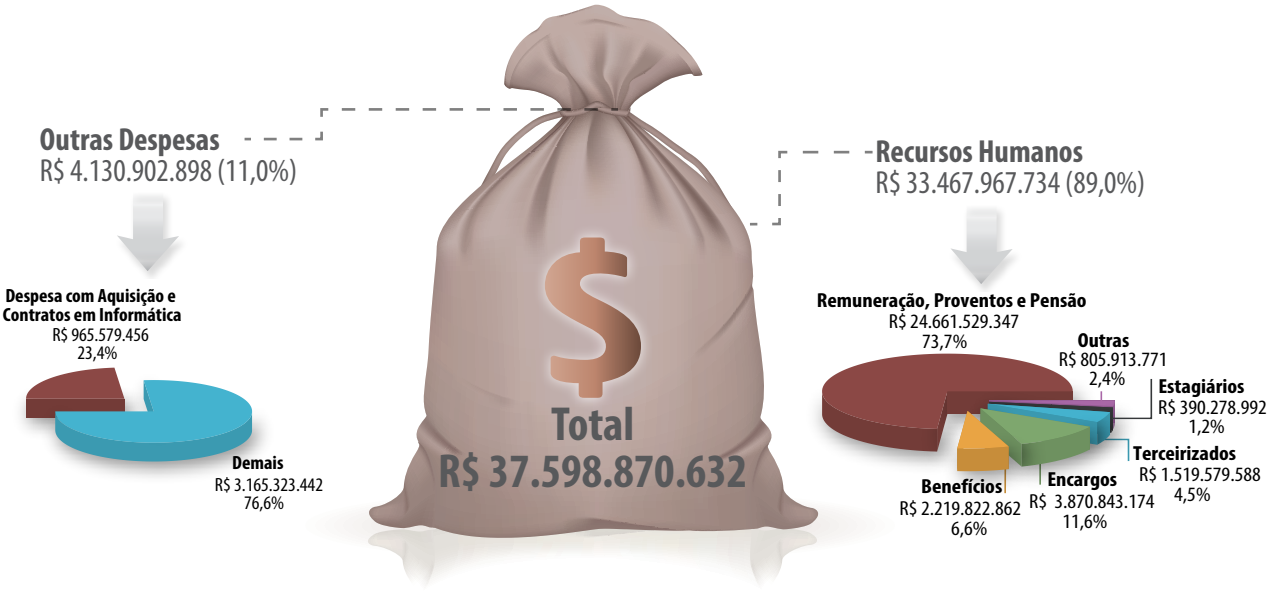
Por fim, apresenta-se os dez assuntos mais recorrentes, relativo aos processos ingressados no curso do ano de 2014 em cada tribunal. Neste quesito, é oportuno esclarecer que um mesmo processo pode ter vários assuntos, e que, neste caso, todos são contados, razão pela qual, tais valores distinguem-se do total de casos novos.

14 Resultado do IPC-Jus, detalhado em seção específica.

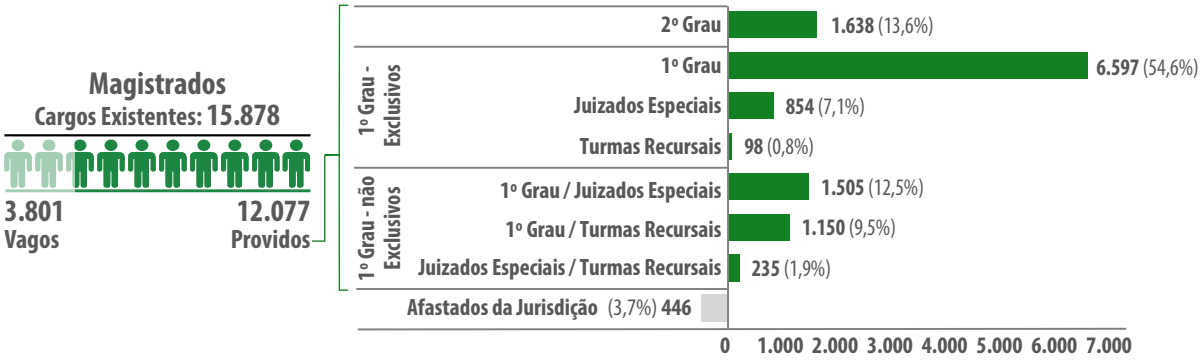
15 Agrupamento que considera as varas, os juizados especiais e as turmas recursais.

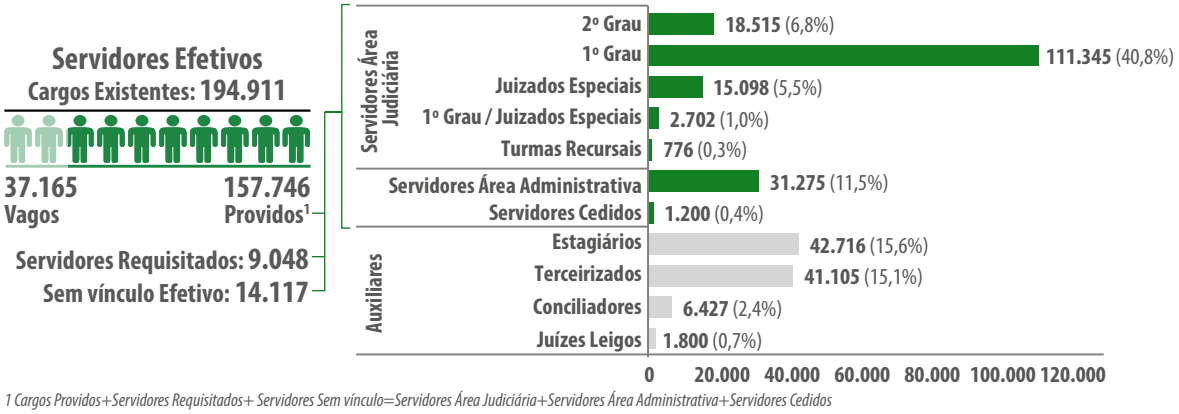
Justiça Estadual

Despesas



Força de Trabalho

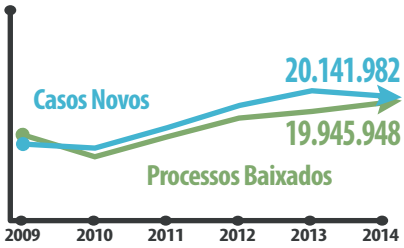


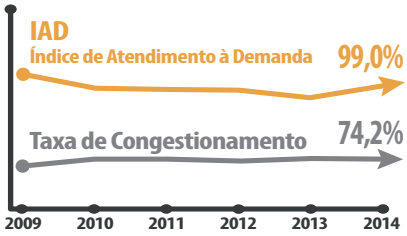


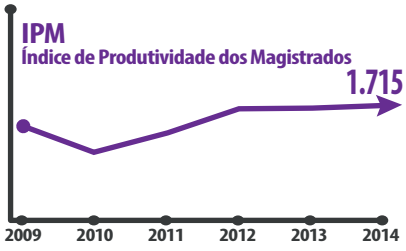
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

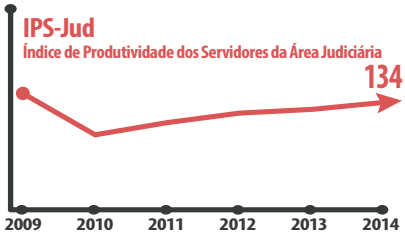
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	2.314.722	12.485.089	544.507	4.797.664	**20.141.982**	↓ -2,0%
Conhecimento	-	7.883.371	-	4.215.894	**12.099.265**	↓ -3,1%
Execução	-	4.601.718	-	581.770	**5.183.488**	↓ -4,8%
Julgados	2.412.137	11.240.535	535.338	4.935.550	**19.123.560**	↑ 5,4%
Conhecimento	-	7.136.886	-	4.258.613	**11.395.499**	↑ 3,0%
Execução	-	4.103.649	-	676.937	**4.780.586**	↑ 9,3%
Baixados	2.154.132	12.307.330	490.298	4.994.188	**19.945.948**	↑ 2,6%
Conhecimento	-	8.460.746	-	4.402.235	**12.862.981**	↑ 5,5%
Execução	-	3.846.584	-	591.953	**4.438.537**	↓ -5,5%
Estoque	1.738.006	49.652.846	306.770	5.509.114	**57.206.736**	↑ 5,7%
Conhecimento	-	20.740.821	-	4.763.748	**25.504.569**	↑ 10,5%
Execução	-	28.912.025	-	745.366	**29.657.391**	↑ 1,9%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	93,1%	98,6%	90,0%	104,1%	**99,0%**	↑ 4,42p.p.
Conhecimento	-	107,3%	-	104,4%	**106,3%**	↑ 8,68p.p.
Execução	-	83,6%	-	101,8%	**85,6%**	↓ -0,59p.p.
Taxa Congest.	46,8%	80,2%	42,4%	51,5%	**74,2%**	↑ 0,24p.p.
Conhecimento	-	70,4%	-	51,0%	**65,8%**	↑ 0,06p.p.
Execução	-	88,5%	-	55,4%	**87,3%**	↑ 0,85p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.413	1.263	369	1.743	**1.590**	↓ -4,4%
Carga de Trab.	2.878	7.197	626	4.121	**6.866**	↑ 1,7%
Proc. Julgados	1.473	1.271	363	1.928	**1.644**	↑ 3,4%
IPM (Baixados)	1.315	1.391	332	1.951	**1.715**	↑ 0,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	125	98	702	251	**125**	↓ -3,4%
Carga de Trab.	255	558	1.191	593	**538**	↑ 2,7%
IPS-Jud (Baixados)	116	108	632	281	**134**	↑ 1,6%

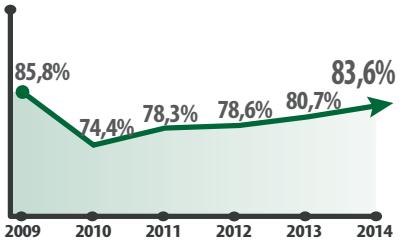








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



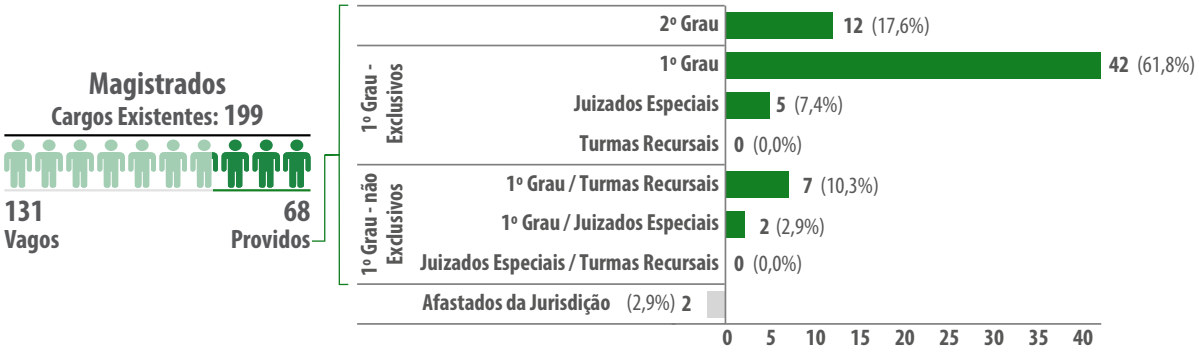
Assuntos mais recorrentes

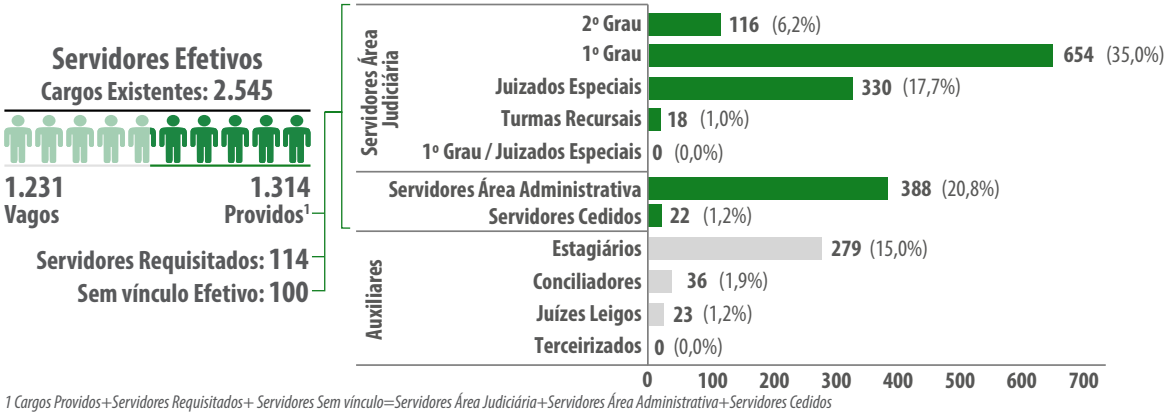
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	2.646.751
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	2.003.937
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	1.374.609
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	1.215.861
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	1.022.017
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	821.850
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	753.519
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	701.166
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	641.715
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	635.782

Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Despesas

Força de Trabalho

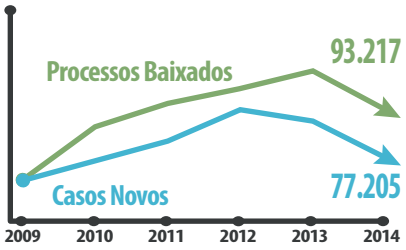


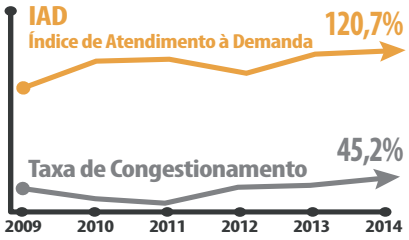


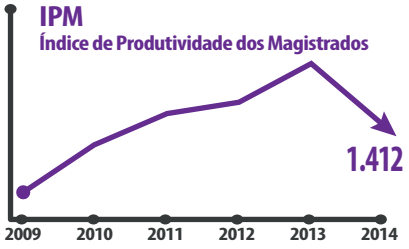
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

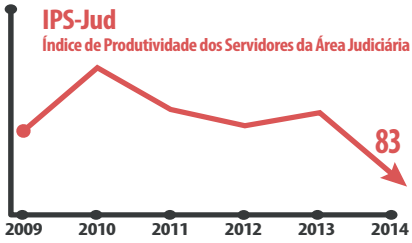
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	6.666	40.435	5.042	25.062	**77.205**	↓ -15,4%
Conhecimento	-	29.069	-	20.944	**50.013**	↓ -22,6%
Execução	-	11.366	-	4.118	**15.484**	↑ 2,2%
Julgados	5.000	40.450	5.274	37.280	**88.004**	↑ 3,9%
Conhecimento	-	31.962	-	34.811	**66.773**	↑ 2,7%
Execução	-	8.488	-	2.469	**10.957**	↓ -2,8%
Baixados	4.434	47.043	3.625	38.115	**93.217**	↓ -14,6%
Conhecimento	-	36.083	-	31.785	**67.868**	↓ -19,0%
Execução	-	10.960	-	6.330	**17.290**	↓ -4,2%
Estoque	3.309	63.862	2.731	23.069	**92.971**	↓ -0,2%
Conhecimento	-	38.870	-	18.494	**57.364**	↓ -6,0%
Execução	-	24.992	-	4.575	**29.567**	↑ 9,1%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	66,5%	116,3%	71,9%	152,1%	**120,7%**	↑ 1,14p.p.
Conhecimento	-	124,1%	-	151,8%	**135,7%**	↑ 6,06p.p.
Execução	-	96,4%	-	153,7%	**111,7%**	↓ -7,48p.p.
Taxa Congest.	55,5%	54,9%	53,4%	20,8%	**45,2%**	↑ 4,42p.p.
Conhecimento	-	46,9%	-	19,4%	**36,8%**	↑ 3,47p.p.
Execução	-	69,9%	-	27,2%	**61,6%**	↑ 4,33p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	556	670	560	3.190	**993**	↓ -26,7%
Carga de Trab.	954	2.245	1.020	6.986	**2.652**	↓ -16,5%
Proc. Julgados	417	861	586	5.326	**1.333**	↓ -7,1%
IPM (Baixados)	370	1.001	403	5.445	**1.412**	↓ -23,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	57	48	280	68	**59**	↓ -31,9%
Carga de Trab.	99	161	510	148	**157**	↓ -22,5%
IPS-Jud (Baixados)	38	72	201	116	**83**	↓ -29,1%

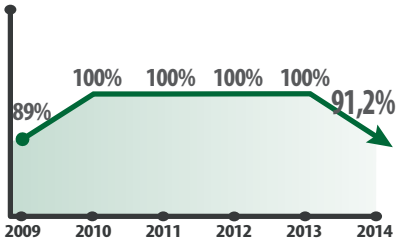


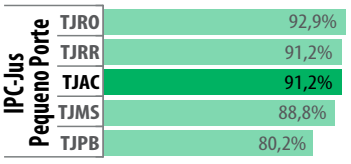






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





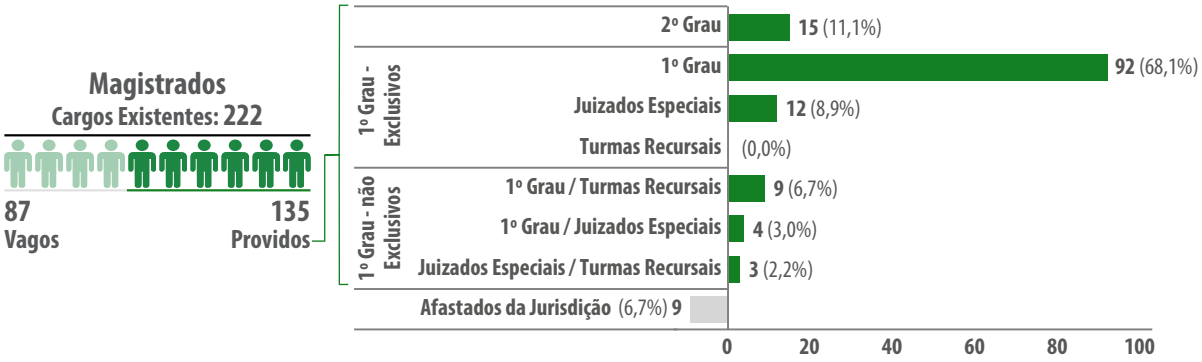
Assuntos mais recorrentes

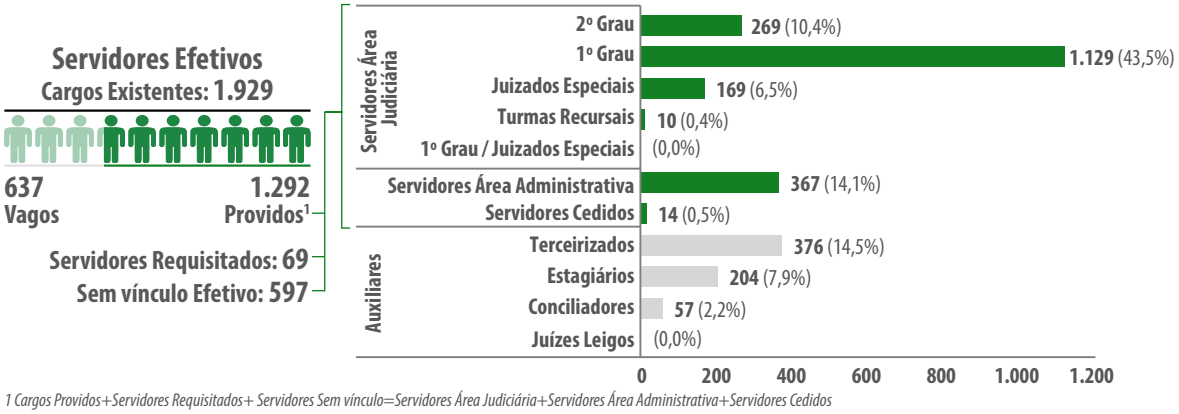
DIREITO CIVIL: Obrigações	8.908
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	8.812
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	6.660
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	6.006
DIREITO PENAL: Violência Doméstica Contra a Mulher	6.001
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	5.823
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	5.784
DIREITO PROCESSUAL PENAL: Execução Penal/Pena Privativa de Liberdade	5.254
DIREITO PROCESSUAL PENAL: Execução Penal/Pena Restritiva de Direitos	4.358
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	3.753

Tribunal de Justiça do Estado do Alagoas

Despesas

Força de Trabalho

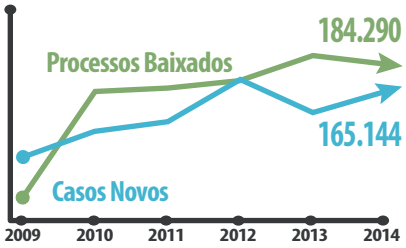


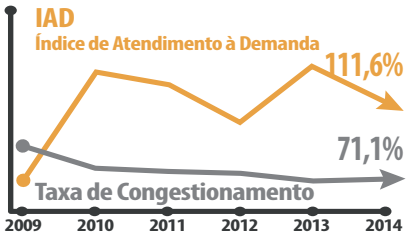


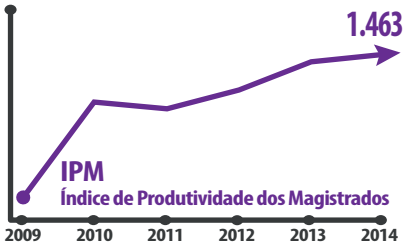
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

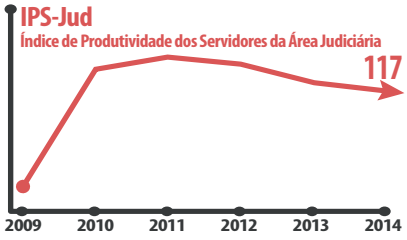
Litigiosidade

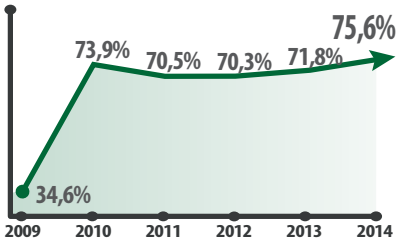
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	17.042	108.559	3.097	36.446	**165.144**	↑ 11,3%
Conhecimento	-	76.208	-	29.012	**105.220**	↓ -8,4%
Execução	-	32.351	-	7.434	**39.785**	↑ 126,6%
Julgados	16.484	71.793	2.078	35.029	**125.384**	↓ -25,5%
Conhecimento	-	59.460	-	32.977	**92.437**	↑ 5,2%
Execução	-	12.333	-	2.052	**14.385**	↓ -78,2%
Baixados	9.287	132.323	2.358	40.322	**184.290**	↓ -4,1%
Conhecimento	-	73.011	-	34.313	**107.324**	↓ -0,4%
Execução	-	59.312	-	6.009	**65.321**	↓ -12,5%
Estoque	5.928	402.028	1.816	63.601	**473.373**	↓ -5,6%
Conhecimento	-	190.185	-	57.900	**248.085**	↑ 2,1%
Execução	-	211.843	-	5.701	**217.544**	↓ -11,4%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	54,5%	121,9%	76,1%	110,6%	**111,6%**	↓ -17,91p.p.
Conhecimento	-	95,8%	-	118,3%	**102,0%**	↑ 8,18p.p.
Execução	-	183,3%	-	80,8%	**164,2%**	↓ -260,8p.p.
Taxa Congest.	59,6%	74,1%	52,0%	59,7%	**71,1%**	↑ 0,70p.p.
Conhecimento	-	72,6%	-	60,5%	**69,6%**	↓ -0,28p.p.
Execução	-	75,7%	-	54,3%	**74,6%**	↑ 2,99p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.136	1.055	258	1.756	**1.217**	↑ 19,9%
Carga de Trab.	2.010	5.312	431	6.126	**5.238**	↑ 6,5%
Proc. Julgados	1.099	733	173	2.061	**995**	↓ -19,6%
IPM (Baixados)	619	1.350	197	2.372	**1.463**	↑ 3,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	63	92	310	177	**97**	↑ 11,7%
Carga de Trab.	112	461	517	616	**419**	↓ -0,9%
IPS-Jud (Baixados)	35	117	236	239	**117**	↓ -3,6%

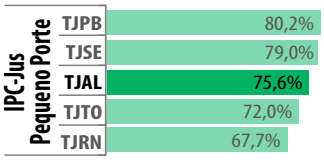










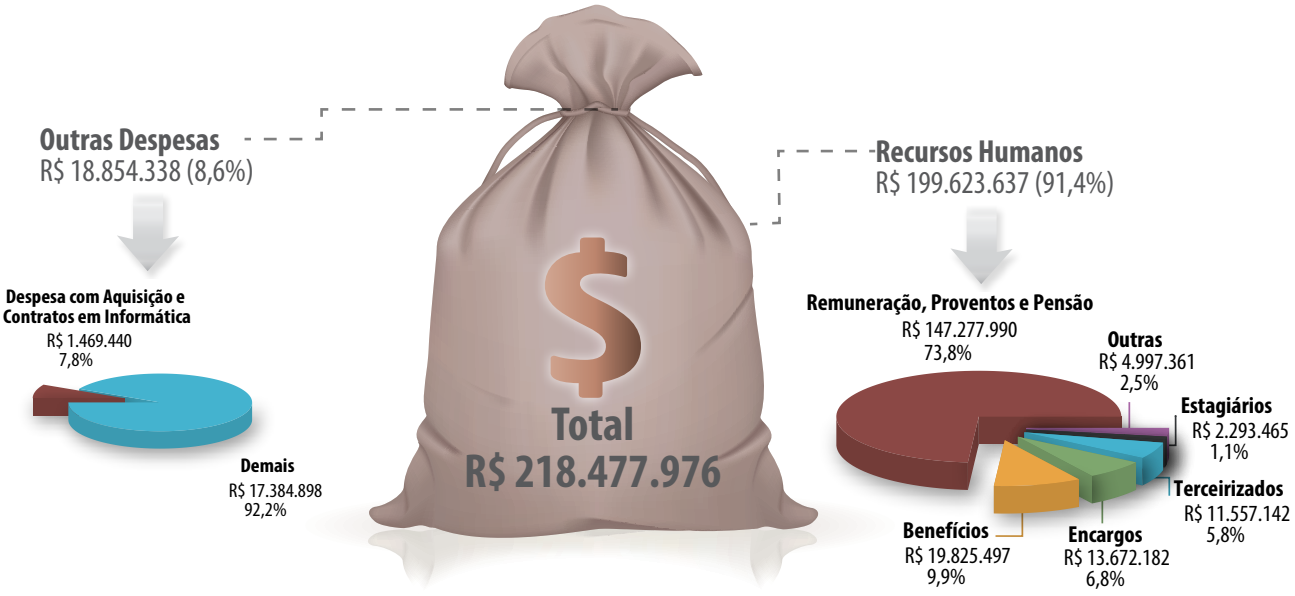


Assuntos mais recorrentes

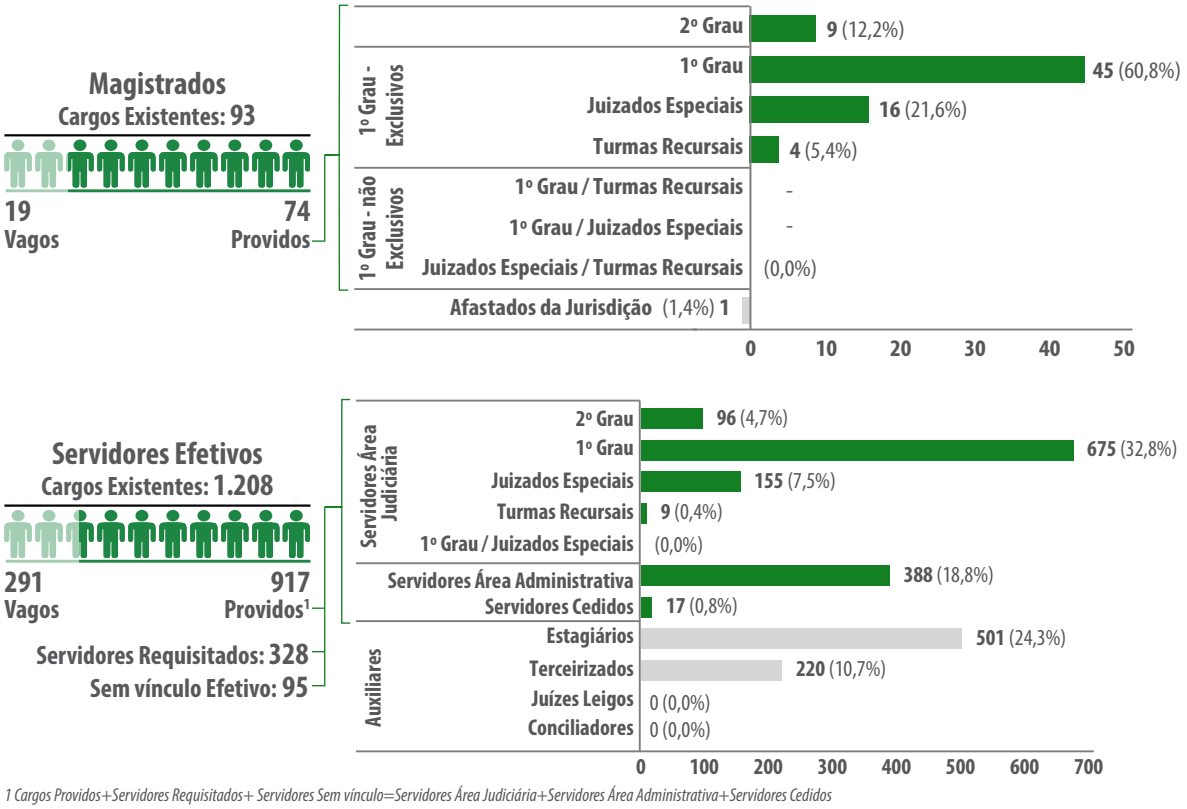
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	10.738
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	10.390
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	7.280
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	7.016
DIREITO CIVIL: Família/Relações de Parentesco	6.813
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	6.288
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	5.653
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	4.940
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	4.896
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Trânsito	4.261

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

Despesas



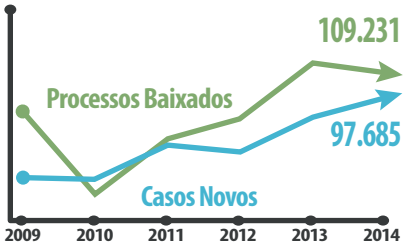
Força de Trabalho

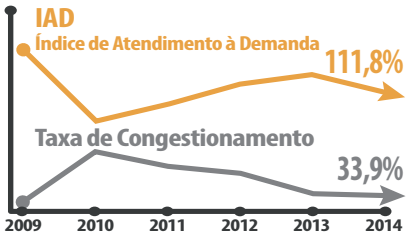


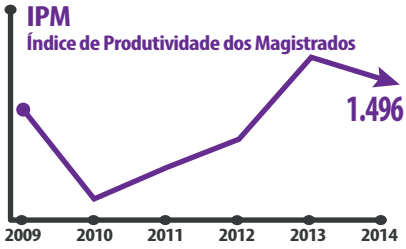
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

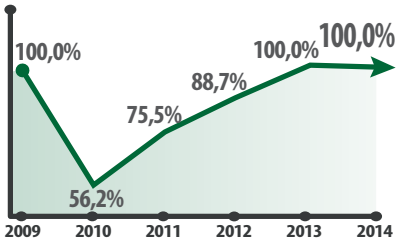
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	2.728	48.526	4.340	42.091	**97.685**	↑ 9,1%
Conhecimento	-	34.660	-	32.177	**66.837**	↑ 0,7%
Execução	-	13.866	-	9.914	**23.780**	↑ 44,2%
Julgados	4.182	30.817	4.862	46.551	**86.412**	↑ 5,8%
Conhecimento	-	24.967	-	35.556	**60.523**	↑ 3,4%
Execução	-	5.850	-	10.995	**16.845**	↑ 7,8%
Baixados	2.746	48.296	4.419	53.770	**109.231**	↓ -3,3%
Conhecimento	-	37.860	-	41.147	**79.007**	↓ -2,4%
Execução	-	10.436	-	12.623	**23.059**	↓ -10,6%
Estoque	1.605	39.092	1.165	25.680	**67.542**	↓ -20,9%
Conhecimento	-	23.587	-	18.589	**42.176**	↓ -18,6%
Execução	-	15.505	-	7.091	**22.596**	↓ -27,4%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	100,7%	99,5%	101,8%	127,7%	**111,8%**	↓ -14,41p.p.
Conhecimento	-	109,2%	-	127,9%	**118,2%**	↓ -3,68p.p.
Execução	-	75,3%	-	127,3%	**97,0%**	↓ -59,36p.p.
Taxa Congest.	36,6%	44,9%	19,7%	20,7%	**33,9%**	↓ -1,51p.p.
Conhecimento	-	35,0%	-	18,9%	**27,5%**	↓ -4,01p.p.
Execução	-	64,5%	-	25,8%	**50,3%**	↑ 4,41p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	303	830	1.085	2.227	**1.086**	↓ -5,5%
Carga de Trab.	593	2.011	1.518	4.251	**2.300**	↓ -10,2%
Proc. Julgados	465	700	1.216	2.909	**1.184**	↑ 0,0%
IPM (Baixados)	305	1.098	1.105	3.361	**1.496**	↓ -8,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	28	54	482	230	**85**	↓ -3,2%
Carga de Trab.	56	131	675	439	**180**	↓ -8,1%
IPS-Jud (Baixados)	29	72	491	347	**117**	↓ -6,4%







Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

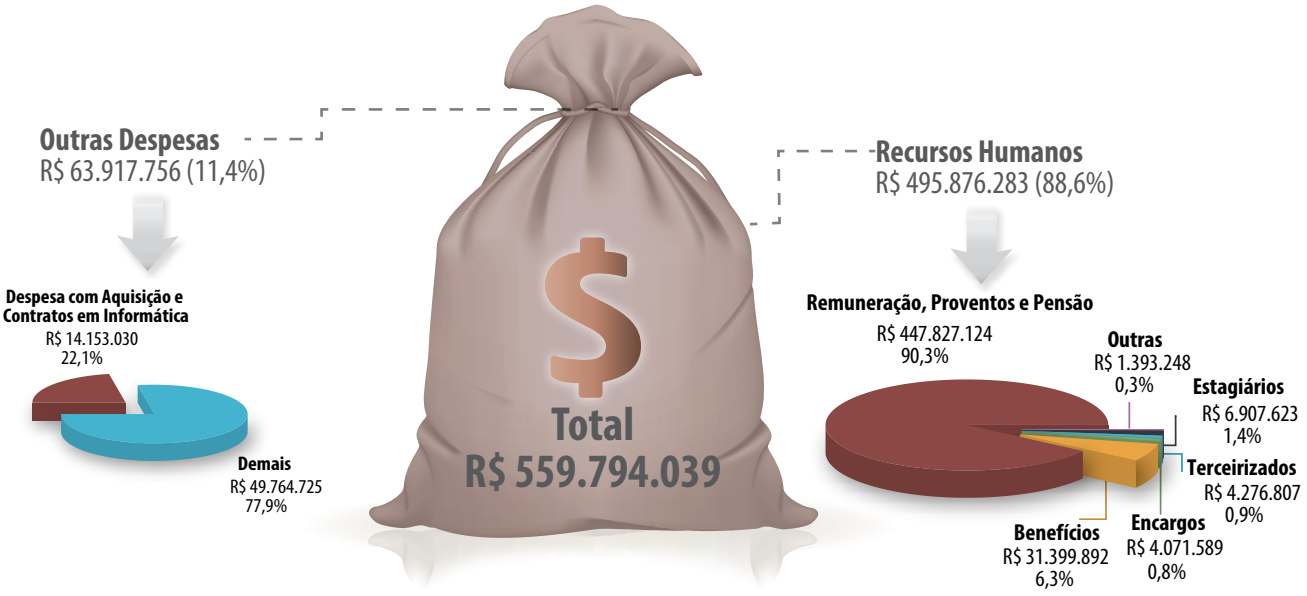


Assuntos mais recorrentes

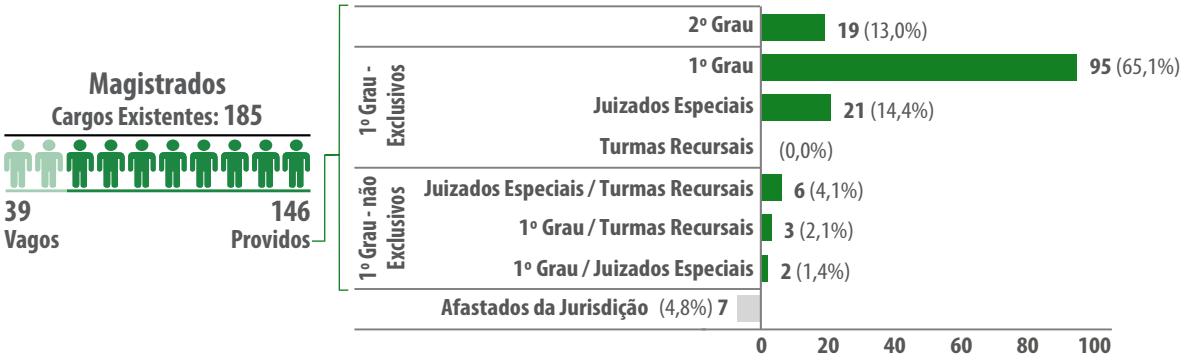
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	8.077
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	6.504
DIREITO DO CONSUMIDOR: Contratos de Consumo/Bancários	5.962
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	5.805
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	4.117
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	3.971
DIREITO CIVIL: Família/Relações de Parentesco	3.632
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	3.151
DIREITO DO CONSUMIDOR: Contratos de Consumo/Financiamento de Produto	2.993
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	2.791

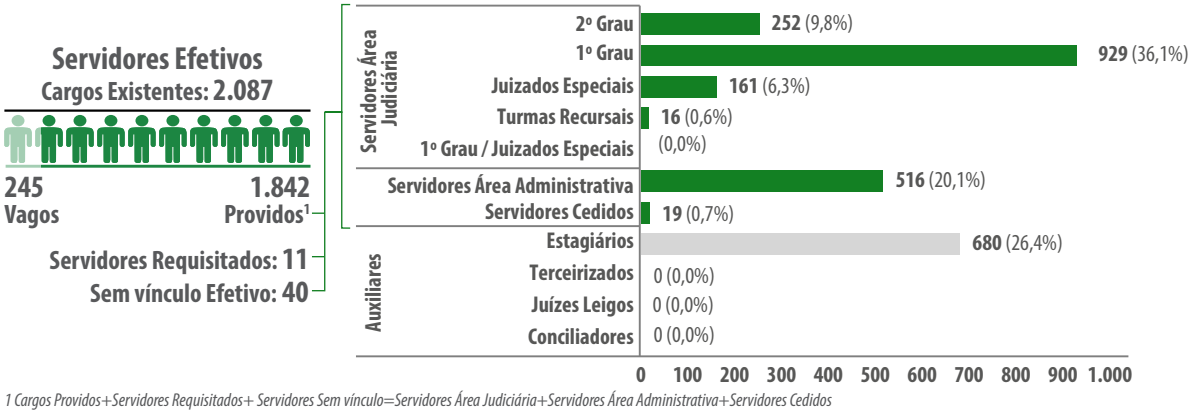
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Despesas



Força de Trabalho

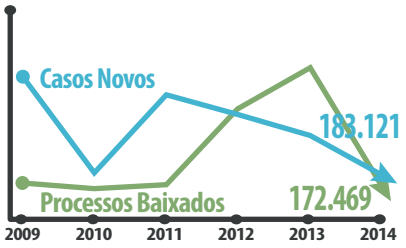


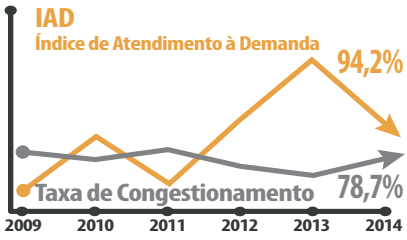


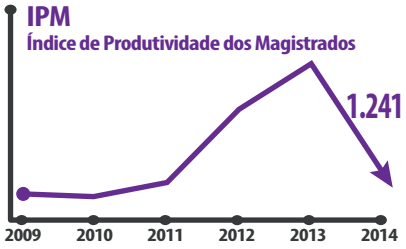
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

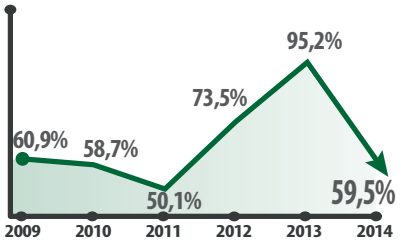
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	20.936	112.270	5.658	44.257	**183.121**	↓ -19,0%
Conhecimento	-	93.243	-	40.002	**133.245**	↓ -9,6%
Execução	-	19.027	-	4.255	**23.282**	↓ -55,1%
Julgados	14.426	102.965	4.928	38.328	**160.647**	↓ -24,6%
Conhecimento	-	62.549	-	35.630	**98.179**	↓ -1,4%
Execução	-	40.416	-	2.698	**43.114**	↓ -47,6%
Baixados	12.568	111.088	4.908	43.905	**172.469**	↓ -42,7%
Conhecimento	-	70.093	-	40.379	**110.472**	↓ -24,3%
Execução	-	40.995	-	3.526	**44.521**	↓ -66,6%
Estoque	19.765	573.997	2.792	29.822	**626.376**	↓ -12,0%
Conhecimento	-	140.002	-	26.636	**166.638**	↑ 29,2%
Execução	-	433.995	-	3.186	**437.181**	↓ -21,5%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	60,0%	98,9%	86,7%	99,2%	**94,2%**	↓ -38,89p.p.
Conhecimento	-	75,2%	-	100,9%	**82,9%**	↓ -16,10p.p.
Execução	-	215,5%	-	82,9%	**191,2%**	↓ -66,26p.p.
Taxa Congest.	69,1%	83,8%	41,9%	40,7%	**78,7%**	↑ 10,78p.p.
Conhecimento	-	69,9%	-	39,4%	**63,2%**	↑ 15,95p.p.
Execução	-	91,0%	-	52,6%	**90,3%**	↑ 12,27p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.102	1.085	629	1.430	**1.215**	↓ -18,9%
Carga de Trab.	3.348	7.594	968	2.712	**6.167**	↓ -9,0%
Proc. Julgados	759	1.107	548	1.322	**1.156**	↓ -23,5%
IPM (Baixados)	661	1.194	545	1.514	**1.241**	↓ -41,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	83	109	354	258	**124**	↓ -35,7%
Carga de Trab.	252	760	544	488	**631**	↓ -27,8%
IPS-Jud (Baixados)	50	120	307	273	**127**	↓ -53,9%

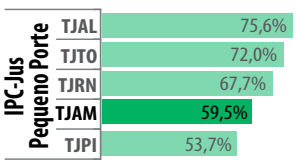






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



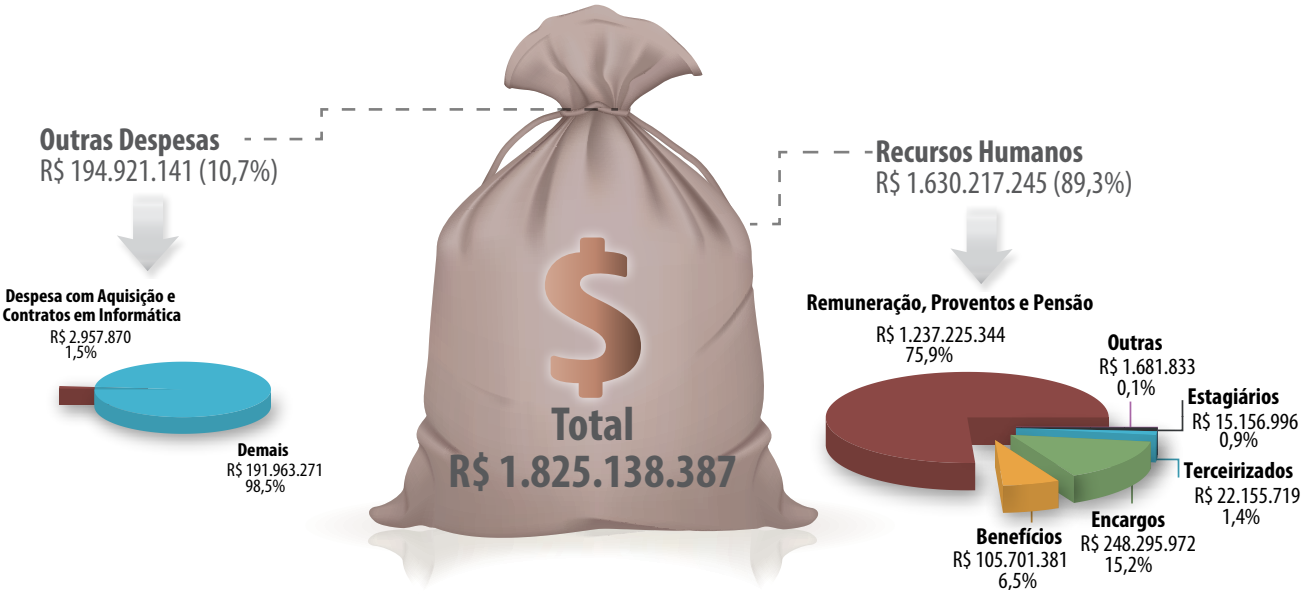


Assuntos mais recorrentes

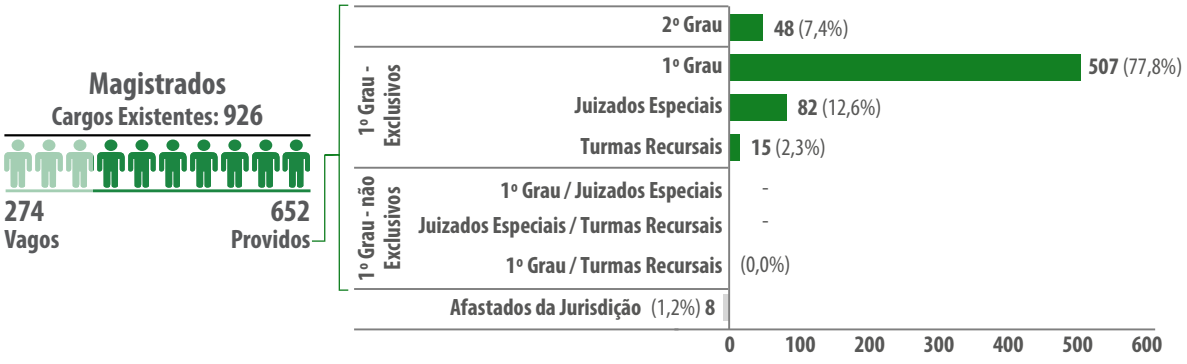
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	18.047
DIREITO PENAL: Lesão Corporal/Decorrente de Violência Doméstica	11.974
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Ato Infracional/Previstos na Legislação Extravagante	11.105
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	8.798
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Ato Infracional/Contra o Patrimônio	8.253
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	7.650
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	7.158
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Ato Infracional/Contra a Incolumidade Pública	6.136
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	5.968
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução	5.594

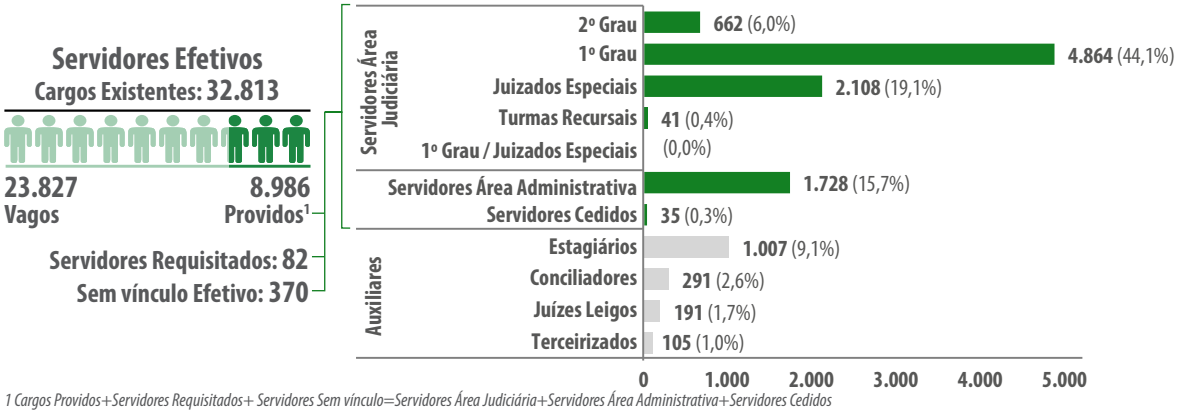
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Despesas



Força de Trabalho

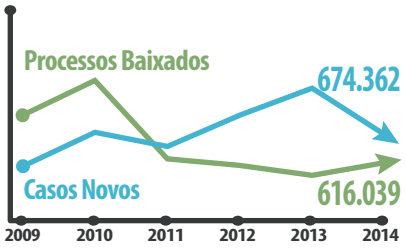


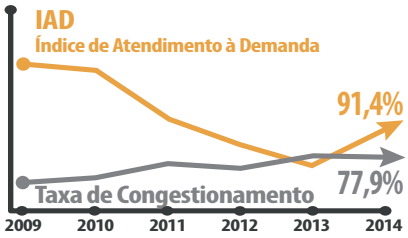


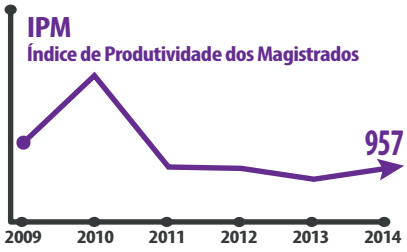
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

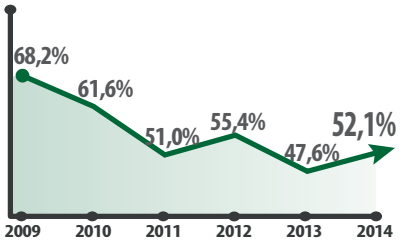
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	56.883	405.161	9.834	202.484	**674.362**	↓ -15,1%
Conhecimento	-	293.201	-	173.463	**466.664**	↓ -9,3%
Execução	-	111.960	-	29.021	**140.981**	↓ -41,2%
Julgados	48.906	274.287	38.370	254.526	**616.089**	↑ 11,2%
Conhecimento	-	216.186	-	219.851	**436.037**	↑ 7,9%
Execução	-	58.101	-	34.675	**92.776**	↑ 27,0%
Baixados	76.361	272.179	4	267.495	**616.039**	↑ 6,1%
Conhecimento	-	231.295	-	239.698	**470.993**	↑ 3,4%
Execução	-	40.884	-	27.797	**68.681**	↓ -13,4%
Estoque	48.622	1.849.925	3.114	206.719	**2.108.380**	↑ 13,2%
Conhecimento	-	1.143.827	-	189.283	**1.333.110**	↑ 8,6%
Execução	-	706.098	-	17.436	**723.534**	↑ 19,4%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	134,2%	67,2%	0,0%	132,1%	**91,4%**	↑ 18,24p.p.
Conhecimento	-	78,9%	-	138,2%	**100,9%**	↑ 12,36p.p.
Execução	-	36,5%	-	95,8%	**48,7%**	↑ 15,65p.p.
Taxa Congest.	27,6%	87,9%	100,0%	34,6%	**77,9%**	↓ -0,28p.p.
Conhecimento	-	83,9%	-	33,9%	**73,8%**	
Execução	-	95,0%	-	40,2%	**92,1%**	↑ 1,43p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.185	752	656	2.259	**967**	↓ -7,8%
Carga de Trab.	2.934	4.586	1.100	5.501	**4.494**	↑ 4,0%
Proc. Julgados	1.019	546	2.558	3.222	**957**	↑ 9,8%
IPM (Baixados)	1.591	542		3.386	**957**	↑ 4,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	86	78	240	85	**81**	↓ -6,2%
Carga de Trab.	213	473	402	206	**377**	↑ 5,9%
IPS-Jud (Baixados)	115	56		127	**80**	↑ 6,6%

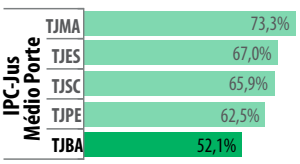






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



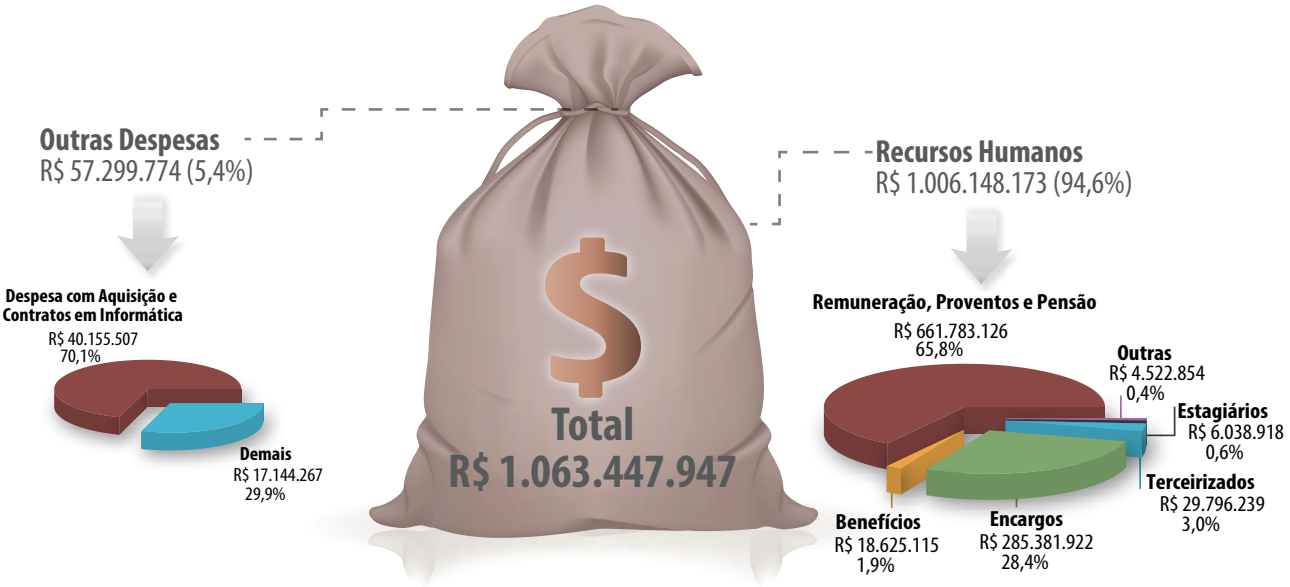


Assuntos mais recorrentes

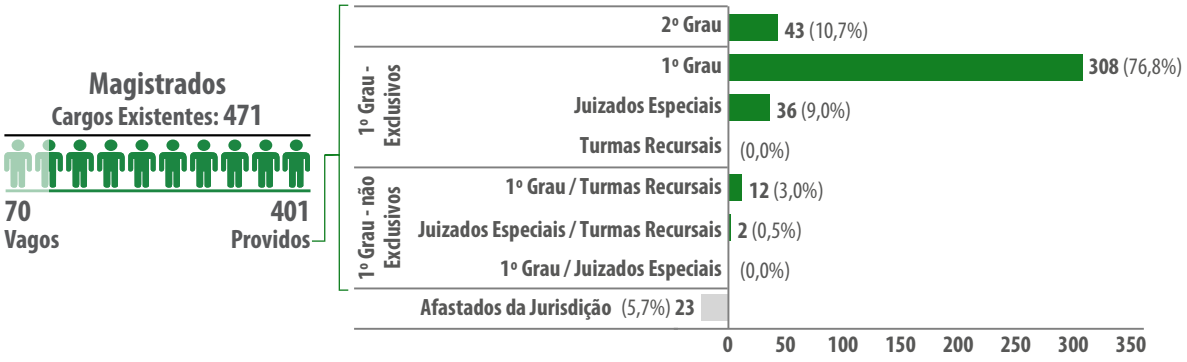
*não encaminhou a informação solicitada.

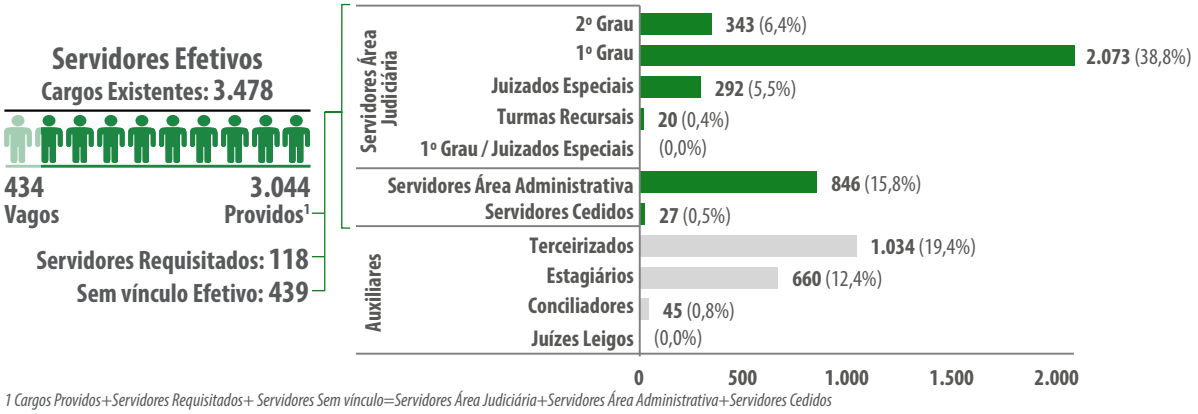
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Despesas



Força de Trabalho

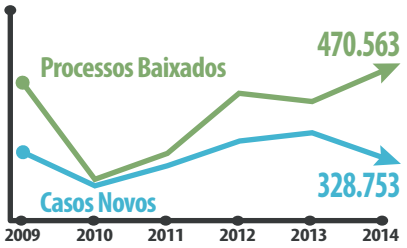


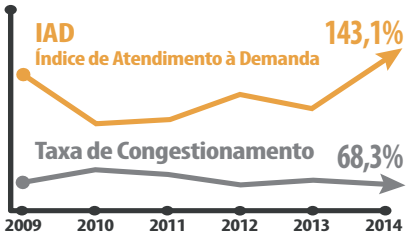


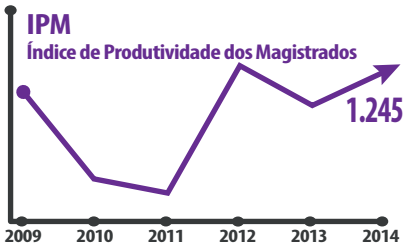
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

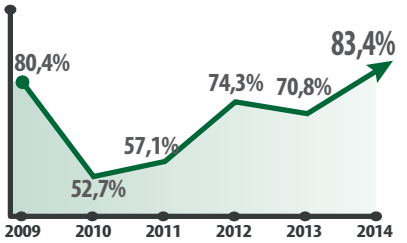
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	28.083	234.838	4.605	61.227	**328.753**	↓ -11,2%
Conhecimento	-	186.774	-	58.994	**245.768**	↓ -14,3%
Execução	-	48.064	-	2.233	**50.297**	↑ 3,1%
Julgados	25.761	176.699	8.253	100.931	**311.644**	↑ 12,1%
Conhecimento	-	142.704	-	97.888	**240.592**	↑ 14,0%
Execução	-	33.995	-	3.043	**37.038**	↓ -3,0%
Baixados	33.005	353.252	5.592	78.714	**470.563**	↑ 12,3%
Conhecimento	-	274.517	-	74.912	**349.429**	↑ 15,9%
Execução	-	78.735	-	3.802	**82.537**	↓ -0,5%
Estoque	56.117	947.277	11.501	141.237	**1.156.132**	↑ 12,0%
Conhecimento	-	667.470	-	134.871	**802.341**	↑ 17,2%
Execução	-	279.807	-	6.366	**286.173**	↓ -3,6%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	117,5%	150,4%	121,4%	128,6%	**143,1%**	↑ 29,95p.p.
Conhecimento	-	147,0%	-	127,0%	**142,2%**	↑ 37,04p.p.
Execução	-	163,8%	-	170,3%	**164,1%**	↓ -5,88p.p.
Taxa Congest.	60,8%	70,1%	65,3%	61,1%	**68,3%**	↓ -1,81p.p.
Conhecimento	-	67,9%	-	61,4%	**66,7%**	↓ -2,31p.p.
Execução	-	76,0%	-	55,8%	**75,5%**	↓ -0,54p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	653	713	329	1.686	**811**	↓ -10,4%
Carga de Trab.	2.734	4.027	1.202	5.725	**4.086**	↑ 9,0%
Proc. Julgados	599	591	590	2.804	**824**	↑ 14,7%
IPM (Baixados)	768	1.181	399	2.187	**1.245**	↑ 15,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	82	103	230	208	**112**	↓ -3,5%
Carga de Trab.	343	581	841	706	**566**	↑ 17,4%
IPS-Jud (Baixados)	96	170	280	270	**172**	↑ 23,8%







Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

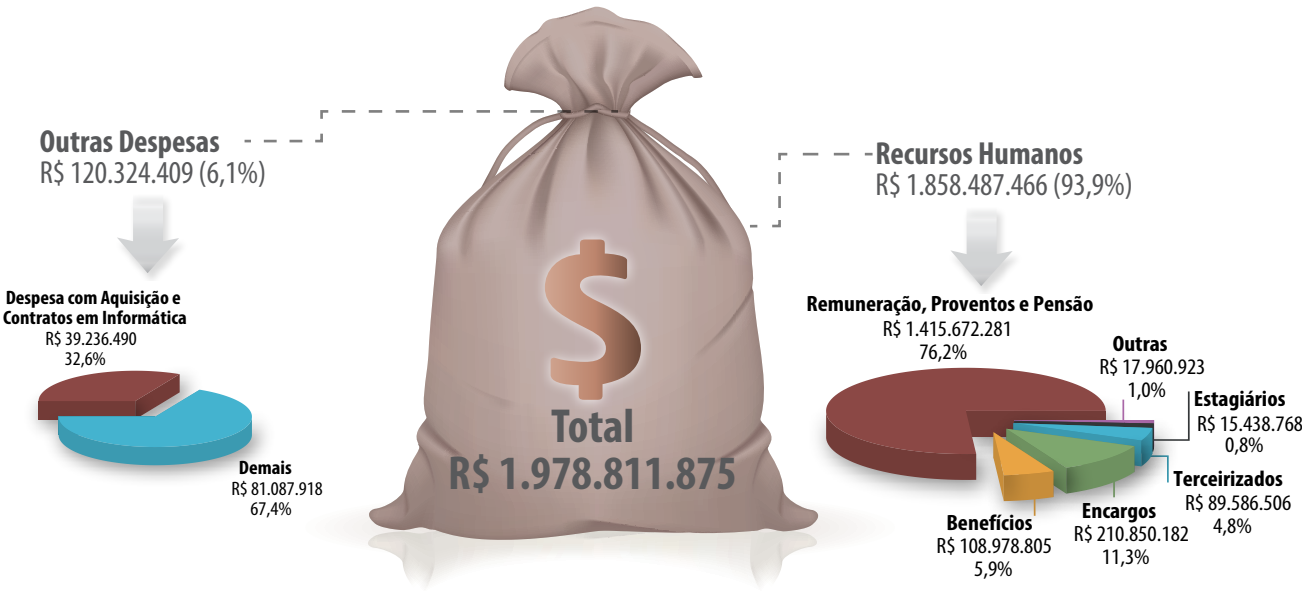


Assuntos mais recorrentes

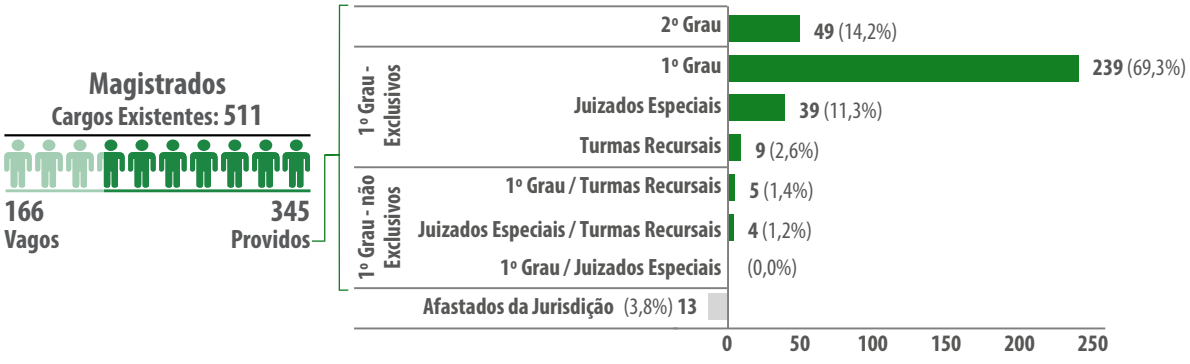
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	163
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	88
DIREITO CIVIL: Coisas/Propriedade	59
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/ Sistema Remuneratório e Benefícios	56
DIREITO CIVIL: Obrigações/Adimplemento e Extinção	42
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Ato Infracional/Previstos na Legislação Extravagante	41
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Previdenciárias	37
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/ Regime Estatutário	36
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	34
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	34

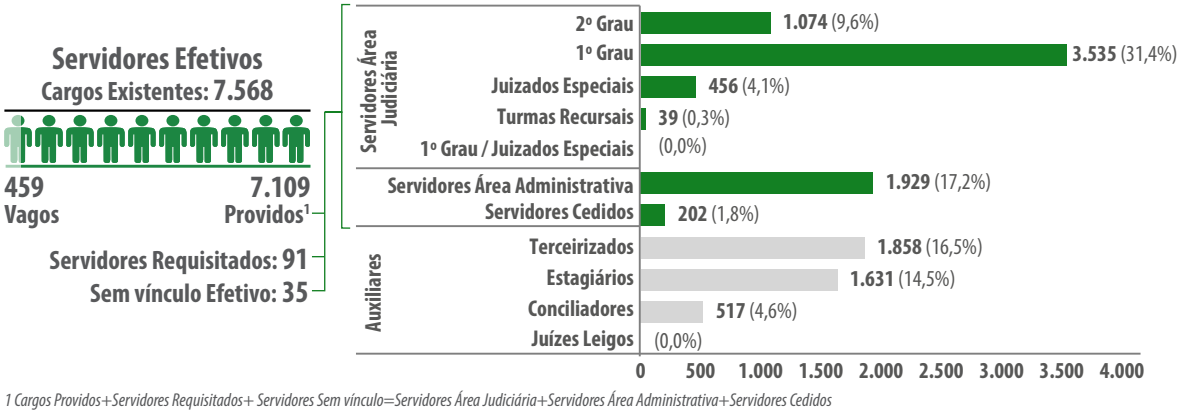
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios

Despesas



Força de Trabalho

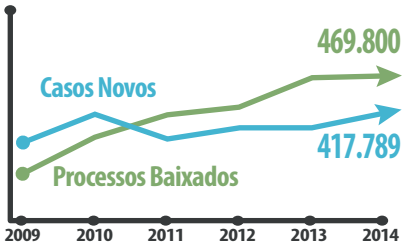


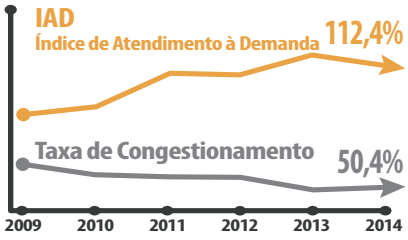


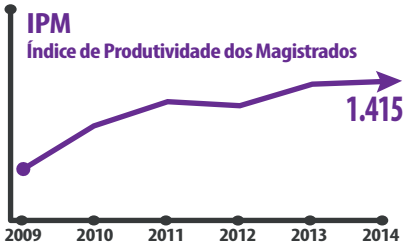
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

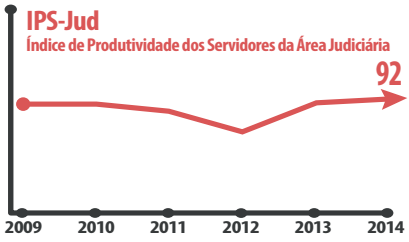
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	51.959	229.517	13.780	122.533	**417.789**	↑ 5,8%
Conhecimento	-	151.878	-	113.717	**265.595**	↓ -1,8%
Execução	-	77.639	-	8.816	**86.455**	↑ 21,7%
Julgados	57.970	251.547	14.651	128.105	**452.273**	↑ 5,7%
Conhecimento	-	159.860	-	108.060	**267.920**	↓ -1,5%
Execução	-	91.687	-	20.045	**111.732**	↑ 18,7%
Baixados	49.992	286.101	15.245	118.462	**469.800**	↑ 0,2%
Conhecimento	-	220.754	-	105.772	**326.526**	↓ -4,5%
Execução	-	65.347	-	12.690	**78.037**	↑ 12,2%
Estoque	20.941	445.883	3.289	58.328	**528.441**	↑ 1,5%
Conhecimento	-	186.613	-	46.459	**233.072**	↑ 1,6%
Execução	-	259.270	-	11.869	**271.139**	↑ 3,3%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	96,2%	124,7%	110,6%	96,7%	**112,4%**	↓ -6,27p.p.
Conhecimento	-	145,3%	-	93,0%	**122,9%**	↓ -3,37p.p.
Execução	-	84,2%	-	143,9%	**90,3%**	↓ -7,68p.p.
Taxa Congest.	31,4%	57,6%	10,7%	34,5%	**50,4%**	↑ 1,57p.p.
Conhecimento	-	34,8%	-	34,0%	**34,5%**	↑ 2,87p.p.
Execução	-	80,6%	-	38,7%	**78,2%**	↓ -0,96p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.060	871	766	2.935	**1.171**	↑ 5,8%
Carga de Trab.	1.842	2.976	1.172	4.461	**2.975**	↑ 4,2%
Proc. Julgados	1.183	1.080	814	3.125	**1.362**	↑ 6,3%
IPM (Baixados)	1.020	1.228	847	2.889	**1.415**	↑ 0,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	48	57	353	264	**76**	↑ 6,0%
Carga de Trab.	84	196	541	401	**194**	↑ 4,4%
IPS-Jud (Baixados)	47	81	391	260	**92**	↑ 1,0%

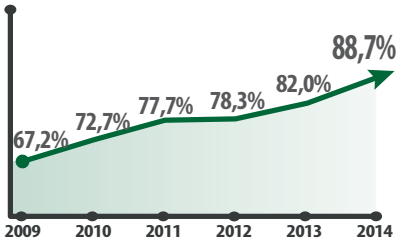








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

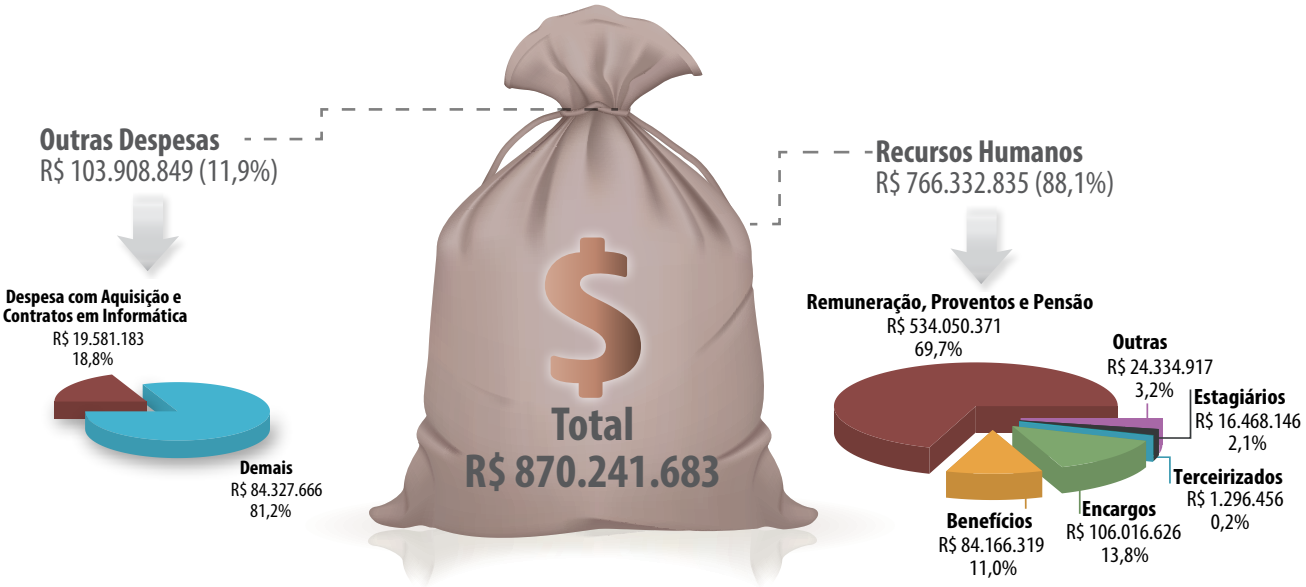


Assuntos mais recorrentes

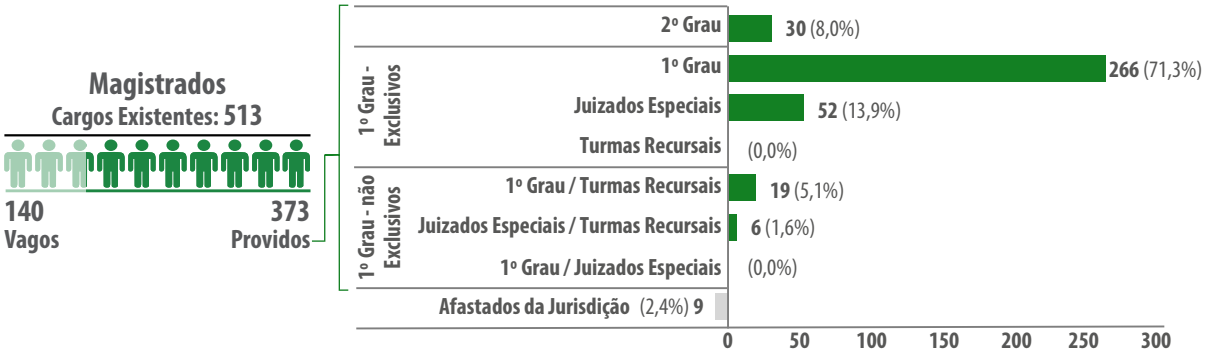
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	60.726
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	39.643
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	21.133
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	20.665
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	13.541
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	9.289
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	9.021
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução	8.930
DIREITO CIVIL: Coisas/Propriedade	8.880
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	8.825

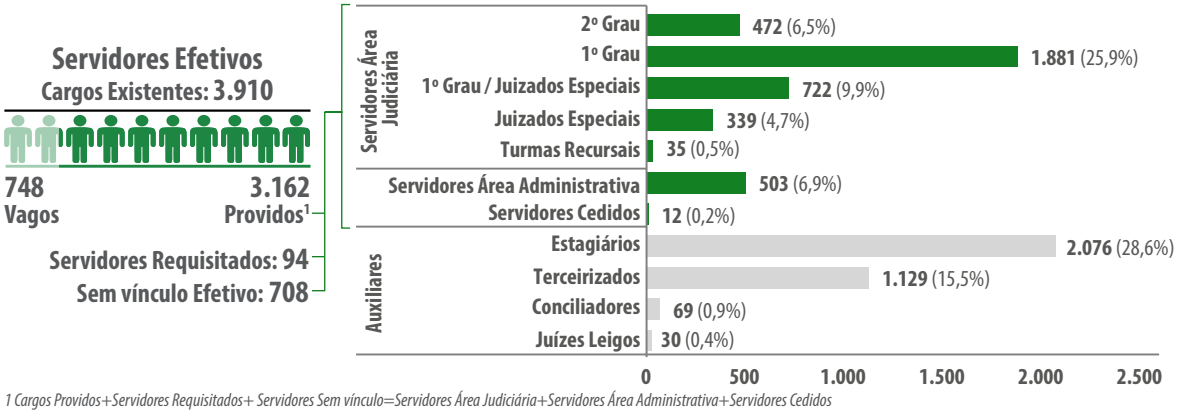
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Despesas



Força de Trabalho

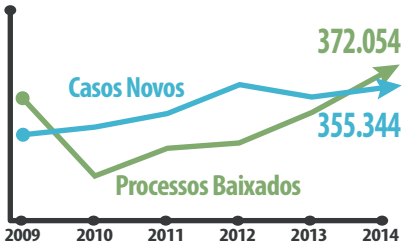


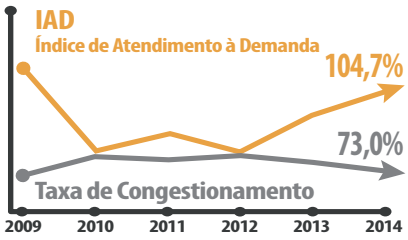


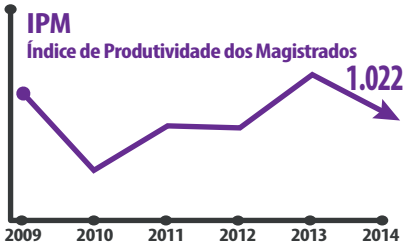
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

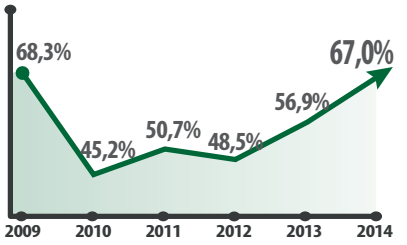
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	25.299	237.209	7.431	85.405	**355.344**	↑ 3,5%
Conhecimento	-	186.943	-	84.001	**270.944**	↑ 2,1%
Execução	-	50.266	-	1.404	**51.670**	↑ 8,6%
Julgados	26.979	225.285	8.010	86.941	**347.215**	↓ -2,1%
Conhecimento	-	154.995	-	82.064	**237.059**	↓ -3,5%
Execução	-	70.290	-	4.877	**75.167**	↓ -4,1%
Baixados	24.657	244.565	7.929	94.903	**372.054**	↑ 14,1%
Conhecimento	-	194.710	-	90.581	**285.291**	↑ 13,7%
Execução	-	49.855	-	4.322	**54.177**	↑ 24,0%
Estoque	38.742	827.870	1.826	152.748	**1.021.186**	↑ 0,1%
Conhecimento	-	549.414	-	143.696	**693.110**	↓ -0,1%
Execução	-	278.456	-	9.052	**287.508**	↑ 0,8%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	97,5%	103,1%	106,7%	111,1%	**104,7%**	↑ 9,72p.p.
Conhecimento	-	104,2%	-	107,8%	**105,3%**	↑ 10,74p.p.
Execução	-	99,2%	-	307,8%	**104,9%**	↑ 13,00p.p.
Taxa Congest.	61,5%	77,0%	14,3%	60,2%	**73,0%**	↓ -3,10p.p.
Conhecimento	-	73,6%	-	60,2%	**70,4%**	↓ -3,42p.p.
Execução	-	84,8%	-	58,7%	**84,0%**	↓ -2,85p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	843	807	297	1.468	**936**	↓ -18,9%
Carga de Trab.	2.483	3.869	395	4.133	**3.824**	↓ -21,2%
Proc. Julgados	899	816	320	1.499	**954**	↓ -23,6%
IPM (Baixados)	822	886	317	1.636	**1.022**	↓ -11,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	54	86	212	80	**99**	↑ 6,6%
Carga de Trab.	158	410	282	226	**404**	↑ 3,6%
IPS-Jud (Baixados)	52	94	227	89	**108**	↑ 17,0%







Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

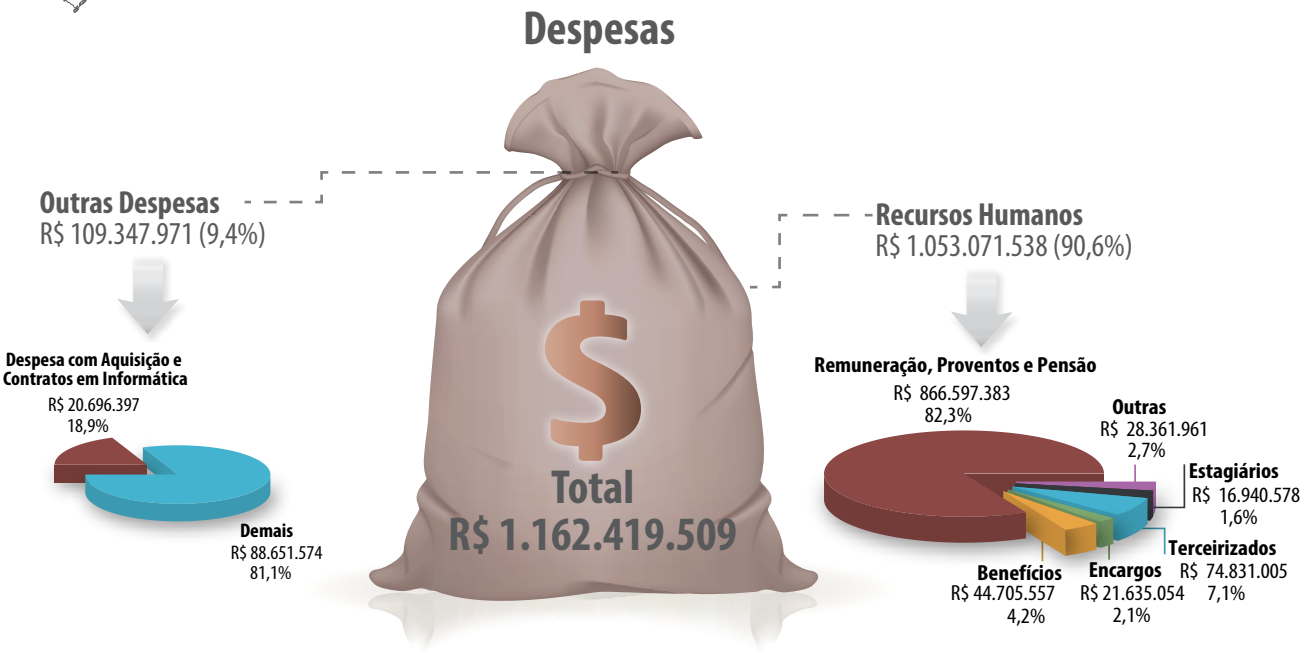


Assuntos mais recorrentes

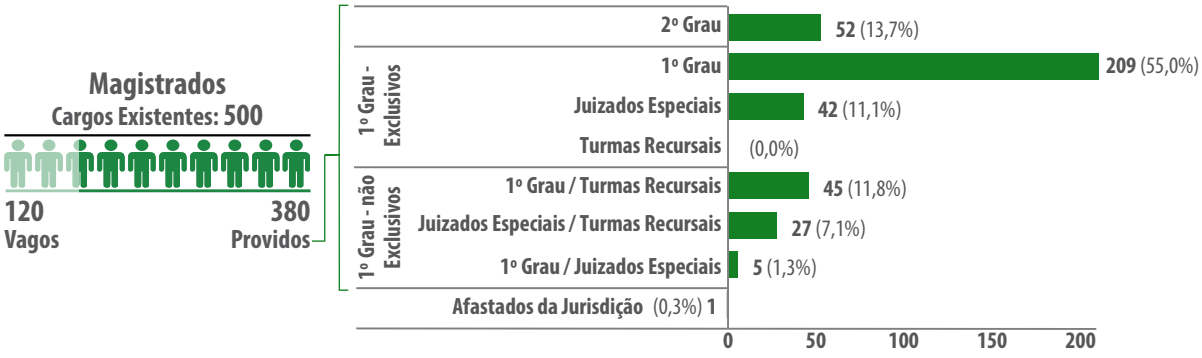
*não encaminhou a informação solicitada.

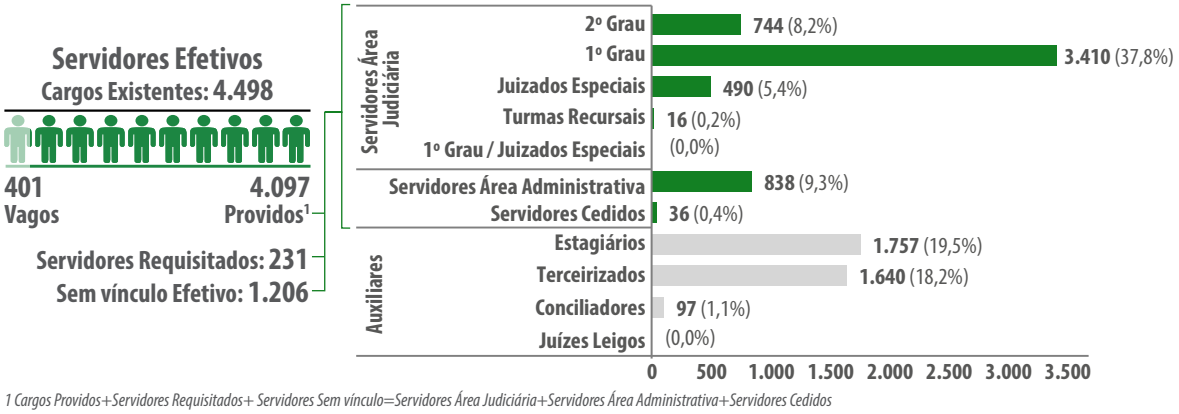
Tribunal de Justiça do Estado do Goiás

Despesas



Força de Trabalho

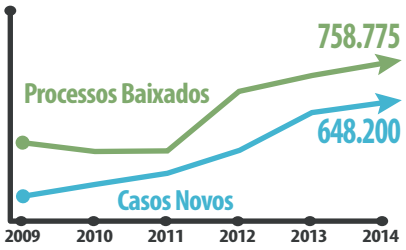


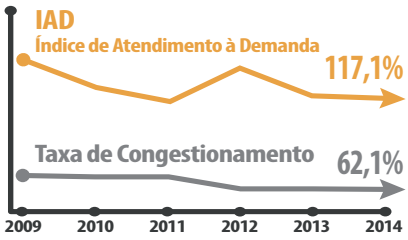


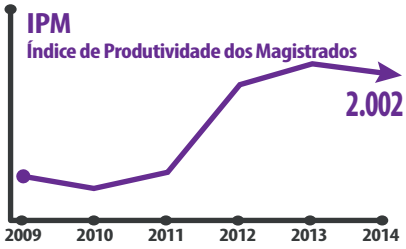
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

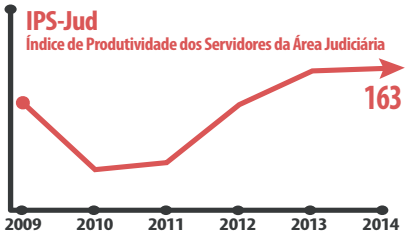
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	75.189	407.153	2.617	163.241	**648.200**	↑ 5,3%
Conhecimento	-	253.501	-	144.434	**397.935**	↑ 3,1%
Execução	-	153.652	-	18.807	**172.459**	↑ 11,7%
Julgados	55.864	444.420	1.836	110.322	**612.442**	↑ 7,1%
Conhecimento	-	267.639	-	92.477	**360.116**	↑ 8,2%
Execução	-	176.781	-	17.845	**194.626**	↑ 6,0%
Baixados	79.521	505.490	3.303	170.461	**758.775**	↑ 4,7%
Conhecimento	-	383.523	-	148.739	**532.262**	↑ 2,3%
Execução	-	121.967	-	21.722	**143.689**	↑ 10,9%
Estoque	14.642	1.168.120	1.459	168.576	**1.352.797**	↑ 3,4%
Conhecimento	-	669.012	-	139.421	**808.433**	↑ 0,1%
Execução	-	499.108	-	29.155	**528.263**	↑ 9,0%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	105,8%	124,2%	126,2%	104,4%	**117,1%**	↓ -0,66p.p.
Conhecimento	-	151,3%	-	103,0%	**133,8%**	↓ -1,00p.p.
Execução	-	79,4%	-	115,5%	**83,3%**	↓ -0,56p.p.
Taxa Congest.	11,5%	67,9%	19,0%	48,6%	**62,1%**	↓ -0,26p.p.
Conhecimento	-	58,4%	-	47,6%	**55,9%**	↓ -0,54p.p.
Execução	-	81,3%	-	54,7%	**79,5%**	↓ -0,23p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.446	1.448	36	2.123	**1.606**	↓ -5,0%
Carga de Trab.	2.277	6.249	59	4.988	**5.551**	↓ -3,9%
Proc. Julgados	1.074	1.723	26	1.491	**1.616**	↓ -1,1%
IPM (Baixados)	1.529	1.959	46	2.304	**2.002**	↓ -3,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	101	110	164	321	**131**	↓ -1,0%
Carga de Trab.	159	473	265	753	**451**	↑ 0,1%
IPS-Jud (Baixados)	107	148	206	348	**163**	↑ 0,8%

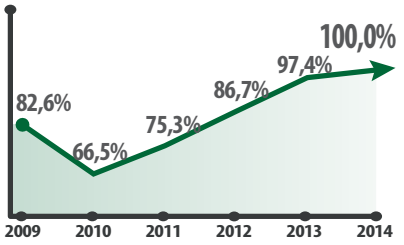


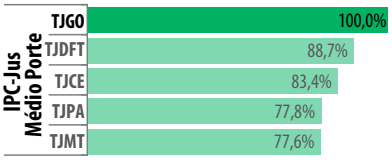






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





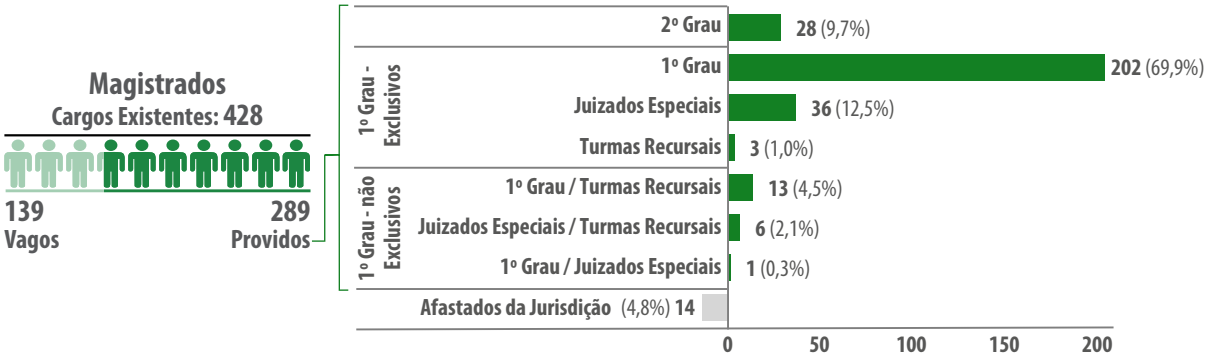
Assuntos mais recorrentes

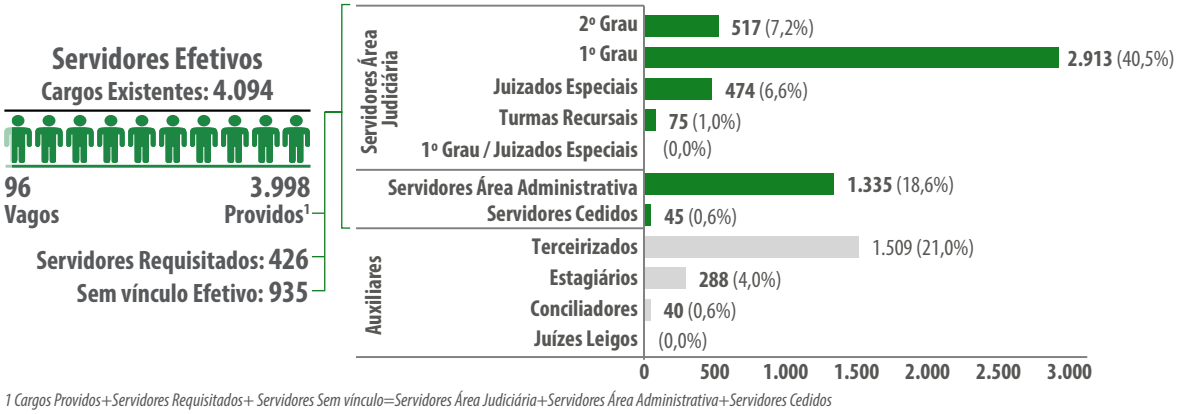
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	26.365
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	23.754
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	23.100
DIREITO PROCESSUAL PENAL: Ação Penal	16.843
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	16.508
DIREITO CIVIL: Família/Relações de Parentesco	13.981
DIREITO PROCESSUAL PENAL: Prisão em flagrante	8.332
DIREITO CIVIL: Família	8.209
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	8.023
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	7.618

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Despesas

Força de Trabalho

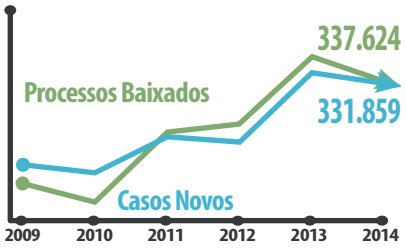


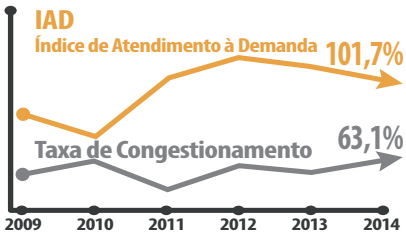


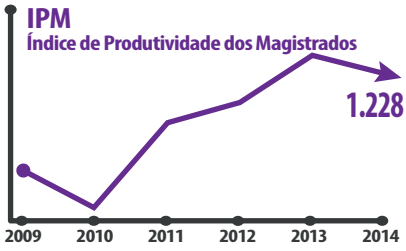
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

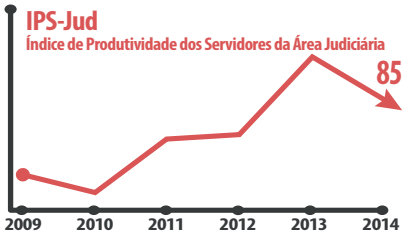
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	22.056	190.590	17.493	101.720	**331.859**	↓ -5,1%
Conhecimento	-	159.675	-	97.573	**257.248**	↓ -4,4%
Execução	-	30.915	-	4.147	**35.062**	↑ 0,0%
Julgados	21.821	133.869	18.464	81.091	**255.245**	↓ -6,6%
Conhecimento	-	115.606	-	79.526	**195.132**	↓ -8,4%
Execução	-	18.263	-	1.565	**19.828**	↓ -22,9%
Baixados	21.654	171.129	11.904	132.937	**337.624**	↓ -10,6%
Conhecimento	-	144.603	-	129.610	**274.213**	↓ -13,3%
Execução	-	26.526	-	3.327	**29.853**	↓ -10,5%
Estoque	15.734	425.706	18.283	124.435	**584.158**	↑ 7,3%
Conhecimento	-	300.919	-	119.488	**420.407**	↑ 6,9%
Execução	-	124.787	-	4.947	**129.734**	↑ 1,8%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	98,2%	89,8%	68,1%	130,7%	**101,7%**	↓ -6,27p.p.
Conhecimento	-	90,6%	-	132,8%	**106,6%**	↓ -10,97p.p.
Execução	-	85,8%	-	80,2%	**85,1%**	↓ -10,03p.p.
Taxa Congest.	42,7%	72,2%	66,7%	41,2%	**63,1%**	↑ 5,38p.p.
Conhecimento	-	68,6%	-	40,3%	**59,5%**	↑ 7,29p.p.
Execução	-	83,0%	-	63,4%	**81,9%**	↑ 2,42p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	788	820	795	2.521	**1.115**	↓ -3,2%
Carga de Trab.	1.559	3.067	1.720	5.827	**3.420**	↑ 5,8%
Proc. Julgados	779	650	839	2.079	**928**	↓ -3,6%
IPM (Baixados)	773	831	541	3.409	**1.228**	↓ -7,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	43	58	233	207	**77**	↓ -14,3%
Carga de Trab.	84	217	504	479	**236**	↓ -6,4%
IPS-Jud (Baixados)	42	59	159	280	**85**	↓ -18,3%

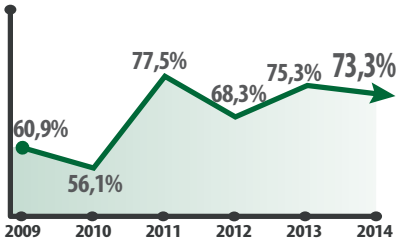








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



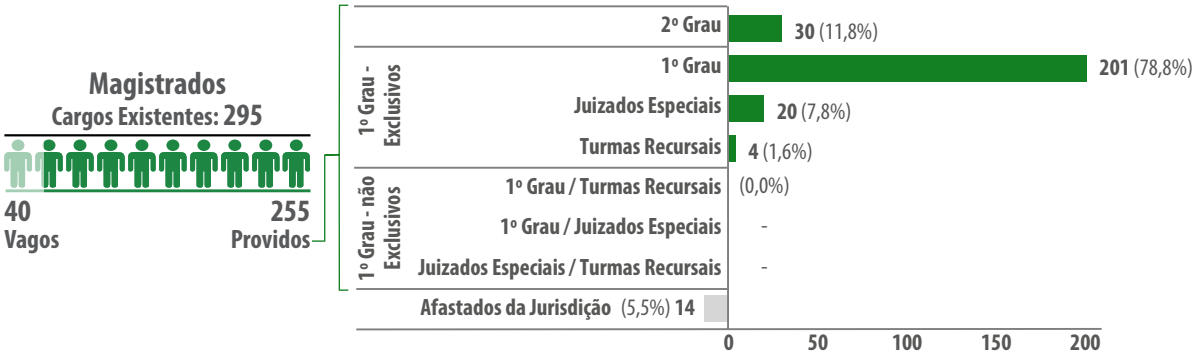
Assuntos mais recorrentes

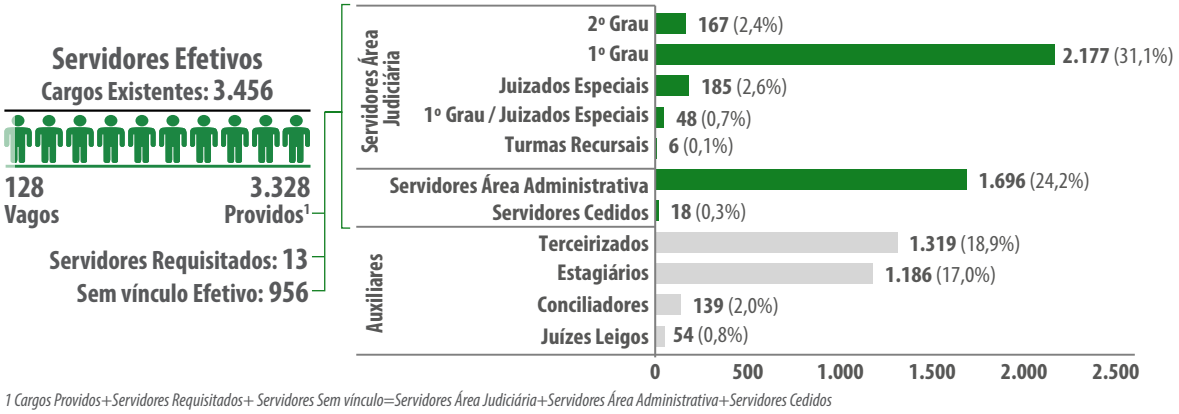
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	36.356
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	26.427
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	22.092
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	19.685
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	19.621
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	18.343
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	16.570
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	15.598
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Intimação / Notificação	14.034
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	11.362

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Despesas

Força de Trabalho

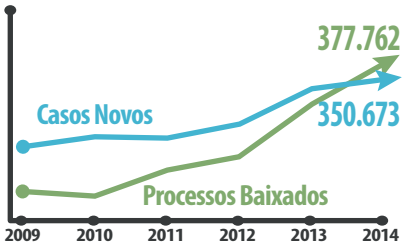


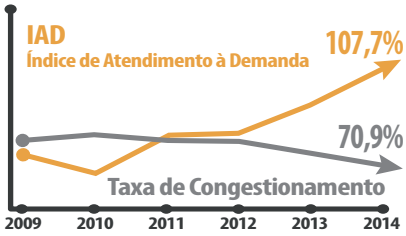


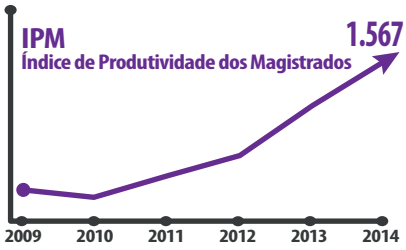
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

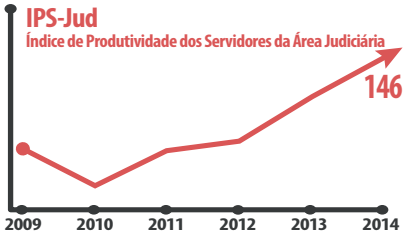
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	42.777	168.805	22.863	116.228	**350.673**	↑ 3,6%
Conhecimento	-	121.202	-	111.760	**232.962**	↓ -0,1%
Execução	-	47.603	-	4.468	**52.071**	↑ 4,7%
Julgados	51.149	194.194	18.802	166.876	**431.021**	↑ 27,8%
Conhecimento	-	135.866	-	164.398	**300.264**	↑ 23,2%
Execução	-	58.328	-	2.478	**60.806**	↑ 46,3%
Baixados	44.693	193.003	22.290	117.776	**377.762**	↑ 19,0%
Conhecimento	-	143.278	-	115.454	**258.732**	↑ 15,7%
Execução	-	49.725	-	2.322	**52.047**	↑ 7,4%
Estoque	36.004	740.273	11.887	159.719	**947.883**	↑ 2,3%
Conhecimento	-	398.119	-	155.068	**553.187**	↑ 1,8%
Execução	-	342.154	-	4.651	**346.805**	↑ 0,4%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	104,5%	114,3%	97,5%	101,3%	**107,7%**	↑ 13,93p.p.
Conhecimento	-	118,2%	-	103,3%	**111,1%**	↑ 15,19p.p.
Execução	-	104,5%	-	52,0%	**100,0%**	↑ 2,51p.p.
Taxa Congest.	43,3%	78,8%	35,9%	57,3%	**70,9%**	↓ -4,00p.p.
Conhecimento	-	72,4%	-	56,7%	**67,1%**	↓ -4,13p.p.
Execução	-	87,2%	-	74,5%	**87,0%**	↓ -0,79p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.426	817	5.716	6.803	**1.396**	↑ 2,2%
Carga de Trab.	2.987	4.916	8.851	16.289	**5.543**	↑ 4,6%
Proc. Julgados	1.705	1.022	4.701	9.816	**1.788**	↑ 29,4%
IPM (Baixados)	1.490	1.016	5.573	6.928	**1.567**	↑ 20,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	256	70	3.811	496	**130**	↑ 1,4%
Carga de Trab.	537	420	5.901	1.188	**517**	↑ 3,8%
IPS-Jud (Baixados)	268	87	3.715	505	**146**	↑ 19,6%

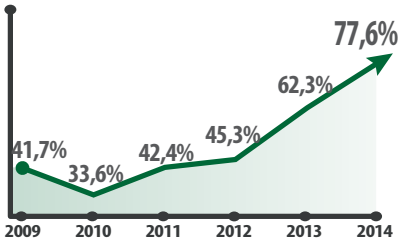


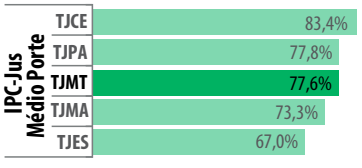






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





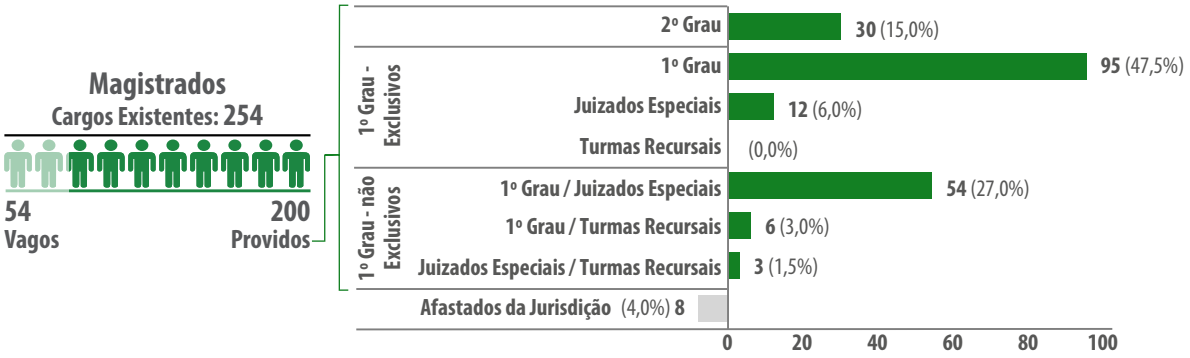
Assuntos mais recorrentes

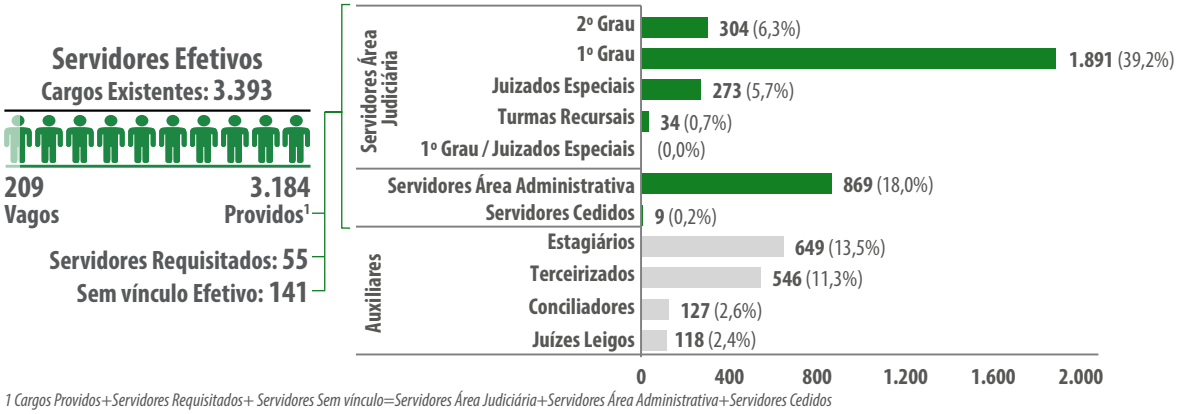
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	76.804
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	24.199
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	21.998
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Citação	21.582
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	21.349
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Intimação / Notificação	19.531
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	16.415
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais	15.580
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	15.488
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	14.801

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Despesas

Força de Trabalho

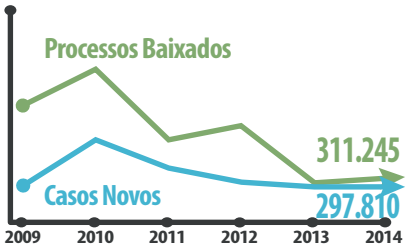


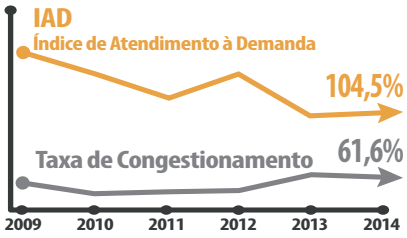


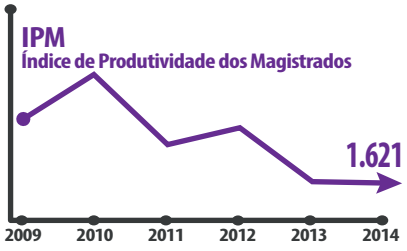
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

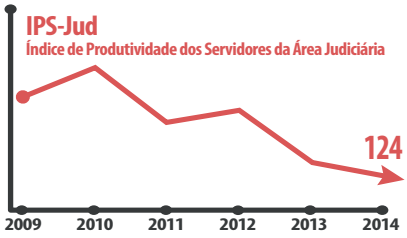
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	43.974	179.520	9.325	64.991	**297.810**	↑ 0,7%
Conhecimento	-	139.459	-	54.733	**194.192**	↑ 5,9%
Execução	-	40.061	-	10.258	**50.319**	↓ -24,8%
Julgados	42.820	169.279	9.536	82.530	**304.165**	↑ 6,4%
Conhecimento	-	120.029	-	55.531	**175.560**	↑ 4,1%
Execução	-	49.250	-	26.999	**76.249**	↓ -0,1%
Baixados	49.012	187.254	8.210	66.769	**311.245**	↑ 3,0%
Conhecimento	-	132.434	-	49.682	**182.116**	↑ 0,2%
Execução	-	54.820	-	17.087	**71.907**	↓ -5,4%
Estoque	12.499	460.184	733	39.830	**513.246**	↓ -0,2%
Conhecimento	-	181.467	-	25.501	**206.968**	↑ 12,4%
Execução	-	278.717	-	14.329	**293.046**	↓ -7,3%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	111,5%	104,3%	88,0%	102,7%	**104,5%**	↑ 2,27p.p.
Conhecimento	-	95,0%	-	90,8%	**93,8%**	↓ -5,40p.p.
Execução	-	136,8%	-	166,6%	**142,9%**	↑ 29,29p.p.
Taxa Congest.	13,2%	70,7%	18,4%	36,3%	**61,6%**	↓ -1,05p.p.
Conhecimento	-	58,7%	-	38,1%	**54,6%**	↑ 4,08p.p.
Execução	-	82,8%	-	30,5%	**79,1%**	↓ -1,10p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.466	1.079	1.036	918	**1.434**	↑ 3,2%
Carga de Trab.	2.311	4.390	1.328	1.519	**4.331**	↓ -2,8%
Proc. Julgados	1.427	1.152	1.060	1.196	**1.584**	↑ 3,1%
IPM (Baixados)	1.634	1.274	912	968	**1.621**	↓ -0,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	145	84	274	232	**110**	↓ -4,1%
Carga de Trab.	228	341	352	384	**332**	↓ -9,7%
IPS-Jud (Baixados)	161	99	241	245	**124**	↓ -7,3%

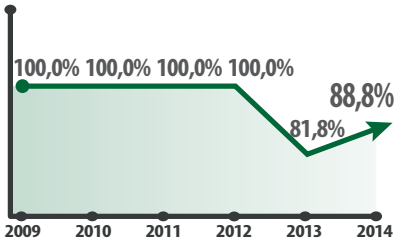








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

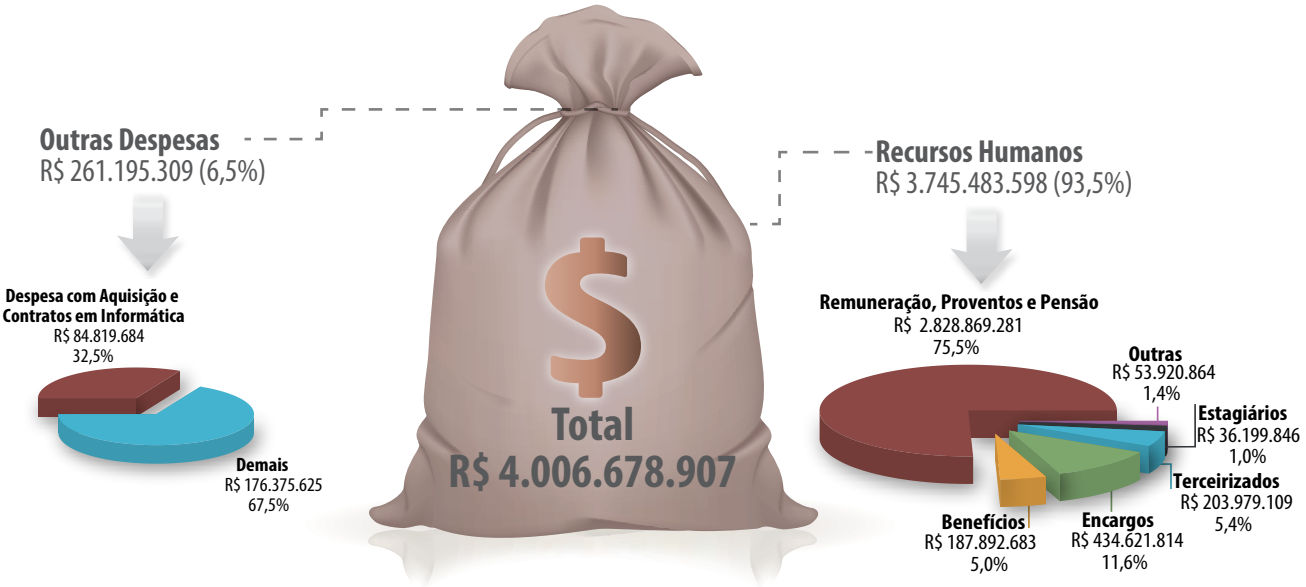


Assuntos mais recorrentes

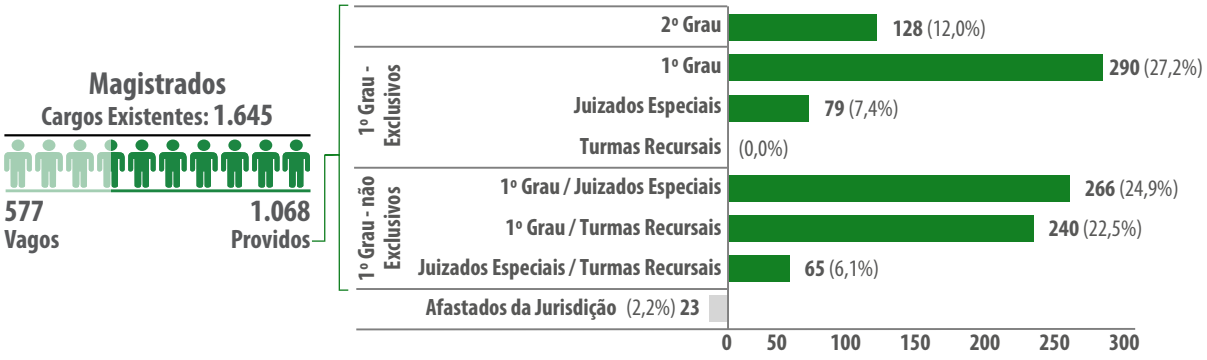
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	30.471
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	20.425
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	17.580
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	17.060
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	16.458
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	15.738
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Trânsito	13.005
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	12.562
DIREITO PENAL: Lesão Corporal/Decorrente de Violência Doméstica	11.461
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	10.514

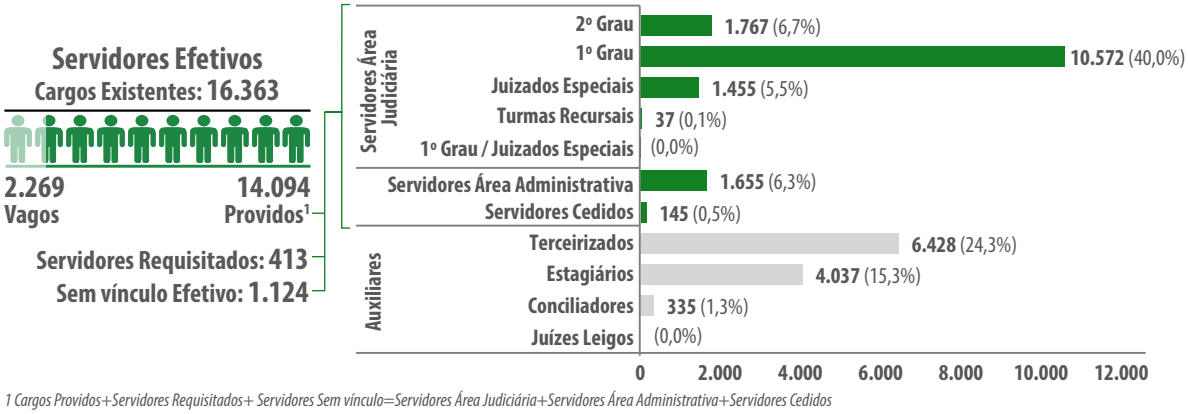
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Despesas



Força de Trabalho

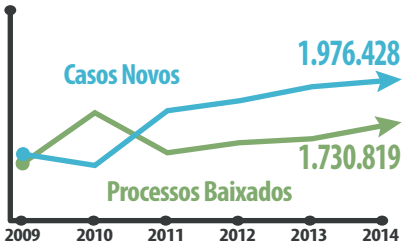


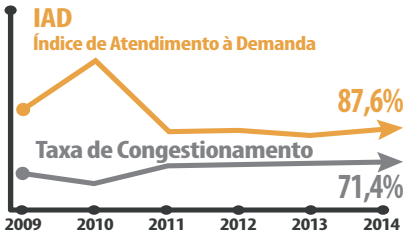


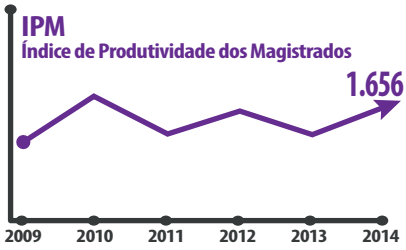
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

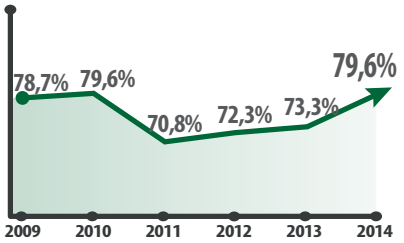
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	258.835	1.230.147	51.221	436.225	**1.976.428**	↑ 1,3%
Conhecimento	-	874.495	-	339.299	**1.213.794**	↓ -1,6%
Execução	-	355.652	-	96.926	**452.578**	↑ 3,1%
Julgados	296.572	858.274	52.118	416.211	**1.623.175**	↑ 3,3%
Conhecimento	-	641.206	-	341.814	**983.020**	↑ 1,8%
Execução	-	217.068	-	74.397	**291.465**	↓ -2,3%
Baixados	216.449	1.052.415	51.730	410.225	**1.730.819**	↑ 4,7%
Conhecimento	-	774.461	-	329.042	**1.103.503**	↑ 4,2%
Execução	-	277.954	-	81.183	**359.137**	↑ 4,2%
Estoque	256.780	3.416.020	31.888	374.649	**4.079.337**	↑ 7,4%
Conhecimento	-	2.032.514	-	283.415	**2.315.929**	↑ 8,4%
Execução	-	1.383.506	-	91.234	**1.474.740**	↑ 5,0%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	83,6%	85,6%	101,0%	94,0%	**87,6%**	↑ 2,85p.p.
Conhecimento	-	88,6%	-	97,0%	**90,9%**	↑ 5,02p.p.
Execução	-	78,2%	-	83,8%	**79,4%**	↑ 0,85p.p.
Taxa Congest.	58,0%	77,3%	37,8%	49,4%	**71,4%**	↑ 0,18p.p.
Conhecimento	-	73,4%	-	47,2%	**68,7%**	↑ 0,18p.p.
Execução	-	84,0%	-	56,9%	**81,4%**	↑ 0,06p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	2.022	1.373	168	955	**1.687**	↑ 2,5%
Carga de Trab.	4.561	6.289	327	2.052	**6.111**	↑ 8,2%
Proc. Julgados	2.317	1.110	171	1.015	**1.553**	↑ 5,6%
IPM (Baixados)	1.691	1.361	170	1.001	**1.656**	↑ 7,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	146	100	1.384	269	**127**	↑ 0,9%
Carga de Trab.	330	460	2.692	578	**462**	↑ 6,5%
IPS-Jud (Baixados)	122	100	1.398	282	**125**	↑ 5,3%









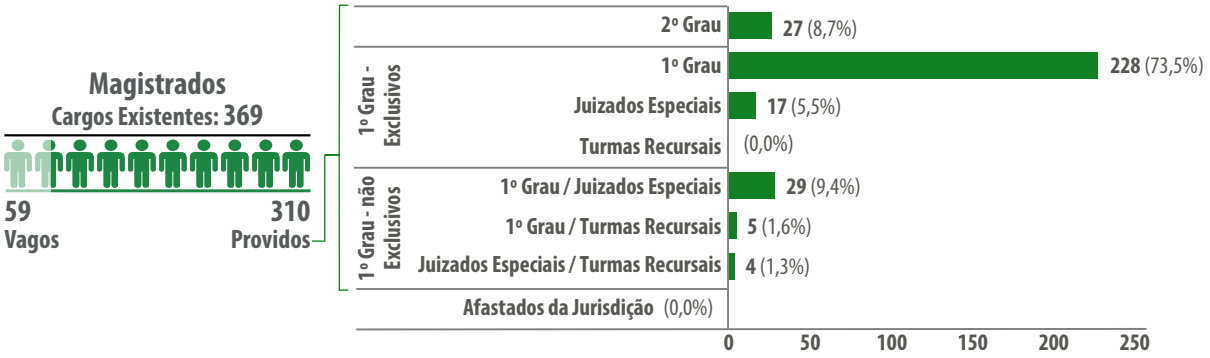
Assuntos mais recorrentes

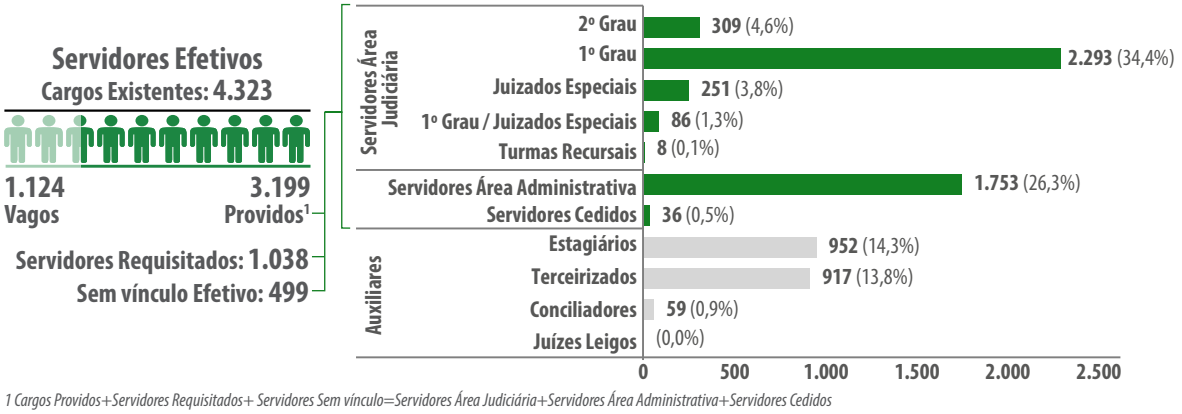
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	241.449
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais	129.619
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	115.248
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	112.345
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	111.928
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	107.501
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	96.241
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	94.480
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	83.861
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	79.316

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Despesas

Força de Trabalho

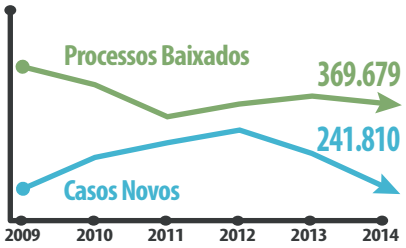


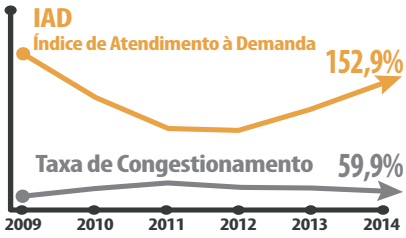


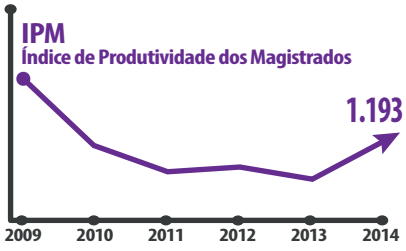
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

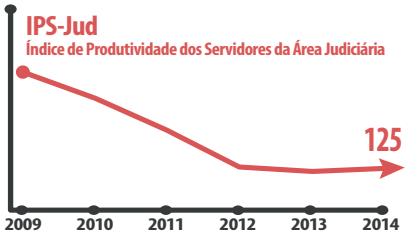
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	12.490	182.568	4.423	42.329	**241.810**	↓ -16,8%
Conhecimento	-	124.811	-	36.779	**161.590**	↓ -14,0%
Execução	-	57.757	-	5.550	**63.307**	↓ -23,8%
Julgados	21.361	379.036	7.580	49.997	**457.974**	↓ -11,0%
Conhecimento	-	269.932	-	44.601	**314.533**	↓ -7,8%
Execução	-	109.104	-	5.396	**114.500**	↓ -20,7%
Baixados	12.604	304.693	3.233	49.149	**369.679**	↓ -2,6%
Conhecimento	-	218.579	-	42.805	**261.384**	↓ -1,7%
Execução	-	86.114	-	6.344	**92.458**	↓ -5,7%
Estoque	15.503	596.810	1.167	67.626	**681.106**	↓ -7,4%
Conhecimento	-	324.855	-	60.542	**385.397**	↓ -9,6%
Execução	-	271.955	-	7.084	**279.039**	↓ -4,9%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	100,9%	166,9%	73,1%	116,1%	**152,9%**	↑ 22,24p.p.
Conhecimento	-	175,1%	-	116,4%	**161,8%**	↑ 20,23p.p.
Execução	-	149,1%	-	114,3%	**146,0%**	↑ 28,07p.p.
Taxa Congest.	55,0%	60,9%	42,2%	55,3%	**59,9%**	↓ -3,05p.p.
Conhecimento	-	51,4%	-	56,0%	**52,2%**	↓ -4,49p.p.
Execução	-	73,9%	-	49,8%	**73,0%**	↓ -0,97p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	463	594	491	767	**680**	↑ 1,9%
Carga de Trab.	1.137	3.037	769	2.252	**3.051**	↑ 9,0%
Proc. Julgados	791	1.447	842	1.000	**1.477**	↑ 7,7%
IPM (Baixados)	467	1.163	359	983	**1.193**	↑ 17,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	40	65	553	114	**72**	↓ -12,2%
Carga de Trab.	99	334	865	334	**321**	↓ -6,0%
IPS-Jud (Baixados)	41	128	404	146	**125**	↑ 1,5%

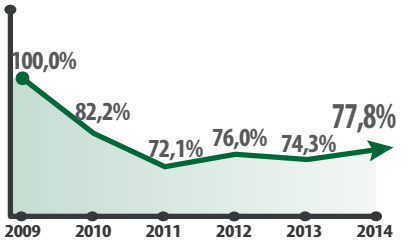








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

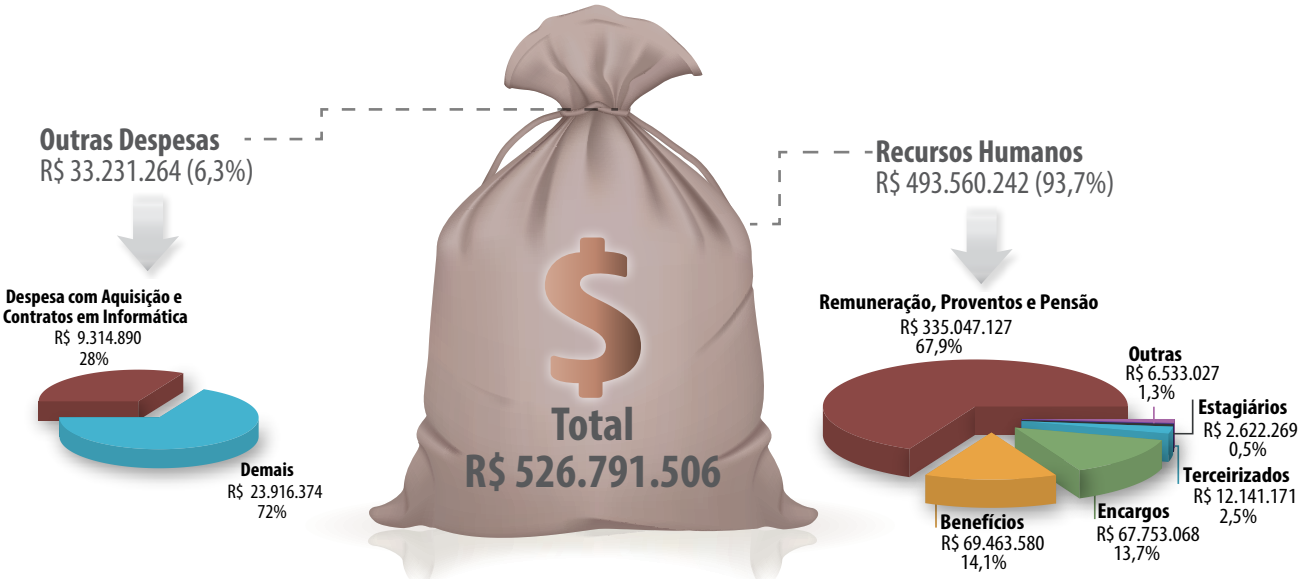


Assuntos mais recorrentes

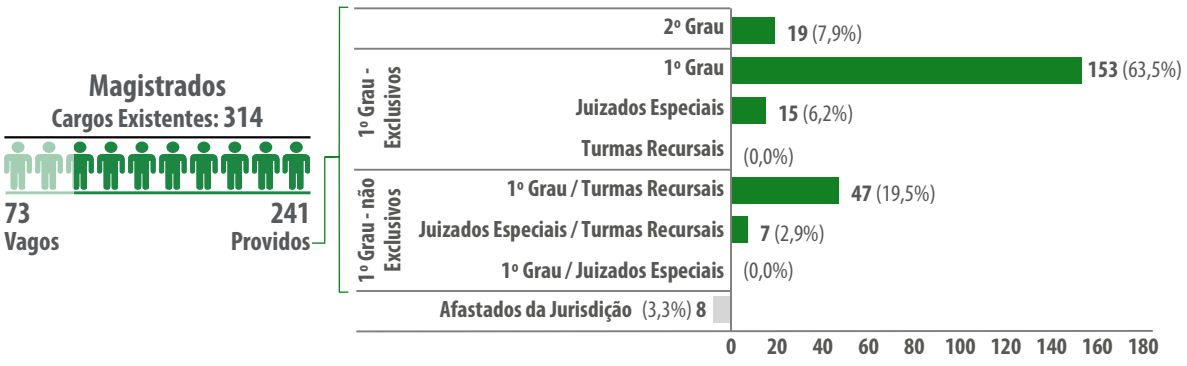
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	17.901
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	10.117
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	6.854
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	6.299
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	6.236
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	6.094
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	5.895
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Citação	5.600
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Intimação / Notificação	5.473
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	5.163

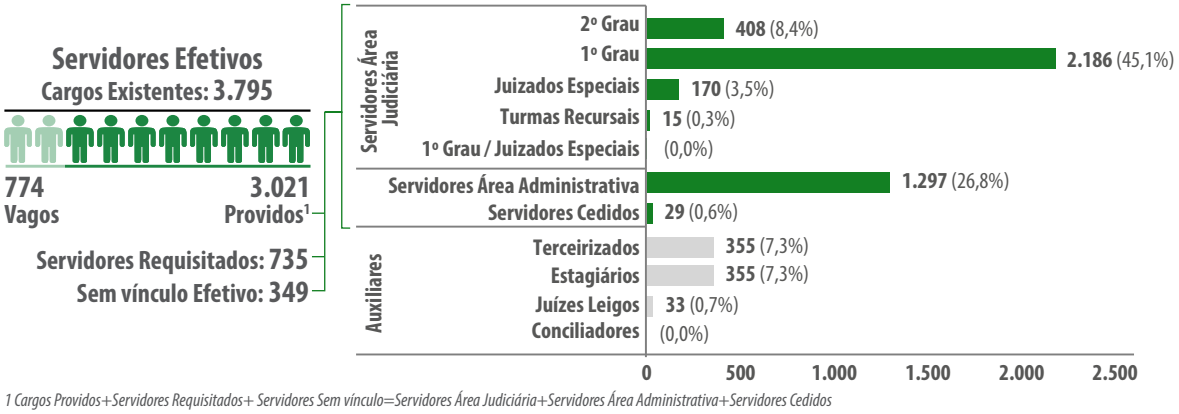
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Despesas



Força de Trabalho

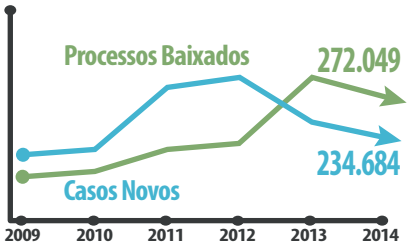


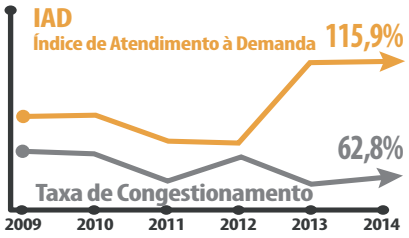


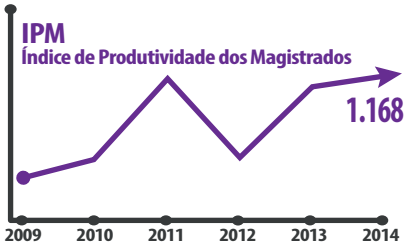
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

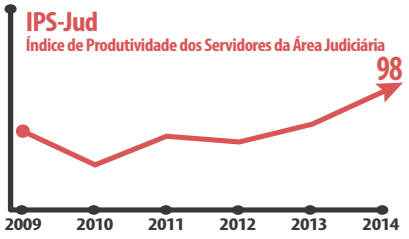
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	28.863	145.330	13.709	46.782	**234.684**	↓ -5,7%
Conhecimento	-	124.321	-	46.124	**170.445**	↓ -11,2%
Execução	-	21.009	-	658	**21.667**	↑ 20,6%
Julgados	18.268	124.480	12.185	49.598	**204.531**	↑ 1,9%
Conhecimento	-	111.671	-	49.412	**161.083**	↑ 0,7%
Execução	-	12.809	-	186	**12.995**	↑ 6,5%
Baixados	20.288	176.021	11.707	64.033	**272.049**	↓ -5,7%
Conhecimento	-	158.307	-	63.112	**221.419**	↓ -7,9%
Execução	-	17.714	-	921	**18.635**	↓ -1,5%
Estoque	19.887	380.756	18.602	77.820	**497.065**	↑ 3,8%
Conhecimento	-	279.996	-	75.909	**355.905**	↑ 2,9%
Execução	-	100.760	-	1.911	**102.671**	↓ -1,2%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	70,3%	121,1%	85,4%	136,9%	**115,9%**	0p.p.
Conhecimento	-	127,3%	-	136,8%	**129,9%**	↑ 4,66p.p.
Execução	-	84,3%	-	140,0%	**86,0%**	↓ -19,36p.p.
Taxa Congest.	58,4%	66,5%	63,8%	48,6%	**62,8%**	↑ 2,46p.p.
Conhecimento	-	60,8%	-	48,3%	**57,9%**	↑ 2,63p.p.
Execução	-	85,5%	-	64,1%	**85,0%**	↑ 0,54p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.519	715	254	2.227	**976**	↑ 2,9%
Carga de Trab.	2.876	2.757	598	5.937	**3.192**	↑ 10,9%
Proc. Julgados	961	645	226	2.362	**878**	↑ 12,0%
IPM (Baixados)	1.068	912	217	3.049	**1.168**	↑ 3,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	71	63	914	275	**82**	↑ 10,8%
Carga de Trab.	134	243	2.154	733	**268**	↑ 19,4%
IPS-Jud (Baixados)	50	81	780	377	**98**	↑ 11,6%

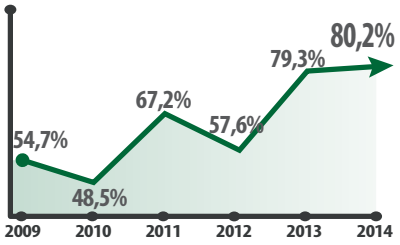


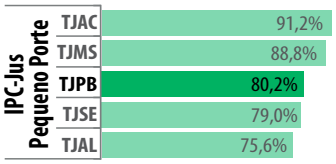






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





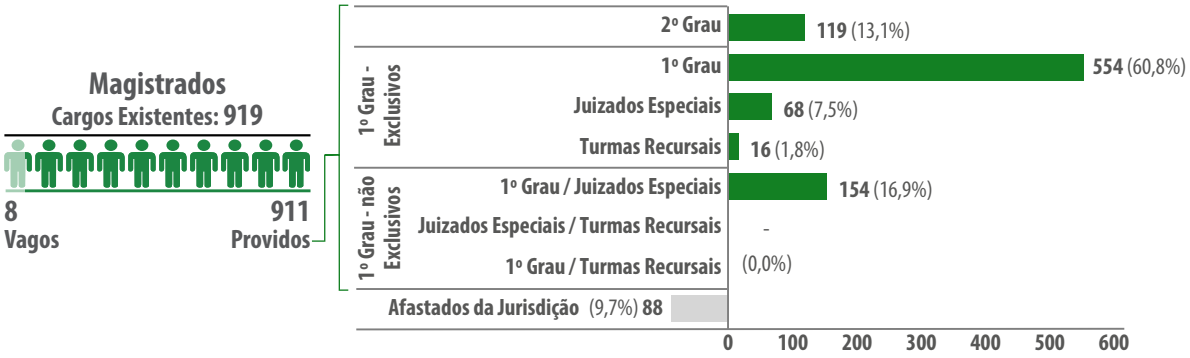
Assuntos mais recorrentes

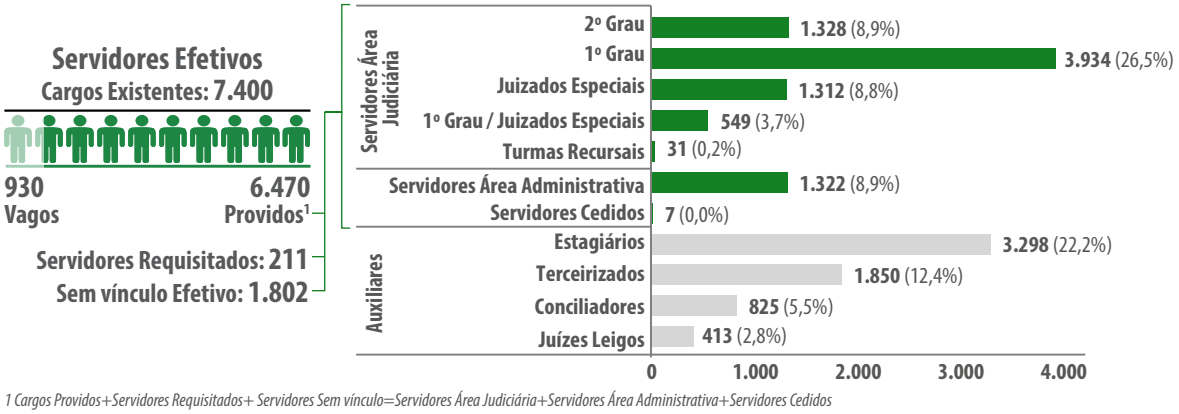
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	291.834
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	171.273
DIREITO DO CONSUMIDOR: Contratos de Consumo/Financiamento de Produto	163.410
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	157.921
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	109.605
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	103.527
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	102.957
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	68.829
DIREITO CIVIL: Obrigações/Adimplemento e Extinção	66.873
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	65.027

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Despesas

Força de Trabalho

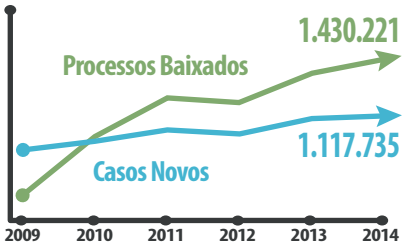


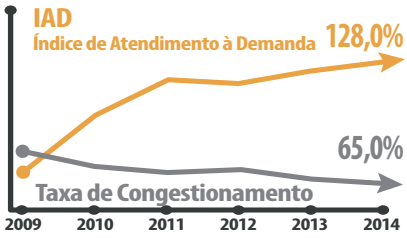


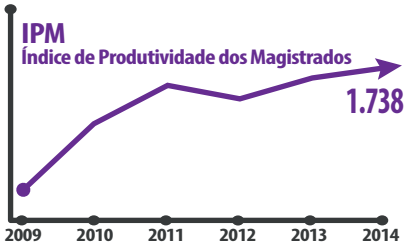
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

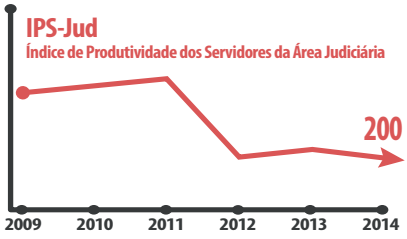
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	163.105	564.439	54.919	335.272	**1.117.735**	↑ 2,3%
Conhecimento	-	374.735	-	301.969	**676.704**	↑ 3,2%
Execução	-	189.704	-	33.303	**223.007**	↑ 5,3%
Julgados	166.783	601.446	45.423	394.097	**1.207.749**	↑ 16,4%
Conhecimento	-	425.698	-	311.214	**736.912**	↑ 14,6%
Execução	-	175.748	-	82.883	**258.631**	↑ 13,1%
Baixados	178.205	870.347	45.810	335.859	**1.430.221**	↑ 5,8%
Conhecimento	-	611.454	-	287.640	**899.094**	↑ 14,4%
Execução	-	258.893	-	48.219	**307.112**	↓ -22,2%
Estoque	191.527	2.320.455	40.610	416.551	**2.969.143**	↓ -5,2%
Conhecimento	-	1.220.788	-	350.002	**1.570.790**	↓ -7,7%
Execução	-	1.099.667	-	66.549	**1.166.216**	↓ -7,7%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	109,3%	154,2%	83,4%	100,2%	**128,0%**	↑ 4,18p.p.
Conhecimento	-	163,2%	-	95,3%	**132,9%**	↑ 13,01p.p.
Execução	-	136,5%	-	144,8%	**137,7%**	↓ -48,81p.p.
Taxa Congest.	49,7%	69,8%	52,0%	55,3%	**65,0%**	↓ -2,99p.p.
Conhecimento	-	61,7%	-	55,9%	**60,0%**	↓ -6,66p.p.
Execução	-	79,9%	-	51,7%	**77,9%**	↑ 4,66p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.371	817	3.432	1.479	**1.278**	↓ -1,0%
Carga de Trab.	3.402	4.841	6.417	3.527	**5.218**	↓ -4,1%
Proc. Julgados	1.402	967	2.839	1.791	**1.467**	↑ 14,4%
IPM (Baixados)	1.498	1.399	2.863	1.527	**1.738**	↑ 4,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	123	113	1.772	175	**147**	↓ -7,5%
Carga de Trab.	305	672	3.312	417	**600**	↓ -10,4%
IPS-Jud (Baixados)	134	194	1.478	180	**200**	↓ -2,9%

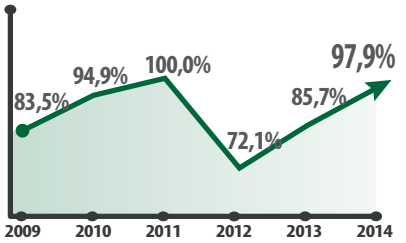








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

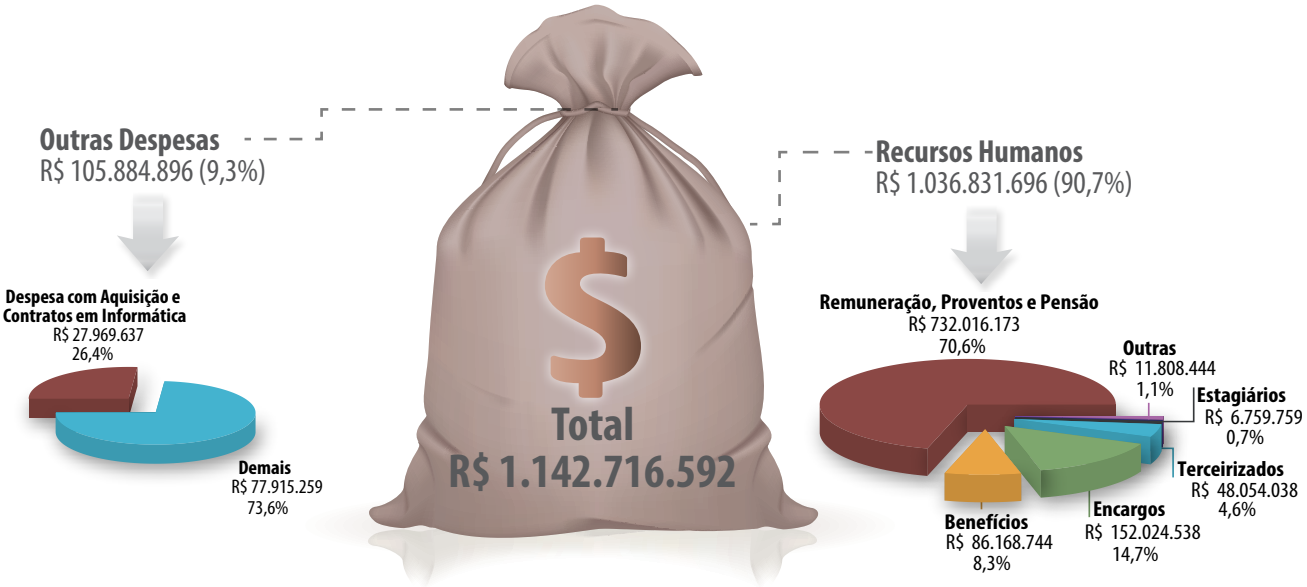


Assuntos mais recorrentes

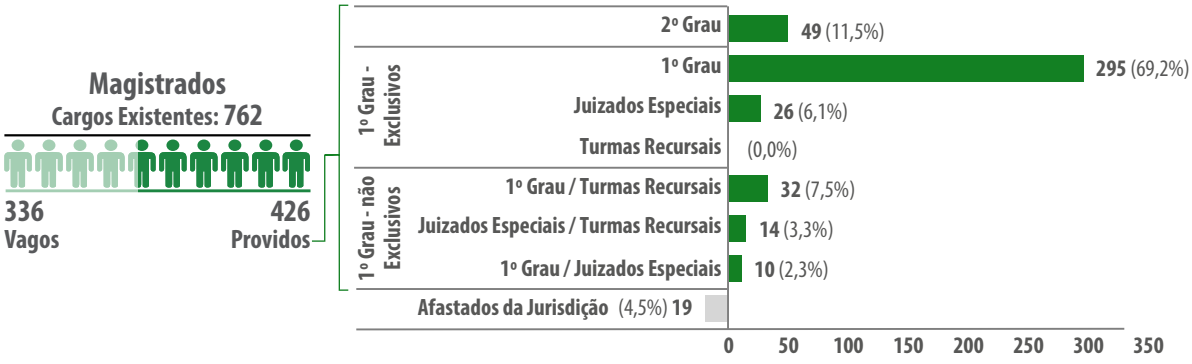
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	171.821
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	97.246
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	90.056
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	54.701
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	50.779
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	48.188
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	44.897
DIREITO CIVIL: Família/Relações de Parentesco	25.500
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	22.849
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	21.564

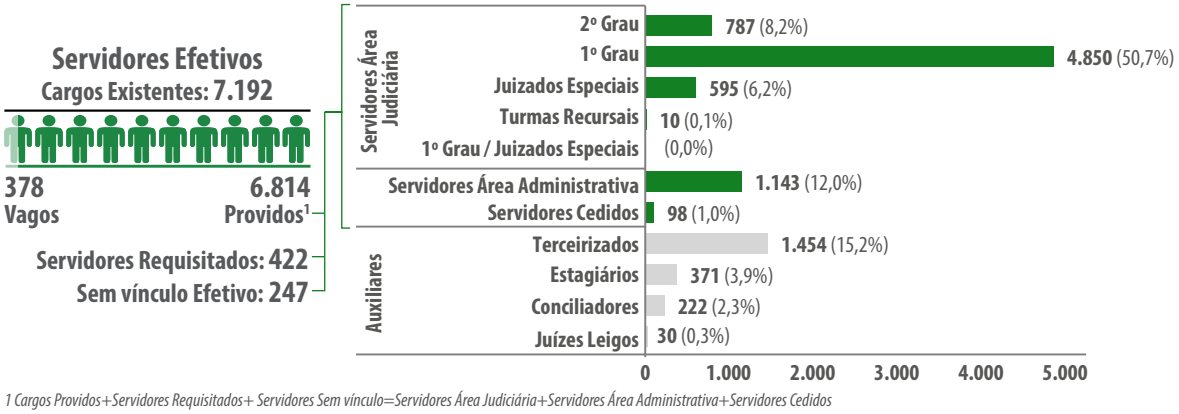
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Despesas



Força de Trabalho

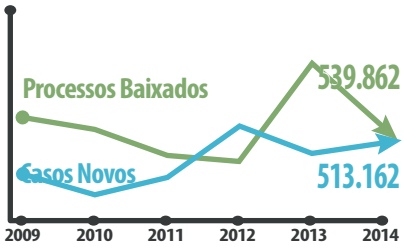


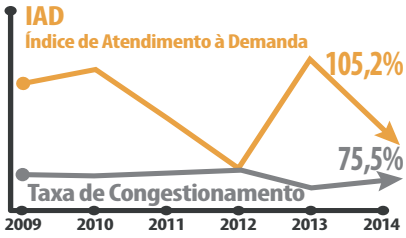


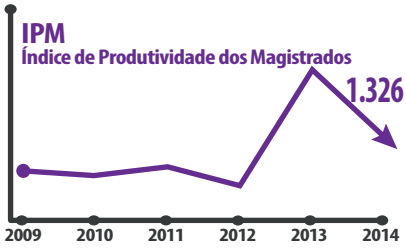
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

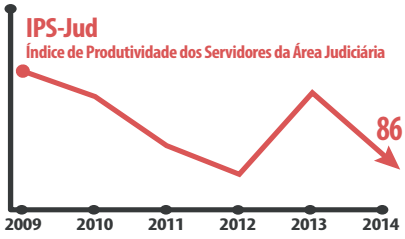
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	42.625	347.237	8.098	115.202	**513.162**	↑ 6,3%
Conhecimento	-	229.797	-	109.242	**339.039**	↓ -2,3%
Execução	-	117.440	-	5.960	**123.400**	↑ 26,5%
Julgados	38.297	341.325	5.611	134.344	**519.577**	↓ -16,4%
Conhecimento	-	200.059	-	124.600	**324.659**	↑ 2,3%
Execução	-	141.266	-	9.744	**151.010**	↓ -43,2%
Baixados	31.947	355.218	4.492	148.205	**539.862**	↓ -25,9%
Conhecimento	-	200.129	-	143.802	**343.931**	↑ 6,6%
Execução	-	155.089	-	4.403	**159.492**	↓ -56,4%
Estoque	40.547	1.517.427	1.006	129.240	**1.688.220**	↓ -19,7%
Conhecimento	-	594.620	-	110.959	**705.579**	↓ -11,1%
Execução	-	922.807	-	18.281	**941.088**	↓ -25,5%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	74,9%	102,3%	55,5%	128,6%	**105,2%**	↓ -45,86p.p.
Conhecimento	-	87,1%	-	131,6%	**101,4%**	↑ 8,50p.p.
Execução	-	132,1%	-	73,9%	**129,2%**	↓ -245,5p.p.
Taxa Congest.	61,6%	81,0%	50,7%	39,4%	**75,5%**	↑ 3,68p.p.
Conhecimento	-	75,7%	-	34,7%	**67,1%**	↓ -4,65p.p.
Execução	-	85,1%	-	81,8%	**85,0%**	↑ 11,89p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	870	1.005	176	2.256	**1.184**	↑ 10,2%
Carga de Trab.	2.128	5.924	207	5.047	**5.530**	↓ -11,8%
Proc. Julgados	782	1.070	122	2.742	**1.277**	↓ -13,8%
IPM (Baixados)	652	1.114	98	3.025	**1.326**	↓ -23,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	54	66	810	186	**77**	↑ 7,2%
Carga de Trab.	132	390	952	416	**361**	↓ -14,1%
IPS-Jud (Baixados)	41	73	449	249	**86**	↓ -25,6%





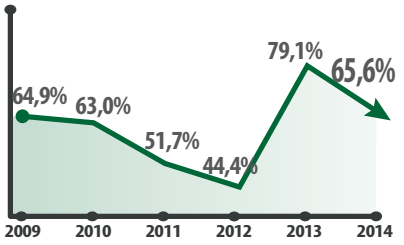


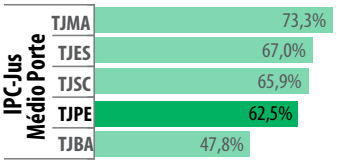


Assuntos mais recorrentes

DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	46.104
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	41.640
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/ISS/ Imposto sobre Serviços	39.207
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Intimação / Notificação	34.971
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	33.239
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	32.419
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	31.943
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	31.459
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	29.100
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Citação	23.748

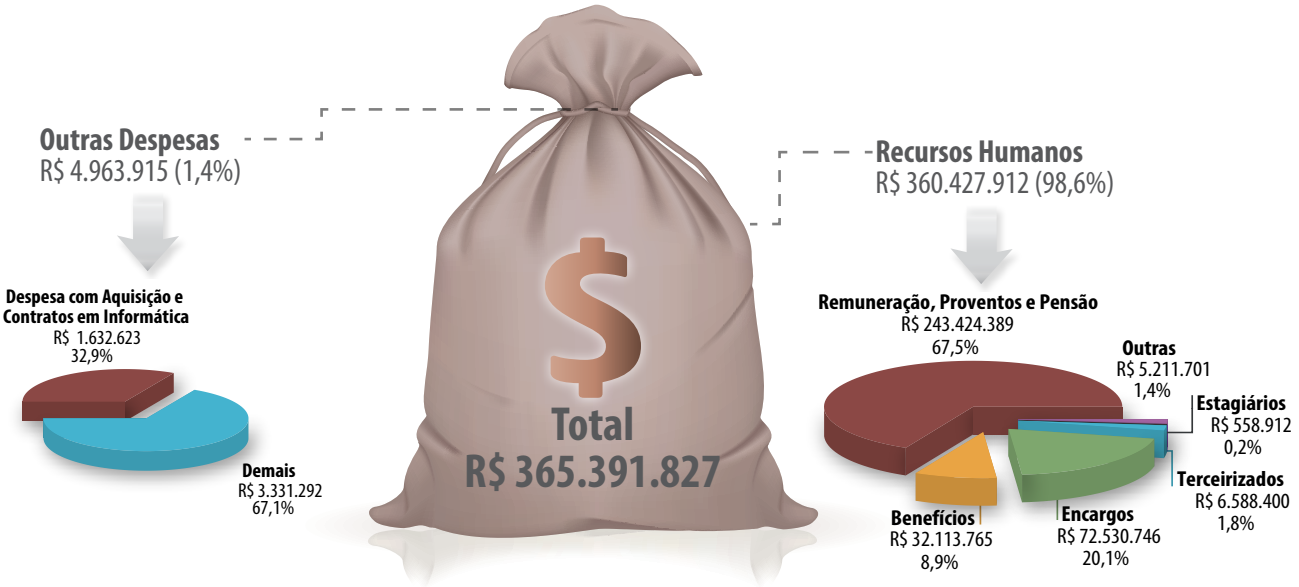
Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



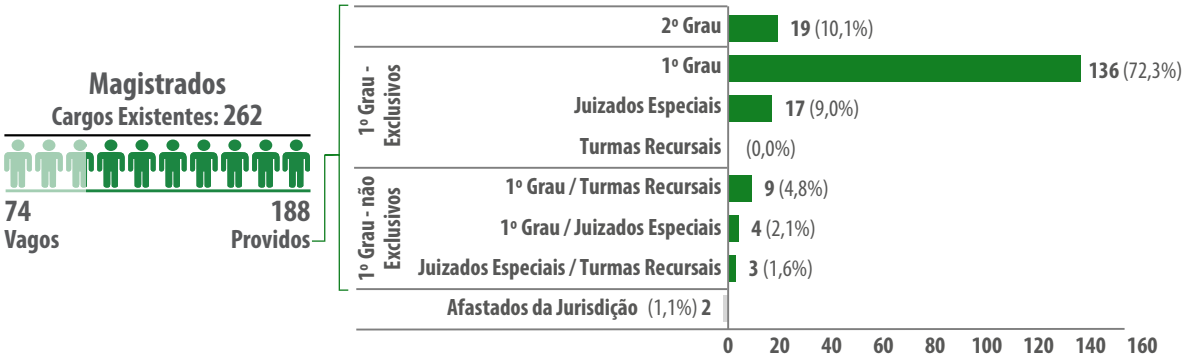


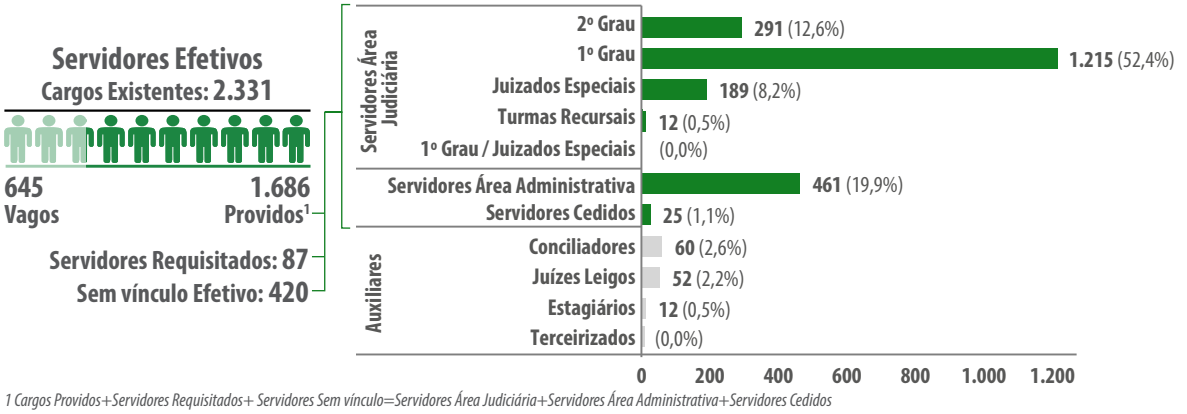
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Despesas



Força de Trabalho

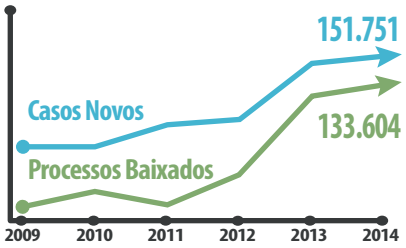


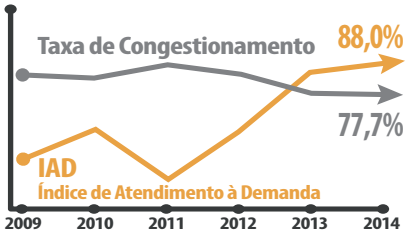


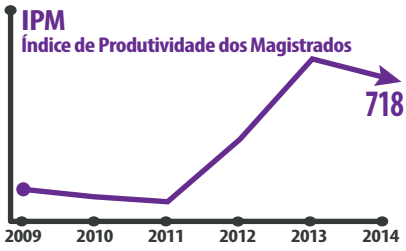
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

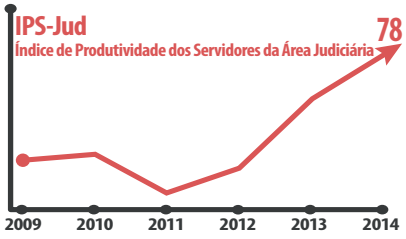
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	9.671	89.672	4.345	48.063	**151.751**	↑ 3,0%
Conhecimento	-	78.933	-	43.125	**122.058**	↑ 2,5%
Execução	-	10.739	-	4.938	**15.677**	↑ 5,1%
Julgados	9.604	66.772	3.167	50.172	**129.715**	↑ 0,1%
Conhecimento	-	60.356	-	46.064	**106.420**	↓ -0,9%
Execução	-	6.416	-	4.108	**10.524**	↓ -6,8%
Baixados	7.740	80.116	1.945	43.803	**133.604**	↑ 6,7%
Conhecimento	-	72.385	-	41.237	**113.622**	↑ 7,4%
Execução	-	7.731	-	2.566	**10.297**	↑ 14,9%
Estoque	17.977	363.546	6.206	60.286	**448.015**	↑ 8,5%
Conhecimento	-	273.304	-	58.200	**331.504**	↑ 9,7%
Execução	-	90.242	-	2.086	**92.328**	↑ 3,3%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	80,0%	89,3%	44,8%	91,1%	**88,0%**	↑ 3,02p.p.
Conhecimento	-	91,7%	-	95,6%	**93,1%**	↑ 4,24p.p.
Execução	-	72,0%	-	52,0%	**65,7%**	↑ 5,59p.p.
Taxa Congest.	72,0%	82,3%	81,6%	59,6%	**77,7%**	↑ 0,08p.p.
Conhecimento	-	79,4%	-	59,3%	**74,9%**	↑ 0,07p.p.
Execução	-	92,3%	-	63,5%	**90,5%**	↓ -0,94p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	509	576	362	1.879	**773**	↓ -10,7%
Carga de Trab.	1.683	3.127	883	4.631	**3.298**	↓ -6,7%
Proc. Julgados	505	454	264	2.091	**697**	↓ -12,8%
IPM (Baixados)	407	545	162	1.825	**718**	↓ -7,1%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	33	70	362	239	**84**	↑ 19,3%
Carga de Trab.	110	378	883	588	**359**	↑ 24,6%
IPS-Jud (Baixados)	27	66	162	232	**78**	↑ 24,1%

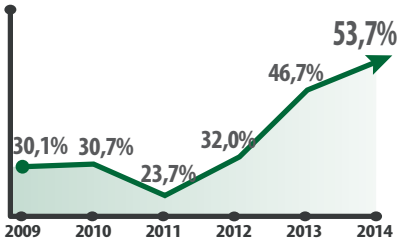


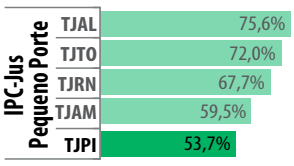






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



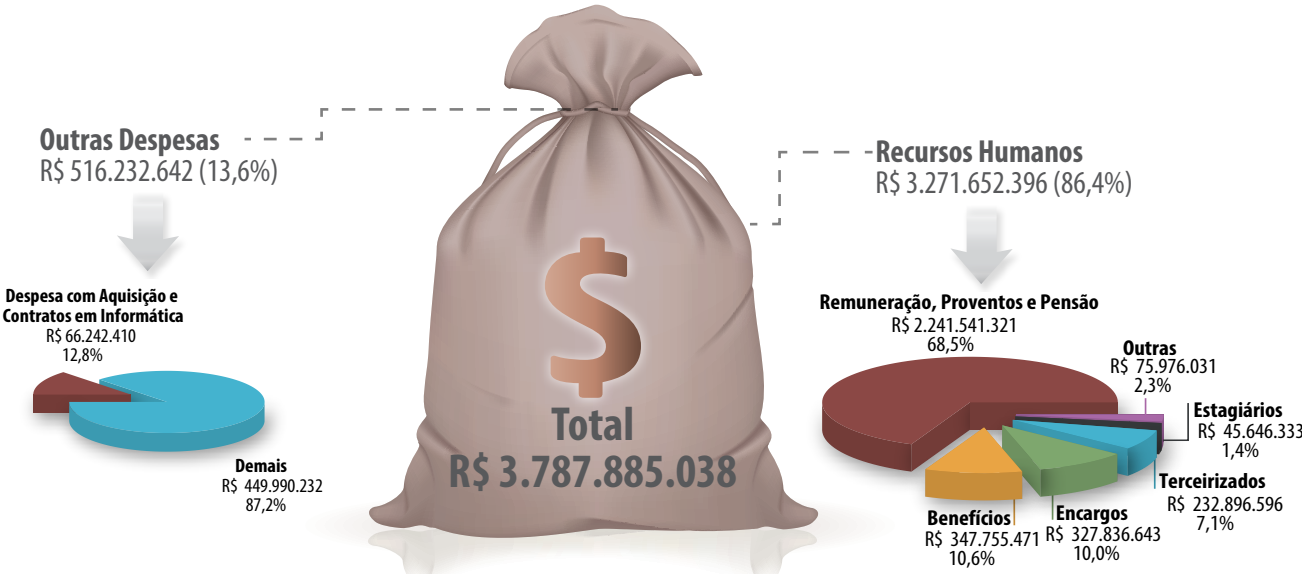


Assuntos mais recorrentes

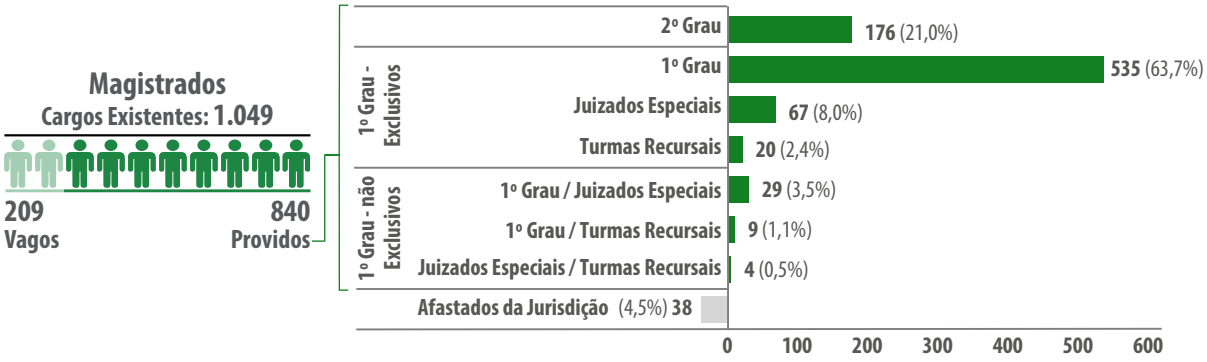
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	14.141
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	13.601
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	10.505
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	8.378
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	8.323
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	7.865
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Citação	6.677
DIREITO CIVIL: Obrigações/Adimplemento e Extinção	6.497
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	6.472
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	6.058

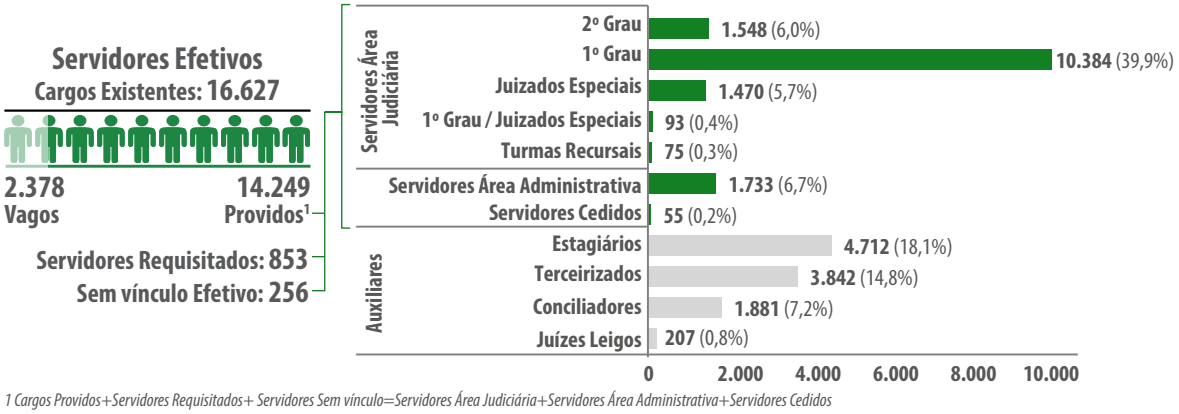
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Despesas



Força de Trabalho

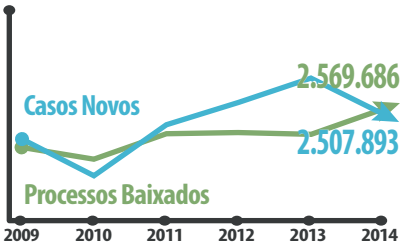


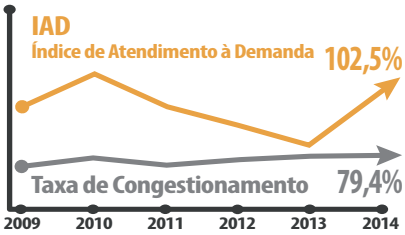


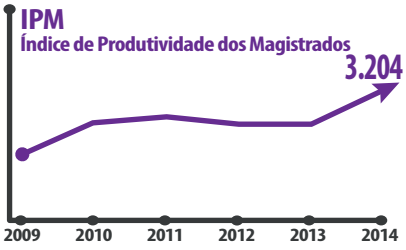
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

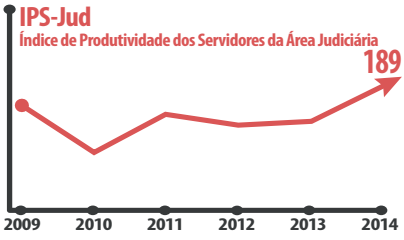
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	190.263	1.298.876	119.342	899.412	**2.507.893**	↓ -11,6%
Conhecimento	-	595.106	-	855.702	**1.450.808**	↑ 0,1%
Execução	-	703.770	-	43.710	**747.480**	↓ -30,9%
Julgados	250.272	1.517.267	115.521	928.585	**2.811.645**	↑ 11,3%
Conhecimento	-	637.346	-	888.019	**1.525.365**	↓ -1,0%
Execução	-	879.921	-	40.566	**920.487**	↑ 34,4%
Baixados	196.857	1.277.333	117.101	978.395	**2.569.686**	↑ 9,3%
Conhecimento	-	804.934	-	935.744	**1.740.678**	↑ 3,7%
Execução	-	472.399	-	42.651	**515.050**	↑ 40,0%
Estoque	97.396	8.978.892	6.144	888.561	**9.970.993**	↑ 19,9%
Conhecimento	-	2.446.122	-	814.507	**3.260.629**	↑ 54,5%
Execução	-	6.532.770	-	74.054	**6.606.824**	↑ 8,3%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	103,5%	98,3%	98,1%	108,8%	**102,5%**	↑ 19,62p.p.
Conhecimento	-	135,3%	-	109,4%	**120,0%**	↑ 4,17p.p.
Execução	-	67,1%	-	97,6%	**68,9%**	↑ 34,89p.p.
Taxa Congest.	31,6%	87,6%	6,7%	45,3%	**79,4%**	↑ 0,48p.p.
Conhecimento	-	73,5%	-	44,0%	**63,1%**	↑ 10,19p.p.
Execução	-	93,5%	-	63,8%	**93,0%**	↓ -1,88p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.081	2.205	3.616	8.875	**2.939**	↓ -12,4%
Carga de Trab.	1.911	19.316	4.109	18.546	**15.789**	↑ 11,9%
Proc. Julgados	1.422	2.820	3.501	9.573	**3.506**	↑ 11,7%
IPM (Baixados)	1.119	2.374	3.549	10.087	**3.204**	↑ 9,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	123	113	1.591	551	**174**	↓ -11,0%
Carga de Trab.	217	992	1.808	1.151	**933**	↑ 13,7%
IPS-Jud (Baixados)	127	122	1.561	626	**189**	↑ 11,4%

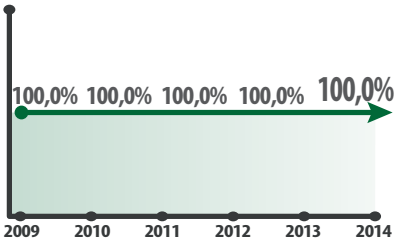








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



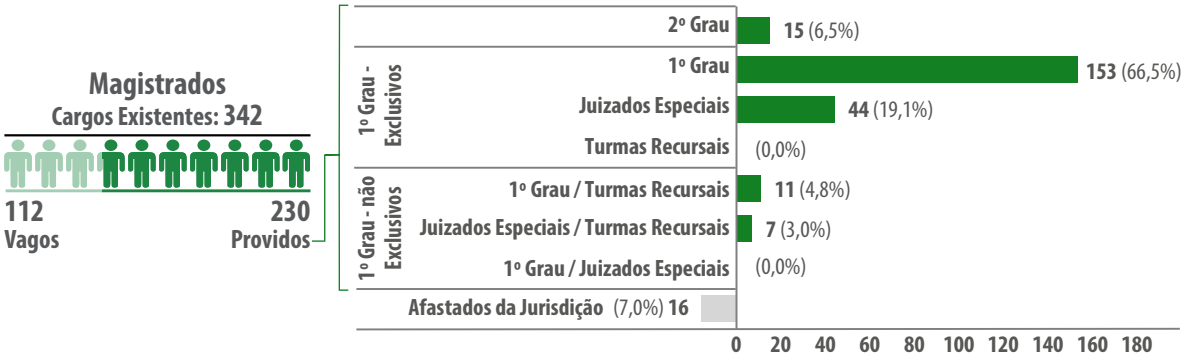
Assuntos mais recorrentes

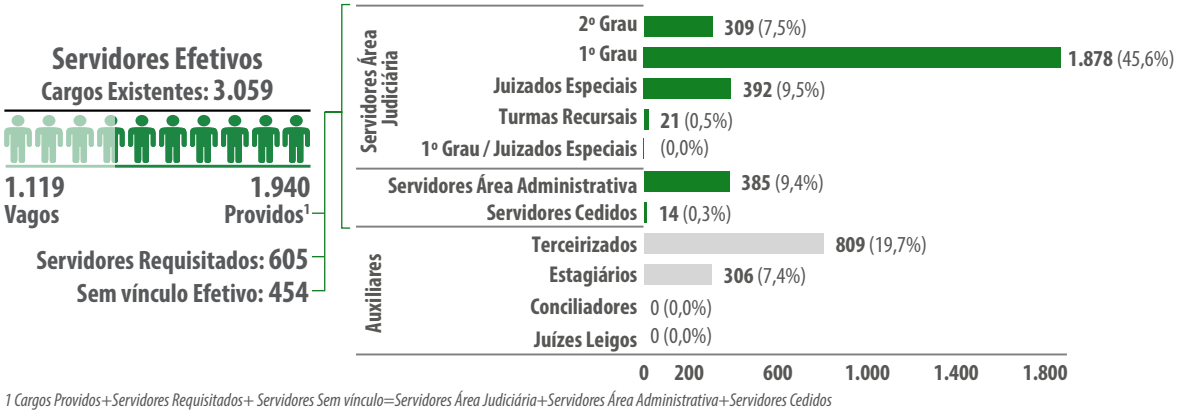
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	693.791
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	567.551
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	241.747
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	187.840
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor	146.753
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Material	103.520
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	99.961
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	89.125
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Citação	88.978
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	85.792

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Despesas

Força de Trabalho

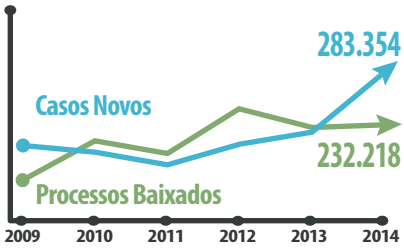


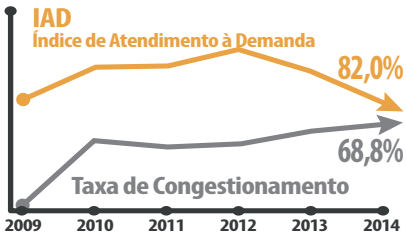


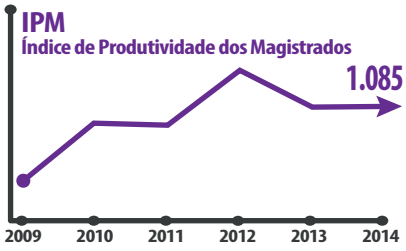
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

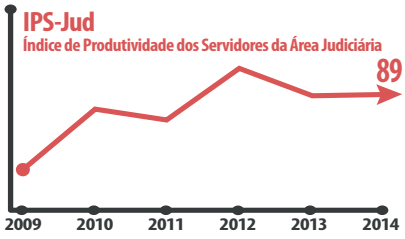
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	22.682	158.675	10.987	91.010	**283.354**	↑ 25,2%
Conhecimento	-	108.863	-	75.392	**184.255**	↑ 7,1%
Execução	-	49.812	-	15.618	**65.430**	↑ 158,0%
Julgados	24.075	107.499	7.989	147.657	**287.220**	↑ 14,8%
Conhecimento	-	92.920	-	86.310	**179.230**	↑ 5,2%
Execução	-	14.579	-	61.347	**75.926**	↑ 43,4%
Baixados	14.986	115.921	7.901	93.410	**232.218**	↑ 0,6%
Conhecimento	-	99.478	-	75.772	**175.250**	↓ -3,2%
Execução	-	16.443	-	17.638	**34.081**	↑ 25,9%
Estoque	28.166	328.699	7.412	97.456	**461.733**	↑ 5,5%
Conhecimento	-	213.851	-	86.919	**300.770**	↑ 7,9%
Execução	-	114.848	-	10.537	**125.385**	↑ 1,4%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	66,1%	73,1%	71,9%	102,6%	**82,0%**	↓ -20,05p.p.
Conhecimento	-	91,4%	-	100,5%	**95,1%**	↓ -10,16p.p.
Execução	-	33,0%	-	112,9%	**52,1%**	↓ -54,66p.p.
Taxa Congest.	70,5%	76,2%	57,1%	50,4%	**68,8%**	↑ 3,61p.p.
Conhecimento	-	69,2%	-	53,3%	**63,9%**	↑ 4,05p.p.
Execução	-	90,0%	-	32,6%	**82,1%**	↑ 0,30p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.512	994	610	1.640	**1.223**	↑ 23,0%
Carga de Trab.	3.882	6.271	1.072	4.528	**5.811**	↑ 7,7%
Proc. Julgados	1.605	707	444	3.142	**1.342**	↑ 14,8%
IPM (Baixados)	999	763	439	1.987	**1.085**	↑ 0,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	73	80	523	197	**101**	↑ 22,4%
Carga de Trab.	188	508	919	543	**478**	↑ 7,1%
IPS-Jud (Baixados)	48	62	376	238	**89**	





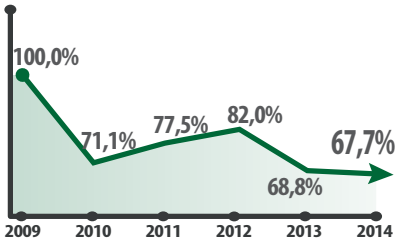


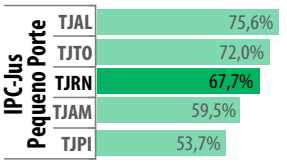


Assuntos mais recorrentes

DIREITO TRIBUTÁRIO: Taxas/Municipais	22.166
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	21.530
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	18.224
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	12.364
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	11.925
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	11.354
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	9.982
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	8.789
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Citação	8.200
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	7.905

Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

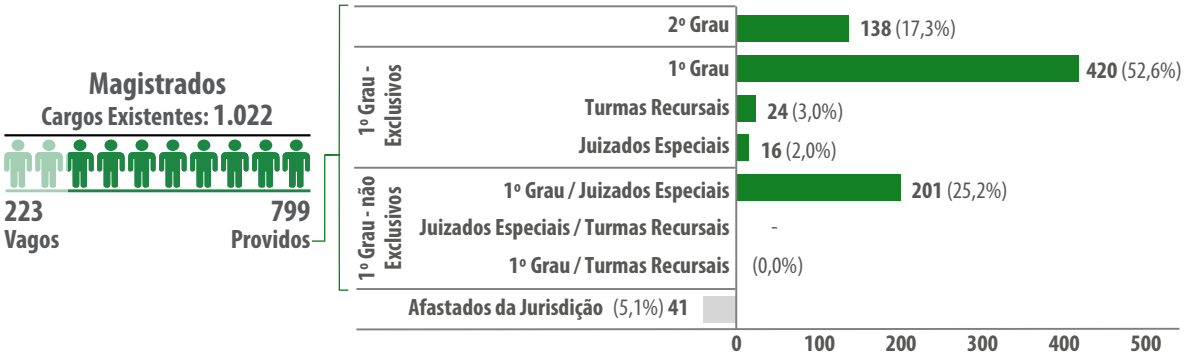


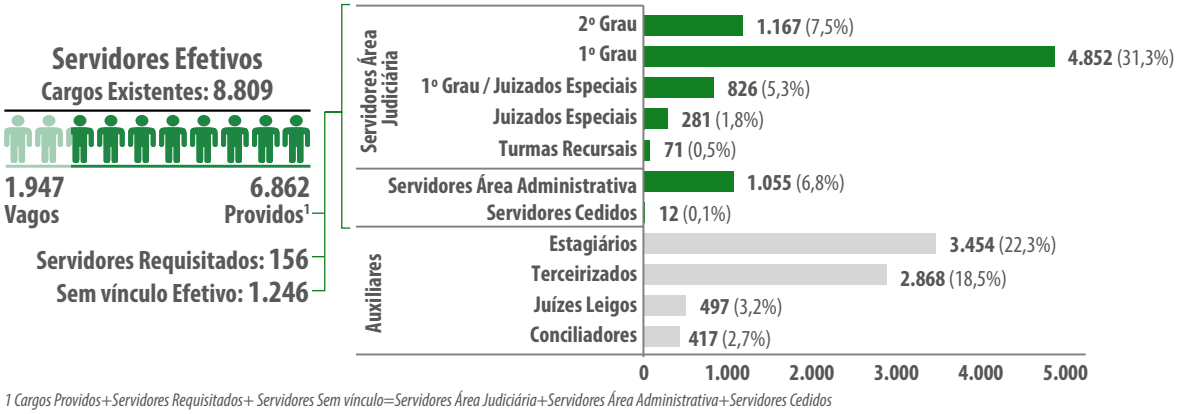


Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Despesas

Força de Trabalho

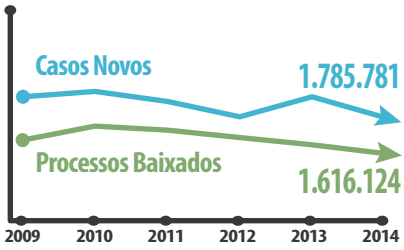


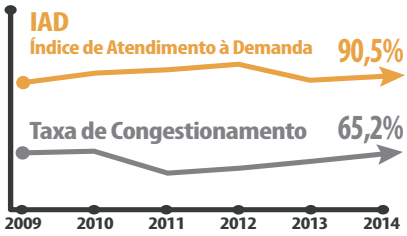


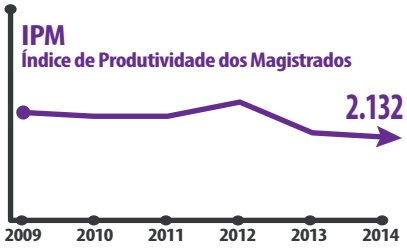
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

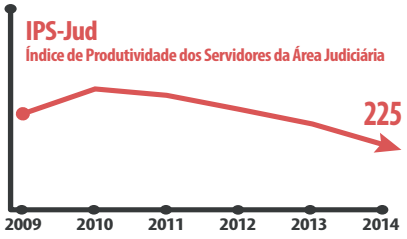
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	341.792	954.966	32.512	456.511	**1.785.781**	↓ -5,0%
Conhecimento	-	715.248	-	425.058	**1.140.306**	↓ -8,0%
Execução	-	239.718	-	31.453	**271.171**	↓ -0,1%
Julgados	335.719	975.933	28.769	562.240	**1.902.661**	↓ -6,0%
Conhecimento	-	714.131	-	530.964	**1.245.095**	↓ -6,6%
Execução	-	261.802	-	31.276	**293.078**	↓ -5,2%
Baixados	327.472	832.109	28.769	427.774	**1.616.124**	↓ -2,9%
Conhecimento	-	601.518	-	401.473	**1.002.991**	↓ -3,6%
Execução	-	230.591	-	26.301	**256.892**	↑ 2,4%
Estoque	100.815	2.459.656	20.742	271.095	**2.852.308**	↑ 11,6%
Conhecimento	-	1.327.303	-	250.954	**1.578.257**	↑ 22,2%
Execução	-	1.132.353	-	20.141	**1.152.494**	↑ 1,6%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	95,8%	87,1%	88,5%	93,7%	**90,5%**	↑ 1,96p.p.
Conhecimento	-	84,1%	-	94,5%	**88,0%**	↑ 4,06p.p.
Execução	-	96,2%	-	83,6%	**94,7%**	↑ 2,35p.p.
Taxa Congest.	26,0%	75,6%	46,0%	41,2%	**65,2%**	↑ 2,68p.p.
Conhecimento	-	70,6%	-	40,6%	**63,1%**	↑ 4,20p.p.
Execução	-	83,2%	-	49,0%	**82,0%**	↓ -0,20p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	2.477	1.493	1.478	2.074	**2.234**	↓ -3,7%
Carga de Trab.	3.652	5.895	2.714	3.363	**6.233**	↑ 6,2%
Proc. Julgados	2.433	1.677	1.308	2.591	**2.510**	↓ -4,2%
IPM (Baixados)	2.373	1.430	1.308	1.971	**2.132**	↓ -1,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	293	153	458	407	**235**	↓ -8,3%
Carga de Trab.	432	604	841	659	**656**	↑ 1,2%
IPS-Jud (Baixados)	281	147	405	386	**225**	↓ -5,7%

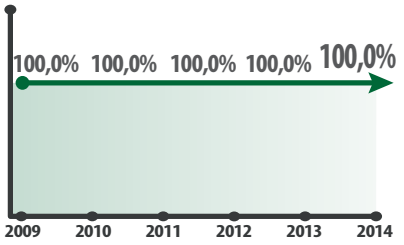








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

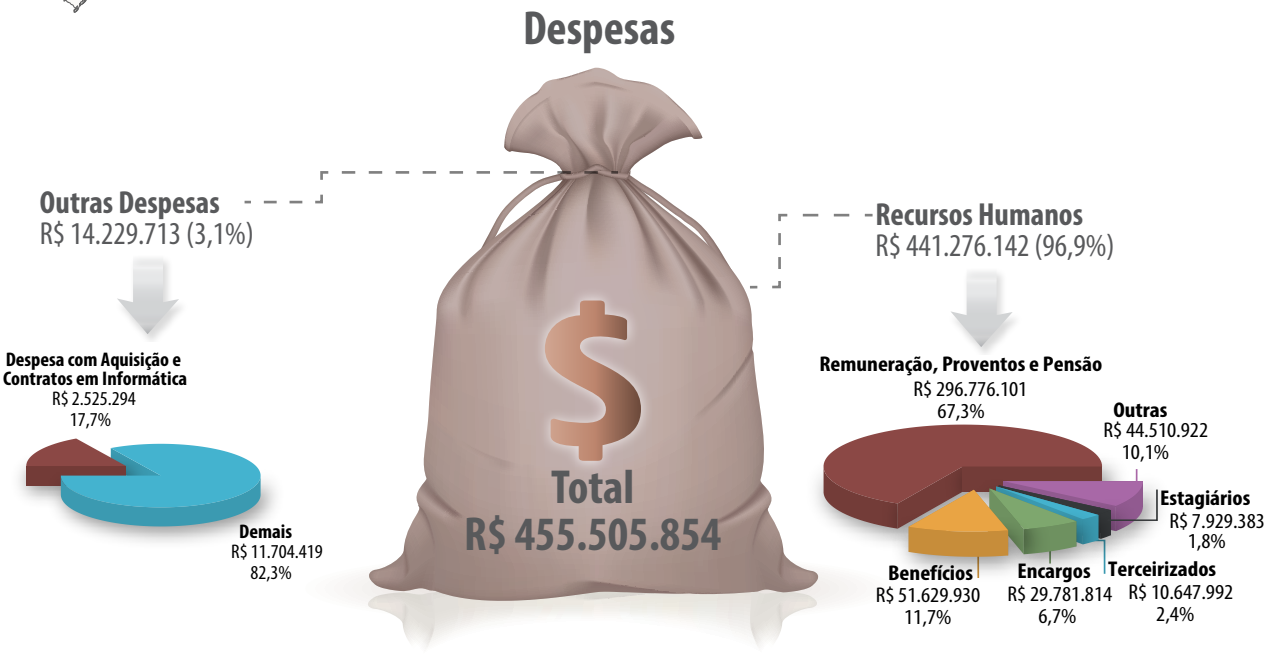


Assuntos mais recorrentes

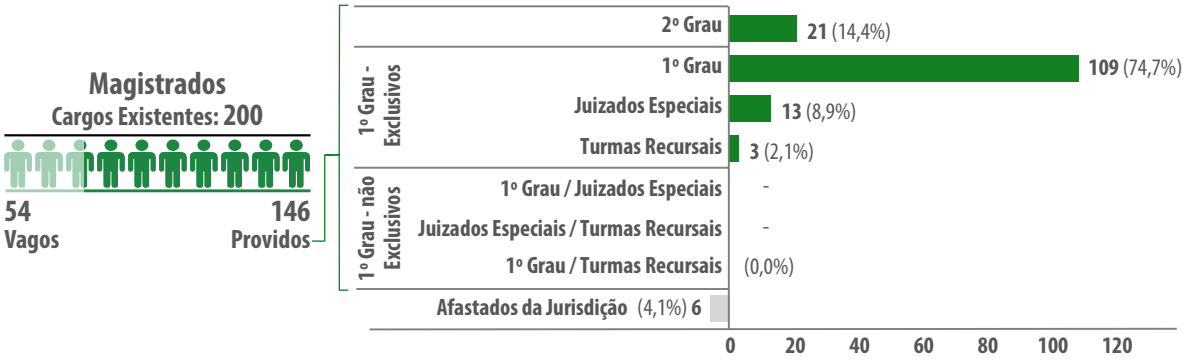
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	168.080
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	158.613
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais	122.267
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	66.757
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	66.573
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	61.366
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	54.126
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil	52.107
DIREITO DO CONSUMIDOR: Contratos de Consumo/Telefonia	51.867
DIREITO PENAL: Crimes contra o Patrimônio/Furto	48.453

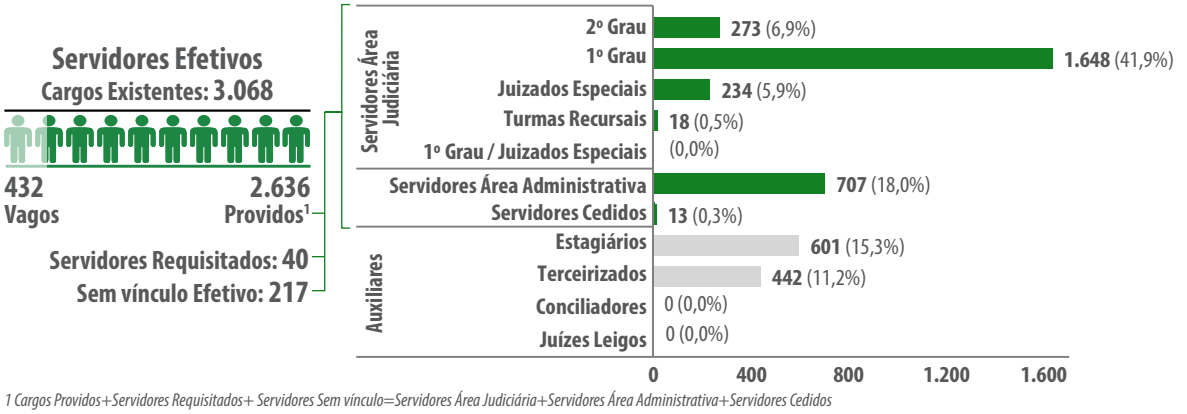
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despesas



Força de Trabalho

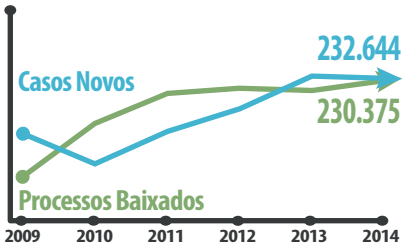


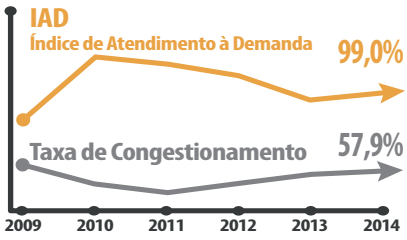


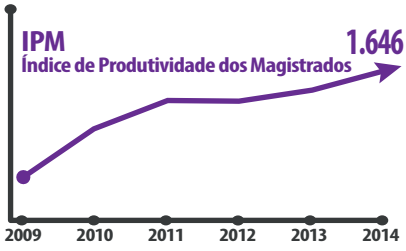
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

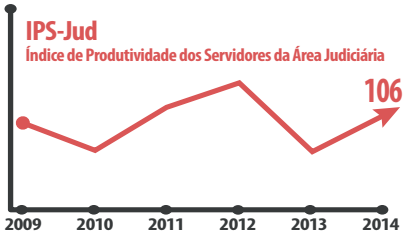
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	26.637	143.717	7.661	54.629	**232.644**	↓ -0,6%
Conhecimento	-	95.847	-	44.620	**140.467**	↓ -4,0%
Execução	-	47.870	-	10.009	**57.879**	↓ -8,7%
Julgados	20.670	142.337	4.843	56.931	**224.781**	↑ 11,2%
Conhecimento	-	97.475	-	48.466	**145.941**	↑ 6,0%
Execução	-	44.862	-	8.465	**53.327**	↑ 25,9%
Baixados	18.666	155.593	4.618	51.498	**230.375**	↑ 2,9%
Conhecimento	-	107.681	-	42.884	**150.565**	↓ -0,8%
Execução	-	47.912	-	8.614	**56.526**	↑ 12,1%
Estoque	15.474	251.402	2.131	45.620	**314.627**	↑ 11,7%
Conhecimento	-	125.002	-	38.869	**163.871**	↑ 7,1%
Execução	-	126.400	-	6.751	**133.151**	↑ 15,5%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	70,1%	108,3%	60,3%	94,3%	**99,0%**	↑ 3,38p.p.
Conhecimento	-	112,3%	-	96,1%	**107,2%**	↑ 3,46p.p.
Execução	-	100,1%	-	86,1%	**97,7%**	↑ 18,10p.p.
Taxa Congest.	55,7%	60,6%	52,8%	48,6%	**57,9%**	↑ 1,31p.p.
Conhecimento	-	51,2%	-	48,6%	**50,5%**	↑ 1,22p.p.
Execução	-	72,5%	-	48,6%	**70,4%**	↓ -1,37p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.268	1.090	2.554	4.050	**1.402**	↑ 2,2%
Carga de Trab.	2.326	3.884	3.413	8.983	**4.077**	↑ 10,9%
Proc. Julgados	984	1.369	1.614	4.744	**1.606**	↑ 15,2%
IPM (Baixados)	889	1.496	1.539	4.292	**1.646**	↑ 6,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	98	69	426	208	**90**	↑ 8,7%
Carga de Trab.	179	245	569	461	**263**	↑ 18,0%
IPS-Jud (Baixados)	68	94	257	220	**106**	↑ 13,4%

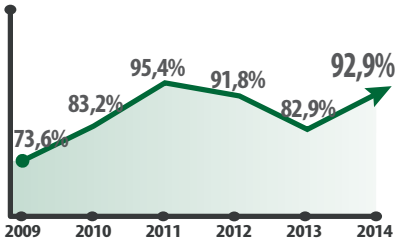


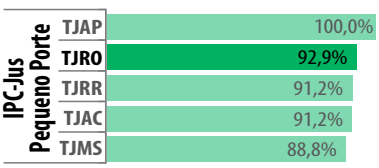






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



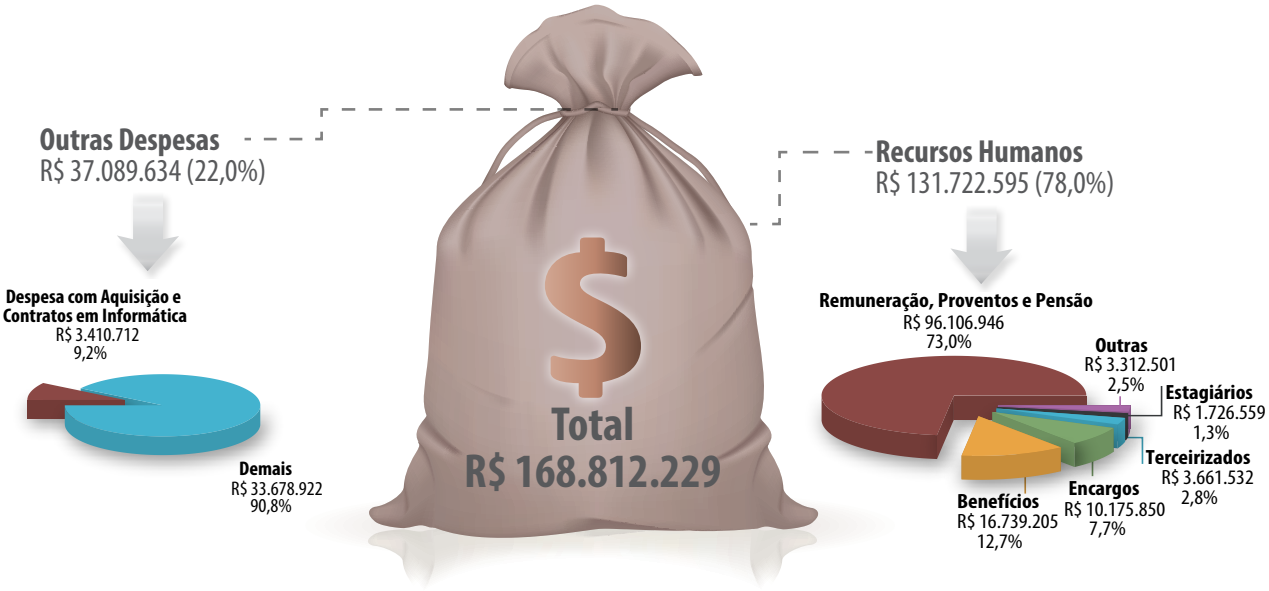


Assuntos mais recorrentes

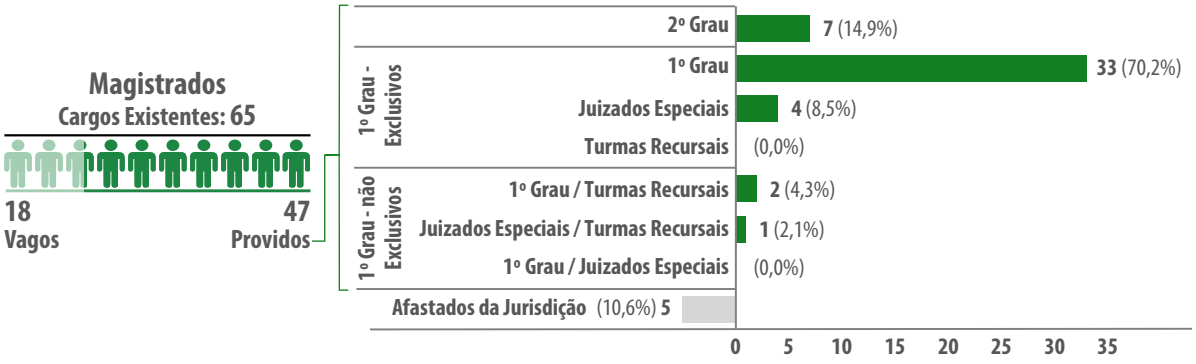
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	16.901
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	13.333
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	12.627
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	12.123
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	10.320
DIREITO CIVIL: Família/Relações de Parentesco	8.524
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	8.216
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	7.772
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Objetos de cartas precatórias/de ordem/Intimação	7.756
DIREITO PENAL: Violência Doméstica Contra a Mulher	6.879

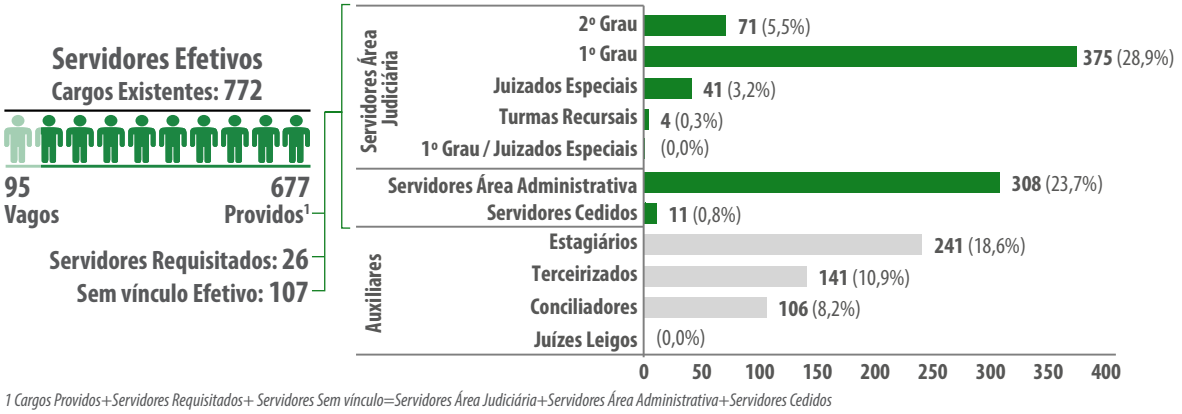
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

Despesas



Força de Trabalho

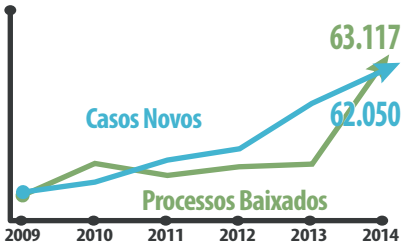


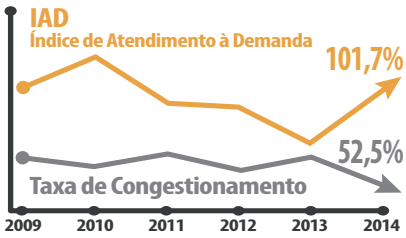


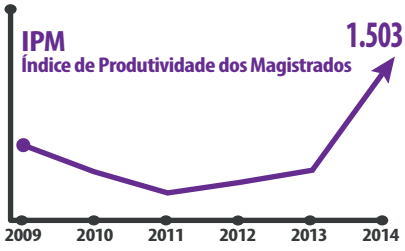
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

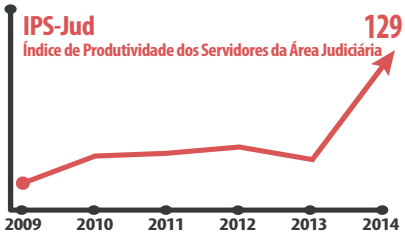
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	4.714	31.863	3.296	22.177	**62.050**	↑ 13,8%
Conhecimento	-	25.797	-	19.535	**45.332**	↑ 11,0%
Execução	-	6.066	-	2.642	**8.708**	↑ 44,7%
Julgados	6.263	27.641	5.018	26.226	**65.148**	↑ 25,0%
Conhecimento	-	24.575	-	25.559	**50.134**	↑ 27,8%
Execução	-	3.066	-	667	**3.733**	↑ 28,1%
Baixados	6.274	34.742	3.470	18.631	**63.117**	↑ 57,2%
Conhecimento	-	28.748	-	16.770	**45.518**	↑ 45,5%
Execução	-	5.994	-	1.861	**7.855**	↑ 80,5%
Estoque	7.361	54.876	1.031	7.661	**70.929**	↑ 12,5%
Conhecimento	-	37.952	-	5.548	**43.500**	↑ 11,0%
Execução	-	16.924	-	2.113	**19.037**	↑ 3,5%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	133,1%	109,0%	105,3%	84,0%	**101,7%**	↑ 28,10p.p.
Conhecimento	-	111,4%	-	85,8%	**100,4%**	↑ 23,83p.p.
Execução	-	98,8%	-	70,4%	**90,2%**	↑ 17,92p.p.
Taxa Congest.	48,0%	59,9%	19,8%	37,6%	**52,5%**	↓ -13,32p.p.
Conhecimento	-	54,9%	-	33,1%	**48,8%**	↓ -12,16p.p.
Execução	-	73,9%	-	60,9%	**71,7%**	↓ -10,49p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	673	906	1.099	4.037	**1.318**	↑ 14,8%
Carga de Trab.	1.887	2.956	1.649	6.628	**3.333**	↑ 19,2%
Proc. Julgados	895	921	1.673	5.245	**1.551**	↑ 30,9%
IPM (Baixados)	896	1.158	1.157	3.726	**1.503**	↑ 64,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	66	72	824	492	**113**	↑ 14,0%
Carga de Trab.	186	236	1.237	808	**285**	↑ 18,4%
IPS-Jud (Baixados)	88	93	868	454	**129**	↑ 63,6%

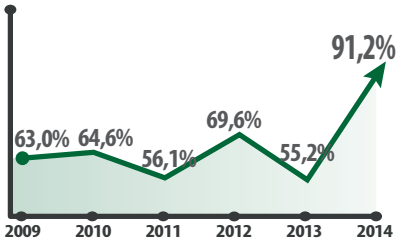


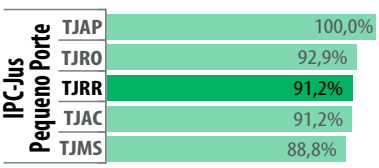






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



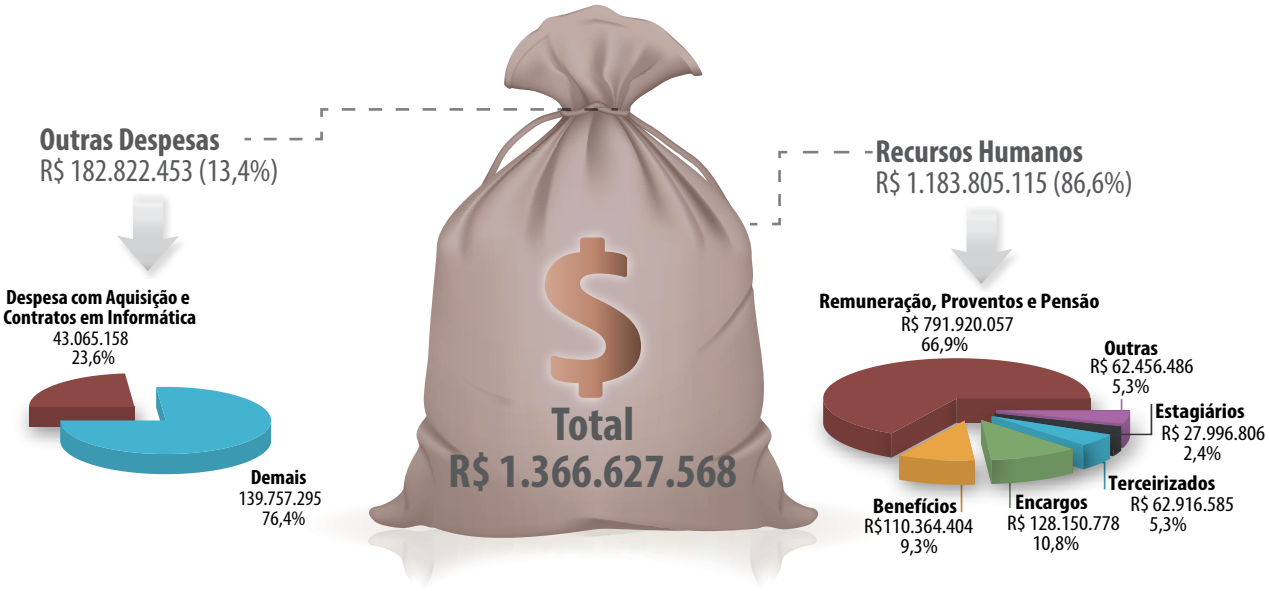


Assuntos mais recorrentes

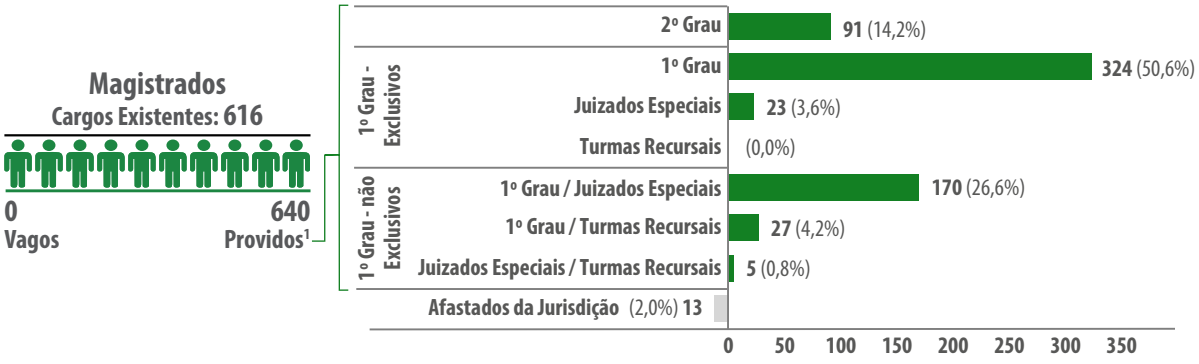
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	15.188
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	13.017
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	5.000
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	4.101
DIREITO PENAL: Lesão Corporal/Decorrente de Violência Doméstica	3.896
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	2.623
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Jurisdição e Competência/Competência	2.482
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Trânsito	2.266
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Serviços/ Concessão / Permissão / Autorização	2.241
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	2.050

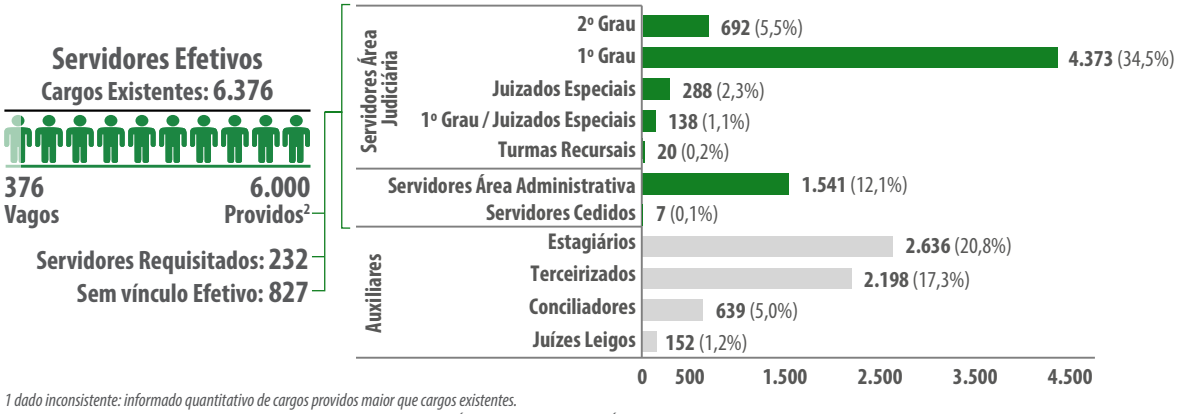
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Despesas



Força de Trabalho

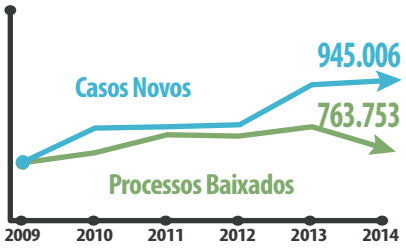


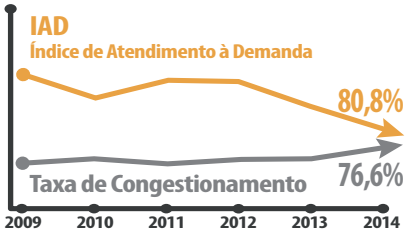


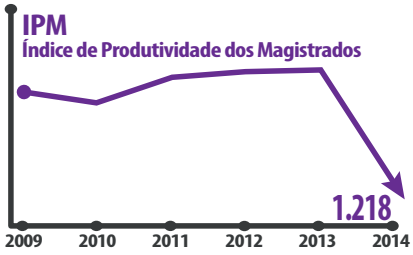
1 dado inconsistente: informado quantitativo de cargos providos maior que cargos existentes.
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

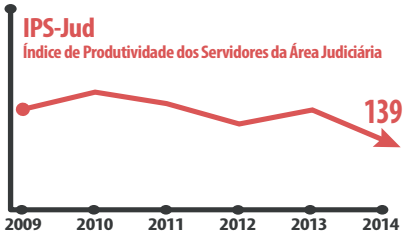
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	91.807	545.634	20.404	287.161	**945.006**	↑ 1,0%
Conhecimento	-	305.479	-	245.799	**551.278**	↓ -4,1%
Execução	-	240.155	-	41.362	**281.517**	↑ 7,9%
Julgados	90.289	417.647	12.659	143.930	**664.525**	↓ -12,7%
Conhecimento	-	269.026	-	131.357	**400.383**	↓ -10,6%
Execução	-	148.621	-	12.573	**161.194**	↓ -15,3%
Baixados	93.773	508.047	12.659	149.274	**763.753**	↓ -7,7%
Conhecimento	-	332.486	-	137.359	**469.845**	↓ -1,9%
Execução	-	175.561	-	11.915	**187.476**	↓ -11,5%
Estoque	119.164	1.833.137	18.020	341.820	**2.312.141**	↑ 7,2%
Conhecimento	-	796.003	-	280.305	**1.076.308**	↑ 14,2%
Execução	-	1.037.134	-	61.515	**1.098.649**	↓ -3,1%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	102,1%	93,1%	62,0%	52,0%	**80,8%**	↓ -7,65p.p.
Conhecimento	-	108,8%	-	55,9%	**85,2%**	↑ 1,95p.p.
Execução	-	73,1%	-	28,8%	**66,6%**	↓ -14,66p.p.
Taxa Congest.	55,6%	78,6%	67,1%	76,3%	**76,6%**	↑ 3,32p.p.
Conhecimento	-	69,8%	-	73,9%	**71,1%**	↑ 2,69p.p.
Execução	-	86,3%	-	88,4%	**86,4%**	↑ 1,61p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.009	931	638	1.324	**1.351**	↓ -27,3%
Carga de Trab.	2.581	4.853	1.238	3.313	**5.418**	↓ -24,3%
Proc. Julgados	992	821	396	731	**1.060**	↓ -37,0%
IPM (Baixados)	1.030	998	396	758	**1.218**	↓ -33,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	133	105	1.020	612	**154**	↑ 1,2%
Carga de Trab.	339	548	1.981	1.532	**616**	↑ 5,4%
IPS-Jud (Baixados)	136	113	633	350	**139**	↓ -7,4%

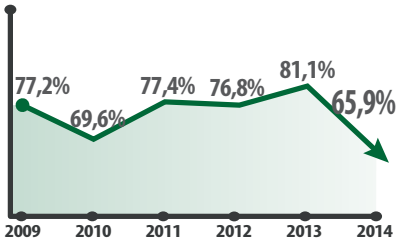


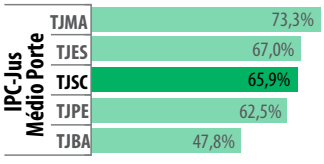






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



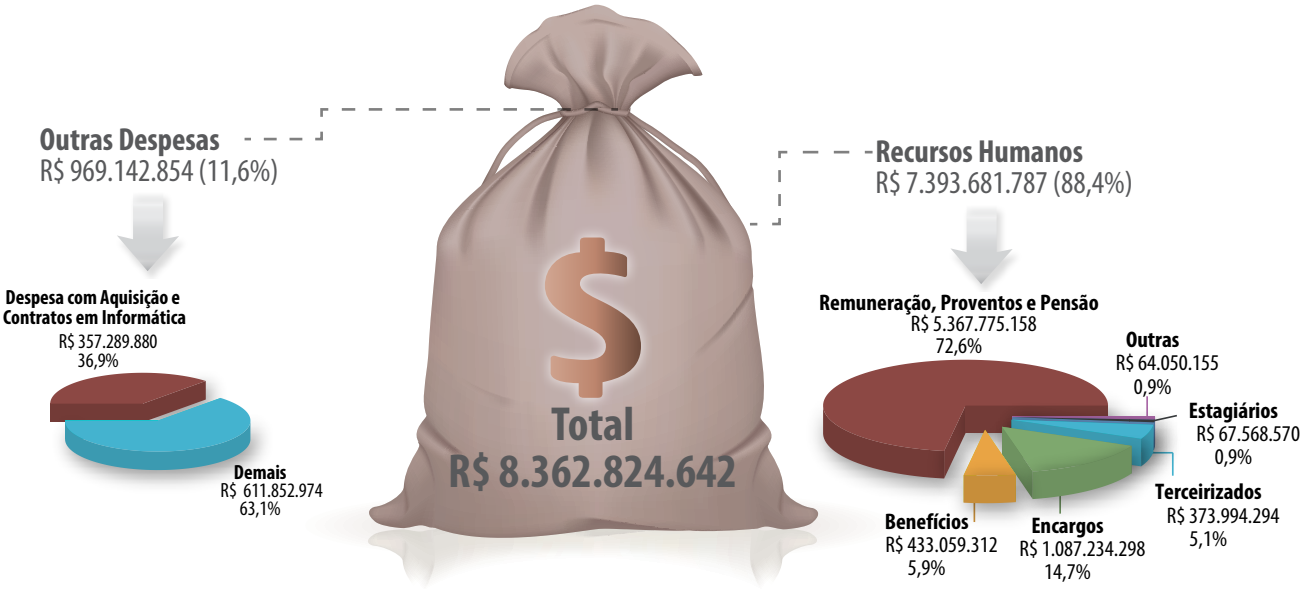


Assuntos mais recorrentes

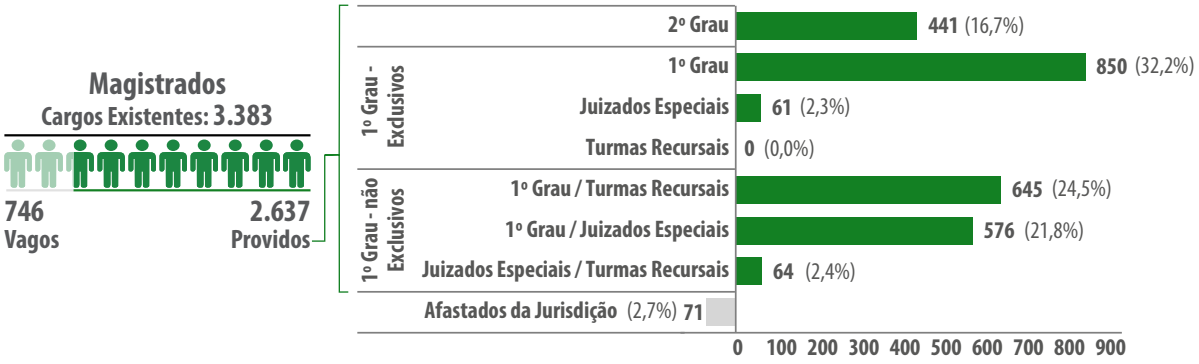
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	141.878
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	124.785
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	20.774
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	19.924
DIREITO CIVIL: Obrigações/Adimplemento e Extinção	19.096
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Interpretação / Revisão de Contrato	14.171
DIREITO PROCESSUAL PENAL: Execução Penal/Pena Privativa de Liberdade	13.495
DIREITO DO CONSUMIDOR: Contratos de Consumo/Bancários	12.138
DIREITO TRIBUTÁRIO: Taxas/Municipais	7.046
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	6.389

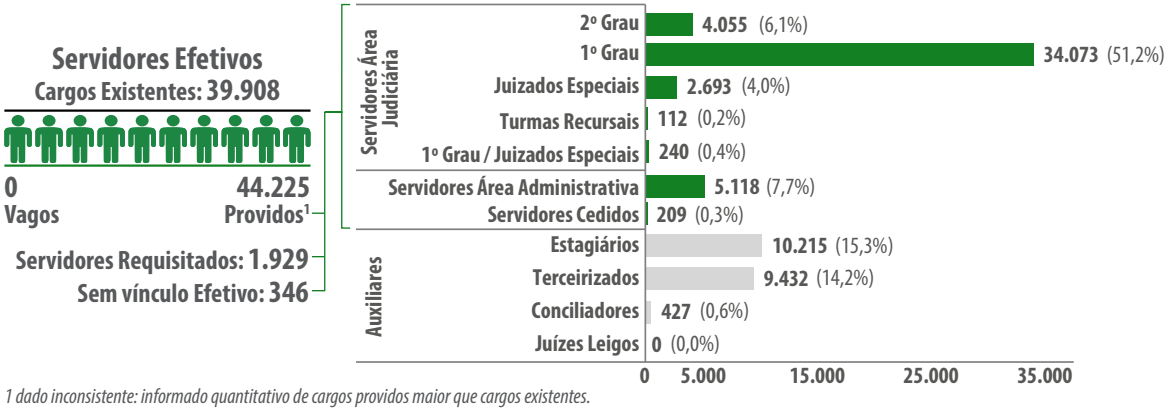
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Despesas



Força de Trabalho



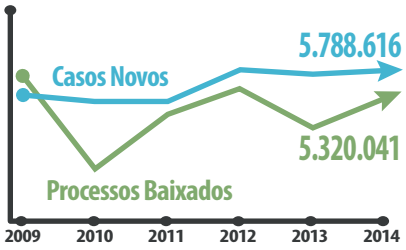


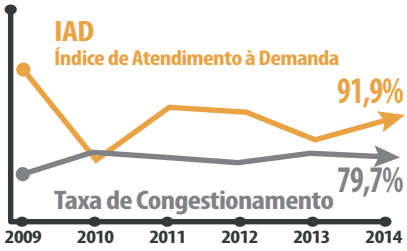
1 dado inconsistente: informado quantitativo de cargos providos maior que cargos existentes.

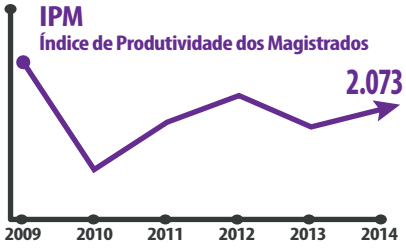
Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

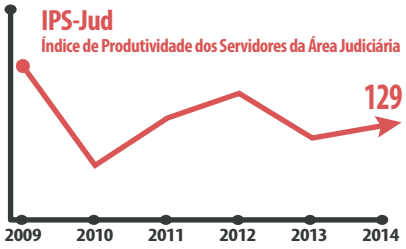
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	692.772	4.180.691	95.850	819.303	**5.788.616**	↑ 1,0%
Conhecimento	-	2.360.698	-	647.395	**3.008.093**	↓ -2,9%
Execução	-	1.819.993	-	171.908	**1.991.901**	↑ 1,8%
Julgados	717.682	3.298.333	85.769	723.678	**4.825.462**	↑ 14,0%
Conhecimento	-	1.925.292	-	522.787	**2.448.079**	↑ 10,7%
Execução	-	1.373.041	-	200.891	**1.573.932**	↑ 25,8%
Baixados	575.693	3.721.890	97.141	925.317	**5.320.041**	↑ 9,0%
Conhecimento	-	2.324.879	-	713.017	**3.037.896**	↑ 19,6%
Execução	-	1.397.011	-	212.300	**1.609.311**	↓ -2,2%
Estoque	523.103	18.272.420	84.285	1.483.677	**20.363.485**	↑ 3,9%
Conhecimento	-	6.188.026	-	1.227.122	**7.415.148**	↑ 8,1%
Execução	-	12.084.394	-	256.555	**12.340.949**	↑ 2,6%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	83,1%	89,0%	101,3%	112,9%	**91,9%**	↑ 6,75p.p.
Conhecimento	-	98,5%	-	110,1%	**101,0%**	↑ 18,96p.p.
Execução	-	76,8%	-	123,5%	**80,8%**	↓ -3,28p.p.
Taxa Congest.	52,7%	83,4%	46,1%	59,8%	**79,7%**	↓ -1,07p.p.
Conhecimento	-	72,8%	-	62,0%	**70,9%**	↓ -3,63p.p.
Execução	-	90,0%	-	50,5%	**88,8%**	↑ 0,53p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.571	1.863	136	1.019	**2.042**	↓ -2,1%
Carga de Trab.	3.106	11.267	270	3.340	**10.336**	↑ 0,7%
Proc. Julgados	1.627	1.642	122	1.038	**1.881**	↑ 11,1%
IPM (Baixados)	1.305	1.853	138	1.328	**2.073**	↑ 6,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	171	109	856	242	**127**	↓ -3,9%
Carga de Trab.	338	660	1.700	794	**644**	↓ -1,1%
IPS-Jud (Baixados)	142	108	867	315	**129**	↑ 4,3%

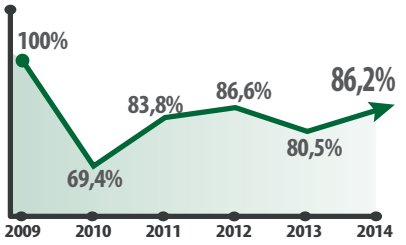








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

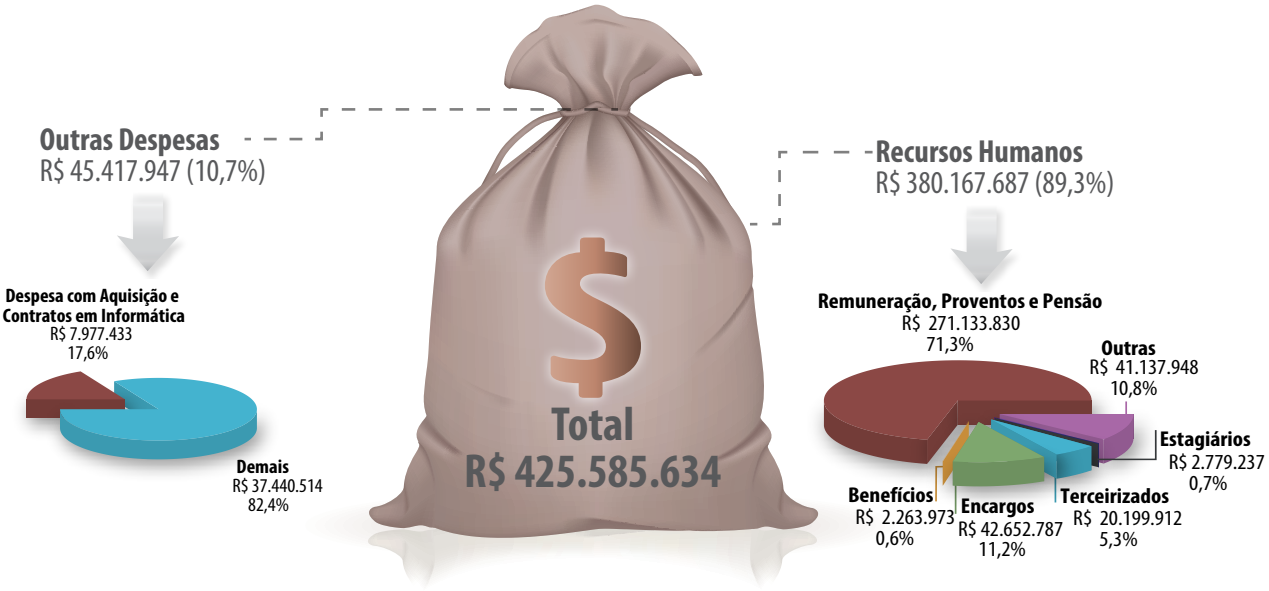


Assuntos mais recorrentes

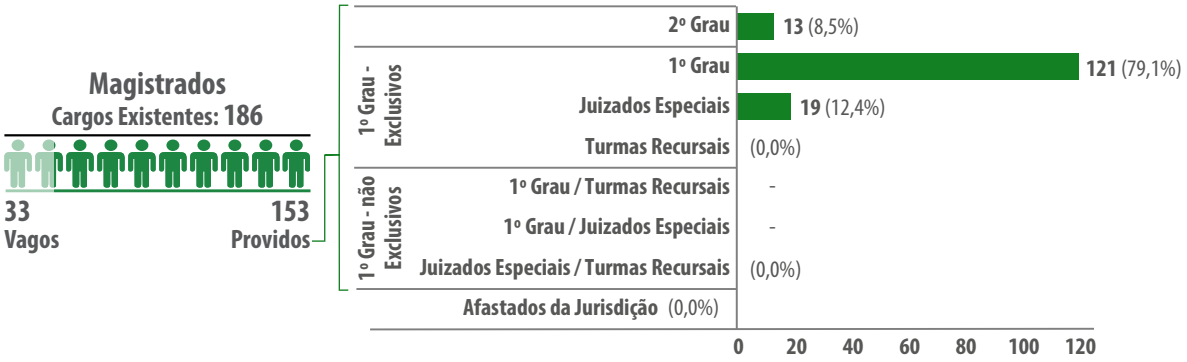
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	1.494.503
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	513.724
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	463.066
DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	426.661
DIREITO CIVIL: Coisas/Propriedade	424.267
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	374.070
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	349.398
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	347.934
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	331.662
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	321.969

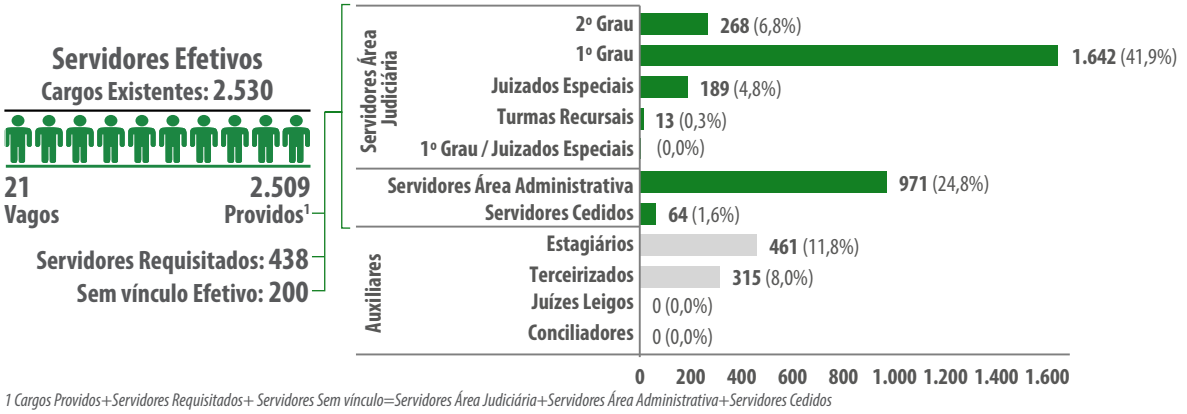
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Despesas



Força de Trabalho

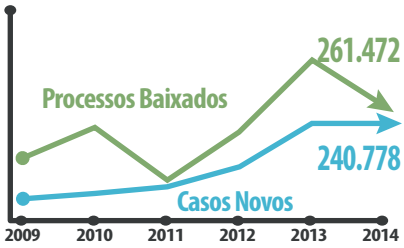


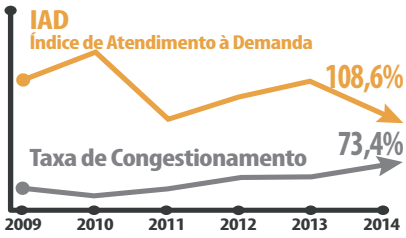


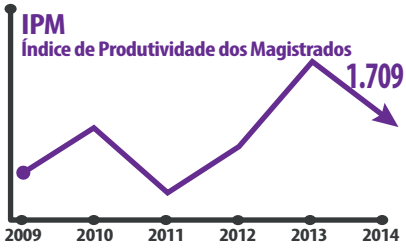
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

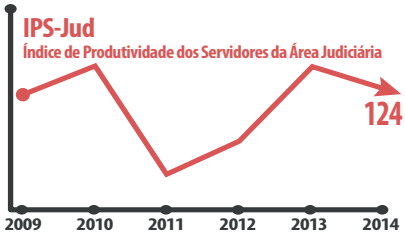
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	22.161	154.103	8.478	56.036	**240.778**	↓ -1,0%
Conhecimento	-	79.081	-	45.606	**124.687**	↓ -12,5%
Execução	-	75.022	-	10.430	**85.452**	↑ 28,3%
Julgados	34.744	181.004	10.717	59.412	**285.877**	↓ -1,5%
Conhecimento	-	105.077	-	47.100	**152.177**	↓ -9,2%
Execução	-	75.927	-	12.312	**88.239**	↑ 8,8%
Baixados	34.744	170.644	7.390	48.694	**261.472**	↓ -18,7%
Conhecimento	-	104.951	-	45.572	**150.523**	↓ -19,4%
Execução	-	65.693	-	3.122	**68.815**	↓ -9,3%
Estoque	23.526	681.169	5.848	27.688	**738.231**	↑ 10,9%
Conhecimento	-	261.158	-	22.637	**283.795**	↑ 1,1%
Execução	-	420.011	-	5.051	**425.062**	↑ 24,5%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	156,8%	110,7%	87,2%	86,9%	**108,6%**	↓ -23,67p.p.
Conhecimento	-	132,7%	-	99,9%	**120,7%**	↓ -10,38p.p.
Execução	-	87,6%	-	29,9%	**80,5%**	↓ -33,37p.p.
Taxa Congest.	24,0%	79,6%	48,4%	41,8%	**73,3%**	↑ 8,68p.p.
Conhecimento	-	69,2%	-	33,2%	**63,2%**	↑ 7,29p.p.
Execução	-	86,7%	-	79,8%	**86,5%**	↑ 5,11p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.705	899	-	2.483	**1.219**	↓ -11,1%
Carga de Trab.	4.719	7.362	-	4.499	**6.882**	↑ 7,3%
Proc. Julgados	2.673	1.496	-	3.127	**1.868**	↓ -2,8%
IPM (Baixados)	2.673	1.410	-	2.563	**1.709**	↓ -19,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	83	66	652	250	**88**	↑ 1,0%
Carga de Trab.	229	543	1.182	452	**499**	↑ 21,9%
IPS-Jud (Baixados)	130	104	568	258	**124**	↓ -8,8%

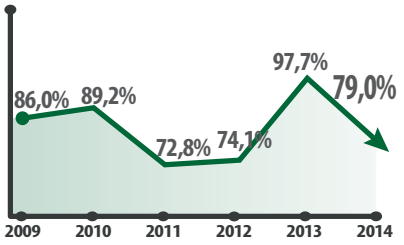


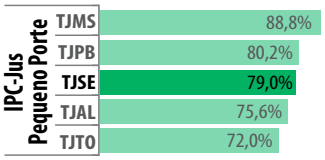






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



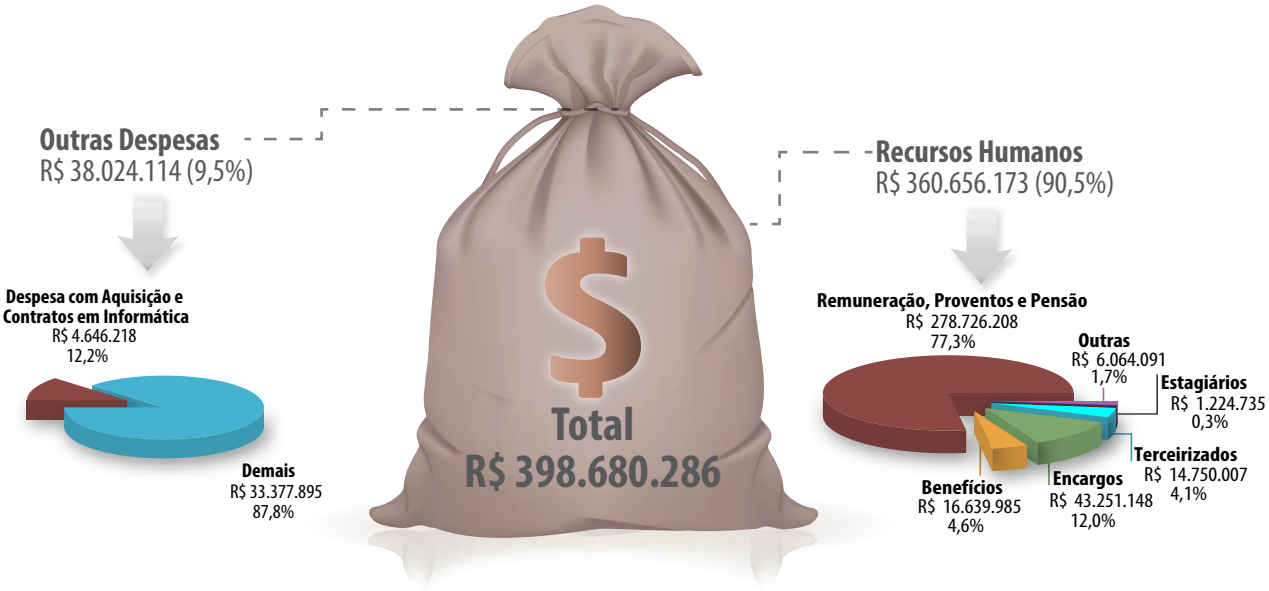


Assuntos mais recorrentes

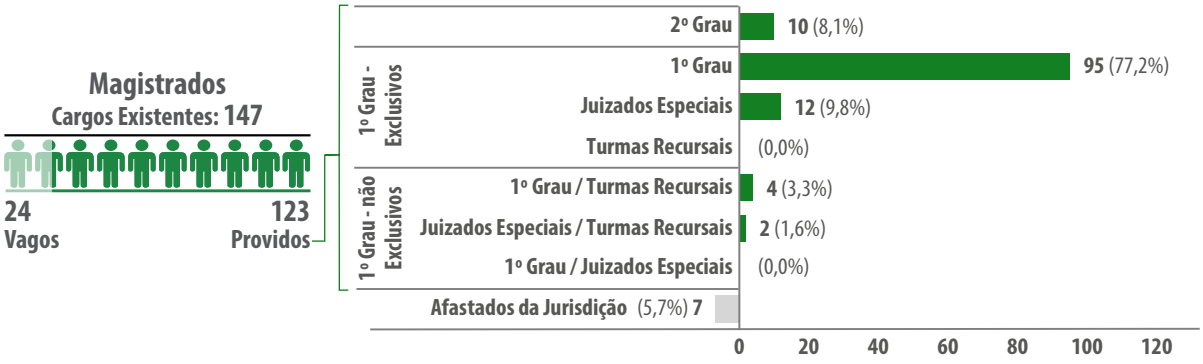
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	56.917
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	21.702
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	18.442
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	17.916
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	12.768
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	12.611
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	12.276
DIREITO CIVIL: Coisas/Propriedade	12.217
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	10.995
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Intimação / Notificação	10.081

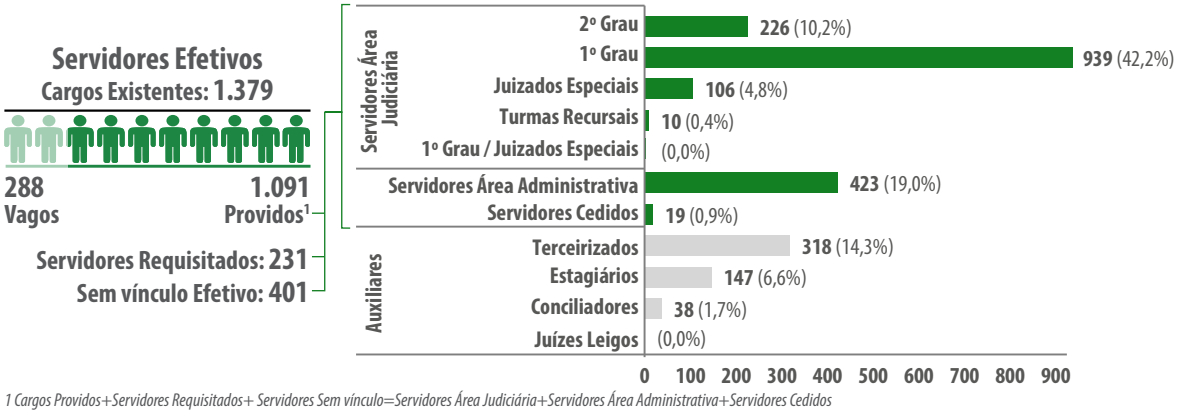
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins

Despesas



Força de Trabalho

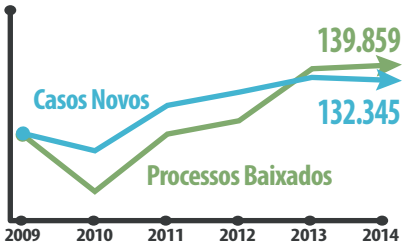


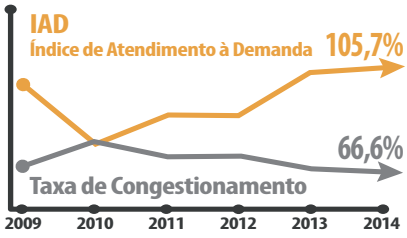


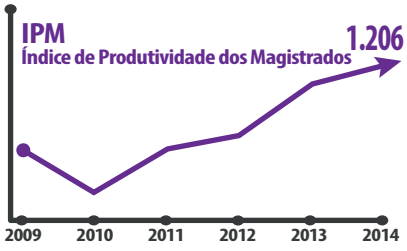
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

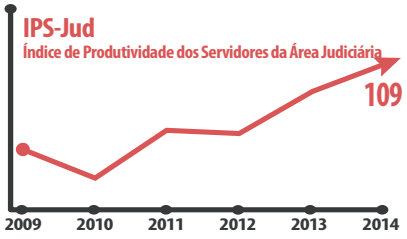
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	Total	
Movimentação Processual						
Casos Novos	12.713	94.588	3.177	21.867	**132.345**	↓ -1,1%
Conhecimento	-	64.347	-	19.439	**83.786**	↓ -2,8%
Execução	-	30.241	-	2.428	**32.669**	↓ -8,2%
Julgados	10.176	85.936	2.905	23.962	**122.979**	↑ 23,1%
Conhecimento	-	70.299	-	21.577	**91.876**	↑ 17,1%
Execução	-	15.637	-	2.385	**18.022**	↑ 61,3%
Baixados	10.504	100.518	2.545	26.292	**139.859**	↑ 0,8%
Conhecimento	-	78.595	-	23.934	**102.529**	↓ -7,7%
Execução	-	21.923	-	2.358	**24.281**	↑ 49,4%
Estoque	6.872	253.364	1.082	25.600	**286.918**	↓ -1,7%
Conhecimento	-	129.842	-	22.454	**152.296**	↓ -14,0%
Execução	-	123.522	-	3.146	**126.668**	↑ 18,0%
Indicadores de Produtividade						
IAD (Baixados/Cn)	82,6%	106,3%	80,1%	120,2%	**105,7%**	↑ 1,95p.p.
Conhecimento	-	122,1%	-	123,1%	**122,4%**	↓ -6,42p.p.
Execução	-	72,5%	-	97,1%	**74,3%**	↑ 28,65p.p.
Taxa Congest.	46,4%	71,1%	40,2%	44,6%	**66,6%**	↓ -0,76p.p.
Conhecimento	-	59,5%	-	42,9%	**56,6%**	↓ -1,26p.p.
Execução	-	85,7%	-	57,7%	**84,8%**	↓ -3,86p.p.
Indicadores por Magistrado						
Casos novos	1.271	913	530	1.567	**1.044**	↑ 5,2%
Carga de Trab.	2.189	3.756	766	3.654	**3.649**	↑ 5,6%
Proc. Julgados	1.018	924	484	1.843	**1.060**	↑ 31,6%
IPM (Baixados)	1.050	1.081	424	2.022	**1.206**	↑ 7,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária						
Casos novos	56	90	318	192	**95**	↑ 8,6%
Carga de Trab.	97	372	460	448	**330**	↑ 8,9%
IPS-Jud (Baixados)	46	107	255	248	**109**	↑ 11,2%





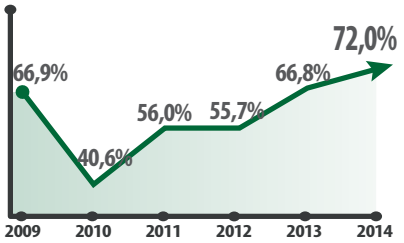


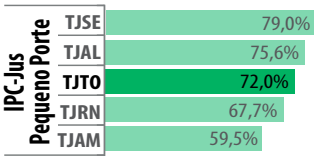


Assuntos mais recorrentes

DIREITO CIVIL: Família/Alimentos	11.032
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	9.873
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	9.520
DIREITO CIVIL: Família/Relações de Parentesco	6.318
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Material	6.121
DIREITO CIVIL: Obrigações/Inadimplemento	5.709
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	5.336
DIREITO PENAL: Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	5.066
DIREITO PENAL: Violência Doméstica Contra a Mulher	4.099
DIREITO CIVIL: Família/Casamento	3.803

Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





Justiça em números

5 Justiça do Trabalho

O que é a Justiça do Trabalho:

A Justiça do Trabalho concilia e julga as ações judiciais entre empregados e empregadores e entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, além das demandas que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as coletivas. Sua competência abrange, inclusive, os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É competente, também, para o julgamento de ações que envolvam o exercício do direito de greve, a representação sindical, a indenização moral e material decorrente de relação de trabalho, além de mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria trabalhista, dentre outras competências constantes no art. 114 da Constituição Federal.

Como ela se organiza:

São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e os Juízes do Trabalho, atuantes, estes últimos, nas Varas do Trabalho.

Como ela é formada

A jurisdição da Justiça do Trabalho é dividida em 24 Regiões. Do ponto de vista hierárquico e institucional, cada uma destas Regiões é estruturada em dois graus de jurisdição:

- 1º grau – composto pelas Varas do Trabalho onde atuam os Juízes do Trabalho. Sua competência é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços ao empregador, independentemente do local da contratação (seja de caráter nacional ou internacional).
- 2º grau – composto pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Neles são julgados recursos ordinários contra decisões das Varas do Trabalho, os dissídios coletivos, ações originárias, ações rescisórias de suas decisões ou das varas e os mandados de segurança contra atos de seus juízes.

Neste capítulo, serão analisadas as informações enviadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) das 24 Regiões. É importante frisar que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o art. 4.º da Resolução CNJ 76/2009.

Em resumo, serão apresentados os principais indicadores da Justiça do Trabalho, com informações abrangendo aspectos orçamentários, estruturais, de recursos humanos e de litigiosidade.

Na primeira seção, será apresentada a forma de divisão dos tribunais em pequeno, médio e grande porte. Tal segmentação se faz necessária em razão das características distintas de cada um dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

A segunda seção traz um resumo da estrutura das unidades judiciárias. As análises contam com técnica de visualização territorial e, ainda, com algumas correlações entre estrutura, litigiosidade e aspectos demográficos.

Na terceira seção, será apresentado um panorama global dos principais dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, segundo as três grandes vertentes que norteiam a pesquisa, quais sejam: a) Recursos Financeiros; b) Recursos Humanos e c) Litigiosidade.

A quarta seção conta com um diagnóstico especificamente relacionado aos processos eletrônicos e seus avanços na série histórica.

Em consonância com a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição regulamentada pela Resolução CNJ 194/2014, a quinta seção traz comparações dos indicadores entre 1º grau e 2º grau.

A sexta seção se destina à análise dos processos de execução e seu impacto nos indicadores de produtividade, com particular atenção, quanto às execuções fiscais.

De forma inédita, a sétima seção permite uma análise mais detalhada das demandas existentes na Justiça do Trabalho, com segmentação dos casos novos por classe processual e por assunto.

Por fim, a última seção tratará da Gestão e do Desempenho da Justiça, com apresentação do indicador sintético IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça), o qual compara a eficiência relativa dos tribunais, segundo a técnica de análise de fronteira denominada por DEA ("*Data Envelopment Analysis*"). Também serão apresentados estudos de cenário, com o objetivo de comparar o desempenho atual com o desempenho esperado, segundo um modelo retrospectivo.

Ao final do capítulo, apresenta-se uma síntese com os principais resultados observados seguido da disponibilização dos dados de cada tribunal e do total da justiça, na forma de infográficos.

5.1 Classificação por porte

Em um universo de 24 Tribunais Regionais do Trabalho, com realidades muito distintas entre si, é recomendável realizar análises estatísticas comparativas observando-se tais diferenças, a fim de não incorrer em comparações desproporcionais entre tribunais de grande magnitude, localizados, por exemplo, no estado de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com outros localizados em estados de menor dimensão econômica e demográfica, tais como Roraima, Acre e Amapá.

Considerando a diversidade entre os estados e as regiões geográficas do Brasil, e, consequentemente, entre os tribunais brasileiros que integram o universo da Justiça do Trabalho, faz-se necessário, para fins de produção de análises mais equânimes e proporcionais, fazer comparações entre âmbitos institucionais que sejam comparáveis, ou seja, dentre os órgãos cujos dados guardem maior similaridade entre si. Com esse intuito, a classificação dos portes dos tribunais tem por objetivo criar grupos, de forma a respeitar características distintas dentro do mesmo ramo de justiça e assim permitir estudos comparativos entre órgãos que apresentem estruturas semelhantes.

O porte dos tribunais leva em consideração as despesas totais, os casos novos, os casos pendentes, o número de magistrados, o número de servidores (efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo efetivo) e o número de trabalhadores auxiliares (terceirizados e estagiários). A consolidação dessas informações forma um escore único, por tribunal, a partir do qual se procede o agrupamento em três categorias segundo o respectivo porte, quais sejam: tribunais de grande, médio ou pequeno porte. Detalhes técnicos estão disponíveis na seção de metodologia deste relatório, com informações sobre a técnica estatística empregada, a saber: *análise de componentes principais*.

A seguir, a Tabela 5.1 apresenta os dados utilizados na análise de agrupamento, os escores obtidos, o *ranking*, bem como a classificação em grupos de cada um dos tribunais da Justiça do Trabalho. A Figura 5.1 demonstra a classificação por porte com visualização no território, ao passo que o Gráfico 5.1 apresenta além do *ranking* e do porte atuais, as evoluções na série histórica do sexênio 2009-2014.

Entre os 5 tribunais de grande porte, é perceptível a estabilidade histórica destes, devendo ser ressaltada a troca de posição entre o TRT da 15ª (SP) e o TRT da 1ª (RJ) em 2010. De forma análoga, o mesmo ocorre entre os 5 maiores tribunais de médio porte (TRT 5ª, TRT 9ª, TRT 6ª, TRT 12ª e TRT 10ª) que permanecem estáveis em suas respectivas posições. Dentre os demais TRTs, predomina por oscilações no *ranking* ocupado durante a série histórica de 2009-14 o grupo de tribunais de pequeno porte.

Tabela 5.1 - Classificação e Ranking da Justiça do Trabalho, ano base 2014

Grupo		Tribunal	*Escore*	Despesa Total da Justiça	Processos em Tramitação	Número de Magistrados	Total de Servidores
1º Grupo: Grande Porte	1	TRT 02ª Região - São Paulo	2,70	1.917.111.899	1.429.382	445	6.802
	2	TRT 15ª Região - Campinas	1,89	1.242.699.999	1.285.412	403	4.828
	3	TRT 01ª Região - Rio de Janeiro	1,50	1.507.341.295	733.048	289	5.495
	4	TRT 03ª Região - Minas Gerais	1,39	1.393.456.278	786.741	286	4.927
	5	TRT 04ª Região - Rio Grande do Sul	1,06	1.241.134.396	606.937	268	4.299
2º Grupo: Médio Porte	1	TRT 05ª Região - Bahia	0,53	846.272.342	503.932	205	3.384
	2	TRT 09ª Região - Paraná	0,43	769.681.881	442.176	205	3.253
	3	TRT 06ª Região - Pernambuco	0,03	624.211.832	294.838	148	2.531
	4	TRT 12ª Região - Santa Catarina	-0,16	569.932.211	270.010	128	1.884
	5	TRT 10ª Região - Distrito Federal e Tocantins	-0,32	457.608.743	198.037	98	1.896
	6	TRT 18ª Região - Goiás	-0,33	389.414.438	216.465	108	1.863
	7	TRT 08ª Região - Pará e Amapá	-0,34	478.718.543	168.266	108	1.676
	8	TRT 07ª Região - Ceará	-0,44	327.641.391	242.681	79	1.625
	9	TRT 11ª Região - Amazonas e Roraima	-0,55	382.067.948	111.929	67	1.476
3º Grupo: Pequeno Porte	1	TRT 13ª Região - Paraíba	0,63	324.796.743	92.882	66	1.189
	2	TRT 23ª Região - Mato Grosso	-0,65	240.713.549	111.713	81	1.047
	3	TRT 17ª Região - Espírito Santo	-0,68	244.655.176	111.840	65	1.097
	4	TRT 14ª Região - Rondônia e Acre	-0,71	261.141.329	82.434	65	933
	5	TRT 21ª Região - Rio Grande do Norte	-0,71	207.723.344	142.400	51	1.027
	6	TRT 16ª Região - Maranhão	-0,73	163.613.450	161.786	51	1.014
	7	TRT 24ª Região - Mato Grosso do Sul	-0,75	188.273.120	108.056	59	912
	8	TRT 19ª Região - Alagoas	-0,76	177.197.085	129.981	50	903
	9	TRT 20ª Região - Sergipe	-0,88	134.512.055	77.645	37	641
	10	TRT 22ª Região - Piauí	-0,89	113.206.976	78.499	38	623

Figura 5.1 – Distribuição Territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho segundo o Porte

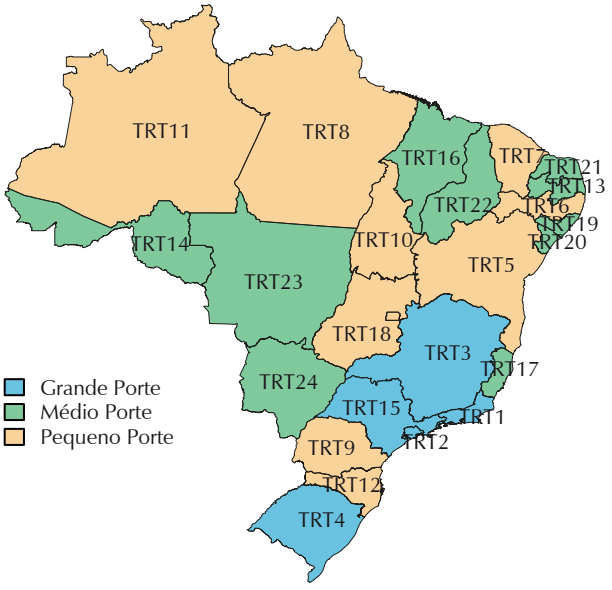
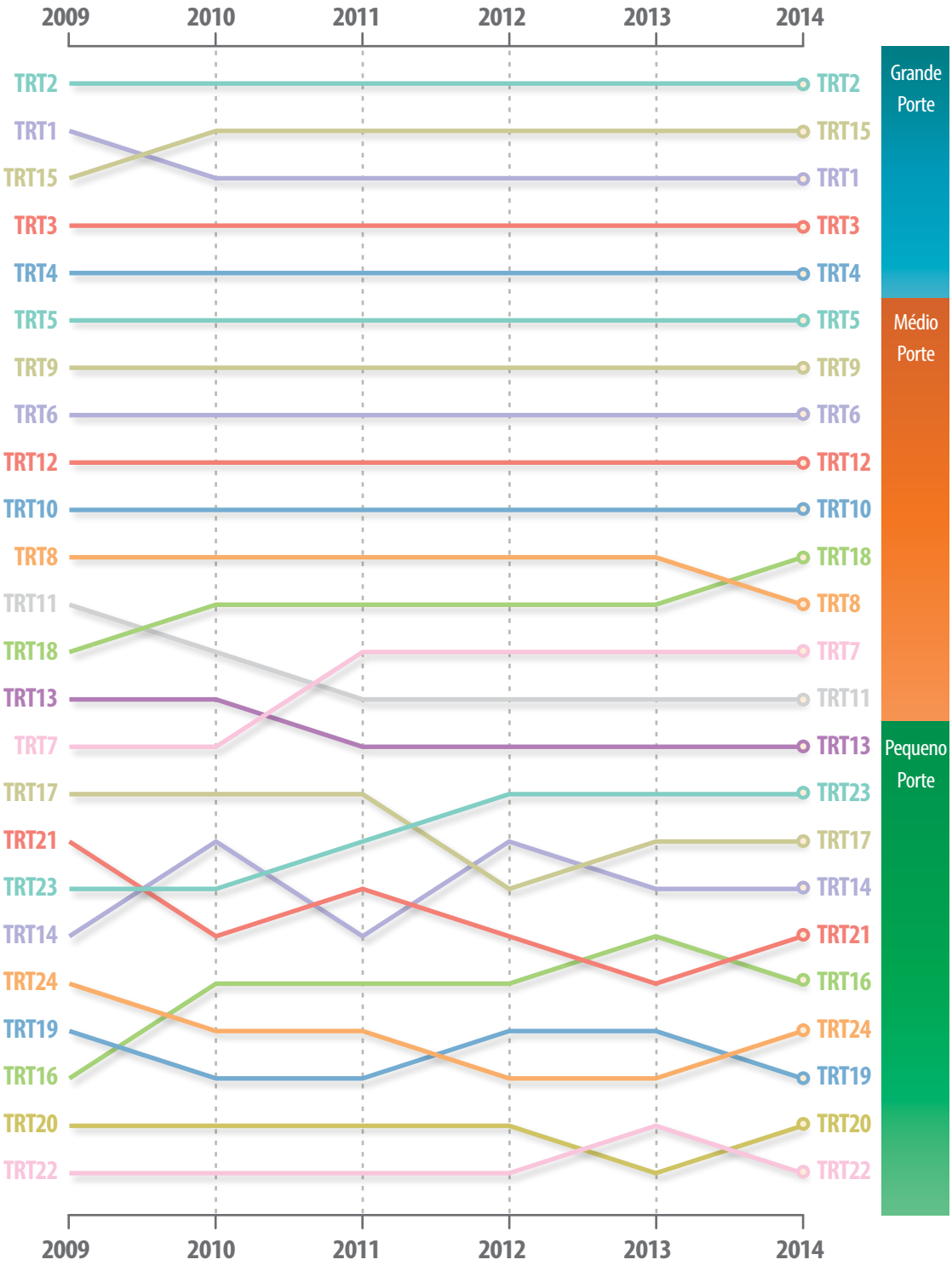


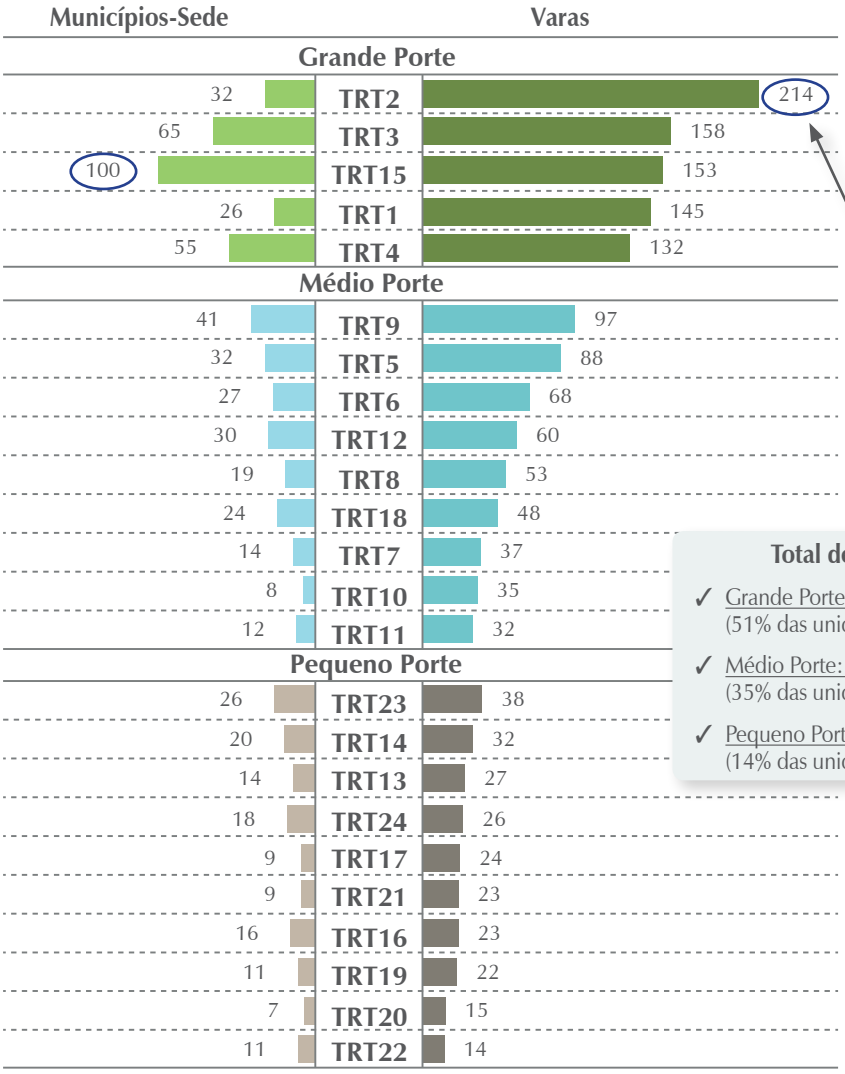
Gráfico 5.1 - Série Histórica do Ranking e da Classificação dos Tribunais, segundo o Porte



5.2 Estrutura da Justiça do Trabalho

O primeiro grau da Justiça do Trabalho conta com uma estrutura de 1.564 varas criadas e instaladas. Apesar de os tribunais considerados de grande porte apresentarem aproximadamente 51% das varas da Justiça do Trabalho, estes receberam cerca de 57% dos casos novos e baixaram 59% do total de processos da Justiça do Trabalho no ano de 2014.

Gráfico 5.2 – Número de Varas do Trabalho, por Tribunal



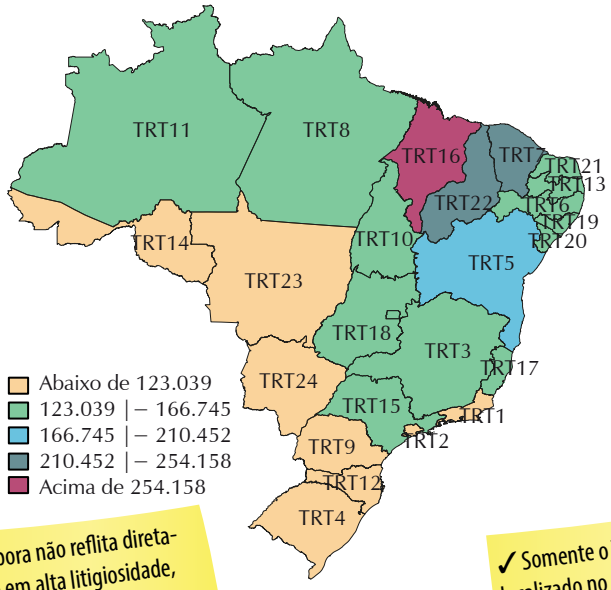
A Região Metropolitana de São Paulo possui 14% das varas, 11% da população e 20% dos casos novos da Justiça do Trabalho.

Total de Unidades: 1.564

- ✓ Grande Porte: 802 (51% das unidades e 57% dos casos novos)
- ✓ Médio Porte: 545 (35% das unidades e 32% dos casos novos)
- ✓ Pequeno Porte: 217 (14% das unidades e 11% dos casos novos)

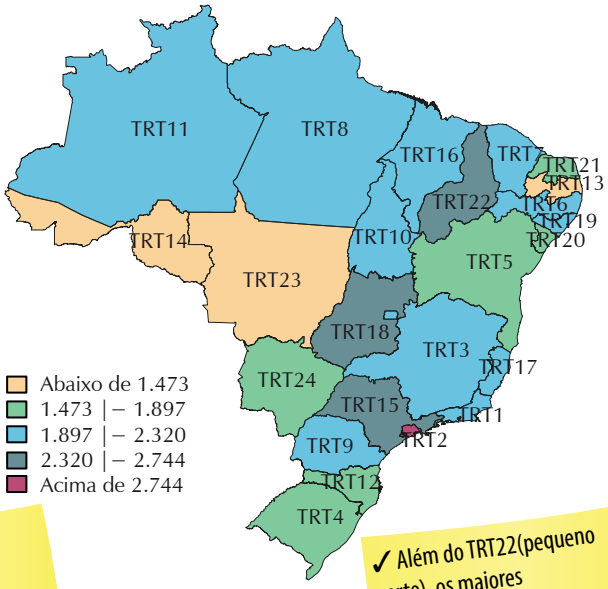
A seguir, serão apresentadas as informações de estrutura, na forma de indicadores e com visualização no território nacional.

Figura 5.2 – Habitantes por Vara



✓ Embora não reflita diretamente em alta litigiosidade, os tribunais que apresentaram os maiores quantitativos de habitantes por vara estão localizados na região Nordeste.

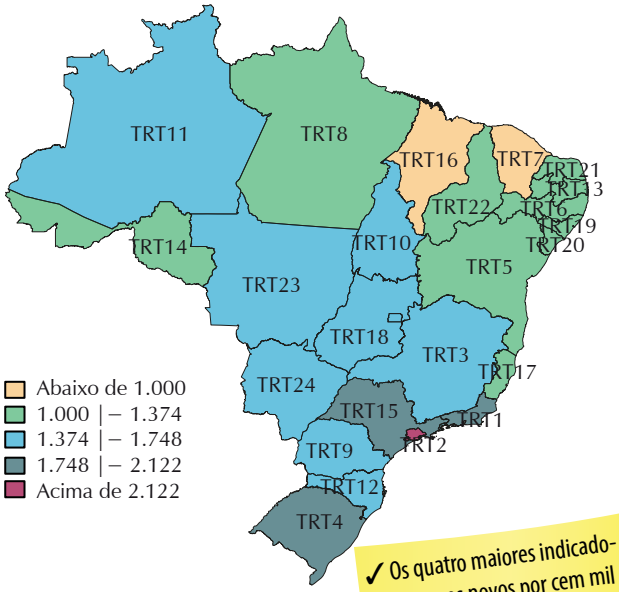
Figura 5.3 – Casos Novos no 1º Grau por Vara.



✓ Somente o TRT22, localizado no Piauí, apresentou alto indicador tanto de casos novos quanto de habitantes por vara.

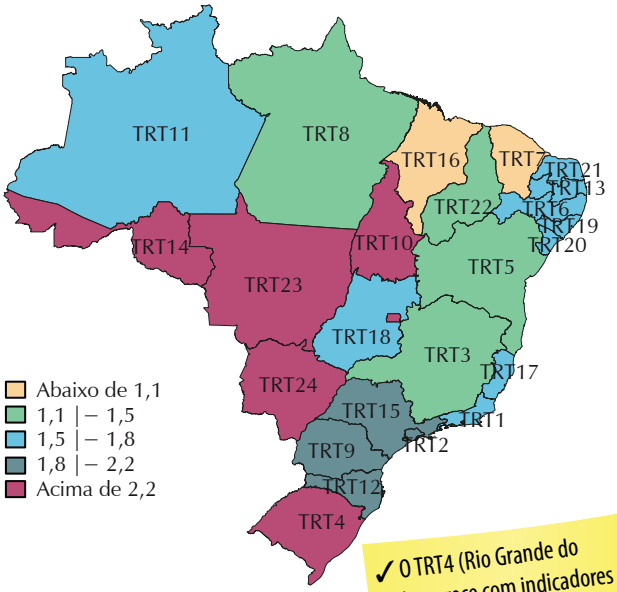
✓ Além do TRT22(pequeno porte), os maiores quantitativos de casos novos por vara estão localizados em São Paulo (TRT2 e TRT15 – ambos de grande porte) e em Goiás (TRT18 – médio porte).

Figura 5.4 – Casos Novos por 100.000 habitantes



✓ Os quatro maiores indicadores de casos novos por cem mil habitantes são de tribunais de grande porte, localizados em São Paulo (TRT2 e TRT15), Rio de Janeiro (TRT1) e Rio Grande do Sul (TRT4).

Figura 5.5 – Magistrados por 100.000 habitantes



✓ O TRT4 (Rio Grande do Sul) aparece com indicadores elevados em relação aos casos novos, mas também quanto a magistrados por cem mil habitantes.

5.3 Dados Globais da Justiça do Trabalho

Esta seção destina-se a apresentar o panorama global da Justiça do Trabalho, segmentada entre informações sobre recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

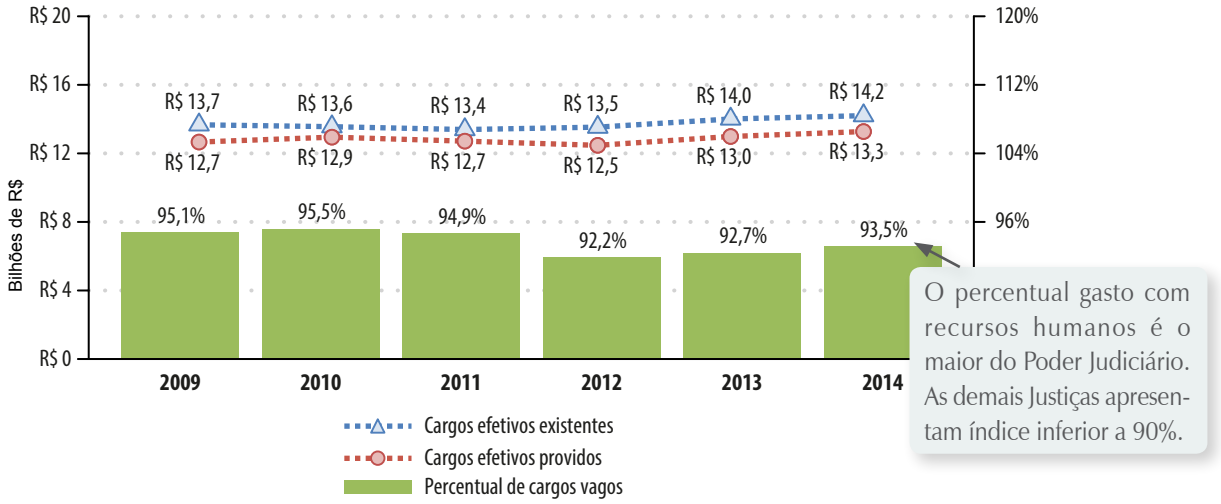
5.3.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais da Justiça do Trabalho somaram aproximadamente R$ 14,2 bilhões, o que representou um crescimento de 1,4% em relação ao ano de 2013, e em 3,9% no último sexênio[1] . Essa despesa equivale a 0,26% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,63% dos gastos totais da União e a um custo pelo serviço de justiça de R$ 70 por habitante. Os gastos com recursos humanos são responsáveis por 93,5% do orçamento total e compreendem, além da remuneração com magistrados, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, também todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos cresceu em 1 ponto percentual no último ano, tendo um leve crescimento a partir do ano de 2012, conforme aponta o Gráfico 5.3.

Ao detalhar as despesas com recursos humanos, já que estas são as responsáveis pela maior parte do orçamento dos tribunais, observa-se que 96% dos gastos destinam-se ao pagamento de servidores, abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de 1% de outras despesas indenizatórias (Gráfico 5.4).

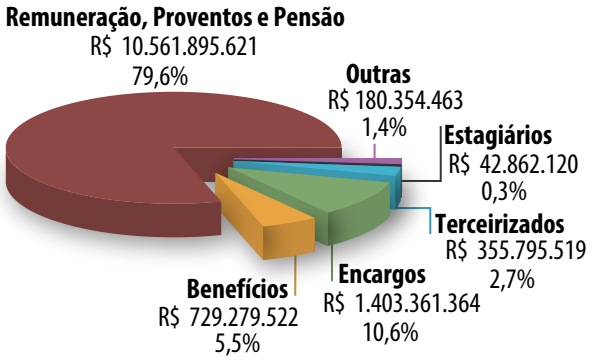
Os cofres públicos receberam cerca de R$ 2,8 bilhões em decorrência da atividade jurisdicional durante o ano de 2014, o que representou um retorno financeiro na ordem de 19% das despesas efetuadas. Computam-se nessa rubrica as receitas de execução previdenciária (R$ 2,03 bilhões, 74% da arrecadação), os recolhimentos com custas, emolumentos e eventuais taxas (R$ 360 milhões, 13% da arrecadação), as receitas de arrecadação de imposto de renda (R$ 345 milhões, 12% da arrecadação) e as receitas decorrentes de execução das penalidades impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (R$ 18 milhões, 1% da arrecadação). Cabe esclarecer, todavia, que parte de tais arrecadações é realizada por atuação do Judiciário para uma finalidade de cobrança do Poder Executivo.

Gráfico 5.3 - Série Histórica das Despesas da Justiça do Trabalho



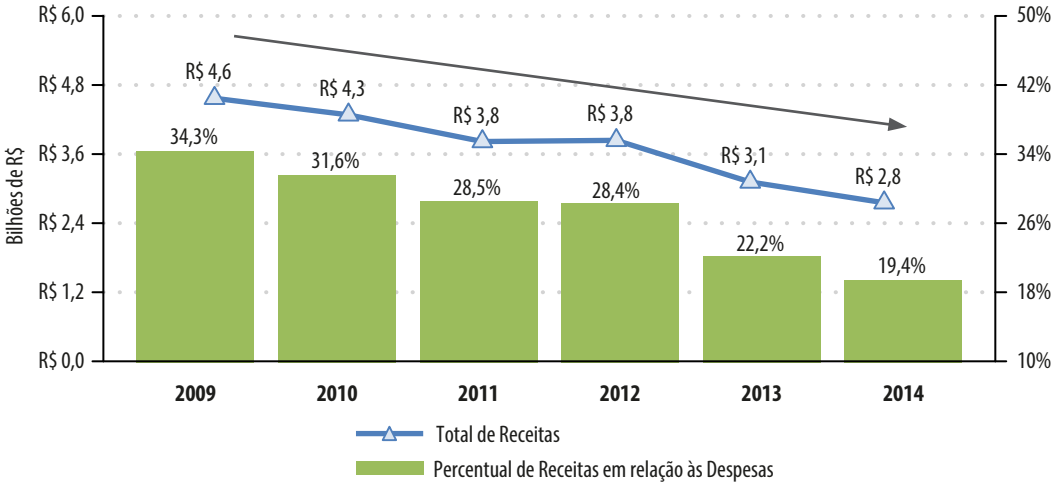
1 Todos os valores monetários de 2009 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 5.4 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça do Trabalho



✓ Dentre as despesas com RH, 97% são com magistrados e servidores (ativos e inativos) e 3% destinam-se ao pagamento de terceirizados e estagiários.

Gráfico 5.5 – Arrecadações da Justiça do Trabalho



5.3.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Magistrados, que abrangem os juízes e os desembargadores;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados de outros órgãos de fora ou de dentro do Poder Judiciário e os comissionados sem vínculo efetivo;

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e estagiários.

Em 2014, a Justiça do Trabalho contou com a atuação de **3.400 magistrados**. Ao final do ano, eram 3.517 cargos providos e 117 afastamentos, os quais podem ocorrer em virtude de licenças, convocação para instâncias superiores, entre outras. Cumpre informar que existem, criados por lei, 3.929 cargos de magistrado na Justiça do Trabalho, o que implica a existência de 10,5% de cargos vagos (412). Desde 2011, o número de magistrados na Justiça do Trabalho tem crescido anualmente, com o aumento de 7% em todo o período da série estudada.

Do total de magistrados (3.400), 84% são juízes (2.862) e 16% são desembargadores (538). Os cargos vagos são em maioria compostos de juízes, pois, ao passo que no segundo grau existem 29 cargos de desembargadores criados por lei e não providos (5%), no primeiro grau tem-se 383 (11%).

Em relação aos servidores, ao final de 2014, a Justiça do Trabalho possuía uma equipe de **41.217 servidores**, sendo 39.490 do quadro efetivo que, excluídos os 1.797 que estavam cedidos para outros órgãos, resulta-se em uma força de trabalho de 37.693 efetivos (91,5%). Somem-se ainda à equipe, 3.354 requisitados de outros órgãos (8,1%) e 170 comissionados sem vínculo efetivo

(0,4%). Cumpre informar a existência de 1.428 cargos criados por lei e ainda não providos, o que representa 3,6% dos cargos efetivos existentes (Gráfico 5.8).

Figura 5.6 - Diagrama da Força de Trabalho na Justiça do Trabalho

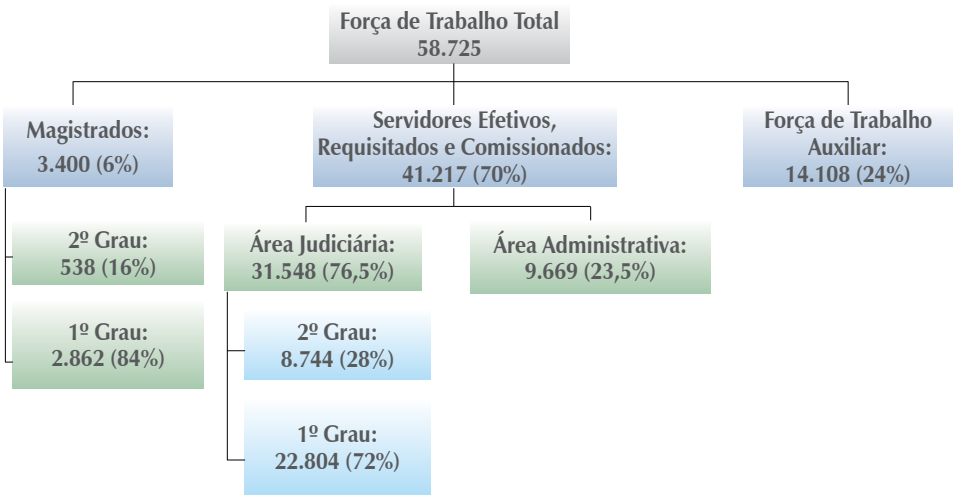
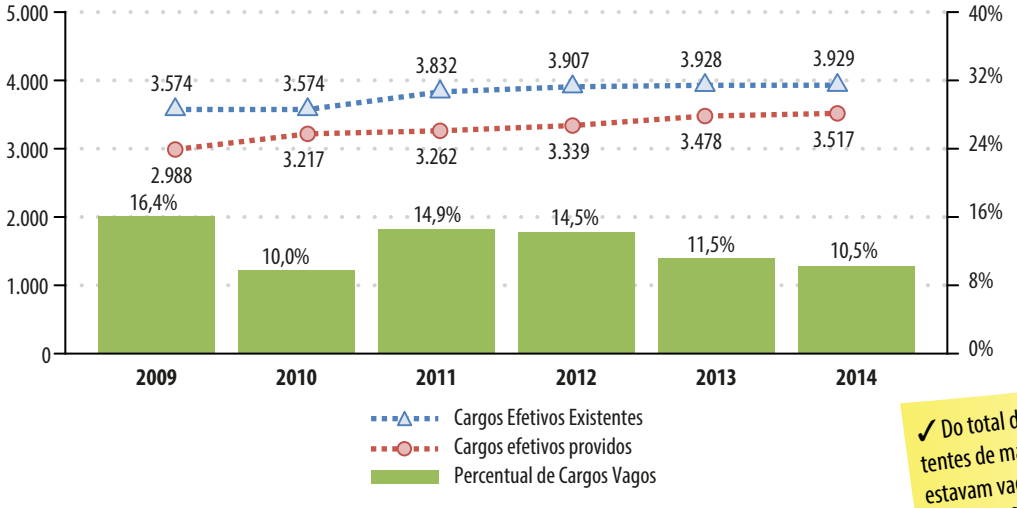


Gráfico 5.6 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça do Trabalho



✓ Do total de cargos existentes de magistrado, 10,5% estavam vagos ao final do ano de 2014 e 3,3% dos magistrados empossados estavam afastados da Jurisdição.

Gráfico 5.7- Distribuição dos Magistrados na Justiça do Trabalho

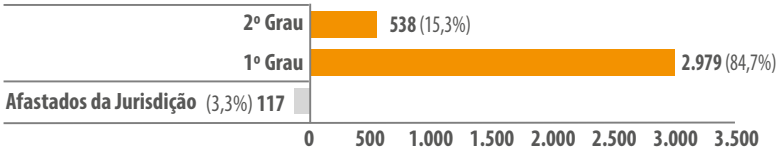
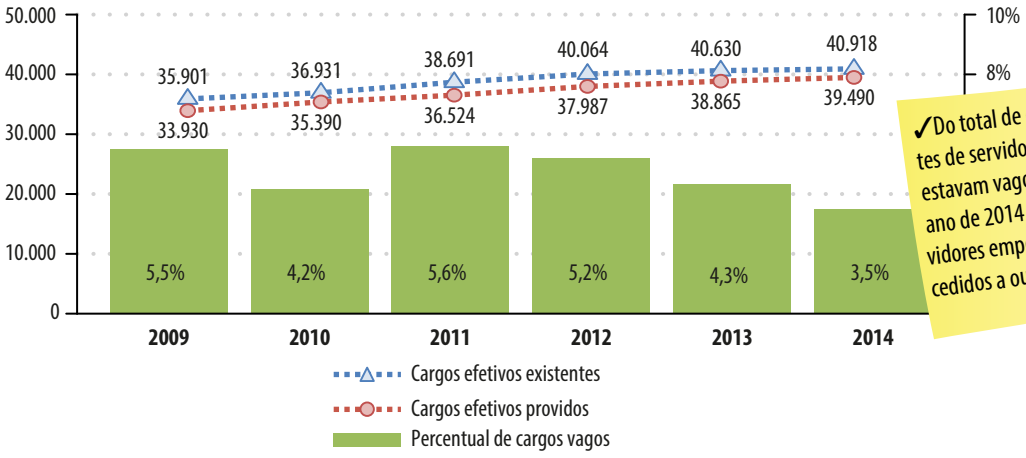
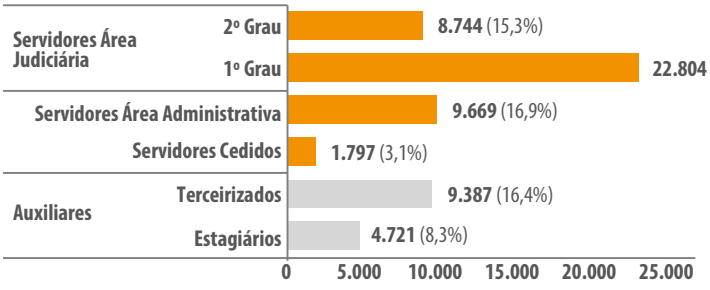


Gráfico 5.8 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça do Trabalho



✓Do total de cargos existentes de servidor efetivo, 3,5% estavam vagos ao final do ano de 2014 e 4,6% dos servidores empossados estavam cedidos a outros órgãos.

Gráfico 5.9- Distribuição dos Servidores Efetivos, Requisitados e Comissionados na Justiça do Trabalho



✓ Os terceirizados e estagiários, são responsáveis por 24,7% da força de trabalho total da Justiça do Trabalho.

5.3.3 Litigiosidade

Em 2014, a Justiça do Trabalho iniciou com um **estoque de 4,4 milhões de processos.** Com crescimento da produtividade dos magistrados (variação de 5,3% no IPM[2]) e dos servidores da área judiciária (variação de 5,7% no IPS[3]), estima-se que ao final de 2014 o estoque diminua em 5%. Isso porque com aumento no total de processos baixados, que atingiu cerca de 4,2 milhões de processos em 2014, 6,2% a mais que em 2013, e dando continuidade à tendência crescente que se configura desde 2010, foi possível dar vazão ao ingressado, que foi de 4 milhões no último ano. Esse número de processos baixados corresponde a 105,5% em relação ao número de casos novos. As 4,1 milhões de sentenças e decisões proferidas no decorrer no ano de 2014, cresceram em 1,6% em relação a 2013. Esses comportamentos ocasionaram um impacto positivo de 5,4 p.p. **no Índice de Atendimento à Demanda (IAD[4]), que alcançou o patamar de 105,5%,** além da diminuição de 0,1 p.p. na taxa de congestionamento[5] da Justiça do Trabalho.

Quanto ao Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) e ao Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud), constata-se que ocorreram sucessivas elevações em ambos os indicadores ao longo da série histórica observada desde 2010, sendo que, em média, durante o ano de 2014, cada magistrado baixou o equivalente a 1.238 processos. Os servidores, por sua vez, baixaram a uma média de 133 processos.

Observa-se por intermédio do Gráfico 5.10 que, pela primeira vez desde o ano de 2009, o quantitativo de casos pendentes ultrapassou o de casos novos e baixados em 2014, sendo o crescimento a partir do ano de 2012 bastante acentuado, atingindo 4,4 milhões de processos pendentes no início de 2014. Apesar da **taxa de congestionamento da Justiça do Trabalho ter sido de quase 50%** no ano de 2014, a fase de conhecimento apresentou índice de 41,7%, enquanto que na fase de execução esta taxa foi de 66,2%. Assim, verifica-se que o maior problema da litigiosidade está na fase de execução, que abrange 48,7% do acervo.

2 Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de magistrados em atividade.

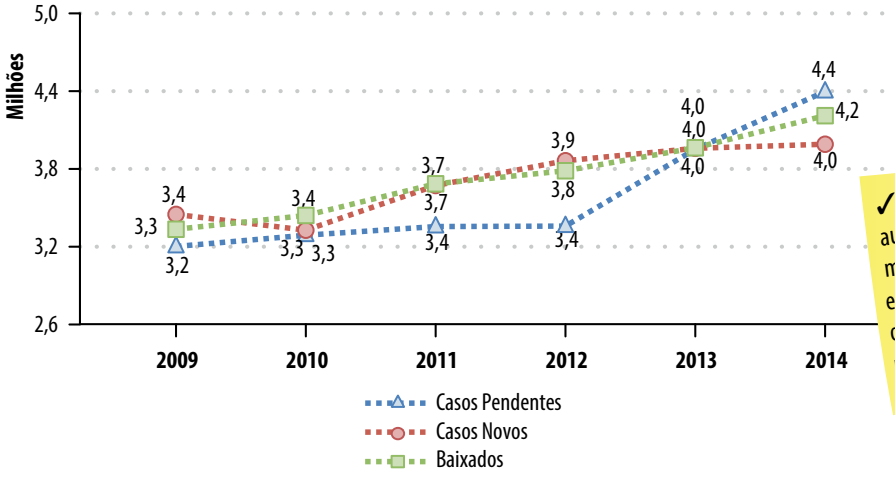
3 Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de servidores da área judiciária em atividade.

4Índice de Atendimento a Demanda (IAD) calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de casos novos.

5Taxa de Congestionamento calculada da seguinte forma: 1 – (Processo Baixados) / (Casos Novos + Casos Pendentes).

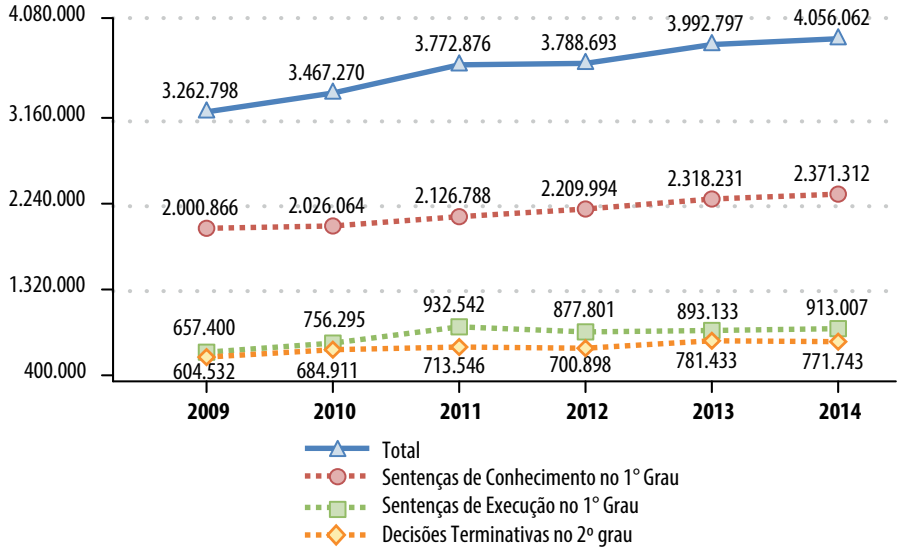
Enquanto estes processos permanecerem pendentes, o jurisdicionado não terá seu conflito resolvido perante a Justiça. Dada a expressiva significância dessa fase processual, esse assunto será tratado mais adiante em seção específica.

Gráfico 5.10 – Série Histórica da Movimentação Processual



✓ O total de baixados aumentou significativamente entre os anos 2012 e 2014, contribuindo para os bons resultados desse ramo de justiça

Gráfico 5.11 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões



5.4 Justiça Digital

O indicador de casos novos eletrônicos é calculado considerando o total de casos novos ingressados eletronicamente em relação ao total de casos novos, desconsiderando as execuções judiciais iniciadas.

O Brasil caminha a passos largos no cenário mundial como precursor na virtualização dos processos. Conforme pode ser observado por intermédio do Gráfico 5.14, o percentual de casos novos eletrônicos tem aumentado gradativamente desde o ano de 2009 na Justiça do Trabalho em ambos os graus de jurisdição. Destaca-se o Tribunal Regional da 13ª Região, por ser o único com 100% dos casos novos ingressados eletronicamente tanto no 1º quanto no 2º graus.

Interessante notar que parece existir uma relação inversa entre a implantação de processos novos eletrônicos e o porte do tribunal, pois em geral, menores tribunais obtiveram maiores índices, e vice e versa. Tal relação pode ser também explicada a partir dos custos de transição do processo convencional para o modelo de implantação desse novo tipo de processo.

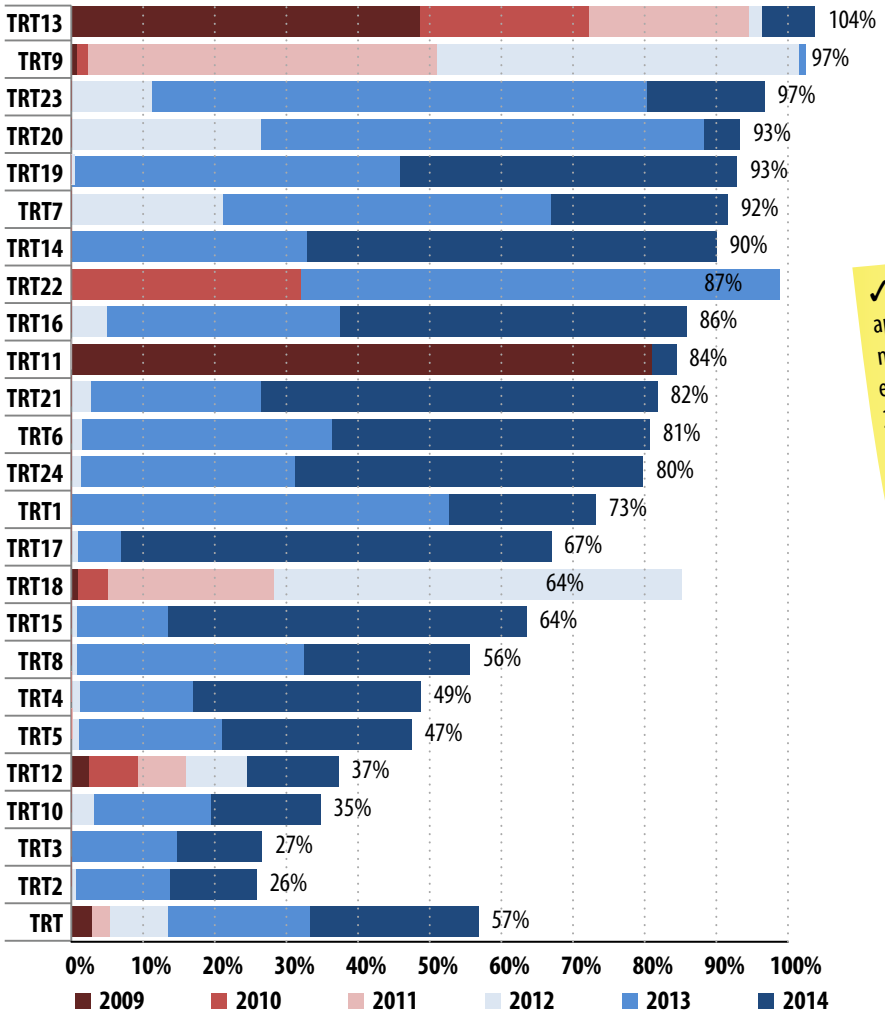
Observa-se que a partir de 2013 houve expressiva ampliação do uso da tecnologia digital na Justiça Trabalhista. Infere-se, a partir deste resultado, a efetividade das políticas judiciárias empreendidas ao longo dos últimos anos em busca de incentivar o uso de soluções tecnológicas voltadas à modernização da gestão e da racionalização de procedimentos judiciais.

Com o advento das Tabelas Processuais Unificadas (TPU), instituída pela Resolução CNJ 46/2007, os códigos de classe, assunto e movimentos foram padronizados nacionalmente, sendo este o primeiro passo para viabilizar a criação de um sistema único de informações. Dessa forma, em junho de 2011, o CNJ, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lançou o sistema PJe – Processo Judicial eletrônico. Trata-se de ferramenta gratuita disponibilizada a todos os tribunais brasileiros, capaz de permitir a tramitação e acompanhamento processual, independentemente do ramo de justiça. Por meio da Resolução CNJ 185, de 18 de dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça instituiu formalmente o sistema PJe e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e seu funcionamento. A referida resolução determinou, ainda, que todos os tribunais constituíssem comitês gestores, com plano e cronograma de implantação do PJe.

Por fim, além de fornecer as regras (TPUs) e o sistema (PJe) necessários para uma justiça informatizada e uniforme, anualmente, o CNJ produz e publica um diagnóstico completo sobre a gestão dos tribunais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, no qual cada tribunal recebe uma classificação, cujo nível pode ser atribuído como crítico, baixo, médio, satisfatório, aprimorado e excelência[6].

6 O diagnóstico completo sobre a Tecnologia da Informação e Comunicação dos tribunais encontra-se disponível em http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/459-rodape/acoes-e-programas/comite-de-gestao-de-tic.

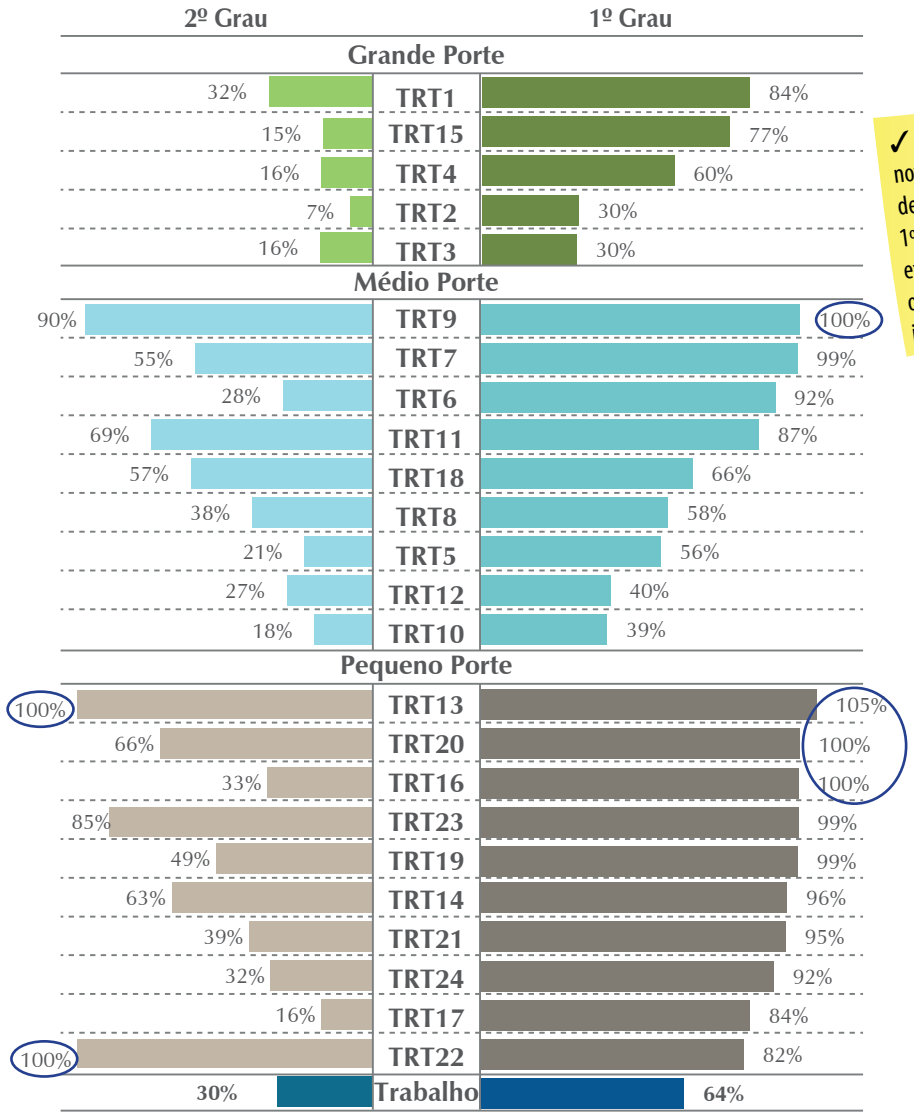
Gráfico 5.12 – Evolução do Percentual de Casos Novos Eletrônicos



✓ A Justiça do Trabalho apresentou grande salto no ingresso de processos eletrônicos a partir de 2012 e manteve essa tendência entre 2013 e 2014.

(*) TRT 13ª: dado inconsistente, informou mais casos novos eletrônicos do que o total de casos novos.

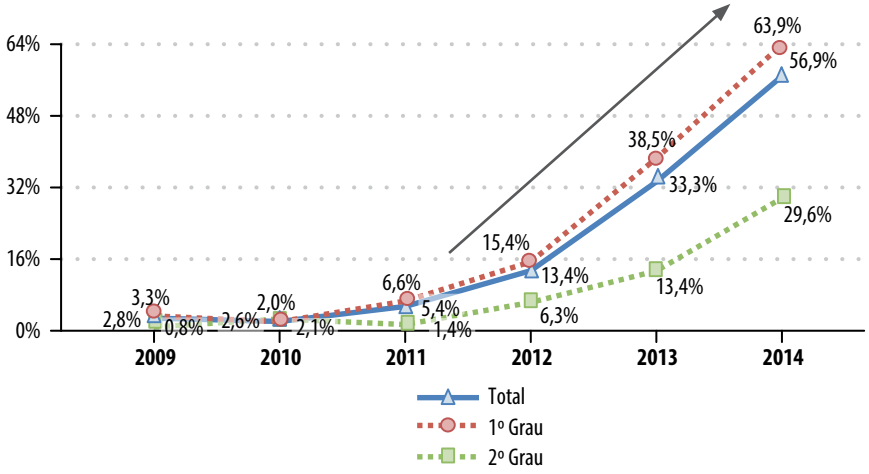
Gráfico 5.13 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça do Trabalho



✓ O percentual de casos novos eletrônicos é, via de regra, bem superior no 1º grau do que 2º grau, exceto no TRT22 (Piauí), onde essa relação se inverte.

(*) TRT13: dados inconsistentes, informou mais casos novos eletrônicos do que o total de casos novos.

Gráfico 5.14 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça do Trabalho



5.5 Análise Comparativa dos Indicadores de 1º e de 2º graus

Uma das linhas de atuação do Conselho Nacional de Justiça refere-se à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ 194/2014 com o objetivo de estruturar e implantar medidas concretas e permanentes com vistas à melhoria dos serviços judiciários prestados pela primeira instância dos tribunais brasileiros. No mesmo contexto, a Resolução CNJ 195, de 3 de junho de 2014, determinou que a distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus fosse proporcional à demanda e ao acervo processual.

Esta seção tem como objetivo central compreender o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis na Justiça do Trabalho, traçando-se um conjunto de análises a partir dos principais indicadores de desempenho e ao comparar seus resultados de modo segmentado entre o 1º e o 2º graus, de acordo com o porte[7] de cada tribunal. Também será apresentado, para cada indicador, um gráfico da série histórica do consolidado da Justiça do Trabalho, segmentado por instância.

Diante de tais dados, espera-se compreender como os recursos humanos estão distribuídos em relação aos litígios nos tribunais, e ainda, como tal organização tem impactado os resultados globais. Os seguintes indicadores serão analisados:

- Casos Novos por Magistrado: indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de magistrados em atuação, ou seja, não sendo computadas as execuções judiciais.
- Casos Novos por Servidor: indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de servidores da área judiciária em atuação, ou seja, neste indicador as execuções judiciais não são computadas.
- Carga de Trabalho por Magistrado: este indicador computa a média de efetivo trabalho que cada magistrado teve durante o ano de 2014. É calculado pela soma dos casos novos, dos casos pendentes (inicial), dos recursos internos novos, dos recursos internos pendentes (inicial), dos incidentes em execução novos e dos incidentes em execução pendentes (inicial). Após, divide-se pelo número de magistrados em atuação. Cabe esclarecer que na carga de trabalho todos os processos são considerados, inclusive as execuções judiciais[8].
- Carga de Trabalho por Servidor: mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores da área judiciária.
- IPM – Índice de Produtividade dos Magistrados: indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.
- IPS-Jud – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária: indicador que computa a média de processos baixados por servidor da área judiciária.
- IAD – Índice de Atendimento à Demanda: verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- Taxa de Congestionamento: indicador que compara o que não foi baixado com o que tramitou durante o ano-base (soma dos casos novos e dos casos pendentes iniciais).

Cumpre ainda lembrar que essa análise foi realizada tomando-se por referência a constatação de que 84% dos processos ingressados e 92% do acervo processual encontram-se no primeiro grau de jurisdição, conforme demonstrado no Gráfico 5.15.

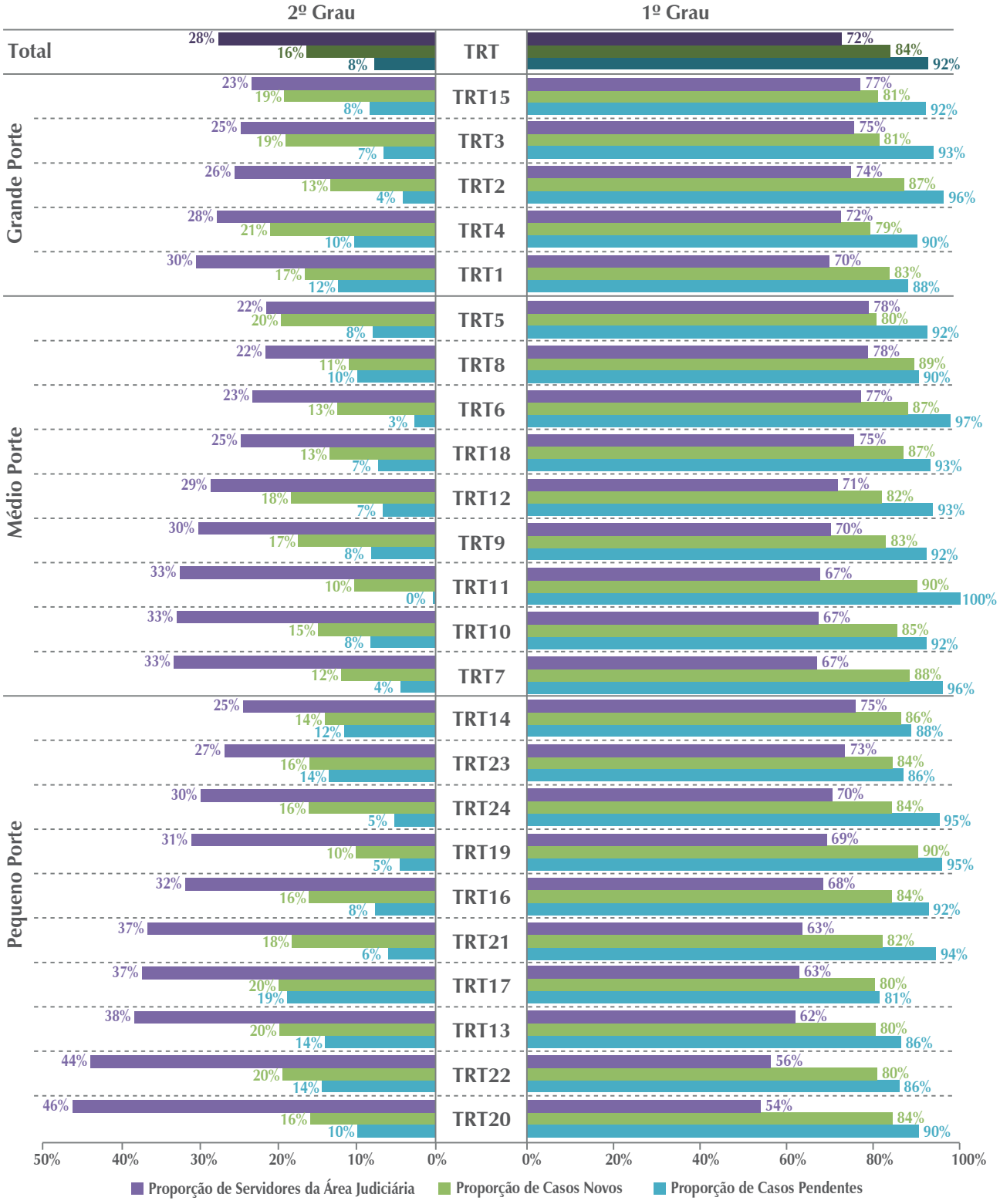
Os gráficos que serão apresentados adiante demonstram que, de forma global, o primeiro grau possui maiores índices de carga de trabalho e de congestionamento e, de outro lado, melhores resultados de produtividade de magistrados e servidores da área judiciária (IPM e IPS-Jud). Como consequência, apresentam melhores Índices de Atendimento à Demanda (IAD) do que aqueles observados no 2º grau. Não obstante, apesar de o 1º grau de jurisdição produzir mais e de possuir mais processos em tramitação, tal esforço produtivo não tem sido suficiente para desafogar a Justiça, pois a taxa de congestionamento tem permanecido estável em torno de 52% desde 2009.

É importante considerar que, ao abrir o olhar para cada um dos tribunais que compõem a Justiça do Trabalho, encontram-se os mais diversos comportamentos, conforme será demonstrado a seguir.

7 Informações detalhadas sobre a classificação por porte estão dispostas na seção de metodologia.

8 Ao contrário dos casos novos por magistrado, que somente as execuções extrajudiciais e casos novos de conhecimento são computados.

Gráfico 5.15 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau



Observa-se, em todos os tribunais, maior concentração de servidores da área judiciária no 2º grau do que no 1º, relativamente à proporção de casos novos e de pendentes existentes

Gráfico 5.16 – Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho

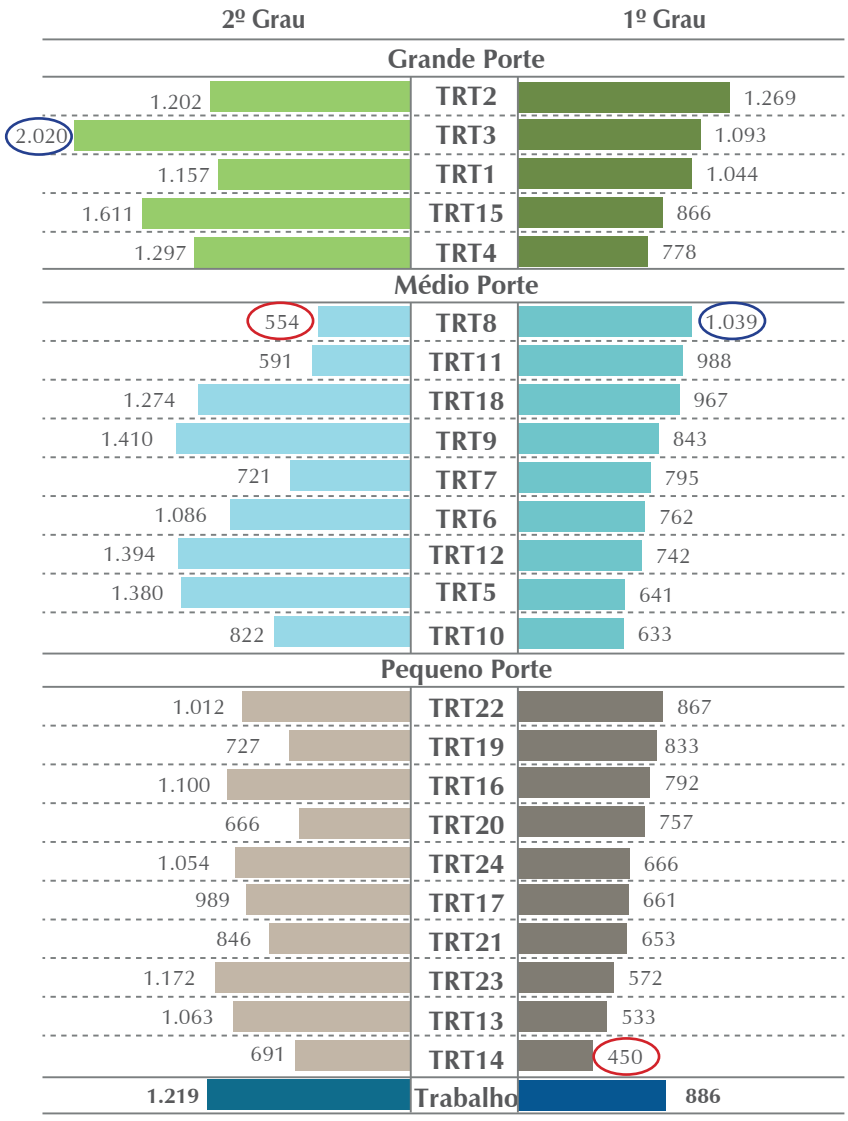


Gráfico 5.17 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho

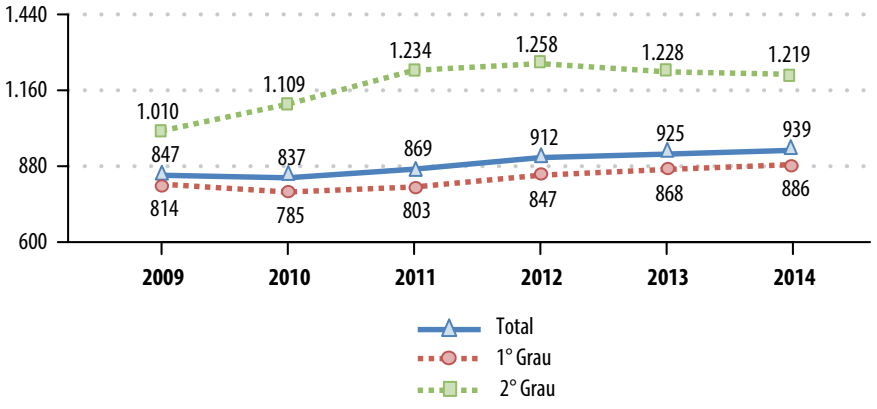
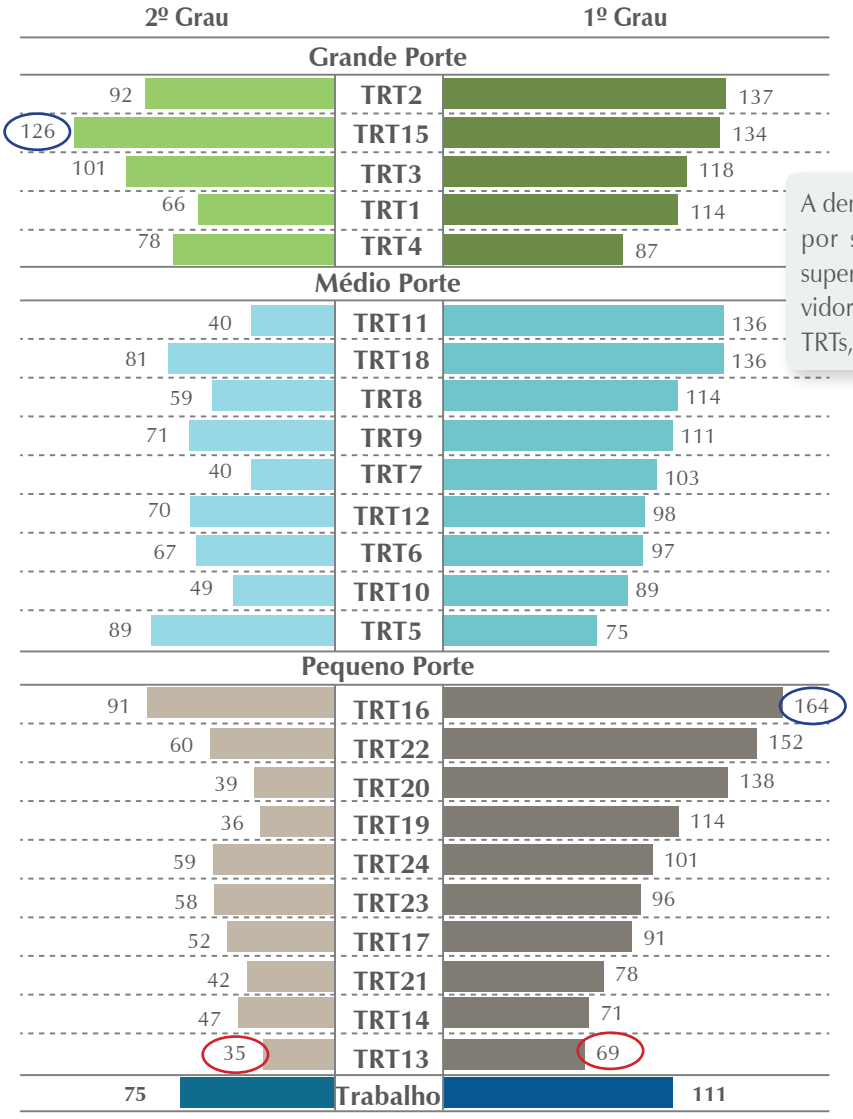


Gráfico 5.18 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho



A demanda de novos casos por servidor de 1º grau supera a demanda por servidor de 2º grau em todos TRTs, exceto no TRT 5.

Gráfico 5.19 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho

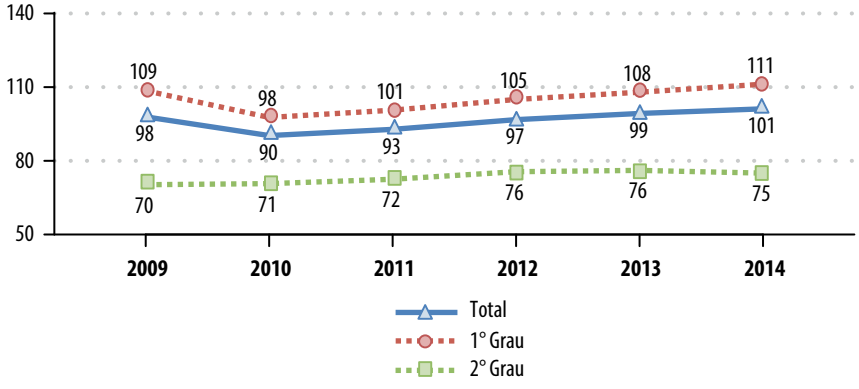


Gráfico 5.20 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça do Trabalho

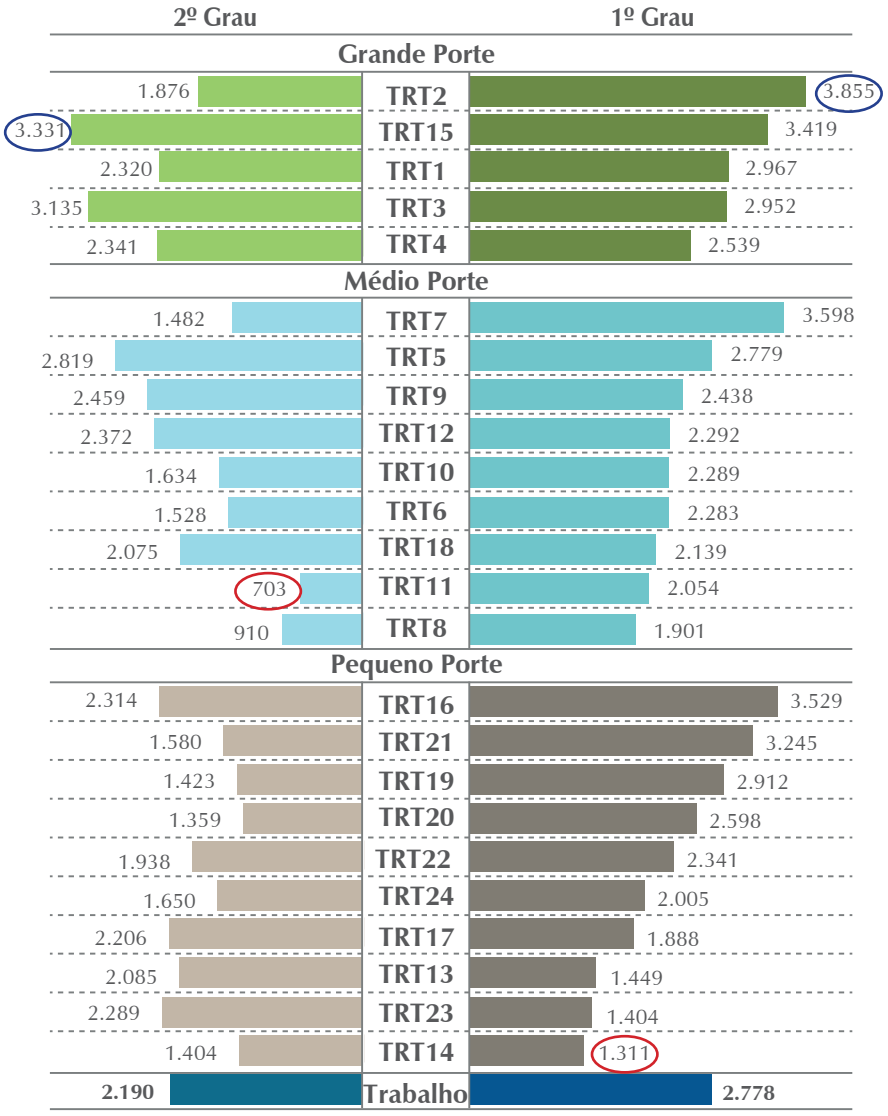


Gráfico 5.21 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça do Trabalho

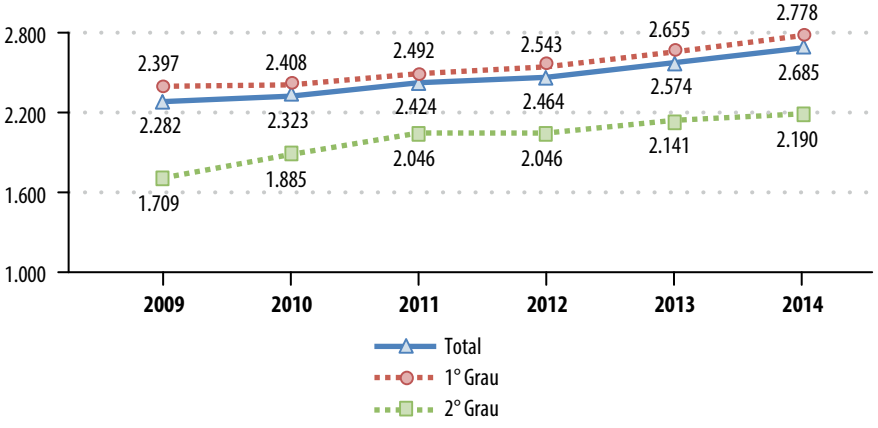


Gráfico 5.22 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho

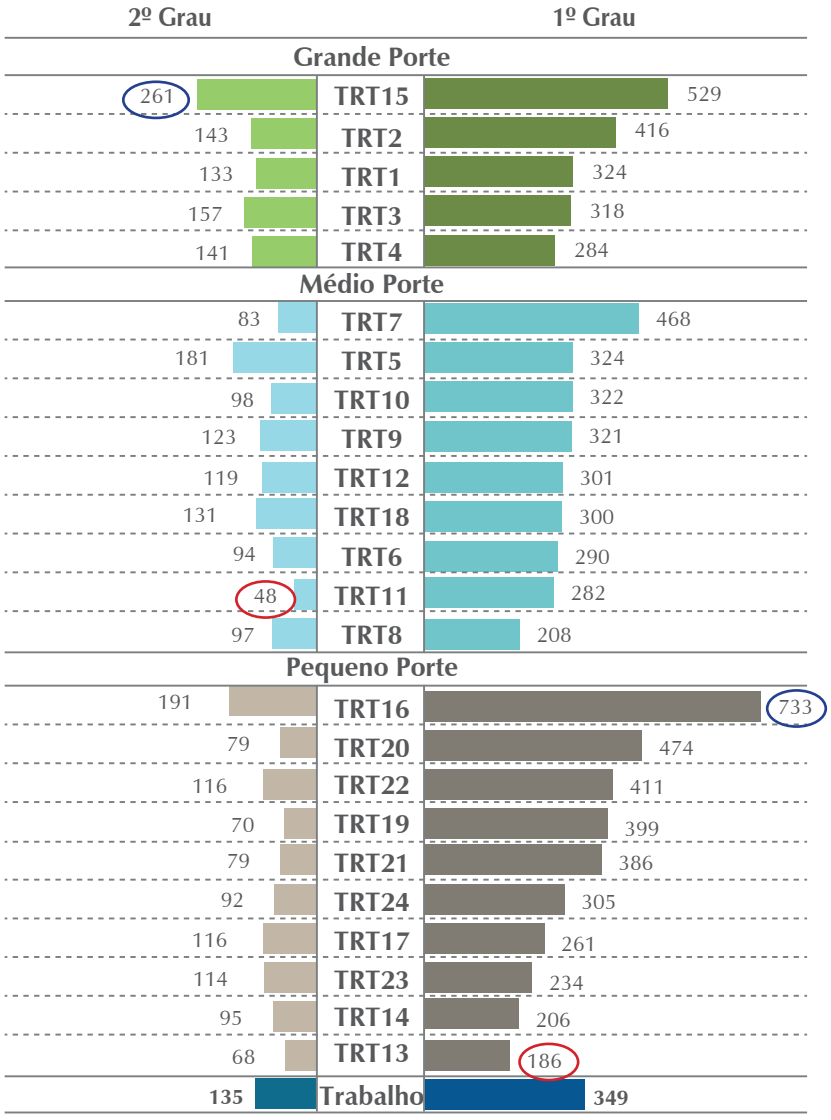


Gráfico 5.23 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho

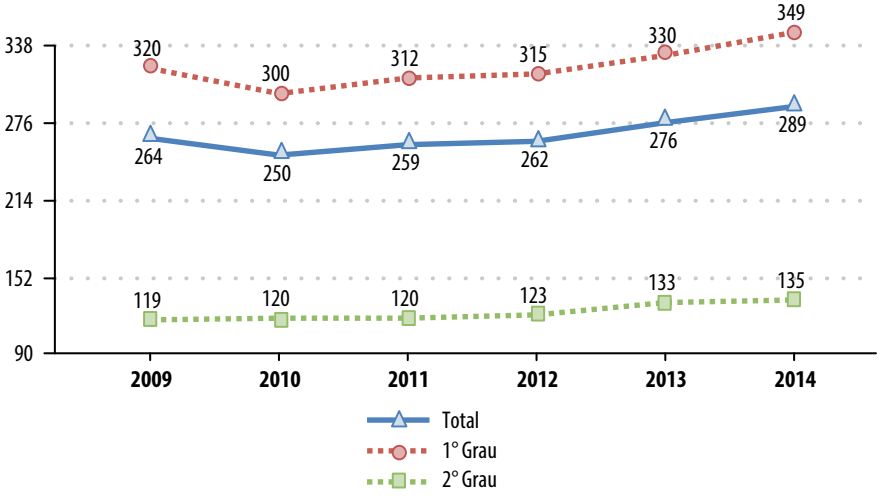


Gráfico 5.24 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça do Trabalho

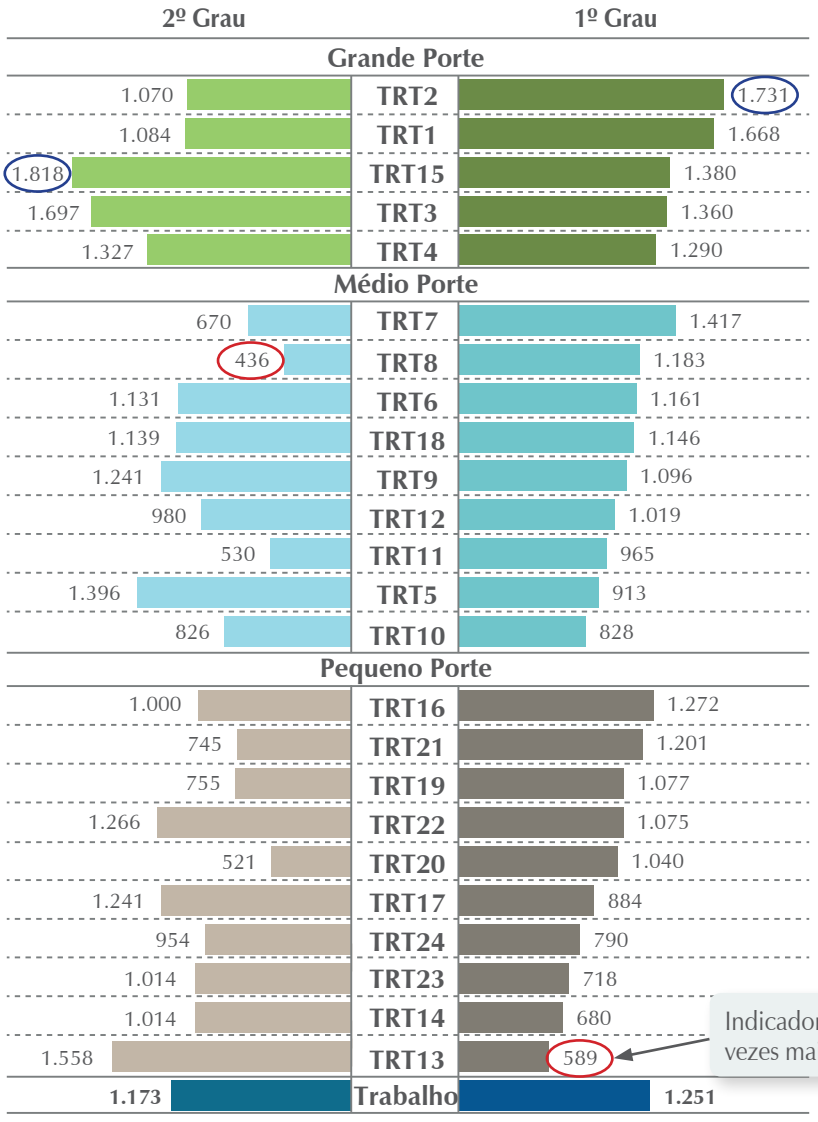


Gráfico 5.25 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça do Trabalho

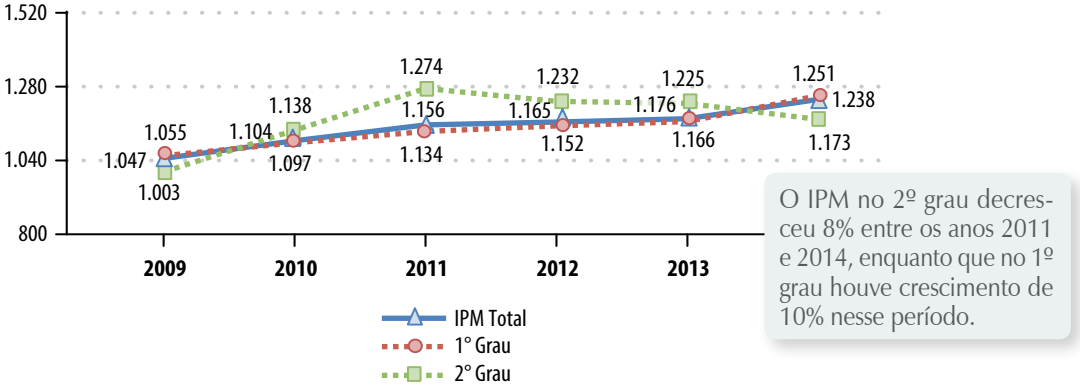


Gráfico 5.26 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça do Trabalho

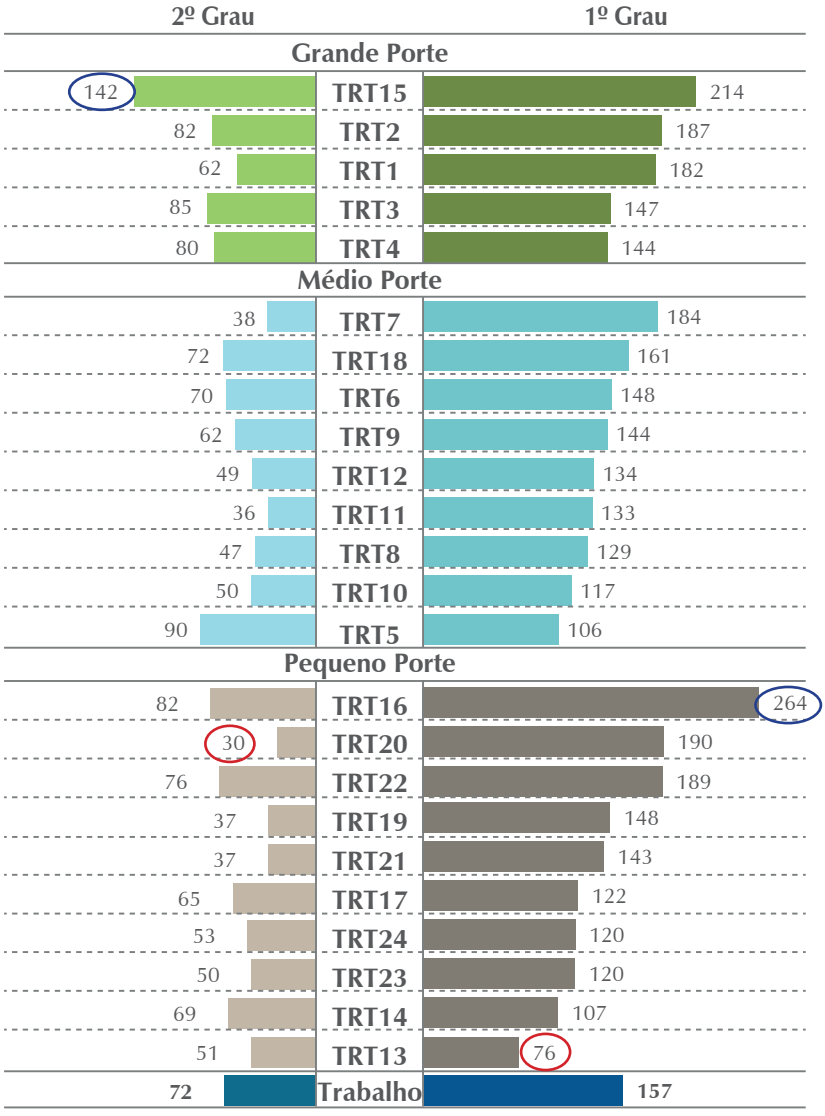


Gráfico 5.27 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça do Trabalho

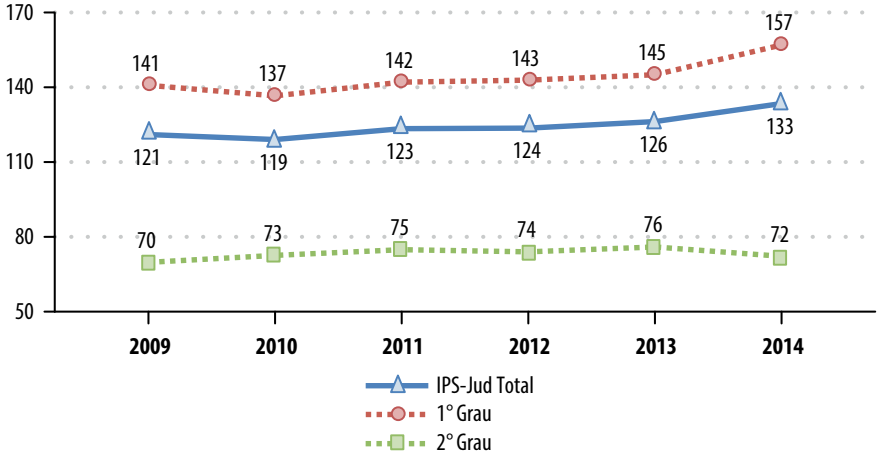
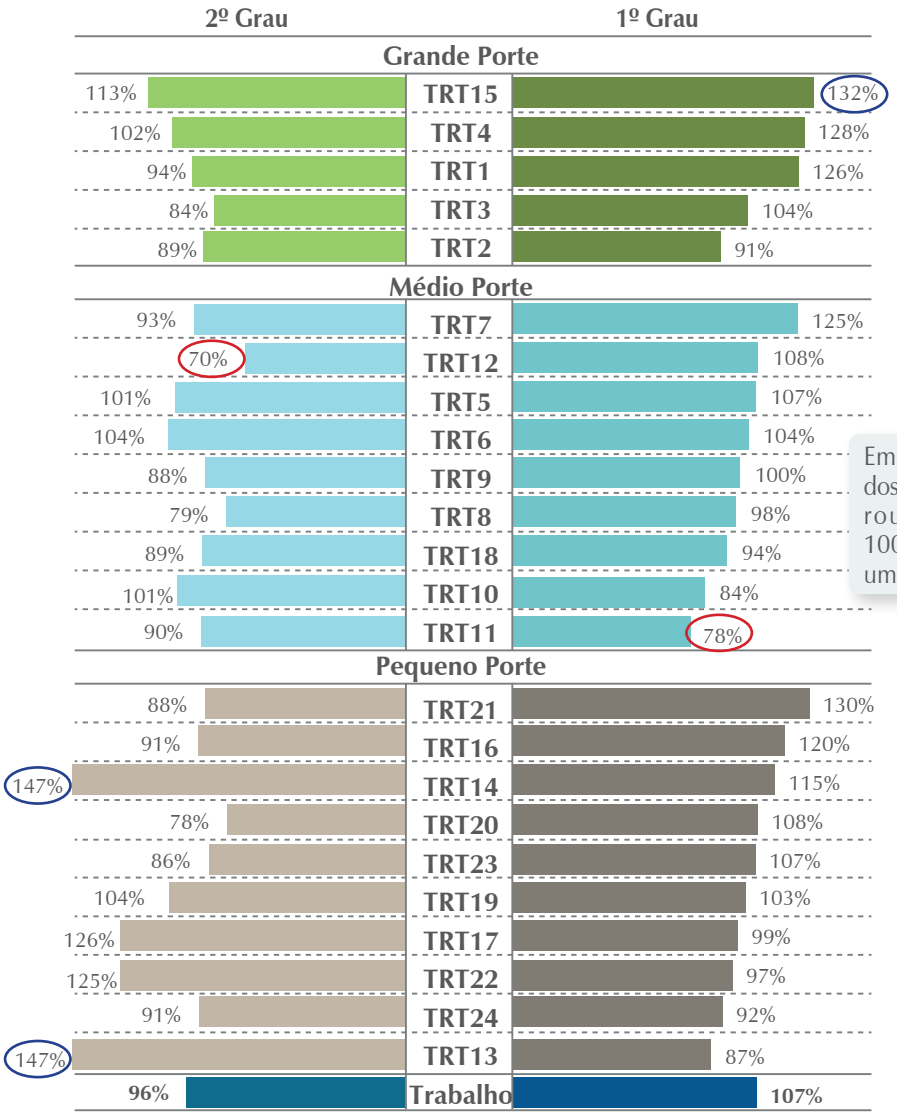
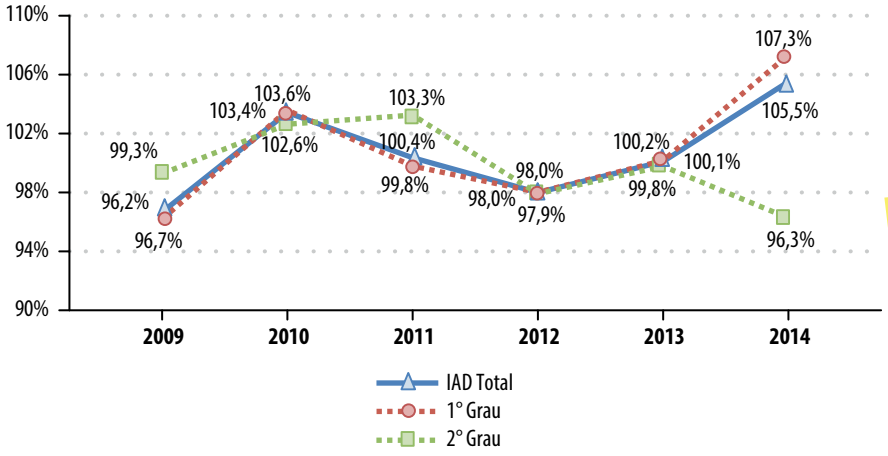


Gráfico 5.28 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça do Trabalho



Em 19 tribunais (79% dos casos) o IAD superou o patamar de 100% em pelo menos umas das instâncias

Gráfico 5.29 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça do Trabalho



✓ Significativo aumento no IAD de 1º grau, e consequentemente, no IAD total em 2014

Gráfico 5.30 – Taxa de Congestionamento na Justiça do Trabalho

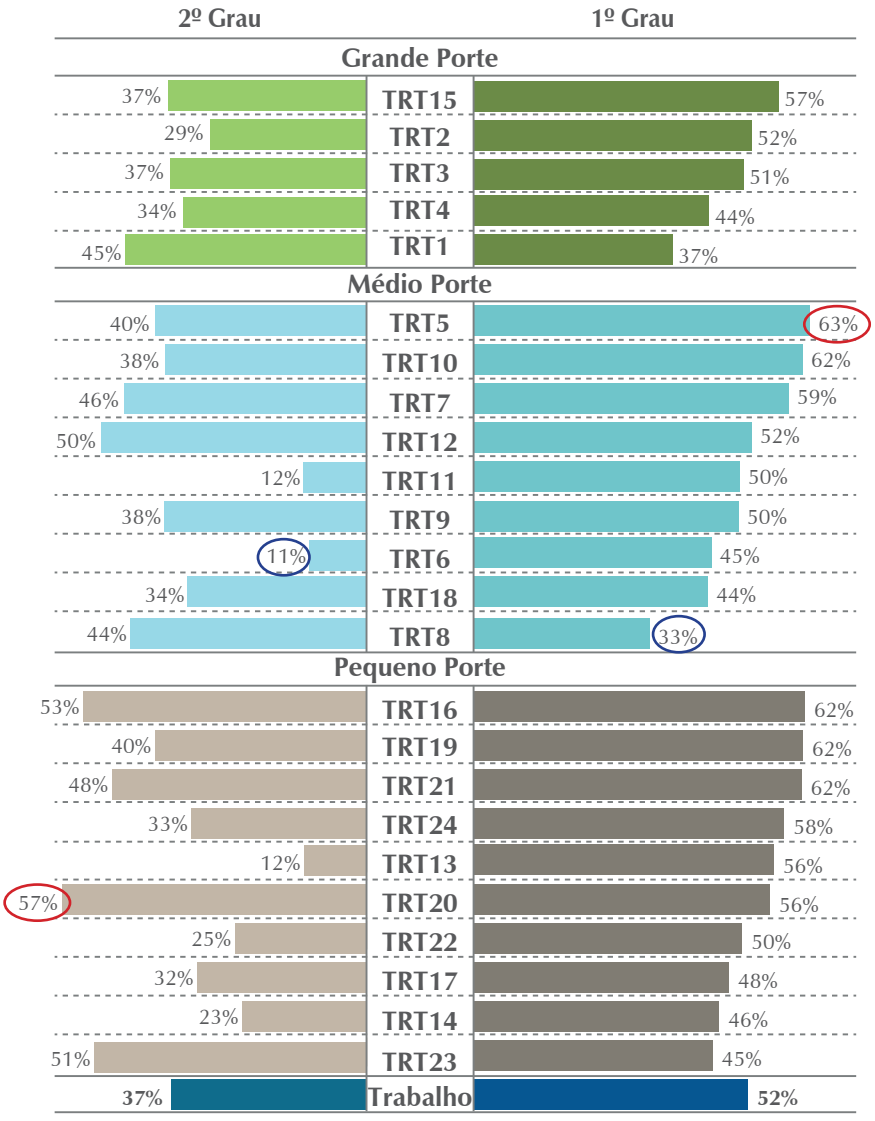
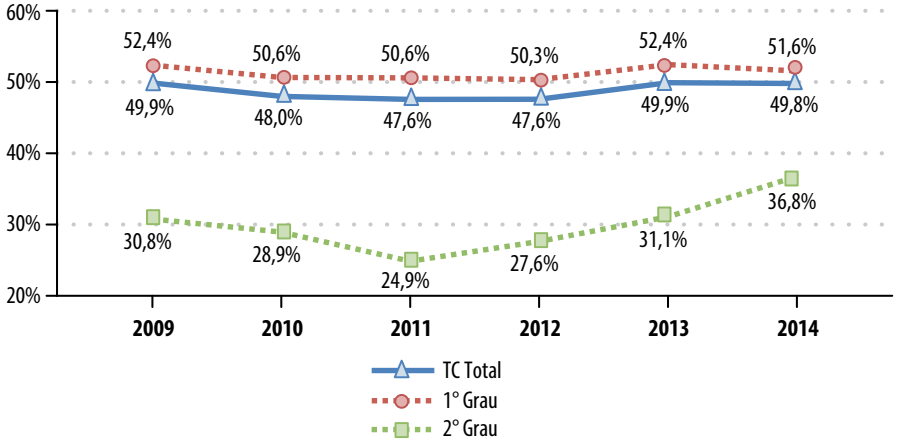


Gráfico 5.31 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça do Trabalho



5.6 Impacto da Execução

Constava na Justiça do Trabalho um acervo de 4,4 milhões de processos que estavam pendentes de baixa no início do ano de 2014, dentre os quais, quase a metade (49%) eram referentes aos processos de 1º grau na fase de execução. Por essa razão, destacou-se um tópico que trata especificamente sobre os processos que tramitaram nesta fase processual. Dentre as execuções, consideram-se as execuções judiciais e as execuções de títulos executivos extrajudiciais, segregadas entre fiscais e não fiscais.

Os casos novos de execução representam 21% do total de casos novos no 1º grau, sendo que o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) é de 121%, ou seja, foram baixados 220 mil processos a mais do que o total ingressado. Tais resultados contribuíram para a redução da taxa de congestionamento da fase de execução no 1º grau (66%), que atingiu o menor valor desde o ano de 2009.

No 1º grau, apesar de os processos de execução de título extrajudicial apresentarem taxas de congestionamento superiores ao grupo de processos de execução judicial (taxas de 79% para os processos de execução extrajudicial não fiscal, 74% para as execuções fiscais e 66% para as execuções judiciais), o volume dos processos de execução judicial é bem maior, o que vem a causar maior impacto visto que estes processos representam aproximadamente 94% do total de casos pendentes na fase de execução da Justiça do Trabalho. Esse resultado é diferente nas Justiças Estadual e Federal, onde o maior impacto é verificado nos processos de execução fiscal.

Gráfico 5.32 – Movimentação Processual da Justiça do Trabalho

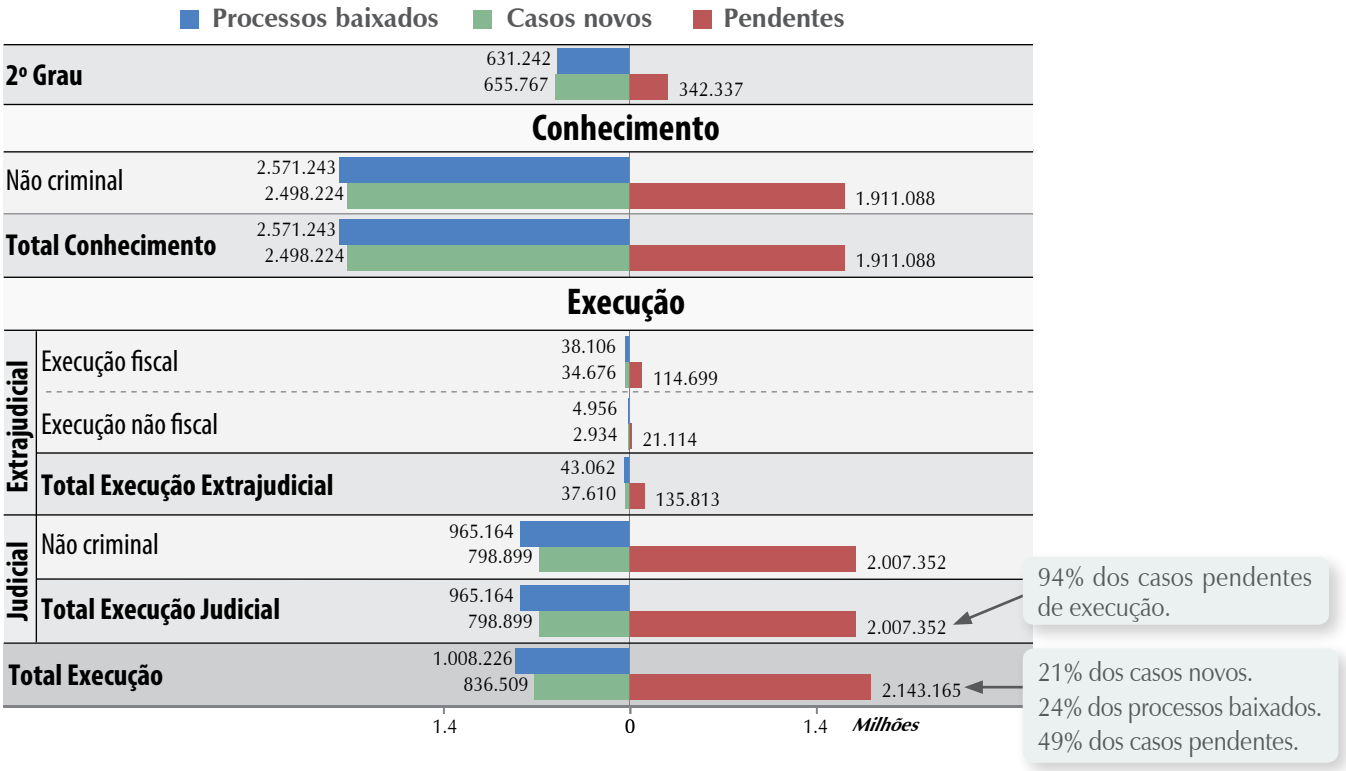


Gráfico 5.33 – Termômetro da Taxa de Congestionamento

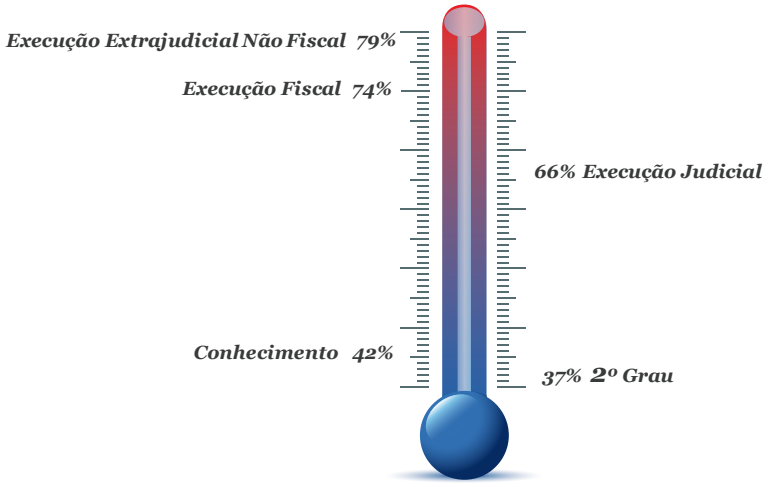
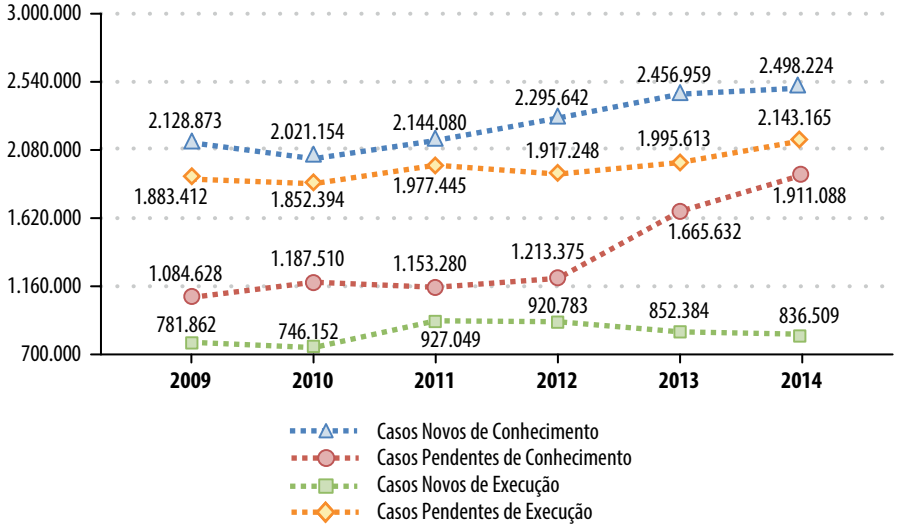


Gráfico 5.34 – Casos Novos e Casos Pendentes no 1º Grau



A seguir serão apresentados indicadores de primeiro grau separados entre conhecimento e execução, a fim de verificar as discrepâncias nas diferentes fases em relação aos principais indicadores de produtividade. Os resultados revelaram haver produtividade significativamente maior na fase de conhecimento, o que leva à conclusão de que é especialmente importante o desenvolvimento de estratégias específicas que visem ao melhor desempenho institucional na fase de execução.

Gráfico 5.35 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento

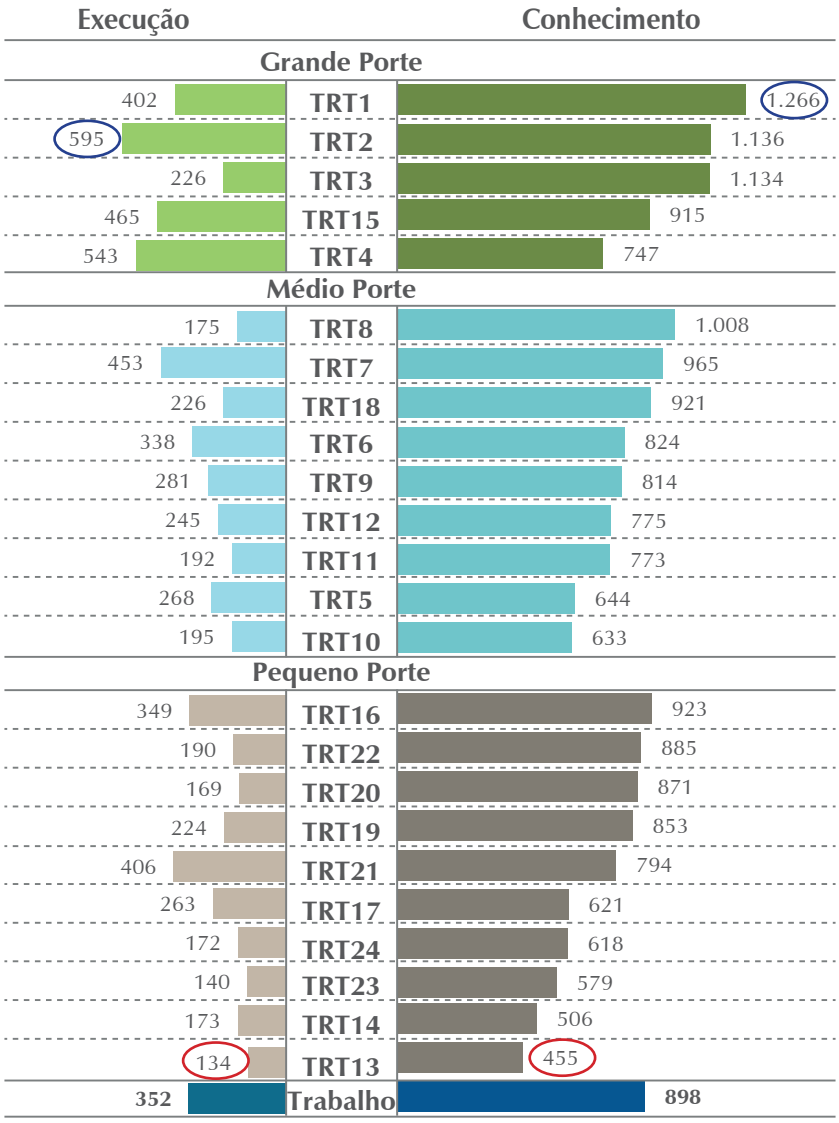
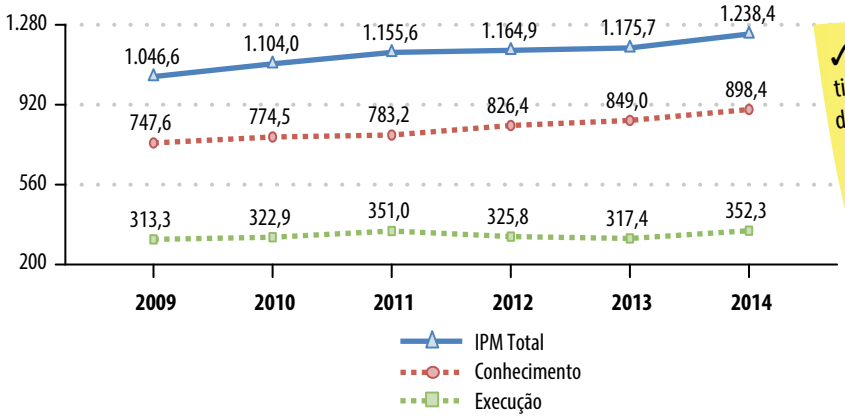


Gráfico 5.36 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados



✓ Desde 2009 a produtividade dos magistrados cresceu em 18%.

Gráfico 5.37 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento

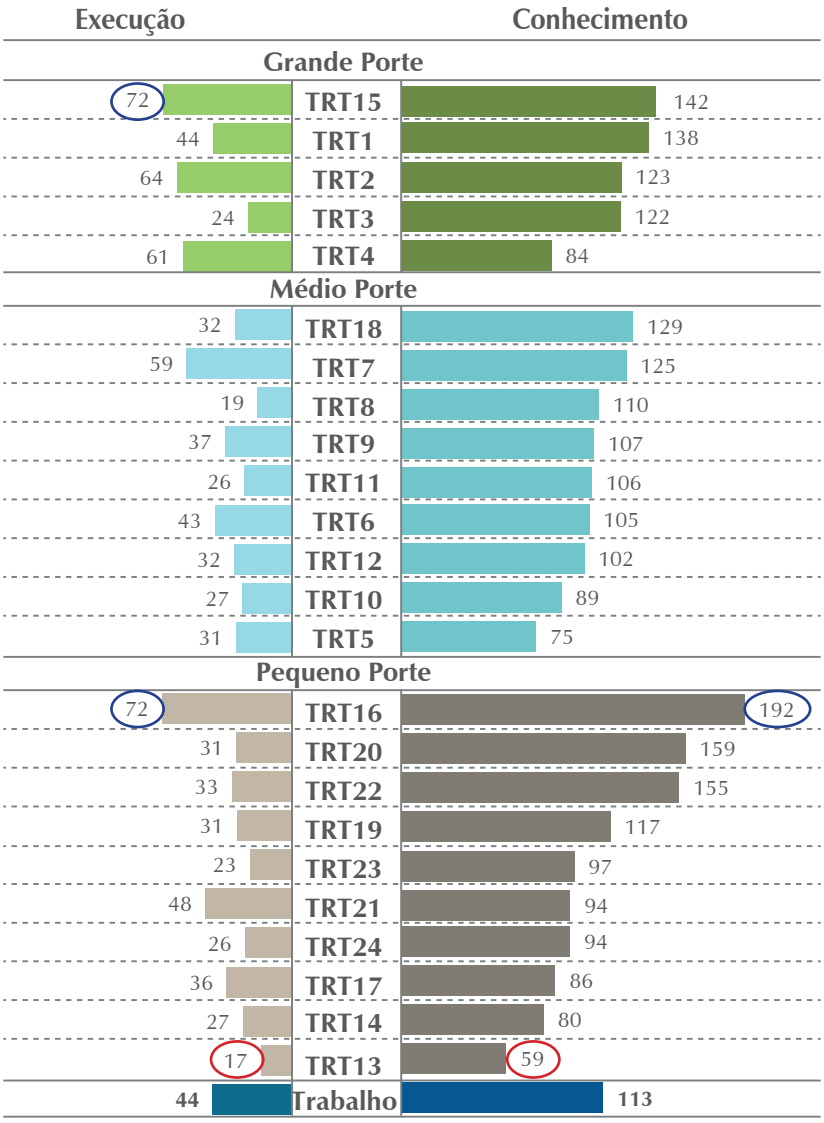


Gráfico 5.38 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária

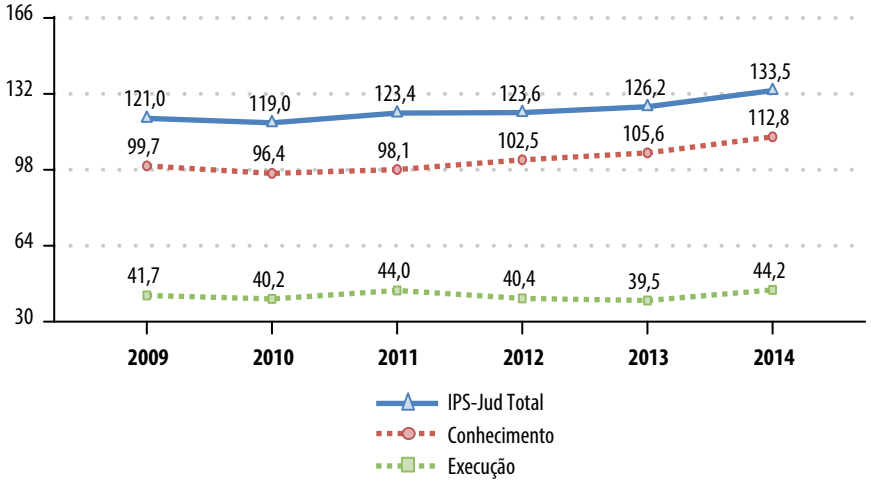
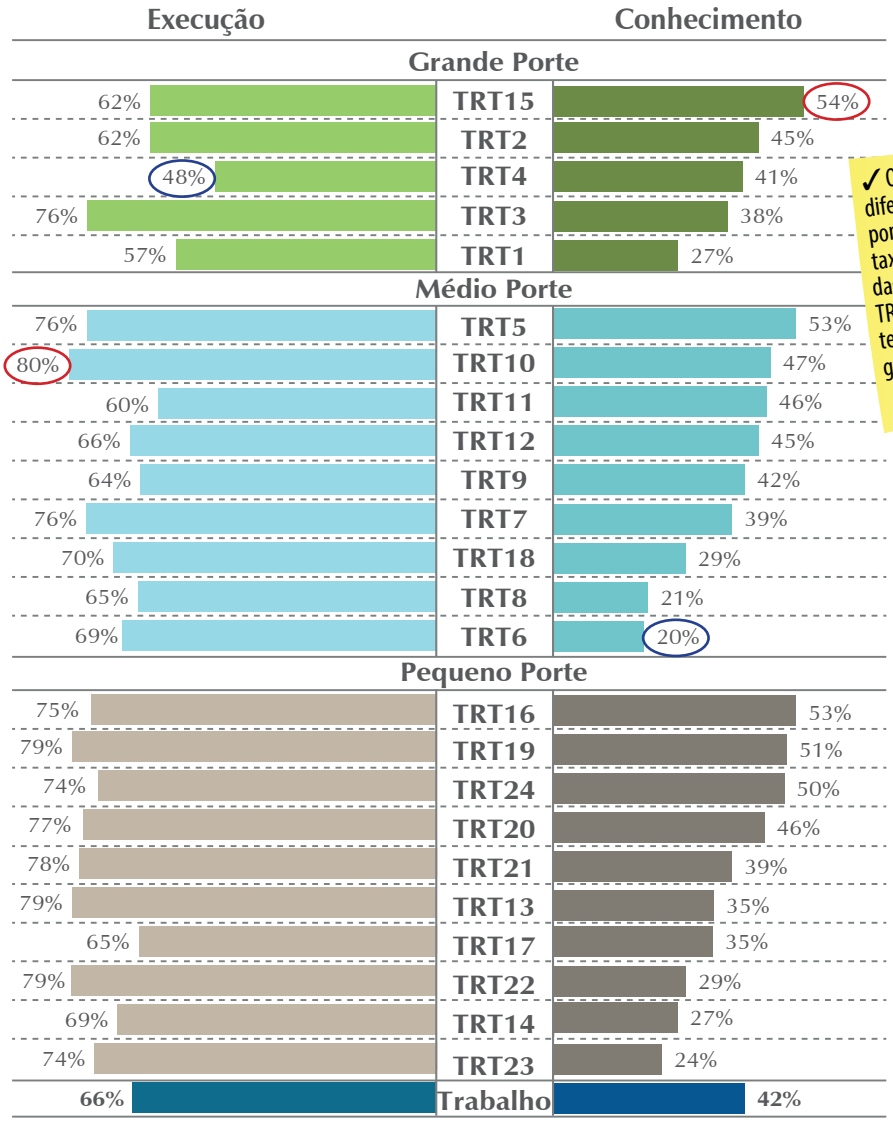


Gráfico 5.39 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento



✓ Os únicos tribunais com diferença de menos de 10 pontos percentuais (p.p) na taxa de congestionamento das duas fases são TRT15 e TRT4, ambos de grande porte. No total, a diferença chega a 24 pontos percentuais.

Gráfico 5.40 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento

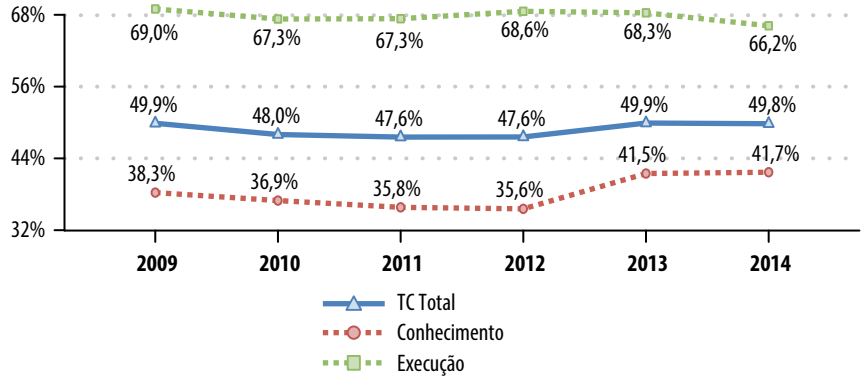
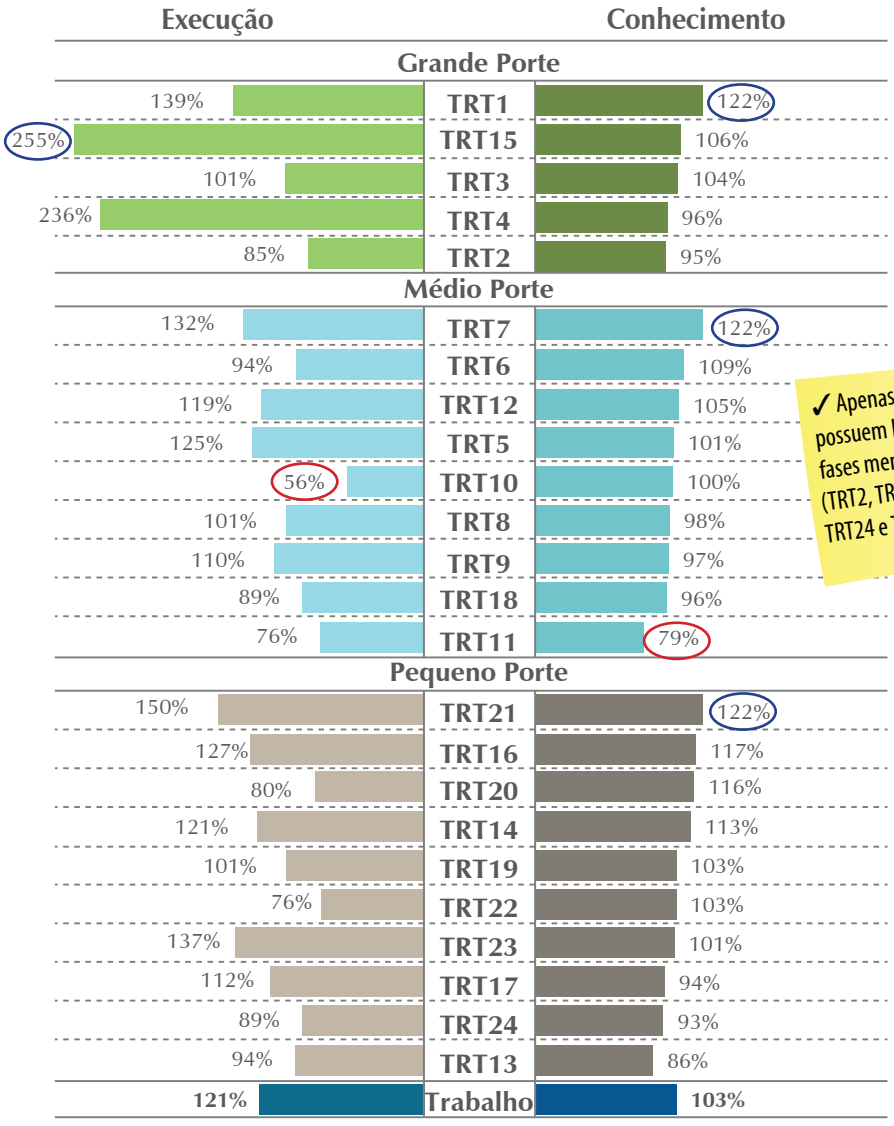
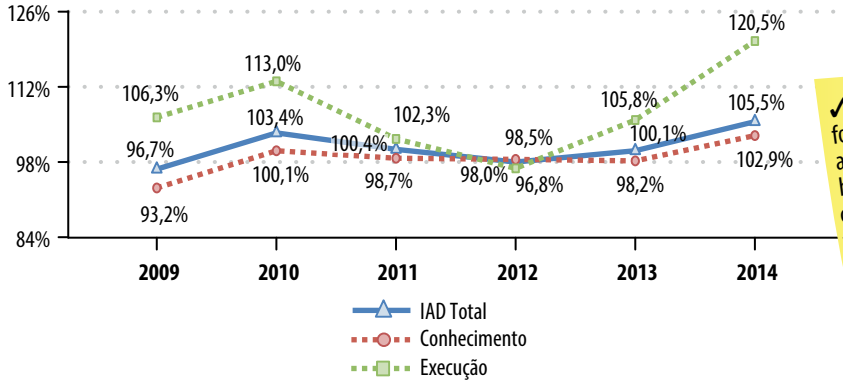


Gráfico 5.41 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento



✓ Apenas 5 Tribunais possuem IAD nas duas fases menor que 100% (TRT2, TRT18, TRT11, TRT24 e TRT13).

Gráfico 5.42 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda



✓ IAD na fase de execução foi superior a 100% nos anos de 2013 e 2014 e houve redução da taxa de congestionamento nessa fase.

5.7 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Os dados que serão apresentados nesta seção referem-se aos casos ingressados no ano de 2014 segmentados por classe e assunto, segundo as Tabelas Processuais Unificadas que foram instituídas pela Resolução CNJ 46/2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente relatório. No cômputo do total de casos novos da Justiça do Trabalho algumas classes são excluídas, como é o caso dos precatórios judiciais, requisições de pequeno valor, embargos de declaração, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado e, portanto, todas devem ser consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados na Justiça do Trabalho, mas a quantidade de classes ou assuntos cadastrados em suas respectivas categorias.

5.7.1 Assuntos mais recorrentes

Será analisado o universo de 20 Tribunais Regionais do Trabalho, tendo em vista que 4 dos 24 tribunais não prestaram a informação (TRT8, TRT10, TRT14 e TRT16) requerida.

As tabelas processuais unificadas da Justiça do Trabalho possuem 4 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito do Trabalho" (nível 1), há a segmentação de outros grupos de assuntos, entre os quais, "Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios" (nível 2), que por sua vez pode, também, ser subdividido em "Gratificação" ou "Salário / Diferença Salarial", entre outros (nível 3). Por fim, dentro de "Salário / Diferença Salarial", por exemplo, há o último nível que detalha se trata-se de salário mínimo, salário família, reajuste salarial, entre outras questões (nível 4).

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a análise, pois não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos possam ser cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

As informações também estão segmentadas por grau de jurisdição: 2º grau e 1º grau.

Gráfico 5.43 – Assuntos mais demandados na Justiça do Trabalho

1. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	5.258.269 (43,99%)
2. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	672.738 (5,63%)
3. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	665.833 (5,57%)
4. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	665.594 (5,57%)
5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	464.975 (3,89%)
6. DIREITO DO TRABALHO - Férias/Indenização / Terço Constitucional	293.019 (2,45%)
7. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	247.376 (2,07%)
8. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação/Cumprimento/Execução/Valor da Execução/Cálculo/Atualização	200.911 (1,68%)
9. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	189.556 (1,59%)
10. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	183.812 (1,54%)
11. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	168.768 (1,41%)
12. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização	156.093 (1,31%)
13. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	148.708 (1,24%)
14. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	127.585 (1,07%)
15. DIREITO DO TRABALHO - Férias	118.516 (0,99%)
16. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Tíquete Alimentação	110.771 (0,93%)
17. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Provas	110.501 (0,92%)
18. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Vale Transporte	99.153 (0,83%)
19. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Despedida / Dispensa Imotivada	79.437 (0,66%)
20. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Sucumbência	76.961 (0,64%)

Gráfico 5.44 – Assuntos mais demandados no 2º Grau (nível 3)

1. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	512.457 (27,92%)
2. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	130.414 (7,11%)
3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	123.790 (6,74%)
4. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	108.819 (5,93%)
5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação/Cumprimento/Execução/Valor da Execução/Cálculo/Atualização	80.856 (4,41%)
6. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	63.557 (3,46%)
7. DIREITO DO TRABALHO - Férias/Indenização / Terço Constitucional	41.874 (2,28%)
8. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Solidária / Subsidiária	40.955 (2,23%)
9. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	40.931 (2,23%)
10. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	35.865 (1,95%)
11. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Provas	35.103 (1,91%)
12. DIREITO DO TRABALHO - Férias	31.737 (1,73%)
13. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Recurso	30.776 (1,68%)
14. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	28.210 (1,54%)
15. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	25.786 (1,40%)
16. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Sucumbência	24.292 (1,32%)
17. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização	23.101 (1,26%)
18. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Tíquete Alimentação	21.557 (1,17%)
19. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	21.265 (1,16%)
20. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Descontos Salariais – Devolução	17.639 (0,96%)

Gráfico 5.45 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (nível 3)

1. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	4.745.812 (46,90%)
2. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	609.181 (6,02%)
3. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	557.014 (5,50%)
4. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	535.180 (5,29%)
5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	341.185 (3,37%)
6. DIREITO DO TRABALHO - Férias/Indenização / Terço Constitucional	251.145 (2,48%)
7. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	211.511 (2,09%)
8. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	172.709 (1,71%)
9. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	155.602 (1,54%)
10. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização	132.992 (1,31%)
11. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	127.837 (1,26%)
12. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	127.443 (1,26%)
13. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação/Cumprimento/Execução/Valor da Execução/Cálculo/Atualização	120.055 (1,19%)
14. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	101.799 (1,01%)
15. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Tíquete Alimentação	89.214 (0,88%)
16. DIREITO DO TRABALHO - Férias	86.779 (0,86%)
17. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Vale Transporte	83.225 (0,82%)
18. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Provas	75.398 (0,75%)
19. DIREITO DO TRABALHO - Férias/Abono Pecuniário	71.698 (0,71%)
20. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Despedida / Dispensa Imotivada	69.542 (0,69%)

5.7.2 Classes mais recorrentes

Será analisado o universo de 20 Tribunais Regionais do Trabalho, tendo em vista que 4 dos 24 tribunais não prestaram a informação (TRT8, TRT10, TRT14 e TRT16) requerida.

As tabelas processuais unificadas possuem 6 níveis hierárquicos de classes. No grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho" (nível 1), há a segmentação entre, por exemplo, "Processos de Conhecimento", "Processos de Execução", "Recursos", entre outros (nível 2). No próximo nível, no grupo de classes "Processos de Conhecimento", é possível saber o tipo de procedimento, se é de conhecimento, de cumprimento de sentença, de liquidação etc. (nível 3). Após, os procedimentos de conhecimento são segregados entre procedimentos especiais ou procedimentos trabalhistas (nível 4). No próximo nível, são classificados os procedimentos especiais, como de jurisdição contenciosa ou voluntária ou regidos por outros códigos, leis esparsas e regimentos (nível 5). Por fim, chegando ao sexto e último nível, é possível saber se o processo de é uma ação rescisória, uma ação civil pública, um *habeas corpus*, um mandado de segurança, etc.

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos possam ser cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

Gráfico 5.46 – Classes mais demandadas na Justiça do Trabalho (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	2.148.471 (69,40%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recursos Trabalhistas	644.947 (20,83%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	120.743 (3,90%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	99.365 (3,21%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Embargos	18.301 (0,59%)
6. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	13.937 (0,45%)
7. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Precatório	9.371 (0,30%)
8. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Requisição de Pequeno Valor	9.177 (0,30%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	4.789 (0,15%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	4.191 (0,14%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	4.128 (0,13%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Processo de Execução Trabalhista	3.568 (0,12%)
13. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Consulta	3.193 (0,10%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	2.689 (0,09%)
15. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Pedido de Providências	1.616 (0,05%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Protesto	1.363 (0,04%)
17. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Arresto	1.101 (0,04%)
18. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Correição Parcial ou Reclamação Correicional	814 (0,03%)
19. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	802 (0,03%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Exibição	731 (0,02%)

Gráfico 5.47 – Classes mais demandadas na Justiça do Trabalho no 2º Grau (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Recursos/Recursos Trabalhistas	644.883 (85,61%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Recursos/Embargos	52.667 (6,99%)
3. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Processo Administrativo	13.937 (1,85%)
4. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Precatório	9.371 (1,24%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	9.361 (1,24%)
6. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Requisição de Pequeno Valor	9.177 (1,22%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Outros Procedimentos/Cartas	3.972 (0,53%)
8. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Consulta	3.193 (0,42%)
9. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Pedido de Providências	1.616 (0,21%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Processo Cautelar/Cautelar Inominada	1.357 (0,18%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Outros Procedimentos/Incidentes	1.092 (0,14%)
12. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Correição Parcial ou Reclamação Correicional	814 (0,11%)
13. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Correição Ordinária	587 (0,08%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Processo Cautelar/Protesto	442 (0,06%)
15. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Outros Procedimentos/Atos e expedientes	304 (0,04%)
16. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Recurso Administrativo	134 (0,02%)
17. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Sindicância	93 (0,01%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Recursos/Agravos	80 (0,01%)
19. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Reclamação Disciplinar	60 (0,01%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO	Outros Procedimentos/Incidentes Trabalhistas	59 (0,01%)

Gráfico 5.48 – Classes mais demandadas na Justiça do Trabalho no 1º Grau (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	2.139.110 (91,31%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	116.771 (4,98%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	46.698 (1,99%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Embargos	18.301 (0,78%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	3.887 (0,17%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Processo de Execução Trabalhista	3.568 (0,15%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	3.432 (0,15%)
8. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	3.036 (0,13%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	2.689 (0,11%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Arresto	1.101 (0,05%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Protesto	921 (0,04%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	802 (0,03%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Exibição	731 (0,03%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Notificação	616 (0,03%)
15. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	203 (0,01%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Justificação	188 (0,01%)
17. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Busca e Apreensão	160 (0,01%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Interpelação	92 (0,00%)
19. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Contraprotesto Judicial	72 (0,00%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recursos Trabalhistas	64 (0,00%)

5.8 Gestão e Desempenho da Justiça do Trabalho

5.8.1 Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é um indicador criado pelo Conselho Nacional de Justiça que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais. Trata-se de uma metodologia de análise de eficiência que compara o resultado otimizado com a eficiência de cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados ou DEA, do inglês *Data Envelopment Analysis*, conforme especificado na seção de metodologia.

Em resumo, o método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal. Como insumos, o índice agrega informações sobre o número de processos que ingressaram e o número de processos pendentes, bem como sobre recursos humanos (magistrados, servidores efetivos, requisitados e comissionados, excluídos os cedidos para outros órgãos) e financeiros (despesa total da Justiça excluída a despesa com inativos). Como produto, o índice avalia a quantidade de processos baixados. Ademais, o índice de eficiência é uma medida comparativa entre os tribunais, que, para sua mensuração, é sempre atribuído maior peso ao resultado das unidades que são mais parecidas. Dessa forma, por se tratar de um modelo orientado ao resultado, ponderado aos insumos e ao comparativo entre os tribunais semelhantes, o DEA traz a grande vantagem de produzir um índice sintético capaz de comparar tribunais de magnitudes e estruturas totalmente distintas, ou seja, independentemente do porte dos tribunais.

A aplicação do modelo DEA tem por resultado um percentual que varia de 0 (zero) a 100%, sendo essa a medida de eficiência do tribunal, denominada por IPC-Jus. Quanto maior seu valor, melhor o desempenho da unidade, pois significa que ela foi capaz de produzir mais com menos recursos disponíveis. Os tribunais com melhor resultado são colocados na linha de fronteira e, por consequência, passam a ser considerados eficientes e se tornam a referência do ramo de justiça. Os demais, por sua vez, são comparados com os paradigmas mais semelhantes de forma ponderada. O IPC-Jus do tribunal será simplesmente a proporção do que ele conseguiu produzir em relação à proporção do que ele deveria ter produzido para atingir 100% de eficiência.

Cabe esclarecer, todavia, que ter produtividade de 100% não significa que o tribunal não precisa melhorar, significa apenas que foi capaz de baixar mais processos na comparação com os demais que possuem recursos semelhantes. Assim, esse percentual serve para verificar a capacidade produtiva de cada tribunal e para estimar dados quantitativos sobre o quanto cada tribunal deveria ter aumentado sua produtividade, em termos de processos baixados, para alcançar a eficiência.

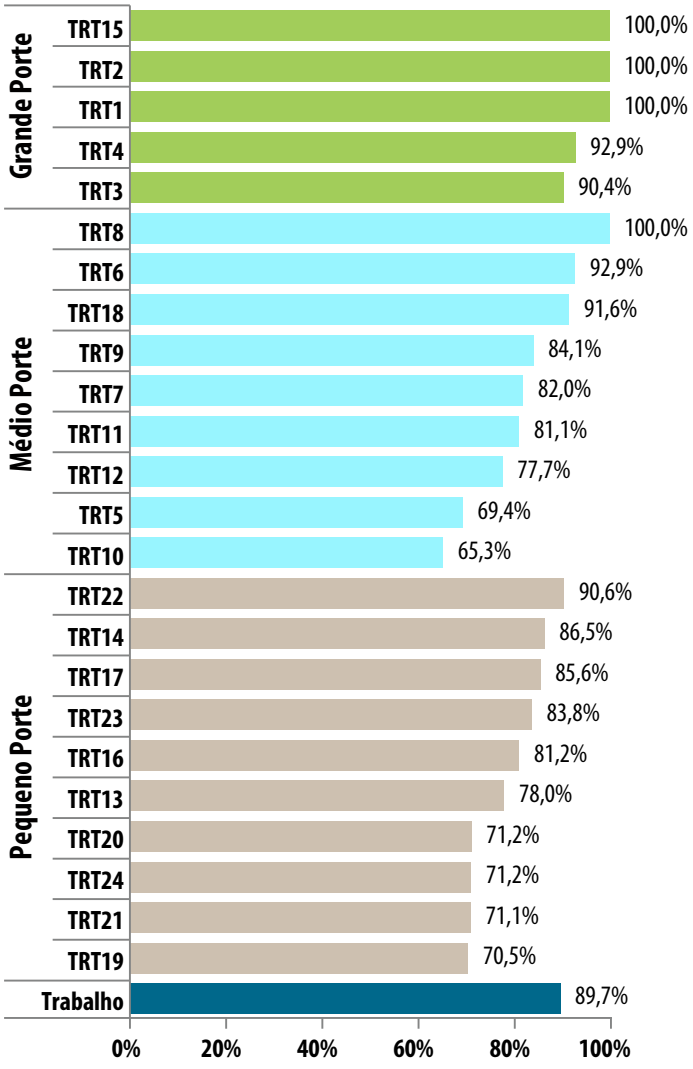
De acordo com o Gráfico 5.49, dentre os tribunais de grande porte, o TRT1, TRT15 e TRT2 aparecem com maiores percentuais, com 100% de eficiência, sendo que, para o último, este percentual tem se mantido durante toda série histórica desde 2009[9]. Nos demais tribunais de grande porte, o TRT4 e o TRT3 alcançaram índices de 92,9% e 90,4%, respectivamente, sendo que o TRT3 atingiu o percentual de 100% no ano de 2011.

Com relação aos tribunais de médio porte, apenas o TRT8 alcançou o indicador máximo, conforme já atingido em 2012. Também o TRT6 (92,9%) e TRT18 (91,6%) se destacam por serem os únicos no grupo, além do TRT8, cujo resultado foi superior ao patamar de 89,7%, índice médio da Justiça do Trabalho. No entanto, estes dois tribunais apresentam valores inferiores aos aferidos no ano passado, sendo que o TRT18 apresentou IPC-Jus de 100% entre os anos de 2009 e 2011. Na outra ponta, o TRT 10 é o tribunal que apresenta o menor IPC-Jus da Justiça do Trabalho (65,3%), seguindo a tendência de queda iniciada em 2011.

Sobre os tribunais de pequeno porte, nenhum deles atingiu eficiência máxima. Em destaque por figurar acima do índice médio da Justiça do Trabalho está o TRT22 (90,6%), apresentando uma melhora de 4,6 pontos percentuais em relação ao ano de 2013. Destaca-se neste grupo o crescimento em 22 pontos percentuais do IPC-Jus do TRT14, o segundo tribunal mais eficiente deste grupo. O menor resultado alcançado no grupo foi no TRT19, com IPC-Jus de 70,5%, tendo diminuído em 17 pontos percentuais com relação ao ano anterior.

9 A série histórica do IPC-Jus poderá ser visualizada nos infográficos de cada tribunal.

Gráfico 5.49 – Resultado do IPC-Jus por Tribunal, segundo o Porte, na Justiça do Trabalho



Para melhor compreensão dos resultados do IPC-Jus sugere-se análise dos gráficos a seguir que fazem o cruzamento, dois a dois, dos principais indicadores de produtividade que influenciam no cálculo da eficiência relativa. Cada um dos indicadores relaciona uma variável de *output* (baixados) com uma de *input*. O gráfico mostra, simultaneamente, 4 dimensões distintas, pois além dos 2 indicadores, também demonstra por meio de símbolo a classificação de cada tribunal em relação ao seu porte associado ao seu tamanho, onde quanto maior for o símbolo, mais eficiente é o tribunal. Maiores descrições sobre a interpretação desse tipo de gráfico podem ser encontradas na seção de metodologia deste relatório.

O Gráfico 5.50 apresenta a relação entre a taxa de congestionamento e a produtividade dos magistrados (IPM), isto é, o percentual de processos que não foram resolvidos no ano de 2014 *versus* o total de processos baixados por magistrado. Nele, pode-se perceber que apenas o TRT1 e TRT2 (grande porte) e o TRT8 (médio porte) constam na fronteira de eficiência. O TRT2 apresentou o maior quantitativo de processos baixados por magistrado da Justiça do Trabalho, enquanto que o TRT8 apresentou a menor taxa de congestionamento. Além disso, note-se que os tribunais presentes no segundo quadrante são aqueles que tiveram melhor desempenho, pois harmonizam alto IPM com baixa taxa de congestionamento. Já os que se encontram no quarto quadrante merecem maior atenção, pois estão em uma posição crítica, tendo em vista que combinam alta taxa de congestionamento com baixo IPM e estão mais distantes da fronteira. A situação mais preocupante é a do TRT 10 (médio porte), que possui o quinto menor IPM da Justiça e a quinta maior taxa de congestionamento.

Com relação à produtividade dos servidores da área judiciária, Gráfico 5.51, há deslocamento das unidades somente no eixo vertical, quando comparados ao gráfico anterior. Verifica-se que o TRT15 se destaca por apresentar a maior produtividade por servidor, alcançando, assim, a fronteira de eficiência.

Por fim, o Gráfico 5.52 pondera a taxa de congestionamento com a despesa total por baixado, descontando-se as despesas relativas ao pessoal inativo, tendo em vista que esta despesa não possui relação com o total de processos baixados. Como o objetivo é minimizar a despesa por processo baixado, houve inversão da linha de fronteira de eficiência em relação aos gráficos anteriores, sendo nesse caso o terceiro quadrante aquele de maior eficiência e o primeiro o de menor eficiência. Nota-se a permanência dos TRTs da 1ª, 15ª e 8ª Regiões na fronteira de eficiência, com o TRT2 bem próximo à curva. Além desses tribunais, ressaltem-se ainda os TRTs da 3ª e 4ª Regiões (grande porte), os TRTs da 6ª, 9ª e 18ª Regiões (médio porte) e o TRT22 (pequeno porte), que se encontram no quadrante de maior eficiência. Com destaque negativo, encontram-se os TRTs da 5ª, 10ª e 12ª Regiões (médio porte) e os TRTs da 20ª e 24ª Regiões (pequeno porte).

Gráfico 5.50 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Magistrados

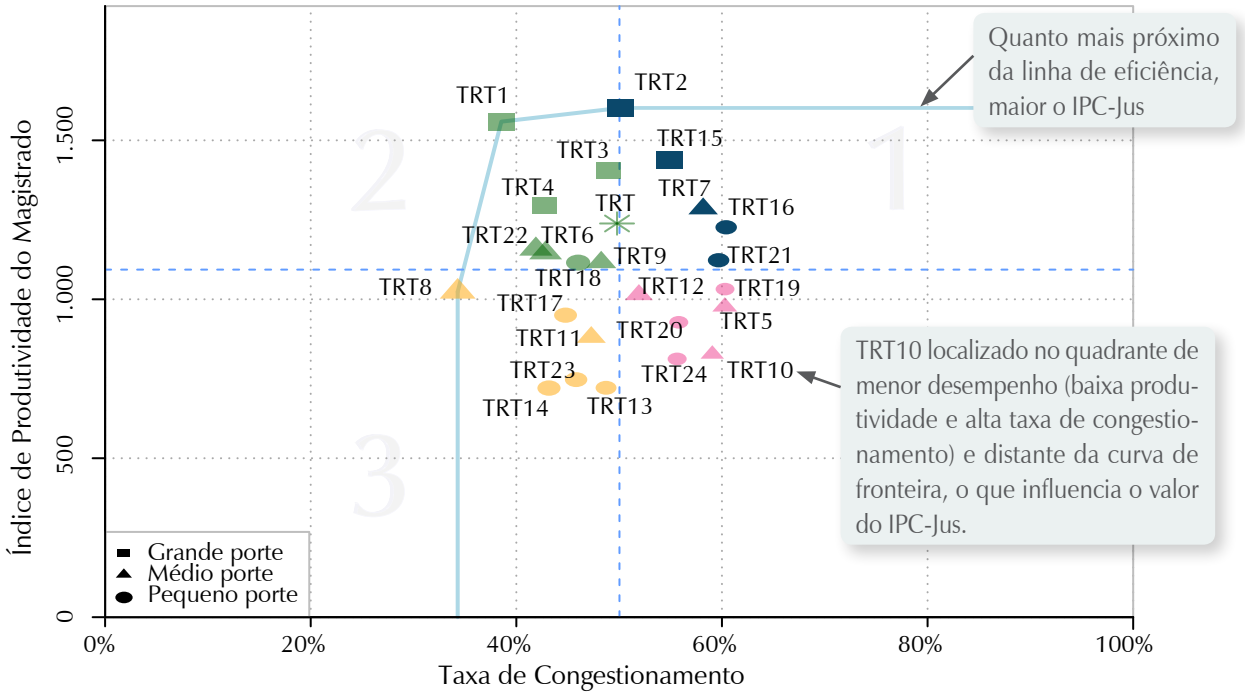
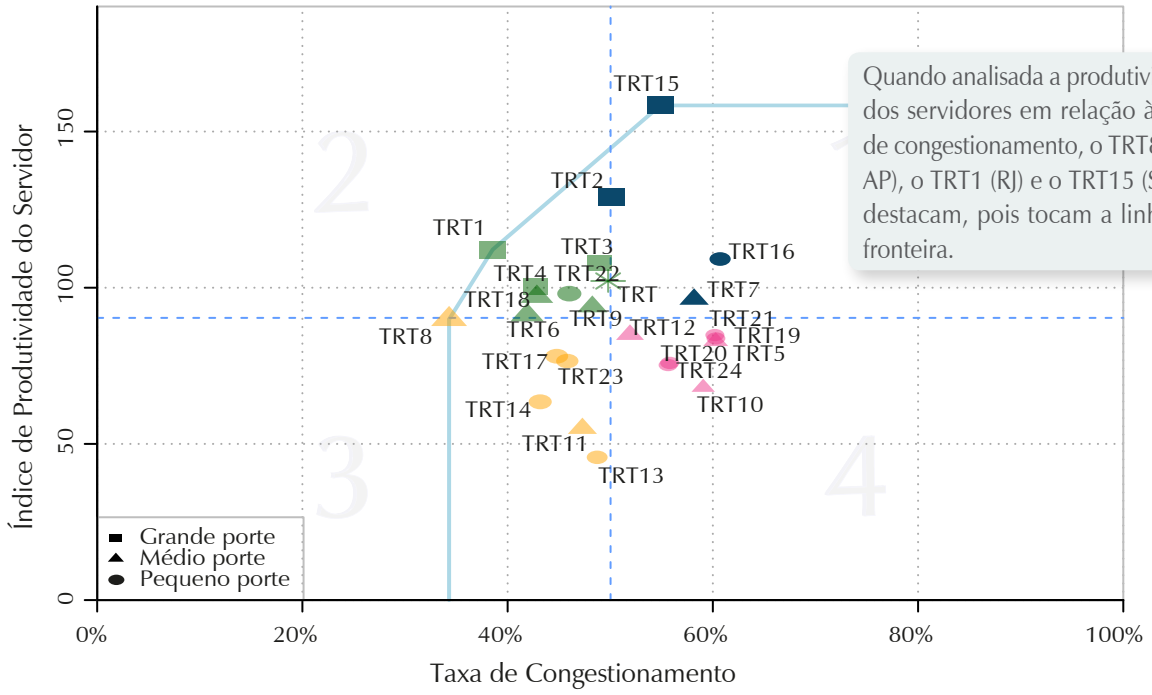
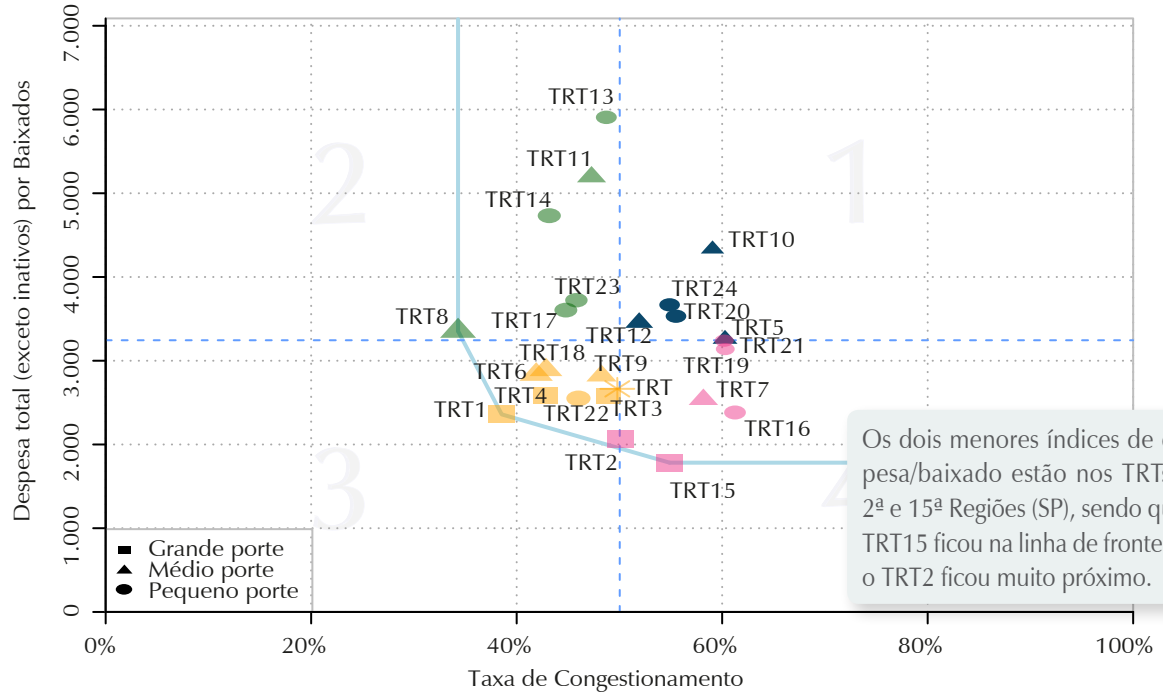


Gráfico 5.51 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Servidores



Quando analisada a produtividade dos servidores em relação à taxa de congestionamento, o TRT8 (PA/AP), o TRT1 (RJ) e o TRT15 (SP) se destacam, pois tocam a linha de fronteira.

Gráfico 5.52 – Taxa de Congestionamento x Despesa Total (exceto inativos) por Processos Baixados



Os dois menores índices de despesa/baixado estão nos TRTs da 2ª e 15ª Regiões (SP), sendo que o TRT15 ficou na linha de fronteira e o TRT2 ficou muito próximo.

5.8.2 Análises de Cenário

Um dos resultados obtidos com base na aplicação do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus) consiste na mensuração de quanto o tribunal deveria ter baixado em número de processos para que, em 2014, pudesse alcançar a eficiência máxima. Dessa forma, esta seção destina-se a apresentar o resultado obtido e a simulação com os principais indicadores de desempenho, partindo-se da hipótese de que todos os tribunais são eficientes e alcançam 100% no IPC-Jus. Tal hipótese considera que todos os tribunais são homogêneos no sentido que são aptos a produzir proporcionalmente aos seus próprios insumos. Trata-se de uma situação ideal, pois significaria que todos os tribunais possuem produtividade semelhante, ponderada ao seu próprio porte.

Cabe lembrar que pela metodologia, um tribunal é considerado eficiente porque em relação aos demais conseguiu produzir mais com menos recursos. Entretanto, tal enquadramento não significa que o tribunal que atinja seu máximo de produção não tenha como aperfeiçoar mais seu desempenho. Mesmo os tribunais que atingiram o percentual máximo devem considerar a necessidade de aprimoramentos, já que o volume de processos que tramita na Justiça do Trabalho é significativo e o julgamento e a baixa dos processos de forma célere são pressupostos constitucionais para a prestação jurisdicional justa. Dessa forma, na simulação apresentada a seguir, não significa, por exemplo, que a taxa de 55% de congestionamento aferida no TRT15 seja satisfatória, mas sim que, em relação aos demais tribunais e aos seus insumos, o tribunal baixou comparativamente alto quantitativo de processos. Se todos os tribunais conseguirem baixar significativamente a cada ano mais processos, o ótimo alcançado pela curva de eficiência se tornará cada vez mais próxima do ótimo subjetivo, que seria, de fato, um patamar mais satisfatório de taxas de congestionamento para o Poder Judiciário.

O comparativo será produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS)[10] e na Taxa de Congestionamento (TC), ou seja, caso o tribunal tivesse atingido aquela produtividade por magistrado constante no Gráfico 5.53 ou por servidor, constante no Gráfico 5.54, seu IPC-Jus seria de 100% e, como consequência, a taxa de congestionamento seria conforme observado no Gráfico 5.55.

Apesar de o baixado ideal variar na série histórica, tendo em vista que o IPC-Jus é um índice de eficiência relativa e depende dos dados dos demais tribunais, a maior parte dos tribunais (13) apresentou valor de referência, no ano de 2014, igual ou superior aos índices de anos anteriores. Oito tribunais já atingiram índice de 100% desde o ano de 2009.

Os Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e 15ª Regiões, ambos localizados em São Paulo, se destacam por apresentarem os maiores índices de produtividade dos magistrados (IPM) e dos servidores da área judiciária (IPS-Jud). Já o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região atingiu o IPC-Jus de 100% com a menor taxa de congestionamento da Justiça Trabalhista, sendo que os casos pendentes no início do ano de 2014 representavam apenas 48% do total de processos baixados por este tribunal no ano, ou seja, tal quantitativo permitiria que o tribunal baixasse todo o estoque em menos de 6 meses, desconsiderando a entrada de casos novos.

10 Nesta situação hipotética a lotação do servidor não é considerada, ou seja, são computados tanto os servidores da área judiciária quanto os servidores da área administrativa.

Gráfico 5.53 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%.

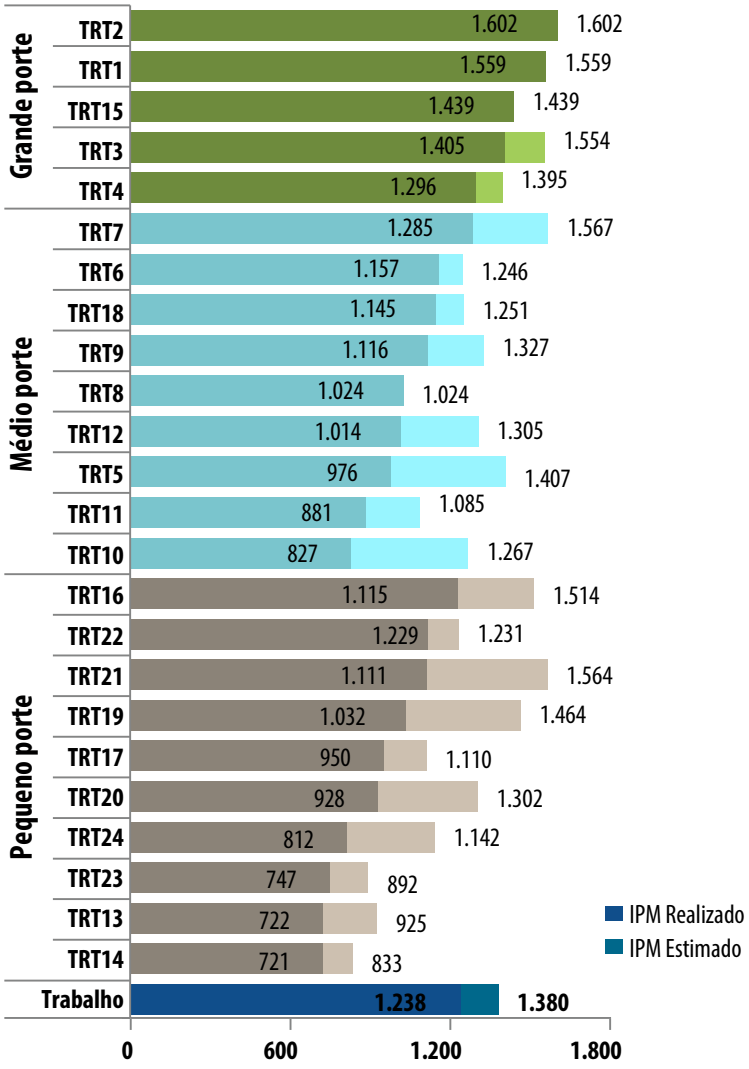


Gráfico 5.54 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%.

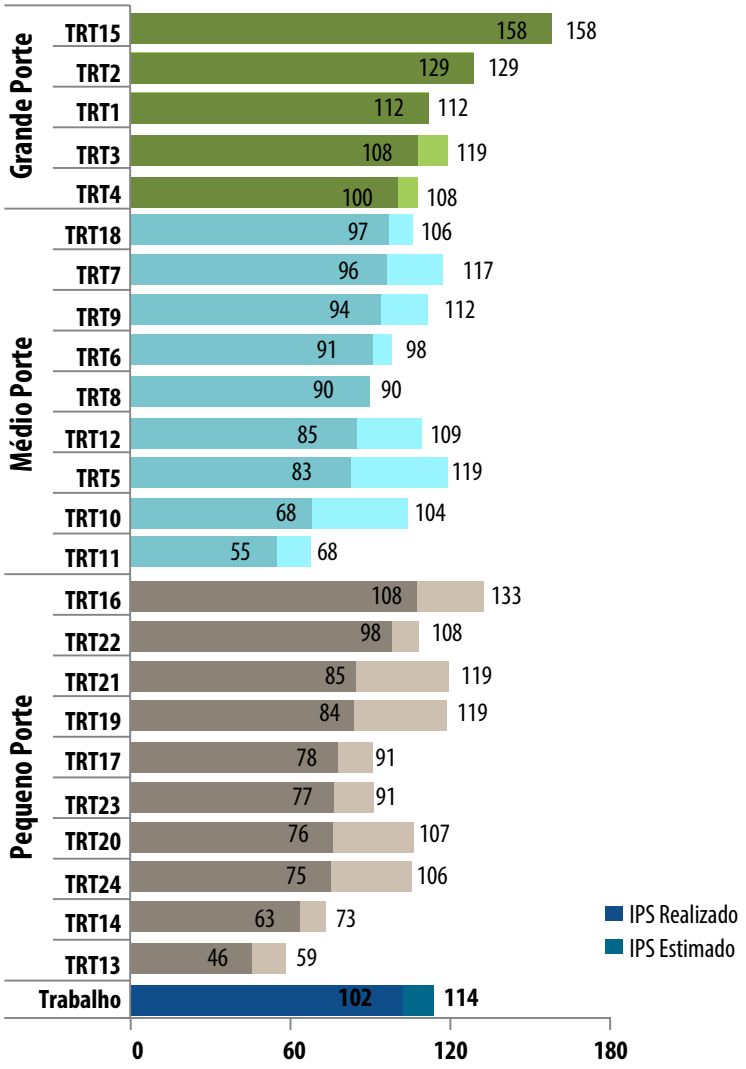
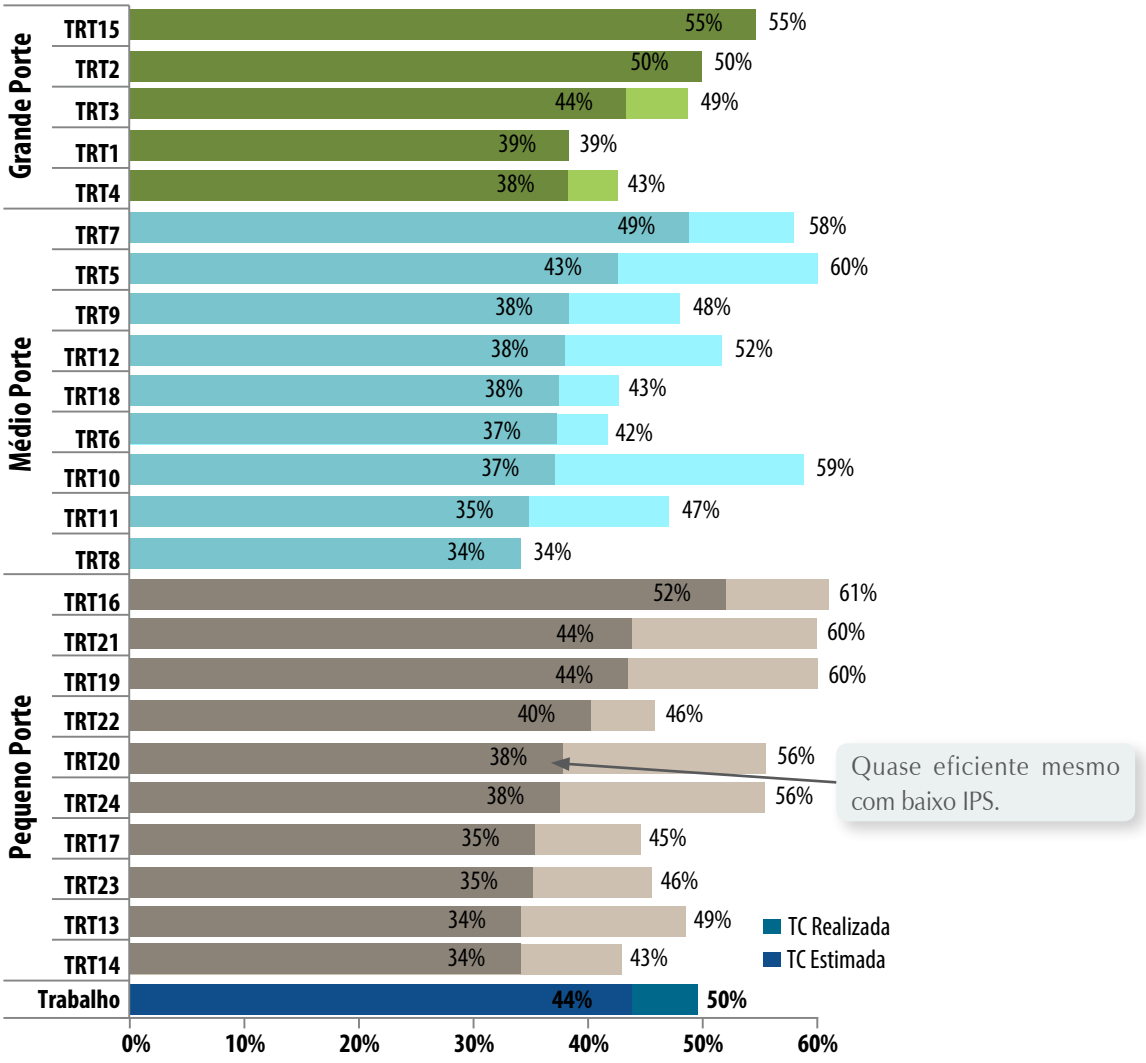


Gráfico 5.55 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%.



5.9 Síntese da Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho, formada por 24 Tribunais Regionais do Trabalho e por 1.564 Varas do Trabalho, recebeu, apenas no ano de 2014, quase 4 milhões de processos. Tal quantitativo obteve aumento crescente de 16% nos casos novos entre os anos de 2009 a 2014. Somente no ano de 2014, esse crescimento foi de 0,8%. Mesmo com 4,2 milhões de processos baixados – o que representa 105,5% em relação ao número de casos novos; há 4,4 milhões de casos pendentes, em ascensão ano após ano, acumulando crescimento de 37,3% no sexênio. Nesse sentido, a taxa de congestionamento vem se mantendo estável, por volta dos 50%. De forma semelhante aos demais ramos de justiça, a primeira instância responde pela maior parte dos processos em tramitação com 84% de casos novos e 92% de casos pendentes. Ao mesmo tempo, nessa instância apresentam-se também os maiores indicadores de produtividade, considerando que nela houve 85% de processos baixados e 81% das sentenças em toda a Justiça do Trabalho no ano de 2014.

Os investimentos na estrutura deste ramo de justiça avançaram com uma despesa de R$ 14 bilhões, um corpo de 3.400 magistrados e 55.325 trabalhadores[11] em atuação, tais valores registraram aumento de 3,9%[12], 6,7% e 22%,4, entre os anos de 2009 a 2014, respectivamente. Apesar do crescimento no número de magistrados e servidores/trabalhadores, há 2 juízes por cem mil habitantes e 27 servidores por cem mil habitantes na Justiça Trabalhista. Além disso, verifica-se uma sobrecarga de trabalho entre os servidores que atuam na primeira instância em razão do maior número de casos novos e pendentes – somado ao fato de que há, na área judiciária, 16 servidores da área judiciária por magistrado no 2º grau, mas 8 servidores da área judiciária por magistrado na 1ª instância. Em que pese essas desproporções de distribuição de servidores entre os graus de jurisdição e a maior carga de trabalho na 1ª instância, existem 1.428 vagas a serem preenchidas por este segmento profissional. Já entre os magistrados, há 412 cargos vagos. Se essas vagas fossem ocupadas, seguramente seriam observados mais resultados positivos quanto à produtividade.

O aumento de 1,4% nas despesas entre os anos de 2013 e de 2014 deveu-se fundamentalmente aos gastos com recursos humanos que subiram 2,2%, abarcando 93,5% do total das despesas. Já no que se refere aos demais gastos, houve redução de 9,1%, apesar do crescimento de 4,9% em aquisições e contratos na área de Tecnologia da Informação, os quais registraram variação de 7,9 milhões em 2014.

No decorrer no ano de 2014 foram proferidas 4,1 milhões de sentenças e decisões. Ao correlacionar tal informação com os 3.400 magistrados em atividade jurisdicional, obtém-se uma média de 1.193 sentenças ao ano. Além disso, o número de processos baixados vem aumentando continuamente com crescimento de 6,2% no último ano e 26,3% de 2009 até 2014. É relevante acrescentar o fato de que os juízes e os desembargadores vêm melhorando o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o qual registrou aumento de 5,3% no último ano e 18,3% no último sexênio. Os servidores também vêm se empenhando no aumento do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud), o qual cresceu em 5,7% no ano de 2014 e 10,3% entre 2009 e 2014. Contudo, analisando os dados sobre as taxas de congestionamento, verifica-se que na 1ª instância há uma média de 52% de processos aguardando próximos encaminhamentos; já no 2º grau este valor é de 37%. Na 1ª instância há 42% de congestionamento na fase de conhecimento e de 66% na de execução.

Outro aspecto relevante refere-se ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a relação dos baixados com os casos novos. O IAD é de 105,5% na Justiça do Trabalho, mas considere-se que na fase de execução do 1º grau o indicador alcançou 121%, enquanto que no conhecimento, 103%.

As comparações de dados aqui produzidas devem ser feitas com toda a atenção, tendo em vista as diferenças regionais e territoriais vivenciadas por cada Tribunal Regional do Trabalho. Em razão disso, a técnica utilizada neste relatório para análise da eficiência relativa (DEA), pelo denominado Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus), é capaz de comparar os diferentes TRTs, pois mede quanto cada tribunal deveria baixar em número de processos, de forma ponderada aos recursos existentes. A produtividade dos tribunais constitui um dos maiores focos da Justiça brasileira na busca por reduzir o congestionamento dos tribunais.

Nesse sentido, constata-se que os TRTs da 2ª, da 15ª e da 1ª Regiões, como tribunais de grande porte, alcançaram os melhores Índices de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus), todos com 100% de eficiência relativa, sendo que o único tribunal de pequeno/médio porte que também atingiu 100% no IPC-Jus foi o TRT da 8ª (PA/AP). Já os menores índices de eficiência foram

11 Computada a força de trabalho auxiliar, composta por terceirizados e estagiários.

12 Para cálculo da variação das despesas, considera-se os valores corrigidos monetariamente pelo IPCA de Dez/2014.

apresentados por dois tribunais de médio porte (TRT 10ª Região, 65% e TRT 5ª Região, 69%). Dentre os 9 tribunais de pequeno porte, 4 compartilharam o menor resultado de IPC-Jus, todos com 71% (TRT 21, TRT 19, TRT 24 e TRT 20).

Por fim, é importante registrar que a Justiça do Trabalho vem aumentando o número de processos baixados desde 2009, o que auxilia o alcance de bons resultados no Índice de Atendimento à Demanda (IAD). Verifica-se que 19 dos 24 TRTs alcançaram mais de 100% de IAD em pelo menos uma das instâncias. Conclui-se que este ramo de justiça vem promovendo constantes esforços para melhorar seus indicadores de produtividade, e, assim, vem promovendo continuamente o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional em direção à razoável duração do processo.

5.10 Infográficos por Tribunal

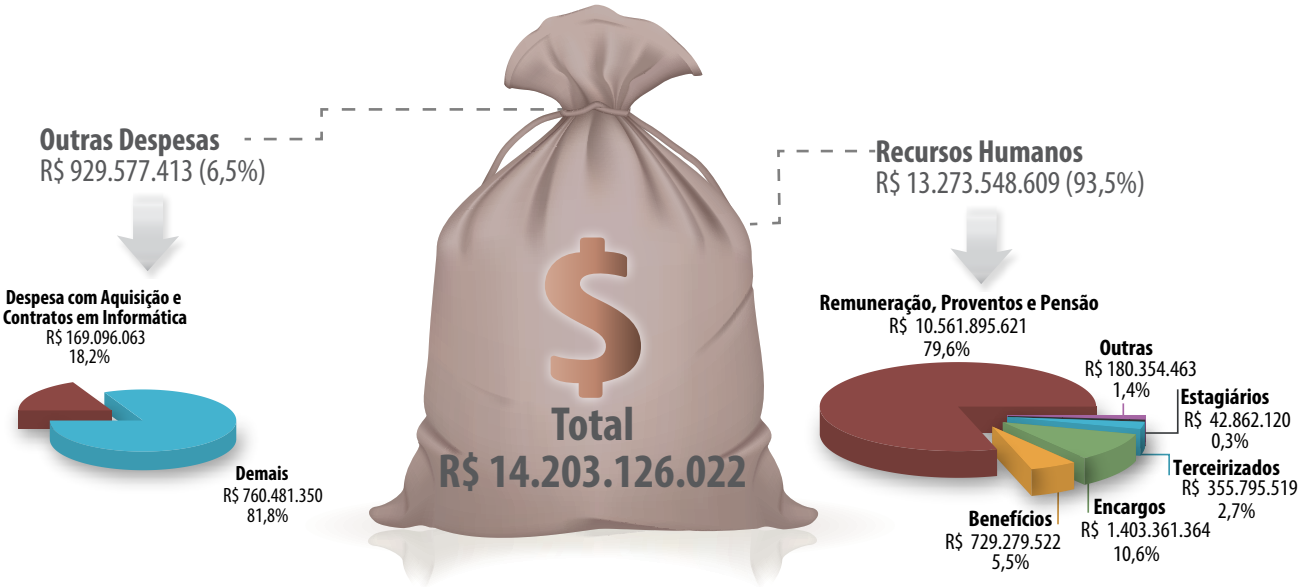
Os infográficos da Justiça do Trabalho contém dados de despesas, força de trabalho e informações sobre litigiosidade, com os quantitativos de processos ingressados, julgados, baixados e estoque, segregados entre processos de conhecimento e de execução. Também estão dispostos indicadores de desempenho do tribunal e indicadores de produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária. Os dados de litigiosidade estão segregados por instância, quais sejam: 2º grau e 1º grau.

Apresenta-se, ainda, o resultado do Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) na série histórica do tribunal, bem como sua posição em *ranking* em relação aos quatro tribunais de mesmo porte em posições mais similares.

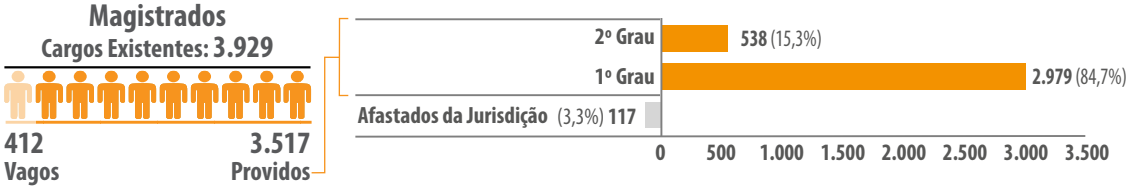
Por fim, apresenta-se os dez assuntos mais recorrentes, relativo aos processos ingressados no curso do ano de 2014 em cada tribunal. Neste quesito, é oportuno esclarecer que um mesmo processo pode ter vários assuntos, e que, neste caso, todos são contados, razão pela qual, tais valores distinguem-se do total de casos novos.

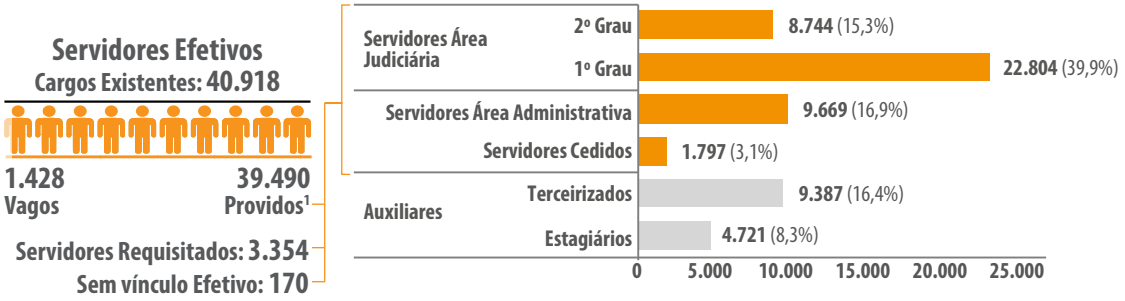
Justiça do Trabalho

Despesas



Força de Trabalho

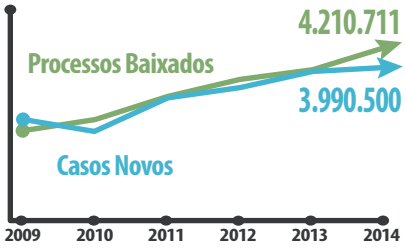


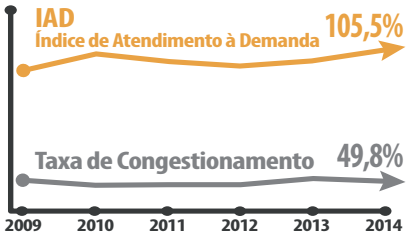


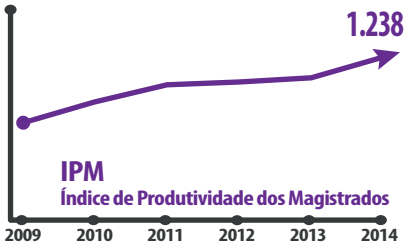
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

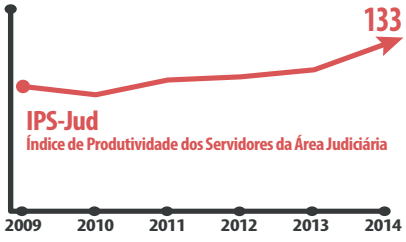
Litigiosidade

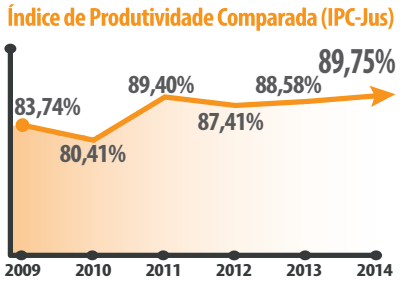
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	655.767	3.334.733	**3.990.500**	↑ 0,8%
Conhecimento	-	2.498.224	**2.498.224**	↑ 1,7%
Execução	-	836.509	**836.509**	↓ -1,9%
Julgados	771.743	3.284.319	**4.056.062**	↑ 1,6%
Conhecimento	-	2.371.312	**2.371.312**	↑ 2,3%
Execução	-	913.007	**913.007**	↑ 2,2%
Baixados	631.242	3.579.469	**4.210.711**	↑ 6,2%
Conhecimento	-	2.571.243	**2.571.243**	↑ 6,6%
Execução	-	1.008.226	**1.008.226**	↑ 11,8%
Estoque	342.337	4.054.253	**4.396.590**	↑ 11,2%
Conhecimento	-	1.911.088	**1.911.088**	↑ 14,7%
Execução	-	2.143.165	**2.143.165**	↑ 7,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	96,3%	107,3%	**105,5%**	↑ 5,41p.p.
Conhecimento	-	102,9%	**102,9%**	↑ 4,71p.p.
Execução	-	120,5%	**120,5%**	↑ 14,71p.p.
Taxa Congest.	36,8%	51,6%	**49,8%**	↓ -0,11p.p.
Conhecimento	-	41,7%	**41,7%**	↑ 0,22p.p.
Execução	-	66,2%	**66,2%**	↓ -2,17p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.219	886	**939**	↑ 1,5%
Carga de Trab.	2.190	2.778	**2.685**	↑ 4,3%
Proc. Julgados	1.434	1.148	**1.193**	↑ 0,7%
IPM (Baixados)	1.173	1.251	**1.238**	↑ 5,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	75	111	**101**	↑ 1,9%
Carga de Trab.	135	349	**289**	↑ 4,7%
IPS-Jud (Baixados)	72	157	**133**	↑ 5,7%









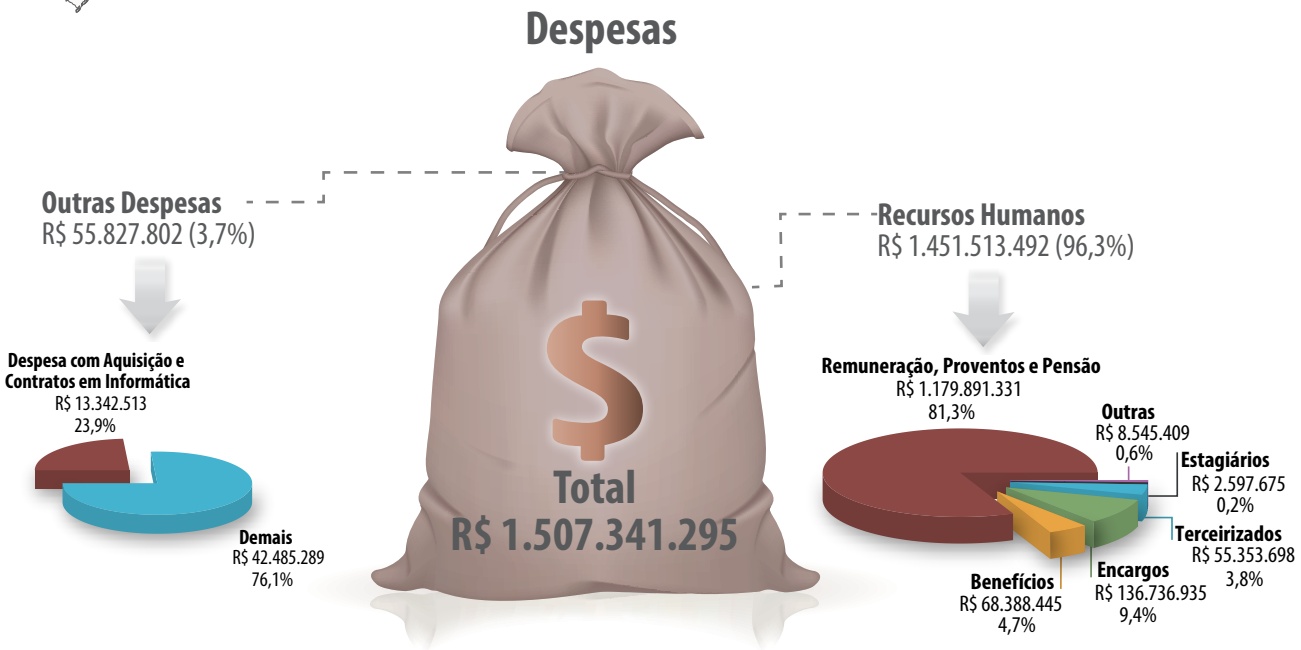


Assuntos mais recorrentes

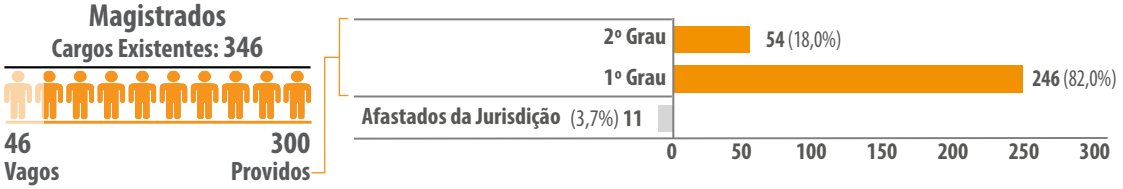
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	5.258.269
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	672.738
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	665.833
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	665.594
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	464.975
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	293.019
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	247.376
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização	200.911
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	189.556
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	183.812

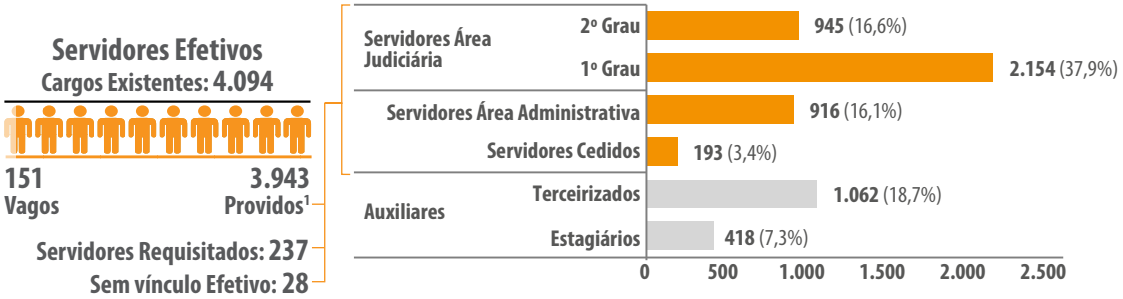
Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região (RJ)

Despesas



Força de Trabalho

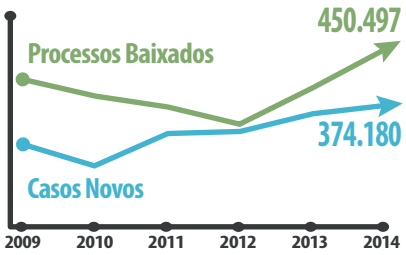


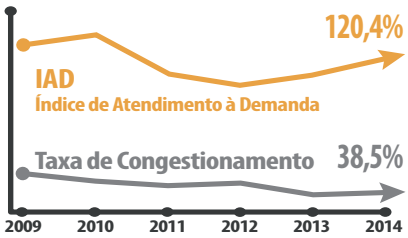


1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	62.462	311.718	**374.180**	↑ 3,6%
Conhecimento	-	243.965	**243.965**	↑ 3,4%
Execução	-	67.753	**67.753**	↑ 7,0%
Julgados	76.733	307.392	**384.125**	↓ -0,7%
Conhecimento	-	230.566	**230.566**	↑ 4,1%
Execução	-	76.826	**76.826**	↓ -4,7%
Baixados	58.527	391.970	**450.497**	↑ 13,3%
Conhecimento	-	297.472	**297.472**	↑ 19,8%
Execução	-	94.498	**94.498**	↑ 5,1%
Estoque	44.578	314.290	**358.868**	↑ 33,8%
Conhecimento	-	164.504	**164.504**	↑ 15,0%
Execução	-	149.786	**149.786**	↑ 64,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	93,7%	125,7%	**120,4%**	↑ 10,29p.p.
Conhecimento	-	121,9%	**121,9%**	↑ 16,69p.p.
Execução	-	139,5%	**139,5%**	↓ -2,54p.p.
Taxa Congest.	45,3%	37,4%	**38,5%**	↑ 1,73p.p.
Conhecimento	-	27,2%	**27,2%**	↓ -7,31p.p.
Execução	-	56,6%	**56,6%**	↑ 14,79p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.157	1.044	**1.065**	↑ 1,5%
Carga de Trab.	2.320	2.967	**2.846**	↑ 12,1%
Proc. Julgados	1.421	1.308	**1.329**	↓ -2,1%
IPM (Baixados)	1.084	1.668	**1.559**	↑ 11,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	66	114	**99**	↑ 1,8%
Carga de Trab.	133	324	**265**	↑ 12,5%
IPS-Jud (Baixados)	62	182	**145**	↑ 12,0%

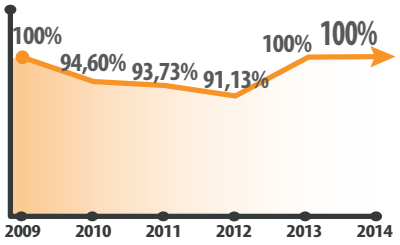


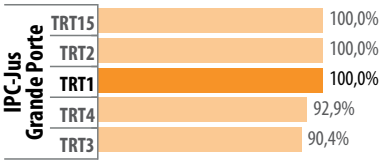


Assuntos mais recorrentes

DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	523.668
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	90.273
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	80.646
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	63.112
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	36.828
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	23.782
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	20.482
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	15.889
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	15.873
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Descontos Salariais - Devolução	13.316

Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

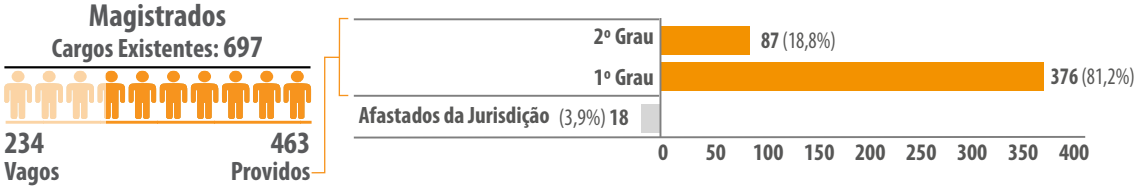


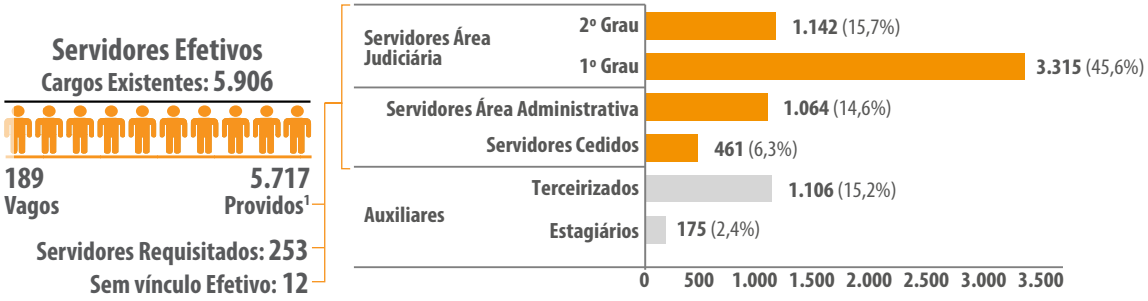


Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região (SP-RM)

Despesas

Força de Trabalho

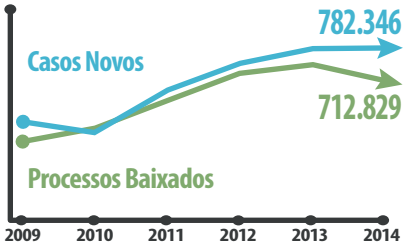


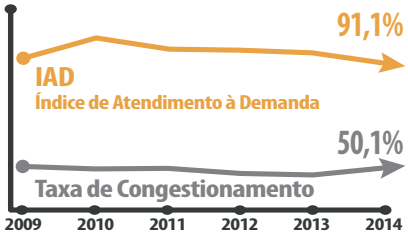


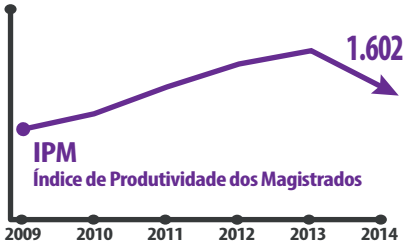
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

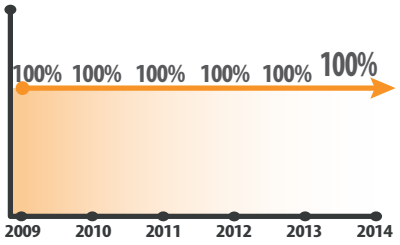
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	104.580	677.766	**782.346**	↑ 0,5%
Conhecimento	-	427.000	**427.000**	↑ 3,2%
Execução	-	250.766	**250.766**	↓ -2,5%
Julgados	93.091	595.887	**688.978**	↓ -7,6%
Conhecimento	-	406.867	**406.867**	↑ 6,3%
Execução	-	189.020	**189.020**	↓ -24,4%
Baixados	93.091	619.738	**712.829**	↓ -4,4%
Conhecimento	-	406.867	**406.867**	↑ 6,3%
Execução	-	212.871	**212.871**	↓ -14,8%
Estoque	27.246	619.790	**647.036**	↑ 5,8%
Conhecimento	-	308.531	**308.531**	↑ 9,2%
Execução	-	311.259	**311.259**	↑ 2,8%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	89,0%	91,4%	**91,1%**	↓ -4,61p.p.
Conhecimento	-	95,3%	**95,3%**	↑ 2,83p.p.
Execução	-	84,9%	**84,9%**	↓ -12,27p.p.
Taxa Congest.	29,4%	52,2%	**50,1%**	↑ 3,74p.p.
Conhecimento	-	44,7%	**44,7%**	↓ -0,37p.p.
Execução	-	62,1%	**62,1%**	↑ 6,75p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.202	1.269	**1.256**	↑ 0,9%
Carga de Trab.	1.876	3.855	**3.468**	↓ -4,4%
Proc. Julgados	1.070	1.664	**1.548**	↓ -13,0%
IPM (Baixados)	1.070	1.731	**1.602**	↓ -10,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	92	137	**125**	↑ 6,7%
Carga de Trab.	143	416	**346**	↑ 1,1%
IPS-Jud (Baixados)	82	187	**160**	↓ -4,8%

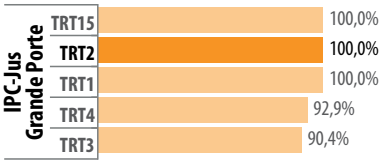






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



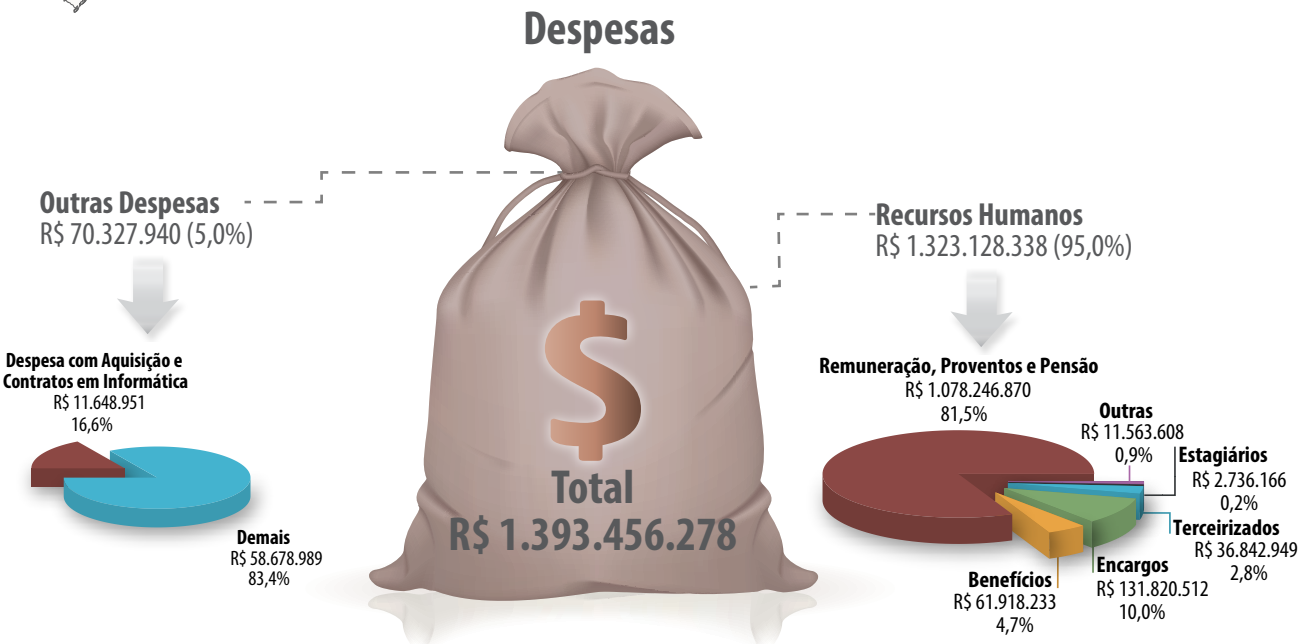


Assuntos mais recorrentes

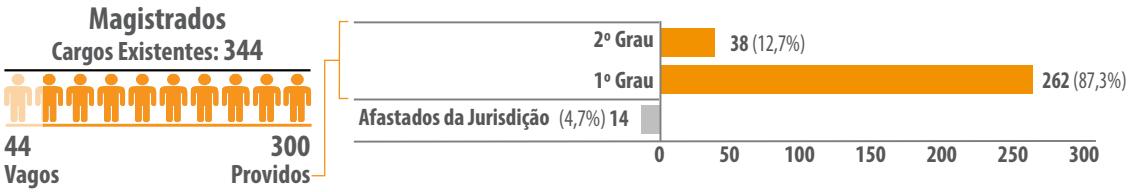
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	1.518.256
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	295.474
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	167.411
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	127.334
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	116.940
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	85.974
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização	71.365
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	58.719
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	50.556
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização	48.712

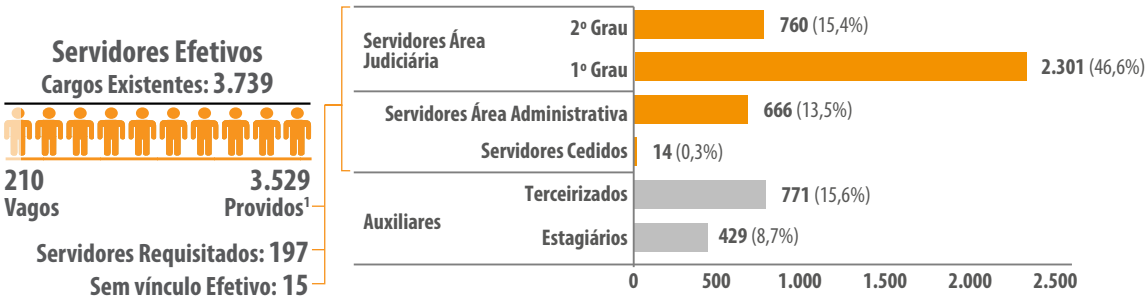
Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região (MG)

Despesas



Força de Trabalho

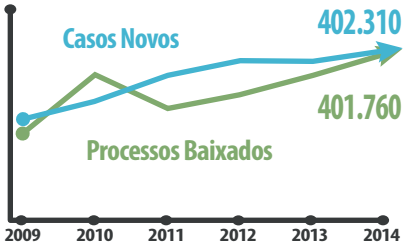


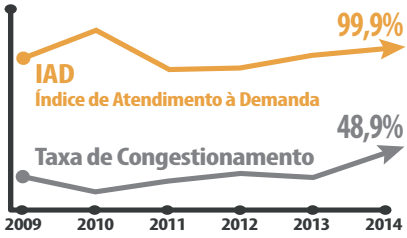


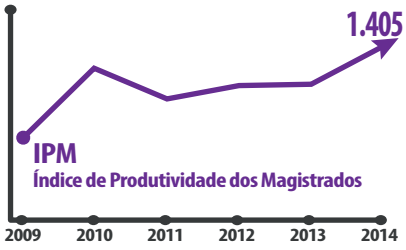
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

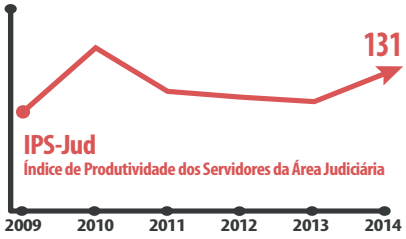
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	76.760	325.550	**402.310**	↑ 3,1%
Conhecimento	-	270.139	**270.139**	↑ 3,0%
Execução	-	55.411	**55.411**	↓ -7,8%
Julgados	102.669	357.360	**460.029**	↑ 7,1%
Conhecimento	-	283.644	**283.644**	↑ 11,5%
Execução	-	73.716	**73.716**	↑ 3,4%
Baixados	64.500	337.260	**401.760**	↑ 7,0%
Conhecimento	-	281.228	**281.228**	↑ 13,6%
Execução	-	56.032	**56.032**	↓ -3,7%
Estoque	25.374	359.057	**384.431**	↑ 80,9%
Conhecimento	-	183.145	**183.145**	↑ 74,6%
Execução	-	175.912	**175.912**	↑ 118,3%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	84,0%	103,6%	**99,9%**	↑ 3,61p.p.
Conhecimento	-	104,1%	**104,1%**	↑ 9,70p.p.
Execução	-	101,1%	**101,1%**	↑ 4,36p.p.
Taxa Congest.	36,8%	50,7%	**48,9%**	↑ 11,26p.p.
Conhecimento	-	38,0%	**38,0%**	↑ 5,40p.p.
Execução	-	75,8%	**75,8%**	↑ 17,12p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	2.020	1.093	**1.216**	↑ 9,9%
Carga de Trab.	3.135	2.952	**2.977**	↑ 33,9%
Proc. Julgados	2.702	1.441	**1.608**	↑ 11,9%
IPM (Baixados)	1.697	1.360	**1.405**	↑ 11,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	101	118	**114**	↑ 6,4%
Carga de Trab.	157	318	**278**	↑ 29,7%
IPS-Jud (Baixados)	85	147	**131**	↑ 8,3%

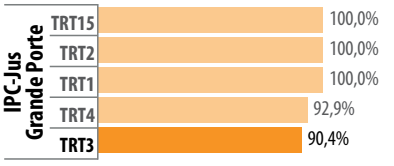








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



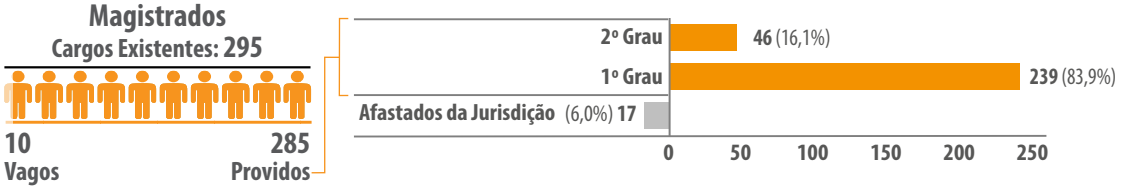
Assuntos mais recorrentes

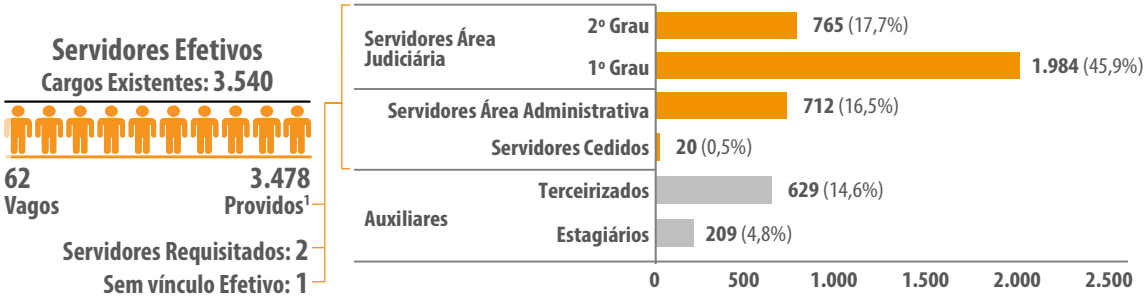
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	361.035
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	64.493
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	43.881
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	39.323
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	16.565
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	12.032
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária/Subsidiária/Tomador de Serviços/Terceirização	12.010
DIREITO DO TRABALHO: Férias	11.489
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária	9.536
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Provas	9.184

Tribunal Regional do Trabalho
4ª Região (RS)

Despesas

Força de Trabalho

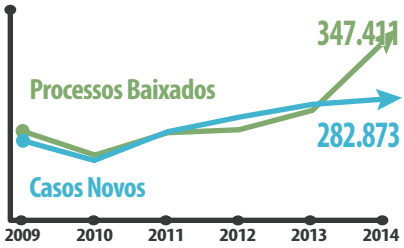


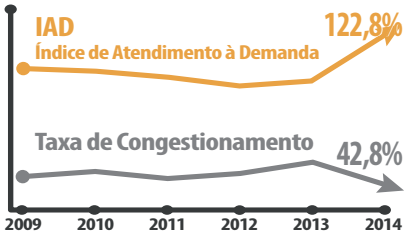


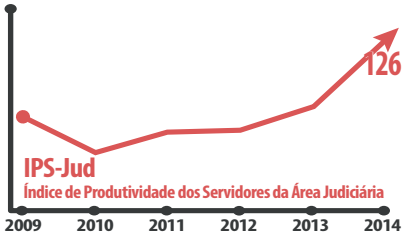
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

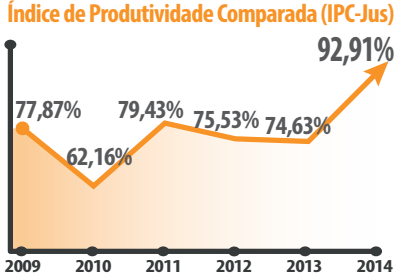
Litigiosidade

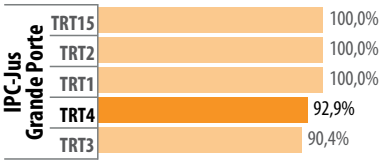
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	59.663	223.210	**282.873**	↑ 1,6%
Conhecimento	-	172.233	**172.233**	↑ 6,4%
Execução	-	50.977	**50.977**	↓ -9,2%
Julgados	83.297	217.249	**300.546**	↓ -1,2%
Conhecimento	-	153.484	**153.484**	↓ -2,6%
Execução	-	63.765	**63.765**	↓ -9,2%
Baixados	61.033	286.378	**347.411**	↑ 27,3%
Conhecimento	-	165.847	**165.847**	↑ 8,4%
Execução	-	120.531	**120.531**	↑ 94,2%
Estoque	33.493	290.571	**324.064**	↓ -0,3%
Conhecimento	-	109.662	**109.662**	↑ 7,4%
Execução	-	180.909	**180.909**	↓ -6,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	102,3%	128,3%	**122,8%**	↑ 24,81p.p.
Conhecimento	-	96,3%	**96,3%**	↑ 1,78p.p.
Execução	-	236,4%	**236,4%**	↑ 125,89p.p.
Taxa Congest.	34,5%	44,3%	**42,8%**	↓ -12,02p.p.
Conhecimento	-	41,2%	**41,2%**	↓ -0,88p.p.
Execução	-	48,0%	**48,0%**	↓ -27,09p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.297	778	**867**	↑ 8,2%
Carga de Trab.	2.341	2.539	**2.505**	↑ 3,3%
Proc. Julgados	1.811	979	**1.121**	↑ 2,5%
IPM (Baixados)	1.327	1.290	**1.296**	↑ 32,1%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	78	87	**85**	↑ 4,6%
Carga de Trab.	141	284	**244**	↓ -0,1%
IPS-Jud (Baixados)	80	144	**126**	↑ 27,7%











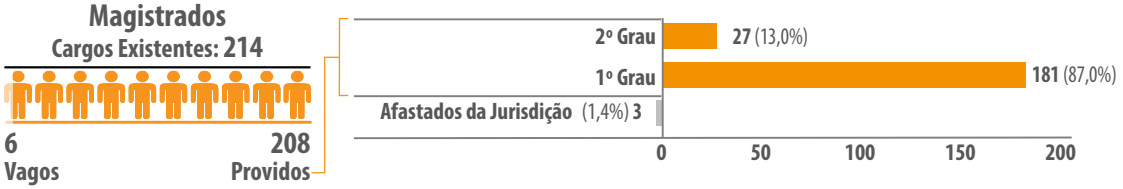
Assuntos mais recorrentes

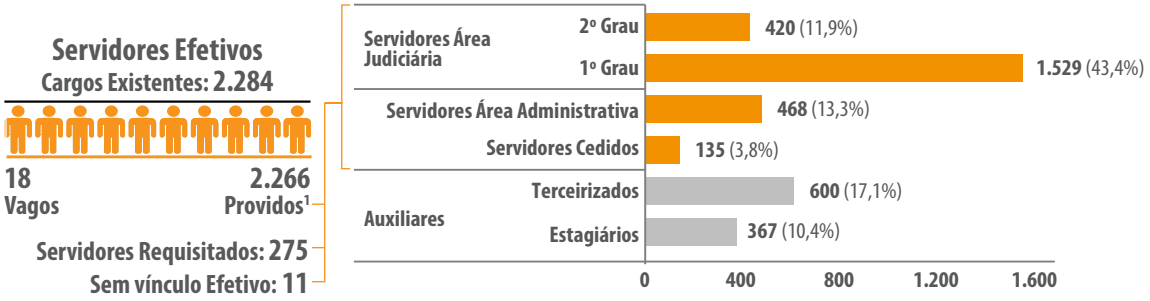
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	616.433
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	105.294
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	99.548
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	84.940
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	72.275
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização	72.062
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	38.464
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	31.795
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	31.106
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	23.058

Tribunal Regional do Trabalho
5ª Região (BA)

Despesas

Força de Trabalho

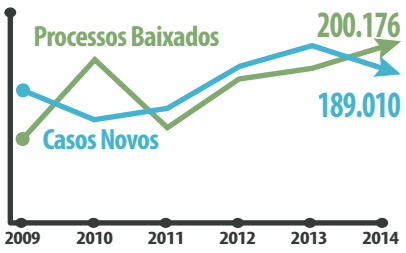


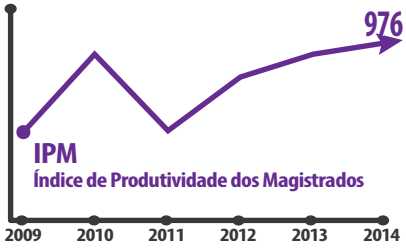


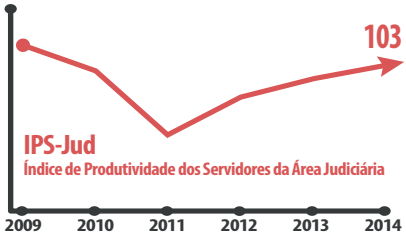
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

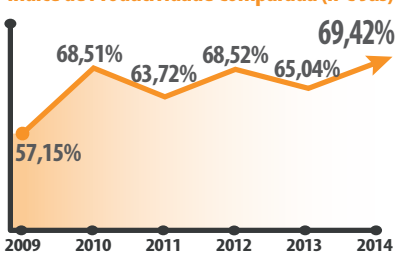
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	37.250	151.760	**189.010**	↓ -6,0%
Conhecimento	-	113.642	**113.642**	↓ -9,9%
Execução	-	38.118	**38.118**	↓ -0,5%
Julgados	46.939	170.193	**217.132**	↑ 6,8%
Conhecimento	-	112.815	**112.815**	↓ -7,2%
Execução	-	57.378	**57.378**	↑ 48,5%
Baixados	37.697	162.479	**200.176**	↑ 5,4%
Conhecimento	-	114.700	**114.700**	↓ -3,8%
Execução	-	47.779	**47.779**	↑ 29,9%
Estoque	25.254	289.668	**314.922**	↓ -0,5%
Conhecimento	-	129.418	**129.418**	↑ 2,7%
Execução	-	160.250	**160.250**	↓ -5,0%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	101,2%	107,1%	**105,9%**	↑ 11,46p.p.
Conhecimento	-	100,9%	**100,9%**	↑ 6,35p.p.
Execução	-	125,3%	**125,3%**	↑ 29,39p.p.
Taxa Congest.	39,7%	63,2%	**60,3%**	↓ -3,03p.p.
Conhecimento	-	52,8%	**52,8%**	↑ 0,11p.p.
Execução	-	75,9%	**75,9%**	↓ -6,33p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.380	641	**739**	↓ -9,9%
Carga de Trab.	2.819	2.779	**2.784**	↓ -5,3%
Proc. Julgados	1.738	956	**1.059**	↑ 3,7%
IPM (Baixados)	1.396	913	**976**	↑ 2,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	89	75	**78**	↓ -8,4%
Carga de Trab.	181	324	**293**	↓ -3,8%
IPS-Jud (Baixados)	90	106	**103**	↑ 3,9%







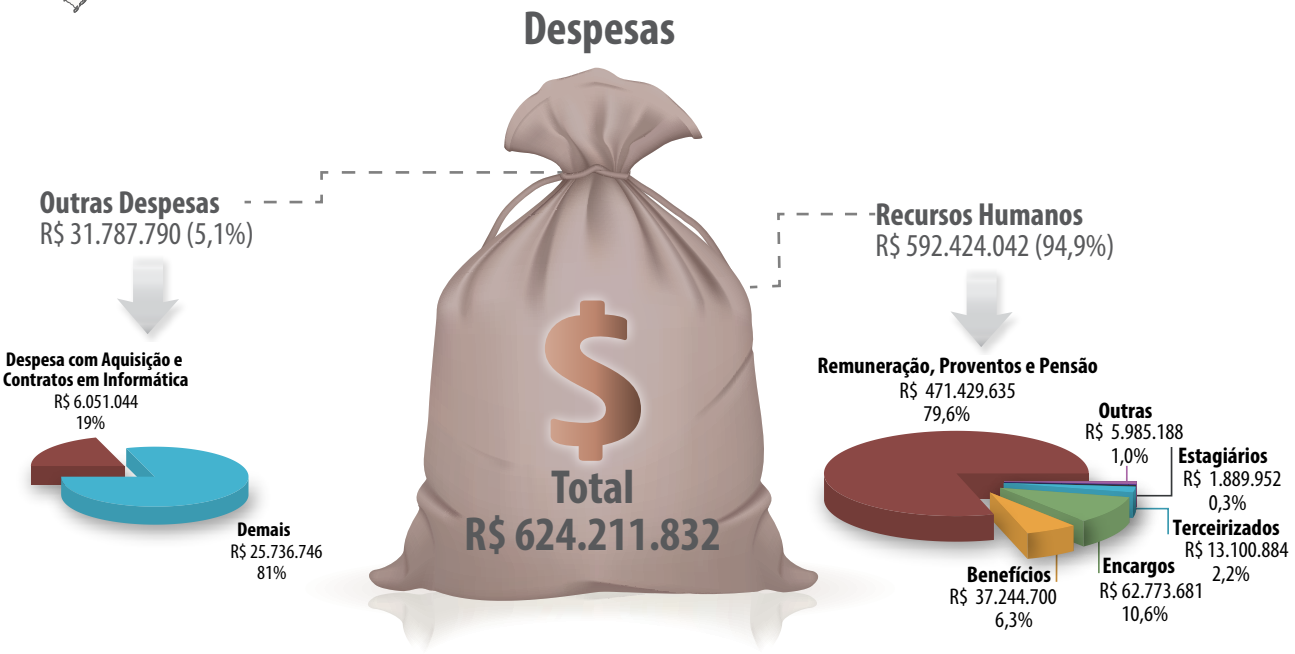


Assuntos mais recorrentes

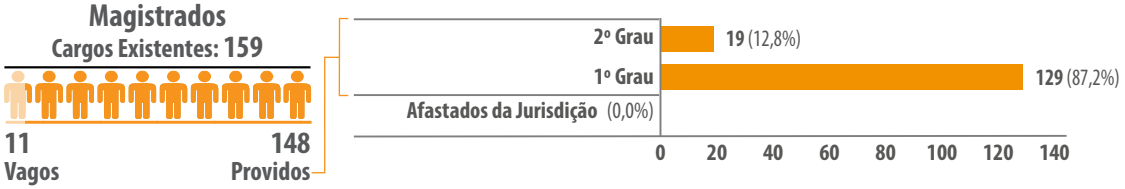
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	73.314
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	10.577
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Recurso	9.951
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	8.767
DIREITO DO TRABALHO: Férias	5.862
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	4.575
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	4.058
DIREITO DO TRABALHO: Outras Relações de Trabalho	3.662
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios	2.100
DIREITO DO TRABALHO: Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho/Aplicabilidade	1.810

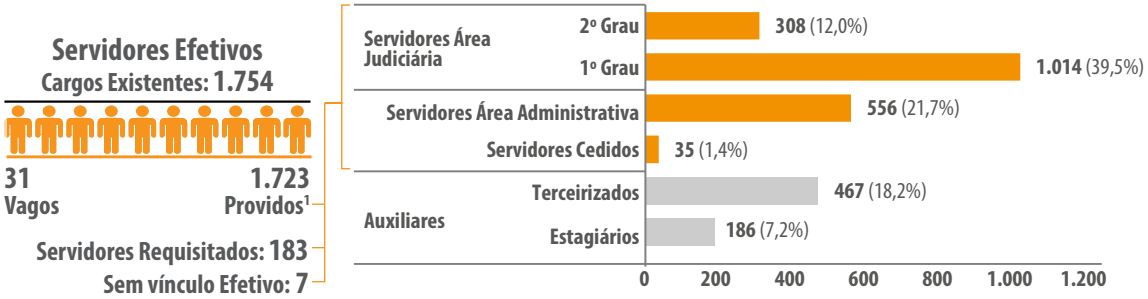
Tribunal Regional do Trabalho
6ª Região (PE)

Despesas



Força de Trabalho

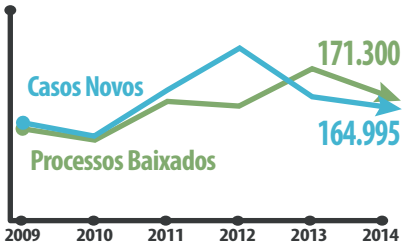


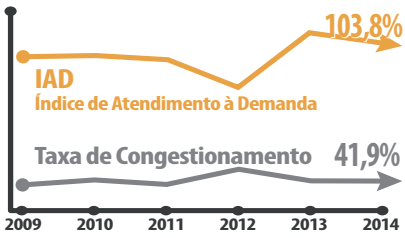


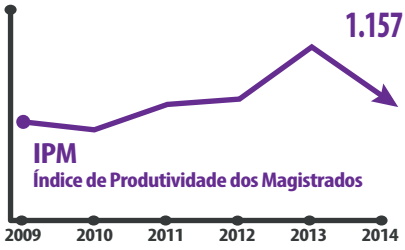
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

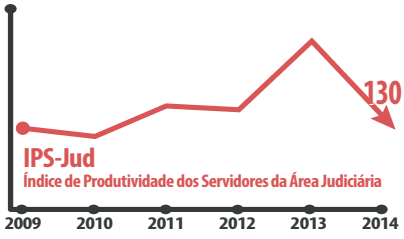
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	20.633	144.362	**164.995**	↓ -3,4%
Conhecimento	-	97.857	**97.857**	↓ -0,1%
Execução	-	46.505	**46.505**	↓ -12,3%
Julgados	21.438	131.298	**152.736**	↓ -11,1%
Conhecimento	-	95.183	**95.183**	↓ -3,9%
Execução	-	36.115	**36.115**	↓ -30,6%
Baixados	21.483	149.817	**171.300**	↓ -6,7%
Conhecimento	-	106.279	**106.279**	↓ -6,0%
Execução	-	43.538	**43.538**	↓ -11,4%
Estoque	3.451	126.392	**129.843**	↓ -9,1%
Conhecimento	-	34.626	**34.626**	↓ -30,4%
Execução	-	91.766	**91.766**	↑ 4,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	104,1%	103,8%	**103,8%**	↓ -3,75p.p.
Conhecimento	-	108,6%	**108,6%**	↓ -6,84p.p.
Execução	-	93,6%	**93,6%**	↑ 0,90p.p.
Taxa Congest.	10,8%	44,7%	**41,9%**	↑ 0,49p.p.
Conhecimento	-	19,8%	**19,8%**	↓ -3,66p.p.
Execução	-	68,5%	**68,5%**	↑ 3,39p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.086	762	**803**	↓ -5,6%
Carga de Trab.	1.528	2.283	**2.186**	↓ -10,7%
Proc. Julgados	1.128	1.018	**1.032**	↓ -16,5%
IPM (Baixados)	1.131	1.161	**1.157**	↓ -12,4%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	67	97	**90**	↓ -16,2%
Carga de Trab.	94	290	**245**	↓ -20,7%
IPS-Jud (Baixados)	70	148	**130**	↓ -22,3%





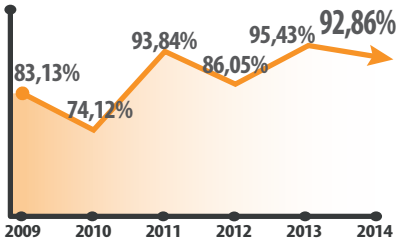




Assuntos mais recorrentes

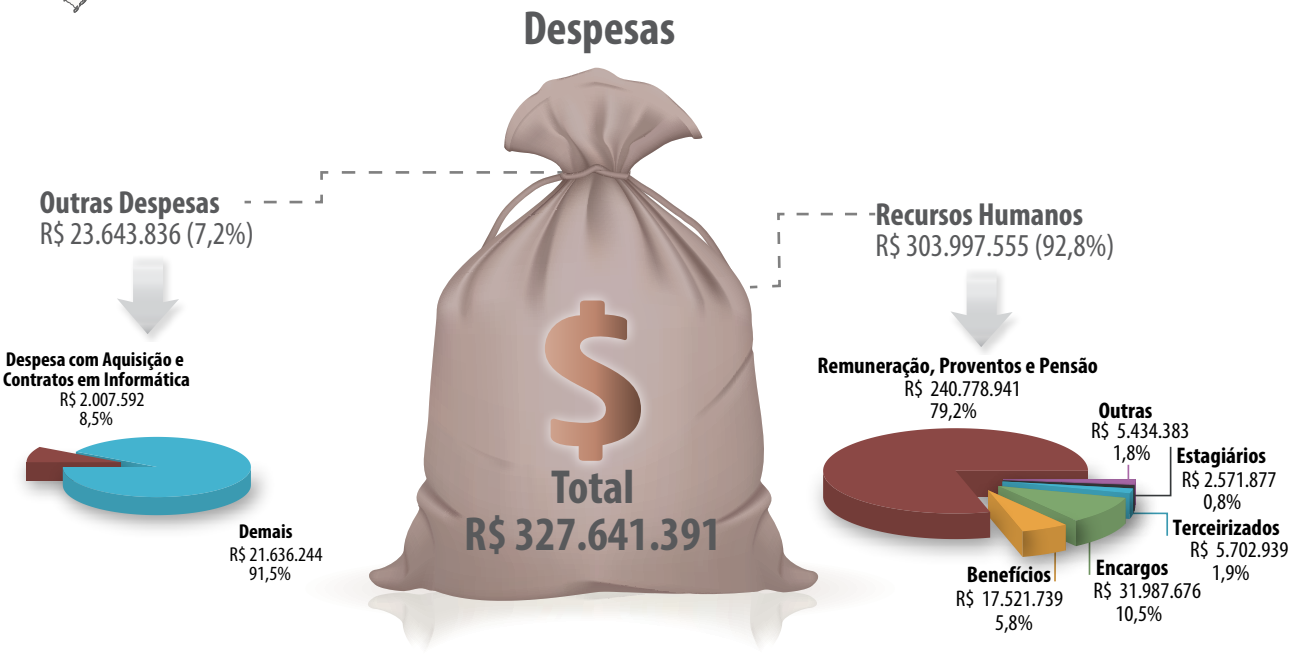
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	168.541
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	17.195
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	10.988
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	9.099
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	7.692
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Levantamento de Valor	5.773
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	5.357
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Sucumbência	4.704
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	3.405
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Abono Pecuniário	3.389

Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

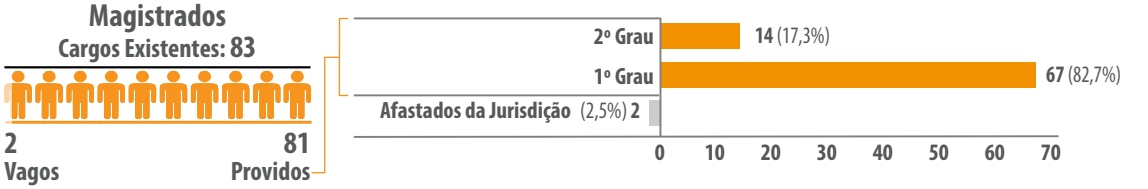


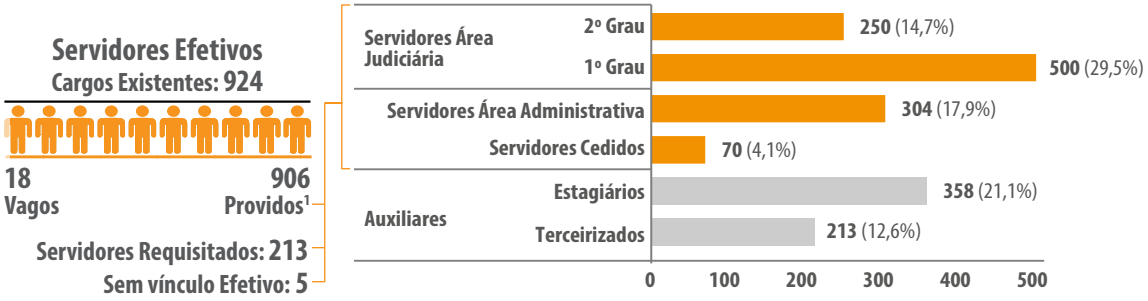
Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região (CE)

Despesas



Força de Trabalho

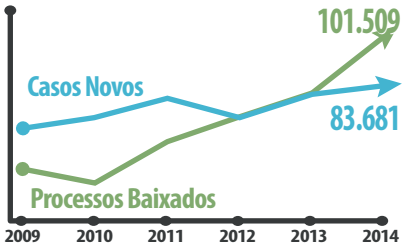


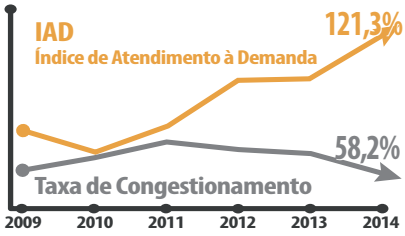


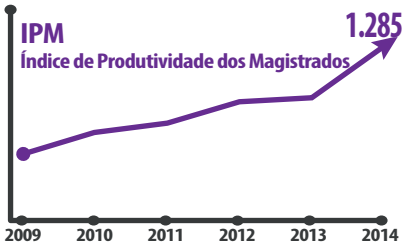
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

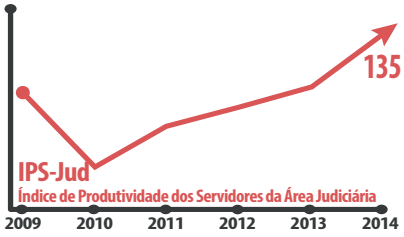
Litigiosidade

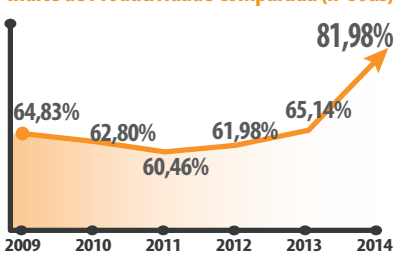
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	10.094	73.587	**83.681**	↑ 3,6%
Conhecimento	-	51.244	**51.244**	↓ -4,1%
Execução	-	22.343	**22.343**	↑ 26,2%
Julgados	10.662	91.591	**102.253**	↑ 33,2%
Conhecimento	-	54.588	**54.588**	↑ 21,7%
Execução	-	37.003	**37.003**	↑ 60,1%
Baixados	9.382	92.127	**101.509**	↑ 24,7%
Conhecimento	-	62.714	**62.714**	↑ 13,4%
Execução	-	29.413	**29.413**	↑ 67,7%
Estoque	7.121	151.879	**159.000**	↓ -0,4%
Conhecimento	-	51.462	**51.462**	↓ -3,5%
Execução	-	100.417	**100.417**	↑ 0,2%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	92,9%	125,2%	**121,3%**	↑ 20,45p.p.
Conhecimento	-	122,4%	**122,4%**	↑ 18,88p.p.
Execução	-	131,6%	**131,6%**	↑ 32,62p.p.
Taxa Congest.	45,5%	59,1%	**58,2%**	↓ -7,96p.p.
Conhecimento	-	38,9%	**38,9%**	↓ -9,25p.p.
Execução	-	76,0%	**76,0%**	↓ -9,09p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	721	795	**782**	↓ -7,5%
Carga de Trab.	1.482	3.598	**3.223**	↓ -4,0%
Proc. Julgados	762	1.409	**1.294**	↑ 26,5%
IPM (Baixados)	670	1.417	**1.285**	↑ 18,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	40	103	**82**	↓ -3,4%
Carga de Trab.	83	468	**339**	↑ 0,2%
IPS-Jud (Baixados)	38	184	**135**	↑ 23,5%

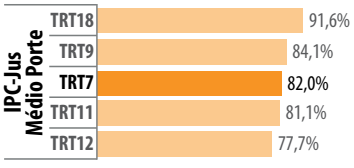












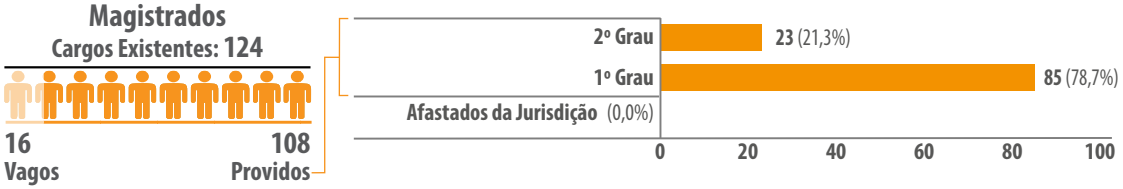
Assuntos mais recorrentes

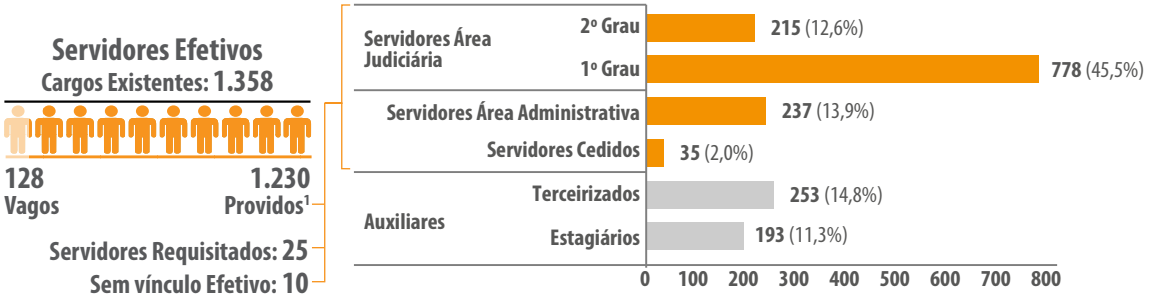
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	138.156
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	13.185
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	7.754
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Sucumbência	4.511
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	4.404
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	4.330
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Abono Pecuniário	3.891
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Despedida / Dispensa Imotivada	2.992
DIREITO DO TRABALHO: Outras Relações de Trabalho/Honorários Profissionais	2.774
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	2.147

Tribunal Regional do Trabalho
8ª Região (PA/AP)

Despesas

Força de Trabalho

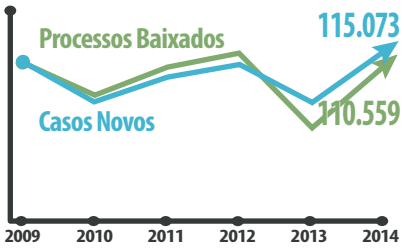


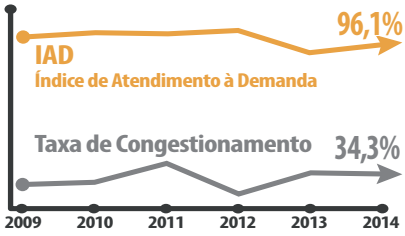


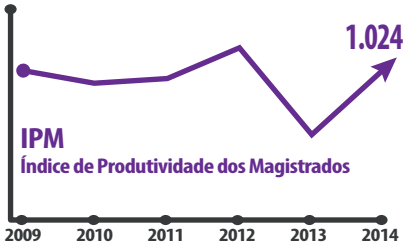
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

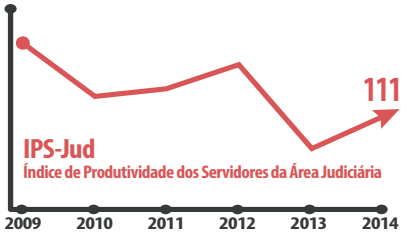
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	12.742	102.331	**115.073**	↑ 14,5%
Conhecimento	-	87.548	**87.548**	↑ 13,8%
Execução	-	14.783	**14.783**	↑ 13,3%
Julgados	10.648	97.488	**108.136**	↑ 9,3%
Conhecimento	-	83.173	**83.173**	↑ 14,1%
Execução	-	14.315	**14.315**	↓ -3,3%
Baixados	10.026	100.533	**110.559**	↑ 19,1%
Conhecimento	-	85.656	**85.656**	↑ 26,3%
Execução	-	14.877	**14.877**	↑ 13,8%
Estoque	5.320	47.873	**53.193**	↑ 27,4%
Conhecimento	-	20.391	**20.391**	↑ 24,0%
Execução	-	27.482	**27.482**	↑ 26,7%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	78,7%	98,2%	**96,1%**	↑ 3,72p.p.
Conhecimento	-	97,8%	**97,8%**	↑ 9,70p.p.
Execução	-	100,6%	**100,6%**	↑ 0,51p.p.
Taxa Congest.	44,5%	33,1%	**34,3%**	↓ -0,44p.p.
Conhecimento	-	20,6%	**20,6%**	↓ -6,73p.p.
Execução	-	64,8%	**64,8%**	↑ 2,42p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	554	1.039	**936**	↑ 17,9%
Carga de Trab.	910	1.901	**1.690**	↑ 17,2%
Proc. Julgados	463	1.147	**1.001**	↑ 12,3%
IPM (Baixados)	436	1.183	**1.024**	↑ 22,4%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	59	114	**102**	↑ 11,3%
Carga de Trab.	97	208	**184**	↑ 10,6%
IPS-Jud (Baixados)	47	129	**111**	↑ 15,5%

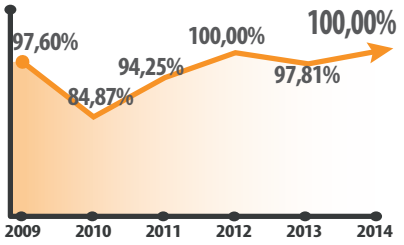








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

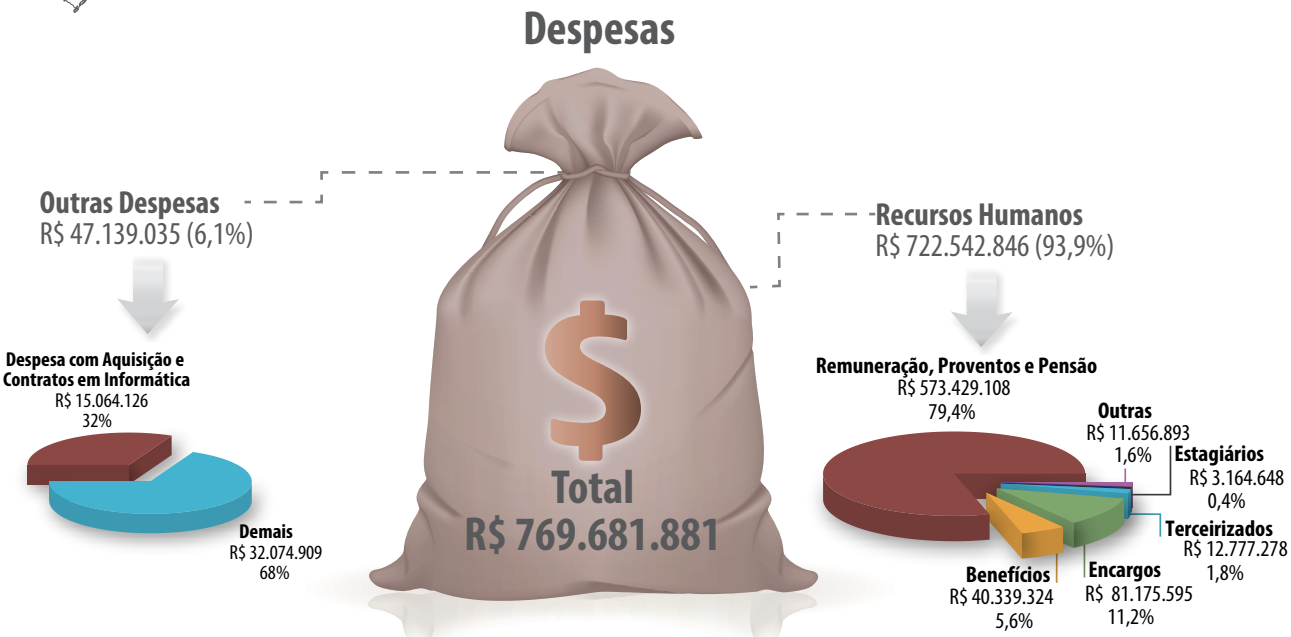


Assuntos mais recorrentes

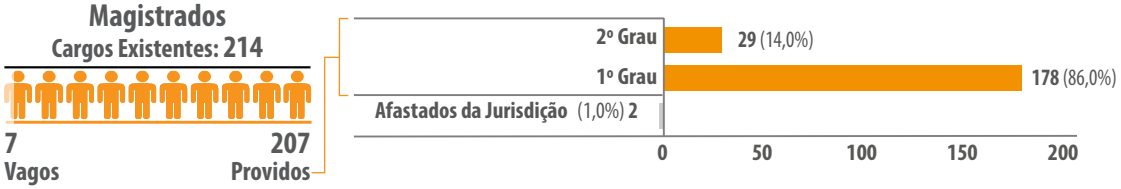
*não encaminhou a informação solicitada.

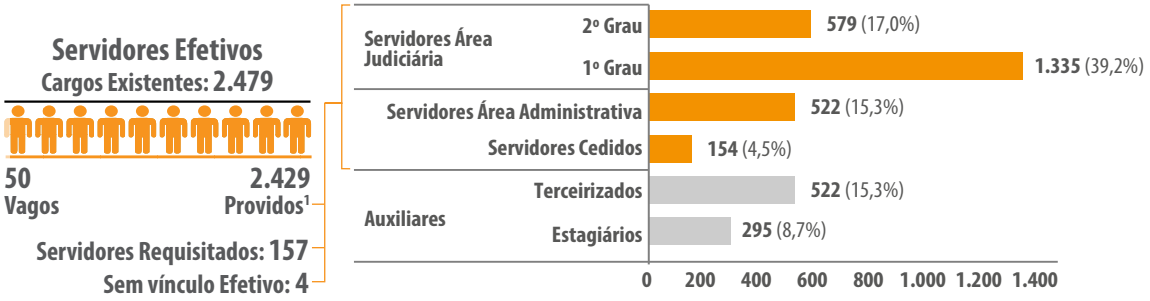
Tribunal Regional do Trabalho
9ª Região (PR)

Despesas



Força de Trabalho

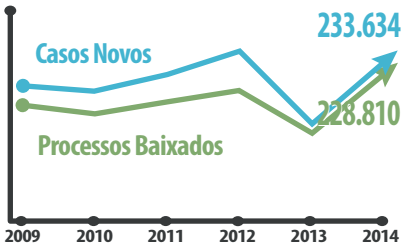


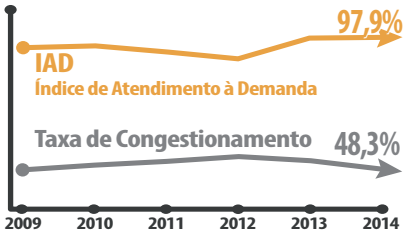


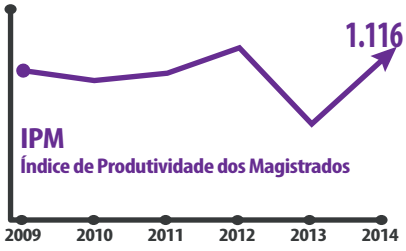
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

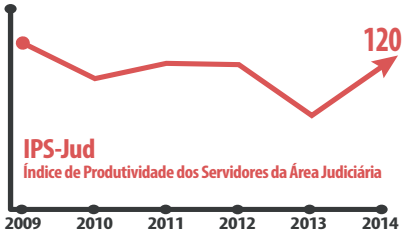
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	40.884	192.750	**233.634**	↑ 18,2%
Conhecimento	-	147.532	**147.532**	↑ 20,1%
Execução	-	45.218	**45.218**	↑ 23,2%
Julgados	52.342	187.916	**240.258**	↑ 10,8%
Conhecimento	-	134.679	**134.679**	↑ 10,7%
Execução	-	53.237	**53.237**	↑ 21,8%
Baixados	35.976	192.834	**228.810**	↑ 19,3%
Conhecimento	-	143.294	**143.294**	↑ 31,7%
Execução	-	49.540	**49.540**	↑ 27,1%
Estoque	17.192	191.350	**208.542**	↑ 3,9%
Conhecimento	-	98.213	**98.213**	↑ 46,2%
Execução	-	93.137	**93.137**	↓ -21,6%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	88,0%	100,0%	**97,9%**	↑ 0,86p.p.
Conhecimento	-	97,1%	**97,1%**	↑ 8,52p.p.
Execução	-	109,6%	**109,6%**	↑ 3,36p.p.
Taxa Congest.	38,1%	49,8%	**48,3%**	↓ -3,58p.p.
Conhecimento	-	41,7%	**41,7%**	↓ -1,03p.p.
Execução	-	64,2%	**64,2%**	↓ -10,74p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.410	843	**923**	↑ 18,4%
Carga de Trab.	2.459	2.438	**2.441**	↑ 12,0%
Proc. Julgados	1.805	1.068	**1.172**	↑ 11,9%
IPM (Baixados)	1.241	1.096	**1.116**	↑ 20,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	71	111	**99**	↑ 14,5%
Carga de Trab.	123	321	**261**	↑ 8,3%
IPS-Jud (Baixados)	62	144	**120**	↑ 16,5%





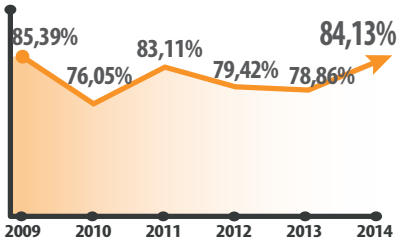




Assuntos mais recorrentes

DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	246.885
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	93.479
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	81.102
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	67.881
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	57.781
DIREITO DO TRABALHO: Férias	44.591
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	22.362
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	22.032
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	19.797
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	17.884

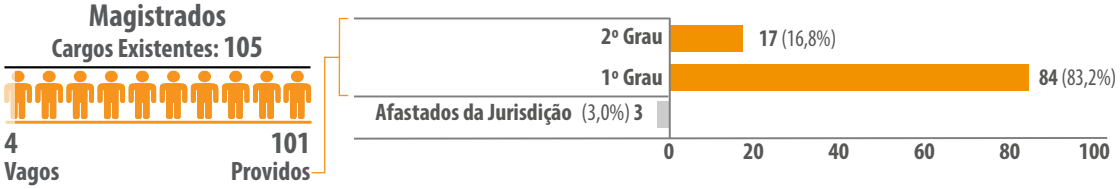
Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

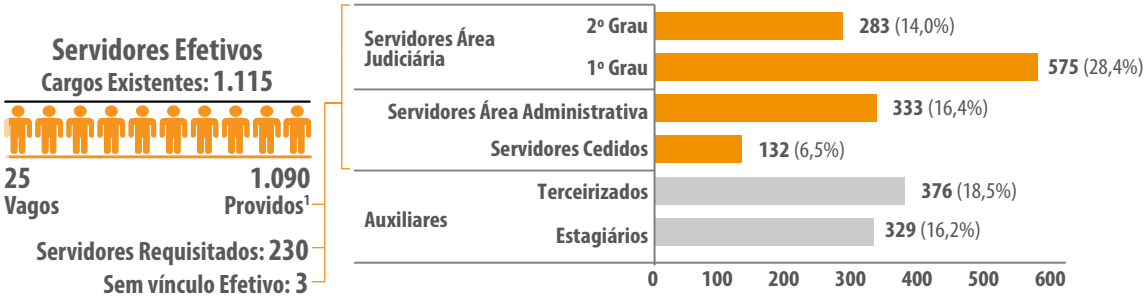


Tribunal Regional do Trabalho
10ª Região (DF/TO)

Despesas

Força de Trabalho

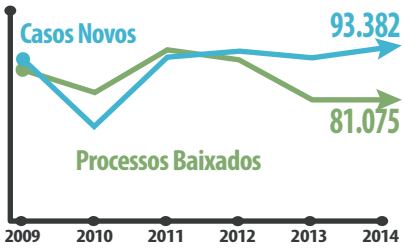


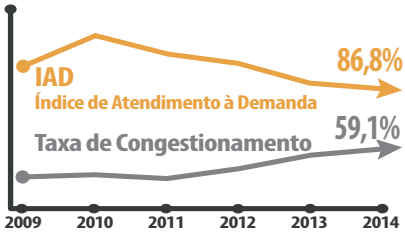


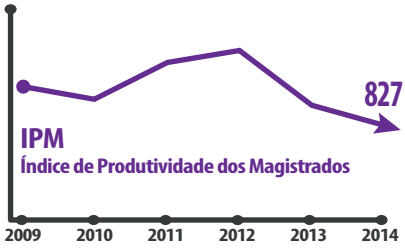
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

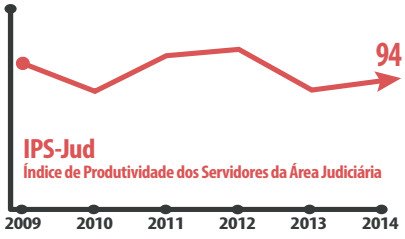
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	13.971	79.411	**93.382**	↑ 2,3%
Conhecimento	-	51.137	**51.137**	↓ -13,8%
Execução	-	28.274	**28.274**	↑ 75,8%
Julgados	16.154	47.543	**63.697**	↓ -17,5%
Conhecimento	-	42.154	**42.154**	↓ -25,6%
Execução	-	5.389	**5.389**	↑ 13,7%
Baixados	14.044	67.031	**81.075**	↓ -0,3%
Conhecimento	-	51.260	**51.260**	↓ -4,8%
Execução	-	15.771	**15.771**	↑ 12,5%
Estoque	8.641	96.014	**104.655**	↑ 10,9%
Conhecimento	-	46.053	**46.053**	↑ 12,5%
Execução	-	49.961	**49.961**	↑ 11,5%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	100,5%	84,4%	**86,8%**	↓ -2,31p.p.
Conhecimento	-	100,2%	**100,2%**	↑ 9,50p.p.
Execução	-	55,8%	**55,8%**	↓ -31,36p.p.
Taxa Congest.	37,9%	61,8%	**59,1%**	↑ 2,88p.p.
Conhecimento	-	47,3%	**47,3%**	↑ 0,94p.p.
Execução	-	79,8%	**79,8%**	↑ 2,85p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	822	633	**666**	↓ -18,5%
Carga de Trab.	1.634	2.289	**2.175**	↓ -4,0%
Proc. Julgados	950	587	**650**	↓ -21,7%
IPM (Baixados)	826	828	**827**	↓ -5,4%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	49	89	**76**	↓ -12,0%
Carga de Trab.	98	322	**248**	↑ 3,6%
IPS-Jud (Baixados)	50	117	**94**	↑ 2,1%

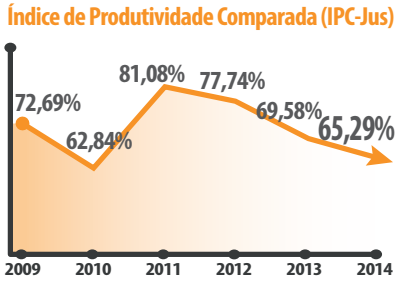


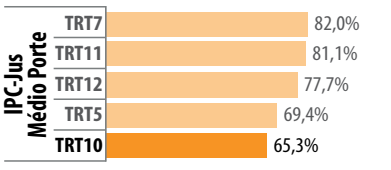






Assuntos mais recorrentes



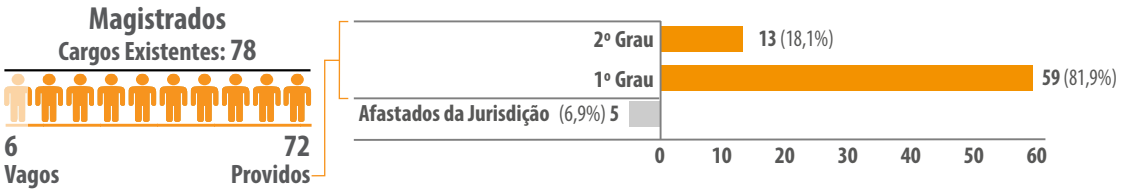


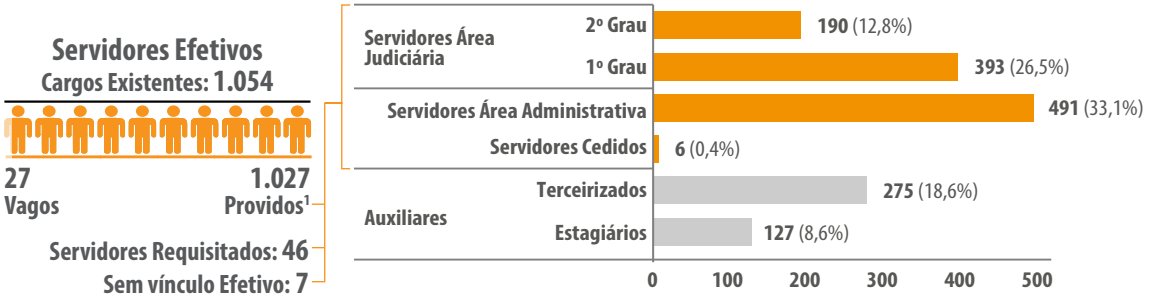
*não encaminhou a informação solicitada.

Tribunal Regional do Trabalho
11ª Região (AM/RR)

Despesas

Força de Trabalho

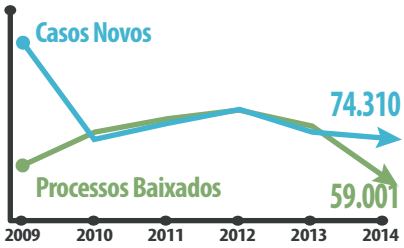


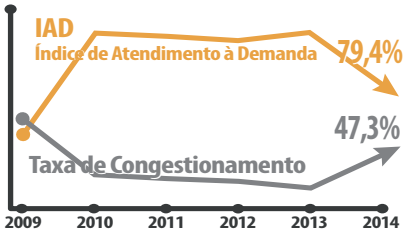


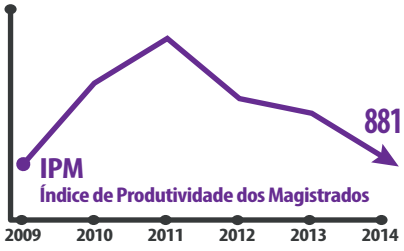
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

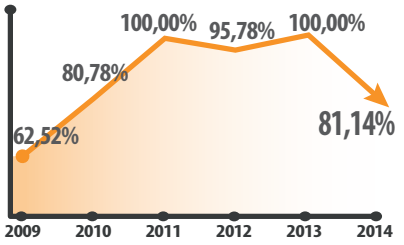
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	7.678	66.632	**74.310**	↓ -2,7%
Conhecimento	-	52.910	**52.910**	↑ 0,3%
Execução	-	13.722	**13.722**	↑ 17,1%
Julgados	8.099	53.991	**62.090**	↓ -8,8%
Conhecimento	-	43.969	**43.969**	↓ -2,8%
Execução	-	10.022	**10.022**	↓ -26,9%
Baixados	6.895	52.106	**59.001**	↓ -25,3%
Conhecimento	-	41.723	**41.723**	↓ -23,3%
Execução	-	10.383	**10.383**	↓ -23,9%
Estoque	143	37.476	**37.619**	↓ -5,4%
Conhecimento	-	25.002	**25.002**	↑ 36,2%
Execução	-	12.474	**12.474**	↓ -24,2%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	89,8%	78,2%	**79,4%**	↓ -24,04p.p.
Conhecimento	-	78,9%	**78,9%**	↓ -24,21p.p.
Execução	-	75,7%	**75,7%**	↓ -40,81p.p.
Taxa Congest.	11,8%	50,0%	**47,3%**	↑ 15,31p.p.
Conhecimento	-	46,4%	**46,4%**	↑ 22,91p.p.
Execução	-	60,4%	**60,4%**	↑ 8,82p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	591	988	**911**	↑ 1,5%
Carga de Trab.	703	2.054	**1.791**	↑ 4,0%
Proc. Julgados	623	1.000	**927**	↓ -0,7%
IPM (Baixados)	530	965	**881**	↓ -18,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	40	136	**105**	↓ -3,8%
Carga de Trab.	48	282	**206**	↓ -1,4%
IPS-Jud (Baixados)	36	133	**101**	↓ -22,8%







Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



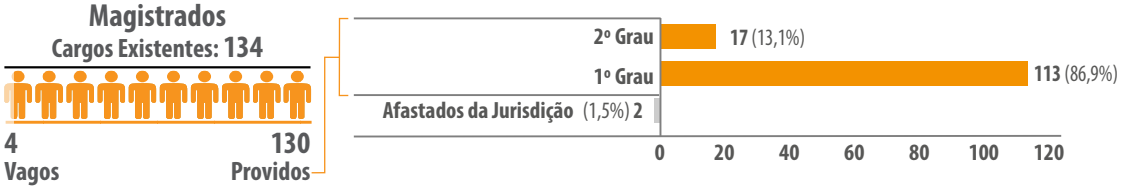
Assuntos mais recorrentes

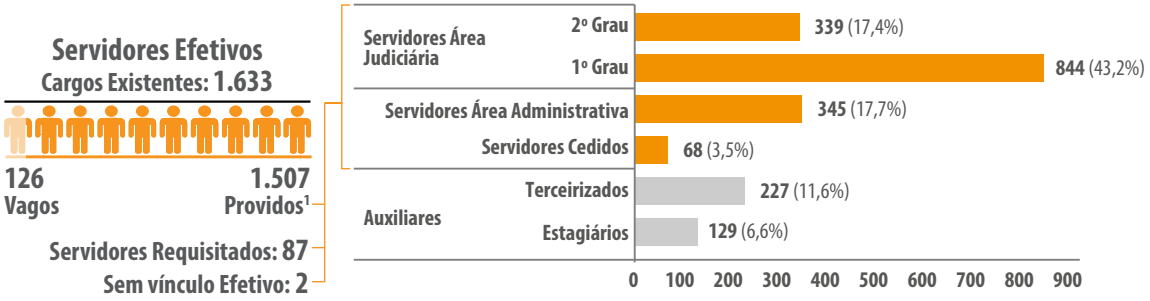
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	53.600
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	8.523
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	6.064
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	5.778
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	3.571
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	2.143
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização	1.483
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Despedida / Dispensa Imotivada	1.415
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Abono Pecuniário	1.390
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	1.084

Tribunal Regional do Trabalho
12ª Região (SC)

Despesas

Força de Trabalho

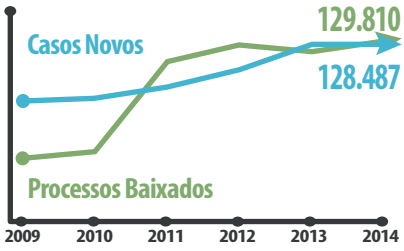


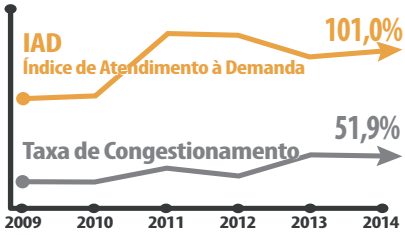


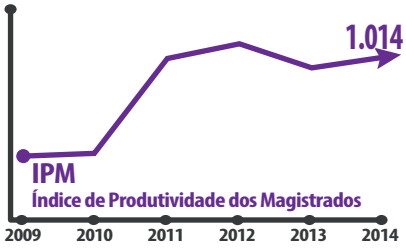
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

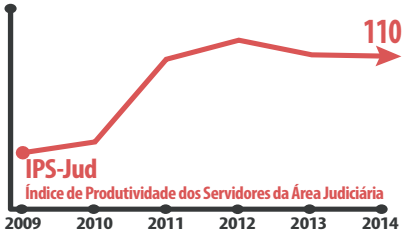
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	23.703	104.784	**128.487**	↑ 0,3%
Conhecimento	-	81.914	**81.914**	↓ -0,3%
Execução	-	22.870	**22.870**	↓ -6,5%
Julgados	27.429	104.316	**131.745**	↑ 5,0%
Conhecimento	-	78.769	**78.769**	↑ 12,4%
Execução	-	25.547	**25.547**	↓ -13,8%
Baixados	16.658	113.152	**129.810**	↑ 3,2%
Conhecimento	-	85.975	**85.975**	↑ 15,8%
Execução	-	27.177	**27.177**	↓ -15,8%
Estoque	9.494	132.029	**141.523**	↑ 2,2%
Conhecimento	-	73.799	**73.799**	↑ 16,1%
Execução	-	58.230	**58.230**	↓ -15,0%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	70,3%	108,0%	**101,0%**	↑ 2,82p.p.
Conhecimento	-	105,0%	**105,0%**	↑ 14,52p.p.
Execução	-	118,8%	**118,8%**	↓ -13,17p.p.
Taxa Congest.	49,8%	52,2%	**51,9%**	↓ -0,88p.p.
Conhecimento	-	44,8%	**44,8%**	↓ -4,23p.p.
Execução	-	66,5%	**66,5%**	↑ 1,21p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.394	742	**828**	↑ 1,6%
Carga de Trab.	2.372	2.292	**2.302**	↑ 1,8%
Proc. Julgados	1.613	940	**1.029**	↑ 5,0%
IPM (Baixados)	980	1.019	**1.014**	↑ 3,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	70	98	**90**	↓ -2,0%
Carga de Trab.	119	301	**249**	↓ -1,8%
IPS-Jud (Baixados)	49	134	**110**	↓ -0,5%

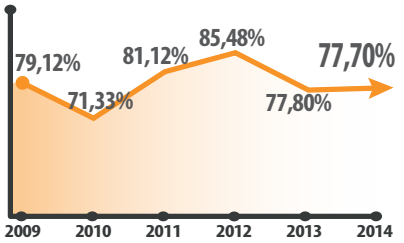


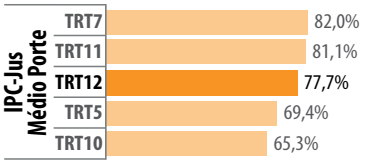






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





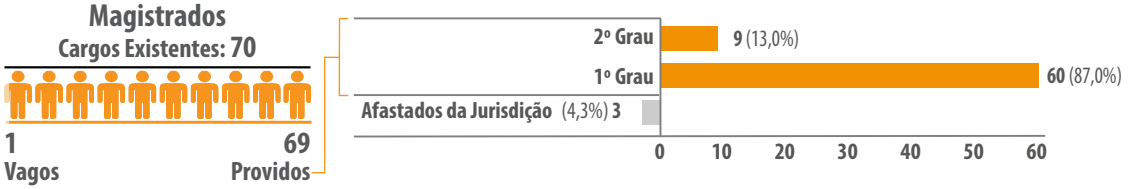
Assuntos mais recorrentes

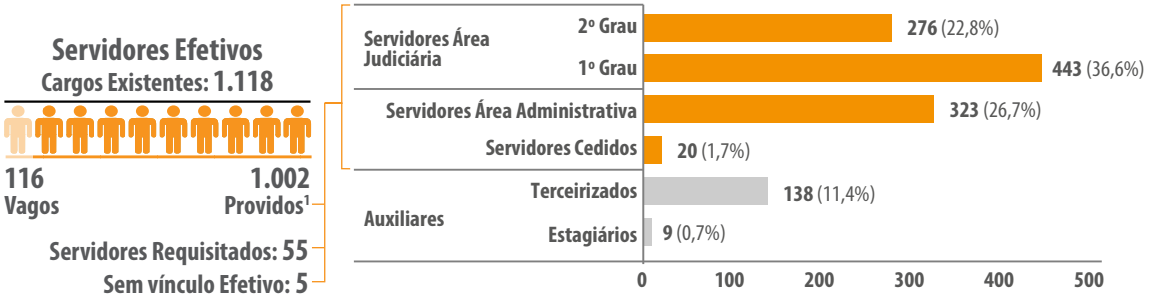
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	130.834
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	13.661
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	12.284
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	11.360
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	10.769
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	7.967
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	6.471
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	5.622
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	4.709
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	4.603

Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região (PB)

Despesas

Força de Trabalho

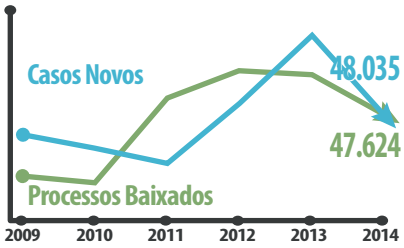


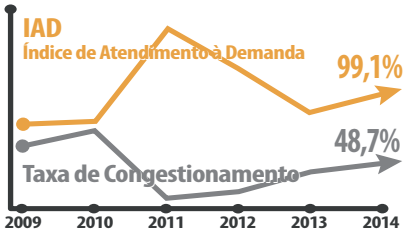


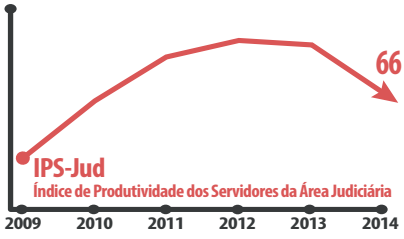
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

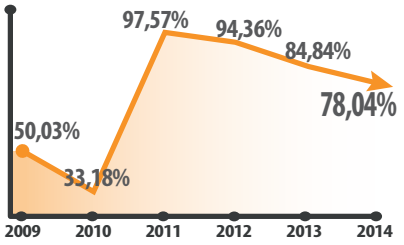
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	9.568	38.467	**48.035**	↓ -28,3%
Conhecimento	-	30.302	**30.302**	↓ -14,3%
Execução	-	8.165	**8.165**	↓ -58,0%
Julgados	11.177	36.961	**48.138**	↑ 1,5%
Conhecimento	-	29.878	**29.878**	↓ -14,3%
Execução	-	7.083	**7.083**	↑ 247,9%
Baixados	14.025	33.599	**47.624**	↓ -17,0%
Conhecimento	-	25.943	**25.943**	↓ -33,2%
Execução	-	7.656	**7.656**	↓ -20,7%
Estoque	6.321	38.526	**44.847**	↑ 37,9%
Conhecimento	-	9.602	**9.602**	↓ -1,7%
Execução	-	28.924	**28.924**	↑ 56,6%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	146,6%	87,3%	**99,1%**	↑ 13,42p.p.
Conhecimento	-	85,6%	**85,6%**	↓ -24,25p.p.
Execução	-	93,8%	**93,8%**	↑ 44,12p.p.
Taxa Congest.	11,7%	56,4%	**48,7%**	↑ 6,43p.p.
Conhecimento	-	35,0%	**35,0%**	↑ 21,07p.p.
Execução	-	79,4%	**79,4%**	↑ 4,83p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.063	533	**606**	↓ -14,7%
Carga de Trab.	2.085	1.449	**1.536**	↓ -5,3%
Proc. Julgados	1.242	648	**729**	↑ 3,0%
IPM (Baixados)	1.558	589	**722**	↓ -15,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	35	69	**56**	↓ -16,2%
Carga de Trab.	68	186	**141**	↓ -7,0%
IPS-Jud (Baixados)	51	76	**66**	↓ -17,3%







Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



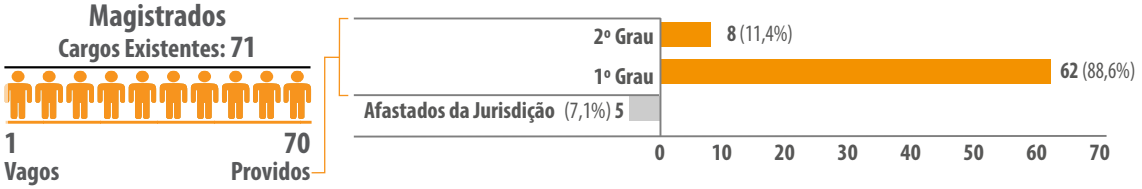
Assuntos mais recorrentes

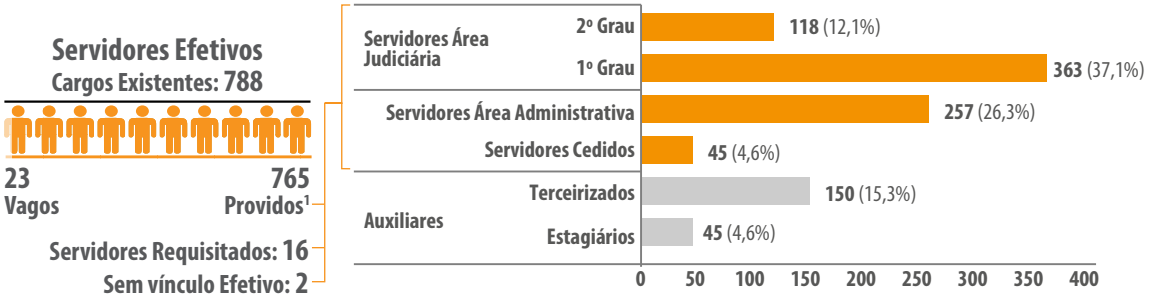
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	26.921
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	7.222
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Provas	6.846
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	6.748
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	6.705
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Comissão	5.280
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Recurso/ Cabimento	4.922
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	4.115
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	4.026
DIREITO DO TRABALHO: Outras Relações de Trabalho/Honorários Profissionais	3.183

Tribunal Regional do Trabalho
14ª Região (RO/AC)

Despesas

Força de Trabalho

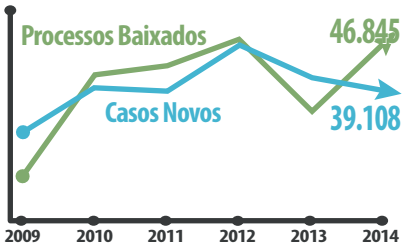


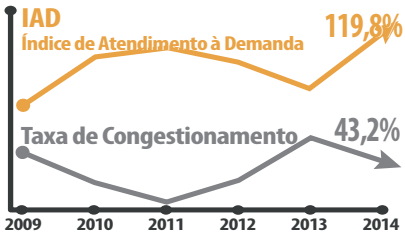


1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

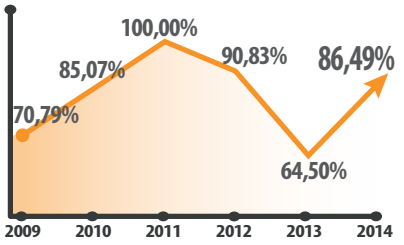
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	5.525	33.583	**39.108**	↓ -5,8%
Conhecimento	-	25.456	**25.456**	↓ -3,3%
Execução	-	8.127	**8.127**	↓ -8,9%
Julgados	5.346	37.126	**42.472**	↑ 1,0%
Conhecimento	-	26.347	**26.347**	↑ 8,3%
Execução	-	10.779	**10.779**	↓ -0,7%
Baixados	8.113	38.732	**46.845**	↑ 30,7%
Conhecimento	-	28.862	**28.862**	↑ 11,4%
Execução	-	9.870	**9.870**	↑ 41,6%
Estoque	5.058	38.268	**43.326**	↑ 5,8%
Conhecimento	-	14.122	**14.122**	↓ -19,4%
Execução	-	24.146	**24.146**	↑ 3,2%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	146,8%	115,3%	**119,8%**	↑ 33,46p.p.
Conhecimento	-	113,4%	**113,4%**	↑ 14,95p.p.
Execução	-	121,4%	**121,4%**	↑ 43,36p.p.
Taxa Congest.	23,3%	46,1%	**43,2%**	↓ -13,37p.p.
Conhecimento	-	27,1%	**27,1%**	↓ -13,83p.p.
Execução	-	69,4%	**69,4%**	↓ -9,02p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	691	450	**479**	↓ -7,6%
Carga de Trab.	1.404	1.311	**1.323**	↓ -2,3%
Proc. Julgados	668	651	**653**	↓ -2,1%
IPM (Baixados)	1.014	680	**721**	↑ 26,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	47	71	**65**	↓ -11,2%
Carga de Trab.	95	206	**179**	↓ -6,2%
IPS-Jud (Baixados)	69	107	**97**	↑ 21,8%





Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

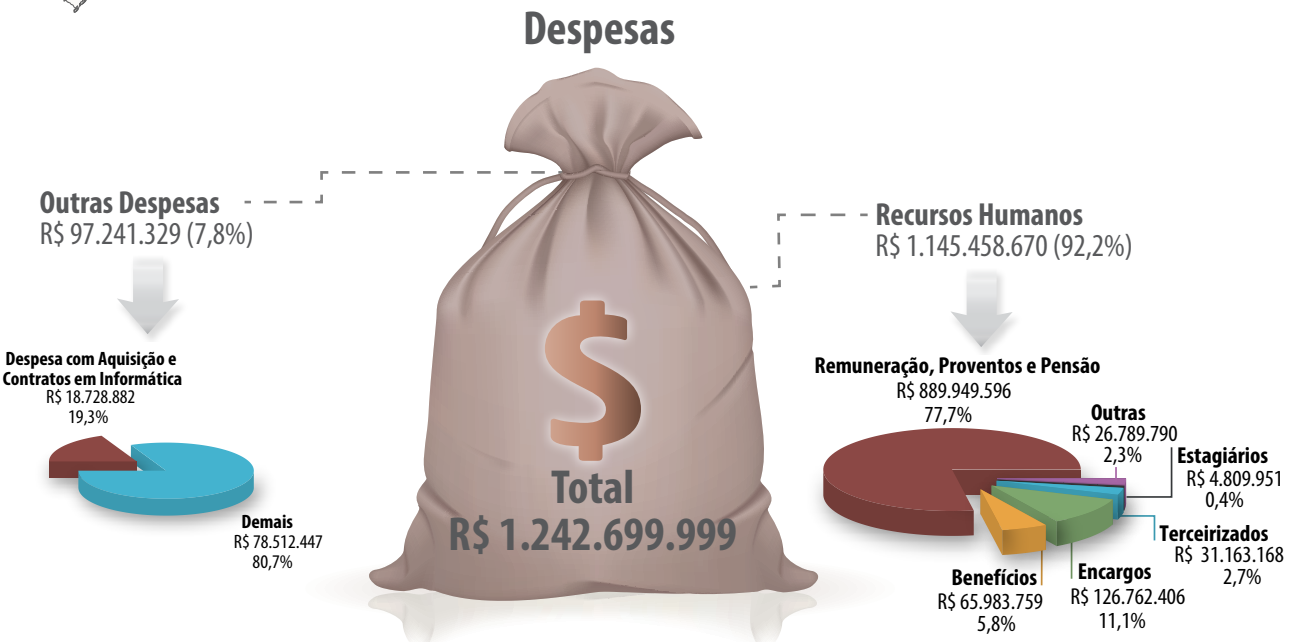


Assuntos mais recorrentes

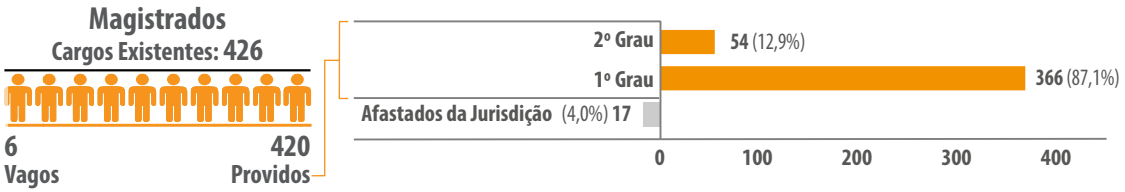
*não encaminhou a informação solicitada.

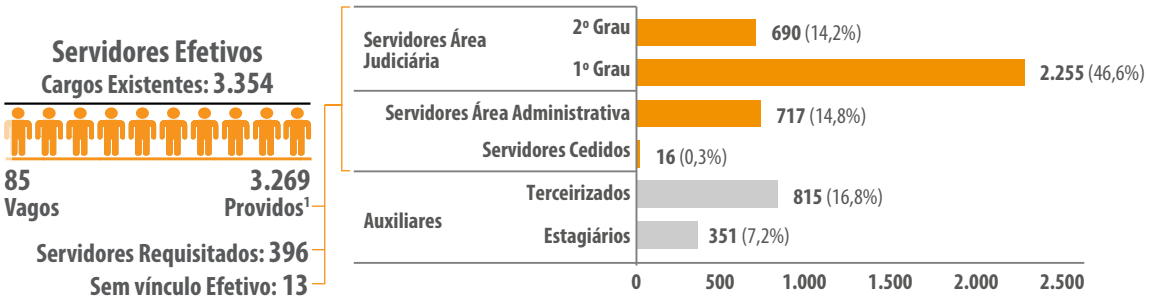
Tribunal Regional do Trabalho
15ª Região (SP)

Despesas



Força de Trabalho

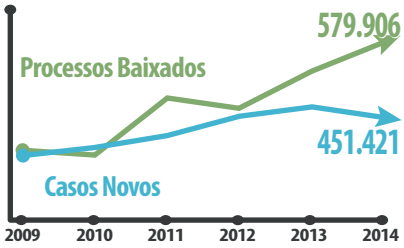


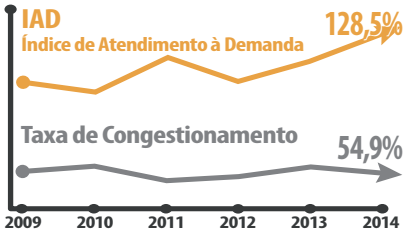


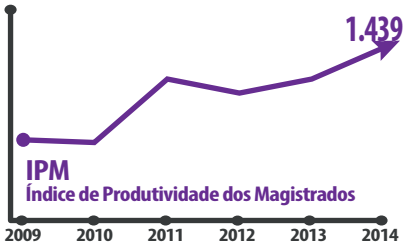
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

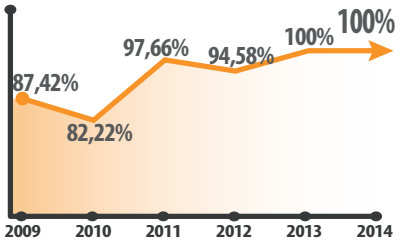
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	86.971	364.450	**451.421**	↓ -3,3%
Conhecimento	-	300.790	**300.790**	↑ 2,5%
Execução	-	63.660	**63.660**	↓ -21,0%
Julgados	107.482	423.862	**531.344**	↑ 9,5%
Conhecimento	-	264.775	**264.775**	↓ -3,8%
Execução	-	159.087	**159.087**	↑ 69,9%
Baixados	98.185	481.721	**579.906**	↑ 9,1%
Conhecimento	-	319.411	**319.411**	↓ -2,9%
Execução	-	162.310	**162.310**	↑ 52,9%
Estoque	69.753	764.238	**833.991**	↑ 4,5%
Conhecimento	-	400.146	**400.146**	↑ 5,0%
Execução	-	364.092	**364.092**	↑ 2,5%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	112,9%	132,2%	**128,5%**	↑ 14,64p.p.
Conhecimento	-	106,2%	**106,2%**	↓ -5,90p.p.
Execução	-	255,0%	**255,0%**	↑ 123,17p.p.
Taxa Congest.	37,4%	57,3%	**54,9%**	↓ -3,09p.p.
Conhecimento	-	54,4%	**54,4%**	↑ 3,20p.p.
Execução	-	62,1%	**62,1%**	↓ -13,58p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.611	866	**966**	↑ 0,9%
Carga de Trab.	3.331	3.419	**3.407**	↑ 1,7%
Proc. Julgados	1.990	1.215	**1.318**	↑ 10,0%
IPM (Baixados)	1.818	1.380	**1.439**	↑ 9,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	126	134	**132**	↑ 7,8%
Carga de Trab.	261	529	**466**	↑ 8,7%
IPS-Jud (Baixados)	142	214	**197**	↑ 17,2%







Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

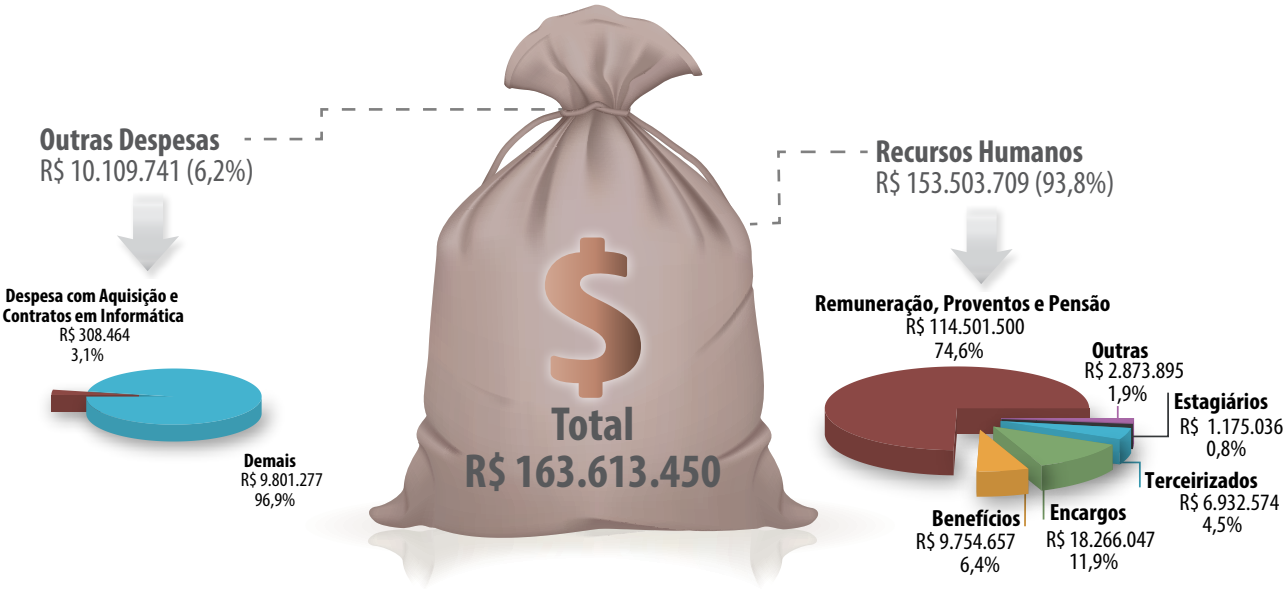


Assuntos mais recorrentes

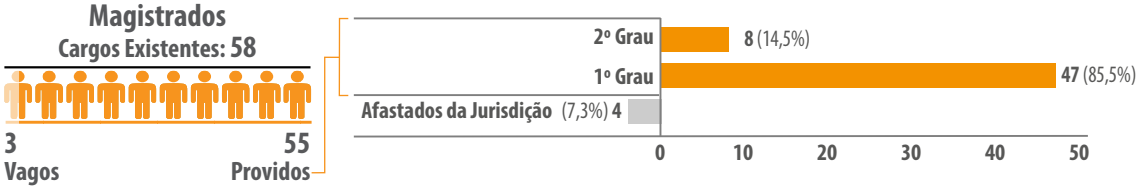
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	848.809
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	130.292
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	105.669
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	101.051
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	89.088
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	64.433
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	42.140
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	38.836
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	37.482
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Provas	33.123

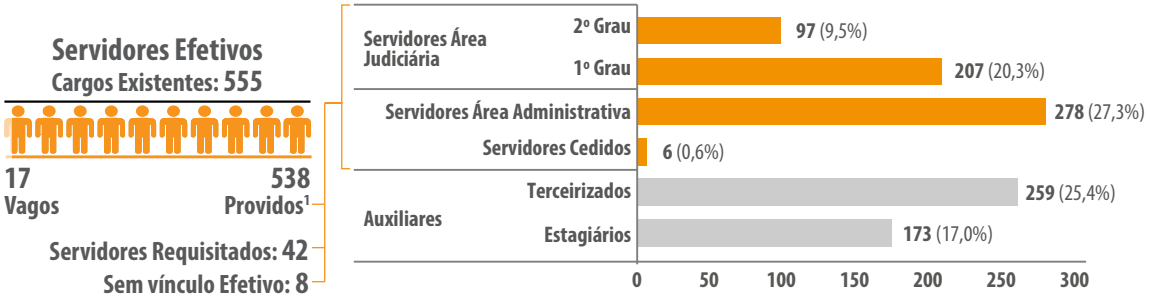
Tribunal Regional do Trabalho
16ª Região (MA)

Despesas



Força de Trabalho

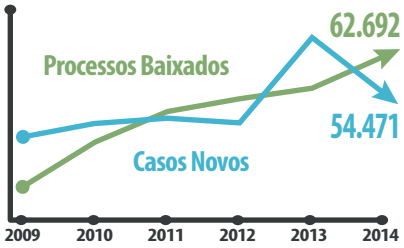


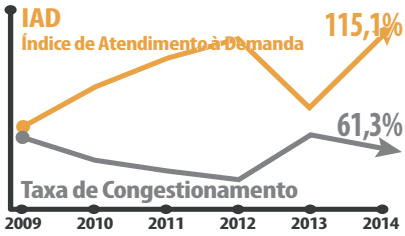


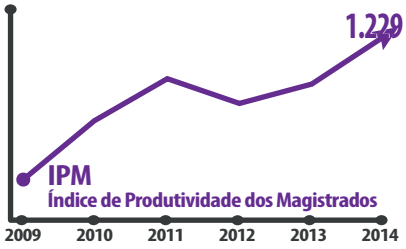
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

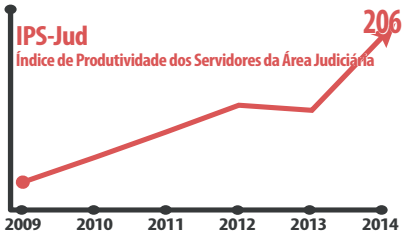
Litigiosidade

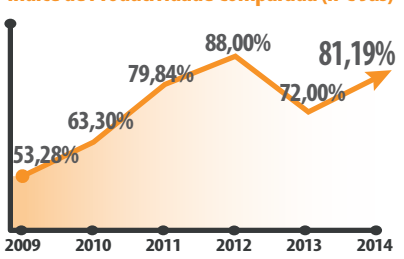
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	8.798	45.673	**54.471**	↓ -20,2%
Conhecimento	-	33.863	**33.863**	↓ -28,7%
Execução	-	11.810	**11.810**	↑ 6,8%
Julgados	9.947	48.817	**58.764**	↓ -16,7%
Conhecimento	-	32.287	**32.287**	↓ -34,9%
Execução	-	16.530	**16.530**	↑ 13,4%
Baixados	7.998	54.694	**62.692**	↑ 13,8%
Conhecimento	-	39.695	**39.695**	↑ 9,4%
Execução	-	14.999	**14.999**	↑ 14,3%
Estoque	8.290	99.025	**107.315**	↑ 7,4%
Conhecimento	-	50.356	**50.356**	↓ -10,1%
Execução	-	48.669	**48.669**	↑ 22,8%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	90,9%	119,8%	**115,1%**	↑ 34,40p.p.
Conhecimento	-	117,2%	**117,2%**	↑ 40,83p.p.
Execução	-	127,0%	**127,0%**	↑ 8,30p.p.
Taxa Congest.	53,2%	62,2%	**61,3%**	↓ -5,99p.p.
Conhecimento	-	52,9%	**52,9%**	↓ -12,07p.p.
Execução	-	75,2%	**75,2%**	↑ 1,09p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.100	792	**840**	↓ -21,2%
Carga de Trab.	2.314	3.529	**3.338**	↑ 2,0%
Proc. Julgados	1.243	1.135	**1.152**	↓ -11,8%
IPM (Baixados)	1.000	1.272	**1.229**	↑ 20,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	91	164	**141**	↓ -4,5%
Carga de Trab.	191	733	**560**	↑ 23,5%
IPS-Jud (Baixados)	82	264	**206**	↑ 45,9%

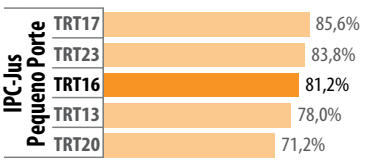












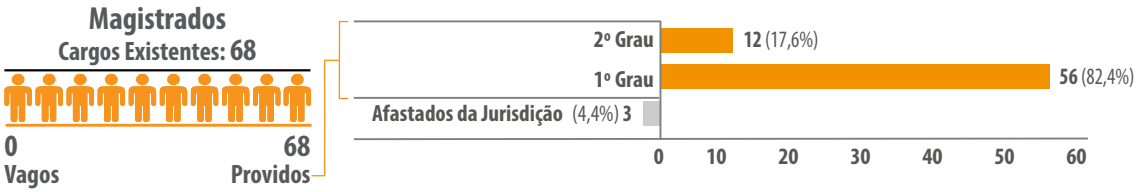
Assuntos mais recorrentes

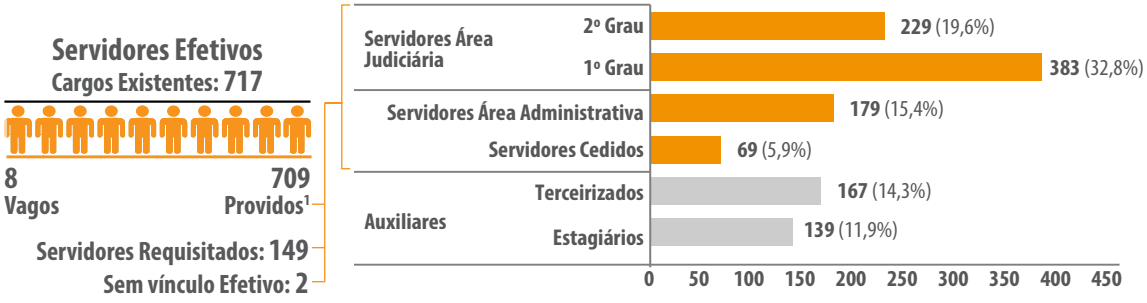
*não encaminhou a informação solicitada.

Tribunal Regional do Trabalho 17ª Região (ES)

Despesas

Força de Trabalho

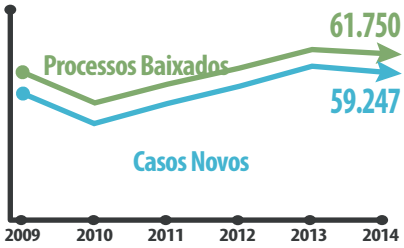


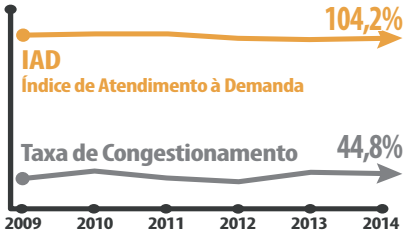


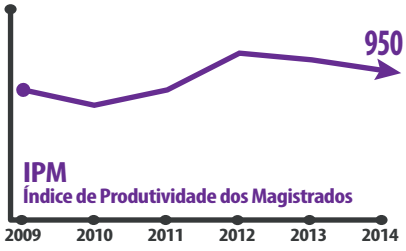
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

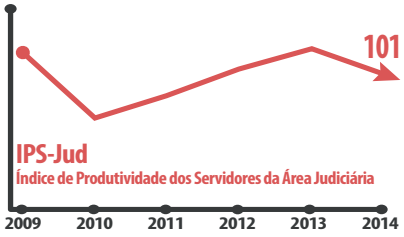
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	11.863	47.384	**59.247**	↓ -1,0%
Conhecimento	-	34.931	**34.931**	↓ -2,2%
Execução	-	12.453	**12.453**	↑ 1,0%
Julgados	14.890	46.530	**61.420**	↓ -1,0%
Conhecimento	-	32.929	**32.929**	↓ -1,8%
Execução	-	13.601	**13.601**	↑ 1,2%
Baixados	14.890	46.860	**61.750**	↓ -1,0%
Conhecimento	-	32.929	**32.929**	↓ -1,8%
Execução	-	13.931	**13.931**	↑ 1,2%
Estoque	9.969	42.624	**52.593**	↓ -4,6%
Conhecimento	-	15.519	**15.519**	↑ 16,5%
Execução	-	27.105	**27.105**	↓ -5,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	125,5%	98,9%	**104,2%**	0p.p.
Conhecimento	-	94,3%	**94,3%**	↑ 0,43p.p.
Execução	-	111,9%	**111,9%**	↑ 0,14p.p.
Taxa Congest.	31,8%	47,9%	**44,8%**	↓ -0,95p.p.
Conhecimento	-	34,7%	**34,7%**	↑ 3,08p.p.
Execução	-	64,8%	**64,8%**	↓ -1,53p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	989	661	**721**	↓ -3,1%
Carga de Trab.	2.206	1.888	**1.947**	↓ -4,3%
Proc. Julgados	1.241	878	**945**	↓ -2,6%
IPM (Baixados)	1.241	884	**950**	↓ -2,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	52	91	**77**	↓ -7,2%
Carga de Trab.	116	261	**207**	↓ -8,4%
IPS-Jud (Baixados)	65	122	**101**	↓ -6,7%

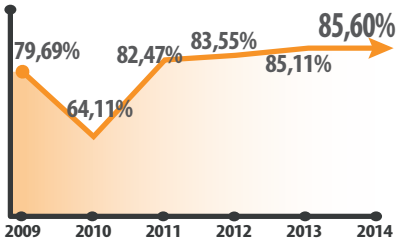








Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

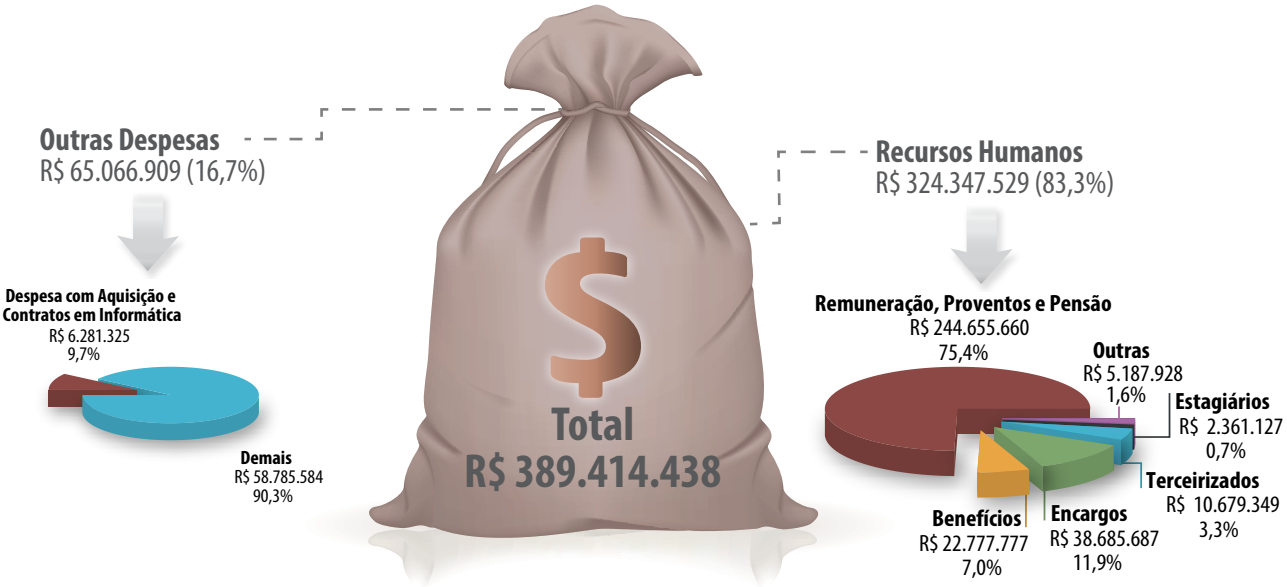


Assuntos mais recorrentes

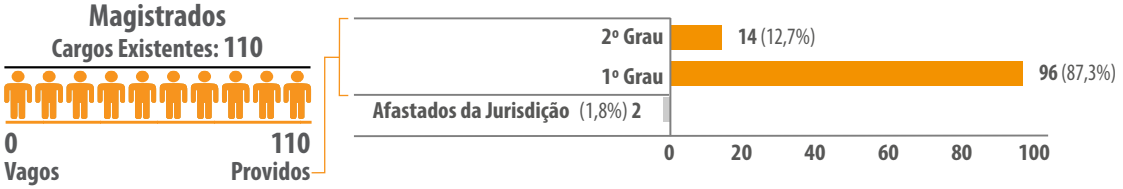
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	11.160
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	4.087
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	1.536
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	1.524
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	1.454
DIREITO DO TRABALHO: Férias	942
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	843
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária	832
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	735
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Tíquete Alimentação	667

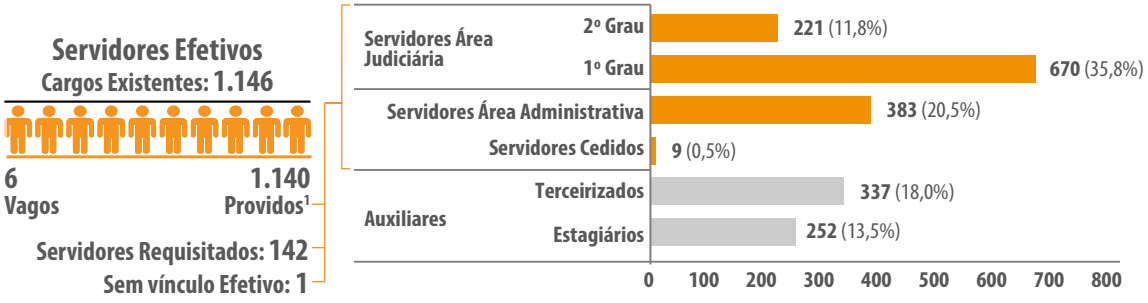
Tribunal Regional do Trabalho
18ª Região (GO)

Despesas



Força de Trabalho

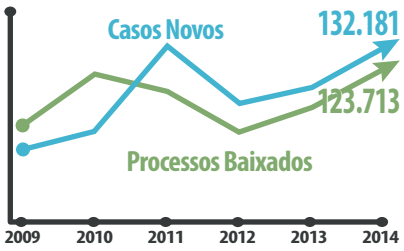


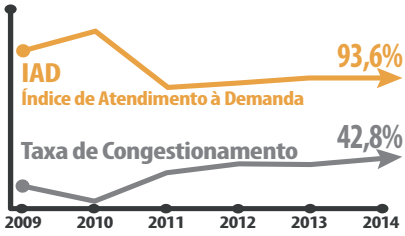


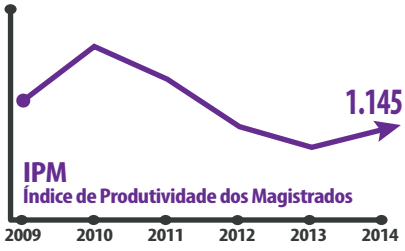
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

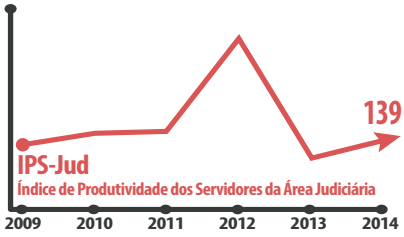
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	17.842	114.339	**132.181**	↑ 12,8%
Conhecimento	-	90.388	**90.388**	↑ 7,9%
Execução	-	23.951	**23.951**	↑ 22,7%
Julgados	20.558	103.866	**124.424**	↑ 12,5%
Conhecimento	-	82.982	**82.982**	↑ 9,2%
Execução	-	20.884	**20.884**	↑ 1,0%
Baixados	15.948	107.765	**123.713**	↑ 13,2%
Conhecimento	-	86.536	**86.536**	↑ 15,1%
Execução	-	21.229	**21.229**	↑ 12,0%
Estoque	6.197	78.087	**84.284**	↑ 27,7%
Conhecimento	-	31.122	**31.122**	↑ 64,4%
Execução	-	46.965	**46.965**	↑ 8,6%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	89,4%	94,3%	**93,6%**	↑ 0,31p.p.
Conhecimento	-	95,7%	**95,7%**	↑ 6,04p.p.
Execução	-	88,6%	**88,6%**	↓ -8,48p.p.
Taxa Congest.	33,7%	44,0%	**42,8%**	↑ 2,51p.p.
Conhecimento	-	28,8%	**28,8%**	↑ 1,95p.p.
Execução	-	70,1%	**70,1%**	↑ 0,26p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.274	967	**1.007**	↑ 4,9%
Carga de Trab.	2.075	2.139	**2.131**	↑ 11,9%
Proc. Julgados	1.468	1.105	**1.152**	↑ 6,3%
IPM (Baixados)	1.139	1.146	**1.145**	↑ 6,9%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	81	136	**122**	↑ 7,8%
Carga de Trab.	131	300	**258**	↑ 15,1%
IPS-Jud (Baixados)	72	161	**139**	↑ 9,9%





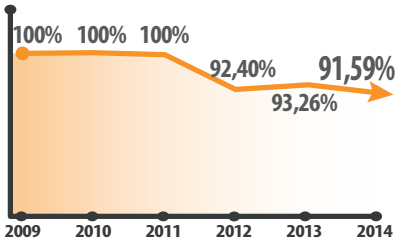




Assuntos mais recorrentes

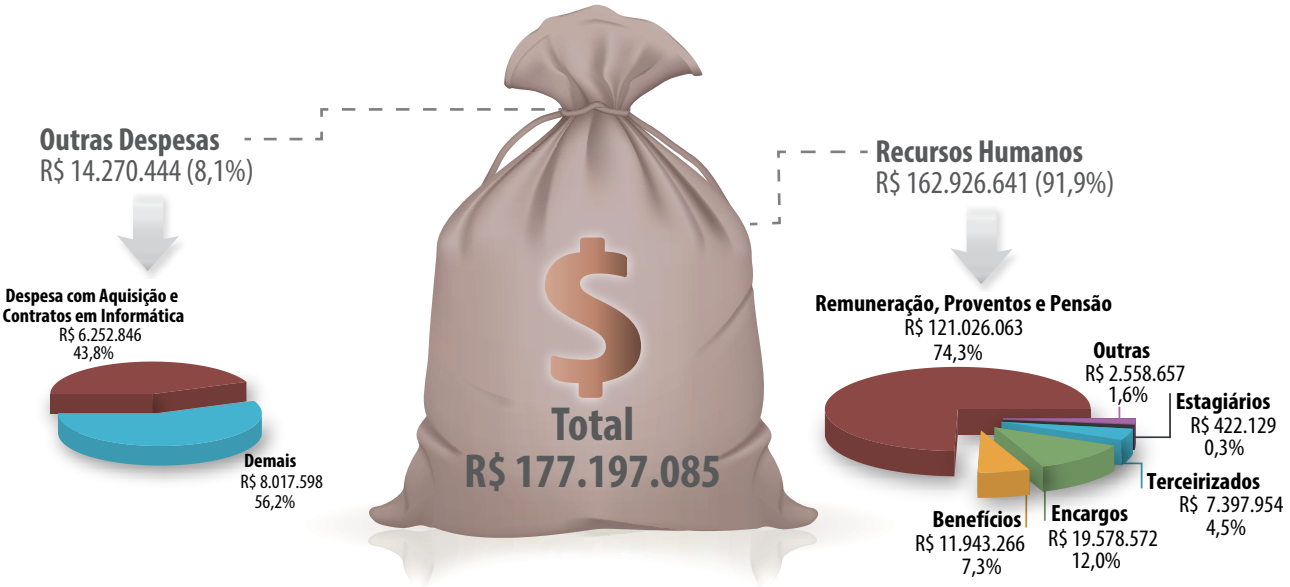
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	145.559
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	20.901
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	16.102
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	13.514
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho	11.457
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	11.379
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Supressão de Horas Extras Habituais - Indenização	9.783
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	8.470
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização	5.226
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Processo e Procedimento/Provas	5.176

Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)

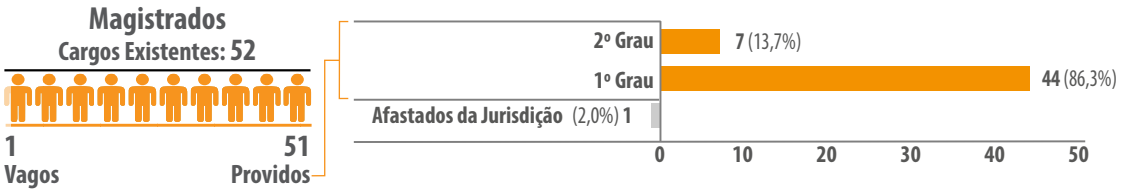


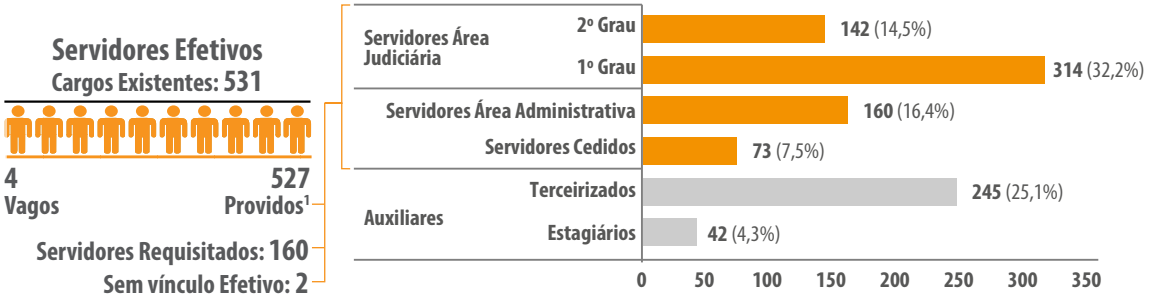
Tribunal Regional do Trabalho
19ª Região (AL)

Despesas



Força de Trabalho

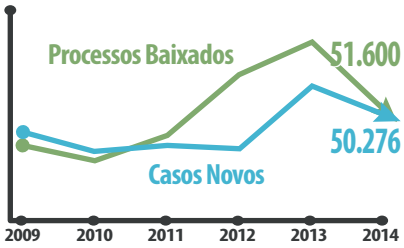


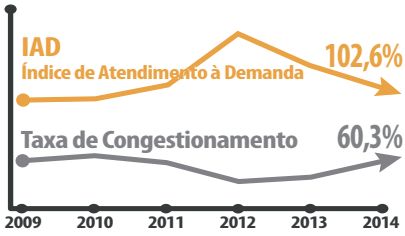


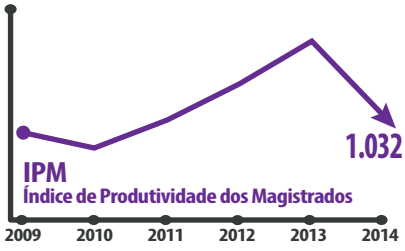
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

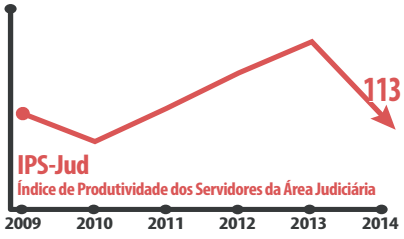
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	5.090	45.186	**50.276**	↓ -10,3%
Conhecimento	-	35.635	**35.635**	↓ -6,5%
Execução	-	9.551	**9.551**	↓ -30,9%
Julgados	5.769	37.700	**43.469**	↑ 9,8%
Conhecimento	-	34.144	**34.144**	↑ 7,0%
Execução	-	3.556	**3.556**	↑ 41,9%
Baixados	5.284	46.316	**51.600**	↓ -20,4%
Conhecimento	-	36.699	**36.699**	↓ -21,3%
Execução	-	9.617	**9.617**	↓ -31,4%
Estoque	3.679	76.026	**79.705**	↑ 6,6%
Conhecimento	-	39.035	**39.035**	↑ 41,0%
Execução	-	36.991	**36.991**	↓ -16,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	103,8%	102,5%	**102,6%**	↓ -13,02p.p.
Conhecimento	-	103,0%	**103,0%**	↓ -19,36p.p.
Execução	-	100,7%	**100,7%**	↓ -0,79p.p.
Taxa Congest.	39,7%	61,8%	**60,3%**	↑ 9,86p.p.
Conhecimento	-	50,9%	**50,9%**	↑ 21,71p.p.
Execução	-	79,3%	**79,3%**	↑ 3,48p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	727	833	**818**	↓ -5,3%
Carga de Trab.	1.423	2.912	**2.704**	↓ -1,5%
Proc. Julgados	824	877	**869**	↑ 7,6%
IPM (Baixados)	755	1.077	**1.032**	↓ -22,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	36	114	**90**	↓ -5,7%
Carga de Trab.	70	399	**296**	↓ -1,9%
IPS-Jud (Baixados)	37	148	**113**	↓ -22,3%





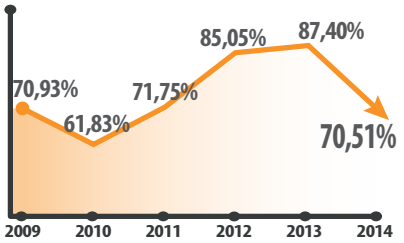


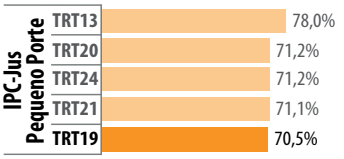


Assuntos mais recorrentes

DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	95.811
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	9.413
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	7.826
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	7.251
DIREITO DO TRABALHO: Prescrição/FGTS	7.014
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	4.362
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	3.920
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	2.868
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	2.083
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Abono Pecuniário	1.192

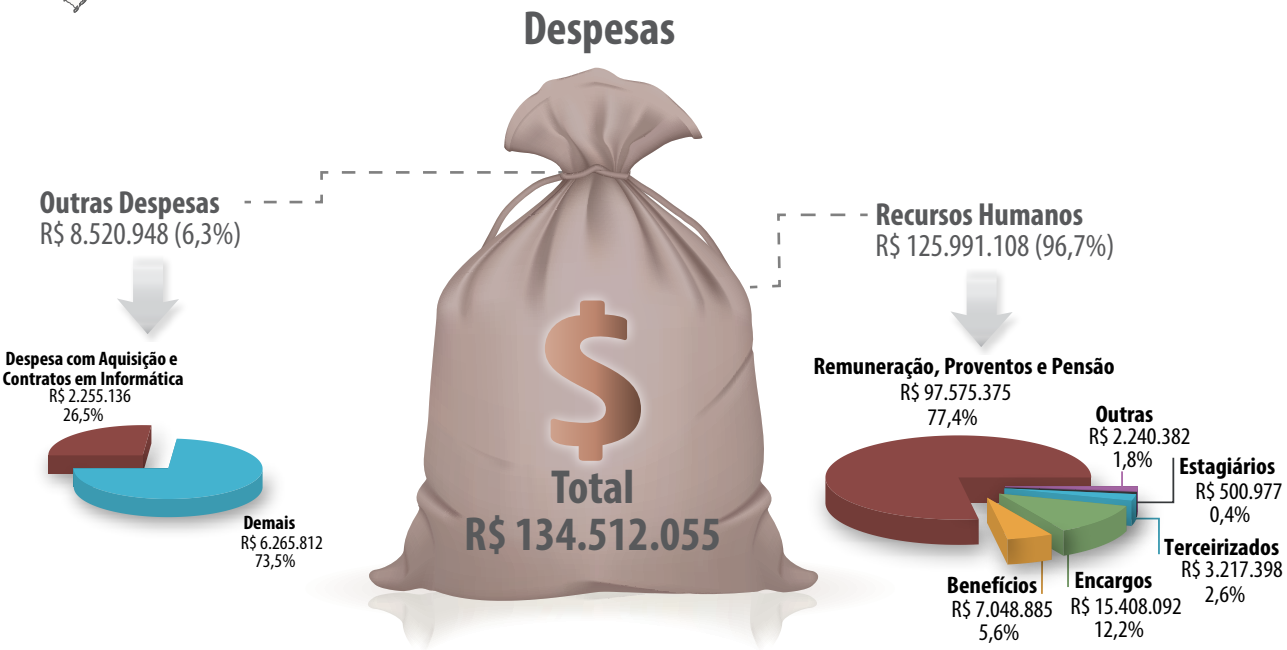
Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



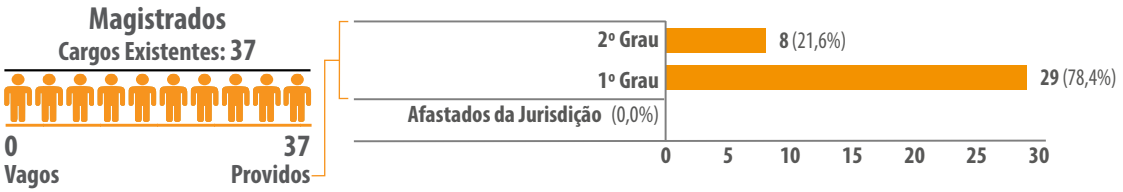


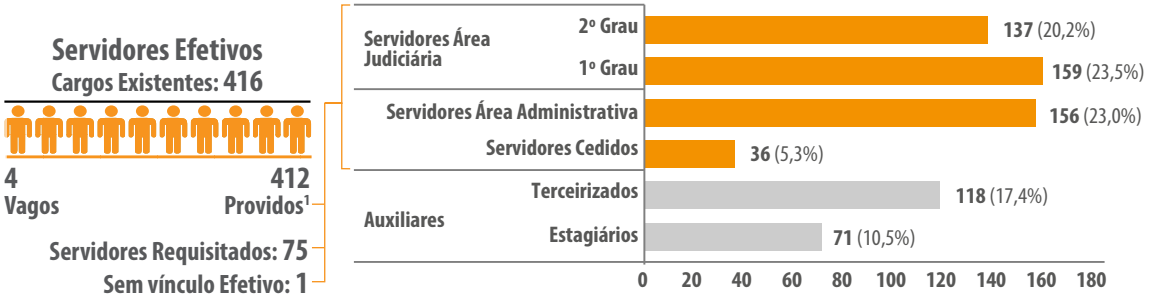
Tribunal Regional do Trabalho
20ª Região (SE)

Despesas



Força de Trabalho

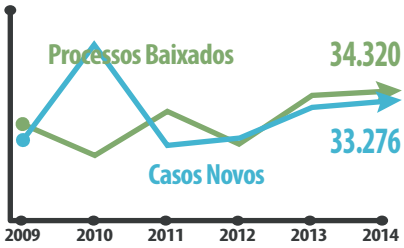


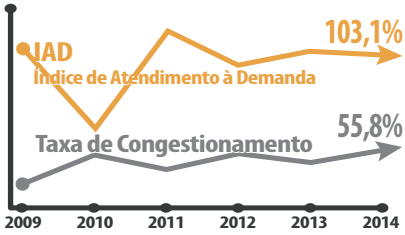


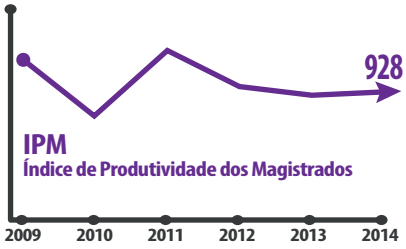
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

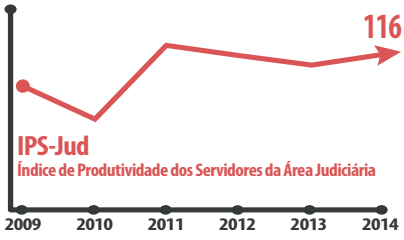
Litigiosidade

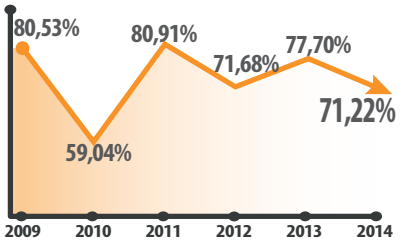
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	5.329	27.947	**33.276**	↑ 2,4%
Conhecimento	-	21.817	**21.817**	↓ -7,3%
Execução	-	6.130	**6.130**	↑ 36,3%
Julgados	6.386	28.628	**35.014**	↑ 12,5%
Conhecimento	-	22.828	**22.828**	↑ 19,0%
Execução	-	5.800	**5.800**	↑ 8,9%
Baixados	4.171	30.149	**34.320**	↑ 0,9%
Conhecimento	-	25.260	**25.260**	↑ 2,2%
Execução	-	4.889	**4.889**	↑ 5,1%
Estoque	4.427	39.942	**44.369**	↑ 19,7%
Conhecimento	-	24.950	**24.950**	↑ 18,6%
Execução	-	14.992	**14.992**	↑ 1,3%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	78,3%	107,9%	**103,1%**	↓ -1,57p.p.
Conhecimento	-	115,8%	**115,8%**	↑ 10,72p.p.
Execução	-	79,8%	**79,8%**	↓ -23,65p.p.
Taxa Congest.	57,2%	55,6%	**55,8%**	↑ 4,72p.p.
Conhecimento	-	46,0%	**46,0%**	↑ 1,45p.p.
Execução	-	76,9%	**76,9%**	↑ 0,96p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	666	757	**737**	↓ -2,7%
Carga de Trab.	1.359	2.598	**2.330**	↑ 14,4%
Proc. Julgados	798	987	**946**	↑ 12,5%
IPM (Baixados)	521	1.040	**928**	↑ 0,9%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	39	138	**92**	↓ -1,1%
Carga de Trab.	79	474	**291**	↑ 16,3%
IPS-Jud (Baixados)	30	190	**116**	↑ 2,6%

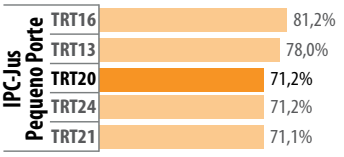










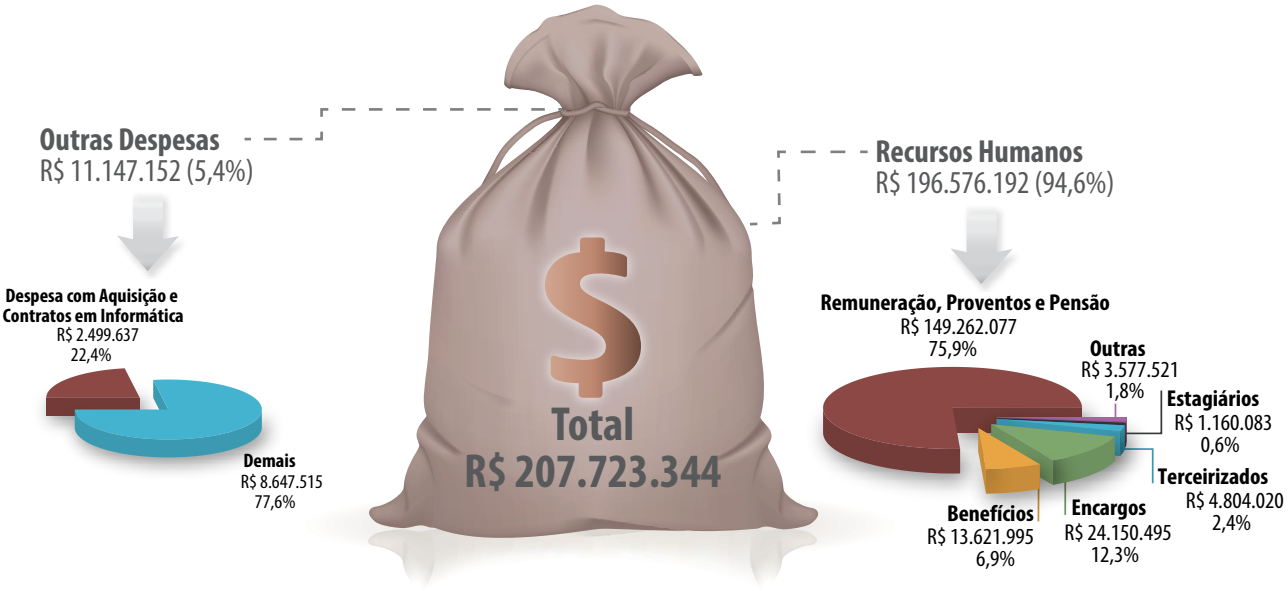


Assuntos mais recorrentes

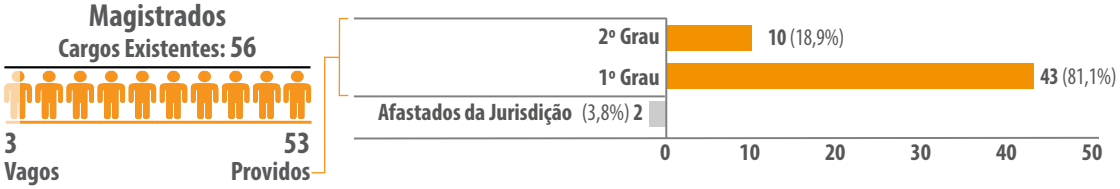
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	39.599
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	4.633
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	3.759
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	2.996
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	2.650
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	1.539
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	1.197
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	935
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Supressão de Horas Extras Habituais - Indenização	915
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Grupo Econômico	803

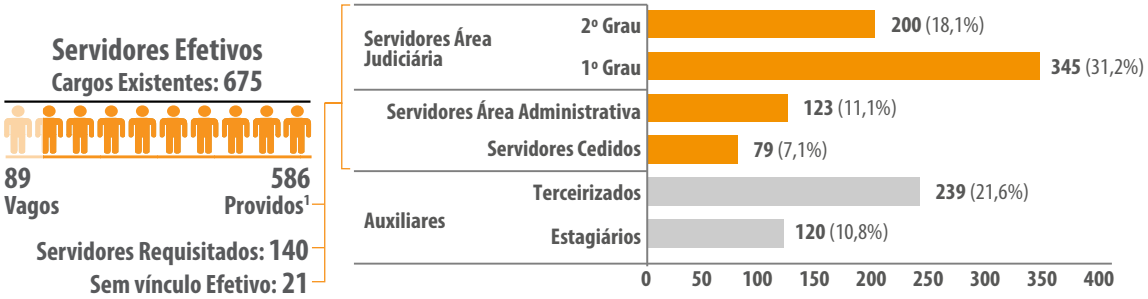
Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região (RN)

Despesas



Força de Trabalho

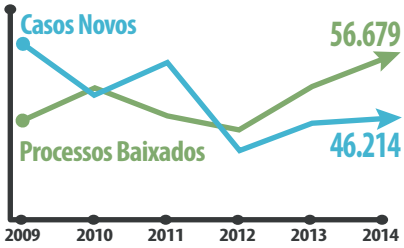


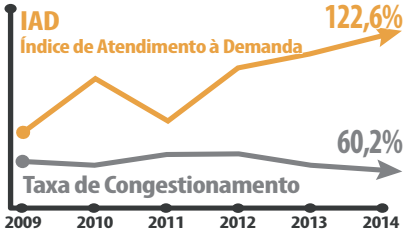


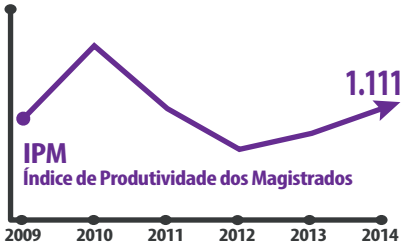
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

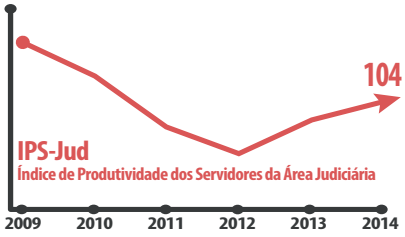
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	8.462	37.752	**46.214**	↑ 1,8%
Conhecimento	-	26.680	**26.680**	↓ -3,5%
Execução	-	11.072	**11.072**	↑ 5,2%
Julgados	9.015	40.261	**49.276**	↓ -6,2%
Conhecimento	-	27.791	**27.791**	↑ 3,6%
Execução	-	12.470	**12.470**	↓ -27,0%
Baixados	7.446	49.233	**56.679**	↑ 9,5%
Conhecimento	-	32.570	**32.570**	↑ 29,2%
Execução	-	16.663	**16.663**	↓ -12,0%
Estoque	5.808	90.378	**96.186**	↑ 5,8%
Conhecimento	-	26.655	**26.655**	↑ 13,2%
Execução	-	63.723	**63.723**	↑ 4,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	88,0%	130,4%	**122,6%**	↑ 8,68p.p.
Conhecimento	-	122,1%	**122,1%**	↑ 30,93p.p.
Execução	-	150,5%	**150,5%**	↓ -29,45p.p.
Taxa Congest.	47,8%	61,6%	**60,2%**	↓ -1,83p.p.
Conhecimento	-	38,9%	**38,9%**	↓ -11,83p.p.
Execução	-	77,7%	**77,7%**	↑ 4,14p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	846	653	**691**	↑ 0,8%
Carga de Trab.	1.581	3.245	**2.918**	↑ 3,2%
Proc. Julgados	902	982	**966**	↓ -6,2%
IPM (Baixados)	745	1.201	**1.111**	↑ 9,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	42	78	**65**	↓ -0,3%
Carga de Trab.	79	386	**273**	↑ 2,1%
IPS-Jud (Baixados)	37	143	**104**	↑ 8,3%

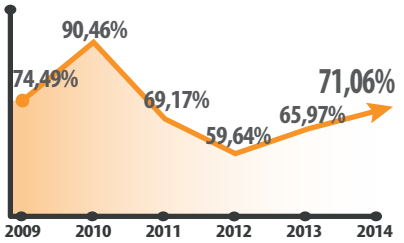


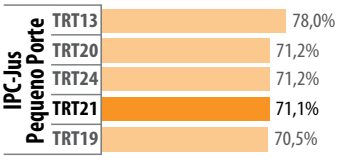






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



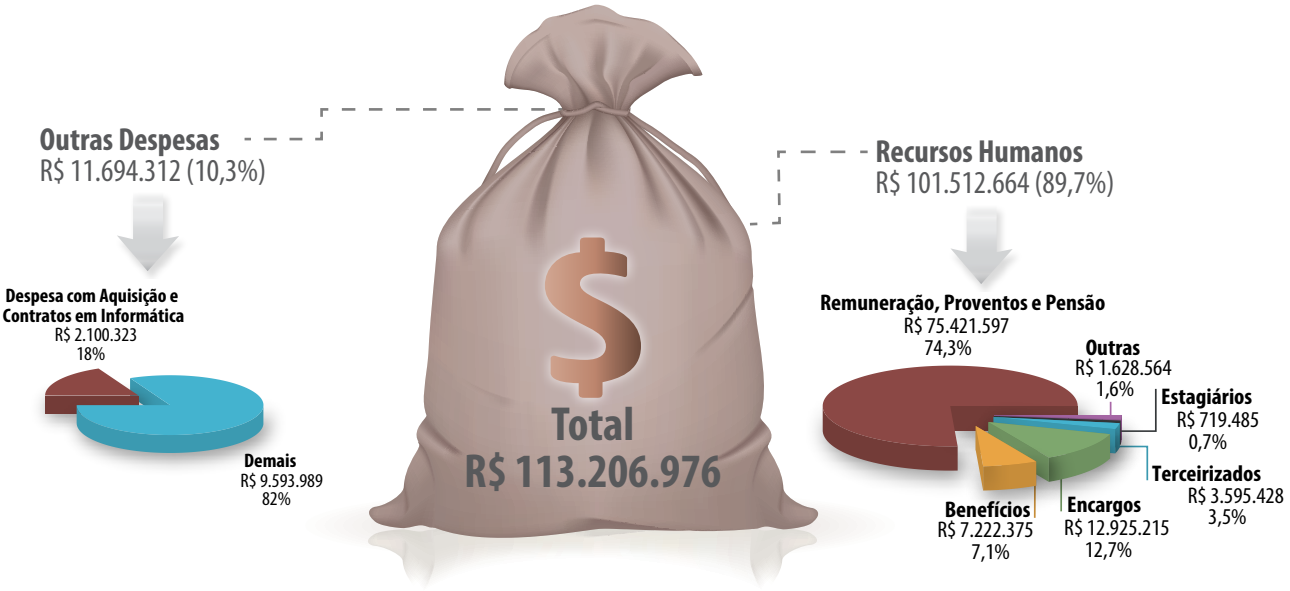


Assuntos mais recorrentes

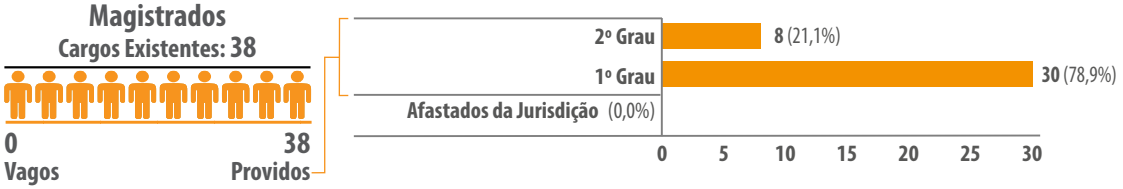
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	50.158
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	4.648
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	3.804
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	3.281
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	2.239
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Recurso/ Cabimento	2.064
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	1.507
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	1.460
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	1.321
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária	1.275

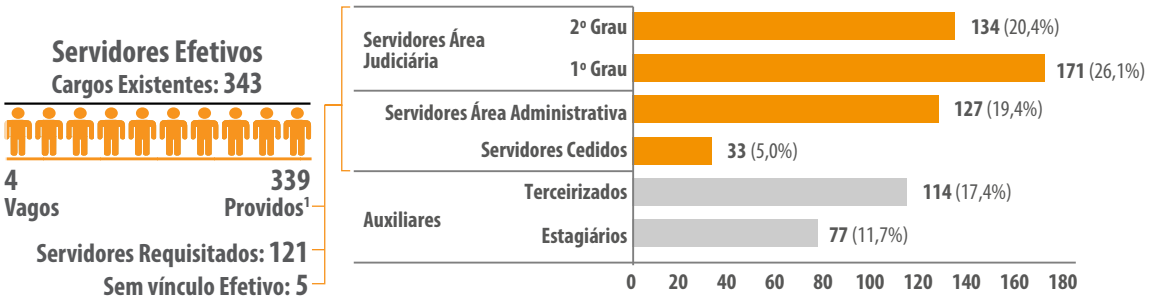
Tribunal Regional do Trabalho 22ª Região (PI)

Despesas



Força de Trabalho

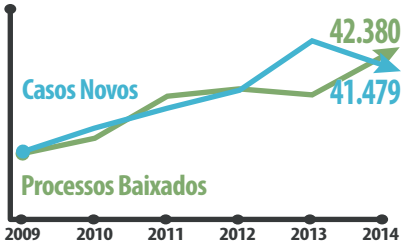


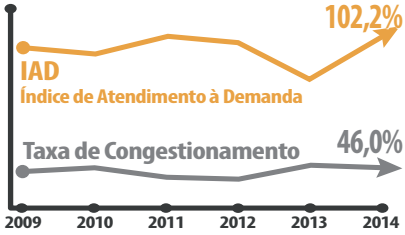


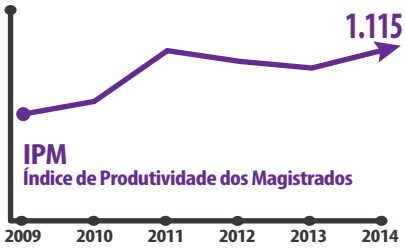
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

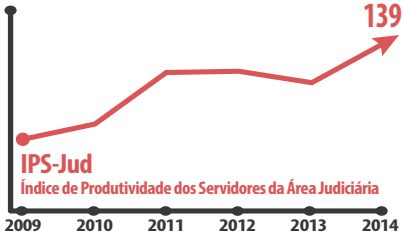
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	8.093	33.386	**41.479**	↓ -6,6%
Conhecimento	-	25.834	**25.834**	↓ -11,3%
Execução	-	7.552	**7.552**	↑ 17,0%
Julgados	9.698	33.640	**43.338**	↑ 22,3%
Conhecimento	-	26.989	**26.989**	↑ 14,6%
Execução	-	6.651	**6.651**	↑ 96,2%
Baixados	10.127	32.253	**42.380**	↑ 13,2%
Conhecimento	-	26.547	**26.547**	↑ 7,8%
Execução	-	5.706	**5.706**	↑ 89,2%
Estoque	5.356	31.664	**37.020**	↑ 38,7%
Conhecimento	-	11.476	**11.476**	↑ 60,0%
Execução	-	20.188	**20.188**	↑ 10,8%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	125,1%	96,6%	**102,2%**	↑ 17,88p.p.
Conhecimento	-	102,8%	**102,8%**	↑ 18,22p.p.
Execução	-	75,6%	**75,6%**	↑ 28,81p.p.
Taxa Congest.	24,7%	50,4%	**46,0%**	↓ -1,35p.p.
Conhecimento	-	28,8%	**28,8%**	↓ -3,32p.p.
Execução	-	79,4%	**79,4%**	↓ -8,34p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.012	867	**897**	↓ -17,6%
Carga de Trab.	1.939	2.341	**2.256**	↑ 2,4%
Proc. Julgados	1.212	1.121	**1.140**	↑ 12,6%
IPM (Baixados)	1.266	1.075	**1.115**	↑ 4,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	60	152	**112**	↓ -10,6%
Carga de Trab.	116	411	**281**	↑ 11,1%
IPS-Jud (Baixados)	76	189	**139**	↑ 13,2%

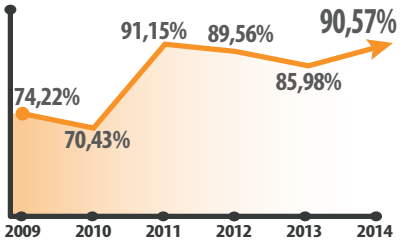


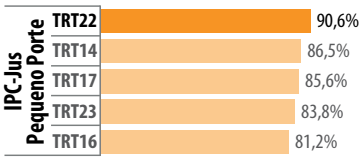






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



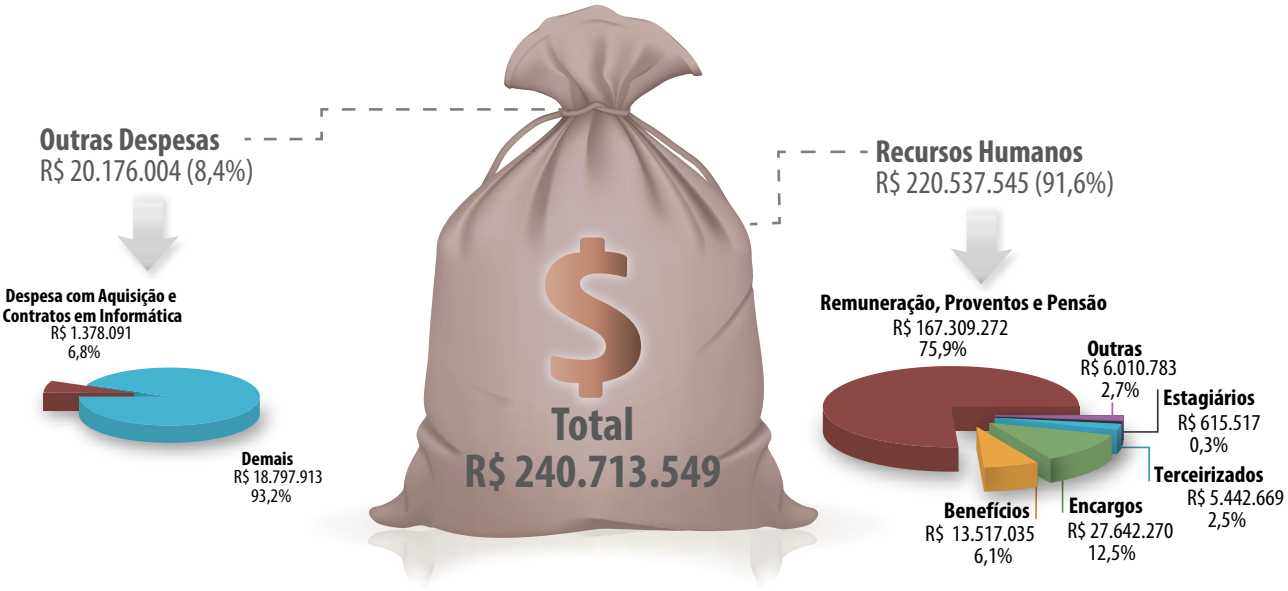


Assuntos mais recorrentes

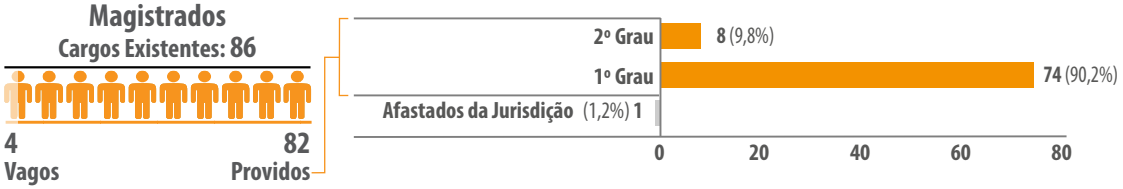
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	17.499
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	4.800
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	4.687
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	4.040
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	2.423
DIREITO DO TRABALHO: Outras Relações de Trabalho/Honorários Profissionais	2.214
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/ Obrigação de Fazer / Não Fazer	1.658
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	466
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios	310
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	157

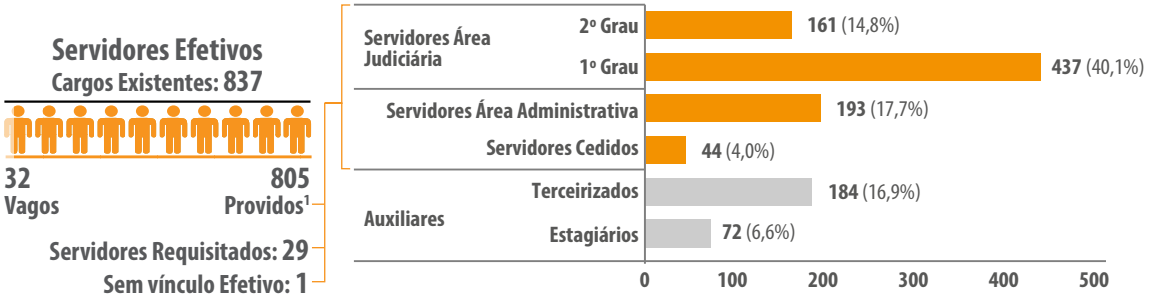
Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região (MT)

Despesas



Força de Trabalho

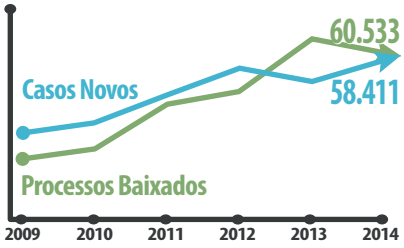


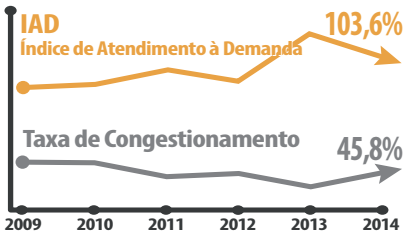


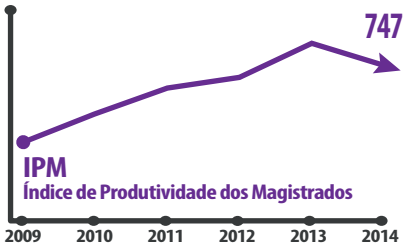
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

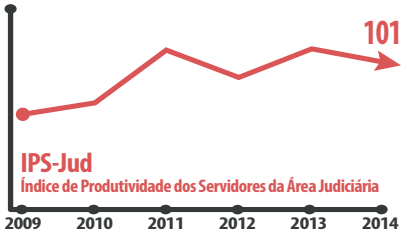
Litigiosidade

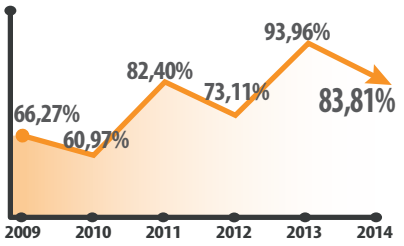
	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	9.376	49.035	**58.411**	↑ 6,8%
Conhecimento	-	41.624	**41.624**	↑ 8,2%
Execução	-	7.411	**7.411**	↑ 0,4%
Julgados	11.654	50.245	**61.899**	↓ -8,8%
Conhecimento	-	41.424	**41.424**	↓ -9,9%
Execução	-	8.821	**8.821**	↓ -24,5%
Baixados	8.109	52.424	**60.533**	↓ -4,0%
Conhecimento	-	42.237	**42.237**	↓ -7,3%
Execução	-	10.187	**10.187**	↑ 0,2%
Estoque	7.228	46.074	**53.302**	↑ 11,8%
Conhecimento	-	13.671	**13.671**	↑ 71,9%
Execução	-	32.403	**32.403**	↓ -14,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	86,5%	106,9%	**103,6%**	↓ -11,65p.p.
Conhecimento	-	101,5%	**101,5%**	↓ -16,97p.p.
Execução	-	137,5%	**137,5%**	↓ -0,25p.p.
Taxa Congest.	51,2%	44,9%	**45,8%**	↑ 7,39p.p.
Conhecimento	-	23,6%	**23,6%**	↑ 21,77p.p.
Execução	-	74,4%	**74,4%**	↓ -3,11p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.172	572	**631**	↑ 4,7%
Carga de Trab.	2.289	1.404	**1.491**	↑ 4,9%
Proc. Julgados	1.457	688	**764**	↓ -11,0%
IPM (Baixados)	1.014	718	**747**	↓ -6,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	58	96	**86**	↑ 8,0%
Carga de Trab.	114	234	**202**	↑ 8,3%
IPS-Jud (Baixados)	50	120	**101**	↓ -3,3%









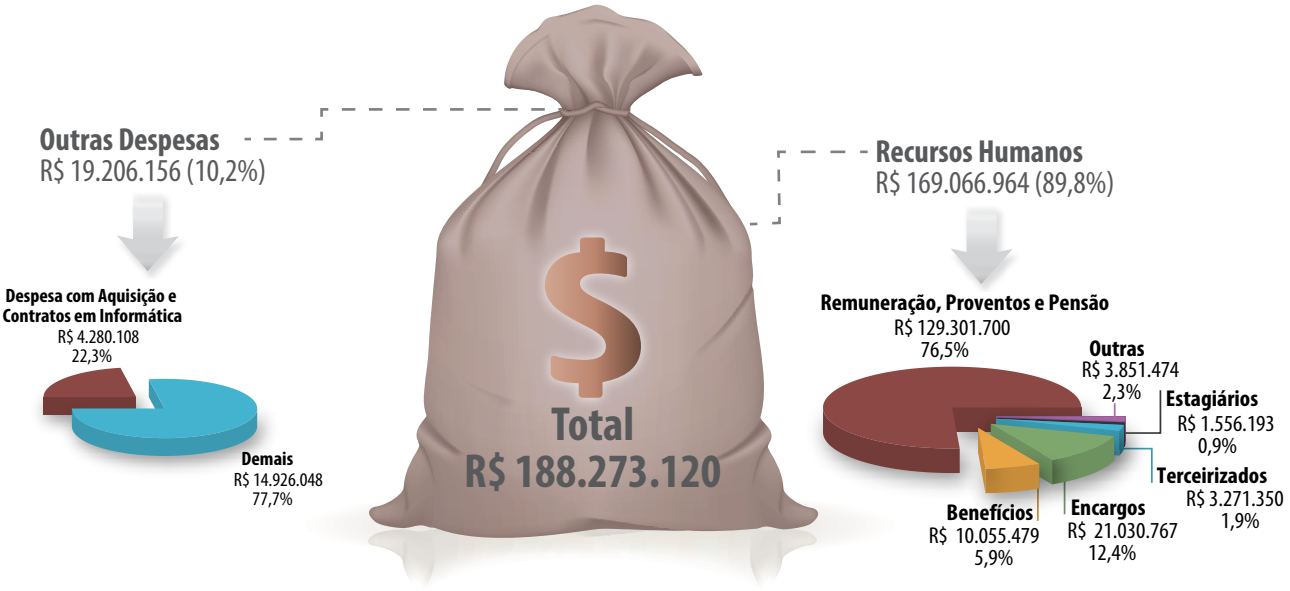


Assuntos mais recorrentes

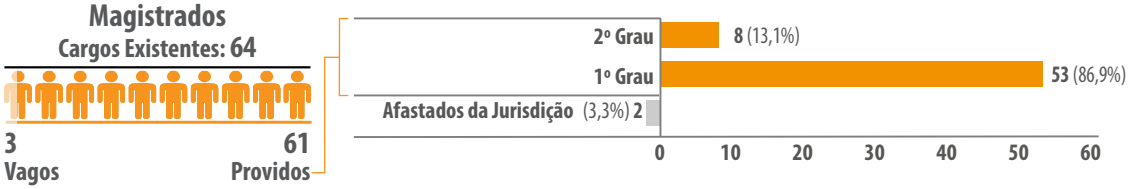
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	146.411
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	20.451
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	14.665
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	11.393
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	10.749
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	9.394
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	5.851
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Supressão de Horas Extras Habituais - Indenização	5.404
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Multa Prevista em Norma Coletiva	3.256
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	2.577

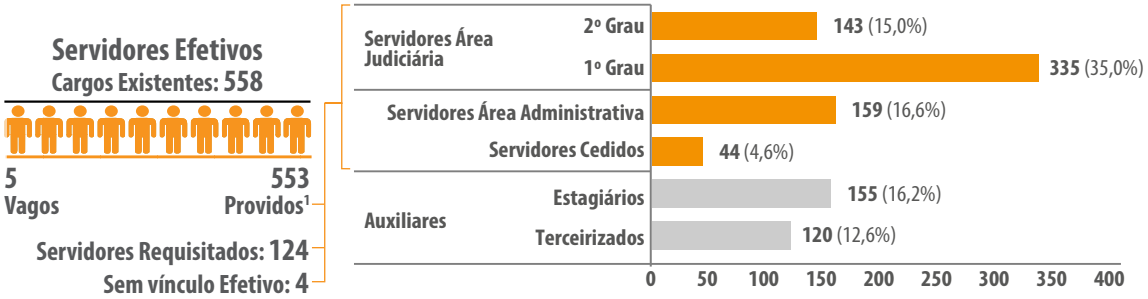
Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região (MS)

Despesas



Força de Trabalho

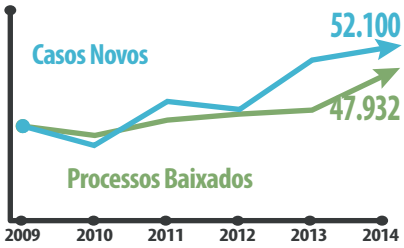


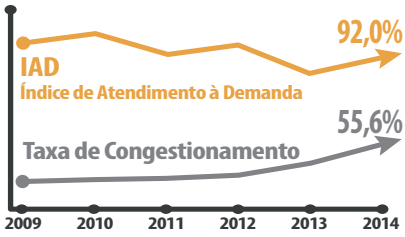


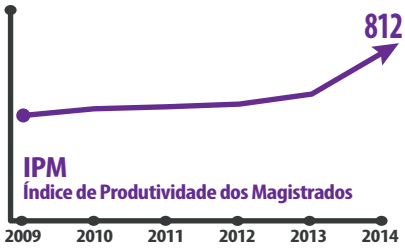
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

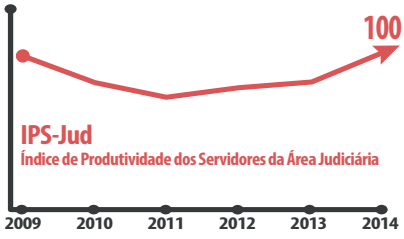
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	8.430	43.670	**52.100**	↑ 3,7%
Conhecimento	-	33.783	**33.783**	↑ 4,6%
Execução	-	9.887	**9.887**	↓ -1,3%
Julgados	10.320	34.459	**44.779**	↑ 2,9%
Conhecimento	-	29.047	**29.047**	↓ 0,0%
Execução	-	5.412	**5.412**	↓ -0,9%
Baixados	7.634	40.298	**47.932**	↑ 11,3%
Conhecimento	-	31.539	**31.539**	↑ 8,6%
Execução	-	8.759	**8.759**	↑ 24,6%
Estoque	2.944	53.012	**55.956**	↑ 79,0%
Conhecimento	-	29.628	**29.628**	↑ 120,3%
Execução	-	23.384	**23.384**	↑ 47,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	90,6%	92,3%	**92,0%**	↑ 6,27p.p.
Conhecimento	-	93,4%	**93,4%**	↑ 3,38p.p.
Execução	-	88,6%	**88,6%**	↑ 18,41p.p.
Taxa Congest.	32,9%	58,3%	**55,6%**	↑ 8,49p.p.
Conhecimento	-	50,3%	**50,3%**	↑ 13,78p.p.
Execução	-	73,7%	**73,7%**	↑ 0,80p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	1.054	666	**719**	↑ 4,8%
Carga de Trab.	1.651	2.005	**1.957**	↑ 33,1%
Proc. Julgados	1.290	676	**759**	↑ 2,9%
IPM (Baixados)	954	790	**812**	↑ 11,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	59	101	**89**	↑ 1,7%
Carga de Trab.	92	305	**242**	↑ 29,2%
IPS-Jud (Baixados)	53	120	**100**	↑ 8,0%





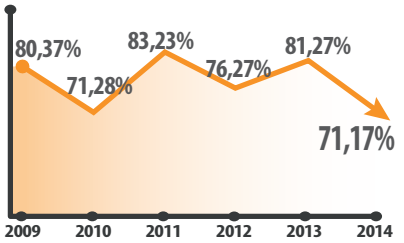


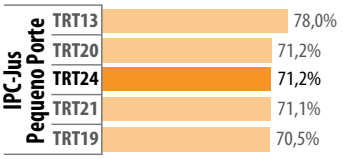


Assuntos mais recorrentes

DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	45.620
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	6.722
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário/Diferença Salarial	5.063
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Seguro Desemprego	4.002
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	3.557
DIREITO DO TRABALHO: Férias/Indenização / Terço Constitucional	2.885
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	2.817
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Décimo Terceiro Salário	2.472
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Rescisão Indireta	1.771
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Descontos Salariais - Devolução	1.365

Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





Justiça em números

6 Justiça Federal

O que é a Justiça Federal:

De acordo com o disposto nos artigos 92 e 106 da Constituição Federal, a Justiça Federal, ramo integrante da estrutura do Poder Judiciário, é composta pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Juízes Federais.

A Justiça Federal compõe, juntamente com a Justiça Estadual, a chamada Justiça Comum, competindo, especificamente, à Justiça Federal, julgar as causas em que a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais sejam interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes; as causas que envolvam Estados estrangeiros ou tratados internacionais; os crimes políticos ou aqueles praticados contra bens, serviços ou interesses da União; os crimes contra a organização do trabalho; a disputa sobre os direitos indígenas, entre outros. Exclui-se da competência da Justiça Federal as causas de falência, as de acidente de trabalho e as de competência das Justiças Especializadas.

Destaca-se que, em razão de inclusão definida pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a Justiça Federal também passou a julgar causas relativas a graves violações de direitos humanos, desde que seja suscitado pelo Procurador-Geral da República ao Superior Tribunal de Justiça incidente de deslocamento de competência.

Como ela se organiza:

A organização do primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal está disciplinada pela Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que determina que em cada um dos estados, assim como o Distrito Federal, se constituirá uma seção judiciária. Localizada nas capitais das unidades da federação, as seções judiciárias são formadas por um conjunto de varas federais, onde atuam os Juízes Federais. Cabe a eles o julgamento originário da maior parte das ações submetidas à Justiça Federal.

O segundo grau de Jurisdição da Justiça Federal é composto por cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), com sedes em Brasília (TRF 1ª Região), Rio de Janeiro (TRF 2ª Região), São Paulo (TRF 3ª Região), Porto Alegre (TRF 4ª Região) e Recife (TRF 5ª Região).

Como ela se organiza:

Os TRFs englobam duas ou mais seções judiciárias, conforme definido a seguir:

TRF 1ª Região - Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins;

TRF 2ª Região - Espírito Santo e Rio de Janeiro;

TRF 3ª Região - Mato Grosso do Sul e São Paulo;

TRF 4ª Região - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;

TRF 5ª Região - Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Nas comarcas onde não houver vara federal, os juízes de Direito da Justiça Estadual são competentes para julgar, entre outros, os processos ajuizados por moradores residentes naquela comarca contra instituições previdenciárias (art. 15, Lei 5.010).

O que são os juizados especiais Federais?

Além das varas federais, compõem, também, o primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal, os juizados especiais federais (JEFs).

Os juizados especiais federais foram criados pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, com aplicação subsidiária da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Aos juizados especiais federais cíveis competem julgar as causas que não ultrapassem o valor de sessenta salários mínimos, desde que sejam parte no processo: a) como autores, pessoas físicas e micro e pequenas empresas; e, b) como rés, a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas. Algumas exceções para a competência dos JEFs Cíveis são estabelecidas no art. 3º, § 1º da Lei nº 10.259/2001.

Já nos juizados especiais federais criminais são processadas as infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, com penas de multas e/ou que não ultrapassem dois anos.

Das decisões dos juizados federais cabe recurso às turmas recursais e, no caso de divergência entre as decisões proferidas por diferentes turmas recursais da mesma região, caberá pedido de uniformização de jurisprudência à turma regional de uniformização.

Em resumo, serão apresentados os principais indicadores da Justiça Federal, com informações abrangendo aspectos orçamentários, estruturais, de recursos humanos e de litigiosidade.

A primeira seção traz um resumo da estrutura das unidades judiciárias. As análises contam com técnica de visualização territorial e, ainda, com algumas correlações entre estrutura, litigiosidade e aspectos demográficos.

Na segunda seção, será apresentado um panorama global dos principais dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, segundo as três grandes vertentes que norteiam a pesquisa, quais sejam: a) Recursos Financeiros; b) Recursos Humanos e c) Litigiosidade.

A terceira seção conta com um diagnóstico especificamente relacionado aos processos eletrônicos e seus avanços na série histórica.

Em consonância com a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição regulamentada pela Resolução CNJ 194/2014, a quarta seção traz comparações dos indicadores entre 1º grau e 2º grau.

A quinta seção se destina à análise dos processos de execução e seu impacto nos indicadores de produtividade, com particular atenção, quanto às execuções fiscais.

De forma inédita, a sexta seção permite uma análise mais detalhada das demandas existentes na Justiça Federal, com segmentação dos casos novos por classe processual e por assunto.

Por fim, a última seção tratará da Gestão e do Desempenho da Justiça, com apresentação do indicador sintético IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça), o qual compara a eficiência relativa dos tribunais, segundo a técnica de análise de fronteira denominada por DEA (“*Data Envelopment Analysis*”). Também serão apresentados estudos de cenário, com o objetivo de comparar o desempenho atual dos TRFs e das seções Judiciárias com o desempenho esperado, segundo um modelo retrospectivo.

Ao final do capítulo, apresenta-se uma síntese com os principais resultados observados seguido da disponibilização dos dados de cada tribunal e do total da justiça, na forma de infográficos.

6.1 Estrutura da Justiça Federal

O primeiro grau da Justiça Federal conta com uma estrutura de 276 subseções Judiciárias e 976 unidades judiciárias, distribuídas entre 213 juizados especiais (22%) e 763 varas federais (78%). Cerca de 40% das unidades judiciárias funcionam apenas como juízo comum, sem acúmulo de competência de juizado.

Das 27 unidades da federação, 14 estão abrangidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e representam 80% da área do território nacional, 46% dos municípios, 37% da população, 30% das varas e juizados, 31% dos casos novos e 27% do total de processos baixados da Justiça Federal.

Gráfico 6.1 – Percentual da estrutura da Justiça Federal por Tribunal

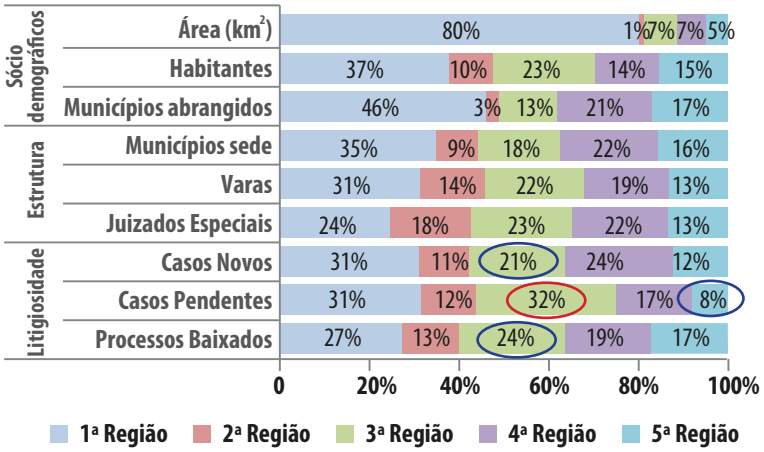
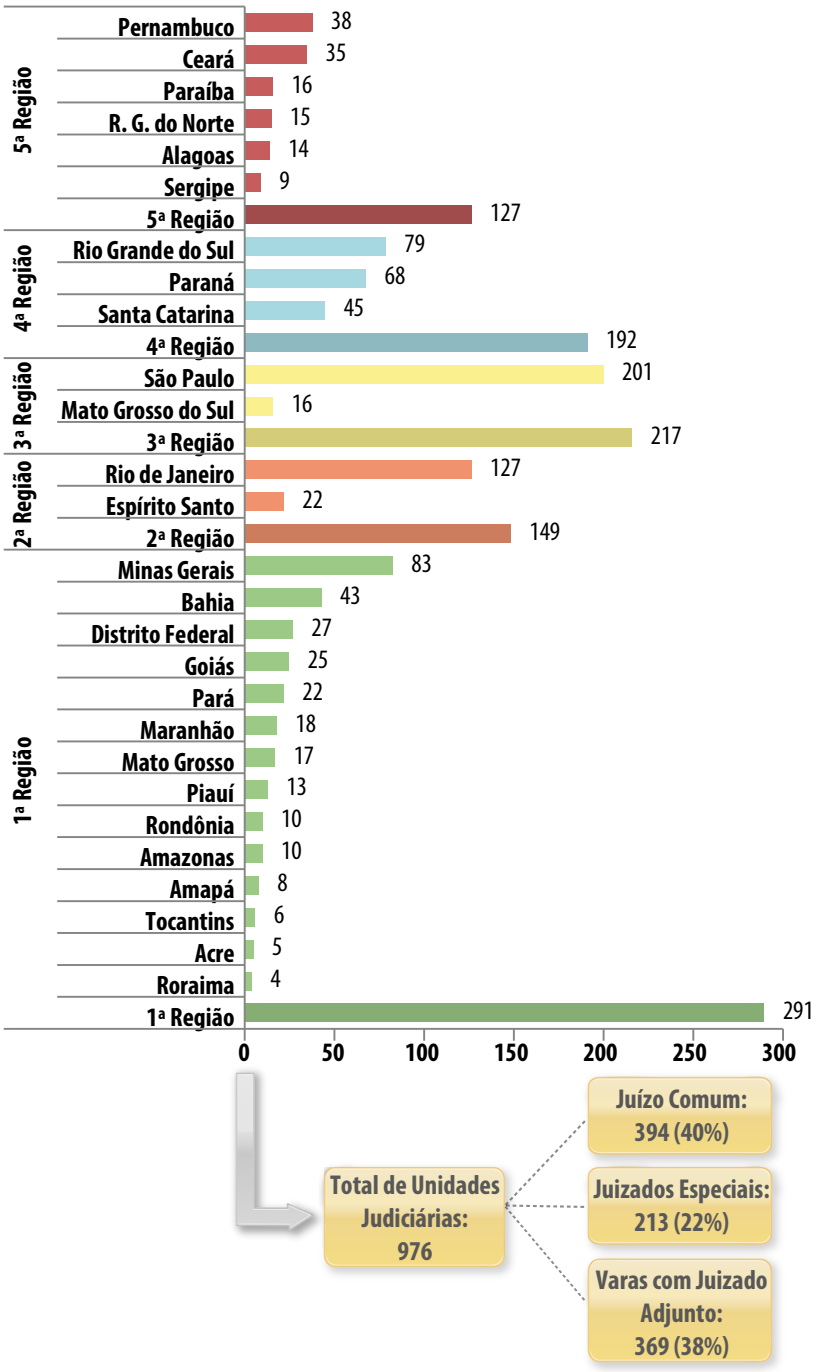


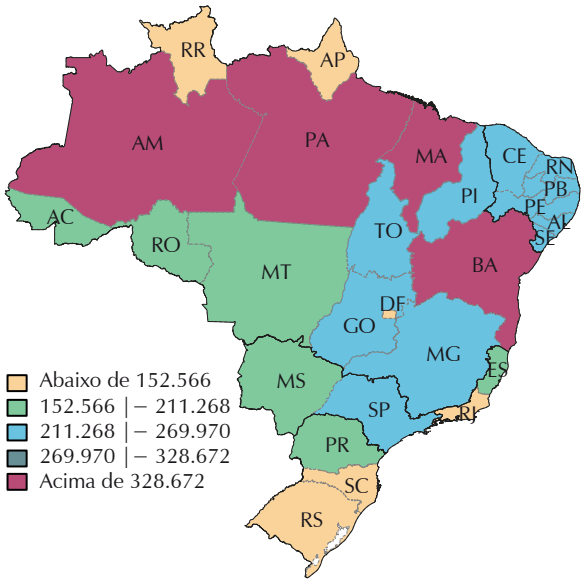
Gráfico 6.2 – Unidades Judiciárias de 1º Grau na Justiça Federal



A seguir, serão apresentadas as informações de estrutura, com visualização no território nacional por faixas de valores.

Conforme as Figura 6.1 e Figura 6.2, observa-se que o TRF da 4ª Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), apesar de ter baixo quantitativo de habitantes por unidade judiciária, apresenta o maior número de casos novos por 100 mil habitantes e, por conseguinte, alto número de casos novos por unidade judiciária.

Figura 6.1 – Habitantes por Unidade Judiciária

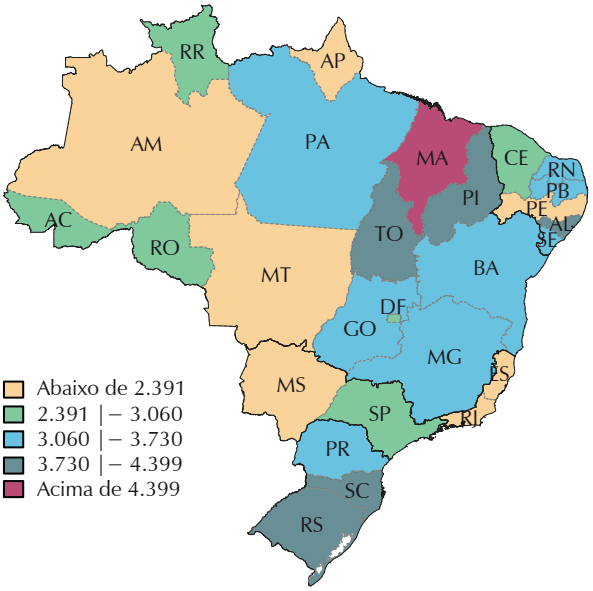


Média por Tribunal

Tribunal	Indicador
TRF 1ª Região	260.229
TRF 2ª Região	136.552
TRF 3ª Região	215.000
TRF 4ª Região	151.126
TRF 5ª Região	244.206
Federal	**207.744**

✓ Apenas seções judiciárias do TRF1 apresentaram mais de 270 mil habitantes por unidade judiciária.

Figura 6.2 – Casos Novos no 1º Grau e nos Juizados Especiais por Unidade Judiciária

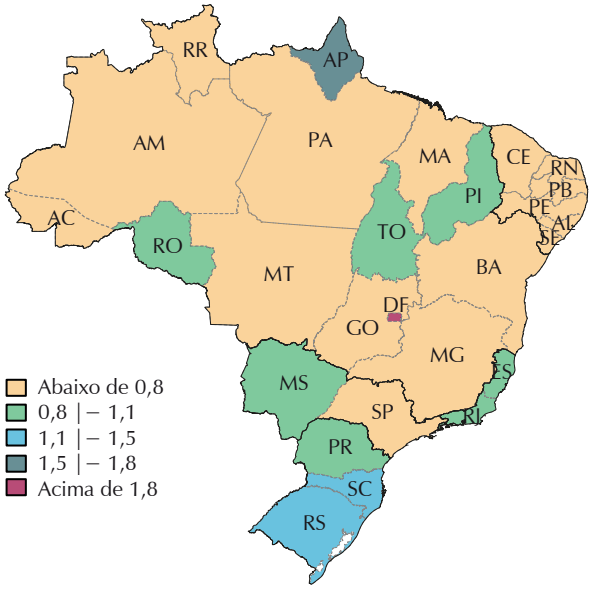


Média por Tribunal

Tribunal	Indicador
TRF 1ª Região	3.291
TRF 2ª Região	2.232
TRF 3ª Região	2.922
TRF 4ª Região	3.748
TRF 5ª Região	2.936
Federal	**3.091**

✓ A única seção judiciária a apresentar alto número tanto em relação à demanda processual quanto ao número de habitantes por unidade foi Maranhão.

Figura 6.3 – Magistrados por 100.000 Habitantes nas Seções Judiciárias

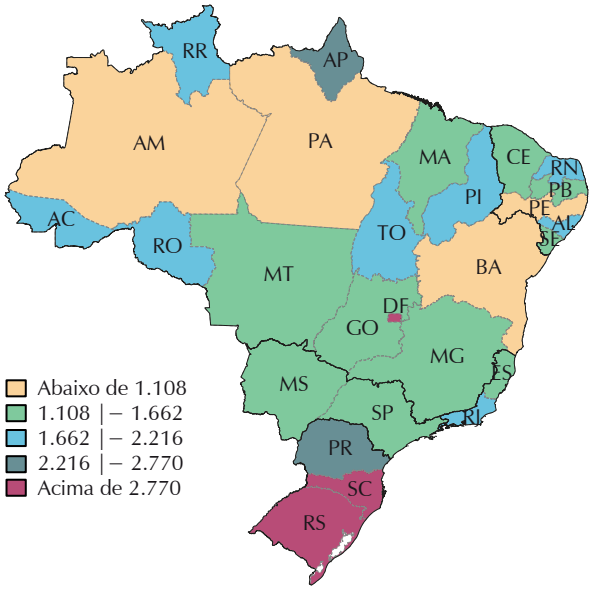


Magistrados por 100.000 Habitantes por Tribunal[1]

Tribunal	Indicador
TRF 1ª Região	0,74
TRF 2ª Região	1,21
TRF 3ª Região	0,78
TRF 4ª Região	1,34
TRF 5ª Região	0,62
Federal	**0,86**

✓ O Distrito Federal é a única seção judiciária que apresenta mais de 1,8 magistrado por 100 mil habitantes.

Figura 6.4 – Casos Novos por 100.000 Habitantes nas Seções Judiciárias



Casos Novos por 100.000 Habitantes por Tribunal[2]

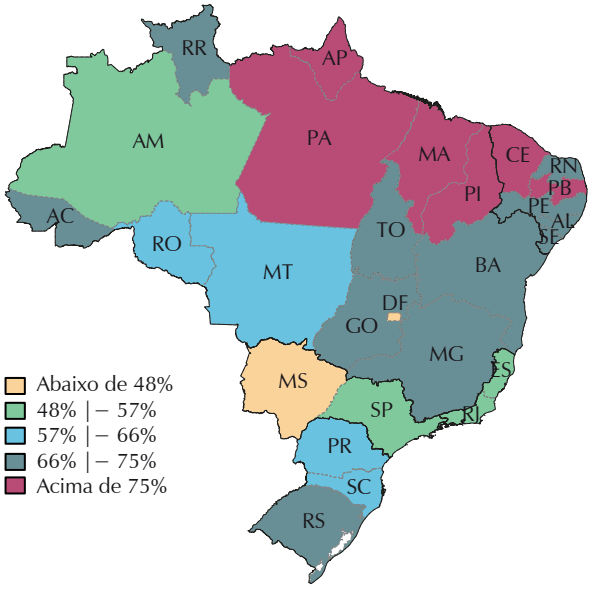
Tribunal	Indicador
TRF 1ª Região	1.648
TRF 2ª Região	1.964
TRF 3ª Região	1.708
TRF 4ª Região	3.278
TRF 5ª Região	1.548
0,86	**1.911**

✓ As três seções judiciárias do TRF4 estão entre as cinco com mais de 2.216 casos novos por cem mil habitantes.

1 No indicador por seção judiciária incluem-se os magistrados das varas, dos juizados especiais e das turmas recursais. No indicador por tribunal, somam-se, ainda, os desembargadores.

2 No indicador por seção judiciária incluem-se os casos novos das varas, dos juizados especiais e das turmas recursais. No indicador por tribunal, somam-se, ainda, os casos novos de 2º grau e de Turmas Regionais de Uniformização.

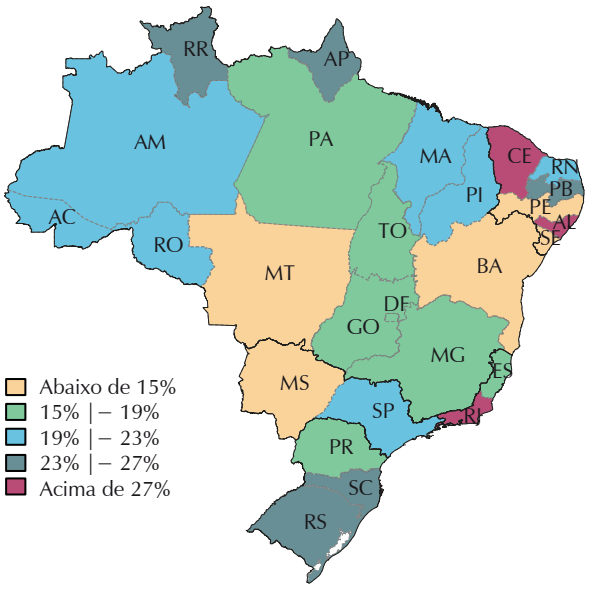
Figura 6.5 – Percentual de Casos Novos nos Juizados Especiais em relação ao Total de Casos Novos das Varas e dos Juizados Especiais.



Média por Tribunal

Tribunal	Indicador
TRF 1ª Região	69%
TRF 2ª Região	55%
TRF 3ª Região	52%
TRF 4ª Região	64%
TRF 5ª Região	76%
Federal	**64%**

Figura 6.6 – Percentual de Juizados Especiais em relação ao Total de Unidades Judiciárias (Varas e Juizados).



Média por Tribunal

Tribunal	Indicador
TRF 1ª Região	18%
TRF 2ª Região	26%
TRF 3ª Região	22%
TRF 4ª Região	24%
TRF 5ª Região	22%
Federal	**22%**

✓ As seções judiciárias do Ceará e Mato Grosso do Sul possuem, respectivamente, maior e menor percentuais tanto de casos novos quanto percentual de juizados especiais.

6.2 Dados Globais da Justiça Federal

Esta seção destina-se a apresentar um panorama global da Justiça Federal, segmentado entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

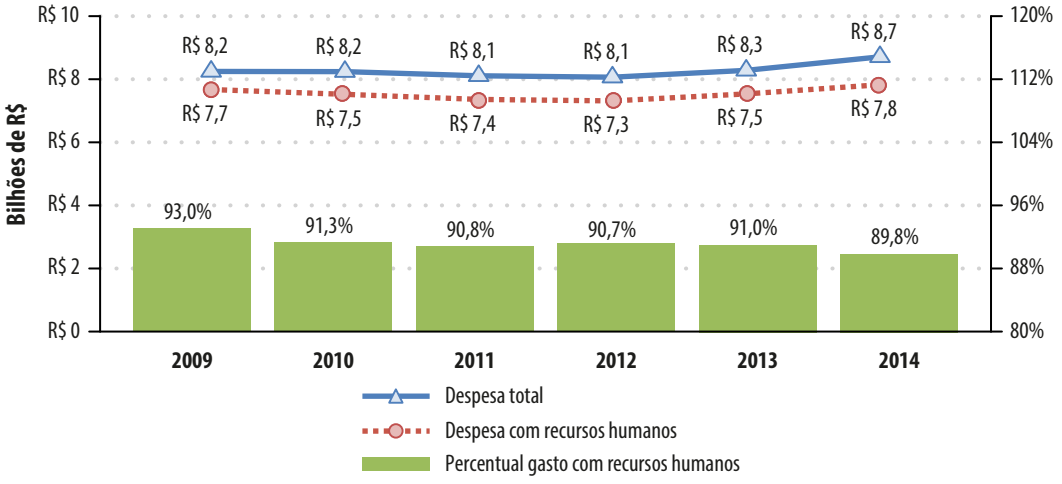
6.2.1 Recursos Financeiros

As despesas totais da Justiça Federal somaram aproximadamente R$ 8,7 bilhões no ano de 2014, o que representou um crescimento de 5,2% em relação ao ano de 2013, e em 5,6% no último sexênio[3], ou seja, o aumento da despesa entre os anos de 2009 e 2013 acompanhou o aumento da inflação. Essa despesa equivale a 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,4% dos gastos totais da União e a um custo pelo serviço de justiça de R$ 43 por habitante. Os gastos com recursos humanos são responsáveis por 89,8% do orçamento total e compreendem, além da remuneração de magistrados, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, também todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos diminui quase 3 pontos percentuais em relação ao ano de 2009, atingindo o menor percentual da série histórica no ano de 2014, conforme aponta o Gráfico 6.3.

Ao detalhar as despesas com recursos humanos, já que são responsáveis pela maior parte do orçamento dos tribunais, observa-se que 93,8% dos gastos destinam-se ao pagamento de magistrados e servidores (ativos, inativos e pensionistas), abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de outras despesas indenizatórias. Apenas 6,2% referem-se aos custos de terceirizados e estagiários (Gráfico 6.5).

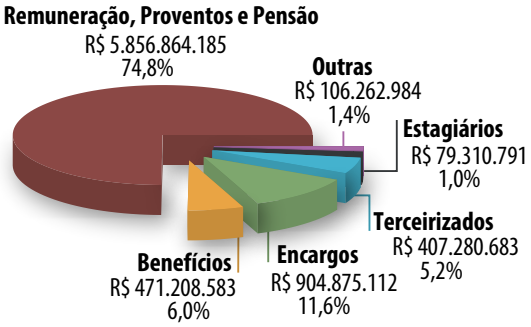
A Justiça Federal arrecadou durante o ano de 2014 cerca de R$ 9,8 bilhões, sendo o único ramo de justiça a arrecadar montante superior ao seu gasto total, ou seja, representou um retorno financeiro equivalente 13% de suas despesas. Computam-se nessa rubrica os recolhimentos com custas e emolumentos (R$ 85,2 milhões, 0,9% da arrecadação) e receitas geradas em decorrência da atividade de execução fiscal (R$ 9,8 bilhões, 99,1% da arrecadação). Em relação à série histórica houve grande oscilação nas receitas desde 2009, sendo o valor de 2014 superior apenas ao ano de 2010, conforme ilustra o Gráfico 6.5. Cabe esclarecer, todavia, que parte de tais arrecadações é realizada por atuação do Judiciário para a finalidade de cobrança do Poder Executivo.

Gráfico 6.3 - Série Histórica das Despesas da Justiça Federal



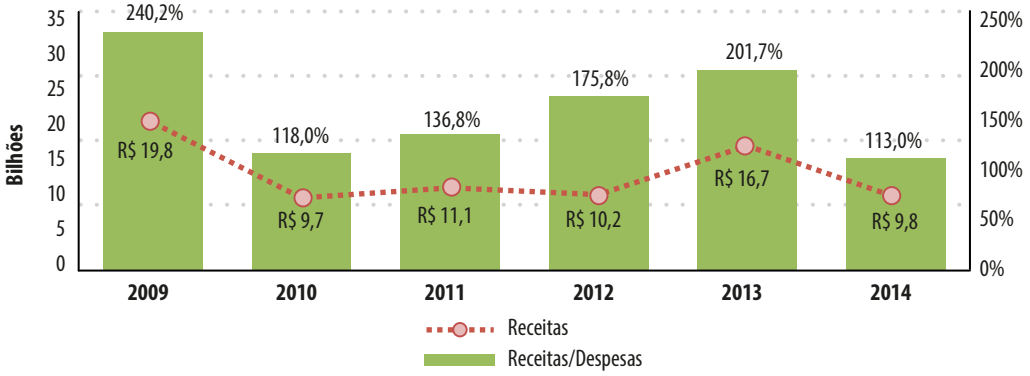
3 Todos os valores monetários de 2009 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 6.4 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Federal



✓ Dentre as despesas com RH, 93,8% são com magistrados e servidores (ativos e inativos).

Gráfico 6.5 – Arrecadações da Justiça Federal



6.2.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Magistrados, que abrangem os juízes e os desembargadores;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados e os cedidos de outros órgãos, pertencentes ou não à estrutura do Poder Judiciário, além dos comissionados sem vínculo efetivo. Excluem-se os servidores do quadro efetivo que estão requisitados ou cedidos para outros órgãos;

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e estagiários.

A Justiça Federal contou com a atuação de **1.751 magistrados** ao final do ano de 2014, tendo em vista que, para os 1.818 cargos providos, houve 67 afastamentos, os quais podem ter ocorrido em virtude de licenças, convocação para instância superior, entre outras. Cumpre informar que existem, criados por lei, 2.480 cargos de magistrado na Justiça Federal, com a existência de 662 cargos vagos (26,7%). Desde 2009, o número de magistrados tem oscilado na Justiça Federal, com crescimento de 13% em relação ao ano de 2013 quanto a 2009.

Do total de magistrados em atividade, 92% são juízes (1.615) e 8% são desembargadores (136). É interessante ainda constatar que os cargos vagos são basicamente de juízes, pois, ao passo que no segundo grau existem apenas 3 cargos de desembargadores criados por lei e não providos (2%), no primeiro grau tem-se 659 (28%).

Figura 6.7 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Federal

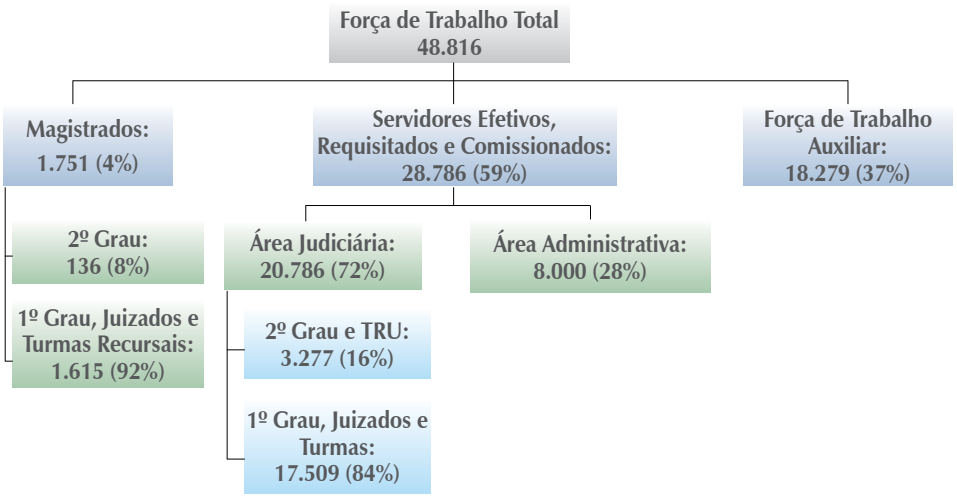


Gráfico 6.6 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Federal

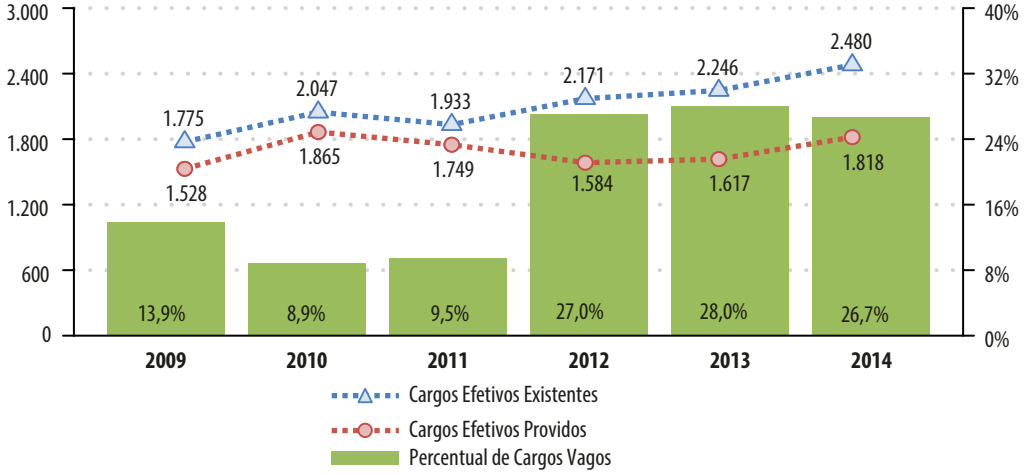


Gráfico 6.7 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Federal

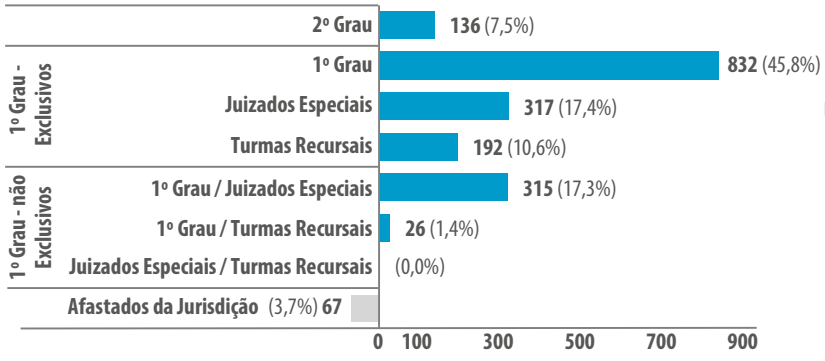
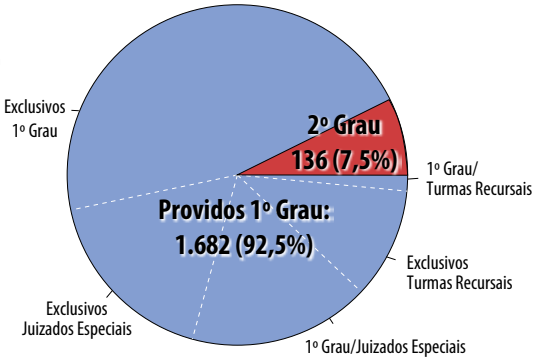


Gráfico 6.8 - Cargos de Magistrado Providos por Grau de Jurisdição



Quanto aos servidores, a Justiça Federal contava ao final de 2014 com uma equipe de **28.786 servidores**, sendo 26.795 servidores do quadro efetivo (93,1%), excluídos os 527 que estavam cedidos para outros órgãos, além de 1.855 requisitados (6,4%) e 136 sem vínculo efetivo com administração (0,5%). Há de se frisar que dos 28.075 cargos de servidor efetivo existentes, 753 (2,7%) estavam vagos ao final de 2014 conforme Gráfico 6.9.

Os servidores estão sendo alocados majoritariamente na área judiciária, que retém 72% da força de trabalho (20.786), restando 8 mil servidores na área administrativa (28%). Dentre os servidores da área judiciária, 17.509 (84,2%) estão no primeiro grau de jurisdição, incluindo juizados especiais e turmas recursais (Gráfico 6.10), onde também estão 87,3% dos processos ingressados e 88,8% do acervo processual.

Além de magistrados e servidores, a Justiça Federal conta com o apoio de **10.230 terceirizados e 8.049 estagiários**. Esse tipo de contratação diminuiu entre os anos de 2009 a 2011, passando de 34% para 28% da força de trabalho da Justiça, entretanto, em 2012 houve aumento de 4,4 mil terceirizados e 3,6 mil estagiários, o que fez com que estes trabalhadores passassem a representar 40% da força de trabalho. Nos dois anos subsequentes houve maior crescimento no quantitativo de servidores, o que ocasionou 38,8% de trabalhadores auxiliares na força de trabalho da Justiça Federal no ano de 2014.

Gráfico 6.9 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Federal

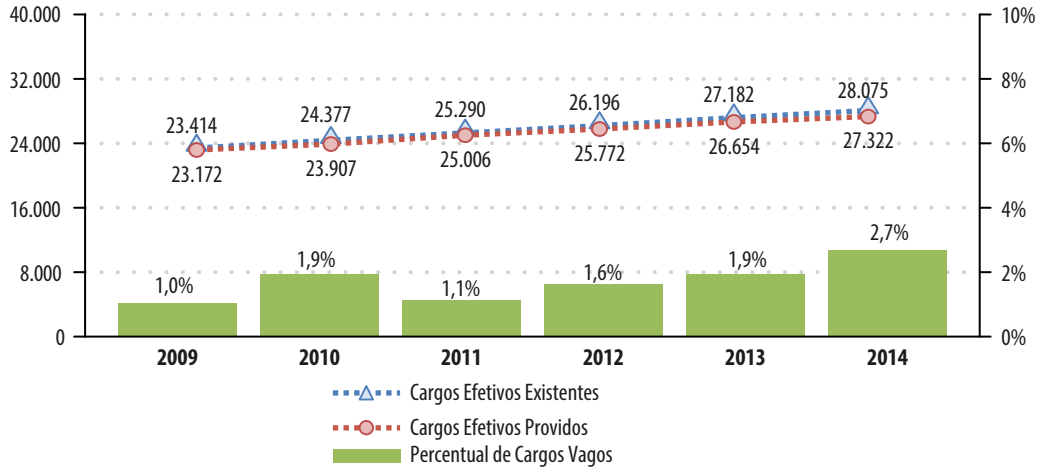


Gráfico 6.10 - Lotação dos Servidores

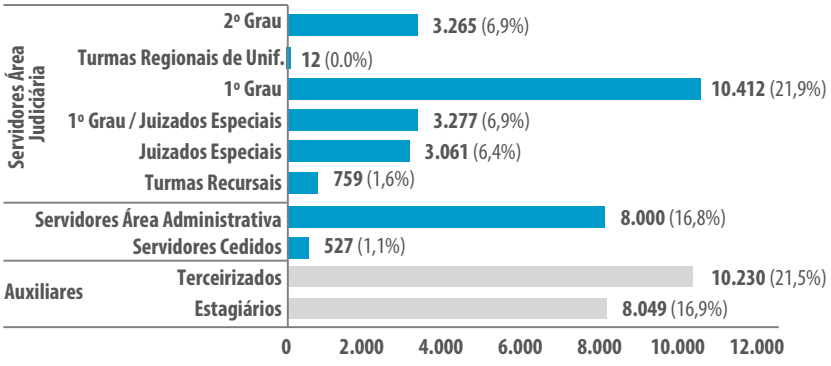
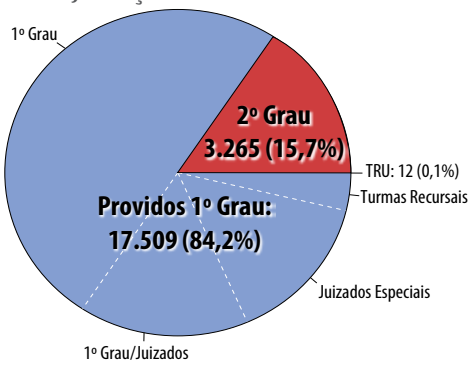


Gráfico 6.11 – Servidores da Área Judiciária por Grau de Jurisdição



6.2.3 Litigiosidade

A Justiça Federal iniciou o ano de 2014 com um **estoque de 8,5 milhões de processos**, quantitativo que aumentou 4,3% em relação ao ano anterior e 12,1% no sexênio. O aumento dos casos pendentes está correlacionado com a redução da produtividade dos magistrados (variação de -13,2% em relação ao ano anterior e -6,8% em relação a 2009 no IPM[4]) e dos servidores (variação de -5,4% em relação ao ano anterior e -2,9% em relação a 2009 no IPS[5]). Estima-se que ao final de 2014 o estoque ainda cresça em mais de quatro pontos percentuais, devido à diminuição do quantitativo de processos baixados em relação ao ano anterior (-1,9%) e o aumento dos casos novos (+20,8%) e pendentes (+4,3%) nesse período. Esses comportamentos ocasionaram um impacto de três pontos percentuais a mais na taxa de congestionamento da Justiça Federal no ano de 2014 em relação a 2013.

4 Índice de Produtividade dos Magistrados calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de magistrados em atividade.

5 Índice de Produtividade dos Servidores calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de servidores da área judiciária em atividade.

A série histórica da movimentação processual observada no Gráfico 6.12 mostra que pela primeira vez desde o ano de 2009 o quantitativo de casos novos foi superior ao de processos baixados, contribuindo ainda mais para o aumento do estoque de processos. Observa-se que, mesmo que não ingressassem novos processos na Justiça Federal a partir de 2014, e que a produtividade fosse equivalente a de 2014, seriam necessários 2 anos e 3 meses de trabalho para zerar o atual estoque.

Quanto aos indicadores de produtividade, observa-se que, em 2014, **a taxa de congestionamento da Justiça Federal foi de 70,5%** e o **Índice de Atendimento À Demanda (IAD),de 91,3%**. Ou seja, foram baixados 353 mil processos a menos que o total ingressado, sendo que, em média, a **produtividade do magistrado foi de 2.113** baixados ao ano, e a **produtividade do servidor foi mensurada em 178**.

Ao analisar os processos de conhecimento, tem-se que o IAD (Índice de Atendimento à Demanda) nesta fase é de 85% *versus* 109% alcançados na fase de execução. Já a taxa de congestionamento é de 56% na fase de conhecimento e de 86% na execução. Em relação ao ano anterior houve redução da produtividade dos magistrados em -14% para ambas as fases do processo e o aumento da taxa de congestionamento em 9 pontos percentuais para a fase de conhecimento e de 1 ponto percentual para a fase de execução, atingindo para esta última a maior taxa desde o ano de 2009.

Gráfico 6.12 – Série Histórica da Movimentação Processual

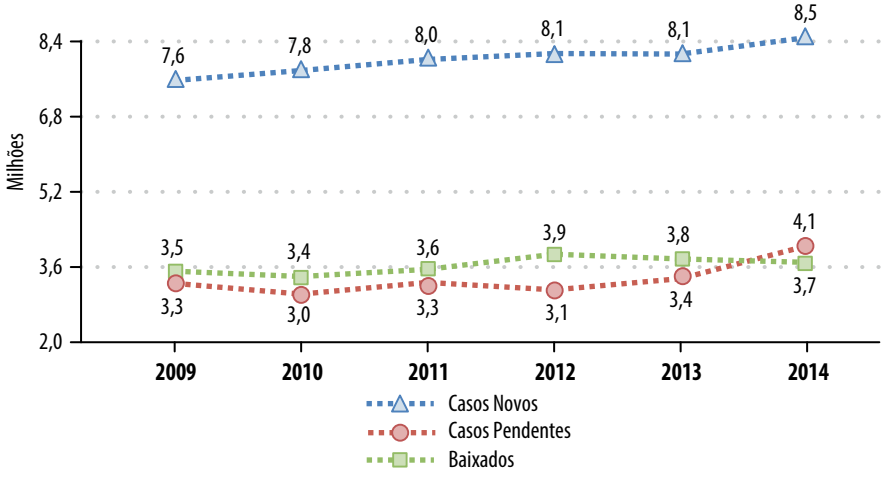
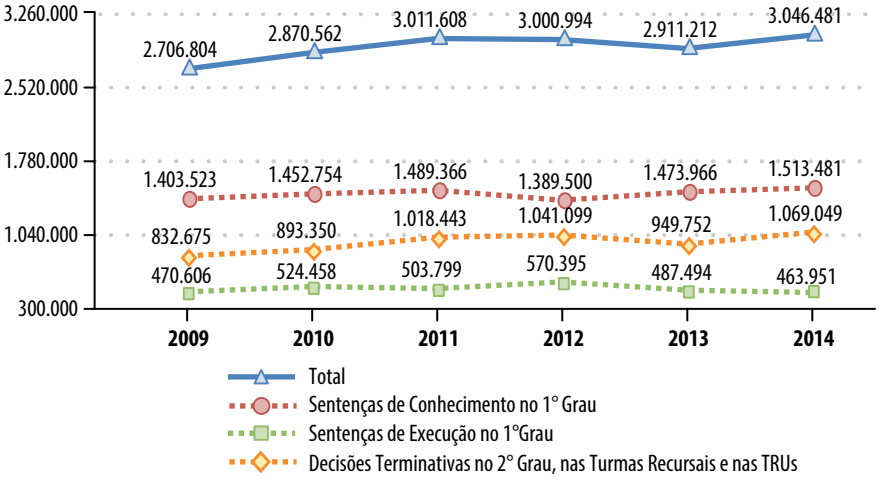


Gráfico 6.13 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões



6.3 Justiça Digital

O indicador de casos novos eletrônicos é calculado considerando o total de casos novos ingressados eletronicamente em relação ao total de casos novos, desconsiderando as execuções judiciais iniciadas.

O Brasil caminha a passos largos no cenário mundial como precursor na virtualização dos processos. Conforme pode ser observado por intermédio do Gráfico 6.14 e do Gráfico 6.15, o percentual de casos novos eletrônicos tem aumentado gradativamente desde o ano de 2009 na Justiça Federal, tanto no 2º quanto no 1º grau, destacando-se a priorização pela implantação nesta última instância em todos os tribunais. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região se destaca por ter o ingresso de todos os casos novos do 1º grau de forma eletrônica e, de cada 4 casos novos do 2º grau, 3 ingressaram eletronicamente no ano de 2014. Já a 3ª Região apresentou o menor indicador, com 64% de casos novos eletrônicos no 1º grau e nenhum no 2º.

Com o advento das Tabelas Processuais Unificadas (TPU), instituída pela Resolução CNJ 46/2007, os códigos de classe, assunto e movimentos foram padronizados nacionalmente, sendo este o primeiro passo para viabilizar a criação de um sistema único de informações. Dessa forma, em junho de 2011, o CNJ, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lançou o sistema PJe – Processo Judicial eletrônico. Trata-se de ferramenta gratuita disponibilizada a todos os tribunais brasileiros, capaz de permitir a tramitação e o acompanhamento processual, independentemente do ramo de justiça. Por meio da Resolução CNJ 185, de 18 de dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça instituiu formalmente o sistema PJe e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e seu funcionamento. A referida Resolução determinou, ainda, que todos os tribunais constituíssem comitês gestores, com plano e cronograma de implantação do PJe.

Por fim, além de fornecer as regras (TPUs) e o sistema (PJe) necessários para uma Justiça informatizada e uniforme, anualmente, o CNJ produz e publica um diagnóstico completo sobre a gestão dos tribunais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, no qual cada tribunal recebe uma classificação, cujo nível pode ser atribuído como crítico, baixo, médio, satisfatório, aprimorado e excelência[6].

Gráfico 6.14 – Evolução do Percentual de Casos Novos Eletrônicos

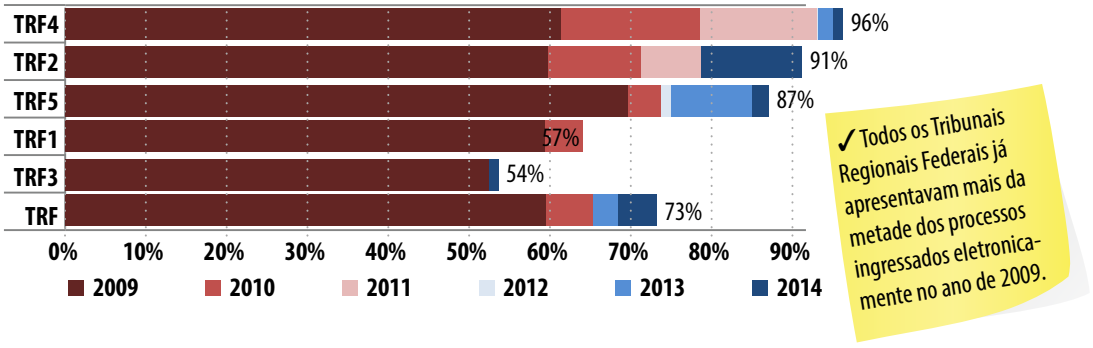
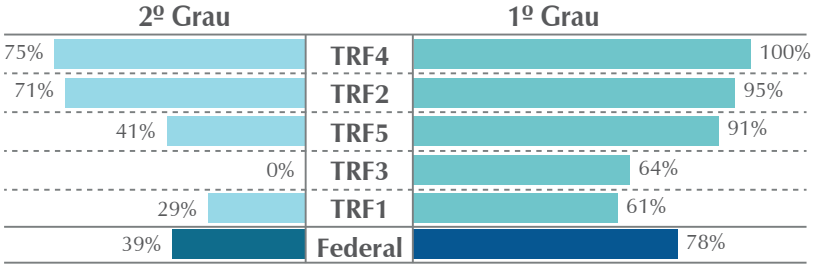
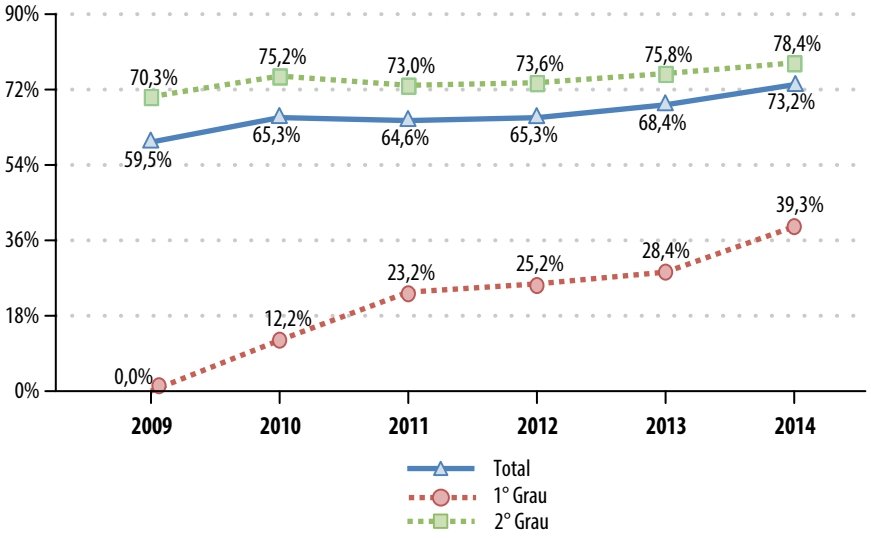


Gráfico 6.15 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos por Instância



6 O diagnóstico completo sobre a Tecnologia da Informação e Comunicação dos tribunais encontra-se disponível em http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/459-rodape/acoes-e-programas/comite-de-gestao-de-tic.

Gráfico 6.16 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça Federal



6.4 Análise Comparativa dos Indicadores de 1º e de 2º graus

Uma das linhas de atuação do Conselho Nacional de Justiça refere-se à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pelas Resoluções CNJ 194/2014 e 195/2014, com o objetivo de estruturar e desenvolver medidas concretas e permanentes destinadas à melhoria dos serviços judiciários prestados pela primeira instância dos tribunais brasileiros. No mesmo contexto, a Resolução CNJ 195/2014 determinou que a distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus fosse proporcional à demanda e ao acervo processual.

Esta seção traz como objetivo central apresentar o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis na Justiça Federal, trazendo análises sobre os principais indicadores de desempenho de forma comparada entre o 1º grau e o 2º grau. Também é apresentado, para cada indicador, um gráfico da série histórica do consolidado da Justiça Federal, segmentado por instância.

Diante de tais dados, espera-se compreender como os recursos humanos estão distribuídos em relação aos litígios nos tribunais, e ainda, como tal organização tem impactado nos resultados globais.

Para fins de consolidação, considerou-se como primeiro grau a soma da justiça comum[7], dos juizados especiais e das turmas recursais. Os dados relativos às Turmas Regionais de Uniformização (TRU) foram adicionados ao 2º grau. Os seguintes indicadores serão analisados:

- Casos Novos por Magistrado: indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de magistrados em atuação, não sendo computadas as execuções judiciais.
- Casos Novos por Servidor: indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de servidores da área judiciária em atuação, não sendo computadas as execuções judiciais.
- Carga de Trabalho por Magistrado: este indicador computa a média de efetivo trabalho de cada magistrado durante o ano de 2014. É calculado pela soma dos casos novos, dos casos pendentes (inicial), dos recursos internos novos, dos recursos internos pendentes (inicial), dos incidentes em execução novos e dos incidentes em execução pendentes (inicial). Após, divide-se pelo número de magistrados em atuação. Cabe esclarecer que na carga de trabalho todos os processos são considerados, inclusive as execuções judiciais[8].
- Carga de Trabalho por Servidor: mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores da área judiciária.
- IPM – Índice de Produtividade dos Magistrados: indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.
- IPS-Jud – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária: indicador que computa a média de processos baixados por servidor da área judiciária.
- IAD – Índice de Atendimento à Demanda: verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- Taxa de Congestionamento: indicador que compara o que não foi baixado com o que tramitou durante o ano-base (soma dos casos novos e dos casos pendentes iniciais).

O 1º grau da Justiça Federal possui aproximadamente 87% dos casos novos, 89% dos pendentes e 84% dos servidores da área judiciária, conforme demonstrado no Gráfico 6.17. Os demais gráficos desta seção ilustram que, de forma global, o 2º grau apresenta, desde o ano de 2009, maiores indicadores de casos novos, carga de trabalho e produtividade por magistrado, enquanto que, quando comparados estes indicadores por servidor da área judiciária, os maiores números encontram-se no primeiro grau de jurisdição. Apesar destas diferenças, tanto a taxa de congestionamento quanto o índice de atendimento à demanda (IAD) foram próximas no 2º e 1º graus no ano de 2014.

Ao analisar os dados por tribunal, observa-se que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região se destaca por apresentar a maior produtividade tanto por magistrado quanto por servidor da área judiciária no 1º grau, maior índice de atendimento a demanda,

7 Denominada por 1º grau exclusivo nos infográficos.

8 Ao contrário dos casos novos por magistrado, que somente as execuções extrajudiciais e casos novos de conhecimento são computados.

consequentemente, menor taxa de congestionamento no 1º grau. A 1ª Região, no entanto, apresentou altos indicadores de casos novos, carga de trabalho e produtividade tanto por magistrado como por servidor no 2º grau. Apesar disso, o quantitativo de processos baixados foi equivalente à metade do número de casos novos, culminando na maior taxa de congestionamento de 2º grau da Justiça Federal (85%).

Gráfico 6.17 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau

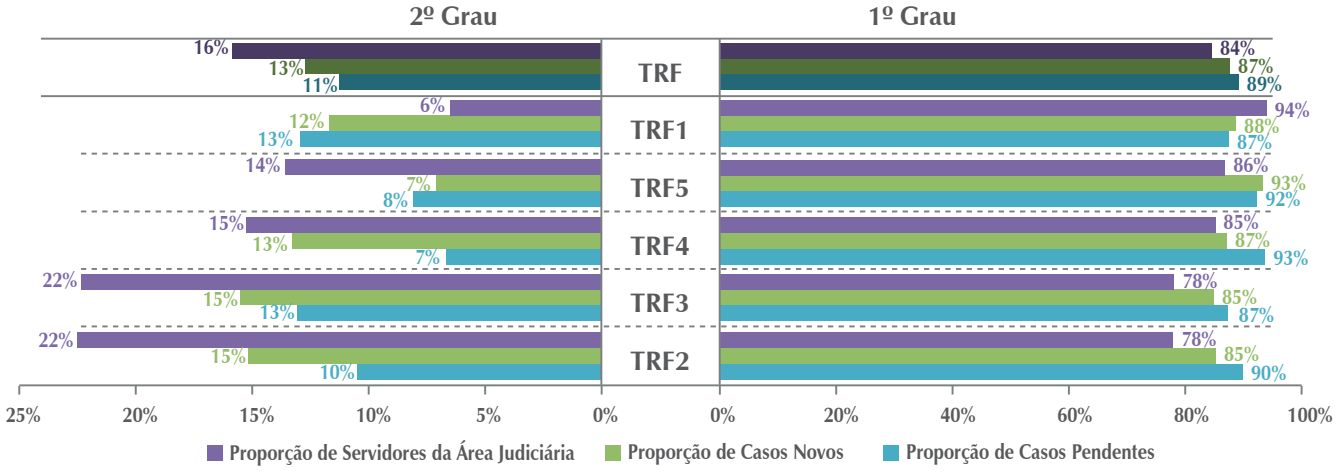


Gráfico 6.18 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Federal

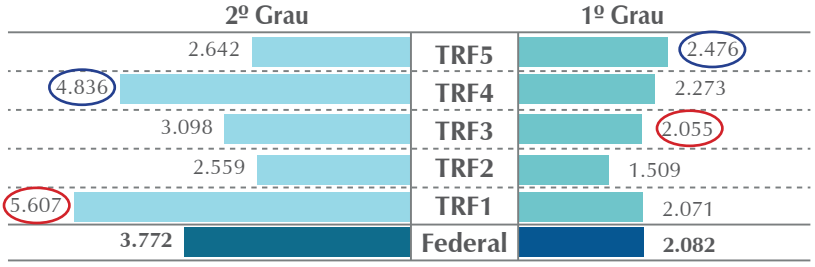
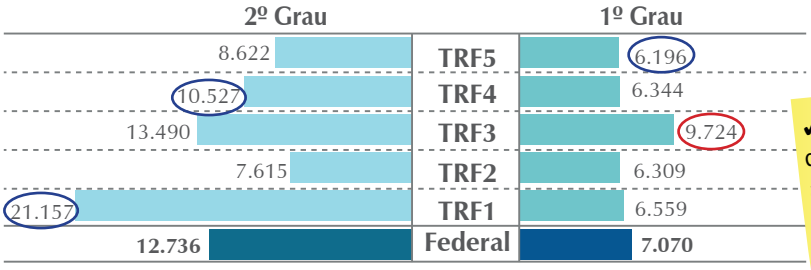


Gráfico 6.19 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Federal



✓ O TRF3 possui a maior carga de trabalho e alta produtividade por magistrado, entretanto, apresenta a maior taxa de congestionamento do 1º grau (77%).

Gráfico 6.20 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Federal

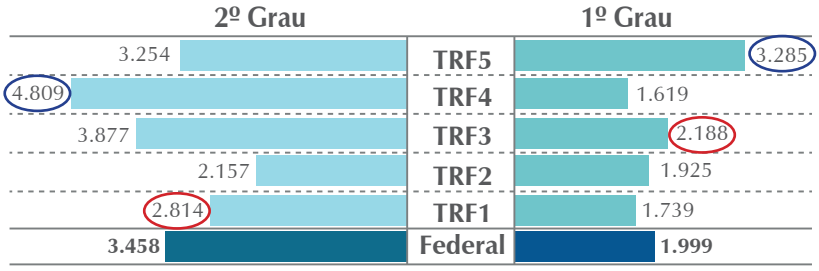
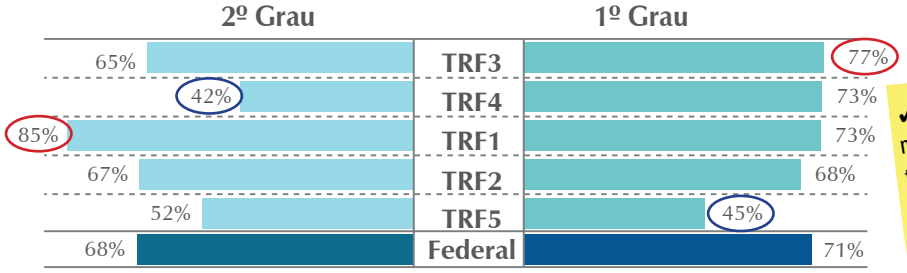


Gráfico 6.21 – Taxa de Congestionamento na Justiça Federal



✓ O TRF4 possui alta demanda e a maior produtividade por magistrado, resultando na menor taxa de congestionamento do 2º grau (85%).

Gráfico 6.22 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Federal

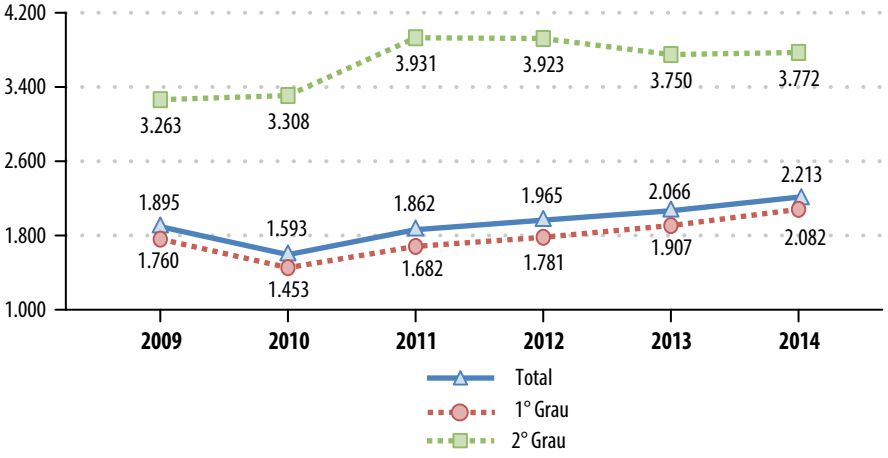


Gráfico 6.23 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Federal

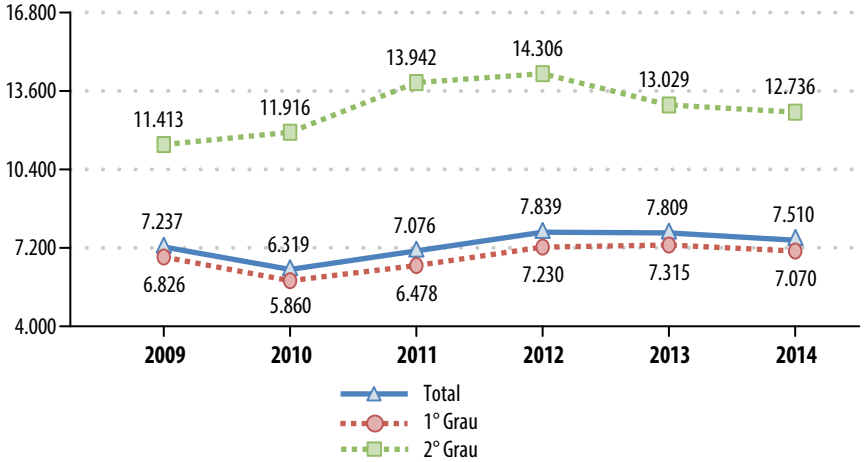
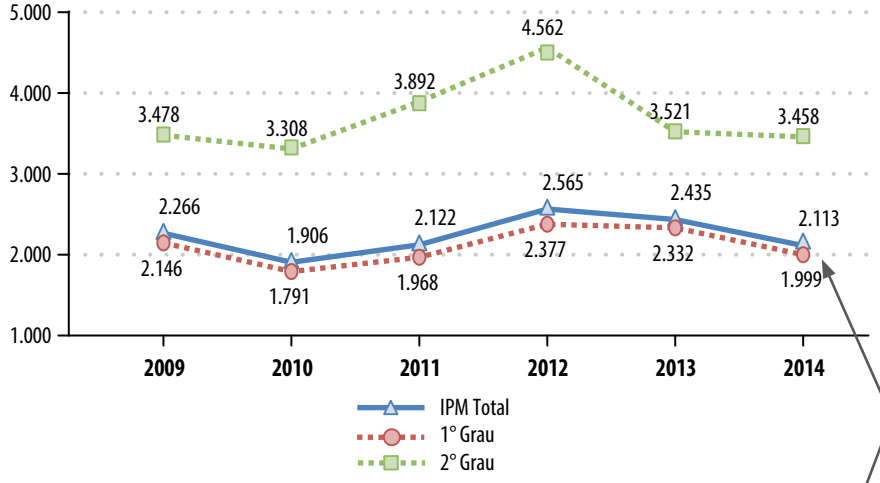


Gráfico 6.24 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Federal



Correlação inversa entre o IPM e a taxa de congestionamento.

Gráfico 6.25 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Federal

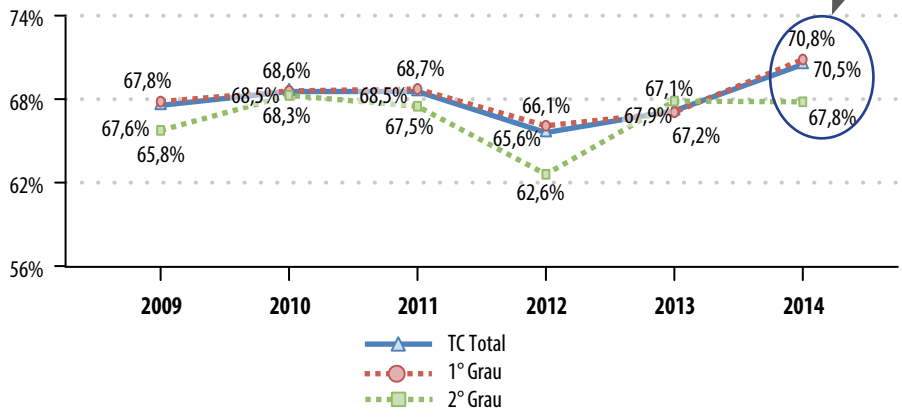
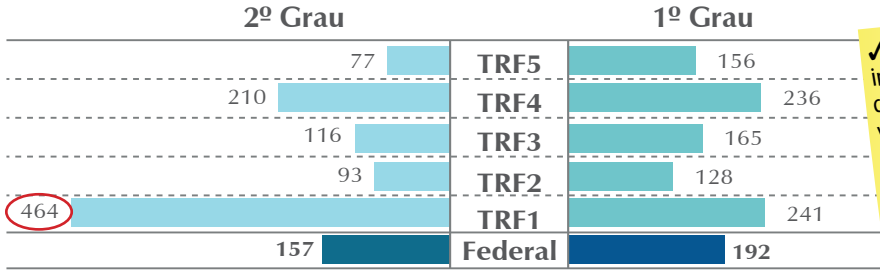


Gráfico 6.26 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal



✓ O TRF1 possui os maiores indicadores de casos novos, carga de trabalho e produtividade por Magistrado no 2º grau, entretanto, baixa apenas o equivalente à metade dos processos que ingressaram em 2014, culminando na maior taxa de congestionamento da Justiça Federal.

Gráfico 6.27 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal

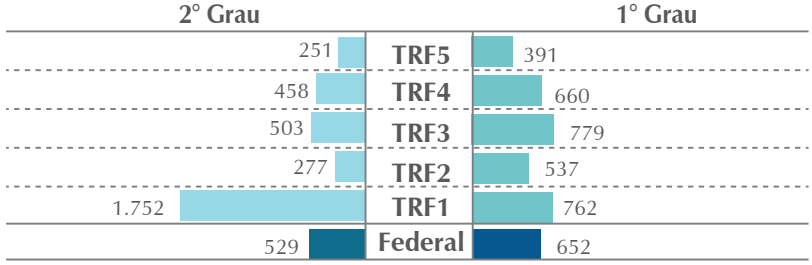


Gráfico 6.28 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Federal

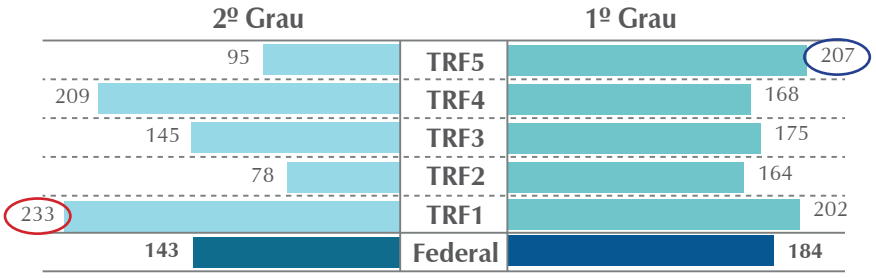


Gráfico 6.29 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Federal

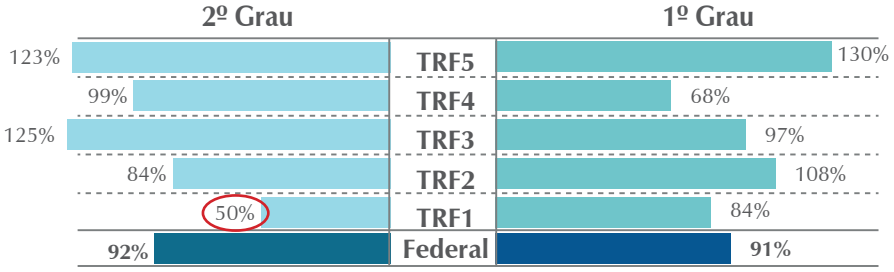


Gráfico 6.30 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal

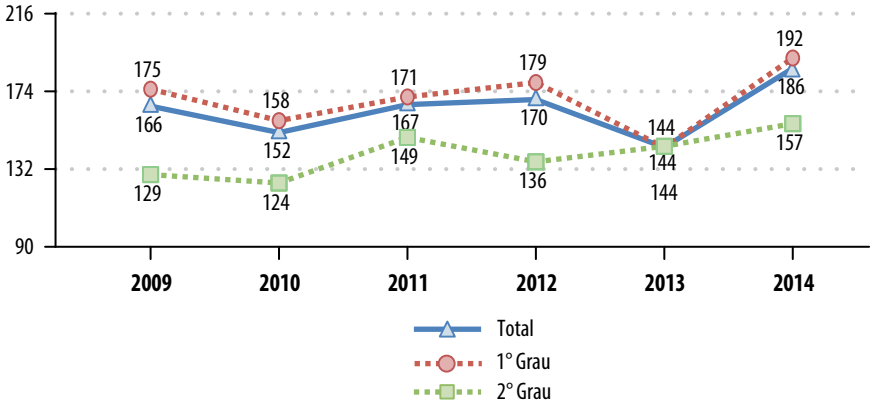


Gráfico 6.31 – Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal

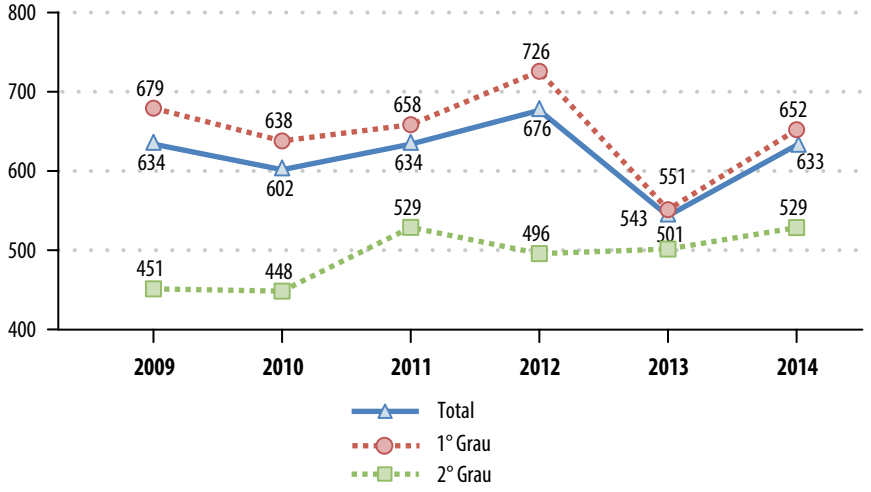
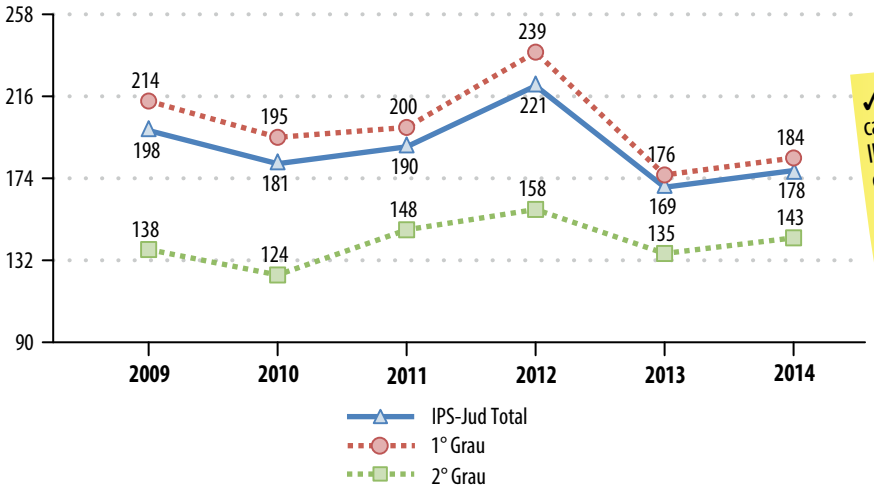
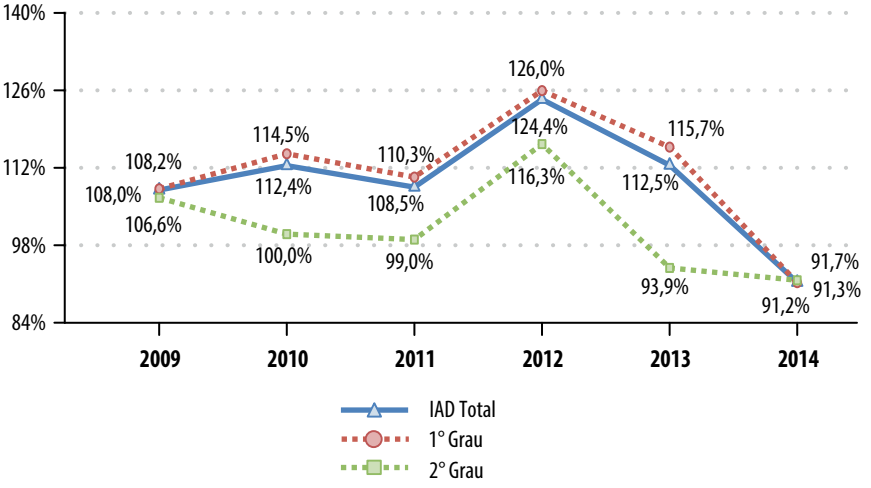


Gráfico 6.32 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Federal



✓ Enquanto os índices de casos novos, carga de trabalho e produtividade por magistrado são superiores no 2º grau em relação ao 1º, há inversão quando estes índices são calculados por servidor da área judiciária.

Gráfico 6.33 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Federal



6.5 Impacto da Execução

Constava na Justiça Federal um acervo de 8,5 milhões de processos, dentre os quais, quase metade, 49% (4,1 milhões), eram referentes à fase de execução (Gráfico 6.34). Dentre as execuções, consideram-se as execuções judiciais criminais (de pena privativa de liberdade e pena não-privativa de liberdade), as execuções judiciais não criminais e as execuções de títulos executivos extrajudiciais, segregadas entre fiscais e não fiscais. Apesar da alta representatividade de casos pendentes, apenas 15% do total de casos novos e 19% das baixas ocorreram na fase de execução. Já os processos da fase de conhecimento apresentaram situação oposta, com 59% dos casos novos, 55% dos baixados e apenas 27% dos casos pendentes no ano de 2014. Por tais razões, a importância de desenvolver um tópico que analise separadamente os processos que tramitaram na fase de execução.

Os processos de execução de título extrajudicial fiscal são os grandes responsáveis pela morosidade dos processos da fase de execução no 1º grau, tendo em vista que representam quase 84% do total de casos pendentes de execução e apresentam taxa de congestionamento de 91% (Gráfico 6.35). Isso significa que, de cada 100 processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2014, apenas 9 foram baixados. Desconsiderando estes processos, a taxa de congestionamento da Justiça Federal cairia de 70,5% para 61,2% no ano de 2014, conforme o Gráfico 6.37. Por outro lado, estavam pendentes de baixa no início de 2014 quase 526 mil processos de execução judicial não criminal, cuja taxa de congestionamento foi de 55%, percentual satisfatório na comparação com a taxa de 56% dos processos de conhecimento.

Destacam-se, também, as execuções judiciais de pena privativa e não privativa de liberdade, que, apesar de representarem apenas 0,2% do quantitativo de casos pendentes da Justiça Federal (quase 20 mil processos), apresentaram cenários opostos quando analisada a série histórica desde o ano de 2009. Enquanto que as execuções judiciais de pena privativa de liberdade crescem a cada ano - aumento de 155,7% no sexênio 2009-2014, as execuções de pena não privativa de liberdade oscilaram pouco, acumulando um decréscimo de 2,9% nesse período, conforme observado no Gráfico 6.39.

Gráfico 6.34 – Movimentação Processual da Justiça Federal

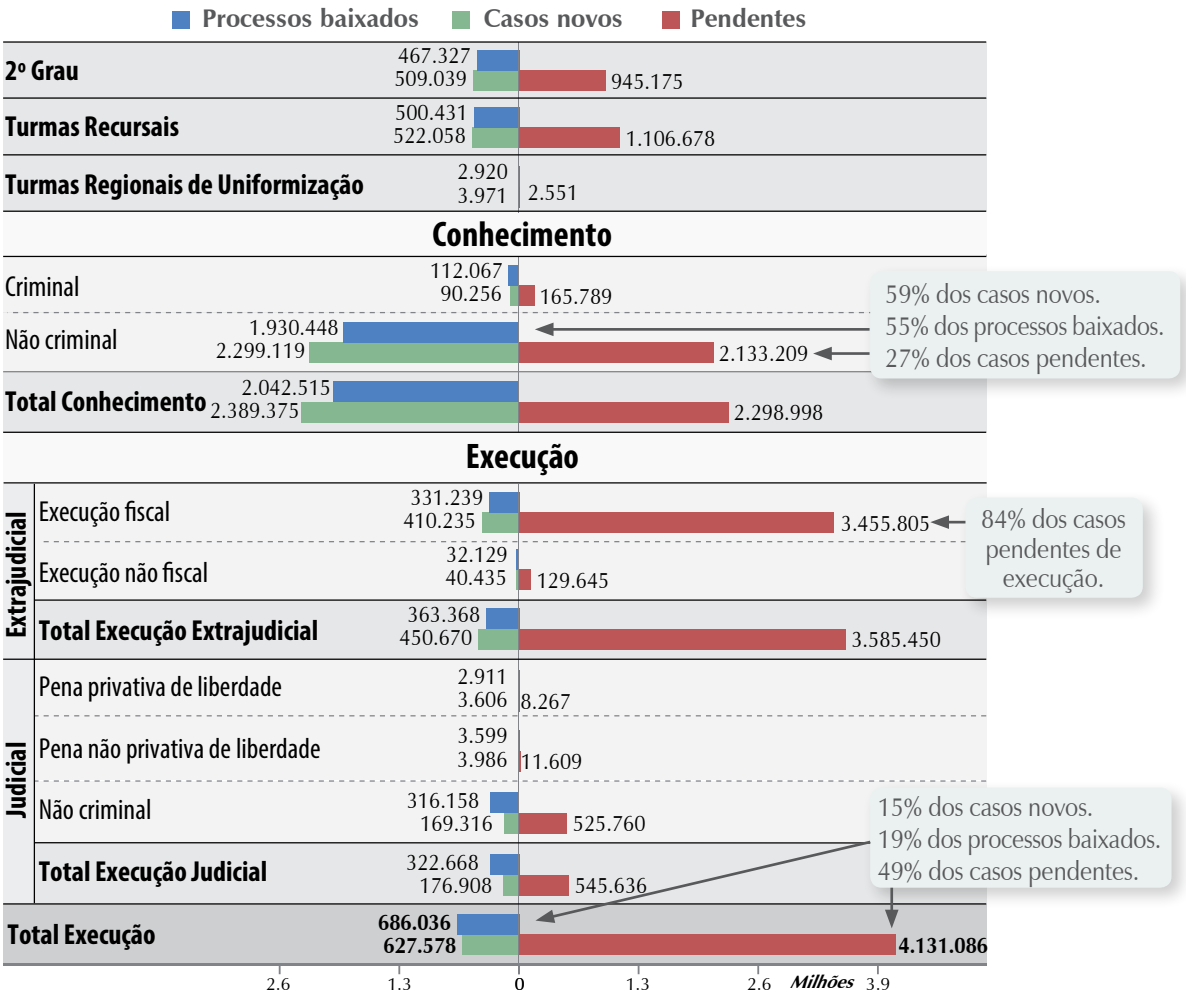


Gráfico 6.35 – Termômetro da Taxa de Congestionamento

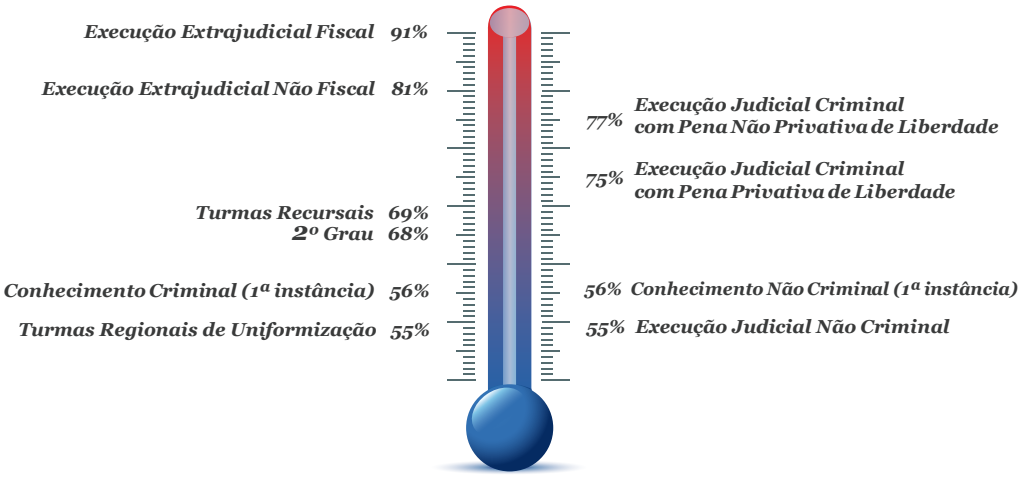


Gráfico 6.36 – Série Histórica das Execuções Iniciadas e Pendentes

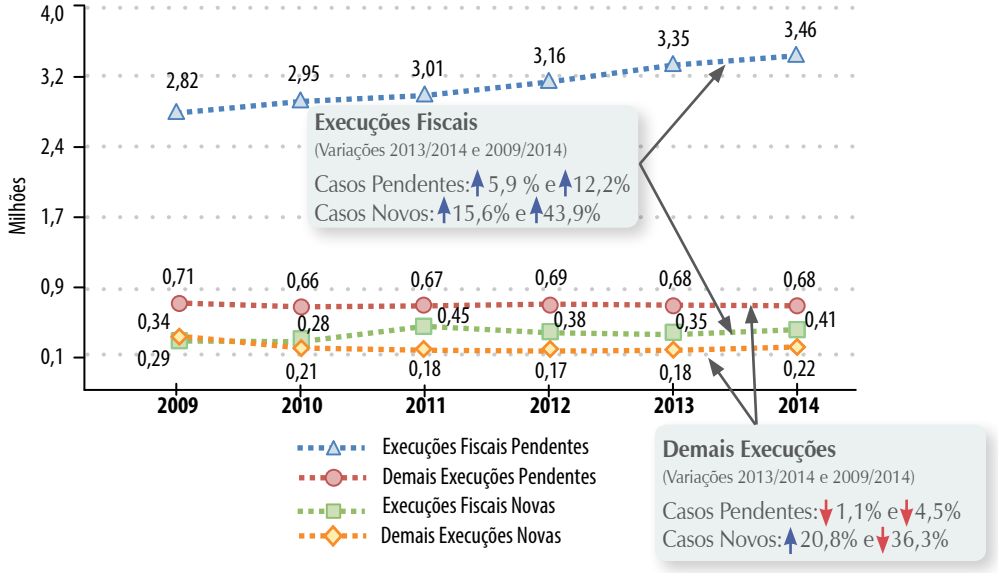


Gráfico 6.37 – Impacto da Execução Fiscal na Taxa de Congestionamento

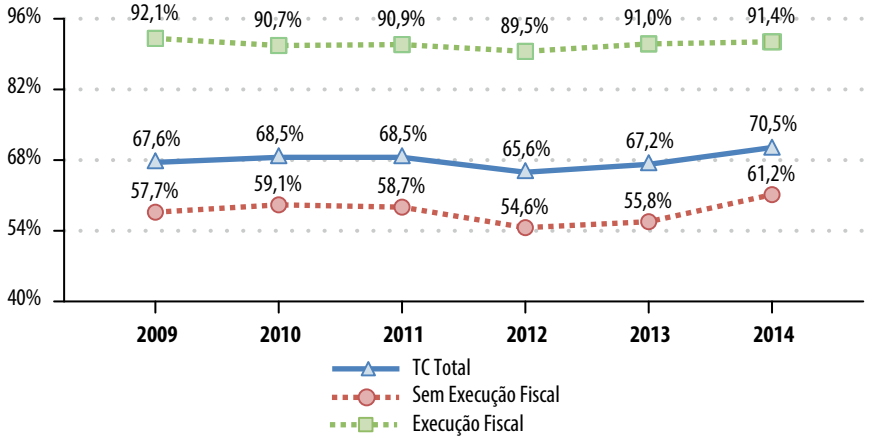


Gráfico 6.38 – Impacto da Execução Fiscal no Índice de Atendimento à Demanda

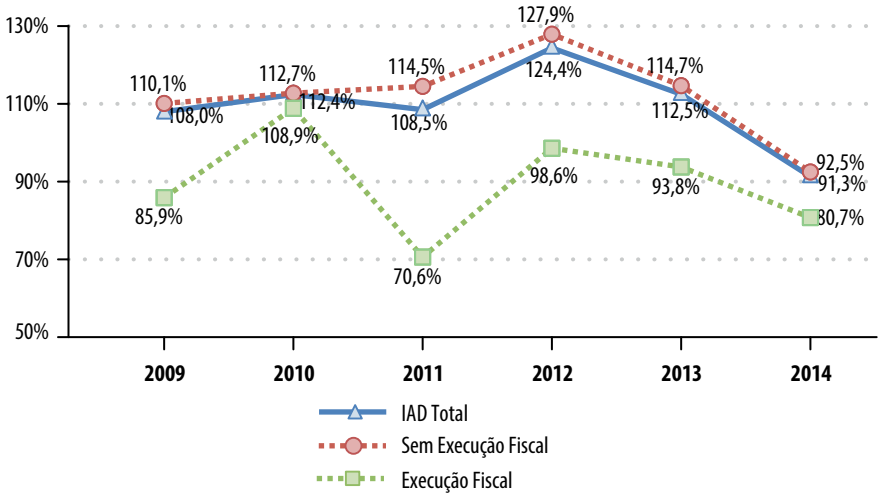
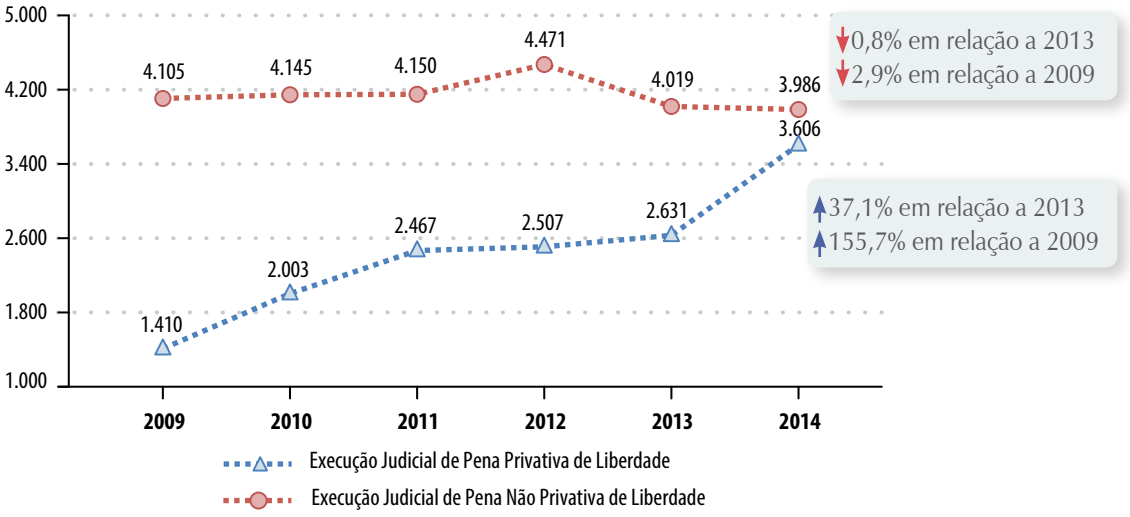
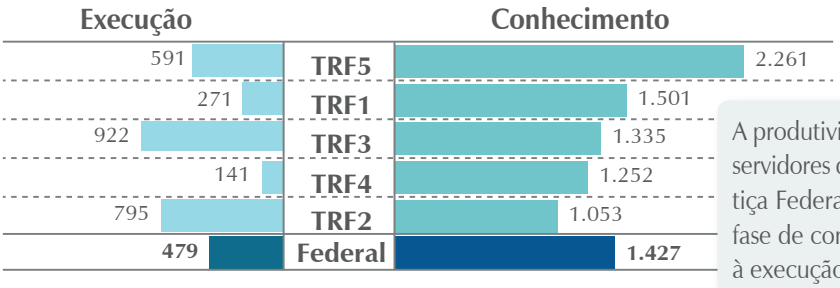


Gráfico 6.39 – Série Histórica das Execuções Penais



A seguir serão apresentados indicadores de primeira instância separados entre fase de conhecimento e fase de execução, a fim de verificar qual impacto esta última fase produz nos principais indicadores de produtividade. Por primeira instância considera-se a soma dos juizados especiais e do 1º grau exclusivo.

Gráfico 6.40 – Índice de Produtividade do Magistrado no 1º Grau



A produtividade dos magistrados e servidores da área judiciária da Justiça Federal é 3 vezes superior na fase de conhecimento em relação à execução

Gráfico 6.41 – Série Histórica do IPM

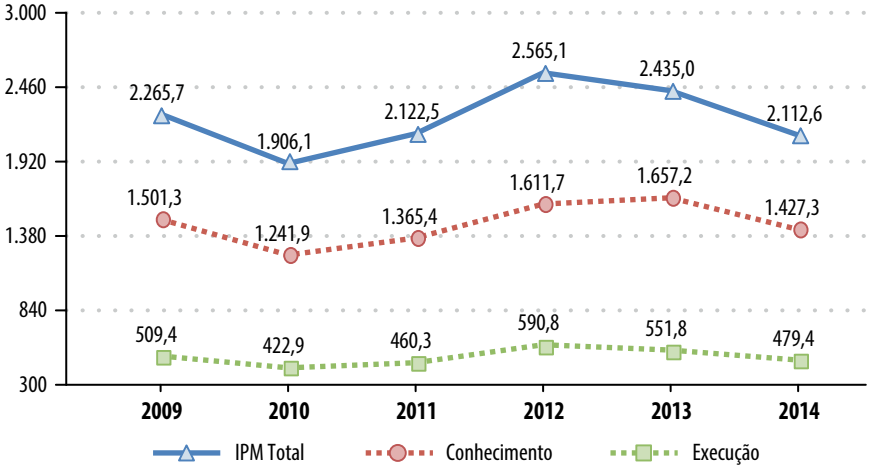


Gráfico 6.42 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no 1º Grau

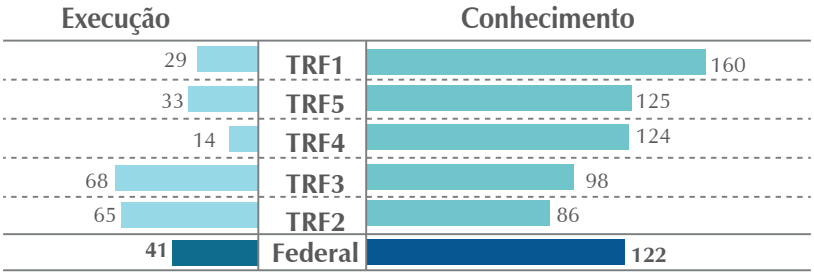


Gráfico 6.43 – Série Histórica do IPS-Jud

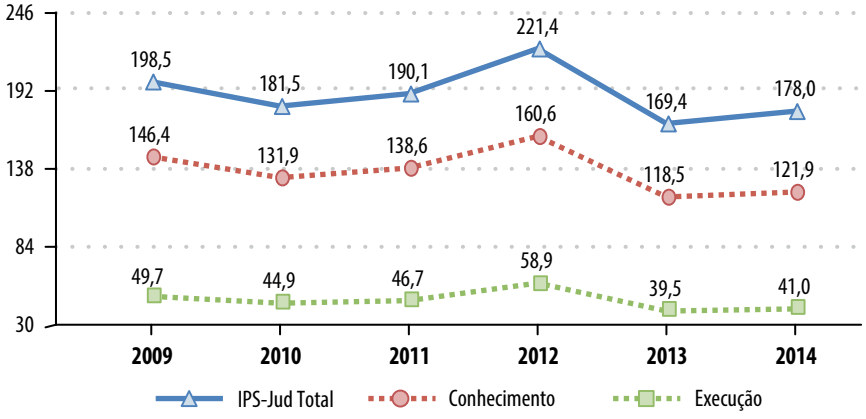


Gráfico 6.44 – Taxa de Congestionamento no 1º Grau

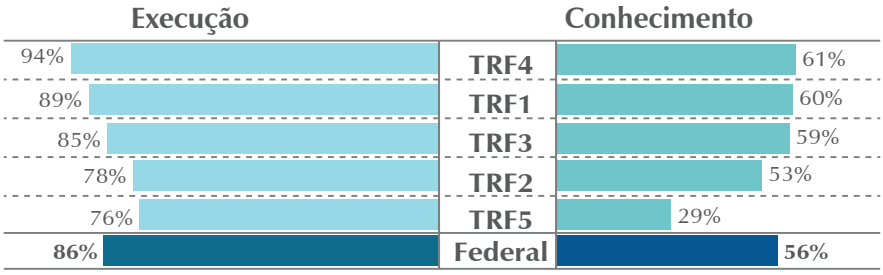


Gráfico 6.45 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento

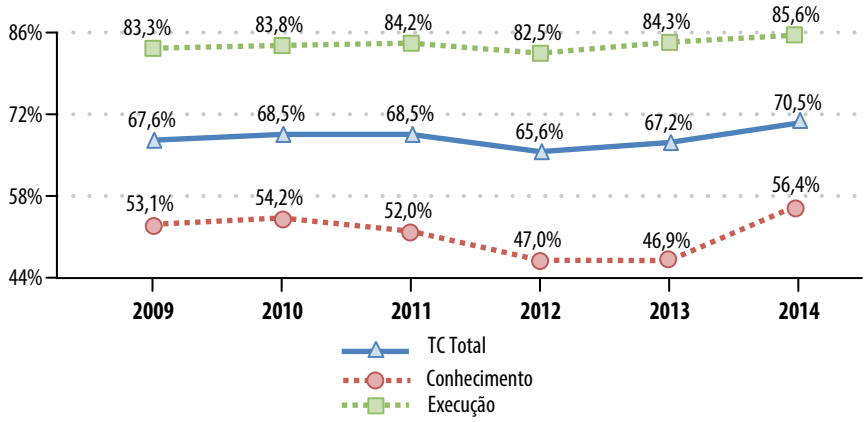


Gráfico 6.46 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no 1º Grau

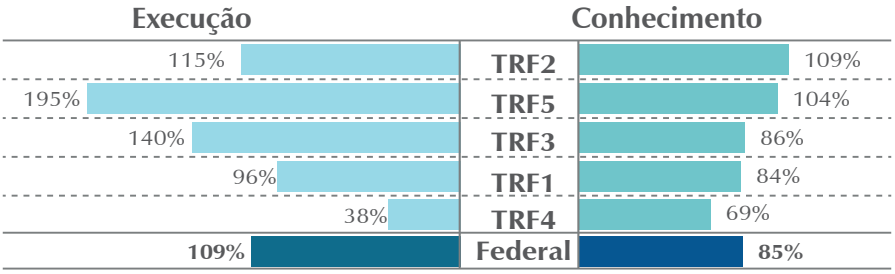
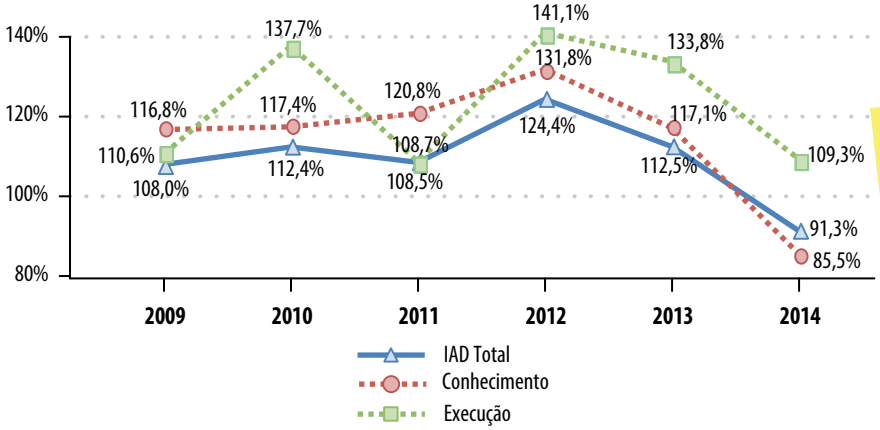


Gráfico 6.47 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda



✓ Apesar do IAD superior a 100% desde o ano de 2009 na fase de execução, os casos pendentes crescem gradativamente nesta fase, devido, por exemplo, aos processos reativados.

6.6 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Os dados que serão apresentados nesta seção referem-se aos casos ingressados no ano de 2014 segmentados por classe e assunto, segundo as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) que foram instituídas pela Resolução CNJ 46/2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informado nas demais seções do presente relatório. No cômputo do total de casos novos da Justiça Federal algumas classes são excluídas, como é o caso dos precatórios judiciais, requisições de pequeno valor, embargos de declaração, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado e, portanto, todas devem ser consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados na Justiça Federal, mas tão-somente a quantidade de classes ou assuntos cadastrados em suas respectivas categorias.

6.6.1 Assuntos mais recorrentes

Todos os 5 Tribunais Regionais Federais encaminharam ao CNJ a tabela contendo o quantitativo de assuntos dos casos novos de 2º grau, 1º grau, juizados especiais federais, turmas recursais e turmas regionais de uniformização. As tabelas processuais unificadas de assuntos possuem até 6 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito Tributário", há a segmentação de "Crédito Tributário" (nível 2), "Extinção do Crédito Tributário" (nível 3), "Prescrição" (nível 4), "Suspensão" (nível 5) e, por fim, "Arquivamento Administrativo – Crédito de Pequeno Valor".

Como cada tribunal adota um procedimento de autuação próprio, quanto maior o nível de abertura, mais difícil torna-se a análise comparativa. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico. O Gráfico 6.48, que demonstra os processos novos por assunto no terceiro nível hierárquico, indica que os assuntos predominantes referem-se a Direito Administrativo, Previdenciário, Tributário e Civil. As informações também estão segmentadas por grau de jurisdição: 2º grau, 1º grau exclusivo (justiça comum), turmas regionais de uniformização, turmas recursais e juizados especiais.

Gráfico 6.48 – Assuntos mais demandados na Justiça Federal (nível 3).

1. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político - administrativa / Administração Pública/ FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	760.859 (14,26%)
2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	554.799 (10,40%)
3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	346.412 (6,49%)
4. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	252.969 (4,74%)
5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	231.698 (4,34%)
6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	201.074 (3,77%)
7. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Sociais	177.909 (3,33%)
8. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI – Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI – Renda Mensal Inicial	147.912 (2,77%)
9. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	143.921 (2,70%)
10. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	128.542 (2,41%)
11. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	121.324 (2,27%)
12. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Pensão por Morte (Art. 74/9)	114.991 (2,15%)
13. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	84.754 (1,59%)
14. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Corporativas	83.681 (1,57%)
15. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Previdenciárias	82.417 (1,54%)
16. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI – Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/Reajustes e Revisões Específicos	78.534 (1,47%)
17. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física	78.446 (1,47%)
18. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Salário—Maternidade (Art. 71/73)	70.377 (1,32%)
19. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	63.847 (1,20%)
20. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Especiais	60.401 (1,13%)

Gráfico 6.49 – Assuntos mais demandados no 2º Grau (nível 3)

1. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	122.944 (12,30%)
2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	66.436 (6,65%)
3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	59.376 (5,94%)
4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	52.993 (5,30%)
5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	40.338 (4,04%)
6. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	36.344 (3,64%)
7. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI — Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI — Renda Mensal Inicial	34.539 (3,46%)
8. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	28.278 (2,83%)
9. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Pensão por Morte (Art. 74/9)	26.557 (2,66%)
10. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Corporativas	26.537 (2,66%)
11. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Sociais	25.856 (2,59%)
12. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Previdenciárias	23.126 (2,31%)
13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	19.936 (1,99%)
14. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física	19.809 (1,98%)
15. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	19.389 (1,94%)
16. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie/Concessão	17.321 (1,73%)
17. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Disposições Diversas Relativas às Prestações/Renúncia ao benefício	14.970 (1,50%)
18. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	13.922 (1,39%)
19. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	12.608 (1,26%)
20. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Salário—Maternidade (Art. 71/73)	11.608 (1,16%)

✓ Os assuntos mais recorrentes no 2º grau são semelhantes aos dos juizados especiais, turmas recursais e Turmas Regionais de uniformização.

✓ Dos 10 maiores assuntos na justiça comum, 6 são de Direito Tributário. No 2º grau, 7 são de Direito Previdenciário.

Gráfico 6.50 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (nível 3)

1. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	216.304 (14,06%)
2. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Sociais	149.101 (9,69%)
3. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	72.035 (4,68%)
4. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	69.144 (4,49%)
5. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político - administrativa / Administração Pública/ FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	58.678 (3,81%)
6. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Corporativas	55.724 (3,62%)
7. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Dívida Ativa não—tributária/Multas e demais Sanções	46.222 (3,00%)
8. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Previdenciárias	39.826 (2,59%)
9. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física	39.730 (2,58%)
10. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	31.581 (2,05%)
11. DIREITO PENAL - Crimes contra o Patrimônio/Estelionato Majorado	24.601 (1,60%)
12. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político—administrativa / Administração Pública/ Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional e Afins	22.146 (1,44%)
13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie/Conversão	19.114 (1,24%)
14. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	18.732 (1,22%)
15. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI — Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI — Renda Mensal Inicial	18.074 (1,17%)
16. DIREITO PENAL - Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral/Contrabando ou descaminho	16.982 (1,10%)
17. DIREITO TRIBUTÁRIO - Regimes Especiais de Tributação/Super SIMPLES	13.791 (0,90%)
18. DIREITO TRIBUTÁRIO - Regimes Especiais de Tributação/SIMPLES	13.665 (0,89%)
19. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	13.609 (0,88%)
20. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Especiais	13.396 (0,87%)

Gráfico 6.51 – Assuntos mais demandados nas Turmas Regionais de Uniformização (nível 3)

1. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	590 (13,76%)
2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	479 (11,17%)
3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	423 (9,86%)
4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	399 (9,30%)
5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	344 (8,02%)
6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI — Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI — Renda Mensal Inicial	297 (6,92%)
7. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	237 (5,53%)
8. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	156 (3,64%)
9. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Tempo de serviço/Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial	155 (3,61%)
10. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Pensão por Morte (Art. 74/9)	149 (3,47%)
11. DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos/IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física	128 (2,98%)
12. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar/Sistema Remuneratório e Benefícios	114 (2,66%)
13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI — Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas	110 (2,56%)
14. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI — Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/Reajustes e Revisões Específicos	101 (2,35%)
15. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Tempo de serviço/Averbação/Cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar)	85 (1,98%)
16. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Salário—Maternidade (Art. 71/73)	56 (1,31%)
17. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	53 (1,24%)
18. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Acidente (Art. 86)	51 (1,19%)
19. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Reclusão (Art. 80)	43 (1,00%)
20. DIREITO TRIBUTÁRIO - Crédito Tributário/Repetição de indébito	39 (0,91%)

Gráfico 6.52 – Assuntos mais demandados nas Turmas Recursais (nível 3)

1. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político - administrativa / Administração Pública/ FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	118.018 (16,55%)
2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	86.693 (12,16%)
3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	59.371 (8,33%)
4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI — Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI — Renda Mensal Inicial	42.982 (6,03%)
5. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	38.742 (5,43%)
6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	32.539 (4,56%)
7. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	28.901 (4,05%)
8. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	26.249 (3,68%)
9. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI — Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/Reajustes e Revisões Específicos	22.718 (3,19%)
10. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Pensão por Morte (Art. 74/9)	19.562 (2,74%)
11. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	16.915 (2,37%)
12. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Disposições Diversas Relativas às Prestações/Renúncia ao benefício	13.109 (1,84%)
13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	13.077 (1,83%)
14. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	12.849 (1,80%)
15. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Disposições Diversas Relativas às Prestações	11.771 (1,65%)
16. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	9.446 (1,32%)
17. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Tempo de serviço/Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial	9.285 (1,30%)
18. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Impostos/IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física	9.028 (1,27%)
19. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil	8.687 (1,22%)
20. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Contribuições/Contribuições Previdenciárias	8.304 (1,16%)

Gráfico 6.53 – Assuntos mais demandados nos Juizados Especiais (nível 3)

1. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Organização Político - administrativa / Administração Pública/ FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	576.744 (27,71%)
2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Auxílio—Doença Previdenciário	338.195 (16,25%)
3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	214.298 (10,29%)
4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	130.068 (6,25%)
5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	111.312 (5,35%)
6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Pensão por Morte (Art. 74/9)	63.925 (3,07%)
7. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	58.013 (2,79%)
8. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Salário—Maternidade (Art. 71/73)	53.451 (2,57%)
9. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI – Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI – Renda Mensal Inicial	52.020 (2,50%)
10. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	40.705 (1,96%)
11. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Especiais	37.777 (1,81%)
12. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - RMI – Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/Reajustes e Revisões Específicos	32.977 (1,58%)
13. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	23.091 (1,11%)
14. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	20.020 (0,96%)
15. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	18.983 (0,91%)
16. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	18.859 (0,91%)
17. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	18.170 (0,87%)
18. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	17.399 (0,84%)
19. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie/Restabelecimento	17.210 (0,83%)
20. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Disposições Diversas Relativas às Prestações/Renúncia ao benefício	15.624 (0,75%)

6.6.2 Classes mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas de classes, assim como as de assuntos, possuem 6 níveis hierárquicos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho[9]", há a segmentação entre "processos de conhecimento", "processos de execução", "recursos", entre outros (nível 2). Os processos de conhecimento estão subdivididos em procedimentos que atingem até o 6º nível de detalhamento, sendo possível verificar, por exemplo, se o processo de conhecimento é uma reclamação, um *habeas corpus*, um mandado de injunção, etc.

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que cada tribunal e cada unidade judiciária tem um procedimento de autuação próprio. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas a seguir abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

9 Apesar desta classe ser genérica para todos os ramos da justiça, a Justiça Federal abrange apenas processos de natureza cível.

Gráfico 6.54 – Classes mais demandadas na Justiça Federal (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	2.208.265 (46,94%)
2. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Requisição de Pequeno Valor	502.808 (10,69%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	417.484 (8,87%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso Inominado	285.855 (6,08%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	256.460 (5,45%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	157.559 (3,35%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	126.130 (2,68%)
8. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	124.434 (2,65%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação / Reexame Necessário	81.979 (1,74%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	75.873 (1,61%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Embargos	56.197 (1,19%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	52.039 (1,11%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	43.001 (0,91%)
14. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Precatório	39.258 (0,83%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	38.411 (0,82%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	30.154 (0,64%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Procedimento Investigatório Criminal (PIC–MP)	26.206 (0,56%)
18. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	21.986 (0,47%)
19. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Reexame Necessário	18.049 (0,38%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	17.982 (0,38%)

Gráfico 6.55 – Classes mais demandadas na Justiça Federal no 2º Grau (nível 3)

1. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Requisição de Pequeno Valor	502.808 (46,71%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	256.460 (23,83%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	126.054 (11,71%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação / Reexame Necessário	81.979 (7,62%)
5. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Precatório	39.258 (3,65%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Reexame Necessário	18.049 (1,68%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	17.976 (1,67%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	10.752 (1,00%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	8.586 (0,80%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	4.575 (0,43%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	2.983 (0,28%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Recurso em Sentido Estrito	1.203 (0,11%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	967 (0,09%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Embargos de Declaração	820 (0,08%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	633 (0,06%)
16. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	447 (0,04%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Agravo de Execução Penal	379 (0,04%)
18. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Procedimento Investigatório Criminal (PIC–MP)	245 (0,02%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Revisão Criminal	225 (0,02%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Incidentes	220 (0,02%)

Gráfico 6.56 – Classes mais demandadas na Justiça Federal no 1º Grau Exclusivo (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	417.484 (33,77%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	339.014 (27,42%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	119.986 (9,70%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Embargos	56.187 (4,54%)
5. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	51.284 (4,15%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	42.973 (3,48%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	38.164 (3,09%)
8. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	30.141 (2,44%)
9. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Procedimento Investigatório Criminal (PIC–MP)	25.739 (2,08%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Ordinário	21.961 (1,78%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	16.009 (1,29%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Execução da Pena	11.067 (0,90%)
13. PROCEDIMENTOS PRÉ–PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS - Reclamação Pré–processual	8.824 (0,71%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Representação Criminal	8.348 (0,68%)
15. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Protesto	7.249 (0,59%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	5.014 (0,41%)
17. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	4.244 (0,34%)
18. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Liberdade	3.618 (0,29%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Petição	2.562 (0,21%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Auto de Prisão em Flagrante	2.483 (0,20%)

Gráfico 6.57 – Classes mais demandadas na Justiça Federal nas Turmas Regionais de Uniformização (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	4.760 (66,92%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	2.160 (30,37%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	170 (2,39%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	23 (0,32%)

Gráfico 6.58 – Classes mais demandadas na Justiça Federal nas Turmas Recursais (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso Inominado	285.855 (55,85%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	141.703 (27,68%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	75.689 (14,79%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	4.811 (0,94%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso de Medida Cautelar	2.489 (0,49%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	532 (0,10%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Petição	444 (0,09%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	124 (0,02%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	76 (0,01%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Incidentes	42 (0,01%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário	41 (0,01%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	18 (0,00%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras	8 (0,00%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial de Leis Esparsas	3 (0,00%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Recurso de Medida Cautelar	2 (0,00%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Exceções	2 (0,00%)
17. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	2 (0,00%)
18. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Revisão Criminal	0 (0,00%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Reexame Necessário	0 (0,00%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Recurso Ordinário	0 (0,00%)

Gráfico 6.59 – Classes mais demandadas na Justiça Federal nos Juizados Especiais (nível 3)

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.861.434 (99,41%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Cartas	4.346 (0,23%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	2.776 (0,15%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	1.527 (0,08%)
5. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumaríssimo	665 (0,04%)
6. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial de Leis Esparsas	634 (0,03%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Petição	250 (0,01%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Cartas/Carta Precatória Criminal	223 (0,01%)
9. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Procedimento Investigatório Criminal (PIC–MP)	222 (0,01%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	122 (0,01%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	96 (0,01%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Justificação	42 (0,00%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Extrajudicial	28 (0,00%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução	20 (0,00%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial do Código de Processo Penal	16 (0,00%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	14 (0,00%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Recursos	11 (0,00%)
18. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	11 (0,00%)
19. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recurso de Medida Cautelar	7 (0,00%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Procedimento Comum/Ação Penal – Procedimento Sumário	5 (0,00%)

6.7 Gestão e Desempenho da Justiça Federal

6.7.1 Índice de Produtividade Comparada da Justiça: IPC-Jus

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é um indicador criado pelo Conselho Nacional de Justiça que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais. Trata-se de uma metodologia de análise de eficiência que compara o resultado otimizado com a eficiência real de cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados ou DEA, do inglês *Data Envelopment Analysis*, conforme especificado na seção de metodologia.

Os mesmos indicadores utilizados no modelo de eficiência relativa da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho foram aplicados no contexto da Justiça Federal. No entanto, para calcular o IPC-Jus utilizando a Análise Envoltória de Dados (DEA), as informações foram desagregadas por seção judiciária. Como resultado, foi calculado o IPC-Jus consolidado do tribunal, e também segmentado entre cada seção judiciária e 2º grau.

Os indicadores selecionados na construção do IPC-Jus associam o produto (*output*) ao insumo (*input*), e foram construídos a partir do cruzamento das variáveis selecionadas na construção do DEA[10], que teve como insumo o número de processos que ingressaram e o número de processos pendentes, bem como o total de recursos humanos (magistrados, servidores efetivos, requisitados e comissionados, excluídos os cedidos para outros órgãos) e financeiros (despesa total da Justiça excluída a despesa com inativos). Como produto, o índice avalia a quantidade de processos baixados. O DEA correlaciona as variáveis entendidas como insumo com as variáveis selecionadas como produto. No caso do modelo adotado, deve-se destacar que, ao se ponderar a tramitação com relação ao total de baixados, tem-se, implicitamente, a inclusão do inverso da taxa de congestionamento[11]. Este indicador é importante para medir o desempenho dos tribunais, pois analisa substancialmente o fluxo processual. Sendo assim, para analisar os resultados de forma pormenorizada, serão apresentados a seguir os gráficos conjugados de fronteira e de quadrante que permitirão analisar a ponderação das variáveis selecionadas como insumo sobre a quantidade de processos baixados e a taxa de congestionamento.

A aplicação do modelo DEA tem por resultado um percentual que varia de 0 (zero) a 100%, sendo essa a medida de eficiência do tribunal, denominada por IPC-Jus. Quanto maior seu valor, melhor o desempenho da unidade, pois significa que ela foi capaz de produzir mais com menos recursos disponíveis. As unidades com melhor resultado são colocadas na linha de fronteira e, por consequência, passam a ser considerados eficientes e se tornam a referência do ramo de justiça. Os demais, por sua vez, são comparados com os paradigmas mais semelhantes de forma ponderada. O IPC-Jus do tribunal será simplesmente a proporção do que ele conseguiu produzir em relação à proporção do que ele deveria ter produzido para atingir 100% de eficiência, com os insumos que tinha à disposição.

Cabe esclarecer, todavia, que obter produtividade de 100% não significa que o tribunal / unidade judiciária não precisa melhorar, significa apenas que foram capazes de baixar mais processos na comparação com os demais tribunais que possuem recursos semelhantes. Assim, esse percentual serve para verificar a capacidade produtiva de cada tribunal e para estimar dados quantitativos sobre o quanto cada tribunal deveria ter aumentado sua produtividade, em termos de processos baixados, para alcançar a eficiência.

De acordo com o Gráfico 6.60, observa-se que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região apresentou o maior IPC-Jus da Justiça Federal, com 93,4%, sendo que as 6 unidades judiciárias que compõem esta região obtiveram índices entre os 10 maiores do 1º grau. Por outro lado, o TRF da 2ª Região apresentou tanto o menor IPC-Jus da Justiça quanto o menor do 2º grau, além do índice de 61,7% na seção judiciária do Rio de Janeiro e 53,9% no Espírito Santo.

As seções judiciárias do Rio Grande do Norte (TRF5) e do Maranhão (TRF1), além do 2º grau da 4ª e 1ª Regiões apresentaram IPC-Jus de 100%. Dos 7 menores índices, 6 são de seções judiciárias abrangidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, porém, o menor indicador foi apresentado pela seção judiciária do Mato Grosso do Sul (TRF3) – 28,2%.

10 A técnica DEA está detalhada na seção de metodologia.

11 Taxa de congestionamento=1- (Total de processos baixados)/(Total de processos em tramitação)

Gráfico 6.60 – Resultado do IPC-Jus Total por Tribunal na Justiça Federal

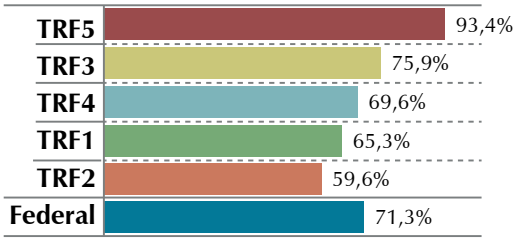


Gráfico 6.61 – Resultado do IPC-Jus de 2º Grau por Tribunal na Justiça Federal

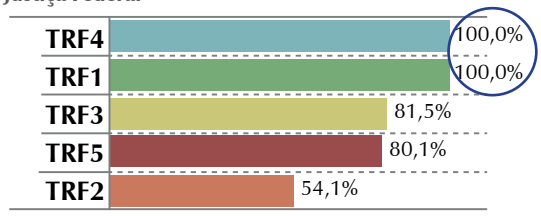
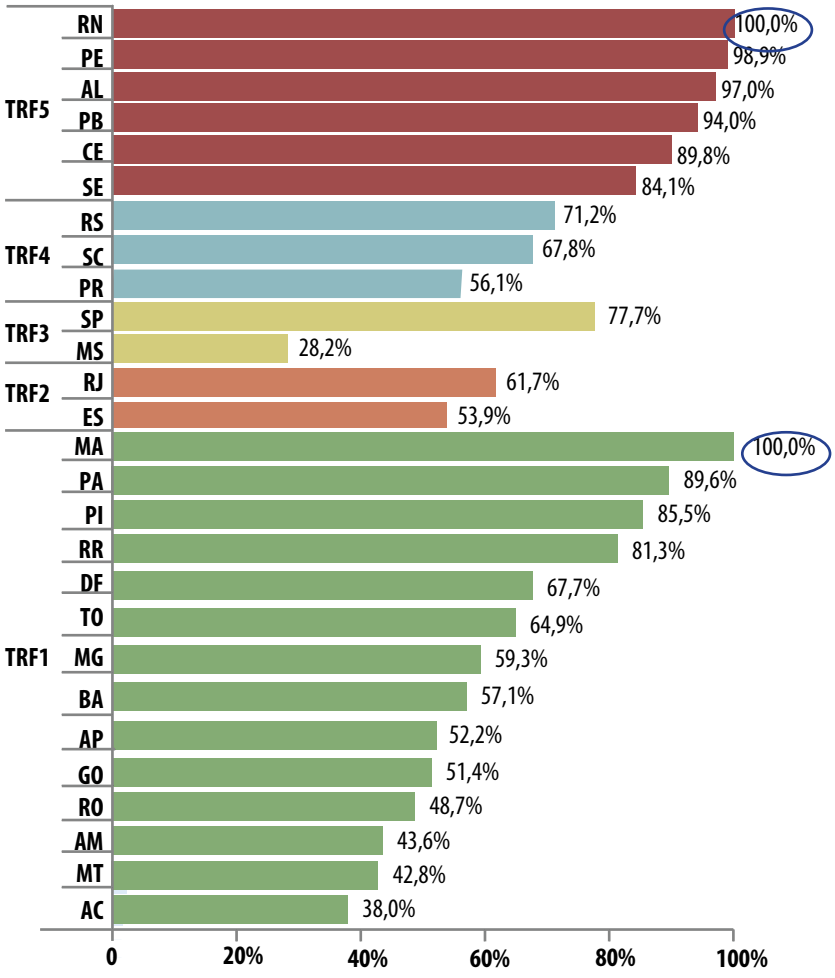


Gráfico 6.62 – Resultado do IPC-Jus por Seção Judiciária da Justiça Federal



Para melhor compreensão dos resultados do IPC-Jus sugere-se análise dos gráficos a seguir que fazem o cruzamento, dois a dois, dos principais indicadores de produtividade que influenciam o cálculo da eficiência relativa. Cada um dos indicadores relaciona uma variável de *output* (baixados) com uma de *input*. O gráfico mostra, simultaneamente, 4 dimensões distintas, pois além dos 2 indicadores, quanto maior o símbolo, mais eficiente é o tribunal. Maiores descrições sobre a interpretação desse tipo de gráfico podem ser encontradas na seção sobre metodologia neste relatório.

O Gráfico 6.63 apresenta a relação entre a taxa de congestionamento e a produtividade dos magistrados (IPM), isto é, o percentual de processos que não foram resolvidos no ano de 2014 *versus* o total de processos baixados por magistrado. Nesse gráfico percebe-se que apenas a seção judiciária do Rio Grande do Norte (TRF5) e o 2º grau da 4ª Região aparecem na fronteira de eficiência, com Pernambuco bem próxima, todos localizados no quadrante de maior desempenho (2), ou seja, com maior

produtividade de magistrados e menor taxa de congestionamento. Observa-se que todas as unidades do Tribunal Regional da 5ª Região estão localizadas neste quadrante e próximos à linha de eficiência.

As seções judiciárias e o 2º grau da 2ª Região, entretanto, localizam-se no quadrante de maior taxa de congestionamento e menor produtividade dos magistrados. A seção de Mato Grosso do Sul apresenta o resultado menos favorável da Justiça Federal no ano de 2014.

Com relação à produtividade dos servidores da área judiciária, Gráfico 6.64, há deslocamento das unidades somente no eixo vertical, quando comparados ao gráfico anterior. Verifica-se que, apesar de apresentar a maior taxa de congestionamento da Justiça Federal, o 2º grau do Tribunal Regional Federal da 1ª Região localiza-se na fronteira de eficiência por apresentar a maior produtividade por servidores da Justiça.

Por fim, o Gráfico 6.65 pondera a taxa de congestionamento com a despesa total por processo baixado, descontando-se as despesas relativas ao pessoal inativo, tendo em vista que estas não possuem relação com o total de processos baixados. Como o objetivo é minimizar a despesa por processo baixado, houve inversão da linha de fronteira de eficiência em relação aos gráficos anteriores, sendo nesse caso o terceiro quadrante aquele de maior eficiência e o primeiro o de menor eficiência. Nota-se a permanência da seção judiciária do Rio Grande do Norte na fronteira de eficiência, com a menor taxa de congestionamento, e a inclusão da seção judiciária do Maranhão, por apresentar a menor despesa por processo baixado. Com destaque negativo, encontra-se Mato Grosso do Sul, devido à segunda maior taxa de congestionamento e a segunda maior despesa por processo baixado. Há de se frisar que as despesas de 2º grau agregam os gastos da área administrativa do tribunal.

Gráfico 6.63 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Magistrados

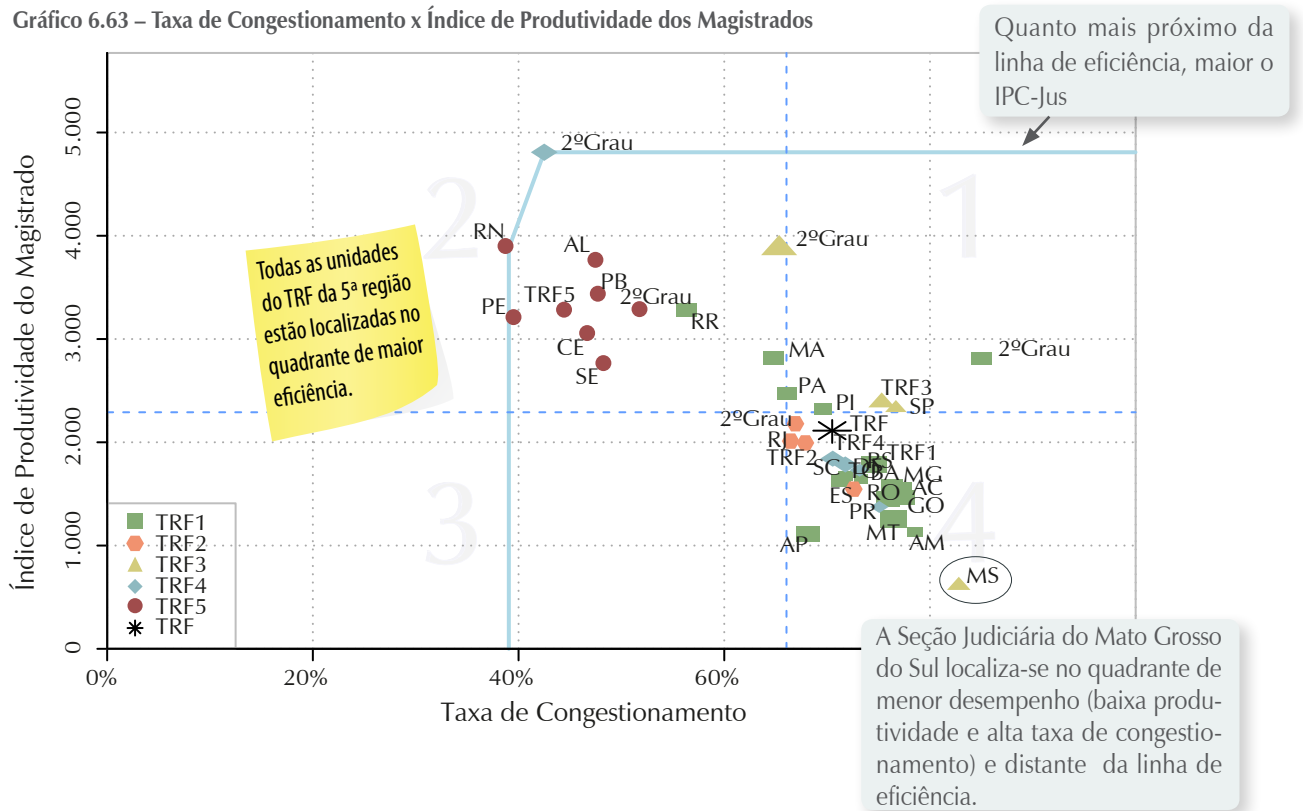


Gráfico 6.64 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária

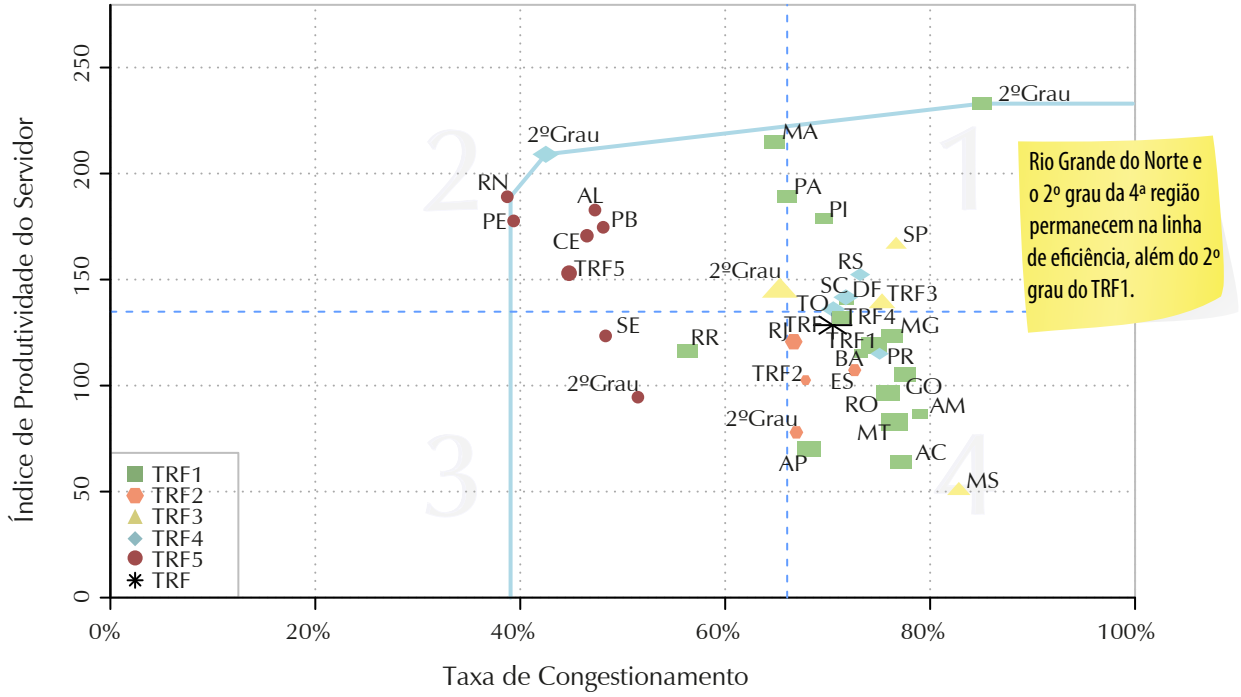
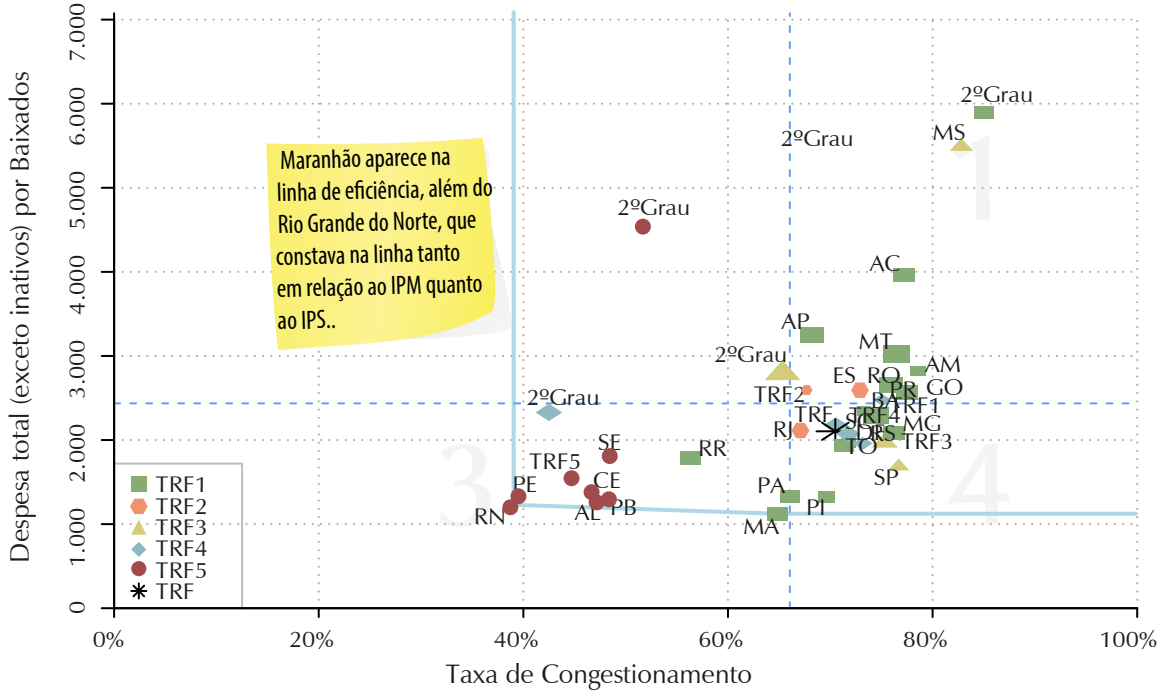


Gráfico 6.65 – Taxa de Congestionamento x Despesa Total (exceto inativos) por Processos Baixados



6.7.2 Análises de Cenário

Um dos resultados obtidos com base na aplicação do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus) consiste na mensuração de quanto o tribunal / seção judiciária deveria ter baixado em número de processos para que, em 2014, pudesse alcançar a eficiência máxima. Dessa forma, esta seção destina-se a apresentar o resultado real e o resultado simulado dos principais indicadores de desempenho, supondo que todas as unidades são eficientes e alcançam 100% no IPC-Jus. Tal hipótese considera que todos os tribunais são homogêneos no sentido que são aptos a produzir proporcionalmente aos seus próprios insumos.

Cabe lembrar que, pela metodologia, um tribunal é considerado eficiente porque em relação aos demais conseguiu produzir mais com menos recursos. Entretanto, tal enquadramento não significa que o tribunal que atinja seu máximo de produção não tenha como aperfeiçoar ainda mais seu desempenho. Mesmo os tribunais que atingiram o percentual máximo devem considerar a necessidade de aprimoramentos, já que o volume de processos que tramita na Justiça Federal é muito elevado e o julgamento e a baixa dos processos de forma célere são pressupostos constitucionais para a prestação jurisdicional justa. Dessa forma, na simulação apresentada a seguir, não significa, por exemplo, que a taxa de 85% de congestionamento aferida no 2º grau do Tribunal Regional Federal da 1ª Região seja satisfatória, mas sim que, em relação aos demais tribunais e aos seus insumos, esta instância baixou comparativamente alto quantitativo de processos. Se todos os tribunais da Justiça Federal conseguirem baixar significativamente a cada ano mais processos, o ótimo alcançado pela curva de eficiência se tornará cada vez mais próximo do ótimo subjetivo, que seria, de fato, um patamar mais satisfatório de taxas de congestionamento para o Poder Judiciário. Caso todas as unidades da Justiça Federal tivessem baixado esse quantitativo ideal no ano de 2014, sua taxa de congestionamento teria passado de 70% para 59%. Caso todos os tribunais tivessem baixado conforme o modelo, a maior redução ocorreria na taxa do TRF 2ª, que passaria de 68% para 46%, índice este próximo à taxa de congestionamento do TRF 5ª (45%), (Gráfico 6.72).

O comparativo será produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS)[12] e na Taxa de Congestionamento (TC), ou seja, caso o tribunal e as respectivas seções judiciárias tivessem atingido aquela produtividade por magistrado constante no Gráfico 6.68, ou por servidor, constante no Gráfico 6.71, seu IPC-Jus seria de 100% e, como consequência, a taxa de congestionamento seria a observada no Gráfico 6.74.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região se destaca por apresentar o índice de produtividade dos magistrados (IPM) no ano de 2014 superior ao IPM necessário para que os demais tribunais atingissem o IPC-Jus de 100% (Gráfico 6.66). Ademais, este tribunal também possui taxa de congestionamento inferior à idealizada para os demais tribunais da Justiça Federal (Gráfico 6.72). Por outro lado, a seção judiciária do Mato Grosso do Sul apresentou no ano de 2014 os menores indicadores da Justiça Federal, com IPM de 613 processos baixados por magistrado, quando para ser eficiente necessitaria baixar 2.171 processos por magistrado, quantitativo similar à média atual da Justiça Federal, de 2.113 processos por magistrado. Tal produtividade faria com que esta seção judiciária tivesse passado da maior taxa de congestionamento da Justiça Federal, 83%, para a menor, 39%.

12 Nesta situação hipotética a lotação do servidor não é considerada, ou seja, são computados tanto os servidores da área judiciária quanto os servidores da área administrativa.

Gráfico 6.66 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%.

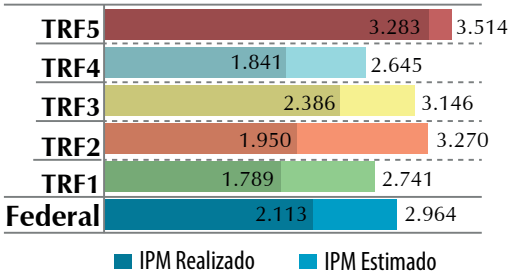


Gráfico 6.67 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100% no 2º Grau.

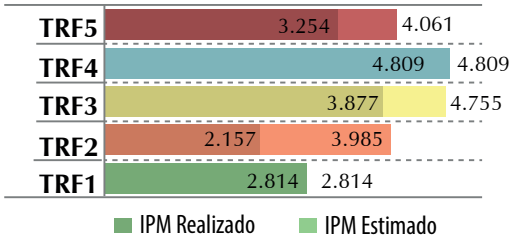


Gráfico 6.68 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Seção Judiciária atinja IPC-Jus de 100%.

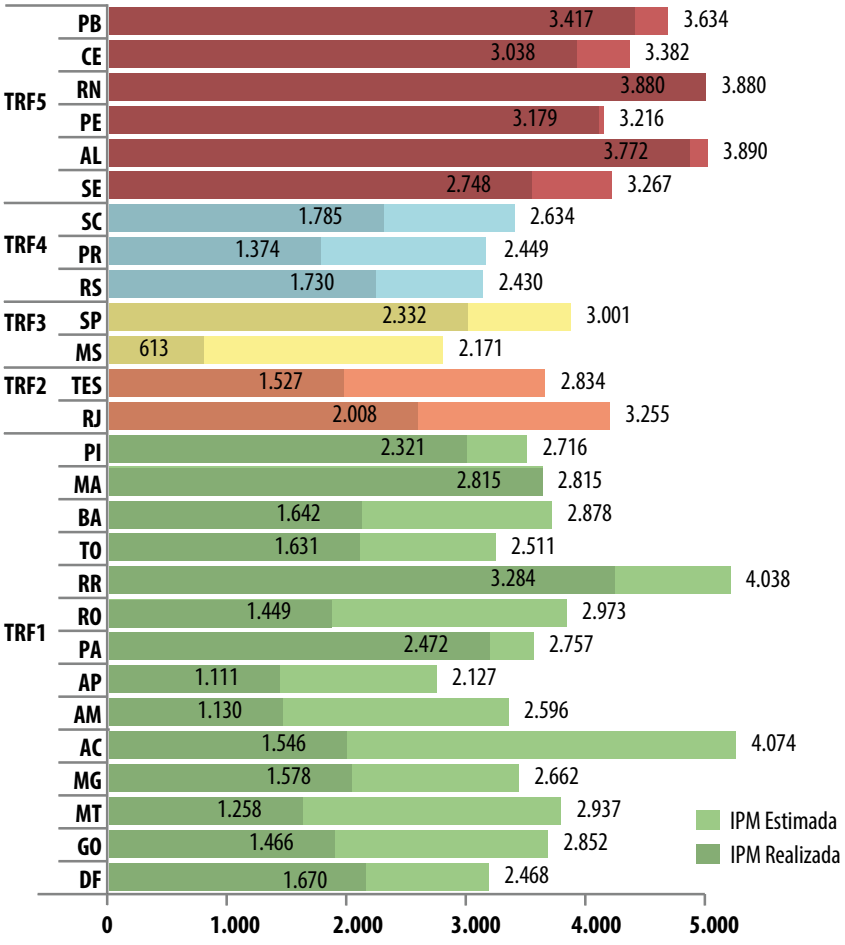


Gráfico 6.69 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%.

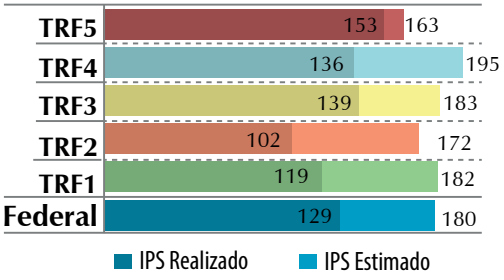


Gráfico 6.70 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100% no 2º grau.

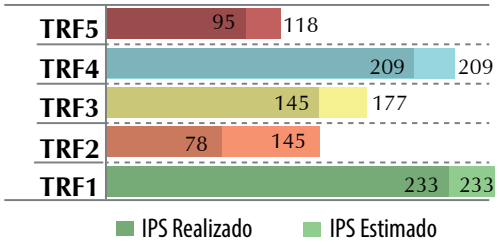


Gráfico 6.71 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Seção Judiciária atinja IPC-Jus de 100%.

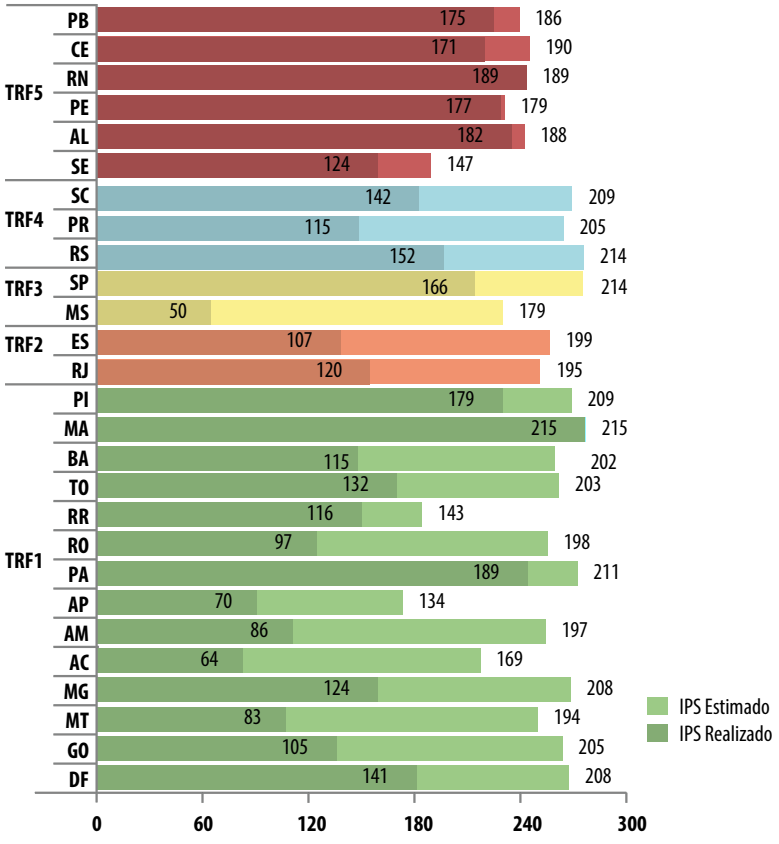


Gráfico 6.72 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100%.

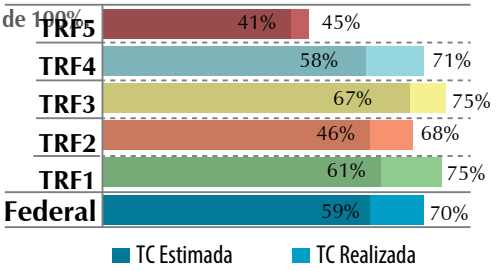


Gráfico 6.73 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100% no 2º grau.

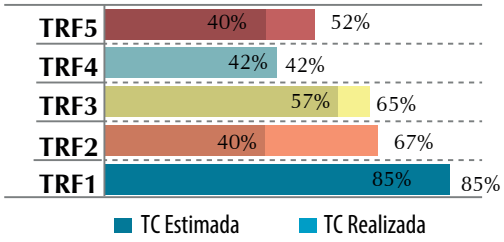
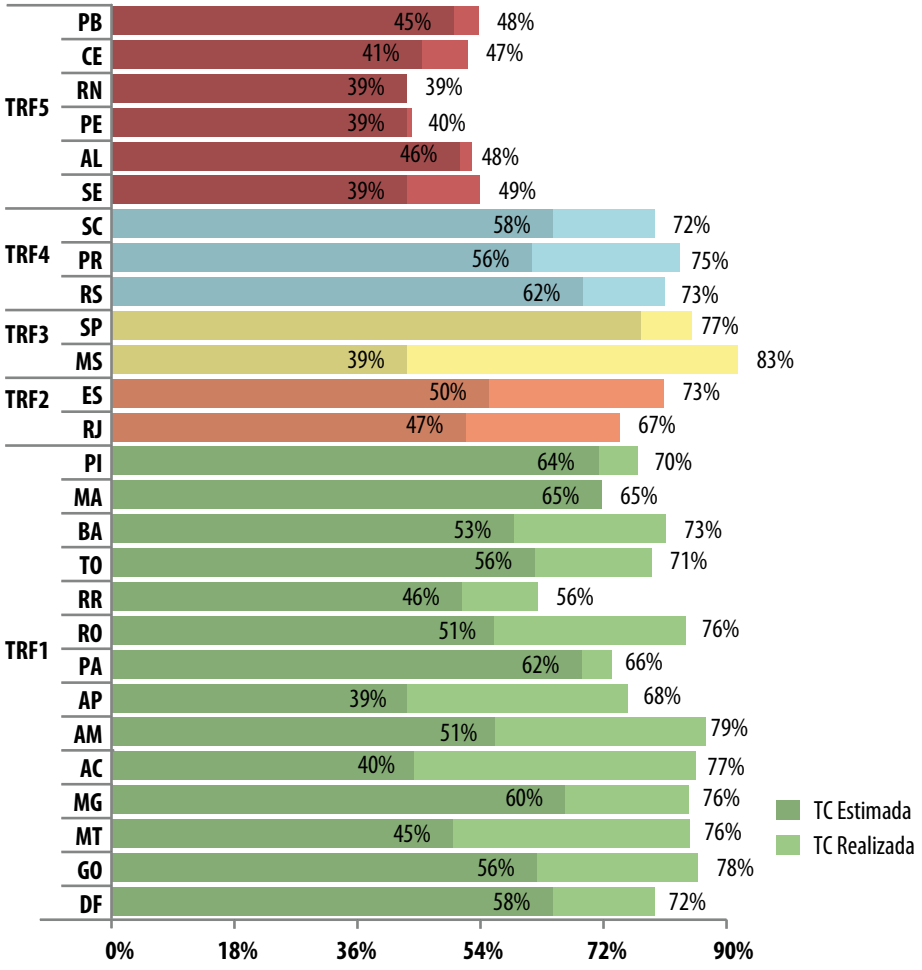


Gráfico 6.74 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100%.



6.8 Síntese da Justiça Federal

A Justiça Federal, com unidades instaladas em 276 subseções judiciárias (5% dos municípios brasileiros e 11% das comarcas estaduais), é composta por 976 unidades judiciárias de primeiro grau, subdivididas em 763 varas e 213 juizados especiais federais. Durante o ano de 2014, teve despesa de R$ 8,7 bilhões, necessária para manutenção da estrutura responsável pelo recebimento de 4 milhões de processos, baixa de 3,7 milhões, 3 milhões de sentenças e um acervo de 8,5 milhões.

Comparativamente ao ano de 2009, nota-se que as despesas cresceram apenas 5,6%[13], com redução dos valores frente ao PIB e aos gastos da União. O percentual de 90% dos gastos com recursos humanos em relação aos gastos totais tem participação reduzida e já acumula perda de 3 pontos percentuais no sexênio, apesar do aumento de 16,3% na força de trabalho contratada (incluindo magistrados, servidores e trabalhadores auxiliares). Ao contrário, nas demais rubricas de despesas, houve crescimento de 54% no período 2009-14, sendo que as despesas com aquisições e contratos na área de tecnologia da informação subiram significativamente, na ordem de 83,2% e 45,6%, respectivamente.

Ainda nessa dimensão econômica, outro aspecto da Justiça Federal refere-se à capacidade desse segmento recompor recursos financeiros aos cofres públicos, especialmente pelo modelo de arrecadação fiscal. Em 2014, as receitas somaram R$ 9,8 bilhões e superaram em 13% as despesas totais da Justiça (R$ 8,7 bilhões). Apesar desse quadro, não se pode falar em padrão de comportamento superavitário, haja vista existência de oscilações consideráveis no período de 2009 a 2014, tanto de forma global, quanto na análise de cada tribunal.

A Justiça Federal conta com uma estrutura de recursos humanos com um corpo de 1.751 magistrados, 28.786 servidores e 18.279 trabalhadores auxiliares, valores que registraram aumento de 13%, 3,7% e 1,5% no último ano, respectivamente. Mais especificamente sobre o aumento no número de magistrados é interessante notar que em 2014 houve crescimento tanto em número de cargos criados por lei (+10,4%) quanto no número de cargos providos (+12,4%), que representam 73% do total, ou seja, é fundamental tomar as medidas necessárias para ocupação dos cargos já existentes, haja vista que restam ainda a prover 662 cargos. A Justiça Federal conta com aproximadamente um magistrado atuante por cem mil habitantes (índice de 0,9) e apontou crescimento de 7% nessa relação no sexênio. Quando calculado este mesmo índice pelos cargos existentes (providos ou não), o crescimento foi de 32% no mesmo período.

Após alguns anos com certa estabilização da demanda processual na Justiça Federal, com variação acumulada de apenas 3% entre 2009 e 2013, em 2014 houve explosão de litigiosidade: os casos novos subiram 20,8% e atingiram 4 milhões de processos (crescimento de 700 mil casos quando comparado com o ano anterior). Tal fenômeno ocorreu em todos os 5 Tribunais Regionais Federais pois, em todos eles, a variação de 2014 foi significativamente superior à variação média dos anos anteriores (2009-13). Apesar de o aumento de litígios ter sido aferido em todas as instâncias, o fenômeno ocorreu de forma mais significativa no primeiro grau (varas e juizados) e ainda, mais predominantemente, na fase de conhecimento, a qual registrou incremento de 30,2% em apenas um ano.

Em contraponto ao aumento da demanda, houve redução de 1,9% dos processos baixados e ainda, por consequência, a taxa de congestionamento que era de 67% em 2013 subiu ainda mais e alcançou 70%, maior índice da série histórica 2009-14. Pontua-se, ainda, que o maior crescimento ocorreu na taxa de congestionamento da fase de conhecimento (taxa de 56% e variação positiva de 9,5 p.p). Na fase de execução a taxa é de 86% (+ 1,2 p.p), sendo 91% o congestionamento das execuções fiscais. No 2º grau, a taxa é de 68%. É preocupante a constatação de que a cada 100 processos que tramitaram na execução fiscal, apenas 9 foram baixados, pois esta classe processual é responsável por 41% do acervo total e 84% do acervo em execução.

Por seu turno, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a relação dos baixados com os casos novos, sofreu significativa redução de 21 pontos percentuais (p.p), pois passou de 112% para 91%. Cabe esclarecer que, até 2013, a Justiça Federal manteve seu IAD acima de 100%, patamar mínimo esperado para evitar crescimento do estoque, tendo em 2012, alcançado um resultado bastante positivo, de 124%. Todavia, a perda em desempenho (baixados) associado ao aumento de novos litígios gerou o resultado desfavorável em 2014.

Ademais, quanto aos índices de produtividade, verifica-se que houve crescimento no número de baixados por servidor da área judiciária (+ 5%), enquanto na produtividade por magistrado ocorreu o inverso, com redução de 13%. Não se pode, todavia, olhar tais variações por si só, pois os índices de produtividade alcançados pelos magistrados da Justiça Federal (IPMs) são elevados

13 Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA, Dez/2014.

e equivalem a média de 2.113 processos baixados e de 1.740 sentenças ao ano, o que equivale a 8 baixas por dia. No 2º grau a produtividade é ainda maior e alcança o patamar de 3.458. Quanto aos servidores da área judiciária, o inverso ocorre, pois a produtividade do primeiro grau (IPS-Jud), mensurada em 184 baixas por servidor, supera em 29% a produtividade do segundo grau.

Por fim, quanto ao desempenho dos tribunais, pelo resultado do IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) observa-se ganho de produtividade nos TRFs da 4ª e 5ª Regiões, e perda de produtividade nos TRF da 1ª e 2ª Regiões. O TRF da 5ª Região, de fato, merece destaque positivo, pois, além de ser o mais produtivo com IPC-Jus de 93%, apresentou índice de produtividade dos magistrados (IPM) apurado em 3.283, o que superou em quase mil processos o segundo maior IPM da mesma Justiça (TRF 3ª, com 2.386).

6.9 Infográficos por Tribunal

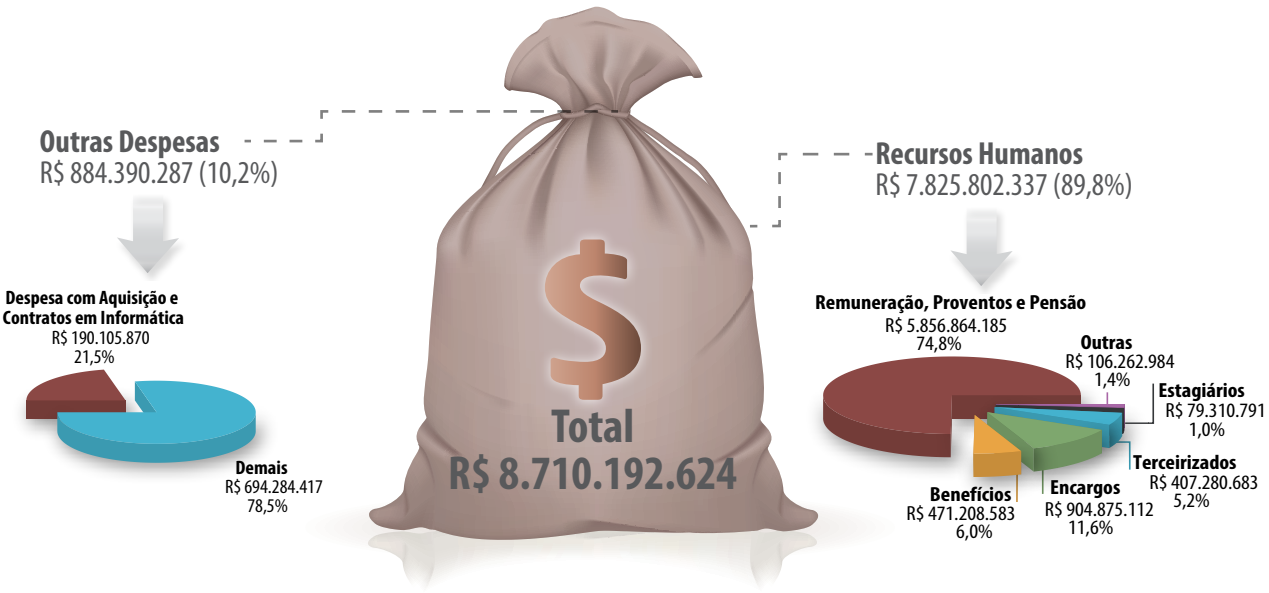
Os infográficos da Justiça Federal contém dados de despesas, força de trabalho e informações sobre litigiosidade, com os quantitativos de processos ingressados, julgados, baixados e estoque, segregados entre processos de conhecimento e de execução. Também estão dispostos indicadores de desempenho do tribunal e indicadores de produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária. Os dados de litigiosidade estão segregados por instância, quais sejam: 2º grau, 1º grau (apenas juízo comum), turmas recursais, juizados especiais e turmas regionais de uniformização.

Apresenta-se, ainda, o resultado do Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) na série histórica do tribunal, bem como sua posição em *ranking* em relação aos quatro tribunais de mesmo porte em posições mais similares.

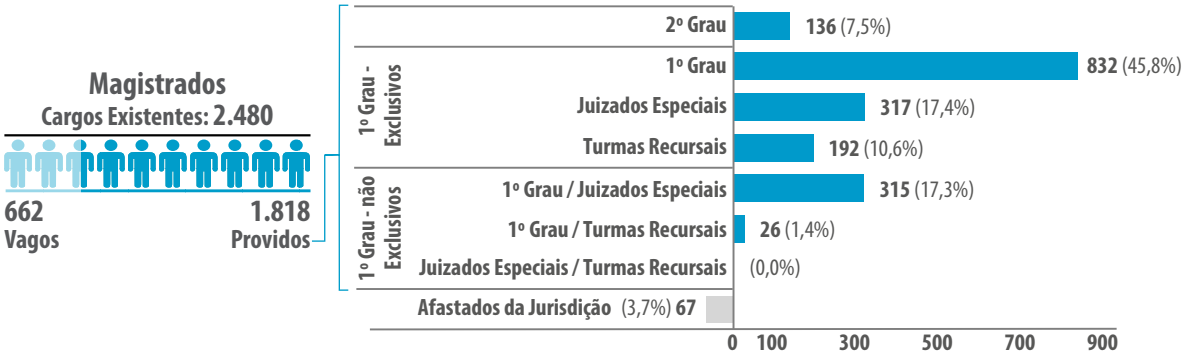
Por fim, apresenta-se os dez assuntos mais recorrentes, relativo aos processos ingressados no curso do ano de 2014 em cada tribunal. Neste quesito, é oportuno esclarecer que um mesmo processo pode ter vários assuntos, e que, neste caso, todos são contados, razão pela qual, tais valores distinguem-se do total de casos novos.

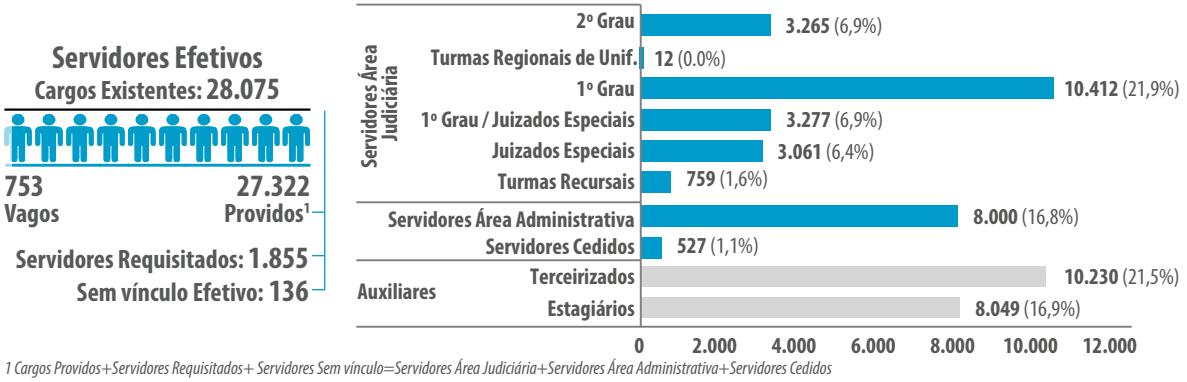
Justiça Federal

Despesas



Força de Trabalho

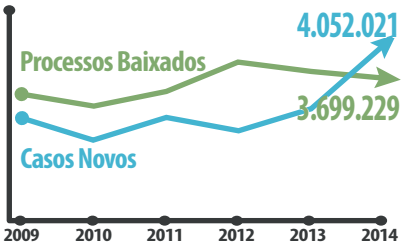


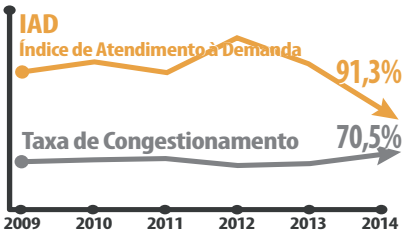


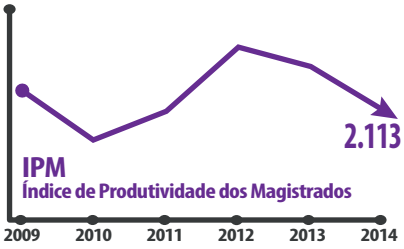
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

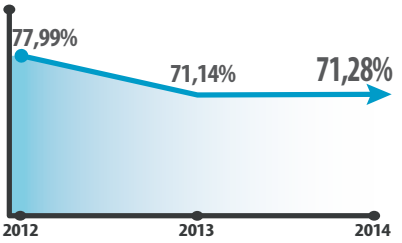
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual							
Casos Novos	509.039	1.095.883	522.058	1.921.070	3.971	**4.052.021**	↑ 20,8%
Conhecimento	-	510.731	-	1.878.644	-	**2.389.375**	↑ 30,2%
Execução	-	585.152	-	42.426	-	**627.578**	↑ 17,4%
Julgados	527.492	804.142	541.557	1.173.290	-	**3.046.481**	↑ 4,6%
Conhecimento	-	343.446	-	1.170.035	-	**1.513.481**	↑ 2,7%
Execução	-	460.696	-	3.255	-	**463.951**	↓ -4,8%
Baixados	467.327	1.271.612	500.431	1.456.939	2.920	**3.699.229**	↓ -1,9%
Conhecimento	-	632.081	-	1.410.434	-	**2.042.515**	↓ -5,0%
Execução	-	639.531	-	46.505	-	**686.036**	↓ -4,1%
Estoque	945.175	5.004.268	1.106.678	1.425.816	2.551	**8.484.488**	↑ 4,3%
Conhecimento	-	897.402	-	1.401.596	-	**2.298.998**	↑ 3,8%
Execução	-	4.106.866	-	24.220	-	**4.131.086**	↑ 2,4%
Indicadores de Produtividade							
IAD (Baixados/Cn)	91,8%	116,0%	95,9%	75,8%	73,5%	**91,3%**	↓ -21,17p.p.
Conhecimento	-	123,8%	-	75,1%	-	**85,5%**	↓ -31,65p.p.
Execução	-	109,3%	-	109,6%	-	**109,3%**	↓ -24,52p.p.
Taxa Congest.	67,9%	79,2%	69,3%	56,5%	55,2%	**70,5%**	↑ 3,33p.p.
Conhecimento	-	55,1%	-	57,0%	-	**56,4%**	↑ 9,49p.p.
Execução	-	86,4%	-	30,2%	-	**85,6%**	↑ 1,25p.p.
Indicadores por Magistrado							
Casos novos	3.743	855	2.486	3.020	40	**2.213**	↑ 7,1%
Carga de Trab.	12.688	5.595	8.189	5.480	66	**7.510**	↓ -3,8%
Proc. Julgados	3.879	715	2.579	1.886	-	**1.740**	↓ -7,4%
IPM (Baixados)	3.436	1.131	2.383	2.342	29	**2.113**	↓ -13,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária							
Casos novos	156	70	688	296	331	**186**	↑ 29,7%
Carga de Trab.	529	459	2.266	538	544	**633**	↑ 16,4%
IPS-Jud (Baixados)	143	93	659	230	243	**178**	↑ 5,0%







Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



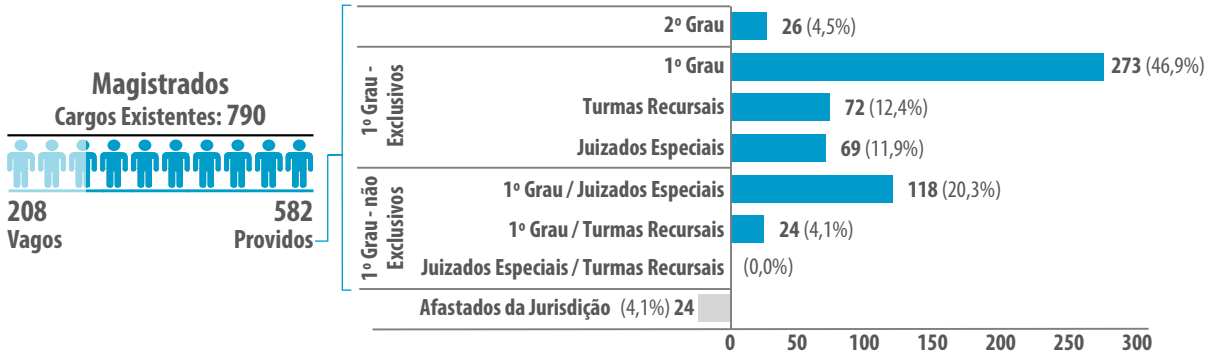
Assuntos mais recorrentes

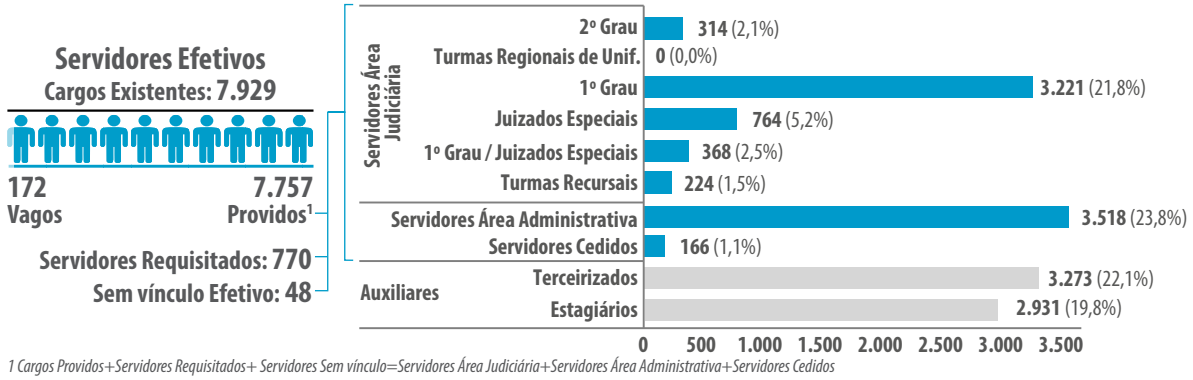
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-administrativa / Administração Pública/FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	760.859
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	554.799
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	346.412
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	252.969
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	231.698
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	201.074
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Sociais	177.909
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI - Renda Mensal Inicial	147.912
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	143.921
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	128.542

Tribunal Regional Federal
1ª Região

Despesas

Força de Trabalho

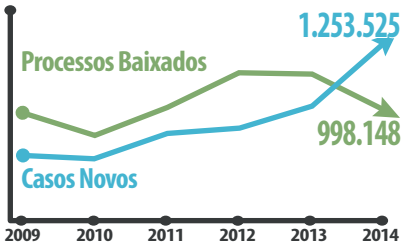


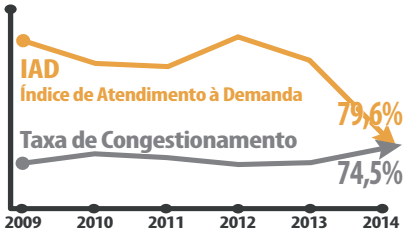


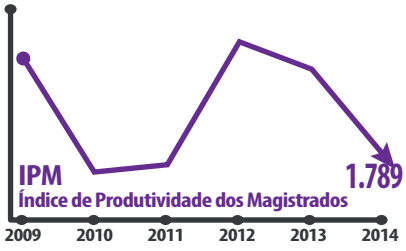
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

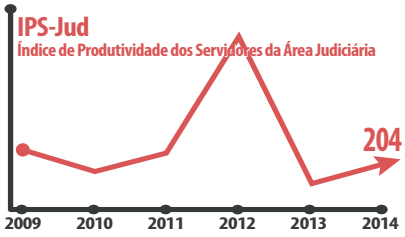
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual							
Casos Novos	145.544	297.956	149.939	659.841	245	**1.253.525**	↑ 24,6%
Conhecimento	-	166.699	-	659.841	-	**826.540**	↑ 31,8%
Execução	-	131.257	-	-	-	**131.257**	↑ 18,7%
Julgados	104.341	166.793	104.407	208.625	-	**584.166**	↑ 3,5%
Conhecimento	-	101.944	-	208.625	-	**310.569**	↑ 0,9%
Execução	-	64.849	-	-	-	**64.849**	↓ -7,2%
Baixados	72.873	332.016	101.365	491.615	279	**998.148**	↓ -12,1%
Conhecimento	-	206.148	-	491.615	-	**697.763**	↓ -15,8%
Execução	-	125.868	-	-	-	**125.868**	↓ -2,4%
Estoque	342.263	1.357.019	340.325	623.413	150	**2.663.170**	↑ 3,6%
Conhecimento	-	311.409	-	623.413	-	**934.822**	↑ 1,2%
Execução	-	1.045.610	-	-	-	**1.045.610**	↑ 4,9%
Indicadores de Produtividade							
IAD (Baixados/Cn)	50,1%	111,4%	67,6%	74,5%	113,9%	**79,6%**	↓ -33,22p.p.
Conhecimento	-	123,7%	-	74,5%	-	**84,4%**	↓ -47,67p.p.
Execução	-	95,9%	-	-	-	**95,9%**	↓ -20,80p.p.
Taxa Congest.	85,1%	79,9%	79,3%	61,7%	29,4%	**74,5%**	↑ 6,26p.p.
Conhecimento	-	56,9%	-	61,7%	-	**60,4%**	↑ 13,80p.p.
Execução	-	89,3%	-	-	-	**89,3%**	↑ 0,95p.p.
Indicadores por Magistrado							
Casos novos	5.598	736	1.648	3.548	11	**2.236**	↓ -5,7%
Carga de Trab.	21.142	4.278	5.388	6.994	17	**7.239**	↓ -17,3%
Proc. Julgados	4.013	420	1.147	1.122	-	**1.047**	↓ -21,6%
IPM (Baixados)	2.803	836	1.114	2.643	12	**1.789**	↓ -33,4%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária							
Casos novos	464	81	669	583	-	**255**	↑ 72,3%
Carga de Trab.	1.751	473	2.189	1.149	-	**826**	↑ 51,0%
IPS-Jud (Baixados)	232	93	453	434	-	**204**	↑ 21,7%

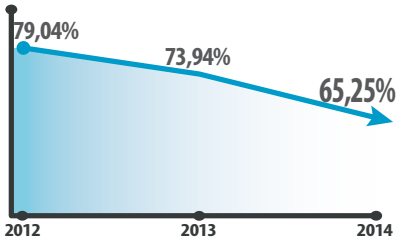


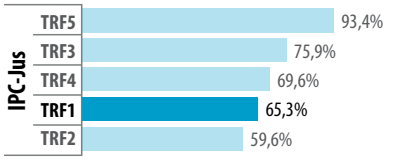






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



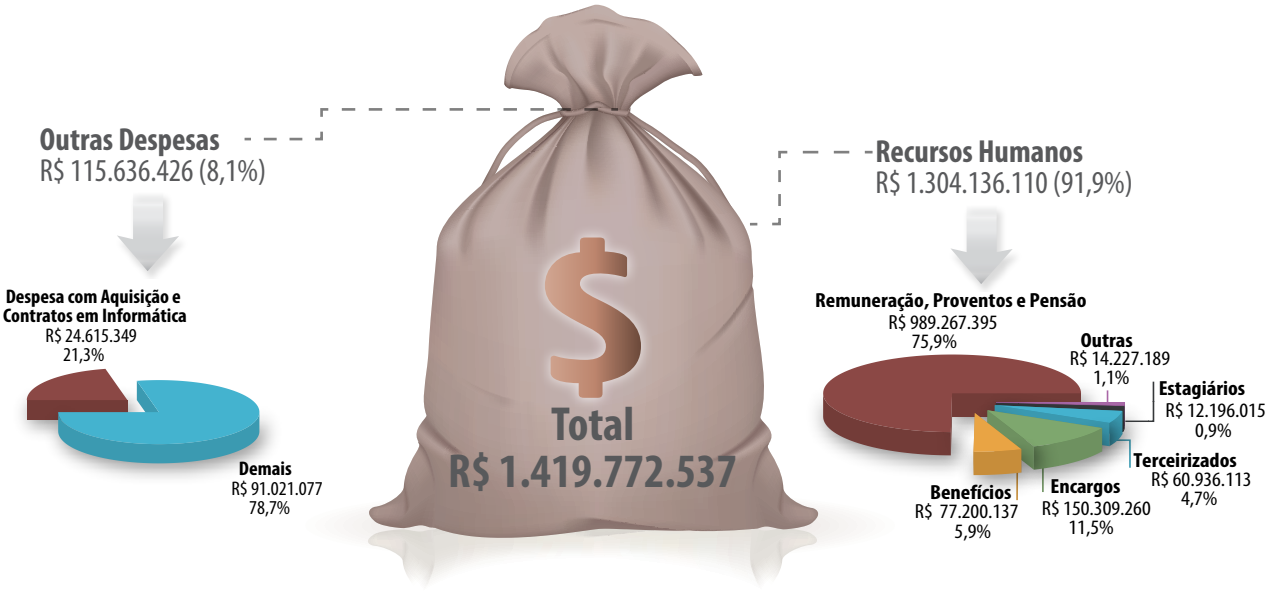


Assuntos mais recorrentes

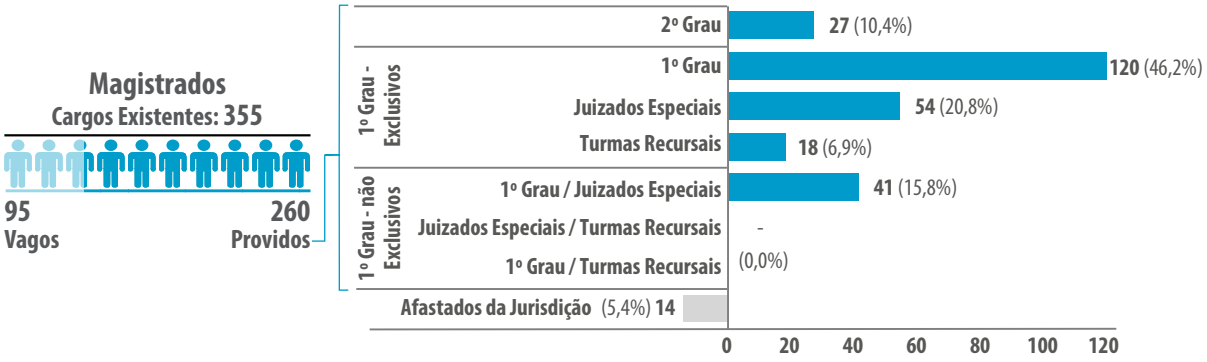
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-administrativa / Administração Pública/FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	249.353
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	146.387
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	116.924
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	116.840
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	69.185
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	53.598
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Sociais	45.778
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Pensão por Morte (Art. 74/9)	45.001
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	40.340
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Salário-Maternidade (Art. 71/73)	36.847

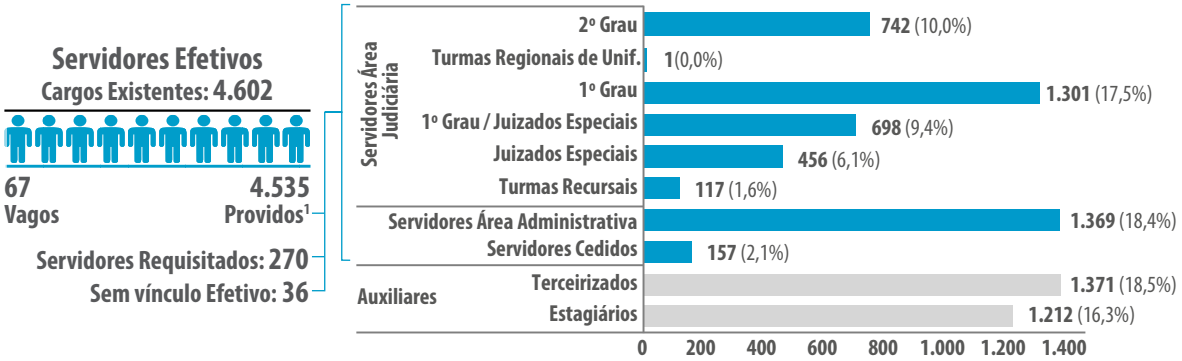
Tribunal Regional Federal
2ª Região

Despesas



Força de Trabalho

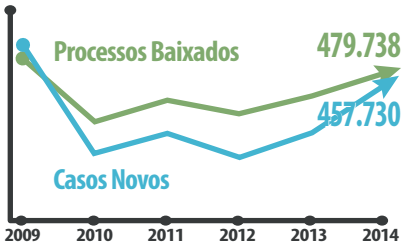


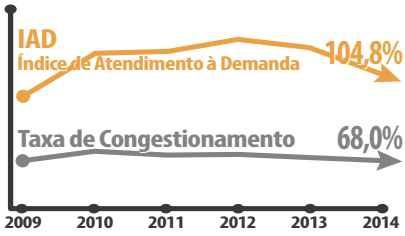


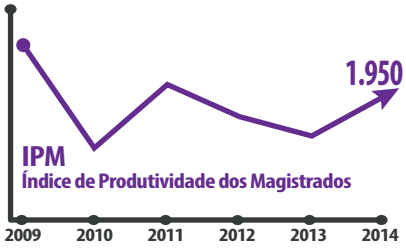
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

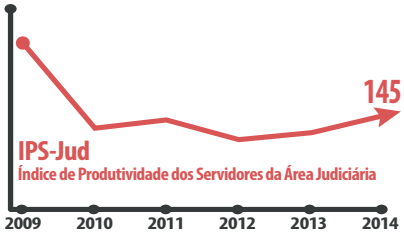
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual							
Casos Novos	69.056	148.750	56.037	183.842	45	**457.730**	↑ 20,3%
Conhecimento	-	51.971	-	141.430	-	**193.401**	↑ 14,0%
Execução	-	96.779	-	42.412	-	**139.191**	↑ 45,6%
Julgados	68.551	128.770	68.517	131.779	-	**397.617**	↑ 5,9%
Conhecimento	-	44.655	-	128.532	-	**173.187**	↑ -0,9%
Execução	-	84.115	-	3.247	-	**87.362**	↓ -6,0%
Baixados	58.200	180.045	50.050	191.398	45	**479.738**	↑ 8,0%
Conhecimento	-	66.789	-	144.903	-	**211.692**	↑ 1,6%
Execução	-	113.256	-	46.495	-	**159.751**	↑ 9,4%
Estoque	108.836	701.534	94.869	137.807	49	**1.043.095**	↓ -2,7%
Conhecimento	-	139.183	-	113.594	-	**252.777**	↓ -8,3%
Execução	-	562.351	-	24.213	-	**586.564**	↓ -5,6%
Indicadores de Produtividade							
IAD (Baixados/Cn)	84,3%	121,0%	89,3%	104,1%	100,0%	**104,8%**	↓ -11,89p.p.
Conhecimento	-	128,5%	-	102,5%	-	**109,5%**	↓ -13,33p.p.
Execução	-	117,0%	-	109,6%	-	**114,8%**	↓ -37,98p.p.
Taxa Congest.	67,3%	78,8%	66,8%	40,5%	52,1%	**68,0%**	↓ -1,38p.p.
Conhecimento	-	65,1%	-	43,2%	-	**52,6%**	↓ -0,66p.p.
Execução	-	82,8%	-	30,2%	-	**78,0%**	↓ -1,65p.p.
Indicadores por Magistrado							
Casos novos	2.558	881	3.113	1.554	2	**1.624**	↑ 27,4%
Carga de Trab.	7.612	5.800	9.886	3.605	5	**6.453**	↑ 9,8%
Proc. Julgados	2.539	853	3.807	1.448	-	**1.616**	↑ 12,8%
IPM (Baixados)	2.156	1.192	2.781	2.103	2	**1.950**	↑ 15,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária							
Casos novos	93	67	479	123	45	**121**	↑ 18,4%
Carga de Trab.	277	438	1.521	284	94	**479**	↑ 2,0%
IPS-Jud (Baixados)	78	90	428	166	45	**145**	↑ 6,9%

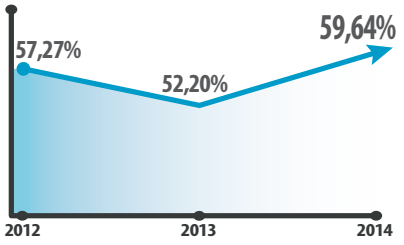


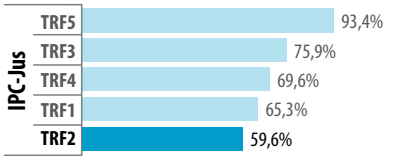






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



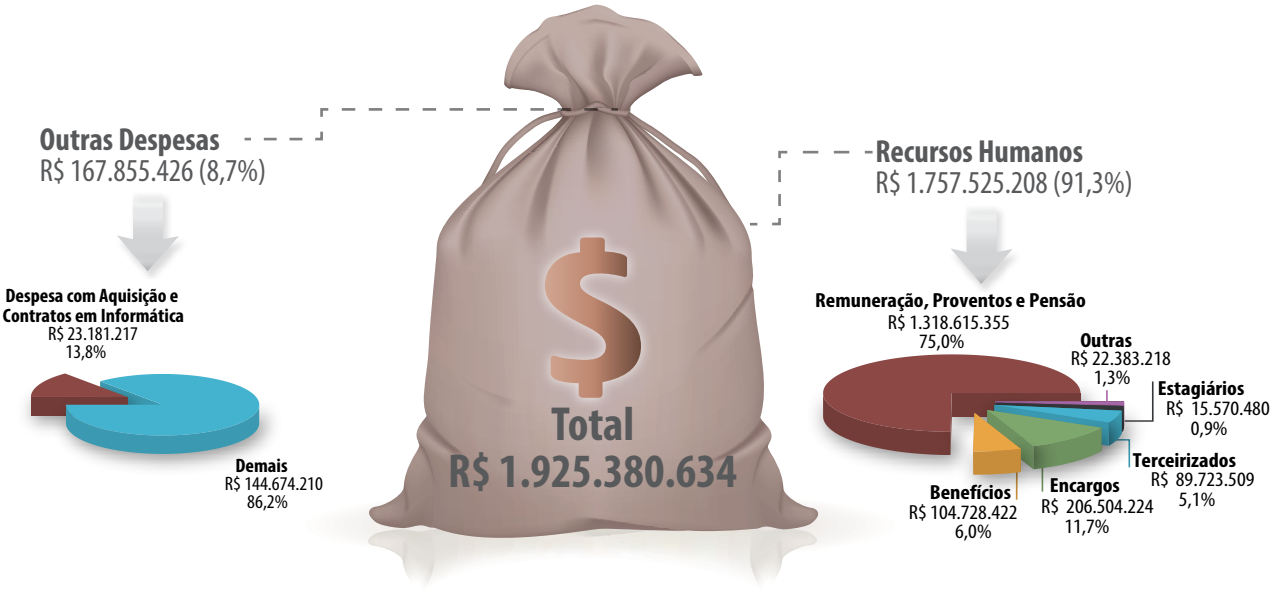


Assuntos mais recorrentes

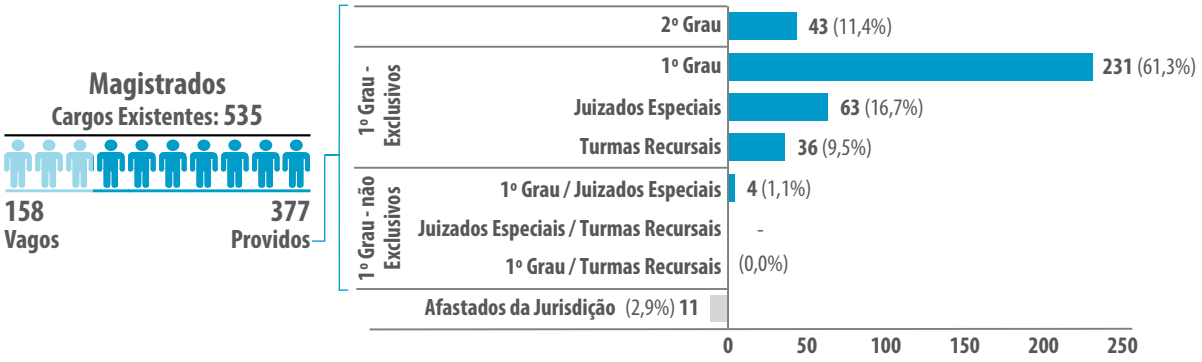
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	127.903
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-administrativa / Administração Pública/FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	64.040
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	39.638
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/RMI - Renda Mensal Inicial	30.691
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	27.849
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Corporativas	27.039
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	26.461
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	19.457
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Disposições Diversas Relativas às Prestações	17.843
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/Reajustes e Revisões Específicos	14.429

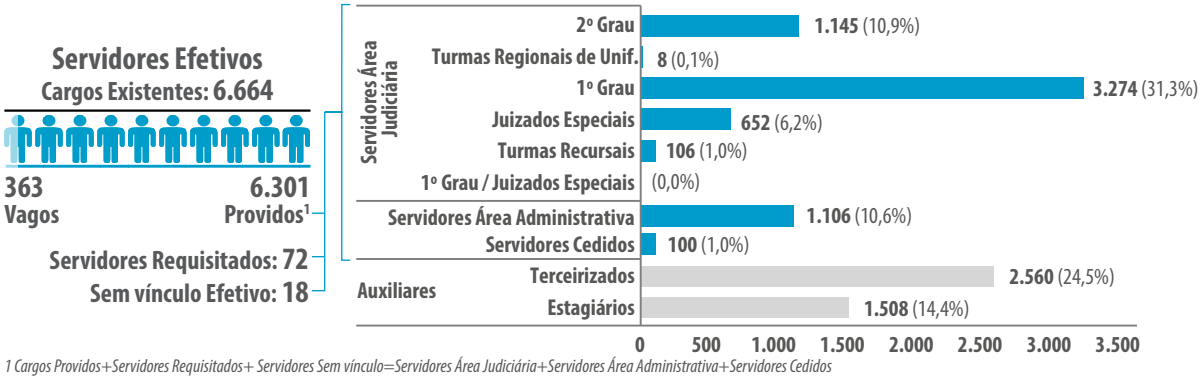
Tribunal Regional Federal 3ª Região

Despesas



Força de Trabalho

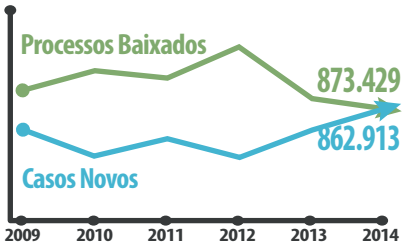


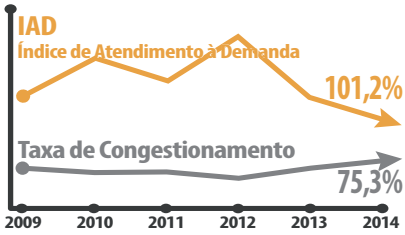


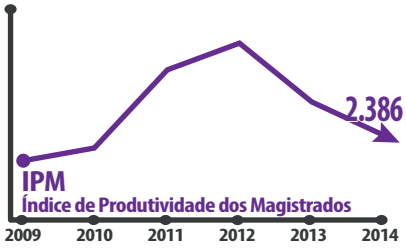
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

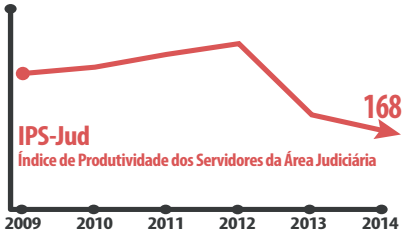
Litigiosidade

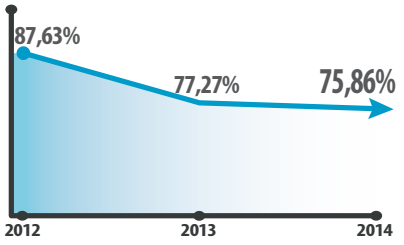
	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual							
Casos Novos	133.111	302.436	95.569	331.713	84	**862.913**	↑ 8,9%
Conhecimento	-	113.062	-	331.713	-	**444.775**	↑ 30,4%
Execução	-	189.374	-	-	-	**189.374**	↓ -11,8%
Julgados	187.075	236.530	93.669	242.491	-	**759.765**	↑ 7,3%
Conhecimento	-	63.436	-	242.491	-	**305.927**	↑ 6,0%
Execução	-	173.094	-	-	-	**173.094**	↓ -8,1%
Baixados	166.618	445.922	56.484	204.305	100	**873.429**	↓ -3,7%
Conhecimento	-	180.278	-	204.305	-	**384.583**	↓ -1,0%
Execução	-	265.644	-	-	-	**265.644**	↓ -15,4%
Estoque	347.615	1.737.540	291.951	297.113	125	**2.674.344**	↑ 9,6%
Conhecimento	-	207.441	-	297.113	-	**504.554**	↑ 16,0%
Execução	-	1.530.099	-	-	-	**1.530.099**	↑ 3,5%
Indicadores de Produtividade							
IAD (Baixados/Cn)	125,2%	147,4%	59,1%	61,6%	119,0%	**101,2%**	↓ -13,20p.p.
Conhecimento	-	159,5%	-	61,6%	-	**86,5%**	↓ -27,40p.p.
Execução	-	140,3%	-	-	-	**140,3%**	↓ -5,86p.p.
Taxa Congest.	65,3%	78,1%	85,4%	67,5%	52,2%	**75,3%**	↑ 3,36p.p.
Conhecimento	-	43,8%	-	67,5%	-	**59,5%**	↑ 9,53p.p.
Execução	-	84,6%	-	-	-	**84,6%**	↑ 3,10p.p.
Indicadores por Magistrado							
Casos novos	3.096	1.042	2.731	5.103	2	**2.177**	↑ 1,5%
Carga de Trab.	13.486	9.138	12.029	9.931	6	**10.167**	↓ -1,1%
Proc. Julgados	4.351	1.042	2.676	3.731	-	**2.076**	↓ -3,0%
IPM (Baixados)	3.875	1.964	1.614	3.143	3	**2.386**	↓ -12,9%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária							
Casos novos	116	72	902	509	11	**154**	↑ 9,6%
Carga de Trab.	506	634	3.972	990	26	**718**	↑ 6,8%
IPS-Jud (Baixados)	146	136	533	313	13	**168**	↓ -5,9%

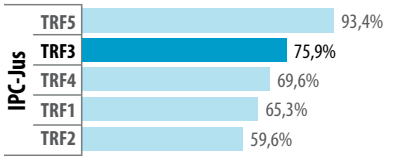










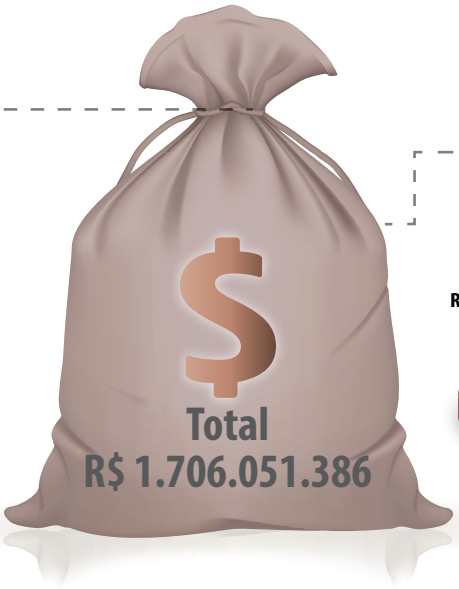


Assuntos mais recorrentes

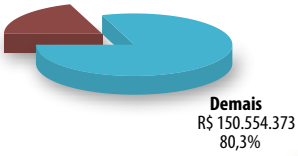
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-administrativa / Administração Pública/FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	206.437
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Sociais	101.690
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	58.884
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	51.542
DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos/IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	47.847
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/ RMI - Renda Mensal Inicial	41.917
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	39.746
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	28.256
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Previdenciárias	27.594
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	26.984

Tribunal Regional Federal
4ª Região

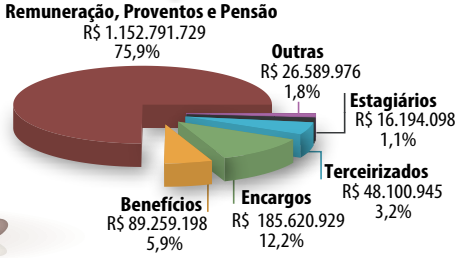
Despesas



Outras Despesas
R$ 187.494.510 (11,0%)



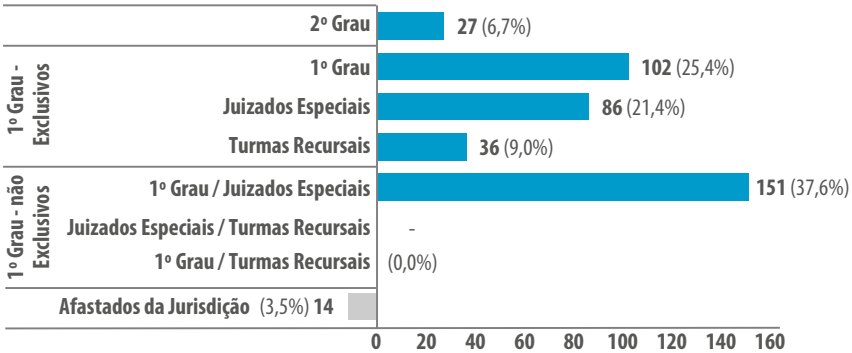
Recursos Humanos
R$ 1.518.556.876 (89,0%)



Força de Trabalho

Magistrados
Cargos Existentes: 445

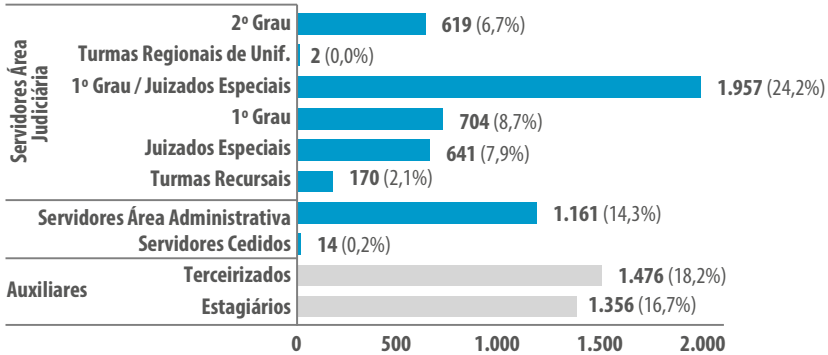
43 Vagos
402 Providos



Servidores Efetivos
Cargos Existentes: 5.367

116 Vagos
5.251 Providos[1]

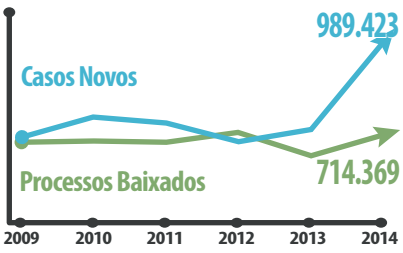
Servidores Requisitados: 13
Sem vínculo Efetivo: 4

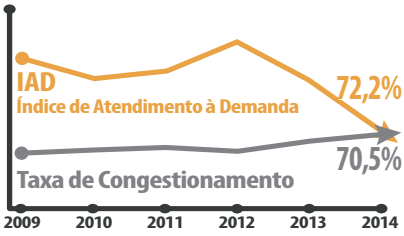


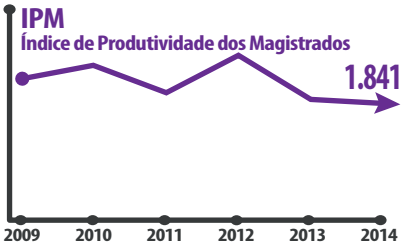
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

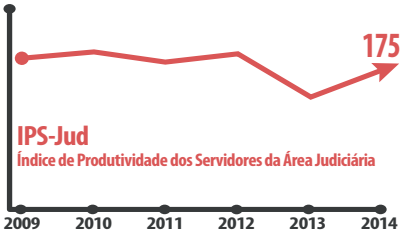
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual							
Casos Novos	127.152	256.276	139.264	463.303	3.428	**989.423**	↑ 35,2%
Conhecimento	-	133.959	-	463.303	-	**597.262**	↑ 45,8%
Execução	-	122.317	-	-	-	**122.317**	↑ 57,3%
Julgados	132.261	167.118	162.618	317.094	-	**779.091**	↑ 10,5%
Conhecimento	-	95.939	-	317.094	-	**413.033**	↑ 4,7%
Execução	-	71.179	-	-	-	**71.179**	↑ 13,2%
Baixados	127.665	180.231	129.147	275.159	2.167	**714.369**	↑ 8,7%
Conhecimento	-	134.094	-	275.159	-	**409.253**	↑ 4,3%
Execução	-	46.137	-	-	-	**46.137**	↓ -12,9%
Estoque	93.261	816.923	246.760	277.273	1.942	**1.436.159**	↑ 5,5%
Conhecimento	-	177.379	-	277.273	-	**454.652**	↑ 3,9%
Execução	-	639.544	-	-	-	**639.544**	↑ 4,0%
Indicadores de Produtividade							
IAD (Baixados/Cn)	100,4%	70,3%	92,7%	59,4%	63,2%	**72,2%**	↓ -17,54p.p.
Conhecimento	-	100,1%	-	59,4%	-	**68,5%**	↓ -27,26p.p.
Execução	-	37,7%	-	-	-	**37,7%**	↓ -30,36p.p.
Taxa Congest.	42,1%	83,2%	66,5%	62,8%	59,6%	**70,5%**	↑ 1,93p.p.
Conhecimento	-	56,9%	-	62,8%	-	**61,1%**	↑ 7,42p.p.
Execução	-	93,9%	-	-	-	**93,9%**	↑ 1,59p.p.
Indicadores por Magistrado							
Casos novos	4.709	893	4.096	1.980	286	**2.451**	↑ 21,5%
Carga de Trab.	10.328	4.608	11.939	3.248	448	**6.635**	↑ 4,7%
Proc. Julgados	4.899	685	4.783	1.355	-	**2.008**	↑ 0,8%
IPM (Baixados)	4.728	739	3.798	1.176	181	**1.841**	↓ -0,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária							
Casos novos	205	82	819	178	1.714	**232**	↑ 30,1%
Carga de Trab.	451	422	2.388	293	2.685	**629**	↑ 12,1%
IPS-Jud (Baixados)	206	68	760	106	1.084	**175**	↑ 6,2%

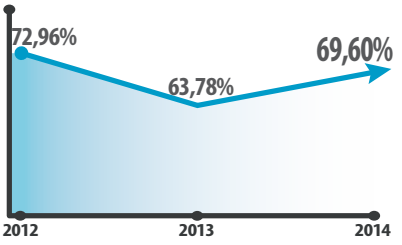


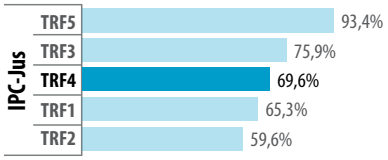






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



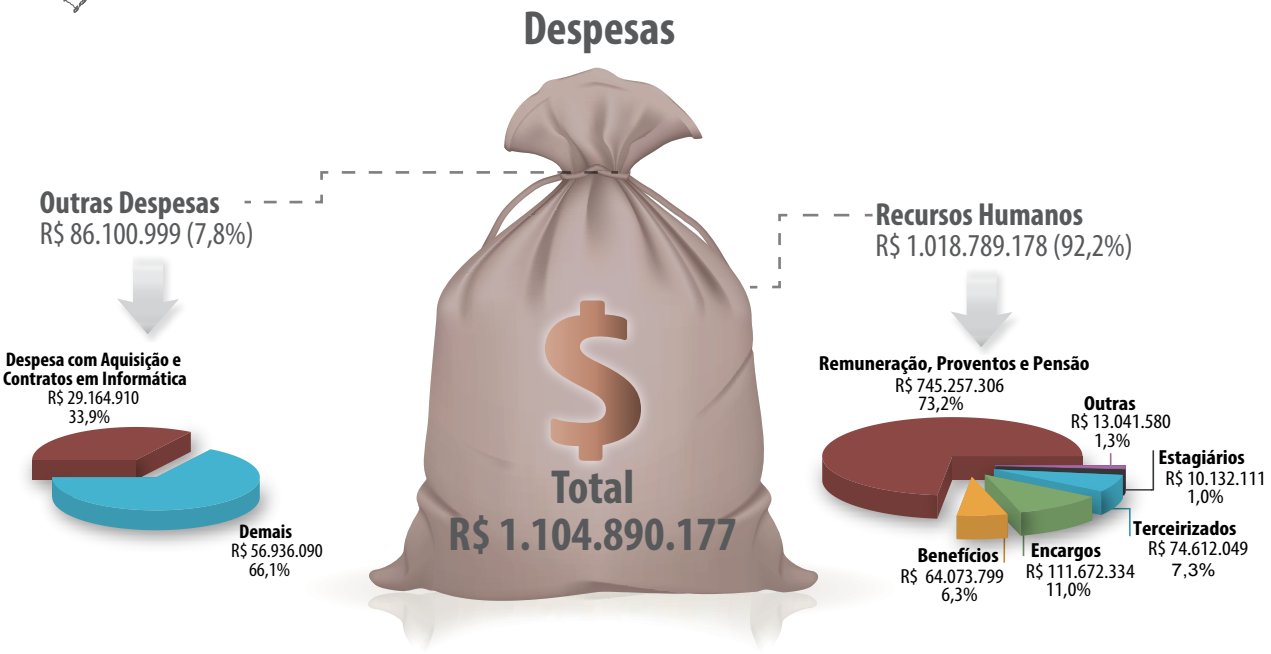


Assuntos mais recorrentes

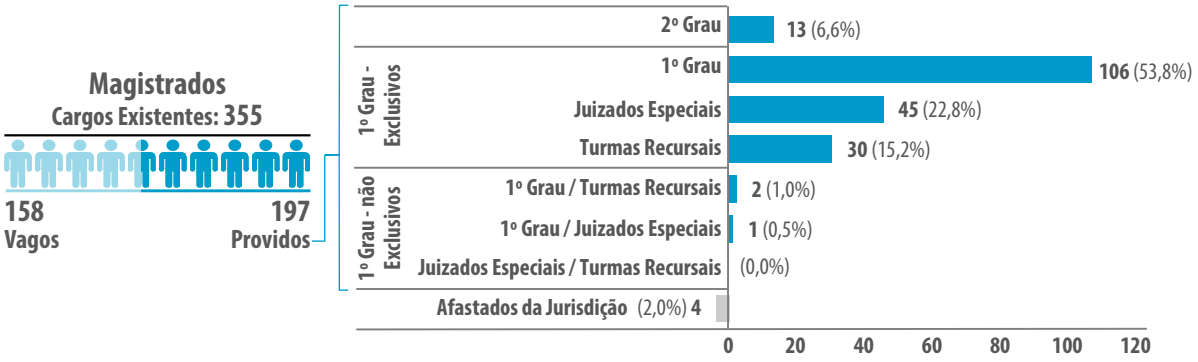
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	233.686
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-administrativa / Administração Pública/FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	226.889
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	111.775
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	91.594
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	79.227
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	68.907
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/ RMI - Renda Mensal Inicial	48.611
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	46.360
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Especiais	43.625
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	33.067

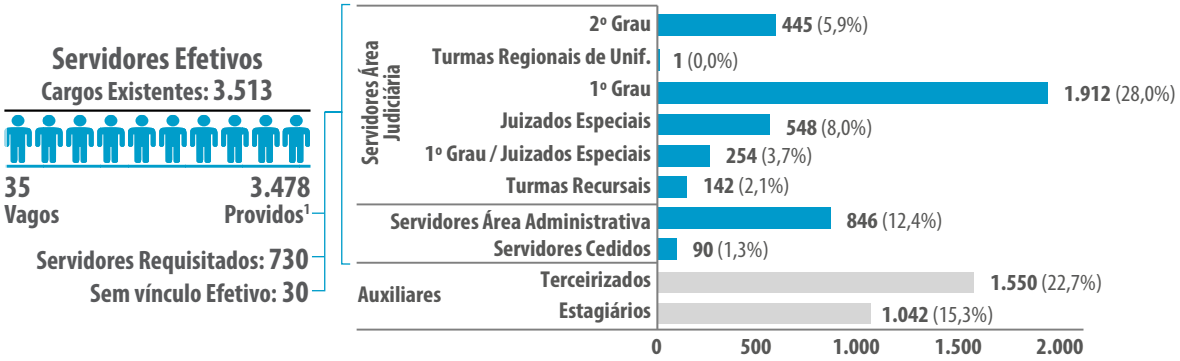
Tribunal Regional Federal 5ª Região

Despesas



Força de Trabalho

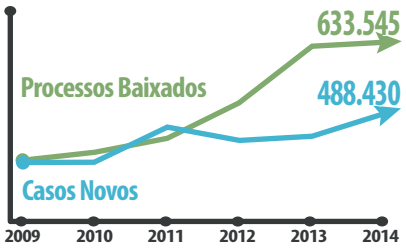


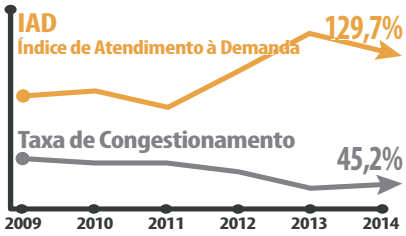


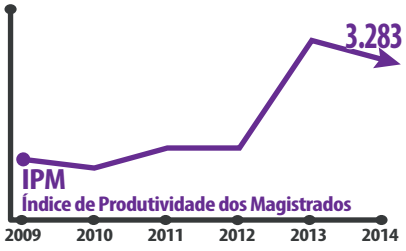
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

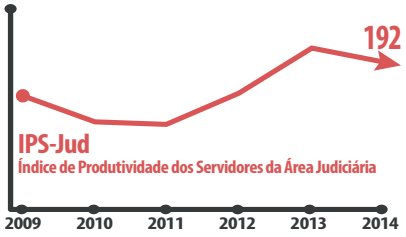
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual							
Casos Novos	34.176	90.465	81.249	282.371	169	**488.430**	↑ 10,4%
Conhecimento	-	45.040	-	282.357	-	**327.397**	↑ 14,0%
Execução	-	45.425	-	14	-	**45.439**	↑ 26,3%
Julgados	35.264	104.931	112.346	273.301	-	**525.842**	↓ -5,8%
Conhecimento	-	37.472	-	273.293	-	**310.765**	↑ 0,7%
Execução	-	67.459	-	8	-	**67.467**	↓ -8,2%
Baixados	41.971	133.398	163.385	294.462	329	**633.545**	↑ 0,8%
Conhecimento	-	44.772	-	294.452	-	**339.224**	↑ 2,2%
Execução	-	88.626	-	10	-	**88.636**	↑ 20,2%
Estoque	53.200	391.252	132.773	90.210	285	**667.720**	↓ -3,0%
Conhecimento	-	61.990	-	90.203	-	**152.193**	↑ 5,6%
Execução	-	329.262	-	7	-	**329.269**	↑ 2,1%
Indicadores de Produtividade							
IAD (Baixados/Cn)	122,8%	147,5%	201,1%	104,3%	194,7%	**129,7%**	↓ -12,34p.p.
Conhecimento	-	99,4%	-	104,3%	-	**103,6%**	↓ -11,87p.p.
Execução	-	195,1%	-	71,4%	-	**195,1%**	↓ -9,90p.p.
Taxa Congest.	52,0%	72,3%	23,7%	21,0%	27,5%	**45,2%**	↑ 0,80p.p.
Conhecimento	-	58,2%	-	21,0%	-	**29,3%**	↑ 6,16p.p.
Execução	-	76,3%	-	52,4%	-	**76,3%**	↓ -3,08p.p.
Indicadores por Magistrado							
Casos novos	2.629	781	2.539	6.138	19	**2.487**	↑ 1,2%
Carga de Trab.	8.587	4.920	7.016	8.134	50	**6.359**	↓ -5,5%
Proc. Julgados	2.713	999	3.511	5.941	-	**2.725**	↓ -12,6%
IPM (Baixados)	3.229	1.270	5.106	6.401	37	**3.283**	↓ -6,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária							
Casos novos	77	38	572	352	169	**145**	↑ 3,9%
Carga de Trab.	251	239	1.581	467	454	**372**	↓ -3,0%
IPS-Jud (Baixados)	94	62	1.151	367	329	**192**	↓ -4,0%

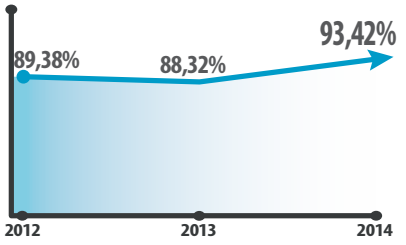


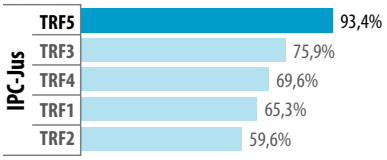






Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)





Assuntos mais recorrentes

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Auxílio-Doença Previdenciário	76.204
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	44.700
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Invalidez	38.406
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	35.277
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Salário-Maternidade (Art. 71/73)	19.665
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Benefícios em Espécie/Pensão por Morte (Art. 74/9)	18.766
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/ Sistema Remuneratório e Benefícios	18.640
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-administrativa / Administração Pública/FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	14.140
DIREITO TRIBUTÁRIO: Contribuições/Contribuições Sociais	13.303
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas/Reajustes e Revisões Específicos	12.036

Justiça em números

7 Justiça Eleitoral

O que é a Justiça Eleitoral:

A Justiça Eleitoral é um ramo especializado do Poder Judiciário brasileiro, a qual se responsabiliza pela organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos, pelo julgamento de questões eleitorais e pela elaboração de normas referentes ao processo eleitoral. Trabalha para assegurar a efetivação da democracia e garantir o respeito à soberania popular e à cidadania. Cabe destacar, o grande desafio da Justiça Eleitoral com o projeto da identificação biométrica do eleitorado brasileiro.

Como foi criada:

A Justiça Eleitoral foi inicialmente criada pelo Código Eleitoral de 1932 (Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932). Atualmente, é regida principalmente pelo Código Eleitoral de 1965 (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada estado e no Distrito Federal.

Como ela é formada:

A Justiça Eleitoral é estruturada em dois graus de jurisdição, não possuindo, entretanto, quadro próprio de magistrados:

- ✓ 1º Grau: composto por um juiz eleitoral em cada zona eleitoral, escolhido dentre os juízes de Direito, e pelas juntas eleitorais, de existência provisória apenas nas eleições e compostas por um juiz de Direito e por 2 ou 4 cidadãos de notória idoneidade.
- ✓ 2º Grau: é representado pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), que possuem em sua composição dois desembargadores do Tribunal de Justiça, dois juízes de Direito, um juiz do Tribunal Regional Federal (desembargador federal) ou um juiz federal e dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral. Os juízes dos TREs, salvo por motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

Neste capítulo, serão analisadas as informações enviadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais dos estados e do Distrito Federal. É importante frisar que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o art. 4.º da Resolução CNJ 76/2009.

Em resumo, serão apresentados dados e análises sobre os principais indicadores da Justiça Eleitoral, com informações abrangendo aspectos orçamentários, estruturais, de recursos humanos e de litigiosidade.

Na primeira seção, será apresentada a forma de divisão dos tribunais em pequeno, médio e grande porte. Tal segmentação se faz necessária em razão das características distintas de cada um dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais.

A segunda seção traz um resumo da estrutura das unidades judiciárias, onde serão apresentados os quantitativos de zonas eleitorais, no âmbito do primeiro grau de jurisdição. As análises contam com técnica de visualização territorial e, ainda, com algumas correlações entre estrutura, litigiosidade e aspectos demográficos.

Na terceira seção, será apresentado um panorama global dos principais dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, segundo as três grandes vertentes que norteiam a pesquisa, quais sejam: a) Recursos Financeiros; b) Recursos Humanos e c) Litigiosidade.

A quarta seção traz comparações dos indicadores entre 1º grau e 2º grau.

De forma inédita, a quinta seção permite uma análise mais detalhada das demandas existentes na Justiça Eleitoral, com segmentação dos casos novos por classe processual e por assunto.

Ao final do capítulo, apresenta-se uma síntese com os principais resultados observados, seguido da disponibilização dos dados de cada tribunal e do total da justiça, na forma infográfica.

7.1 Classificação por porte

No universo de 27 Tribunais Regionais Eleitorais, com realidades muito distintas entre si, é recomendável proceder às análises estatísticas comparativas observando-se tais diferenças, a fim de não incorrer em comparações desproporcionais entre tribunais de grande magnitude, como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com outros de menor dimensão econômica e demográfica, como Roraima, Acre e Amapá.

Dessa forma, considerando a diversidade entre as unidades da federação (estados e Distrito Federal) e as regiões geográficas do Brasil, e, consequentemente, entre os tribunais brasileiros que integram o universo da Justiça Eleitoral, é mais interessante, para fins de produção de análises mais equânimes e proporcionais, fazer comparações entre âmbitos institucionais que sejam de fato comparáveis, ou seja, cujos dados guardem maior similaridade entre si. Com esse intuito, a classificação dos portes dos tribunais tem por objetivo criar grupos, de forma a respeitar características distintas dentro do mesmo ramo de justiça.

O porte dos tribunais leva em consideração as despesas totais, os casos novos, os casos pendentes, o número de magistrados, o número de servidores (efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo efetivo) e o número de trabalhadores auxiliares (terceirizados e estagiários). A consolidação dessas informações forma um escore único, por tribunal, a partir do qual se procede o agrupamento em três categorias segundo o respectivo porte, quais sejam: tribunais de grande, médio ou pequeno porte. Detalhes técnicos estão disponíveis na seção de metodologia, com informações sobre a técnica estatística empregada, a saber: *análise de componentes principais*.

A seguir, a Tabela 7.1 apresenta os dados utilizados na análise de agrupamento, os escores obtidos, o *ranking*, bem como a classificação em grupos de cada um dos tribunais da Justiça Eleitoral. A Figura 7.1 demonstra a classificação por porte com visualização no território, ao passo que o Gráfico 7.1 apresenta além do *ranking* e do porte atuais, as evoluções na série histórica do quadriênio 2011-2014.

A classe de tribunais de grande porte abrange 6 tribunais, os quais sempre estiveram entre os maiores, com alternâncias na 5ª e na 6ª posições entre os TREs do Paraná e do Rio Grande do Sul e, no último ano, entre os TREs da Bahia e do Rio de Janeiro, na 3ª e 4ª posição, respectivamente. Da mesma forma, o TRE-CE mantém-se desde 2011 como o 7º colocado ou o 1º do grupo de médio porte. Além disso, apesar das oscilações no *ranking*, não houve alteração na composição dos grupos entre 2013 e 2014.

Outro aspecto relevante é a simetria entre os portes, as regiões geográficas e os dados demográficos. Conforme ilustra a Figura 7.1, os tribunais de grande porte ocupam quase a totalidade das regiões Sul e Sudeste, com exceção do TRE-ES (pequeno porte) e do TRE-SC (médio porte). O TRE-BA é o único da região Nordeste no grupo de grande porte. No Nordeste a predominância é de tribunais de médio porte, enquanto no Norte, a maioria é de pequeno porte. Tem-se ainda, que, os 6 tribunais de grande porte concentram 69% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional e 59% da população brasileira, ao passo que no médio porte, 10 tribunais são responsáveis por 19% do PIB e 30% da população, e no pequeno porte, 11 tribunais detêm 12% do PIB e 12% dos habitantes.

Tabela 7.1 - Classificação e Ranking da Justiça Eleitoral, ano base 2014

Grupo		Tribunal	*Escore*	Despesa Total da Justiça	Processos em Tramitação	Número de Magistrados	Total de Servidores
1º Grupo: Grande porte	1	TRE - São Paulo	3,52	625.210.673	28.201	432	5.266
	2	TRE - Minas Gerais	1,87	487.438.638	10.813	358	3.048
	3	TRE - Bahia	1,32	289.704.255	27.803	212	1.764
	4	TRE - Rio de Janeiro	1,09	400.819.977	6.847	256	2.339
	5	TRE - Rio Grande do Sul	0,55	249.097.168	11.997	180	1.533
	6	TRE - Paraná	0,44	274.893.653	5.511	213	1.451
2º grupo: Médio porte	1	TRE - Ceará	0,27	193.973.239	12.596	130	1.345
	2	TRE - Pernambuco	0,15	203.494.586	4.396	158	1.593
	3	TRE - Goiás	0,05	167.095.302	10.188	137	967
	4	TRE - Pará	-0,06	178.869.226	7.174	111	1.099
	5	TRE - Maranhão	-0,09	161.182.392	10.691	118	582
	6	TRE - Paraíba	-0,11	127.527.473	13.008	84	832
	7	TRE - Rio Grande do Norte	-0,19	133.228.448	7.277	76	1.322
	8	TRE - Piauí	-0,20	136.909.811	8.749	105	761
	9	TRE - Santa Catarina	-0,21	171.599.293	4.174	112	956
	10	TRE - Mato Grosso	-0,34	111.245.222	10.900	67	539
3º grupo: Pequeno porte	1	TRE - Amazonas	-0,43	104.675.369	7.033	77	653
	2	TRE - Espírito Santo	-0,50	98.273.299	6.071	65	663
	3	TRE - Distrito Federal	-0,53	92.540.637	4.707	29	1.153
	4	TRE - Mato Grosso do Sul	-0,66	84.333.362	3.570	61	527
	5	TRE - Alagoas	-0,67	104.729.861	2.359	62	471
	6	TRE - Sergipe	-0,74	77.729.082	2.606	43	584
	7	TRE - Tocantins	-0,80	80.678.636	1.710	42	463
	8	TRE - Amapá	-0,90	54.289.319	3.597	20	278
	9	TRE - Acre	-0,90	50.458.998	4.152	17	238
	10	TRE – Rondônia*	-0,92	73.273.108	2.352	-	395
	11	TRE - Roraima	-1,02	49.436.734	1.403	15	197

** Não informou o quantitativo de magistrados no ano de 2014.*

Figura 7.1 – Distribuição Territorial dos Tribunais Regionais Eleitorais, segundo o Porte

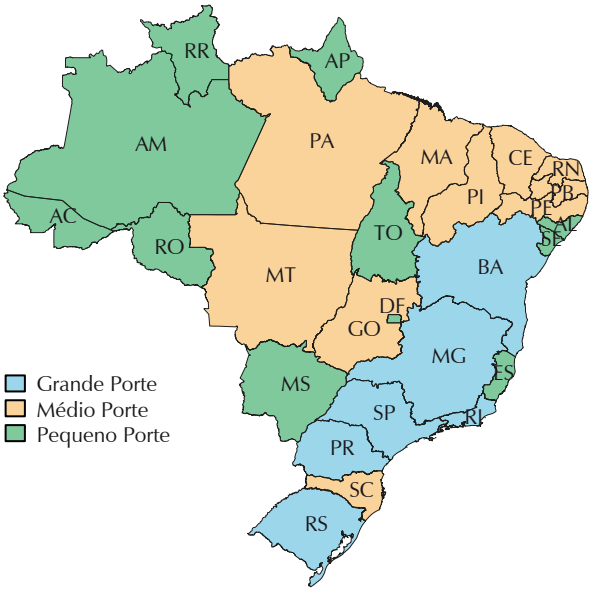
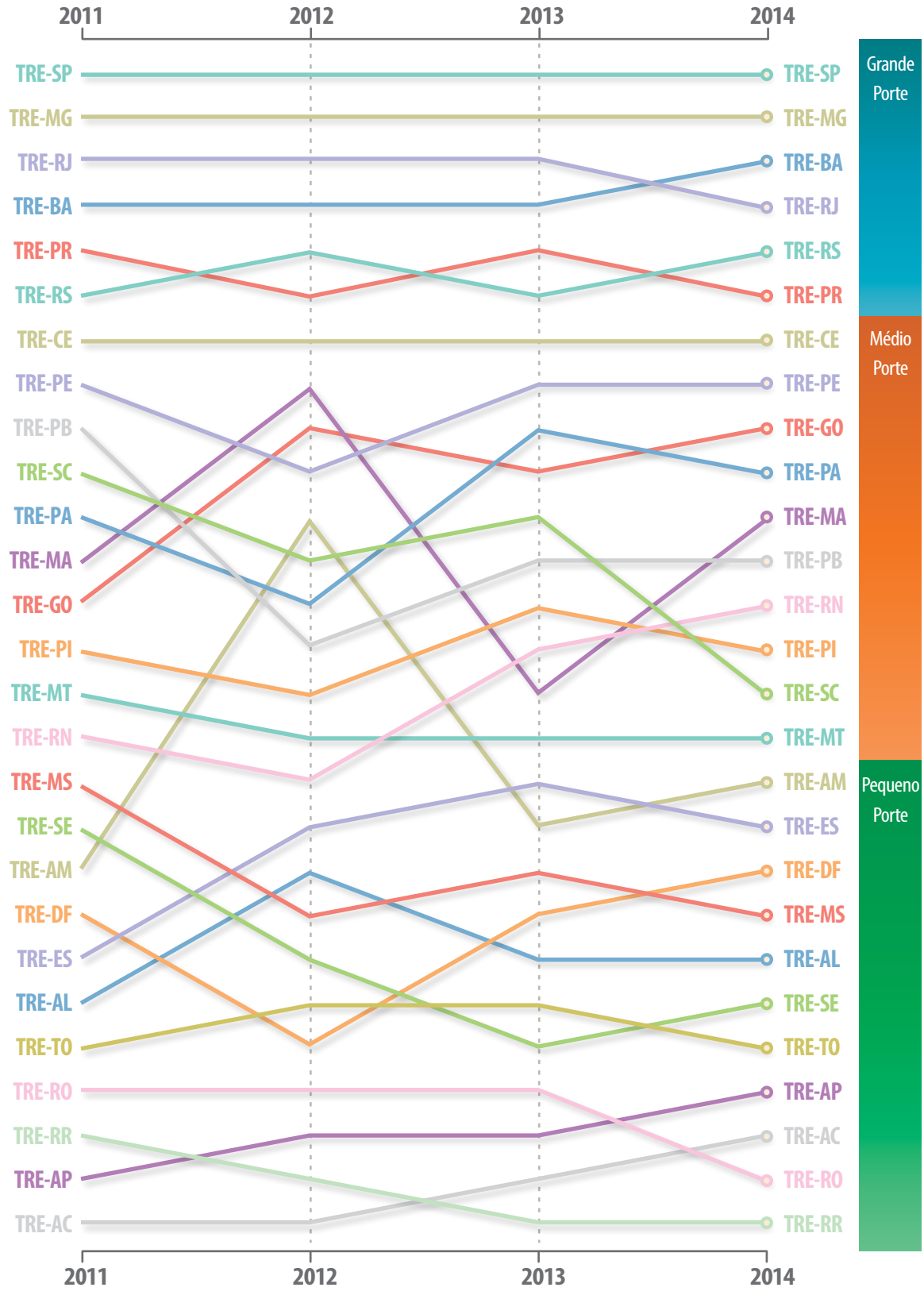


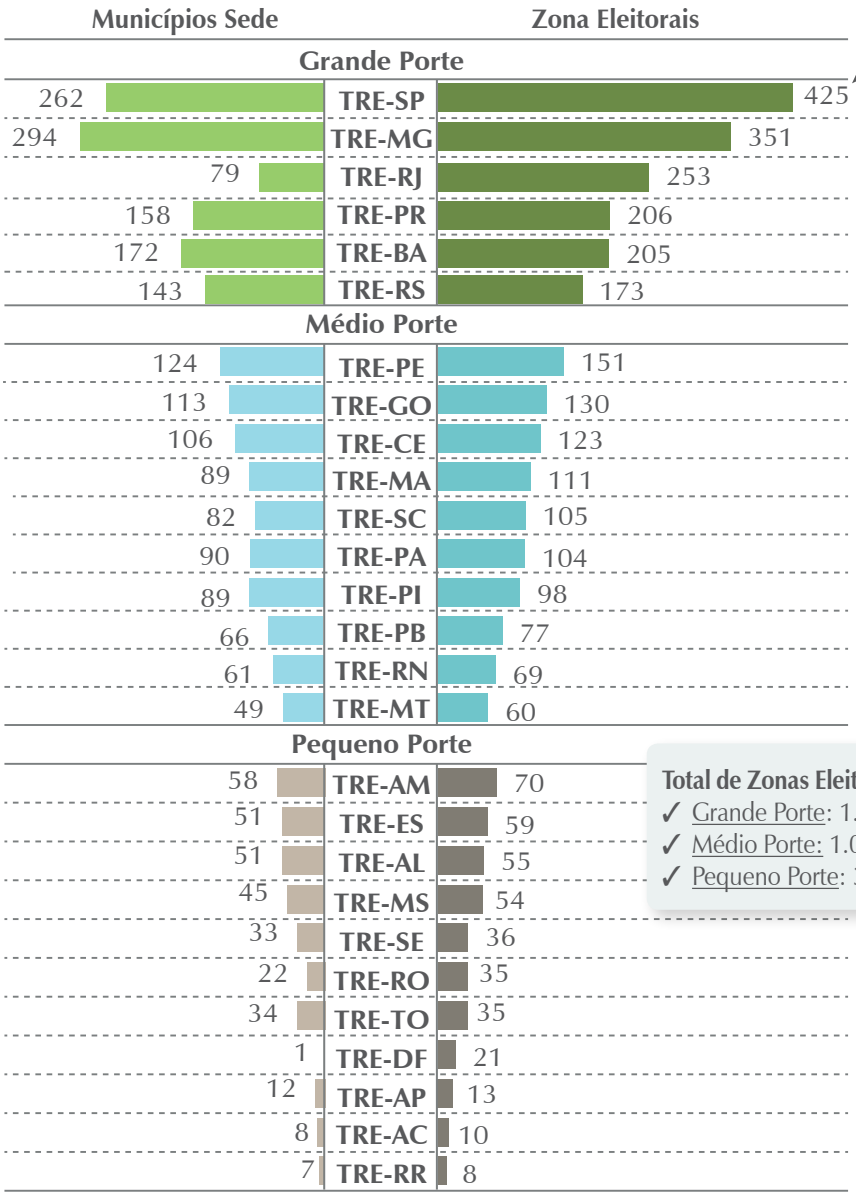
Gráfico 7.1 - Série Histórica do *Ranking* e da Classificação dos Tribunais, segundo o Porte



7.2 Estrutura da Justiça Eleitoral

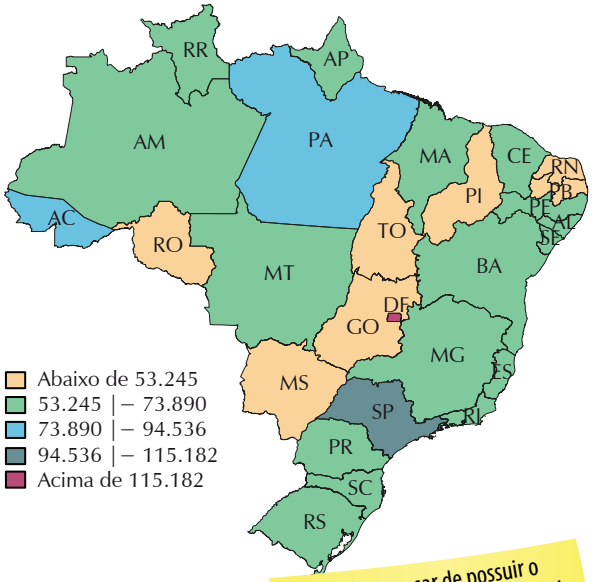
A Justiça Eleitoral conta com uma estrutura de primeiro grau formada por 3.037 zonas eleitorais. São 2.299 municípios-sede responsáveis pela organização da Justiça Eleitoral, que atendem aos 5.570 municípios brasileiros. A distribuição por tribunal consta no Gráfico 7.2.

Gráfico 7.2 – Número de Zonas Eleitorais e Municípios-Sede na Justiça Eleitoral



A seguir serão apresentadas as informações de estrutura, na forma de indicadores e com visualização no território nacional.

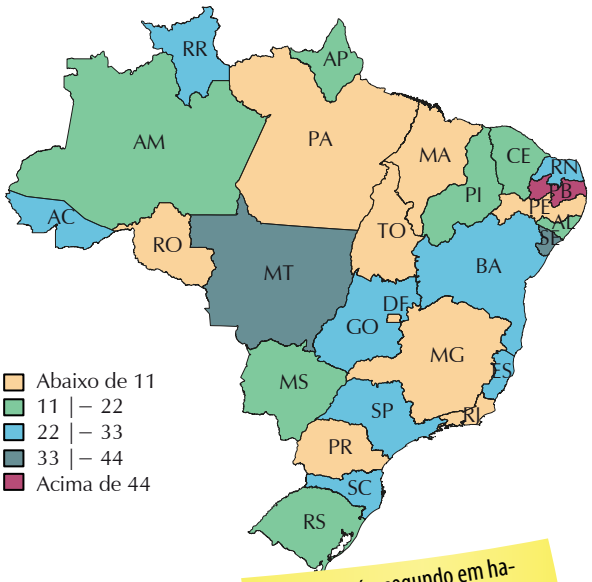
Figura 7.2 – Habitantes por Zona Eleitoral



✓ O TRE-DF apesar de possuir o maior índice de habitantes por unidade judiciária, devido à combinação de grande população e poucas zonas eleitorais, possui poucos casos novos por zona.

✓ O inverso ocorre no TRE-PB, que possui poucos habitantes por unidade judiciária, mas possui o maior índice de casos novos por zona.

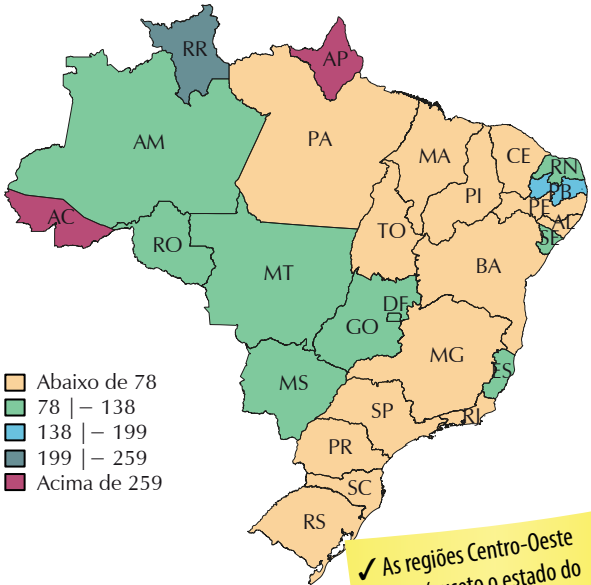
Figura 7.3 – Casos Novos no 1º Grau por Zona Eleitoral



✓ O TRE-SP é o segundo em habitantes por zonas eleitorais, com um índice mediano de casos novos por zona.

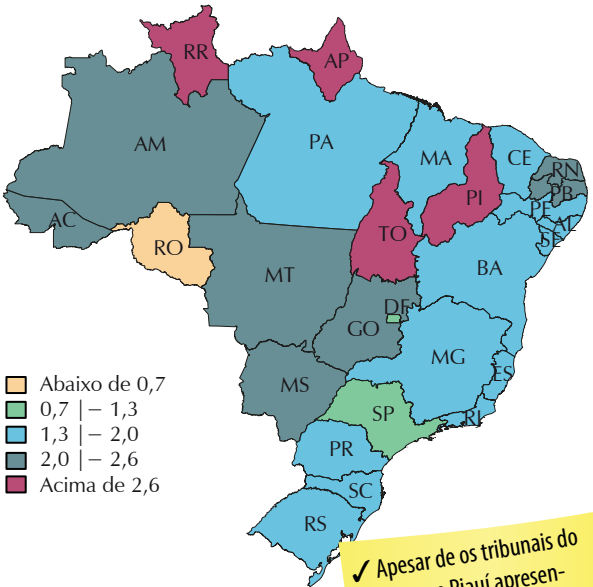
✓ O TRE-MT e o TRE-SE possuem baixa concentração populacional por unidade judiciária, mas possuem índices relativamente altos de casos novos por zona eleitoral.

Figura 7.4 – Casos Novos por 100.000 Habitantes



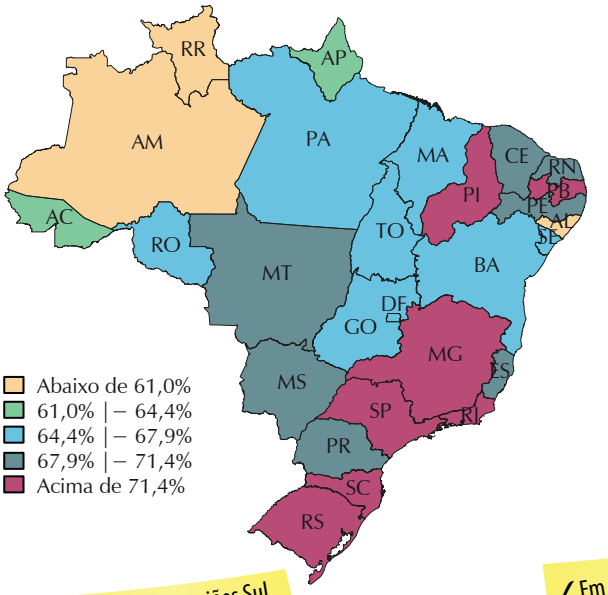
✓ As regiões Centro-Oeste e Norte (exceto o estado do Pará e de Tocantins) apresentaram as maiores demandas por 100.000 habitantes.

Figura 7.5 - Magistrados por 100.000 Habitantes



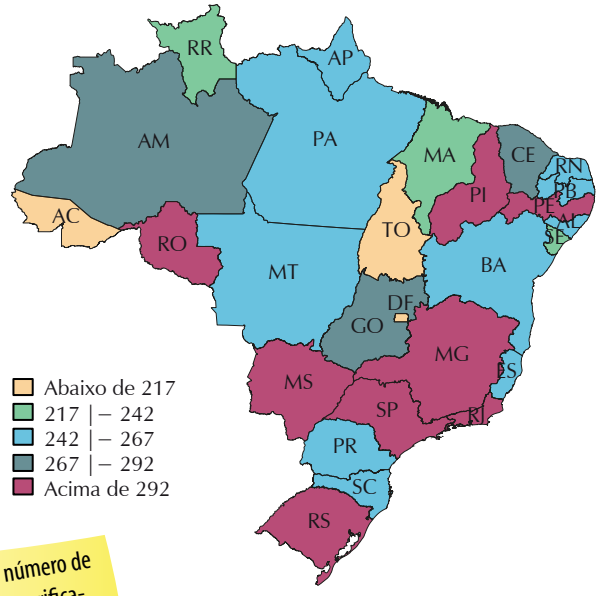
✓ Apesar de os tribunais do Tocantins e Piauí apresentarem alto quantitativo de magistrados por 100.000 habitantes, o indicador de casos novos é baixo.

Figura 7.6 – Total de Eleitores em relação ao Total da População



✓ Os tribunais das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (exceto Alagoas) em geral apresentaram maior número de eleitores em relação à população total, além do TRE-MT e TRE-MS, na região Centro-Oeste.

Figura 7.7 – Eleitores por Urna



✓ Em relação ao número de eleitores por urna, verifica-se que apenas 3 tribunais apresentaram valores abaixo de 217 (TRE-AC, TRE-DF e TRE-TO).

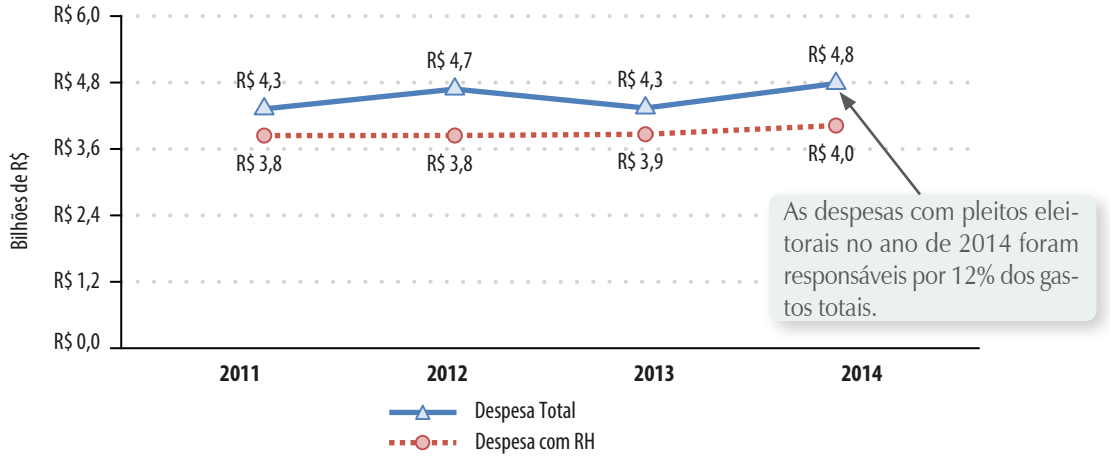
7.3 Dados Globais da Justiça Eleitoral

Esta seção destina-se a apresentar um panorama global da Justiça Eleitoral, segmentada entre informações de recursos financeiros, recursos humanos e litigiosidade.

7.3.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais da Justiça Eleitoral somaram aproximadamente R$ 4,8 bilhões, o que representou um **crescimento de 10%** em relação ao ano de 2013[1], possivelmente devido à organização das eleições 2014, já que a partir da série histórica dos últimos 4 anos é possível observar um comportamento cíclico de aumento dos gastos da Justiça Eleitoral justamente nos anos de eleições (2012 e 2014). Essa despesa total equivale a aproximadamente 0,09% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,21% dos gastos totais da União e a um custo pelo serviço de justiça de R$ 23,59 por habitante. Os gastos com pleitos eleitorais foram responsáveis por 12% do orçamento total, com um custo médio de R$ 4,05 por eleitor. Já os gastos com recursos humanos foram responsáveis por 84,1% e compreendem, além da remuneração dos magistrados, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Conforme aponta o Gráfico 7.3, a despesa com recursos humanos manteve-se praticamente no mesmo patamar, com aumento de apenas 4,1%. Já o percentual de gasto com recursos humanos diminuiu 5 pontos percentuais no último ano, isso porque houve aumento da despesa total da Justiça.

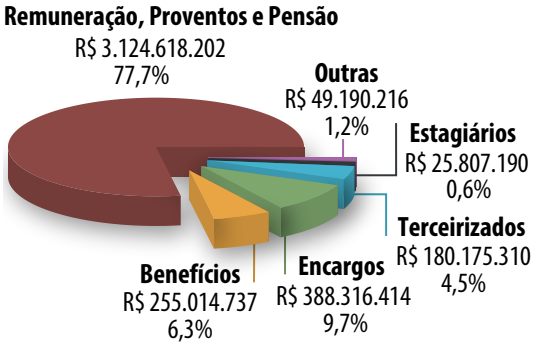
Gráfico 7.3 - Série Histórica das Despesas da Justiça Eleitoral



Ao detalhar as despesas com recursos humanos, já que estas são as responsáveis pela maior parte do orçamento dos tribunais, observa-se que 93,7% dos gastos destinam-se ao pagamento de servidores e magistrados (ativos e inativos), abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de 1,2% de outras despesas indenizatórias. Assim, apenas 5,1% referem-se aos custos de terceirizados e estagiários (Gráfico 7.4).

1 Todos os valores monetários de 2011 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 7.4 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Eleitoral

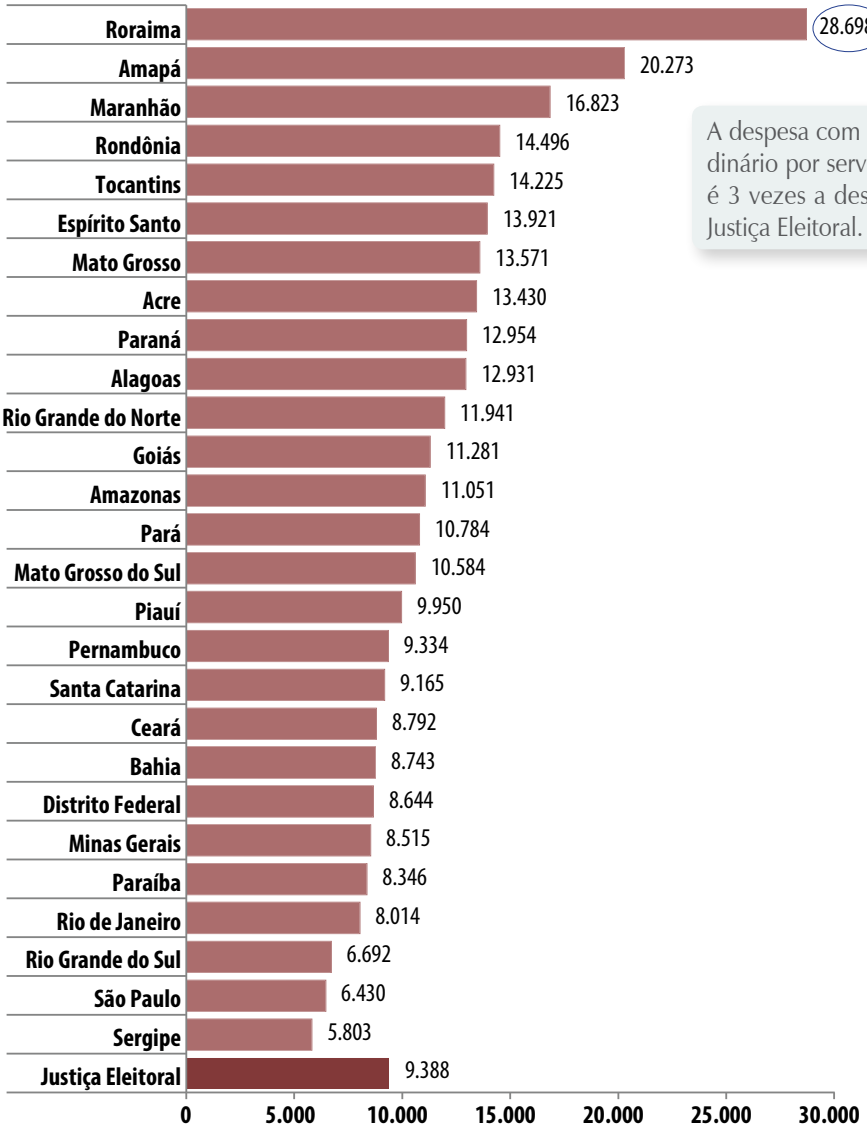


✓ Dentre as despesas com RH, 77,7% são com magistrados e servidores ativos e inativos, enquanto que 5,1% destinam-se ao pagamento de terceirizados e estagiários.

Despesa com Recursos Humanos: R$ 4.023.122.069

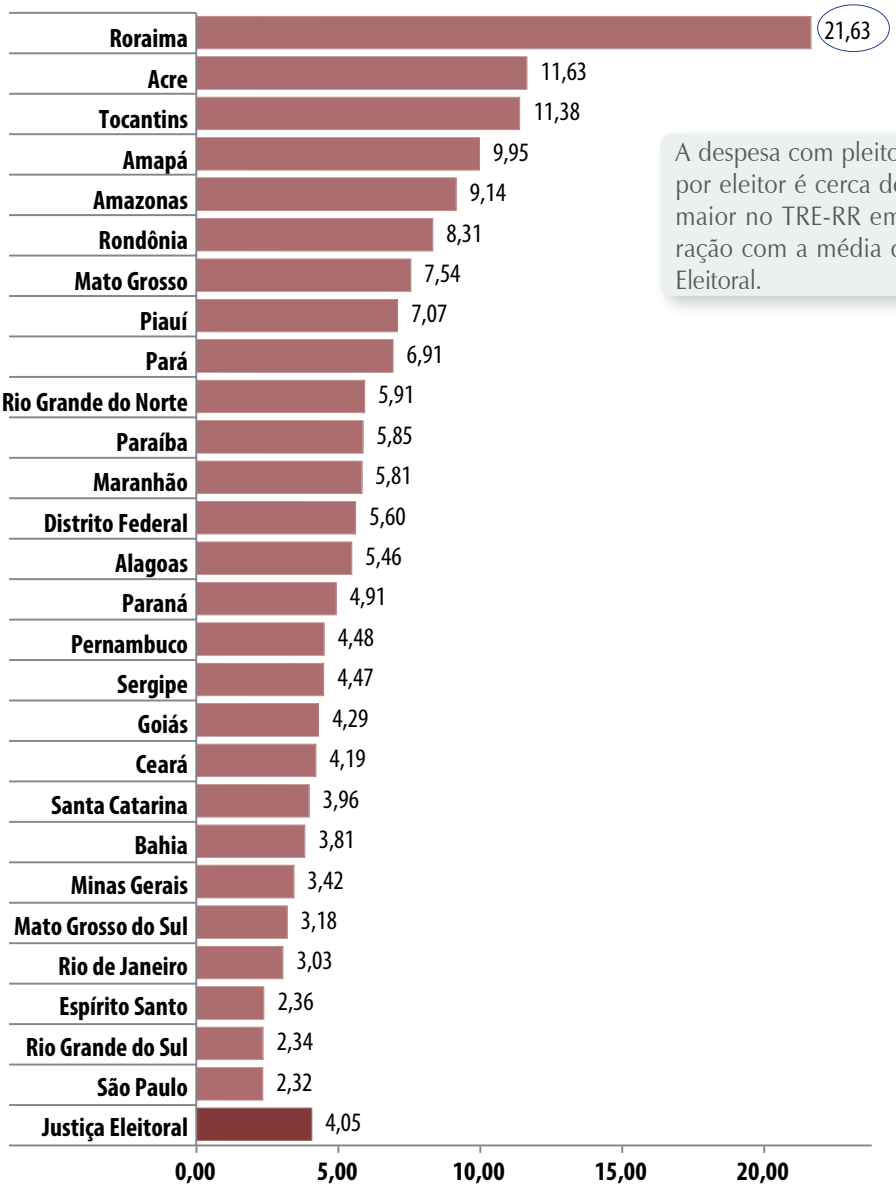
A Justiça Eleitoral apresenta ainda despesas específicas desse ramo de justiça, como as despesas com serviço extraordinário com servidores e as despesas com pleitos eleitorais. O Gráfico 7.5 e o Gráfico 7.6 a seguir demonstram essas despesas por tribunal. De modo geral, observou-se que os tribunais da região Norte do país apresentaram os maiores índices, em especial o TRE-RR. A despesa média por servidor com serviço extraordinário é de R$ 9.507,79.

Gráfico 7.5 - As Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores por servidor na Justiça Eleitoral



A despesa com serviço extraordinário por servidor no TRE-RR é 3 vezes a despesa média da Justiça Eleitoral.

Gráfico 7.6 - As Despesas com Pleitos Eleitorais por eleitor na Justiça Eleitoral



7.3.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Magistrados de 1º e 2º grau;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados de outros órgãos de fora ou de dentro do Poder Judiciário, os requisitados extraordinariamente para realização de eleições e os comissionados sem vínculo efetivo; e

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e estagiários.

Em 2014, a Justiça Eleitoral contou com a atuação de **3.180 magistrados**[2], dos quais 94,3% atuaram no 1º grau. Desde 2011, esse número de magistrados na Justiça Eleitoral tem se mantido constante, com tênue diminuição de 3,5% em todo o período.

2 Cabe lembrar que a Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de juízes, sendo o primeiro grau formado por juízes estaduais e o segundo grau por desembargadores de Tribunais de Justiça, por juízes estaduais, por juízes dos Tribunais Regionais Federais ou juízes federais e por advogados.

A Justiça Eleitoral contava, também, com uma equipe de **21.756 servidores**, sendo 14.176 do quadro efetivo, mas que, excluídos os 413 que estavam cedidos para outros órgãos, resultou em uma força de trabalho de 13.763 efetivos (63,3%). Somem-se ainda à equipe os 7.623 requisitados de outros órgãos (35,0%), 275 requisitados extraordinariamente para realização de pleitos eleitorais (1,3%) e 95 comissionados sem vínculo efetivo (0,4%). Cumpre ainda informar a existência de 441 cargos criados por lei e ainda não providos, que representam 3% dos cargos efetivos existentes.

Ainda sobre os servidores, são 13.778 lotados na área judiciária, a qual retém 63% da força de trabalho, restando 37% na área administrativa. Dos servidores da área judiciária, 12.146 (88%) estão no primeiro grau de jurisdição, onde também está 90% do acervo processual.

Por fim, a Justiça Eleitoral conta, ainda, com o apoio de 9.263 trabalhadores auxiliares, que se dividem entre 5.749 terceirizados (62,1%) e 3.514 estagiários (37,9%). Esse tipo de contratação tem crescido e chegou a acumular uma variação de 49,4% entre 2011 e 2014, mas de apenas 5% entre 2013 e 2014. Tais variações foram impactadas, predominantemente, na forma de contratação de estagiários, que, com aumento em 2,6 vezes no quadriênio, incrementou o quadro com 2.186 funcionários. Em relação aos terceirizados, ao contrário, houve retração de 0,4% no último ano.

Figura 7.8 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Eleitoral

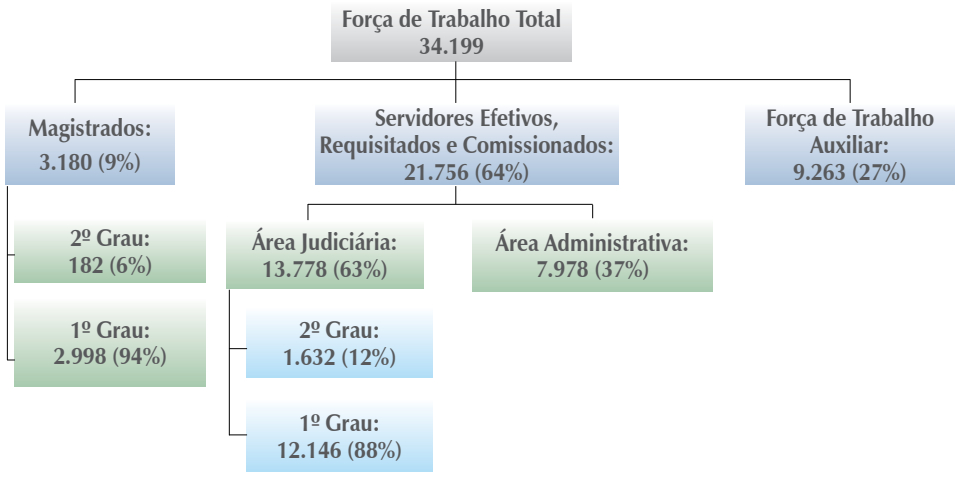


Gráfico 7.7 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Eleitoral

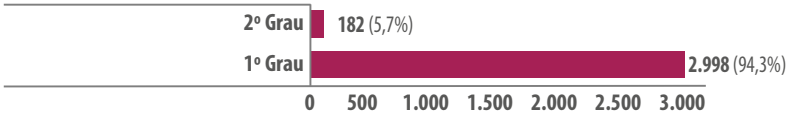


Gráfico 7.8 - Série Histórica da Força de Trabalho na Justiça Eleitoral

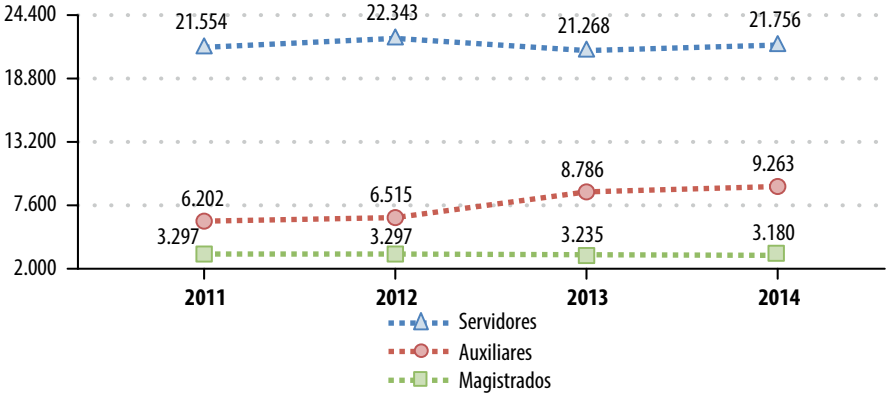
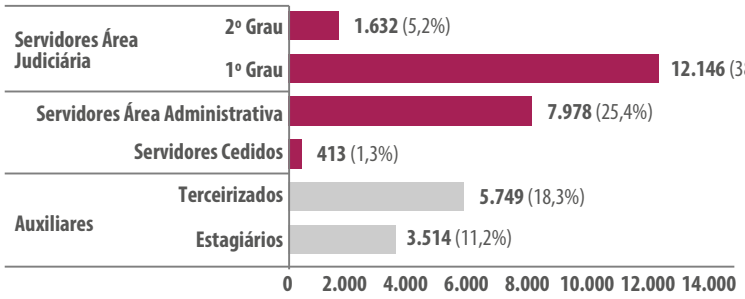


Gráfico 7.9 - Lotação dos Servidores na Justiça Eleitoral



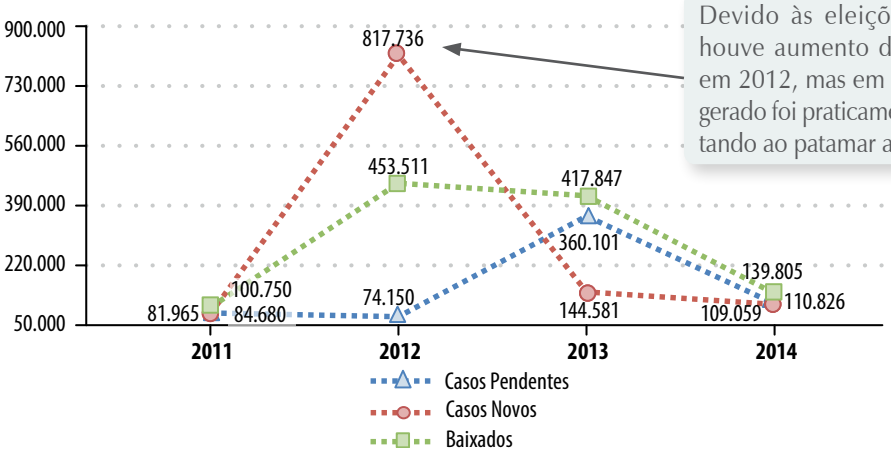
✓ Apesar de 5,1% da despesa com recursos humanos corresponderem a terceirizados e estagiários, estes representam quase 30% da força de trabalho total da Justiça Eleitoral.

7.3.3 Litigiosidade

No início de 2014, a Justiça Eleitoral possuía um estoque de 110.826 processos. Mesmo com o aparente decréscimo da produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária, estima-se que ao final de 2014 o estoque tenha decrescido, isso porque desde 2013 o número de processos baixados permanece maior que o número de processos novos da Justiça Eleitoral, sendo 139.805 processos baixados e 109.059 processos novos apenas no ano de 2014.

Embora o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) tenha diminuído em 161 pontos percentuais e a taxa de congestionamento tenha subido 19 pontos percentuais, o cenário ainda é favorável, já que essa taxa de congestionamento de 36% não é considerada tão alta e o IAD continua acima de 100%, indicando que, apesar de a série histórica ainda não permitir a identificação de um padrão da litigiosidade na Justiça Eleitoral, a tendência é que ainda haja queda no acervo processual na Justiça, mesmo que em menor intensidade. O fato é que no ano de 2012, possivelmente devido às eleições municipais, o número de processos novos foi muito alto, porém, em 2014 o estoque gerado por esses processos foi praticamente extinto, voltando ao patamar anterior ao das eleições. Já as eleições federais em 2014 aparentemente não geraram grande impacto no número de casos novos da Justiça Eleitoral nesse ano.

Gráfico 7.10 – Série Histórica da Movimentação Processual



Devido às eleições municipais, houve aumento dos casos novos em 2012, mas em 2014 o estoque gerado foi praticamente extinto, voltando ao patamar anterior.

Gráfico 7.11 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões

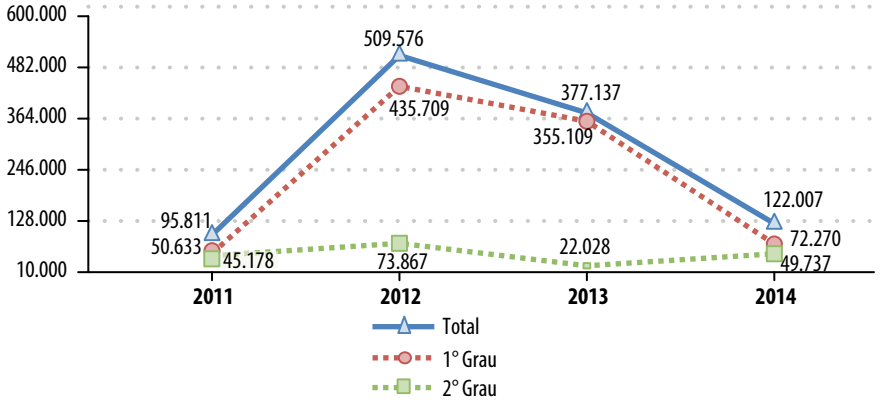
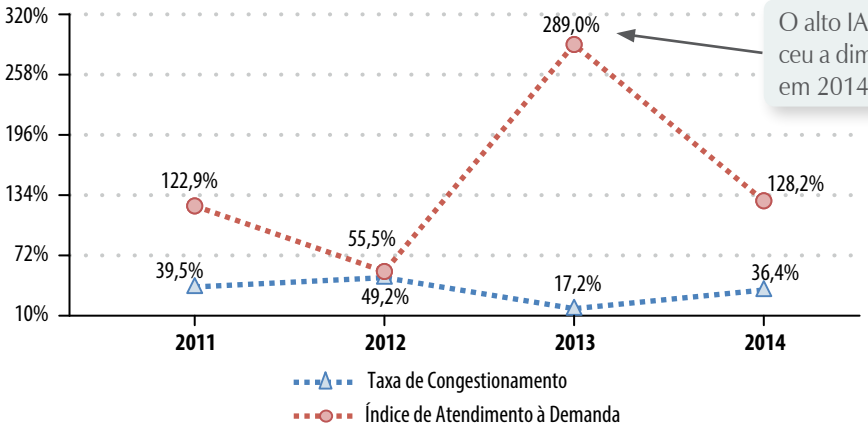
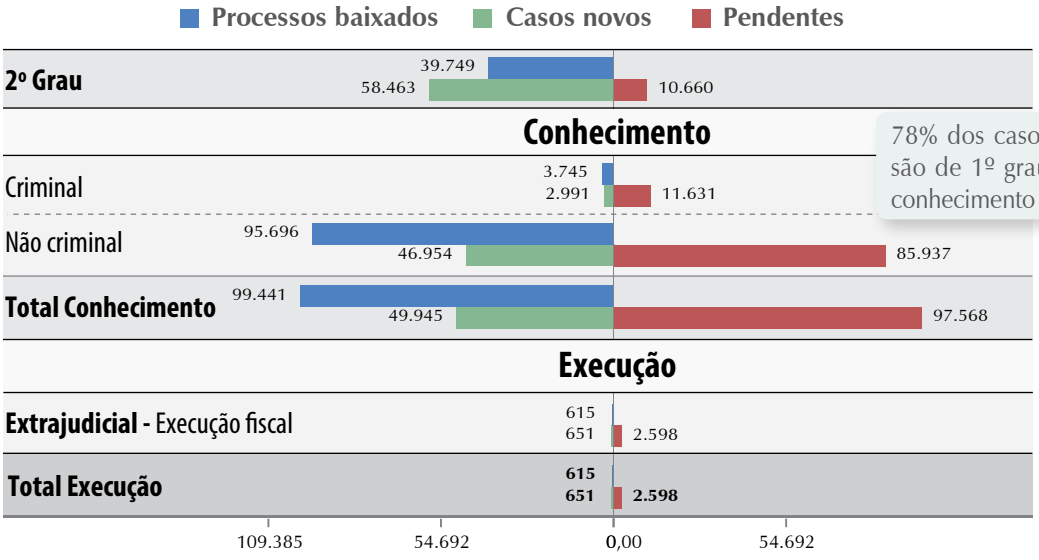


Gráfico 7.12 – Série Histórica dos indicadores de Taxa de Congestionamento e Índice de Atendimento à Demanda



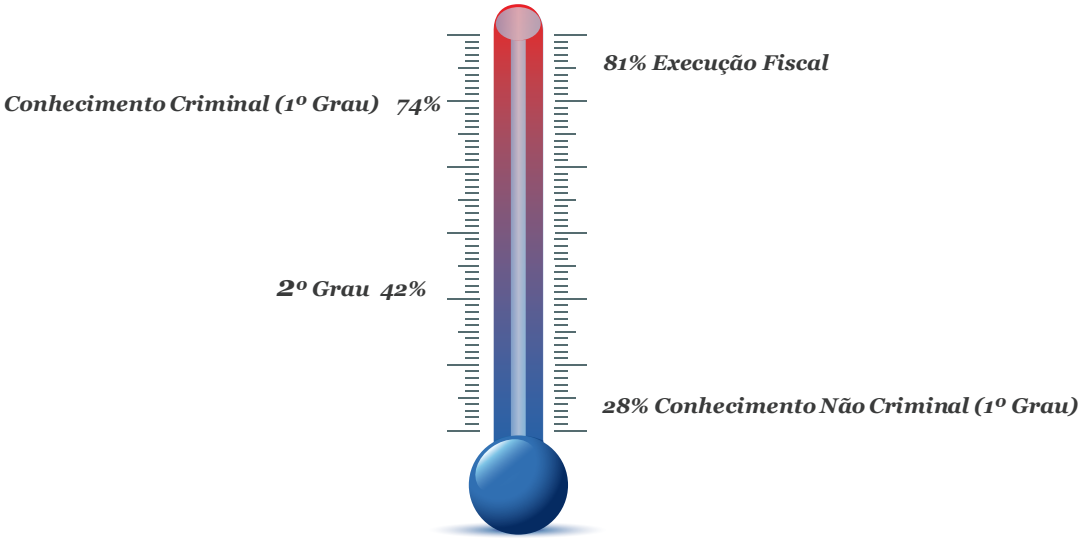
Conforme o Gráfico 7.13, dos 110.826 processos que estavam pendentes de baixa no início do ano de 2014, apenas 2% (2.598) referem-se aos processos de 1º grau na fase de execução (execuções fiscais). Já os processos de 1º grau na fase de conhecimento não criminal correspondem a 78%. Com relação aos casos novos de 2014, os processos de 2º grau representam 54% e os de 1º grau na fase de conhecimento não criminal, 43%. Quanto aos processos baixados em 2014, 68% foram processos de 1º grau na fase de conhecimento não criminal e 28% foram processos de 2º grau.

Gráfico 7.13 – Movimentação Processual da Justiça Eleitoral



78% dos casos pendentes são de 1º grau na fase de conhecimento não criminal

Gráfico 7.14 – Termômetro da Taxa de Congestionamento



7.4 Análise Comparativa dos Indicadores da 1ª e 2ª Instâncias

Esta seção traz como objetivo central compreender o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis na Justiça Eleitoral, com análises sobre os principais indicadores de desempenho e comparações dos resultados entre 1º grau e 2º graus, segmentados de acordo com o porte[3] de cada tribunal. Também será apresentado, para cada indicador, um gráfico da série histórica do consolidado da Justiça Eleitoral, organizado por instância.

Diante de tais dados, espera-se compreender como os recursos humanos estão distribuídos em relação aos litígios nos tribunais, e ainda, como tal organização tem impactado nos resultados globais. Os seguintes indicadores serão analisados:

- Casos Novos por Magistrado: indicador que relaciona o total de processos de conhecimento e de execução fiscal ingressados com o número de magistrados em atuação.
- Casos Novos por Servidor: indicador que relaciona o total de processos de conhecimento e de execução fiscal ingressado com o número de servidores da área judiciária em atuação.
- Carga de Trabalho por Magistrado: este indicador computa a média de efetivo trabalho que cada magistrado teve durante o ano de 2014. É calculado pela soma dos casos novos, dos casos pendentes (inicial), dos recursos internos novos, dos recursos internos pendentes (inicial). Após, divide-se pelo número de magistrados em atuação.
- Carga de Trabalho por Servidor: mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores da área judiciária.
- IPM – Índice de Produtividade dos Magistrados: indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.
- IPS-Jud – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária: indicador que computa a média de processos baixados por servidor da área judiciária.
- IAD – Índice de Atendimento à Demanda: verifica se o tribunal foi capaz de baixar pelo menos o quantitativo de processos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- Taxa de Congestionamento: indicador que compara o que não foi baixado com o que tramitou durante o ano-base (soma dos casos novos e dos casos pendentes iniciais).

É importante ressaltar que para a melhor interpretação dessa análise deve-se considerar que 46% dos processos ingressados e 90% do acervo processual inicial de 2014 encontram-se no primeiro grau. Com isso, observou-se que, de modo geral, o 2º grau de jurisdição em 2014 possui os maiores índices de carga de trabalho e de taxa de congestionamento, apesar de possuir também os maiores índices de produtividade, tanto de magistrados quanto de servidores. Esses valores podem ser explicados, em parte, pelo aumento na ordem de 163% no número de casos novos no 2º grau de jurisdição, de 2013 para 2014, o qual pode ter ocorrido devido aos processos das eleições municipais de 2012 que possivelmente foram baixados no 1º grau e adentraram no 2º grau como recurso.

Nem todos os tribunais apresentaram os mesmos comportamentos, conforme os gráficos apresentados a seguir evidenciam. Por exemplo, o TRE-AP, ao contrário dos demais, apresentou seu melhor IPM e IPS-Jud no 1º grau. Do mesmo modo, TRE-GO, TRE-SC, TRE-AL e TRE-AC foram os únicos a apresentarem melhor IAD no 2º grau.

No 2º grau, o TRE-MG apresentou os maiores índices de casos novos por magistrado, carga de trabalho e IPM e o TRE-BA figurou entre os 3 maiores índices nos casos novos por magistrado, casos novos por servidor, na carga de trabalho, no IPM e no IPS-Jud, ambos tribunais de grande porte. Casos dignos de nota ainda são o TRE-DF e TRE-RR, ambos de pequeno porte, mas que apresentaram os maiores IPS-Jud nesse grau de jurisdição. O TRE-DF destaca-se ainda por possuir o maior indicador de casos novos e carga de trabalho por servidor. No IAD e na taxa de congestionamento, os três melhores resultados foram do TRE-RN, TRE-AL e TRE-RR, sendo o primeiro de médio porte e os demais de pequeno porte. Além disso, estes foram os únicos tribunais a possuir IAD acima do patamar de 100% nesse grau de jurisdição. Cabe evidenciar o caso do TRE-AP, que possui o menor IAD da Justiça nesse grau de jurisdição, com apenas 4%.

3 Informações detalhadas sobre a classificação por porte estão dispostas na seção de metodologia.

Quanto ao 1º grau, de forma global, os indicadores de carga de trabalho e de produtividade foram bem menores que os de 2º grau, de modo que, para os indicadores de carga de trabalho, os quais apresentaram as maiores discrepâncias entre as jurisdições, apenas 2 tribunais (TRE-PB e TRE-PI) ultrapassaram seus respectivos indicadores de 2º grau, na carga de trabalho dos servidores. Apesar disso, os melhores resultados para o IAD e a taxa de congestionamento aconteceram no 1º grau. No IPS-Jud, chama a atenção o caso do TRE-PB (médio porte), que possui o maior IPS-Jud do 1º grau, maior inclusive que o índice médio de 2º grau. Quanto ao IAD, o TRE-PA baixou o equivalente 14 vezes o número de casos novos, pois foi baixado volume significativo de processos pendentes que estavam desde o início do ano. Ainda sobre o IAD, apenas 5 tribunais não alcançaram o patamar de 100%, com ênfase para TRE-GO que possui o índice mais baixo do ramo de justiça (18%). Para a taxa de congestionamento, o TRE-BA apresentou o melhor desempenho, com taxa de congestionamento de aproximadamente 0%, o que significa que o tribunal conseguiu baixar os casos novos e o estoque inicial de 2014.

Ao analisar a recente série histórica dos indicadores ainda é difícil visualizar um padrão mas, de acordo com o que indicam os gráficos, os resultados possuem relação estreita com a realização das eleições, porém com diferentes impactos sobre os graus de jurisdição. Isso porque os indicadores de carga de trabalho no 1º grau apresentam um pico em 2012, ano de realização de eleições municipais, mas entraram em queda em seguida, já os indicadores de produtividade subiram em 2012, mantiveram o patamar em 2013, e caíram em 2014. Por outro lado, no 2º grau, nesses mesmos índices há dois picos: um em 2012 e outro em 2014. O fato é que, na maioria dos anos, esses indicadores de 2º grau ficaram acima dos indicadores de 1º grau.

Em se tratando de IAD e taxa de congestionamento, a situação é diversa, pois os maiores valores no 1º grau ocorrem em 2013 e 2012, respectivamente. Já no 2º grau o valor mais alto no IAD é observado em 2011, com um comportamento de declínio, e em 2014 na taxa de congestionamento, em um crescente desde 2012.

Gráfico 7.15 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Eleitoral

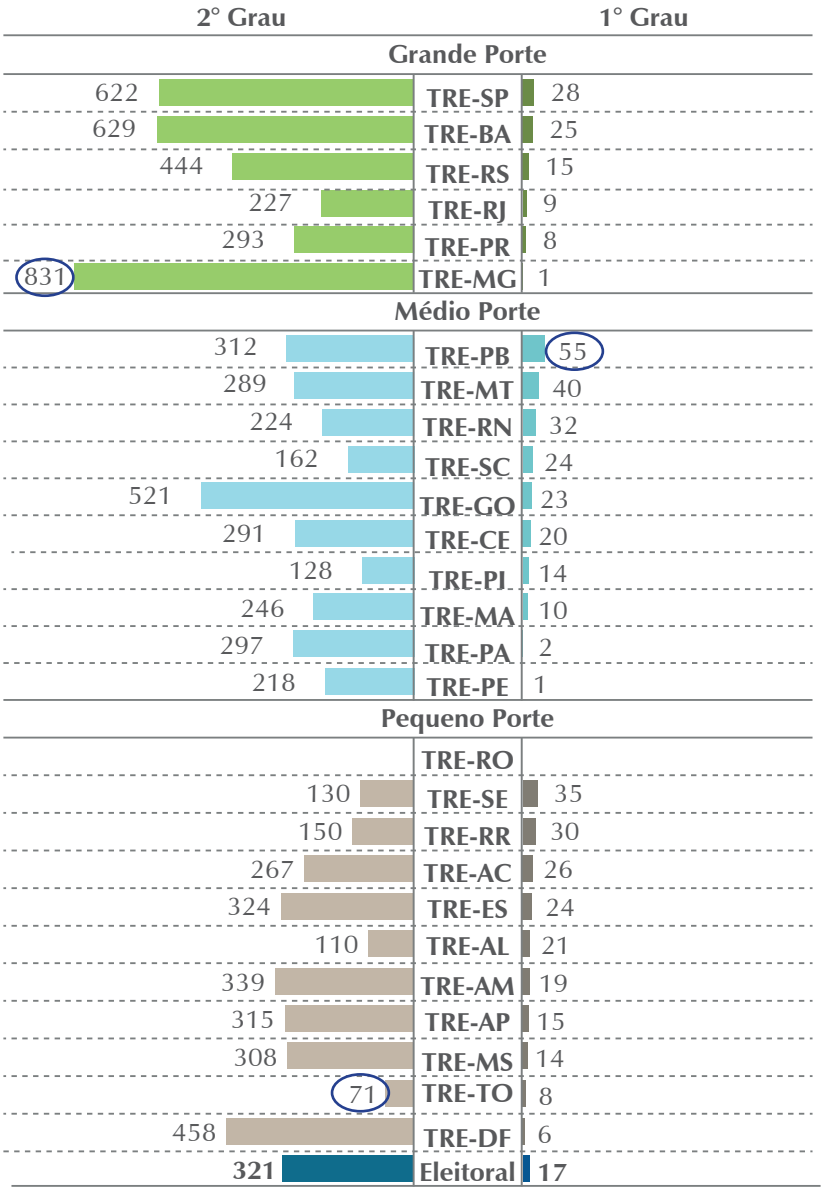
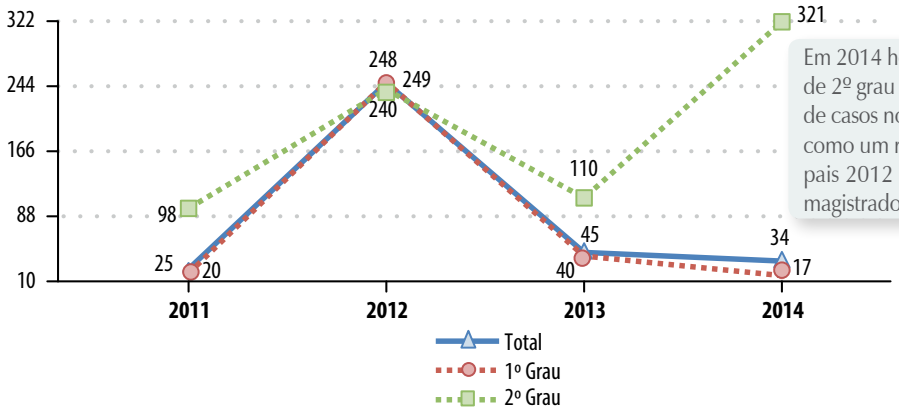


Gráfico 7.16 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Eleitoral



Em 2014 houve aumento no indicador de 2º grau (192%) devido ao aumento de casos novos (163%), possivelmente como um reflexo das eleições municipais 2012 e da queda no número de magistrados (-10%).

Gráfico 7.17 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral

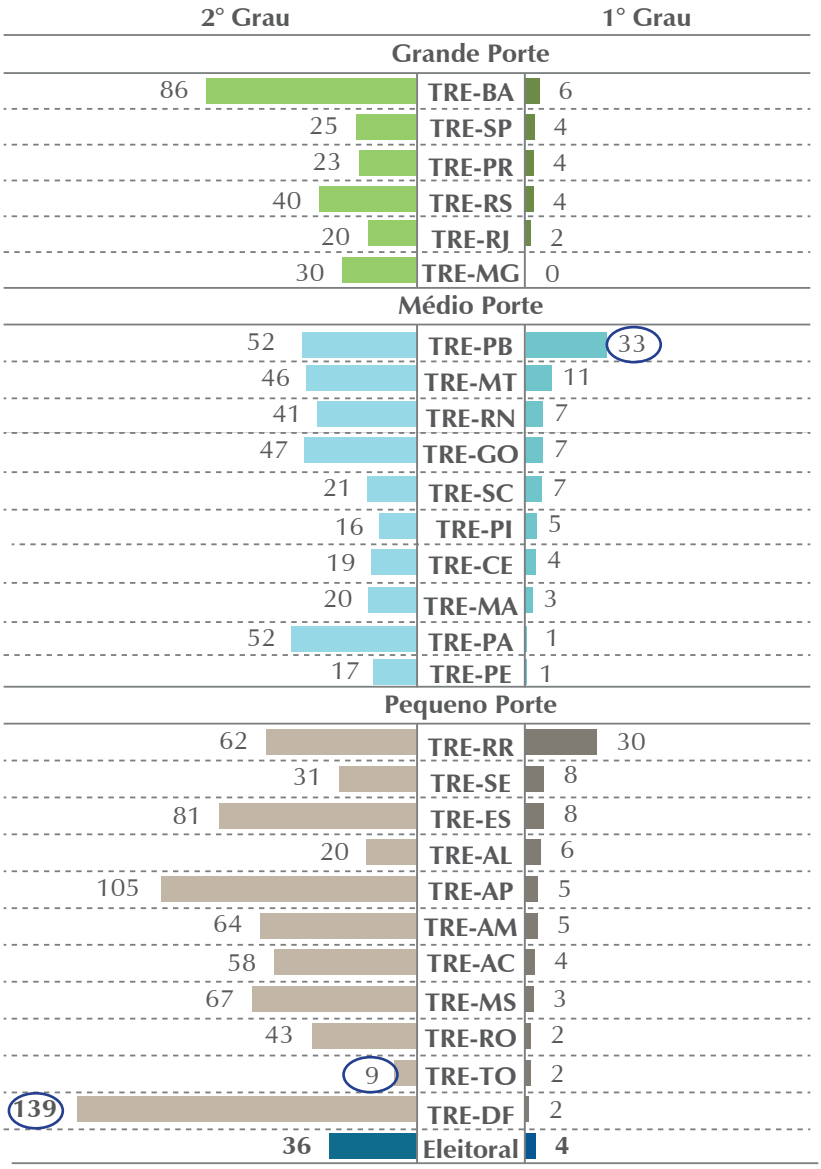


Gráfico 7.18 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral

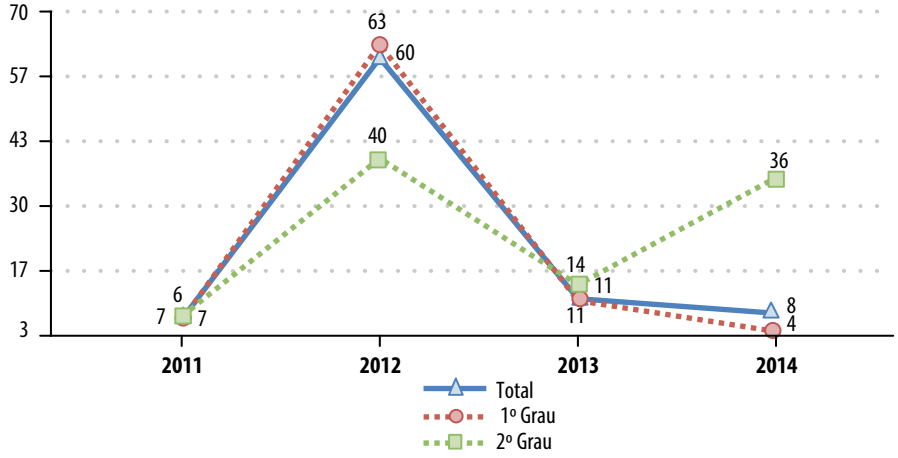


Gráfico 7.19 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Eleitoral

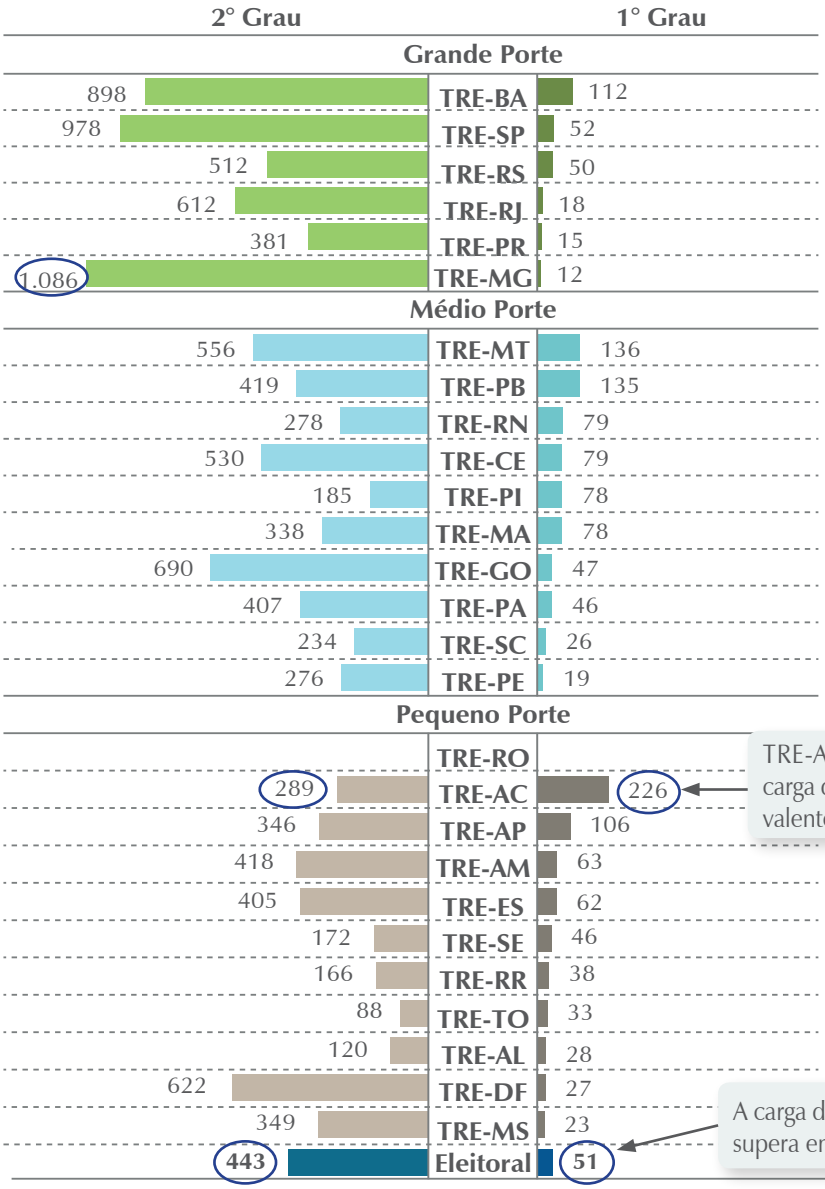


Gráfico 7.20 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Eleitoral

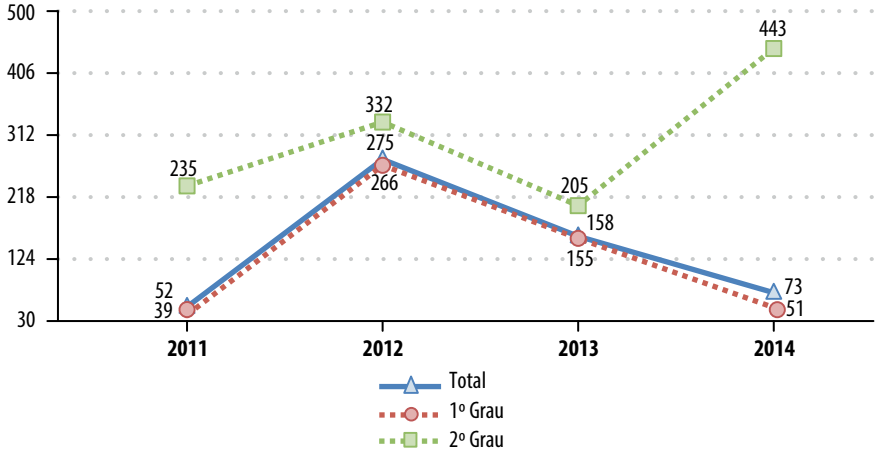


Gráfico 7.21 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral

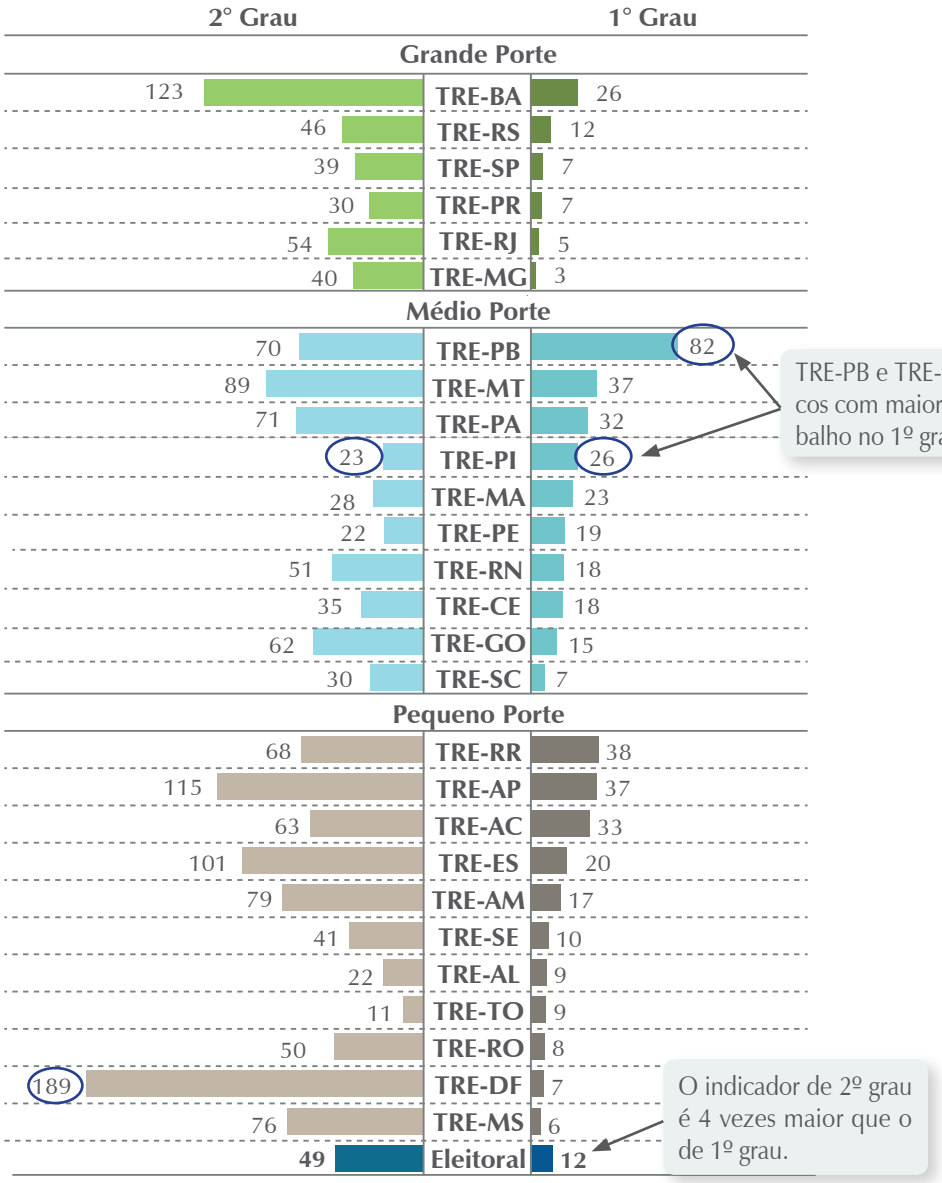


Gráfico 7.22 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral

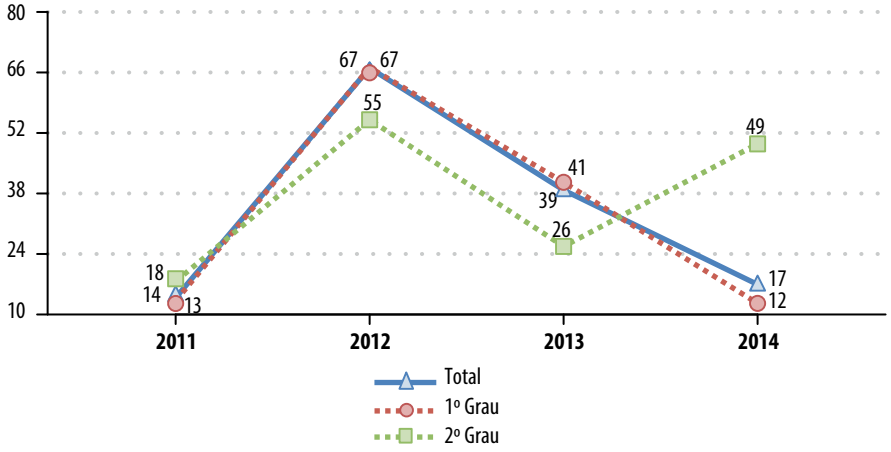


Gráfico 7.23 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Eleitoral

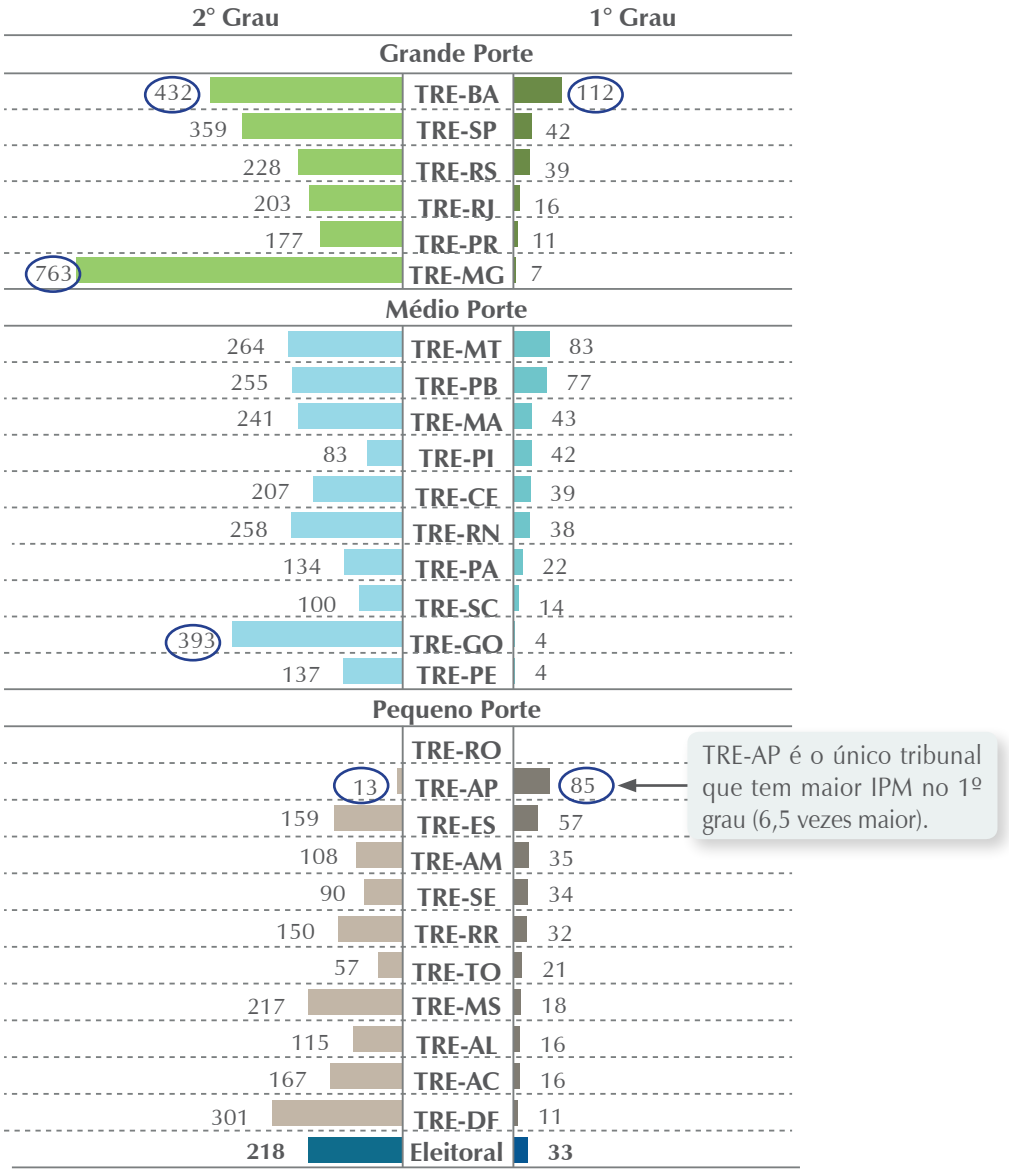


Gráfico 7.24 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Eleitoral

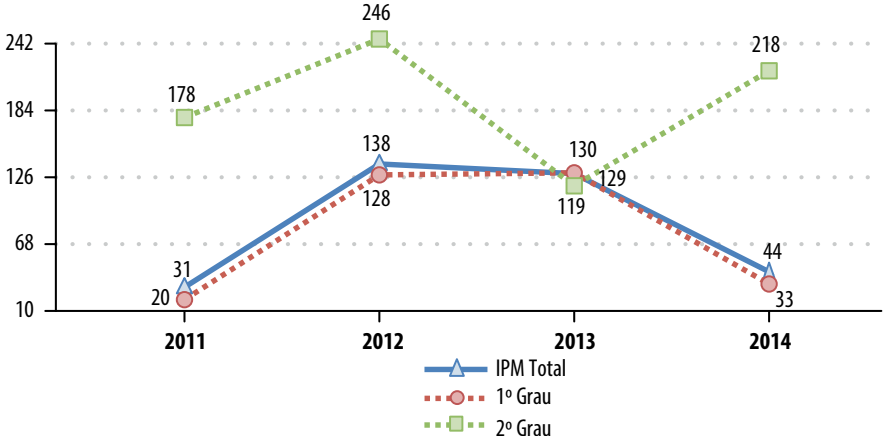


Gráfico 7.25 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Eleitoral

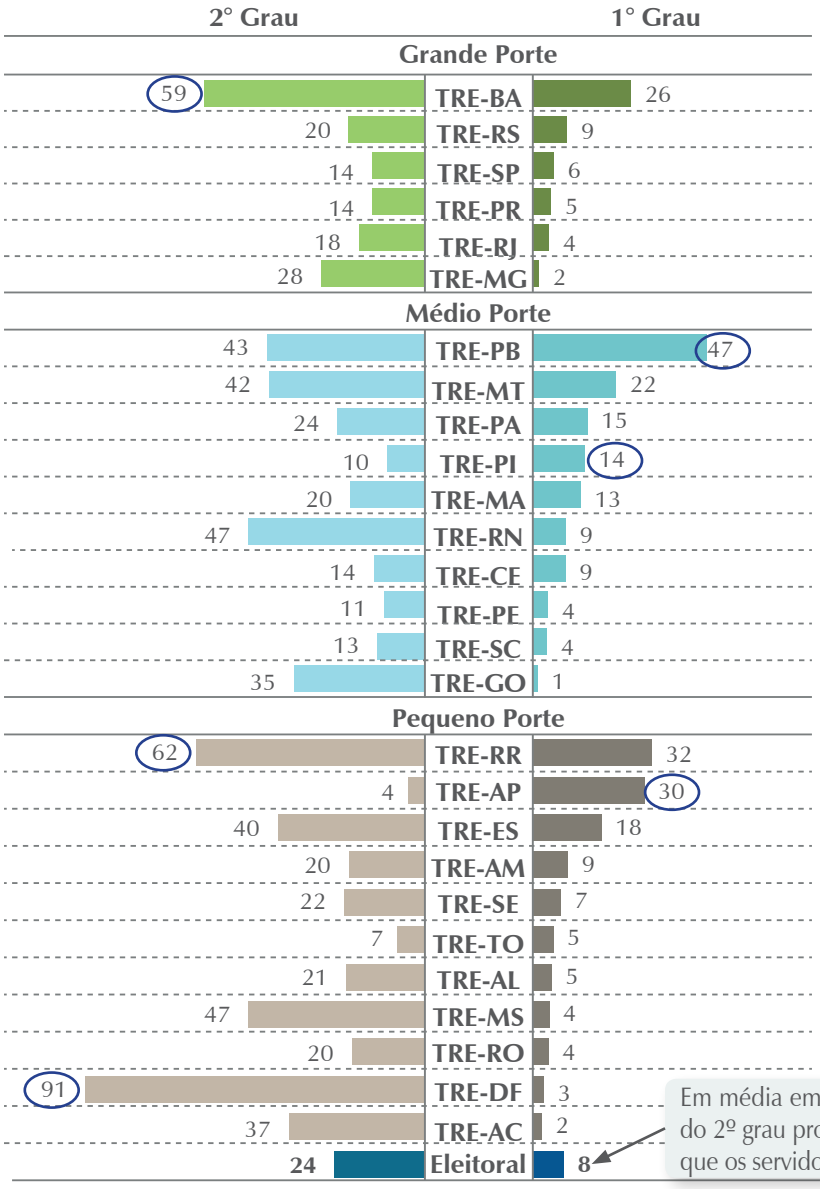


Gráfico 7.26 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Eleitoral

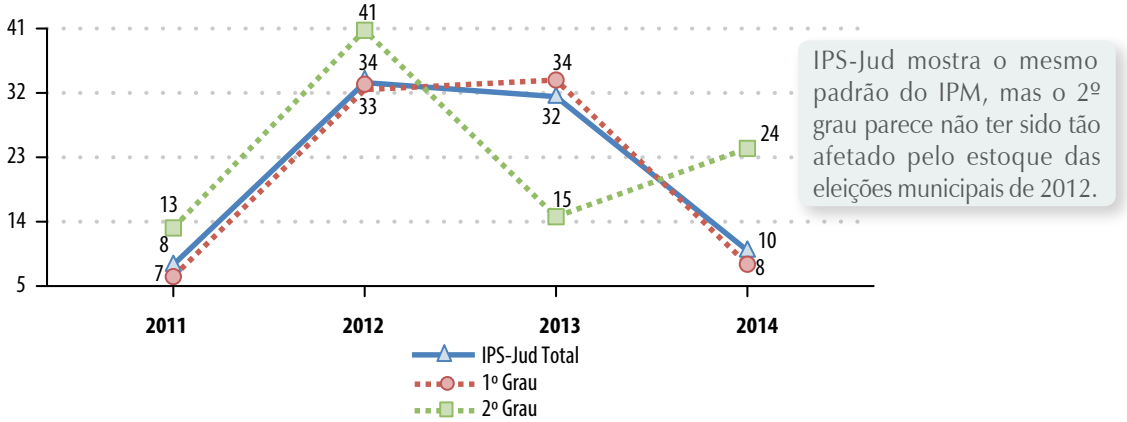


Gráfico 7.27 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Eleitoral

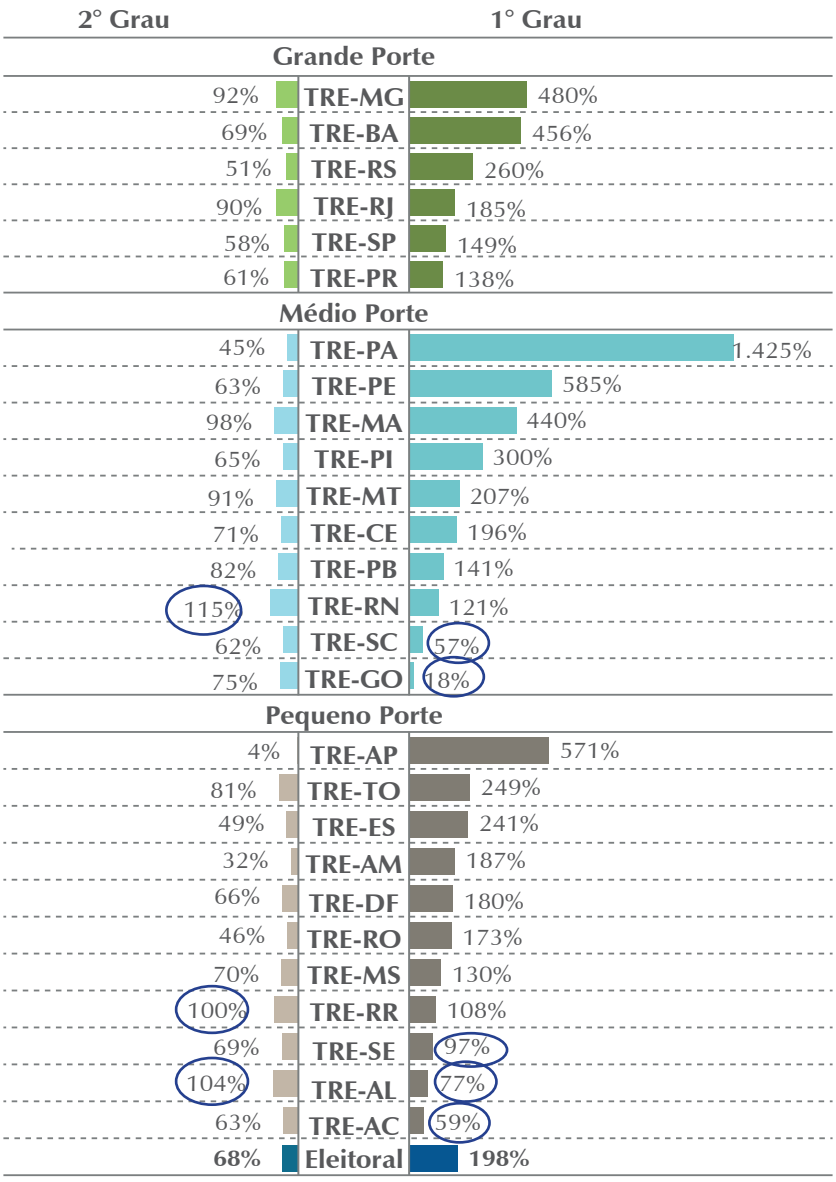


Gráfico 7.28 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Eleitoral

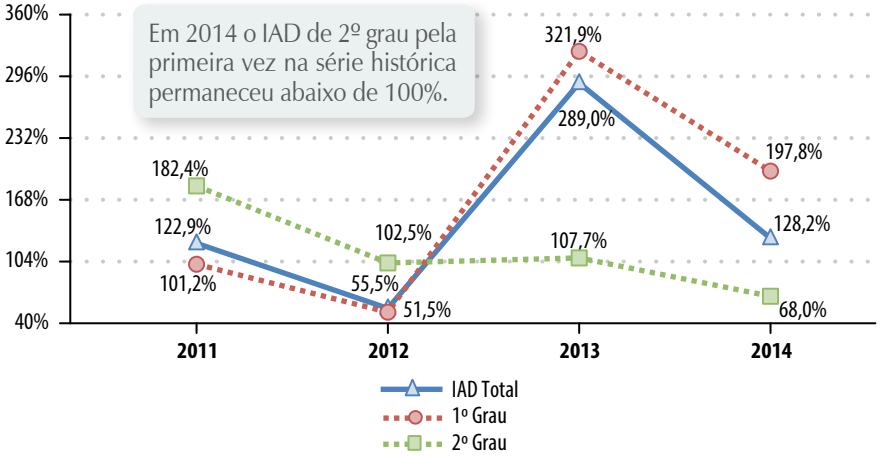


Gráfico 7.29 – Taxa de Congestionamento na Justiça Eleitoral

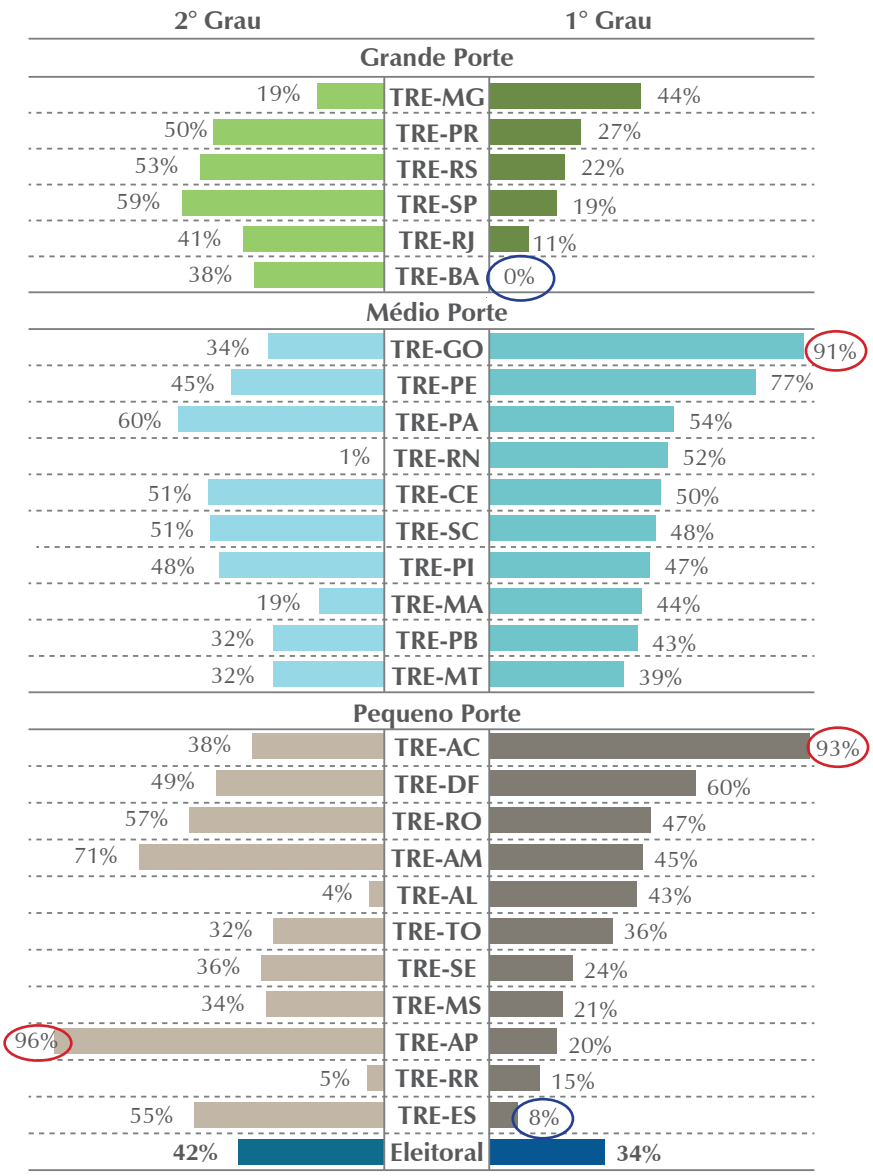
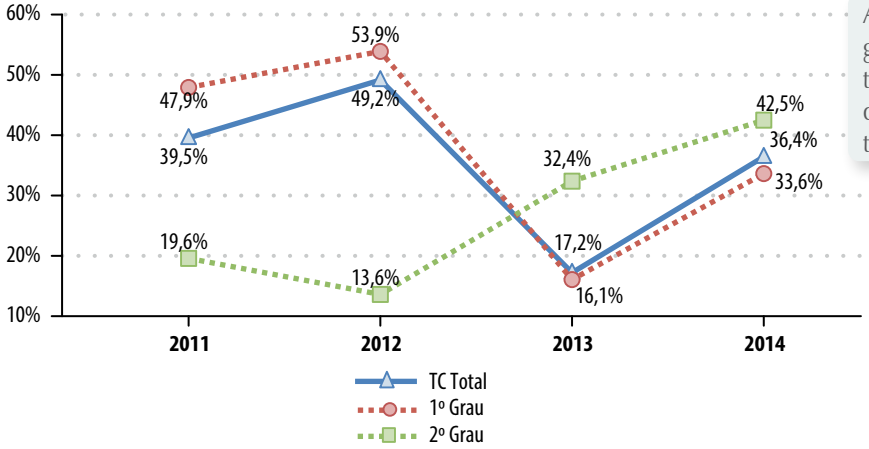


Gráfico 7.30 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Eleitoral



A partir de 2013, o 2º grau passou a ter maior taxa de congestionamento que o 1º grau, ambas em tendência ascendente.

7.5 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Os dados que serão apresentados nesta seção referem-se aos casos ingressados no ano de 2014 segmentados por classe e assunto, segundo as Tabelas Processuais Unificadas, instituídas pela Resolução CNJ 46/2007. Entretanto, essa resolução não institui sua utilização na Justiça Eleitoral e, portanto, nem todos os tribunais enviam os dados.

Cabe esclarecer também que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informado nas demais seções do presente relatório. No cômputo do total de casos novos da Justiça Eleitoral algumas classes são excluídas, como, por exemplo, os procedimentos administrativos. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado, e portanto, todas devem ser consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contabilizados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados na Justiça Eleitoral, mas a quantidade de classes ou assuntos cadastrados, em suas respectivas categorias.

7.5.1 Assuntos mais recorrentes

Será analisado o universo de 23 Tribunais Regionais Eleitorais, tendo em vista que 4 dos 27 Tribunais não prestaram a informação requerida (TRE-AL, TRE-AM, TRE-MA e TRE-PA).

As Tabelas Processuais Unificadas possuem até 7 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito Eleitoral" (nível 1), há a segmentação de "Eleições" (nível 2), "Propaganda Política - Propaganda Eleitoral" (nível 3), "Contas" (nível 4), "Contas - Apresentação de Contas" (nível 5), "Contas – Aprovação" (nível 6) e, por fim, "Contas – Aprovação das contas" ou "Contas – Aprovação das contas com ressalvas", ambos de nível 7.

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a análise, pois não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

As informações serão apresentadas de forma global e de forma segmentada por grau de jurisdição, com abertura até os 3 primeiros níveis hierárquicos, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[4].

Gráfico 7.31 – Assuntos mais demandados na Justiça Eleitoral

1. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Candidatos	72.372 (15,39%)
2. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral – Inscrição Eleitoral	65.227 (13,87%)
3. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	51.705 (10,99%)
4. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral – Domicílio Eleitoral	44.749 (9,51%)
5. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Cargos	41.380 (8,80%)
6. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	39.756 (8,45%)
7. DIREITO ELEITORAL - Eleições	30.957 (6,58%)
8. DIREITO ELEITORAL - Direitos Políticos/Direitos Políticos – Suspensão de Direitos Políticos	14.818 (3,15%)
9. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	14.362 (3,05%)
10. DIREITO ELEITORAL - Direitos Políticos	13.182 (2,80%)
11. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral	11.083 (2,36%)
12. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral – Cancelamento	8.231 (1,75%)
13. DIREITO ELEITORAL - Requerimento	6.786 (1,44%)
14. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	6.094 (1,30%)
15. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos	5.513 (1,17%)
16. DIREITO ELEITORAL - Direitos Políticos/Direitos Políticos – Restabelecimento dos Direitos Políticos	4.135 (0,88%)
17. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Transgressões Eleitorais	3.936 (0,84%)
18. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Eleições – 1° Turno	3.485 (0,74%)
19. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Propaganda Política	3.346 (0,71%)
20. DIREITO ELEITORAL - Crimes Eleitorais	3.004 (0,64%)

4 A relação completa retornaria em uma listagem de quase 300 assuntos.

Gráfico 7.32 – Assuntos mais demandados na Justiça Eleitoral no 2º Grau

1. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Candidatos	60.802 (31,46%)
2. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Cargos	40.768 (21,09%)
3. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	29.917 (15,48%)
4. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	20.397 (10,55%)
5. DIREITO ELEITORAL - Eleições	17.793 (9,21%)
6. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Transgressões Eleitorais	2.968 (1,54%)
7. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Propaganda Política	2.868 (1,48%)
8. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	2.785 (1,44%)
9. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos	2.452 (1,27%)
10. DIREITO ELEITORAL - Requerimento	1.743 (0,90%)
11. DIREITO ELEITORAL - Administração da Justiça Eleitoral/Servidor	1.345 (0,70%)
12. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Coligação Partidária	1.118 (0,58%)
13. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Eleições – 1° Turno	1.077 (0,56%)
14. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Partido Político – Comissão Provisória	1.039 (0,54%)
15. DIREITO ELEITORAL - Crimes Eleitorais/Crimes contra a Propaganda Eleitoral	808 (0,42%)
16. DIREITO ELEITORAL - Administração da Justiça Eleitoral/Conduta Vedada a Agente Público	737 (0,38%)
17. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Eleições – Eleição Proporcional	451 (0,23%)
18. DIREITO ELEITORAL - Garantias Processuais/Cautelar Inominada	434 (0,22%)
19. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	389 (0,20%)
20. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Pesquisa Eleitoral	356 (0,18%)

✓ Dos 20 temas, 6 são relativos diretamente aos partidos políticos.

Gráfico 7.33 – Assuntos mais demandados na Justiça Eleitoral no 1º Grau

1. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral – Inscrição Eleitoral	65.210 (23,53%)
2. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral – Domicílio Eleitoral	44.728 (16,14%)
3. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	31.308 (11,30%)
4. DIREITO ELEITORAL - Direitos Políticos/Direitos Políticos – Suspensão de Direitos Políticos	14.801 (5,34%)
5. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	13.973 (5,04%)
6. DIREITO ELEITORAL - Direitos Políticos	13.177 (4,75%)
7. DIREITO ELEITORAL - Eleições	13.164 (4,75%)
8. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Candidatos	11.570 (4,18%)
9. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral	11.030 (3,98%)
10. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	9.839 (3,55%)
11. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral – Cancelamento	8.226 (2,97%)
12. DIREITO ELEITORAL - Requerimento	5.043 (1,82%)
13. DIREITO ELEITORAL - Direitos Políticos/Direitos Políticos – Restabelecimento dos Direitos Políticos	4.127 (1,49%)
14. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	3.309 (1,19%)
15. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos	3.061 (1,10%)
16. DIREITO ELEITORAL - Crimes Eleitorais	2.766 (1,00%)
17. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Eleições – 1° Turno	2.408 (0,87%)
18. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Eleições – 2° Turno	2.064 (0,74%)
19. DIREITO ELEITORAL - Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral – Duplicidade/Pluralidade	1.975 (0,71%)
20. DIREITO ELEITORAL - Crimes Eleitorais/Crimes contra o Serviço da Justiça Eleitoral	1.521 (0,55%)

✓ No 1º grau, os assuntos mais recorrentes são as eleições e os alistamentos eleitorais.

7.5.2 Classes mais recorrentes

Será analisado o universo de 23 Tribunais Regionais Eleitorais, tendo em vista que 4 dos 27 Tribunais não prestaram a informação (TRE-AL, TRE-AM, TRE-MA e TRE-PA).

As Tabelas Processuais Unificadas possuem até 6 níveis hierárquicos de classes, por exemplo, no grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho", há a segmentação de "Processo de Conhecimento" (nível 2), "Procedimento de Conhecimento" (nível 3), "Procedimentos Especiais" (nível 4), "Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa" (nível 5) e, por fim, "Ação Rescisória" (nível 6).

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico.

Da mesma forma, as informações serão apresentadas de forma global e de forma segmentada por grau de jurisdição, com abertura até os 3 primeiros níveis hierárquicos, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[5].

Gráfico 7.34 – Classes mais demandadas na Justiça Eleitoral

1. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas	63.076 (34,42%)
2. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	38.038 (20,76%)
3. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Candidatura	23.833 (13,01%)
4. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição	15.287 (8,34%)
5. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Representação	13.884 (7,58%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	8.335 (4,55%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	3.947 (2,15%)
8. PROCESSO ELEITORAL - Recursos Eleitorais/Recurso Eleitoral	2.809 (1,53%)
9. PROCESSO ELEITORAL - Ação Penal Eleitoral	2.302 (1,26%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.857 (1,01%)
11. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Apuração de Eleição	1.060 (0,58%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos	1.058 (0,58%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios	989 (0,54%)
14. PROCESSO ELEITORAL - Recursos Eleitorais	728 (0,40%)
15. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	576 (0,31%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	478 (0,26%)
17. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar	470 (0,26%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	459 (0,25%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Exceções	453 (0,25%)
20. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Partidos Políticos/Propaganda Partidária	445 (0,24%)

✓ Das 20 classes mais demandadas, 9 são de processo eleitoral.

✓ Procedimentos administrativos ocupam a segunda posição.

✓ Processos criminais de procedimentos investigatórios ocupam as 7ª e 13ª posições.

5 A relação completa retornaria em uma listagem de mais de 70 classes.

Gráfico 7.35 – Classes mais demandadas na Justiça Eleitoral no 2º Grau

1. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Candidatura	23.594 (27,91%)
2. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas	23.023 (27,23%)
3. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Representação	12.985 (15,36%
4. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição	10.729 (12,69%
5. PROCESSO ELEITORAL - Recursos Eleitorais/Recurso Eleitoral	2.809 (3,32%
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	2.358 (2,79%)
7. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	2.273 (2,69%)
8. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.448 (1,71%)
9. PROCESSO ELEITORAL - Recursos Eleitorais	721 (0,85%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos	656 (0,78%)
11. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Partidos Políticos/Propaganda Partidária	445 (0,53%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	427 (0,51%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	315 (0,37%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar	315 (0,37%)
15. PROCESSO ELEITORAL - Processos Cíveis—Eleitorais/Ação de Investigação Judicial Eleitoral	313 (0,37%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento	244 (0,29%)
17. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Comitê Financeiro	238 (0,28%)
18. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Administrativos da Justiça Eleitoral/Revisão de Eleitorado	237 (0,28%)
19. PROCESSO ELEITORAL - Consulta	219 (0,26%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	206 (0,24%)

✓ No 2º grau, as 5 primeiras classes se referem ao processo eleitoral, das quais as 4 primeiras são relativas à realização de eleições.

Gráfico 7.36 – Classes mais demandadas na Justiça Eleitoral no 1º Grau

1. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas	40.053 (40,58%)
2. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	35.765 (36,23%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	5.977 (6,06%)
4. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição	4.558 (4,62%)
5. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Inquérito Policial	3.520 (3,57%)
6. PROCESSO ELEITORAL - Ação Penal Eleitoral	2.232 (2,26%)
7. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Apuração de Eleição	1.020 (1,03%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios	948 (0,96%)
9. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Representação	899 (0,91%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução Fiscal	576 (0,58%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	409 (0,41%)
12. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos	402 (0,41%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Exceções	400 (0,41%)
14. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	272 (0,28%)
15. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Candidatura	239 (0,24%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Embargos	227 (0,23%)
17. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Comitê Financeiro	190 (0,19%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar	155 (0,16%)
19. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução	145 (0,15%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	144 (0,15%)

✓ No 1º grau procedimentos investigatórios do processo criminal ocupam a 5ª e a 8ª posições.

✓ No 1º grau há maior presença da classe de processo cível e do trabalho.

7.6 Síntese da Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral, composta por 27 Tribunais e 3.037 zonas eleitorais, recebeu um total de 109 mil processos no ano de 2014. Tal variável já atingiu quase 818 mil processos no ano de 2012, ano de eleições municipais. Embora o Índice de Atendimento à Demanda tenha diminuído em 161 pontos percentuais e a taxa de congestionamento tenha subido 19 pontos percentuais, o cenário ainda é favorável, já que a taxa de congestionamento de 36% registrada no ano de 2014 não é considerada elevada e o IAD continua acima de 100%.

No que diz respeito à estrutura orçamentária e de recursos humanos, houve alterações significativas no decorrer da série histórica desde o ano de 2011 em virtudes das eleições municipais em 2012 e federal em 2014. Para a adequada compreensão dos dados relativos a esse ramo de justiça, é preciso destacar a sazonalidade como uma característica singular. Por essa razão, ainda que sejam válidas, por si só, as informações ora consolidadas estão a merecer uma observação mais abrangente a partir de uma série histórica que seja capaz de abarcar, pelo menos, dois ciclos eleitorais completos (duas legislaturas, ou 8 anos).

No que diz respeito à força de trabalho auxiliar em relação ao quadriênio (2011-2014), registra-se aumento gradativo no quantitativo de terceirizados e estagiários no período, o que retrata o projeto da biometria em determinadas cidades brasileiras que exigem uma força de trabalho diferenciada.

A taxa de congestionamento mensurada no ano de 2014 apresentou o segundo menor valor (36,4%), após o ápice identificado em 2013 (17,2%). Interessante observar que nestes dois anos a taxa de congestionamento do 2º grau foi superior à do 1º, apresentando percentuais, em 2014, de, respectivamente, 42,5% e 33,6%. A reduzida taxa aferida no ano de 2013 é indicativa de que considerável parcela dos conflitos instaurados durante as eleições municipais de 2012 já receberam algum desfecho judicial e que, de outra parte, a realização de pleitos eleitorais bienais é muito significativa para a demanda (casos novos), assim como para a produtividade da Justiça Eleitoral (baixados).

Essa sazonalidade mencionada expõe a pouca utilidade de se utilizar como referência, na comparação dos indicadores, unicamente o ano anterior (2013). Tal afirmação torna-se perceptível no grande quantitativo de casos novos no ano de 2012, culminando no elevado número de processos baixados em 2012 e 2013, o qual pode apresentar relação com a realização de eleições. Maiores afirmações a esse respeito, contudo, dependem de um maior período histórico de observação. Em relação a 2011, os indicadores de produtividade apresentaram progresso. O IPM aumentou de 31 para 44 processos baixados por magistrado entre 2009 e 2014, tendo os anos de 2012 e 2013 atingido indicadores de 138 e 129, respectivamente. Assim como o IPS-Jud, que passou de 8 para 10 processos baixados por servidor da área judiciária, com picos de 34 e 32 processos baixados por servidor em 2012 e 2013. Ainda assim, as informações ora coletadas merecem uma observação mais aprofundada, para que se possam extrair alguns padrões de comportamento em relação às aferições realizadas.

Por fim, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Eleitoral em 2014 foi bastante representativo, com a baixa de aproximadamente 28% a mais de processos em relação ao quantitativo ingressado no período. Importante observar que tal indicador foi elevado devido ao 1º grau ter baixado quase o dobro do quantitativo de processos ingressados. O 2º grau, por sua vez, apresentou índice inferior a 100% (68%) pela primeira vez desde o ano de 2011.

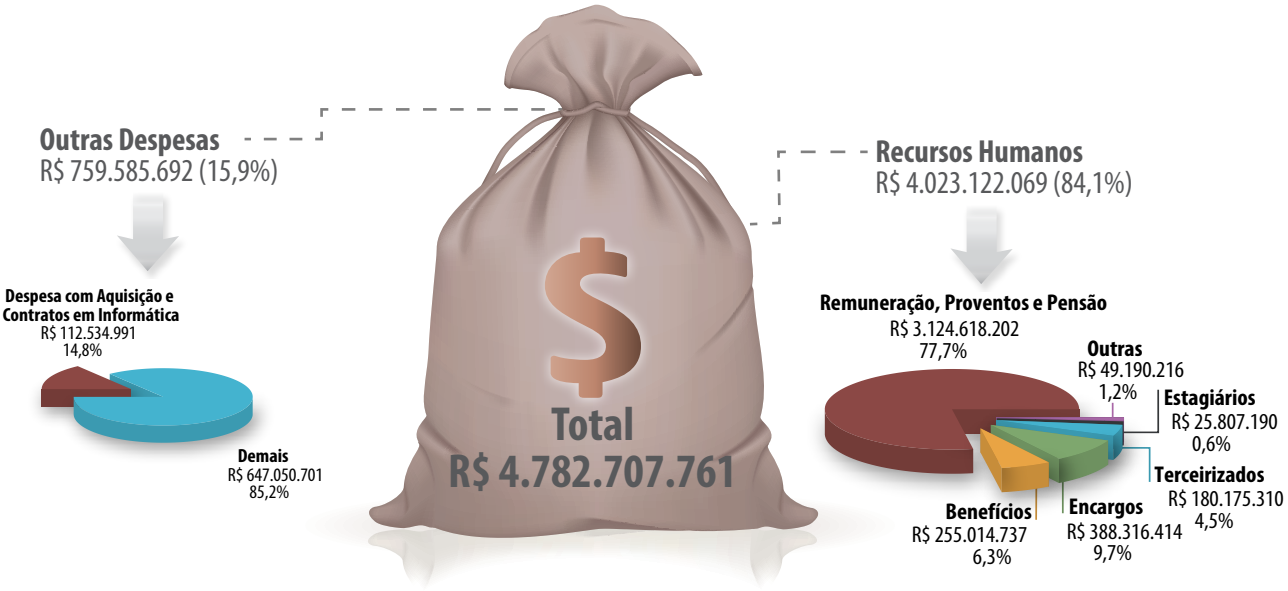
7.7 Infográficos por Tribunal

Os infográficos da Justiça Eleitoral contém dados de despesas, força de trabalho e informações sobre litigiosidade, com os quantitativos de processos ingressados, julgados, baixados e estoque, segregados entre processos de conhecimento e de execução. Também estão dispostos indicadores de desempenho do tribunal e indicadores de produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária. Os dados de litigiosidade estão segregados por instância, quais sejam: 2º grau e 1º grau.

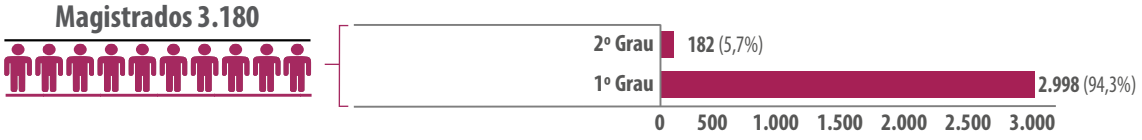
Por fim, apresenta-se os dez assuntos mais recorrentes, relativo aos processos ingressados no curso do ano de 2014 em cada tribunal. Neste quesito, é oportuno esclarecer que um mesmo processo pode ter vários assuntos, e que, neste caso, todos são contados, razão pela qual, tais valores distinguem-se do total de casos novos.

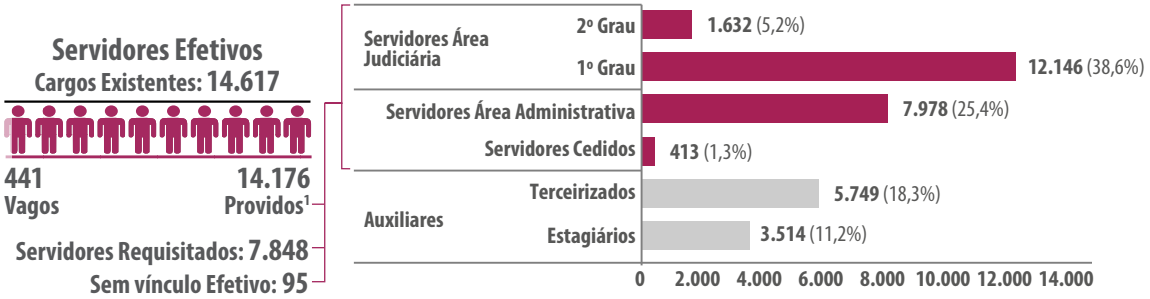
Justiça Eleitoral

Despesas



Força de Trabalho

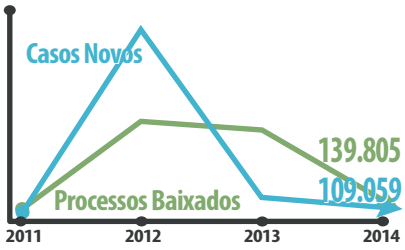


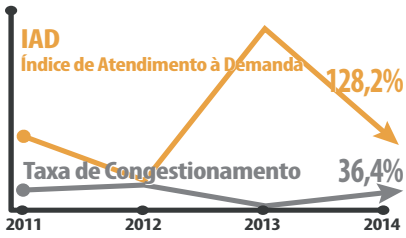


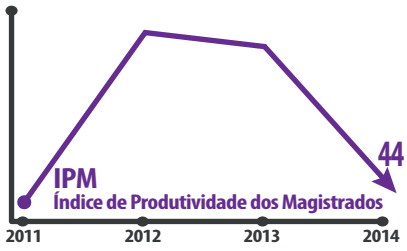
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

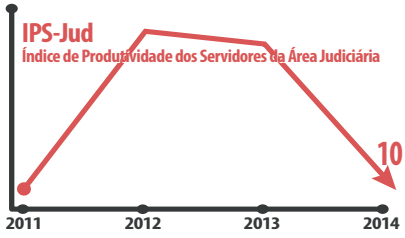
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	58.463	50.596	**109.059**	↓ -24,6%
Conhecimento	-	49.945	**49.945**	↓ -59,0%
Execução	-	651	**651**	↓ -0,6%
Julgados	49.737	72.270	**122.007**	↓ -67,6%
Conhecimento	-	71.980	**71.980**	↓ -79,7%
Execução	-	290	**290**	↑ 1,0%
Baixados	39.749	100.056	**139.805**	↓ -66,5%
Conhecimento	-	99.441	**99.441**	↓ -74,7%
Execução	-	615	**615**	↓ -3,6%
Estoque	10.660	100.166	**110.826**	↓ -69,2%
Conhecimento	-	97.568	**97.568**	↓ -71,7%
Execução	-	2.598	**2.598**	↑ 3,3%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	68,0%	197,8%	**128,2%**	↓ -160,8p.p.
Conhecimento	-	199,1%	**199,1%**	↓ -124,0p.p.
Execução	-	94,5%	**94,5%**	↓ -2,93p.p.
Taxa Congest.	42,5%	33,6%	**36,4%**	↑ 19,21p.p.
Conhecimento	-	32,6%	**32,6%**	↑ 16,96p.p.
Execução	-	81,1%	**81,1%**	↑ 1,20p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	321	17	**34**	↓ -23,3%
Carga de Trab.	443	51	**73**	↓ -53,9%
Proc. Julgados	273	24	**38**	↓ -67,1%
IPM (Baixados)	218	33	**44**	↓ -66,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	36	4	**8**	↓ -27,5%
Carga de Trab.	49	12	**17**	↓ -56,5%
IPS-Jud (Baixados)	24	8	**10**	↓ -67,8%







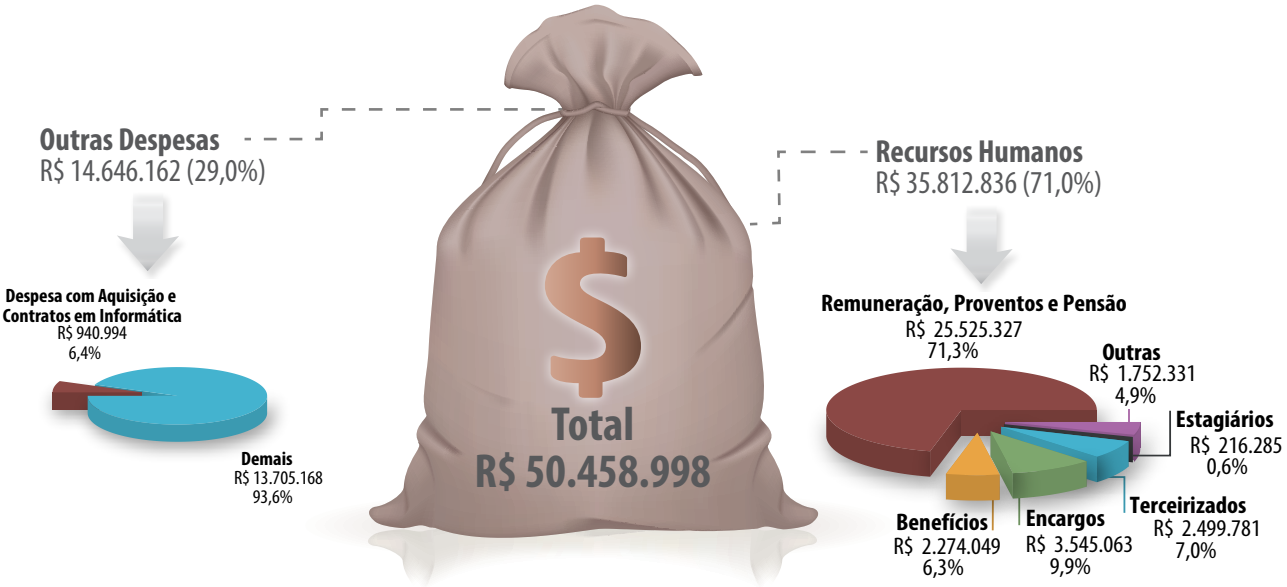


Assuntos mais recorrentes

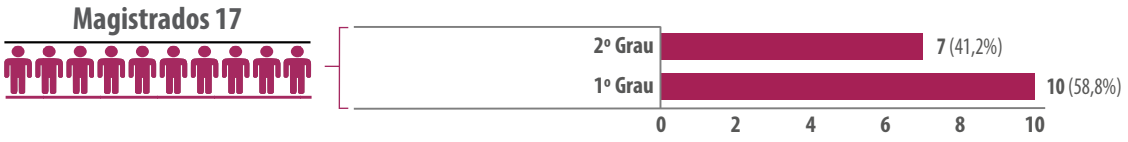
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	72.372
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Inscrição Eleitoral	65.227
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	51.705
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Domicílio Eleitoral	44.749
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	41.380
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	39.756
DIREITO ELEITORAL: Eleições	30.957
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Suspensão de Direitos Políticos	14.818
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	14.362
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos	13.182

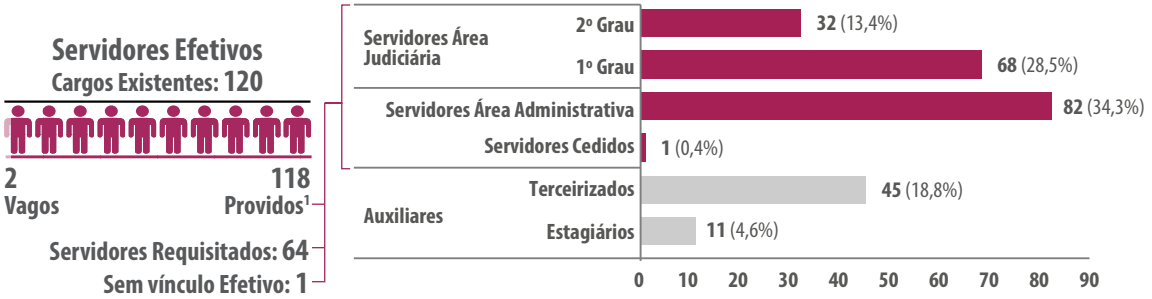
Tribunal Regional Eleitoral do Acre

Despesas



Força de Trabalho

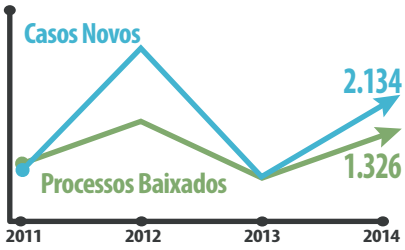


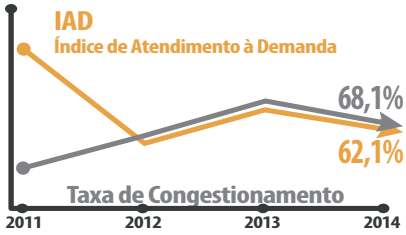


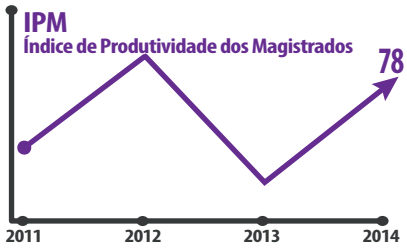
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

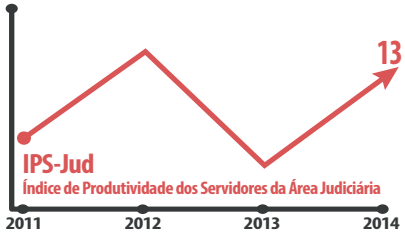
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.869	265	**2.134**	↑ 656,7%
Conhecimento	-	247	**247**	↑ 11,3%
Execução	-	18	**18**	↑ 63,6%
Julgados	1.239	72	**1.311**	↓ -39,4%
Conhecimento	-	70	**70**	↓ -96,6%
Execução	-	2	**2**	
Baixados	1.170	156	**1.326**	↑ 481,6%
Conhecimento	-	141	**141**	↑ 8,5%
Execução	-	15	**15**	↑ 36,4%
Estoque	28	1.990	**2.018**	↑ 2,9%
Conhecimento	-	1.988	**1.988**	↑ 4,9%
Execução	-	2	**2**	
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	62,6%	58,9%	**62,1%**	↓ -18,71p.p.
Conhecimento	-	57,1%	**57,1%**	↓ -1,47p.p.
Execução	-	83,3%	**83,3%**	↓ -16,67p.p.
Taxa Congest.	38,3%	93,1%	**68,1%**	↓ -21,78p.p.
Conhecimento	-	93,7%	**93,7%**	↓ -0,17p.p.
Execução	-	25,0%	**25,0%**	↑ 9,62p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	267	27	**126**	↑ 656,7%
Carga de Trab.	289	226	**252**	↑ 88,0%
Proc. Julgados	177	7	**77**	↓ -39,4%
IPM (Baixados)	167	16	**78**	↑ 481,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	58	4	**21**	↑ 482,7%
Carga de Trab.	63	33	**43**	↑ 44,7%
IPS-Jud (Baixados)	37	2	**13**	↑ 347,8%







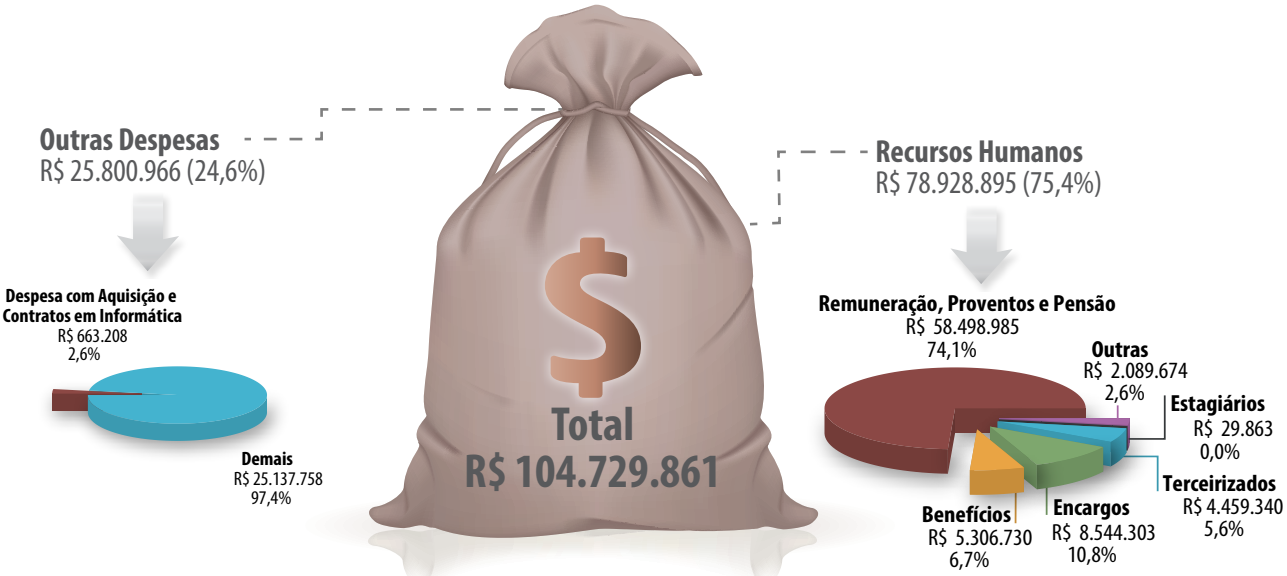


Assuntos mais recorrentes

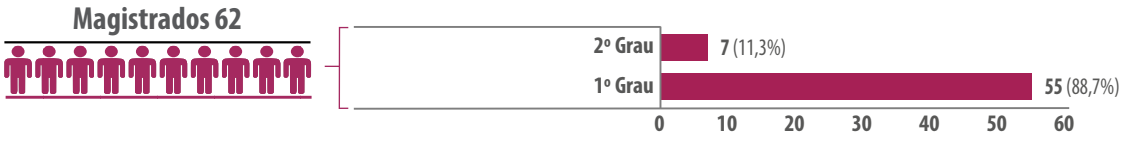
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	2.078
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	944
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	918
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	672
DIREITO ELEITORAL: Eleições	300
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	119
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	69
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	30
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	27
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	25

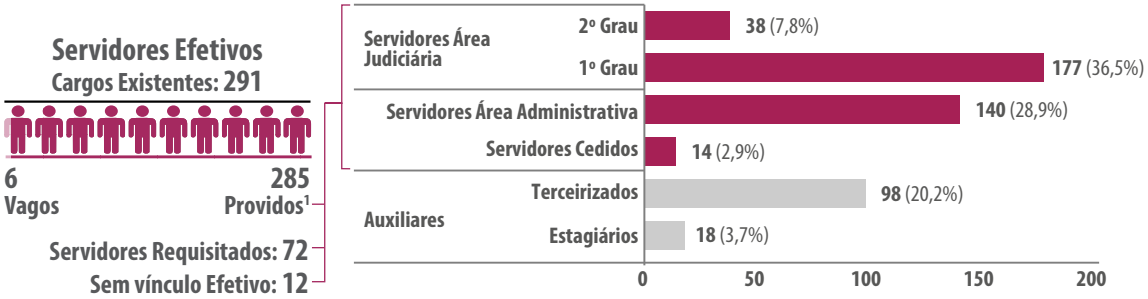
Tribunal Regional Eleitoral do Alagoas

Despesas



Força de Trabalho

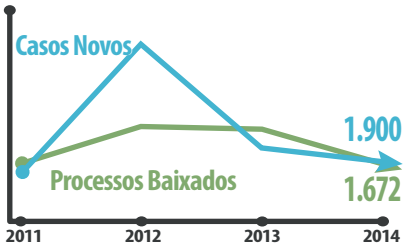


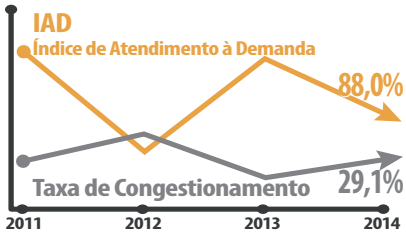


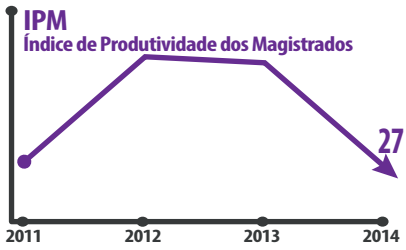
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

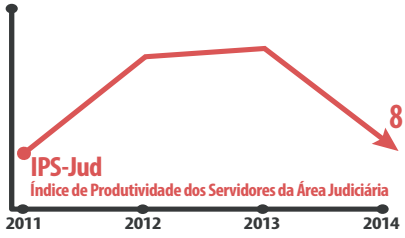
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	772	1.128	**1.900**	↓ -35,7%
Conhecimento	-	1.115	**1.115**	↓ -58,9%
Execução	-	13	**13**	↓ -43,5%
Julgados	1.245	908	**2.153**	↓ -75,2%
Conhecimento	-	902	**902**	↓ -89,1%
Execução	-	6	**6**	↑ 50,0%
Baixados	804	868	**1.672**	↓ -64,1%
Conhecimento	-	859	**859**	↓ -80,1%
Execução	-	9	**9**	↑ 50,0%
Estoque	69	390	**459**	↓ -78,5%
Conhecimento	-	341	**341**	↓ -82,5%
Execução	-	49	**49**	↑ 53,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	104,1%	77,0%	**88,0%**	↓ -69,36p.p.
Conhecimento	-	77,0%	**77,0%**	↓ -82,14p.p.
Execução	-	69,2%	**69,2%**	↑ 43,14p.p.
Taxa Congest.	4,4%	42,8%	**29,1%**	↑ 20,59p.p.
Conhecimento	-	41,0%	**41,0%**	↑ 33,68p.p.
Execução	-	85,5%	**85,5%**	↓ -3,61p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	110	21	**31**	↓ -35,7%
Carga de Trab.	120	28	**39**	↓ -53,3%
Proc. Julgados	178	17	**35**	↓ -75,2%
IPM (Baixados)	115	16	**27**	↓ -64,1%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	20	6	**9**	↓ -26,8%
Carga de Trab.	22	9	**11**	↓ -46,7%
IPS-Jud (Baixados)	21	5	**8**	↓ -59,1%







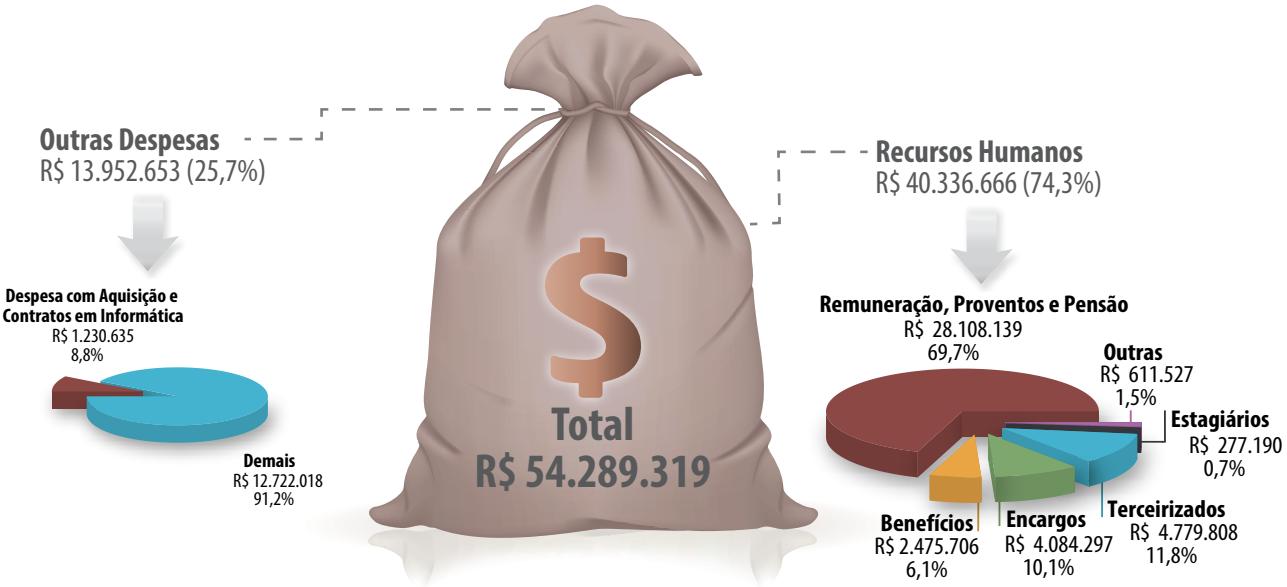


Assuntos mais recorrentes

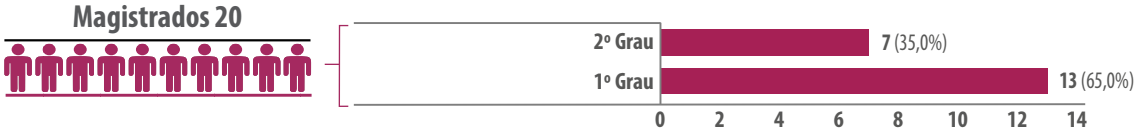
*não encaminhou a informação solicitada.

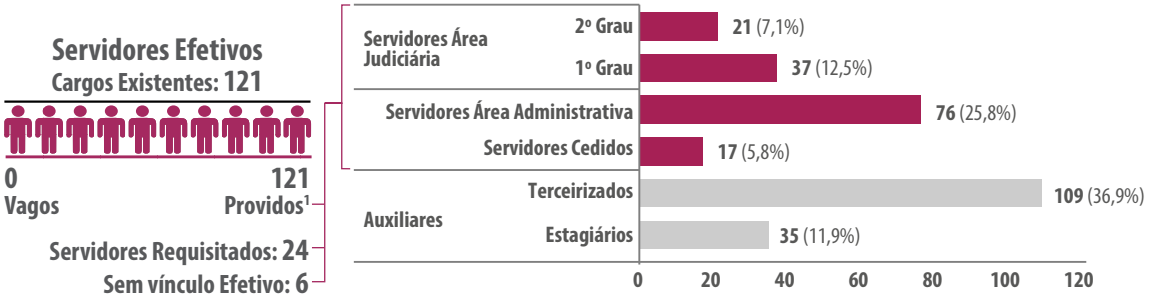
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Despesas



Força de Trabalho

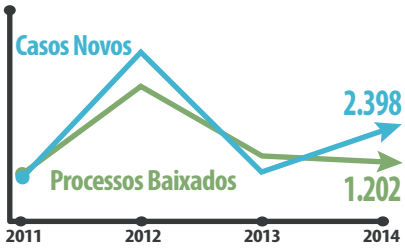


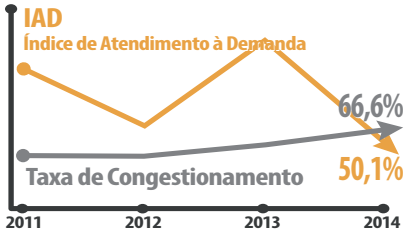


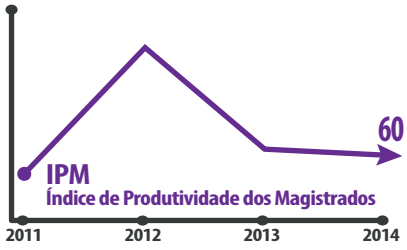
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.204	194	**2.398**	↑ 238,2%
Conhecimento	-	189	**189**	↓ -66,1%
Execução	-	5	**5**	↓ -16,7%
Julgados	1.359	1.108	**2.467**	↑ 82,3%
Conhecimento	-	1.078	**1.078**	↓ -8,0%
Execução	-	30	**30**	↑ 1400,0%
Baixados	94	1.108	**1.202**	↓ -11,2%
Conhecimento	-	1.078	**1.078**	↓ -8,0%
Execução	-	30	**30**	↑ 1400,0%
Estoque	14	1.185	**1.199**	↓ -35,0%
Conhecimento	-	1.128	**1.128**	↓ -35,3%
Execução	-	57	**57**	↑ 5,6%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	4,3%	571,1%	**50,1%**	↓ -140,7p.p.
Conhecimento	-	570,4%	**570,4%**	↑ 359,96p.p.
Execução	-	600,0%	**600,0%**	↑ 566,67p.p.
Taxa Congest.	95,8%	19,7%	**66,6%**	↑ 19,58p.p.
Conhecimento	-	18,1%	**18,1%**	↓ -30,90p.p.
Execução	-	51,6%	**51,6%**	↓ -45,05p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	315	15	**120**	↑ 238,2%
Carga de Trab.	346	106	**190**	↑ 44,1%
Proc. Julgados	194	85	**123**	↑ 82,3%
IPM (Baixados)	13	85	**60**	↓ -11,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	105	5	**41**	↑ 273,2%
Carga de Trab.	115	37	**66**	↑ 59,1%
IPS-Jud (Baixados)	4	30	**21**	↓ -2,0%





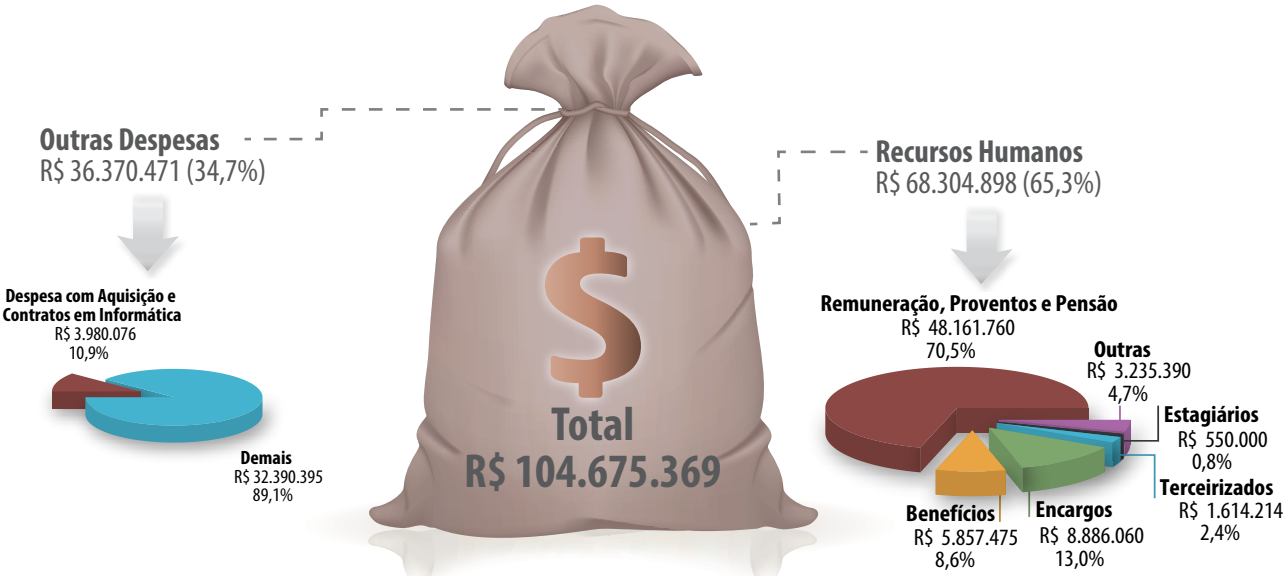


Assuntos mais recorrentes

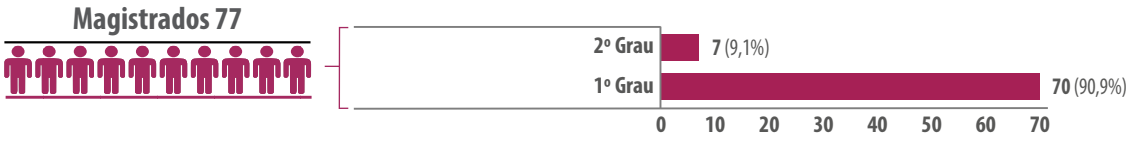
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	-
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	-
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Partido Político - Comissão Provisória	-
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	-
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	-
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Convenção Partidária	-
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Coligação Partidária	-
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	-
DIREITO ELEITORAL: Garantias Processuais/Exceção	-
DIREITO ELEITORAL: Garantias Processuais/Cautelar Inominada	-

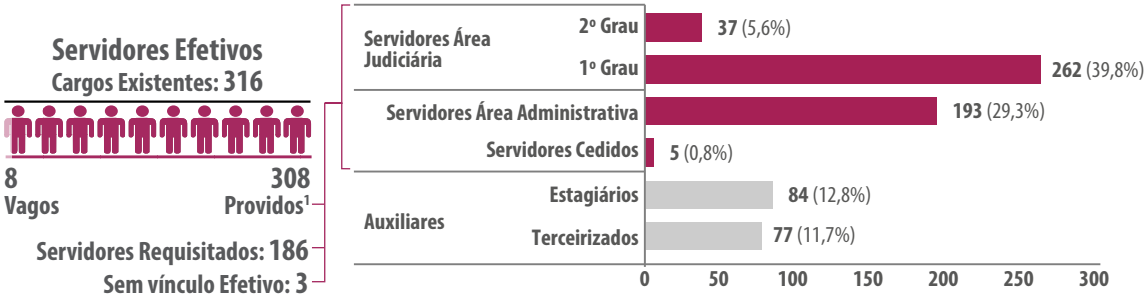
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Despesas



Força de Trabalho

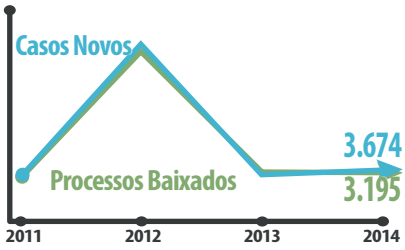


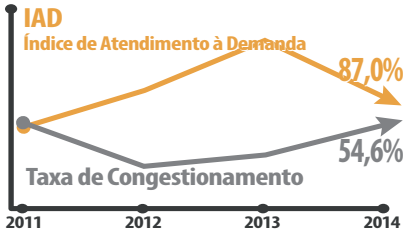


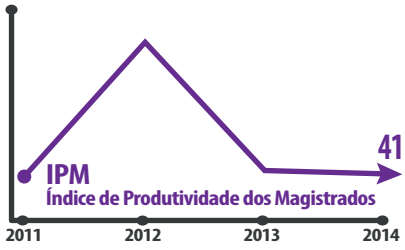
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.372	1.302	**3.674**	↓ -5,0%
Conhecimento	-	1.302	**1.302**	↓ -60,6%
Execução	-	-	**-**	
Julgados	756	2.439	**3.195**	↓ -46,2%
Conhecimento	-	2.439	**2.439**	↓ -55,2%
Execução	-	-	**-**	
Baixados	756	2.439	**3.195**	↓ -46,2%
Conhecimento	-	2.439	**2.439**	↓ -55,2%
Execução	-	-	**-**	
Estoque	260	3.099	**3.359**	↓ -3,1%
Conhecimento	-	3.099	**3.099**	↓ -1,8%
Execução	-	-	**-**	
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	31,9%	187,3%	**87,0%**	↓ -66,58p.p.
Conhecimento	-	187,3%	**187,3%**	↑ 22,58p.p.
Execução	-	-	**-**	
Taxa Congest.	71,3%	44,6%	**54,6%**	↑ 35,52p.p.
Conhecimento	-	44,6%	**44,6%**	↑ 28,80p.p.
Execução	-	-	**-**	
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	339	19	**48**	↓ -5,0%
Carga de Trab.	418	63	**95**	↓ -7,7%
Proc. Julgados	108	35	**41**	↓ -46,2%
IPM (Baixados)	108	35	**41**	↓ -46,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	64	5	**12**	↓ -24,4%
Carga de Trab.	79	17	**25**	↓ -26,5%
IPS-Jud (Baixados)	20	9	**11**	↓ -57,2%







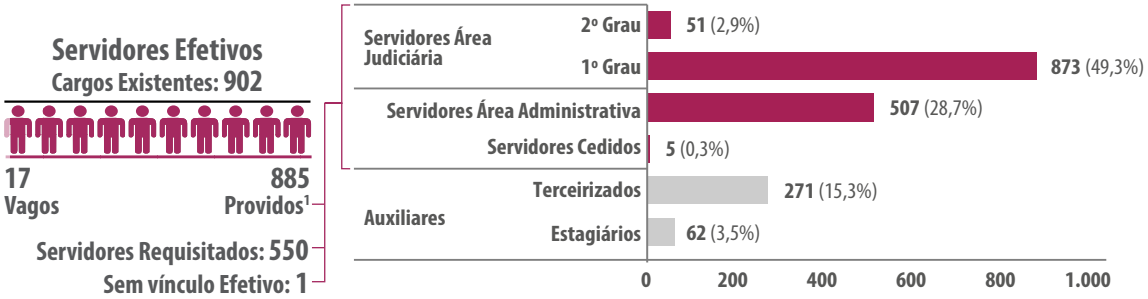
Assuntos mais recorrentes

*não encaminhou a informação solicitada.

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Despesas

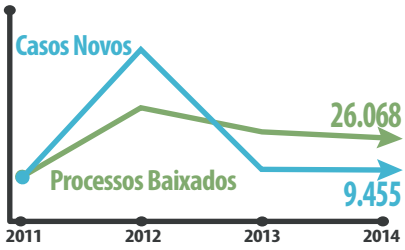
Força de Trabalho

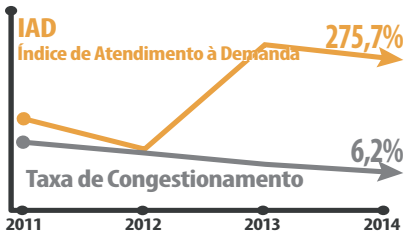


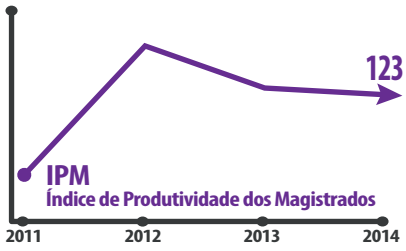
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	4.400	5.055	**9.455**	↑ 3,9%
Conhecimento	-	5.033	**5.033**	↓ -32,9%
Execução	-	22	**22**	↓ -66,2%
Julgados	3.910	12.323	**16.233**	↓ -35,7%
Conhecimento	-	12.309	**12.309**	↓ -48,1%
Execução	-	14	**14**	↓ -57,6%
Baixados	3.027	23.041	**26.068**	↓ -6,8%
Conhecimento	-	23.010	**23.010**	↓ -10,8%
Execução	-	31	**31**	↑ 34,8%
Estoque	466	17.882	**18.348**	↓ -29,8%
Conhecimento	-	17.689	**17.689**	↓ -30,7%
Execução	-	193	**193**	↑ 43,0%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	68,8%	455,8%	**275,7%**	↓ -31,67p.p.
Conhecimento	-	457,2%	**457,2%**	↑ 113,30p.p.
Execução	-	140,9%	**140,9%**	↑ 105,52p.p.
Taxa Congest.	37,8%	0%	**6,2%**	↓ -14,40p.p.
Conhecimento	-	-1,3%	**-1,3%**	↓ -23,17p.p.
Execução	-	85,6%	**85,6%**	↓ -2,92p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	629	25	**45**	↑ 3,9%
Carga de Trab.	898	112	**138**	↓ -18,0%
Proc. Julgados	559	60	**77**	↓ -35,7%
IPM (Baixados)	432	112	**123**	↓ -6,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	86	6	**10**	↓ -8,3%
Carga de Trab.	123	26	**32**	↓ -27,7%
IPS-Jud (Baixados)	59	26	**28**	↓ -17,8%





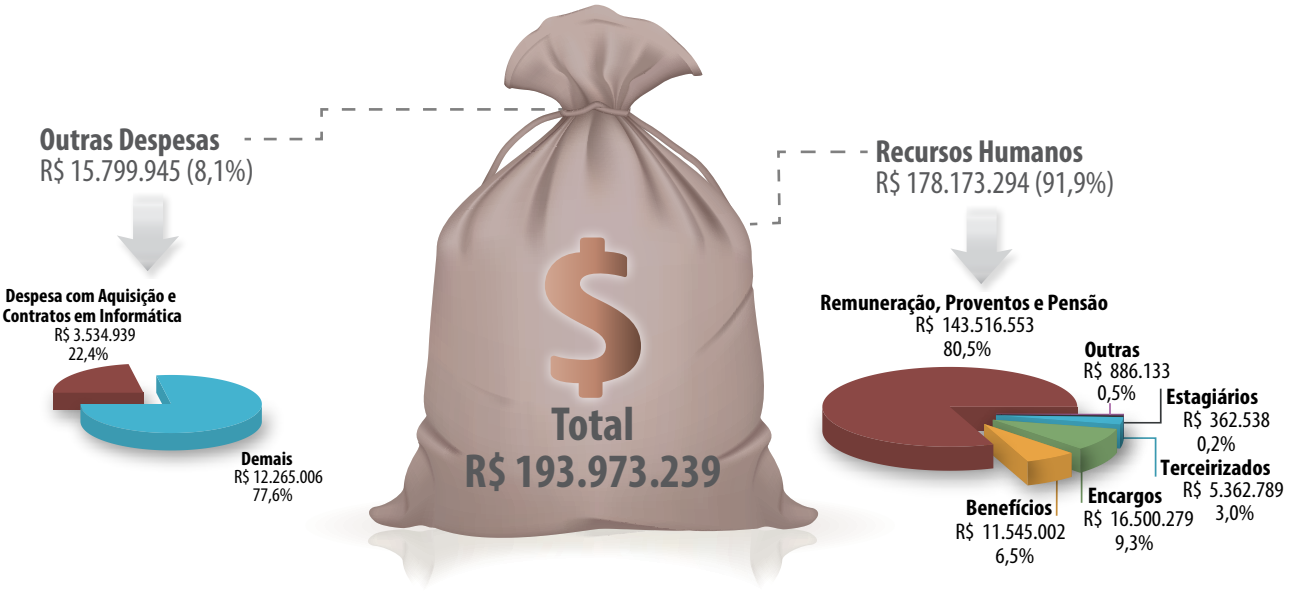


Assuntos mais recorrentes

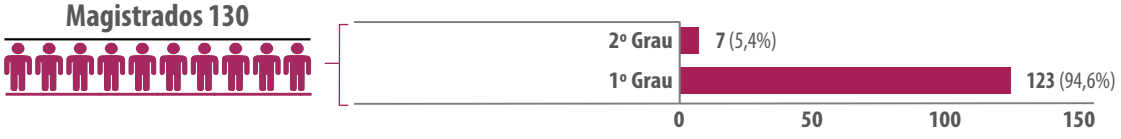
DIREITO ELEITORAL: Eleições	10.778
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	6.466
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	5.435
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	5.341
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	2.514
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	2.328
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	2.186
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	1.326
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Partido Político - Comissão Provisória	1.039
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	656

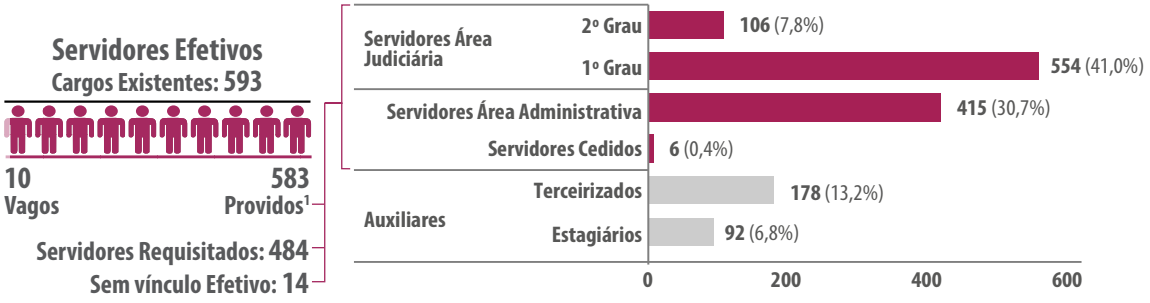
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Despesas



Força de Trabalho

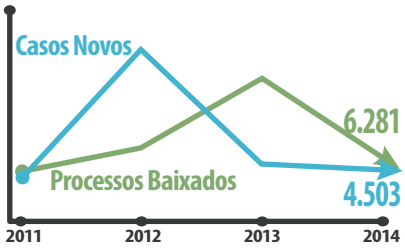


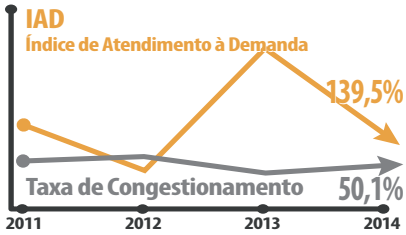


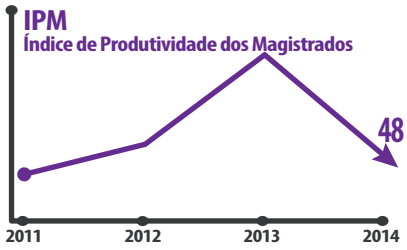
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

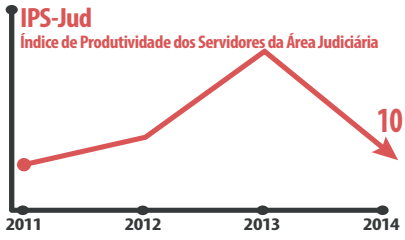
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.036	2.467	**4.503**	↓ -16,9%
Conhecimento	-	2.432	**2.432**	↓ -46,2%
Execução	-	35	**35**	↑ 52,2%
Julgados	1.725	4.167	**5.892**	↓ -65,1%
Conhecimento	-	4.156	**4.156**	↓ -73,4%
Execução	-	11	**11**	↓ -64,5%
Baixados	1.450	4.831	**6.281**	↓ -70,0%
Conhecimento	-	4.745	**4.745**	↓ -75,9%
Execução	-	86	**86**	↑ 21,1%
Estoque	940	7.153	**8.093**	↓ -65,7%
Conhecimento	-	7.013	**7.013**	↓ -68,4%
Execução	-	140	**140**	↓ -25,5%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	71,2%	195,8%	**139,5%**	↓ -246,5p.p.
Conhecimento	-	195,1%	**195,1%**	↓ -240,1p.p.
Execução	-	245,7%	**245,7%**	↓ -62,98p.p.
Taxa Congest.	51,3%	49,8%	**50,1%**	↑ 22,24p.p.
Conhecimento	-	49,8%	**49,8%**	↑ 23,48p.p.
Execução	-	50,9%	**50,9%**	↓ -15,49p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	291	20	**35**	↓ -12,4%
Carga de Trab.	530	79	**103**	↓ -52,3%
Proc. Julgados	246	34	**45**	↓ -63,2%
IPM (Baixados)	207	39	**48**	↓ -68,4%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	19	4	**7**	↓ -11,1%
Carga de Trab.	35	18	**20**	↓ -51,6%
IPS-Jud (Baixados)	14	9	**10**	↓ -67,9%







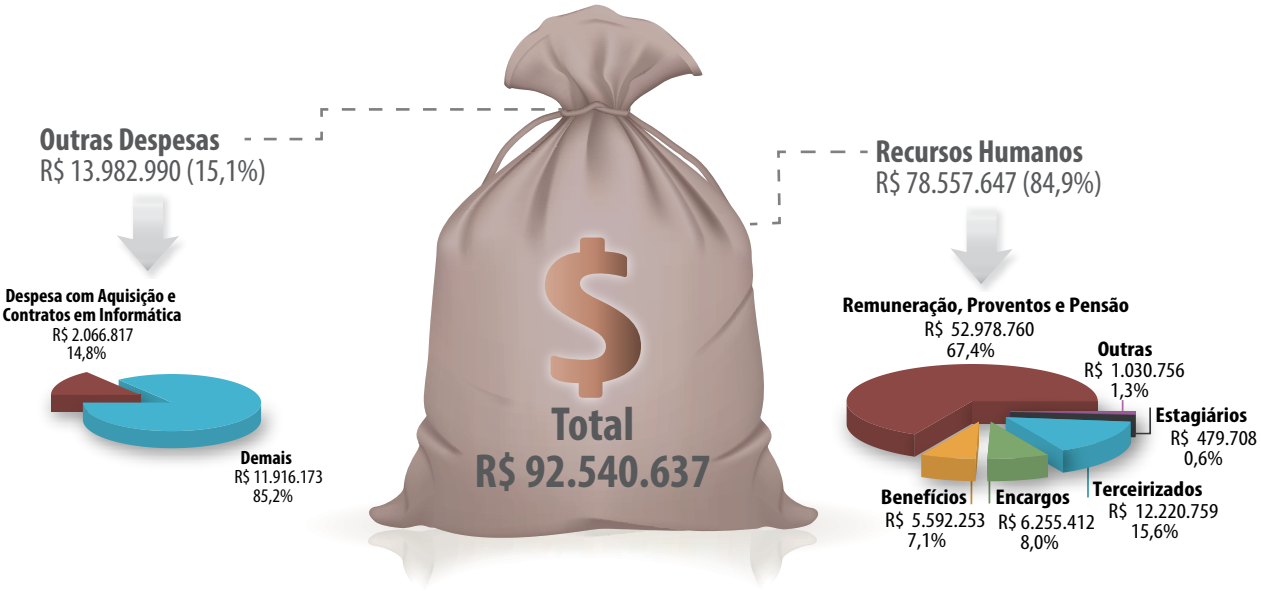


Assuntos mais recorrentes

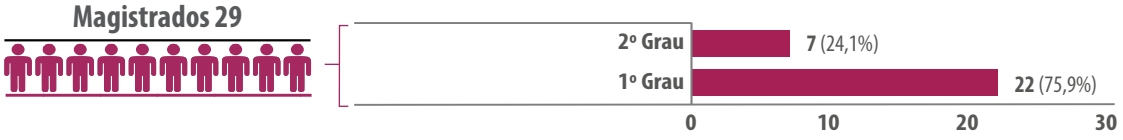
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	5.793
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	1.806
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	213
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral/Conduta Vedada a Agente Público	151
DIREITO ELEITORAL: Eleições	142
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	103
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	94
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	91
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	79
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	77

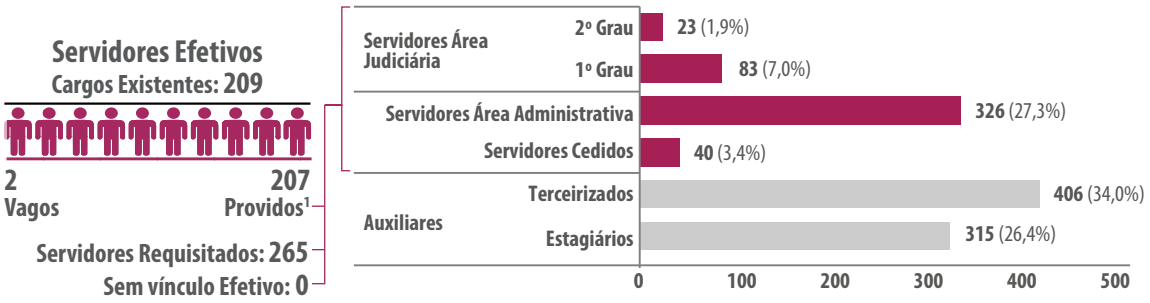
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Despesas



Força de Trabalho

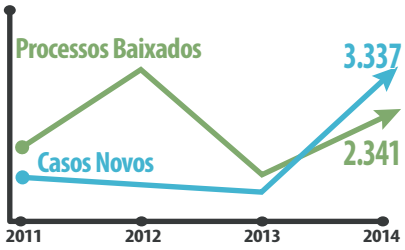


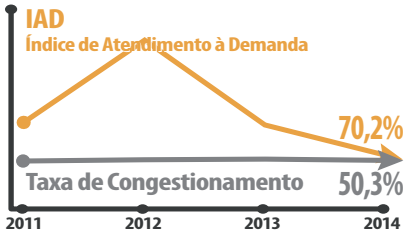


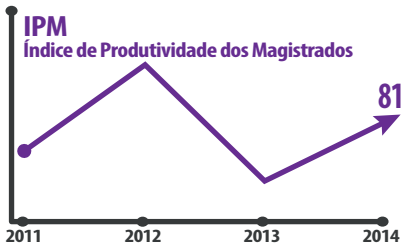
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

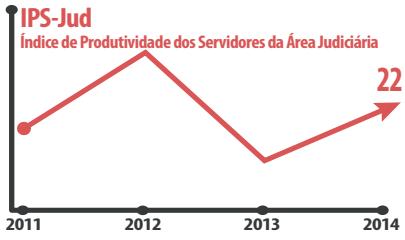
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	3.205	132	**3.337**	↑ 474,4%
Conhecimento	-	125	**125**	↓ -68,4%
Execução	-	7	**7**	↓ -69,6%
Julgados	2.346	237	**2.583**	↑ 289,0%
Conhecimento	-	235	**235**	↓ -8,6%
Execução	-	2	**2**	↓ -66,7%
Baixados	2.104	237	**2.341**	↑ 139,1%
Conhecimento	-	235	**235**	↓ -18,7%
Execução	-	2	**2**	↓ -66,7%
Estoque	911	459	**1.370**	↓ -1,2%
Conhecimento	-	434	**434**	↑ 284,1%
Execução	-	25	**25**	↑ 400,0%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	65,6%	179,5%	**70,2%**	↓ -98,35p.p.
Conhecimento	-	188,0%	**188,0%**	↑ 115,02p.p.
Execução	-	28,6%	**28,6%**	↑ 2,48p.p.
Taxa Congest.	48,9%	59,9%	**50,3%**	0p.p.
Conhecimento	-	58,0%	**58,0%**	↑ 14,74p.p.
Execução	-	93,8%	**93,8%**	↑ 15,18p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	458	6	**115**	↑ 474,4%
Carga de Trab.	622	27	**170**	↑ 148,2%
Proc. Julgados	335	11	**89**	↑ 289,0%
IPM (Baixados)	301	11	**81**	↑ 139,1%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	139	2	**31**	↑ 431,0%
Carga de Trab.	189	7	**47**	↑ 129,5%
IPS-Jud (Baixados)	91	3	**22**	↑ 121,1%









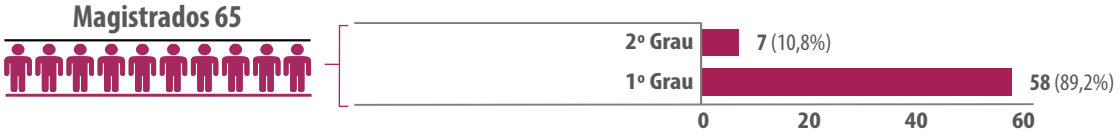
Assuntos mais recorrentes

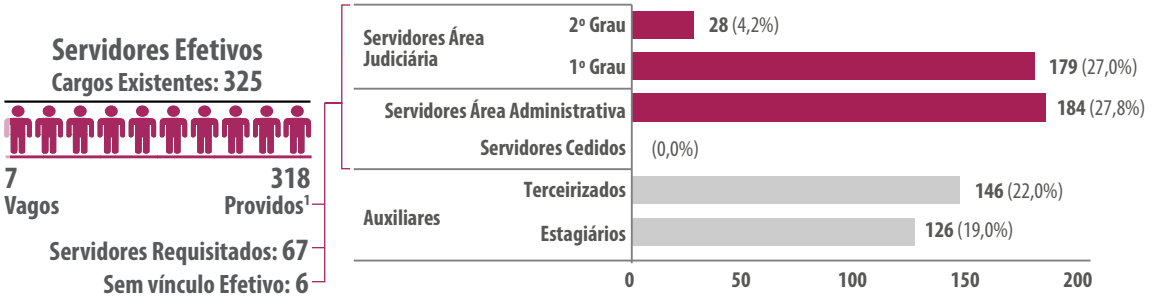
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	3.760
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	2.489
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.340
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Coligação Partidária	975
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Cancelamento	748
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	573
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais/Crimes contra a Propaganda Eleitoral	313
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Duplicidade/Pluralidade	266
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	163
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Inscrição Eleitoral	114

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Despesas

Força de Trabalho

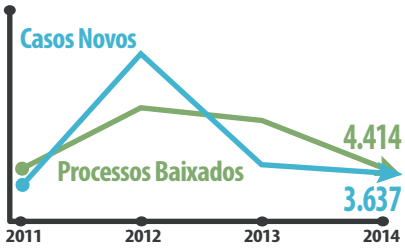


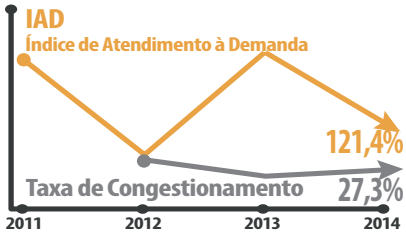


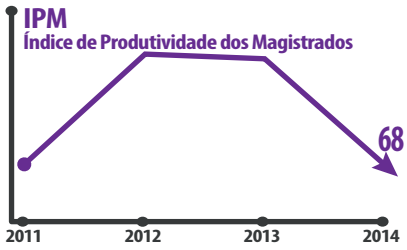
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

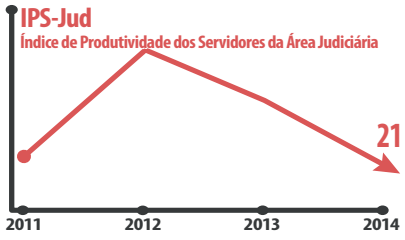
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.267	1.370	**3.637**	↓ -24,9%
Conhecimento	-	1.344	**1.344**	↓ -69,5%
Execução	-	26	**26**	↓ -16,1%
Julgados	1.108	2.208	**3.316**	↓ -69,4%
Conhecimento	-	2.202	**2.202**	↓ -78,9%
Execução	-	6	**6**	↑ 200,0%
Baixados	1.110	3.304	**4.414**	↓ -66,2%
Conhecimento	-	3.295	**3.295**	↓ -73,9%
Execução	-	9	**9**	↑ 28,6%
Estoque	206	2.228	**2.434**	↓ -77,1%
Conhecimento	-	2.140	**2.140**	↓ -79,4%
Execução	-	88	**88**	↑ 37,5%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	49,0%	241,2%	**121,4%**	↓ -148,7p.p.
Conhecimento	-	245,2%	**245,2%**	↓ -41,96p.p.
Execução	-	34,6%	**34,6%**	↑ 12,03p.p.
Taxa Congest.	55,1%	8,2%	**27,3%**	↑ 11,81p.p.
Conhecimento	-	5,4%	**5,4%**	↓ -9,02p.p.
Execução	-	92,1%	**92,1%**	↓ -0,53p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	324	24	**56**	↓ -26,0%
Carga de Trab.	405	62	**99**	↓ -59,3%
Proc. Julgados	158	38	**51**	↓ -69,9%
IPM (Baixados)	159	57	**68**	↓ -66,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	81	8	**18**	↓ -26,3%
Carga de Trab.	101	20	**31**	↓ -59,5%
IPS-Jud (Baixados)	40	18	**21**	↓ -66,9%







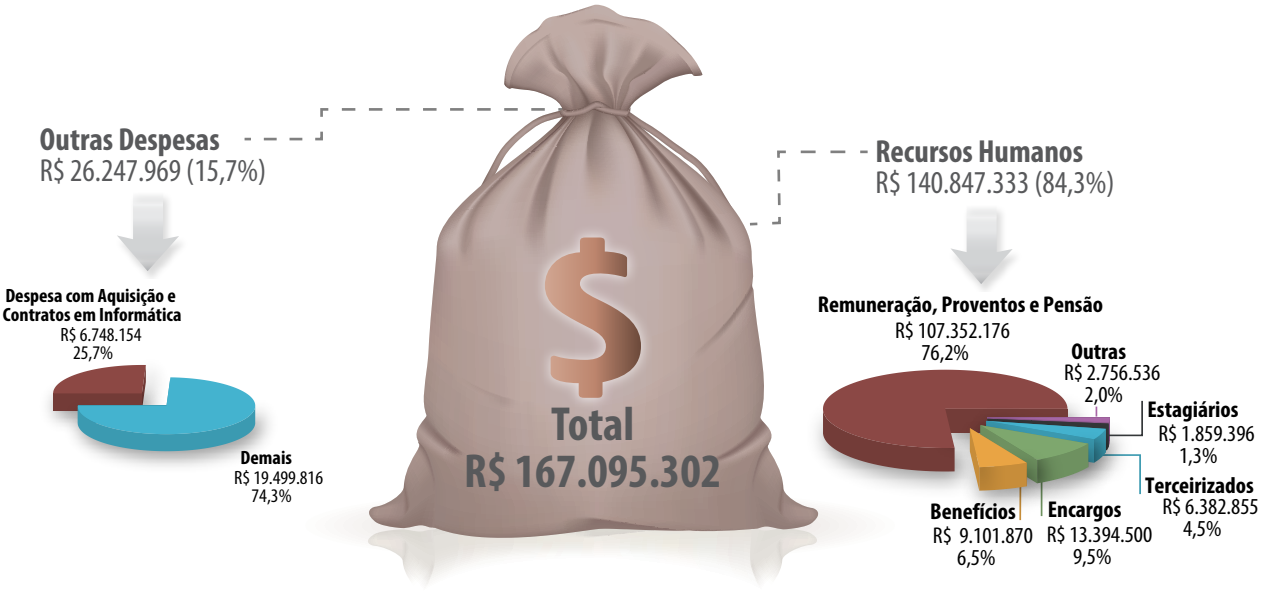


Assuntos mais recorrentes

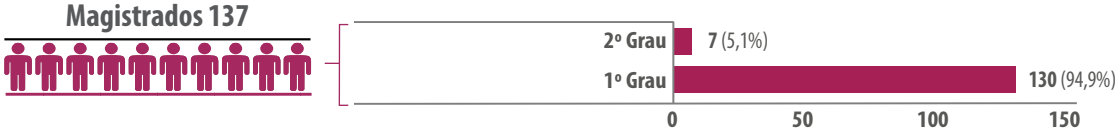
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	4.053
DIREITO ELEITORAL: Eleições	3.239
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	1.586
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.547
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	717
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	342
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	122
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	110
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	87
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	63

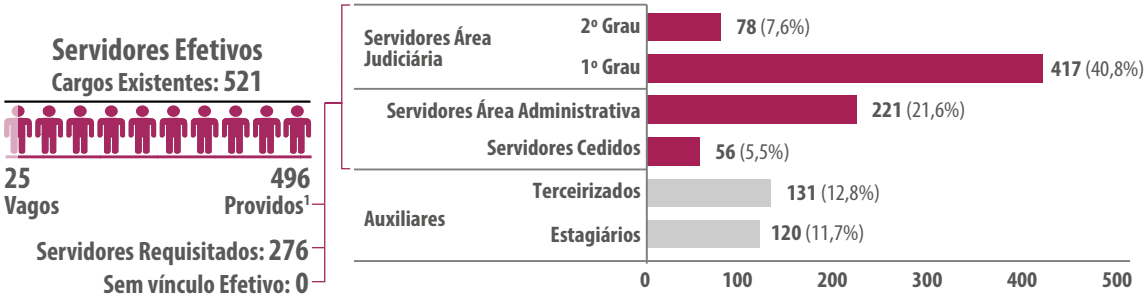
Tribunal Regional Eleitoral do Goiás

Despesas



Força de Trabalho

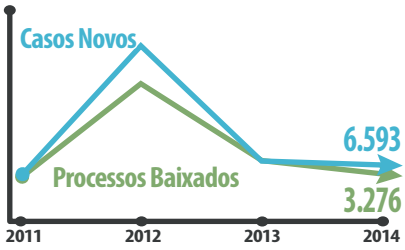


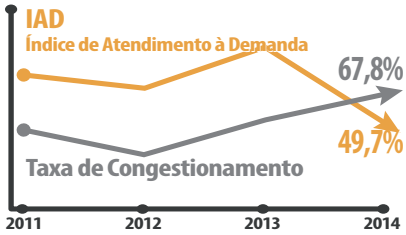


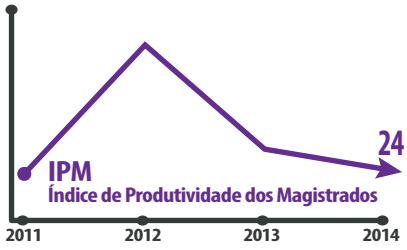
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	3.644	2.949	**6.593**	↓ -20,2%
Conhecimento	-	2.926	**2.926**	↓ -60,7%
Execução	-	23	**23**	↓ -30,3%
Julgados	3.168	3.723	**6.891**	↓ -43,4%
Conhecimento	-	3.702	**3.702**	↓ -66,7%
Execução	-	21	**21**	↓ -22,2%
Baixados	2.748	528	**3.276**	↓ -60,4%
Conhecimento	-	523	**523**	↓ -92,9%
Execução	-	5	**5**	↓ -58,3%
Estoque	498	3.097	**3.595**	↓ -59,4%
Conhecimento	-	3.040	**3.040**	↓ -62,8%
Execução	-	57	**57**	↑ 46,2%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	75,4%	17,9%	**49,7%**	↓ -50,42p.p.
Conhecimento	-	17,9%	**17,9%**	↓ -80,43p.p.
Execução	-	21,7%	**21,7%**	↓ -14,62p.p.
Taxa Congest.	33,7%	91,3%	**67,8%**	↑ 16,16p.p.
Conhecimento	-	91,2%	**91,2%**	↑ 38,11p.p.
Execução	-	93,8%	**93,8%**	↑ 10,42p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	521	23	**48**	↓ -20,2%
Carga de Trab.	690	47	**80**	↓ -37,2%
Proc. Julgados	453	29	**50**	↓ -43,4%
IPM (Baixados)	393	4	**24**	↓ -60,4%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	47	7	**13**	↓ -21,3%
Carga de Trab.	62	15	**22**	↓ -38,1%
IPS-Jud (Baixados)	35	1	**7**	↓ -60,9%





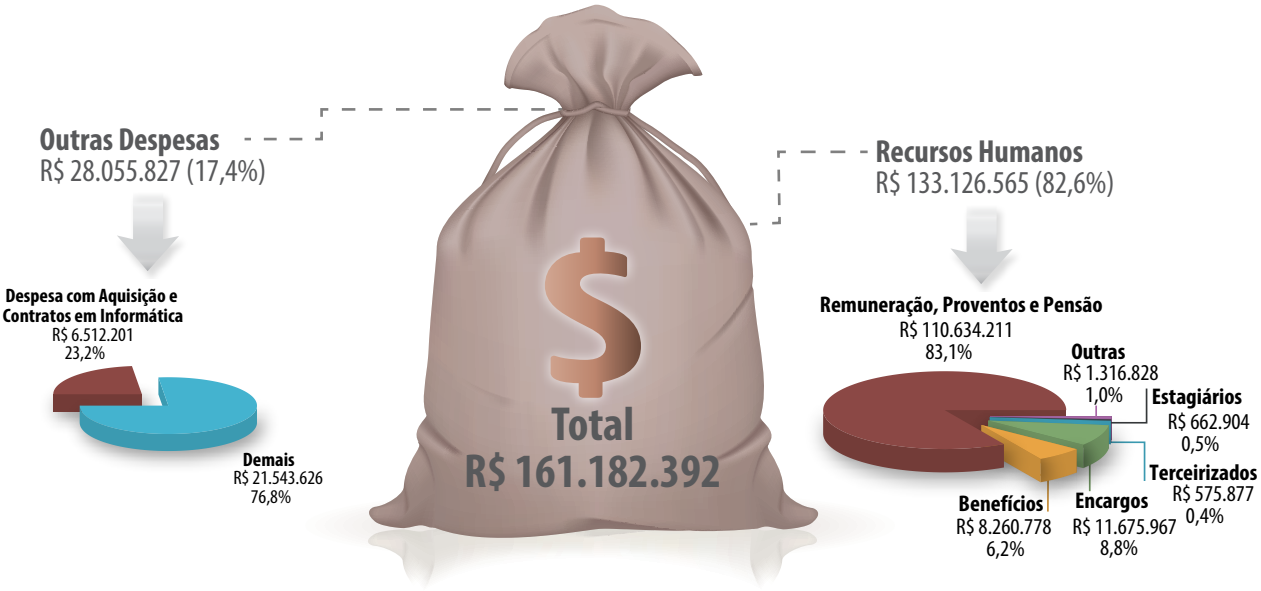


Assuntos mais recorrentes

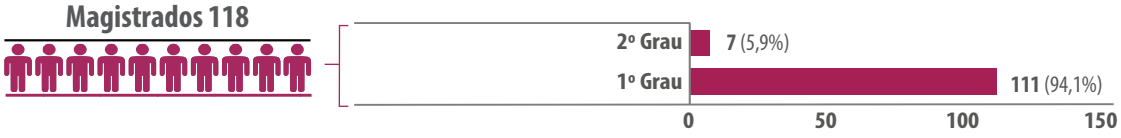
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	3.042
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	2.190
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.900
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	1.471
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	579
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	512
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	508
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	269
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	263
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral/Servidor	221

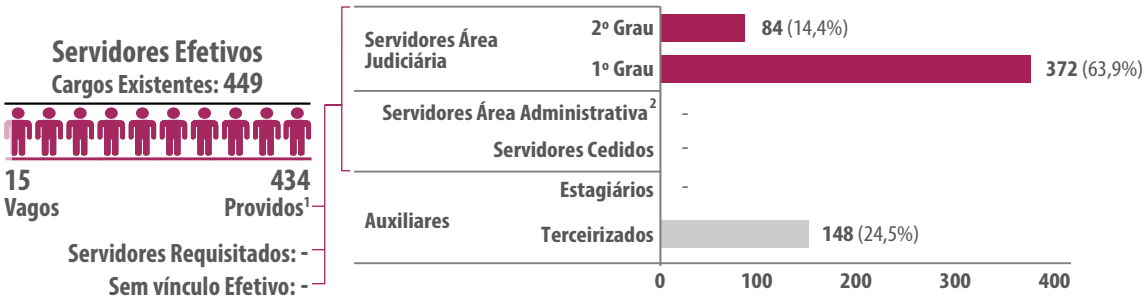
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Despesas



Força de Trabalho

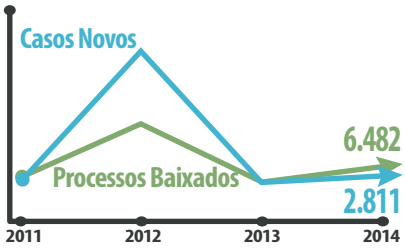


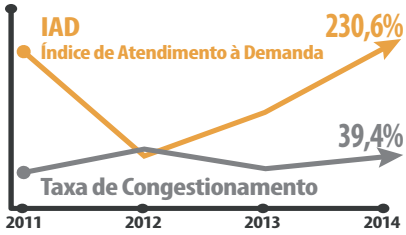


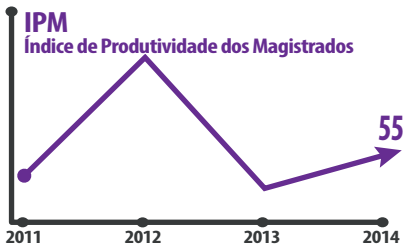
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos
2 foi informado mais servidores da área judiciária que o total de servidores

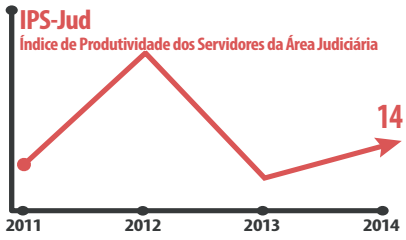
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.721	1.090	**2.811**	↑ 151,9%
Conhecimento	-	1.090	**1.090**	↑ 94,6%
Execução	-	-	**-**	
Julgados	1.856	2.613	**4.469**	↓ -70,7%
Conhecimento	-	2.611	**2.611**	↓ -82,4%
Execução	-	2	**2**	↓ -33,3%
Baixados	1.689	4.793	**6.482**	↑ 393,3%
Conhecimento	-	4.790	**4.790**	↑ 631,3%
Execução	-	3	**3**	↓ -25,0%
Estoque	362	7.518	**7.880**	↑ 1235,6%
Conhecimento	-	7.483	**7.483**	↑ 3084,3%
Execução	-	35	**35**	0,0%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	98,1%	439,7%	**230,6%**	↑ 112,85p.p.
Conhecimento	-	439,4%	**439,4%**	↑ 322,49p.p.
Execução	-	-	**-**	
Taxa Congest.	18,9%	44,3%	**39,4%**	↑ 16,39p.p.
Conhecimento	-	44,1%	**44,1%**	↑ 26,52p.p.
Execução	-	91,4%	**91,4%**	↑ 1,68p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	246	10	**24**	↑ 151,9%
Carga de Trab.	338	78	**93**	↑ 456,4%
Proc. Julgados	265	24	**38**	↓ -70,7%
IPM (Baixados)	241	43	**55**	↑ 393,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	20	3	**6**	↑ 148,0%
Carga de Trab.	28	23	**24**	↑ 447,8%
IPS-Jud (Baixados)	20	13	**14**	↑ 385,7%







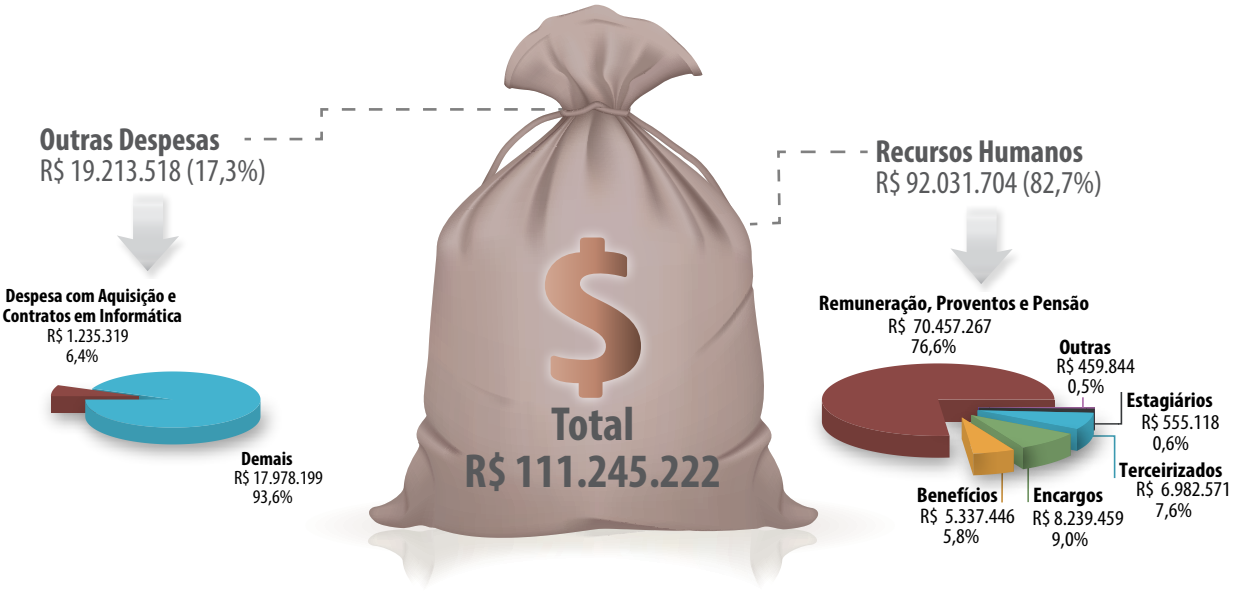


Assuntos mais recorrentes

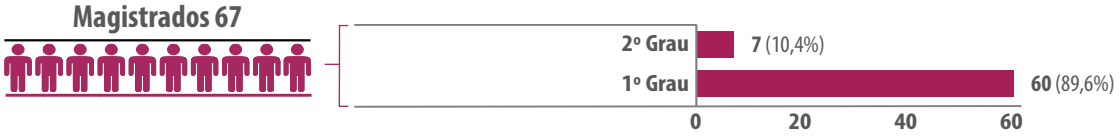
*não encaminhou a informação solicitada.

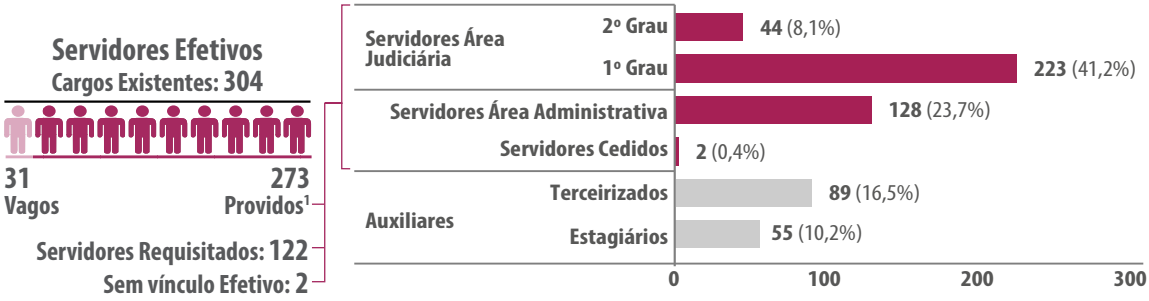
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

Despesas



Força de Trabalho

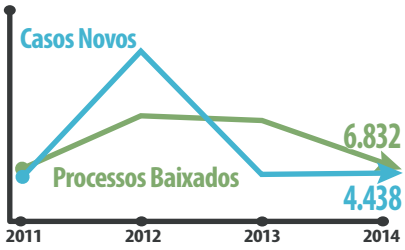


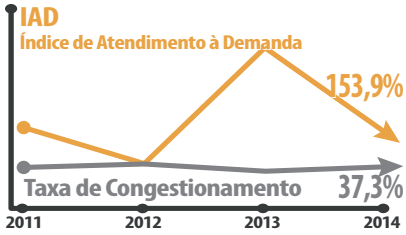


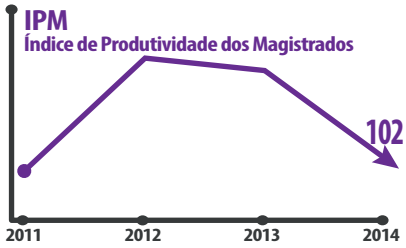
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

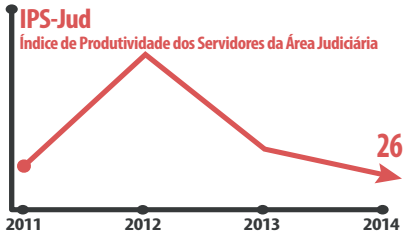
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.025	2.413	**4.438**	↑ 10,3%
Conhecimento	-	2.364	**2.364**	↓ -17,4%
Execução	-	49	**49**	↑ 75,0%
Julgados	1.562	3.882	**5.444**	↓ -52,8%
Conhecimento	-	3.870	**3.870**	↓ -63,0%
Execução	-	12	**12**	↑ 33,3%
Baixados	1.847	4.985	**6.832**	↓ -59,8%
Conhecimento	-	4.966	**4.966**	↓ -68,7%
Execução	-	19	**19**	↑ 35,7%
Estoque	699	5.763	**6.462**	↓ -66,7%
Conhecimento	-	5.581	**5.581**	↓ -70,0%
Execução	-	182	**182**	↑ 8,3%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	91,2%	206,6%	**153,9%**	↓ -268,2p.p.
Conhecimento	-	210,1%	**210,1%**	↓ -344,6p.p.
Execução	-	38,8%	**38,8%**	↓ -11,22p.p.
Taxa Congest.	32,2%	39,0%	**37,3%**	↑ 9,84p.p.
Conhecimento	-	37,5%	**37,5%**	↑ 11,49p.p.
Execução	-	91,8%	**91,8%**	↓ -1,08p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	289	40	**66**	↑ 10,3%
Carga de Trab.	556	136	**180**	↓ -49,9%
Proc. Julgados	223	65	**81**	↓ -52,8%
IPM (Baixados)	264	83	**102**	↓ -59,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	46	11	**17**	↑ 9,1%
Carga de Trab.	89	37	**45**	↓ -50,5%
IPS-Jud (Baixados)	42	22	**26**	↓ -60,2%







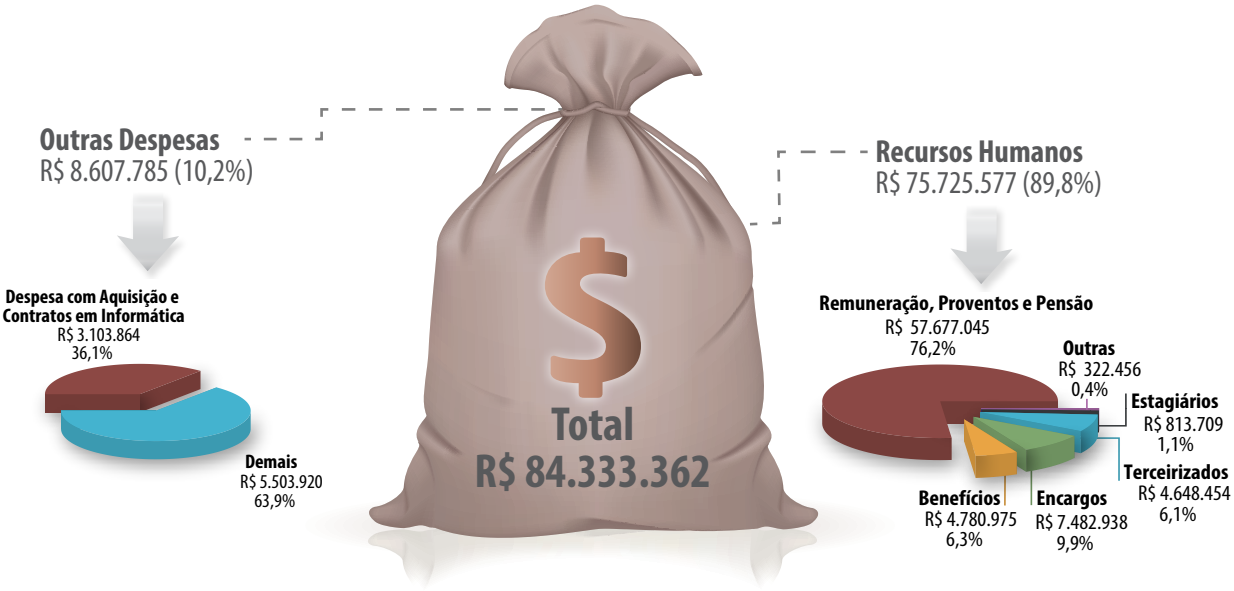


Assuntos mais recorrentes

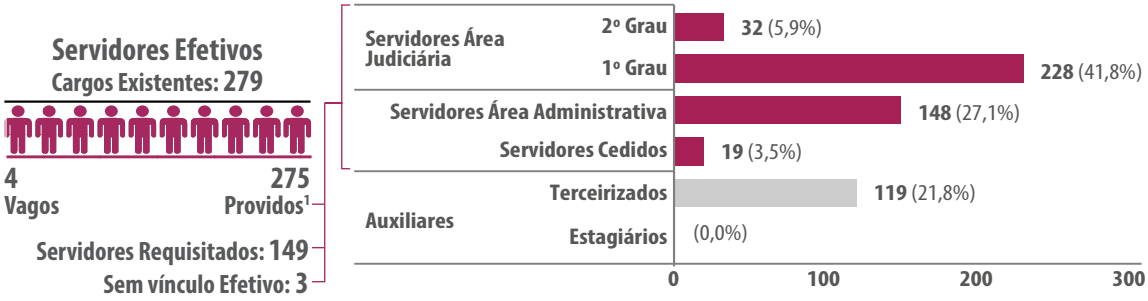
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	817
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	728
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	607
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	529
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	500
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	302
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	256
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Eleições - 1° Turno	108
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Eleições - 2° Turno	107
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Resultados	95

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Despesas



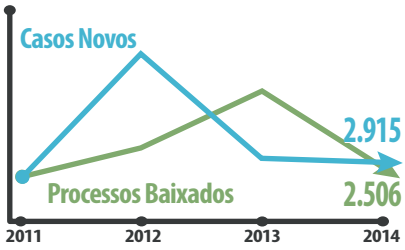
Força de Trabalho

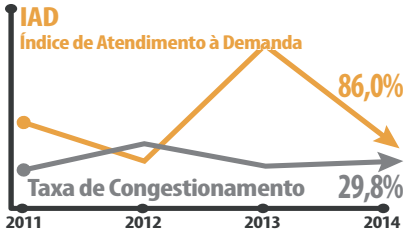


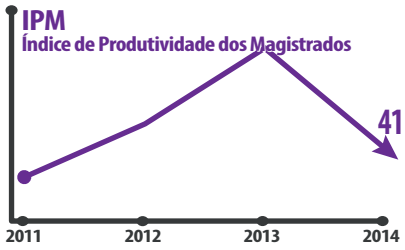
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

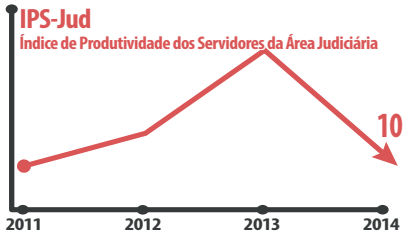
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.158	757	**2.915**	↓ -5,3%
Conhecimento	-	743	**743**	↓ -67,5%
Execução	-	14	**14**	↓ -17,6%
Julgados	1.866	853	**2.719**	↓ -64,2%
Conhecimento	-	843	**843**	↓ -87,5%
Execução	-	10	**10**	↑ 11,1%
Baixados	1.519	987	**2.506**	↓ -71,6%
Conhecimento	-	971	**971**	↓ -87,8%
Execução	-	16	**16**	↓ -27,3%
Estoque	159	496	**655**	↓ -91,7%
Conhecimento	-	485	**485**	↓ -93,7%
Execução	-	11	**11**	↓ -42,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	70,4%	130,4%	**86,0%**	↓ -200,4p.p.
Conhecimento	-	130,7%	**130,7%**	↓ -218,3p.p.
Execução	-	114,3%	**114,3%**	↓ -15,13p.p.
Taxa Congest.	34,4%	21,2%	**29,8%**	↑ 10,05p.p.
Conhecimento	-	20,9%	**20,9%**	↑ 0,78p.p.
Execução	-	36,0%	**36,0%**	↓ -2,89p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	308	14	**48**	↓ -5,3%
Carga de Trab.	349	23	**61**	↓ -66,6%
Proc. Julgados	267	16	**45**	↓ -64,2%
IPM (Baixados)	217	18	**41**	↓ -71,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	67	3	**11**	↓ -11,1%
Carga de Trab.	76	6	**14**	↓ -68,7%
IPS-Jud (Baixados)	47	4	**10**	↓ -73,3%









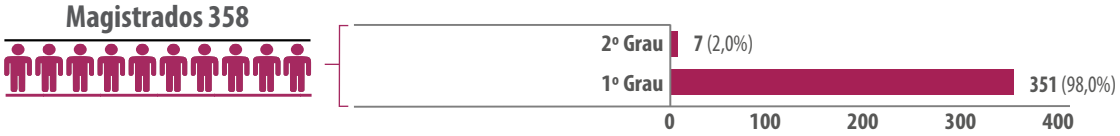
Assuntos mais recorrentes

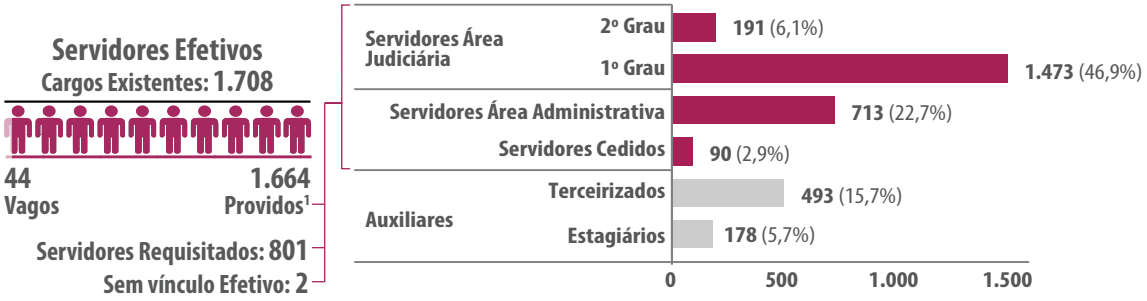
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Inscrição Eleitoral	16.636
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Domicílio Eleitoral	8.616
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	4.534
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Suspensão de Direitos Políticos	3.767
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	3.608
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	2.667
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.610
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais/Crimes contra o Serviço da Justiça Eleitoral	1.252
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais/Crimes contra o Sigilo ou o Exercício do Voto	1.013
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Restabelecimento dos Direitos Políticos	943

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Despesas

Força de Trabalho

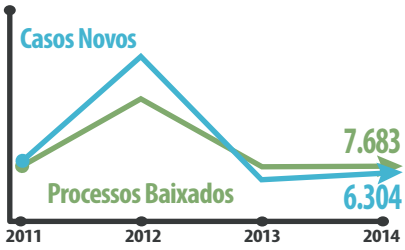


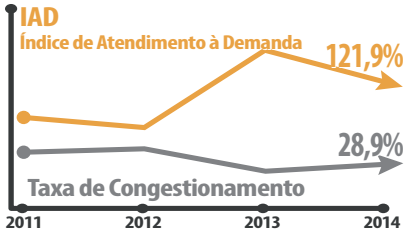


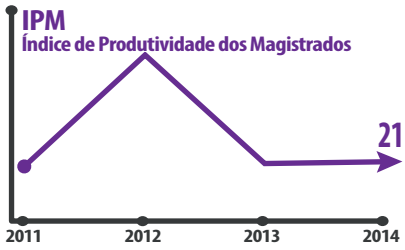
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

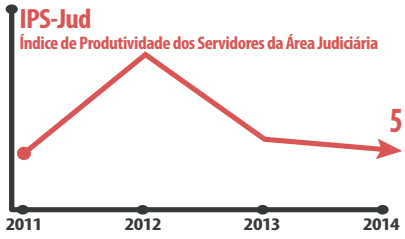
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	5.816	488	**6.304**	↑ 33,9%
Conhecimento	-	436	**436**	↓ -77,6%
Execução	-	52	**52**	↑ 23,8%
Julgados	5.343	972	**6.315**	↑ 21,8%
Conhecimento	-	958	**958**	↓ -51,3%
Execução	-	14	**14**	↑ 55,6%
Baixados	5.343	2.340	**7.683**	↑ 3,8%
Conhecimento	-	2.270	**2.270**	↓ -45,2%
Execução	-	70	**70**	↑ 27,3%
Estoque	819	3.690	**4.509**	↓ -0,7%
Conhecimento	-	3.542	**3.542**	↑ 11,7%
Execução	-	148	**148**	↑ 1,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	91,9%	479,5%	**121,9%**	↓ -35,40p.p.
Conhecimento	-	520,6%	**520,6%**	↑ 308,23p.p.
Execução	-	134,6%	**134,6%**	↑ 3,66p.p.
Taxa Congest.	19,5%	44,0%	**28,9%**	↑ 8,99p.p.
Conhecimento	-	42,9%	**42,9%**	↑ 23,81p.p.
Execução	-	65,0%	**65,0%**	↓ -5,74p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	831	1	**18**	↑ 33,9%
Carga de Trab.	1.086	12	**33**	↑ 13,8%
Proc. Julgados	763	3	**18**	↑ 21,8%
IPM (Baixados)	763	7	**21**	↑ 3,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	30		**4**	↑ 14,0%
Carga de Trab.	40	3	**7**	↓ -3,2%
IPS-Jud (Baixados)	28	2	**5**	↓ -11,7%







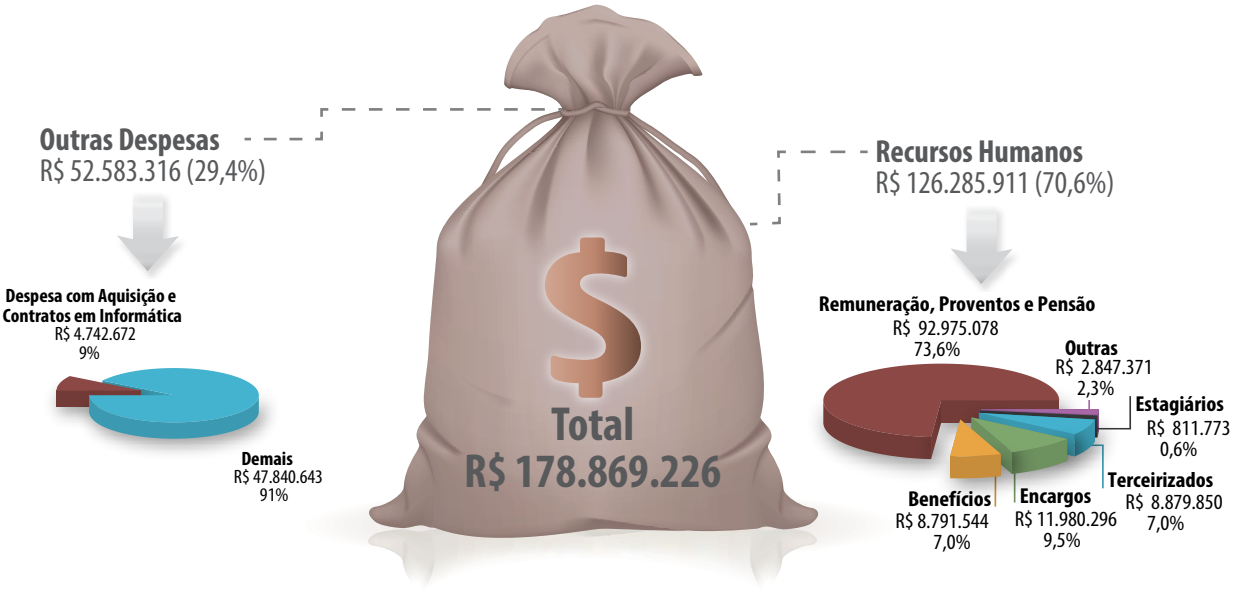


Assuntos mais recorrentes

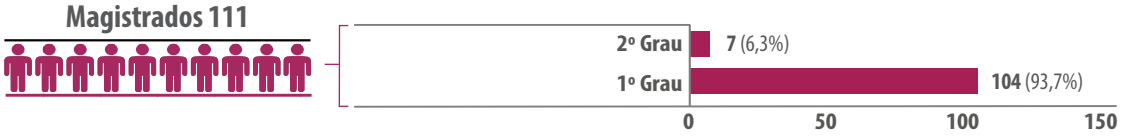
DIREITOELEITORAL: Eleições/Candidatos	8.396
DIREITOELEITORAL: Eleições/RecursosFinanceirosdeCampanhaEleitoral	4.447
DIREITOELEITORAL: Eleições/Cargos	4.008
DIREITOELEITORAL: Eleições/PropagandaPolítica-PropagandaEleitoral	2.446
DIREITOELEITORAL: DireitosPolíticos/DireitosPolíticos-SuspensãodeDireitosPolíticos	1.478
DIREITOELEITORAL: PartidosPolíticos/Filiação/Desfiliação	1.363
DIREITOELEITORAL: AlistamentoEleitoral/AlistamentoEleitoral-Cancelamento	1.116
DIREITOELEITORAL: DireitosPolíticos/DireitosPolíticos-RestabelecimentodosDireitosPolíticos	821
DIREITOELEITORAL: PartidosPolíticos/ÓrgãodeDireçãoPartidária	750
DIREITOELEITORAL: Requerimento	494

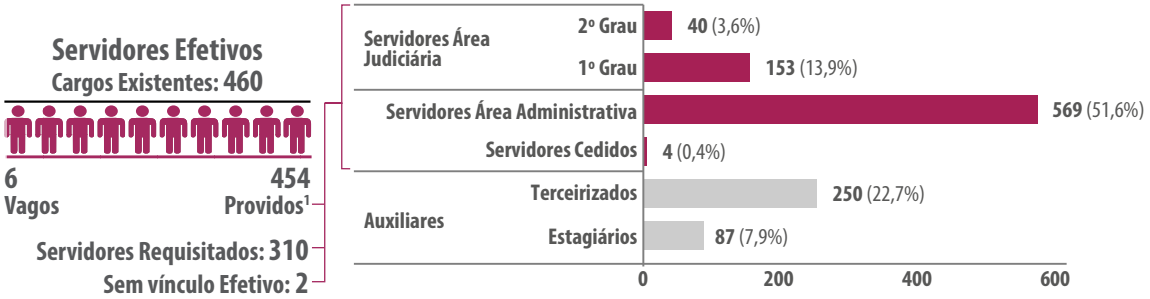
Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Despesas



Força de Trabalho

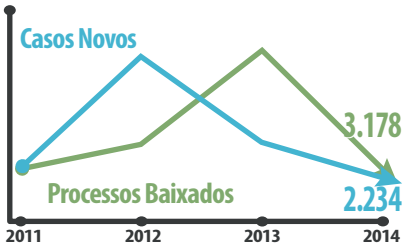


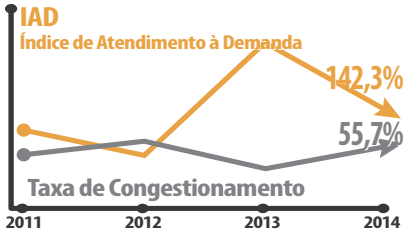


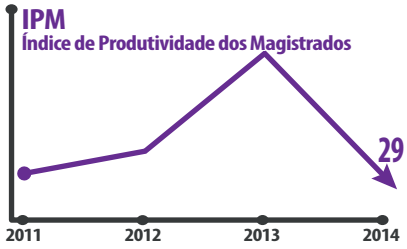
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

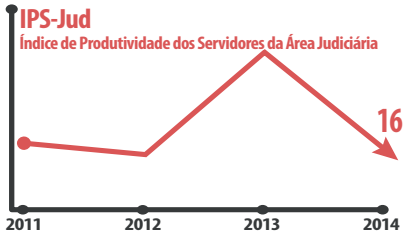
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.077	157	**2.234**	↓ -68,7%
Conhecimento	-	134	**134**	↓ -98,0%
Execução	-	23	**23**	↓ -42,5%
Julgados	1.713	1.652	**3.365**	↓ -80,0%
Conhecimento	-	1.641	**1.641**	↓ -89,8%
Execução	-	11	**11**	↓ -8,3%
Baixados	940	2.238	**3.178**	↓ -84,6%
Conhecimento	-	2.202	**2.202**	↓ -89,0%
Execução	-	36	**36**	↓ -33,3%
Estoque	270	4.670	**4.940**	↓ -67,5%
Conhecimento	-	4.546	**4.546**	↓ -69,3%
Execução	-	124	**124**	↓ -10,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	45,3%	1425,5%	**142,3%**	↓ -147,0p.p.
Conhecimento	-	1643,3%	**1643,3%**	↑ 1337,1p.p.
Execução	-	156,5%	**156,5%**	↑ 21,52p.p.
Taxa Congest.	59,9%	53,6%	**55,7%**	↑ 48,01p.p.
Conhecimento	-	52,9%	**52,9%**	↑ 46,76p.p.
Execução	-	75,5%	**75,5%**	↑ 5,85p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	297	2	**20**	↓ -68,7%
Carga de Trab.	407	46	**69**	↓ -65,8%
Proc. Julgados	245	16	**30**	↓ -80,0%
IPM (Baixados)	134	22	**29**	↓ -84,6%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	52	1	**12**	↓ -23,0%
Carga de Trab.	71	32	**40**	↓ -16,1%
IPS-Jud (Baixados)	24	15	**16**	↓ -62,2%







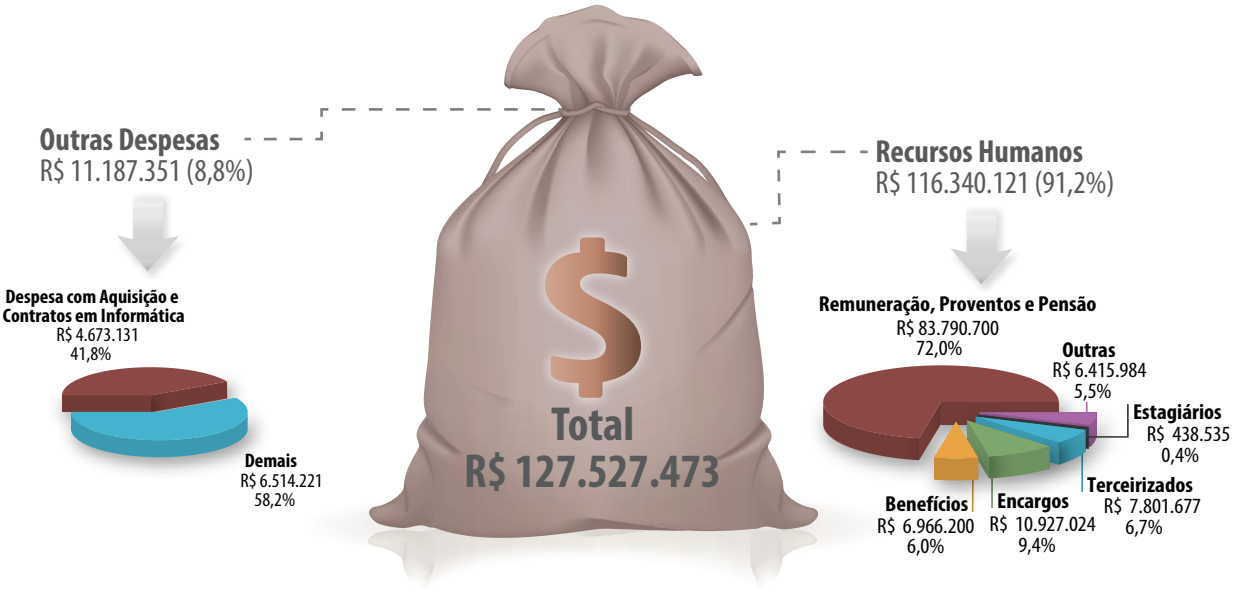


Assuntos mais recorrentes

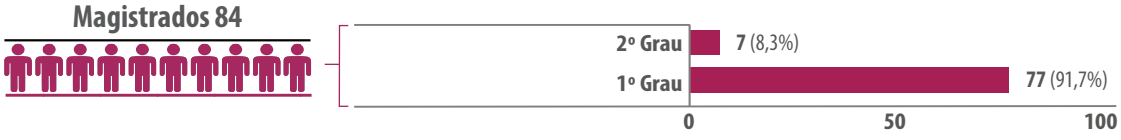
*não encaminhou a informação solicitada.

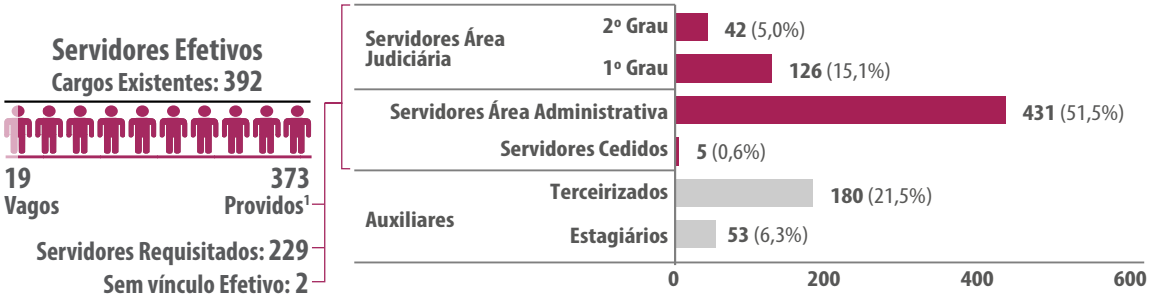
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Despesas



Força de Trabalho

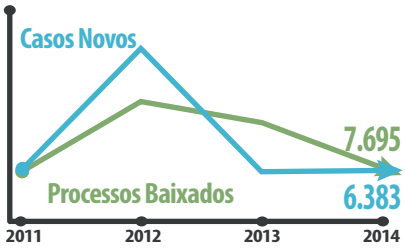


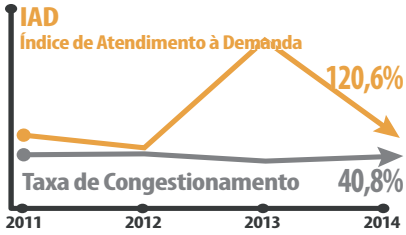


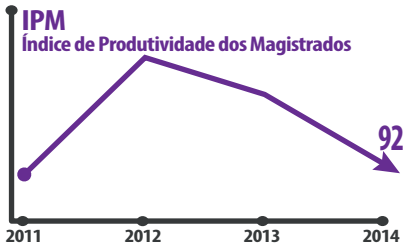
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.184	4.199	**6.383**	↑ 6,5%
Conhecimento	-	4.182	**4.182**	↓ -22,3%
Execução	-	17	**17**	↑ 6,3%
Julgados	1.846	3.311	**5.157**	↓ -61,2%
Conhecimento	-	3.305	**3.305**	↓ -73,9%
Execução	-	6	**6**	↓ -53,8%
Baixados	1.786	5.909	**7.695**	↓ -61,5%
Conhecimento	-	5.890	**5.890**	↓ -69,6%
Execução	-	19	**19**	↓ -40,6%
Estoque	454	6.171	**6.625**	↓ -69,0%
Conhecimento	-	6.093	**6.093**	↓ -70,5%
Execução	-	78	**78**	↑ 11,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	81,8%	140,7%	**120,6%**	↓ -212,4p.p.
Conhecimento	-	140,8%	**140,8%**	↓ -218,8p.p.
Execução	-	111,8%	**111,8%**	↓ -88,24p.p.
Taxa Congest.	32,3%	43,0%	**40,8%**	↑ 13,73p.p.
Conhecimento	-	42,7%	**42,7%**	↑ 17,07p.p.
Execução	-	80,0%	**80,0%**	↑ 17,21p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	312	55	**76**	↑ 6,5%
Carga de Trab.	419	135	**158**	↓ -51,6%
Proc. Julgados	264	43	**61**	↓ -61,2%
IPM (Baixados)	255	77	**92**	↓ -61,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	52	33	**38**	↑ 7,7%
Carga de Trab.	70	82	**79**	↓ -51,1%
IPS-Jud (Baixados)	43	47	**46**	↓ -61,0%







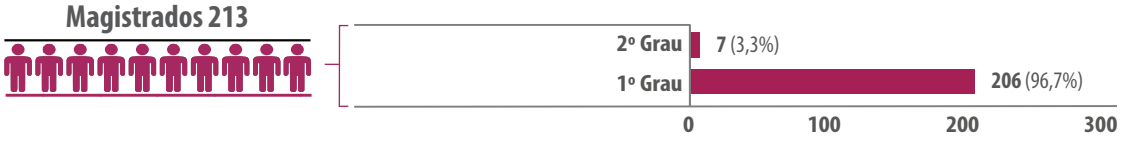
Assuntos mais recorrentes

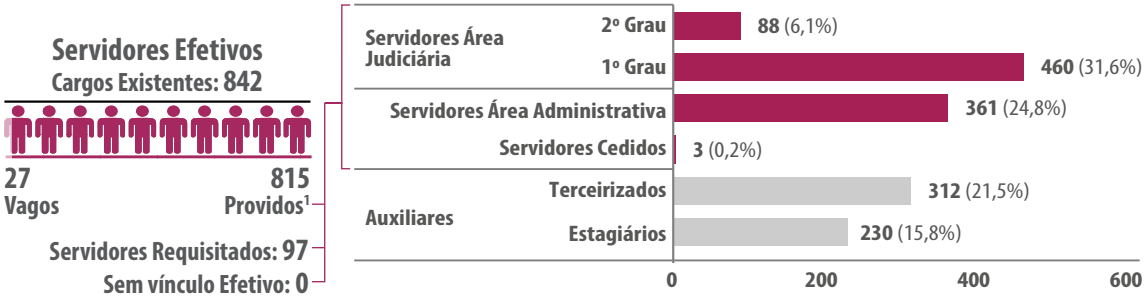
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	2.418
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	1.369
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral	1.069
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	897
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	638
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	596
DIREITO ELEITORAL: Eleições	417
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	228
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	167
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	128

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Despesas

Força de Trabalho

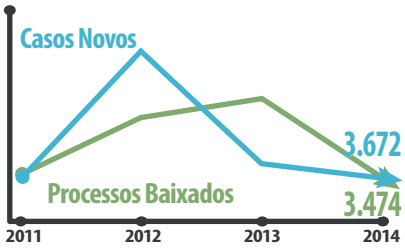


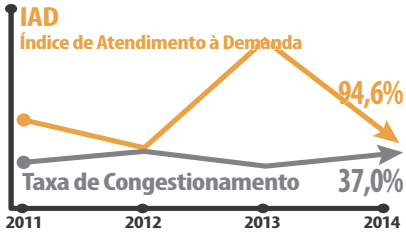


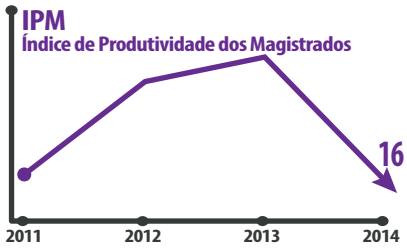
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	2.049	1.623	**3.672**	↓ -54,2%
Conhecimento	-	1.573	**1.573**	↓ -77,5%
Execução	-	50	**50**	↑ 31,6%
Julgados	3.412	1.718	**5.130**	↓ -81,7%
Conhecimento	-	1.691	**1.691**	↓ -93,7%
Execução	-	27	**27**	↑ 92,9%
Baixados	1.240	2.234	**3.474**	↓ -88,1%
Conhecimento	-	2.196	**2.196**	↓ -92,2%
Execução	-	38	**38**	↑ 40,7%
Estoque	415	1.424	**1.839**	↓ -92,2%
Conhecimento	-	1.138	**1.138**	↓ -95,1%
Execução	-	286	**286**	↑ 11,3%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	60,5%	137,6%	**94,6%**	↓ -268,1p.p.
Conhecimento	-	139,6%	**139,6%**	↓ -263,4p.p.
Execução	-	76,0%	**76,0%**	↑ 4,95p.p.
Taxa Congest.	49,7%	26,7%	**37,0%**	↑ 28,89p.p.
Conhecimento	-	19,0%	**19,0%**	↑ 12,76p.p.
Execução	-	88,7%	**88,7%**	↓ -2,16p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	293	8	**17**	↓ -54,2%
Carga de Trab.	381	15	**27**	↓ -82,1%
Proc. Julgados	487	8	**24**	↓ -81,7%
IPM (Baixados)	177	11	**16**	↓ -88,1%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	23	4	**7**	↓ -59,9%
Carga de Trab.	30	7	**10**	↓ -84,3%
IPS-Jud (Baixados)	14	5	**6**	↓ -89,5%







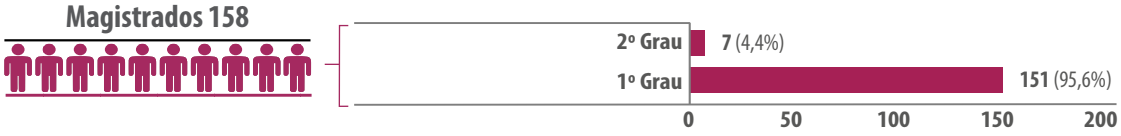
Assuntos mais recorrentes

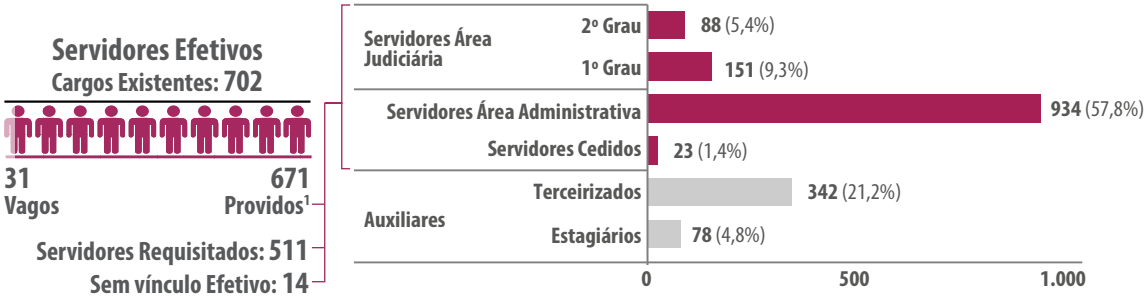
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	3.961
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.433
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	1.341
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	1.169
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	449
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	343
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	103
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	94
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Pesquisa Eleitoral	63
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos	51

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Despesas

Força de Trabalho

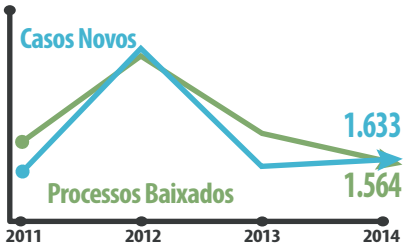


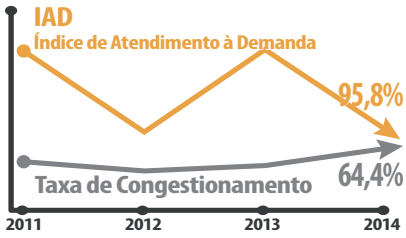


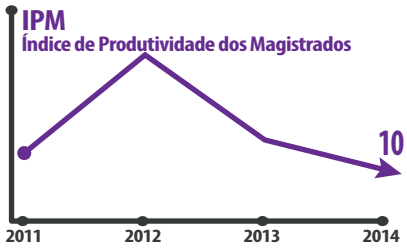
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

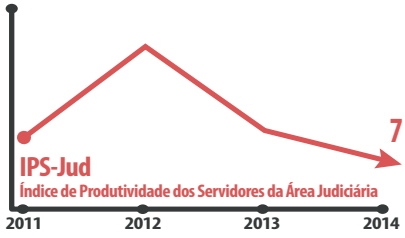
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.529	104	**1.633**	↑ 40,2%
Conhecimento	-	93	**93**	↓ -80,5%
Execução	-	11	**11**	↓ -26,7%
Julgados	1.490	77	**1.567**	↑ 25,4%
Conhecimento	-	76	**76**	↓ -68,7%
Execução	-	1	**1**	
Baixados	956	608	**1.564**	↓ -45,4%
Conhecimento	-	591	**591**	↓ -67,2%
Execução	-	17	**17**	↓ -89,3%
Estoque	196	2.567	**2.763**	↓ -7,6%
Conhecimento	-	2.458	**2.458**	↑ 3,4%
Execução	-	109	**109**	↓ -40,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	62,5%	584,6%	**95,8%**	↓ -149,9p.p.
Conhecimento	-	635,5%	**635,5%**	↑ 258,91p.p.
Execução	-	154,5%	**154,5%**	↓ -905,4p.p.
Taxa Congest.	44,6%	77,2%	**64,4%**	↑ 33,34p.p.
Conhecimento	-	76,8%	**76,8%**	↑ 39,86p.p.
Execução	-	85,8%	**85,8%**	↑ 66,14p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	218	1	**10**	↑ 46,4%
Carga de Trab.	276	19	**30**	↑ 9,8%
Proc. Julgados	213	1	**10**	↑ 30,9%
IPM (Baixados)	137	4	**10**	↓ -43,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	17	1	**7**	↑ 33,7%
Carga de Trab.	22	19	**20**	↑ 0,3%
IPS-Jud (Baixados)	11	4	**7**	↓ -47,9%







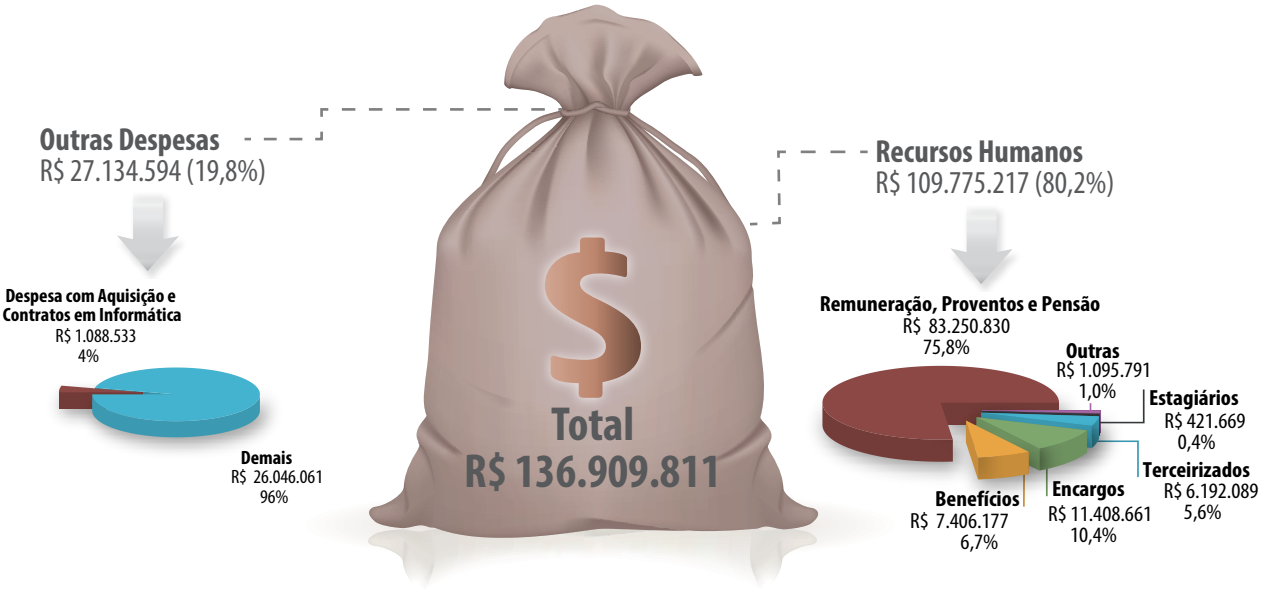


Assuntos mais recorrentes

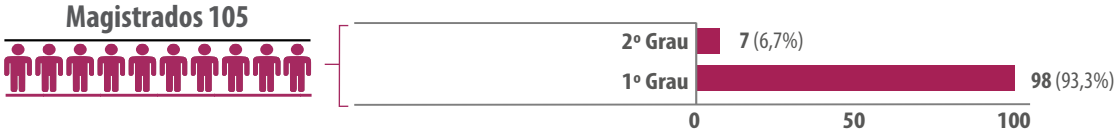
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	3.145
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	2.730
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	1.773
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.566
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	566
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	383
DIREITO ELEITORAL: Eleições	341
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral/Servidor	256
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Duplicidade/Pluralidade	220
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	212

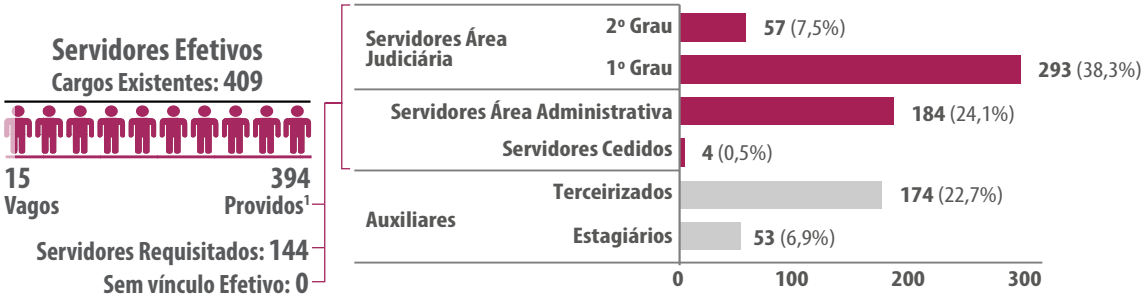
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Despesas



Força de Trabalho

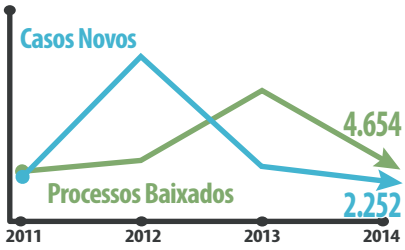


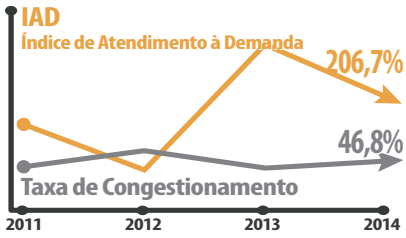


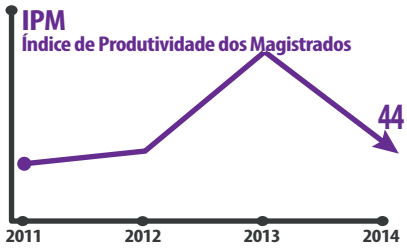
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+Servidores Requisitados extraordinariamente para realização de eleição+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

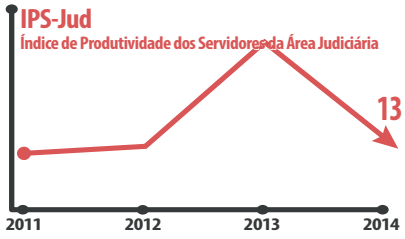
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	895	1.357	**2.252**	↓ -40,6%
Conhecimento	-	1.350	**1.350**	↓ -56,9%
Execução	-	7	**7**	↓ -63,2%
Julgados	623	1.878	**2.501**	↓ -73,1%
Conhecimento	-	1.876	**1.876**	↓ -78,0%
Execução	-	2	**2**	↓ -50,0%
Baixados	579	4.075	**4.654**	↓ -62,1%
Conhecimento	-	4.066	**4.066**	↓ -64,7%
Execução	-	9	**9**	↑ 800,0%
Estoque	220	6.277	**6.497**	↓ -51,2%
Conhecimento	-	6.244	**6.244**	↓ -51,7%
Execução	-	33	**33**	↑ 73,7%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	64,7%	300,3%	**206,7%**	↓ -117,1p.p.
Conhecimento	-	301,2%	**301,2%**	↓ -66,70p.p.
Execução	-	128,6%	**128,6%**	↑ 123,31p.p.
Taxa Congest.	48,1%	46,6%	**46,8%**	↑ 18,64p.p.
Conhecimento	-	46,5%	**46,5%**	↑ 18,09p.p.
Execução	-	77,5%	**77,5%**	↓ -19,87p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	128	14	**21**	↓ -40,6%
Carga de Trab.	185	78	**85**	↓ -48,4%
Proc. Julgados	89	19	**24**	↓ -73,1%
IPM (Baixados)	83	42	**44**	↓ -62,1%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	16	5	**6**	↓ -42,1%
Carga de Trab.	23	26	**26**	↓ -49,7%
IPS-Jud (Baixados)	10	14	**13**	↓ -63,1%









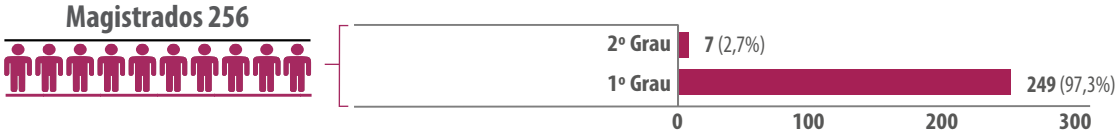
Assuntos mais recorrentes

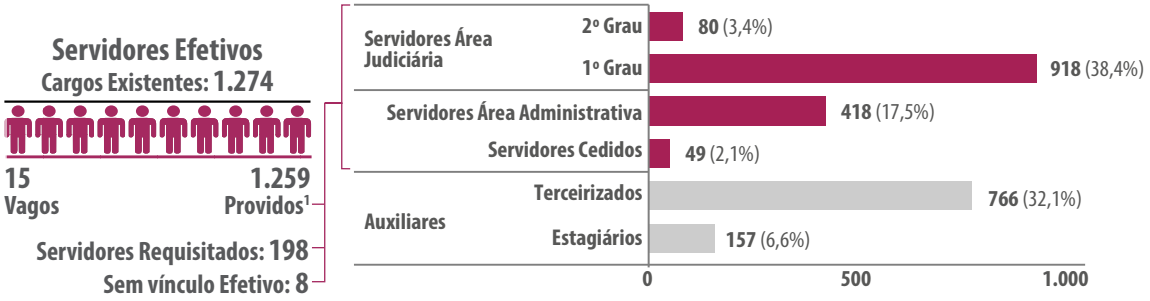
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.086
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	1.044
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	790
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Cancelamento	647
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	420
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Eleições - 1° Turno	412
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	410
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	407
DIREITO ELEITORAL: Eleições	317
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	191

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

Despesas

Força de Trabalho

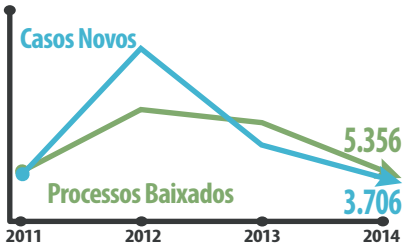


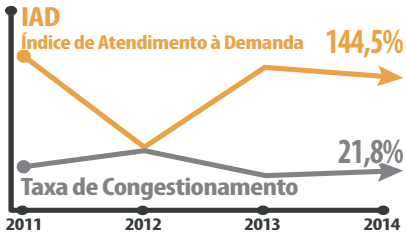


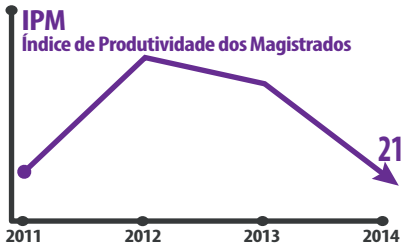
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

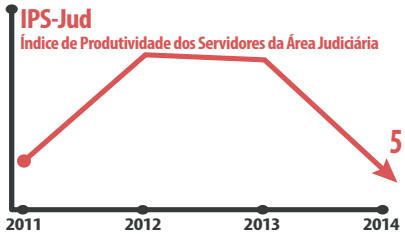
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.586	2.120	**3.706**	↓ -75,0%
Conhecimento	-	2.065	**2.065**	↓ -82,7%
Execução	-	55	**55**	↑ 22,2%
Julgados	2.211	3.836	**6.047**	↓ -75,5%
Conhecimento	-	3.825	**3.825**	↓ -83,7%
Execução	-	11	**11**	↑ 10,0%
Baixados	1.424	3.932	**5.356**	↓ -76,2%
Conhecimento	-	3.927	**3.927**	↓ -81,7%
Execução	-	5	**5**	↓ -61,5%
Estoque	824	2.317	**3.141**	↓ -75,2%
Conhecimento	-	2.073	**2.073**	↓ -81,7%
Execução	-	244	**244**	↑ 23,9%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	89,8%	185,5%	**144,5%**	↓ -7,73p.p.
Conhecimento	-	190,2%	**190,2%**	↑ 10,43p.p.
Execução	-	9,1%	**9,1%**	↓ -19,80p.p.
Taxa Congest.	40,9%	11,4%	**21,8%**	↑ 3,85p.p.
Conhecimento	-	5,1%	**5,1%**	↓ -2,65p.p.
Execução	-	98,3%	**98,3%**	↑ 3,70p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	227	9	**14**	↓ -75,0%
Carga de Trab.	612	18	**34**	↓ -68,7%
Proc. Julgados	316	15	**24**	↓ -75,5%
IPM (Baixados)	203	16	**21**	↓ -76,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	20	2	**4**	↓ -75,2%
Carga de Trab.	54	5	**9**	↓ -68,9%
IPS-Jud (Baixados)	18	4	**5**	↓ -76,5%









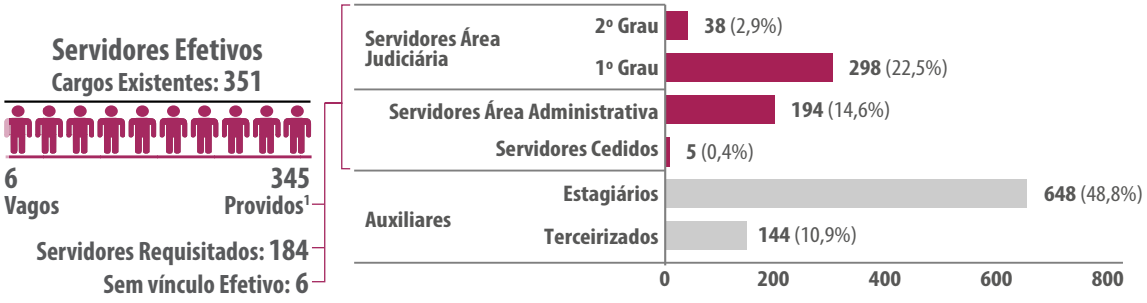
Assuntos mais recorrentes

DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	7.640
DIREITO ELEITORAL: Eleições	6.220
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	5.801
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	4.720
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	3.247
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	2.887
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	1.976
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Eleições - 1° Turno	1.319
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Eleições - 2° Turno	1.272
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	1.248

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Despesas

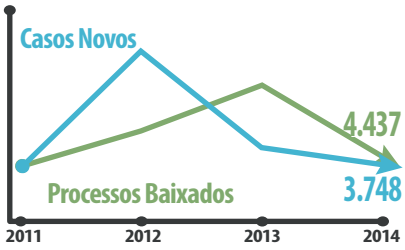
Força de Trabalho

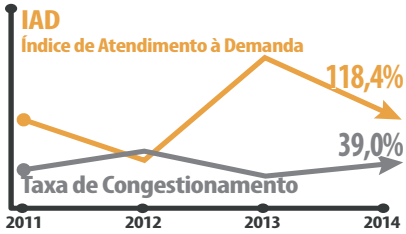


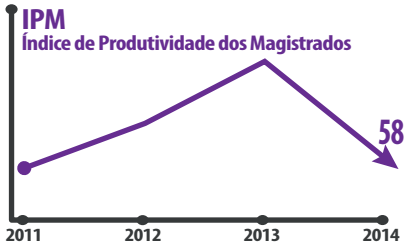
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

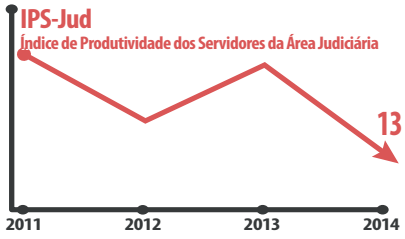
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.570	2.178	**3.748**	↓ -31,7%
Conhecimento	-	2.164	**2.164**	↓ -55,3%
Execução	-	14	**14**	↑ 55,6%
Julgados	1.309	2.633	**3.942**	↓ -63,7%
Conhecimento	-	2.620	**2.620**	↓ -74,2%
Execução	-	13	**13**	↑ 30,0%
Baixados	1.804	2.633	**4.437**	↓ -60,4%
Conhecimento	-	2.613	**2.613**	↓ -74,5%
Execução	-	20	**20**	↑ 17,6%
Estoque	247	3.282	**3.529**	↓ -59,8%
Conhecimento	-	3.153	**3.153**	↓ -63,1%
Execução	-	129	**129**	↓ -5,8%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	114,9%	120,9%	**118,4%**	↓ -85,90p.p.
Conhecimento	-	120,7%	**120,7%**	↓ -90,55p.p.
Execução	-	142,9%	**142,9%**	↓ -46,03p.p.
Taxa Congest.	0,7%	51,8%	**39,0%**	↑ 17,68p.p.
Conhecimento	-	50,9%	**50,9%**	↑ 27,30p.p.
Execução	-	86,0%	**86,0%**	↓ -2,34p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	224	32	**49**	↓ -31,7%
Carga de Trab.	278	79	**98**	↓ -48,4%
Proc. Julgados	187	38	**52**	↓ -63,7%
IPM (Baixados)	258	38	**58**	↓ -60,4%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	41	7	**11**	↓ -30,1%
Carga de Trab.	51	18	**22**	↓ -47,1%
IPS-Jud (Baixados)	47	9	**13**	↓ -59,5%









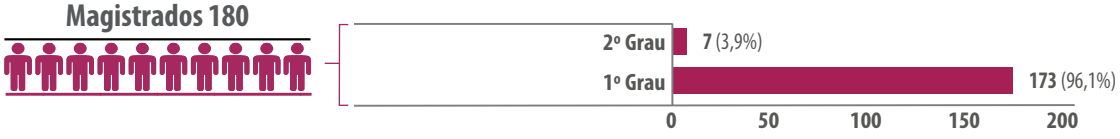
Assuntos mais recorrentes

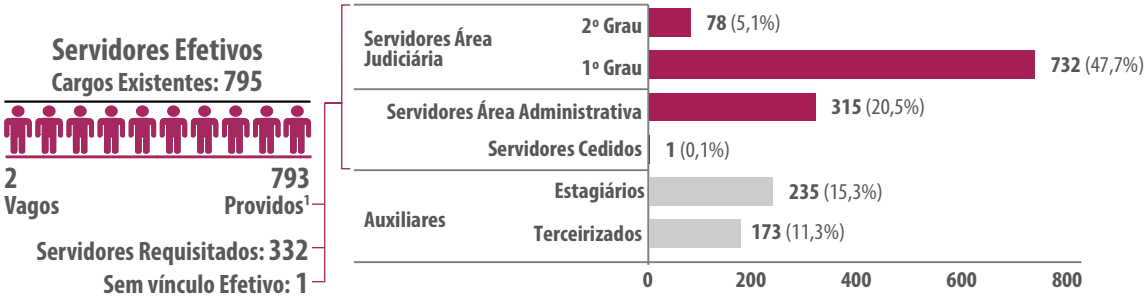
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Inscrição Eleitoral	47.489
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Domicílio Eleitoral	35.931
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	1.192
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	1.145
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Suspensão de Direitos Políticos	1.070
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Eleições - 1° Turno	636
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	482
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Eleições - Eleição Proporcional	375
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Restabelecimento dos Direitos Políticos	351
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Impugnação - Alistamento Eleitoral	337

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

Despesas

Força de Trabalho

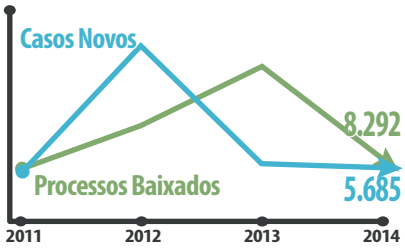


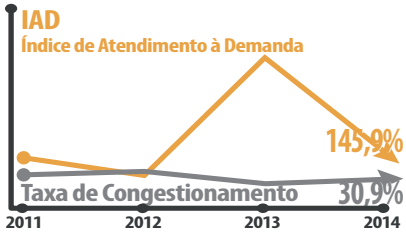


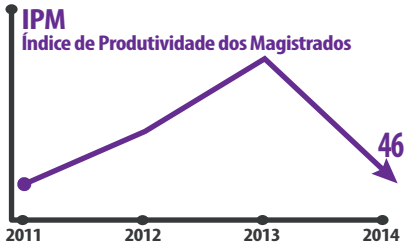
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

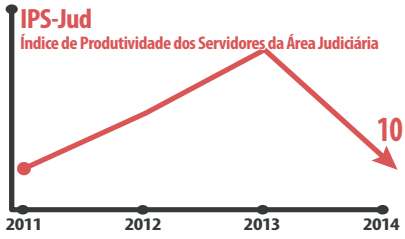
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	3.108	2.577	**5.685**	↓ -11,7%
Conhecimento	-	2.538	**2.538**	↓ -54,0%
Execução	-	39	**39**	↑ 333,3%
Julgados	3.137	3.110	**6.247**	↓ -71,8%
Conhecimento	-	3.107	**3.107**	↓ -85,9%
Execução	-	3	**3**	↓ -85,7%
Baixados	1.599	6.693	**8.292**	↓ -77,5%
Conhecimento	-	6.664	**6.664**	↓ -81,2%
Execução	-	29	**29**	↓ -27,5%
Estoque	324	5.988	**6.312**	↓ -80,7%
Conhecimento	-	5.957	**5.957**	↓ -81,4%
Execução	-	31	**31**	↓ -75,4%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	51,4%	259,7%	**145,9%**	↓ -426,9p.p.
Conhecimento	-	262,6%	**262,6%**	↓ -381,8p.p.
Execução	-	74,4%	**74,4%**	↓ -370,0p.p.
Taxa Congest.	53,4%	21,9%	**30,9%**	↑ 25,08p.p.
Conhecimento	-	21,6%	**21,6%**	↑ 16,44p.p.
Execução	-	58,6%	**58,6%**	↓ -11,80p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	444	15	**32**	↓ -11,7%
Carga de Trab.	512	50	**68**	↓ -69,1%
Proc. Julgados	448	18	**35**	↓ -71,8%
IPM (Baixados)	228	39	**46**	↓ -77,5%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	40	4	**7**	↓ -12,0%
Carga de Trab.	46	12	**15**	↓ -69,2%
IPS-Jud (Baixados)	21	9	**10**	↓ -77,6%









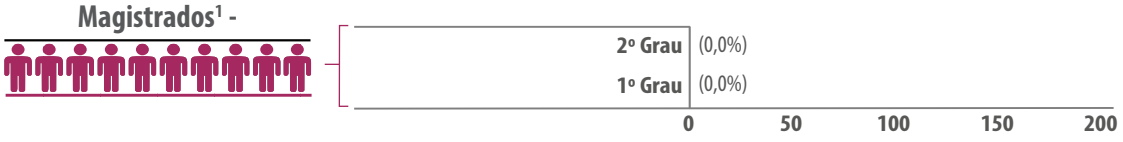
Assuntos mais recorrentes

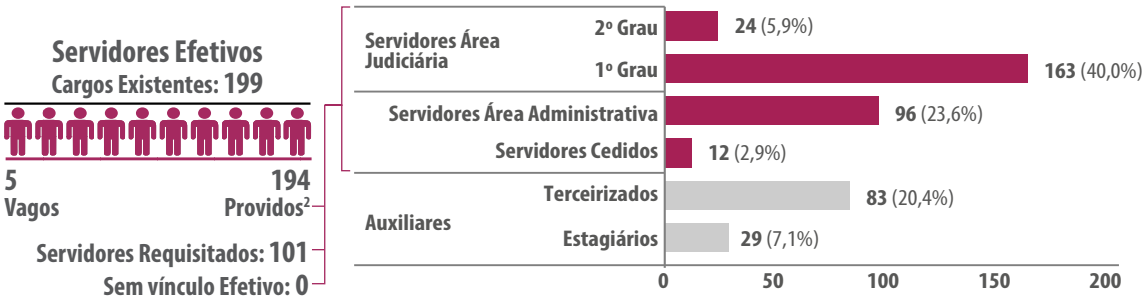
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	3.645
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	1.486
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	1.244
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	1.156
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	626
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	507
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	284
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	131
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	104
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos	99

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Despesas

Força de Trabalho

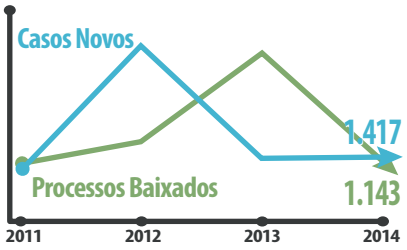


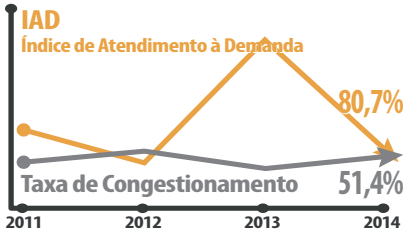


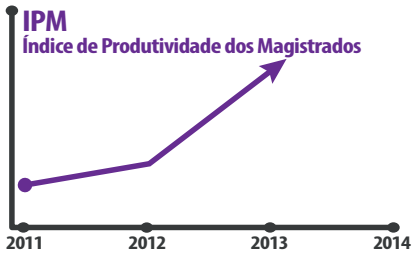
1 Não foram informados os dados dos magistrados
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

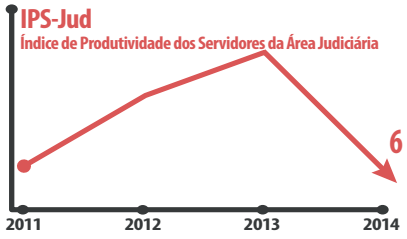
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.030	387	**1.417**	↑ 9,5%
Conhecimento	-	374	**374**	↓ -62,4%
Execução	-	13	**13**	↑ 18,2%
Julgados	540	638	**1.178**	↓ -71,5%
Conhecimento	-	633	**633**	↓ -83,2%
Execução	-	5	**5**	↓ -58,3%
Baixados	472	671	**1.143**	↓ -81,5%
Conhecimento	-	663	**663**	↓ -88,5%
Execução	-	8	**8**	↓ -38,5%
Estoque	57	878	**935**	↓ -83,8%
Conhecimento	-	835	**835**	↓ -84,9%
Execução	-	43	**43**	↓ -15,7%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	45,8%	173,4%	**80,7%**	↓ -395,6p.p.
Conhecimento	-	177,3%	**177,3%**	↓ -400,7p.p.
Execução	-	61,5%	**61,5%**	↓ -56,64p.p.
Taxa Congest.	56,6%	47,0%	**51,4%**	↑ 38,69p.p.
Conhecimento	-	45,2%	**45,2%**	↑ 33,05p.p.
Execução	-	85,7%	**85,7%**	↑ 6,68p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	-	-	-	
Carga de Trab.	-	-	-	
Proc. Julgados	-	-	-	
IPM (Baixados)	-	-	-	
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	43	2	**8**	↓ -2,2%
Carga de Trab.	50	8	**13**	↓ -69,0%
IPS-Jud (Baixados)	20	4	**6**	↓ -83,4%







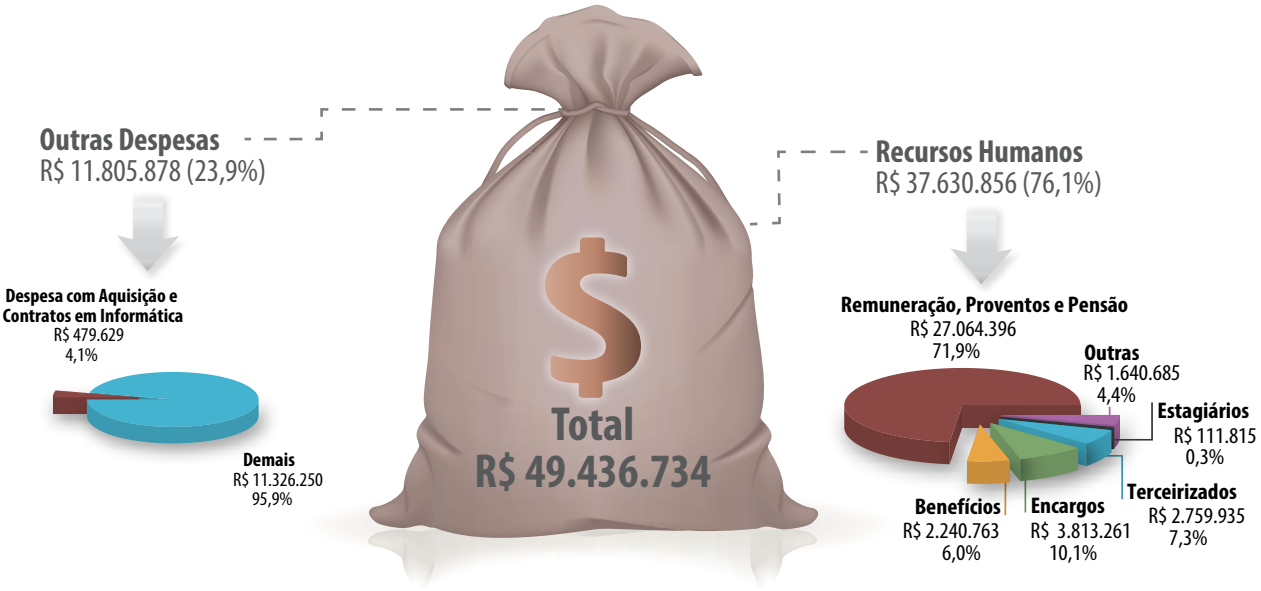


Assuntos mais recorrentes

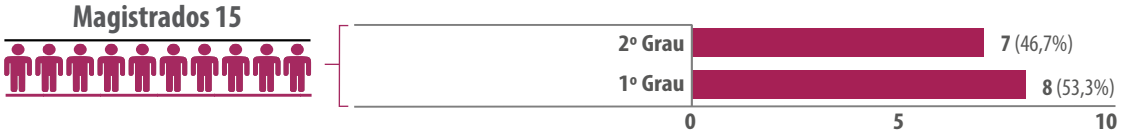
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	1.246
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	395
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	145
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	97
DIREITO ELEITORAL: Eleições	96
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	81
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	67
DIREITO ELEITORAL: Requerimento	64
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral	58
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	46

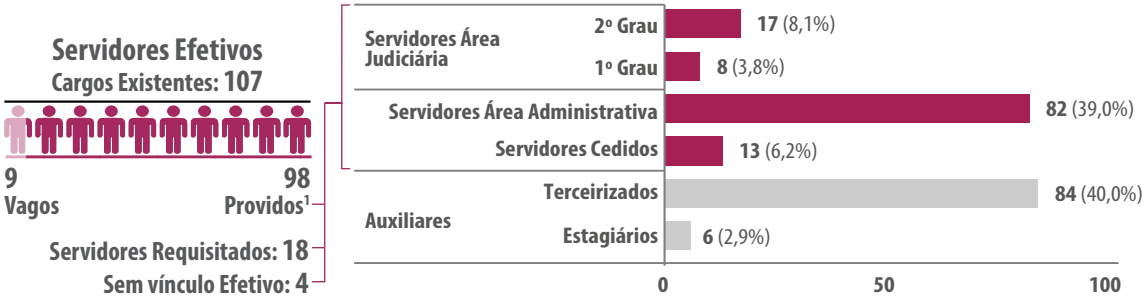
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

Despesas



Força de Trabalho

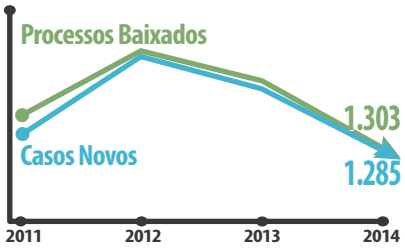


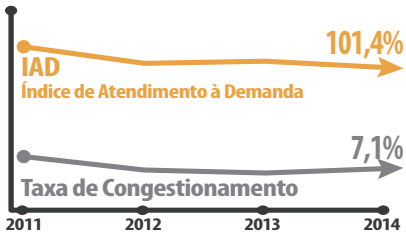


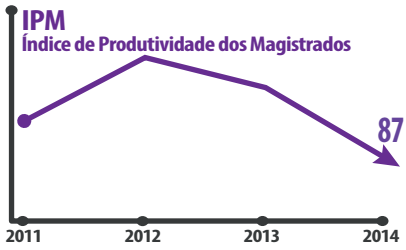
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

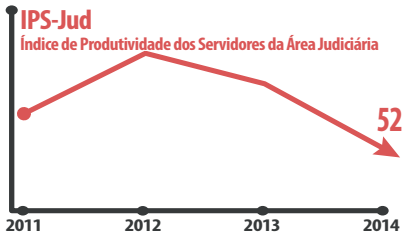
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.049	236	**1.285**	↓ -44,9%
Conhecimento	-	233	**233**	↓ -89,7%
Execução	-	3	**3**	↓ -25,0%
Julgados	1.047	256	**1.303**	↓ -47,0%
Conhecimento	-	245	**245**	↓ -89,6%
Execução	-	11	**11**	
Baixados	1.047	256	**1.303**	↓ -47,0%
Conhecimento	-	245	**245**	↓ -89,6%
Execução	-	11	**11**	
Estoque	54	64	**118**	↓ -48,2%
Conhecimento	-	37	**37**	↓ -74,7%
Execução	-	27	**27**	↑ 350,0%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	99,8%	108,5%	**101,4%**	↓ -4,04p.p.
Conhecimento	-	105,2%	**105,2%**	↑ 0,31p.p.
Execução	-	366,7%	**366,7%**	↑ 366,67p.p.
Taxa Congest.	5,1%	14,7%	**7,1%**	↑ 3,18p.p.
Conhecimento	-	9,3%	**9,3%**	↑ 7,72p.p.
Execução	-	63,3%	**63,3%**	↓ -36,67p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	150	30	**86**	↓ -44,9%
Carga de Trab.	166	38	**98**	↓ -43,3%
Proc. Julgados	150	32	**87**	↓ -47,0%
IPM (Baixados)	150	32	**87**	↓ -47,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	62	30	**51**	↓ -44,9%
Carga de Trab.	68	38	**59**	↓ -43,3%
IPS-Jud (Baixados)	62	32	**52**	↓ -47,0%









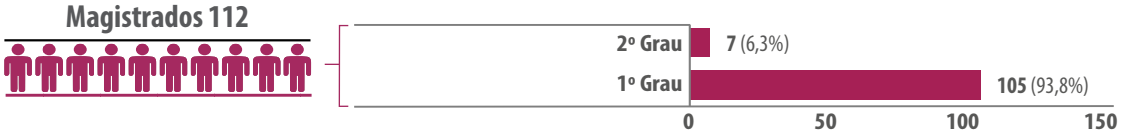
Assuntos mais recorrentes

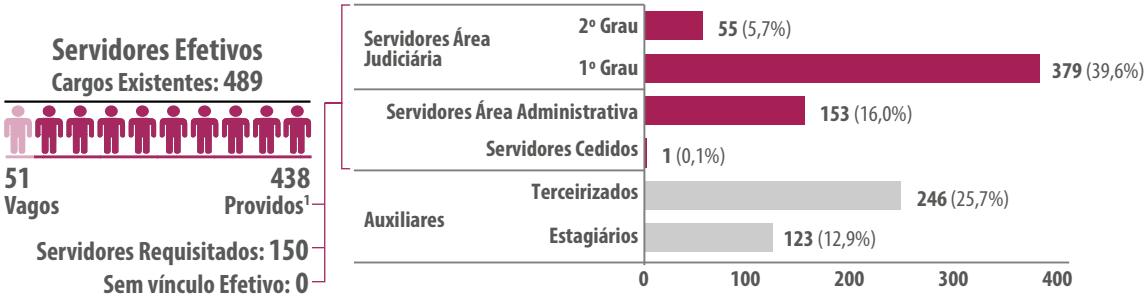
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	2.894
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	2.894
DIREITO ELEITORAL: Eleições	2.491
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	1.124
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	409
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	123
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral/Servidor	72
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral	62
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	44
DIREITO ELEITORAL: Garantias Processuais/Cautelar Inominada	44

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Despesas

Força de Trabalho

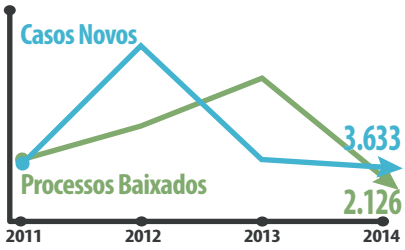


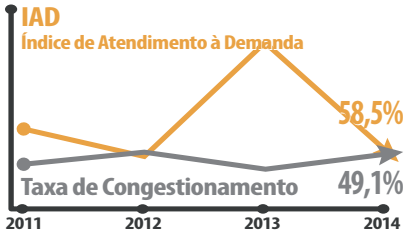


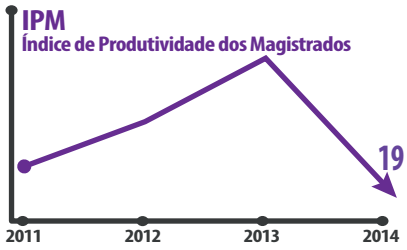
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

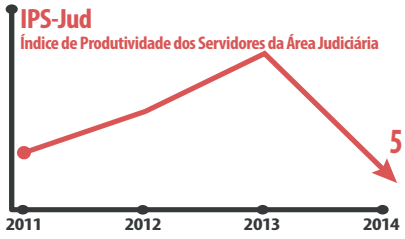
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.137	2.496	**3.633**	↓ -28,8%
Conhecimento	-	2.485	**2.485**	↓ -40,6%
Execução	-	11	**11**	↑ 37,5%
Julgados	1.132	2.567	**3.699**	↓ -78,9%
Conhecimento	-	2.556	**2.556**	↓ -84,3%
Execução	-	11	**11**	↑ 37,5%
Baixados	701	1.425	**2.126**	↓ -89,7%
Conhecimento	-	1.416	**1.416**	↓ -92,7%
Execução	-	9	**9**	↓ -10,0%
Estoque	282	259	**541**	↓ -96,6%
Conhecimento	-	220	**220**	↓ -98,6%
Execução	-	39	**39**	↓ -4,9%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	61,7%	57,1%	**58,5%**	↓ -344,4p.p.
Conhecimento	-	57,0%	**57,0%**	↓ -407,7p.p.
Execução	-	81,8%	**81,8%**	↓ -43,18p.p.
Taxa Congest.	50,6%	48,3%	**49,1%**	↑ 46,54p.p.
Conhecimento	-	47,7%	**47,7%**	↑ 46,57p.p.
Execução	-	82,0%	**82,0%**	↑ 2,41p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	162	24	**32**	↓ -28,8%
Carga de Trab.	234	26	**39**	↓ -79,3%
Proc. Julgados	162	24	**33**	↓ -78,9%
IPM (Baixados)	100	14	**19**	↓ -89,7%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	21	7	**8**	↓ -53,9%
Carga de Trab.	30	7	**10**	↓ -86,6%
IPS-Jud (Baixados)	13	4	**5**	↓ -93,3%









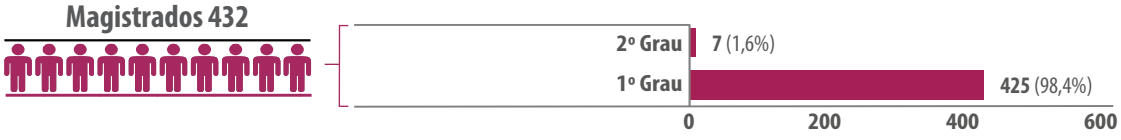
Assuntos mais recorrentes

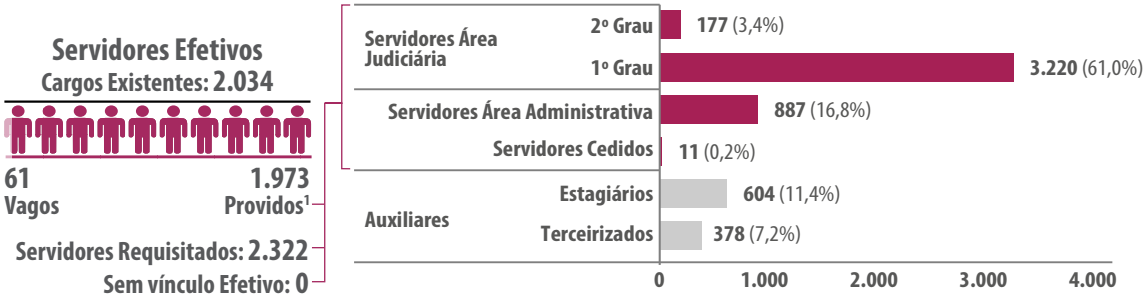
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos	9.528
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Suspensão de Direitos Políticos	8.340
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	4.183
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	2.941
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	2.159
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Restabelecimento dos Direitos Políticos	1.608
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	1.332
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	924
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Cancelamento	714
DIREITO ELEITORAL: Eleições	590

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Despesas

Força de Trabalho

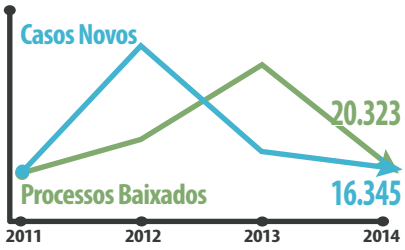


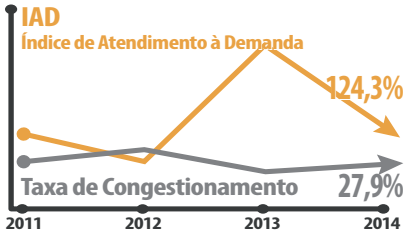


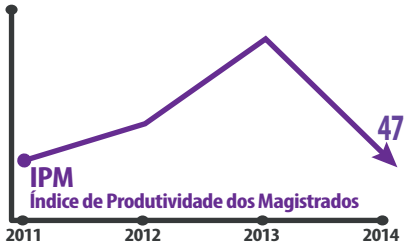
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	4.354	11.991	**16.345**	↓ -45,4%
Conhecimento	-	11.874	**11.874**	↓ -56,2%
Execução	-	117	**117**	↑ 11,4%
Julgados	2.698	13.273	**15.971**	↓ -82,1%
Conhecimento	-	13.230	**13.230**	↓ -84,7%
Execução	-	43	**43**	↑ 22,9%
Baixados	2.512	17.811	**20.323**	↓ -79,9%
Conhecimento	-	17.712	**17.712**	↓ -82,0%
Execução	-	99	**99**	↑ 350,0%
Estoque	1.725	10.131	**11.856**	↓ -85,7%
Conhecimento	-	9.773	**9.773**	↓ -88,0%
Execução	-	358	**358**	↑ 30,2%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	57,7%	148,5%	**124,3%**	↓ -213,3p.p.
Conhecimento	-	149,2%	**149,2%**	↓ -213,8p.p.
Execução	-	84,6%	**84,6%**	↑ 63,66p.p.
Taxa Congest.	58,7%	19,5%	**27,9%**	↑ 17,41p.p.
Conhecimento	-	18,2%	**18,2%**	↑ 9,15p.p.
Execução	-	79,2%	**79,2%**	↓ -15,05p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	622	28	**38**	↓ -45,4%
Carga de Trab.	978	52	**67**	↓ -74,5%
Proc. Julgados	385	31	**37**	↓ -82,1%
IPM (Baixados)	359	42	**47**	↓ -79,9%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	25	4	**5**	↓ -47,8%
Carga de Trab.	39	7	**9**	↓ -75,6%
IPS-Jud (Baixados)	14	6	**6**	↓ -80,8%







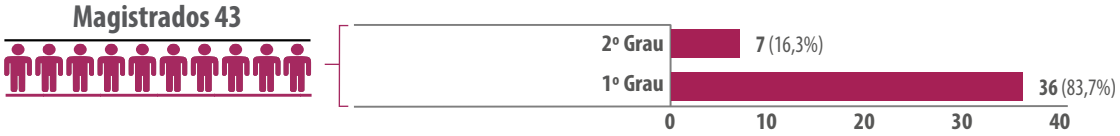
Assuntos mais recorrentes

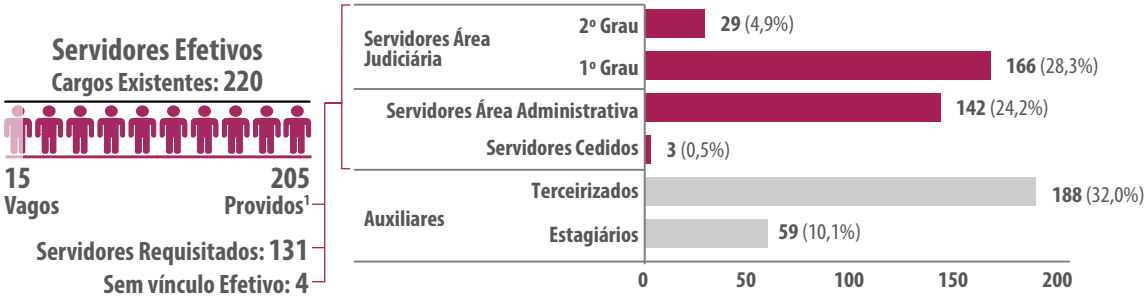
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	14.558
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	10.432
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	8.314
DIREITO ELEITORAL: Eleições	5.951
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	5.280
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	4.306
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral/Alistamento Eleitoral - Cancelamento	3.839
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	1.819
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos	1.592
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	521

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Despesas

Força de Trabalho

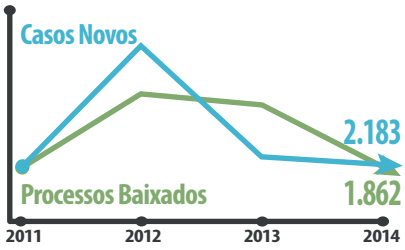


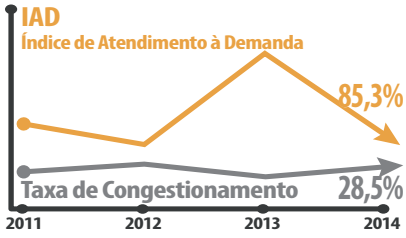


2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	911	1.272	**2.183**	↓ -20,9%
Conhecimento	-	1.259	**1.259**	↓ -47,8%
Execução	-	13	**13**	↓ -18,8%
Julgados	623	1.236	**1.859**	↓ -70,2%
Conhecimento	-	1.232	**1.232**	↓ -78,8%
Execução	-	4	**4**	↓ -50,0%
Baixados	627	1.235	**1.862**	↓ -70,2%
Conhecimento	-	1.232	**1.232**	↓ -78,8%
Execução	-	3	**3**	↓ -62,5%
Estoque	65	358	**423**	↓ -90,5%
Conhecimento	-	329	**329**	↓ -92,2%
Execução	-	29	**29**	↓ -43,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	68,8%	97,1%	**85,3%**	↓ -140,7p.p.
Conhecimento	-	97,9%	**97,9%**	↓ -142,6p.p.
Execução	-	23,1%	**23,1%**	↓ -26,92p.p.
Taxa Congest.	35,8%	24,2%	**28,5%**	↑ 15,20p.p.
Conhecimento	-	22,4%	**22,4%**	↑ 9,78p.p.
Execução	-	92,9%	**92,9%**	↑ 4,80p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	130	35	**51**	↓ -20,9%
Carga de Trab.	172	46	**66**	↓ -60,8%
Proc. Julgados	89	34	**43**	↓ -70,2%
IPM (Baixados)	90	34	**43**	↓ -70,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	31	8	**11**	↓ -17,7%
Carga de Trab.	41	10	**15**	↓ -59,2%
IPS-Jud (Baixados)	22	7	**10**	↓ -68,9%



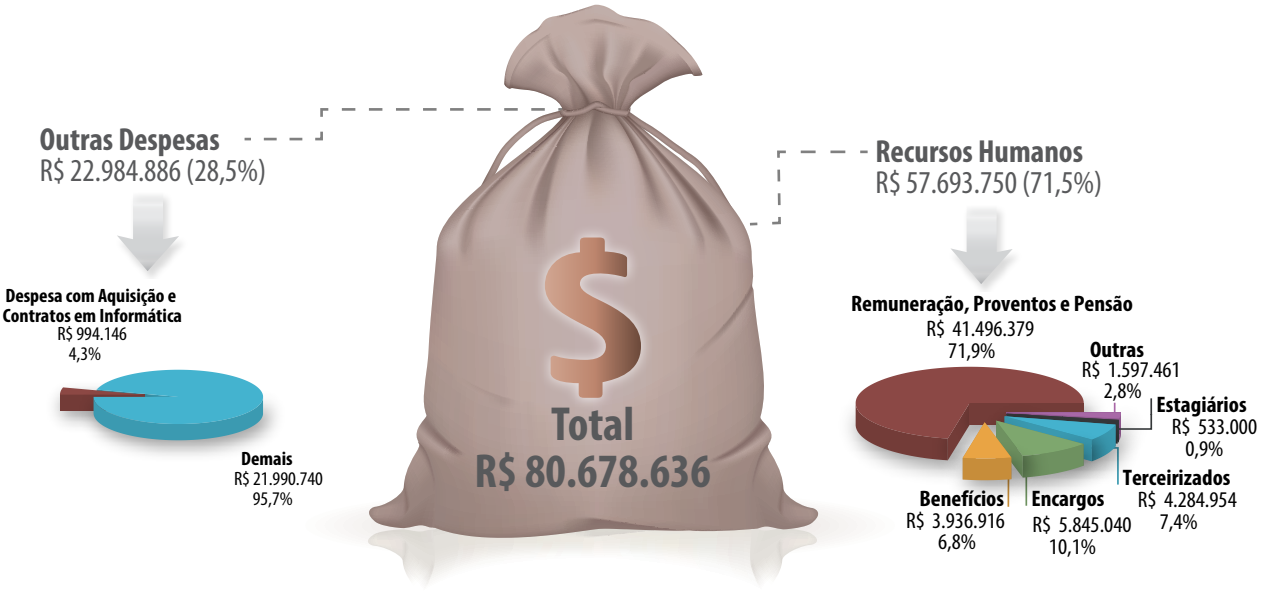


Assuntos mais recorrentes

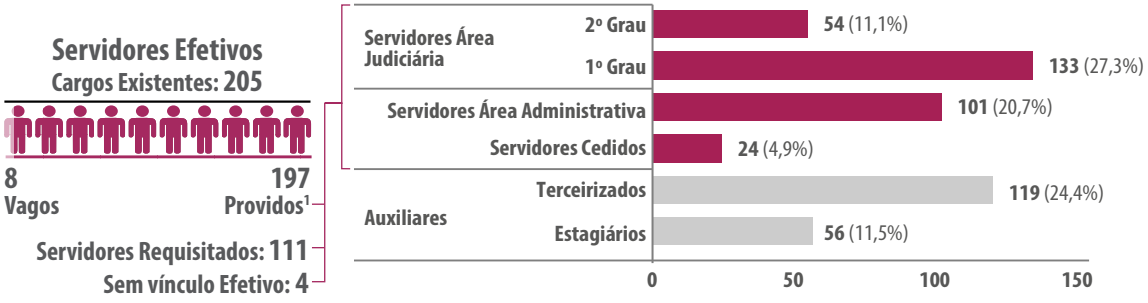
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	965
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	585
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	438
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	390
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	349
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	140
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	82
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	68
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	60
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Órgão de Direção Partidária	48

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

Despesas



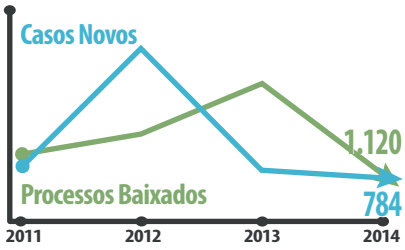
Força de Trabalho

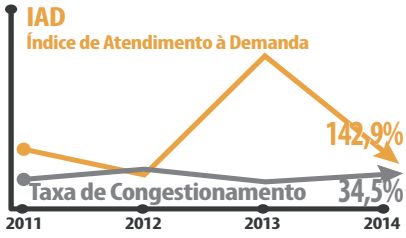


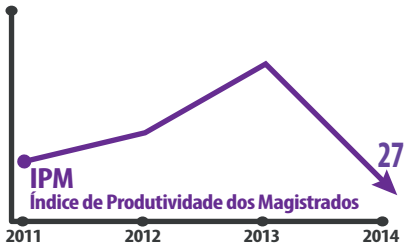
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

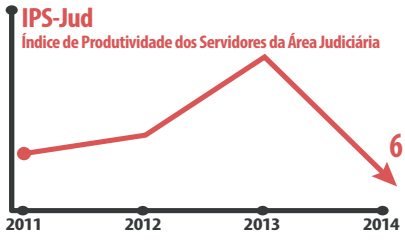
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	495	289	**784**	-43,6%
Conhecimento	-	275	**275**	-76,4%
Execução	-	14	**14**	
Julgados	473	580	**1.053**	-86,5%
Conhecimento	-	568	**568**	-92,7%
Execução	-	12	**12**	140,0%
Baixados	401	719	**1.120**	-86,0%
Conhecimento	-	702	**702**	-91,1%
Execução	-	17	**17**	88,9%
Estoque	96	830	**926**	-87,7%
Conhecimento	-	749	**749**	-89,9%
Execução	-	81	**81**	6,6%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	81,0%	248,8%	**142,9%**	-433,6p.p.
Conhecimento	-	255,3%	**255,3%**	-417,8p.p.
Execução	-	121,4%	**121,4%**	57,14p.p.
Taxa Congest.	32,1%	35,7%	**34,5%**	24,14p.p.
Conhecimento	-	31,4%	**31,4%**	22,73p.p.
Execução	-	82,1%	**82,1%**	-7,89p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	71	8	**19**	-43,6%
Carga de Trab.	88	33	**42**	-80,9%
Proc. Julgados	68	17	**25**	-86,5%
IPM (Baixados)	57	21	**27**	-86,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	9	2	**4**	-46,6%
Carga de Trab.	11	9	**9**	-81,9%
IPS-Jud (Baixados)	7	5	**6**	-86,8%









Assuntos mais recorrentes

DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	1.235
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	921
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	764
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos	500
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	418
DIREITO ELEITORAL: Direitos Políticos/Direitos Políticos - Restabelecimento dos Direitos Políticos	263
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral/Servidor	260
DIREITO ELEITORAL: Crimes Eleitorais	212
DIREITO ELEITORAL: Alistamento Eleitoral	186
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral	127

8 Justiça Militar Estadual

O que é a Justiça Militar Estadual:

A Justiça Militar Estadual é um ramo especializado do Poder Judiciário brasileiro, responsável por processar e julgar os militares dos estados (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.

Como ela se organiza:

Cada estado tem competência para criar sua Justiça Militar Estadual por meio de lei de iniciativa dos Tribunais de Justiça. Porém, a criação de um Tribunal de Justiça Militar só é possível se o estado possuir um efetivo superior a vinte mil integrantes das forças militares estaduais, dentre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar (§3º, 4º e 5º do artigo 125 da CF/88). Atualmente, embora todas as unidades da federação possuam Justiça Militar Estadual, apenas 3 estados possuem Tribunal de Justiça Militar (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo).

Como ela é formada:

A Justiça Militar Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição:

- ✓ 1ª Instância: é constituída pelas Auditorias Militares, composta por um juiz de Direito, também denominado juiz Auditor, responsável pelos atos de ofício, e pelos Conselhos de Justiça, órgão colegiado formado por quatro juízes militares (oficiais das armas) e o próprio juiz auditor, com a função de processar crimes militares.
- ✓ 2º Grau: é representado pelos Tribunais de Justiça Militar, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Nos demais estados e no Distrito Federal, essa função cabe aos próprios Tribunais de Justiça (TJs).

Neste capítulo, serão analisadas as informações enviadas pelos três Tribunais de Justiça Militares, localizados nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. É importante frisar que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o art. 4.º da Resolução CNJ 76/2009. Outro ponto a ser destacado, além das competências constitucionais delineadas, é que o magistrado militar é responsável por acompanhar, decidir e finalizar os procedimentos investigatórios. Esse quantitativo de procedimentos administrativos (inquéritos militares) não está computado na carga de trabalho deste Relatório. Não obstante, vale ressaltar que essa peculiaridade demanda um grande esforço dos magistrados militares, eis que nesta fase são realizados estudos e diligências antes mesmo do recebimento da denúncia.

Em resumo, serão apresentados dados e análises sobre os principais indicadores da Justiça Militar Estadual, com informações abrangendo aspectos orçamentários, estruturais, de recursos humanos e de litigiosidade.

Na primeira seção será apresentado um panorama global dos principais dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, segundo as três grandes vertentes que norteiam a pesquisa, quais sejam: a) Recursos Financeiros; b) Recursos Humanos e c) Litigiosidade.

A segunda seção traz uma comparação entre os indicadores de 1ª e 2ª instâncias, com o objetivo de compreender o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis na Justiça Militar Estadual.

A terceira seção se destina à análise dos processos de execução.

Em detalhamento inédito, a quarta seção traça o perfil das demandas mais recorrentes na Justiça Militar Estadual, com abertura dos casos novos por classe e assunto.

Ao final do capítulo, apresenta-se uma síntese com os principais resultados observados, seguido da disponibilização dos dados de cada tribunal e do total da Justiça, na forma de infográficos.

8.1 Dados Globais da Justiça Militar Estadual

Esta seção destina-se a apresentar um panorama global da Justiça Militar Estadual, segmentada entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

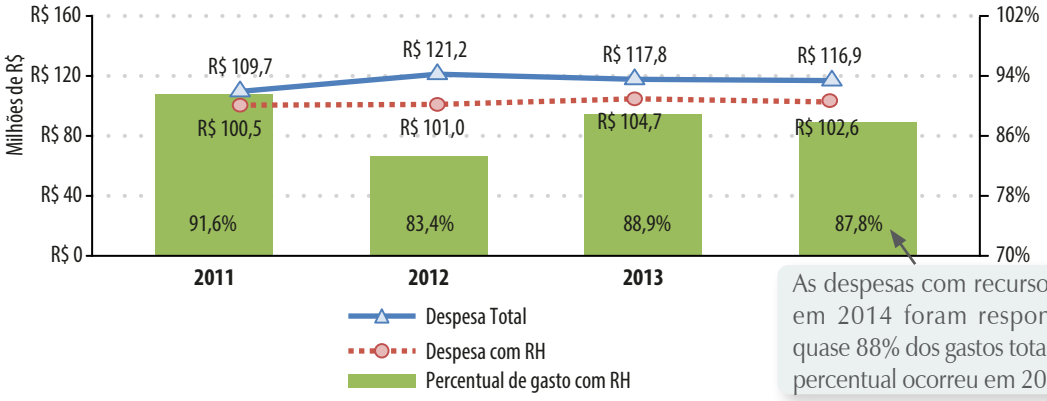
8.1.1 Recursos Financeiros

As despesas totais da Justiça Militar Estadual somaram aproximadamente R$ 116,9 milhões no ano de 2014, o que representou um decréscimo de 0,7% em relação ao ano de 2013, mas um aumento de 7% no último quadriênio[1], considerados os valores corrigidos monetariamente. Isso significa que, na verdade, a despesa da Justiça Militar Estadual cresceu em pequena escala no último ano, com índice inferior ao da inflação do período. Essa despesa equivale a 0,004% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,06% dos gastos totais dos estados e a um custo pelo serviço de justiça de R$ 1,54 por habitante[2]. Os gastos com recursos humanos foram responsáveis por 87,8% do orçamento total e compreendem, além da remuneração com magistrados, servidores, inativos, pensionistas, terceirizados e estagiários, também todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos diminui 1,2 ponto percentual em relação ao ano de 2013, conforme aponta o Gráfico 8.1.

Ao detalhar as despesas com Recursos Humanos, já que estas são as responsáveis pela maior parte do orçamento dos tribunais, observa-se que 93,9% dos gastos destinam-se ao pagamento de magistrados e servidores, abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de outras despesas indenizatórias. Apenas 1,9% referem-se aos custos de terceirizados e estagiários (Gráfico 8.2).

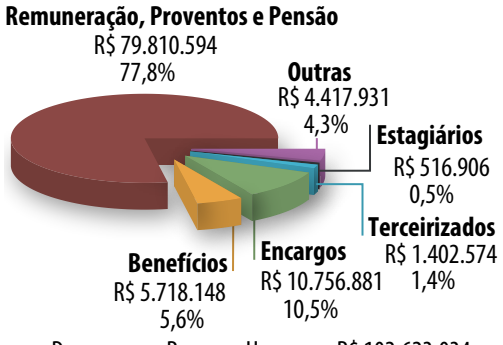
Apenas o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo informou haver valores arrecadados, o qual totalizou durante o ano de 2014 cerca de R$ 2,6 milhões, referentes aos recolhimentos com custas e emolumentos. Historicamente, essa receita vem se mantendo no mesmo patamar, com um aumento de 1,8% em relação ao ano de 2013, conforme ilustra o Gráfico 8.3.

Gráfico 8.1 - Série Histórica das Despesas da Justiça Militar Estadual



As despesas com recursos humanos em 2014 foram responsáveis por quase 88% dos gastos totais. O menor percentual ocorreu em 2012 (83,4%).

Gráfico 8.2 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Militar Estadual



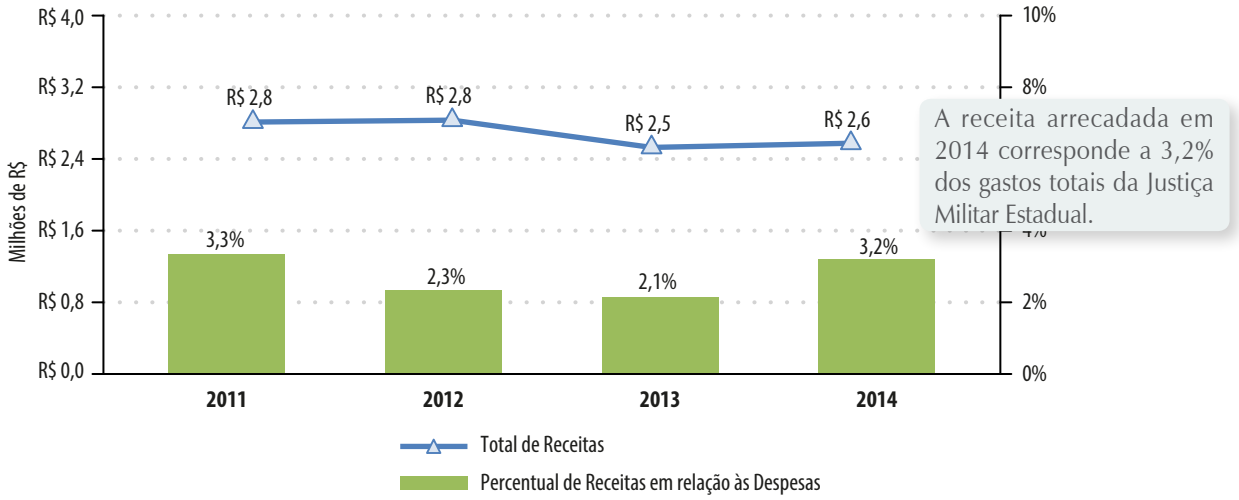
Despesa com Recursos Humanos: R$ 102.623.034

✓ Dentre as despesas com RH, 93,9% são com magistrados e servidores (ativos e inativos). Apenas 1,9% destina-se ao pagamento de terceirizados e estagiários.

1 Todos os valores monetários de 2011 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

2 Em ambos os indicadores, considera-se a população e a despesa dos 3 estados em questão: MG, SP e RS.

Gráfico 8.3 – Arrecadações da Justiça Militar Estadual



8.1.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Magistrados, que abrangem os juízes e os desembargadores;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados de outros órgãos de fora ou de dentro do Poder Judiciário e os comissionados sem vínculo efetivo; e

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e os estagiários.

A Justiça Militar Estadual contou com a atuação de 41 magistrados ao final do ano de 2014, sendo que um estava afastado da jurisdição, o que totaliza 40 magistrados em exercício, com apenas um cargo a mais do que a quantidade aferida entre 2011 e 2013, de acordo com o Gráfico 8.4. Conforme o Gráfico 8.5, esse número se encontra distribuído de forma equânime entre o 1º e 2º grau de jurisdição. Cumpre ainda informar que, desde 2012, existem 48 cargos de magistrado criados por lei na Justiça Militar Estadual, o que implica a existência de 7 cargos vagos (14,6%), dos quais 6 são relativos ao 1º grau no TJM-MG e 1 refere-se ao cargo de desembargador no TJM-RS.

Quanto aos servidores, a Justiça Militar Estadual contava ao final de 2014 com uma equipe de **432 servidores**, sendo 320 servidores do quadro efetivo (74,1%), excluídos os 4 que estavam cedidos para outros órgãos, 63 requisitados (14,6%) e 49 sem vínculo efetivo com Administração (11,3%). Havia ainda, ao final do ano-base, 90 cargos de servidor efetivos vagos (21,7%), percentual que exibe tendência de crescimento desde 2012 mesmo sem haver aumento no número de cargos existentes, conforme Gráfico 8.6.

A maioria dos servidores está alocada na área judiciária, que detém 54% da força de trabalho, restando 198 servidores na área administrativa (46%). Dentre os servidores da área judiciária, 145 (62%) estão no primeiro grau de jurisdição, onde também estão 63% dos processos ingressados e 73% do acervo processual.

Além dos magistrados e servidores, a Justiça Militar Estadual contou com o apoio de **56 terceirizados e 56 estagiários**. Esse tipo de contratação aumentou em 24% entre os anos de 2011 a 2014, e representam 21% do total de servidores e trabalhadores (Gráfico 8.7).

Figura 8.1 - Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Militar Estadual

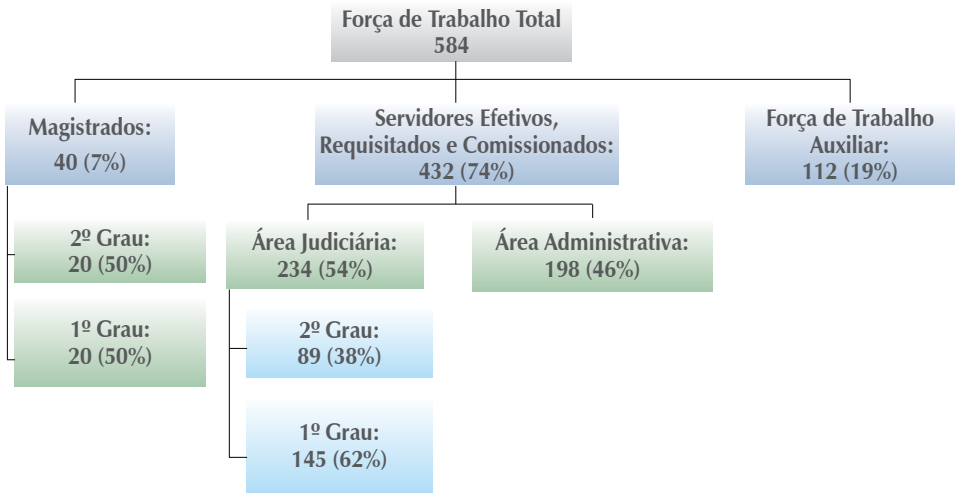
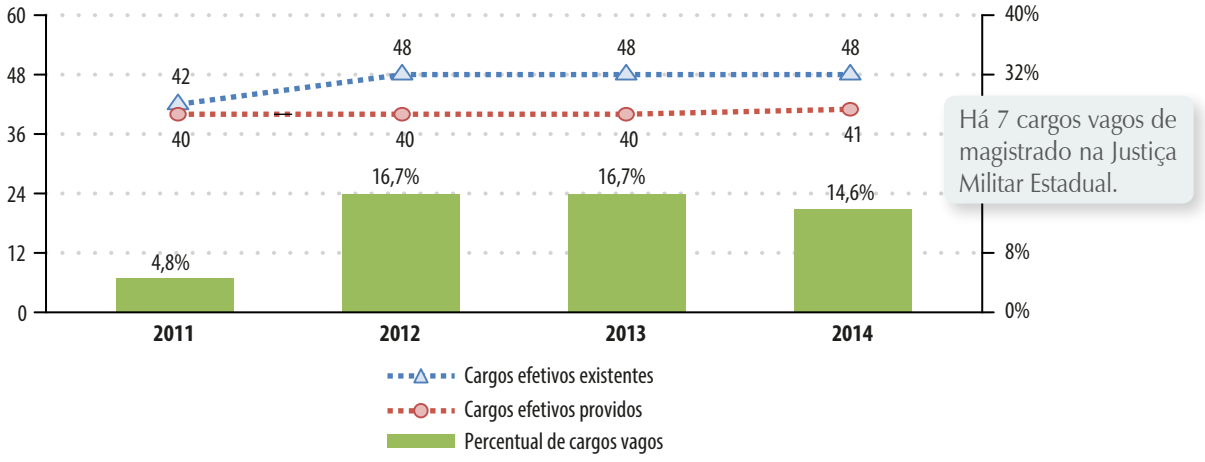


Gráfico 8.4 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Militar Estadual



Há 7 cargos vagos de magistrado na Justiça Militar Estadual.

Gráfico 8.5 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Militar Estadual

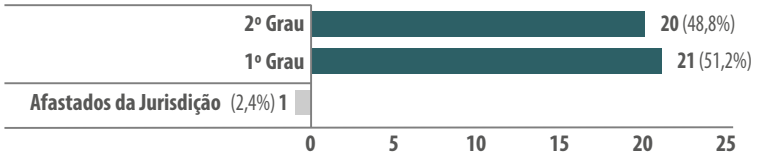
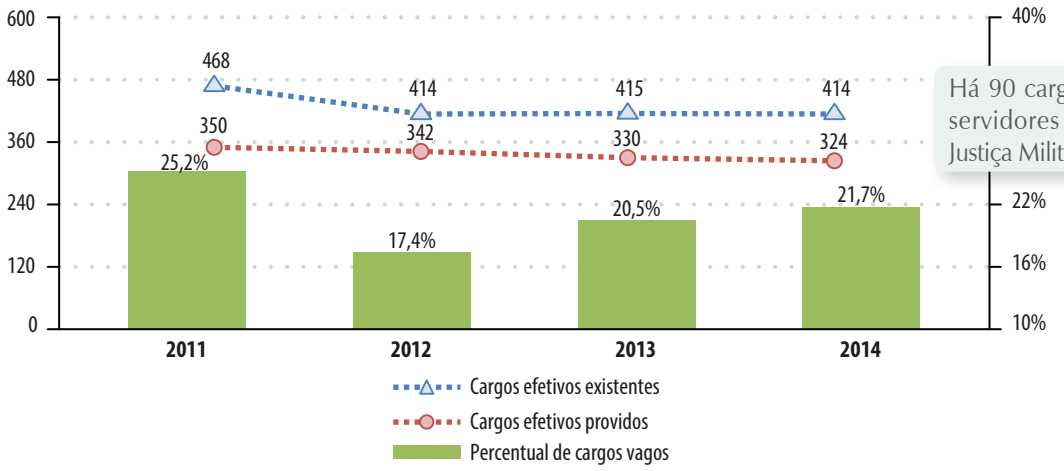


Gráfico 8.6 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Militar Estadual



Há 90 cargos vagos de servidores efetivos na Justiça Militar Estadual.

Gráfico 8.7 - Lotação dos Servidores

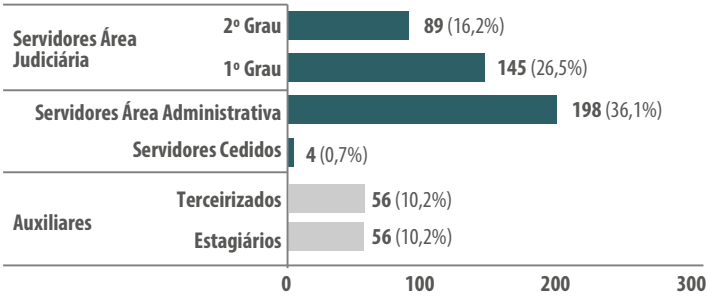
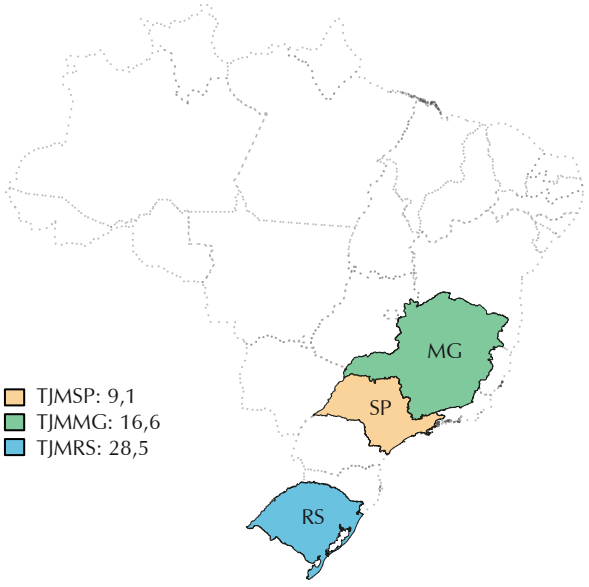


Figura 8.2 – Magistrados por 100.000 militares



✓ Média da justiça de 14,4 magistrados por 100.000 militares

8.1.3 Litigiosidade

A Justiça Militar Estadual iniciou o ano de 2014 com um **estoque de 3.961 processos**. Esse quantitativo diminuiu 23,5% em relação ao ano anterior e em 40% no quadriênio. Estima-se que ao final de 2014 o estoque tenha decrescido 29%, como consequência do número de processos baixados maior que o número de processos novos desde 2012, sendo **5.592 processos baixados e 4.439 processos novos em 2014**. Em paralelo à diminuição do número de casos pendentes, observou-se uma diminuição de 20,4% no número de casos novos, em tendência de queda desde o início da série histórica em 2011. O Gráfico 8.8 e o Gráfico 8.9 demonstram a tendência de queda da litigiosidade em todos os sentidos, pois a redução ocorreu em relação aos casos novos, aos pendentes, aos baixados, às sentenças e às decisões.

Esses comportamentos ocasionaram um impacto de três pontos percentuais (p.p) a menos na taxa de congestionamento da Justiça Militar Estadual no ano de 2014, que alcançou o índice de 33%, resultante do desempenho no 1º grau com queda de 6 p.p, enquanto no 2º grau ocorreu aumento de 4 p.p.

A produtividade também caiu, e foram baixados em 2014 uma média de 140 processos por magistrado e 24 processos por servidor, o equivalente a 20% e 16% a menos do que em 2013, respectivamente.

Com relação ao número de casos novos eletrônicos, apenas o TJM-MG informou haver uma pequena quantidade, de 6 processos, equivalente a menos de 1% de seus casos novos.

Gráfico 8.8 – Série Histórica da Movimentação Processual

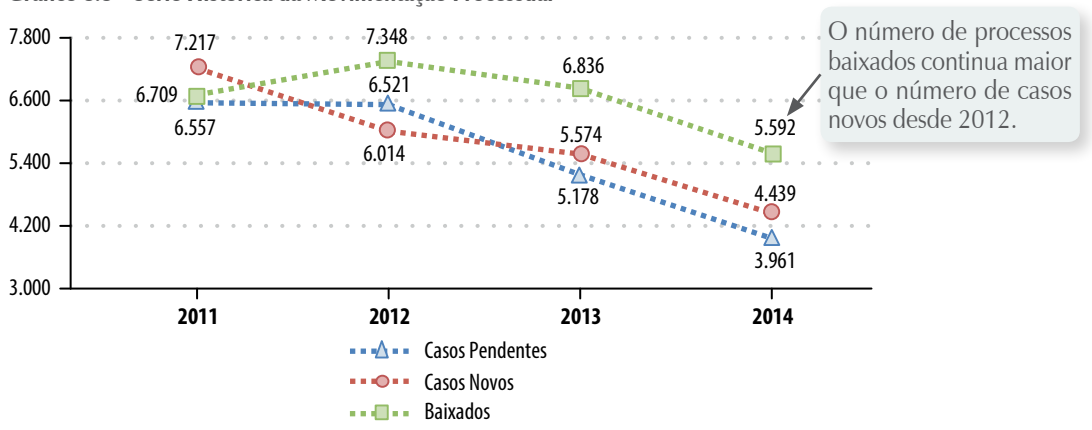


Gráfico 8.9 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões

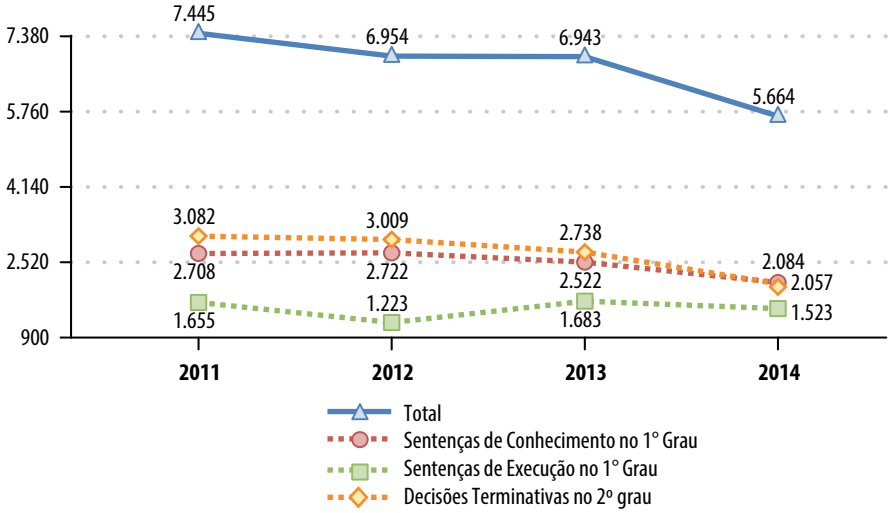
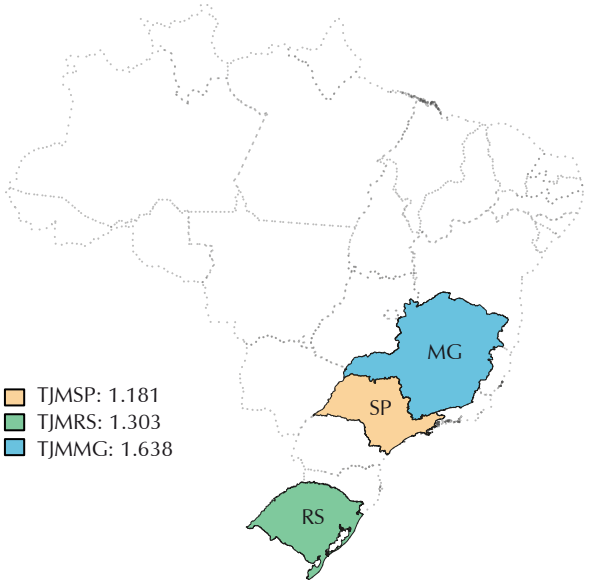
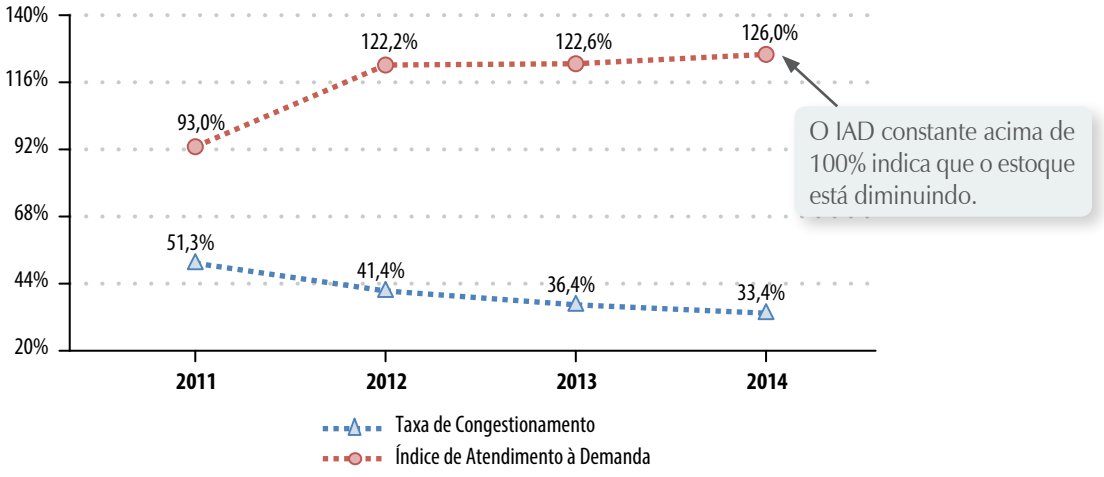


Figura 8.3 – Casos Novos por 100.000 militares



✓ Média da justiça de 1.330 magistrados por 100.000 militares.

Gráfico 8.10 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho



O IAD constante acima de 100% indica que o estoque está diminuindo.

8.2 Análise Comparativa dos Indicadores da 1ª e 2ª Instâncias

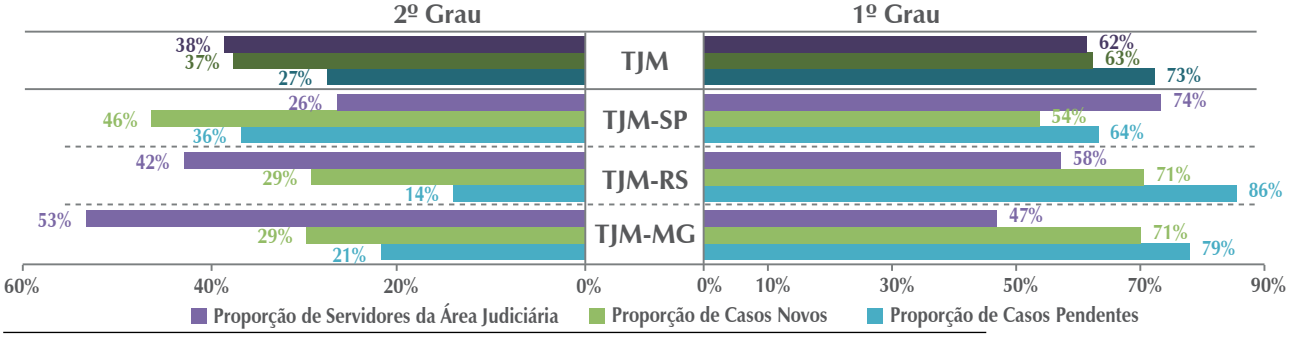
Esta seção traz como objetivo central compreender o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis na Justiça Militar Estadual, com uma análise dos principais indicadores de desempenho, ao se comparar o resultado do 1º grau e do 2º grau. Também será apresentado, para cada indicador, um gráfico da série histórica consolidado da Justiça Militar Estadual, segmentado por instância.

Diante de tais dados espera-se compreender como os recursos humanos estão distribuídos em relação aos litígios nos tribunais, e ainda, como tal organização tem impactado nos resultados globais. Os seguintes indicadores serão analisados:

- Casos Novos por Magistrado: indicador que relaciona o total de processos de conhecimento ingressado com o número de magistrados em atuação, ou seja, neste indicador as execuções judiciais não são computadas.
- Casos Novos por Servidor: indicador que relaciona o total de processos de conhecimento ingressado com o número de servidores da área judiciária em atuação.
- Carga de Trabalho por Magistrado: este indicador computa a média de efetivo trabalho que cada magistrado teve durante o ano de 2014. É calculado pela soma dos casos novos, dos casos pendentes (inicial), dos recursos internos novos, dos recursos internos pendentes (inicial), dos incidentes em execução novos e dos incidentes em execução pendentes (inicial). Após, divide-se pelo número de magistrados em atuação. Cabe esclarecer que na carga de trabalho todos os processos são considerados, inclusive as execuções judiciais[3].
- Carga de Trabalho por Servidor: mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores da área judiciária.
- IPM – Índice de Produtividade dos Magistrados: indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.
- IPS-Jud – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária: indicador que computa a média de processos baixados por servidor da área judiciária.
- IAD – Índice de Atendimento à Demanda: verifica se o tribunal foi capaz de baixar pelo menos o quantitativo de processos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- Taxa de Congestionamento: indicador que compara o que não foi baixado com o que tramitou durante o ano-base (soma dos casos novos e dos casos pendentes iniciais).

O 1º grau da Justiça Militar Estadual possui aproximadamente 63% dos casos novos, 73% dos pendentes e 62% dos servidores da área judiciária, conforme demonstrado no Gráfico 8.11. Os demais gráficos desta seção demonstram que, de forma global, houve queda em 2014 na maioria dos indicadores de carga de trabalho e de produtividade, tanto de servidores como de magistrados. O 1º grau apresenta em geral, desde o ano de 2011, maiores indicadores de casos novos, carga de trabalho e produtividade por magistrado. O mesmo ocorre, desde 2013, no IPS-Jud, no IAD e na carga de trabalho do servidor da área judiciária. A taxa de congestionamento, por sua vez, pela primeira vez na série histórica, foi maior no 2º grau que no 1º grau em 2014, mas apesar das diferenças, ficaram muito próximas, com diferença de apenas 1,7 ponto percentual.

Gráfico 8.11 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau



3 Ao contrário dos casos novos por magistrado, que considera somente os casos novos de conhecimento.

Gráfico 8.12 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Militar Estadual

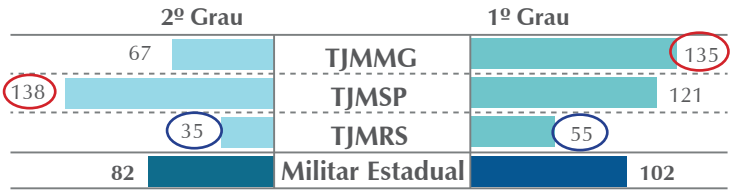
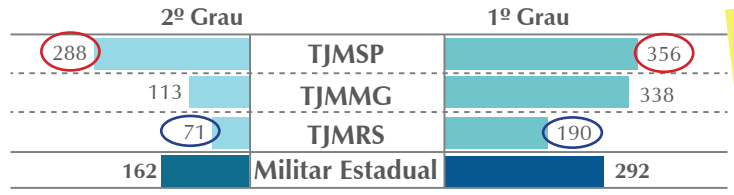
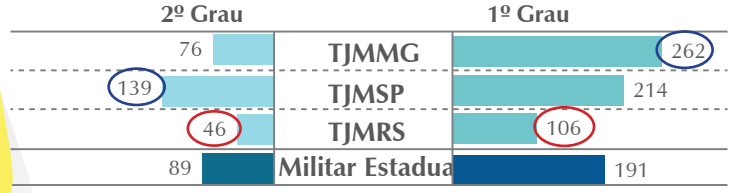


Gráfico 8.13 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Militar Estadual



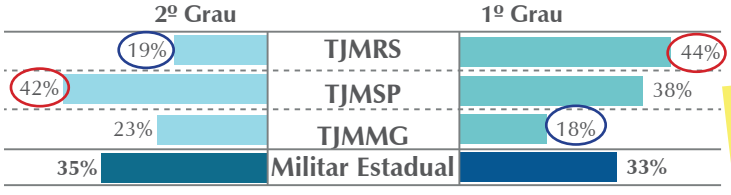
✓ O TJM-SP possui as maiores cargas de trabalho do magistrado nos dois graus de jurisdição. Já o TJM-RS possui os menores indicadores de casos novos e de carga de trabalho por magistrado nos dois graus de jurisdição.

Gráfico 8.14 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Militar Estadual



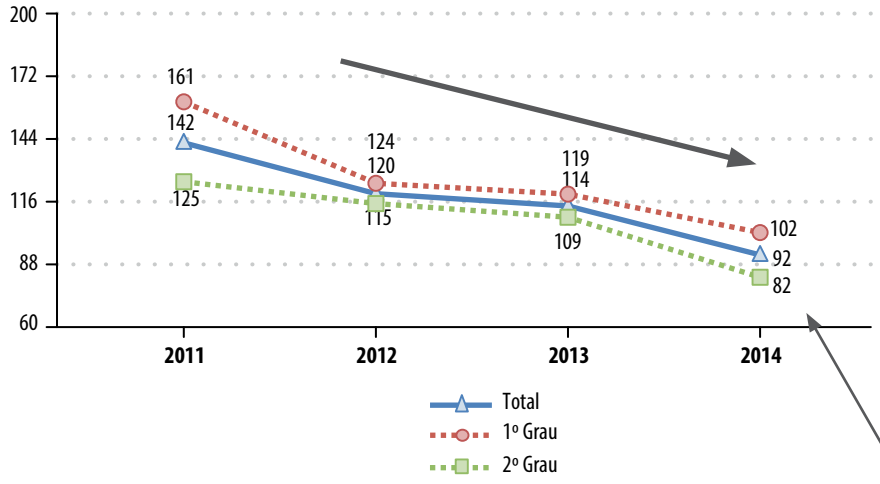
✓ O índice IPM mantém relação similar à do indicador de casos novos por magistrado. TJM-SP registra o maior IPM e TC do 2º grau e o TJM-MG possui o menor IPM do 1º grau.

Gráfico 8.15 – Taxa de Congestionamento na Justiça Militar Estadual



✓ Apesar de possuir os menores índices de carga de trabalho, o TJM-RS possui também os menores índices de produtividade dos magistrados, ocasionando maior taxa de congestionamento no 1º grau.

Gráfico 8.16 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Militar Estadual



Os indicadores de carga de trabalho por magistrado exibem tendência de queda em todos os graus de jurisdição. Desde 2011, os indicadores de 1º grau são maiores que de 2º grau.

Gráfico 8.17 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Militar Estadual

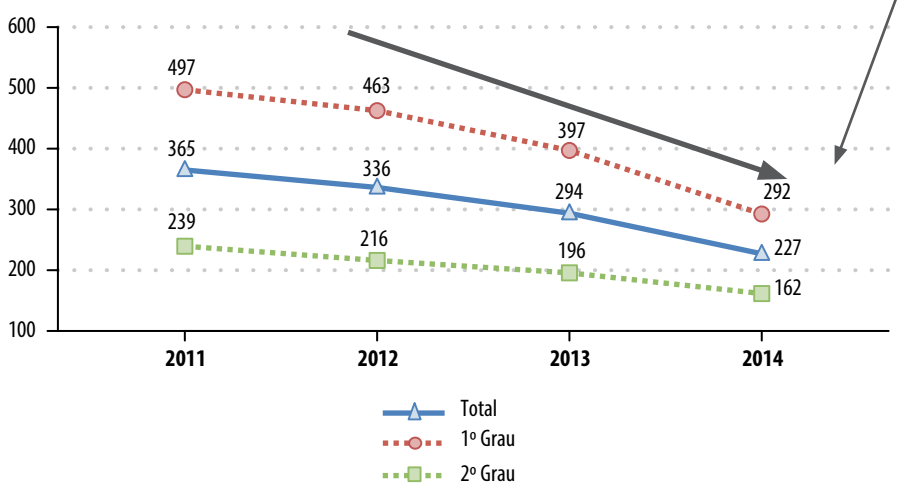
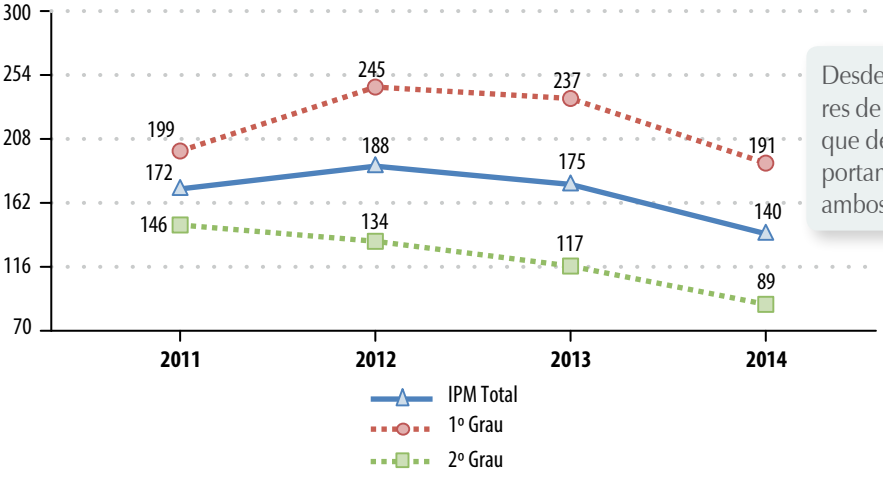
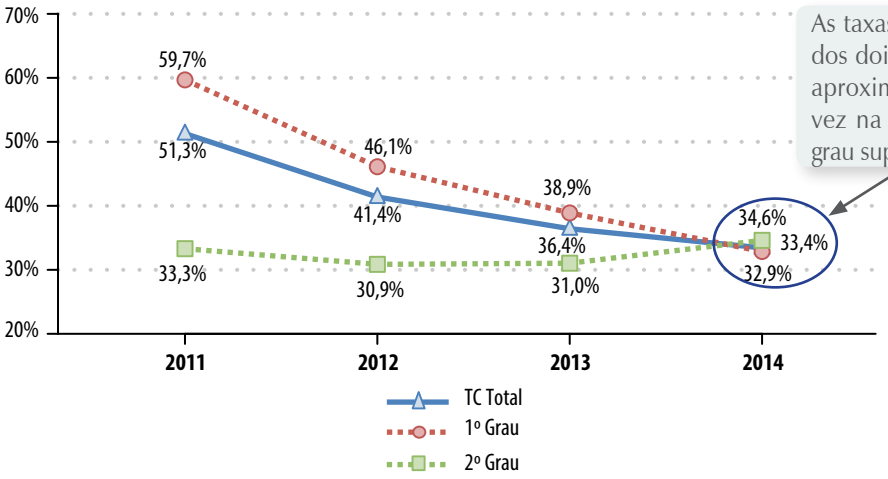


Gráfico 8.18 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Militar Estadual



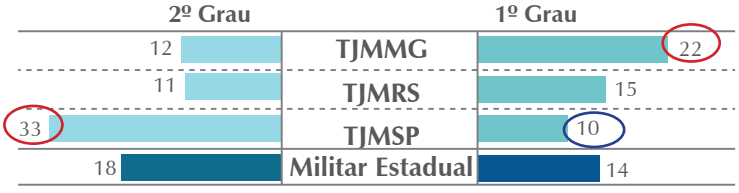
Desde 2011, os indicadores de 1º grau são maiores que de 2º grau, com comportamento de queda em ambos a partir de 2012.

Gráfico 8.19 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Militar Estadual



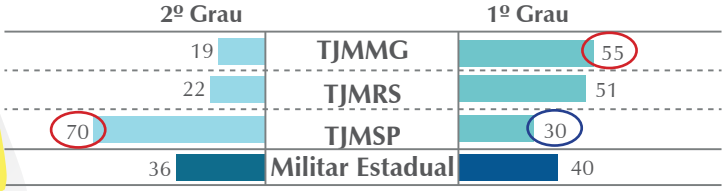
As taxas de congestionamento dos dois graus de jurisdição se aproximaram, e pela primeira vez na série histórica a do 2º grau superou a do 1º.

Gráfico 8.20 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual



✓ O TJM-SP possui o maior indicador de casos novos por servidor da área judiciária no 2º grau e o menor no 1º grau. O mesmo ocorre com a carga de trabalho e com o IPS-Jud.

Gráfico 8.21 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual



✓ O TJM-MG possui os maiores indicadores de casos novos e carga de trabalho por servidor da área judiciária do 1º grau.

Gráfico 8.22 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Militar Estadual

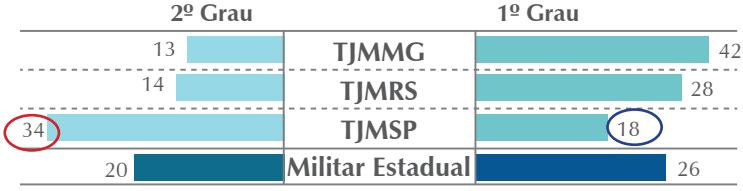
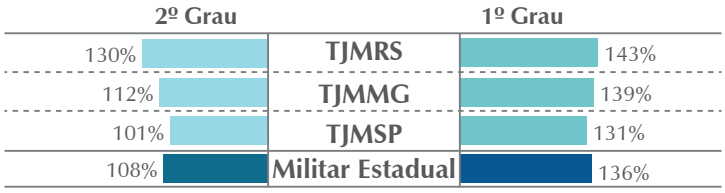
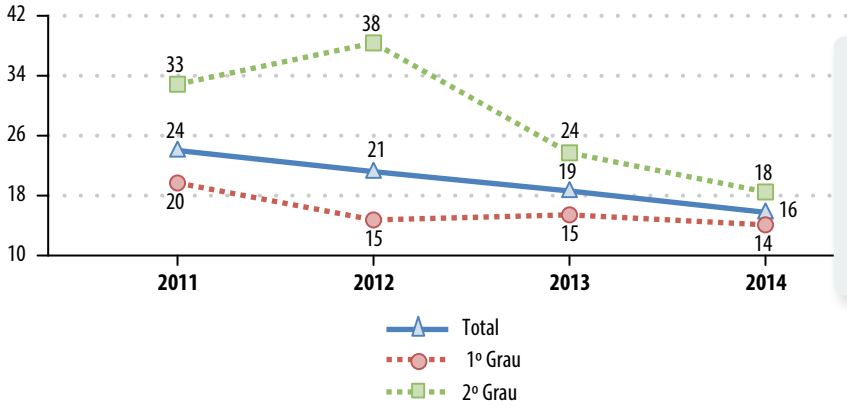


Gráfico 8.23 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Militar Estadual



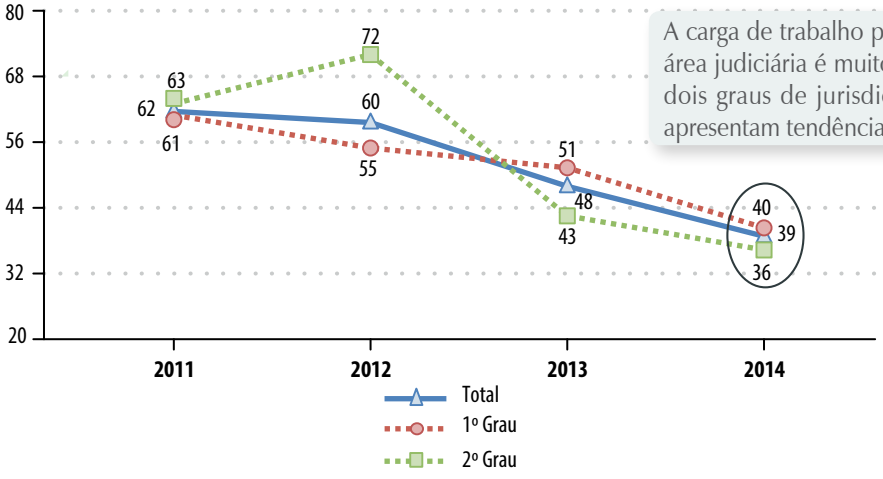
✓ O TJM-RS possui os maiores IAD e o TJM-SP os menores, embora ambos sejam considerados bons por ultrapassarem o patamar de 100%, o que indica que haverá diminuição do estoque.

Gráfico 8.24 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual



Em menor intensidade, o índice de casos novos por servidor apresenta tendência de queda, assim como por magistrado. Mas ao contrário desse, o 2º grau supera o 1º em toda a série histórica.

Gráfico 8.25 – Série Histórica da Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual



A carga de trabalho por servidor da área judiciária é muito próxima nos dois graus de jurisdição. Também apresentam tendência de queda.

Gráfico 8.26 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Militar Estadual

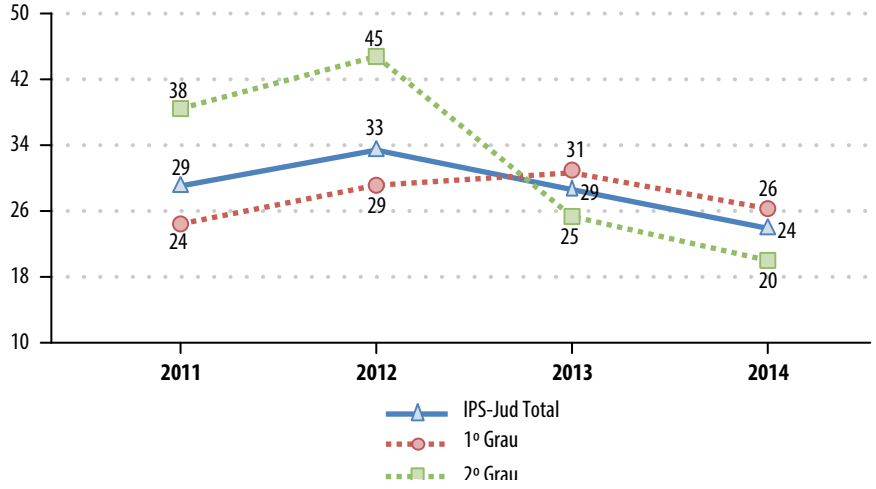
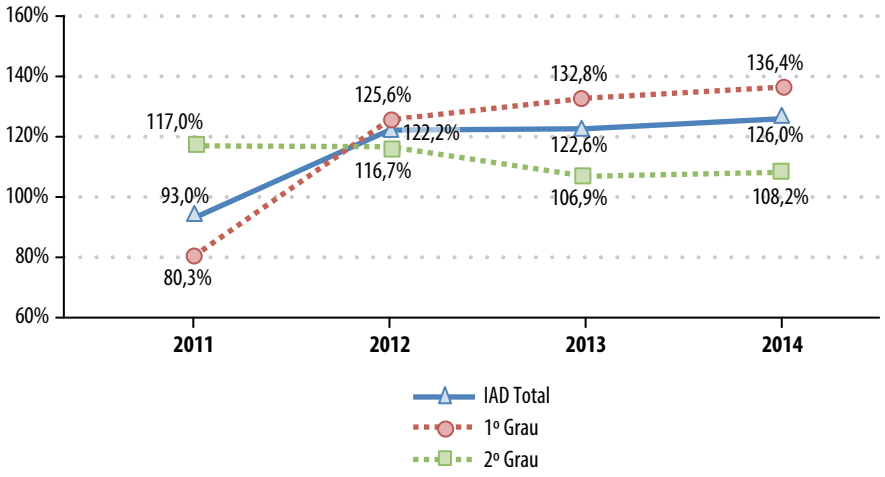


Gráfico 8.27 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Militar Estadual



8.3 Impacto da Execução

Nesta seção será apresentada uma análise comparativa dos indicadores, segregados entre fase de conhecimento e fase de execução.

Dos 3.961 processos que estavam pendentes de baixa no início do ano de 2014 na Justiça Militar Estadual, 29% eram referentes aos processos de 1º grau na fase de execução. Nessa fase também ocorreram 17% do total de casos novos e 19% das baixas (Gráfico 8.28). De modo geral, a fase de conhecimento no 1º grau foi responsável pela maior parte dos processos pendentes de baixa (44%) e dos casos novos (46%), mas também dos processos baixados (49%) em 2014. A taxa de congestionamento, mensurada em 33%, vem apresentando sucessivas reduções, tendo acumulado diminuição de 18 pontos percentuais no quadriênio 2011-2014.

São apresentados ainda gráficos de primeira instância separados entre fase de conhecimento e fase de execução, a fim de verificar qual impacto de cada fase nos principais indicadores de produtividade de cada tribunal. Os indicadores de produtividade foram maiores na fase de conhecimento, já a taxa de congestionamento foi maior na fase de execução, uma vez que, na Justiça Militar, esta fase é formada essencialmente por processos de natureza penal. Apenas no TJM-MG o IAD foi maior na fase de execução do que na fase de conhecimento.

Gráfico 8.28 – Movimentação Processual da Justiça Militar Estadual

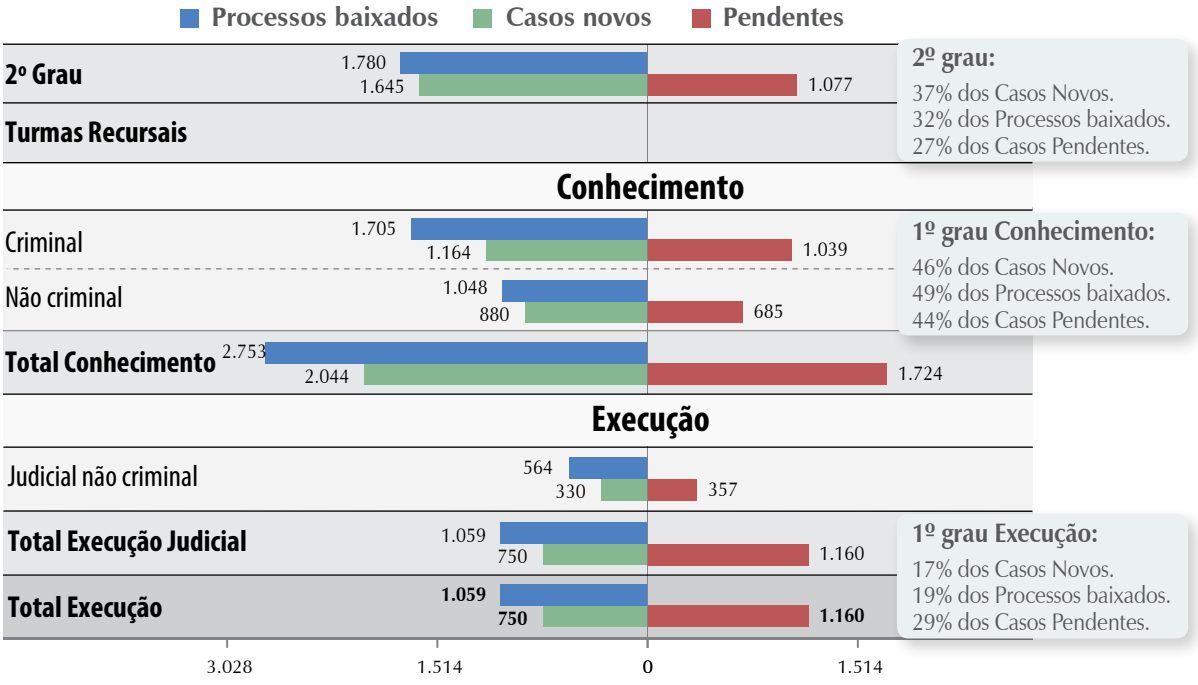


Gráfico 8.29 – Termômetro da Taxa de Congestionamento

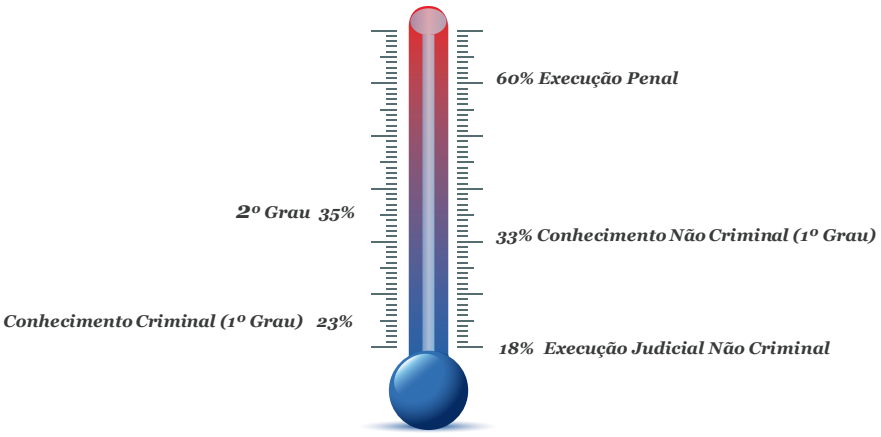


Gráfico 8.30 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau

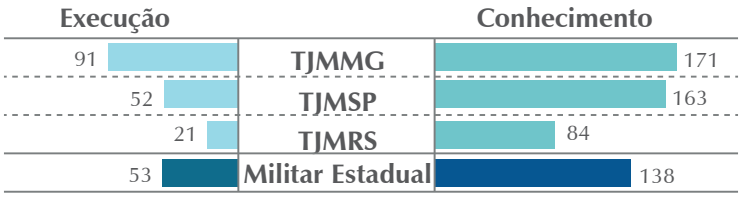
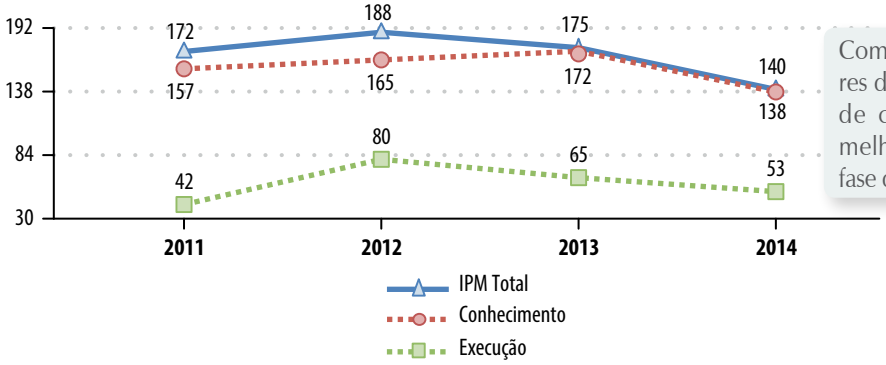
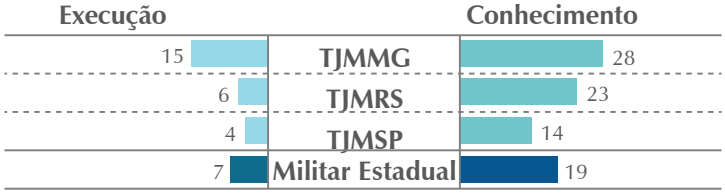


Gráfico 8.31 – Série Histórica do IPM



Com relação aos indicadores de produtividade, a fase de conhecimento possui melhores resultados que a fase de execução no 1º grau.

Gráfico 8.32 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau



A produtividade dos magistrados e servidores da área judiciária na Justiça Militar Estadual na fase de conhecimento supera em 2,6 vezes a da fase de execução.

Gráfico 8.33 – Série Histórica do IPS-Jud

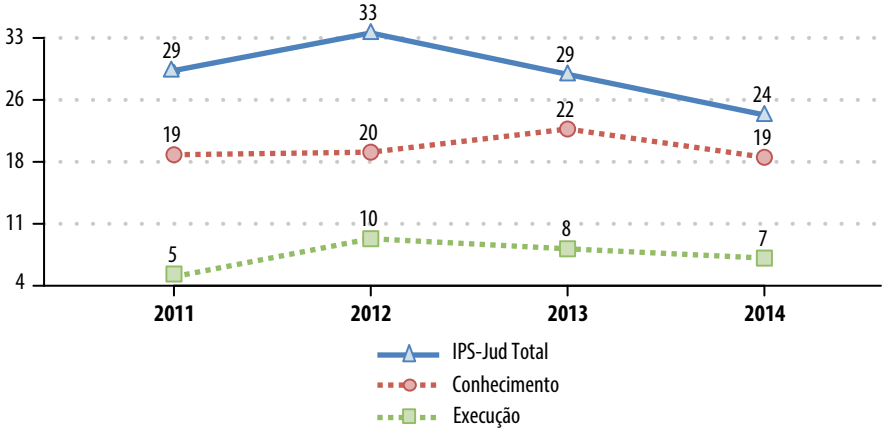


Gráfico 8.34 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau

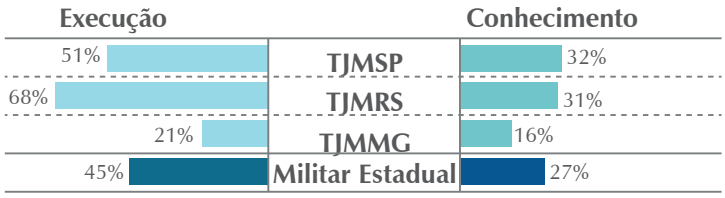
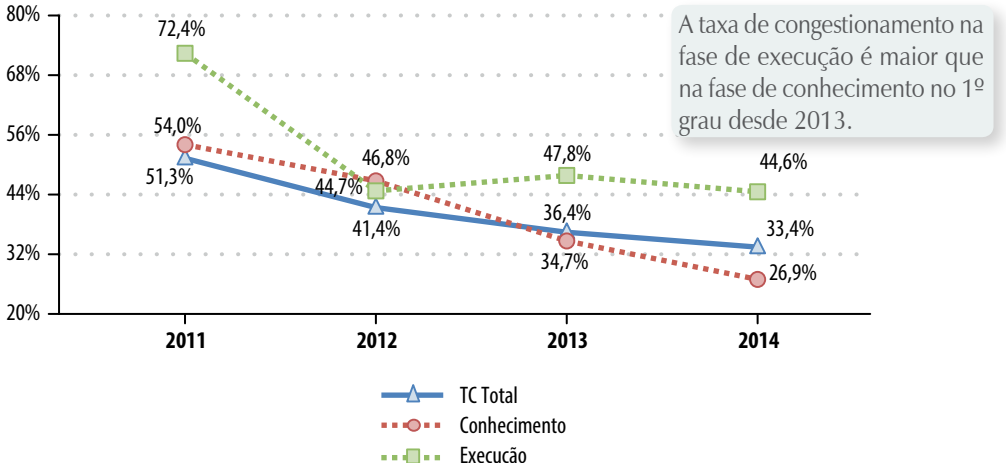


Gráfico 8.35 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento



A taxa de congestionamento na fase de execução é maior que na fase de conhecimento no 1º grau desde 2013.

Gráfico 8.36 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Primeiro Grau

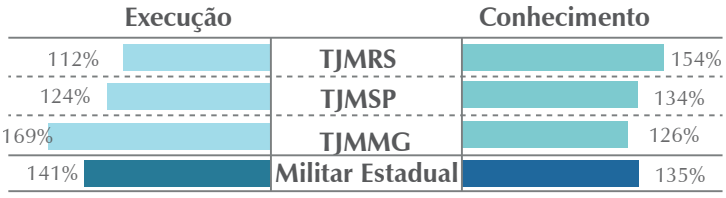
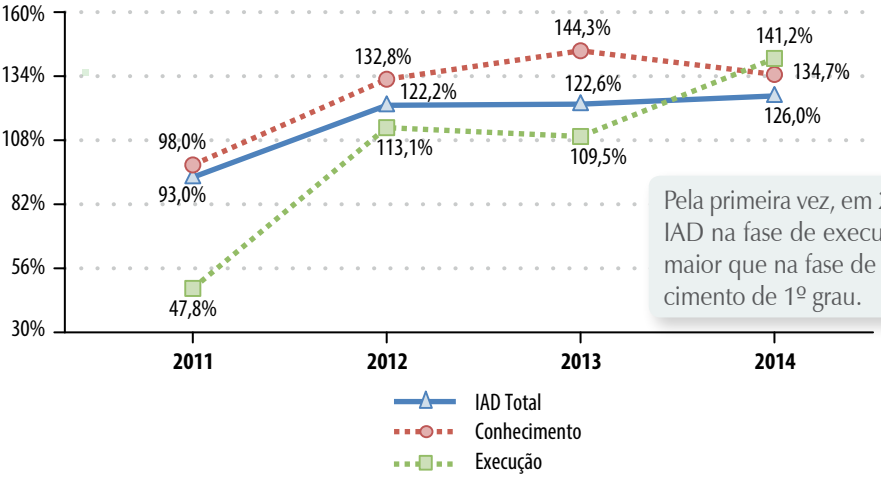


Gráfico 8.37 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda



Pela primeira vez, em 2014, o IAD na fase de execução foi maior que na fase de conhecimento de 1º grau.

8.4 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Os dados que serão apresentados nesta seção referem-se aos casos ingressados no ano de 2014 segmentados por classe e assunto, segundo as Tabelas Processuais Unificadas que foram instituídas pela Resolução CNJ 46/2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informado nas demais seções do presente relatório. No cômputo do total de casos novos da Justiça Militar Estadual algumas classes são excluídas, como é o caso dos embargos de declaração, embargos infringentes, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado, e, portanto, todas devem ser consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contabilizados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados na Justiça Militar Estadual, mas a quantidade de classes ou assuntos cadastrados, em suas respectivas categorias.

8.4.1 Assuntos mais recorrentes

Todos os três Tribunais de Justiça Militar Estadual encaminharam ao CNJ a tabela de assuntos contendo o quantitativo de assuntos dos casos novos de 1º e 2º grau.

As tabelas processuais unificadas de assuntos possuem até 5 níveis hierárquicos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito Processual Civil e do Trabalho" (nível 1), há a segmentação de "Formação, Suspensão e Extinção do Processo" (nível 2), que por sua vez, dentre outras, divide-se em "Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito" (nível 3), a qual pode ocorrer por "Adequação da Ação/Procedimento", ou "Interesse Processual" ou por "Legitimidade para a Causa" (nível 4). Por fim, o último nível detalha "Legitimidade para a Causa" no assunto "Legitimidade para propositura de Ação Civil Pública" (nível 5).

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a análise, pois não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, de forma global e segmentada por grau de jurisdição, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[4].

Gráfico 8.38 – Assuntos mais demandados na Justiça Militar Estadual

1. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Lesão Corporal e Rixa	1.456 (11,24%)
2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais	1.014 (7,82%)
3. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	698 (5,39%)
4. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Crimes contra o dever funcional	519 (4,00%)
5. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar	477 (3,68%)
6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar/Liminar	474 (3,66%)
7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar	474 (3,66%)
8. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Valor da Causa	442 (3,41%)
9. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Homicídio	421 (3,25%)
10. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Peculato	398 (3,07%)
11. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Concussão, Excesso de Exação e Desvio	386 (2,98%)
12. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Falsidade	379 (2,92%)
13. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar/Regime	344 (2,65%)
14. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Citação	316 (2,44%)
15. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar/Abandono de posto e de outros crimes em serviço	311 (2,40%)
16. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Ministério Público	302 (2,33%)
17. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar	295 (2,28%)
18. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Formação, Suspensão e Extinção do Processo/Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito	269 (2,08%)
19. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Desacato e da Desobediência	259 (2,00%)
20. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Intimação / Notificação	257 (1,98%)

✓ Dos 20 assuntos mais recorrentes na Justiça Militar Estadual, 9 são do próprio Direito Penal Militar e 8 são de Direito Processual Civil e do Trabalho. Os demais são de Direito Administrativo Militar.

✓ No Direito Penal Militar, a maioria dos assuntos mais comuns abrange crimes contra a Administração Militar.

4 A relação completa retornaria em uma listagem de quase 500 assuntos.

Gráfico 8.39 – Assuntos mais demandados na Justiça Militar Estadual no 2º grau

1. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	319 (9,02%)
2. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar	259 (7,32%)
3. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar/Regime	236 (6,67%)
4. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Concussão, Excesso de Exação e Desvio	233 (6,59%)
6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar	223 (6,31%)
5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar/Liminar	223 (6,31%)
7. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Homicídio	184 (5,20%)
8. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar	158 (4,47%)
9. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento	142 (4,02%)
10. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Antecipação de Tutela / Tutela Específica	142 (4,02%)
11. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa	142 (4,02%)
12. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Peculato	106 (3,00%)
13. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Lesão Corporal e Rixa	98 (2,77%)
14. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar/Abandono de posto e de outros crimes em serviço	91 (2,57%)
15. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Falsidade	91 (2,57%)
16. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra o Patrimônio	84 (2,38%)
17. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Corrupção	77 (2,18%)
18. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra o Patrimônio/Dano	76 (2,15%)
19. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Crimes contra o dever funcional	62 (1,75%)
20. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Crimes contra a Liberdade	52 (1,47%)

✓ Apesar do assunto sindicância ser o 5º maior no 1º grau, com 379 processos, este possui o maior quantitativo no 2º grau, presente em 319 casos novos.

Gráfico 8.40 – Assuntos mais demandados na Justiça Militar Estadual no 1º grau

1. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Lesão Corporal e Rixa	1.358 (14,41%)
2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais	1.014 (10,76%)
3. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Crimes contra o dever funcional	457 (4,85%)
4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Valor da Causa	441 (4,68%)
5. DIREITO ADM. OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	379 (4,02%)
6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Citação	316 (3,35%)
7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Ministério Público	302 (3,20%)
8. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Peculato	292 (3,10%)
9. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Falsidade	288 (3,06%)
10. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Formação, Suspensão e Extinção do Processo/Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito	269 (2,85%)
11. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Intimação / Notificação	257 (2,73%)
13. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar	251 (2,66%)
12. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Medida Cautelar/Liminar	251 (2,66%)
14. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Homicídio	237 (2,52%)
15. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar/Abandono de posto e de outros crimes em serviço	220 (2,33%)
16. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar	218 (2,31%)
17. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Desacato e da Desobediência	211 (2,24%)
18. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Pessoa/Crimes contra a Liberdade	195 (2,07%)
19. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução	192 (2,04%)
20. DIREITO PENAL MILITAR - Crimes contra a Administração Militar/Concussão, Excesso de Exação e Desvio	153 (1,62%)

✓ Apesar do assunto "lesão corporal e rixa" ser o maior no 1º grau, com 1.358 processos, este consta somente na 13ª posição no 2º grau, presente em 98 casos novos.

8.4.2 Classes mais recorrentes

Todos os três Tribunais de Justiça Militar Estadual encaminharam ao CNJ a tabela de classes contendo o quantitativo de classes dos casos novos de 1º e 2º graus.

As tabelas processuais unificadas de classes possuem até 6 níveis hierárquicos de classes, por exemplo, no grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho", há a segmentação entre, por exemplo, "processos de conhecimento", "processos de execução", "recursos", entre outros (nível 2). Os processos de conhecimento estão subdivididos em procedimentos que atingem até o nível 6 de detalhamento, sendo possível verificar, por exemplo, se o processo de conhecimento é uma reclamação, um *habeas corpus*, um mandado de injunção, etc.

No próximo nível, no grupo de classes "processos de conhecimento", é possível saber o tipo de procedimento, se é de conhecimento, de cumprimento de sentença, de liquidação, etc. (nível 3). Após, os procedimentos de conhecimento são segregados pelo tipo, como procedimento ordinário ou sumário ou especial (nível 4). No próximo nível são classificados os procedimentos especiais, como de jurisdição contenciosa ou regidos por outros códigos, leis esparsas e regimentos (nível 5). Chegando ao sexto e último nível, é possível saber se o processo é uma reclamação, uma ação civil de improbidade administrativa, um *habeas corpus*, um mandado de injunção, etc.

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação de cada tribunal e de cada unidade judiciária. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, de forma global e segmentada por grau de jurisdição, restrito às 20 classes mais recorrentes[5].

Gráfico 8.41 – Classes mais demandadas na Justiça Militar Estadual

1. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal/Procedimentos Investigatórios	9.333 (48,77%)
2. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal	3.460 (18,08%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.663 (8,69%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Representação Criminal	663 (3,46%)
5. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal/Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário	628 (3,28%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento	481 (2,51%)
7. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal	360 (1,88%)
8. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Auto de Prisão em Flagrante	317 (1,66%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	312 (1,63%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Execução da Pena	293 (1,53%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Incidentes	240 (1,25%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Liberdade	127 (0,66%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares	120 (0,63%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Procedimento Investigatório Criminal (PIC–MP)	119 (0,62%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Cautelares/Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico	118 (0,62%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios	86 (0,45%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes	70 (0,37%)
18. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Termo Circunstanciado	68 (0,36%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Incidentes	66 (0,34%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Preparatórias/Interpelações	66 (0,34%)

✓ Das 20 classes mais demandadas, 7 são de Processo Cível e do Trabalho, 7 são de Processo Criminal e os 6 restantes são de Processo Militar.

5 A relação completa retornaria em uma listagem de quase 200 classes.

Gráfico 8.42 – Classes mais demandadas na Justiça Militar Estadual no 2º grau

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	595 (16,46%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	539 (14,91%)
3. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	399 (11,04%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Recursos	347 (9,60%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	240 (6,64%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	227 (6,28%)
7. PROCESSO MILITAR - Procedimentos Especiais Previstos em Leis Esparsas/Representação p/ Perda da Graduação	177 (4,90%)
8. PROCESSO MILITAR - Procedimentos Especiais Previstos em Leis Esparsas	159 (4,40%)
9. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal/Procedimento Especial	117 (3,24%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	88 (2,43%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	87 (2,41%)
12. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal	80 (2,21%)
13. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Embargos de Declaração	68 (1,88%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Embargos Infringentes e de Nulidade	57 (1,58%)
15. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação / Reexame Necessário	55 (1,52%)
16. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal/Recursos	48 (1,33%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras	41 (1,13%)
18. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Agravo de Execução Penal	37 (1,02%)
19. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Agravo Regimental	31 (0,86%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Processo Especial/Processo Especial de Leis Esparsas	27 (0,75%)

✓ Das 20 classes mais demandadas no 2º grau, 9 se referem a Processo Criminal, enquanto que no 1º grau são 14.

Gráfico 8.43 – Classes mais demandadas na Justiça Militar Estadual no 1º grau

1. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal/Procedimentos Investigatórios	9.333 (41,03%)
2. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal	3.540 (15,56%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	1.751 (7,70%)
4. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Representação Criminal	663 (2,91%)
5. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal/Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário	628 (2,76%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Apelação	595 (2,62%)
7. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	539 (2,37%)
8. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento	501 (2,20%)
9. PROCESSO CRIMINAL - Recursos/Apelação	399 (1,75%)
10. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal	360 (1,58%)
11. PROCESSO CRIMINAL - Recursos	348 (1,53%)
12. PROCESSO CRIMINAL - Procedimentos Investigatórios/Auto de Prisão em Flagrante	317 (1,39%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Execução/Execução de Título Judicial	313 (1,38%)
14. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Execução da Pena	293 (1,29%)
15. PROCESSO CRIMINAL - Execução Criminal/Incidentes	240 (1,05%)
16. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	240 (1,05%)
17. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	227 (1,00%)
18. PROCESSO MILITAR - Procedimentos Especiais Previstos em Leis Esparsas/Representação p/ Perda da Graduação	177 (0,78%)
19. PROCESSO MILITAR - Processo Criminal/Procedimento Especial	165 (0,73%)
20. PROCESSO MILITAR - Procedimentos Especiais Previstos em Leis Esparsas	159 (0,70%)

✓ A classe "procedimentos investigatórios" é composta em quase a sua totalidade pela classe de nível 4 - inquérito policial militar.

8.5 Síntese da Justiça Militar Estadual

A Justiça Militar Estadual, composta por 3 tribunais e 11 auditorias militares estaduais, sendo 4 no TJM-SP, 4 no TJM-RS e 3 no TJM-MG, recebeu no ano de 2014 um total de 4.439 processos. Tal quantitativo vem reduzindo desde o início da série histórica em 2011, sendo que de 2014 para 2013 a diminuição foi de 20,4%. Tal comportamento se deve tanto ao 1º grau quanto ao 2º grau de jurisdição. Essa diminuição nos casos novos veio acompanhada também pela diminuição do número de processos pendentes (-23,5%) e de processos baixados (-18,2%). Mesmo com a redução dos baixados, a taxa de congestionamento encolheu 3 pontos percentuais, e passou de 36% em 2013 para 33% em 2014, atingindo seu melhor resultado desde 2011. Isso significa que de aproximadamente cada 3 processos que passaram pelo sistema de justiça durante o ano, apenas 1 permaneceu no acervo do ano posterior.

Outra contração observada foi quanto à despesa total da justiça, que, considerando os valores corrigidos monetariamente, diminuiu em 0,7% no ano de 2014, e passou de R$ 117,8 milhões para quase R$ 116,9 milhões[6]. Isso significa, na verdade, que houve incremento nas despesas na ordem de R$ 6,2 milhões, em escala inferior ao da inflação no mesmo período.

A redução de 3,5% na força de trabalho[7] foi resultante da diminuição de 20 trabalhadores, sendo 7 servidores, 2 terceirizados e 11 estagiários. Quanto ao número de magistrados, houve acréscimo de 1 cargo provido, tendo atingido o quantitativo de 40 magistrados em exercício[8]. Existem ainda, 7 cargos vagos, sendo 6 no TJM-MG e 1 no TJM-RS.

Ao correlacionar o número de processos baixados com o número de magistrados em atividade jurisdicional obtém-se uma média de 140 processos baixados ao ano, mas isso porque o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) registrou queda de 20,2% no último ano. Em relação aos servidores da área judiciária (IPS-Jud), a média foi de 24 processos baixados por servidor, também com registro de queda de 16,4%.

Na contramão desse cenário de quedas, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a relação dos baixados com os casos novos, só vem aumentando desde o início da série histórica, e atingiu 126% nesse ano de 2014, já que a diminuição do número de processos ingressados ocorreu de forma mais significativa que a redução da produtividade. Isso significa que em 2014 a Justiça Militar Estadual foi capaz de baixar o equivalente ao número de processos ingressados no ano, mais uma parte do estoque.

Cabe ainda destacar que esses são resultados globais da Justiça Militar Estadual, mas nem todos os tribunais seguem o mesmo comportamento na mesma magnitude, podendo inclusive haver disparidades entre 1º e 2º graus no mesmo tribunal, ou ainda entre processos nas fases de conhecimento ou de execução. Conforme resultados apresentados, o 1º grau apresenta maiores indicadores de carga de trabalho tanto de servidores quanto de magistrados e de IAD. Já a taxa de congestionamento, pela primeira vez na série histórica, foi maior no 2º grau que no 1º grau em 2014, mas apesar das diferenças, ficaram muito próximas.

6 Todos os valores monetários de 2011 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

7 Computada a força de trabalho auxiliar, composta por terceirizados, estagiários.

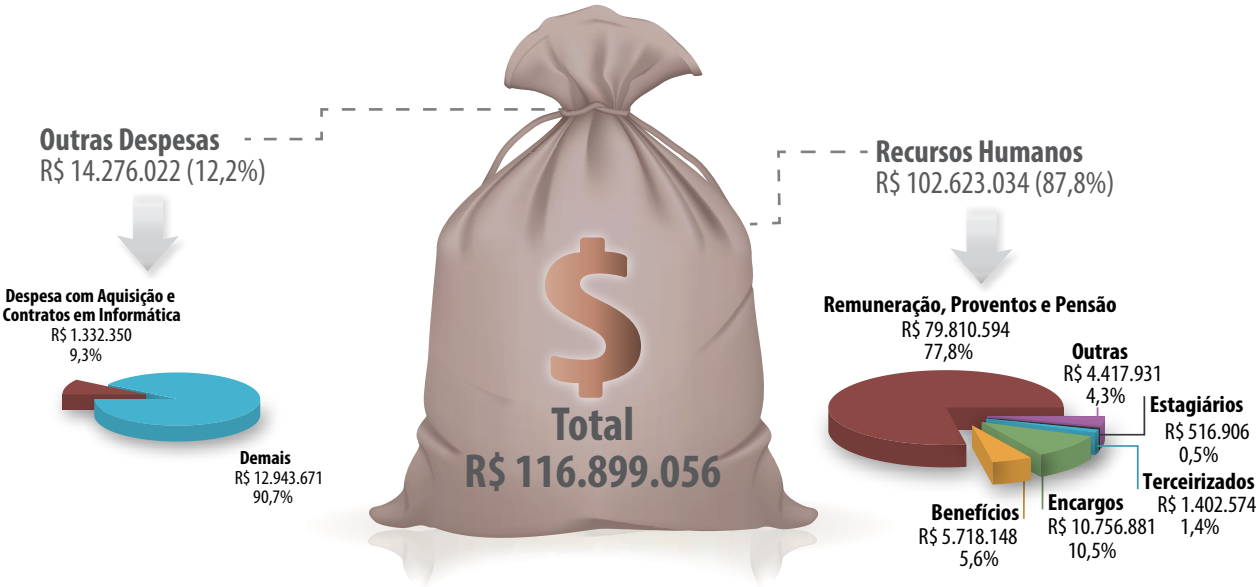
8 Excluído 1 magistrado afastado da jurisdição.

8.6 Infográficos por Tribunal

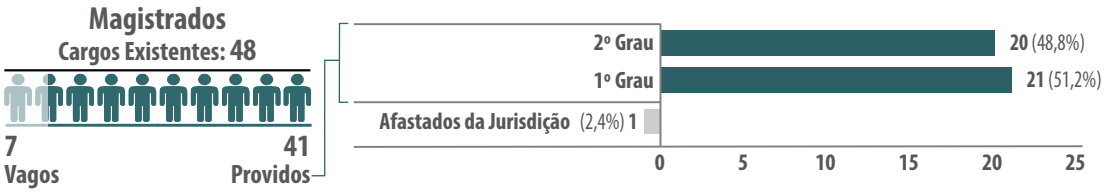
Os infográficos da Justiça Militar Estadual estão dispostos na seguinte ordem: indicadores relacionados às despesas do tribunal e dados de recursos humanos; movimentação processual; indicadores de produtividade do tribunal; e, por fim, indicadores por magistrado e por servidor. Os dados relativos à litigiosidade estão separados por instância, quais sejam: 2º grau e 1º grau, de modo a permitir a realização de análises individualizadas pela administração de cada tribunal com o objetivo de aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional no país, em especial no que diz respeito à priorização de recursos humanos e orçamentários a serem alocados.

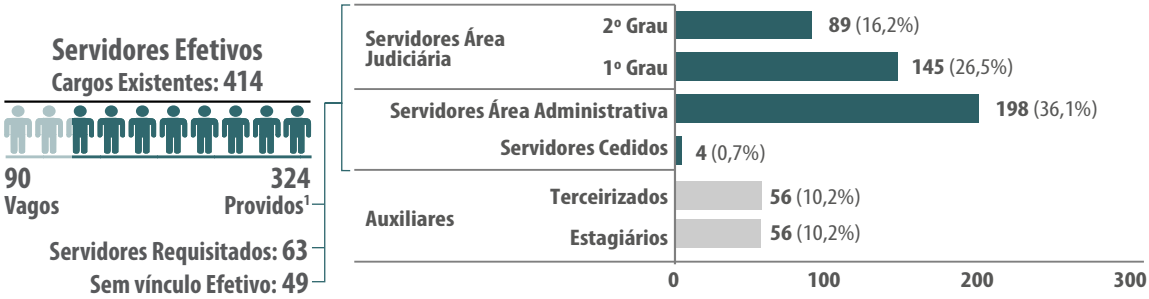
Justiça Militar Estadual

Despesas



Força de Trabalho

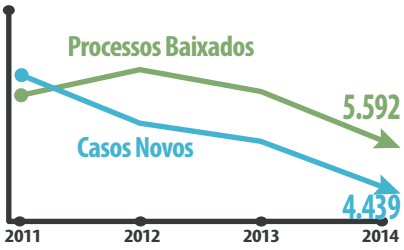


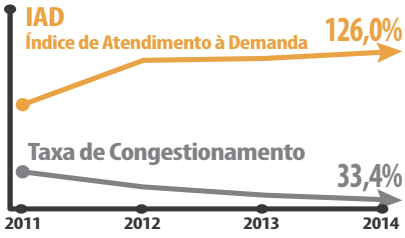


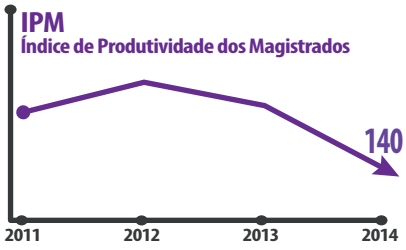
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

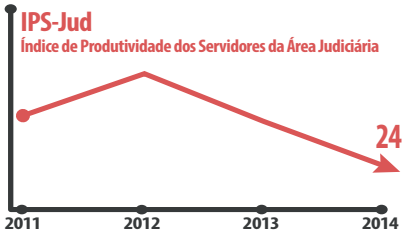
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.645	2.794	**4.439**	↓ -20,4%
Conhecimento	-	2.044	**2.044**	↓ -9,9%
Execução	-	750	**750**	↓ -33,3%
Julgados	2.057	3.607	**5.664**	↓ -18,4%
Conhecimento	-	2.084	**2.084**	↓ -17,4%
Execução	-	1.523	**1.523**	↓ -9,5%
Baixados	1.780	3.812	**5.592**	↓ -18,2%
Conhecimento	-	2.753	**2.753**	↓ -15,9%
Execução	-	1.059	**1.059**	↓ -14,0%
Estoque	1.077	2.884	**3.961**	↓ -23,5%
Conhecimento	-	1.724	**1.724**	↓ -37,1%
Execução	-	1.160	**1.160**	↓ -6,2%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	108,2%	136,4%	**126,0%**	↑ 3,33p.p.
Conhecimento	-	134,7%	**134,7%**	↓ -9,63p.p.
Execução	-	141,2%	**141,2%**	↑ 31,69p.p.
Taxa Congest.	34,6%	32,9%	**33,4%**	↓ -2,99p.p.
Conhecimento	-	26,9%	**26,9%**	↓ -7,73p.p.
Execução	-	44,6%	**44,6%**	↓ -3,29p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	82	102	**92**	↓ -19,2%
Carga de Trab.	162	292	**227**	↓ -22,7%
Proc. Julgados	103	180	**142**	↓ -20,5%
IPM (Baixados)	89	191	**140**	↓ -20,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	18	14	**16**	↓ -15,3%
Carga de Trab.	36	40	**39**	↓ -19,0%
IPS-Jud (Baixados)	20	26	**24**	↓ -16,4%







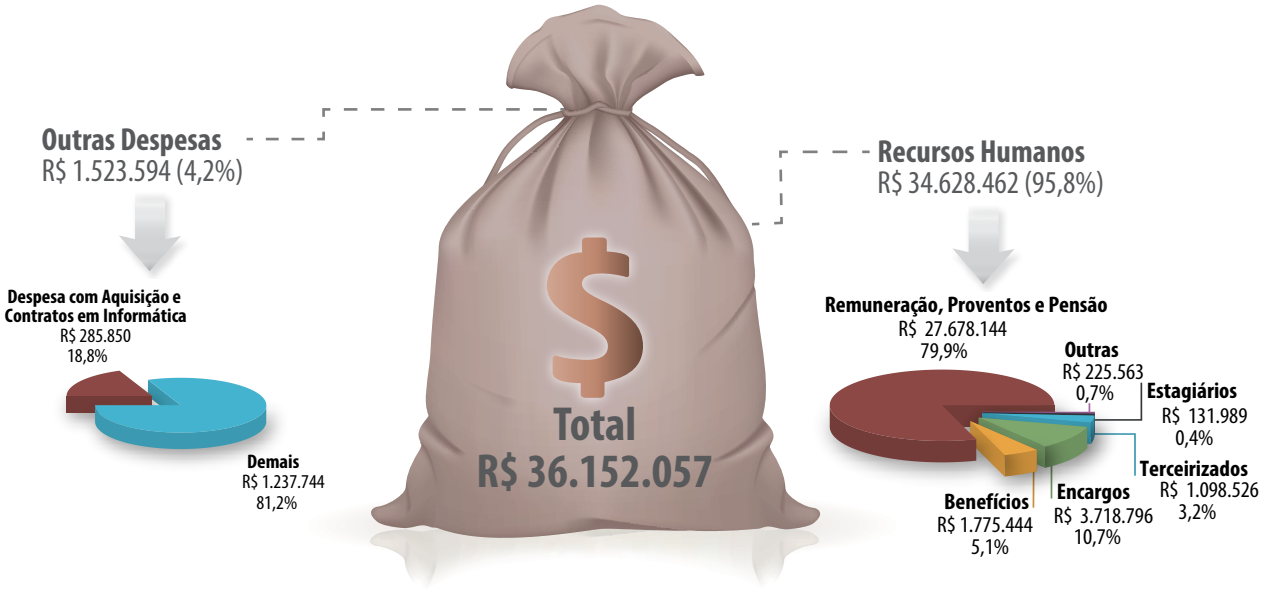


Assuntos mais recorrentes

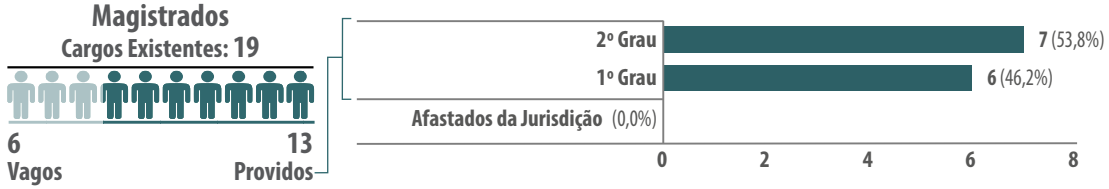
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Lesão Corporal e Rixa	1.456
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais	1.014
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	698
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Crimes contra o dever funcional	519
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar	477
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	474
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar	474
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Valor da Causa	442
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Homicídio	421
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Peculato	398

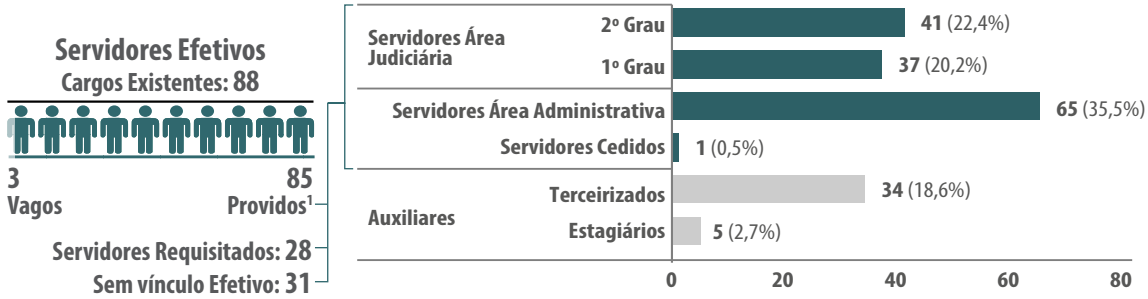
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

Despesas



Força de Trabalho

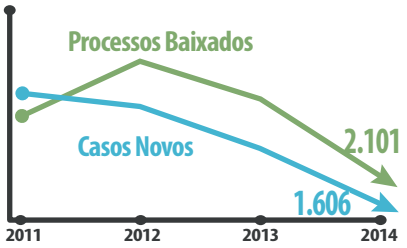


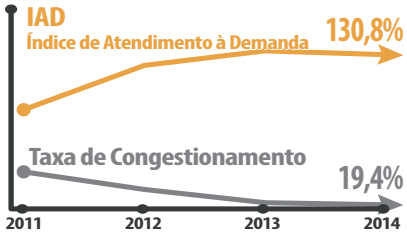


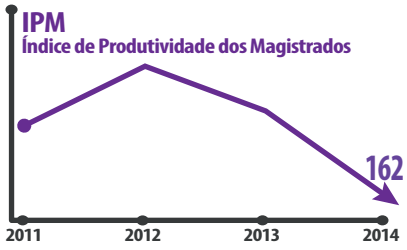
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

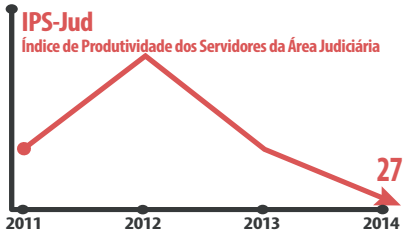
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	472	1.134	**1.606**	↓ -38,3%
Conhecimento	-	810	**810**	↓ -11,6%
Execução	-	324	**324**	↓ -50,8%
Julgados	559	1.199	**1.758**	↓ -42,9%
Conhecimento	-	757	**757**	↓ -38,0%
Execução	-	442	**442**	↓ -39,4%
Baixados	530	1.571	**2.101**	↓ -39,8%
Conhecimento	-	1.024	**1.024**	↓ -43,0%
Execução	-	547	**547**	↓ -19,9%
Estoque	215	786	**1.001**	↓ -45,9%
Conhecimento	-	416	**416**	↓ -68,2%
Execução	-	370	**370**	↑ 1,9%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	112,3%	138,5%	**130,8%**	↓ -3,28p.p.
Conhecimento	-	126,4%	**126,4%**	↓ -69,76p.p.
Execução	-	168,8%	**168,8%**	↑ 65,03p.p.
Taxa Congest.	22,9%	18,2%	**19,4%**	↓ -2,21p.p.
Conhecimento	-	16,5%	**16,5%**	↓ -2,72p.p.
Execução	-	21,2%	**21,2%**	↓ -11,92p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	67	135	**99**	↓ -34,1%
Carga de Trab.	113	338	**217**	↓ -40,2%
Proc. Julgados	80	200	**135**	↓ -42,9%
IPM (Baixados)	76	262	**162**	↓ -39,8%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	12	22	**16**	↓ -37,5%
Carga de Trab.	19	55	**36**	↓ -43,3%
IPS-Jud (Baixados)	13	42	**27**	↓ -42,9%







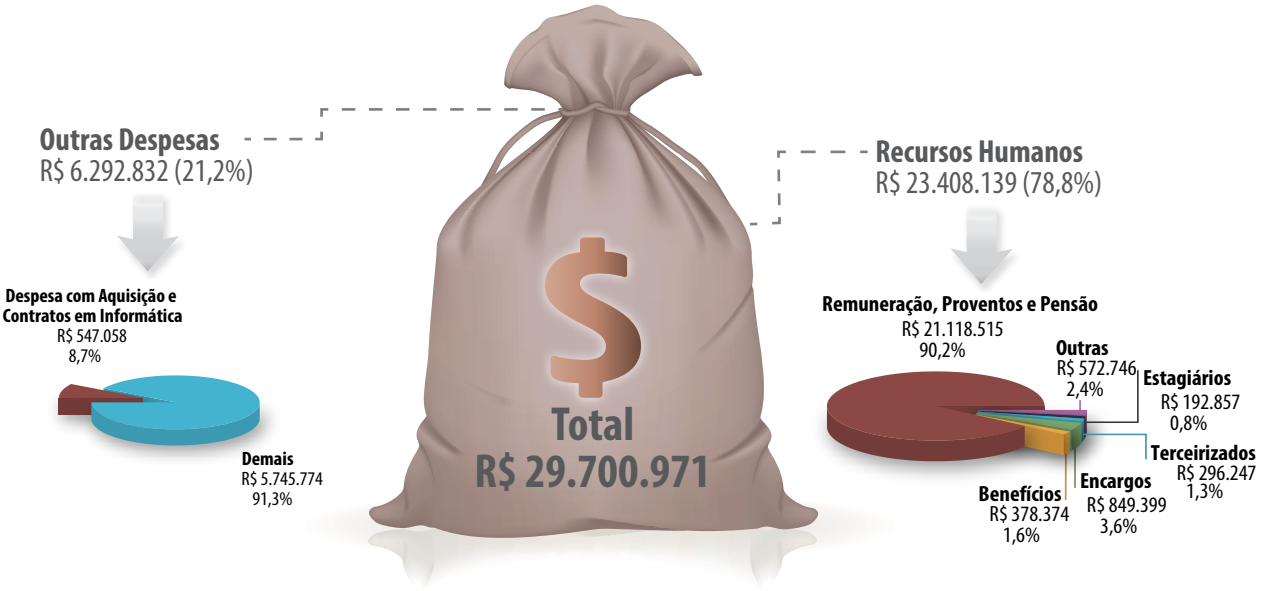


Assuntos mais recorrentes

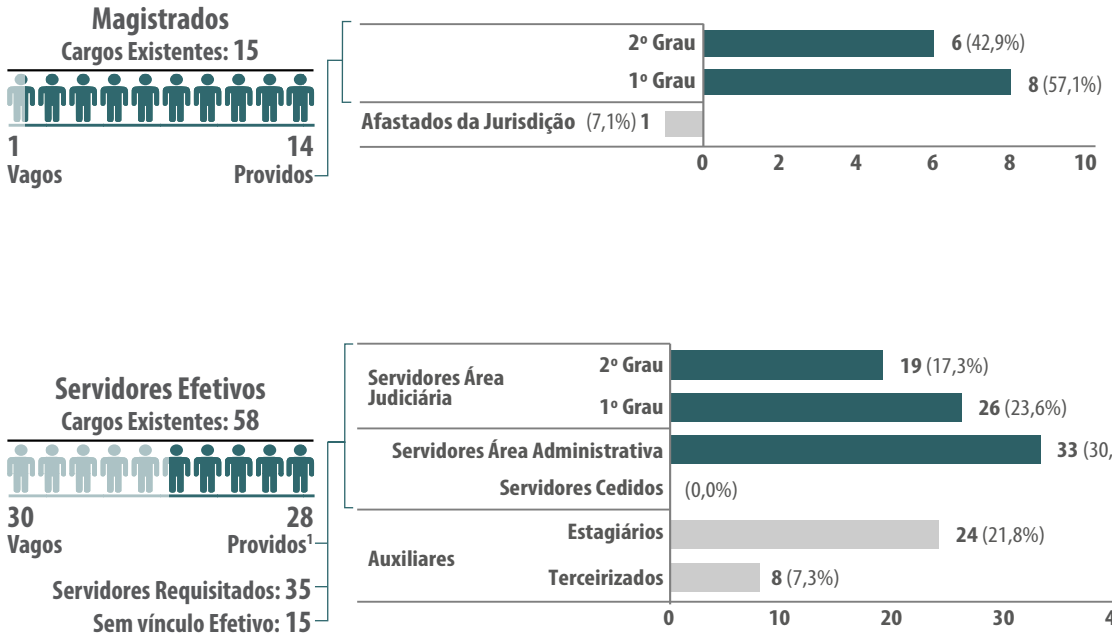
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Lesão Corporal e Rixa	1.303
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Militar/Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância	554
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Crimes contra o dever funcional	353
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Falsidade	256
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Homicídio	242
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Peculato	237
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Crimes contra a Liberdade	188
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Desacato e da Desobediência	186
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Formação, Suspensão e Extinção do Processo/ Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito	184
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar/Abandono de posto e de outros crimes em serviço	172

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

Despesas



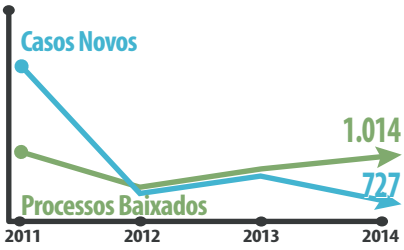
Força de Trabalho

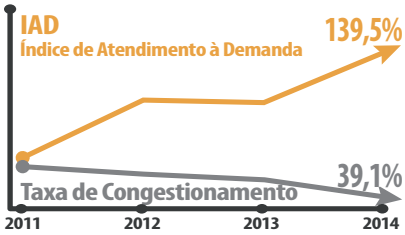


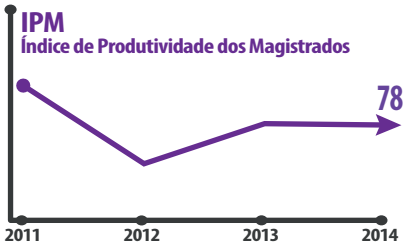
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

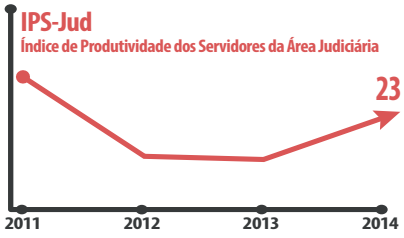
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	210	517	**727**	↓ -18,5%
Conhecimento	-	384	**384**	↓ -4,2%
Execução	-	133	**133**	↓ -19,9%
Julgados	346	549	**895**	↓ -10,6%
Conhecimento	-	372	**372**	↓ -19,0%
Execução	-	177	**177**	↑ 6,6%
Baixados	274	740	**1.014**	↑ 8,0%
Conhecimento	-	591	**591**	↑ 29,6%
Execução	-	149	**149**	↓ -17,2%
Estoque	130	809	**939**	↓ -4,1%
Conhecimento	-	473	**473**	↓ -10,6%
Execução	-	336	**336**	↓ -4,5%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	130,5%	143,1%	**139,5%**	↑ 34,21p.p.
Conhecimento	-	153,9%	**153,9%**	↑ 40,19p.p.
Execução	-	112,0%	**112,0%**	↑ 3,60p.p.
Taxa Congest.	19,4%	44,2%	**39,1%**	↓ -10,68p.p.
Conhecimento	-	31,0%	**31,0%**	↓ -19,93p.p.
Execução	-	68,2%	**68,2%**	↑ 2,98p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	35	55	**46**	↓ -24,5%
Carga de Trab.	71	190	**135**	↓ -16,8%
Proc. Julgados	58	78	**69**	↓ -17,5%
IPM (Baixados)	46	106	**78**	↓ -0,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	11	15	**13**	↓ -10,9%
Carga de Trab.	22	51	**39**	↓ -1,8%
IPS-Jud (Baixados)	14	28	**23**	↑ 17,6%







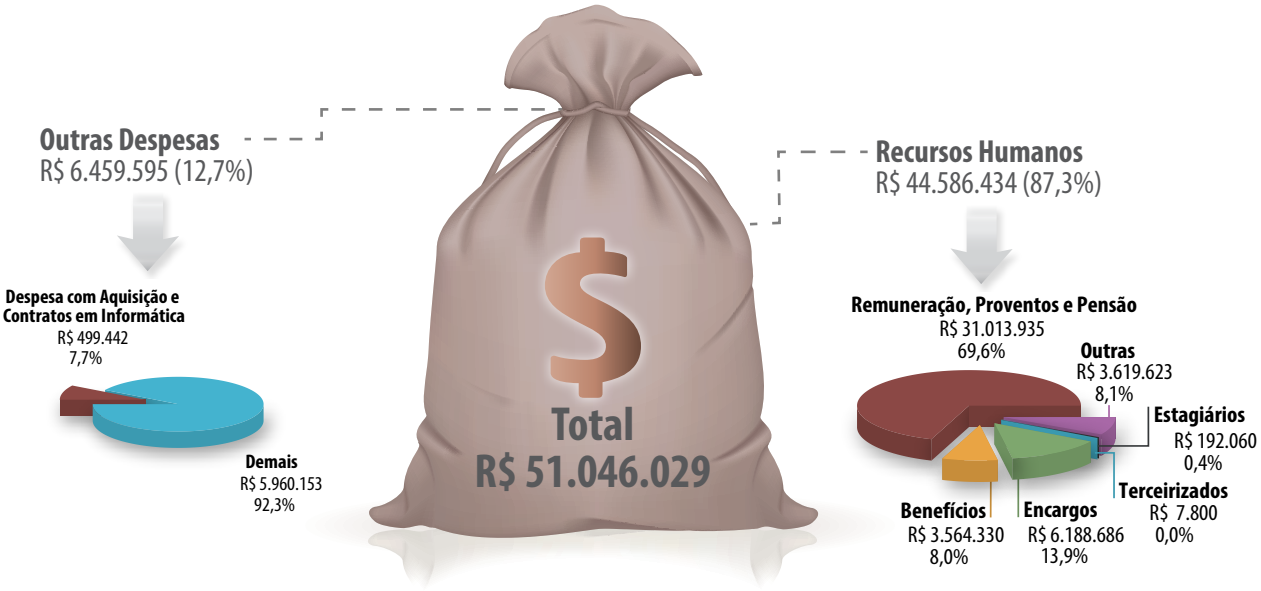


Assuntos mais recorrentes

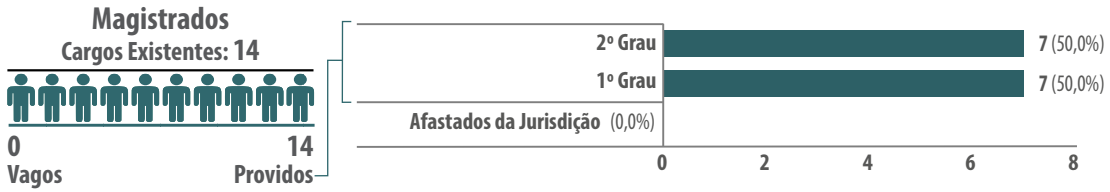
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Lesão Corporal e Rixa	75
DIREITO PENAL MILITAR: Parte Geral /Extinção da punibilidade	27
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Crimes contra o dever funcional	24
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Crimes contra a Liberdade	21
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar/Abandono de posto e de outros crimes em serviço	17
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Falsidade	15
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Desacato e da Desobediência	13
DIREITO PENAL MILITAR: Parte Geral /Penas Acessórias	12
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Pessoa/Crimes contra a Honra	12
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Concussão, Excesso de Exação e Desvio	10

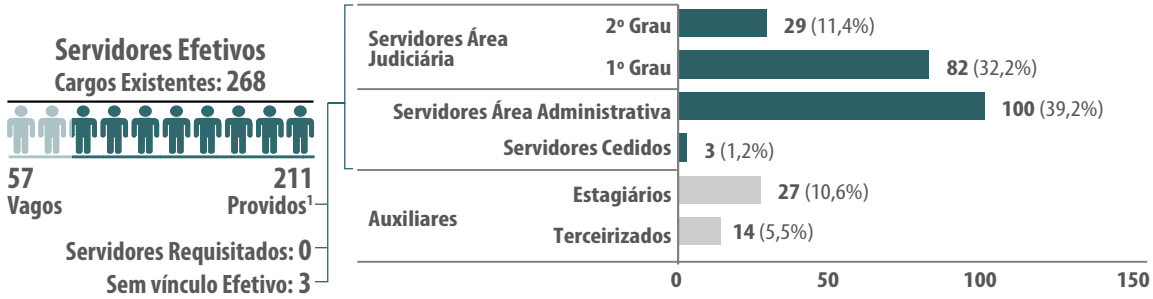
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

Despesas



Força de Trabalho

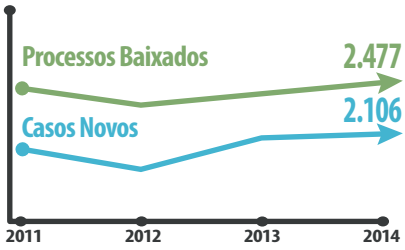


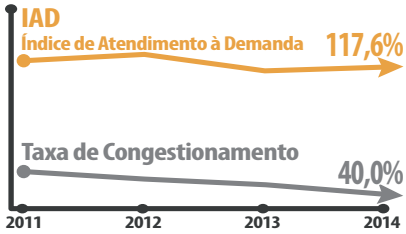


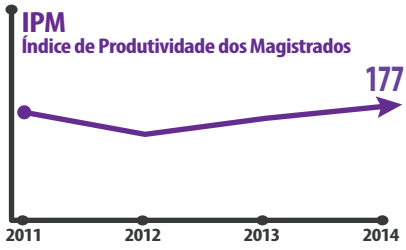
2 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

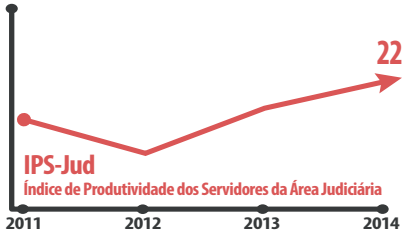
Litigiosidade

	2º Grau	1º Grau	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	963	1.143	**2.106**	↑ 1,3%
Conhecimento	-	850	**850**	↓ -10,6%
Execução	-	293	**293**	↓ -2,7%
Julgados	1.152	1.859	**3.011**	↑ 5,2%
Conhecimento	-	955	**955**	↑ 13,4%
Execução	-	904	**904**	↑ 14,7%
Baixados	976	1.501	**2.477**	↑ 3,0%
Conhecimento	-	1.138	**1.138**	↑ 11,6%
Execução	-	363	**363**	↓ -1,6%
Estoque	732	1.289	**2.021**	↓ -13,9%
Conhecimento	-	835	**835**	↓ -7,7%
Execução	-	454	**454**	↓ -13,0%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	101,3%	131,3%	**117,6%**	↑ 1,88p.p.
Conhecimento	-	133,9%	**133,9%**	↑ 26,63p.p.
Execução	-	123,9%	**123,9%**	↑ 1,30p.p.
Taxa Congest.	42,4%	38,3%	**40,0%**	↓ -5,68p.p.
Conhecimento	-	32,5%	**32,5%**	↓ -12,58p.p.
Execução	-	51,4%	**51,4%**	↓ -3,76p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	138	121	**130**	↑ 2,0%
Carga de Trab.	288	356	**322**	↓ -6,0%
Proc. Julgados	165	266	**215**	↑ 5,2%
IPM (Baixados)	139	214	**177**	↑ 3,0%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	33	10	**16**	↑ 6,6%
Carga de Trab.	70	30	**41**	↓ -1,8%
IPS-Jud (Baixados)	34	18	**22**	↑ 7,6%









Assuntos mais recorrentes

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais	1.014
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar	477
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar/Liminar	474
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Medida Cautelar	474
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Valor da Causa	441
DIREITO PENAL MILITAR: Crimes contra a Administração Militar/Concussão, Excesso de Exação e Desvio	346
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Atos Processuais/Citação	316
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Ministério Público	302
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Militar/Regime	300
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Militar	294

9 Tribunais Superiores

O que são os Tribunais Superiores:

Os Tribunais Superiores são os órgãos máximos de seus ramos de Justiça, atuando tanto em causas de competência originária quanto como revisores de decisões de 1º ou 2º graus. São eles: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os magistrados que compõem esses colegiados são denominados Ministros.

Superior Tribunal de Justiça:

É o Tribunal Superior da Justiça comum (estadual e federal) para causas infraconstitucionais (que não se relacionam diretamente com a Constituição Federal), sendo composto por 33 ministros. Sua principal função é de uniformizar e padronizar a interpretação da legislação federal brasileira, ressalvadas as questões de competência das Justiças Especializadas (Eleitoral e do Trabalhista). Suas competências estão previstas no art. 105 da Constituição Federal, dentre as quais se encontra o julgamento em recurso especial de causas decididas em última ou única instância pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais de Justiça ou pelos Tribunais de Justiça Militar dos estados quando a decisão recorrida contrariar lei federal.

Superior Tribunal Militar:

A Justiça Militar de União é composta por 15 ministros vitalícios, conforme art. 123 da Constituição Federal. Sua principal competência é de processar e julgar os integrantes das Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha) nos crimes militares definidos no Código Penal Militar.

Outro ponto a ser destacado, além das competências constitucionais explicitadas, o magistrado militar é responsável por acompanhar, decidir e finalizar os Procedimentos Investigatórios. Esses quantitativos de procedimentos administrativos (inquéritos militares) não estão computados na carga de trabalho deste Relatório, mas vale ressaltar que essa peculiaridade demanda um grande esforço dos magistrados militares, visto que nessa fase são realizados estudos e diligências antes mesmo do recebimento da denúncia.

Tribunal Superior Eleitoral:

Órgão máximo da Justiça Eleitoral, o TSE é composto por 7 ministros originários do STF (3) e do STJ (2), mais 2 advogados, indicados pelo STF e nomeados pela Presidência da República. Sua principal função é zelar pela lisura de todo o processo eleitoral. Ao TSE cabe, entre outras atribuições previstas no Código Eleitoral, julgar os recursos decorrentes das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), inclusive sobre matéria administrativa.

Tribunal Superior do Trabalho:

Órgão máximo da Justiça do Trabalho, é composto por 27 ministros. Sua principal função é a de uniformizar as decisões sobre ações trabalhistas, consolidando a jurisprudência deste ramo do Direito. O TST possui competência para o julgamento de recursos de revista, recursos ordinários e agravos de instrumento contra decisões de TRTs e dissídios coletivos de categorias organizadas em nível nacional, além de mandados de segurança e embargos opostos às suas decisões e ações rescisórias, dentre outras constantes no art. 114 da Constituição Federal.

Neste capítulo, serão analisadas as informações enviadas pelos Tribunais Superiores. É importante frisar que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o art. 4.º da Resolução CNJ 76/2009.

Em resumo, cada seção apresenta dados e análises sobre os principais indicadores de cada Tribunal Superior (STJ, STM, TSE e TST), sendo que os dados do STM estão dispostos na seção destinada à Justiça Militar da União, a qual agrega, inclusive, as informações relativas às auditorias militares da União.

Dentro de cada seção, a primeira subseção traz um panorama global dos principais dados constantes no Sistema no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, segundo as três grandes vertentes que norteiam a pesquisa, quais sejam: a) Recursos Financeiros; b) Recursos Humanos e c) Litigiosidade.

De forma inédita, a segunda subseção permite uma análise mais detalhada das demandas existentes nos Tribunais Superiores, com segmentação dos casos novos por classe processual e por assunto. Na Justiça Militar da União consta uma subseção composta de comparações entre os indicadores das auditorias militares e do STM.

Por fim, a última seção disponibiliza os dados de cada tribunal, na forma de infográficos.

9.1 Superior Tribunal de Justiça

9.1.1 Dados Globais do Superior Tribunal de Justiça

Esta subseção destina-se a apresentar um panorama global do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segmentada entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

9.1.1.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais do Superior Tribunal de Justiça somaram aproximadamente R$ 1,1 bilhão, o que representou um crescimento de 0,5% em relação ao ano de 2013, e de 3% no último quadriênio[1]. Essa despesa equivale a 0,02% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,05% dos gastos totais da União e a um custo pelo serviço de Justiça de R$ 5,42 por habitante. Os gastos com recursos humanos em 2014 foram responsáveis por 89,7% da despesa total e compreendem, além da remuneração com ministros, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, também todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos diminuiu 0,5 pontos percentual no último ano, conforme aponta o Gráfico 9.1.

Ao detalhar as despesas com recursos humanos, já que são responsáveis pela maior parte do orçamento do tribunal, observa-se que 88,7% dos gastos destinam-se ao pagamento de servidores, abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de 1,9% de outras despesas indenizatórias. Os custos com terceirizados e estagiários são responsáveis por 9,4% das despesas com recursos humanos (Gráfico 9.2).

Os valores arrecadados pelo Superior Tribunal de Justiça em decorrência da atividade jurisdicional alcançaram em 2014 cerca de R$ 30,2 milhões, referente aos recolhimentos com custas e emolumentos, representando um aumento de 97,7% em relação ao ano de 2013, considerando a inflação do período. Apesar da alta expressiva, esse valor representa 2,7% do total das despesas do ano de 2014.

Gráfico 9.1 - Série Histórica das Despesas do Superior Tribunal de Justiça

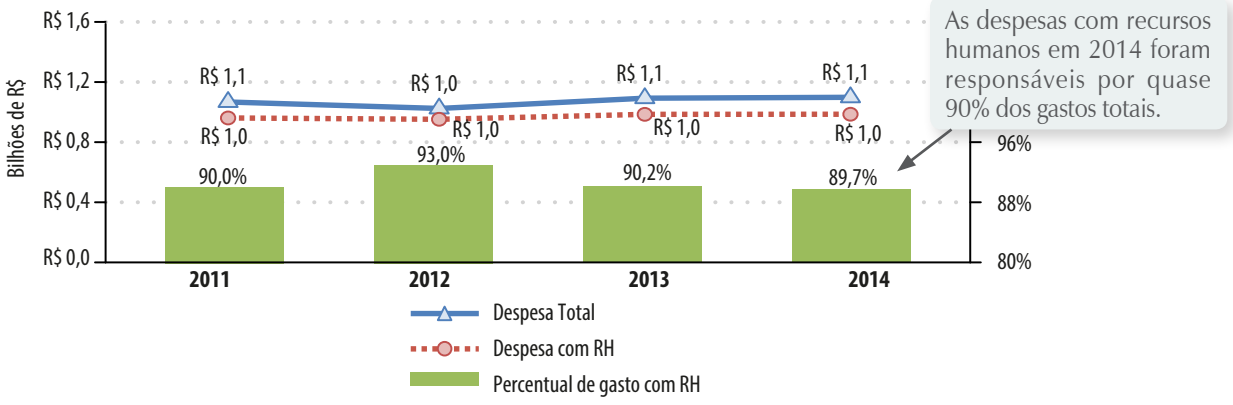
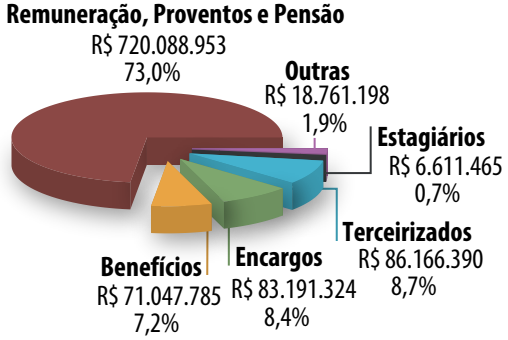


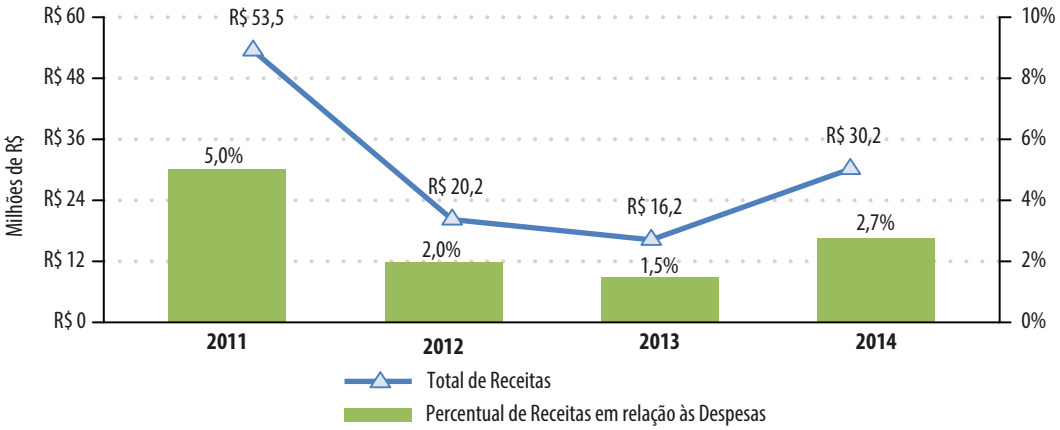
Gráfico 9.2 – As Despesas com Recursos Humanos no Superior Tribunal de Justiça



✓ Dentre as despesas com RH, 90,6% são com magistrados e servidores (ativos e inativos) e 9,4% destinam-se ao pagamento de terceirizados e estagiários.

1 Todos os valores monetários de 2011 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 9.3 – Arrecadações do Superior Tribunal de Justiça



9.1.1.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Ministros;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados de outros órgãos de fora ou de dentro do Poder Judiciário e os comissionados sem vínculo efetivo; e

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e estagiários.

O Superior Tribunal de Justiça é composto por **33 ministros** e contava, ao final do ano de 2014, com **2.867 servidores**, sendo 2.768 do quadro efetivo que, excluídos os 138 que estavam cedidos para outros órgãos, resulta-se em uma força de trabalho de 2.630 efetivos (91,7%). Somem-se ainda à equipe os 169 requisitados de outros órgãos (5,9%) e 68 comissionados sem vínculo efetivo (2,4%). Cumpre ainda informar a existência de 162 cargos criados por lei e ainda não providos, que representam 5,5% dos cargos efetivos existentes, percentual que aumentou no último ano devido à criação de novos cargos. Desse total de servidores, 1.566 atuam na área judiciária, que detém 54,6% da força de trabalho, restando 45,4% na área administrativa.

Por fim, o STJ contou ainda com a apoio de **2.152 trabalhadores auxiliares**, que se dividem entre 1.550 terceirizados (72%) e 602 estagiários (28%). Esse tipo de contratação vinha diminuindo desde 2011 (Gráfico 9.4), mas no último ano apresentou aumento de 3,8%, devido unicamente ao aumento do número de estagiários.

Figura 9.1 - Diagrama da Força de Trabalho no STJ

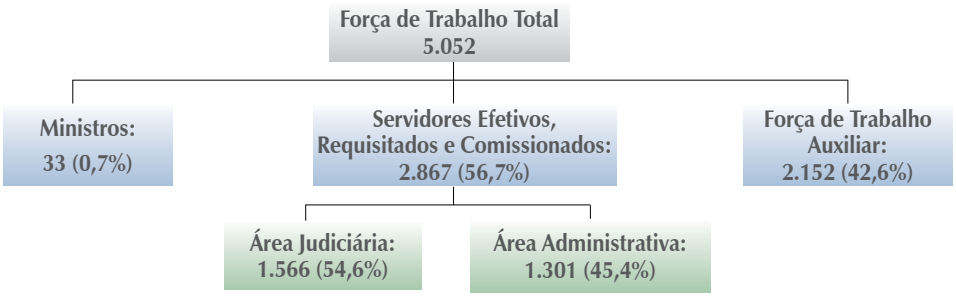
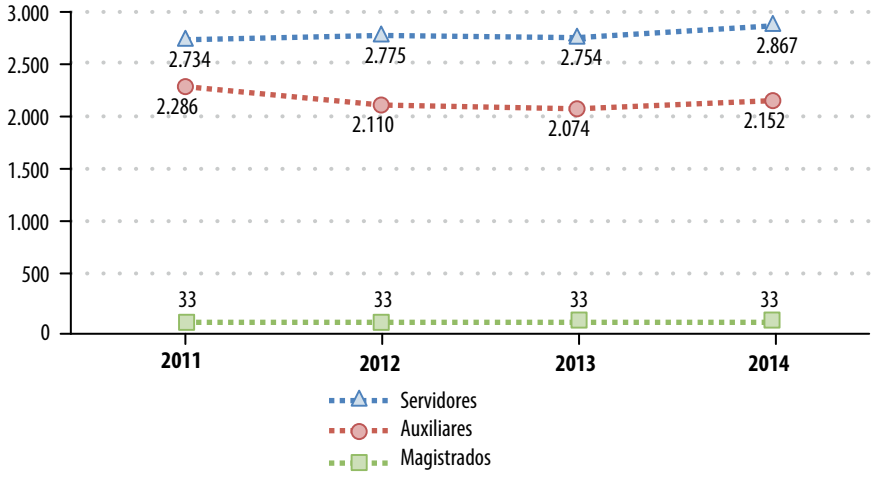


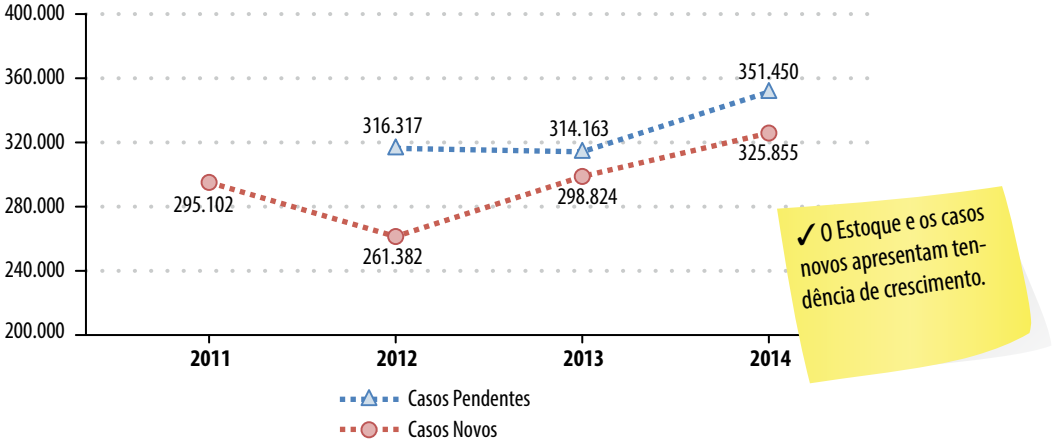
Gráfico 9.4 - Série Histórica da Força de Trabalho no Superior Tribunal de Justiça



9.1.1.3 Litigiosidade

O Superior Tribunal de Justiça iniciou o ano de 2014 com um estoque de 351.450 processos, quase 12% a mais que no ano anterior (Gráfico 9.5). Já o número de processos baixados no ano diminuiu 3,2% em relação a 2013 (Gráfico 9.6), implicando diminuição também na produtividade tanto de servidores da área judiciária[2] (-8,8%) quanto de ministros[3] (-3,2%), conforme o Gráfico 9.8. Com isso, estima-se que ao final de 2014 o estoque tenha crescido ainda 11%, mantendo a tendência de crescimento da série histórica, como reflexo da diminuição do número de processos baixados combinado com o aumento de 9% no número de casos novos, que atingiu 325.855 processos em 2014. Desses, 99,7% ingressaram eletronicamente (Gráfico 9.9). Esses comportamentos em conjunto ocasionaram um impacto de 5,9 pontos percentuais a mais na taxa de congestionamento e de 11,1 pontos percentuais a menos no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), sendo o resultado menos favorável já atingido por esse tribunal (Gráfico 9.7).

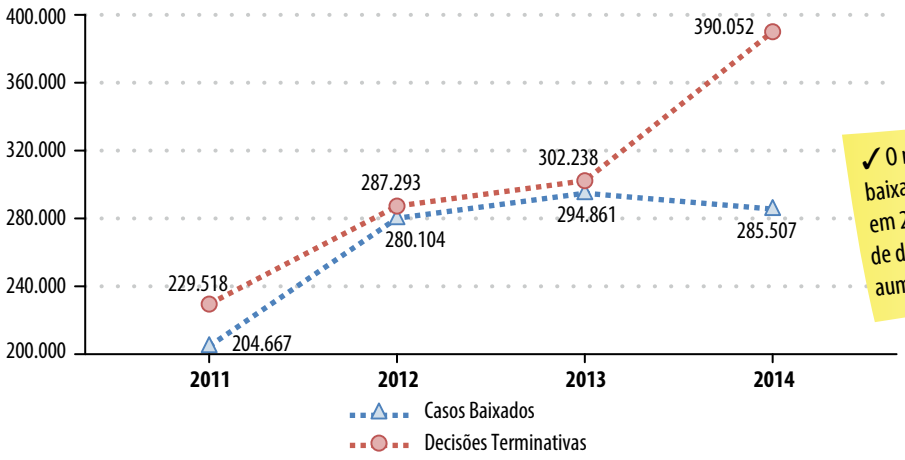
Gráfico 9.5 – Série Histórica da Movimentação Processual



2 Índice de Produtividade dos Servidores calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de servidores da área judiciária.

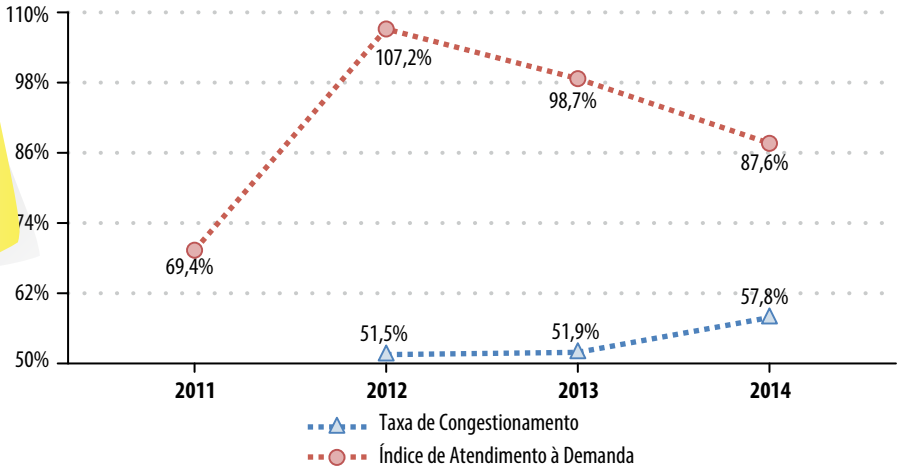
3 Índice de Produtividade dos Magistrados calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de magistrados em atividade.

Gráfico 9.6 – Série Histórica do Total de Baixas e Decisões



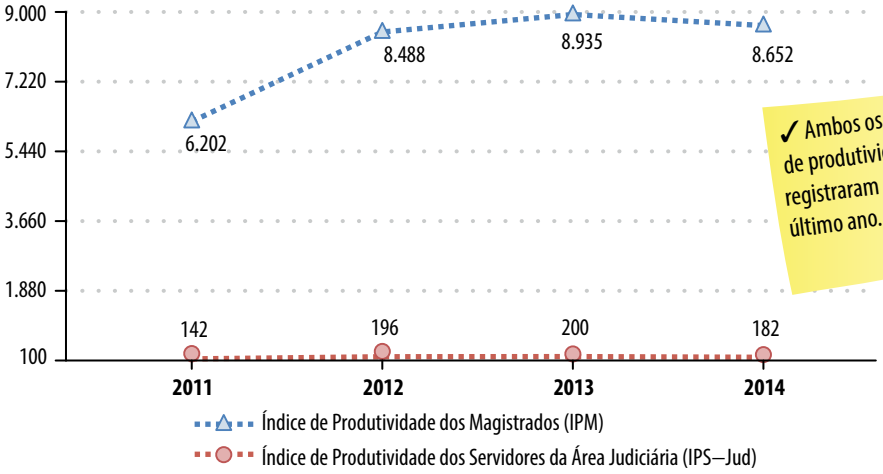
✓ O número de casos baixados diminuiu 3,2% em 2014, mas o número de decisões terminativas aumentou 29,1%.

Gráfico 9.7 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho



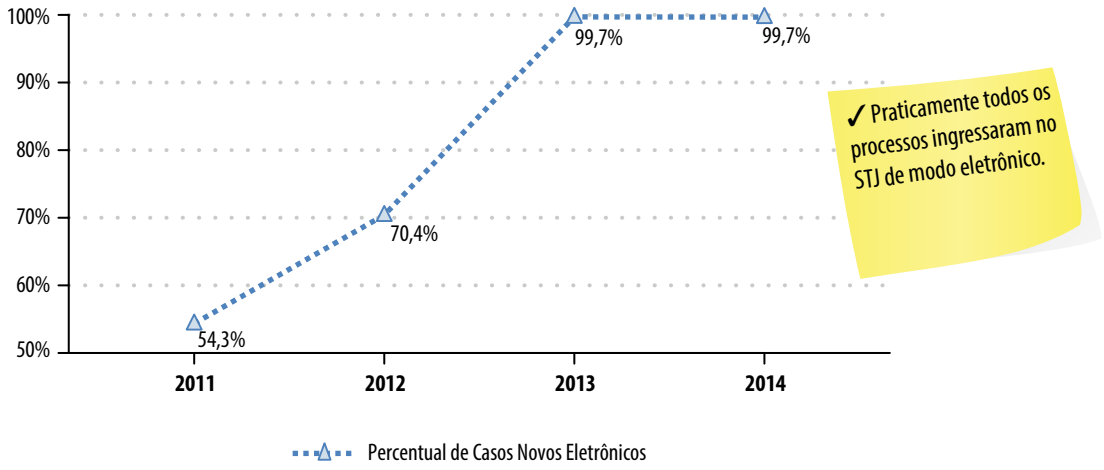
✓ O IAD diminuiu 11,1 pontos percentuais enquanto a taxa de congestionamento subiu 5,9 pontos percentuais.

Gráfico 9.8 – Série Histórica dos Índices de Produtividade



✓ Ambos os índices de produtividade registraram queda no último ano.

Gráfico 9.9 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos no Superior Tribunal de Justiça



9.1.2 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Os dados que serão apresentados nesta seção referem-se aos casos ingressados no ano de 2014 segmentados por classe e assunto, segundo as Tabelas Processuais Unificadas que foram instituídas pela Resolução CNJ 46/2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente relatório. Por exemplo, no cômputo do total de casos novos do Superior Tribunal de Justiça algumas classes são excluídas, como é o caso dos agravos regimentais, embargos de declaração, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado, e portanto, todas devem ser consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados no Superior Tribunal de Justiça, mas a quantidade de classes ou assuntos cadastrados, em suas respectivas categorias.

9.1.2.1 Assuntos mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas para o Superior Tribunal de Justiça possuem até 6 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito Tributário", há a segmentação de "Crédito Tributário" (nível 2), "Extinção do Crédito Tributário" (nível 3), "Prescrição" (nível 4), "Suspensão" (nível 5) e, por fim, "Arquivamento Administrativo – Crédito de Pequeno Valor".

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a análise, pois não é conhecido o procedimento de autuação do tribunal. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[4].

Gráfico 9.10 – Assuntos mais demandados no Superior Tribunal de Justiça

1. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Contratos	51.998 (17,75%)
2. DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa	15.419 (5,26%)
3. DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	13.487 (4,60%)
4. DIREITO CIVIL - Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	8.611 (2,94%)
5. DIREITO ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Sistema Remuneratório e Benefícios	8.077 (2,76%)
6. DIREITO PENAL - Crimes contra o Patrimônio/Roubo Majorado	7.201 (2,46%)
7. DIREITO ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor Público Civil/Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	6.937 (2,37%)
8. DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	6.543 (2,23%)
9. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Bancários	6.254 (2,14%)
10. DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	5.156 (1,76%)
11. DIREITO PENAL - Crimes contra a vida/Homicídio Qualificado	4.997 (1,71%)
12. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)	4.589 (1,57%)
13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	4.066 (1,39%)
14. DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo/Planos de Saúde	4.041 (1,38%)
15. DIREITO PROCESSUAL PENAL - Execução Penal/Pena Privativa de Liberdade	3.798 (1,30%)
16. DIREITO CIVIL - Coisas/Propriedade	3.588 (1,22%)
17. DIREITO PROCESSUAL PENAL - Execução Penal	3.549 (1,21%)
18. DIREITO ADM. E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Serviços/Saúde	3.499 (1,19%)
19. DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Benefícios em Espécie/Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	3.151 (1,08%)
20. DIREITO TRIBUTÁRIO - Contribuições/Contribuições Sociais	3.057 (1,04%)

✓ Destaca-se no STJ a variedade de assuntos principais entre os 20 maiores.

✓ O assunto mais demandado é de obrigações no âmbito do Direito Civil.

4 A relação completa retornaria em uma listagem de mais de 2000 assuntos.

9.1.2.2 Classes mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas para o Superior Tribunal de Justiça possuem até 6 níveis hierárquicos de classes, por exemplo, no grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho", há a segmentação entre, por exemplo, "Processos de Conhecimento", "Processos de Execução", "Recursos", entre outros (nível 2). Em um terceiro nível, dentro dos processos de conhecimento, existem os "Procedimentos Especiais" (nível 4), "Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa" (nível 5) e, por fim, chegando ao sexto nível, "Restauração de Autos".

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação do tribunal. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[5].

Gráfico 9.11 – Classes mais demandadas no Superior Tribunal de Justiça

1. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Recurso Especial	77.453 (55,46%)
2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Habeas Corpus	27.294 (19,54%)
3. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Recurso Ordinário em Habeas Corpus	11.129 (7,97%)
4. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Reclamação	7.007 (5,02%)
5. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Conflito de Competência	5.895 (4,22%)
6. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	2.592 (1,86%)
7. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Sentença Estrangeira	1.893 (1,36%)
8. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Medida Cautelar	1.608 (1,15%)
9. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Carta Rogatória	828 (0,59%)
10. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Mandado de Segurança	806 (0,58%)
11. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Revisão Criminal	552 (0,40%)
12. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Petição	436 (0,31%)
13. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Precatório	364 (0,26%)
14. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Agravo de Instrumento	340 (0,24%)
15. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Execução em Mandado de Segurança	283 (0,20%)
16. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Embargos à Execução em Mandado de Segurança	261 (0,19%)
17. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Ação Rescisória	220 (0,16%)
18. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Requisição de Pequeno Valor	165 (0,12%)
19. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Suspensão de Liminar e de Sentença	123 (0,09%)
20. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Sentença Estrangeira Contestada	108 (0,08%)

5 A relação completa retornaria em uma listagem de quase 90 classes.

9.2 Justiça Militar da União

9.2.1 Dados Globais da Justiça Militar da União

Esta subseção destina-se a apresentar um panorama global da Justiça Militar da União, composta pelo Superior Tribunal Militar (STM) e pelas Auditorias Militares da União, segmentada entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

9.2.1.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais da Justiça Militar da União somaram aproximadamente R$ 416,5 milhões, o que representou um crescimento de 2,9% em relação ao ano de 2013 e de apenas 8% no último quadriênio[6]. Essa despesa equivale a 0,01% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,02% dos gastos totais da União e a um custo pelo serviço de Justiça de R$ 2,05 por habitante. Os gastos com recursos humanos são responsáveis por 97,5% da despesa total e compreendem, além da remuneração com magistrados, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, também todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos cresceu em 5,1 pontos percentuais no último ano, tendo se mantido relativamente estável entre 2011 e 2013, conforme aponta o Gráfico 9.12.

Ao detalhar as despesas com Recursos Humanos, já que são responsáveis pela maior parte do orçamento dos tribunais, observa-se que 91,6% dos gastos destinam-se ao pagamento de servidores, abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de 3,9% de outras despesas indenizatórias. Destas, 4,4% referem-se aos custos de terceirizados e estagiários (Gráfico 9.13).

Gráfico 9.12 - Série Histórica das Despesas da Justiça Militar da União

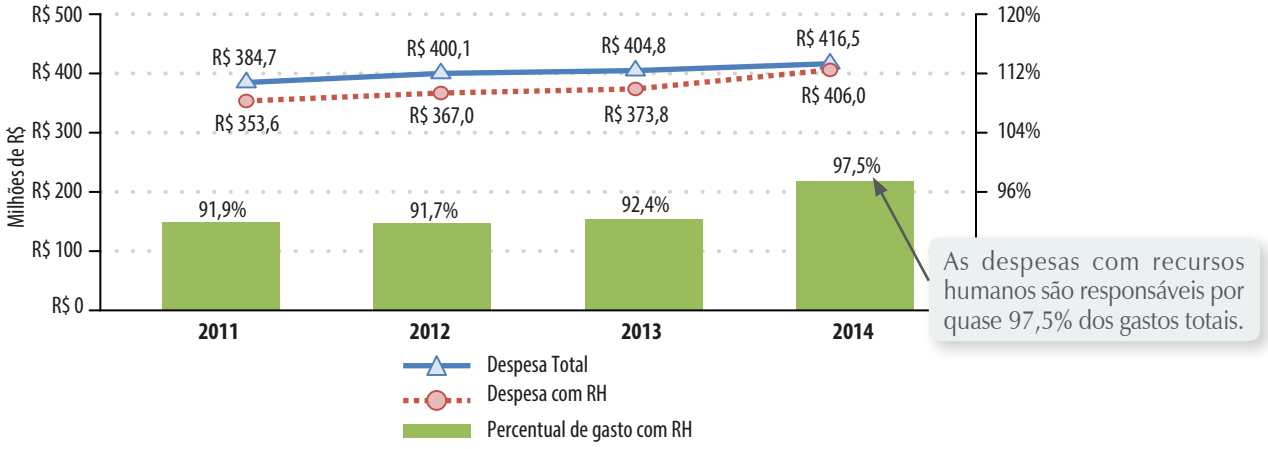
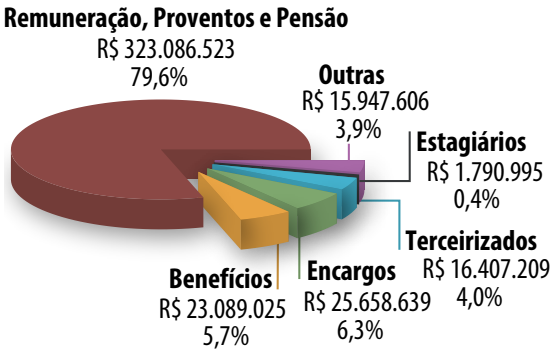


Gráfico 9.13 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Militar da União



6 Todos os valores monetários de 2011 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

9.2.1.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Ministros e juízes;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados de outros órgãos de fora ou de dentro do Poder Judiciário e os comissionados sem vínculo efetivo; e

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e os estagiários.

Em 2014, a Justiça Militar da União contou com a atuação de **43 magistrados, sendo 15 ministros e 28 juízes**. Cumpre informar que existem, criados por lei, 54 cargos de magistrados na Justiça Militar da União, o que implica a existência de 20,4% de cargos vagos (Gráfico 9.14), todos referentes a juizes auditores. Em 2014, o número de cargos providos de magistrados na Justiça Militar da União decresceu 9% em comparação ao ano anterior.

Em relação aos servidores, ao final de 2014, a Justiça Militar da União possuía uma equipe de **1.086 servidores**, sendo 778 do quadro efetivo que, excluídos os 24 que estavam cedidos para outros órgãos, resulta-se em uma força de trabalho de 754 efetivos (69,4%). Somem-se ainda à equipe, 290 requisitados de outros órgãos (26,7%) e 42 comissionados sem vínculo efetivo (3,9%). Cumpre informar a existência de 36 cargos criados por lei e ainda não providos, que representam 4,4% dos cargos efetivos existentes, percentual que apresentou crescimento de 1,6 p.p. em 2014 (Gráfico 9.15).

São 187 os servidores lotados na área judiciária, que detém 24% da força de trabalho, restando 76% na área administrativa. Dentre eles, 98 (52%) estão no primeiro grau de jurisdição, onde também estão 63% dos processos ingressados e 63% do acervo processual.

Por fim, a Justiça Militar da União conta, ainda, com a apoio de **615 trabalhadores auxiliares**, que se dividem entre 431 terceirizados (70%) e 184 estagiários (30%). Esse tipo de contratação tem crescido e chegou a acumular uma variação de 352% no quadriênio, mas de apenas 11% entre 2013 e 2014. Tais variações se deram tanto na forma de contratação de estagiários quanto na de terceirizados.

Figura 9.2 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Militar da União

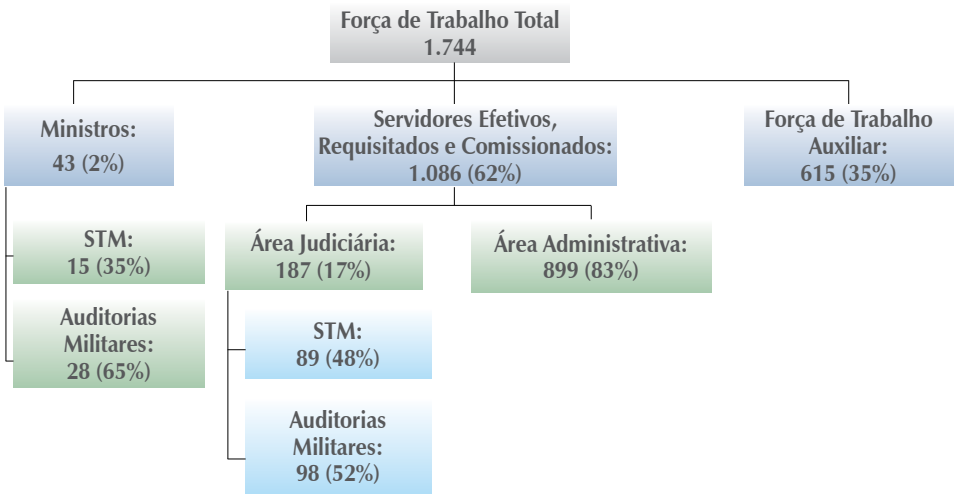


Gráfico 9.14 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Militar da União

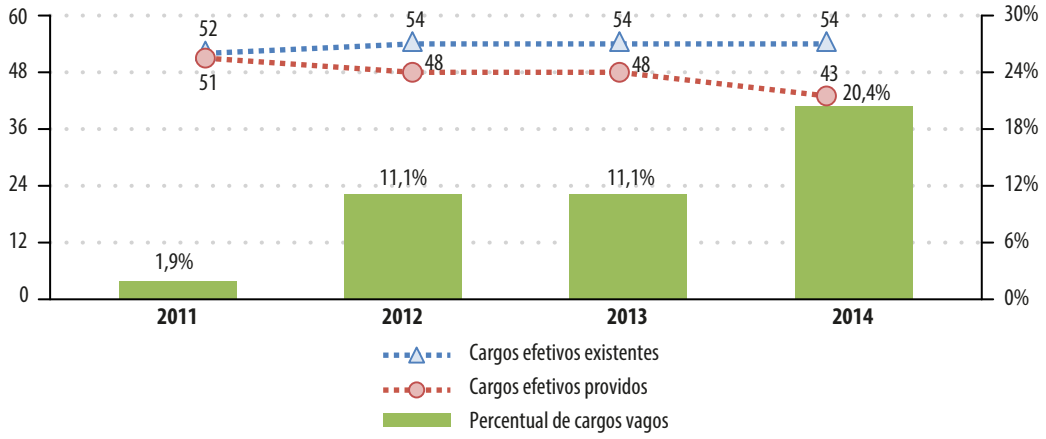
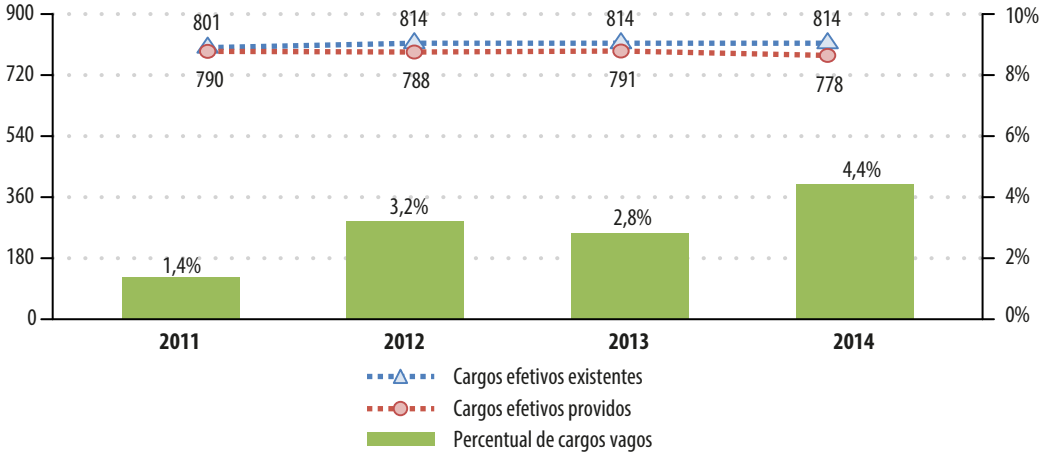


Gráfico 9.15 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Militar da União



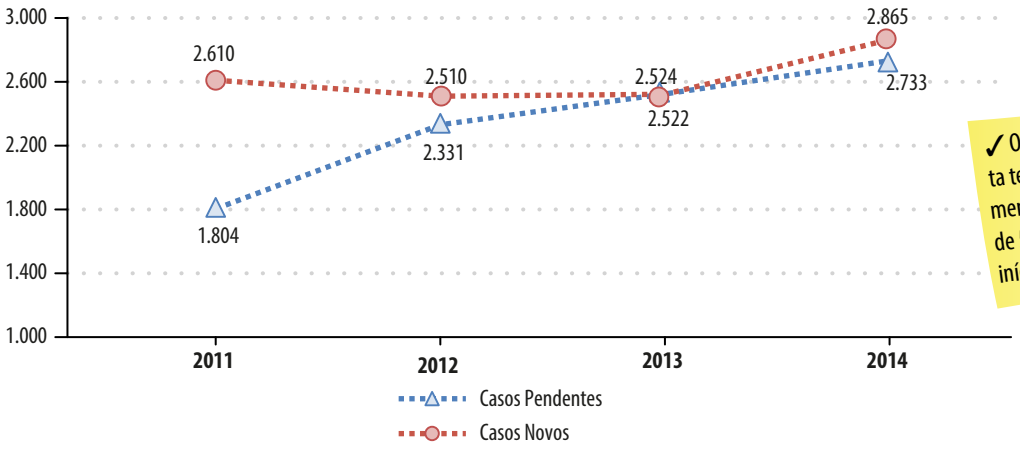
9.2.1.3 Litigiosidade

A Justiça Militar da União iniciou o ano de 2014 com um estoque de 2.733 processos, 8% a mais que no ano anterior (Gráfico 9.16). Já o número de processos baixados no ano permaneceu praticamente constante em relação a 2013 (Gráfico 9.17), no entanto, houve aumento produtividade tanto de servidores da área judiciária[7] (18%) quanto dos magistrados[8] (9%), conforme o Gráfico 9.18. Com isso, estima-se que ao final de 2014 o estoque tenha crescido 3%, mantendo a tendência de aumento da série histórica, como um reflexo de o total de processos baixados terem sido inferiores ao número de casos novos (IAD de 97%). O quantitativo de casos novos atingiu 2.865 processos em 2014, sendo que nenhum processo foi ingressado eletronicamente. Esses comportamentos em conjunto ocasionaram um impacto de 5,5 pontos percentuais a mais na taxa de congestionamento, sendo o segundo resultado menos favorável já atingido por esse tribunal, com taxa de 50,3% (Gráfico 9.19).

7 Índice de Produtividade dos Servidores calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de servidores da área judiciária.

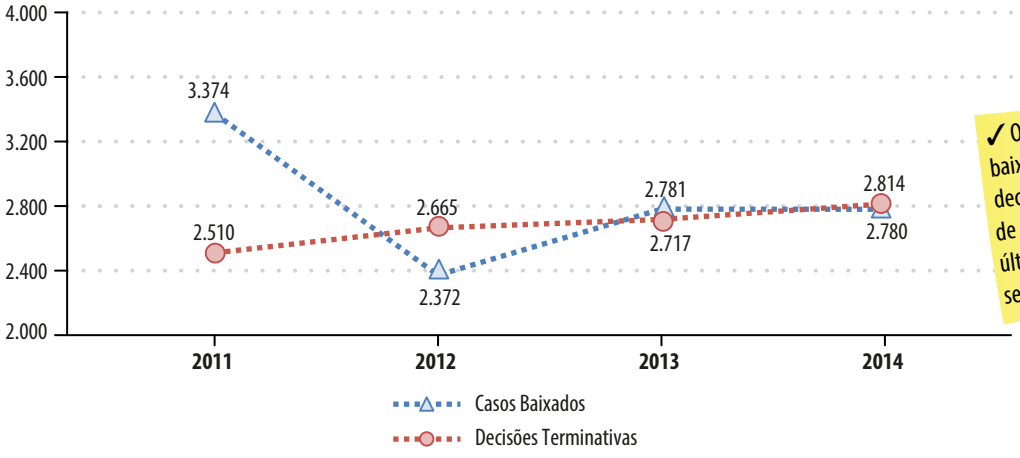
8 Índice de Produtividade dos Magistrados calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de magistrados em atividade.

Gráfico 9.16 – Série Histórica da Movimentação Processual



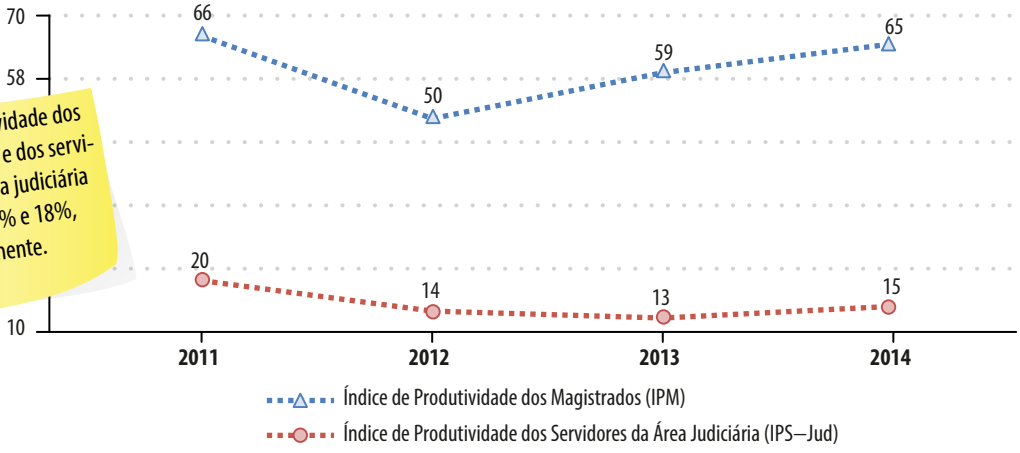
✓ O estoque apresenta tendência de crescimento, com aumento de 51% em relação ao início da série.

Gráfico 9.17 – Série Histórica do Total de Baixados e Decisões



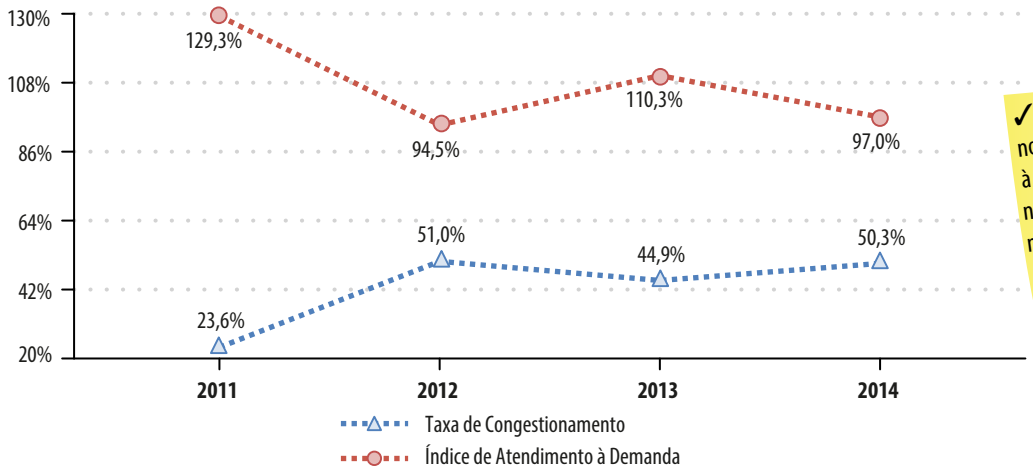
✓ O total de processos baixados e o número de decisões terminativas de processo nos dois últimos anos foram semelhantes.

Gráfico 9.18 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho



✓ A produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária cresceram 9% e 18%, respectivamente.

Gráfico 9.19 – Série Histórica dos Índices de Produtividade



✓ Em 2014 houve queda no índice de atendimento à demanda e aumento na taxa de congestionamento.

9.2.2 Análise Comparativa dos Indicadores do STM e das Auditorias Militares

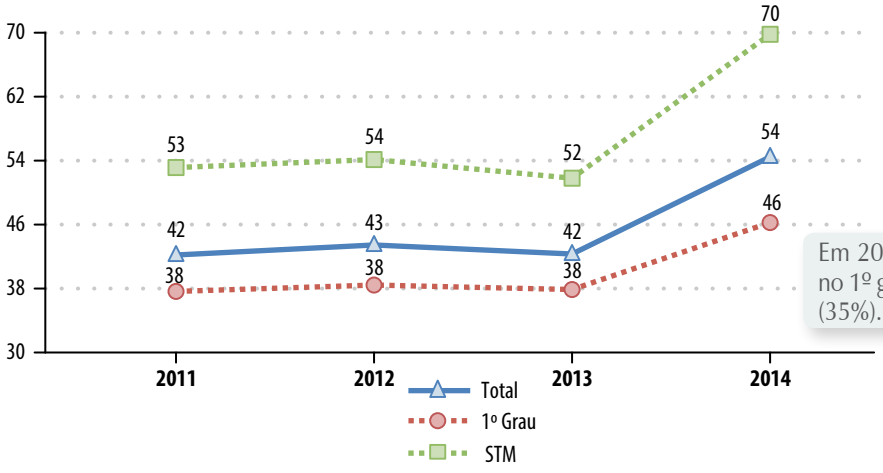
Esta seção traz como objetivo central compreender o fenômeno da litigiosidade e dos recursos humanos disponíveis na Justiça Militar da União, com uma análise dos principais indicadores de desempenho, ao se comparar o resultado das Auditorias Militares (1º grau) e do STM. Também será apresentado, para cada indicador, um gráfico da série histórica do consolidado da Justiça Militar da União, segmentado por instância.

Os seguintes indicadores serão analisados:

- Casos Novos por Magistrado: indicador que relaciona o total de processos ingressados com o número de magistrados em atuação.
- Casos Novos por Servidor: indicador que relaciona o total de processos ingressados com o número de servidores da área judiciária em atuação.
- Carga de Trabalho por Magistrado: este indicador computa a média de efetivo trabalho que cada magistrado teve durante o ano de 2014. É calculado pela soma dos casos novos, dos casos pendentes (inicial), dos recursos internos novos, dos recursos internos pendentes (inicial). Após, divide-se pelo número de magistrados em atuação.
- Carga de Trabalho por Servidor: mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores da área judiciária.
- IPM – Índice de Produtividade dos Magistrados: indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.
- IPS-Jud – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária: indicador que computa a média de processos baixados por servidor da área judiciária.
- IAD – Índice de Atendimento à Demanda: verifica se o tribunal foi capaz de baixar pelo menos o quantitativo de processo novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento dos casos pendentes.
- Taxa de Congestionamento: indicador que compara o que não foi baixado com o que tramitou durante o ano-base (soma dos casos novos e dos casos pendentes iniciais).

Para as análises subsequentes é importante ressaltar que 63% dos processos ingressados e 72% do acervo processual encontram-se nas Auditorias Militares. Os gráficos que serão apresentados a seguir demonstram que, de forma global, as Auditorias Militares possuem os maiores indicadores por servidor da área judiciária, enquanto que o STM os maiores indicadores por magistrado. Com relação ao índice de atendimento à demanda (IAD), observa-se que o STM baixou no ano de 2014 quase 6% a mais de processos em relação ao quantitativo de casos novos, enquanto que as auditorias militares foram baixados 8% a menos, tais indicadores culminaram em uma taxa de congestionamento de 55,9% no 1º grau e 38,6% no STM, conforme o Gráfico 9.27.

Gráfico 9.20 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Militar da União



Em 2014 houve aumento no 1º grau (22%) e no STM (35%).

Gráfico 9.21 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar da União

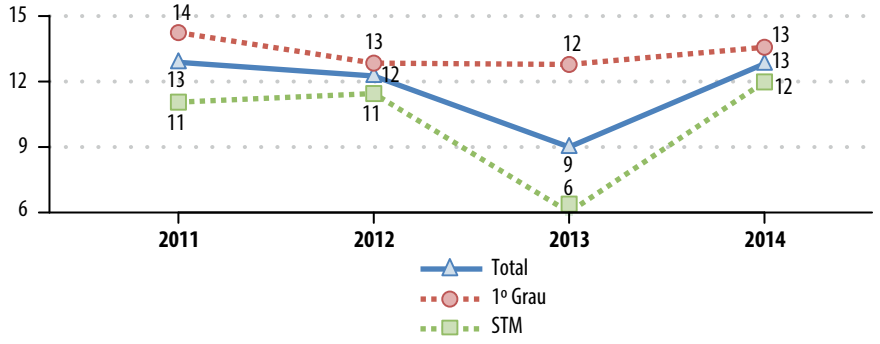


Gráfico 9.22 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Militar da União

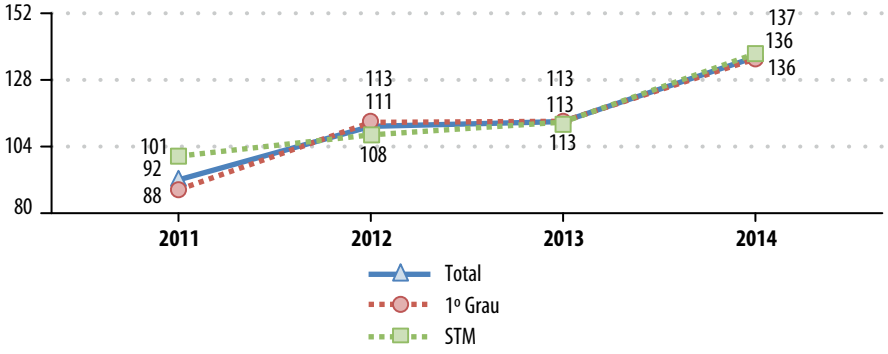


Gráfico 9.23 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar da União

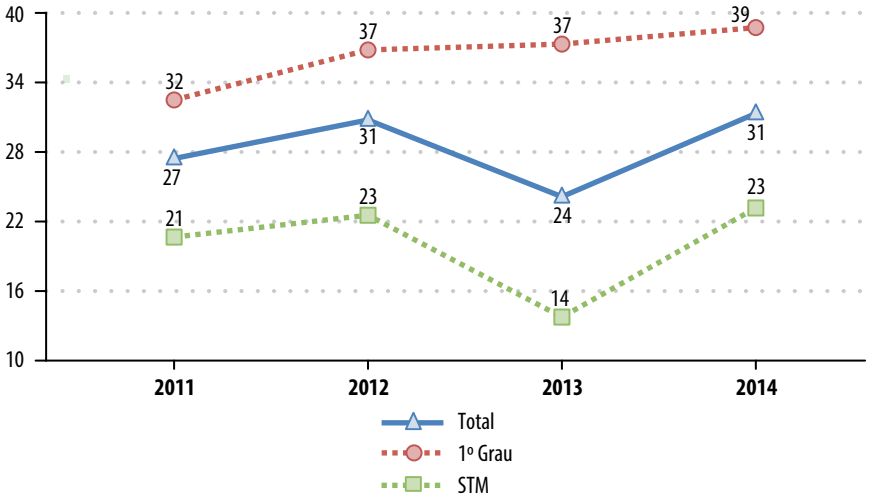
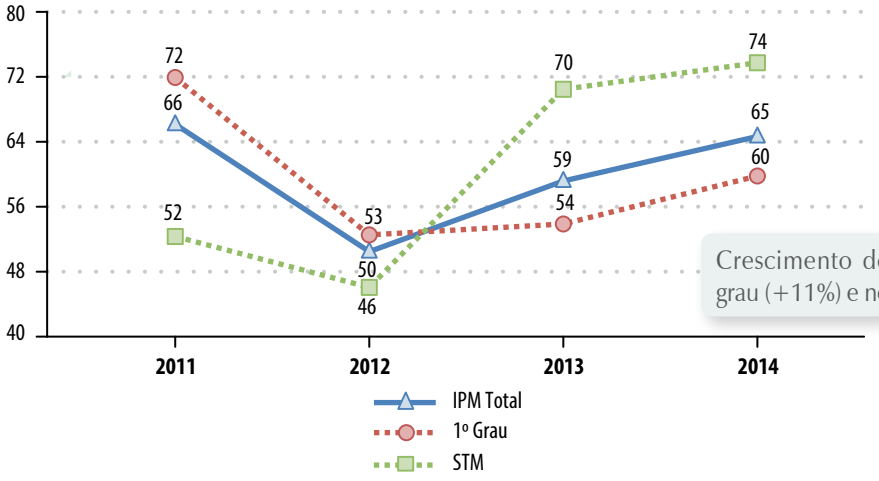
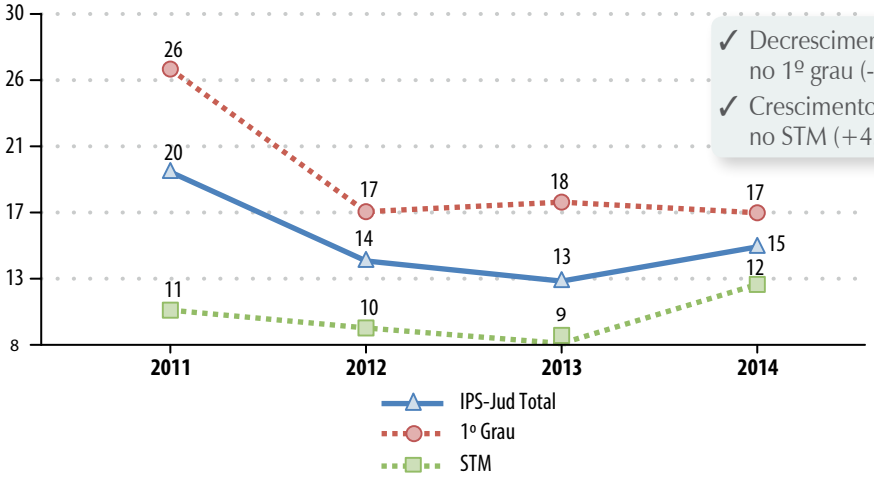


Gráfico 9.24 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Militar da União



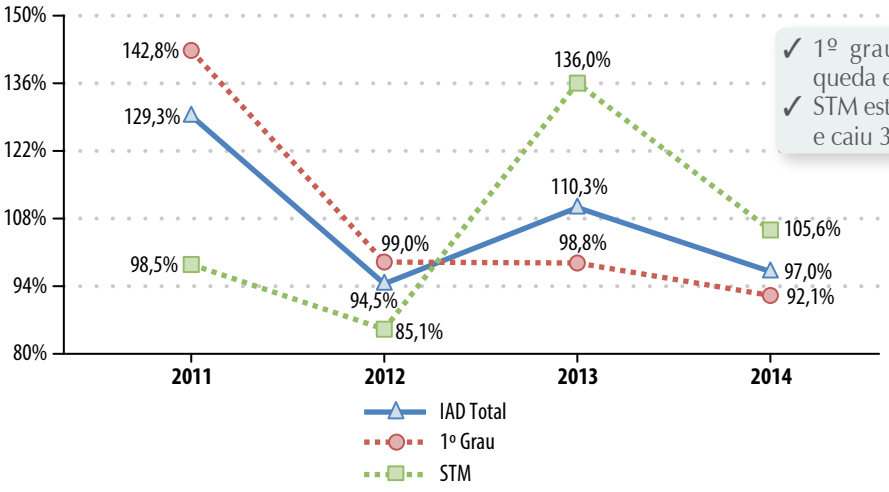
Crescimento do IPM no 1º grau (+11%) e no STM (+5%).

Gráfico 9.25 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Militar da União



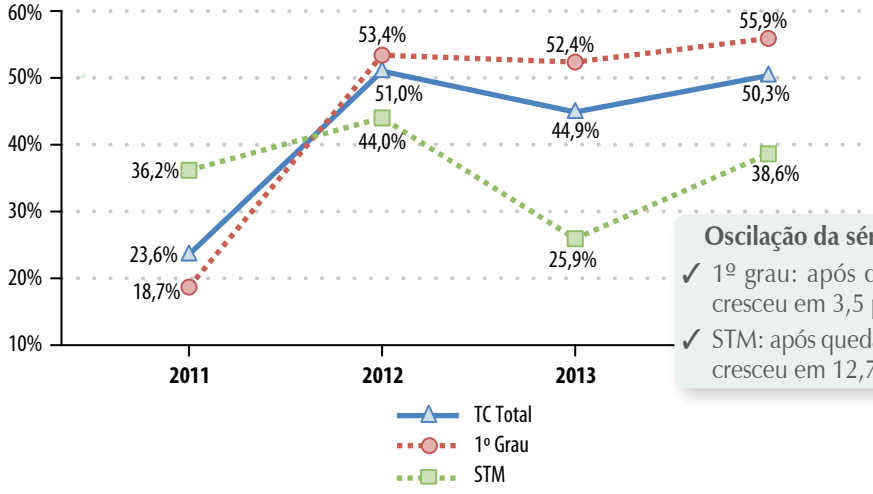
✓ Decrescimento do IPS-Jud no 1º grau (-4%).
✓ Crescimento do indicador no STM (+45%).

Gráfico 9.26 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Militar da União



✓ 1º grau permanece em queda e caiu 6,7 p.p.
✓ STM estava em ascendente e caiu 30,4 p.p;

Gráfico 9.27 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Militar da União



Oscilação da série entre 2011 e 2014:

✓ 1º grau: após queda em 2013, a taxa cresceu em 3,5 pontos percentuais.
✓ STM: após queda brusca em 2013, a taxa cresceu em 12,7 pontos percentuais.

9.3 Tribunal Superior Eleitoral

9.3.1 Dados Globais do Tribunal Superior Eleitoral

Esta subseção destina-se a apresentar um panorama global do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), segmentada entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

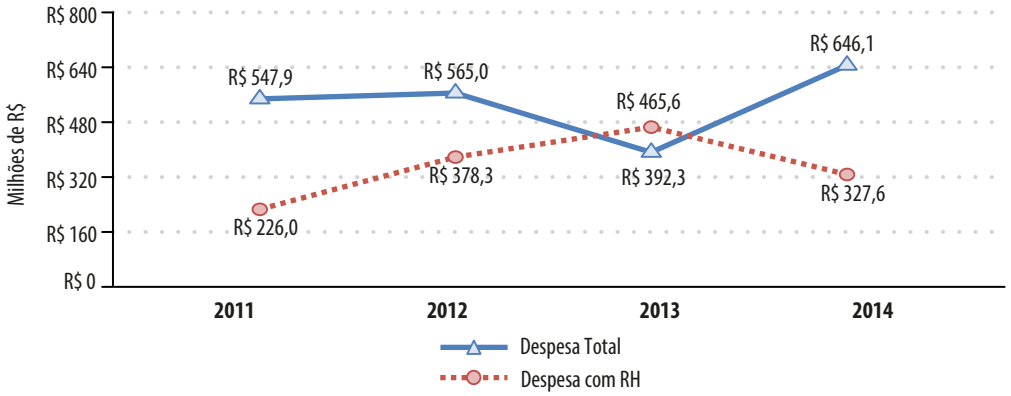
9.3.1.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais do Tribunal Superior Eleitoral somaram aproximadamente R$ 646,1 milhões, o que representou um crescimento de 64,7% em relação ao ano de 2013[9], devido principalmente ao aumento das despesas com bens e serviços e de capital. Essa despesa equivale a 0,01% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,03% dos gastos totais da União e a um custo pelo serviço de Justiça de R$ 3,19 por habitante. Os gastos com recursos humanos em 2014 foram responsáveis por 50,7% do orçamento total e compreendem, além da remuneração com ministros, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, também todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Já as despesas com bens e serviços e de capital foram responsáveis pelo restante da despesa total. Incluídas nessas duas despesas estão ainda os gastos com pleitos eleitorais, que representam 5,4% da despesa total do tribunal.

Ao detalhar as despesas com recursos humanos, observa-se que 65,7% dos gastos destinam-se ao pagamento de servidores, abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de 0,9% de outras despesas indenizatórias. Os custos com terceirizados e estagiários representam 33,4% (Gráfico 9.29).

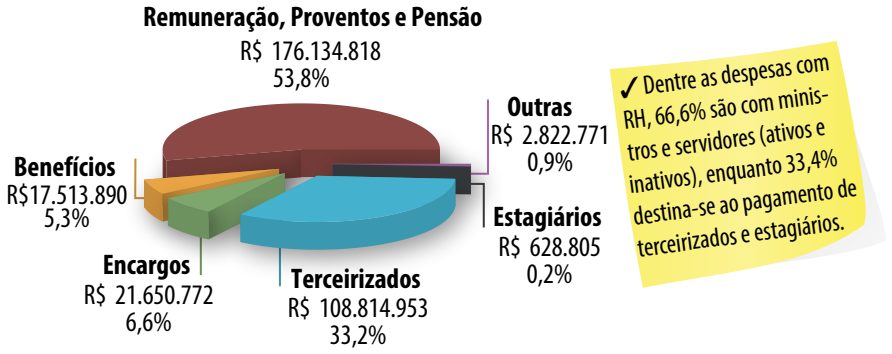
Os cofres públicos receberam em decorrência de custas e emolumentos durante o ano de 2014 cerca de R$ 2 milhões, o que representou um retorno financeiro na ordem de 0,3% das despesas efetuadas.

Gráfico 9.28 - Série Histórica das Despesas do Tribunal Superior Eleitoral



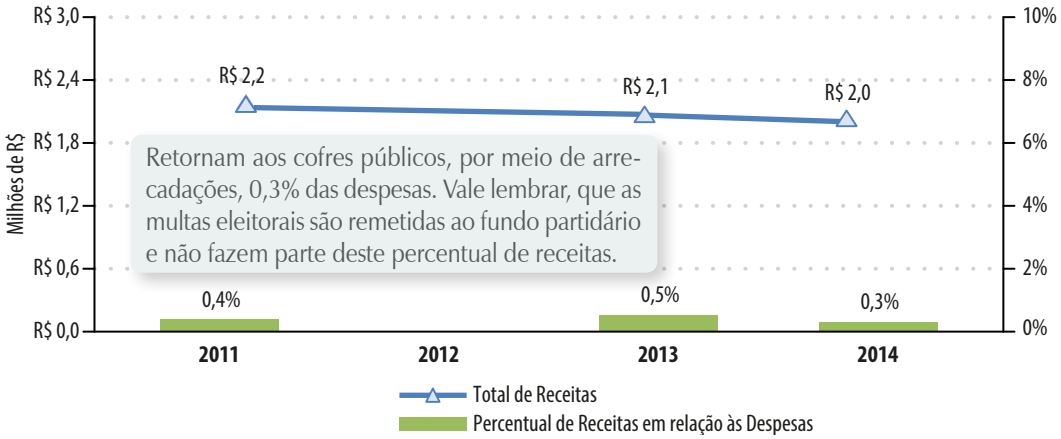
**em 2013, informou o valor de despesa com recursos humanos superior ao total da despesa do tribunal*

Gráfico 9.29 - As Despesas com Recursos Humanos no Tribunal Superior Eleitoral



9 Todos os valores monetários de 2011 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 9.30 – Arrecadações do Tribunal Superior Eleitoral



9.3.1.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho, serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Ministros;

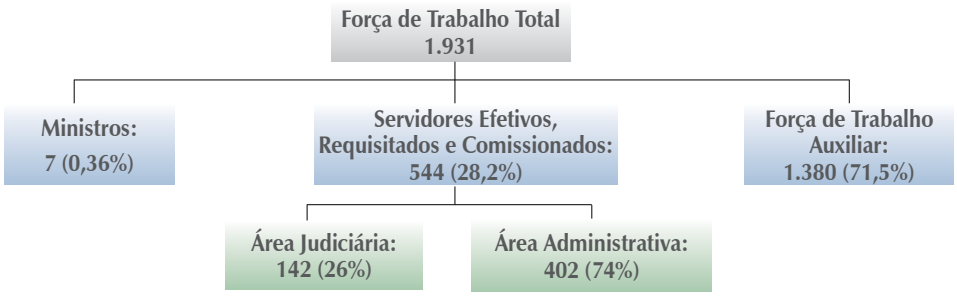
b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados de outros órgãos de fora ou de dentro do Poder Judiciário e os comissionados sem vínculo efetivo; e

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e estagiários.

Em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral contou com a atuação de **7 ministros**[10]. Em relação aos servidores, ao final de 2014, o TSE possuía uma equipe de **544 servidores**, sendo 637 do quadro efetivo que, excluídos os 133 que estavam cedidos para outros órgãos, resulta-se em uma força de trabalho de 504 efetivos (92,6%). Somem-se ainda à equipe, 30 requisitados de outros órgãos (5,5%) e 10 comissionados sem vínculo efetivo (1,8%). Cumpre informar a existência de 142 cargos criados por lei e ainda não providos, que representam 18,2% dos cargos efetivos existentes, percentual que apresenta leve aumento em comparação ao ano passado. Há, também, 142 servidores lotados na área judiciária, que detém 26% da força de trabalho, restando 74% na área administrativa.

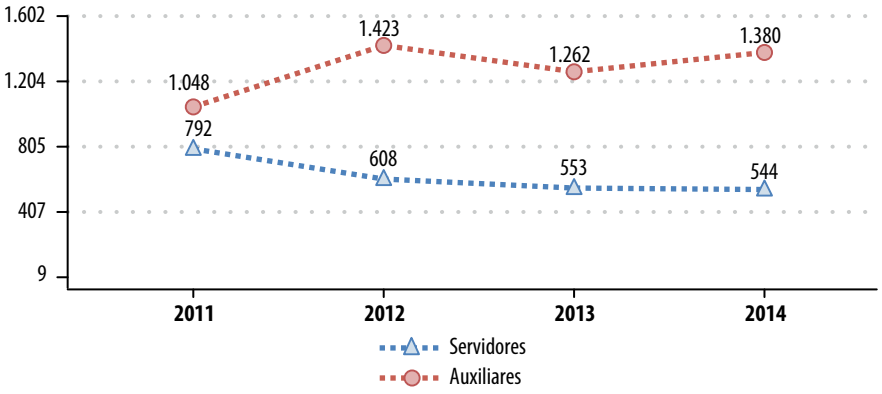
Por fim, conta, ainda, com o apoio de 1.380 trabalhadores auxiliares, que se dividem entre 1.320 terceirizados (96%) e 60 estagiários (4%). Esse tipo de contratação cresceu 9% em relação ao ano passado e 32% em relação a 2011.

Figura 9.3 – Diagrama da Força de Trabalho no Tribunal Superior Eleitoral



10 Consideram-se 9 cargos de ministros para fins de cálculo dos indicadores de produtividade, pois são acrescentados os dois cargos magistrados substitutos da classe jurista.

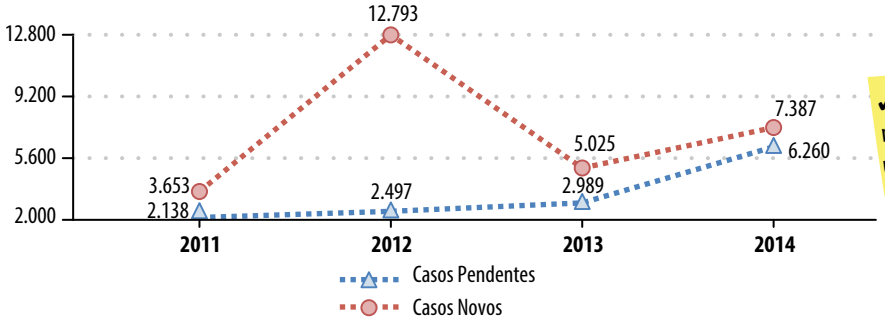
Gráfico 9.31 – Série Histórica da Força de Trabalho no Tribunal Superior Eleitoral



9.3.1.3 Litigiosidade

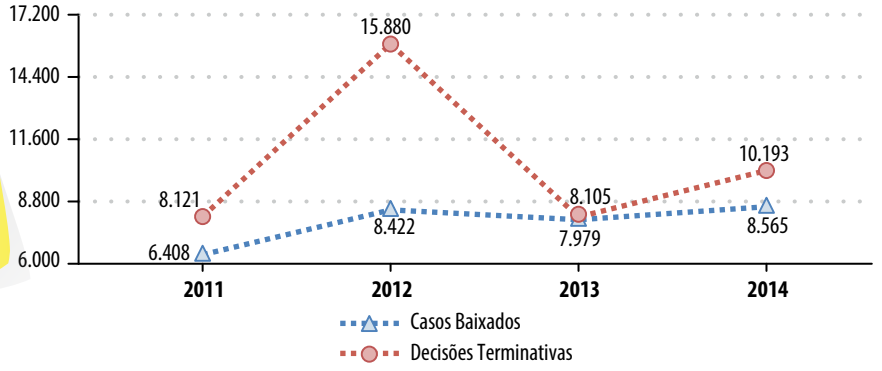
Em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral iniciou com um estoque de 6.260 processos, 109% a mais que em 2013 (Gráfico 9.32). Já o número de processos baixados no ano cresceu 7% em relação ao ano passado (Gráfico 9.33), implicando aumento também na produtividade tanto de servidores da área judiciária[11] (5%) quanto de ministros[12] (7%), conforme o Gráfico 9.35. Esses comportamentos em conjunto resultaram em uma taxa de congestionamento de 37% em 2014 (Gráfico 9.34). Por fim, destaca-se que o TSE informou não possuir processos eletrônicos.

Gráfico 9.32 – Série Histórica da Movimentação Processual



✓ O estoque e os casos novos cresceram no último ano.

Gráfico 9.33 – Série Histórica do Total de Baixas e Decisões

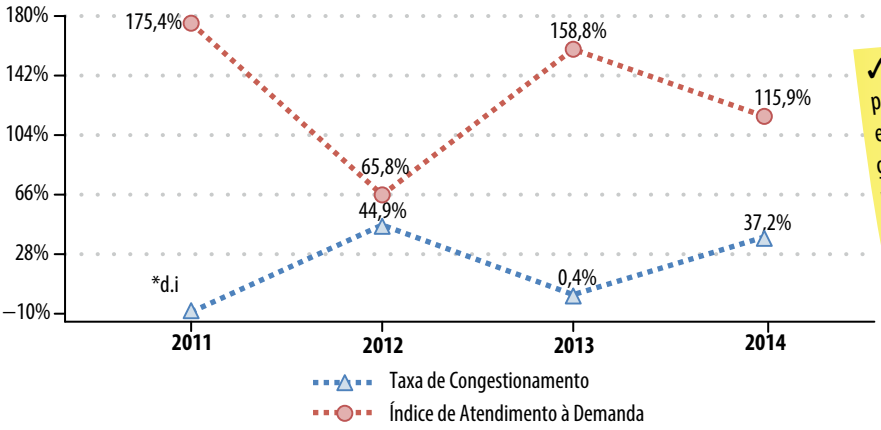


✓ O total de processos baixados cresceu 7% em 2014, enquanto que o quantitativo de decisões terminativas aumentou 26%.

11 Índice de Produtividade dos Servidores calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de servidores da área judiciária.

12 Índice de Produtividade dos Magistrados calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de magistrados em atividade.

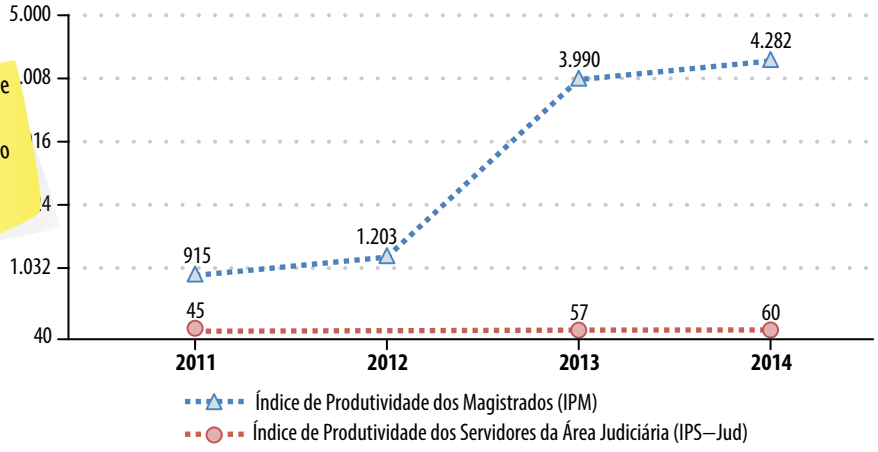
Gráfico 9.34 – Série Histórica dos indicadores de desempenho



✓ O IAD diminuiu 42,9 pontos percentuais enquanto a taxa de congestionamento subiu 36,8 pontos percentuais.

*dado inconsistente: informou total de baixados superior à soma dos casos novos com casos pendentes

Gráfico 9.35 – Série Histórica dos indicadores de produtividade



✓ Ambos os índices de produtividade registraram crescimento no último ano.

9.3.2 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Os dados que serão apresentados nesta seção referem-se aos casos ingressados no ano de 2014 segmentados por classe e assunto, segundo as Tabelas Processuais Unificadas que foram instituídas pela Resolução CNJ 46/2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente relatório. Por exemplo, no cômputo do total de casos novos do Tribunal Superior Eleitoral algumas classes são excluídas, como é o caso dos procedimentos administrativos, agravos, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado, e portanto, todas devem ser consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados no Tribunal Superior Eleitoral, mas a quantidade de classes ou assuntos cadastrados, em suas respectivas categorias.

9.3.2.1 Assuntos mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas para o Tribunal Superior Eleitoral possuem até 7 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito Eleitoral", há a segmentação de "Eleições" (nível 2), "Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral" (nível 3), "Contas" (nível 4), "Contas – Apresentação de Contas" (nível 5), "Contas - Aprovação" (nível 6) e, por fim, "Contas – Aprovação de Contas".

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a análise, pois não é conhecido o procedimento de autuação do tribunal. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[13].

Gráfico 9.36 – Assuntos mais demandados no Tribunal Superior Eleitoral

1. DIREITO ELEITORAL - Eleições	15.261 (29,92%)
2. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Candidatos	13.669 (26,80%)
3. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Transgressões Eleitorais	7.184 (14,08%)
4. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Cargos	5.339 (10,47%)
5. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	3.433 (6,73%)
6. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	1.310 (2,57%)
7. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Propaganda Política	834 (1,63%)
8. DIREITO ELEITORAL - Administração da Justiça Eleitoral	685 (1,34%)
9. DIREITO ELEITORAL - Administração da Justiça Eleitoral/Conduta Vedada a Agente Público	626 (1,23%)
10. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos	552 (1,08%)
11. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Filiação/Desfiliação	492 (0,96%)
12. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Pesquisa Eleitoral	232 (0,45%)
13. DIREITO ELEITORAL - Crimes Eleitorais	210 (0,41%)
14. DIREITO ELEITORAL - Administração da Justiça Eleitoral/Magistrado	184 (0,36%)
15. DIREITO ELEITORAL - Administração da Justiça Eleitoral/Servidor	130 (0,25%)
16. DIREITO ELEITORAL - Execução	110 (0,22%)
17. DIREITO ELEITORAL - Partidos Políticos/Convenção Partidária	83 (0,16%)
18. DIREITO ELEITORAL - Execução/Execução de Julgado	80 (0,16%)
19. DIREITO ELEITORAL - Garantias Processuais	68 (0,13%)
20. DIREITO ELEITORAL - Eleições/Garantias Eleitorais	62 (0,12%)

13 A relação completa retornaria em uma listagem de quase 300 assuntos.

9.3.2.2 Classes mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas para o Tribunal Superior Eleitoral possuem até 6 níveis hierárquicos de classes, por exemplo, no grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho", há a segmentação entre, por exemplo, "Processos de Conhecimento", "Processos de execução", "Recursos", entre outros (nível 2). Em um terceiro nível, dentro dos processos de conhecimento, existem os "Procedimentos de Conhecimento" (nível 3), "Procedimentos Especiais" (nível 4), "Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa" (nível 5) e, por fim, chegando ao sexto nível, "Ação Rescisória".

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação do tribunal. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[14].

Gráfico 9.37 – Classes mais demandadas no Tribunal Superior Eleitoral

1. PROCESSO ELEITORAL - Recursos Eleitorais	4.084 (22,23%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	3.820 (20,80%)
3. PROCESSO ELEITORAL - Recursos Eleitorais/Recurso Especial Eleitoral	3.472 (18,90%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	1.910 (10,40%
5. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição	770 (4,19%
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	764 (4,16%
7. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Representação	636 (3,46%)
8. PROCESSO ELEITORAL - Recursos Eleitorais/Recurso Ordinário	612 (3,33%)
9. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	610 (3,32%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar	456 (2,48%)
11. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos	313 (1,70%)
12. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	197 (1,07%)
13. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento	191 (1,04%)
14. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Prestação de Contas	77 (0,42%)
15. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Recurso em Mandado de Segurança	68 (0,37%)
16. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Administrativos da Justiça Eleitoral	45 (0,24%)
17. PROCESSO ELEITORAL - Consulta	42 (0,23%)
18. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Administrativos da Justiça Eleitoral/Lista Tríplice	41 (0,22%)
19. PROCESSO ELEITORAL - Procedimentos Relativos a Realização de Eleição/Registro de Candidatura	37 (0,20%)
20. PROCESSO CRIMINAL - Medidas Garantidoras/Habeas Corpus	35 (0,19%)

✓ Em 2014, foram mais de 4 mil casos novos de recursos eleitorais.

✓ Entre as 20 maiores classes processuais, observa-se a existência de 68 recursos em mandado de segurança da classe pai Supremo Tribunal Federal.

14 A relação completa retornaria em uma listagem de quase 80 classes.

9.4 Tribunal Superior do Trabalho

9.4.1 Dados Globais do Tribunal Superior do Trabalho

Esta seção destina-se a apresentar um panorama global do Tribunal Superior do Trabalho (TST), segmentada entre informações de recursos financeiros (despesas e receitas), recursos humanos e litigiosidade.

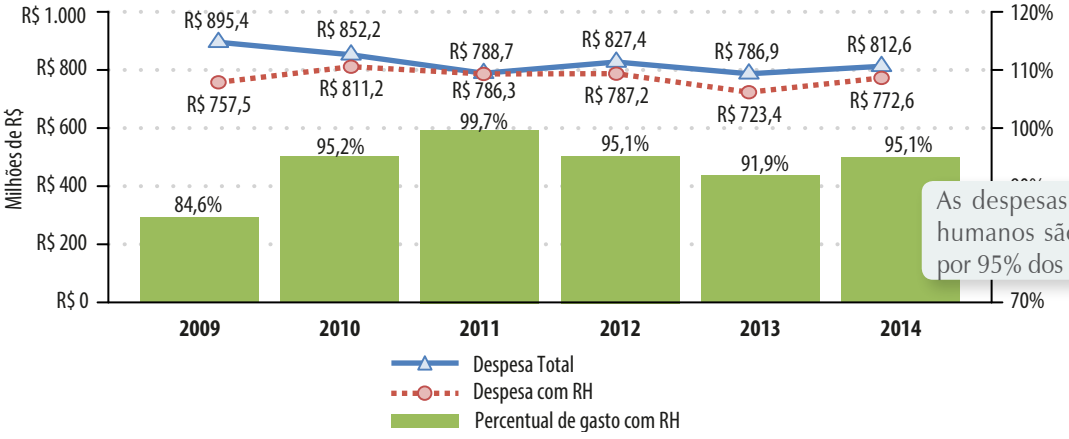
9.4.1.1 Recursos Financeiros

No ano de 2014, as despesas totais do Tribunal Superior do Trabalho somaram aproximadamente R$ 813 milhões, o que representou um crescimento de 3% em relação ao ano de 2013, e uma queda de 9,2% no último sexênio[15]. Essa despesa equivale a 0,01% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a 0,04% dos gastos totais da União e a um custo pelo serviço de Justiça de R$ 4,01 por habitante. Os gastos com recursos humanos em 2014 foram responsáveis por 95,1% da despesa total e compreendem, além da remuneração com ministros, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, também todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, entre outros. Esse percentual de despesas com recursos humanos cresceu em 3,1 pontos percentuais no último ano, após uma sequência de quedas iniciadas em 2011, conforme aponta o Gráfico 9.38.

Ao detalhar as despesas com recursos humanos, já que são responsáveis pela maior parte do orçamento do tribunal, observa-se que 90,3% dos gastos destinam-se ao pagamento de servidores, abrangendo remuneração, encargos e benefícios, além de 1,5% de outras despesas indenizatórias. Os custos com terceirizados e estagiários são responsáveis por 8,1% das despesas com recursos humanos (Gráfico 9.39).

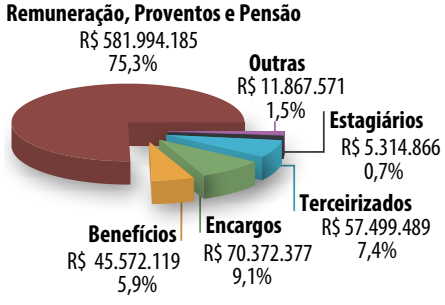
Os valores arrecadados pelo Tribunal Superior do Trabalho em decorrência de custas e emolumentos alcançaram em 2014 cerca de R$ 3,1 milhões, representando uma queda de 1,7% em relação ao ano de 2013, considerando a inflação do período. Destaca-se que esse valor representa 0,4% do total das despesas do ano de 2014.

Gráfico 9.38 – Série Histórica das Despesas do Tribunal Superior do Trabalho



As despesas com recursos humanos são responsáveis por 95% dos gastos totais.

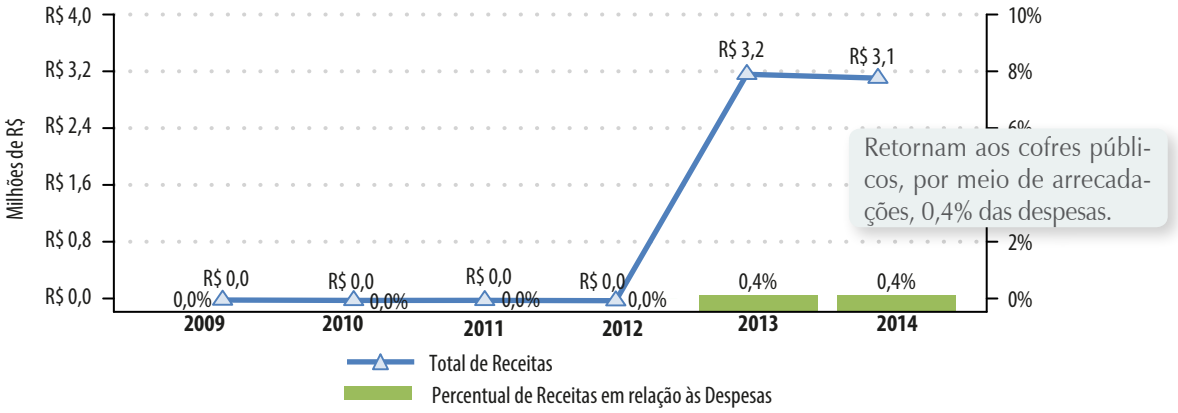
Gráfico 9.39 – As Despesas com Recursos Humanos no Tribunal Superior do Trabalho



✓ Entre as despesas com RH, 91,9% são com magistrados e servidores (ativos e inativos) e 8,1% destinam-se ao pagamento de terceirizados e estagiários.

15 Todos os valores monetários de 2009 a 2013 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dez 2014.

Gráfico 9.40 – Arrecadações do Tribunal Superior do Trabalho



9.4.1.2 Recursos Humanos

Para estudo da força de trabalho serão analisadas 3 categorias distintas:

a) Ministros;

b) Servidores, que abrangem o quadro efetivo, os requisitados de outros órgãos de fora ou de dentro do Poder Judiciário e os comissionados sem vínculo efetivo; e

c) Os trabalhadores auxiliares, que abrangem os terceirizados e estagiários.

O Tribunal Superior do Trabalho é composto por **27 ministros** e possuía, ao final de 2014, uma equipe de **2.308 servidores**, sendo 2.094 do quadro efetivo que, excluídos os 70 que estavam cedidos para outros órgãos, resultou em uma força de trabalho de 2.024 efetivos (87,7%). Somem-se ainda à equipe 247 requisitados de outros órgãos (10,7%) e 37 comissionados sem vínculo efetivo (1,6%). Cumpre ainda informar a existência de 31 cargos criados por lei e ainda não providos, que representam 1,5% dos cargos efetivos existentes, percentual que diminuiu no último ano devido ao provimento dos cargos e a não criação de novos. Desse total de servidores, 1.474 atuam na área judiciária, que retém 64%% da força de trabalho, restando 36% na área administrativa.

Por fim, o Tribunal Superior do Trabalho contou ainda com a apoio de **1.341 trabalhadores auxiliares**, que se dividem entre 1.002 terceirizados (74,7%) e 339 estagiários (25,3%). Esse tipo de contratação vem diminuindo desde 2012 (Gráfico 9.41), sendo que no último ano apresentou decréscimo de 4%, devido unicamente à significativa diminuição do número de estagiários.

Figura 9.4 – Diagrama da Força de Trabalho no Tribunal Superior do Trabalho

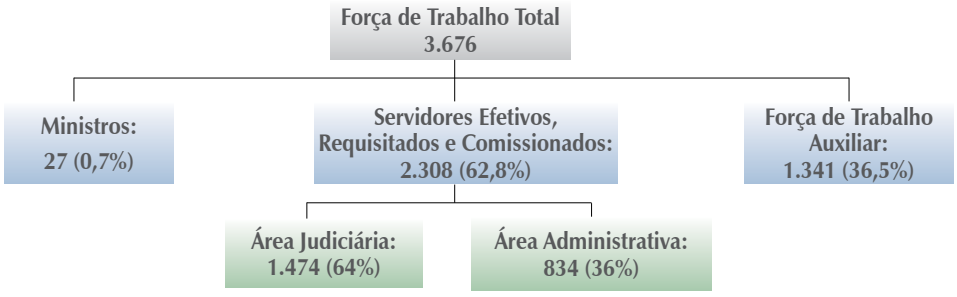
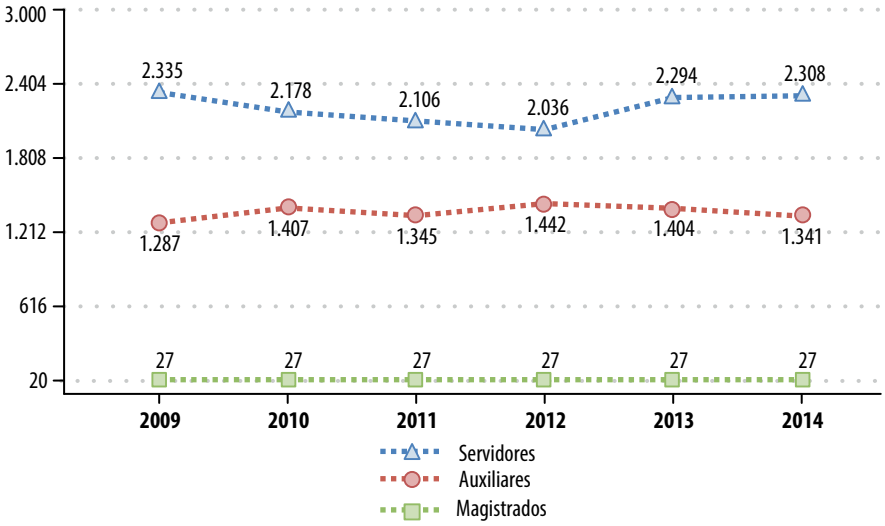


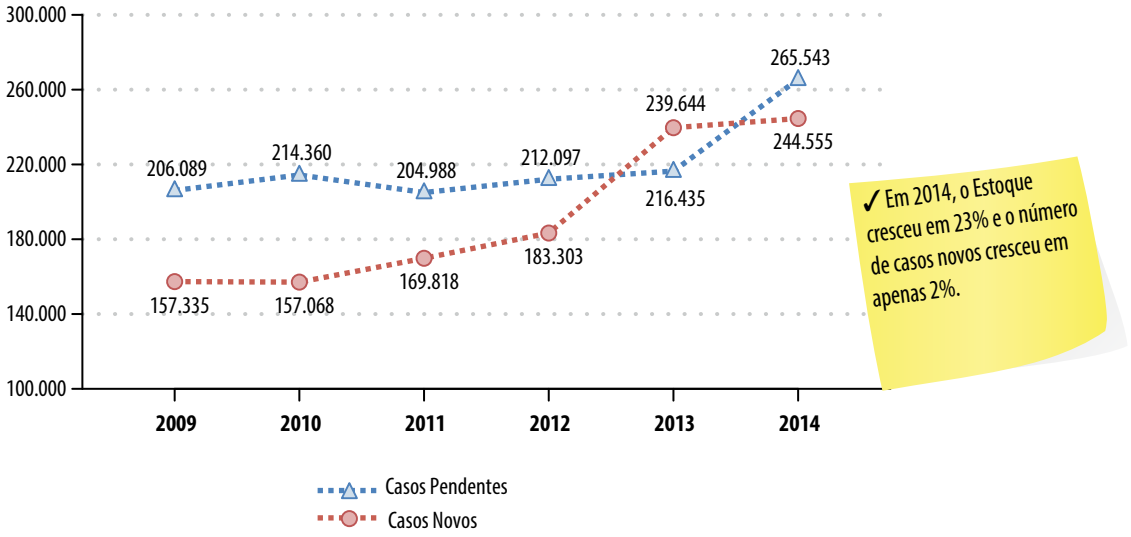
Gráfico 9.41 - Série Histórica da Força de Trabalho no Tribunal Superior do Trabalho



9.4.1.3 Litigiosidade

O Tribunal Superior do Trabalho iniciou o ano de 2014 com um estoque de 265.543 processos, quase 23% a mais que no ano anterior (Gráfico 9.42). Já o número de processos baixados no ano aumentou 4% em relação a 2013 (Gráfico 9.43), implicando aumento também na produtividade tanto de servidores da área judiciária[16] (+4%) quanto de ministros[17] (+4%), conforme o Gráfico 9.45. Com isso, estima-se que ao final de 2014 o estoque tenha crescido ainda 17%, mantendo a tendência de crescimento da série história, como um reflexo do total de processos baixados ter sido inferior ao número de casos novos (IAD de 82%). O quantitativo de casos novos atingiu 244.555 processos em 2014, dos quais 100% ingressaram eletronicamente (Gráfico 9.46). Esses comportamentos em conjunto ocasionaram um impacto de 2,9 pontos percentuais a mais na taxa de congestionamento, sendo o resultado menos favorável já atingido por esse tribunal, com taxa de 60,7% (Gráfico 9.44).

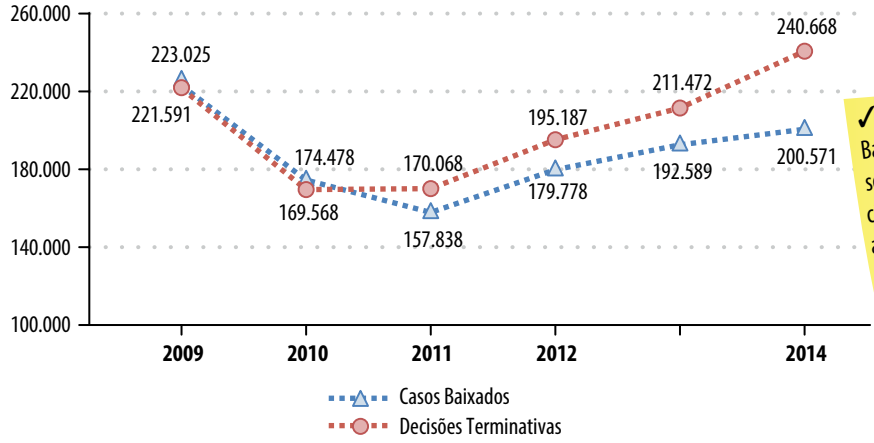
Gráfico 9.42 – Série Histórica da Movimentação Processual



16 Índice de Produtividade dos Servidores calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de servidores da área judiciária.

17 Índice de Produtividade dos Magistrados calculado pela razão entre o total de processos baixados e o total de magistrados em atividade.

Gráfico 9.43 – Série Histórica do Total de Baixas e Decisões



✓ Os números de Casos Baixados e de Decisões seguem a tendência de crescimento iniciada nos anos anteriores.

Gráfico 9.44 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho

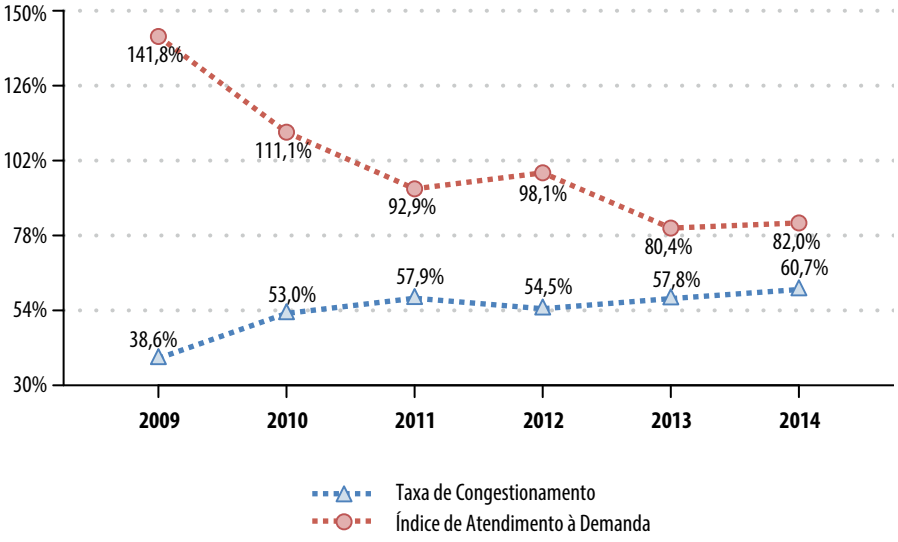
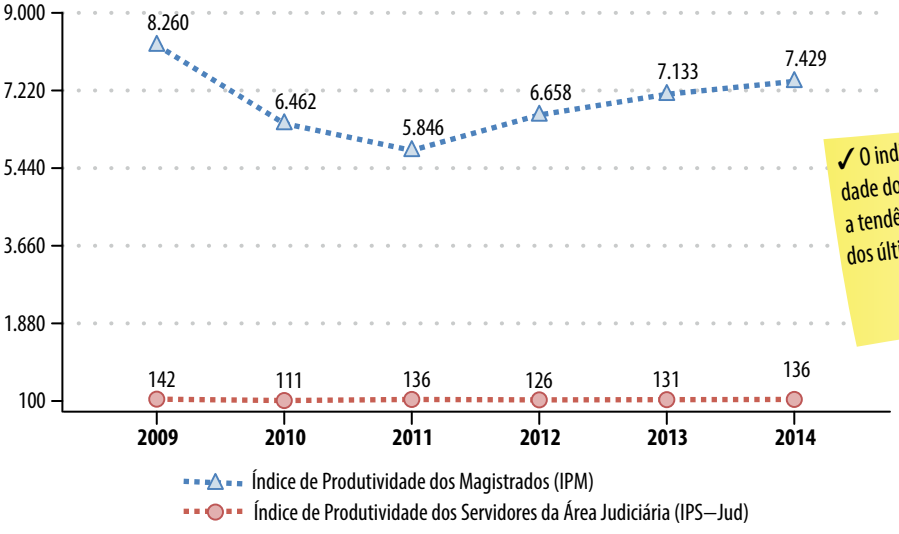
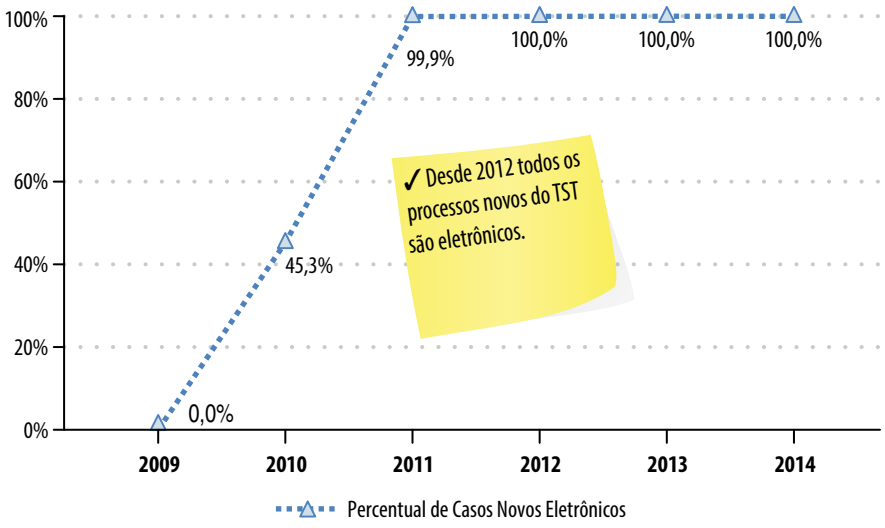


Gráfico 9.45 – Série Histórica do Índices de Produtividade



✓ O indicador de produtividade dos magistrados segue a tendência de crescimento dos últimos anos.

Gráfico 9.46 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos no Tribunal Superior do Trabalho



9.4.2 Demandas mais recorrentes segundo as Classes e os Assuntos

Os dados que serão apresentados nesta seção referem-se aos casos ingressados no ano de 2014 segmentados por classe e assunto, segundo as Tabelas Processuais Unificadas que foram instituídas pela Resolução CNJ 46/2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente relatório. Por exemplo, no cômputo do total de casos novos do Tribunal Superior do Trabalho algumas classes são excluídas, como é o caso dos recursos internos, das cartas rogatórias recebidas, entre outras. Todavia, nesta seção, o objetivo é conhecer a demanda para cada uma dessas classes em separado, e portanto, todas devem ser consideradas. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo, e neste caso, todos são contados. Portanto, os números que serão apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados no Tribunal Superior do Trabalho, mas a quantidade de classes ou assuntos cadastrados, em suas respectivas categorias.

9.4.2.1 Assuntos mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas para o Tribunal Superior do Trabalho possuem até 4 níveis hierárquicos de assuntos. Por exemplo, no grande grupo que aglomera as matérias de "Direito do Trabalho", há a segmentação de "Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios" (nível 3), "Gratificação" (nível 3) e, por fim, "Gratificação de Função".

Quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a análise, pois não é conhecido o procedimento de autuação do tribunal. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nos assuntos mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[18].

Gráfico 9.47 – Assuntos mais demandados no Tribunal Superior do Trabalho

1. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	25.830 (9,80%)
2. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	23.085 (8,76%)
3. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	22.027 (8,36%)
4. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Solidária / Subsidiária	18.779 (7,12%)
5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação/Cumprimento/Execução/Valor da Execução/Cálculo/Atualização	13.449 (5,10%)
6. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	11.893 (4,51%)
7. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	9.368 (3,55%)
8. DIREITO DO TRABALHO - Aposentadoria e Pensão/Complementação de Aposentadoria / Pensão	7.077 (2,68%)
9. DIREITO DO TRABALHO - Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização	6.987 (2,65%)
10. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução/Execução Previdenciária	6.548 (2,48%)
11. DIREITO DO TRABALHO - Responsabilidade Civil do Empregador/Indenização por Dano Material	6.237 (2,37%)
12. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Tíquete Alimentação	5.923 (2,25%)
13. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Jurisdição e Competência/Competência	4.867 (1,85%)
14. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Jurisdição e Competência	4.492 (1,70%)
15. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais/Nulidade	4.478 (1,70%)
16. DIREITO DO TRABALHO - Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho/Aplicabilidade	4.132 (1,57%)
17. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento/Provas	4.048 (1,54%)
18. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Gratificação	3.959 (1,50%)
19. DIREITO DO TRABALHO - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios	3.776 (1,43%)
20. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores/Assistência Judiciária Gratuita	3.551 (1,35%)

✓ O assunto remuneração, verbas indenizatórias e benefícios aparece em 5 dos 20 assuntos mais demandados.

18 A relação completa retornaria em uma listagem de mais de 200 assuntos.

9.4.2.2 Classes mais recorrentes

As tabelas processuais unificadas para o Tribunal Superior do Trabalho possuem até 6 níveis hierárquicos de classes, por exemplo, no grande grupo que aglomera os "Processos Cíveis e do Trabalho", há a segmentação entre, por exemplo, "Processos de Conhecimento", "Processos de Execução", "Recursos", entre outros (nível 2). Em um terceiro nível, dentro dos processos de conhecimento, existem os "Procedimentos de Conhecimento" (nível 3), "Procedimentos Especiais" (nível 4), "Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa" (nível 5), "e, por fim, chegando ao sexto nível, "Restauração de Autos".

Assim como ocorre na análise dos assuntos, quanto maior o nível de abertura, mais difícil fica a interpretação, já que não é conhecido o procedimento de autuação do tribunal. É possível que alguns processos sejam cadastrados apenas nas classes mais globais, sem detalhamento dos itens mais específicos. Por este motivo, para melhor consistência e confiabilidade dos dados, as informações apresentadas abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico, restrito aos 20 assuntos mais recorrentes[19].

Gráfico 9.48 – Classes mais demandadas no Tribunal Superior do Trabalho

1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Recursos Trabalhistas	243.618 (99,63%)
2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Atos e expedientes	270 (0,11%)
3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Cautelar Inominada	214 (0,09%)
4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo de Conhecimento/Procedimento de Conhecimento	203 (0,08%)
5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Outros Procedimentos/Incidentes	138 (0,06%)
6. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Efeito Suspensivo	28 (0,01%)
7. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	15 (0,01%)
8. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Processo Administrativo	13 (0,01%)
9. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Recurso Administrativo	10 (0,00%)
10. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Processo Cautelar/Protesto	3 (0,00%)
11. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Consulta	2 (0,00%)
13. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Pedido de Providências	1 (0,00%)
12. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - Reclamação Disciplinar	1 (0,00%)
14. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Suspensão de Segurança	0 (0,00%)
15. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0 (0,00%)
17. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes	0 (0,00%)
16. PROCESSO CRIMINAL - Questões e Processos Incidentes/Incidentes	0 (0,00%)
18. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Embargos	0 (0,00%)
19. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos/Agravos	0 (0,00%)
20. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - Recursos	0 (0,00%)

✓ Em 2014, foram quase 645 mil casos novos de recursos trabalhistas.

✓ A classe Processo de Conhecimento é a mais recorrente nos casos novos do TST.

19 A relação completa retornaria em uma listagem de quase 100 classes.

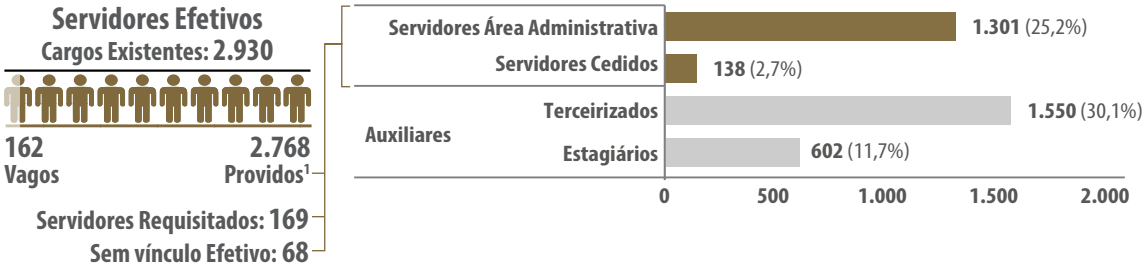
9.5 Infográficos dos Tribunais Superiores

Os infográficos de cada Tribunal Superior contém dados de despesas, força de trabalho e informações sobre litigiosidade, com os quantitativos de processos ingressados, julgados, baixados e estoque. Também estão dispostos indicadores de desempenho do Tribunal e indicadores de produtividade dos magistrados e dos servidores da área judiciária. Apresenta, também, os dez assuntos mais recorrentes, relativo aos processos ingressados no curso do ano de 2014 em cada tribunal. Neste quesito, é oportuno esclarecer que um mesmo processo pode ter vários assuntos, e que, neste caso, todos são contados, razão pela qual, tais valores distinguem-se do total de casos novos.

Superior Tribunal de Justiça

Despesas

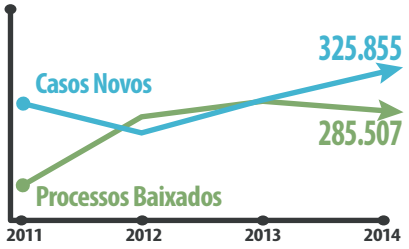
Força de Trabalho

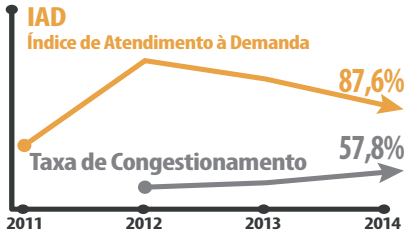


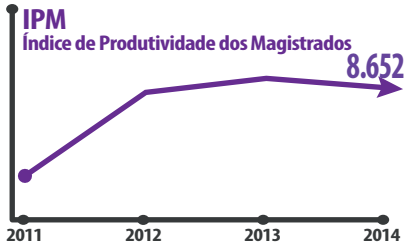
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

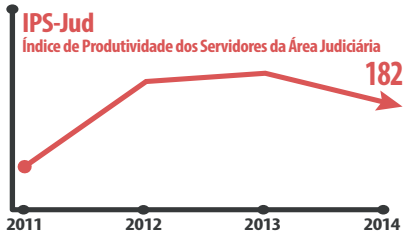
Litigiosidade

	Total	
Movimentação Processual		
Casos Novos	**325.855**	↑ 9,0%
Julgados	**390.052**	↑ 29,1%
Baixados	**285.507**	↓ -3,2%
Estoque Inicial	**351.450**	↑ 11,9%
Indicadores de Produtividade		
IAD (Baixados/Cn)	**87,6%**	↓ -11,06p.p.
Taxa Congest.	**57,8%**	↑ 5,95p.p.
Indicadores por Magistrado		
Casos novos	**9.874**	↑ 9,0%
Carga de Trab.	**24.286**	↑ 12,4%
Proc. Julgados	**11.820**	↑ 29,1%
IPM (Baixados)	**8.652**	↓ -3,2%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária		
Casos novos	**208**	↑ 2,7%
Carga de Trab.	**512**	↑ 5,8%
IPS-Jud (Baixados)	**182**	↓ -8,8%









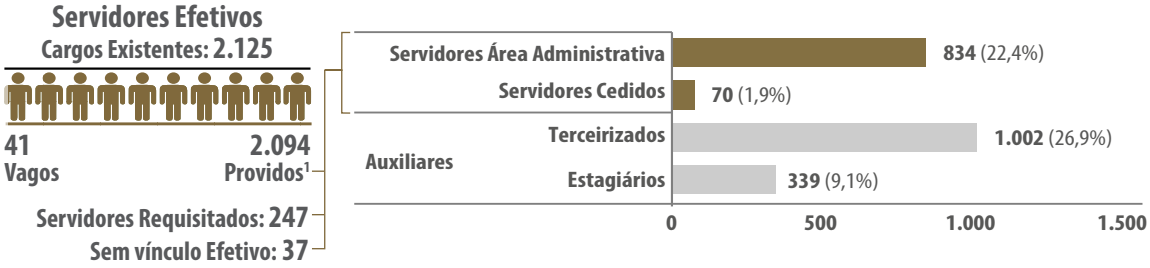
Assuntos mais recorrentes

DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Contratos	51.998
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	15.419
DIREITO PENAL: Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	13.487
DIREITO CIVIL: Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	8.611
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/ Sistema Remuneratório e Benefícios	8.077
DIREITO PENAL: Crimes contra o Patrimônio/Roubo Majorado	7.201
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Servidor Público Civil/ Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão	6.937
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	6.543
DIREITO DO CONSUMIDOR: Contratos de Consumo/Bancários	6.254
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	5.156

Tribunal Superior do Trabalho

Despesas

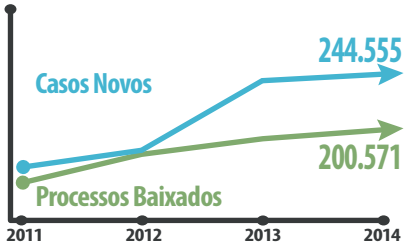
Força de Trabalho

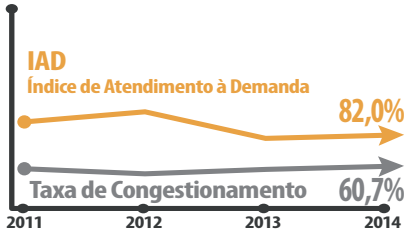


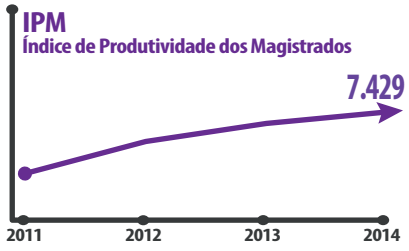
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

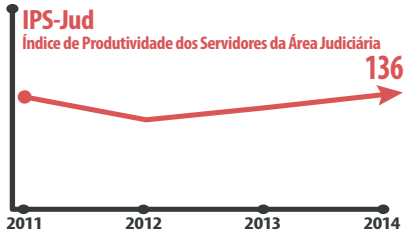
Litigiosidade

	Total	
Movimentação Processual		
Casos Novos	244.555	↑ 2,0%
Julgados	240.668	↑ 13,8%
Baixados	200.571	↑ 4,1%
Estoque Inicial	265.543	↑ 22,7%
Indicadores de Produtividade		
IAD (Baixados/Cn)	82,0%	↑ 1,65p.p.
Taxa Congest.	60,7%	↑ 2,91p.p.
Indicadores por Magistrado		
Casos novos	9.058	↑ 2,0%
Carga de Trab.	20.816	↑ 11,0%
Proc. Julgados	8.914	↑ 13,8%
IPM (Baixados)	7.429	↑ 4,1%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária		
Casos novos	166	↑ 2,0%
Carga de Trab.	381	↑ 11,0%
IPS-Jud (Baixados)	136	↑ 4,1%









Assuntos mais recorrentes

DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Civil do Empregador/Indenizaçao por Dano Moral	25.830
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Verbas Rescisórias	23.085
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Salário / Diferença Salarial	22.027
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária	18.779
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/Valor da Execução / Cálculo / Atualização	13.449
DIREITO DO TRABALHO: Responsabilidade Solidária / Subsidiária/Tomador de Serviços / Terceirização	11.893
DIREITO DO TRABALHO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios/Adicional	9.368
DIREITO DO TRABALHO: Aposentadoria e Pensão/Complementação de Aposentadoria / Pensão	7.077
DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho/Reintegração / Readmissão ou Indenização	6.987
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução/Execução Previdenciária	6.548

Tribunal Superior Eleitoral

Despesas

Força de Trabalho

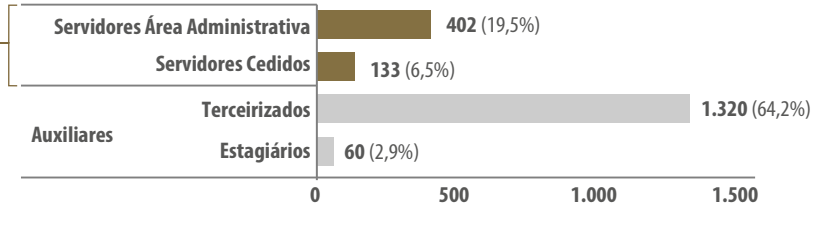
7 Ministros
2 Magistrados substitutos da classe jurista

Servidores Efetivos

Cargos Existentes: 779

142 Vagos
637 Providos[1]

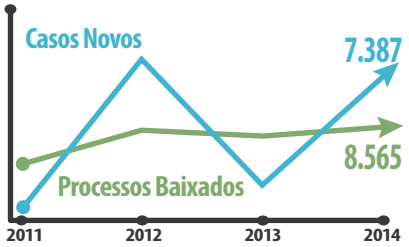
Servidores Requisitados: 30
Sem vínculo Efetivo: 10

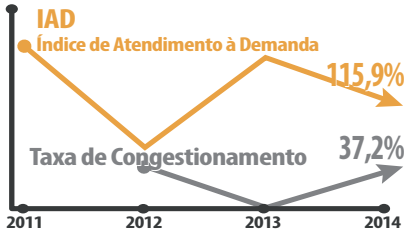


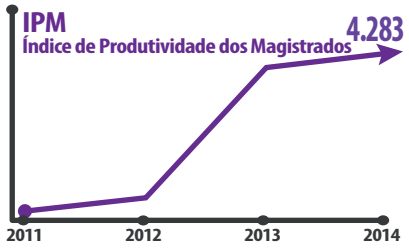
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

Litigiosidade

	Total	
Movimentação Processual		
Casos Novos	7.387	↑ 47,0%
Julgados	10.193	↑ 25,8%
Baixados	8.565	↑ 7,3%
Estoque Inicial	6.260	↑ 109,4%
Indicadores de Produtividade		
IAD (Baixados/Cn)	115,9%	↓ -42,84p.p.
Taxa Congest.	37,2%	↑ 36,80p.p.
Indicadores por Magistrado		
Casos novos	3.694	↑ 47,0%
Carga de Trab.	8.791	↑ 52,6%
Proc. Julgados	5.097	↑ 25,8%
IPM (Baixados)	4.283	↑ 7,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária		
Casos novos	52	↑ 43,9%
Carga de Trab.	124	↑ 49,3%
IPS-Jud (Baixados)	60	↑ 5,1%







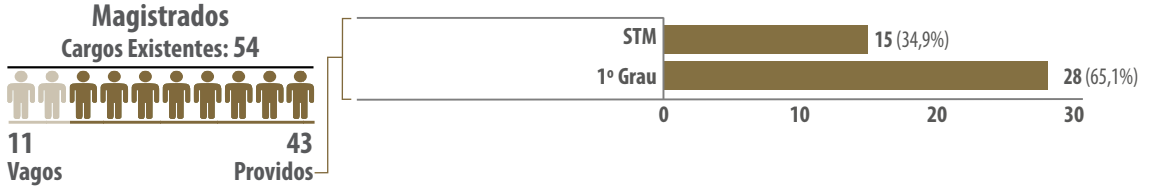
Assuntos mais recorrentes

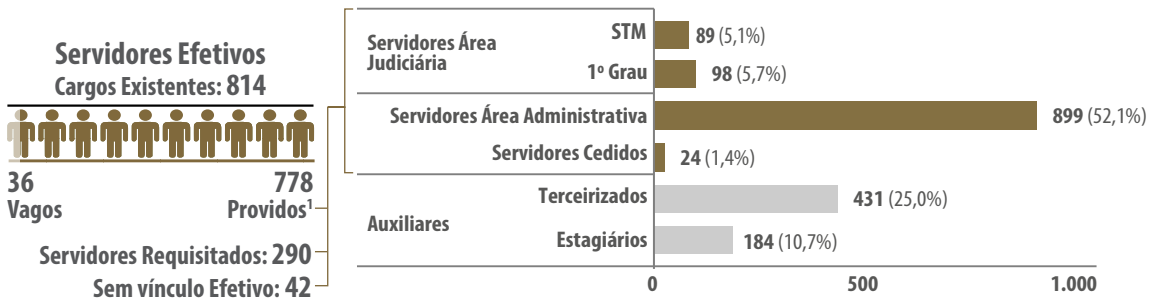
DIREITO ELEITORAL: Eleições	15.261
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Candidatos	13.669
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Transgressões Eleitorais	7.184
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Cargos	5.339
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	3.433
DIREITO ELEITORAL: Eleições/Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	1.310
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos/Propaganda Política	834
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral	685
DIREITO ELEITORAL: Administração da Justiça Eleitoral/Conduta Vedada a Agente Público	626
DIREITO ELEITORAL: Partidos Políticos	552

Superior Tribunal Militar
e Auditorias Militares

Despesas

Força de Trabalho

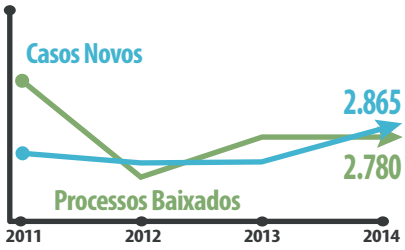


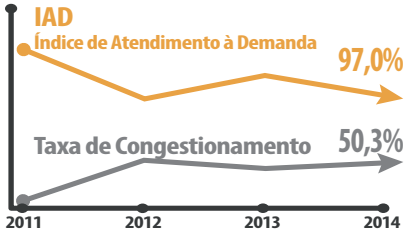


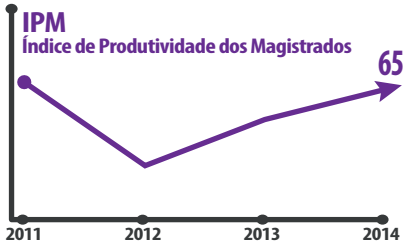
1 Cargos Providos+Servidores Requisitados+ Servidores Sem vínculo=Servidores Área Judiciária+Servidores Área Administrativa+Servidores Cedidos

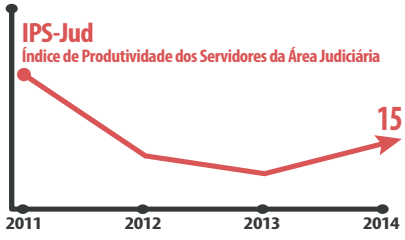
Litigiosidade

	STM	Auditorias Militares	Total	
Movimentação Processual				
Casos Novos	1.047	1.818	**2.865**	↑ 13,6%
Conhecimento	-	1.295	**1.295**	↑ 6,9%
Execução	-	523	**523**	↓ -1,9%
Julgados	1.051	1.763	**2.814**	↑ 3,6%
Conhecimento	-	1.141	**1.141**	↑ 3,4%
Execução	-	622	**622**	↓ -14,8%
Baixados	1.106	1.674	**2.780**	↓ 0,0%
Conhecimento	-	1.190	**1.190**	↑ 7,7%
Execução	-	484	**484**	↓ -21,8%
Estoque	755	1.978	**2.733**	↑ 8,3%
Conhecimento	-	1.064	**1.064**	↑ 2,7%
Execução	-	914	**914**	↑ 9,1%
Indicadores de Produtividade				
IAD (Baixados/Cn)	105,6%	92,1%	**97,0%**	↓ -13,24p.p.
Conhecimento	-	91,9%	**91,9%**	↑ 0,72p.p.
Execução	-	92,5%	**92,5%**	↓ -23,59p.p.
Taxa Congest.	38,6%	55,9%	**50,3%**	↑ 5,45p.p.
Conhecimento	-	49,6%	**49,6%**	↓ -1,29p.p.
Execução	-	66,3%	**66,3%**	↑ 11,47p.p.
Indicadores por Magistrado				
Casos novos	70	46	**54**	↑ 28,7%
Carga de Trab.	137	136	**136**	↑ 20,6%
Proc. Julgados	70	63	**65**	↑ 13,2%
IPM (Baixados)	74	60	**65**	↑ 9,3%
Indicadores por Servidor da Área Judiciária				
Casos novos	12	13	**13**	↑ 38,5%
Carga de Trab.	23	39	**31**	↑ 29,8%
IPS-Jud (Baixados)	12	17	**15**	↑ 17,6%









Assuntos mais recorrentes

10 Considerações Finais

O exercício de refletir sobre a realidade do Poder Judiciário passa pela análise de seus principais indicadores. Avaliar a destinação das despesas, os modelos de distribuição de magistrados e servidores nos tribunais do país, e, ainda, investigar os aspectos mais relevantes acerca da litigiosidade e da produtividade dos tribunais, com foco mais detido nos distintos ramos de Justiça em virtude de suas diferentes especificidades, tem o condão de apontar os rumos futuros em direção à almejada entrega de justiça célere e efetiva.

A responsabilidade do CNJ em produzir um diagnóstico para a efetivação de políticas públicas é um projeto ousado, que envolve 90 tribunais imbuídos com o mesmo espírito de busca contínua por melhores resultados de desempenho, mas sempre respeitando as diferenças estruturais, regionais, as especialidades de temas e, principalmente, as pessoas. Aliás, é merecedora de destaque a digna e operosa atuação de magistrados e servidores, que permite a cada ano o alcance de níveis médios de produtividade inimagináveis em um cenário comparado internacional.

No intuito de realizar um balanço das políticas judiciárias e lançar luz sobre a gestão judicial, tendo em mente os inúmeros desafios ainda a enfrentar diante da crescente litigiosidade, nas próximas linhas descortinar-se-ão os principais números apresentados neste Relatório, em cotejo com exemplos de iniciativas empreendidas pelo Conselho Nacional de Justiça ao longo da década.

10.1 Avaliação Global dos Indicadores do Poder Judiciário

Os dados gerais do Poder Judiciário revelaram, pela primeira vez neste Relatório, o tamanho da estrutura do Poder Judiciário, que compreende cerca de 15 mil cartórios judiciais, divididos entre varas de competências específicas, juizados especiais, zonas eleitorais e auditorias militares, para atender a população brasileira distribuída em 5.570 municípios. Aproximadamente 63% das unidades judiciárias são integrantes da Justiça Estadual, 20% da Justiça Eleitoral, 10% da Justiça do Trabalho e 7% da Justiça Federal.

A força de trabalho compreende aproximadamente 17 mil magistrados, 279 mil servidores efetivos e 139 mil trabalhadores auxiliares em atuação. Para manter essa estrutura, houve uma despesa total de R$68,4 bilhões em 2014. O grupo de despesas com recursos humanos é o mais significativo do Judiciário, da ordem de R$61,2 bilhões, o que equivale a 89,5% de toda a despesa em 2014.

Há, por outro lado, a arrecadação em forma de receitas, que alcançou a cifra de R$ 26,9 bilhões, o que correspondeu a 39% do gasto total.

O olhar mais detalhado sobre os resultados por ramo de justiça revela que a Justiça Estadual dispendeu 89% de seu orçamento com recursos humanos. Também merece destaque o número de servidores deste ramo, que representa 64,5% de toda a força de trabalho do Poder Judiciário.

Na Justiça Federal houve arrecadação de R$9,8 bilhões, com uma receita 13% superior ao total gasto no período. Quanto à força de trabalho, em que pese 84% dos servidores da área judiciária atuar na 1ª instância, observou-se que a produtividade desses servidores supera em 29% a produtividade dos servidores lotados em 2º grau. Outro fator referente à força de trabalho da Justiça Federal é a existência de 27% de cargos vagos para magistrados e de 3,7% de juízes afastados de suas funções. Além disso, os magistrados em atividade estão concentrados nas Regiões Sudeste e Sul do país. O provimento dos cargos de juízes, na Justiça Federal, poderia contribuir para a redução do elevado número de casos pendentes, que registrou 8,5 milhões de processos em 2014.

Quanto à distribuição de servidores, na Justiça do Trabalho observa-se que o volume processual no 1º grau é maior que o percentual de servidores lotados nesta instância. O 1º grau detém cerca de 84% dos casos novos e 92% dos casos pendentes, o que leva a considerar a importância da alocação de servidores em conformidade com as demandas processuais. Quanto aos magistrados em atuação neste ramo de Justiça, destaca-se o fato de que há um percentual expressivo de cargos vagos (26,7%) e de afastamentos (3,7%) de magistrados.

De modo geral, os dados sobre litigiosidade também são ilustrativos da necessidade de o Poder Judiciário focar mais detidamente na 1ª instância dos tribunais, visto que é neste grau de jurisdição que se concentram o maior número de processos: 86% de casos novos; 95% de casos pendentes; 87% de processos baixados e 84% das sentenças.

Nesta seara, considerando que um dos entraves do Poder Judiciário é a taxa de congestionamento, com a média nacional de 71%, constata-se que os processos de conhecimento na 1ª instância apresentam taxa de congestionamento de 66%, ao passo que os processos de execuções fiscais, 91%. Ressalte-se que esses últimos representam 38% dos processos pendentes no Judiciário.

Verifica-se que, dos processos que tramitaram no Poder Judiciário, 29% correspondem a casos novos e 71% representam casos pendentes. Em 2014, foram baixados 28 milhões de processos, o que equivale a 99% dos casos novos ingressados.

Na Justiça Estadual, além do acervo de 57 milhões de casos pendentes, ingressaram no ano de 2014 mais de 20 milhões de casos novos – o que corresponde a 81% e 70% dos processos no Poder Judiciário, respectivamente. Entretanto, esse ramo não conseguiu dar vazão ao mesmo número de processos ingressados no período, o que contribuiu para o aumento no volume de processos pendentes (5,7% a mais que em 2013) e manutenção da alta taxa de congestionamento (74,2%). Ressalte-se que a 1ª instância é responsável por 97% do acervo processual. O congestionamento na Justiça Estadual apresenta dois indicadores importantes: a taxa de congestionamento de 66% nos processos de conhecimento na 1ª instância e de 91% nos processos de execução fiscal.

Na Justiça do Trabalho, o número de casos novos é de 4 milhões, acrescidos de 4,4 milhões de casos pendentes acumulados em 2014. Apesar do acúmulo gerado ao longo dos anos, houve baixa de 105,5% de processos em relação ao número de casos novos – o que representa o esforço deste ramo de Justiça, desde 2009, no avanço quanto à baixa de casos pendentes. Além disso, a justiça trabalhista apresenta baixo percentual de taxa de congestionamento em relação aos demais ramos de Justiça, com média de 50%. Sobre isso, os dados acerca dos processos de conhecimento e de execução também revelam que, especialmente, as execuções judiciais apresentam congestionamento de 65,6% no 1º grau.

Na Justiça Federal, o volume de casos novos é próximo da Justiça do Trabalho (4 milhões), no entanto, diante de sua especificidade, os casos pendentes representam mais que o dobro do ingresso de novos feitos (8, 5 milhões). A média da taxa de congestionamento desse ramo é de 70,5%, destacando-se que os processos de execução fiscal do 1º grau apresentaram taxa de congestionamento de 91%. Os executivos fiscais, portanto, vem a constituir um dos principais desafios para a resolução definitiva de processos e consequente diminuição do estoque, uma vez que representam 41% do acervo deste segmento de justiça.

Voltando à análise da taxa de congestionamento, vale ressaltar sua relação com a produtividade nas cortes brasileiras. Na Justiça Estadual, por exemplo, verifica-se que os TJRS e TJGO apresentam taxa de congestionamento com pouco mais de 60% e a produtividade de seus magistrados está acima de 2.000 processos/mês. É interessante investigar como os fluxos de trabalho estão sendo organizados nestes e em outros tribunais de referência para que boas práticas sejam divulgadas e aperfeiçoadas.

O mesmo pode ser mencionado em relação ao Índice de Produtividade Comparada – IPC-Jus. A Justiça Estadual obteve média de 83,6% no IPC-Jus em 2014. Nesse cenário, quatro tribunais deste ramo de Justiça alcançaram 100% de produtividade comparada. Apesar do grande volume de processos, destacaram-se os tribunais TJRJ, TJRS, TJGO e TJAP que obtiveram resultados satisfatórios no IPC-Jus de 2014.

Quanto à Justiça Federal, o TRF 5ª Região obteve o melhor resultado do segmento, com a média de produtividade de 93% e ainda, conseguindo as menores taxa de congestionamento neste ramo de Justiça.

Já na Justiça do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho das 2ª, 15ª, 1ª e 8ª Regiões alcançaram 100% de produtividade. Tal êxito foi possível mesmo com altos índices de litigiosidade como nos TRTs das 2ª, 15ª e 1ª Regiões, com ingresso de casos novos acima de 1.700 por 100 mil habitantes.

Sob o olhar mais amplo da produtividade, é importante observar no tempo a variação dos principais indicadores do Poder Judiciário. Analisando o período de 2009 a 2014, é importante pontuar que houve aumento de 17,2% de casos novos. De outro lado, na porta de saída, houve 12,5% de incremento de processos baixados. Não obstante tenha havido aumento progressivo do Índice de Produtividade de Magistrados - IPM na série (+6,9%)[1], a diferença do aumento de casos novos e dos baixados impactou a ampliação do acervo em 20%, pois o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), considerando-se os resultados consolidados do Judiciário, continua insuficiente para combater a entrada de casos novos (98,7%).

1 Exceto nos anos de 2013-2014, quando houve decréscimo (-1,3%).

10.2 Avaliação de Atos Normativos do CNJ nos 10 anos à luz dos Indicadores Globais do Judiciário

Antes de abordar especificamente alguns dos temas desenvolvidos nesta década de existência do CNJ, cabe pontuar o modelo coletivo e democrático adotado para a construção das políticas judiciárias. A transparência dos atos do CNJ, ao conceder às partes envolvidas a oportunidade de se manifestar, seja por meio das consultas públicas realizadas, seja por meio da representação participativa em comitês, reuniões e grupos de trabalho específicos, validam e legitimam o processo colaborativo em prol de um Judiciário cada vez mais próximo das expectativas da sociedade[2].

A partir das propostas validadas pelos tribunais, busca-se, no mais das vezes, a instituição de uma linguagem unificada, que facilite o encaminhamento de julgamento das ações judiciais e que direcione estrategicamente as atividades laborais. Com esse espírito, o CNJ editou a **Resolução CNJ 46/2007, que dispõe sobre as Tabelas Processuais Unificadas, a Resolução CNJ 76/2009, que normatiza o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, e a Resolução CNJ 198/2014, que estipula as diretrizes para o Planejamento e Gestão Estratégica do Sexênio 2015/2020**. Essas iniciativas representam os esforços em identificar e aperfeiçoar os processos de trabalho e direcionar forças para áreas que devam obter atenção especial. A Resolução CNJ nº 198/2014, a qual constitui norma que não apenas impele tribunais e conselhos a refletir sobre seus cenários e estabelecer a gestão estratégica, representa um produto coletivo de discussões que, a partir dos planos formulados e implantados, venham a ter repercussão nos próximos seis anos.

Soma-se aos instrumentos normativos já citados, a criação do **Processo Judicial Eletrônico – PJe**, um projeto inovador e corajoso, que deverá impactar a redução de custos e a diminuição da morosidade processual, a fim de garantir o direito constitucional da razoável duração do processo e assegurar os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. É notório que projetos que envolvam consideráveis mudanças também exigem um período de tempo mínimo para serem totalmente efetivados; e há que se considerar que o PJe faz parte desse universo. Em vista do amplo espectro de abrangência desse projeto e apesar dos diferentes entraves a serem superados, os tribunais já deram os primeiros passos à colher os frutos desta mudança, visto que tem obtido avaliações positivas de seus usuários e o reconhecimento público de sua importância e necessidade.

Sob o enfoque da gestão judicial, é oportuno destacar que as políticas focadas na simetria entre recursos e demandas são fundamentais para melhorar o atendimento e proporcionar melhores índices de acesso à Justiça. A esse respeito, a **Resolução CNJ 194/2014** instituiu a **Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição**. O CNJ estimula, nesse contexto, que os tribunais envidem esforços para o alinhamento ao Plano Estratégico, adequação do orçamento e da distribuição da força de trabalho, estabelecimento da governança colaborativa, prevenção e racionalização de litígios, dentre outras ações dessa natureza. O cotejo com a distribuição de servidores apresentada ao longo desta edição demonstra que há diferenças pontuais de lotação entre a 1ª e a 2ª instâncias e que a carga de trabalho e a taxa de congestionamento no 1º grau são, em regra, mais expressivas. Os resultados devem suscitar iniciativas que orientem a lotação de servidores em conformidade com as demandas processuais, a fim de equalizar a força de trabalho e assim buscar maior equilíbrio na prestação de justiça.

Normativas como a **Resolução CNJ 195/2014, que dispõe sobre a distribuição de orçamento** nos órgãos do Poder Judiciário de 1º e 2º graus, podem auxiliar o processo de ajuste entre demandas e recursos a serem investidos, considerando o volume de trabalho de cada instância – média de casos novos distribuídos ao primeiro e segundo grau no último triênio e o acervo de processos pendentes –, entre outros critérios.

O aumento contínuo de casos novos é um desafio que deve buscar soluções alternativas, tais como os empreendimentos de conciliação e mediação. A **Resolução CNJ 125/2010, que institui a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário**, representa iniciativa em busca de uma justiça com o protagonismo das partes, constituindo uma política de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de conflitos. A criação de Núcleos e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) constitui uma alternativa capaz de solucionar conflitos antes mesmo da instauração do processo, além de ser uma política consonante com as orientações do Novo Código de Processo Civil. Os 58 Núcleos e os 362 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania em atividade nos tribunais brasileiros já evidenciam o poder da conciliação como mecanismo profícuo de autocomposição dos conflitos e de pacificação social por meio de conciliação e da mediação.

2 Nessa linha de atuação, o CNJ também incentiva os tribunais a adotarem o modelo bottom-up (de baixo para cima) na formulação das políticas públicas. Essa metodologia parte da premissa de que os gestores locais estão mais próximos dos problemas reais do que a alta administração.

Outra norma que também propõe medidas para a celeridade processual é a Resolução CNJ nº 160/2012, que dispõe sobre a organização de **Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – NURER** - nos Tribunais Superiores, na Justiça Federal e nos Tribunais de Justiça dos Estados. A uniformização de procedimentos e de gerenciamento de processos, além da contínua especialização desses tribunais no julgamento de processos que vêm se repetindo e se acumulando no Poder Judiciário, constituem urgências que se reconhecem como cruciais para melhoria e tempestividade da prestação jurisdicional[3].

Merecido destaque precisa ser feito dentro do Poder Judiciário, pois, enquanto em um lado da balança da justiça reside o grande peso da cultura de litigar, em outro se encontram magistrados e servidores com alto grau de comprometimento, conforme demonstram os dados do Censo do Poder Judiciário realizado em 2013[4]. Trata-se de força de trabalho especializada, capaz de ultrapassar as intempéries que se colocam a frente do honrado *mister* de bem prestar o serviço de justiça.

Diante das políticas judiciárias referidas ao longo deste relatório, é preciso mencionar que as diferentes iniciativas constituem um ferramental precioso para auxiliar magistrados e gestores nesta difícil missão de administrar os serviços de justiça. O arcabouço delineado pretende demonstrar o quanto é viável a prestação jurisdicional célere e efetiva com planejamento e gestão estratégica, com sistemas de informações disponíveis que auxiliem o processo de gestão, com a promoção da cultura de conciliação e prevenção de litígios e, acima de tudo, com uma visão inovadora sobre o que se almeja para a Justiça do futuro.

3 Nesse mesmo cenário, os encaminhamentos estabelecidos na 1ª Reunião Preparatória do IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada em 2015, também demonstram o empenho dos operadores de Justiça sobre este assunto, considerando que um dos temas escolhidos como estratégicos foi o da repercussão geral, dos recursos repetitivos e o incidente de resolução de demandas repetitivas. Mais informações sobre as oito questões apontadas pelos representantes da Justiça Estadual sobre este tema estão disponíveis em: http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/05/95f8e58247fd604797505c893d6c4dce.pdf.

4 Relatório contendo os resultados do Censo do Poder Judiciário disponível em http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf.

11 Referências

BANKER, R.D.; CHARNES, A.; COOPER, W.W. Some models for estimating technical scale inefficiencies in data envelopment analysis. **Management Science**, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais ns. 1/1992 a 86/2015, pelo Decreto Legislativo ns 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão ns. 1 a 6/1994. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 112 p.

BRASIL. **Lei nº 11.364**, de 26 de outubro de 2006. Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11364.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 2**, de 16 de agosto de 2005. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_2_16082005_02052014173817.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 4**, de 16 de agosto de 2005. Cia o Sistema de Estatística do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_4_16082005_11102012201830.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 15**, de 20 de abril de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, fixa prazos e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_15_20042006_02052014171202.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 46**, de 18 de dezembro de 2007. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_46_18122007_29042014165333.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 70**, de 18 de março de 2009. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_70_18032009_22072014152617.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 76**, de 12 de maio de 2009. Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências.Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_76_12052009_10102012220048.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 111**, de 6 de abril de 2010. Institui o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJud e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_111_06042010_11102012174743.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 125**, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_125_29112010_16092014165812.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 159**, de 12 de novembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_159_17102012_19112012145120.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 160**, de 19 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar, Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e nos Tribunais Regionais Federais, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_160_19102012_12112012113218.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 185**, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros

para sua implementação e funcionamento. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_185_18122013_07012014161739.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 194**, de 26 de maio de 2014. Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_194_26052014_28052014142500.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 195**, de 3 de junho de 2014. Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_195_03062014_04062014170258.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ 198**, de 1 de julho de 2014. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.Disponível em: < http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_198_16062014_03072014152008.pdf>.

CHARNES, Abraham; COOPER, William. W.; RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, v. 2, p. 429-444, 1978.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FOCHEZATTO, Adelar. Análise da eficiência relativa dos tribunais da justiça estadual brasileira utilizando o método DEA. In: REUNION DE ESTUDIOS REGIONALES-AECR, 36., 2010, Badajoz. **Anais**... Badajoz: Asociación Espanõla de Ciencia Regional, 2010.

HAIR, Joseph F. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas regionais do Brasil: 2011. **Contas nacionais**, Rio de Janeiro, n. 40, 2013. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contas_regionais_2011.pdf>.

_____. **Sinopse do censo demográfico: 2010**. Disponível em: < http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse>. Acesso em: 29 ago. 2014.

_____. **Subsídios à regionalização**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. 216 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Custo unitário do processo de execução fiscal na justiça federal**: relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2011. 38 p. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_ipea_exec_fiscal.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

JOHNSON, Richard Arnold.; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 6. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Planejamento estratégico do Poder Judiciário, **Revista Justiça & Cidadania**, n. 135, 2011. Disponível em: < http://www.editorajc.com.br/2011/11/planejamento-estrategico-do-poder-judiciario/>. Acesso em: 27 ago. 2014.

MELLO, João Carlos Correia Baptista de. et al. Algoritmo de alocação de recursos discretos com análise envoltória de dados. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 225-239, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-74382006000200003&script=sci_arttext>.

MELLO, João Carlos Correia Baptista de. et al. Curso de análise de envoltória de dados. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 37., 2005, Gramado. **Anais**... Gramado: Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/decisao/sbpo2005_curso.pdf>.

RENCHER, Alvin C. **Methods of multivariate analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. Disponível em: < http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SENRA, Luis Felipe Aragão de Castro. et al. Estudo sobre métodos de seleção de variáveis em DEA. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101=74382007000200001-&script-sci_arttext>.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da; MEDEIROS, Bernardo de Abreu Medeiros. A "morte lenta" da execução fiscal: isso é necessariamente ruim? In: CUNHA, Alexandre dos Santos; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Org.). **Gestão e jurisdição**: o caso da execução fiscal da União. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. p. 27-40. (Diálogos para o desenvolvimento, 9). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_gestaoejurisdicao.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

YEUNG, Luciana Luk-Tai; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Beyond conventional wisdom and anedoctal evidence: measuring efficiency of brazilian courts. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 13., 2009, Berkeley. **Papers**... Berkeley: University of California, 2009. Disponível em: <http://extranet.isnie.org/uploads/isnie2009/yeung_azevedo.pdf>.

12 Anexos

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 - Classificação e Ranking da Justiça Estadual, ano base 2014 62
Tabela 5.1 - Classificação e Ranking da Justiça do Trabalho, ano base 2014 174
Tabela 7.1 - Classificação e Ranking da Justiça Eleitoral, ano base 2014 326

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Exemplo da Representação de um Gráfico de Quadrantes e de Fronteira 23
Gráfico 3.1 – Unidades Judiciárias de 1º Grau por Justiça 27
Gráfico 3.2 – Despesa Total do Poder Judiciário por Justiça 29
Gráfico 3.3 - Série Histórica das Despesas do Poder Judiciário 30
Gráfico 3.4 – Percentual gasto com Recursos Humanos por Justiça 30
Gráfico 3.5 – As Despesas com Recursos Humanos no Poder Judiciário 30
Gráfico 3.6 – Arrecadações do Poder Judiciário 30
Gráfico 3.8 – Total de Servidores no Poder Judiciário por Justiça 32
Gráfico 3.7 – Total de Magistrados no Poder Judiciário por Justiça 32
Gráfico 3.9 – Total de Magistrados por 100.000 habitantes por Justiça 32
Gráfico 3.10 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados no Poder Judiciário 33
Gráfico 3.11 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos no Poder Judiciário 33
Gráfico 3.12 – Percentual de Cargos Vagos de Magistrados por Justiça 33
Gráfico 3.13 – Percentual de Cargos Vagos de Servidores por Justiça 33
Gráfico 3.14 – Série Histórica da Movimentação Processual 34
Gráfico 3.15 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões 35
Gráfico 3.16 – Casos Novos por Justiça 35
Gráfico 3.17 – Casos Pendentes por Justiça 35
Gráfico 3.18 – Casos Novos por 100.000 Habitantes por Justiça 35
Gráfico 3.19 – Taxa de Congestionamento por Justiça 35
Gráfico 3.20 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos no Poder Judiciário por Justiça 36
Gráfico 3.21 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos no 2º e 1º grau por Justiça 36
Gráfico 3.22 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau 38
Gráfico 3.23 – Casos Novos por Magistrado no Poder Judiciário 39
Gráfico 3.24 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado no Poder Judiciário 39
Gráfico 3.25 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário 39
Gráfico 3.26 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário 39
Gráfico 3.27 – Carga de Trabalho do Magistrado no Poder Judiciário 40
Gráfico 3.28 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado no Poder Judiciário 40
Gráfico 3.29 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário 40
Gráfico 3.30 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária no Poder Judiciário 40
Gráfico 3.31 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) no Poder Judiciário 41
Gráfico 3.32 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) no Poder Judiciário 41
Gráfico 3.33 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) no Poder Judiciário 41
Gráfico 3.34 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) no Poder Judiciário 41
Gráfico 3.35 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Poder Judiciário 42
Gráfico 3.36 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda no Poder Judiciário 42

Gráfico 3.37 – Taxa de Congestionamento no Poder Judiciário 42
Gráfico 3.38 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento no Poder Judiciário 42
Gráfico 3.39 – Execuções Fiscais Pendentes por ramo de justiça 43
Gráfico 3.40 – Movimentação Processual do Poder Judiciário 44
Gráfico 3.41 – Termômetro da Taxa de Congestionamento 44
Gráfico 3.42 – Série Histórica das Execuções Iniciadas e Pendentes 45
Gráfico 3.43 – Impacto da Execução Fiscal na Taxa de Congestionamento 45
Gráfico 3.44 – Impacto da Execução Fiscal no Índice de Atendimento à Demanda 45
Gráfico 3.45 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 46
Gráfico 3.46 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados 46
Gráfico 3.47 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 46
Gráfico 3.48 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária 47
Gráfico 3.49 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 47
Gráfico 3.50 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento 47
Gráfico 3.51 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 48
Gráfico 3.52 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda 48
Gráfico 3.53 – Assuntos mais demandados no Poder Judiciário. 50
Gráfico 3.54 – Assuntos mais demandados no 2º Grau 50
Gráfico 3.55 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (Varas, Auditorias Militares e Zonas Eleitorais) 51
Gráfico 3.56 – Assuntos mais demandados nas Turmas Recursais 51
Gráfico 3.57 – Assuntos mais demandados nos Juizados Especiais 52
Gráfico 3.58 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário 53
Gráfico 3.59 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário no 2º grau 53
Gráfico 3.60 – Classes mais demandadas no 1º Grau (exceto Juizados e Turmas Recursais) 54
Gráfico 3.61 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário nas Turmas Recursais 54
Gráfico 3.62 – Classes mais demandadas no Poder Judiciário nos Juizados Especiais 55
Gráfico 4.1 - Série Histórica do *Ranking* e da Classificação dos Tribunais, segundo o Porte 63
Gráfico 4.2 – Unidades Judiciárias de 1º Grau na Justiça Estadual 65
Gráfico 4.3 – Número de Unidades Judiciárias (varas e Juizados) na Justiça Estadual, por Tribunal 66
Gráfico 4.4 – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), por Tribunal 70
Gráfico 4.5 - Série Histórica das Despesas da Justiça Estadual 71
Gráfico 4.6 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Estadual 72
Gráfico 4.7 – Arrecadações da Justiça Estadual 72
Gráfico 4.8 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Estadual 73
Gráfico 4.9 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Estadual 74
Gráfico 4.10 - Cargos de Magistrado Providos por Grau de Jurisdição 74
Gráfico 4.11 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Estadual 74
Gráfico 4.12 - Lotação dos Servidores 74
Gráfico 4.13 – Servidores da Área Judiciária por Grau de Jurisdição 74
Gráfico 4.14 – Série Histórica da Movimentação Processual 76
Gráfico 4.15 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões 76
Gráfico 4.16 – Evolução do Percentual de Casos Novos Eletrônicos 78
Gráfico 4.17 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça Estadual 78
Gráfico 4.18 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos por Instância 79
Gráfico 4.19 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º Grau x 1º Grau 82
Gráfico 4.20 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Estadual 83
Gráfico 4.21 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Estadual 83
Gráfico 4.22 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual 84
Gráfico 4.23 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual 84
Gráfico 4.24 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Estadual 85

Gráfico 4.25 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Estadual 85
Gráfico 4.26 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual 86
Gráfico 4.27 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Estadual 86
Gráfico 4.28 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Estadual 87
Gráfico 4.29 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Estadual 87
Gráfico 4.30 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Estadual 88
Gráfico 4.31 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Estadual 88
Gráfico 4.32 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Estadual 89
Gráfico 4.33 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Estadual 89
Gráfico 4.34 – Taxa de Congestionamento na Justiça Estadual 90
Gráfico 4.35 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Estadual 90
Gráfico 4.36 – Movimentação Processual da Justiça Estadual 91
Gráfico 4.37 – Termômetro da Taxa de Congestionamento 92
Gráfico 4.38 – Série Histórica das Execuções Iniciadas e Pendentes 92
Gráfico 4.39 – Impacto da Execução Fiscal na Taxa de Congestionamento 92
Gráfico 4.40 – Impacto da Execução Fiscal no Índice de Atendimento à Demanda 93
Gráfico 4.41 – Série Histórica das Execuções Penais Iniciadas 93
Gráfico 4.42 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 94
Gráfico 4.43 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados 94
Gráfico 4.44 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 95
Gráfico 4.45 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária 95
Gráfico 4.46 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 96
Gráfico 4.47 – Série Histórica Taxa de Congestionamento 96
Gráfico 4.48 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no 1º Grau: Execução x Conhecimento 97
Gráfico 4.49 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda 97
Gráfico 4.50 – Assuntos mais demandados na Justiça Estadual 98
Gráfico 4.51 – Assuntos mais demandados no 2º Grau 99
Gráfico 4.52 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (Varas) 99
Gráfico 4.53 – Assuntos mais demandados nas Turmas Recursais 100
Gráfico 4.54 – Assuntos mais demandados nos Juizados Especiais 100
Gráfico 4.55 – Classes mais demandadas na Justiça Estadual 101
Gráfico 4.56 – Classes mais demandadas no 2º Grau na Justiça Estadual 102
Gráfico 4.57 – Classes mais demandadas no 1º Grau (Varas) 102
Gráfico 4.58 – Classes mais demandadas nas Turmas Recursais da Justiça Estadual 103
Gráfico 4.59 – Classes mais demandadas nos Juizados Especiais da Justiça Estadual 103
Gráfico 4.60 – Resultado do IPC-Jus por Tribunal na Justiça Estadual 105
Gráfico 4.61 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Magistrados 106
Gráfico 4.62 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Servidores 107
Gráfico 4.63 – Taxa de Congestionamento x Despesa Total (exceto inativos) por Processos Baixados 107
Gráfico 4.64 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%. 109
Gráfico 4.65 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%. 110
Gráfico 4.66 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100%. 111
Gráfico 5.1 - Série Histórica do Ranking e da Classificação dos Tribunais, segundo o Porte 175
Gráfico 5.2 – Número de Varas do Trabalho, por Tribunal 176
Gráfico 5.3 - Série Histórica das Despesas da Justiça do Trabalho 178
Gráfico 5.4 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça do Trabalho 179
Gráfico 5.5 – Arrecadações da Justiça do Trabalho 179

Gráfico 5.6 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça do Trabalho 180
Gráfico 5.7- Distribuição dos Magistrados na Justiça do Trabalho 180
Gráfico 5.8 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça do Trabalho 181
Gráfico 5.9- Distribuição dos Servidores Efetivos, Requisitados e Comissionados na Justiça do Trabalho 181
Gráfico 5.10 – Série Histórica da Movimentação Processual 182
Gráfico 5.11 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões 182
Gráfico 5.12 – Evolução do Percentual de Casos Novos Eletrônicos 184
Gráfico 5.13 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça do Trabalho 185
Gráfico 5.14 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça do Trabalho 185
Gráfico 5.15 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau 187
Gráfico 5.16 – Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho 188
Gráfico 5.17 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho 188
Gráfico 5.18 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho 189
Gráfico 5.19 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho 189
Gráfico 5.20 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça do Trabalho 190
Gráfico 5.21 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça do Trabalho 190
Gráfico 5.22 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho 191
Gráfico 5.23 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho 191
Gráfico 5.24 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça do Trabalho 192
Gráfico 5.25 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça do Trabalho 192
Gráfico 5.26 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça do Trabalho 193
Gráfico 5.27 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça do Trabalho 193
Gráfico 5.28 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça do Trabalho 194
Gráfico 5.29 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça do Trabalho 194
Gráfico 5.30 – Taxa de Congestionamento na Justiça do Trabalho 195
Gráfico 5.31 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça do Trabalho 195
Gráfico 5.32 – Movimentação Processual da Justiça do Trabalho 196
Gráfico 5.33 – Termômetro da Taxa de Congestionamento 197
Gráfico 5.34 – Casos Novos e Casos Pendentes no 1º Grau 197
Gráfico 5.35 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 198
Gráfico 5.36 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados 198
Gráfico 5.37 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 199
Gráfico 5.38 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária 199
Gráfico 5.39 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 200
Gráfico 5.40 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento 200
Gráfico 5.41 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Primeiro Grau: Execução x Conhecimento 201
Gráfico 5.42 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda 201
Gráfico 5.43 – Assuntos mais demandados na Justiça do Trabalho 202
Gráfico 5.44 – Assuntos mais demandados no 2º Grau (nível 3) 203
Gráfico 5.45 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (nível 3) 203
Gráfico 5.46 – Classes mais demandadas na Justiça do Trabalho (nível 3) 204
Gráfico 5.47 – Classes mais demandadas na Justiça do Trabalho no 2º Grau (nível 3) 205
Gráfico 5.48 – Classes mais demandadas na Justiça do Trabalho no 1º Grau (nível 3) 205
Gráfico 5.49 – Resultado do IPC-Jus por Tribunal, segundo o Porte, na Justiça do Trabalho 207
Gráfico 5.50 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Magistrados 208
Gráfico 5.51 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Servidores 209
Gráfico 5.52 – Taxa de Congestionamento x Despesa Total (exceto inativos) por Processos Baixados 209
Gráfico 5.53 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%. 211

Gráfico 5.54 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%. 212
Gráfico 5.55 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%. 213
Gráfico 6.1 – Percentual da estrutura da Justiça Federal por Tribunal 270
Gráfico 6.2 – Unidades Judiciárias de 1º Grau na Justiça Federal 271
Gráfico 6.3 - Série Histórica das Despesas da Justiça Federal 275
Gráfico 6.4 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Federal 276
Gráfico 6.5 – Arrecadações da Justiça Federal 276
Gráfico 6.6 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Federal 277
Gráfico 6.7 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Federal 277
Gráfico 6.8 - Cargos de Magistrado Providos por Grau de Jurisdição 277
Gráfico 6.9 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Federal 278
Gráfico 6.10 - Lotação dos Servidores 278
Gráfico 6.11 – Servidores da Área Judiciária por Grau de Jurisdição 278
Gráfico 6.12 – Série Histórica da Movimentação Processual 279
Gráfico 6.13 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões 279
Gráfico 6.14 – Evolução do Percentual de Casos Novos Eletrônicos 280
Gráfico 6.15 – Percentual de Casos Novos Eletrônicos por Instância 280
Gráfico 6.16 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos na Justiça Federal 281
Gráfico 6.17 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau 283
Gráfico 6.18 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Federal 283
Gráfico 6.19 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Federal 283
Gráfico 6.20 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Federal 284
Gráfico 6.21 – Taxa de Congestionamento na Justiça Federal 284
Gráfico 6.22 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Federal 284
Gráfico 6.23 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Federal 284
Gráfico 6.24 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Federal 285
Gráfico 6.25 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Federal 285
Gráfico 6.26 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal 285
Gráfico 6.27 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal 285
Gráfico 6.28 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Federal 286
Gráfico 6.29 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Federal 286
Gráfico 6.30 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal 286
Gráfico 6.31 – Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária na Justiça Federal 286
Gráfico 6.32 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Federal 287
Gráfico 6.33 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Federal 287
Gráfico 6.34 – Movimentação Processual da Justiça Federal 288
Gráfico 6.35 – Termômetro da Taxa de Congestionamento 289
Gráfico 6.36 – Série Histórica das Execuções Iniciadas e Pendentes 289
Gráfico 6.37 – Impacto da Execução Fiscal na Taxa de Congestionamento 289
Gráfico 6.38 – Impacto da Execução Fiscal no Índice de Atendimento à Demanda 290
Gráfico 6.39 – Série Histórica das Execuções Penais 290
Gráfico 6.40 – Índice de Produtividade do Magistrado no 1º Grau 291
Gráfico 6.41 – Série Histórica do IPM 291
Gráfico 6.42 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no 1º Grau 291
Gráfico 6.43 – Série Histórica do IPS-Jud 291
Gráfico 6.44 – Taxa de Congestionamento no 1º Grau 292
Gráfico 6.45 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento 292
Gráfico 6.46 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no 1º Grau 292

Gráfico 6.47 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda 292
Gráfico 6.48 – Assuntos mais demandados na Justiça Federal (nível 3). 293
Gráfico 6.49 – Assuntos mais demandados no 2º Grau (nível 3) 294
Gráfico 6.50 – Assuntos mais demandados no 1º Grau (nível 3) 294
Gráfico 6.51 – Assuntos mais demandados nas Turmas Regionais de Uniformização (nível 3) 295
Gráfico 6.52 – Assuntos mais demandados nas Turmas Recursais (nível 3) 295
Gráfico 6.53 – Assuntos mais demandados nos Juizados Especiais (nível 3) 296
Gráfico 6.54 – Classes mais demandadas na Justiça Federal (nível 3) 297
Gráfico 6.55 – Classes mais demandadas na Justiça Federal no 2º Grau (nível 3) 297
Gráfico 6.56 – Classes mais demandadas na Justiça Federal no 1º Grau Exclusivo (nível 3) 298
Gráfico 6.57 – Classes mais demandadas na Justiça Federal nas Turmas Regionais de Uniformização (nível 3) 298
Gráfico 6.58 – Classes mais demandadas na Justiça Federal nas Turmas Recursais (nível 3) 298
Gráfico 6.59 – Classes mais demandadas na Justiça Federal nos Juizados Especiais (nível 3) 299
Gráfico 6.60 – Resultado do IPC-Jus Total por Tribunal na Justiça Federal 301
Gráfico 6.61 – Resultado do IPC-Jus de 2º Grau por Tribunal na Justiça Federal 301
Gráfico 6.62 – Resultado do IPC-Jus por Seção Judiciária da Justiça Federal 301
Gráfico 6.63 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Magistrados 302
Gráfico 6.64 – Taxa de Congestionamento x Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária 303
Gráfico 6.65 – Taxa de Congestionamento x Despesa Total (exceto inativos) por Processos Baixados 303
Gráfico 6.66 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%. 305
Gráfico 6.67 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100% no 2º Grau. 305
Gráfico 6.68 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) Realizado X Necessário para que cada Seção Judiciária atinja IPC-Jus de 100%. 305
Gráfico 6.69 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100%. 306
Gráfico 6.70 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Tribunal atinja IPC-Jus de 100% no 2º grau. 306
Gráfico 6.71 – Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) Realizado X Necessário para que cada Seção Judiciária atinja IPC-Jus de 100%. 306
Gráfico 6.72 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100%. 307
Gráfico 6.73 – Taxa de Congestionamento (TC) Realizada X Resultado da Consequência se cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100% no 2º grau. 307
Gráfico 7.1 - Série Histórica do *Ranking* e da Classificação dos Tribunais, segundo o Porte 327
Gráfico 7.2 – Número de Zonas Eleitorais e Municípios-Sede na Justiça Eleitoral 328
Gráfico 7.3 - Série Histórica das Despesas da Justiça Eleitoral 331
Gráfico 7.4 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Eleitoral 332
Gráfico 7.5 - As Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores por servidor na Justiça Eleitoral 332
Gráfico 7.6 - As Despesas com Pleitos Eleitorais por eleitor na Justiça Eleitoral 333
Gráfico 7.7 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Eleitoral 334
Gráfico 7.8 - Série Histórica da Força de Trabalho na Justiça Eleitoral 334
Gráfico 7.9 - Lotação dos Servidores na Justiça Eleitoral 335
Gráfico 7.10 – Série Histórica da Movimentação Processual 335
Gráfico 7.11 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões 336
Gráfico 7.12 – Série Histórica dos indicadores de Taxa de Congestionamento e Índice de Atendimento à Demanda 336
Gráfico 7.13 – Movimentação Processual da Justiça Eleitoral 337
Gráfico 7.14 – Termômetro da Taxa de Congestionamento 337
Gráfico 7.15 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Eleitoral 340

Gráfico 7.16 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Eleitoral 340
Gráfico 7.17 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral 341
Gráfico 7.18 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral 341
Gráfico 7.19 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Eleitoral 342
Gráfico 7.20 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Eleitoral 342
Gráfico 7.21 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral 343
Gráfico 7.22 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Eleitoral 343
Gráfico 7.23 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Eleitoral 344
Gráfico 7.24 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Eleitoral 344
Gráfico 7.25 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Eleitoral 345
Gráfico 7.26 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Eleitoral 345
Gráfico 7.27 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Eleitoral 346
Gráfico 7.28 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Eleitoral 346
Gráfico 7.29 – Taxa de Congestionamento na Justiça Eleitoral 347
Gráfico 7.30 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Eleitoral 347
Gráfico 7.31 – Assuntos mais demandados na Justiça Eleitoral 348
Gráfico 7.32 – Assuntos mais demandados na Justiça Eleitoral no 2º Grau 349
Gráfico 7.33 – Assuntos mais demandados na Justiça Eleitoral no 1º Grau 349
Gráfico 7.34 – Classes mais demandadas na Justiça Eleitoral 350
Gráfico 7.35 – Classes mais demandadas na Justiça Eleitoral no 2º Grau 351
Gráfico 7.36 – Classes mais demandadas na Justiça Eleitoral no 1º Grau 351
Gráfico 8.1 - Série Histórica das Despesas da Justiça Militar Estadual 413
Gráfico 8.2 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Militar Estadual 413
Gráfico 8.3 – Arrecadações da Justiça Militar Estadual 414
Gráfico 8.4 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Militar Estadual 415
Gráfico 8.5 - Jurisdição dos Magistrados na Justiça Militar Estadual 415
Gráfico 8.6 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Militar Estadual 416
Gráfico 8.7 - Lotação dos Servidores 416
Gráfico 8.8 – Série Histórica da Movimentação Processual 417
Gráfico 8.9 – Série Histórica do Total de Sentenças e Decisões 417
Gráfico 8.10 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho 418
Gráfico 8.11 – Proporção de Casos Novos, Casos Pendentes e Servidores da Área Judiciária no 2º grau x 1º grau 419
Gráfico 8.12 – Casos Novos por Magistrado na Justiça Militar Estadual 420
Gráfico 8.13 – Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Militar Estadual 420
Gráfico 8.14 – Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Militar Estadual 420
Gráfico 8.15 – Taxa de Congestionamento na Justiça Militar Estadual 420
Gráfico 8.16 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Militar Estadual 421
Gráfico 8.17 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Militar Estadual 421
Gráfico 8.18 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Militar Estadual 421
Gráfico 8.19 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Militar Estadual 422
Gráfico 8.20 – Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual 422
Gráfico 8.21 – Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual 422
Gráfico 8.22 – Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Militar Estadual 422
Gráfico 8.23 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) na Justiça Militar Estadual 422
Gráfico 8.24 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual 423
Gráfico 8.25 – Série Histórica da Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar Estadual 423
Gráfico 8.26 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Militar Estadual 423
Gráfico 8.27 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Militar Estadual 424

Gráfico 8.28 – Movimentação Processual da Justiça Militar Estadual 425
Gráfico 8.29 – Termômetro da Taxa de Congestionamento 425
Gráfico 8.30 – Índice de Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau 426
Gráfico 8.31 – Série Histórica do IPM 426
Gráfico 8.32 – Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária no Primeiro Grau 426
Gráfico 8.33 – Série Histórica do IPS-Jud 426
Gráfico 8.34 – Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau 427
Gráfico 8.35 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento 427
Gráfico 8.36 – Índice de Atendimento à Demanda (IAD) no Primeiro Grau 427
Gráfico 8.37 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda 427
Gráfico 8.38 – Assuntos mais demandados na Justiça Militar Estadual 428
Gráfico 8.39 – Assuntos mais demandados na Justiça Militar Estadual no 2º grau 429
Gráfico 8.40 – Assuntos mais demandados na Justiça Militar Estadual no 1º grau 429
Gráfico 8.41 – Classes mais demandadas na Justiça Militar Estadual 430
Gráfico 8.42 – Classes mais demandadas na Justiça Militar Estadual no 2º grau 431
Gráfico 8.43 – Classes mais demandadas na Justiça Militar Estadual no 1º grau 431
Gráfico 9.1 - Série Histórica das Despesas do Superior Tribunal de Justiça 445
Gráfico 9.2 – As Despesas com Recursos Humanos no Superior Tribunal de Justiça 445
Gráfico 9.3 – Arrecadações do Superior Tribunal de Justiça 446
Gráfico 9.4 - Série Histórica da Força de Trabalho no Superior Tribunal de Justiça 447
Gráfico 9.5 – Série Histórica da Movimentação Processual 447
Gráfico 9.6 – Série Histórica do Total de Baixas e Decisões 448
Gráfico 9.7 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho 448
Gráfico 9.8 – Série Histórica dos Índices de Produtividade 448
Gráfico 9.9 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos no Superior Tribunal de Justiça 449
Gráfico 9.10 – Assuntos mais demandados no Superior Tribunal de Justiça 450
Gráfico 9.11 – Classes mais demandadas no Superior Tribunal de Justiça 451
Gráfico 9.12 - Série Histórica das Despesas da Justiça Militar da União 452
Gráfico 9.13 – As Despesas com Recursos Humanos na Justiça Militar da União 452
Gráfico 9.14 - Série Histórica dos Cargos de Magistrados na Justiça Militar da União 454
Gráfico 9.15 - Série Histórica dos Cargos de Servidores Efetivos na Justiça Militar da União 454
Gráfico 9.16 – Série Histórica da Movimentação Processual 455
Gráfico 9.17 – Série Histórica do Total de Baixados e Decisões 455
Gráfico 9.18 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho 455
Gráfico 9.19 – Série Histórica dos Índices de Produtividade 456
Gráfico 9.20 – Série Histórica dos Casos Novos por Magistrado na Justiça Militar da União 457
Gráfico 9.21 – Série Histórica dos Casos Novos por Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar da União 457
Gráfico 9.22 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Magistrado na Justiça Militar da União 457
Gráfico 9.23 – Série Histórica da Carga de Trabalho do Servidor da Área Judiciária na Justiça Militar da União 458
Gráfico 9.24 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) na Justiça Militar da União 458
Gráfico 9.25 – Série Histórica do Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) na Justiça Militar da União 458
Gráfico 9.26 – Série Histórica do Índice de Atendimento à Demanda na Justiça Militar da União 459
Gráfico 9.27 – Série Histórica da Taxa de Congestionamento na Justiça Militar da União 459
Gráfico 9.28 - Série Histórica das Despesas do Tribunal Superior Eleitoral 460
Gráfico 9.29 - As Despesas com Recursos Humanos no Tribunal Superior Eleitoral 460
Gráfico 9.30 – Arrecadações do Tribunal Superior Eleitoral 461
Gráfico 9.31 – Série Histórica da Força de Trabalho no Tribunal Superior Eleitoral 462
Gráfico 9.32 – Série Histórica da Movimentação Processual 462
Gráfico 9.33 – Série Histórica do Total de Baixas e Decisões 462
Gráfico 9.34 – Série Histórica dos indicadores de desempenho 463

Gráfico 9.35 – Série Histórica dos indicadores de produtividade 463
Gráfico 9.36 – Assuntos mais demandados no Tribunal Superior Eleitoral 464
Gráfico 9.37 – Classes mais demandadas no Tribunal Superior Eleitoral 465
Gráfico 9.38 – Série Histórica das Despesas do Tribunal Superior do Trabalho 466
Gráfico 9.39 – As Despesas com Recursos Humanos no Tribunal Superior do Trabalho 466
Gráfico 9.40 – Arrecadações do Tribunal Superior do Trabalho 467
Gráfico 9.41 - Série Histórica da Força de Trabalho no Tribunal Superior do Trabalho 468
Gráfico 9.42 – Série Histórica da Movimentação Processual 468
Gráfico 9.43 – Série Histórica do Total de Baixas e Decisões 469
Gráfico 9.44 – Série Histórica dos Indicadores de Desempenho 469
Gráfico 9.45 – Série Histórica do Índices de Produtividade 469
Gráfico 9.46 – Série Histórica do Percentual de Casos Novos Eletrônicos no Tribunal Superior do Trabalho 470
Gráfico 9.47 – Assuntos mais demandados no Tribunal Superior do Trabalho 471
Gráfico 9.48 – Classes mais demandadas no Tribunal Superior do Trabalho 472

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Tipologia dos dados de litigiosidade, conforme os anexos da Resolução CNJ 76/2009 14
Figura 2.2 - Fluxo do Relatório Justiça em Números 15
Figura 3.1 – Habitantes por Unidade Judiciária 27
Figura 3.2 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça Estadual 28
Figura 3.3 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça Eleitoral 28
Figura 3.4 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça do Trabalho 28
Figura 3.5 – Habitantes por Unidade Judiciária da Justiça Federal 28
Figura 3.6 – Diagrama da Força de Trabalho no Poder Judiciário 32
Figura 4.1 – Distribuição Territorial dos Tribunais de Justiça segundo o Porte 62
Figura 4.2 – Habitantes por Unidade Judiciária 67
Figura 4.3 – Casos Novos no Primeiro Grau e nos Juizados Especiais por Unidade Judiciária. 67
Figura 4.4 – Casos Novos por 100.000 habitantes 67
Figura 4.5 – Magistrados por 100.000 habitantes 67
Figura 4.6 – Percentual de Casos Novos de Juizados Especiais em relação ao Total de Casos Novos no 1º Grau (Varas + Juizados) 68
Figura 4.7 – Percentual de Juizados Especiais em relação ao total de Unidades Judiciárias do 1º Grau (Varas + Juizados) 68
Figura 4.8 – Percentual de Unidades Judiciárias com Competência Exclusiva em Infância e Juventude ou em Infância e Juventude Cumulada com Idoso e Família 69
Figura 4.9 – Percentual de Unidades Judiciárias com Competência Exclusiva em Violência Doméstica 69
Figura 4.10 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Estadual 73
Figura 5.1 – Distribuição Territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho segundo o Porte 174
Figura 5.2 – Habitantes por Vara 177
Figura 5.3 – Casos Novos no 1º Grau por Vara. 177
Figura 5.4 – Casos Novos por 100.000 habitantes 177
Figura 5.5 – Magistrados por 100.000 habitantes 177
Figura 5.6 - Diagrama da Força de Trabalho na Justiça do Trabalho 180
Figura 6.1 – Habitantes por Unidade Judiciária 272
Figura 6.2 – Casos Novos no 1º Grau e nos Juizados Especiais por Unidade Judiciária 272
Figura 6.3 – Magistrados por 100.000 Habitantes nas Seções Judiciárias 273
Figura 6.4 – Casos Novos por 100.000 Habitantes nas Seções Judiciárias 273
Figura 6.5 – Percentual de Casos Novos nos Juizados Especiais em relação ao Total de Casos Novos das Varas e dos Juizados Especiais. 274
Figura 6.6 – Percentual de Juizados Especiais em relação ao Total de Unidades Judiciárias (Varas e Juizados) 274

Figura 6.7 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Federal 277
Figura 7.1 – Distribuição Territorial dos Tribunais Regionais Eleitorais, segundo o Porte 326
Figura 7.2 – Habitantes por Zona Eleitoral 329
Figura 7.3 – Casos Novos no 1º Grau por Zona Eleitoral 329
Figura 7.4 – Casos Novos por 100.000 Habitantes 329
Figura 7.5 - Magistrados por 100.000 Habitantes 329
Figura 7.6 – Total de Eleitores em relação ao Total da População 330
Figura 7.7 – Eleitores por Urna 330
Figura 7.8 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Eleitoral 334
Figura 8.1 - Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Militar Estadual 415
Figura 8.2 – Magistrados por 100.000 militares 416
Figura 8.3 – Casos Novos por 100.000 militares 418
Figura 9.1 - Diagrama da Força de Trabalho no STJ 446
Figura 9.2 – Diagrama da Força de Trabalho na Justiça Militar da União 453
Figura 9.3 – Diagrama da Força de Trabalho no Tribunal Superior Eleitoral 461
Figura 9.4 – Diagrama da Força de Trabalho no Tribunal Superior do Trabalho 467